



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 95, 2º semestre de 2004

1. Discursos
2. Atos Internacionais
3. Comunicados, Notas, Mensagens e Informações
4. Artigos
5. Entrevistas

Ministério das Relações Exteriores



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 95, 2º semestre de 2004



Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 95, 2º semestre de 2004
Ano 31, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Embaixadora Maria Elisa Berenguer

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 3º andar
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6965, (61) 3411-6966, fax: (61) 3411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) – .— Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 – .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

SUMÁRIO

DISCURSOS

Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília, em 1 de julho de 2004 29

Visita ao Brasil do Presidente do México

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e México, no Palácio Itamaraty, em 7 de julho de 2004 33

XVI Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XVI Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Puerto Iguazú, Argentina, em 8 de julho de 2004 35

Visita do Presidente da República a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos vinte anos de relançamento da Câmara Nacional de Comércio Brasileiro-Boliviana, em Santa Cruz de la Sierra, em 8 de julho de 2004 37

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Assinatura de Atos Brasil-Bolívia, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 8 de julho de 2004 40

Reunião do G-90

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G 90, nas Ilhas Maurício, em 12 de julho de 2004 43

Visita do Presidente da República a Países Africanos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalho da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP, no período de julho 2002 a julho 2004, em São Tomé e Príncipe, em 26 de julho de 2004 ... 49

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no debate geral da V Conferência da CPLP - Sociedade da Informação como Contribuição para a Boa Governança e a Transparência em São Tomé e Príncipe, em 27 de julho de 2004 51

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na leitura de comunicado conjunto, em Libreville, Gabão, em 27 de julho de 2004	52
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar de gala oferecido pelo Presidente do Gabão, Omar Bongo, em Libreville, em 27 de julho de 2004	53
Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da chave simbólica da cidade de Libreville, em 27 de julho de 2004	55
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de condecoração da ordem Amílcar Cabral, na cidade de Praia, Cabo Verde, em 28 de julho de 2004	55
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Empresarial Brasil-Cabo Verde: Comércio e Investimentos, na cidade Praia, Cabo Verde, em 29 de julho de 2004	56
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional de Cabo Verde, na cidade de Praia, em 29 de julho de 2004	59
Integração Brasil-Bolívia	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da ponte “Wilson Pinheiro”, em Brasília, Acre, em 11 de agosto de 2004	63
Visita do Presidente da República ao Haiti	
Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, em Porto Príncipe, Haiti, em 18 de agosto de 2004	65
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti, em Porto Príncipe, Haiti, em 18 de agosto de 2004	65
Visita do Presidente da República ao Chile	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço no Congresso Nacional, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004	69
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Declaração de Hóspedes Ilustres, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004	70
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente do Chile, Ricardo Lagos, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004	70
Declaração à Imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de cerimônia de assinatura de Acordos, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004	72

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil”, em Santiago, Chile, em 24 de agosto de 2004 74

Visita do Presidente da República ao Equador

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em sua honra, oferecido pelo Presidente do Equador, Lucio Gutierrez, em Quito, Equador, em 24 de agosto de 2004 81

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de imposição da condecoração da Ordem Nacional do Mérito do Equador no grau de Grande Colar, em Quito, Equador, em 24 de agosto de 2004 82

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional, em Quito, Equador, em 25 de agosto de 2004 83

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração conjunta à imprensa, em Quito, Equador, em 25 de agosto de 2004 85

Visita ao Brasil do Presidente de Moçambique

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço em homenagem ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio Itamaraty, em 31 de agosto de 2004 87

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita oficial do Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio do Planalto, em 31 de agosto de 2004 88

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em homenagem ao Senhor Junichiro Koizumi, Primeiro-Ministro do Japão, no Palácio Itamaraty, em 16 de setembro de 2004 91

Ação contra a fome e a pobreza

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, em Nova York, em 20 de setembro de 2004 93

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, na sede das Nações Unidas, em Nova York, em 20 de setembro de 2004 94

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, em Nova York, em 20 de setembro de 2004 96

59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 21 de setembro de 2004 99

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz, em Nova York, em 22 de setembro de 2004 102

Área de Livre Comércio das Américas

Palestra proferida pelo Co-Presidente brasileiro das Negociações da ALCA, Embaixador Adhemar G. Bahadian, intitulada “ALCA: um balanço das negociações”, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 2004 105

San Tiago Dantas

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do Seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 2004 119

Visita do Vice-Presidente da República à Rússia, Romênia e Portugal

Discurso do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, no Seminário “Relações Econômico-Comerciais Brasil-Rússia: oportunidades de Negócios e de Investimentos”, em Moscou, Rússia, em 11 de outubro de 2004 125

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, no Fórum Empresarial Brasil-Romênia, em Bucareste, Romênia, em 15 de outubro de 2004 127

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, na Cerimônia de Abertura do Workshop sobre Captação de Investimentos Portugueses para o Setor de Turismo no Brasil, em Lisboa, Portugal, em 18 de outubro de 2004 129

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, no I Encontro Luso-Brasileiro de Escritórios de Advocacia, em Lisboa, Portugal, em 18 de outubro de 2004 130

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário “Portugal: Uma Plataforma para Negócios Brasileiros na União Européia”, em Lisboa, Portugal, em 19 de outubro de 2004 131

XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, em Montevideú, em 18 de outubro de 2004 135

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI - Protocolização do Acordo MERCOSUL-CAN (Montevideu, 18 de outubro de 2004) 137

Reunião MERCOSUL – União Européia

Declarações à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após Reunião MERCOSUL - União Européia, em Lisboa, Portugal, em 20 de outubro de 2004 139

Inauguração do Museu Afro-Brasil

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil, em São Paulo, em 23 de outubro de 2004 141

5ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 5ª reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Gestão 2004-2005, no Palácio do Planalto, em 26 de outubro de 2004 145

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da 5ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, no Palácio do Planalto, em 26 de outubro de 2004 151

Grupo do Rio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido aos Chefes de Estado, de Governo e Vice-Presidentes do Grupo do Rio e senhoras, no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2004 155

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2004 156

Metas do Milênio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de lançamento da proposta de Implementação dos Objetivos do Milênio nas Comunidades de Madureira, Oswaldo Cruz e Bairros Adjacentes, no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 2005 159

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da Diretoria da Fiesp, em São Paulo, em 8 de novembro de 2004 163

Visita ao Brasil do Presidente da China

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar com o Presidente da China, Hu Jintao, no Palácio Itamaraty, em 12 de novembro de 2004 171

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente da China, Hu Jintao, no Palácio do Planalto, em 12 de novembro de 2004 173

Visita ao Brasil do Presidente da Coréia do Sul

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem ao Presidente da Coréia do Sul, Roh Moo-Hyun, no Palácio Itamaraty, em 16 de novembro de 2004 175

Visita ao Brasil do Presidente da Rússia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita oficial do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, no Palácio do Planalto, em 22 de novembro de 2004 177

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, no Palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 2004 181

Visita ao Brasil do Rei do Marrocos

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao Rei do Marrocos, Mohammed VI, no Palácio Itamaraty, em 26 de novembro de 2004 183

II Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Abertura do II Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, no Palácio Itamaraty, em 28 de novembro de 2004 185

Visita ao Brasil do Presidente do Paquistão

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, no Palácio do Planalto, em 29 de novembro de 2004 187

Dia da Amizade entre Brasil e Argentina

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia Comemorativa do Dia da Amizade entre Brasil e Argentina, no Palácio Itamaraty, em 30 de novembro de 2004 189

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, em 30 de novembro de 2004 193

Cerimônia de cumprimentos aos diplomatas promovidos

Palavras do Embaixador Guilherme Fausto da Cunha Bastos, por ocasião de cerimônia de cumprimentos aos diplomatas promovidos em dezembro de 2004, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 1 de dezembro de 2004 197

Conferência Internacional sobre Democracia na América Latina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional sobre Democracia na América Latina, em Brasília, em 2 de dezembro de 2004 199

III Reunião de Presidentes da América do Sul

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na III Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica, na cidade de Cuzco, Peru, em 8 de dezembro de 2004 205

Reunião Ministerial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião Ministerial, na Granja do Torto, em 10 de dezembro de 2004 207

Palestra do Ministro das Relações Exteriores no CEBRI

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2004 211

Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de abertura do I Fórum Empresarial do MERCOSUL, em Belo Horizonte. Minas Gerais, em 15 de dezembro de 2004 215

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto, em 17 de dezembro de 2004 217

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto, Minas Gerais, em 17 de dezembro de 2004 219

ATOS INTERNACIONAIS

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos 223

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios 225

Convênio de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a realização de um plano piloto de automatização do voto na República do Equador 227

Acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde 229

Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Honduras sobre isenção parcial de vistos em passaportes comuns 237

Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala	238
Plano de Ação Conjunta Brasil-Chile	244
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas	249
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	252
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados	253
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia Sobre Isenção Parcial de Vistos	255
Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para Automatização do Voto na República Do Paraguai	256
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e Outras Modalidades Delituosas	258
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	261
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados	265
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda	267
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos	281
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação no Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas	282

Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname 285

Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname 287

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Visita de trabalho a Brasília do Senhor Vicente Fox Quesada, Presidente do México (7 de julho de 2004) . 293

Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos (7 de julho de 2004) 293

Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia (8 de julho de 2004) 297

Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia (8 de julho de 2004) 297

Declaração Conjunta dos Presidentes da República da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, e da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (8 de julho de 2004) 298

XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum - Criação do Grupo Ad Hoc de Alto Nível sobre o Aquífero Guarani (Puerto Iguazú, Argentina, 7 de julho de 2004) 301

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (Puerto Iguazú, 8 de julho de 2004) 302

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL (Puerto Iguazú, 8 de julho de 2004) 303

Reunião de Cúpula do MERCOSUL - Comunidade Sul-Americana de Nações (Puerto Iguazú, Argentina, 8 de julho de 2004) 308

Cerimônia de hasteamento da bandeira do MERCOSUL (Brasília, 9 de julho de 2004) 308

Nota à imprensa divulgada pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires (16 de julho de 2004) 309

Instalação do Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL (16 de julho de 2004) 309

Doação do Brasil a São Tomé e Príncipe (16 de julho de 2004) 310

Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos (Brasília, 22 e 23 de julho de 2004)	310
Comunicado Conjunto do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha (22 de julho de 2004)	310
Participação do Brasil em projetos ambientais no Sul do Líbano (22 de julho de 2004)	312
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe por ocasião da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (26 e 27 de julho de 2004)	312
V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Declaração de São Tomé (São Tomé, 26 e 27 de julho de 2004)	313
Anexo a declaração final de São Tomé	321
V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Declaração sobre a sociedade da informação como contributo para a boa governação e transparência - (São Tomé, 26 e 27 de julho de 2004)	323
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Gabão	326
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cabo Verde	326
Situação em Darfur – Sudão (28 de julho de 2004)	326
Visita Oficial a Cabo Verde do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Comunicado Conjunto (28 e 29 de julho de 2004)	327
Comunicado Conjunto da Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Gabonesa	330
Grupo do Rio - Grupo de Reflexão de Alto Nível sobre os Efeitos da Globalização (30 de julho de 2004)	334
Assistência às vítimas de incêndio em Assunção (2 de agosto de 2004)	335
Decisão do Tribunal Administrativo da OIT sobre a legalidade da interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na OPAQ (2 de agosto de 2004)	335
Embargo do comércio internacional de armas destinadas à região de Darfur, Sudão (3 de agosto de 2004) ..	336

Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Gana, Senhor Nana Akufo-Addo, por ocasião da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana (Brasília, 4 e 5 de agosto de 2004)	336
Visita ao Brasil do Senhor Martín Torrijos Espino, Presidente eleito da República do Panamá (4 de agosto de 2004)	337
OMC: Contencioso Brasil-União Européia - Subsídios à Exportação de Açúcar Relatório Preliminar do Painel (4 de agosto de 2004)	337
Encontro dos Presidentes do Brasil, Bolívia e Peru, por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade Brasília Cobija (5 de agosto de 2004)	338
Prêmio Binacional das Artes e Cultura Brasil-Argentina (9 de agosto de 2004)	338
Encontro do Chefe do Escritório de Representação do Brasil junto à Autoridade Nacional Palestina com o Chanceler palestino (Ramalá, 10 de agosto de 2004)	340
Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da República da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, e da República do Peru, Alejandro Toledo Manrique - Declaração Presidencial do Rio Acre (12 de agosto de 2004)	340
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana e ao Haiti (13 de agosto de 2004)	343
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (14 de agosto de 2004)	343
Mensagem dirigida pelo Chanceler Celso Amorim ao Chanceler Li Zhaoxing, por ocasião da celebração dos 30 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China (15 de agosto de 2004)	343
Mensagem dirigida pelo Presidente da República ao Presidente Hu Jintao, por ocasião da celebração dos 30 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China (15 de agosto de 2004)	344
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela - Referendo na Venezuela (16 de agosto de 2004)	345
Reunião de Chefes de Estado e/ou Governo Latino-Americanos e Caribenhos - Declaração de São Domingos (17 agosto de 2004)	345
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Haiti - Comunicado Conjunto (18 de agosto de 2004)	347

Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio (18 de agosto de 2004)	349
Cerimônia em homenagem a Sérgio Vieira de Mello (19 de agosto de 2004)	349
Mensagem do Secretário-Geral da ONU sobre Sergio Vieira de Mello	349
Visita do Chanceler da Guatemala (19 de agosto de 2004)	350
Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guatemala (20 de agosto de 2004)	351
Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio (20 de agosto de 2004)	353
Inauguração da página eletrônica do G-20 (20 de agosto de 2004)	353
Acordo Brasil-Peru na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente (20 de agosto de 2004)	354
Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago, Chile (22 a 24 de agosto de 2004)	354
Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Chile	355
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Quito, Equador (24 e 25 de agosto de 2004)	357
Visita Oficial ao Equador do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Declaração Conjunta (24 e 25 de agosto de 2004)	357
Assinatura de acordo entre a OTCA e o CIC	362
Primeira Reunião da Agenda Comum Brasil-China sobre Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Mudança do Clima	362
Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (Brasília, 26 de agosto de 2004) ...	363
Expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia	363
Resolução da OEA sobre o Referendo na Venezuela	363
Visita ao Brasil do Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano (31 de agosto a 3 de setembro de 2004)	363
Visita Oficial ao Brasil do Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano - Comunicado Conjunto	364

Árbitros da OMC definem valor da “anulação e prejuízo” no contencioso sobre a “Emenda Byrd”	368
Atentado suicida contra civis israelenses no sul de Israel	369
II Reunião Informal de Coordenadores do Grupo Mercado Comum	369
Ações terroristas na Rússia	370
XXXIII Reunião Ordinária do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e Estados Associados	370
Visita da Ministra de Emigrados da Síria	370
Ações terroristas na Rússia	371
Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Santana Lopes	371
Estados Unidos – Subsídios ao Algodão	371
Contencioso Brasil-União Européia Subsídios à Exportação de Açúcar	374
Apresentação de “Relatório sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento”, no âmbito da Ação contra a Fome e a Pobreza (Nova York, 8 de setembro de 2004)	375
Ata da VIII Reunião de Cooperação Consular e Jurídica Brasil-Estados Unidos (Brasília, 10 de setembro de 2004)	377
Cerimônia de apresentação de credenciais de Embaixadores não- residentes	378
VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (Manaus, 14 de setembro de 2004)	378
Declaração de Manaus - VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	379
Visita Oficial ao Brasil do Primeiro- Ministro do Japão, Junichiro Koizumi	382
Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (Manaus, 15 de setembro de 2004)	383
Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías - Comunicado Conjunto	383

Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi - Comunicado Conjunto (São Paulo e Brasília, 14 a 16 de setembro de 2004)	385
Reunião de Vice-Ministros da área econômica e das Chancelarias dos países do Grupo do Rio para discutir o tema dos “mecanismos financeiros inovadores” (Brasília, 16 de setembro de 2004)	387
Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza	388
Comunicado conjunto de Imprensa do G-4 (Nova York, 21 de setembro de 2004)	389
Doação brasileira ao Haiti, após a passagem do furacão “Jeanne”	390
Comunicado Conjunto do SICA e do MERCOSUL	391
LIX Assembléia Geral das Nações Unidas - Programa de reuniões do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim	392
Comunicado de imprensa do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) - (Nova York, 23 de setembro de 2004)	392
Reunião entre a Tróica do Grupo do Rio e a Federação da Rússia à margem da 59ª Assembléia Geral da ONU (Nova York, 24 de setembro de 2004)	395
Reunião Ministerial de Países Árabes e Sul-Americanos	395
Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia	396
Adoção da Resolução 1564 (2004) do Conselho de Segurança, sobre a situação em Darfur, Sudão ..	396
Seminário América do Sul – Países Árabes sobre Semi-Árido e Recursos Hídricos (Fortaleza, 29 de setembro a 1º de outubro de 2004)	397
Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos EUA	397
Abertura de novas repartições consulares brasileiras no exterior	398
Reunião do Ministro Celso Amorim com Delegação da SACU	398
Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia - Avaliação preliminar	398
Diálogo Índia – Paquistão: Encontro entre Chefes de Estado	400
Visita ao Brasil da Chanceler e Vice-Primeira Ministra de Barbados(Brasília, 5 de outubro de 2004)	400

Visita de Trabalho da Chanceler de Barbados, Billie Antoinette Miller - Comunicado Conjunto	400
Recrudescimento da Violência na Faixa de Gaza	402
Situação na Guiné-Bissau	403
Lançamento da candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor Geral da OMC	403
Visita ao Brasil do Ministro das Finanças da Turquia, Kemal Unakitan	404
Visita do Vice-Presidente da República, José Alencar, à Rússia, Romênia e Portugal (9 a 20 de outubro)	405
Reunião do Ministro Celso Amorim com os Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum - MERCOSUL	405
LV Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum – MERCOSUL	406
Reunião Ministerial do MERCOSUL (Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2004)	407
Atentados terroristas na Península do Sinai, Egito	407
Renúncia do Secretário-Geral da OEA	407
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Rússia sobre o Protocolo de Quioto ..	407
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia	408
Mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia	408
OMC: Contencioso Brasil-União Européia – Subsídios à Exportação de Açúcar	408
Coalizão de empresários brasileiros e argentinos - Ata da Reunião (São Paulo, 14 de outubro de 2004)	409
Acordos MERCOSUL-CAN e MERCOSUL-Peru	410
Comunicado Conjunto do Grupo do Rio sobre a Situação na Nicarágua	410
Reunião Ministerial das Negociações Comerciais MERCOSUL-União Européia (Lisboa, 20 de Outubro de 2004)	411

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	412
Visita do Chanceler da Venezuela a Brasília	413
Doação Brasileira a Granada e Jamaica	413
Adiamento da visita a Brasília do Chanceler da Venezuela	413
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Chile a Brasília (26 e 27 de outubro de 2004)	413
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa João Paulo II	414
Visita Oficial ao Brasil da Assessora do Chanceler do Egito para América do Sul e América do Norte	414
Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul	415
Aprovação pelo Parlamento Israelense do Plano de Retirada da Faixa de Gaza	415
Eleição do Brasil para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	415
Eleição da Ministra Nilcéa Freire para a presidência da CIM	416
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Autoridade Nacional Palestina	416
Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a situação na Guiné-Bissau (Lisboa, 1º de novembro de 2004)	416
Declaração do Conselho de Ministros da CPLP sobre a Guiné-Bissau (Lisboa, 1 de novembro de 2004)	417
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente George W. Bush	417
Conversa do Ministro Celso Amorim com o Secretário-Geral das Nações Unidas	418
Comunicado Conjunto - Reunião de Chanceleres MERCOSUL-SICA (Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2004)	418
Declaração do Rio de Janeiro	419
Comunicados Conjuntos dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação na Nicarágua	424
Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação na Costa Rica	424

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre as Ilhas Malvinas	424
Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre o Combate ao Terrorismo	424
Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio em Apoio ao Processo de Fortalecimento dos Mecanismos de Participação da Cidadania na Democracia na Bolívia	425
Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação no Equador	425
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Nicaragua	425
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Costa Rica	425
Comunicado Conjunto de Los Presidentes del Grupo de Río sobre las Islas Malvinas	425
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Lucha contra el Terrorismo	426
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río en Apoyo al Proceso de Fortalecimiento de los Mecanismos de Participación Ciudadana en la Democracia en Bolivia	426
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Ecuador	426
Comunicado Conjunto Brasil-Peru	426
Mensagens enviadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da divulgação dos resultados oficiais das eleições no Uruguai	427
Visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Hu Jintao - Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (11 a 16 de novembro de 2004)	427
Seminário “Brasil-China: Conquistas e Desafios na Construção de uma Parceria Estratégica” (Brasília, 12 de novembro de 2004)	428
Falecimento do Presidente Yasser Arafat	428
Participação do Brasil na cerimônia fúnebre do Presidente Yasser Arafat (Cairo, 12 de novembro de 2004)	428
Acordo Brasil-Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas	429
Seminário Brasil-Rússia (São Paulo, 16 e 17 de novembro de 2004)	429

Vitória da CVRD em processo de seleção internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize, Moçambique	430
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República da Coreia, Roh Moo-Hyun	430
Comunicado conjunto sobre os resultados da Reunião de Cúpula entre os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Coreia	430
Visita Oficial ao Brasil do Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong	434
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnã	434
Resgate de Brasileiros na Costa do Marfim	437
Visita ao Brasil do Vice-Chanceler Federal e Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer	437
Viagem do Ministro Celso Amorim a São José, Costa Rica, por ocasião da XIV Cúpula Ibero-Americana (19 e 20 de novembro de 2004)	438
Declaração de São José	438
XIV Cúpula Ibero-Americana - Comunicados Especiais	443
Comunicado Especial sobre Haiti	443
Comunicado Especial sobre a soberania nas Ilhas Malvinas	444
Comunicado Especial de Apoio à Associação de Academias, Escolas e Institutos Diplomáticos	444
Comunicado Especial sobre a criação da Rede Ibero-americana de cooperação judicial	444
Comunicado Especial sobre direitos das populações migrantes	444
Comunicado especial sobre cooperação portuária Ibero-america	445
Comunicado especial sobre a agricultura e vida rural	445
Comunicado especial dos chefes de Estados e de governo dos países ibero-americano de apoio a Costa Rica na sua luta contra a corrupção	445
Comunicado especial sobre subsídios	445

Comunicado especial sobre a cooperação para desenvolvimento com os países de renda média - América Latina	445
Comunicado especial de solidariedade com com a Venezuela	446
Comunicado especial sobre “Aliança de Civilizações”	446
Comunicado especial sobre terrorismo	446
Comunicado Especial sobre meio ambiente	447
Comunicado especial contra a corrupção no Equador	447
Projeto brasileiro é a primeira iniciativa aprovada no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	447
Assassinato do Procurador Danilo Anderson	447
Visita do Ministro Celso Amorim a Barbados (20 e 21 de novembro de 2004)	448
Visita do Ministro Celso Amorim a Barbados Comunicado Conjunto - Versão em português	448
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin (21 a 23 de novembro de 2004)	449
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin ..	450
Declaração Conjunta do MERCOSUL e da CER (Brasília, 22 de novembro de 2004)	453
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin	454
Visita do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, ao Brasil - Declaração Conjunta	454
Brasil e Canadá assinam Memorando de Entendimento para cooperação em projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	456
Entendimentos relativos à entrada em funcionamento da Usina de Resende - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Ciência e Tecnologia	457
Ingresso do Brasil na OIM	457
Viagem do Ministro Celso Amorim a Buenos Aires (24 de novembro de 2004)	457

Visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI - (25 e 26 de novembro de 2004)	458
Visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI - Comunicado Conjunto (26 de novembro de 2004)	458
Decisão da OMC favorável ao Brasil sobre a Emenda Byrd	460
Visita oficial ao Brasil do Presidente do Paquistão, Pervez Musharraf Comunicado Conjunto	461
Revisão da política comercial brasileira pela OMC	463
Dia da amizade Argentino-Brasileira	463
Seminário “Brasil e a Energia do Século XXI: Açúcar e Etanol” (Brasília, 2 de dezembro de 2004)	464
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cusco	465
Comunicado Conjunto do Grupo dos 4	465
Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Peru	467
Comunicado de Prensa Conjunto Peru-Brasil	467
Textos aprovados por ocasião da III Cúpula de Presidentes da América do Sul (Cusco, 8 de dezembro de 2004)	468
Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações	468
Declaração de Ayacucho 2004	470
Declaração sobre as Malvinas	471
Reunião Brasil – Argentina - Comunicado Conjunto (Buenos Aires, 10 de dezembro de 2004)	471
Doação de vacinas à República Dominicana	472
XXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e Reunião de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL (Belo Horizonte e Ouro Preto, 15-17 de dezembro de 2004)	472
I Fórum Empresarial do MERCOSUL (Belo Horizonte, 15 e 16 de dezembro de 2004)	473
Lançamento de nova revista sobre a América do Sul	474

I Reunião do Grupo Executivo de Trabalho sobre Promoção Comercial Brasil-Chile (Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2004)	474
XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum (Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2004)	474
Reunião do Conselho do Mercado Comum com Estados Associados e Países Convidados (Belo Horizonte, 15 e 16 de dezembro de 2004)	476
Comunicado Conjunto MERCOSUL-CARICOM (Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2004) (Versão em português e inglês)	477
Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados - Declaração de Ouro Preto	478
Comunicado Conjunto de Los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur y de Estados Asociados Declaración de Ouro Preto	481
Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL	484
Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur	489
Visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (20 de dezembro de 2004)	494
Visita do Ministro Celso Amorim ao Suriname	494
Mensagens enviadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião dos resultados da eleição em Moçambique (20 de dezembro de 2004)	495
Maremoto no sul da Ásia	496
Conselheira Lys Amayo de Benedek D'Avola	496
Mensagem de solidariedade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Néstor Kirchner ...	496
ARTIGOS	
“Além da crise do MERCOSUL”	
Professor Marcos Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República (O Globo, 14 de julho de 2004)	497
“The new dynamic in world trade is multipolar”	
Embaixador Celso Amorim. Ministro das Relações Exteriores (Financial Times, 4 de agosto de 2004)	498

“La nueva dinámica del comercio”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (El Comercio, Equador, 23 de agosto de 2004) 499

“Mitos e desafios na política externa”

Embaixador José Maurício Bustani – Embaixador do Brasil em Londres (Folha de S. Paulo, 9 de setembro de 2004) 500

“Nonproliferation and disarmament go hand in hand”

Artigo escrito pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim; do Egito, Ahmed Ali Aboul Gheit; da Irlanda, Brian Cowen; do México, Luis Ernesto Derbez Bautista; da Nova Zelândia, Phil Goff; da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, e da Suécia, Laila Freivalds (International Herald Tribune, 22 de setembro de 2004) 501

”Em defesa do programa nuclear brasileiro”

Embaixador José Maurício Bustani, Embaixador do Brasil em Londres (Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2004) 503

“Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Diplomacia, Estratégia e Política, 1 de outubro de 2004) 504

“On ne construit pas la paix par l’imposition unilatérale de la force”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Monde, 11 de outubro de 2004) ... 508

“EUA e o mundo, uma perspectiva brasileira”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de S. Paulo, 12 de outubro de 2004) 510

“Brasil e EUA: refletir, dialogar e avançar”

Embaixador Roberto Abdenur, Embaixador do Brasil em Washington (Folha de S. Paulo, 21 de novembro de 2004) 512

“O MERCOSUL e o futuro”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de S. Paulo, em 15 de novembro de 2004) 514

“Brasil, política externa e comércio internacional “

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Brasil International Gazeta, 21 de dezembro de 2004) 515

“De Ourto Preto a Ouro Preto”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 28 de dezembro de 2004) 517

ENTREVISTAS

Entrevista do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência de imprensa dos Chefes de Estado do MERCOSUL, (Puerto Iguazú, Argentina, 8 de julho de 2004) 519

“A Argentina é o nosso maior aliado” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 17 de julho de 2004) 519

”Não acho que tenha havido guerra” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Zero Hora, 20 de julho de 2004) 520

Entrevista concedida pelo Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Ministro Everton Vieira Vargas (Folha do Meio Ambiente, 22 de julho de 2004) 523

“Não tem bonzinho” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Época, 26 de julho de 2004) 531

“Chanceler brasileiro revela os bastidores do fim dos subsídios em Genebra” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (revista Isto É Dinheiro, 9 de agosto de 2004) 533

”Amorim quer mais dos EUA na ALCA” – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (revista Isto É, 9 de agosto de 2004) 535

Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, (o jornal A Classe Operária, 25 de agosto de 2004) 537

”Kartell der Privilegierten” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal alemão Handelsblatt, 10 de setembro de 2004) 539

Entrevista coletiva à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Secretário de Estado norte-americano, Colin L. Powell (Brasília, 5 de outubro de 2004) 541

Excertos de entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Paris, 22 de outubro de 2004) 547

- Contexto da visita 547
- MERCOSUL-UE 547
- Candidatura à OMC 548
- Haiti 548

“Os filhos que não fogem a pátria amada” - Entrevista concedida pelo Ministro Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, ao jornal da comunidade brasileira em Massachussets, EUA, A Notícia (26 de outubro de 2004)	549
”Não estamos perdendo oportunidades” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 8 de novembro de 2004)	551
Conferência de Imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joschka Fischer (Brasília, 18 de novembro de 2004)	553
”Escolha do Brasil será boa para a paz” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 2 de dezembro de 2004)	558
Amorim: acordos saem até 2006 – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 3 de dezembro de 2004)	561
”Brazil’s top diplomat fills out the plot line” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (The International Herald Tribune, 4 de dezembro de 2004)	562
”Não queremos agir de maneira imperialista” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Zero Hora, 9 de dezembro de 2004)	565
”Política alto-astral” – entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Correio Braziliense, 10 de dezembro de 2004)	566
”Seixas quer OMC com mais voz para emergentes” – Entrevista concedida pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra (jornal Valor Econômico, 10 de dezembro de 2004)	569
Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, ao programa “Bom Dia Brasil”, da rede Globo, (16 de dezembro de 2004)	571
”País vai manter complacência no MERCOSUL” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Jornal Valor Econômico, em 16 de dezembro de 2004)	572
Índice remissivo	577

Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília, em 1 de julho de 2004

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília, em 1 de julho de 2004 Senhora Ministra do Meio Ambiente, minha querida amiga Marina Silva; senhora Rosalía Arteaga, Secretária-Geral da OTCA; senhor Edgar Camacho, Embaixador da Bolívia e Presidente da Comissão de Coordenação dos membros da OTCA; senhores Embaixadores e senhoras Embaixadoras dos países amazônicos; senhores membros das Comissões Nacionais da OTCA, senhoras e senhores,

É uma grande satisfação participar desta cerimônia de abertura da primeira oficina de trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos países membros da OTCA, para a qual trago também a saudação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É também sempre um grande prazer escutar a nossa Secretária-Executiva, porque ela traz para nós não só a visão técnica dos projetos que devem ser realizados, mas também o sentimento profundo de uma vivência amazônica, como também certamente é o caso da nossa Ministra Marina Silva.

Mas é também sempre um grande desafio falar depois dela, é sempre um pouco “anti-climático”. Eu, dada a minha passagem pela indústria do cinema, não gosto muito de anti-clímax, mas não posso deixar de dizer algumas palavras, de qualquer maneira, porque o tema é de grande importância.

O Tratado de Cooperação Amazônica é um dos marcos de cooperação e da integração entre os nossos países. A Amazônia é ao mesmo tempo o berço de uma forte cultura e de tradições. Ela tem uma força mítica e telúrica que inspirou certamente a nossa Secretária Rosalía Arteaga, mas que também serviu de motivo para muitos artistas: lembro de Villalobos, lembro de Glauber Rocha, lembro de Gastão Cruls, para falar apenas de alguns brasileiros que conhecemos. É também o repositório de uma imensa riqueza natural, que exerce fascínio sobre o espírito humano.

Está na Amazônia a maior reserva de biodiversidade do planeta, com tudo o que isso significa em termos de desafio para que sejamos capazes de assegurar o seu uso racional e sustentável. Localiza-se, na Amazônia, nada menos do que um quinto da água doce da superfície no mundo. Esse recurso talvez se torne, brevemente, um dos recursos

mais importantes de todos os recursos planetários. É uma das maiores reservas mundiais de recursos florestais e minerais.

Por todas essas razões é que foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, e que entrou em vigor em 1980. E agora damos um passo importante, com a sua institucionalização na forma de uma Organização. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, instalada em Brasília, no ano passado, já demonstra vitalidade para fortalecer a integração entre os oito países membros. A OTCA canalizará ações concretas para o desenvolvimento da região amazônica em benefício de todos os seus habitantes.

Registro mais uma vez não só minha admiração, que já havia expressado antes, mas também o reconhecimento pelo dinamismo da Secretária-Executiva Rosalía Arteaga, dinamismo que ela vem imprimindo às atividades da Organização desde que assumiu a Secretaria-Geral. Seu discurso de posse, no Palácio Itamaraty, revela claramente o seu compromisso profundo com a Amazônia e com os objetivos do Tratado.

Mas creio também que é chegado o momento de renovar o impulso político às atividades do Tratado. Por isso mesmo já tenho conversado com alguns colegas de Ministério no Brasil e também com os Chanceleres dos Países Amazônicos sobre a intenção de conferir maior densidade política à agenda da OTCA. Espero poder avançar nessa questão, quem sabe ainda este ano, talvez em setembro, em Manaus, cidade que me parece oportuna para uma Reunião Ministerial da OTCA. E deveríamos ter também em mente a possibilidade de uma reunião de Chefes de Estado, talvez associada às comemorações dos 25 anos da entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica.

Como foi dito aqui, é essencial que marchemos em função de objetivos concretos. Essa é a responsabilidade deste primeiro encontro das Comissões Nacionais. São elas que asseguram às ações da Organização, em todos os planos

governamentais e junto à sociedade civil, o seu real impacto sobre as populações.

Esperamos desta reunião de Comissões Nacionais a discussão aprofundada do projeto de Plano Estratégico para 2004/2010, elaborado pela Secretaria-Geral, com vistas a sua posterior aprovação pelas instâncias decisórias do Tratado.

A OTCA começa a afirmar-se como o mais importante instrumento de aproximação entre os países da bacia amazônica. A nossa união nos fortalece e reforça a soberania individual de cada um dos nossos países. A integração não é contraditória com a soberania, muito pelo contrário, ela será um reforço do exercício, em alguns casos conjunto, e sempre em colaboração uns com os outros, da nossa soberania. A valorização e o desenvolvimento sustentável da Amazônia são sem dúvida a melhor forma de proteção dos nossos interesses. Será também a forma de responder às expressões, por vezes equivocadas, que ouvimos de vários quadrantes do mundo sobre a questão da adequação e do manejo adequado desses recursos.

O momento é propício para estimular a reflexão e o debate, tanto no plano interno quanto no plano regional, sobre o que esperamos do Tratado e da Organização.

A Amazônia desperta, é natural, grande atenção, mas também interesse, na comunidade internacional. Temos que permanecer atentos a questões como a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, com base nos ganhos conceituais e normativos da Convenção sobre Diversidade Biológica. Trata-se de assunto que, como todos sabem, está também incluído na pauta de discussões da OMPI, Organização Mundial de Propriedade Intelectual e da OMC, Organização Mundial do Comércio.

É também preciso articular as atividades da OTCA com nossos esforços mais amplos de integração física e econômico-comercial. A nossa Secretária falou já aqui da integração da América do Sul como passo importante que está sendo dado.

Estamos acertando os últimos elementos do tratado entre a CAN, a Comunidade Andina, e o MERCOSUL, da mesma maneira que temos trabalhado com o Suriname e a Guiana em acordos comerciais com o MERCOSUL, e dessa maneira teremos as bases, juntamente com esforços de integração física sempre adequados às necessidades ambientais, para uma verdadeira integração da América do Sul, que terá na Amazônia um dos seus fulcros principais.

Acima de tudo, a atuação da OTCA deve resultar em benefícios concretos para as populações amazônicas. A Organização tem um papel de crescente

relevância na elevação do nível de vida dessas populações. Seus esforços inserem-se no objetivo mais amplo de integração da América do Sul, e também de toda a América Latina, cuja consecução exigirá liderança política e a contínua mobilização de nossos Parlamentos, empresários, trabalhadores e de toda a sociedade civil.

É, como eu disse, para mim, uma honra, e também um prazer, estar aqui presente, representando o Presidente da República, e em nome dele e em meu próprio desejo aos participantes desta reunião pleno êxito nos seus trabalhos.



Visita ao Brasil do Presidente do México

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e México, no Palácio Itamaraty, em 7 de julho de 2004

Meu querido amigo, Presidente Fox,
É um prazer estar recebendo você no Brasil.
Meus amigos Ministros de Estado mexicanos;
meus companheiros Ministros de Estado brasileiros;
nosso querido Senador Suplicy; demais integrantes
das delegações mexicana e brasileira,

Não sei se o Presidente Fox percebeu, mas adotamos um formato de reunião de trabalho que tem permitido que as reuniões tenham um avanço significativo, na medida em que colocamos os nossos ministros para conversarem antes com os ministros que nos visitam. E quando os presidentes se reúnem, não nos reunimos mais para discutir, mas, sim, para colher o resultado da conversa que os ministros tiveram. Essa é uma coisa nova, adotada por nós, que tem dado resultados extraordinários.

Com imensa satisfação, recebo o Presidente Vicente Fox, aqui, em Brasília.

Esta visita ilustra o estreitamento das relações entre nossos países. O diálogo que mantemos é constante, rico e produtivo. A vinda do Presidente Fox ao Brasil dá continuidade às conversações que com ele mantive, em dezembro de 2002, ainda como Presidente eleito, e em Cusco, durante a reunião do Grupo do Rio, no ano passado. Depois disso, estive em visita de trabalho à cidade do México, em setembro de 2003. Pudemos ainda nos reunir em Monterrey, em janeiro deste ano, e em Guadalajara, no último mês de maio.

Temos interesse e necessidade de estreitar

os laços entre nossos países - os dois mais populosos de nossa América Latina - com economias que apresentam crescentes níveis de integração.

Brasil e México têm afinidades culturais e forte presença no cenário regional e mundial. Partilhamos valores, como o respeito ao direito internacional, a defesa do multilateralismo e o compromisso com a promoção do desenvolvimento com justiça social. Por tudo isso, recebemos com grande satisfação a manifestação de interesse do México em tornar-se Estado Associado ao MERCOSUL.

O passo inicial - o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o México - deverá ser lançado em Puerto Iguazú, na Argentina, durante a Cúpula do MERCOSUL, que terá início amanhã. Durante o exercício brasileiro da Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, no segundo semestre deste ano, vamos nos empenhar para fazer avançar essa associação entre México e MERCOSUL.

O fluxo de comércio do Brasil com o México tem evoluído positivamente em ambas as direções e alcançou em 2003 a soma de US\$ 3,2 bilhões de dólares e continua crescendo. Hoje o México é o 5º maior mercado para as exportações brasileiras. Isso é resultado do enorme potencial de intercâmbio e integração entre nossas duas economias. Registro igualmente os importantes investimentos que empresários mexicanos fizeram recentemente no Brasil, em áreas tão diversas como telecomunicações,

hotelaria, indústria alimentícia e mineração.

A coordenação entre nossos governos tem dado frutos no plano multilateral, particularmente na Organização Mundial do Comércio. O G-20 que, juntos, criamos em Cancun, deu nova consistência à Rodada de Doha. Ele passou a ser um interlocutor essencial nas negociações de liberalização comercial e tem grande importância para a eliminação das assimetrias do comércio mundial. A convergência das posições e atuação articulada de Brasil e México contribuíram para que o Grupo pudesse exercer papel relevante nessas negociações, fundamentais para os países em desenvolvimento.

Devo destacar que a criação da Comissão Binacional Brasil-México, co-presidida pelos chanceleres dos dois países, dará direção estratégica para o relacionamento bilateral, fortalecendo o seu marco institucional e contribuindo para impulsioná-lo, em todos os âmbitos, a fim de consolidar a parceria que desejamos construir entre os dois países. Essa parceria envolve também forte cooperação científica e tecnológica, em especial no terreno energético. A presença da Petrobrás no México é um indicador seguro desse avanço.

Da mesma forma, está definido roteiro de iniciativas para fortalecer nosso intercâmbio cultural, que será reforçado com a visita do Ministro Gilberto Gil ao México, em setembro próximo.

O Presidente Fox e eu coincidimos em ampliar a cooperação entre nossos países também no âmbito consular. Destaco o estabelecimento do Mecanismo de Consulta e Cooperação Consular Brasil-México

para aprofundar o estudo das questões migratórias e de outros temas consulares. O Mecanismo examinará também a possibilidade de vir a ser assinado acordo de cooperação para combater o tráfico de pessoas e aumentar a colaboração entre as instituições migratórias em ambos países.

No tocante ao desenvolvimento social, promoveremos o intercâmbio de informações e experiências sobre nossos programas sociais.

Hoje seguiremos juntos, o Presidente Fox e eu, para Puerto Iguazú, a fim de participarmos da Cúpula do MERCOSUL. Lá passaremos a escrever outro capítulo de nossa história comum: o importante capítulo da aproximação e integração históricas entre o México e o nosso MERCOSUL.

Por isso, quero agradecer, Presidente Fox, a aceitação do convite para vir ao Brasil e dizer ao Presidente do México, aos ministros mexicanos e aos brasileiros, que não depende de mais ninguém, depende única e exclusivamente da nossa disposição política de fazermos com que, nesses próximos dois anos, a relação Brasil e México avance muito mais do que avançou até agora.

Afinal de contas, temos que tirar vantagens. Temos que tirar proveito das vantagens comparativas dos dois países, temos que tirar proveito do crescimento que está se dando nos dois países, temos que tirar proveito da grandeza da população dos nossos dois países e temos, sobretudo, que agir juntos, porque juntos seremos muito mais fortes e muito mais respeitados.

Boa estada no Brasil, Presidente.

XVI Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XVI Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Puerto Iguazú, Argentina, em 8 de julho de 2004

Minha primeira palavra é de agradecimento ao Presidente Néstor Kirchner, pela acolhida em Puerto Iguazú.

A realização desta reunião, no coração geográfico do MERCOSUL, tem um forte significado. Aqui nossos países se encontram. Nossas comunidades aqui vivem diariamente a realidade da integração.

Néstor Kirchner e sua equipe conduziram a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL com dedicação, sintonizados com as esperanças que este projeto regional voltou a suscitar em nossos países.

Trabalhamos com afinco em iniciativas para facilitar a circulação de mercadorias no bloco e permitir a integração de cadeias produtivas.

Elas deverão ampliar possibilidades de negócios e de emprego na região. O início do funcionamento do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias e os mecanismos para acelerar a vigência das normas do MERCOSUL ajudam a consolidação institucional do nosso bloco.

Saúdo o trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Conjunta e seu projeto de Parlamento do MERCOSUL, idéia que defendi antes mesmo de assumir a Presidência do Brasil.

Ele é passo de grande relevância para dar outra qualidade à nossa integração. Estamos avançando nas metas do Programa de Trabalho aprovado em dezembro passado, em Montevideú.

Ele busca consolidar a União Aduaneira até

2006, condição necessária para a implementação do Mercado Comum. Dessa forma, estamos recuperando o MERCOSUL, um dos objetivos de meu governo. Retomamos o dinamismo das negociações, resgatando os sonhos e esperanças que estiveram no nascimento do bloco.

O MERCOSUL persegue a integração da América do Sul e é seu núcleo propulsor. Mas para cumprir esse objetivo deve ganhar mais conteúdo. Na realização desse projeto, o Presidente Eduardo Duhalde tem realizado significativo trabalho para dar visibilidade e consistência institucional ao nosso bloco.

Queridos amigos,

Precisamos olhar e construir o futuro.

Em 2003, buscamos respostas concretas para as assimetrias de nossas economias. Foi e continuará sendo necessário flexibilidade para atender às necessidades originárias das diferenças entre os Estados-Parte.

Para fortalecer a União Aduaneira e construir o Mercado Comum, previstos no Tratado de Assunção, é fundamental aprofundar e expandir o MERCOSUL para novas áreas, como serviços e compras governamentais.

Também é imperioso fortalecer a dimensão cidadã da integração. O acesso à justiça, à saúde, à educação devem ser igualmente direitos dos homens e mulheres do MERCOSUL.

Estamos trabalhando para atender às

necessidades das comunidades de fronteira, para apoiar o emprego e o trabalho e para incorporar os interesses da agricultura familiar na agenda do MERCOSUL.

Nosso projeto de desenvolvimento não é apenas nacional. Inclui também e necessariamente a dimensão regional. A prosperidade do Brasil tem de ser a prosperidade de nossos parceiros na região.

A economia brasileira entrou em uma fase de sólido crescimento. Estão criadas condições para ampliar o intercâmbio e a cooperação com nossos vizinhos. Ampliar o MERCOSUL, criar uma Comunidade Sul-americana de Nações, não são tarefas que se possa realizar da noite para o dia. Mas trabalhamos duro nos últimos meses.

Isso vai nos permitir dar um salto extraordinário. Depois de dez anos de negociações, estamos caminhando para uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. O que parecia impossível está acontecendo. O MERCOSUL não está indiferente à nossa querida América Latina. Por isso, minha satisfação com a presença entre nós do amigo Vicente Fox. Tomamos, juntos, a decisão de iniciar prontamente negociações para a conclusão de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o México.

Ao final desse processo, que espero ocorra o mais rapidamente, teremos o México como Estado Associado. Tenho defendido o fortalecimento dos laços políticos e econômicos com os países do Sul. É a forma de ampliar nossa atuação no cenário

internacional. Assim estaremos forjando uma nova geografia econômica e comercial e contribuindo para a construção de um mundo de maior equidade. Esse é o significado das negociações que estamos desenvolvendo com a Índia e a África do Sul que, espero, sejam concluídas em breve.

Por isso também, vejo com grande satisfação o crescente interesse recíproco entre o MERCOSUL e outros países, como o Egito, a China e o Japão.

Senhores Presidentes,

O Brasil assume a Presidência do MERCOSUL com sentido de responsabilidade e urgência. Tenho repetido que o MERCOSUL é um projeto político maior, que passa pela negociação tarifária, a promoção do comércio e a integração econômica. Mas que deve ir além. Tem de explorar novos e mais avançados campos do conhecimento, onde os cientistas de nossos países já comprovaram competência. Nesse sentido, o Brasil está disposto a partilhar com os sócios do MERCOSUL os benefícios da energia nuclear e da exploração espacial de que dispõe. A iniciativa mostrará claramente ao mundo nosso desejo de aprofundar a integração em todos os níveis.

No final da Presidência brasileira, celebraremos os dez anos da assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

Por isso, convido a todos para o Encontro de Cúpula do MERCOSUL em dezembro de 2004, naquela cidade histórica brasileira de Ouro Preto.

Muito obrigado.

Visita do Presidente da República a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos vinte anos de relançamento da Câmara Nacional de Comércio Brasileiro-Boliviana, em Santa Cruz de la Sierra, em 8 de julho de 2004

Excelentíssimo senhor Carlos Mesa, Presidente da Bolívia; meus companheiros Ministros brasileiros; Governadores; Ministros da Bolívia; Prefeitos; Secretários; empresários; meus companheiros representantes do Banco de Desenvolvimento Nacional no Brasil, Carlos Lessa; nosso amigo Henrique Garcia, Presidente da CAF, instituição que, eu espero, possa contribuir muito para a integração da América do Sul,

Quero dizer, meu caro Presidente Carlos Mesa, que embora nossa Ministra de Minas e Energia não possa ter vindo, por causa de uma enfermidade, mandou para cá uma pessoa de quem, certamente, o Governo da Bolívia vai ouvir falar muito, que é a nossa companheira Graça Foster, Secretária de Energia e Gás do Ministério de Minas e Energia. Graça, eu queria pedir para você vir até aqui.

Meu querido Décio Odoni, Presidente da Câmara do Comércio Brasileira-Boliviana; meus amigos empresários brasileiros e empresários da Bolívia; meus senhores e minhas senhoras,

Penso que por tudo que ouvimos, aqui, do Presidente da Câmara de Comércio Bolívia-Brasil, não seria necessário nenhum discurso do Presidente do Brasil. Entretanto, como político, que não pode ficar ausente de um microfone, quero fazer algumas considerações.

O que aconteceu, hoje pela manhã, em Puerto Iguazú, na Argentina, e agora à noite na Bolívia, é a concretização de um sonho que muitos de nós acalentamos durante anos, mas que, ao mesmo tempo, muitos de nós tivemos medo que acontecesse.

O século XXI é o século que vai consolidar a integração da América do Sul. É o século que vai garantir que os países da América do Sul não tenham medo das suas relações comerciais, das suas relações políticas, das suas relações culturais. É o século que vai trazer a consciência para cada um de nós de que a solução para os nossos graves problemas, que durante tanto tempo imaginávamos que estaria fora do nosso continente, está muito próxima de nós. E, eu diria, em nossos próprios territórios.

Há pouco mais de um ano, era humanamente impossível qualquer cientista político imaginar que pudéssemos avançar, em apenas um ano, o que avançamos na construção da consciência de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Na Bolívia, por exemplo, muitos empresários tinham medo dos empresários brasileiros, mas não tinham medo dos empresários americanos. Muitos, na América do Sul, viam o Brasil como imperialista e, portanto, tinham preocupação com a sua relação com o Brasil, imaginando que o Brasil iria adotar uma política de hegemonia em relação aos outros países.

O que estamos mostrando agora é que, em primeiro lugar, não é possível fazer política de integração sem que haja confiança entre os povos e entre os governos. Confiança, credibilidade e a certeza de que as relações entre os dois povos, que envolvem empresários, trabalhadores, intelectuais, não é uma integração apenas pensando nos interesses econômicos, mas, sobretudo, na soberania do nosso território, na soberania do nosso continente e, eu diria, até no fortalecimento da disputa que temos que fazer como o mundo desenvolvido.

Um dia, meu caro Presidente Carlos Mesa, ouvi de um grande dirigente boliviano uma frase: “Presidente Lula, durante muitos anos acreditamos que a salvação da Bolívia estava na sua relação com o mundo desenvolvido. Depois de esperar tantos anos e não receber quase nada desse mundo desenvolvido, nós agora achamos que a solução do problema da Bolívia está na relação com os seus irmãos da América do Sul.” E esse é um fato inquestionável. Por quê? Porque, de repente, todos nós descobrimos que somos pobres, que temos problemas sociais de uma magnitude extraordinariamente grande. E todos nós descobrimos que temos entre nós mais coisas em comum do que diferentes. E todos nós descobrimos que se começássemos a trocar experiências, a verificar que tipo de política poderíamos fazer, aproveitando a similaridade da nossa cultura, do nosso desenvolvimento, do nosso conhecimento tecnológico, poderíamos tirar muito mais proveito para o desenvolvimento de cada país.

O gás da Bolívia, que é uma riqueza extraordinária que Deus deu a este país, tem muito mais possibilidade de servir de enriquecimento para o povo boliviano, por meio da relação da Bolívia com os países da América do Sul, do que com o chamado mundo desenvolvido.

A nossa integração na área da agricultura tem muito mais possibilidade de dar certo no entrosamento com os países da América do Sul do que com o mundo desenvolvido. E por quê? Porque

estamos próximos. E porque estamos próximos descobrimos que a integração da América do Sul não é uma palavra de efeito, utilizada normalmente em época de campanha eleitoral ou, muitas vezes, utilizada por um grande intelectual do nosso continente. A integração tem que ser retratada em coisas práticas e concretas. O que o Brasil pode fazer para ajudar a Bolívia e o que a Bolívia pode fazer para ajudar o Brasil? Isso tem que ser traduzido em integração física do nosso continente.

Onde estão as estradas que deveriam estar construídas ligando os nossos países? Onde estão as ferrovias? Onde estão os aeroportos e o portos que poderiam permitir que tivéssemos possibilidade de transitar com o nosso povo e com a nossa mercadoria com muito mais facilidade?

No dia 11 de agosto, convidei o Presidente Carlos Mesa para ir encontrar-se comigo no Estado do Acre, governado pelo nosso Governador Jorge Viana, para inaugurar a primeira ponte entre Brasiléia e Cobija. Uma ponte que não custou muito dinheiro – 2 milhões de dólares, 6 milhões de reais –; é uma ponte pequena, mas significa uma primeira possibilidade do povo da Bolívia transitar para o Brasil e do Brasil transitar para a Bolívia, sem ter que mergulhar no Rio Acre, correndo o risco de morrer afogado.

No mesmo dia, o presidente Carlos Mesa e eu vamos à divisa do Brasil com o Peru lançar a pedra fundamental da primeira ligação de estradas na construção de uma ponte entre o Brasil e o Peru.

São com esses gestos que nós queremos convencer o nosso amigo Henrique Garcia, o nosso amigo Carlos Lessa, os nossos amigos do Banco Mundial, os nossos amigos do Funplata, os nossos amigos do FMI, os nossos amigos dos países ricos que se quiserem ajudar a América do Sul, de que precisam fazer investimentos em infra-estrutura para que a gente possa conquistar o direito de ir e vir.

Porque se não fizermos isso e o empresário boliviano quiser fazer negócios com o Brasil e não tiver possibilidade de um avião boliviano parar no

aeroporto brasileiro, ele vai, certamente, tentar fazer negócios em Miami. Na primeira vez em que estive aqui, o Presidente Mesa me dizia da possibilidade de um avião sair de Santa Cruz de La Sierra, parar em Campo Grande, em São Paulo, voltar para Campo Grande e São Paulo, para permitir que bolivianos possam transitar para fazer negócios no Brasil e que brasileiros possam transitar para fazer negócios na Bolívia.

Finalmente, há um acordo entre todos os pares brasileiros de que não é possível que não permitamos que exista esse vôo entre Santa Cruz de La Sierra/Campo Grande/São Paulo e qualquer outro estado brasileiro.

Também começamos a recuperar uma ferrovia que, por falta de 80 milhões de reais, aproximadamente 30 milhões de dólares, estava paralisada há mais de 20 anos. É uma ferrovia que sai de Santos, passa em Corumbá, passa em Porto Soares, passa na Bolívia toda, vai para a Argentina, da Argentina sobe os Andes, e vai para o porto Antofogasta.

Falamos tanto na integração e falamos tanto na conquista do Pacífico que, de repente, descobrimos que, antes de nós, alguém já tinha construído uma ferrovia e que essa ferrovia está, por conta do descaso de governos passados, paralisada em alguns países, em trechos pequenos, muito barato para construir.

Depois, estamos pensando seriamente, como disse o nosso Presidente da Câmara de Comércio Bolívia/Brasil, no Pólo Gás Químico entre Corumbá e Porto Soares. Esta semana, recebi – eu tinha pedido para a minha Ministra de Minas e Energia vir à Bolívia conversar com o Presidente Carlos Mesa e com outras autoridades bolivianas a respeito – o Presidente da Petrobras no meu gabinete, que foi apresentar-me um projeto do Pólo Gás Químico. Uma coisa que queremos que fique muito clara, e eu disse isso ao Presidente da Petrobras e à nossa Ministra das Minas e Energia: primeiro, precisamos encontrar parceiros para construir esse Pólo Gás

Químico, que custa muito dinheiro, mas que dará retorno também para os dois países, pois só tem sentido falarmos em integração, em cooperação, em solidariedade, se o Governo brasileiro e a nossa querida Petrobras entenderem que esse Pólo Gás Químico tem que ser um pólo bi-nacional, com metade construído na Bolívia e metade no Brasil. Até porque entendemos que a Bolívia não pode ser apenas exportadora de gás. É preciso transformar o gás para colocar nele valor agregado, para que possa gerar empregos, para que possa gerar renda e riqueza, para que o povo boliviano tenha o direito de tirar proveito desse bem que Deus colocou no subsolo da Bolívia.

É com essa posição e com este comportamento, meu Presidente Carlos Mesa, meu caro Presidente da Câmara de Comércio Bolívia/Brasil, que quero transmitir a vocês a certeza de que, no nosso governo, achamos que um país que tem a maior potência econômica de desenvolvimento e mais conhecimento tecnológico tem que ter generosidade com os países mais pobres e menos desenvolvidos. Isso vale para todos os países da América do Sul, não apenas para o Brasil e para a Bolívia, porque não haverá um Brasil rico se a Bolívia e outros países da América do Sul continuarem pobres.

Nós nascemos em um único território, em um continente que não tem divisas. Em muitos casos, a divisa é uma estaca colocada pelo homem, porque quando Deus o fez, quem sabe, tenha acertado: nesse continente, vamos colocar homens inteligentes que vão perceber que precisam se desenvolver de forma harmônica e solidária, sem que haja divisão, nem brigas entre os povos que compõem o continente sul-americano.

É com esse otimismo, com esse comportamento, que quero fazer um chamado aos empresários brasileiros e aos empresários bolivianos. Primeiro, não temos que ter medo de fazer parcerias, de fazer investimentos, aqui ou no Brasil, e trocar conhecimento de tecnologias, de fazer debêntures para que possamos desenvolver o Brasil e a Bolívia,

a Bolívia e o Brasil. Nenhum empresário tem que ter medo de crescer, pois para crescer, precisa arriscar, e arriscar significa ter coragem e procurar novos investimentos, procurar novas parcerias e procurar, quem sabe, lugares promissores para investimento dos seus recursos.

É assim que o Brasil tem se comportado no MERCOSUL, é com este comportamento que durante 18 meses visitei 31 países. Porque acredito que este século, se tivermos inteligência, se tivermos sabedoria e solidariedade entre os países da América do Sul, poderemos nos apresentar ao mundo mudando a geografia comercial que hoje está estabelecida.

Isso não significa brigar com a União Européia ou com os Estados Unidos, porque nem o Brasil, nem a Bolívia, têm interesse de brigar com os países e com os blocos mais ricos do mundo. Queremos melhorar nossas relações com eles, mas teremos muito mais possibilidade de melhorar essas relações, tanto com a União Européia quanto com os Estados Unidos, se eles perceberem que não precisamos tanto deles quanto eles pensam que precisamos, se perceberem que temos nossos parceiros; se perceberem que há outros países interessados em comprar coisas da Bolívia, em fazer investimento na Bolívia; e se descobirmos que há, também, pessoas interessadas em comprar produtos brasileiros e fazer investimentos no Brasil.

Foi com essa política que visitamos 31 países. Foi com essa política que marcamos, para fevereiro ou março do próximo ano, reunião de todos os países do mundo árabe com os Presidentes da América do Sul, para que eles descubram que o mundo não pode ser olhado apenas para cima, tem que ser olhado para o Sul. E nós significamos esta possibilidade, um novo mundo para quem queira fazer os seus investimentos, para quem queira contribuir com a geração de riqueza e a geração de emprego para o nosso povo.

Quero terminar dizendo aos empresários bolivianos e, sobretudo, ao Presidente Carlos Mesa,

que vocês têm no Brasil um parceiro. Um parceiro leal, disposto a ajudar naquilo que estiver ao nosso alcance, para que a Bolívia consiga viver momentos extraordinários de paz, de tranquilidade e de crescimento.

Aprendi, uma vez, uma frase que falo sempre e vou repetir ao Presidente Carlos Mesa: “Nem todo irmão é um grande companheiro, mas todo companheiro é um grande irmão.” E o Brasil quer ser um grande companheiro da Bolívia.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Assinatura de Atos Brasil-Bolívia, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 8 de julho de 2004

Excelentíssimo senhor Carlos Mesa, Presidente da República da Bolívia; senhor Carlos Hugo Molina, Prefeito do Departamento de Santa Cruz; senhores Ministros de Estado do Brasil e da Bolívia; senhor Hormando Dias, Presidente do Congresso Nacional da Bolívia; senhor Jorge Viana, Governador do Estado do Acre, no Brasil; senhor José Orcirio Miranda, Governador do Mato Grosso do Sul, no Brasil; Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia, no Brasil; senhores Embaixadores; meu querido Carlos Lessa, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; meu caro Ministro Furlan; meu caro Ministro Palocci, senhoras e senhores integrantes das comitivas da Bolívia e do Brasil,

Fico feliz em regressar à Bolívia. Aqui, nós brasileiros, somos recebidos como irmãos. Santa Cruz de La Sierra foi palco de extraordinária demonstração de solidariedade continental. Aqui, em novembro passado, a Cúpula Ibero-Americana adotou medidas de emergência para ajudar o povo boliviano a enfrentar os dias difíceis porque passavam. Vejo com satisfação o quanto a Bolívia progrediu deste então. Sob a liderança do Presidente Mesa, a Bolívia vem reafirmando o seu compromisso com a democracia e com a ordem constitucional e cria

condições para a retomada do desenvolvimento.

A realização do referendo sobre a política energética e a convocação de eleições municipais e da Assembléia Constituinte abrem caminho para a Bolívia encontrar respostas para os anseios de seu povo. Neste momento em que reúne forças, a Bolívia pode contar com a amizade do Governo e do povo brasileiro. Foi essa a mensagem que meu Governo transmitiu, com gestos e palavras, durante a grave crise de outubro passado. É também esse o sentido dos acordos que assinamos.

Senhor Presidente,

Brasil e Bolívia reafirmam o seu compromisso de encontrar novas formas de cooperação para o progresso econômico e o bem-estar de seus cidadãos. Estamos aperfeiçoando uma parceria fundada na visão de uma América do Sul unida e integrada. A ampliação da infra-estrutura física e energética da região é o alicerce dessa construção. Por essa razão, o Programa de Financiamento às Exportações do Governo Federal Brasileiro, o PROEX, continuará financiando a pavimentação da rodovia Paz Estenssoro, essencial para a integração nacional da Bolívia.

Estamos unidos pelo desafio de assegurar que nossas riquezas naturais estejam a serviço do desenvolvimento nacional. Esse patrimônio tem que ser explorado em benefício de todo o povo, dessa e de futuras gerações. Por essa razão, planejamos instalar na Bolívia e no Brasil, sobretudo na divisa Brasil-Bolívia, um pólo gás-químico binacional para industrializar o seu patrimônio mineral.

Vamos também montar um Centro de Tecnologia do Gás, para que essa riqueza seja transformada em poderoso motor de progresso. Empresas brasileiras, como a Petrobras Bolívia, certamente atrairão novas indústrias, tecnologia e empregos. O povo boliviano vem se capacitando para explorar de forma soberana e racional o vasto potencial de seu subsolo.

O Brasil quer ajudar na criação de condições para que a Bolívia exporte produtos de maior valor

agregado para o mercado brasileiro e internacional.

Com esse intuito, convidamos a nação vizinha a ser nosso primeiro parceiro na implementação do Programa de Substituição Competitiva de Importações para países da América do Sul. Na Macro-Rodada de Negócios, em São Paulo em junho último, começamos a examinar formas de promover a competitividade de produtos bolivianos de exportação e sua integração em cadeias produtivas na região. Estou seguro de que a Câmara Brasileiro-Boliviana de Comércio será um importante sócio nessa empreitada.

A coordenação de esforços na área de segurança é também indispensável. A transferência de seis aeronaves militares brasileiras à Força Aérea Boliviana reforçará o controle de nossas fronteiras e o combate ao narcotráfico e ao contrabando.

Amigo Presidente,

A América do Sul precisa de uma Bolívia democrática, próspera e unida. Acreditamos na determinação e capacidade do povo boliviano de construir uma democracia sólida, cultural e etnicamente diversificada. De forjar uma nação que acredita no sonho que inspirou o sonho de Bolívar de transformar fronteiras em espaços que sempre aproximam, nunca separam. De transformar recursos naturais em fator de integração e não em motivo de disputa e conflito.

O acordo para o perdão da dívida pública boliviana, que estamos assinando hoje, expressa a certeza de que o povo boliviano saberá superar os históricos entraves ao seu desenvolvimento.

Presidente,

No Brasil, a política de combate à exclusão social do meu governo busca assegurar condições para que todos os cidadãos possam participar de forma produtiva e digna da vida nacional.

No MERCOSUL, assumimos o compromisso de respeitar diferenças de nível de desenvolvimento. A concessão de tratamento especial aos países de menor desenvolvimento fortalece o MERCOSUL e acelera sua aproximação com a

Comunidade Andina. Nos foros multilaterais, estamos empenhados em mudar regras de comércio injustas. Por isso, é importante o apoio da Bolívia nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e da Organização Mundial do Comércio, onde é membro atuante do G-20. Este é um desafio que, mais do que nunca, une a nós todos: o de

estender os benefícios da plena cidadania, da justiça social e da equidade a nossas sociedades.

Estou aqui para dizer que nessa caminhada a Bolívia tem no Brasil mais que um amigo, tem um irmão.

Muito obrigado.

Reunião do G-90

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G 90, nas Ilhas Maurício, em 12 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, Bérenger; excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal; caros Ministros, amigos,

É com grande satisfação que visito esta linda nação das Ilhas Maurício para participar da Reunião Ministerial do G-90. Gostaria de agradecer ao Ministro J. K. Cuttarree pelo gentil convite e por sua hospitalidade. Embora seja esta minha primeira viagem às Ilhas Maurício, devo confessar que a exuberância tropical que nos rodeia e a cordialidade do povo fazem-me sentir em casa.

Esta é a terceira vez, nas últimas semanas, que tenho o prazer de encontrar-me com os Ministros do G-90. No início de junho, estive na Guiana, país vizinho e irmão do Brasil, a convite do meu amigo e colega Ministro Clement Rohee. Em retribuição, o G-20 convidou o Ministro Rohee para nossa Reunião Ministerial em São Paulo. Também encontrei com muitos de vocês durante a XI UNCTAD, onde foi lido, em meu nome, discurso na Reunião Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

Saúdo essas oportunidades de diálogo. Compartilhamos experiências comuns e aspirações similares. Buscamos, todos, alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento econômico, bem como aumentar nossa participação na tomada de decisões em âmbito multilateral.

Na verdade, esse encontro já tarda. O colonialismo não pode mais ser responsabilizado pelo

déficit no nível de conhecimento recíproco entre os países do Sul. A responsabilidade de permanecermos distanciados uns dos outros reside em nós mesmos. O Brasil deseja compensar o tempo perdido, intensificando contatos e intercâmbios com Grupos como o G-90 e seus integrantes.

Esse esforço torna-se cada vez mais necessário, à luz das reiteradas tentativas de se criarem distinções artificiais entre nós e de transformarem nossa parceria em uma relação adversarial.

É de nosso interesse não permitir que isso aconteça, particularmente neste estágio crucial das negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

Pessoalmente, não pouparei esforços para trabalhar em conjunto com outros países em desenvolvimento – independentemente de tamanho ou interesses comerciais específicos – no mais construtivo espírito. Estou convencido de que podemos mudar a sorte a nosso favor, se construirmos confiança no nível político e intensificarmos a coordenação entre nossos peritos.

Parte deste processo envolve o aumento dos fluxos comerciais entre nossos países. E não precisamos sequer esperar pelos resultados da Rodada de Doha para esse fim. Em São Paulo, foi lançada a Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento. O SGPC constitui-se em

fórum adequado para que os países em desenvolvimento abram seus mercados uns aos outros e para alguns de nós oferecermos preferências unilaterais aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo. O SGPC deve ser valorizado como um instrumento privilegiado para expandir ainda mais o já substancial e crescente Comércio Sul-Sul. Temos grande esperança em levar a cabo esta tarefa e esperamos que a Rodada de São Paulo produza resultados concretos.

Em São Paulo e em Georgetown, tive a oportunidade de enfatizar as possibilidades de se liberar grande potencial do comércio Sul-Sul por meio de acordos de livre comércio e acordos preferenciais. Entre outros, tinha em mente o processo em curso de associação entre o MERCOSUL e os países do Pacto Andino, que nos tem permitido desenvolver modalidades inovadoras adicionais de tratamento especial e diferenciado em favor das economias menores e mais frágeis. Tenho indicado, de modo inequívoco, que examinaremos as possibilidades de reproduzirmos ou aprimorarmos ainda mais esses mecanismos em nossas relações comerciais com outros parceiros em desenvolvimento em todo o mundo.

Entendo que a África do Sul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) vêm desenvolvendo uma importante rede de acordos de comércio com outros países africanos, num espírito semelhante.

Compreendemos as esperanças e preocupações de cada um de nós. Vemos o comércio como um veículo de desenvolvimento econômico e social. Não tivemos passado de colonizadores. Nunca exercemos domínio colonial. O paternalismo e a condescendência não fazem parte da nossa visão de mundo. À vista dos nossos pontos de partida comuns, dispensamos a mediação de terceiros para nos comunicarmos.

Senhores Ministros,

A Agenda de Desenvolvimento de Doha, de maneira explícita, coloca a dimensão do

desenvolvimento no cerne das atuais negociações comerciais. Mas, até agora, houve pouco progresso no sentido de dar um significado concreto a este compromisso coletivo. Ainda temos que recuperar o déficit de desenvolvimento, que se tornou ainda mais agudo como resultado dos acordos da Rodada do Uruguai. O tema da implementação e os itens relacionados a tratamento especial e diferenciado vêm à mente ao nos referirmos a esses temas. É muito importante para todos nós que os itens que não forem decididos permaneçam na mesa de negociações e não sejam encaminhados a comitês onde permanecerão adormecidos por uma outra década ou mais. O dossier da agricultura é de suma importância para o desenvolvimento.

Tradicionalmente, os benefícios do livre comércio têm sido desfrutados em áreas em que os países desenvolvidos têm mantido vantagens comparativas, tais como a indústria de manufaturados e os serviços sofisticados. Mas quando se trata de áreas de interesse especial para os países em desenvolvimento – como a agricultura – o argumento da vantagem comparativa não mais se sustenta, ficando invertida a lógica do livre comércio. Em vez de serem compensados por sua competitividade, os exportadores agrícolas eficientes do Sul são punidos com um sistema de exceções e *waivers* que os priva de oportunidades comerciais cruciais para o seu desenvolvimento. Os que são familiarizados com o GATT e a OMC estão, infelizmente, conscientes de que as áreas em que os países em desenvolvimento têm uma forte capacidade produtiva e de exportação – como os têxteis, aço e agricultura – são as mesmas que têm ficado sujeitas a derrogações e a regimes especiais durante décadas.

O mandato de Doha estabeleceu como diretriz que enfrentássemos e solucionássemos o problema dos subsídios agrícolas domésticos e à exportação – bem como gerássemos ganhos substanciais em acesso a mercados. No período de preparação da reunião de Cancun, foi formado o G-20 para assegurar um marco negociador para o

comércio agrícola que levasse a um resultado compatível com o interesse dos países em desenvolvimento em manter a integridade do mandato de Doha.

Desde o impasse em Cancun, houve sinais encorajadores. A União Européia indicou sua disposição de finalmente eliminar os subsídios à exportação. Algumas condições ainda precisam ser atendidas, mas este passo importante já nos levou a avançar nos outros dois pilares. Esperamos um acordo quanto à definição de uma data final, crível, para todas as formas de subsídios à exportação – e isso deverá incluir os instrumentos aplicados pelos Estados Unidos e outros países com efeitos equivalentes sobre a competitividade das exportações.

Em relação a acesso a mercados, o G-20 apresentou um enfoque técnico sólido sobre como lidar com as circunstâncias específicas. Graças à sua capacidade de estabelecer amplas redes de seguridade social, sem dúvida, os países desenvolvidos serão capazes de arcar com os custos dos ajustes necessários.

O mesmo não acontece com os países em desenvolvimento. Eles não têm os recursos de que dispõem os países desenvolvidos para financiar os custos dos ajustes oriundos da liberalização do mercado. É por isso que o mandato de Doha menciona especificamente as preocupações com segurança alimentar e desenvolvimento rural dos países em desenvolvimento. Portanto, as negociações têm de chegar a dispositivos sobre tratamento especial e diferenciado que sejam operacionais e eficazes, capazes de tratar essas questões satisfatoriamente. Em razão da sua composição diversa, com membros da Ásia, África e América Latina, o G-20 articulou uma proposta abrangente, englobando várias perspectivas que refletem as preocupações tanto dos exportadores quanto dos importadores de *commodities* agrícolas.

Os esforços do G-20 já estão mudando a dinâmica das negociações sobre agricultura. Por

exemplo, já deixamos para trás, com sucesso, a abordagem errônea da chamada *blended formula*, que permitia aos países desenvolvidos não tomar nenhuma iniciativa em relação aos produtos de nosso interesse, enquanto impunham condições difíceis nas áreas sensíveis para os países em desenvolvimento. Não se trata absolutamente de feito de pequena monta, não só para o G-20, mas também para os países em desenvolvimento como um todo.

Ainda nos defrontamos com o desafio do apoio doméstico. Temos de agir de acordo com as diretrizes do nosso mandato negociador, que nos instrui a alcançar reduções substanciais no apoio doméstico distorcivo do comércio. Isso implica cortes efetivos para diminuirmos o atual nível de distorções. Nesse sentido, o algodão é um caso especial, pelos efeitos devastadores dos subsídios que os países ricos impõem a alguns dos países mais pobres do mundo. Estamos determinados a desenvolver uma firme abordagem técnica e política visando à redução do nível geral de subsídios, bem como à redução de seus componentes individuais. Precisamos adotar disciplinas que assegurem que as novas modalidades de apoio, supostamente menos distorcivas, não neutralizem os ganhos alcançados em outras áreas.

Aceitei a responsabilidade de sediar duas Reuniões Ministeriais consecutivas, nas últimas semanas, com um pequeno número de delegações, com vistas a propiciar o momentum e o ímpeto político necessários para estimular avanços em nossos esforços coletivos no sentido de definir um marco negociador para a agricultura.

Creio que essas reuniões nos permitiram alcançar algum progresso. Temos um melhor entendimento dos problemas de cada um e o desejo genuíno de superar as lacunas remanescentes. Mas outros interesses e pontos de vista, tais como os do G-90, devem ser levados em consideração. O tempo é curto, mas a tarefa não é impossível. O G-90 pode contar com o G-20, neste e em outros aspectos.

Colegas,

A Declaração Ministerial de Doha trouxe

novas esperanças para o estabelecimento das cláusulas sobre tratamento especial e diferenciado que, efetivamente, irão atender às necessidades dos países em desenvolvimento. O tratamento especial e diferenciado não pode ser tratado como um tema secundário. Trata-se de parte integrante do nosso programa de trabalho.

Lidar com os temas do tratamento especial e diferenciado, assim como as questões de implementação, constitui requisito fundamental para assegurar que a “dimensão de desenvolvimento” da Declaração de Doha não seja apenas um slogan vazio. Portanto, é essencial que estas questões figurem de modo proeminente no pacote de julho. Somos particularmente favoráveis ao estabelecimento de um grupo de negociação específico, ligado ao Comitê de Negociações Comerciais, para discutir propostas sobre questões prioritárias de implementação ainda pendentes.

Compartilhamos a relutância dos países em desenvolvimento em assumir compromissos adicionais em relação aos chamados temas de Cingapura, especialmente à luz da falta de clareza nas decisões relativas a três desses temas – a saber, Investimentos, Concorrência e Compras Governamentais –, bem como com sua relação com o Programa de Trabalho. Seríamos a favor de uma declaração formal com vistas a que tais temas (1) não sejam considerados nas negociações da Rodada de Doha, de forma alguma, e (2) não sejam objeto de qualquer abordagem plurilateral no programa regular da OMC.

Em relação à facilitação de comércio, as negociações não deveriam estabelecer encargos adicionais às economias mais fracas. Compartilhamos preocupações quanto à assistência técnica e à capacitação para enfrentar limitações de recursos. Também é importante esclarecer a relação entre as novas regras a serem negociadas e a aplicação do Mecanismo de Solução de Controvérsias.

Senhores Ministros,

A Reunião Ministerial do G-90 pode

efetivamente contribuir para dar maior precisão à posição negociadora da grande maioria dos membros da OMC. De várias formas, a Reunião Ministerial de Cancun, indiretamente, conseguiu reestruturar a maneira como as negociações comerciais multilaterais são levadas a cabo. O G-90 e o G-20 estiveram no centro desta revolução copernicana. Nosso movimento agora atrai a atenção e o interesse de todos os membros da OMC. Ainda estamos muito longe de mudar o mundo. Mas, certamente, estamos mudando a forma como as negociações na OMC são conduzidas. Isto, sem sobra de dúvida, não é um feito sem importância.

Aumentou a nossa participação na Organização. Divididos, éramos fracos e ineficientes, mas, quando juntamos nossas forças, passamos a ser um ator poderoso e construtivo. Temos que aumentar o nosso envolvimento em todas as deliberações da OMC, e não nos resignarmos a nos concentrar em apenas alguns temas específicos. Neste nosso mundo, nada é gratuito. De uma forma ou de outra, nós acabaremos por pagar os favores que são – ou aparentam ser – conferidos a nós. Algumas vezes, com concessões de mercado unilaterais; outras, com pura dependência política.

Juntos, temos que trabalhar duro para maximizar convergências e tirar delas o maior proveito. Chegou a hora de trazer o tema do desenvolvimento para a ordem do dia de uma organização com herança cultural notoriamente tendenciosa para os ricos e poderosos. A experiência tem demonstrado que, nesta arena desigual das relações internacionais, cada ganho resulta de uma luta longa, árdua e feroz. Nada é concedido gratuitamente. Tudo tem que ser conquistado. Ao permanecermos comprometidos com as nossas metas centrais, contidas na letra e no espírito de Doha, estou confiante de que obteremos ganhos substantivos que estamos legitimamente credenciados a esperar. Porém, isso implica ficarmos atentos e mantermo-nos ao largo de vantagens de curto prazo, decorrentes de derrogações e outras concessões

ilusórias e enganosas.

O G-90 e o G-20, juntos, formam não só a maioria dos membros da OMC. Nós também respondemos pela maioria da humanidade. Vamos

tomar nas nossas mãos a tarefa que temos diante de nós. A unidade dos países em desenvolvimento é o caminho mais seguro para o êxito.

Muito obrigado



Visita do Presidente da República a Países Africanos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalho da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP, no período de julho 2002 a julho 2004, em São Tomé e Príncipe, em 26 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe; excelentíssimo Senhor Henrique Rosa, Presidente da República da Guiné-Bissau; excelentíssimo Senhor Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique; excelentíssimo Senhor Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa; excelentíssimo Senhor Kay Rala Gusmão, Presidente da República de Timor Leste;

Excelentíssimo Senhor Fernando da Piedade Dias dos Santos, Primeiro-Ministro da República de Angola; excelentíssimo Senhor José Maria Neves, Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde; excelentíssimo Senhor Teodoro Obiang Nguema, Presidente da Guiné Equatorial; meus amigos; minhas amigas; senhores e senhoras, delegados deste encontro,

Estamos, hoje, celebrando a maioria da CPLP. A cerimônia de hoje reafirma nossa confiança de que a Comunidade continuará a ser um instrumento da solidariedade democrática entre nossos povos.

Registro a grande contribuição dos pioneiros dessa CPLP, o Presidente Itamar Franco e o Embaixador José Aparecido de Oliveira, que

estiveram na origem deste sonho.

Faço aqui uma homenagem ao saudoso Embaixador João Augusto de Médicis. Sob sua chefia, o Secretariado-Executivo ajudou a Comunidade a tornar-se uma força cada vez mais ouvida e respeitada.

Senhores Chefes de Estado e de Governo, A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos. É uma iniciativa de alto valor estratégico, cujo raio de ação abrange quatro continentes. Somos oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social.

Durante a Presidência brasileira, tive a alegria de verificar o quanto realizamos inspirados por essa convicção. Com a mesma determinação que defendemos o Estado de Direito em São Tomé, atendemos aos apelos por ajuda na pacificação de Guiné-Bissau.

O Doutor José Ramos-Horta é merecedor de nosso especial reconhecimento. Com a autoridade de um Prêmio Nobel da Paz, soube fazer prevalecer a serenidade e o diálogo entre os guineenses em momento de grave tensão.

A marca da Comunidade tem sido a defesa

dos valores democráticos que pregamos. Por essa razão, apoiamos ativamente o processo eleitoral em São Tomé e em Moçambique.

Sabemos que a democracia política é frágil se o povo não a ver associada à democracia econômica e social. Como Presidente da Comunidade, busquei o apoio internacional para a recuperação econômica e política de Guiné-Bissau. Em parceria com a Índia e a África do Sul, o Brasil deu um primeiro passo ao criar um Fundo especial que ajudará a financiar projeto de desenvolvimento em Guiné-Bissau. Meu governo tem dado forte impulso ao diálogo Sul-Sul.

Nos aproximamos do continente africano, revigorando as ações de cooperação dentro da CPLP.

Meus queridos amigos, senhores Chefes de Estado e de Governo,

A CPLP vai ganhando voz e personalidade internacionais. É, hoje, uma organização madura, capaz de reagir prontamente a situações de crise. Desfruta do prestígio de uma instituição vocacionada para a prevenção dos conflitos e tensões.

A Doutora Maria das Neves, Primeira-Ministra de São Tomé e Príncipe, bem lembrou que: “Quando muitos estavam incrédulos com a situação, já a CPLP se erguia numa só voz em defesa do regime democrático santomense.”

Foi a CPLP que propôs a extensão do mandato da Força de Paz do Conselho de Segurança em Timor Leste. Abriu, assim, caminho para que o povo timorense possa, hoje, avançar soberanamente na construção de seu país.

Com o empenho da CPLP, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas vem buscando encontrar respostas para os desafios econômicos e sociais em Guiné Bissau.

A CPLP integrou a missão especial da Comunidade Econômica dos Estados da África Central para pacificar São Tomé. E apoiou com êxito as candidaturas de Angola e do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sou especialmente reconhecido pelo endos-

so dos países da Comunidade para que o Brasil ocupe um assento permanente no Conselho.

Senhoras e senhores,

Não há paz sem desenvolvimento, e não há desenvolvimento sem paz. Sob a Presidência brasileira, a CPLP deu prioridade a projetos concretos de cooperação voltados para as aspirações de nossos concidadãos à prosperidade econômica, ao bem-estar social e à estabilidade política.

Temos especial urgência em ajudar a África na luta contra o dramático ciclo de pobreza, violência e fatalismo. Estamos modernizando os sistemas de informação e comunicação e transferindo tecnologias e capitais, para que o continente possa competir num mundo crescentemente globalizado. Entre as iniciativas merecem registros: o Portal de Livro, um banco de dados com mais de 30 mil publicações científicas, implantado pelo Brasil e a Unesco, bem como o fornecimento de bolsas de estudos de pós-graduação a estudantes da CPLP nas áreas de interesses estratégicos e prioritários.

Estamos incentivando a diversidade cultural e implementando programas educacionais para capacitar sua população a tomar o seu destino em suas próprias mãos. Estamos, sobretudo, buscando prevenir e controlar a AIDS e a malária, para que o próprio futuro do continente não corra risco. O Brasil coloca sua experiência a serviço dos países atingidos por esses flagelos.

Quero saudar o Presidente de Portugal, Doutor Jorge Sampaio, por sua proposta de iniciar campanha de conscientização sobre o HIV/AIDS.

Foi com essa convicção que o Brasil, juntamente com outros cinco países, anunciou durante a Cúpula Mundial sobre a AIDS, em Bangcoc, um acordo para a produção de genéricos antirretrovirais a baixo custo. Vamos tratar 10 milhões de pessoas e salvar incontáveis vidas.

É com o mesmo espírito que reitero o convite para que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP participem do Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro

próximo, em Nova Iorque. Vamos mostrar ao mundo que temos respostas concretas e soluções realistas para que todos os seres humanos tenham o direito de sonhar com uma vida melhor.

A luta pelo desenvolvimento necessita também da parceria com a iniciativa privada. O estabelecimento dos Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, e em Administração Pública, em Maputo, estimulará o espírito empreendedor dos jovens africanos que querem contribuir para o futuro do continente.

Demos um passo gigantesco para realizar esse potencial ao assinarmos, mês passado, o ato constitutivo do Conselho Empresarial da CPLP. Durante o período em que o Brasil ocupar a Presidência Pró-tempore do MERCOSUL, iremos propor a nossos parceiros dessa Associação uma substancial redução das tarifas de importação dos países da CPLP, com o objetivo de dinamizar nossas trocas comerciais.

Meus senhores e minhas Senhoras,

Nossa Comunidade é unida por valores e princípios nascidos de uma vivência lingüística comum que queremos preservar e difundir. O fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, germe da CPLP, foi uma prioridade durante a Presidência brasileira.

Saúdo a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que tornará ainda mais ágil e franco o nosso diálogo. Queremos que as novas tecnologias de comunicação multipliquem o potencial do português como instrumento de inclusão de nossos concidadãos, especialmente os mais carentes, no mundo do conhecimento.

Estamos desenhando uma nova geografia econômica em parceria com o G-90 e desejamos contribuir para o êxito da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – NEPAD.

Este é o desafio que deixo com Vossas Excelências e com nossa Organização ao desejar-lhes toda felicidade, e quem sabe possamos no próximo

encontro concluir que a CPLP estará mais forte, mais organizada e cada vez mais unida em torno dos princípios dos países que compõem a CPLP.

Muito obrigado.

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no debate geral da V Conferência da CPLP - Sociedade da Informação como Contribuição para a Boa Governança e a Transparência em São Tomé e Príncipe, em 27 de julho de 2004

Considero de grande importância o debate que a CPLP promove sobre as potencialidades e desafios das novas tecnologias de informação e comunicações.

Elas oferecem oportunidades para aprofundarmos a comunicação, o diálogo e o progresso entre nossos países. Permitem democratizar o acesso à informação e participar no mundo moderno do conhecimento. O potencial dessas tecnologias é amplo. Os benefícios nos campos da saúde, educação e trabalho são enormes. Tudo depende de nossa solidariedade e vontade coletiva.

Todos os povos têm o direito aos avanços da inteligência e da criatividade humanas para promover seu progresso e bem-estar. É essa a mensagem que nossos países levaram à Cúpula das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação, em Genebra. Em Genebra, fizemos valer o direito de cada povo expressar-se em seu próprio idioma, ao assegurar que a CPLP falasse em português na Conferência. Conseguimos incluir nossa língua no debate sobre a Sociedade da Informação.

O desafio agora é incluir todos os nossos cidadãos nessa discussão. Vamos fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social. O diálogo do Estado com a sociedade civil é decisivo. Os recursos da moderna tecnologia de comunicações contribuem para a transparência na administração pública. Estamos discutindo maneiras de fortalecer a cidadania e aperfeiçoar as instituições democráticas.

Temos de saciar a fome de conhecimento.

O acesso aos avanços tecnológicos deve ser o direito de todos – e não o privilégio de poucos.

Temos urgência em promover a inclusão digital. A velocidade das transformações tecnológicas pode nos fazer perder oportunidades. Por isso, tomei a iniciativa de transformar a inclusão digital em política pública.

O Brasil vem investindo em inovador Programa de Governo Eletrônico para aprimorar a qualidade dos serviços públicos, em especial aqueles voltados aos setores marginalizados. Todo cidadão deve ter pleno acesso ao Governo e poder fiscalizar suas ações. Por meio da Internet, nosso governo fica mais participativo, mais capaz de atender às demandas de uma cidadania consciente e exigente.

O sistema de saúde pública ganha em eficiência e confiabilidade. As declarações de Imposto de Renda são hoje transmitidas com segurança e comodidade por via eletrônica. O mesmo vale para o sistema eleitoral. A votação e a apuração informatizadas são vitais. Reduzimos a fraude. Ganha nossa democracia. Nossas instituições aumentam sua credibilidade. Para que a inclusão digital seja completa, devemos estender as redes e as novas tecnologias da informação também às regiões rurais e as remotas de nossos países.

Desejamos cooperar com a CPLP nessa tarefa. O Telecentro com acesso público e gratuito que estamos instalando em São Tomé inaugurará o governo eletrônico nesse país. Repetiremos essa experiência em Cabo Verde, onde estarei nos próximos dias. Por meio do Telecentro, estamos compartilhando nossa experiência em campos de especial impacto para áreas críticas da administração pública, como arrecadação de impostos e programas educacionais.

Mas a sociedade civil como um todo deve beneficiar-se desse poderoso instrumento. Com a iniciativa do e-livro, facilitamos o acesso, via Internet, a informações e publicações acadêmicas de interesse de nossa Comunidade. Vamos realizar o sonho de fazer da tecnologia da informação uma ferramenta

de progresso científico de nossos países.

São esses alguns dos desafios que devemos explorar na reunião, em setembro, em Brasília, para dar novo impulso ao projeto de cooperação em Governo Eletrônico da CPLP.

Senhores e senhoras,

Queremos transparência e boa governança em todas as esferas - inclusive a internacional. Para que a Internet possa promover políticas públicas de alto impacto social, precisamos garantir o mais amplo domínio dessa linguagem universal. Sobretudo, precisamos capacitar as pessoas, em especial as comunidades carentes, para utilizar as novas tecnologias de informação. O software livre responde a esses imperativos. Seu grande mérito está em favorecer a transferência de tecnologia entre indivíduos e nações, contribuindo para que todos possam ingressar na Sociedade da Informação. Por essa razão, na próxima Cúpula, na Tunísia, voltaremos a defender novo modelo internacional de “Governança da Internet”, que seja multilateral, transparente e democrático. E, sobretudo que contemple a necessidade de recursos para financiar o acesso dos países em desenvolvimento às novas tecnologias.

Trabalhando juntos, poderemos criar uma Sociedade da Informação onde todos os países e seus cidadãos sejam convidados a participar. Temos confiança em nossa capacidade e a firme convicção de que nossos povos desejam viver essa grande aventura tecnológica de nossos tempos.

Muito obrigado.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na leitura de comunicado conjunto, em Libreville, Gabão, em 27 de julho de 2004

Queria dizer ao Presidente Omar Bongo a alegria e a satisfação da minha delegação com o carinho com que fomos recebidos ontem neste país.

Nossa relação com a África, Presidente, é muito mais do que relações diplomáticas, muito mais do que relações comerciais, muito mais do que um acordo científico e tecnológico. A nossa relação com

a África é uma relação de irmandade, é a relação de um país que reconhece a importância que os africanos tiveram na construção da nossa gente, na construção da nossa cor, da nossa beleza, da nossa riqueza e da nossa cultura. Foram muitos anos em que homens e mulheres africanos construíram riquezas no meu país, sem conhecer a palavra liberdade.

Nós, hoje, estamos em uma cidade, a capital do Gabão, que significa liberdade, em um palácio que significa liberdade. Estamos em um país que dá passos para um desenvolvimento mais equânime e para que possa, o povo do Gabão, desfrutar da riqueza produzida pelo próprio povo.

Possivelmente, eu seja o Presidente da República do Brasil que mais tenha visitado os países africanos, por conta de uma relação histórica que queremos reconstruir, a começar por ensinar às nossas crianças, no Brasil, que os negros não nasceram escravos, eram homens e mulheres livres que viraram escravos no nosso país. Sem aprender essa lição mínima, não acabaremos com o preconceito do planeta Terra.

O Brasil não é um país rico, tem potencial para ser rico. De 1950 a 1980, embora o Brasil tenha sido o país que mais cresceu no mundo, essa riqueza não foi distribuída de forma justa. Entre 1970 e 2004, o Brasil praticamente dobrou a sua população, saindo de 90 milhões para 190 milhões; entretanto, durante 20 destes 34 anos de crescimento, a população aumentou, mas a economia não cresceu. Significa que o número de pobres cresceu.

Mas o fato de o Brasil ter pobres não significa que o Brasil não possa ajudar outros irmãos, de países em condições similares a do Brasil ou em condições até de maior pobreza que o Brasil.

Poderemos ajudar com conhecimento científico e tecnológico, poderemos ajudar na formação de universitários do Gabão e de outros países africanos, poderemos ajudar na formação de empreendedores para vários países africanos e poderemos ajudar fazendo parcerias como a que está sendo feita, aqui, pela Companhia Vale do Rio Doce.

Poderemos ajudar, fazendo parcerias na construção de laboratórios para a produção de remédios para combater a AIDS; poderemos ajudar, financiando obras de infra-estrutura.

Fazemos isso, Presidente, porque eu fui um cidadão muito pobre, de uma região brasileira que, de 1680 a 1830, recebeu parte dos 700 mil escravos que o Gabão mandou para o Brasil. A minha mãe sempre dizia: “na mesa que come um, comem dois, e na mesa que comem quatro, comem oito”. Portanto, mesmo o Brasil não sendo um país rico, temos, por dever moral, político, ético, histórico e humanitário, muito para ajudar países mais pobres do que nós, e vamos fazê-lo. Vamos fazê-lo e, por isso, estamos aqui para afirmar, mais uma vez, que o Governo brasileiro vai tentar, definitivamente, no menor tempo possível, recuperar o tempo perdido, quando os governantes brasileiros só olhavam para o mundo desenvolvido. É importante que olhemos o mundo desenvolvido, é importante que tenhamos negócios e muitos negócios com o mundo desenvolvido, mas é importante que não nos esqueçamos daqueles que historicamente estão ligados ao povo brasileiro.

Por isso, muito obrigado pelo carinho. Podem ficar certos de que estamos dando um passo importante, e torço para que o povo do Gabão e o povo brasileiro, através dos seus ministros, através dos seus presidentes, possam se reunir muitas vezes quando, certamente, produzirão efeitos econômicos que poderão trazer benefícios para os dois povos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar de gala oferecido pelo Presidente do Gabão, Omar Bongo, em Libreville, em 27 de julho de 2004

Foi com grande prazer que aceitei o convite de Vossa Excelência para vir a este país irmão, em retribuição à sua visita ao Brasil em 2002.

Desde que assumi o cargo de Presidente do Brasil, decidi que as relações com a África estariam dentre as prioridades de meu governo.

A África influenciou decisivamente a formação da identidade nacional brasileira. Na visita que faço a este belo país, retorno às origens de nosso povo. Ressalto a contribuição bantu na cultura brasileira. O maculelê, a capoeira, o próprio samba brasileiro nasceram nesta região, onde está situado o Gabão, e foram levados para o Brasil pelos cerca de 700 mil bantus que chegaram às terras brasileiras entre 1680 e 1830.

Quando menino, no meu estado natal, Pernambuco, assisti o maracatu, dança popular trazida pela gente bantu.

Senhor Presidente,

Brasil e Gabão compartilham opiniões sobre temas importantes da agenda internacional. Acreditamos no multilateralismo. Ele é o caminho para chegarmos a um mundo mais democrático e justo. O Brasil defende a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. Vossa Excelência foi o primeiro presidente africano a defender, ainda em 1977, um assento permanente para a África. Aproveito para agradecer o apoio do Gabão à aspiração brasileira de um lugar permanente nesse Conselho.

Gostaria, também, de cumprimentá-lo pela eleição do Ministro Jean Ping à Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 2004. Trata-se de justo reconhecimento ao dinamismo da política externa de Vossa Excelência e às qualidades pessoais de seu Chanceler.

Caro amigo Presidente,

O desenvolvimento dos povos é condição prioritária para a paz e para a preservação da democracia. É necessário que a comunidade internacional se comprometa em erradicar a fome e a pobreza. Não é possível permanecer indiferente e impassível diante do espetáculo de populações famintas perambulando por um mundo rico em recursos. Conto com a presença de Vossa Excelência no Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro próximo, em Nova York. Vamos lá discutir soluções concretas

e realistas para combater esses flagelos.

Senhoras e senhores,

Desejo expressar meu reconhecimento à Comunidade Econômica dos Estados da África Central, e a meu anfitrião, em particular, por seus esforços na mediação de conflitos no Continente.

O Brasil entende que a paz é condição necessária para o desenvolvimento dos povos da África. Este continente conta com vasto patrimônio de recursos naturais. Mais do que isso, conta com valiosos recursos humanos e com a capacidade e a maturidade de seus povos para idealizar e implementar seu futuro. Verifico, com satisfação, os progressos da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), corajoso compromisso da sociedade africana com seu próprio destino.

Senhor Presidente,

O aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é necessidade estratégica. A ordem econômica mundial apresenta dificuldades e desafios que só poderão ser superados por meio da aproximação solidária dos países em desenvolvimento. Quando articulamos nossas posições, nossa capacidade de influir sobre as decisões internacionais é enorme. Provamos isso em Cancún, na Conferência da OMC. Unidos, pudemos dar novo rumo a essas negociações, de acordo com nossos interesses nacionais e regionais. Devemos continuar a agir assim.

Presidente Omar Bongo,

São muitos os campos em que podemos estabelecer parcerias, no melhor espírito da cooperação Sul-Sul. A experiência brasileira em mineração, construção de estradas em meio tropical e geração de energia elétrica pode ser útil para o Gabão. Vejo com agrado a presença da Companhia Vale do Rio Doce na exploração de manganês em seu país. Estou seguro de que essa empresa tem condições de levar a cabo a tarefa que lhe foi confiada.

A conclusão do acordo de renegociação da dívida gabonesa com o Brasil estimulará empresas brasileiras a participarem em obras públicas do

Gabão. Acabamos de estabelecer um primeiro projeto de cooperação para o combate à malária. Ele tem significado especial. Representa um passo na estratégia maior do combate à pobreza.

Sou portador de uma doação de medicamentos produzidos no Brasil contra o vírus HIV/SIDA, este inimigo implacável que ameaça o continente africano. O Protocolo de Intenções sobre Pequenas e Médias Empresas, entre nossos países, permitirá a formação, no Brasil, de técnicos gaboneses nos setores que seu país considere prioritários.

Finalmente, é motivo de grande satisfação para mim a cooperação agrícola que o Brasil pode desenvolver com o Gabão, sobretudo no cultivo da mandioca. Os instrumentos internacionais que assinaremos reforçarão uma cooperação que desejo ver ampliada sempre mais.

Meu caro amigo Presidente,

Disse ao Chanceler Jean Ping, em nosso recente encontro em Brasília, que desejava que minha visita ao Gabão pudesse representar uma nova fase nas relações entre os nossos países. Vamos ampliar nosso diálogo, intensificar nossos contatos econômicos, reforçar a cooperação bilateral, revitalizar os vínculos culturais forjados pela história.

Agradeço a Vossa Excelência a calorosa acolhida com que fui recebido em minha chegada a Libreville.

Desejo saudar esta nova etapa da amizade brasileiro-gabonesa. Convido os presentes a brindarem - em meu nome e no nome do povo brasileiro - à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade do povo gabonês.

Muito obrigado

Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da chave simbólica da cidade de Libreville, em 27 de julho de 2004

Receber a chave da cidade de Libreville tem um significado muito especial para mim e para todos nós, brasileiros. Esta cidade foi fundada por escravos

resgatados de um navio negreiro. Seu nome evoca a liberdade.

Durante o vôo que me trouxe até aqui, pude evocar as palavras de um brilhante diplomata e africanista brasileiro, o embaixador Alberto da Costa e Silva. Ao descrever o mar que separa o Brasil da África, Costa e Silva criou a imagem de um rio chamado Atlântico. Um caudaloso rio margeado por areias brancas, por onde navegaram os homens e as mulheres que fizeram a irmandade do Brasil com este Continente. O Atlântico não é um oceano que nos separa, mas um rio que une nossos povos e nossos destinos.

Estar aqui é, assim, ter o privilégio de visitar um dos berços do meu país. No tempo infamante da escravidão, milhares de indivíduos desta região bantu, que é hoje o Gabão, foram embarcados para o Brasil. Apesar do sofrimento que experimentaram no exílio forçado, eles tiveram a generosidade de doar o tesouro cultural que traziam dentro de si. Para lá levaram a alegria de seus ritmos, a beleza de suas danças, a habilidade artística de suas mãos que são, hoje, a marca do estado brasileiro onde nasci: Pernambuco.

Por isso, senhor Prefeito, agradeço emocionado a honra que me é concedida de entrar, com minha própria chave, nesta cidade de homens livres, irmãos dos brasileiros que estão do outro lado deste rio chamado Atlântico.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de condecoração da ordem Amílcar Cabral, na cidade de Praia, Cabo Verde, em 28 de julho de 2004

É simbólico que as primeiras palavras que pronuncio em território cabo-verdiano sejam para expressar a grande honra que sinto ao receber as insígnias da Ordem Amílcar Cabral.

No Brasil, ele inspirou mais de uma geração de militantes políticos. Sua mensagem de luta ecoou entre nós em um momento em que lutávamos contra

a tirania. Amílcar foi o “engenheiro das consciências”, que soube mobilizar e sensibilizar a muitos, não apenas em Cabo Verde e na antiga Guiné Portuguesa, mas no mundo inteiro. A todos fascinava a figura desse cabo-verdiano nascido na Guiné-Bissau. Liderou o movimento que forjaria o Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Foi um patriota que uniu duas nações na luta pela liberdade e pela autodeterminação.

Com raro talento, Cabral transformou Cabo Verde e Guiné-Bissau em trincheira da resistência africana à dominação estrangeira. Possuía trajetória, tinha carisma e idéias e uma extraordinária capacidade de comunicação. Todas essas qualidades o transformaram em um dos mais eminentes africanos.

Hoje, a África busca resgatar sua identidade. É momento de lembrar o homem que levou às últimas conseqüências seu ideal de promover a “reafricanização dos espíritos”.

Quando os povos africanos buscam assumir a responsabilidade por encontrar respostas próprias para os desafios do continente, recordamo-nos, com admiração, desse herói da autodeterminação. Ele foi a consciência da África. Foi capaz de atar laços étnicos, históricos e culturais que uniram comunidades na luta por um destino independente e soberano.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência é testemunha e participe desses eventos que ajudaram a fazer a história do século 20 e moldar o futuro da África. Deixou Portugal, onde vivia, para juntar-se à luta dos seus.

O processo de descolonização deve muito a seu esforço, primeiro na Guiné Bissau, depois em Cabo Verde. Esta medalha evoca um tempo heróico. Lembra os valores aos quais dediquei minha vida: a liberdade e a democracia.

Agradeço ao governo e ao povo de Cabo Verde o privilégio de poder, de agora em diante, ostentar esta condecoração.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Empresarial Brasil-Cabo Verde: Comércio e Investimentos, na cidade Praia, Cabo Verde, em 29 de julho de 2004

Senhoras e senhores, jornalistas aqui presentes,

Vejo com grande satisfação, reunidos aqui em Praia, vários empresários do Brasil e de Cabo Verde. Esse encontro mostra que está aberto o caminho para uma nova etapa na parceria econômica e comercial entre nossos países.

Fico feliz em ver que a distância e o oceano que nos separam não mais impedem os bons negócios. Estamos hoje nos conhecendo melhor.

Esse fato reforça minha convicção da importância de restabelecermos as ligações aéreas entre o Brasil e a África. Foi a existência da conexão direta entre Fortaleza e Praia que tornou possível a multiplicação das visitas de turistas e de empresários entre nossos dois países.

Mas há outros fatores que também ajudam a explicar o aumento significativo do comércio entre Brasil e Cabo Verde nos últimos anos. Nossos países estão empreendendo profundas reformas estruturais que estão modernizando nossas economias. Estamos nos equipando para os desafios de uma globalização cada vez mais competitiva.

Senhoras e Senhores,

Estamos na rota de um crescimento sustentável e duradouro. O comércio internacional é uma de nossas ferramentas mais importantes. Mas podemos fazer melhor.

Tenho grandes expectativas em relação ao Terceiro Fórum Empresarial da CPLP, que terá lugar aqui em Cabo Verde, nos próximos dias 6 e 7 de outubro. O Fórum contará com uma importante participação do estado do Ceará, parceiro natural e próximo de Cabo Verde.

Será uma oportunidade para retomarmos o debate sobre como realizar o potencial de trocas entre nossos países. Será, sobretudo, ocasião para

avaliarmos como fazer da CPLP um mecanismo mais dinâmico para canalizar investimentos e ajuda internacional para o desenvolvimento de países africanos de língua portuguesa. Sabemos que o comércio tem que ser uma via de duas mãos.

Ao Brasil, não interessa apenas aumentar as nossas exportações para Cabo Verde. Precisamos criar mais oportunidades para exportações cabo-verdianas para o Brasil. Começamos a enfrentar esse desafio com o anúncio que fiz na Quinta Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Comuniquei que o Brasil, na qualidade de Presidente pro tempore do MERCOSUL, defenderá uma substancial diminuição de tarifas nas exportações dos países em desenvolvimento da CPLP para o MERCOSUL.

Estaremos abrindo para o empresário empreendedor de Cabo Verde um mercado que se expande cada dia mais. A convergência com a Comunidade Andina fará da América do Sul um mercado integrado de 350 milhões de habitantes, com um PIB da ordem de US\$ 1 trilhão de dólares. Estamos também interessados em promover investimentos brasileiros na economia de Cabo Verde.

Convocamos os empresários brasileiros a aproveitar as vantagens naturais deste país, como centro de processamento e distribuição de bens e serviços para os mercados do continente africano.

Senhoras e Senhores,

Esta é a mensagem de confiança e estímulo que desejo deixar com os empresários aqui presentes. Juntos - agentes públicos e privados - podemos realizar o grande potencial de comércio e cooperação entre nossos países. Faço votos de muito êxito em seus contatos e bons negócios.

Quero terminar dizendo ao Primeiro-Ministro e aos empresários de Cabo Verde que o meu governo está determinado a estabelecer com o continente africano uma política, eu diria, de recuperação do tempo perdido. Durante muitos e muitos anos, estivemos com os olhos voltados para a Europa e para os Estados Unidos e vamos continuar olhando,

porque são os dois principais parceiros comerciais do nosso país. Ainda temos muito que conquistar do ponto de vista do espaço econômico, cultural, científico e tecnológico.

Entretanto, isso não impede que não olhemos para outros lugares, que olhemos para a África e saibamos que a África está precisando neste momento da ajuda dos países que têm potencial de desenvolvimento maior. Muitas vezes, a ajuda não é apenas econômica, não é o dinheiro apenas.

O Brasil tem conhecimento científico e tecnológico para ajudar. O Brasil tem condições de continuar formando quadros intelectuais, profissionais de vários países africanos, sobretudo de Cabo Verde, para que possamos repetir, aos milhares, pessoas como o nosso Primeiro-Ministro, formado no Brasil.

O Brasil tem conhecimento na agricultura, sobretudo em regiões do semi-árido, para ajudar países como Cabo Verde. A Embrapa é uma das empresas que detém maior conhecimento na área da agricultura, e poderemos ter participação efetiva na elaboração conjunta de projetos para executarmos aqui em Cabo Verde.

Temos condições de ajudar Cabo Verde na formação de pequenos empreendedores. No Brasil, temos o Sebrae, que tem experiência suficiente. Existem muitas federações de indústrias que têm acúmulo na formação de pequenos empresários, e nós, certamente, poderemos dar contribuição excepcional para ajudarmos a formar novos empreendedores em Cabo Verde.

Essas condições acontecerão de forma muito mais forte se modernizarmos e agilizarmos os meios de transporte entre Brasil e Cabo Verde. Sabemos da precariedade, mas há um avanço excepcional, já há mais gente do Ceará vindo para Cabo Verde e, certamente, terá mais gente de Cabo Verde indo ao Nordeste brasileiro, sobretudo pela porta de entrada principal, muito próxima daqui, que é o Ceará. Pretendemos trabalhar com muita força para que possamos, também através do transporte marítimo,

fazer com que haja uma evolução, e os empresários brasileiros saibam que Cabo Verde pode ser uma porta de entrada importante de produtos brasileiros para outros mercados no continente africano.

O que é importante ter claro é que precisamos começar a criar, Primeiro-Ministro, os instrumentos que podem fortalecer e reabilitar com mais eficácia essa relação. Penso ser importante que, no encontro empresarial entre Cabo Verde e o Brasil, daqui vocês criem uma associação, uma câmara de comércio – o nome vocês saberão criar –, para que possamos estabelecer possibilidades de mais encontros, descobrir as aptidões de cada um dos países, similaridades e onde podemos nos ajudar mutuamente. Isso, certamente, será de extrema valia para a futura relação entre Cabo Verde e Brasil.

Termino as minhas palavras dizendo a vocês que o comércio exterior depende, sobretudo, de ousadia, coragem. E coragem, eu diria, com muita eficácia. Quando assumimos o governo, resolvemos transformar a nossa política externa em uma ação prioritária. Nesses 18 meses de governo, já visitamos mais de 30 países. Os resultados que estamos colhendo são visíveis, e todos vocês, brasileiros, sabem que estamos batendo recorde todo mês no nosso superávit comercial.

Países com os quais o Brasil não tinha nenhuma relação. Darei um exemplo: a Síria. Tínhamos apenas 8 milhões de dólares de comércio exterior. Depois da nossa visita, saltamos de 8 para 78 milhões de comércio exterior, ou seja, a nossa relação cresceu quase 800%.

Isso valeu para todos os países que visitamos. Por que, para nós, é importante diversificar os nossos parceiros? Porque sabemos que, em relação de comércio - os empresários que vendem sabem perfeitamente bem -, sempre há um limite, ou seja, quando se atinge um determinado padrão de comércio com uma região ou com um país, fica cada vez mais difícil ampliar o intercâmbio, porque já se está vendendo o máximo possível.

Então, precisamos procurar novos parceiros.

Nós, por exemplo, temos uma briga na Organização Mundial do Comércio muito séria para abolir, definitivamente, o subsídio agrícola que a União Européia e os Estados Unidos concedem a seus produtos, dificultando as exportações naquilo em que somos muito mais competitivos. Nós já ganhamos a briga do algodão. Ainda estamos em uma etapa importante da briga, mas os sinais são excepcionais e estamos procurando outros parceiros. Por quê? Porque achamos que, em política de comércio, e vocês, como empresários, sabem melhor do que qualquer governo, não se pode ficar dependendo apenas de um cliente. Quanto mais clientes você tiver, menos vulnerável a crises você estará. Precisamos ter uma diversificação muito grande. Por quê? Porque quando os países ricos notarem que não estamos tão dependentes deles como eles imaginam, teremos muito mais facilidade de negociar os preços dos produtos que queremos comercializar.

Essa política tem colocado o Brasil em uma situação importante. Este ano, certamente, teremos superávit comercial de 30 bilhões de dólares. Será o recorde dos recordes da relação comercial brasileira. A nossa indústria já está, hoje, com 87% da sua capacidade produtiva sendo utilizada. É o maior recorde desde 1995. Quanto aos níveis de emprego no Brasil, de janeiro de 2004 a 1º de junho de 2004, geramos 1 milhão, 34 mil e 270 novos empregos. É o maior número desde 1992. Acho, portanto, que a economia brasileira entrou em um padrão de crescimento que pode facilitar a nossa relação; que possa facilitar o comércio exterior brasileiro com outros países, sobretudo com os países que estamos descobrindo agora que, por mais pobres que sejam, têm potencial comercial importante para o Brasil.

Vocês estão lembrados que eu disse aqui no meu discurso: comércio exterior é uma mão de duas vias, ou seja, cada país quer vender o máximo possível e comprar o mínimo possível, mas todos querem vender o máximo. A boa política comercial é aquela em que compramos um pouco e vendemos um pouco, porque percebemos que haverá um

crescimento das duas economias e não apenas de uma. Não nos interessa ter somente superávit; a nós nos interessa ter uma boa relação comercial que possa ajudar o país-irmão também a crescer.

É com essa convicção que faço um chamamento aos empresários cabo-verdianos e aos empresários brasileiros. Possivelmente, vocês ainda não descobriram 10% do potencial que têm para incrementar as suas relações de negócios. Não haverá computador, não haverá Internet que substitua uma boa conversa. Vocês são de negócios e sabem disso muito mais do que eu.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional de Cabo Verde, na cidade de Praia, em 29 de julho de 2004

É uma honra poder dirigir-me aos membros desta Assembléia Nacional, a Casa do Povo.

Aqui, os cidadãos de Cabo Verde exercem as prerrogativas e direitos que tão duramente conquistaram: as liberdades democráticas e o exercício da vontade soberana.

Quero prestar uma homenagem aos homens e mulheres, muitos membros dessa Assembléia, que deram seus melhores esforços – ou sua própria vida – para fazer deste país uma democracia pluralista e pujante.

Esta é uma Nação fundada no consenso. A luta vitoriosa da nação cabo-verdiana por seus direitos inspirou toda uma geração de brasileiros que padecia sob o peso da opressão e da intolerância em sua própria pátria. Foi, portanto, com forte emoção que recebi ontem a insígnia em memória do grande líder Amílcar Cabral.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Cabo Verde e o Brasil são parceiros naturais. Partilhamos, além da língua, o ritmo inconfundível de nossa música e a alegria de nossos povos. A geografia ilustra essa proximidade. Estamos unidos na determinação de dar aos nossos conterrâneos o

direito de sonhar com uma vida melhor.

Como homem que veio do Nordeste brasileiro, vivi a seca e a fome. Conheço a batalha diária de homens e mulheres corajosos e aguerridos, que deixaram sua terra querida em busca de nova vida e de nova esperança. Como brasileiro, conheço também a solidariedade daqueles emigrantes que sustentam seus familiares com o fruto de seu trabalho na grande cidade ou no país distante.

Quando assumi a Presidência do Brasil, fixei como meta de meu Governo a busca de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico sustentável e inclusão social. Todos os brasileiros devem viver com dignidade. A idéia de que o desenvolvimento econômico da Nação e o bem-estar do povo podem caminhar juntos está vingando no Brasil.

Assim como Cabo Verde, fizemos reformas estruturais inadiáveis para devolver a competitividade e o dinamismo à economia brasileira. Fizemos sacrifícios para afastar ameaças à estabilidade fiscal e financeira. Já estamos colhendo os resultados. No último mês, a produção industrial aumentou mais do que em todo o ano de 2002. O comércio está em franca expansão. O Brasil encontrou a rota de crescimento. Crescimento sustentável e duradouro, centrado na geração de empregos e na distribuição de renda. Nosso objetivo não é apenas fazer o PIB crescer, mas resgatar a imensa dívida social no Brasil. Os resultados econômicos atuais só fazem sentido se servirem para restituir a milhões de homens e mulheres os elementos básicos da cidadania.

Caros Parlamentares,

Tenho levado essa mensagem a todos os países e povos que visito.

Não podemos relegar ao segundo plano o flagelo da escassez e da pobreza, que aflige mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. Não haverá estabilidade econômica internacional, nem proteção contra o terrorismo enquanto não atribuirmos prioridade à construção de uma ordem mundial mais justa e democrática.

Com o Programa Fome Zero, conseguimos a maior mobilização de solidariedade nacional da história do Brasil. Mostramos ao país que a fome e a extrema pobreza têm rosto – mas também solução.

Queremos levar à comunidade internacional essas palavras de alerta, mas também de esperança. A fome é hoje a principal arma de destruição em massa que ameaça a humanidade. Por isso, convoquei reunião de líderes mundiais comprometidos com a erradicação da pobreza e da fome no mundo. Muitos Chefes de Estado e de Governo já confirmaram sua presença, no próximo dia 20 de setembro, em Nova York. A mobilização já começou.

Brasil, Índia e África do Sul criaram um fundo para demonstrar que a obrigação moral, política e econômica de colaborar é de todos. Aprovamos um primeiro projeto, voltado para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária em Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Confiamos no pequeno agricultor de Guiné Bissau. Nele está a resposta aos desafios sociais e econômicos de seu país. Milhões, como ele, merecem a oportunidade de demonstrar sua capacidade e vontade de trabalho.

O Brasil vem lutando, em todas as negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos. Sobretudo aos pequenos produtores agrícolas competitivos dos países mais pobres, prejudicados por práticas comerciais injustas e, muitas vezes, hipócritas. Não podemos permitir que populações inteiras paguem o preço dos subsídios concedidos a uma minoria rica. É inadmissível que multidões permaneçam em extrema pobreza devido às barreiras impostas pelos países desenvolvidos. Por isso, o Brasil saudou o resultado do painel estabelecido na OMC, por iniciativa nossa, para examinar os subsídios norte-americanos ao algodão. A decisão pioneira da OMC abre caminho para que países da África Ocidental tenham assegurada sua competitividade na produção do algodão, assim como na do café e do cacau.

Estamos confiantes. Demos um grande passo

na direção de um sistema internacional de comércio mais aberto, justo e equitativo. Não queremos depender de arranjos privilegiados com países desenvolvidos que distorcem o sistema internacional e nos condenam à eterna dependência de concessões desiguais e incertas. Apoiamos o ingresso de Cabo Verde na OMC com a convicção de que interessa aos países em desenvolvimento um sistema multilateral de comércio forte e atuante. Esse sistema deve basear-se no diálogo equilibrado entre iguais.

Estabelecemos o G-20 e estamos nos coordenando com o G-90, porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso da Rodada de Doha. Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial naqueles bens e serviços onde somos competitivos. A coordenação de esforços entre países em desenvolvimento deve ser ainda mais ambiciosa.

Durante a 11ª UNCTAD, lançamos a terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, na certeza do enorme potencial do comércio entre os países do Sul. O Sistema Global de Preferências Comerciais oferece a moldura ideal para multiplicarmos os ganhos dos processos de integração econômica e comercial entre países em desenvolvimento.

Queremos que o MERCOSUL seja um pilar da nova geografia econômica que estamos construindo. A convergência com a Comunidade Andina está transformando o continente sul-americano em um só bloco, com uma população de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares. Já estamos em negociações comerciais com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral. Esperamos que os países em desenvolvimento da CPLP possam, em breve, juntar-se nesse empreendimento.

Senhoras e senhores,

Nossa parceria deve voltar-se para a construção de um mundo mais pacífico e seguro.

É esse o sentido da decisão brasileira de

chefiar a Missão da ONU no Haiti, com a participação de tropas de vários países em desenvolvimento. Nosso objetivo é convocar a comunidade internacional a engajar-se na reconstrução das instituições políticas e na promoção do desenvolvimento econômico e social daquele país. Lá, como em todo o mundo, o nome da paz é justiça social. A democracia jamais poderá florescer em meio à desesperança de um povo condenado à pobreza e à violência. Precisamos trocar o medo pela alegria, a violência pela arte de viver. É isso que vamos fazer ao promover um jogo da Seleção Brasileira de Futebol, no dia 18 próximo, em Porto Príncipe, no Haiti.

É esse também o sentido dos esforços da África para encontrar soluções próprias para seus problemas. Tenho orgulho da contribuição da CPLP, durante a Presidência brasileira, em apoiar os processos de paz na África Central. A participação decisiva de Cabo Verde nesses esforços regionais merece nosso reconhecimento e apoio. Mas persistem ameaças no Sudão, na República Democrática do Congo e na Costa do Marfim. Assim como no Haiti, é preciso um esforço coletivo e sustentado das instituições multilaterais para responder a crises complexas e aparentemente insolúveis.

Saudamos o empenho das Nações Unidas, da União Africana e de outras organizações regionais. Apoiamos o Secretário-Geral da ONU quando ele defende um “novo pacto” nas Nações Unidas, que recoloca a Organização no centro dos debates sobre

a paz e a segurança internacionais. A ordem internacional que almejamos - justa e equitativa - tem que ser baseada no multilateralismo. Essa é a face externa de nosso compromisso com a democracia. O Conselho de Segurança deve ser democratizado. Suas decisões têm de refletir a vontade da maioria dos países membros da ONU. Só assim serão legítimas e respeitadas. Precisamos da participação efetiva dos países em desenvolvimento para assegurar a paz e a segurança. Agradeço novamente o apoio de Cabo Verde à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança. O Brasil está preparado para assumir mais essa parcela de responsabilidade.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Devemos à África muito de nossa história, de nossa cultura e de nossa identidade.

Em novembro passado, visitei cinco países da região. Voltei agora a cruzar o Atlântico para reencontrar um continente que oferece um potencial ímpar para o aprofundamento das nossas relações Cabo Verde – localizado a meio caminho entre o Brasil e a África - é sócio indispensável nessa jornada.

Queremos que nos ajude a construir uma ponte de cooperação e solidariedade entre os dois lados do Atlântico. Os acordos que assinaremos durante minha estada atestam o quanto podemos realizar juntos.

Que minha visita a este belo país, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro em 18 anos, seja um pilar dessa parceria transatlântica que estamos forjando.

Muito obrigado.



Integração Brasil-Bolívia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da ponte “Wilson Pinheiro”, em Brasiléia, Acre, em 11 de agosto de 2004

Meu querido amigo e Presidente da Bolívia, Carlos Mesa; meu querido amigo e Presidente do Peru, Alejandro Toledo; minha querida Maria Terezinha Pinheiro, viúva do companheiro Wilson Pinheiro, que dá nome a essa ponte; meu caro Carlos Camacho, Prefeito do Departamento de Pando; meu querido companheiro Jorge Viana, Governador do Estado do Acre; Ministros do meu Governo que me acompanham; Ministros do Governo do Peru; Ministros do Governo da Bolívia; meus companheiros e minhas companheiras de Pando, do Acre e, sobretudo, mulheres e homens de Brasiléia,

Meu caro Carlos Mesa e meu caro Toledo,

Em 1980, quando mataram o Wilson Pinheiro de Souza, vim a esta cidade, e o clima era muito tenso, porque o Wilson Pinheiro era um sindicalista e foi morto dentro de sua casa. Quando cheguei aqui, havia uma assembléia de trabalhadores, um clima muito tenso, muita gente armada andando pelas ruas. O nosso querido companheiro Osmarino, que está aqui do nosso lado, estava aqui. Fui chamado a fazer um pronunciamento. Não lembro o que eu disse. Somente me recordo que falei que estava cansado de fazer discurso na beira de caixão de companheiros que tinham sido assassinados.

Eu lembro que utilizei uma frase, que é muito usual, aqui, no Brasil, dizendo que estava chegando a hora de “a onça beber água”. Disse essa frase, e voltamos para Rio Branco; estrada totalmente de terra, uma poeira muito grande e, para minha surpresa, alguns dias depois, quando estava em São Paulo, fui comunicado que estava sendo processado porque um

delegado da Polícia Federal tinha entendido que a frase que eu utilizei: “está chegando a hora de a onça beber água” era uma senha para que os trabalhadores se vingassem. Aconteceu que, no dia seguinte, fui embora, e os trabalhadores mataram uma pessoa que eles consideravam suspeita de ter matado o Wilson Pinheiro.

Por conta disso, fui julgado em Manaus, fui condenado a 3 anos e meio de prisão. Obviamente, não cumpri a pena porque era réu primário. Mas o esquisito foi que, na acusação, diziam que eu não tinha que ser condenado porque tinha matado qualquer pessoa, que não tinha que ser condenado porque usava revólver ou metralhadora; tinha que ser preso porque a minha arma era a minha língua, que era muito ferina, e eu não podia andar por aí dizendo que a onça podia beber água. Ainda hoje acho que a onça precisa beber água, porque senão ela morre.

Mas quero dizer a todos vocês da alegria de estar, aqui, inaugurando a ponte. Esta ponte, como disse o nosso companheiro Jorge Viana, não é nenhuma ponte Rio-Niterói, não tem 13 quilômetros de comprimento, nem 100 metros de largura. Ela é uma ponte pequena, no tamanho e no custo. Mas, possivelmente, o significado da inauguração desta ponte é muito grande, em função daquilo que acreditamos que está reservado para a América do Sul. Quero dizer para vocês que esta ponte não tem tamanho, não tem preço, porque as coisas de muito valor para dois ou mais povos não se medem pela quantidade de cimento, nem pela quantidade de dinheiro, mas pela quantidade de simbolismo que tem a construção dessa ponte, que vai permitir que

homens e mulheres possam transitar livremente daqui para a frente entre os dois países, vencendo alguns impasses da burocracia. Viu Jorge, é sempre importante lembrar, porque aí tem Receita Federal, Polícia Federal, tem um monte de coisas que têm que ir se resolvendo, e essas coisas devem ser difíceis na Bolívia, no Brasil, e devem ser difíceis no Peru.

Mas o que importa é que nós queremos resolver, para que o menino do Pando possa namorar a menina do Acre, ou o menino do Acre possa namorar a menina do Pando, sem que haja nenhum problema entre nós, além de trabalhar, estudar e comercializar. Mas não tem coisa mais bonita do que namorar. Então, namorar já é um passo. Enquanto duas pessoas estiverem namorando, não há espaço para divergência, nem para a guerra, só para a paz.

Por isso Jorge, não vou sequer ler o meu pronunciamento. Acho que o que vale aqui, para nós, é o que estamos vendo. O que vale para nós, aqui, é olhar na cara de cada um de vocês, estudantes, mulheres e homens, e perceber que isso é uma coisa simples. Por ser simples, deveria ter sido feita há 80, 90, 40 ou 30 anos. Eu dizia, em 89, 94, 98, 2002 e continuo dizendo: um dos problemas dos governantes é que eles não conhecem o país que governam. Então, muitas vezes, as pessoas ficam presas nas capitais, atendendo apenas à demanda da burocracia e não se dão conta de que, com um gesto simples como este, você une dois países e dá um início extraordinário para a economia, tanto do Pando, quanto a do Acre.

Então, as pessoas não têm interesse em fazer esse trabalho da periferia. É muito mais cômodo ir para a capital; é muito mais cômodo ir para a cidade de 300 mil habitantes, 1 milhão de habitantes. É muito mais cômodo, no meu caso, ir para São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. Sei que é muito mais cômodo, mas é muito mais necessário eu vir a Brasília ou ir a outra cidade pequena deste país, como vamos agora a Ji-Paraná. Vamos sair daqui, os três Presidentes, e vamos a Assis Brasil, iniciar o trabalho de uma outra ponte entre o Brasil e o Peru. Porque não há nenhum sentido morarmos

tão perto, olhando de um lado e vendo outro país, e não termos uma passarela para atravessar.

A integração da América do Sul, a construção de uma nação sul-americana, passa pela integração física. Nós, se Deus quiser, iremos dar a nossa contribuição para que essa integração aconteça. É importante que todo mundo tenha claro que o Brasil, como o maior país e a maior economia da América do Sul, tem mais responsabilidade, tem que ter mais solidariedade, tem que ser mais companheiro e mais generoso na sua política de integração.

Portanto, meu querido Jorge Viana, sei do trabalho que você fez para esta ponte sair. Sei do carinho que você dedicou para que esta ponte saísse. Sei da emoção, cada vez que você ia a Brasília e conversava comigo. Ultimamente, ele estava me ligando preocupado: “olha, Presidente, a ponte não é tão grande”, pensando que eu ficaria decepcionado. Mas, Jorge, mesmo que fosse um eucalipto fazendo a travessia, feito pelas tuas mãos, com o carinho com que você faz as coisas, ainda assim eu teria vindo a Brasília.

Portanto, quero agradecer, aqui, a presença do nosso querido companheiro Toledo, grande companheiro nosso, não apenas companheiro do Brasil, porque é Presidente do Peru, mas companheiro do Lula. E o Lula é companheiro dele.

Quero dizer ao companheiro Carlos Mesa que continuo achando que o Presidente da Bolívia tem uma oportunidade histórica, como pouca gente teve, de dar à Bolívia o tamanho econômico que tem o território da Bolívia e a riqueza que o país tem debaixo do seu solo, que o povo merece experimentar e usufruir.

No que depender de nós, Presidente, pode ter a certeza que seremos mais que parceiros, mais que irmãos, seremos, sobretudo, companheiros, porque quero terminar a minha vida vendo a América do Sul transformada em uma verdadeira nação sul-americana, onde o povo possa transitar livremente.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos vocês.

Visita do Presidente da República ao Haiti

Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, em Porto Príncipe, Haiti, em 18 de agosto de 2004

Com emoção e alegria, chego ao Haiti para um dia histórico nas relações entre este país e o Brasil.

É a primeira vez que um Presidente da República brasileiro vem ao Haiti, nação com a qual compartilhamos raízes africanas comuns.

Venho a Porto Príncipe para contatos com o Primeiro-Ministro Latortue e com o Presidente Alexandre, em um momento em que a comunidade internacional se une para prestar apoio à democracia, à estabilidade e à reconstrução nacional do Haiti.

Particpei ontem, em São Domingos, de reunião com líderes caribenhos e centro-americanos, à margem da posse do Presidente Leonel Fernández, da República Dominicana, e com a presença do Presidente Boniface Alexandre. Na reunião, destacamos a importância de um esforço de longo prazo para o desenvolvimento institucional, econômico e social do Haiti.

Dentro de uma semana, estará em Porto Príncipe uma missão brasileira, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e integrada por mais de 20 pessoas, que contribuirá para o desenvolvimento de projetos envolvendo vários ministérios, em áreas como saúde, agricultura familiar, infra-estrutura e transporte urbano.

Venho confraternizar com as Forças de Paz sob comando brasileiro e com o batalhão Brasil. Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a

Estabilização no Haiti – a MINUSTAH - reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional.

Chego ao Haiti em companhia do Presidente Jorge Batlle do Uruguai, nação irmã, sócio no MERCOSUL e agora também parceiro nos esforços de estabilização do Haiti. Alegro-me a circunstância de vários países sul-americanos estarem trabalhando juntos por um futuro de paz e desenvolvimento no Haiti.

Venho, enfim, participar de um encontro pela paz entre haitianos e brasileiros. O jogo entre a Seleção do Brasil e do Haiti permite que celebremos juntos a nossa paixão pelo futebol. Esperamos que este jogo possa se transformar em símbolo de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti, em Porto Príncipe, Haiti, em 18 de agosto de 2004

Meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; meu querido companheiro Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes; minha querida companheira Marisa Letícia; meu caro Senador Eduardo Suplicy; Senador Hélio Costa; Senador Leomar Quintanilha; Senador Maguito

Vilela; meu caro Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh; Embaixador Juan Gabriel Valdez, representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti; Embaixador Armando Cardoso, Embaixador do Brasil no Haiti; Oficiais-Generais do Ministério da Defesa da Marinha do Brasil, do Exército brasileiro e da Força Aérea brasileira; General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante da Força da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti; General de Brigada, Américo Salvador de Oliveira, comandante da Brigada Brasileira de Paz no Haiti; senhores militares da Brigada Brasileira de Paz no Haiti; senhores e senhoras jornalistas, nossos convidados,

Venho ao Haiti para celebrar a paz. A paz que vocês, integrantes da Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti, estão ajudando a devolver ao povo haitiano.

Quero, em primeiro lugar, expressar que a decisão brasileira de enviar tropas ao Haiti foi tomada em atendimento a um chamado do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É ele o órgão que tem um mandato para definir ações em favor da preservação da paz e da segurança internacionais.

Oficiais e praças da Brigada Brasil, sua missão é difícil. Um grande desafio nos trouxe ao Haiti. Viemos ajudar a restabelecer a ordem e a segurança e a reconstruir a paz no Haiti. Mas, sobretudo, viemos ajudar a lançar a semente de uma paz duradoura.

Estamos solidários à nação haitiana em sua luta pela reconciliação e reconstrução nacional. Queremos que o Haiti volte a ser a nação que inspirou gerações e produziu heróis. Queremos que o Haiti volte a levantar-se em defesa de seu destino.

Quando anunciamos a decisão de mandar tropas para este país, com o apoio do Congresso Nacional, reconhecemos que o Brasil não poderia ficar alheio ao sofrimento e à dor de um povo irmão. Um povo cuja suprema bravura deu início à emancipação colonial e pôs fim à escravidão. Um povo com o qual compartilhamos raízes africanas comuns.

Soldados do Brasil,

Seus familiares, amigos e todos nós, brasileiros, temos orgulho da missão que vocês estão desempenhando aqui. Essa é a maior missão de paz de que o Brasil já participou. A ação das Forças Armadas brasileiras, aqui, no Haiti demonstra que a comunidade internacional confia na nossa capacidade de contribuir para a paz. A presença brasileira no comando, seguramente, estimulou outros países de nossa região a participarem desta Missão.

O Brasil acredita em um Haiti melhor para o seu povo. Não podemos nos resignar a assistir, com impotência e fatalismo, à escalada da instabilidade e do medo. Queremos ajudar este país a reerguer-se, a reconstruir suas instituições, a cicatrizar suas feridas, a reencontrar o caminho do desenvolvimento e da justiça social.

Enquanto houver fome, miséria, crianças sem educação, epidemias e tantos outros males que afetam grande parte da humanidade, não haverá segurança. Em lugar da segurança, surgirão a revolta, a intolerância, o fanatismo, que são os verdadeiros alimentos do conflito, da violência e do terrorismo. Não há maior terror do que a exclusão social e a perda de perspectiva de um futuro melhor.

Não podemos nos omitir. A Brigada Brasil e a contribuição de cada um de vocês refletem o nosso engajamento.

É preciso que o povo haitiano saiba que a comunidade internacional não o abandonou. Ela está presente nas muitas nacionalidades que compõem a Missão das Nações Unidas. Está presente também nas decisões esclarecidas dos países que participaram da recente reunião de doadores. Queremos que os haitianos sintam que podem contar com a amizade e a solidariedade do povo brasileiro e de meu governo.

Uma delegação técnica virá, na próxima semana, a Porto Príncipe para definir projetos de cooperação. Nossos técnicos da Embrapa virão colaborar na valorização da agricultura. Vamos também ajudar o governo haitiano a treinar policiais para proteger vidas humanas; assistir às autoridades locais na reabilitação do Poder Judiciário; treinar

professores para educar os jovens; ajudar a reconstruir instituições e recuperar escolas.

Soldados do Brasil, soldados da paz,

Aproveito esta oportunidade para render homenagem ao Cabo Rodrigo Duarte Azevedo, que nos deixou enquanto cumpria seu dever.

Quero reiterar a cada um de vocês que o Brasil e o meu governo estão ao seu lado e farão todo o necessário para que voltem para casa com segurança e o sentimento de missão cumprida.

Daqui a pouco, terei a alegria de assistir ao Jogo da Paz. Nossos melhores talentos vão estar em campo, celebrando a paixão de haitianos e de brasileiros pelo futebol. Nos nossos jogadores vejo a realização de aspirações que dependem da capacidade de cada um, de perseguir seus ideais com confiança e determinação. Nossos jogadores nos mostram que não devemos dar ouvidos aos que dizem que os sonhos são inatingíveis. Nenhum deles teria a

alegria de ouvir seus nomes aclamados pela torcida após o gol consagrador se tivessem abandonado os seus sonhos.

Oficiais e praças das Forças Armadas do nosso querido Brasil,

Tenho certeza de que ao ver nossos craques em campo, todos sentirão um pouco mais a saudade de nossa pátria.

Mas os nossos jogadores não são os únicos craques brasileiros no Haiti. Parabéns, pois vocês também estão fazendo um gol de placa.

Meus caros amigos,

Estamos aqui para ajudar a reconciliação nacional do Haiti. Precisamos extirpar as raízes da violência, a exclusão social, a miséria e a fome.

Não devemos esquecer nunca que o verdadeiro nome da paz é a justiça social.

Muito obrigado e boa sorte.



Visita do Presidente da República ao Chile

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço no Congresso Nacional, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004

Meu agradecimento ao Senador Larrain e ao Deputado Lorenzini pelo convite para estar hoje entre os membros do Congresso Nacional chileno.

É uma honra poder reunir-me com os parlamentares que representam com espírito público o povo chileno. Em primeiro lugar, porque podemos celebrar juntos a longa, mas vitoriosa, luta pela construção da democracia no continente sul-americano. Sabemos que não há democracia real sem parlamentos atuantes, verdadeiramente representativos. Necessitamos de parlamentos que saibam exprimir a diversidade de interesses e de correntes de opinião de nossas sociedades. Necessitamos de parlamentos que saibam conciliar diferenças, criando, na diversidade, o consenso e as linhas de conduta que sirvam ao povo como um todo. Precisamos de mudanças, de maior justiça social.

Sabemos que ainda somos um continente de países em desenvolvimento. Mas só podemos conceber transformações que nasçam do debate livre, do encontro de perspectivas diversas. Nem sempre isso é fácil. As soluções não são tão imediatas como gostaríamos. Porém, no trabalho paciente de tecer o futuro a partir do debate e do diálogo, está a força do Parlamento. O Parlamento se agiganta - em momentos de transformação - quando as sociedades explicitam suas aspirações. Ele cresce quando o tempo da história se acelera, quando as demandas sociais aumentam com a prática da democracia.

Meus caros amigos,

Presto minha homenagem ao Parlamento chileno, pelo que tem representado para a consolidação da democracia e a reconciliação nacional deste país amigo. Sei do árduo caminho trilhado para chegar-se a este momento. O Chile, pela solidez de seu crescimento, estabilidade política e projeção internacional, deve ser admirado por todos os que lutaram pela democracia na América Latina. Este é um país em que a liberdade se afirma plenamente. Um país que, como o Brasil, está em busca da justiça social.

Nós, no Brasil, também percorremos um caminho árduo. Também vivemos a luta pela afirmação dos direitos humanos. Pela reconciliação nacional. Pelo restabelecimento da democracia. Nosso destino comum, traçado por nossas histórias, é a cooperação e a solidariedade. Não tenho dúvidas de que é o que desejam, profundamente, os nossos povos.

Venho ao Chile para renovar uma parceria que tem profundas raízes históricas. Seus alicerces são a coincidência de propósitos e de valores e a consciência da responsabilidade que nossas afinidades nos impõem no cenário regional e internacional. Daí a coordenação de nossos esforços nos foros internacionais, cujos exemplos mais recentes são o trabalho no G-20 e no Conselho de Segurança.

Por isso, estamos juntos na paz e na

reconstrução do Haiti. Chile e Brasil podem de fato prestar uma contribuição importante na luta por um mundo menos injusto e mais democrático. Por isso, estamos promovendo, com o Secretário-Geral da ONU e os Presidentes da França e da Espanha, a reunião de líderes mundiais em 20 de setembro, em Nova York. Aí vamos lançar as bases para uma grande iniciativa que mobilizará a comunidade internacional contra as maiores chagas de nosso tempo: a fome e a pobreza.

Quero que minha visita ao Chile seja também a celebração da confiança no que já realizamos e no muito que ainda vamos fazer juntos. Desejo que minha presença nesta Casa sirva de oportunidade para convidar o Chile a ampliar e fortalecer a amizade que sempre nos uniu.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Declaração de Hóspedes Ilustres, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004

Quero agradecer, em nome de minha esposa e de minha comitiva, a acolhida calorosa que recebemos do povo de Santiago e, especialmente do Prefeito Lavín e Dona María Estela, neste histórico Palácio Consistorial.

É com grande alegria que recebo o título de Hóspede Ilustre da cidade. Quero sempre poder voltar à cidade que é um símbolo para muitos brasileiros de minha geração. As chaves de Santiago representam, para nós, as chaves da liberdade. A liberdade de pensar e dizer. De concordar ou contestar.

Esta cidade lhes assegurou, sobretudo, o direito de serem cidadãos, no momento em que a repressão e a intolerância haviam tomado conta de meu país. Meus compatriotas encontraram aqui mais do que a hospitalidade de uma cidade acolhedora e cosmopolita ou a simpatia de um povo que nutre uma amizade secular com o Brasil. Encontraram aqui solidariedade.

Alegra-me que muitos brasileiros estejam hoje encontrando um segundo lar nesta cidade e neste país. Sei que estão sendo recebidos com o mesmo calor humano e entusiasmo de antes, tão singelamente expressa pelos alunos da Escola Brasil. E estão retribuindo, com sua arte e inteligência, para o desenvolvimento do Chile e para uma aproximação ainda maior entre nossos países. É o caso da grande bailarina e coreógrafa brasileira, Márcia Haydée, que dirige o Corpo de Baile do Teatro Municipal nesta cidade. E da primeira-bailarina, Andreza Randizeck, que também é brasileira.

Vossa Excelência é Presidente do Conselho desse Teatro, um dos centros mais importantes de difusão de cultura no Chile. Compreende, pois, nosso orgulho em estar contribuindo para o enriquecimento de seu país. Um país que sempre prezou sua vinculação ao Brasil, até na forma de um grande bairro chamado Brasil.

Nada mais forte para aproximar dois povos do que estarem unidos pela sensibilidade. Na cultura, como em todos os campos, o caminho natural para brasileiros e chilenos é a amizade, a cooperação, o intercâmbio.

É isto que anuncia o busto do Barão do Rio Branco, na esquina da Avenida Brasil com a Alameda. Como no tempo de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, aprendemos a admirar o Chile e valorizar nossa “amizade sem limites”.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente do Chile, Ricardo Lagos, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004

Agradeço as palavras generosas de Vossa Excelência.

Trazem o calor de uma amizade que é pessoal, mas também retratam a fraternidade entre nossos povos. Aqui estive como dirigente de um partido e, posteriormente, como Presidente eleito. Encontrei sempre no povo chileno a mesma disposição dos brasileiros de construir o caminho do desenvolvimento com inclusão social. Reconheço no

Presidente Lagos o compromisso com a grande tradição de transformação democrática que marca a sociedade chilena.

O Presidente Lagos é também um parceiro na luta pelo progresso econômico e social e pela democracia em nossa região. Estamos juntos na luta contra as injustiças do mundo de hoje. Unimos esforços no Haiti e na iniciativa para combater a fome no mundo.

Nossas afinidades também se expressam em uma parceria econômica e comercial pujante. Nossos empresários identificam novas oportunidades de investimentos. O crescimento vigoroso de nossas economias estimula a ampliação de nossa aliança.

Muitos brasileiros encontraram no Chile refúgio e liberdade na hora mais tenebrosa de nosso país.

Nossas afinidades nos convidam a continuar juntos no caminho do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Temos uma agenda comum. Como no Chile, aprovamos reformas que lançam bases para um novo projeto de Nação. Buscamos um modelo de desenvolvimento que reduza a vulnerabilidade externa, tenha equilíbrio macroeconômico e, sobretudo, distribua renda e riqueza. Adotamos políticas públicas integradoras e participativas, voltadas para a inclusão social de milhões de homens, mulheres e crianças.

Senhor Presidente,

Estamos convencidos de que a integração regional é resposta ao desafio de reverter o quadro de pobreza e exclusão que atinge a América do Sul. Estamos comprometidos com um ambicioso programa de infra-estrutura física para ligar nossas cidades, indústrias e oceanos. Vamos construí-lo com ferrovias e pontes, com diálogo permanente e respeito aos compromissos assumidos.

Queremos ter forte presença no mundo de hoje. Estamos convencidos de que o projeto de um MERCOSUL em expansão é fundamental para fortalecer a democracia em nosso continente. O Brasil tem consciência de suas responsabilidades na

construção desse espaço integrado de paz e prosperidade. Estamos determinados a levar em conta as assimetrias no desenvolvimento de cada país de nosso bloco. A integração sul-americana não nos afasta de nossos irmãos de toda a América Latina. Ao contrário, ela reforça nossos laços de solidariedade. Estamos fazendo de nossos países interlocutores mais respeitados na diplomacia e no comércio internacional.

Em um mundo onde muitas vezes prevalece o unilateralismo dos poderosos e a indiferença dos ricos, é preciso ter a coragem de lutar por mudanças. Brasil e Chile estão convencidos de que o multilateralismo e o direito internacional são fundamentais para a paz. Para que as Nações Unidas voltem a desempenhar o papel que lhe cabe na solução de conflitos, é necessário reformá-la e corrigir o déficit de representatividade do Conselho de Segurança.

Também é nossa certeza que as mais profundas e permanentes ameaças à ordem internacional são a injustiça e o fatalismo. Não há arma de destruição em massa mais poderosa do que a fome. Mas não basta denunciar problemas e injustiças. É preciso apontar soluções. É isso que realizou o Grupo dos 20 ao traçar novos rumos para as negociações sobre agricultura na Organização Mundial do Comércio. Como consequência, estão fadados à extinção os bilionários subsídios dos países desenvolvidos, a começar pelos subsídios à exportação.

Na cúpula de 20 de setembro, em Nova York, vamos discutir formas eficazes e realistas de financiar a luta mundial contra a fome e a miséria. Estamos conquistando corações e mentes para enfrentar esse desafio global. Temos motivos para otimismo. O número expressivo de líderes mundiais – já são mais de 50 – que confirmaram presença mostra que a solidariedade pode vencer o conformismo e o preconceito. Podemos eliminar a pobreza e a fome. O anúncio do Presidente Lagos de que até 2007 a miséria deverá estar erradicada

no Chile nos inspira a levar essa esperança para todos os povos do planeta.

Senhor Presidente,

O Chile comemora, este ano, o centenário de Pablo Neruda, o poeta maior de uma terra de poetas. Neruda inspirou gerações e enriqueceu a sensibilidade latino-americana. Nós, brasileiros – e seus amigos Jorge Amado, Vinícius de Moraes e Thiago de Mello -, aprendemos a admirá-lo porque sua poesia nos fez ir mais fundo em nossa identidade. Vossa Excelência recordou recentemente frase do grande poeta, que deveria guiar todo homem público: “Creio no realismo e no irrealismo e essas são as leis fundamentais da criação artística. Quem suprime o realismo se afasta da vida e se torna uma sombra flutuante. E o artista que se nega ao sonho e ao mistério naufraga na metade do caminho”.

Foi com esse espírito que nossos países têm aceitado tantos desafios, como o de integrar a Missão de Paz que as Nações Unidas enviaram ao Haiti. Não podíamos nos deixar acomodar pela indiferença. Era necessário pôr fim à escalada da violência naquele país. Temos de evitar que proliferem a desesperança, a revolta, a intolerância, o fanatismo, que alimentam a violência e o terrorismo.

Brasil, Chile, América do Sul, América Latina e Caribe como um todo assumiram a tarefa de encontrar soluções para os seus próprios desafios.

Nessa trajetória, devemos ser guiados pela voz da democracia e da justiça social. Devemos procurar inspiração nos grandes exemplos, como o de Salvador Allende e tantos outros patriotas chilenos. Juntos, vamos aprender as lições de nossa história para construir um futuro melhor.

Ao agradecer, em nome de Marisa, de minha delegação e em meu próprio, à Senhora Luiza Lagos e ao Presidente Lagos, a generosa e carinhosa acolhida, convido todos a um brinde à felicidade pessoal do casal Lagos e a uma crescente e fraterna aproximação entre nossos povos.

Viva o Chile. Viva o Brasil.

Muito obrigado.

Declaração à Imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de cerimônia de assinatura de Acordos, em Santiago, Chile, em 23 de agosto de 2004

Excelentíssimo senhor Ricardo Lagos, Presidente da República do Chile; senhora Soledad Alvear, Ministra das Relações Exteriores do Chile; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; senhores e senhoras Ministros e Ministras do Chile; senhora Dilma Roussef, Ministra de Minas e Energia do Brasil; senhora Ana Fonseca, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; senhor Clayton Campanhola, Presidente da Embrapa; Embaixador Osvaldo Puccio, Embaixador do Chile no Brasil; Embaixador Gelson Fonseca, Embaixador do Brasil no Chile; senhoras e senhores da imprensa do Chile e do Brasil; meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, Brasil e Chile, hoje, estão comemorando as medalhas que ganhamos ontem. O Brasil, por enquanto, só ganhou uma, mas a perspectiva de ganhar outras é bastante grande. Mas fiquei feliz porque, sabendo que é a primeira medalha de ouro que o Chile ganha, fico imaginando a alegria que está estampada na fisionomia da família chilena.

Houve um tempo, Presidente Lagos, que no Brasil, no tempo mais duro do regime militar, muitas vezes a gente falava de futebol, falava de esporte, e o pessoal mais engajado ideologicamente não queria nem falar de esporte, diziam que o esporte era o ópio do povo. Sempre fui muito fanático pelo esporte. Fico, então, imaginando o que significa para um país da América do Sul, para um país com a história e a tradição de luta democrática do Chile ter, num único dia, ganho duas medalhas de ouro. Penso que, ao invés de o esporte ser o ópio do povo, o esporte é, na verdade, a alegria, eu diria, de todos os povos do mundo, porque duvido que tenha um ser humano que não goste de alguma prática esportiva.

Por isso, queria começar dando os parabéns ao povo chileno e aos esportistas chilenos, numa área em que o Brasil é bom, mas que não teve sorte este

ano. Fica para a próxima. Mas, não tendo sido um brasileiro, mas um chileno, sinto-me como se tivéssemos ganho essa medalha também. Até porque ela vai passar muito próxima do Brasil, quando os atletas voltarem para o Chile.

Mas, Presidente Lagos, quero reiterar minha satisfação por estar no Chile e reencontrá-lo, uma pessoa a quem sempre admirei como pessoa e como político. É sempre importante lembrar que admiramos mais a pessoa quando a conhecemos não sendo governo. Tive a oportunidade de conhecer o Presidente Lagos quando ele não era governo.

Temos uma amizade que está à altura das relações de respeito e colaboração entre Brasil e Chile. Hoje, tivemos conversações muito proveitosas. Como sempre acontece quando encontro o Presidente Lagos, examinamos, com abertura e franqueza, os temas que interessam a nossos países. Ele é meu interlocutor freqüente sobre questões internacionais.

E, aqui, cabe um parêntese importante, para dizer a meus amigos do Brasil e a meus amigos do Chile: penso que poucos presidentes têm tido a preocupação de, a cada vez que vai viajar para algum lugar, conversar com outros presidentes, como o Presidente Lagos tem feito. Penso que, pela seriedade, pela representatividade e pela sua história de vida, todos nós, os presidentes mais novos aqui na América do Sul e, sobretudo, no meu caso, sempre gostamos de conversar com o Presidente Lagos e saber o que ele pensa sobre muitas das coisas que vamos fazer no campo internacional. Espero que continue com essa disposição por muito e muito tempo.

Estamos vivendo momento excelente nas relações entre o Brasil e o Chile. Nossa afinidade e sintonia de valores tem nos permitido trabalhar juntos em muitas iniciativas conjuntas, como a iniciativa do controle da fome, que pretendemos, com esse grande movimento do dia 20 de setembro, dar um passo adiante.

Estou certo de que os reconhecidos êxitos do Chile em combater a pobreza serão um trunfo para o objetivo de projetar internacionalmente nossa

luta pela equidade social.

Outro exemplo eloqüente foi sua decisão no Conselho de Segurança – amplamente aplaudida na América Latina – de não endossar a invasão norte-americana do Iraque. Aí, é importante ver a diferença. Com a mesma força que o Presidente Lagos, falando em nome do povo do Chile, disse “não” às tropas ao Iraque, ao Conselho de Segurança ele disse “sim”, quando a causa era paz, para mandar tropas ao Haiti. Tropa essa que trabalha junto com a nossa, sob a coordenação civil de um chileno, sob a coordenação militar de um brasileiro. Penso que juntos, Presidente, poderemos fazer muita coisa para ajudar o povo e a democracia do Haiti.

A Missão da ONU é dirigida por um grande diplomata chileno e é comandada militarmente por um general brasileiro. Essa parceria sublinha a importância de uma reforma da ONU, que a torne mais representativa das realidades atuais. Suas instituições, o Conselho de Segurança, em particular, precisam agir com legitimidade e credibilidade. Por isso quero, aqui, agradecer mais uma vez as palavras do Presidente Lagos com relação ao pleito do Brasil em querer ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, reconhecendo como legítima a reivindicação brasileira.

Discutimos, ainda, como aperfeiçoar nossa parceria também no campo do comércio global. Examinamos, especificamente, uma estratégia de ação para o G-20, à luz das importantes vitórias que os países em desenvolvimento conquistaram recentemente em temas agrícolas. Falamos muito de nosso continente, da Comunidade Sul-Americana de Nações que vai se formando por meio de acordos comerciais e da integração física, bem como dos crescentes contatos políticos entre os líderes de nossos países. O Chile tem um papel fundamental em nosso projeto de uma América do Sul integrada. Cada um de nós tem um papel nesse processo, que vai sendo definido de maneira democrática e aberta.

Contamos com a experiência e clareza de visão do Presidente Lagos para ajudar nossos países

e nossa região a encontrar respostas aos desafios que temos pela frente. A Declaração Conjunta que acabamos de assinar repassa em detalhe os pontos que abordei. Reafirma os valores e propósitos que nos unem, como a paz, a estabilidade democrática, o desenvolvimento com equidade e a promoção dos direitos humanos.

Para aperfeiçoar ainda mais nossa cooperação, firmamos um Plano de Ação que articula de maneira muito concreta e específica uma pauta de trabalho conjunto. O Plano reflete a visão estratégica e ao mesmo tempo prática que damos à nossa parceria.

Os três acordos que assinamos, nas áreas social, de promoção comercial e agrícola, ajudam a ilustrar o sentido dessa parceria.

A área social é uma prioridade absoluta. As políticas sociais que estamos implementando, como o programa Fome Zero e o Bolsa Família, estão ajudando a mudar a cara do Brasil. Sabemos que o Chile possui iniciativas sociais de grande sucesso, como o programa Chile Solidário. Estou seguro de que a troca regular de experiências que vamos iniciar enriquecerá ainda mais a eficácia desses programas.

Nosso comércio bilateral é hoje de 2,7 bilhões de dólares anuais e segue crescendo. Os empresários chilenos confiam no Brasil e possuem mais de 4 bilhões de dólares investidos em nosso país. Empresas brasileiras também começam a buscar parcerias com sócios chilenos em setores onde há fortes complementaridades. Com o memorando de entendimento em promoção comercial que estamos assinando, vamos aproveitar as amplas oportunidades para estimular novas parcerias comerciais.

O acordo entre a Embrapa e o INIA aprofunda a cooperação na área agrícola. Essas duas instituições de excelência vão colaborar em pesquisa científica e tecnológica em setor fundamental para o crescimento de nossas economias. Queremos, cada vez mais, que nossa competência em setores tecnológicos de ponta, como o da biogenética, sejam

a ponta de lança de nossa presença comercial internacional.

Por isso, estou realmente muito feliz de voltar ao Chile. O Presidente Lagos esteve no Brasil no ano passado e, agora, me recebe com muita amizade. Estamos trabalhando na mesma direção. Temos um longo caminho para alcançar uma verdadeira justiça social em nossos países e criar um mundo mais solidário.

As reuniões com o Presidente Lagos, como as que tenho mantido com outros líderes, me dão alento, me dão ânimo, porque sei que tenho nele um grande companheiro e que o Brasil tem no Chile um parceiro permanente.

Muito obrigado mais uma vez, Presidente Lagos.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil”, em Santiago, Chile, em 24 de agosto de 2004

Quero dizer a vocês que, como de hábito, não vou ler o discurso, vou ter uma conversa com vocês. Afinal de contas, nunca tive a chance de fazer um debate com os empresários chilenos. Se eu ficar de cabeça baixa, aqui, lendo o meu pronunciamento, vou sair sem perceber com quem eu conversei.

Queria dizer a vocês da alegria de estar mais uma vez no Chile. Vocês sabem que o Chile tem um significado especial para nós, brasileiros. No momento mais difícil da história política do Brasil, em que muitos jovens, homens e mulheres não puderam fazer política no Brasil, foi o Chile que abriu as suas portas, estendeu as mãos para que, aqui, os brasileiros pudessem encontrar um pouco de tranquilidade. Está certo que não foi tão duradoura a tranquilidade, mas não deixou de ser importante. Vocês sabem que por aqui passou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por aqui passou grande parte dos companheiros que hoje fazem parte do meu Governo, o meu querido Assessor Especial Marco

Aurélio Garcia, que aqui lecionou durante 3 anos, e tantos outros amigos.

Esta reunião tem uma característica muito especial para nós, brasileiros. Queria dizer ao meu querido Ministro da Fazenda do Chile que é a primeira vez na história do nosso país que fazemos uma viagem para outro país para discutir negócios e trazemos, na nossa delegação, a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Anvisa, do Ministério da Saúde, o Inmetro e o INPI. Todos os setores que têm a ver, direta e indiretamente, com a nossa relação comercial, estão aqui representados. Além da nossa Embrapa, que está aqui para aprender aquilo que vocês sabem mais do que nós e para ensinar aquilo o que nós sabemos mais do que vocês.

Esta reunião é importante para mim porque permite que eu possa falar um pouco do Brasil. As coisas não estão totalmente resolvidas no Brasil. Vocês, como empresários, os brasileiros e os chilenos que têm relações com o Brasil, sabem que não é de uma hora para outra que fazemos os milagres para consertar coisas que não estavam funcionando há alguns anos.

Entretanto, demos passos importantes para que eu possa dizer hoje, na frente dos empresários brasileiros e chilenos, dos representantes do governo chileno, que o Brasil está em rota sólida de crescimento econômico e está em rota sólida para cumprir parte da dívida social acumulada durante tantos anos com o nosso povo. Vocês acompanharam o Brasil nesses últimos anos e sabem que tomamos a decisão de governo de que era preciso fazer com que o Brasil tivesse uma ação política para, a partir do MERCOSUL, reconstruir uma relação forte com a América do Sul e, a partir da América do Sul, construir uma relação forte com o resto do mundo.

Eu, nesses 19 meses de governo, já visitei, parece-me, 39 países. Já recebi, no Brasil, uma dezena de presidentes de outros países, porque aprendi, muito cedo, que quando se trata de relação comercial não podemos ficar em casa esperando que o comprador apareça para comprar. Temos que sair

para vender aquilo que acreditamos que é bom. Foi por isso que tomamos a iniciativa de ter uma política internacional mais ousada e mais arrojada. Só poderíamos ter uma política comercial, uma política externa mais arrojada se consertássemos primeiro a nossa relação caseira, que era o MERCOSUL, que durante muitos anos viveu subordinado a duas moedas que não eram reais: o real nunca valeu um dólar e o peso nunca valeu um dólar. Portanto, a falta de iniciativa para mudar a política cambial no momento certo fez com que um país do tamanho do Brasil acumulasse durante muitos anos seguidos um déficit comercial quase sem precedentes na nossa história. E não foi por falta de aviso. É porque, normalmente, quando se trata de política econômica, muitos governantes não têm coragem de fazer as mudanças no tempo certo se a política econômica estiver rendendo algum dividendo eleitoral.

Pois bem. Hoje, depois de 19 meses, posso afirmar para vocês que o MERCOSUL está reconstituído. Com as fragilidades que ainda temos, com todos os problemas e as assimetrias entre as economias dos países, achamos que ele está reconstruído do ponto de vista político. Para isso, era preciso reconstruir a nossa relação com a Argentina, que durante muito tempo foi uma relação de desconfiança mútua, e, hoje, construímos essa relação e não permitiremos que um problema comercial de um ou de outro setor crie qualquer complicação na nossa relação. Se tiver um problema comercial prejudicando um setor da Argentina ou um setor do Brasil, ao invés de criar uma crise política, temos que sentar os dois setores que estão em conflito, entrar em acordo, tocar o barco para frente e continuar trabalhando e produzindo, porque os países não podem se dar ao luxo de brigar por coisas secundárias.

Estabelecemos o MERCOSUL e resolvemos partir para uma relação na América Sul. Era inconcebível imaginar que, durante 500 anos da existência do meu país, tivéssemos uma relação com a América do Sul inferiorizada. A verdade é que uma

parte das pessoas que governaram o Brasil nasceram e morreram olhando para a Europa e para os Estados Unidos e esqueceram de construir o alicerce que poderia dar solidez ao crescimento da economia da América do Sul. Afinal de contas, o Brasil, com a maior economia e a maior população do continente, tem que ter mais responsabilidade e gestos de abertura política, para fazer com que as coisas aconteçam. E quebrar a desconfiança é estabelecer uma relação política sem querer hegemonismo. Queremos parceria, queremos que o empresário chileno e o empresário brasileiro construam parcerias, queremos que o mercado brasileiro seja atrativo para o empresário chileno e queremos que o mercado chileno seja atrativo para o empresário brasileiro.

Queremos que seja assim com outros países da América do Sul, porque, sem que o Brasil tome iniciativas, as coisas ficam mais difíceis para acontecer. Como é que pode ter integração na América do Sul se não temos as estradas, as ferrovias, os portos e aeroportos que precisamos ter? Começamos a discutir, a partir de projetos existentes junto à CAF, a possibilidade de uma integração física entre a América do Sul, ou seja, temos uma ferrovia que liga o porto de Santos ao porto de Antofagasta. Só que essa ferrovia está deteriorada em vários lugares. Estamos consertando agora o trecho do Brasil até Corumbá. Mas é preciso fazer com que essa ferrovia volte a funcionar. A nossa estava parada há 20 anos, e o conserto dela custa apenas 80 milhões de reais, o que significa um descaso e um desprezo.

Estamos discutindo com a Bolívia não apenas como utilizar o gás da Bolívia, mas também a construção de um pólo gás-químico entre a Bolívia e o Brasil, porque precisamos contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento da Bolívia. Não poderemos repetir o erro histórico de apenas utilizar o gás da Bolívia sem dar a contrapartida na ajuda ao desenvolvimento industrial daquele país.

Temos como decisão de governo ajudar, através de financiamentos do BNDES e de obras de

infra-estrutura em vários países da América do Sul, para que possamos ter mais facilidade de transitar entre nós, porque senão o empresário do Equador, para ir ao Brasil, terá que ir a Miami. Se ele for a Miami, ele já faz negócio em Miami, não vai ao Brasil. Muitas vezes o empresário da África tem que ir à França para poder vir à América do Sul. Ele já faz negócio na França. Então, precisamos cuidar desse direito de ir e vir dos empresários, dos investidores, dos trabalhadores, para que possamos criar as condições de fazer com que as pessoas vejam a América do Sul.

Darei um exemplo para vocês. Inauguramos, há 15 dias, a primeira ponte entre Brasil e Bolívia em 500 anos. Uma ponte pequena, uma ponte sobre o rio Acre, uma ponte de 120 metros, mas foi a primeira em 500 anos. Estamos fazendo agora a primeira entre Brasil e Peru, para permitir que o nosso discurso de integração seja aceito pela sociedade, porque se não falamos em integração, passam-se décadas e décadas e não acontece absolutamente nada. Se o Brasil pode contribuir com o Chile na questão da política energética, não há porque não contribuir. Se a Petrobras pode contribuir com investimentos no Chile, temos que fazê-lo. Como temos que fazer em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde, em Angola. Ou seja, precisamos ter coragem de assumir a responsabilidade que queremos para competir em igualdade de condições com todos os investidores do mundo. Não somos nem países e nem empresários de terceira categoria. Muitas vezes, a nossa cultura fez com que nos posicionássemos como se fôssemos inferiores.

Quero contar uma pequena história para vocês. Fui a Londres fazer um debate, no começo do ano passado. Disse, em Londres, que a coisa que eu mais admiro nos americanos é que os americanos pensam muito neles. Se tem uma coisa que os americanos têm de importante é que eles se respeitam. Disse que eles pensam primeiro neles, segundo neles e terceiro neles. Na arte de negociar, eles são muito duros. Não acho isso ruim. Acho isso

bom. O que eu acho é que deveríamos ser tão duros quanto eles nas negociações, porque nenhum negociador respeita alguém que vai negociar com a cabeça baixa. Ninguém respeita. Temos que nos respeitar para merecermos o respeito dos outros.

Vejam, quando digo isto, digo com respeito e carinho, porque os americanos são os nossos principais parceiros comerciais. Quando falo da União Européia, falo com respeito, porque eles são, no conjunto, hoje, até mais do que os Estados Unidos. Mas eu tenho que pensar, sobretudo, no meu país. Tenho que pensar, sobretudo, no meu continente. Tenho que brigar para defender os nossos interesses.

E vejam como as coisas evoluíram rapidamente. Vejam a evolução. Quem é, aqui nesta sala, que acreditava, há 12 meses, que o MERCOSUL pudesse juntar em torno de si todos os países da América do Sul como associados? Inclusive os países da Comunidade Andina? Parecia impossível. Era quase que impossível, do ponto de vista econômico, imaginar que o México gostaria de associar-se ao MERCOSUL. Por que isso está acontecendo? Porque quando fomos a Cancún, o Chile, o Brasil e outros países tiveram a coragem e a ousadia, nem sempre compreendidos pelos setores da imprensa do nosso continente, que diziam que tínhamos sido derrotados. Foi graças àquela reunião de Cancún, foi graças ao comportamento do governo chileno e do governo brasileiro e de outros 18 países, que conseguimos agora, em Genebra, dar os primeiros passos decisivos para o fim dos subsídios agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos, que, quando estiver consolidado, pode significar aumento de 200 bilhões de dólares no comércio exterior, favorecendo os países em desenvolvimento.

Quando o Brasil tomou a decisão de ir à OMC brigar contra o subsídio ao algodão americano, não era apenas para o Brasil ganhar. Há países africanos cuja base de sua economia é o algodão, seu maior produto de exportação. Não era justo competir com uma economia forte como a americana, com subsídio. Era impossível. Gastamos 6 milhões

de dólares com advogado, mas ganhamos.

Quando entramos na luta contra o açúcar europeu, queríamos apenas que levassem em conta igualdade na negociação. Parecia impossível. Acabamos de ganhar. Isso, obviamente, ajuda não apenas o Brasil, ajuda outros países. Mas se essas lutas entre nós trouxerem problemas, por conta do açúcar chileno ou do açúcar argentino, não temos que ver isso como um grande problema, temos que sentar em torno da mesa e ter uma política específica para os nossos países.

Vamos fazer uma coisa, meu caro Ministro da Economia, uma pequena revolução na relação internacional da América do Sul. Ano que vem vamos ter, no começo do ano, uma reunião de todos os presidentes dos países árabes com os presidentes da América do Sul, ou seja, temos a obrigação de convencê-los de que eles podem olhar um pouco para a América do Sul. Aqui há paz, não há guerra; eles podem aportar um pouco do seu capital em investimentos na América do Sul: em turismo, em ferrovia, em energia, em gasoduto, ou seja, naquilo que eles quiserem. Só vai depender da nossa capacidade de vender as coisas boas que temos, porque quando um negociador de um outro país vai atuar, ele não vai falar bem do Chile, não vai falar bem do Brasil, afinal de contas, ele quer ganhar o mercado. Ele vai falar bem dele. Nós é que temos que falar bem de nós mesmos.

Por isso, procuramos fazer com que a política externa, não apenas para o Brasil, mas para a América do Sul, seja mais plural, que se abra um leque de países negociadores. Por quê? Porque não ficamos dependentes apenas de uma força comercial. Vocês, homens de negócios, sabem que, toda vez que dependemos apenas de um comprador do meu produto, ficamos vulneráveis. Ficarei mais forte quando o principal comprador do meu produto perceber que tem um outro comprando quase igual a ele. Se eu não vender para ele, venderei para outro.

Foi por isso que visitamos tantos países. Reforçamos a nossa relação com a Índia, com a

África do Sul, com a China, com vários países africanos, porque nós queremos estabelecer uma política de complementaridade. O que podemos fazer para nos ajudar mutuamente? Por exemplo, não exportamos apenas soja para a China. A China nos empresta o conhecimento que tem no lançamento de foguetes, de satélites, e levamos para a China a nossa tecnologia na construção de aviões. Isso pode ser feito com cada país, acenando quais são as políticas de complementaridade que podem ir fortalecendo a relação Brasil-Chile. O que podemos fazer para nos ajudar mutuamente? O que o Chile tem que o Brasil não tem? O que o Brasil tem que o Chile não tem? Não falaremos de futebol, aqui, nesta reunião, mas vocês podem falar de tênis porque ganharam duas medalhas de ouro. Mas temos muita coisa para avançarmos. Passamos muito tempo com a nossa ação truncada, muito subordinada a um ou a outro bloco. Mas agora temos que crescer e nos ajudar mutuamente. É com este espírito que eu sinto orgulho de estar no Chile, de ter participado de tantas reuniões com o Presidente Lagos e de poder estar aqui com os empresários chilenos.

No mês passado, fui aos Estados Unidos fazer um debate com investidores. Eu estava preocupado por causa do risco-Brasil. Vocês sabem que, quando ganhamos as eleições, o risco-Brasil estava em 2 mil e 400 pontos. Agora está em 500 pontos. Mesmo assim, fico me perguntando: que risco? Não temos terremoto, vulcão, guerrilhas, maremoto, neve, muito menos guerra. Ou seja, onde está o risco?

Bem, acho que essas empresas, na medida em que vão percebendo o comportamento dos governantes, vão percebendo que há seriedade. E fizemos a combinação de uma política fiscal dura, para não gastarmos mais do que a gente arrecada. Quero dizer a vocês, com todo o carinho, que não aprendemos isso apenas na universidade, aprendemos dentro da casa da gente. Sou filho de uma mulher que morreu aos 64 anos, analfabeta, mas que nunca fez uma dívida que não pudesse pagar.

Ela morreu sem ter um televisor, porque achava que não podia pagar e não fazia dívidas. Para governar é a mesma coisa. Você só pode endividar-se até onde pode pagar. Se você não pode pagar, pare, porque senão você vai deixar para um outro. É preciso ter responsabilidade nisso, porque você não está lidando com o seu dinheiro.

Nós, no Brasil, tomamos essa atitude. A atitude de fazermos todas as reformas no primeiro ano de governo. Vocês sabem que não foi fácil, porque aqui foi feita reforma na Previdência. Apesar das brigas que eu tive com os meus companheiros, que são da minha origem, fizemos a reforma da Previdência porque era preciso fazer. Fizemos a reforma tributária porque era preciso fazer.

A Ministra Dilma vai falar sobre o marco regulatório do setor energético, que foi unanimidade entre os empresários. Vamos fazer o marco regulatório do saneamento básico. Mandamos projeto de Parceria Público-Privada para o Congresso Nacional, porque queremos não apenas que a economia brasileira seja aberta, queremos que ela seja aberta de forma responsável, sem destruir a seriedade da relação que temos que ter com os nossos parceiros.

É por isso que quero terminar dizendo aos empresários brasileiros e aos empresários chilenos: vocês não têm que ter medo de serem grandes; vocês não têm que ter medo de virarem empresários multinacionais; aliás, acho que seremos mais fortes e mais respeitados no mundo dos negócios na hora em que tivermos muitas empresas multinacionais andando pelo mundo afora.

É com este desejo que quero me despedir de vocês, porque tenho outro compromisso agora com o Presidente Lagos. Quero dizer a vocês que acreditem que, no Brasil, não vamos fazer brincadeiras com a economia. O povo brasileiro já perdeu muito, o povo brasileiro já perdeu demais. Digo sempre que, possivelmente, eu seja o único presidente do meu país que não tem o direito de errar. Porque todo mundo entra, erra, vai embora e não

acontece nada.

Acontece que, a hora em que deixar o governo, voltarei para minha casa, a 600 metros do sindicato onde fui presidente, que é o sindicato mais organizado do país, com quem mantenho vínculo até hoje. E se tem uma conquista que quero ter quando deixar o meu governo, é poder olhar os empresários brasileiros, é poder olhar os trabalhadores brasileiros

de cabeça erguida, dizendo para eles: posso não ter feito tudo, mas, certamente, fiz o máximo que o mandato de um presidente permite que eu faça.

É com essa seriedade que nós, do Brasil, queremos aperfeiçoar as relações com os empresários chilenos, com o governo chileno e com a sociedade chilena.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.



Visita do Presidente da República ao Equador

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em sua honra, oferecido pelo Presidente do Equador, Lucio Gutierrez, em Quito, Equador, em 24 de agosto de 2004

Retorno com grande satisfação ao Equador. Vim a Quito para a posse do Presidente Gutiérrez, pouco depois de haver assumido a Presidência do Brasil. Quis mostrar a solidariedade que nos unia, em um momento de grandes esperanças para os nossos países. Volto agora para reafirmar aquela comunhão de ideais e de compromissos.

Passados quase dois anos, os desafios e as expectativas permanecem. Mas já avançamos muito. Nossas economias voltaram a crescer. Como no Brasil, o Equador adotou, sob a sua liderança, amigo Presidente, medidas duras para reduzir a vulnerabilidade externa e recuperar a credibilidade internacional. Mas, como disse o Presidente Gutierrez: “a economia deve estar a serviço do povo”; não o contrário. De nada adianta o crescimento se não traz ganhos efetivos para a qualidade de vida dos mais vulneráveis. Nossos governos estão tomando medidas enérgicas para que o desenvolvimento beneficie a todos.

Senhor Presidente,

O Equador é um país rico, dono de uma biodiversidade única. Localizado na metade do mundo, é porto estratégico para a navegação internacional. Seu povo, herdeiro de grandes realizações, é o parceiro com quem meu governo deseja trabalhar.

Amigo Presidente,

Os instrumentos que amanhã firmaremos revelam o novo estágio de nossas relações. Mostram possibilidades nos campos da saúde, da energia e de ciência e tecnologia e de infra-estrutura como um todo. Temos importantes parcerias a comemorar. Começaram finalmente as obras da Hidrelétrica San Francisco. O financiamento de US\$ 243 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro, permitirá a realização de um sonho de 30 anos: levar energia, água e desenvolvimento econômico para uma região carente do Equador. A Petrobras quer contribuir para que a indústria petrolífera do Equador continue sendo um fator de desenvolvimento e de segurança nacional.

Não lograremos o desenvolvimento sem uma integração dinâmica e equitativa. Uma integração sem hegemonia, mas com fraterna solidariedade. Pensamos que o comércio deve ser uma via de duas mãos. Convidamos o Equador a participar do programa de Substituição Competitiva de Importações para ampliar suas exportações ao Brasil.

Senhor Presidente,

Nossos destinos estão ligados aos de nossos vizinhos. Brasil e Equador estão determinados a ajudar a transformar o nosso continente em uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Um grande

espaço político e econômico da Amazônia à Patagônia. O acordo entre o MERCOSUL e os países andinos abre caminho para tornar realidade o sonho de um continente economicamente próspero, socialmente justo e politicamente estável.

Estimulará negócios e projetos de cooperação que vão além da relação comercial. Fomentará a circulação de bens e serviços, mas também de pessoas. Nosso acordo com Peru e Bolívia para dispensar passaportes aos cidadãos de nossos países é o exemplo que queremos seguir com outros países, como com o Equador.

O Brasil tem de mostrar ousadia, flexibilidade e generosidade. Conhecemos as assimetrias entre os nossos parceiros. Vamos assegurar que países de menor desenvolvimento possam exercer ao máximo suas potencialidades. Nossa comunidade não prosperará sem uma rede moderna e eficiente de infraestrutura: transportes, energia, comunicações. Brasil e Equador têm papel estratégico nessa tarefa. Queremos a interconexão entre as regiões amazônica e andina e aproximar o Atlântico do Pacífico. Conforme prevê o Presidente Gutiérrez, o projeto de ligação Manta-Manaus converterá o Equador em eixo central de transporte entre a Ásia e a Europa, tendo a América do Sul como ponto focal.

Meu caro Presidente,

A Nação Sul-Americana que estamos conformando se afirma no cenário internacional.

O Grupo dos 20, que contou em Cancún com uma participação ativa do Equador, vem ajudando a reescrever a agenda da Organização Mundial do Comércio em matéria de produtos agrícolas. Nossos países estão atuando para convencer a comunidade financeira internacional a aceitar os mecanismos inovadores de financiamento propostos pelo Grupo do Rio. Por essa razão, atribuo importância ao apoio às propostas que apresentei a líderes mundiais em favor de uma revisão dos critérios de contabilidade do Fundo Monetário Internacional. A superação dos entraves ao desenvolvimento requer firme atuação de nossos países, em defesa de regras mais justas e

equilibradas não só no comércio internacional.

Estamos fazendo a nossa parte com disciplina e maturidade. Por isso é inadmissível que países como o Equador sejam obrigados a desembolsar 40% de seu “pressuposto” para rolar a sua dívida externa. O comportamento que estamos exigindo dos países desenvolvidos é o mesmo que impusemos a nós mesmos. Buscamos um desenvolvimento que concilie crescimento econômico sustentável e inclusão social com aprofundamento da democracia e presença soberana no mundo.

Senhoras e senhores,

São essas as prioridades de meu governo. É com este espírito de confiança e de solidariedade que celebro a intenção comum de dar continuidade à aproximação e integração entre nossos países.

Por isso, convido a todos os presentes a erguer um brinde à saúde do Presidente Gutiérrez e de sua esposa Ximena e à prosperidade do nosso querido povo irmão equatoriano.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de imposição da condecoração da Ordem Nacional do Mérito do Equador no grau de Grande Colar, em Quito, Equador, em 24 de agosto de 2004

É com profunda emoção que recebo essa prestigiosa condecoração e agradeço de pronto as generosas palavras do Presidente Gutiérrez.

Para nós, brasileiros, todos os gestos de apreço e amizade, todos os símbolos de deferência e distinção ganham uma dimensão especial, aqui, no Equador.

Essa homenagem é ainda mais significativa porque a condecoração com que sou agraciado é a Ordem Nacional “Al Mérito”. Ela recorda os eventos e heróis da histórica Batalha de Pichincha, de 1822. No mesmo ano em que o Brasil conquistava seu lugar entre as nações soberanas, o Equador confirmava sua vocação para a independência, declarada mais de dez anos antes. Receber a Ordem Nacional é,

portanto, a um tempo, uma honra e um desafio. Uma honra, pois evoca homens e mulheres, a começar por Antonio José de Sucre, que não hesitaram em dar fortuna e vida pela causa do povo equatoriano e pelo sonho da liberdade. É também um desafio, pois a visão e o destemor dos primeiros patriotas equatorianos continuam a nos chamar à luta para construirmos uma Comunidade Sul-Americana de Nações que reforce a nossa capacidade de atuar e negociar internacionalmente, sem antagonismos desnecessários, mas com altivez e conscientes de nossos direitos.

As transformações são necessárias para cumprir as promessas de 1822, de fazer do Brasil um país plenamente soberano e confiante no seu futuro. De construir um país mais forte e justo. O ano de 1822, que a condecoração evoca, é o ideal de justiça e liberdade que unem os nossos destinos e os nossos povos. Lutaremos juntos, Brasil e Equador, por uma América do Sul cada vez mais unida, mais democrática e mais solidária. Portarei com grande honra essa insígnia que recorda nosso compromisso solene de continuar a lutar pelos ideais do Libertador.

A fraternidade continental que inspirou o marechal Sucre continuará sempre a servir de exemplo para minha conduta à frente da Nação brasileira.

Muito obrigado, amigo Lucio.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional, em Quito, Equador, em 25 de agosto de 2004

É uma honra poder dirigir-me ao Congresso Nacional, onde os cidadãos do Equador - através de seus legítimos representantes - exercem as prerrogativas e os direitos que conquistaram em lutas memoráveis.

Aqui se afirmam cotidianamente valores fundamentais como os Direitos Humanos, a liberdade, a defesa do Estado Democrático de Direito, a busca da igualdade econômica e social e o

exercício da vontade popular soberana.

Como ex-deputado, que participou na elaboração da Constituição de meu país, tenho claro o papel determinante dos parlamentos na construção de uma nação. É no Parlamento que as forças vivas de um povo se encontram e convergem em direção a uma visão comum. Nele se exercitam a tolerância e o respeito mútuo. Assim, sinto-me profundamente honrado pela deferência do Congresso Nacional do Equador, ao interromper o recesso parlamentar para realizar esta Sessão Solene.

Quero agradecer a esta Casa, pela honra de me haver concedido a medalha “General Eloy Alfaro”. Alfaro foi o grande construtor da Nação equatoriana. Suas ambiciosas reformas, nos mais variados campos, lançaram as bases do Equador de hoje. Homens como o General Alfaro, nos inspiram a moldar países capazes de realizar suas potencialidades, onde todos sejam cidadãos de primeira classe.

Senhor Presidente, senhores Parlamentares, Estou feliz de poder regressar ao Equador.

Esta é minha segunda visita a este país em pouco mais de um ano e meio de governo. Quito foi destino de minha primeira viagem oficial ao exterior, em janeiro de 2003, quando aqui estive para participar das cerimônias de posse do Presidente Lucio Gutiérrez. No ano passado, recebi também a visita do Presidente Gutiérrez em Brasília. Nossos países souberam intensificar relações bilaterais, com base em iniciativas concretas.

Brasil e Equador partilham o entendimento de que a cooperação bilateral, inclusive no campo social, é instrumento importantíssimo de integração regional. Essa cooperação na área social contempla hoje, prioritariamente, questões como a rede de proteção social, a saúde, a alimentação e a nutrição, a avaliação de políticas sociais e administração pública.

Logramos avançar também em iniciativas vinculadas a obras de infra-estrutura neste país, como a Hidrelétrica São Francisco, projeto que conta com financiamento brasileiro da ordem de US\$ 243

milhões. É motivo de satisfação para o Brasil poder participar de esforços concretos, que visam a dotar os equatorianos de melhores condições para seu desenvolvimento.

Nesta visita, estamos iniciando também ampla cooperação em matéria de energia e de telecomunicações.

Senhor Presidente, senhores Parlamentares,

Quando assumi a Presidência do Brasil, fixei como meta de meu governo a busca de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico sustentável e inclusão social. Mais que isso: queremos que a inclusão social e a distribuição de renda sejam fatores decisivos do crescimento econômico e não apenas sua consequência. A estabilidade democrática e o desenvolvimento econômico e social no Brasil e na região são fatores que se reforçam mutuamente. Buscamos a participação de toda a sociedade e dos Poderes da República no projeto de um país próspero e mais justo.

Sabemos que, para levar a bom termo as reformas, é fundamental uma relação de confiança e respeito entre o Executivo e o Legislativo. Em um mundo crescentemente interdependente, é preciso valorizar os Legislativos, inclusive quanto ao fortalecimento da ação internacional do Estado. Somos favoráveis a um permanente diálogo acerca das posições negociadoras conduzidas pelo Executivo. Isso não enfraquece o Presidente. Ao contrário, dá-lhe a legitimidade do apoio popular.

Queremos fortalecer o MERCOSUL e promover a integração plena da América do Sul. Queremos construir um Espaço Econômico Sul-Americano da Amazônia à Patagônia que não se restrinja ao plano comercial e que integre políticas industriais, sociais, tecnológicas e culturais.

No último dia 13, tive a satisfação de comparecer à instalação, em Assunção, no Paraguai, do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, destinado à solução de controvérsias no âmbito do bloco. Trata-se de instrumento da mais

alta importância no processo de integração, pois revela o amadurecimento institucional do MERCOSUL. Consolida-se a decisão de nossos países de manter e ampliar o grande projeto de integração do Cone Sul. Para nós, o MERCOSUL não é somente uma escolha. É nosso destino. Vemos a integração sul-americana como imperativo histórico. Ela é necessária à promoção do desenvolvimento em toda a região. Ainda no plano político, a criação do Parlamento do MERCOSUL tem sido discutida no mais alto nível. O exemplo do Parlamento Andino pode ser uma fonte de inspiração para esse objetivo.

Buscamos alcançar, na América do Sul, uma união sólida e equilibrada. Ela deve trazer vantagens para todos, tornando viável o sonho de um continente unido e solidário. Vivemos hoje um novo ambiente político, mais propício à retomada dos esforços de integração regional.

Meus colegas Presidentes do MERCOSUL e de outros países da América do Sul, entre eles o do Equador, têm-me transmitido profunda coincidência de visões sobre a importância de nossa aliança. Ela é projeto estratégico para o desenvolvimento econômico e social de nossos países, no quadro mais amplo de nossas relações com toda a América Latina e o Caribe.

Nesse contexto, vejo com extrema satisfação a conclusão das exitosas negociações do acordo CAN-MERCOSUL. Com a associação dos dois principais blocos do continente, forma-se uma aliança econômica estratégica que congrega uma população de cerca de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares. Damos, assim, passos concretos em favor da constituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Nela, cada um de nossos povos se beneficiará, como nunca, das enormes potencialidades e capacidades existentes na nossa região.

Queremos uma América do Sul com identidade própria, que emergirá nas relações internacionais como um pólo irradiador de paz,

prosperidade, justiça social e democracia.

Meus caros parlamentares,

O Brasil tem se empenhado a fundo, em todas as negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre comércio sejam abrangentes. Não podemos conviver com práticas comerciais injustas, contraditórias e, muitas vezes, hipócritas. Defendemos um sistema internacional de comércio mais aberto, justo e equitativo. Não queremos depender de arranjos privilegiados com países desenvolvidos, que distorcem o sistema internacional e nos condenam à eterna dependência de concessões desiguais e incertas.

Tenho repetido que a fome é, hoje, a principal arma de destruição em massa que ameaça a humanidade. Por esta razão, convoquei reunião de líderes mundiais comprometidos com a erradicação da pobreza e da fome no mundo. Cinquenta Chefes de Estado e de Governo já confirmaram presença em Nova York, no dia 20 de setembro próximo, para debatermos o tema. Quero uma vez mais agradecer o apoio do Presidente Gutiérrez a essa reunião à qual comprometeu-se a participar. Nossa parceria deve voltar-se para a construção de um mundo mais pacífico e seguro.

Foi esse o sentido que orientou a decisão brasileira de chefiar a Missão da ONU no Haiti, com a participação de tropas de vários países em desenvolvimento. Na semana passada, tive a profunda emoção de presenciar em Porto Príncipe a partida de futebol entre as seleções do Brasil e do Haiti. Naquele espetáculo, o medo foi substituído pela alegria, a violência pela salutar disputa esportiva.

Apoiamos nas Nações Unidas o “novo pacto” defendido pelo Secretário-Geral Koffi Anan, que almeja recolocar a ONU no centro dos debates sobre a paz e a segurança internacionais. Defendemos uma ordem internacional justa e equitativa, amparada no multilateralismo. Renovo meu agradecimento ao apoio do Equador à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Senhor Presidente, senhores parlamentares, Não é exagero afirmar que buscamos fortemente imprimir nova qualidade ao relacionamento do Brasil com seus vizinhos continentais. Estamos unidos por laços tradicionais de história, cultura e geografia. Tenho me empenhado, desde o primeiro dia do meu governo, para que esses vínculos não se limitem a gestos retóricos de boa vizinhança.

Estou certo de que esse sentimento é compartilhado pelo Equador. Retornar a este belo país é uma celebração do orgulho e da confiança no que já realizamos juntos.

Minha presença neste Parlamento é a oportunidade para renovar o convite para continuarmos a alargar e fortalecer a amizade que sempre nos uniu, pois é nesta Casa que estão reunidas as forças políticas vivas, capazes de entender o momento que atravessamos e as expectativas de nossas sociedades.

Meus parabéns, muito obrigado, e viva o povo do Equador.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração conjunta à imprensa, em Quito, Equador, em 25 de agosto de 2004

A cooperação que estamos começando hoje abrirá novas alamedas na já tradicional e histórica amizade que une o Equador e o Brasil. Nossas relações entram em fase de acelerada e crescente interação entre nossos governos, sociedades e instituições. Em prazo relativamente curto, construímos um significativo entendimento em áreas relevantes para o desenvolvimento econômico e social.

A cooperação brasileiro-equatoriana se dá, prioritariamente, em torno de questões como a rede de proteção social, a saúde, a alimentação e nutrição e a avaliação de políticas sociais e de administração pública. Vamos agora estender nossa cooperação aos setores de energia e telecomunicações. Isso estimulará a interação empresarial entre os dois países,

impulsionará a construção de uma verdadeira integração econômica e, portanto, da Comunidade Sul-Americana de Nações que almejamos.

Os Memorandos de Entendimento nos setores de telecomunicações e de energia, ora assinados, lançam as bases de participação dos setores privado e público brasileiros no desenvolvimento dessas áreas da economia equatoriana. No caso de telecomunicações, o documento prevê o aprimoramento do setor no Equador, em especial o estabelecimento de programa de modernização da gestão das empresas estatais de telefonia. Prevê, igualmente, o intercâmbio em matéria de regulação entre a Agência Nacional de Telecomunicação do Brasil e seu congênere equatoriano, o Conselho Nacional de Telecomunicações.

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação no setor energético visa, em primeiro lugar, a estabelecer as bases iniciais para a futura colaboração entre a Petrobras e a Petroecuador, na exploração do petróleo e do gás natural. Busca também promover entendimentos nas áreas de

eletricidade e energias renováveis, com ênfase na tecnologia de aproveitamento do etanol, de forma a incentivar a reestruturação, a reforma regulatória e o desenvolvimento desses setores no Equador.

Nossa cooperação bilateral tem forte conteúdo social. O Memorando de Entendimento que firmamos nessa área dará prosseguimento à colaboração que se vem consolidando entre Brasil e Equador com respeito ao tema da saúde. A nova cooperação que lançamos hoje tem por objetivo a transferência, entre as partes, de conhecimentos técnicos na área de aleitamento materno e a criação de bancos de leite humano para a integração de ambos os países na futura rede latino-americana de bancos de leite humano.

Gostaria, ainda, de ressaltar que os atos hoje assinados têm significado mais amplo do que seus efeitos imediatos: reforçam nossa amizade e reafirmam o empenho de Brasil e Equador de trilharem o caminho que levará a uma América do Sul mais justa, próspera e coesa, e, portanto, mais firme em suas posições e respeitada no contexto internacional.

Muito obrigado

Visita ao Brasil do Presidente de Moçambique

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço em homenagem ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio Itamaraty, em 31 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique; Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal; Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; senhor Leonardo Santos Simão, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; senhores Ministros membros da delegação de Moçambique; senhores Ministros e Ministras do Brasil; senhores Embaixadores; senhores Parlamentares, meus amigos e minhas amigas,

Retribuo com viva satisfação a generosa hospitalidade com que fui acolhido em Moçambique, em novembro passado. São os gestos de um povo com o qual construímos um sólido patrimônio de fraternidade e afeto, que só a nossa língua é capaz de traduzir. Um povo que conquistou nossa admiração ao forjar uma nação forte e soberana dos escombros da guerra e do ódio. Que se libertou da herança amarga do colonialismo para construir um país em paz com sua história e voltado para o futuro.

Ao lado de líderes como Samora Machel e Eduardo Mondlane, o Presidente Chissano soube, com clareza de propósitos, inspirar seu povo no caminho de reconciliação e de reconstrução.

O Brasil junta-se a Moçambique para comemorar esse feito. Ao passar a presidência do país

nas próximas eleições, Vossa Excelência deixa uma nação com instituições democráticas consolidadas. Vossa Excelência deixa uma nação confiante. Com determinação e trabalho, foi possível sonhar com um futuro melhor. Os altos índices de crescimento econômico alcançados por Moçambique são prova de que o continente está reencontrando seu rumo.

Foi essa a mensagem que Vossa Excelência deixou ao encerrar seu mandato como Presidente da União Africana. Sua defesa da ordem constitucional é um chamamento para que a região erradique os conflitos armados que têm ceifado tantas vidas. Sob sua inspiração e comando, o Conselho de Paz e Segurança assumiu a responsabilidade pela estabilidade na região.

Nas crises em São Tomé e Príncipe, em Guiné Bissau e na República Centro Africana, a África mostrou que está empenhada em prevenir e conter seus conflitos. O Brasil, no exercício da presidência da CPLP, se orgulha de apoiar esses esforços.

Senhoras e senhores,

A comunidade internacional começa a descobrir o que o Brasil sempre soube: o enorme potencial de Moçambique e de sua gente. O país entrou, definitivamente, na rota dos grandes investimentos.

A Companhia Vale do Rio Doce, com apoio financeiro do BNDES, deseja engajar-se na

exploração do carvão de Moatize e no desenvolvimento social do Vale do Zambeze. Acreditamos no potencial desses projetos, sobretudo porque acreditamos em Moçambique. Por essas razões, assinamos o acordo que consolida o compromisso brasileiro de reduzir a dívida de Moçambique com o Brasil. Com essa mesma confiança, estamos revigorando programas de cooperação nas áreas de educação, agricultura, esportes, meio ambiente e administração pública. Esses projetos ajudarão Moçambique a desenvolver a capacitação técnica para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável. Reitero, por isso, o compromisso do Brasil em instalar, em Maputo, fábrica de anti-retrovirais.

Senhoras e senhores,

O grande comandante da resistência moçambicana, Samora Machel, costumava dizer: “a luta continua”. A colonização e o apartheid foram superados, mas persistem graves obstáculos à prosperidade de Moçambique e da África. Sua batalha por uma ordem econômica mundial mais justa e equitativa também é a do Brasil.

Estamos empenhados em combater o protecionismo. Essas vitórias nos foros multilaterais, sobretudo na área da agricultura, ajudam nossos pequenos produtores agrícolas a ganhar mercados e a reduzir a pobreza e a fome em nossos países. A erradicação desses males é condição essencial para a promoção da paz. Não venceremos o terrorismo se não respondermos ao maior desafio de segurança internacional – a segurança alimentar. Esta é minha mensagem a todos os foros internacional: precisamos desarmar a maior das armas de destruição em massa que é a fome. É essa a palavra que levarei ao Encontro de Líderes Mundiais, dia 20 de setembro quando, em Nova York, discutiremos esse assunto e, sobretudo, discutiremos estratégias internacionais de combate à pobreza. Sua presença naquele evento, Presidente Chissano, junto com mais de 50 líderes mundiais, é viva demonstração de que a comunidade internacional entendeu o desafio à frente.

Brasil e Moçambique compartilham o anseio por uma ordem internacional mais justa e equitativa. É essa a mensagem que levamos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Renovo a gratidão de meu governo pelo apoio prestado por Moçambique ao nosso pleito de obter assento permanente naquele Conselho.

Senhor Presidente,

Alcançamos a maioria durante a Quinta Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em São Tomé. Ficou claro que ela pode assumir seu papel na defesa dos temas que nos unem e aproximam. Com esse objetivo, a CPLP definiu estratégias e linhas de ação comum com vistas à próxima Cúpula da Sociedade da Informação. Com o mesmo sentimento, propus um diálogo entre o MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP para aumentar nossas trocas comerciais.

Por todos os motivos, o Brasil e Moçambique estão fadados a seguir cada vez mais unidos. Esta é a mensagem que quero transmitir ao povo moçambicano. Com esse espírito de confraternização, peço a todos os presentes que se unam a mim em um brinde pela prosperidade do povo moçambicano, pela intensificação das relações sempre fraternas entre o Brasil e Moçambique e pela saúde e felicidade pessoal do Presidente Joaquim Chissano.

Muito obrigado.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita oficial do Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio do Planalto, em 31 de agosto de 2004

Excelentíssimo senhor Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique; senhor Leonardo Santos Simão, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique; meu caro companheiro Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores do Brasil; senhores Ministros

membros da delegação de Moçambique; senhores Ministros brasileiros; Embaixadores; Embaixadora, meus amigos e minhas amigas,

Os acordos que acabamos de assinar são um passo a mais na relação que queremos manter, cada vez mais forte, com o Governo de Moçambique.

Todos vocês acompanham a nossa política externa desde que tomamos posse no dia 1º de janeiro do ano passado. E todo mundo, no Brasil, sabe da nossa decisão de termos, cada vez mais, uma política mais ousada, uma política mais positiva com relação aos países da África e, sobretudo, com Moçambique. Pelas nossas raízes históricas, pelo fato de falarmos a mesma língua e pelo fato de sabermos que o Brasil e os outros países têm uma dívida histórica com os países africanos.

Digo sempre que, por mais que tenhamos feito, ainda não conseguimos pagar o que significou o trabalho de homens e mulheres que eram livres na África e se tornaram escravos no nosso país.

Dentre os acordos que assinamos, considero o de maior relevância a reestruturação da dívida de Moçambique para com o Brasil. Felicito o Ministro Palocci por ter cumprido compromisso que já não é novo. É um compromisso que vem desde 2000 e que reiteramos quando visitamos o Presidente Chissano, no ano passado. E estamos cumprindo agora. Penso que isso pode servir de exemplo para que outros países da mesma magnitude do Brasil tenham os mesmos gestos para com outros países pobres do mundo, que, muitas vezes, têm uma dívida que todo mundo sabe que é praticamente impagável, mas que funciona como uma espécie de espada na cabeça do devedor.

Penso, então, que estamos abrindo um novo padrão de confiabilidade entre o Brasil e Moçambique.

Quero dizer ao Presidente Chissano que, nesse pouco tempo de governo, foi possível verificar com todos os contatos que eu tive com países africanos e fora da África a sua importância política, o papel simbolizando a recuperação definitiva da

democracia que, a partir de Moçambique, o senhor tem permitido se espalhar por todo o continente africano.

Haverá, este ano, eleições em Moçambique, e sei que Vossa Excelência não concorrerá à reeleição. Isso é mais uma demonstração de que vocês conseguiram, depois de 16 anos de guerrilha, depois do aprendizado de uma guerra, depois de muito sofrimento, valorizar, como poucos, o simbolismo e o valor real do exercício da democracia.

Tenho mais dois anos de mandato. Dois anos e alguns meses. Independentemente de Vossa Excelência não ser mais o Presidente de Moçambique, esteja certo que nós, do Brasil, não iremos medir esforços para cumprir não apenas os acordos assinados aqui, mas também acordos que assinamos em Moçambique, no campo da educação, do combate à Sida, no campo da agricultura. O Brasil pode e deve ajudar muito Moçambique: a Embrapa tem tecnologia para Moçambique, os empresários do campo brasileiro têm muito para contribuir com o desenvolvimento de Moçambique. E acho que o Brasil fará a sua parte.

Quero dizer ao Presidente Chissano que, nesse jogo político mundial muito complicado em que às vezes entramos, terminamos um mandato e não conhecemos nem o nosso vizinho. Às vezes não conhecemos praticamente ninguém.

Fico imaginando o que uma liderança do seu porte vai fazer. O Presidente Chissano, quando sair daqui, vai ao Rio Grande do Sul fazer uma visita a uma feira, que é a Expointer, uma das feiras mais importantes da América do Sul. Ele está interessado em conhecer um pouco a questão do gado zebu brasileiro, onde temos um grande rebanho e tratamos isso com alta tecnologia.

Só para se ter uma idéia, em 1964 – estou falando de 40 anos atrás – o Governo brasileiro fez uma lei proibindo a importação de embriões de zebu da Índia, porque alguns amigos do Presidente da época tinham comprado, praticamente, todos os embriões e não estavam permitindo a renovação do

nosso rebanho. Somente no ano passado foi que conseguimos, depois de quase 40 anos, fazer importação de novos embriões da Índia, para possibilitar a renovação do nosso rebanho de gado zebu. O Brasil tem tecnologia e pode ajudar muito um país como Moçambique a se desenvolver, como temos, na questão da soja.

Preocupa-me saber que um homem da sua envergadura, da sua dimensão – em um continente complicado, onde nem tudo ainda está resolvido –, fico imaginando se é direito, ou é justo uma pessoa que conquistou, ao longo de muitos anos, a liderança e a representatividade junto aos países africanos, como o Presidente Chissano, voltar para casa e cuidar de boi zebu. Acho, meu caro Celso, que vamos ter que trabalhar muito para encontrar uma atividade, eu diria, um pouco maior do que essa.

Espero que tenhamos oportunidade, Presidente, de, em Nova York, podermos conversar um pouco, já que sou grato pela nossa relação e pelo apoio que Moçambique tem dado às pretensões do Brasil no Conselho de Segurança Nacional. Sou grato pela sua participação, em Nova York, no dia 20, para discutir a questão da fome.

Mas acho que essa situação não tem muito retorno, não. Pode se preparar, porque o Brasil vai aumentar muito a sua relação com os países africanos. Eu, até agora, só fui a sete países africanos. Se contar os árabes africanos, fui a 10. Pretendo, todo ano, visitar um conjunto de países africanos, até ver se terminamos o mandato cobrindo, pelo menos, a grande maioria dos países africanos. Porque acho que o Brasil, pelo que representa, precisa estar sempre dando o exemplo de estender a mão àqueles que mais precisam.

Quero, portanto, dizer-lhe que nesse conjunto de ações que assinamos, hoje, têm um significado maior a questão da dívida, que o nosso querido Palocci assinou. Espero que ele já não esteja arrependido de ter assinado.

Mas acho que para nós é muito significativo

esse ato. É muito importante. Fizemos, estes dias, o mesmo com a Bolívia. Há mais alguns países que nunca conseguirão pagar a dívida, e acho que temos que ajudá-los fazendo um gesto como esse.

Qualquer coisa que eu fizer pela delegação e pelo Presidente Chissano, ainda assim não conseguiremos pagar o carinho com que fomos tratados em Moçambique.

Estou muito otimista, torcendo e fazendo o que é possível para que a nossa Vale do Rio Doce consiga ter o seu projeto aprovado e ser a ganhadora da concorrência pública que vai haver em Moçambique. Acho que os moçambicanos não se arrependerão se a Vale do Rio Doce ganhar essa concorrência, porque, além de explorar carvão, ela pode ajudar em outros projetos, porque a Vale do Rio Doce, além de ser uma grande empresa, tem participação de fundo de pensões. É uma empresa que tem um sentido e uma visão social muito grande.

Sei que Moçambique já recebeu um grupo de técnicos do BNDES, e que o banco se colocou à disposição para financiar projetos neste país. Isso é apenas um pouco do pagamento do carinho que recebemos em Moçambique. Pode ficar certo, Presidente, que haveremos de avançar a cada ano um pouco, até que a nossa relação não seja apenas uma relação diplomática ou uma relação virtual, mas que seja também algo forte, de sangue, de um país que se reencontrou com o povo africano que fez esse país ser a maravilha que é.

Não sei se o senhor percebeu que a mistura entre os negros africanos, os portugueses e os índios brasileiros fez com que essa miscigenação criasse esse povo tão bonito, que é o povo brasileiro. E isso é impagável. E, portanto, vamos passar muitos séculos devendo aos países africanos.

Muito obrigado, Presidente. Que Moçambique consiga consolidar todas as aspirações que motivaram a sua independência, que motivaram a sua participação política e que motivam todo o seu governo e o povo de Moçambique.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em homenagem ao Senhor Junichiro Koizumi, Primeiro-Ministro do Japão, no Palácio Itamaraty, em 16 de setembro de 2004

Excelentíssimo senhor, Junichiro Koizumi. Primeiro-Ministro do Japão; excelentíssimo senhor José Alencar, Vice-Presidente da República; senhor Masaaki Yamazaki, Vice-Ministro da Secretaria-Geral do Gabinete; meu caro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores no Brasil; demais ministros do meu governo,

Quero fazer aqui uma menção honrosa ao nosso querido Eliazer Batista, presente neste almoço, e também ao nosso querido Vanderlei Cordeiro de Lima, o nosso maratonista que, além de ganhar a maratona do Japão, virou a personalidade das Olimpíadas de 2004.

Meus amigos parlamentares; empresários; ministros japoneses e brasileiros; meus amigos e minhas amigas.

Dou as boas-vindas ao Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi.

Há quase dez anos, um Chefe de Governo do Japão não visitava o Brasil. Sua presença, senhor Primeiro-Ministro, abre uma nova etapa de nossas relações, forjadas há quase cem anos, quando os primeiros japoneses chegaram ao Brasil.

No limiar deste novo século, Japão e Brasil passam por processos de renovação política e econômica. Uma nova geração de dirigentes chega ao governo de nossos países. Nossas economias recobram vigor, após um longo período de marasmo

e de incertezas.

Excelência,

Aprendemos a admirar no povo japonês e nos imigrantes que para cá vieram a perseverança diante da adversidade, a determinação em avançar, o espírito de solidariedade comunitária. Pude observar essas qualidades em minha primeira viagem ao Japão em 1975, quando estive no Japão a convite dos trabalhadores da Toyota. Essas mesmas virtudes transformaram o Japão na segunda potência econômica mundial em poucas décadas.

Senhores e senhoras,

O Brasil também está voltando a crescer. Reencontramos o caminho do desenvolvimento, em forma sustentável e com justiça social. Colhemos os primeiros frutos de uma política econômica consistente e responsável. Estamos saneando as contas públicas, aprimorando o marco regulatório, reduzindo a vulnerabilidade externa. Mas é fundamental, sobretudo, superar as históricas desigualdades sociais que mancham nossa sociedade e retardam nosso progresso.

O Japão em muito contribuiu para a construção do Brasil moderno. Nossa parceria ajudou a criar um dos maiores e mais competitivos parques industriais do Hemisfério Sul. Trouxe tecnologia para nos transformar em grande produtor de minérios e em um dos celeiros do mundo.

Queremos voltar a ser o destino preferencial dos empreendimentos japoneses que, no passado, tornaram nossas relações exemplares. Queremos que o Japão volte a ser fonte de investimentos e conhecimentos que permitirão ao Brasil vencer os desafios do mundo de hoje. A revitalização do Comitê-Econômico CNI-Nippon Keidaren permitirá aos nossos empresários identificar novas oportunidades de investimentos e explorar nossas complementaridades comerciais. No campo ambiental, são promissoras as possibilidades de cooperação. A experiência brasileira com biocombustíveis oferece alternativa para tornar a matriz energética japonesa mais limpa e sustentável. A incorporação do etanol e do biodiesel às nossas economias representará uma contribuição decisiva para tornar realidade as metas do Protocolo de Quioto.

Senhoras e senhores

A visita do Primeiro-Ministro Koizumi reforça a confiança no potencial de nossas relações. Com o mesmo espírito, aceitei seu convite para visitar proximamente o Japão. Estamos resgatando uma parceria prioritária para a política externa de meu governo. A união entre Brasil e Japão tem uma dimensão global. Nossa aliança é imprescindível. Apostamos no multilateralismo como instrumento do diálogo e da cooperação solidária entre povos e nações. Rejeitamos a força das armas de destruição em massa. Nossas Constituições renunciam à lógica do terror e à ameaça de aniquilamento mútuo. São esses os princípios que orientam nossa atuação na ONU e que nos fizeram os dois países que maior número de vezes foram eleitos para o Conselho de Segurança. Temos indiscutível vocação para ocupar, num Conselho de Segurança renovado, assentos de membros permanentes. É conhecida nossa

disposição para aceitar essa responsabilidade. É natural, portanto, que o Brasil e o Japão se apoiem mutuamente nesse processo inadiável de atualização das instituições das Nações Unidas às exigências do mundo contemporâneo.

Diálogo franco e cooperação solidária são os valores que fundam os laços de sangue e de história que unem nossos povos. Uma união antiga, que remonta à presença no Brasil de uma expressiva e laboriosa colônia japonesa – a maior do mundo. Uma união que ganhou um novo capítulo de amizade e solidariedade com os brasileiros que retraçaram o caminho de seus antepassados japoneses. Estou seguro de que a comunidade brasileira que hoje se consolidou no Japão está retribuindo, com seu trabalho e dedicação, um pouco da valiosa contribuição de sucessivas gerações de nipodescendentes para o Brasil de hoje.

Somos reconhecidos aos esforços que Vossa Excelência promove para facilitar a boa integração dos imigrantes brasileiros. É mais uma expressão da fé inabalável de brasileiros e japoneses no valor da convivência e da cooperação.

Em 2008, festejaremos, juntos, o centenário deste ir e vir de pessoas, idéias e valores entre o Japão e o Brasil.

Vamos celebrar uma parceria assentada em vínculos humanos e uma história de amizade. Vamos retomar o dinamismo e olhar para o futuro, recolocando nossas relações no nível que nossa história comum espera e nossas possibilidades exigem.

É com este espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde à saúde de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, e à renovação permanente da amizade nipo-brasileira.

Kampai!

Ação contra a fome e a pobreza

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, em Nova York, em 20 de setembro de 2004

Tarja Halonen, Presidente da Finlândia; senhor Benjamim Mkapa, Presidente da Tanzânia; senhor Jaques Chirac, Presidente da França; demais senhoras e senhores, Chefes de Estado e de Governo; senhor Jean Ping, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas; meu caro amigo Juan Somavia, Diretor-Geral da OIT; senhoras e senhores representantes de organismos internacionais; senhoras e senhores representantes de organizações não-governamentais, senhoras e senhores,

Meu agradecimento à Presidente Halonen, da Finlândia, e ao Presidente Mkapa, da Tanzânia, pelo convite para participar deste debate sobre a implementação da Declaração do Milênio.

Durante a Cúpula de 2000 foi anunciada solenemente, aqui nas Nações Unidas, a decisão coletiva de fazer do Terceiro Milênio uma era de paz e desenvolvimento para todos, especialmente para os que se encontram à margem dos enormes avanços econômicos, científicos e tecnológicos do mundo contemporâneo.

Assumimos compromissos ambiciosos, mas inadiáveis. Os objetivos são desafiadores, mas realizáveis. Não podemos, nem queremos, continuar a conviver com a ameaça da guerra, com o alastramento da AIDS, com a frustração crescente dos que não têm direito à dignidade nem à esperança.

Não estamos aproveitando o potencial que a globalização oferece para reduzir a fome e a pobreza, para prover de condições dignas o mundo do

trabalho, para atender as demandas de homens e mulheres por alimentação, moradia, água, saneamento, educação e cultura.

O relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização vem em boa hora. Mostra, com números eloqüentes, que a globalização aumentou a distância entre ricos e pobres, acirrou assimetrias e aprofundou desigualdades. A suposta racionalidade dessa globalização não satisfaz os interesses da maioria. Os desafios e dilemas de nossa sociedade planetária exigem soluções integradas e vontade comum. Precisamos globalizar os valores da democracia, do desenvolvimento e da justiça social para dar resposta ao preocupante déficit de governança mundial.

São esses valores que contribuirão para dar outro sentido à segurança coletiva, reduzindo a ameaça do terrorismo e das armas de destruição em massa. Quantas vezes teremos que repetir que a mais mortífera arma de destruição em massa que o mundo possui é a miséria? Sabemos que o mercado e o estímulo à produção e à alocação de recursos são importantes. Mas os mecanismos de mercado não são capazes, por si mesmos, de assegurar o fim das desigualdades e das injustiças. Em alguns casos, podem mesmo agravá-las; por isso é necessária a intervenção de líderes comprometidos com o progresso social.

É preciso tomar as rédeas da globalização. É necessário torná-la uma força positiva para todos os

povos do mundo. O fortalecimento do sistema multilateral das Nações Unidas é fundamental para desenvolvermos estratégias integradas e consistentes que respondam aos múltiplos desafios. Globalização justa significa regimes multilaterais mais eficazes, transparentes e democráticos. Regimes que remunerem a maior competitividade dos agricultores – grandes e pequenos, nos países em desenvolvimento, ao eliminar as barreiras que restringem o acesso aos mercados dos países ricos.

O sistema financeiro internacional deve contribuir para o crescimento da produção e a melhor distribuição de renda em nível mundial. Suas regras devem permitir aos países em desenvolvimento a necessária margem de autonomia para que construam suas infra-estruturas e apliquem políticas industriais e tecnológicas próprias.

Senhoras e senhores

Uma outra globalização, socialmente justa e politicamente sustentável, deve começar pelo direito de todos ao trabalho, a um emprego que dignifica. O acesso ao trabalho decente está no centro da primeira e mais importante das Metas do Milênio: a redução da pobreza e da fome. O debate sobre condições decentes de trabalho diz respeito a todos. Cada organização internacional, cada instituição financeira, cada governo tem responsabilidade. O trabalho decente tem de ser uma realidade para todos. Não deve, no entanto, servir de pretexto para a imposição de cláusulas comerciais protecionistas que terminam por prejudicar precisamente aqueles a quem se pretende ajudar.

Senhoras e senhores,

São essas as tarefas que temos que cumprir. Sabemos, no entanto, que o exemplo deve vir de casa. No Brasil, trilhamos um caminho árduo, mas necessário, contra os desequilíbrios internos e a vulnerabilidade externa. Estou hoje mais otimista do que nunca.

O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Embaixador Somavía, pôde ver durante sua recente visita ao Brasil os resultados do programa

“Fome Zero”. Estamos combatendo a miséria com seus aspectos emergenciais, mas também atacando suas causas estruturais.

Os bons resultados que temos colhido no Brasil me dão confiança. Por essa razão tenho procurado trabalhar com outros líderes para colocar o tema da inclusão social no centro da agenda internacional. Esse é o sentido da reunião sobre o combate à fome e à pobreza que ocorrerá daqui a pouco.

A receptividade que teve a iniciativa que tomei, junto com os Presidentes Chirac, Lagos e Zapatero, com o apoio do Secretário-Geral Kofi Annan, reforça minha certeza de que estamos no caminho certo.

Felicito todos os que participaram da elaboração desse relatório. Suas conclusões terão papel decisivo para reforçar a determinação das Nações Unidas, de governos e da sociedade civil mundial em agir, e agir com urgência.

O trabalho decente, como a luta contra a fome, tem pressa. Não podemos esperar.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, na sede das Nações Unidas, em Nova York, em 20 de setembro de 2004

Senhoras e senhores,

Como todos sabem, esta reunião é uma iniciativa compartilhada, na qual sou acompanhado pelos Presidentes Jacques Chirac, da França; Ricardo Lagos, do Chile e José Luis Rodríguez Zapatero, do Governo da Espanha.

Em nome dos meus colegas aqui presentes, gostaria de expressar nossa satisfação pelo apoio e dedicação do Secretário-Geral Kofi Annan a esta iniciativa.

Antes de dar início às intervenções formais, gostaria de propor a adoção da agenda que foi circulada a todos os participantes. E, se não há

objeções com relação à agenda, poderíamos considerar a agenda aprovada.

Como todos sabem, nosso tempo está limitado a três horas. Portanto, temos que ser um tanto rígidos, no sentido de manter o limite máximo de dois a três minutos para cada intervenção, após as palavras de abertura de meus colegas. Espero poder contar com a sua compreensão, neste aspecto.

Senhoras e senhores,

Tenho, agora, a honra de convidar o Secretário-Geral Kofi Annan a proceder à sua intervenção.

(Palavras do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan)

Presidente Chirac, da França; senhor Ricardo Lagos, Presidente do Chile; senhor José Luis Rodríguez Zapatero, Presidente do Governo espanhol; senhoras e senhores Chefes de Estado e de Governo, senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Quero, em especial, agradecer a presença não só dos presidentes, dos ministros, mas, também, das entidades da sociedade civil que estão presentes.

Minhas primeiras palavras são para agradecer às senhoras e aos senhores por haverem atendido a este chamado, que não é apenas meu, e dos meus colegas Jacques Chirac, Ricardo Lagos e Rodriguez Zapatero, com o apoio do Secretário-Geral Kofi Annan. É o chamado da nossa consciência.

Esta reunião é para somar os esforços de nações, povos, sociedades e pessoas em torno de um objetivo comum: combater a fome e a pobreza que ainda afligem tantos homens, mulheres e crianças no mundo. O fato de estarmos aqui, líderes de mais de 50 povos e nações, já faz crescer nossa esperança. É um gesto forte e concreto no rumo de uma aliança mundial contra a fome e a pobreza.

A fome é um problema social que precisa, urgentemente, ser enfrentado como um problema político. A Humanidade atingiu níveis espetaculares de progresso científico e tecnológico. A produção mundial é mais do que suficiente para saciar a fome

das populações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta, para que todos tenham, ao menos, o alimento indispensável à sobrevivência. A fome subtrai a dignidade, destrói a auto-estima e viola o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida.

Hoje, tenho certeza: a nossa angústia diante do flagelo da fome é compartilhada por todos os líderes aqui presentes e por centenas de milhões de cidadãos do mundo. Mais que isso: compartilhamos a busca de soluções. Cada vez mais lideranças, povos, nações apresentam-se para combater o bom combate.

Senhoras e senhores,

Em 2000, estabelecemos, coletivamente, as Metas do Milênio, dando o necessário destaque à erradicação da fome. Elas são justas e viáveis. Mas podem tornar-se letra morta por falta de vontade política. Não podemos permitir que isso aconteça. Seria uma frustração tremenda para grande parcela da Humanidade, com danos gravíssimos à própria paz mundial. Já não bastam as intenções proclamadas. Chegou a hora de tornar esse compromisso palpável e operacional.

Não se trata apenas de cobrar dos países ricos aquilo que efetivamente podemos e devemos cobrar-lhes: uma postura radicalmente nova e um engajamento superior, frente à tragédia absurda da fome e da pobreza. Os países pobres e as nações em desenvolvimento terão autoridade moral para cobrar dos países ricos se não se omitirem internamente, se fizerem a sua parte, se aplicarem de modo honesto e eficiente seus próprios recursos no combate à fome e à pobreza.

No Brasil, estamos empenhados em fazer a nossa parte. O programa Fome Zero é um objetivo irrenunciável, que temos perseguido com obstinação. Combinamos medidas emergenciais, inadiáveis, com soluções estruturais, emancipadoras, mobilizando todos os instrumentos disponíveis.

Nosso programa de transferência de renda, o Bolsa Família, já incluiu 5 milhões de famílias

pobres, mais de 20 milhões de pessoas; reduzimos impostos sobre os alimentos de consumo popular; estamos executando o maior programa de financiamento da agricultura familiar da História brasileira; começamos a implantar um novo modelo de reforma agrária; aumentamos os recursos para a alimentação escolar que atende, hoje, 36 milhões de crianças carentes.

Governo e sociedade civil trabalham intensamente para cumprir as Metas do Milênio. Vamos, inclusive, instituir um prêmio nacional para as cidades que mais avançarem no seu cumprimento.

Senhoras e senhores,

Sabemos que em vários países também estão sendo feitos esforços consideráveis para combater a fome. Mas, no mundo de hoje, essa não é uma tarefa que os povos possam cumprir isoladamente. O que existe no mundo é fome de inclusão social, de oportunidades econômicas e de participação democrática. Uma política de combate à fome, imprescindível à inclusão social pela qual lutamos, supõe a retomada sustentável do crescimento econômico, com expansão do emprego e da renda de vastos segmentos de nossas sociedades, que hoje se encontram à margem da produção, do consumo e da cidadania. Supõe, também, reduzir as profundas assimetrias da economia mundial, para equilibrar o relacionamento comercial entre as nações e atenuar as pressões financeiras sobre os países em desenvolvimento.

No relatório técnico apresentado por França, Chile, Espanha e Brasil são examinados alguns mecanismos inovadores de financiamento que poderão complementar os esforços atuais e suprir o conhecido déficit de recursos para o desenvolvimento. O relatório não é exaustivo, nem prescritivo. Analisa alternativas e oferece um leque de opções para o conjunto de atores: governos, organizações sociais, setor privado e indivíduos. Ele inclui medidas que demandam negociação multilateral, como taxas sobre transações financeiras ou sobre o comércio de armas, e outras que podem, desde logo,

ser adotadas de forma voluntária, a exemplo das contribuições via cartão de crédito.

Senhoras e senhores,

Não os convidamos aqui para discutir ou mesmo endossar os aspectos técnicos do relatório. Estes serão examinados, com a necessária profundidade, no momento apropriado. Aqui estamos para, juntos, inaugurar uma nova etapa nos esforços de combate à fome e à pobreza. Não nos esqueçamos nunca de que a fome é a mais cruel das armas de destruição em massa. A fome continua matando 24 mil pessoas por dia e 11 crianças por minuto.

O desafio é tão grande que nos exige humildade para reconhecer que não há soluções prontas, fórmulas mágicas e ousadia para enfrentá-lo com a prioridade e a urgência que os famintos do mundo reclamam. A pior resposta ao drama da fome é não dar resposta nenhuma.

Senhoras e senhores,

Apelo aos governos, organizações sociais, sindicatos e empresas para que reafirmem e ampliem seu compromisso, constituindo uma vigorosa parceria global pela superação da pobreza.

Para que possamos, em 2005, participar da Cúpula da ONU sobre a Declaração do Milênio com soluções, de fato, inovadoras para erradicar esse fenômeno economicamente irracional, politicamente inaceitável e eticamente vergonhoso que é a fome.

Muito obrigado.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, em Nova York, em 20 de setembro de 2004

Gostaria, primeiro, de pedir desculpas. Há um grande número de dirigentes, ministros, presidentes, representantes de instituições importantes para nós no combate à miséria, como o nosso querido Enrique Iglesias, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o nosso querido

Somavia, que não falou aqui, hoje.

Mas penso que os que falaram demonstraram que já temos total conhecimento do grave problema que significa a pobreza no mundo e da necessidade de uma nova ordem econômica que leve em conta, efetivamente, o ser humano.

Penso que estamos começando, mais uma vez, porque em outros momentos já aprovamos notas, já aprovamos documentos, mas, quando voltamos para os nossos países, cada um fica preocupado com o seu problema e se esquece das decisões que tomamos no ano anterior. Penso que precisamos fazer da política de combate à fome e à pobreza quase que uma profissão de fé, na nossa ação cotidiana, nas reuniões que fizemos daqui para a frente, entre ministros de vários países, presidentes, instituições financeiras, aqui estão presentes ONGs, sindicatos, igrejas.

Penso que um movimento que envolve a sociedade, como este que vocês conseguiram juntar aqui, neste Plenário, pode dar-nos a esperança de que estamos dando um outro passo, com um compromisso um pouco maior, já com o aprendizado de outros momentos que tivemos aqui, na sede das Nações Unidas.

Cada um de vocês vai receber a Declaração, que já teve a adesão de 107 Chefes de Governo e Presidentes da República. Penso que, quando retornarmos para casa, muitas vezes magoados,

porque o tempo foi muito curto, dois minutos, um minuto e, ainda, com a campanha tocando de vez em quando – não sei se vocês perceberam, a campanha pegou o Presidente Kirchner de surpresa e tem um barulho que nos deixa preocupados –, sei que todo mundo tinha preparado um discurso para falar um pouco mais, tinha mais assunto para falar. Mas, muitas vezes, a nossa capacidade de síntese é tão grande que, mesmo falando dois minutos, acho que as pessoas falaram a essência daquilo que era importante dizer.

Quero, portanto, do fundo do coração, agradecer aos meus pares, aqui, coordenadores. Mas, sobretudo, quero agradecer a vocês que atenderam ao chamamento e vieram e aqui ficaram todas essas horas, sentados, para falar apenas dois minutos. Mas penso que foram dois minutos que podem contribuir muito mais do que muitos discursos de horas e horas que fizemos em outros lugares e que não conseguimos concretizar, materializar uma saída.

Quero terminar dizendo que sou agradecido à vontade de vocês, à compreensão de vocês. Quero terminar dizendo: não tenho dúvida de que os pobres do mundo começam, a partir da vontade demonstrada por vocês ao comparecerem a esta reunião, a ter um pouco mais de esperança de que iremos derrotar a fome e a pobreza.

Muito obrigado a todos e até amanhã.



59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 21 de setembro de 2004

Senhoras e senhores; Chefes de Estado e de Governo; senhor Jean Ping, Presidente da 59ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas; senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas; senhor Jian Chen, Subsecretário-Geral para assuntos da Assembléia-Geral; senhoras e senhores,

Saúdo, na pessoa do Chanceler Jean Ping, os representantes de todos os povos aqui reunidos.

Cumprimento fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, que tem conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança. A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: “Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome”.

Hoje somos 191 Estados-Nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação. Esta Assembléia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes. Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional. Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio. Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo. A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos

armados desde a II Guerra.

Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos. Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá, Jacarta. Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz. Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva. Se quisermos a paz, devemos construí-la. Se quisermos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países. Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida. São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança. Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.

Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar

natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ética e ambientalmente sustentável. A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do “New Deal”, Franklin Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável: “O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação. O que mais se deve temer é o próprio medo”. Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar.

O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático. Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?

Minhas senhoras e meus senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais. Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema. Trata-se de ajustá-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural. O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infraestrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus senhores e minhas senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz. Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza. Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome. Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã. Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza. Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas senhoras e meus senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.

Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a auto-determinação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares. Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional. Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante

de uma situação concreta. Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições. Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos. O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do MERCOSUL e de uma relação estratégica com a Argentina. O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para alcançar acordos justos e equitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento. A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a Rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do

Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopirataria e à negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e senhores,

Reitero o que disse no ano passado desta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações. Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo. Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns. Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria. Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente. As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias

palavras do profeta Isaías: “A paz só virá como fruto da Justiça.”

Muito obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz, em Nova York, em 22 de setembro de 2004

(Tradução para o português do original em espanhol)

Desejo felicitar meu amigo, o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, por promover este oportuno debate sobre os aspectos cíveis da gestão de conflitos e da construção da paz.

O Presidente Lula abriu o debate geral da 59ª Assembléia Geral com uma ampla apresentação da percepção que o Brasil tem dos desafios mais urgentes do mundo de hoje. O ponto central dessa visão é a noção de que o fundamento da paz é a justiça social. Como disse em suas palavras, “um mundo onde a fome e a pobreza prevalecem não pode ser um mundo pacífico”.

Não posso deixar de expressar o apoio enfático do Brasil à intervenção do Secretário-Geral, ontem, na Assembléia-Geral, sobre a importância fundamental do Estado de Direito. O direito, e não o poder, deve ser o ordenador da convivência social, tanto no contexto doméstico quanto no internacional.

A experiência recente nos oferece vários exemplos de conflitos em países marcados por níveis muito baixos de desenvolvimento, que ilustram os limites de uma perspectiva puramente ou preponderantemente militar da construção da paz. Sem um enfoque mais amplo, que incorpore variáveis econômicas e sociais - e que esteja centrado no bem estar dos cíveis -, fracassaremos na promoção de soluções duradouras.

As Nações Unidas devem desenvolver instrumentos e mecanismos que traduzam essa consciência em estratégias concretas. O artigo 65

da Carta nos abre uma janela para aumentar a cooperação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC, ampliando o escopo da cooperação multilateral para a gestão de conflitos e a construção da paz. Não esqueçamos que o ECOSOC – e não o Conselho de Segurança – é o órgão da Carta com responsabilidade em assuntos relativos ao desenvolvimento social. E do que mais falamos quando nos referimos aos esforços de construção da paz duradoura – ou reconstrução – se não é do desenvolvimento social e econômico?

No passado, tentamos utilizar a base que proporciona esse dispositivo da Carta em situações como as do Burundi e de Guiné-Bissau. No entanto, enquanto nossos esforços demonstraram ser experiências úteis, não representaram uma resposta suficientemente articulada frente às demandas enfrentadas em muitas partes da África, do Oriente Médio, em Timor Leste, na violência crônica no Haiti, entre outras.

O Brasil aceitou a responsabilidade de comandar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – com uma forte participação de outros países latino-americanos, inclusive Chile – segundo o claro entendimento de que a paz dessa nação irmã requer um compromisso de longo prazo da comunidade internacional, não só para a paz e segurança, mas também para o progresso sócio-econômico. A ONU falhou junto ao povo do Haiti no passado ao interpretar seu papel de maneira demasiadamente estrita. Desta vez, paralelamente aos esforços para assegurar um ambiente mais seguro, temos que colocar em marcha um programa sustentável para ajudar a sociedade do Haiti nas esferas política, social e econômica. São tarefas que extrapolam o âmbito do Conselho de Segurança. Requerem a participação de outras agências e órgãos.

Temos que tirar proveito do atual ambiente favorável a reformas na ONU para começar a conceber novas maneiras para enfrentar tais situações. Devemos assegurar a continuidade entre ações de prevenção, esforços de manutenção da paz e a etapa

pós-conflito de construção da paz. Temos também que enfrentar a questão de duração e intensidade desses esforços. Naturalmente, há que se deslocar rapidamente todas as tropas requeridas pelas resoluções do Conselho de Segurança. Vemo-nos confrontados com essa necessidade no Haiti nesse exato momento. No entanto, é particularmente importante proporcionar todos os recursos humanos, financeiros e materiais para a reconstrução física e institucional. Apreciamos a generosidade dos países doadores e instituições financeiras internacionais, porém estas devem se coordenar com os organismos multilaterais, cuja competência primária em definir o quadro geral deve ser reconhecida.

Falar dos aspectos civis da manutenção da paz equivale a voltar a atenção para a importância fundamental de restabelecer a dignidade humana, muitas vezes a primeira vítima de situações de conflito. Posso bem imaginar que as discussões hoje vão estabelecer algumas especificidades técnicas dos esforços de manutenção da paz e sua interseção com a agenda humanitária, o papel das organizações regionais e outros. São todos aspectos relevantes e merecem nossa consideração.

De minha parte, desejo insistir sobre a necessidade de desenvolver novas e melhores ferramentas para enfrentar os problemas estruturais que estão na raiz das tensões que conduzem à violência e ao conflito. Pobreza, doença, ausência de oportunidades, desigualdade. Essas são algumas das causas de conflitos, particularmente aqueles no interior dos países, que cada vez mais, lamentavelmente, são parte de nossa agenda.

De acordo com as práticas prevalecentes, uma vez que os membros do Conselho de Segurança considerem que um ponto da agenda não mais representa uma ameaça à paz, a situação é colocada em um limbo, sem um acompanhamento intergovernamental dos processos de reconciliação e reconstrução. Esta lacuna em nossos métodos pode fazer com que recomece o conflito, como demonstra o trágico exemplo do Haiti.

Senhor Presidente,

Não importa quão sofisticadas sejam as nossas ações militares de manutenção da paz. Somente saberemos enfrentar eficazmente os desafios da segurança que se apresentam se integrarmos os elementos políticos, sociais e econômicos em nossas estratégias. Com esse fim,

podemos extrair inspiração do disposto no Artigo 65, redigido em 1945, que evoca a absoluta necessidade de se enfrentar questões de segurança em seu contexto sócio-econômico e nos brinda, inclusive, com orientação sobre a maneira de fazê-lo do ponto de vista institucional.

Muito obrigado.

Área de Livre Comércio das Américas

Palestra proferida pelo Co-Presidente brasileiro das Negociações da ALCA, Embaixador Adhemar G. Bahadian, intitulada “ALCA: um balanço das negociações”, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 2004

Agradeço à Escola Superior de Guerra, em especial ao Major-Brigadeiro-do-Ar Antonio Luiz Rodrigues Dias, Comandante e Diretor de Estudos da ESG, o convite para debater o tema da formação de uma Área de Livre Comércio das Américas. É uma honra dirigir-me aos senhores sobre assunto que, por suas implicações para o futuro do Brasil e dos demais países do Hemisfério, deve ser examinado com toda a sobriedade e cuidado.

Na visão do Governo brasileiro, esse diálogo sobre a ALCA deve ser o mais amplo e transparente possível. Temos de promover um debate informado sobre o estado das negociações, em particular sobre as razões do impasse em que nos encontramos. Somente assim o governo poderá mostrar as oportunidades e riscos, corrigir percepções equivocadas, expressar de modo fiel o interesse do país e encaminhar as negociações na direção de um acordo genuinamente positivo para todos. Tenho, portanto, especial prazer em dirigir-me à ESG, pois sei que me dirijo a uma platéia sintonizada com os interesses nacionais.

Não devemos considerar de antemão que o projeto ALCA é em si negativo. Devemos sim — como o Brasil e os países do MERCOSUL têm buscado fazer — melhor direcionar o processo negociador, depurando-o das propostas e tópicos que apenas favorecem grandes grupos protecionistas e retrógrados e minam objetivos de desenvolvimento

econômico e social. Devemos dar à ALCA um enfoque verdadeiramente centrado no desenvolvimento, com um efetivo acesso aos mercados, inclusive e principalmente aos mercados de produtos agrícolas nos países mais ricos, que constituem a maior barreira ao comércio internacional.

Para debater esse tema tão amplo, dividirei minha apresentação em três partes. Na primeira, farei um histórico do processo ALCA, desde seus começos em 1994, na Cúpula de Miami, até desdobramentos mais recentes, como a reunião Vice-Ministerial de Puebla, em fevereiro deste ano, e as consultas informais que se seguiram. Na segunda parte, examinarei o impasse atual, ou seja, que divergências de enfoque e de posições têm impedido que se alcance um acordo satisfatório para todos os países. Na terceira e última parte, apresentarei minha avaliação de onde estamos e para onde poderemos ir no processo ALCA.

Duas serão as teses principais dessa minha apresentação, que gostaria de compartilhar com os senhores. A primeira é a de que houve, nos últimos dez anos, um desvirtuamento dos propósitos originais firmados na Cúpula das Américas de 1994, que estabeleceu, entre muitos outros objetivos, o de criação de uma área de livre comércio das Américas. Sabia-se então, mesmo num contexto de forte predominância das teses do Consenso de

Washington, que a liberalização dos mercados não seria panacéia para todos os problemas de desenvolvimento dos países do continente, e por isso previa-se também toda uma agenda de temas que transcendiam o projeto ALCA e que incidiam sobre questões tão diversas e essenciais como o apoio político e financeiro a projetos de desenvolvimento social, o fortalecimento de atividades de cooperação em educação e saúde, e a necessidade de financiamento de projetos de infra-estrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações. Havia, de uma maneira ou de outra, uma visão mais abrangente e complexa dos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de um país e também do que deveria ser uma real integração no Hemisfério, em favor da prosperidade econômica e social de todos os países.

Ora, o que ocorreu nos últimos dez anos, desde aquele momento inaugural, foi o abandono e esquecimento das agendas de fomento social, de infra-estrutura e de apoio financeiro que compunham parte crucial da Declaração e do Plano de Ação estabelecidos na Cúpula de Miami. Em razão da falta de vontade política e do compromisso dos países mais ricos, a visão do começo revelou não ser mais do que mera retórica. Sobreviveu apenas o projeto ALCA, dissociado de qualquer concepção e enfoque mais completo de como se pode e de como se deve chegar ao desenvolvimento social e econômico no Hemisfério.

A segunda hipótese desta apresentação é a de que mesmo este projeto remanescente, o da criação da ALCA, que em tese nem deveria ser concebido de maneira isolada, foi ao longo do tempo descaracterizando-se em seus objetivos originais e transformando-se em uma proposta cada vez mais desequilibrada e, em muitos aspectos, atentatória não só a projetos de desenvolvimento nacional, mas também às próprias metas de se chegar ao livre comércio na região. Por força da pressão de alguns dos países mais poderosos do continente, o projeto ALCA foi sendo desenhado ao longo dos anos de maneira a eludir a liberalização comercial em setores

essenciais, com a agricultura, e a limitar a capacidade de formulação e de ação do Estado em áreas como políticas de investimento, direitos de propriedade intelectual e compras governamentais. Não bastasse perder de vista a vertente social, financeira e de infra-estrutura do projeto de integração hemisférica, perdeu-se também a essência mesma do que deveria ser uma área de livre comércio genuína, ou seja, o objetivo central de desmantelamento de tarifas aduaneiras e de barreiras não-tarifárias.

Um pouco da evolução das negociações da ALCA

É quase consensual a avaliação de que as negociações da ALCA sofrem de alguns desequilíbrios fundamentais, alguns derivados da própria estrutura de uma negociação de alcance hemisférico, outros mais relacionados ao processo em si, tal como se desenrolou no passado, de conformação da agenda de temas de negociação.

Os desequilíbrios mais estruturais dizem respeito às diferenças inevitáveis num processo que envolve 34 países com imensas disparidades tanto de nível de desenvolvimento econômico, social e político, como de dimensões territoriais e populacionais, o que se reflete, naturalmente, em interesses, prioridades e expectativas muito distintos e de difícil conciliação. Nenhum processo de integração comercial na História terá partido de um conjunto tão heterogêneo de países como as negociações da ALCA. Isso dá uma dimensão das grandes dificuldades e desafios inerentes ao processo.

Além desse desequilíbrio estrutural, do qual não podemos escapar, houve desde o começo do processo ALCA desequilíbrios mais circunstanciais relacionados ao processo de negociação em si. Dois eram mais notáveis: a) a desproporção então existente entre uma agenda de temas muito ampla e paralisada e uma escassez de tempo para completar as negociações na data prevista de janeiro de 2005; e b) o desequilíbrio entre uma agenda ambiciosa em termos da elaboração de regras hemisféricas em áreas

que não interessavam a países como o Brasil e o MERCOSUL e muito restritiva em áreas que nos interessavam diretamente, como agricultura e anti-dumping.

Tanto esta desproporção quanto a paralisia daí decorrente podiam ser atribuídas a diversos fatores. O principal deles parece ser, a meu juízo, uma atitude inadequada - de algumas partes envolvidas - que combinava falta de realismo para avaliar o difícil quadro de negociação e um excessivo maximalismo na busca de resultados que já se mostravam irrealizáveis na prática. Desde 1994, a evolução das negociações comerciais internacionais e do contexto doméstico em quase todos os países envolvidos na ALCA vinha apontando para a existência de significativas sensibilidades nacionais em diversas áreas de negociação. Ocorre que essas sensibilidades não vinham sendo levadas em conta. Em outras palavras, a explicitação das dificuldades dos países em áreas específicas de negociação não se traduzia numa efetiva reestruturação da arquitetura da ALCA. Isso explicava o impasse e a paralisia de então.

O melhor exemplo dessa atitude era o comportamento do país que promoveu, com a convocação da Cúpula de Miami, o lançamento das negociações para a formação da ALCA, os Estados Unidos da América. Desde 1994, e ao longo do processo negociador então deflagrado, a evolução da política comercial dos EUA vem demonstrando haver naquele país uma dificuldade para negociar determinados temas da agenda da ALCA. Isso se reflete no reiterado discurso americano sobre a existência de “temas sistêmicos”, que somente poderiam ser tratados na OMC, não em âmbito hemisférico, como o apoio doméstico à agricultura e a aplicação de medidas anti-dumping. Na reunião do chamado Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, em Trinidad e Tobago, em setembro do ano passado, a delegação americana chegou a reconhecer, de modo explícito, a impossibilidade de seu país de negociar qualquer desses dois temas na

ALCA, sob o argumento de que se tratava de “temas globais”. Basta uma leitura do mandato do Poder Executivo norte-americano na área comercial, o “*Trade Promotion Authority*”, para se ter uma idéia do virtual veto que o Congresso norte-americano impõe à negociação de temas como agricultura e anti-dumping. Segundo o TPA, qualquer proposta de desgravação dos chamados “produtos sensíveis” (quase quinhentos produtos agrícolas) deve passar por uma verdadeira via crucis no Congresso americano, em termos de tramitação em comissões e elaboração de estudos de impacto, o que confere um virtual poder de bloqueio aos parlamentares e inviabiliza qualquer negociação normal do tema. No caso de anti-dumping, o Executivo norte-americano está proibido de negociar qualquer acordo internacional que “enfraqueça” a legislação do país.

O que isso demonstra é que mesmo o país com a maior economia do Hemisfério e do mundo e responsável por tomar a iniciativa de propor a criação de uma área de livre comércio das Américas também tinha e tem profundas sensibilidades nacionais e queria vê-las integralmente consideradas na negociação do pacote final da ALCA. O pecado aqui era o não-reconhecimento de que essas dificuldades implicavam um redesenho das negociações como um todo. Ao excluírem aqueles dois temas da mesa, os EUA quebraram o precário balanço de perdas e ganhos para os outros países e tornaram inevitável o rearranjo do processo negociador. O que era contraditório era que um país explicitasse suas sensibilidades nacionais, procurasse excluir temas da mesa, e quisesse ao mesmo tempo impedir que outros países fizessem o mesmo, ou quisesse preservar o discurso meramente retórico em prol de um acordo abrangente e ambicioso que, por definição, já não era mais possível.

Não havia desequilíbrio maior na ALCA do que a pressão dos países mais ricos para que se estabelecesse um conjunto de regras mais profundas que as da OMC em áreas como serviços, investimentos e propriedade intelectual, e a recusa

em aceitar regras também mais profundas que a OMC em áreas como anti-dumping e agricultura. Queriam e continuam a querer uma ALCA avançada nos chamados novos temas da agenda comercial – que muitas vezes pouco têm de genuinamente comercial – ao mesmo tempo em que buscam petrificar as barreiras para os produtos agrícolas e para os manufaturados em que nós nos tornamos mais competitivos, como calçados, têxteis e aço. Agem como se coubesse aos países ricos, e não aos mais pobres, um tratamento especial e diferenciado.

Faltava, portanto, equilíbrio e proporção na agenda da ALCA, e era isso que as propostas do MERCOSUL buscaram restaurar. Sem um devido redesenho da sua arquitetura, que refletisse as mudanças ocorridas desde 1994, o projeto ALCA corria e continua correndo sério risco de não sair do papel. Os tão citados sete mil colchetes do acordo – os chamados “pontos pendentes” — não seriam tão significativos se escondessem divergências menores, naturais em qualquer processo de negociação comercial. Ocorre, no entanto, que esses colchetes revelavam divergências profundas entre os países, que diziam respeito não a tópicos marginais, mas a visões quase sempre contraditórias e inconciliáveis sobre o fundo e o alcance de negociação em cada uma das áreas principais.

Foi nesse contexto de desequilíbrio e impasse que o Governo do Presidente Lula encontrou, em começos de 2003, as negociações da ALCA. Tínhamos diante de nós o seguinte dilema: enquanto nas áreas de nosso maior interesse, como o comércio agrícola e o disciplinamento de anti-dumping, países como os Estados Unidos vinham se recusando a fazer quaisquer concessões mais significativas, nas áreas em que temos os chamados “interesses defensivos”, como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, as negociações vinham avançando sob pressão dos países mais ricos. Ou seja, naquilo que nos interessava mais, havia claro bloqueio decorrente da oposição norte-americana, e naquilo que não nos interessava

negociar, alguns avanços ocorriam em maior ou menor grau.

O exemplo mais contundente desse desequilíbrio era o fato de que os 34 países que negociam a ALCA tinham de apresentar no primeiro semestre de 2003 ofertas de acesso a mercados em cinco áreas (tarifas em agricultura e bens industriais, compromissos em serviços, investimentos e compras governamentais), sem qualquer previsão de compromissos de redução de subsídios na área agrícola ou de obrigações em anti-dumping. Em outras palavras, tínhamos de apresentar ofertas de abertura em três áreas de grande sensibilidade para o Brasil (serviços, investimentos e compras) sem nenhuma contrapartida naquelas duas áreas que mais nos interessam, a de redução do pesado e distorcivo apoio que os governos dos países ricos dão à sua agricultura e a de disciplinamento do uso do anti-dumping, o qual, aplicado de modo arbitrário como é hoje, tende a anular vantagens que possamos ter pela redução ou eliminação de tarifas a nossos produtos. Basta examinar os exemplos das barreiras impostas às nossas exportações de produtos siderúrgicos no mercado americano, e mais recentemente até mesmo de camarões, para se ter uma idéia de como a desgravação tarifária pode ser inútil sem um disciplinamento da aplicação de medidas anti-dumping.

Nesse delicado contexto, urgia encontrar uma solução que permitisse a reorientação das negociações, no sentido de restabelecer um equilíbrio de vantagens e custos para o Brasil e os seus parceiros no MERCOSUL. Conforme caminhavam, as negociações apontavam para a celebração de um acordo desequilibrado, contrário aos interesses do Brasil e de seus vizinhos. Ademais, tergiversações e expectativas otimistas de que tudo se ajeitasse ao final, ou com o passar do tempo, tampouco poderiam funcionar mais: a aproximação dos prazos – o novo Governo assumiu a apenas dois anos do prazo final previsto — tornava urgente um reequilíbrio da agenda de negociação.

Diante da firmeza e dos argumentos apresentados pelo Governo brasileiro e por seus parceiros no MERCOSUL, os próprios norte-americanos começaram a admitir que não seria mais possível chegar a um acordo naqueles moldes. Não por outra razão, em visita a Brasília, em maio de 2003, o USTR Robert Zoellick apresentou ao Ministro Celso Amorim uma proposta de enxugar a agenda da ALCA, chamada de “*Baseline Agreement*” (Acordo de Base).

Um primeira proposta do MERCOSUL, apresentada na reunião vice-ministerial de El Salvador, em julho de 2003, foi a de negociação da ALCA em “três trilhos”. Embora tenha sofrido forte resistência de outros países, era, ao mesmo tempo, uma resposta ao desequilíbrio existente e um chamado ao pragmatismo, como se comprovaria alguns meses mais tarde. Seu grande mérito era reconhecer que diversos países, e não só o MERCOSUL, nem só os EUA ou o Canadá, tinham sensibilidades nacionais em áreas particulares de negociação, as quais teriam de ser levadas em conta na montagem da arquitetura da ALCA. O que se pretendia era prever que novas regras sobre temas de maior sensibilidade para as partes fossem discutidas em âmbito multilateral, na OMC. A virtude da proposta do MERCOSUL era considerar a realidade mesma das posições expressas pelos países e traduzi-las numa arquitetura de negociação que não ignorava as dificuldades de cada país. Daí a idéia de uma “ALCA possível”, em contraposição à idéia de uma ALCA supostamente ambiciosa, mas irrealista. Não havia, nesse caso, maior inspiração do que a própria posição defendida pelos EUA, segundo a qual só se podiam negociar subsídios agrícolas e anti-dumping na OMC. O mesmo propúnhamos nós, em conseqüência, para aqueles temas em que tínhamos maiores dificuldades, como a negociação de regras novas em serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais.

A resistência brasileira a negociar regras hemisféricas nessas áreas não era mero expediente

de reação à atitude norte-americana. Tínhamos e temos um interesse primordial em evitar que o disciplinamento hemisférico em determinadas áreas cerceie nossa capacidade de formular e implementar políticas públicas de nosso interesse. A Rodada Uruguai deixou-nos a lição, aprendida na realidade da implementação de seus acordos, de que não podemos aceitar compromissos que limitem a liberdade de ação do País em áreas fundamentais, como foi o caso, por exemplo, da política de patenteamento e de saúde pública, afetada pelo acordo de TRIPS, e da política de incentivos e contrapartidas à instalação de empresas estrangeiras no País, afetada pelo acordo de TRIMS. Como diz o Professor Dani Rodrik, da Universidade de Harvard, o sistema multilateral de comércio tem sido utilizado para canalizar demandas dos países ricos que não só não auxiliam, mas também prejudicam o processo de desenvolvimento dos países mais pobres. O desejo de regular e criar regras hemisféricas em áreas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais apontava para essa mesma direção, e por isso devíamos evitar aceitar compromissos que nos custariam caro no futuro.

Não nos recusamos a negociar o que chamamos de “acordos de acesso a mercados” em áreas como serviços e investimentos. O MERCOSUL chegou a receber e a apresentar ofertas em ambas as áreas. O que rechaçamos é a negociação, nesses setores sensíveis, de regras novas que se sobrepõem à legislação nacional e minam nossa capacidade de fazer políticas de Estado.

Um exemplo evidente é o de regras de investimentos. O Congresso brasileiro já deu mostras de que não pode e não quer aprovar acordos de investimentos que venham a ferir princípios constitucionais básicos e interesses fundamentais do País, o que não tem impedido que os investidores estrangeiros apostem no Brasil e gozem de seus direitos legalmente estabelecidos e respeitados.

Além dessa visão pragmática de levar em

conta sensibilidades nacionais em temas específicos, a proposta dos “três trilhos” do MERCOSUL referendava ainda outra importante modalidade de negociação já praticada no processo ALCA: a via bilateral - 4+1, no caso do MERCOSUL - de negociação para trocas de ofertas de acesso a mercados. Como se sabe, na apresentação de suas ofertas iniciais, os Estados Unidos decidiram distinguir grupos de países que receberiam ofertas diferenciadas, tendo cabido ao MERCOSUL o pacote menos favorável de desgravação tarifária para acesso ao mercado norte-americano. O que a proposta do MERCOSUL fazia era facultar a outros países e grupos de países essa mesma possibilidade de diferenciar o que oferece a um ou outro parceiro nas negociações da ALCA.

Em nossa visão, não fazia e não faz sentido que o MERCOSUL tenha de oferecer a países ricos, como os Estados Unidos e o Canadá, o mesmo pacote de ofertas que oferecemos a países mais pobres, como os nossos vizinhos sul-americanos, a quem temos interesse em apresentar uma oferta mais abrangente, num espírito de integração mais profunda com os países do nosso entorno. Da mesma maneira que os norte-americanos fizeram a distinção entre os países mais pobres do Caribe e os países do MERCOSUL, também nos convém que ofereçamos a países como Equador ou Venezuela, por exemplo, cronogramas de desgravação mais favoráveis, mesmo porque temos menores sensibilidades ante a capacidade exportadora desses países.

Essas foram, portanto, as duas vertentes principais da proposta do MERCOSUL: de um lado, a necessidade de transferir para a OMC ou para o âmbito de grupos menores de países, em bases plurilaterais, aqueles temas de sensibilidade para cada uma das partes envolvidas; e de outro, o estabelecimento da negociação pela chamada via bilateral (4+1, para nós), das trocas de concessões em termos de acesso a mercados.

Ademais de representar um ajuste necessário da agenda de negociação para reequilibrar o balanço

de perdas e ganhos entre os 34 países, a proposta do MERCOSUL constituiu, como falei anteriormente, um chamado ao pragmatismo e a uma visão mais realista das possibilidades do processo de negociação. Por que digo isso? Porque era indispensável que se encontrasse uma fórmula que permitisse destravar as negociações em estado de absoluto impasse e de evidente encurtamento de prazos. O que os colchetes do acordo revelavam era a enorme distância entre os países em áreas cruciais; o que a proposta do MERCOSUL indicava, como resposta a esse impasse, era a possibilidade de, com realismo e espírito prático, buscar inspiração em posições já adotadas pelos principais países, com o objetivo de reduzir as diferenças existentes e de reorganizar o temário e os âmbitos de negociação.

Tendo por base essa proposta original, o Brasil e o MERCOSUL atuaram em todas as reuniões vice-ministeriais seguintes com o intuito de introduzir o princípio de flexibilidade nas negociações da ALCA. Foi assim em El Salvador, em julho de 2003, em Trinidad e Tobago, em setembro de 2003, e em Miami, em novembro do mesmo ano. Já que alguns países se recusavam a negociar o que nos interessava mais diretamente, era preciso encontrar fórmula que nos desobrigasse a negociar o que não nos interessava e atentava contra nossas prioridades nacionais.

Defendemos, portanto, que não se deveria nem restringir, nem tampouco impor nada a nenhum Estado-parte: os países definiriam, de comum acordo, um conjunto mínimo de obrigações comuns em diversas áreas, aplicáveis a todos os 34 países, e aqueles que quisessem ir além, cada qual em temas de seu interesse e com os parceiros que assim desejassem, poderiam fazê-lo sem restrições ou imposições.

Foi essa a proposta que o Ministro Celso Amorim levou à reunião Mini-Ministerial da Virgínia e à própria Reunião Ministerial de Miami, em novembro de 2003, o primeiro encontro ministerial da ALCA já com o novo Governo brasileiro. Era uma solução simples e prática: deveríamos negociar

um núcleo de compromissos que salvaguardassem os interesses de cada país – por si só tarefa já muito complexa – e cada país nas áreas de sua prioridade poderia buscar, em caráter voluntário, firmar o que chamamos de “acordos plurilaterais” com outros países dentro do guarda-chuva da ALCA.

A idéia do MERCOSUL de propor os chamados “acordos plurilaterais” ou voluntários, como já foi feito, por exemplo, na Rodada Tóquio do antigo GATT, tem por objetivo dar flexibilidade ao processo negociador, a fim de que possam ser acomodadas as dificuldades nacionais. Cada país terá a faculdade de decidir a que acordos em áreas específicas poderá aderir.

Logramos consagrar esse princípio de flexibilidade em Miami, o que se deveu em grande medida à firme defesa do interesse do Brasil e do MERCOSUL, e a um trabalho direto de negociação entre o Ministro Celso Amorim e o USTR Robert Zoellick. Miami coroou uma linha de ação traçada pelo Ministro Amorim, sob a orientação do Presidente da República e em coordenação com outros Ministros, que tinha por objetivo corrigir o curso das negociações, bem como redefinir a arquitetura do processo ALCA, tornando-a mais pragmática e factível, porque não mais calçada em ambições irrealistas. Por todas estas razões, a Ministerial de Miami representou um importante avanço no processo ALCA, constituindo uma vitória não apenas do Brasil, do MERCOSUL e dos demais 30 países que negociam a ALCA, mas, sobretudo, do bom senso e de um espírito pragmático e construtivo.

Como resultado da Reunião de Miami, os Vice-Ministros receberam um conjunto de tarefas a cumprir durante a reunião Vice-Ministerial de Puebla, realizada em fevereiro deste ano. O objetivo era traduzir as decisões tomadas pelos Ministros em instruções aos negociadores nas diversas áreas envolvidas. Duas, em particular, eram e continuam a ser as tarefas que nos cabem a todos os países, para que se possa dar continuidade às negociações: o desenvolvimento do chamado “conjunto comum e

equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países”, que já mencionei anteriormente, e a definição dos procedimentos para a negociação dos acordos plurilaterais, como por exemplo os requisitos para a participação de membros plenos e de observadores.

O tema que dominou a reunião de Puebla e sobre o qual ainda não chegamos a acordo foi justamente o desenho do chamado conjunto comum de direitos e obrigações para todos. Não houve consenso, pelo menos não até agora, por duas razões. A primeira é o fato de que redesenhar a arquitetura da ALCA, de forma a adaptá-la ao que os países podem fazer efetivamente – e não apenas teoricamente – não é uma tarefa fácil. Por isso, desde que o CNC foi suspenso, o Embaixador Peter Allgeier e eu temos feito, como Co-Presidentes, consultas aos diversos países e organizado encontros informais, processo que de uma maneira ou de outra foi afetado pela aproximação das eleições presidenciais nos EUA e pelas pressões protecionistas daí decorrentes. A segunda razão é que, no fundo, alguns países ainda resistem a adaptar-se ao espírito e à letra da Declaração Ministerial de Miami. Apesar de que não estivéssemos indo a parte alguma antes da Ministerial, afogados em colchetes e em reuniões sem avanço, alguns negociadores ainda resistem a adaptar-se aos novos tempos, à idéia natural de que todos os países, e não apenas alguns poucos, devem resguardar seus interesses e sensibilidades.

Os impasses atuais, dez anos depois

O que nos separa de um acordo? Quais os pontos onde remanescem as diferenças e que impedem que avancemos? Entre as muitas diferenças que opõem os países do continente, duas me parecem as fundamentais, que constituem portanto os principais obstáculos à construção da ALCA em bases socialmente mais justas. Ambas expressam de modo emblemático as assimetrias do processo de negociação e o fosso que separa as prioridades de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento. Elas são a agricultura e a

propriedade intelectual.

De um lado, a agricultura, o setor mais antigo do comércio mundial e ainda o mais sujeito a práticas protecionistas. É o tabu permanente da agenda comercial internacional, agenda que veio incorporando ao longo das últimas décadas temas não-comerciais de interesse dos países desenvolvidos sem nunca atacar a temática agrícola, em que assistimos ao agravamento da adoção de medidas distorcivas. O que ocorre nas negociações da ALCA espelha de modo fiel as negociações comerciais das últimas décadas, inclusive as multilaterais: os países ricos recusam-se a negociar a redução dos subsídios e dos instrumentos altamente distorcivos do comércio, que afetam tanto os países mais pobres quanto os de agricultura eficiente, como o Brasil e seus parceiros do MERCOSUL.

Não preciso reiterar aqui o escândalo internacional que é a prática de subsídios bilionários na agricultura pelos países ricos da América do Norte, da Europa e da Ásia, com seus efeitos sobre a renda e as perspectivas de vida das populações mais pobres do mundo, na América Latina, na África e na Ásia. Os subsídios nos afetam de três maneiras principais: impedem o acesso aos mercados mais ricos; provocam a concorrência desleal em terceiros mercados; e deprimem os preços internacionais dos principais produtos de exportação dos países mais pobres.

Os países ricos do Hemisfério, coniventes com lobbies retrógrados domésticos, sempre resistiram a negociar o tema dos subsídios agrícolas na ALCA, subsídios tanto à produção interna como à exportação. Não bastasse isso, esses mesmos países dão sinais hoje de que recusarão também a eliminação completa de tarifas alfandegárias, fundamento básico e elemento definidor de uma área de livre comércio. Passaram a sinalizar a intenção de aplicar exceções e medidas de restrição, como quotas, em lugar de levar adiante o compromisso anterior de liberalização tarifária para todos os bens, industriais ou agrícolas. O fato de a OMC admitir, historicamente, a adoção de quotas no comércio

agrícola não implica aceitar este mesmo instrumento distorcivo na negociação da ALCA, pois aqui deveríamos estabelecer uma área de livre comércio. Por outro lado, não deixa de ser auspicioso reconhecer, nas recentes reuniões da OMC, em Genebra, avanços, ainda que preliminares, nos entendimentos para a eliminação de subsídios à exportação e a redução do apoio interno à produção agrícola. Apenas as negociações futuras poderão confirmar ou não esta tendência.

A idéia de uma desgravação tarifária generalizada na ALCA é das mais antigas e basilares da negociação. A tentativa de excluir o setor agrícola ou parte dele da desgravação demonstra que se perdeu o pudor em relação à retórica na área comercial. Os países que mais apregoam a criação de uma área de livre comércio no hemisfério são justamente os que continuam a vislumbrar um comércio administrado para agricultura, negando-se a liberalizar o setor crucial para a sobrevivência da grande maioria dos 34 países do hemisfério. As recentes condenações pela OMC de subsídios ao algodão e ao açúcar exigem de nossa parte cautela redobrada na ALCA, para que nela não se procure desfazer ou minimizar o que se conseguiu no foro multilateral.

Não obstante a recusa a qualquer abertura mais significativa no setor mais antigo do comércio internacional, os países desenvolvidos, também por pressão de lobbies internos com alto grau de concentração e tendência oligopolista, têm pressionado de modo intenso pela criação de disciplinas novas, hemisféricas, em um setor não diretamente comercial, o de propriedade intelectual.

O problema do tratamento do tema da propriedade intelectual em acordos comerciais é o fato de que se perdeu a perspectiva complexa e abrangente que o assunto sempre mereceu. Para o Professor Jagdish Bhagwati, livre-cambista e um dos mais respeitados especialistas em comércio internacional, a própria incorporação do tema à agenda comercial já é de si algo ilegítimo, “um câncer” no sistema multilateral de

comércio, para usar suas palavras.

O tratamento histórico do tema, no âmbito da Convenção de Paris, sempre procurou equilibrar os direitos de monopólio das patentes com as contrapartidas necessárias, como a transferência de tecnologia e o impacto social do uso da patente. A uma concessão significativa – o monopólio de exploração – correspondia naturalmente uma obrigação de retribuição, que deveria redundar em algum benefício para o país que protegesse as patentes alheias, como o acesso à tecnologia ou ao menos a prevenção dos abusos do poder monopolista.

O que ocorreu nas últimas duas décadas foi a acelerada quebra desse equilíbrio. Abandonou-se a idéia de transferência de tecnologia e de uso socialmente responsável dos direitos monopolistas das patentes. O resultado está a olhos vistos, como por exemplo na impossibilidade de que muitos países pobres ofereçam a suas populações um acesso mínimo a medicamentos, como se pode atestar pela tragédia que é a proliferação da AIDS no continente africano. Os preços proibitivos dos remédios condenam populações inteiras à agonia e aumentam os riscos e a velocidade de contágio.

Nesse sentido, afetam e poderão afetar ainda mais no futuro a própria solvência dos Estados, cada vez menos capazes de arcar com os custos de um sistema público de saúde e de previdência social insustentável pela apropriação indébita de direitos monopolistas por alguns poucos conglomerados farmacêuticos, como se verifica mesmo nos países ricos, a começar pelo país que mais defende esse tipo de acordo internacional.

Os gastos anuais nos EUA com medicamentos receitados já chegam a 200 bilhões de dólares, com um crescimento vertiginoso de 12% ao ano, e progressiva exclusão dos segmentos mais pobres da sociedade. A indústria farmacêutica alega que o aumento dos preços justifica-se pelo alto custo das pesquisas, mas diversos estudos demonstram que a maioria dos remédios é desenvolvida com base em

pesquisas de instituições públicas e acadêmicas, financiadas pelo mesmo contribuinte que sofre cada vez mais para comprar o seu remédio na farmácia. A questão da dificuldade de acesso aos medicamentos ganhou tamanha relevância e urgência nos EUA que se tornou um dos temas principais da campanha eleitoral deste ano.

Há crescente evidência – apontada não apenas por organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), mas também por organizações não-governamentais, como a Oxfam – de que os acordos bilaterais de comércio firmados pelos Estados Unidos – à exceção do assinado com a Austrália, que se recusou a incorporar as novas exigências de propriedade intelectual – têm forte impacto negativo na capacidade de produção e comercialização de medicamentos genéricos nos países signatários de tais acordos. Em outras palavras, os acordos bilaterais de comércio propostos pelos EUA, bem como suas intenções na ALCA, tendem a desfazer progressos sociais alcançados e a sobrepor-se a direitos consagrados na OMS, criando mecanismos injustificados de proteção a lobbies farmacêuticos.

Não bastasse o status quo desfavorável aos países em desenvolvimento, e aos segmentos mais pobres em todo o Hemisfério, os países mais ricos querem aprofundar as disciplinas restritivas de propriedade intelectual, por meio da introdução de novas obrigações sobre o tema no acordo da ALCA, em consonância com o que vêm fazendo em acordos bilaterais. Essas disciplinas limitariam ainda mais nossa capacidade de promover políticas de saúde pública, como a produção local de remédios e de genéricos, já muito afetadas pelo acordo de TRIPS, da OMC, que foi a ponta de lança dessa ofensiva contra o equilíbrio tradicional de direitos e obrigações na matéria.

A resistência a novas obrigações não deve, no entanto, confundir-se com conivência ante a pirataria. O Brasil sempre apoiou o combate à pirataria, sob qualquer uma de suas formas, inclusive

porque é, como a maioria dos países, diretamente afetado por seus efeitos perniciosos, como no caso da violação de direitos autorais da música popular brasileira. Estamos dispostos a nos associarmos aos países que o desejarem para combater de forma eficaz este fenômeno universal. O que não podemos aceitar é que, a pretexto de combate à pirataria, se venham a consagrar na ALCA mecanismos de retaliação comercial sobre nossos produtos de exportação, transformando, dessa forma, uma matéria que exige cooperação e coordenação internacional em mais uma desculpa para a imposição de barreiras comerciais de inspiração protecionista. Isso seria prejudicial à própria meta de promover o comércio. Estariam comprometidas de antemão as concessões em acesso a mercado em bens agrícolas e industriais, pois essas poderiam ser suspensas contra os países considerados ineficazes na aplicação de sua legislação de propriedade intelectual.

Perspectivas para o processo negociador

Essa dualidade básica entre cristalizar o protecionismo de sempre no comércio agrícola e buscar regras estritas e novas disciplinas de propriedade intelectual que garantam a supremacia tecnológica de alguns poucos países em setores de ponta evidencia o abismo de interesses nas negociações da ALCA e explica a paralisia e o impasse que estamos vivendo no processo negociador.

A dualidade mostra também como nos afastamos dos propósitos originais de criação da ALCA. A Cúpula de Miami, de 1994, tinha como objetivo amplo o desenvolvimento econômico e social do hemisfério, e a criação da área de livre comércio era um dos instrumentos para alcançar esta meta, não um recurso para congelar diferenças ou escamotear as barreiras tanto de acesso a mercados ou de acesso a tecnologias dos países mais pobres.

Estamos vivendo um momento paradoxal nas relações econômicas internacionais. Enquanto na OMC, em grande parte pela força catalisadora do G-20 e pela capacidade de persuasão do Ministro

Celso Amorim, estamos assistindo ao que pode ser o começo do dismantelamento do protecionismo agrícola, nos acordos bilaterais de comércio e indiretamente na ALCA assistimos a fenômeno oposto, em que se corroem os poucos avanços conseguidos nos foros internacionais. Esta situação nos faz recordar a importância da correlação de forças nessas negociações. O bilateralismo desproporcionalmente assimétrico enseja a reversão das expectativas mais legítimas de países mais fracos, levando-os à aceitação de normas não consensuadas em âmbito multilateral. O fato de essas negociações assimétricas terem sido aceitas por força de uma retórica em favor do livre comércio e de apoio ao desenvolvimento econômico ilustra como as propostas de integração americana se distanciaram das demandas e necessidades sociais das populações.

O Brasil e o MERCOSUL têm sublinhado que sua prioridade na ALCA é negociar acesso a mercados. Estamos prontos a negociar melhora significativa nas condições de acesso a mercados tanto em bens como em serviços. Nesse sentido, somos mais fiéis à idéia de livre comércio do que outros países envolvidos no processo, porque livre comércio significa, antes de mais nada, negociações de acesso a mercados, e é isso que o MERCOSUL tem enfatizado ser a essência e o cerne de uma Área de Livre Comércio das Américas.

Não se pode ter a ilusão, no entanto, de que, em troca de acesso a mercados dos países ricos deveremos aceitar disciplinas e regras que obstem nossa capacidade de atuação em áreas fundamentais para o País. Todos os países farão ofertas de acesso a mercados em bens e serviços, e é no balanço das ofertas feitas que se deve encontrar o equilíbrio de concessões e vantagens para todos. Os EUA não podem aceitar regras ambiciosas em áreas de sua sensibilidade, e tampouco nós podemos. E não há nisso má-vontade, relutância ou ideologia: discordâncias em negociações comerciais refletem prioridades e interesses nacionais distintos e legítimos.

O que não se pode fazer é sacrificar os instrumentos mesmos que permitem o desenvolvimento. Como diz o professor Ken Shaden, da London School of Economics, referindo-se criticamente às negociações recentes de acordo bilaterais e regionais por países como os EUA, “o preço a ser pago para aumentar o acesso a mercados tem sido o de abdicar das próprias ferramentas que foram usadas historicamente para amealhar os benefícios, em termos de desenvolvimento, da integração na economia internacional”. Não é algo aceitável para um país como o nosso.

Deve-se ter presente, ademais, que os acordos comerciais bilaterais recentemente negociados pelos EUA têm demonstrado ser ilusória a tese de que maiores concessões no estabelecimento de regras novas nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais gerarão maiores ganhos em áreas como o acesso a mercados em agricultura. Nenhum país centro-americano, nem a Austrália, com quem os EUA recentemente assinaram acordos bilaterais de livre comércio, logrou obter vantagens significativas no comércio agrícola, mesmo ao preço de importantes concessões feitas em áreas de evidente interesse norte-americano. O anúncio da exclusão do açúcar e os parcos resultados em laticínios no acordo EUA-Austrália - dois temas muito caros aos australianos - comprovam ser enganosa a tese de que maiores concessões a Washington em áreas sensíveis renderão dividendos em acesso a mercados.

O que falta ao processo de negociação da ALCA não é ambição de metas, mas grandeza de visão, especialmente dos países desenvolvidos. A América Latina como um todo atravessa um período extremamente delicado. Exacerba-se o quadro de crescimento da pobreza, aumento do desemprego, proliferação do narcotráfico e fragilização das instituições políticas. O protecionismo agrícola dos países ricos ou as tentativas de imposição de disciplinas rígidas e desequilibradas em áreas novas só fazem agravar o estado de fragilidade econômica,

política e social na região. Somente uma abertura dos mercados dos países desenvolvidos, bem como uma revisão construtiva no tratamento de matérias não-comerciais, poderão auxiliar os países mais pobres do hemisfério a superar o momento de crise e a caminhar rumo ao objetivo comum do desenvolvimento.

Reitero que o Governo brasileiro não está contra a ALCA ou contra qualquer país em particular, como os EUA. Estes são dois mitos que temos de desfazer, pois só servem a quem quer distorcer os fatos e defender interesses menores. O que se procura fazer é eliminar do projeto de uma área de livre comércio hemisférica seus aspectos negativos para o desenvolvimento econômico e social do País. Não nos opomos aos EUA. Nem por princípio, nem por ideologia. O que combatemos são as propostas dos segmentos mais protecionistas e conservadores daquele e de outros países, principalmente de setores da agricultura e da propriedade intelectual. Estes mesmos segmentos são objeto de crítica e oposição das correntes mais progressistas da sociedade norte-americana. Queremos, portanto, o resgate do projeto da ALCA conforme surgiu na Cúpula das Américas, que tinha no aumento do emprego, na promoção do desenvolvimento econômico e no aperfeiçoamento das condições sociais os seus objetivos maiores. Em outras palavras, o que desejamos é que a ALCA seja compatível com a retórica que a lançou. Que esteja em sintonia com os projetos de desenvolvimento econômico e social de nosso país e não venha a aprofundar mecanismos distorcivos do comércio e das normas internacionais em geral, em especial as da OMS e da própria OMC.

Não se pode ignorar mais a agenda de desenvolvimento. Eu diria que, ao longo das últimas décadas, foi-se acumulando entre os países em desenvolvimento uma “fadiga” de incorporação de normas novas e estritas em áreas de interesse dos países desenvolvidos, sem uma efetiva contrapartida de acesso a mercados nesses mesmos países. Criou-se um passivo de incorporação de regras, de custos

variáveis, sem uma ampliação significativa das exportações nos setores em que os países mais pobres são mais competitivos, como a agricultura e os manufaturados de baixa incorporação tecnológica, como têxteis e calçados.

Tampouco se pode ignorar o fato de que, mesmo num processo de integração efetivo, em que ocorra um desmantelamento das barreiras tarifárias e não-tarifárias, será necessário criar mecanismos e medidas de apoio aos países em desenvolvimento e, em particular, aos países mais pobres do continente. Não quero aqui ter a ilusão de que conseguiremos no hemisfério introduzir mecanismos de compensação e de ajuste semelhantes aos que foram criados na União Européia, com o objetivo de respaldar e tornar mais equânime e justa a integração entre economias e sociedades de distintos níveis de desenvolvimento, como foi o caso da transferência de fundos de países mais ricos, como a Alemanha, a Inglaterra e a França, para os países mais pobres, como Espanha, Portugal e Grécia. É preciso, no entanto, não ignorar o fato de que será necessário sim, no processo ALCA, criar instrumentos para evitar os traumas da súbita concorrência entre alguns dos países mais ricos e alguns dos países mais pobres das Américas, continente marcado, de resto, pela heterogeneidade econômica e social, muito mais aguda que a européia.

Um processo de integração comercial entre economias tão distintas e com um nível de assimetria nunca antes experimentado deve prever necessariamente um conjunto de medidas de compensação e de ajuste que garanta um mínimo de equilíbrio no aproveitamento das oportunidades abertas pela integração comercial. Em outras palavras, há um imperativo, demonstrado tanto nas reuniões plenárias como nos encontros de grupos de negociação da ALCA, de que se encontrem mecanismos tanto na área comercial quanto na área financeira que contribuam para uma preparação e adaptação dos países mais pobres ao processo de integração com duas economias mais ricas do mundo. Nesse sentido, é da mais alta importância que os

países desenvolvidos do hemisfério tenham a sensibilidade necessária para criar e promover instrumentos, inclusive financeiros, que beneficiem os países mais pobres da região.

É preciso muita cautela e tranqüilidade na hora de avaliar o que o Brasil e o MERCOSUL poderão negociar no contexto muito complexo de retomada das negociações da ALCA e de transição política nos EUA. O Governo brasileiro continua firmemente engajado no propósito de que as negociações da ALCA sejam concluídas conforme a arquitetura flexível que todos os 34 países logramos estabelecer em Miami. Já foram dados alguns passos no sentido de que tenhamos um acordo de livre comércio equilibrado e satisfatório para todos: reformulamos a arquitetura da ALCA ao introduzir o princípio de flexibilidade; estabelecemos o princípio de listas positivas para as negociações de acesso a mercados em serviços e investimentos; refutamos a negociação de acesso a mercados em compras governamentais, que atentaria contra nossa capacidade de usar recursos do Estado para promover projetos nacionais; e limitamos o escopo das negociações de regras em serviços, investimentos e compras governamentais, áreas que devem reger-se pelo ordenamento da OMC e/ou por princípios de transparência. Há, no entanto, muitas tarefas a cumprir em termos de consolidação da arquitetura do acordo e de intercâmbio e avaliação de ofertas. Remanescem, como se viu, diferenças cruciais a resolver, a começar por agricultura e propriedade intelectual.

Não se pode, no entanto, perder de vista o essencial. A conformação de uma área de livre comércio hemisférica não é um fim em si, a ser alcançado a qualquer custo e de qualquer maneira. Como qualquer outro acordo comercial do qual participamos, a ALCA deve ser avaliada em seus méritos e custos como instrumento que contribua para o nosso desenvolvimento, e é sob esta ótica que devemos avaliar com muita tranqüilidade e espírito cívico o acordo que vier a desenhar-se finalmente.

O sucesso da negociação será medido pela contribuição futura que o acordo alcançado possa vir a trazer em termos de aumento da prosperidade de países como o nosso e de redução das desigualdades sociais e econômicas no hemisfério.

Estamos numa situação de polaridade nas negociações da ALCA, uma vez que, em nome do livre comércio, colocam-se, de um lado, forças protecionistas, que querem evitar a todo custo a abertura do setor agrícola, e, de outro, setores que defendem o desenvolvimento e sabem que este será alcançado com maior acesso a mercados, e não com o engessamento da capacidade de ação do Estado. Não se deve, a meu juízo, comprometer o exercício de políticas públicas essenciais em nome de concessões marginais e de pequenas aberturas em

um produto ou outro, sem o efetivo estabelecimento de uma área de livre comércio.

O objetivo desta minha exposição foi o de trazer elementos que ajudem os senhores a avaliar o processo de negociação em curso e o alcance, em termos de desenvolvimento do Brasil, do que poderá ser a ALCA. Desde o começo, o Governo tem-se engajado em receber as opiniões e as visões da sociedade civil para que possa melhor traduzir, na mesa de negociação, as aspirações do País. Eu próprio, como Co-Presidente brasileiro, estou sempre à disposição da ESG para voltar a debater o assunto e esclarecer periodicamente sobre a evolução das negociações.

Muito obrigado.



San Tiago Dantas

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do Seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 2004

É justo que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, independentemente de quem seja, preste homenagem a este homem que, embora tenha estado tão pouco tempo à frente da Casa de Rio Branco, tenha marcado como poucos a diplomacia e a política externa brasileiras. Sinto-me muito honrado e emocionado em prestar essa homenagem.

Como as exposições têm também cunho de depoimento pessoal, queria contar duas histórias rápidas, porque são as duas únicas ligações pessoais, ambas indiretas, que tive com San Tiago Dantas. Vou contá-las em ordem cronológica inversa, pois a primeira possui caráter especial.

Há 20 anos, encontrava-me na Holanda, depois de minha passagem pela Embrafilme. Em uma das vezes em que vim ao Brasil, como de hábito, telefonei para Marcílio Marques Moreira, que era um dos bons amigos com quem tinha convivido nos três anos que estive à frente da Embrafilme. Maria Luiza, sua mulher, atendeu o telefone e disse-me que ele não estava, mas que se quisesse vê-lo poderia ir, no dia seguinte, ao Instituto de Estudos Políticos e Sociais, dirigido por Hélio Jaguaribe, e assistir à palestra que Marcílio Marques Moreira iria proferir sobre San Tiago Dantas.

Apesar de terem transcorrido um ou dois anos, ainda estava presente em mim o espírito de Embrafilme, e, portanto, compareci com meu sogro e meu filho. Tratava-se de uma sessão solene pelos

20 anos do falecimento de San Tiago Dantas.

Foi uma ocasião muito importante na minha vida profissional, não só por lá ter revisto Marcílio Marques Moreira e outros amigos, mas porque conheci Renato Archer, que era um dos expositores e que tinha sido o subsecretário parlamentar de San Tiago Dantas. Ao final do evento, tive a oportunidade de ser apresentado a Renato Archer e disse-lhe duas ou três frases rápidas. Havia poucas pessoas do Itamaraty. Não havia ninguém do serviço ativo do Itamaraty. Há que se lembrar que era 1984. Disse-lhe: “Eu estou aqui um pouco como representante informal da diplomacia brasileira, mas quero dizer-lhe que a política externa, que o senhor ajudou a executar na época de San Tiago Dantas, foi um dos fatores que me fez procurar o Itamaraty”.

Como a vida é marcada pelas coincidências, dois dias mais tarde, tomando a ponte aérea para São Paulo, encontro um senhor que não identifiquei imediatamente. Era Renato Archer. No avião, aproximei-me dele, e a pessoa que estava sentada na sua fileira, imediatamente, cedeu-me o lugar. Naquela ocasião, começou uma longa e profícua colaboração, por meio da qual aprendi e vivi muito.

Sabe-se que a política depende de virtude e fortuna. Ele obteve a virtude, talvez não tenha tido a fortuna. Renato Archer poderia haver exercido qualquer cargo. Sempre teve as melhores atitudes em relação à política brasileira não só nessa época,

como mais tarde com a Frente Ampla. Em conseqüência, presto uma homenagem indireta a San Tiago Dantas, via Marcílio Marques Moreira, via Renato Archer. Como Arnaldo Niskier mencionou cinema, também gostaria de referir-me a outro episódio, até um pouco mais anedótico.

Comecei minha vida de fim de adolescência e jovem adulto no cinema. Fui assistente de direção de Rui Guerra, no filme “Os cafajestes”. Na última cena do filme, em que o personagem central, interpretado por Jece Valadão, afasta-se do carro, há um noticiário ao fundo. Na época, esse noticiário causou espécie, pois as pessoas não estavam acostumadas com esse tipo de liberdade poética. O som do noticiário mantinha-se sempre no mesmo volume, embora Jece Valadão estivesse afastando-se do carro e a câmera o estivesse acompanhando. Nesse noticiário, a peça lida com maior ênfase era justamente o discurso de San Tiago Dantas, em Punta Del Este, recusando a expulsão de Cuba da OEA.

Quis a vida, no entanto, que, quando me formasse, já San Tiago Dantas tivesse falecido e que nunca o tenha conhecido. Esses dois episódios não deixam, de nenhuma maneira, de representar uma ligação direta e pessoal com este grande brasileiro.

Começo com uma citação, que julgo extremamente relevante: “O Brasil havia fixado uma posição internacional, e essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade. Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem desgostar amigos poderosos. O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a ao seu ideário político”.

No prefácio do livro “Política Externa Independente”, publicado pela Editora Civilização Brasileira, San Tiago Dantas esclarece que “os fatos precederam as idéias” na formulação e execução da sua política externa. Ao assumir o Itamaraty, San Tiago Dantas encontrou já iniciada a Política Externa

Independente e procurou desenvolvê-la e sistematizá-la. Segundo San Tiago, esta Política “não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade”.

Os antecedentes da Política Externa Independente remontam, na realidade, aos governos Vargas e Kubitschek. Ao assumir a presidência da República, em 1956, Juscelino Kubitschek retomou o processo de industrialização autônoma, iniciado por Getúlio Vargas. O retorno da Europa Ocidental à normalidade econômica no pós-guerra forneceu, sem necessidade de confrontação com os Estados Unidos, opções comerciais e financeiras ao Brasil, e possibilitou a implementação do projeto de autonomia industrial e a montagem de novas diretrizes de política externa, que recuperavam parte da orientação adotada por Vargas e, mais adiante, tomariam forma definitiva, na Política Externa Independente.

Em sua maior iniciativa de política externa, Juscelino lançou a Operação Pan-Americana. Com este movimento, a diplomacia brasileira perseguia dois objetivos: liderar os países latino-americanos e retomar relações privilegiadas com os Estados Unidos. Como se sabe, os EUA não reagiram à altura da iniciativa de Kubitschek, e aquela ação permaneceu restrita ao plano da retórica, não conseguindo espaço para prosseguir de forma mais efetiva.

A Política Externa Independente, de todo modo e *avant la lettre*, afirmou-se após 1958, pelas várias iniciativas do governo Kubitschek. As circunstâncias históricas favoreceram sua formatação mais elaborada no governo Jânio Quadros. Tanto a recuperação econômica da Europa Ocidental e a consolidação da Rússia, quanto a Revolução Cubana e a descolonização da África abriam espaços para a estratégia embutida nessa política, ao mesmo tempo que elevavam o seu poder de barganha. A questão cubana suscitou diversos testes às teses defendidas pela Política Externa, em vários episódios, como a invasão da Baía dos Porcos, a reunião interamericana

de Punta Del Este, em 1961, e a crise dos mísseis de 1962. Em todos os testes, prevaleceram os princípios defendidos pelo Itamaraty, de autodeterminação e de não-intervenção em negócios internos de outros países.

O governo Jânio Quadros assumiu plenamente tais teses. Logo após a posse, Jânio encaminhou missões à China e a países do Leste Europeu, com o objetivo de reatar relações diplomáticas. O princípio da autodeterminação aplicava-se, sobretudo, à questão cubana. Cuba já surgia como um contencioso, e tolerar uma intervenção naquele país abriria um precedente passível de ser invocado em relação a qualquer país da América Latina que não se alinhasse, plenamente, com os Estados Unidos. O impulso à descolonização contrapunha também o Brasil ao Portugal salazarista. Além do idealismo, não deixara de inspirar nossa política externa certa visão pragmática, pois a emancipação completa dos territórios não-autônomos na África abriria novos mercados para os produtos brasileiros.

Nomeado Embaixador do Brasil na ONU em agosto de 1961, San Tiago Dantas não chegou a assumir o cargo, em razão da renúncia de Jânio Quadros, três dias depois. Instituído o regime parlamentarista, Goulart assumiu a presidência, em setembro de 1961, indicando Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD), como Primeiro-Ministro. San Tiago Dantas assumiu, então, a pasta das Relações Exteriores.

San Tiago Dantas foi um político sintonizado com seu tempo. Em seus discursos, sobressaía a preocupação com a manutenção da paz, com os males do subdesenvolvimento e os desníveis sociais dele decorrentes. Reivindicou de maneira constante, para o Brasil, uma participação ativa nas decisões internacionais. Possuía uma percepção incomum de que a ação externa do Brasil, além dos seus méritos próprios no plano internacional, guardava também uma capacidade de reverberação interna, auxiliando mudanças sociais tão necessárias ao país. Mudanças

que, na época, geravam muitas expectativas.

San Tiago não só deu continuidade à política de Jânio Quadros/Afonso Arinos, como deu forma à Política Externa Independente. Esta, segundo ele, não foi um plano estratégico concebido *a priori*, mas uma atitude, uma maneira de ver e encaminhar os assuntos internacionais, fundamentada na “consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como país que aspira ao desenvolvimento, à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária”.

De maneira bastante consciente para San Tiago Dantas, a política exterior do Estado deve servir à busca do desenvolvimento econômico e da reforma social. Nesse sentido, San Tiago perseguiu ativamente os seguintes objetivos: participação intensa na ALALC e nos trabalhos preparatórios que viriam a desembocar na UNCTAD, tendo em vista a defesa dos preços dos produtos primários e a crescente participação no comércio internacional; desarmamento e coexistência competitiva, mas pacífica; e cooperação econômica para o desenvolvimento. A concepção básica era de que o Brasil, respeitadas as boas normas internacionais de procedimento, resguardava-se o direito de negociar com todos os países, de acordo com suas próprias conveniências.

A Política Externa Independente, na gestão de San Tiago Dantas, tinha as seguintes diretrizes:

- Ampliação do mercado externo para manufaturados brasileiros, através da redução tarifária no âmbito latino-americano e da intensificação das relações comerciais com todas as nações, inclusive as socialistas;

- Formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico e aceitação de ajuda internacional nos marcos deste plano, de maneira a escapar às imposições do Fundo Monetário Internacional;

- Manutenção da paz por meio da defesa da

coexistência pacífica entre Estados regidos por ideologias antagônicas e do desarmamento geral e progressivo;

- Não-intervenção em assuntos internos de outros países;

- Autodeterminação dos povos e primado absoluto do Direito Internacional para solução dos problemas mundiais;

- Emancipação completa dos territórios não-autônomos, qualquer que fosse a forma jurídica utilizada para sujeitá-las à metrópole.

Embora não seja o meu propósito estar a fazer comparações entre a Política Externa Independente e a que hoje segue o Itamaraty, sob a inspiração do Presidente Lula, é fácil constatar que, *mutatis mutandis*, são vários os pontos de contato. Talvez o matiz mais importante, dadas as circunstâncias de nossos dias e o peso adquirido pelo Brasil, seja aquele que, sem afastar-se do preceito fundamental da não-intervenção, complementa-o com o que tenho chamado da “não-indiferença”. Esta consiste em prestar nosso apoio, sobretudo diplomático, para ajudar, sempre que solicitados e quando julgamos pertinente fazê-lo, no encaminhamento de crises, como no caso da criação do Grupo de Amigos da Venezuela.

Convém enfatizar outros aspectos que complementam ou decorrem dessa postura internacional. Com relação ao Pan-Americanismo, entendia San Tiago Dantas que ele deveria ser “um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério”, pois estava ultrapassada sua fase política e jurídica. Outro dado interessante é a concepção de que certas empresas internacionais poderiam ser fator de perturbação institucional: “A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério (...) tem sua origem no subdesenvolvimento econômico (...) e no sistema egoísta de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam as sedições”.

Com relação aos países americanos, San Tiago Dantas propunha um relacionamento baseado na igualdade, sem preferências. Com referência específica à Argentina, propunha uma política de cooperação e de afeto; para Cuba, a defesa do princípio de não-intervenção. Na ONU, o Brasil deveria manter uma “posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-membros”, votando “em cada caso tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interesses do Brasil”.

Tal atitude de independência desinibiu a atuação externa brasileira. Em 23 de novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas em 1947, durante o governo de Eurico Dutra. A justificativa para tal medida baseou-se nas amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras. Na OEA, San Tiago Dantas discordou da posição dos EUA, que pretendiam expulsar Cuba da Organização. Rechaçou, também, propostas do governo norte-americano no sentido de impor sanções e promover uma intervenção militar da OEA em Cuba. Na Conferência de Punta del Este, em 1962, San Tiago Dantas defendeu a idéia de neutralidade e não-intervenção em relação a Cuba, a despeito das pressões em sentido contrário. Em março de 1962, a delegação brasileira enviada a Genebra para participar da Conferência de Desarmamento definiu a posição do Brasil como potência não-alinhada, desvinculada de qualquer bloco político-militar.

Os exemplos históricos confirmam que a Política Externa Independente constituiu projeto coerente e sistemático, que buscou transformar a atuação internacional do Brasil. Esta postura diplomática – que atingiu seu ponto culminante na gestão de San Tiago Dantas – decorreu, em grande medida, de fenômenos internos da sociedade brasileira, de natureza econômica e política, como o projeto de industrialização via substituição de importações e a emergência de setores populares e

de classe média, no quadro de um regime democrático-liberal e de uma sociedade em acelerada urbanização.

Igualmente importante foi a adaptação da política externa brasileira às transformações do sistema internacional no início dos anos 60, marcado pela descolonização e pela emergência do Terceiro Mundo. O esforço de San Tiago Dantas para transitar de uma diplomacia exclusivamente voltada para o sistema regional em direção a uma diplomacia mais universal buscava um estágio mais elevado na barganha com os Estados Unidos e um possível caminho para ampliar mercados para a produção brasileira. Esta barganha, que alguns chamam de “nacionalista”, continha implicitamente a concepção de um Brasil cada vez mais atuante na área internacional, o que por sua vez pressupunha a integração de amplos setores sociais no projeto de desenvolvimento nacional.

A Política Externa Independente – e a estratégia a ela associada – representou um momento decisivo na história brasileira, tanto pelos seus desdobramentos posteriores – inclusive durante o regime militar, que resgatou a idéia de projeto nacional, já então sob o rótulo de “Brasil Potência” –, quanto, sobretudo, diante da atual conjuntura brasileira. Com a posse do Presidente Lula, o Brasil imprimiu um novo tom em sua política externa: uma política voltada para a inserção soberana do país, a um tempo universal e humanista, firmemente ancorada

nos interesses da nação brasileira e da integração da América do Sul.

A diplomacia brasileira vive momento de grande dinamismo, que reflete as prioridades do governo do Presidente Lula nas áreas interna e externa: combater a fome e a pobreza, contribuir para a criação de uma nova geografia comercial, e adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um espaço regulatório multilateral justo e equilibrado. No plano da Paz e da Segurança, além do apoio ao multilateralismo e de ações concretas, como a que estamos empreendendo no Haiti, buscamos, na medida do possível, contribuir para um equilíbrio multipolar, que evite tentações hegemônicas, prejudiciais a todos. É neste quadro que se insere o esforço – que acaba de receber novo e decisivo impulso – para reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Subjacente a essas prioridades, está o imperativo de preservar nossa capacidade soberana de definir o modelo de desenvolvimento que desejamos para nosso país.

O mundo mudou muito nos últimos quarenta anos, mas os pressupostos não são tão distintos daqueles que definiu San Tiago Dantas em sua passagem curta e marcante pela Casa do Rio Branco: desassombro, patriotismo, pragmatismo, aliados a uma visão humanista e a um profundo sentido do interesse nacional.

Muito obrigado



Visita do Vice-Presidente da República à Rússia, Romênia e Portugal

Discurso do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, no Seminário “Relações Econômico-Comerciais Brasil-Rússia: oportunidades de Negócios e de Investimentos”, em Moscou, Rússia, em 11 de outubro de 2004

Senhores empresários russos e brasileiros,
Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a hospitalidade de nosso anfitrião, Sr. Evgueni Primakov, que, gentilmente, cooperou para a organização deste evento empresarial, inclusive colocando a nossa disposição este amplo e moderno espaço da Câmara de Comércio e Indústria da Federação da Rússia.

Gostaria também de dizer que é com enorme satisfação que inicio hoje a minha visita oficial a este grande país, detentor de uma história marcante e repleto de conquistas realizadas pela determinação e pela coragem admirável de seu povo.

Estou visitando a Rússia não apenas para copresidir a III Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível de Cooperação, mas também como representante de um Governo deseioso de incrementar nossas relações políticas econômicas, comerciais e culturais. É nesse contexto que aproveito para saudar os empresários brasileiros que me acompanham nesta jornada e para desejar que constatem as sinergias existentes e que procurem levar com empenho as informações em relação ao nosso país, que possui características complementares à Rússia, o que certamente indicará os caminhos para o incremento dos negócios e das mútuas oportunidades de colaboração.

É preciso ressaltar que a prosperidade nos negócios vem precedida pelo entendimento e pelo fortalecimento dos laços de amizade entre nossos povos. São muitas as afinidades a concorrer para que sejamos próximos um do outro, a começar por nossa formação multiétnica e pela nossa história de lutas para construir sociedades mais justas em nossos países.

Dispomos de espaços continentais e contamos com grandes populações, e, por isso mesmo, temos o dever de buscar incessantemente o desenvolvimento econômico e social. Brasil e Rússia estão destinados a cumprir papéis importantes nos nossos respectivos ambientes geográficos e, por essa via, no contexto internacional.

Vim a Moscou para discutir com o Primeiro-Ministro Mikhail Fradkov uma ampla gama de temas. Amanhã, vamos trocar impressões e tomar algumas decisões em matéria de cooperação econômica, comercial, espacial, científico-tecnológica, ambiental, energética, política e cultural-educacional. Felizmente, partimos de uma agenda repleta de posições coincidentes, mas não nos furtaremos a conversar sobre aqueles pontos onde ainda temos algum trabalho a fazer para sintonizar nossas pontos-de-vista. Esses entendimentos são importantes porque deles resultarão maior cooperação econômica e social entre nossos países.

Na esfera multilateral, Brasil e Rússia também possuem responsabilidades fundamentais nos esforços pela criação de uma ordem internacional mais justa. Esta é uma luta que deve ser travada de forma democrática, mas com muita determinação, pois dela depende uma melhor distribuição da riqueza mundial.

No campo do comércio internacional, o Brasil espera - e tem trabalhado para isso - que as negociações no âmbito da OMC possam resultar em avanços concretos, particularmente na garantia de mais acesso a mercados para os países em desenvolvimento. Se existe um obstáculo real para o incremento das trocas internacionais, ele é o protecionismo praticado pelos países mais ricos.

Senhoras e senhores empresários,

Os oradores que me precederam puderam dar uma visão abrangente das economias da Rússia e do Brasil.

Em meu país, estamos vivendo momentos de grande entusiasmo com um novo ciclo de desenvolvimento econômico. As medidas tomadas no primeiro ano do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva exigiram sacrifício de todos os segmentos da população. Mas, agora, já no segundo ano de nosso mandato, estamos começando a colher os frutos. Vamos crescer, este ano, mais de 4% e no próximo ano deveremos ultrapassar os 5%. Os resultados do crescimento econômico do Brasil também se refletem no nosso comércio exterior. Ainda em 2004, deveremos obter um saldo comercial de US\$ 34 bilhões. Trata-se de um desempenho nunca antes visto em nossa história, alcançado graças a uma política mais ofensiva de ampliação e diversificação da oferta exportável, além da conquista de novos mercados.

O comércio entre Brasil e Rússia tem obtido avanços significativos e o interesse de ambas as partes é cada vez maior, como bem demonstra o número de empresários neste auditório no dia de hoje. Estes encontros contribuem para promover ainda mais o conhecimento do que os nossos mercados podem oferecer. E aqui me refiro não apenas aos dois países,

mas também a um corredor de comércio que abrange e beneficia as nossas respectivas regiões geográficas: o MERCOSUL e a Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Considerando apenas o contexto bilateral, verificamos que a tendência de crescimento do nosso comércio já é irreversível. Após superar a marca de US\$ 1,5 bilhão em 2001, a corrente nos dois sentidos totalizou US\$ 2 bilhões em 2003, um recorde histórico. Para este ano, estamos prevendo novos marcos. Até setembro, já alcançamos um total de US\$ 1,7 bilhão, o que representa um aumento de 21% em relação a igual período de 2003.

Se é verdade que estes números nos entusiasmam, também é verdade que eles nos colocam novos desafios. Apesar desses resultados, nosso comércio bilateral ainda está muito concentrado em poucos produtos. Do lado das exportações brasileiras para a Rússia, figuram sobretudo produtos agro-industriais, notadamente açúcar de cana e carnes. Do lado das importações brasileiras da Rússia, aparecem em destaque apenas alguns produtos químicos, em particular os fertilizantes.

É nosso interesse promover ações orientadas à diversificação, nos dois sentidos, da pauta de bens e serviços, em especial no tocante a produtos com maior valor agregado. Do mesmo modo, queremos iniciar um programa de maior conhecimento recíproco, não apenas para que possamos tirar proveito das imensas vantagens na área do comércio, mas também para que possamos melhor avaliar as oportunidades de investimento, tendo em vista a complementaridade de nossas economias.

Do lado do Brasil, há uma série de produtos e serviços, já exportados com sucesso para outros mercados, mas que ainda não ingressaram de forma consistente no mercado russo. Dou como exemplo as aeronaves executivas; os serviços de engenharia; as máquinas e os equipamentos; as partes, peças e utensílios para automóveis; os produtos eletrônicos e de automação bancária; os software; os equipamentos médico-hospitalares; os produtos da

indústria têxtil e os cosméticos. Até mesmo no agronegócio, que já é representado no mercado russo pelo açúcar e pelas carnes, há outros produtos como milho, mel, soja, frutas e sucos de frutas, que poderiam ser bem-aceitos no mercado russo.

A Rússia, por sua vez, entre outros atributos de sua economia, é uma potência energética em crescente expansão. São inúmeras as oportunidades de cooperação no domínio do gás natural, energia elétrica, combustíveis renováveis, mineração e energia nuclear. As vantagens competitivas da Rússia nesses campos poderiam ensejar, por exemplo, o desenvolvimento conjunto de turbinas e a formação de “joint ventures” para a fabricação, no Brasil, de equipamentos e materiais para o setor de energia. No setor de gás e petróleo, temos incentivado a participação de empresas russas em licitações no Brasil, bem como a cooperação científica na área de gás natural. O Brasil também tem interesse em iniciativas de cooperação em tecnologias de geração e transmissão de energia elétrica. Também nos animam as perspectivas de cooperação na utilização do espaço exterior, ambiente que deve ser reservado, assim pensam a Rússia e o Brasil, para fins exclusivamente pacíficos. No setor aeroespacial, a Rússia dispõe de tecnologia avançada, e também pode colaborar com projetos brasileiros para o setor.

Senhoras e senhores, caros amigos,

É amplo o potencial a ser ainda explorado no âmbito de nossas relações econômico-comerciais, sobretudo em áreas de maior valor agregado. Nossos governos devem apoiar as iniciativas de maior aproximação, como os encontros empresariais iguais a este, como reuniões mais frequentes da Comissão Bilateral de Alto Nível de Cooperação, ou como toda e qualquer iniciativa que possa valorizar e ampliar a troca de informação sobre as possibilidades de cooperação entre ambos países.

Muito obrigado.

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, no Fórum Empresarial Brasil-Romênia, em Bucareste, Romênia, em 15 de outubro de 2004

Senhoras e senhores,

É com especial prazer que participo da abertura deste evento empresarial em Bucareste.

O prazer é ainda maior porque sinto neste país, e no povo romeno, inúmeras afinidades com o Brasil e com os brasileiros. Temos uma herança comum e uma língua que partilha as mesmas raízes.

Brasil e Romênia possuem relações antigas e por isso mesmo maduras. Esta constatação não nos garante, entretanto, a certeza de que estamos mutuamente bem informados sobre a história e a atualidade de nossos países.

Minha visita a Bucareste, como membro do Governo brasileiro, insere-se precisamente no contexto de um esforço maior para que possamos tirar proveito das coincidências políticas e das complementaridades econômicas entre nossos países. Se é verdade que, para atingir esse objetivo, temos pela frente um longo caminho a percorrer, também é verdade que já demos os primeiros passos. Prova disso é o extraordinário aumento que o comércio entre nossos países experimentou em 2003, quando superou, pela primeira vez, a cifra de US\$ 250 milhões. Isto é fruto da globalização, mas também é o resultado de um crescente interesse que os empresários e homens de Governo estão demonstrando pelas oportunidades que nossos países oferecem.

O desafio agora é fazer com que o crescimento nas trocas bilaterais venha acompanhado de uma diversificação da pauta comercial, hoje ainda muito concentrada, ao menos no caso do Brasil, em alguns poucos produtos primários, como é o caso do açúcar, da soja e do minério de ferro.

A posição estratégica da Romênia em relação aos mercados da Europa Central, que hoje contam com 200 milhões de consumidores em potencial, é vital para que possamos atingir esse novo perfil nos

negócios comerciais. Da mesma forma, a posição central do Brasil no coração da América do Sul é fundamental para que as exportações romenas possam alcançar outros mercados em nosso continente.

Entretanto, para que possamos aproveitar o potencial de negócios existente entre Brasil e Romênia, torna-se essencial que ambos os países se conheçam melhor. Só assim poderemos, com confiança e segurança, ampliar o intercâmbio em setores de maior valor agregado. Para tanto, é preciso que nossos Governos promovam programas de difusão cultural, de cooperação educacional, técnica e científica e de troca de experiências naquilo que somos mais competitivos.

Os oradores que me precederam, no curto espaço de tempo desta manhã, já lograram cumprir importante papel nesse processo. Do lado do Brasil, ouviu-se uma abrangente descrição do agronegócio em meu país. Hoje, sem qualquer subsídio por parte do Governo e graças aos vultosos investimentos em ciência e tecnologia e à introdução de processos modernos de produção e comercialização, o agronegócio brasileiro pode ser considerado um dos mais avançados e competitivos do mundo e, por isso mesmo, é o setor mais dinâmico de nossa economia. Este é, sem dúvida, um setor estratégico para o desenvolvimento das relações de comércio e cooperação entre Brasil e Romênia.

No campo industrial, o Brasil também tem muito a oferecer. Somos bastante competitivos em setores variados que vão desde a produção de veículos e aeronaves até medicamentos, cosméticos, calçados, têxteis e vestuário, entre outros. Nos últimos anos, as exportações industriais brasileiras cresceram de forma exponencial, o que atesta a receptividade cada vez maior do mercado internacional em relação aos nossos produtos.

No caso do relacionamento comercial entre Brasil e Romênia, ademais do aproveitamento das vantagens geradas pela posição de nossos países nos respectivos ambientes geográficos, devemos buscar,

de parte a parte, novos nichos para os produtos nos quais somos globalmente competitivos.

Senhoras e senhores empresários,

Desde que assumiu o Governo em janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empenhou-se para garantir que o Brasil enveredasse por uma sólida rota de crescimento, sem perder de foco o resgate da dívida social, resultante de longos anos de distorções no processo de distribuição de renda. Estamos confiantes na superação das dificuldades.

O Brasil é hoje uma democracia madura, com sólidas instituições, economia estabilizada e um Governo firmemente comprometido com a superação da pobreza e da injustiça social. Nosso primeiro ano de Governo foi cheio de desafios. Estamos agora superando todas as dificuldades e devolvendo à nação brasileira a garantia de um ambiente macroeconômico saudável, com taxas de crescimento sustentadas com inflação declinante, câmbio estabilizado, com consideráveis superávits em nossas contas públicas, com gigantescos saldos na balança comercial e com crescente confiança dos mercados financeiros internacionais, traduzida em volumes importantes de investimentos estrangeiros. Apenas para citar uma cifra eloqüente, o Brasil recebeu nos últimos 7 anos cerca de US\$ 160 bilhões em investimentos estrangeiros diretos. É com esse pano de fundo que quero reiterar o firme compromisso do Governo do Presidente Lula em apoiar o empresariado brasileiro e romeno na criação de um ambiente progressivamente favorável ao crescimento dos negócios bilaterais.

Estou seguro de que este encontro empresarial constitui sinal inequívoco dessa disposição. Nos dias de hoje, o comércio internacional desempenha papel de fundamental importância para a geração de riquezas. Os empresários são os principais artífices desse processo. Por esse motivo, desejo a todos vocês, aqui presentes, boa sorte e bons negócios.

Muito obrigado.

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, na Cerimônia de Abertura do Workshop sobre Captação de Investimentos Portugueses para o Setor de Turismo no Brasil, em Lisboa, Portugal, em 18 de outubro de 2004

É para mim um enorme prazer poder dirigir-me a tão distinguida audiência de empresários e agentes ligados ao turismo.

Inicialmente, quero expressar os meus melhores agradecimentos aos dirigentes do Banco Espírito Santo, que tanto colaboraram para assegurar o êxito desta iniciativa – a de promover o investimento português no setor do turismo no Brasil.

Gostaria, também, de atestar a prioridade absoluta que o Governo brasileiro atribui ao desenvolvimento dessa atividade, cujo crescimento também significa atração de investimentos, criação de empregos e capacitação de mão-de-obra, além de divisas em moeda forte e melhoria dos resultados do balanço de pagamentos.

É por isso que o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em suas viagens ao exterior, está sempre recordando as potencialidades turísticas brasileiras. Como bem sabem os senhores, o turismo é um dos setores que mais crescem no mundo e já representa 10% do PIB global. Movimentou US\$ 4,5 trilhões, em 2003, e ultrapassou até mesmo indústrias tradicionais, como petróleo e energia elétrica. Um em cada nove empregos hoje está na área do turismo. Seu potencial de crescimento ainda é grande, especialmente nos segmentos de eventos e aventura.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, 1 bilhão e 600 milhões de pessoas deverão viajar para congressos e convenções até o ano de 2020. Nesse sentido, destaco o esforço do Governo brasileiro em promover a melhoria da infra-estrutura, a qualificação dos serviços e uma estruturação dos destinos de modo a aproveitar ao máximo nossa grande diversidade natural e regional. Além disso, há um grande esforço de promoção de nossa natureza exuberante e da riqueza de nossas manifestações culturais, artísticas e esportivas. É um trabalho que

vem sendo feito no Brasil e também, como demonstra esta iniciativa, no exterior.

E já colhemos os primeiros resultados.

O Brasil tem podido aumentar significativamente sua receita com o turismo, que se aproxima hoje a US\$ 5 bilhões anuais. Um bom indicador de que o setor está-se desenvolvendo é a movimentação nos aeroportos. Nos primeiros cinco meses deste ano, os desembarques internacionais cresceram 17,25%, e a entrada de divisas aumentou em 46%. Os desembarques nacionais cresceram 11,57%. Nos vôos charters internacionais – muito utilizados pelo turista português – o aumento foi de 133,79%.

Esse enorme potencial, entretanto, ainda é pouco explorado se considerarmos as inúmeras possibilidades oferecidas ao investidor no setor de turismo no Brasil. O Plano Nacional de Turismo prevê a geração, até 2007, de aproximadamente US\$ 12 bilhões em novos empreendimentos turísticos, financiados por brasileiros e estrangeiros.

Dados do Ministério do Turismo demonstram que os investidores portugueses, espanhóis e italianos estão na vanguarda nos investimentos em projetos de turismo no Brasil, em particular no litoral nordestino, a mais recente fronteira da curiosidade do visitante estrangeiro. Na Praia do Forte, em Salvador, na Bahia, por exemplo, os espanhóis estão concluindo um investimento de 360 milhões de euros na construção de um belo e amplo complexo hoteleiro.

Senhoras e senhores

Gostaria, também, de referir-me ao esforço do Governo brasileiro para criar um clima ainda mais estável e receptivo ao investimento estrangeiro, por meio da aplicação de regras e procedimentos mais ágeis e transparentes – esforço este que envolve tanto os Municípios quanto os Estados da Federação.

Queremos com isso poupar o investidor estrangeiro de eventuais incertezas ou contratempos desnecessários, quando decidir instalar seus negócios no Brasil.

Ao concluir, pois, estas breves palavras, quero mais uma vez agradecer a todos por esta expressiva participação e ao Banco Espírito Santo, por haver emprestado, pela segunda vez, seu amplo e eficiente apoio para a realização deste Workshop.

A seguir, os presentes terão a oportunidade de ouvir os competentes palestrantes que nos deram a honra de participar desta jornada, com seus valiosos conhecimentos e experiência.

Muito obrigado.

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, no I Encontro Luso-Brasileiro de Escritórios de Advocacia, em Lisboa, Portugal, em 18 de outubro de 2004

É supérfluo dizer das afinidades existentes entre Brasil e Portugal.

Ainda assim, não nos cansamos de falar da identidade da língua, da semelhança dos sentimentos, da proximidade das crenças e do jeito de ser, além da coincidência de gostos, sentimentos e interesses entre a nossa gente.

Ao visitar Portugal, qualquer brasileiro percebe intuitivamente essas semelhanças de caráter e, sobretudo, a simpatia que marca os dois povos.

Brasil e Portugal são, ademais, amantes da paz e ativos no comércio, sendo esse, desde tempos imemoriais, se praticado de forma justa, a verdadeira alavanca do progresso e do entendimento entre as nações.

Isolado, o indivíduo fenece. Assim também os povos só encontram o seu verdadeiro caminho e realizam plenamente as suas potencialidades intensificando o seu contato com outros povos. Nesse sentido, a parceria entre Brasil e Portugal está radicada nos descobrimentos portugueses e no relacionamento sempre próximo e fraternal que, quis a história, nos unisse no passado.

Sem esquecer esses laços, Portugal dá passos de gigante rumo ao seu destino no seio União Européia. As transformações por que tem passado o país nos últimos anos são tamanhas, que se tornam

perceptíveis até ao olhar desatento. E não poderia ser de outra forma.

A Europa, se ainda se discute onde termina, se no Oder, no Danúbio ou além, não há dúvidas sobre onde começa: na Península Ibérica que, voltada para Atlântico, nunca desdenhou dessa vocação da qual resultaram os países ibero-americanos, que são como que uma continuação sua, adaptada aos trópicos. Mas Portugal está radicado na Europa. E a Europa terá papel relevante na conformação política e econômica do século que começamos a atravessar.

A esse processo, Portugal trará a palavra conciliadora - tão arraigada a nós brasileiros - e a experiência de um povo que soube atravessar a adversidade política e econômica sem perder a identidade cultural e histórica num continente que conheceu e conhece ainda tantas mudanças.

No Brasil, continuamos a consolidar uma longa trajetória rumo à plena democracia política e à estabilidade econômica. Não obstante as dificuldades que ainda enfrentamos na área social, a fé nas liberdades democráticas e a confiança na capacidade empreendedora do nosso povo nos dão a certeza de que superaremos os desequilíbrios ainda existentes e que ainda frustram nosso anseio por uma sociedade socialmente mais equânime. A certeza na grandeza do nosso destino, contudo, finca raízes cada vez mais profundas na consciência nacional.

O País pode mais hoje do que pôde no passado. E não será diferente no futuro. A avaliar essa certeza, está uma indústria pujante, um povo criativo e um Governo responsável. A indústria brasileira resiste a crises e cresce, o Brasil apresenta-se à comunidade internacional com inovações e competitividade em tecnologias de ponta e o Governo mantém uma política macroeconômica comprometida com o fortalecimento de seus fundamentos, com vistas ao longo prazo. O resultado é que começamos a observar significativo crescimento econômico, ao qual queremos dar sustentação por muitos anos, gerando os empregos, a renda e os investimentos indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

O Brasil sabe que precisa ser exitoso. Por suas dimensões e peso específico, influirá na estabilidade do continente americano em geral e na América do Sul em particular, sem falar nos interesses deste e de outros continentes que lá encontram campo propício à perseguição de seus objetivos. Os interesses em jogo são, portanto, consideráveis. E embora tenhamos em nossa região próxima, como Portugal na sua, fixado o nosso destino, a ela apenas não queremos nos circunscrever.

A intensa atividade diplomática do Governo brasileiro mostra, sem sombra de dúvida, que buscamos uma inserção do país no cenário mais amplo do mundo globalizado, pugnando por maior justiça e coerência nas regras que regem o comércio e o investimento internacionais. E não buscamos essa inserção somente por meio das ações do Governo, senão também com o incentivo para maior interação entre segmentos organizados da sociedade brasileira e dos países com os quais temos relações mais próximas.

É nesse contexto que se insere o primeiro “Encontro Luso-Brasileiro de Escritórios de Advocacia”. Segue-se ele ao primeiro “Encontro Itamaraty-Escritórios de Advocacia”, realizado no Rio de Janeiro em 2002, ao primeiro “Encontro Brasileiro-Espanhol de Escritórios de Advocacia”, ocorrido em Madri em 2003 e ao primeiro “Encontro Brasileiro-Argentino de Escritórios de Advocacia”, realizado também em 2003.

O interesse em estimular esses encontros decorre da percepção da importância que têm as sociedades de advogados a desempenhar nos dias de hoje, mais do que nunca. Na nova economia, diversos fatores de produção, e sobretudo o capital, apresentam grande mobilidade, necessitando adaptar-se a diferentes ordenamentos jurídicos e ambientes regulatórios, sobre os quais o aconselhamento transcende as atribuições dos governos, cabendo cada vez mais, entre outros, aos profissionais do direito.

No caso de Brasil e Portugal isto se evidencia ainda mais dada a densidade dos negócios crescentes

e dos investimentos de um país na economia do outro. O estoque de investimentos portugueses no Brasil até o final de 2003 totalizou US\$ 7,4 bilhões, posicionando Portugal entre os seis principais investidores estrangeiros no Brasil. A fim de incrementar as possibilidades no sentido contrário, estaremos amanhã realizando um seminário intitulado “Portugal: uma plataforma para negócios brasileiros na União Européia”, que visará a demonstrar a empresários brasileiros como melhor se associarem a seus parceiros portugueses para otimizar as oportunidades de negócio mutuamente vantajosas oferecidas pela União Européia.

É, portanto, com grande satisfação que saúdo os presentes e parabeno os organizadores deste encontro, fazendo votos de que as negociações entre as sociedades de advogados, que se seguirão a esta cerimônia, serão um passo a mais no estreitamento de nossas relações bilaterais e no aprofundamento de entendimentos vantajosos aos nossos países.

Muito obrigado.

Discurso do Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário “Portugal: Uma Plataforma para Negócios Brasileiros na União Européia”, em Lisboa, Portugal, em 19 de outubro de 2004

Excelentíssimo senhor Presidente Jorge Sampaio; senhor Presidente da Associação Industrial Portuguesa; senhor Presidente da Agência Portuguesa para o Investimento; senhor Presidente do Instituto de Comércio Exterior Português; senhoras e senhores,

Permitam-me, inicialmente, saudar a presença do Chefe de Estado português, o amigo Jorge Sampaio, que empresta um brilho particular a este encontro entre empresários dos setores produtivos do Brasil e de Portugal.

Ao cumprimentar os empresários portugueses e brasileiros que participam deste seminário, gostaria também de agradecer a gentil acolhida que nos deu, em sua sede, a Associação Industrial Portuguesa, bem como o apoio estendido, na organização do

evento, pela Agência Portuguesa para o Investimento e pelo Instituto de Comércio Exterior Português.

A amizade entre nossas nações e os laços históricos, culturais e sociais que nos aproximam há mais de cinco séculos encontram sinais cada vez mais claros no nosso relacionamento especial nos planos político e econômico.

Somos irmãos de sangue, amigos de coração e parceiros naturais. Não foi por outro motivo que não o da singularidade dessa relação que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu Portugal para realizar, em julho do ano passado, sua primeira visita de Estado como Presidente do Brasil. Naquela ocasião, realizamos um Encontro Empresarial Brasil-Portugal, com a participação de cerca de mais de 300 empresários, onde foram discutidas e incrementadas, com sucesso, as possibilidades e ações para a ampliação do intercâmbio comercial e de investimentos entre os dois países.

Outro exemplo dos vínculos especiais que unem nossos povos foi a recente presença do Primeiro-Ministro Santana Lopes no Brasil, quando participou das comemorações do 7 de Setembro. Esse fato demonstra o profundo respeito que norteia as relações entre os dois países, assim como o reconhecimento da contribuição histórica aportada pela comunidade portuguesa, no Brasil, e pelos brasileiros que aqui trabalham e contribuem, com sua dignidade e engenhosidade, para o progresso social e econômico da nação portuguesa.

Com relação ao presente encontro, minha própria trajetória como empresário me faz crer que temos, no dia de hoje, mais uma oportunidade para dinamizar as relações econômico-comerciais entre nossas nações, com a participação ativa do empresariado português e brasileiro.

O formato e o conteúdo do seminário “Portugal, uma Plataforma para Negócios Brasileiros na União Européia” foram concebidos de modo a permitir que o empresariado brasileiro, disposto a investir e fazer negócios no cada vez mais amplo mercado europeu, possa enxergar a infra-estrutura,

os serviços e a cadeia produtiva portuguesas, como uma ferramenta única para o ingresso em um dos mais populosos e modernos mercados do mundo.

Queremos, com esta iniciativa, que Portugal se posicione, de forma crescente, como o caminho natural para os investidores brasileiros. Nos dias atuais, é mais fácil transferir a fábrica para o local das vendas do que enfrentar o processo, sempre mais moroso, do comércio exterior.

No caso de Portugal, esta constatação é ainda mais significativa porque os brasileiros não se sentem estrangeiros nestas terras, ao contrário, têm a sensação de que estão fazendo negócios em casa, assim como os imigrantes portugueses se sentiram no Brasil, lá prosperando e lá ajudando a construir um país alegre e pujante.

Senhoras e senhores empresários,

O intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal já passou por várias fases. A bem da verdade, nunca correspondeu ao tipo de relação especial que temos. Resta, no entanto, a certeza, de ele evoluir de forma positiva. No período de janeiro a setembro do corrente ano atingiu, segundo dados brasileiros, a cifra de US\$ 858 milhões, ou seja, um aumento de quase 56,4% em relação ao mesmo período de 2003. Já não há dúvidas de que, para todo o ano de 2004, alcançaremos um total recorde na história do comércio bilateral.

Mas não devemos descansar nesta certeza. Temos motivos e estruturas econômicas para irmos mais além. Ademais dos produtos que tradicionalmente compõem nossa pauta comercial, como os derivados de petróleo, gorduras e óleos, devemos ter em mente a necessidade de contemplarmos produtos de maior valor agregado, já produzidos nos dois países, como no caso da indústria aeronáutica, de veículos automotivos, de vestuário e de software, para citar apenas alguns exemplos.

Por outro lado, se é verdade que a história do comércio bilateral nunca correspondeu à dimensão de nosso relacionamento em outras áreas, o mesmo não

podemos dizer dos investimentos. No início dos anos 90, excluídos os países da União Européia, o Brasil chegou a ser o investidor número um na economia portuguesa. Hoje, Portugal figura entre os primeiros investidores na economia brasileira – fato que se torna ainda mais expressivo quando sabemos que, em 2003, o Brasil representou o destino de 55% dos investimentos portugueses no exterior.

Temos a intenção de que os investimentos bilaterais prossigam sua trajetória de crescimento constante e em bases recíprocas, especialmente no âmbito da pequena e da média empresa, em áreas como a da indústria alimentícia, mecânica, de serviços, distribuição, varejo e autopeças.

Caros amigos,

Ao participar, no dia de ontem, do Workshop sobre o Setor de Turismo no Brasil e do Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Sociedades de Advogados, ambas iniciativas cobertas de pleno êxito, pude confirmar não apenas a dimensão já existente no relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Portugal, mas também as perspectivas promissoras que se abrem para o incremento do intercâmbio bilateral.

O momento para um novo salto neste relacionamento não poderia ser melhor. O Brasil está vivendo uma fase de crescimento econômico, com moeda estável, contas públicas ajustadas, diminuição gradual da relação dívida pública/PIB e saldos comerciais nunca antes vistos em nossa história.

Depois de um ano de ajustes difíceis, o mundo volta a ter plena confiança no Brasil: o risco-país vem declinando de forma consistente, os títulos

da dívida pública externa alcançaram cotações próximas a 100% do seu valor de face e os investimentos estrangeiros voltaram a apresentar curva ascendente.

Caro amigo Presidente Jorge Sampaio,

Os resultados dos eventos empresariais destes dois dias demonstram a importância de Portugal como porta de entrada privilegiada para as relações econômicas européias. É importante que os brasileiros se convençam disto, da mesma forma que os portugueses já sabem que o Brasil é uma rota natural para sua aproximação com os outros países do MERCOSUL e com os demais mercados sul-americanos.

Ao concluir estas minhas breves palavras, não poderia deixar de dizer às senhoras e aos senhores, da minha emoção ao depositar ontem flores no túmulo de Camões. Mais do que um poeta, Camões era também um filósofo e, nessa condição, legou ensinamentos plenamente atuais no mundo de hoje. Em uma de suas poesias, disse:

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o Mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.”

Estou certo de que Brasil e Portugal saberão enfrentar as mudanças por que passa o mundo. Conseguiremos, estreitando ainda mais o nosso relacionamento, criar as pontes necessárias ao progresso e ao desenvolvimento social de nossos países.

Muito obrigado.



XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, em Montevideu, em 18 de outubro de 2004

Senhor Presidente; senhores Ministros; senhores Representantes Permanentes; senhor Secretário-Geral, senhoras e senhores,

Desde a última reunião do Conselho de Ministros da ALADI, o processo de integração evoluiu muito positivamente. Esse desenvolvimento que, sem dúvida alguma, devemos celebrar, nos impõe dever ainda maior de refletir sobre o papel da Associação e as decisões necessárias para fortalecê-la.

O Brasil está comprometido em contribuir para a crescente integração entre nossos países. O Presidente Lula atribui a mais alta prioridade à integração regional. Para transformar a prioridade política em realidade concreta, com benefícios para todos, o Brasil tem trabalhado ativamente com todos os seus vizinhos e com os parceiros da América Latina.

Iniciamos programas – amplos e inovadores – nas áreas da saúde, da educação, da cooperação fronteiriça, do meio ambiente, da defesa e da infraestrutura. Estamos trabalhando sempre na perspectiva de uma América do Sul próspera, estável, integrada e mais justa, e dentro do contexto de uma América Latina mais desenvolvida. Estamos impulsionando ações concretas na área de infraestrutura, com a identificação de projetos de forte impacto multiplicador para a geração de empregos e repercussão na área social. Destaco, especialmente, o apoio que vem sendo dado a esses projetos pelo nosso banco de desenvolvimento, BNDES, cada vez

mais integrado como instrumento de promoção do nosso desenvolvimento regional.

No MERCOSUL, renovamos o compromisso com o Tratado de Assunção e estamos executando um ambicioso programa de trabalho para a consecução do Mercado Comum. Concluímos – como foi lembrado pela Embaixadora da Colômbia, Presidente do Comitê – com o Peru e com os demais membros da Comunidade Andina acordos de livre comércio. Demos, no marco da ALADI, passos extraordinariamente importantes no caminho da construção de uma desejada Comunidade Sul-Americana de Nações, para usar a expressão do Presidente Toledo.

O Brasil veio aqui hoje com disposição de assinar os instrumentos para a protocolização desses acordos. Fizemos, de nossa parte, todas as concessões e atuamos, quando necessário, como facilitadores das negociações entre outros países irmãos, com a consciência de que os momentos históricos não se repetem. Estou certo de que todos os envolvidos neste processo aqui vieram com o mesmo espírito.

Aprofundamos os acordos de livre comércio do MERCOSUL com a Bolívia e o Chile. No caso específico da Bolívia, temos levado plenamente em conta a necessidade, também mencionada aqui anteriormente, de tratamento assimétrico para países de menor desenvolvimento. Demos mais densidade

ao acordo com Cuba e abrimos caminho para a negociação de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o México.

Nas múltiplas iniciativas em que nos engajamos – e queria mencionar também algumas que transcendem este âmbito, mas que se relacionam a ele, como as relativas ao Tratado de Cooperação Amazônica –, procuramos reconhecer sempre, no espírito da responsabilidade solidária, diferenças nas estruturas dos países e desenhar mecanismos para melhor potencializar os ganhos do processo de integração para todos e cada um de nós. O reconhecimento de assimetrias, que nos tem sido negado em outros foros e em outras negociações, tem sido uma marca de nossas negociações com países de economias menos desenvolvidas que a nossa. Tem, adicionalmente, inspirado o estabelecimento de programas, como o de Substituição Competitiva de Importações, em um esforço raro, no caso de países em desenvolvimento, de buscar equilibrar as condições de intercâmbio com os países da região.

A integração é um projeto consensual e coletivo, por definição. É um imperativo do nosso desenvolvimento e de uma melhor inserção internacional.

Os relatórios do Secretário-Geral, Embaixador Juan Francisco Rojas Penso, a quem presto minha homenagem, e da Presidente do Comitê de Representantes, Embaixadora Claudia Turbay, demonstram a variedade e a importância das atividades no âmbito da ALADI e o dinamismo da Associação.

Os documentos do Comitê sobre o cumprimento das Resoluções 55 e 56 deste Conselho são um retrato alentador de mais de duas décadas de existência da ALADI. A maior liberalização dos fluxos comerciais, a ampliação da rede de acordos de livre comércio, o desenvolvimento da normativa regional, a inclusão na pauta da ALADI dos chamados “novos temas”, a adoção de disposições que favoreçam maior participação dos países de

menor desenvolvimento econômico são um roteiro bem desenhado para a consecução dos objetivos maiores da integração regional.

Nesse roteiro, o Brasil endossa, com particular empenho, as disposições relativas a um maior envolvimento dos setores empresarial, trabalhista e acadêmico e ao funcionamento dos Conselhos Assessores Empresarial e Trabalhista. Gostaria, a esse propósito, de assinalar a contribuição contida no recente documento intitulado “Carta Sociolaboral Sul-Americana”.

Para que possa apoiar adequadamente a execução da agenda que estamos aprovando, a Associação, a nossa ALADI, precisará de recursos, em bases sustentáveis. Por isso, vemos com preocupação a precariedade crônica de sua situação financeira. Com os demais membros e o Secretário-Geral, trabalharemos fórmulas que permitam equacionar esta questão.

Senhoras e senhores,

Procederemos hoje à eleição do novo Secretário-Geral, a quem incumbirá instrumentar nossas resoluções e responder pela alta direção da Secretaria. Compartilhei com o Ministro Didier Operti muitas horas de trabalho no tratamento da agenda bilateral Brasil–Uruguai, bem como dos temas do MERCOSUL e de diversos foros regionais e internacionais. Algumas vezes tivemos, talvez, pequenas diferenças em detalhes, mas sempre procuramos superá-las, com o espírito construtivo que a grandeza do projeto de integração exige. Vemos no Chanceler Operti, como em Vossa Excelência também, senhor Secretário-Geral, um baluarte da integração regional. Por isso, estaremos felizes em sufragar o voto em seu favor dentro de instantes nesta sala. Tive o prazer de trabalhar sob a Presidência do Chanceler Operti à época da Assembléia Geral da ONU nos idos não tão longínquos, mas já passados, dos anos 90. Trabalhei sob sua batuta, sob a sua direção. Nessa ocasião, pude admirar suas qualidades humanas e profissionais e apreciar sua grande capacidade de articulação política e de buscar

soluções às vezes difíceis. É, portanto, de um ângulo privilegiado que testemunho seu altíssimo profissionalismo, habilidade diplomática e vigor intelectual. O Chanceler Operti reúne as qualidades exigidas para o cargo e contará com nosso total apoio durante sua gestão. Desejo ao Ministro Operti, já antecipadamente, se me permitem, todo o êxito à frente da Associação.

Quero agradecer ao Embaixador Juan Francisco Rojas Penso por seu trabalho dedicado em prol da ALADI e pelas importantes realizações com que marcou seus dois mandatos à frente da Associação. Faça votos de felicidades e novos êxitos em suas futuras atividades. Estou certo de que, onde quer que esteja, nele encontraremos sempre um entusiasta das nossas causas.

Muito obrigado.

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI - Protocolização do Acordo MERCOSUL-CAN (Montevideu, 18 de outubro de 2004)

Não queria deixar passar este momento, em meu nome e no dos meus colegas Ministros do MERCOSUL, para salientar a importância histórica deste acordo, juntamente com aquele que firmaremos também, em definitivo, com o Peru.

As presenças do Secretário-Geral da ALADI e do Presidente do Comitê de

Representantes Permanentes, Presidente Eduardo Duhalde, valorizam ainda mais esta cerimônia.

Creio que estamos dando um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre comércio. Isso será a base para constituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, que tem de se desenvolver também institucionalmente.

Queria dizer também que este ato culmina um esforço de todos nós, de todos os países envolvidos, que soubemos demonstrar as flexibilidades necessárias em prol de um projeto maior, que é a nossa integração.

Quero também salientar o que já foi mencionado hoje aqui, em vários discursos: que não há nenhuma contradição – pelo contrário, há complementaridade – entre este passo que damos na integração sul-americana e o objetivo maior da integração latino-americana e caribenha. A presença do México e de Cuba entre nós e a perspectiva de termos com eles também acordos de livre comércio semelhantes nos animam a pensar em uma América Latina verdadeiramente forte, verdadeiramente desenvolvida, com muito mais capacidade para negociar nos foros internacionais.

Quero, portanto, em nome dos meus colegas do MERCOSUL e em nome do Governo brasileiro, dizer da emoção deste momento em que damos um passo de grande significado no processo de integração sul-americana e latino-americana.



Reunião MERCOSUL – União Européia

Declarações à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após Reunião MERCOSUL - União Européia, em Lisboa, Portugal, em 20 de outubro de 2004

Farei observações iniciais em português, naturalmente, depois o comissário Lamy irá fazer suas observações, e, se houver questões específicas de alguém que necessite da resposta em inglês, posso tentar também responder.

Queria, em primeiro lugar, agradecer a hospitalidade e a iniciativa de Portugal em provocar este encontro. Na realidade, era, a princípio, nossa intenção termos uma reunião mais ou menos nesta data. Mas depois da última troca de ofertas, poderia haver dúvida se haveria ou não uma reunião. Creio que o Ministro Antônio Monteiro, em coordenação também com o Ministro Moratinos, da Espanha, teve contatos com a Comissão Européia e com o MERCOSUL, no caso com a presidência pro tempore do MERCOSUL, para oferecer a possibilidade dessa reunião, que hoje se realizou em Lisboa.

Quero dizer que o simples fato de termos esta reunião já foi algo extremamente positivo e demonstrativo da grande vontade política que todos nós envolvidos nesta negociação demonstramos. Alguns de nós tiveram de viajar duas ou três horas, pois tínhamos outros afazeres na parte da manhã, outros tiveram de viajar durante a noite para estarmos aqui no dia de hoje participando desta negociação já com compromissos amanhã em outros lugares. Então, o simples fato de termos vindo aqui com equipes importantes - no caso da União Européia, uma equipe

de quase vinte pessoas - é demonstração do grande interesse que temos todos em levar adiante esta negociação.

Eu diria que os principais pontos das nossas discussões de hoje estão refletidos no documento que vocês receberam. Acho que este documento reflete não só uma vontade política de levar adiante as negociações, mas traduz também a consciência de que muito progresso foi feito. Para os céticos, gostaria de dizer que antes de novembro do ano passado, quando tivemos a reunião em Bruxelas, talvez houvesse a ilusão de que poderíamos ter um acordo rápido, mas esta ilusão se baseava, na realidade, na ignorância. Hoje, nós, conhecendo muito melhor as questões de um lado e de outro, e os esforços feitos de um lado e de outro, temos uma noção muito mais clara do que ainda é necessário fazer para chegar a um acordo. Por outro lado, além desta consciência e de que isto pode continuar, creio que a reunião de hoje mostrou também que os dois lados vieram dispostos a demonstrar flexibilidade em relação a alguns setores. Não estou excluindo que outros setores ou outros aspectos da negociação também não possam ser objeto de flexibilidade no futuro, mas alguns foram especificamente mencionados hoje de um lado e do outro.

Se vocês perguntarem “bom, e estes aspectos foram suficientes para fechar o acordo?”. É óbvio que não, senão não teríamos a declaração que temos;

mas foi suficiente, sim, para nos deixar convencidos de que esta negociação prosseguirá e poderá chegar a bom termo. Obviamente nenhum de nós se aventurará a dizer em que prazo isto ocorrerá. São questões complexas, algumas sensíveis, certamente muitas para a União Européia, outras para o MERCOSUL, com implicações às vezes legais, constitucionais em algumas questões. Mas os esforços estão sendo feitos. Acho que esse foi o sentimento prevalecente, e tanto é assim que, como verão também na parte, digamos, de procedimento desta declaração, estabelecemos que haveria uma reunião de coordenadores antes do fim do ano para aprofundarmos alguns pontos que discutimos hoje e também para prepararmos uma reunião ministerial no primeiro trimestre do ano que vem.

Diria que todas as questões podem ser vistas de forma relativa às expectativas, e as expectativas são variáveis. Mas diria que, dentro das nossas expectativas, a reunião foi muito positiva. É claro que viemos abertos. Se fosse possível fechar o acordo hoje, fecharíamos. Mas dentro das expectativas, os esclarecimentos dados, as flexibilidades demonstradas - não vou entrar em detalhes, naturalmente - revelaram que há campo, sim, para atuarmos de maneira decidida em favor de um acordo que corresponde aos objetivos estratégicos dos dois blocos.

Gostaria finalmente de fazer uma manifestação. Creio que meus colegas do MERCOSUL compartilham essa avaliação, porque muito foi colocado sobre isto, sobretudo na imprensa do próprio MERCOSUL. O MERCOSUL falou com uma única voz, de maneira totalmente unida e unívoca nas negociações, e isto também é algo extremamente importante do nosso ponto de vista.

Só para terminar, gostaria de fazer um pequeno acréscimo. Depois de termos, digamos, feito basicamente a negociação política que resultou neste documento, ainda houve uma troca de idéias, informações e esclarecimentos entre os dois lados, que foi muito interessante, positiva, que demonstra que algumas coisas que um ou outro lado achava que fossem impossíveis na realidade não são; são coisas que têm que ser examinadas, em detalhes e que poderão ser resolvidas na base da confiança mútua. Uma dessas questões, vou até dar um exemplo, diz respeito à livre circulação de bens dentro do MERCOSUL. É claro que este é um problema que nós do MERCOSUL queremos resolver; não resolvemos ainda, e, neste ponto, até achamos que é positivo o desejo europeu de que isto ocorra, porque serve de incentivo para a nossa própria integração. Mas há que haver compreensão também de que o MERCOSUL é como se fosse a União Européia há não sei quantas décadas. Estamos tentando crescer rápido, mas, evidentemente, não temos, ainda, quase cinquenta anos de existência, de modo que temos alguns caminhos; vamos tentar fazer, como dizia Juscelino Kubitschek, "cinquenta anos em cinco". Mas, de qualquer maneira, temos um caminho a percorrer.

Queria agradecer, mais uma vez, em nome de meus colegas, a hospitalidade magnífica de Portugal, do Ministro Monteiro, e o espírito também dos negociadores europeus, muito especialmente dos Comissários Pascal Lamy e Franz Kischler, que revelaram, em todo momento, amplitude de visão, que compreendem os aspectos políticos, as dificuldades, e, ao mesmo tempo, querem respostas como nós também queremos.

Inauguração do Museu Afro-Brasil

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil, em São Paulo, em 23 de outubro de 2004

Eu estava, aqui, pedindo para o Emanuel falar no meu lugar, porque ele é o presidente desta cerimônia.

Então, eu queria cumprimentar a minha querida companheira Matilde, Secretária Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial; cumprimentar a minha mulher; cumprimentar o nosso querido amigo Cláudio Lembo, Vice-Governador; Senador Aloízio Mercadante; Senador Suplicy; Deputado Jamil Murad; meu querido Hélio Bicudo, Prefeito em exercício da cidade de São Paulo; meu caro José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobrás; meu caro Celso Frateschi, Secretário Municipal de Cultura de São Paulo; meu caro Adriano Diogo, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo; cumprimentar os secretários, vereadores; cumprimentar o nosso querido Emanuel Araújo, curador do Museu Afro-Brasileiro; cumprimentar os artistas que estão aqui; cumprimentar a nossa querida Benedita da Silva e o Pitanga,

Tenho consciência, e já disse isso em outras ocasiões, de que a nossa história com a África tem que ser tratada e ensinada de forma muito especial. Mais do que relações diplomáticas, o Brasil tem profundas afinidades étnicas e culturais com o continente africano. Foi daquela parte do mundo que homens e mulheres livres, transformados em escravos, foram trazidos para o Brasil, marcando para sempre o nosso futuro.

Somos, hoje, depois da Nigéria, a segunda maior população negra do mundo. Somos uma mistura de raças e culturas e, por isso mesmo, temos esse povo maravilhoso. A vertente africana do nosso povo

enriqueceu o Brasil, seja na língua, na cultura, na fé, na luta, na alegria de viver, na criatividade, na beleza, nas mais variadas manifestações do espírito humano. Nunca é demais insistir que os mais de 500 anos de nossa história foram construídos, em grande parte, com o trabalho dos nossos irmãos e irmãs negros.

Mas toda essa riqueza carrega um passivo que persiste de várias formas, inclusive na pobreza, no preconceito e na discriminação. Nosso governo sabe que o Brasil deve avançar no resgate dessa enorme dívida histórica para com os grupos sociais que mais sofreram, e sofrem ainda, em decorrência da escravidão e da exclusão social que se abateram sobre eles e seus descendentes. Esse resgate, em termos mundiais, é extensivo ao próprio continente africano.

Em menos de dois anos na Presidência, orgulho-me de já ter visitado sete países da África negra, estreitando laços de solidariedade e ampliando o intercâmbio político, comercial e cultural entre os nossos povos.

Logo no início do nosso governo, criamos a Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial. Essa secretaria tem atuado transversalmente junto à totalidade dos ministérios, articulando e executando, de modo integrado, políticas públicas em favor de todos os segmentos étnicos do nosso país, em especial dos afro-descendentes.

Também estamos incorporando aos currículos escolares o ensino da história da África e

da cultura afro-brasileira. Milhões de crianças estão podendo, agora, desde os bancos escolares, conhecer e orgulhar-se desses elementos essenciais da formação do nosso país.

Com o programa Brasil Quilombola, 743 comunidades remanescentes de quilombos estão recebendo apoio do governo para a regularização das terras onde viveram seus antepassados. Por meio do Programa Luz para Todos, muitas delas, pela primeira vez na vida, já usufruem os benefícios da energia elétrica.

Muitas ações conjuntas dos Ministérios da Saúde, Educação, Cidades, Cultura, Desenvolvimento Social, Turismo, Esporte e da Secretaria de Direitos Humanos e da Igualdade Racial também têm favorecido os quilombolas.

Quero lembrar algumas delas: construção e reforma de 1200 casas, beneficiando famílias da comunidade Kalunga, outras 800 moradias estão previstas para as comunidades do Rio das Rãs e Alcântara; implantação do sistema de abastecimento de água tratada e construção de 1200 instalações sanitárias; atendimento médico-oftalmológico, com fornecimento de óculos e realização de cirurgias, bem como capacitação de agentes comunitários de saúde e distribuição de kits de saúde bucal; balcão de direitos, para acelerar a documentação de toda a comunidade, sem o quê fica difícil o acesso aos programas sociais, à aposentadoria, ao crédito do Pronaf, por exemplo; implantação, nas comunidades quilombolas, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, dos centros de referência da assistência social “Casa da Família”, criada pela companheira Benedita da Silva, quando ministra do governo.

Minhas amigas e meus amigos,

Este ano, fizemos reunião com os ministérios que citei agora, envolvendo a nossa companheira Matilde. Determinamos que era preciso fazer um pacote de cidadania para atacar alguns setores da sociedade brasileira que vivem no chamado “mundo do esquecimento”: quilombolas, comunidades indígenas e assentamentos dos sem-terra. Para esses

três segmentos da sociedade, temos que ter um pacote de cidadania que leve, para eles, saúde, educação, saneamento básico, saúde bucal, Luz para Todos e todos os outros benefícios, como o Bolsa Família, que estamos estendendo às famílias mais pobres do Brasil.

Isso não custa caro, não custa muito dinheiro. O Governo está preparado para fazer, tem os programas, tem dinheiro. Só falta, agora, os ministros construírem o pacote e na próxima vez que viermos visitar o Museu e tivermos uma reunião com a comunidade afro-brasileira, poderemos dizer: “O pacote cidadania já atendeu a todas as comunidades que precisam ser atendidas, neste país”.

Quero destacar algo que considero muito importante. Vocês acompanham o debate intenso das cotas no Brasil. Algumas universidades já adotaram, e algumas universidades estão adotando. Acabo de vir de Londrina, onde a Universidade de Londrina adotou as cotas. A nossa Ministra Nilcéa, quando reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, adotou no Rio de Janeiro.

Quero destacar, também, importantes modificações que estão em curso no campo da educação. A democratização da universidade, em particular a democratização do acesso das pessoas tradicionalmente excluídas da universidade, é prioridade do nosso governo. Três ações programáticas, de aplicação imediata, estão sendo dirigidas especificamente para aumentar o acesso da população afro-descendente na universidade. O projeto Universidade para Todos, ProUni, em andamento para vigorar no início do ano 2005, é um projeto de geração de bolsas de estudos, tornando obrigatória a concessão de 10% de bolsas integrais em todos os cursos das universidades privadas que aderirem ao ProUni. A seleção dos alunos é feita a partir dos resultados dos alunos no ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio –, explicitando um recorte de renda e, obrigatoriamente, um recorte racial, privilegiando os afro-descendentes e os indígenas.

O FIES – Fundo de Investimento de Ensino

Superior - agora passou a ter, em seus dois critérios, um diferencial específico que aumenta a possibilidade de os afro-descendentes acessarem esse sistema de crédito para cursar a universidade. Neste momento, encontra-se em discussão no Congresso o projeto de lei que encaminhamos para regularizar, pela primeira vez na história, um sistema de democratização do acesso à universidade pública, que explicita a obrigatoriedade de metade das vagas para alunos egressos do ensino médio das escolas públicas.

Além disso, no interior dessas vagas, uma cota para afro-descendentes e indígenas. Essa cota é diferenciada por estado e corresponde, exatamente, ao peso dos afro-descendentes e indígenas, de acordo com o IBGE.

Além das ações de democratização do acesso à universidade, aprovamos, este ano, a Lei 10639, que define a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana nas escolas do Brasil. O MEC, neste ano e no início do próximo, está realizando seminários estaduais em todo o país, contando com professores, gestores, secretarias municipais e estaduais de educação, universidades e militantes do Movimento Negro para difundir e discutir os diversos ângulos da Lei.

Além disso, o MEC está definindo com as universidades adaptação das estruturas curriculares dos cursos de educação e construindo instrumentos para a elaboração de material didático e formação de professores, em particular a formação à distância.

Todo esse trabalho está se realizando a partir de uma ação integrada entre o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, dirigida pela companheira Matilde.

Digo isso porque o Museu Afro-Brasil, que hoje está sendo inaugurado, por iniciativa da Prefeitura de São Paulo, com o patrocínio da Petrobras, vem somar – se a esse conjunto de ações que nos aproximam vivamente da África. Este novo museu vai nos ajudar a preservar o muito do próprio continente africano que ainda existe entre nós, e o

tanto que foi mesclado, apreendido e transformado criativamente pelas mãos e pelo talento do nosso povo. O grande legado dos artistas, artífices, cientistas políticos e demais cidadãos negros que contribuíram para a originalidade e diversidade da cultura brasileira fica, agora, disponível para ser amplamente apreciado e estudado.

Um povo sem memória do seu próprio passado, sem conhecimento de sua história e de sua cultura, não tem como compreender corretamente o presente. E, certamente, terá dificuldade de fazer as melhores opções para a construção do seu próprio futuro.

São Paulo, com esta iniciativa, também homenageia a memória de cidadãos e cidadãs negros que muito fizeram por esta cidade. Entre eles estão André Rebouças, Maria José Bezerra, Teodoro Sampaio, Luís Gama, Nair Teodoro de Araújo e tantos outros. Não falei do nosso querido Emanuel porque ele está vivo, então, ele será homenageado muitas vezes, estando presente.

Quero, por fim, cumprimentar a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, pela iniciativa, e a Petrobras por sua firme atuação no apoio a projetos culturais de qualidade por todo o Brasil. Gostaria de destacar a generosidade do curador, colecionador e artista plástico Emanuel Araújo, que cedeu 1100 obras de sua coleção de arte afro-brasileira para este Museu.

A democracia contemporânea, para além da política, deve incorporar, na prática, e cada vez mais, as dimensões econômicas e raciais, especialmente em um país de profundas características multiculturais, como é o Brasil.

Meu querido Emanuel, meus companheiros e minhas companheiras,

Quando nós decidimos fazer o Brasil voltar os seus olhos para a África, não era nenhuma atitude de benevolência, e não era porque a África é mais perto do que outros países. Era, sobretudo, porque o Brasil, mais do que qualquer outro país do mundo, tem obrigações históricas, não apenas porque os negros e as negras trabalharam neste país como escravos durante

tantos anos. Temos obrigações históricas pelo que aprendemos, do ponto de vista cultural, com os negros, que eram livres e que foram transformados em escravos para vir trabalhar neste país.

Visitamos mais países africanos, em 22 meses, do que todos os Presidentes da República que passaram pela história deste país. No próximo ano, teremos mais cinco países africanos para visitar. Em 2006, mais cinco países para visitar, para que possamos visitar, senão a totalidade, a maioria, para ter uma verdadeira integração e parar com essa bobagem de achar que o Oceano Atlântico divide Brasil e África. O Oceano Atlântico é a ligação entre Brasil e África. O que nos separou não foi o Oceano Atlântico, o que nos separou foram as mentes

colonizadas que dirigiram este país durante tanto tempo, que preferiram dedicar e dirigir os seus olhares para a Europa e para os Estados Unidos, esquecendo dos seus irmãos mais próximos, seja na América do Sul, seja na África.

Vamos, portanto, recuperar essa dívida, para que os nossos filhos, amanhã, tenham orgulho da nossa integração. E que nunca tenhamos vergonha de dizer: “Não tem nada pior, na humanidade, do que a discriminação, seja ela de qualquer tipo, mas, sobretudo, a racial”.

Muito obrigado e meus parabéns a todos vocês. Meus parabéns, Emanuel e meus parabéns à Prefeita Marta Suplicy.

5ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 5ª reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Gestão 2004-2005, no Palácio do Planalto, em 26 de outubro de 2004

Quero cumprimentar os Ministros que estão aqui, o Celso Amorim, o Patrus, o Miguel Rossetto, o Olívio Dutra, o Dulci, a nossa companheira Nilcéa, o Fritsch; cumprimentar o nosso amigo José Tubino, representante da FAO; o nosso querido Chico Menezes, Presidente do Consea; o Jacques de Oliveira Pena, Presidente da Fundação Banco do Brasil, e todos os conselheiros e conselheiras,

Quero dizer que, muitas vezes, não basta mudarmos as leis para as coisas acontecerem em um país. Neste plenário, a maioria é de mulheres, mas a mesa tem a maioria de homens. Temos uma ministra, a única ministra mulher que está aqui, que poderia estar à mesa. Todo mundo sabe que tem que estar, mas a cultura fez com que só homens estivessem nesta mesa aí. Da próxima vez, vamos corrigir, colocando as mulheres no seu devido lugar.

Quero cumprimentar a Maria Emília Pacheco, a Sônia Lucena, a Ana Placidino,

Tenho algumas coisas que queria falar com vocês antes de ler o meu discurso. Estamos completando 22 meses de Governo, e o Consea, 21 meses, porque foi criado no dia 30 de janeiro. A cada mês que passa, é importante que façamos uma aferição daquilo que fomos capazes de produzir nesse pouco tempo.

Nesses 22 meses, fico meditando sobre o que já fizemos e o que temos que fazer. Estou falando

isso para dizer duas coisas para vocês. Em março do ano passado, o Governo foi pego com a colheita da soja, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, e um pouco em outros estados, mas com nove milhões de soja transgênica no Brasil. Foi a primeira medida desafiadora para nós. Tínhamos que decidir o que fazer com aquela soja; alguns queriam que queimássemos, outros queriam que os chineses comprassem tudo, como se pudéssemos mandar os chineses comprar tudo.

Depois de muita discussão, chegamos a uma medida que foi a melhor para aquele momento. Isso foi em março. Em outubro de 2003, depois de quase seis meses de longa discussão, mandamos o Projeto de Biossegurança para ser votado no Congresso Nacional. Depois de muitas idas e vindas, a Câmara, no dia 4 de fevereiro, aprovou a sua proposta de Projeto de Biossegurança. A proposta foi para o Senado no dia 6 de fevereiro. Somente há 10 dias o Senado votou a sua proposta e, como houve grandes modificações em relação ao que foi votado na Câmara, o projeto, voltou para a Câmara outra vez. Vamos, agora, aguardar para ver quando a Câmara vai tomar a decisão, porque acho que na definição do Projeto de Biossegurança estará definido um grande número de políticas na área ambiental do nosso país.

Penso que a Câmara deverá votar logo depois

das eleições. Não sei se até o fim do ano, porque há muitas medidas provisórias. O Deputado Rosinha, que está aqui, pode confirmar que muitas vezes as pessoas se queixam que há muita medida provisória. Mas acontece que não temos como parar. Independentemente de estarmos em processo eleitoral, os ministros precisam que as coisas sejam votadas, aprovadas, e, muitas vezes, o caminho é uma medida provisória. Por mim, mandaria tudo por projeto de lei. Acontece que nem sempre as coisas são votadas tão rapidamente como gostaríamos. Mas espero que em mais alguns meses, possivelmente até o final do ano e, se não for possível, no começo do ano, tenhamos esse Projeto de Biossegurança definido para que possamos pensar em outros assuntos importantes.

Uma outra coisa que quero dizer é que fizemos, este ano, em São Paulo, um ato criando a Semana da Solidariedade. A idéia básica dessa Semana da Solidariedade é tanto o Governo prestar contas das coisas que fez durante o ano para o cumprimento das Metas do Milênio, quanto também ouvir da sociedade civil as iniciativas que ela tem tomado no sentido de nos ajudar, em muitos lugares, a cumprir as Metas do Milênio. Assim como foi instituído pela ONG coordenada pelo nosso companheiro Antoninho Trevisan um prêmio para valorizar as prefeituras que melhor cuidaram da merenda escolar, em que se inscreveram 383 cidades e onze foram premiadas como as melhores políticas sobre o tema, pretendemos, para motivar as cidades, instituir prêmio para cada uma das políticas das Metas do Milênio, incentivar a comunidade local a exigir do prefeito, incentivar o prefeito a inscrever-se em uma determinada área e cada ministério, na sua área específica, será o responsável por uma premiação, que faremos em um determinado dia. Disse lá em São Paulo que, quem sabe, este seja o “Oscar” das grandes políticas públicas feitas no Brasil, se conseguirmos criar essa motivação.

Essa idéia da Semana da Solidariedade surgiu porque temos um companheiro, empresário no Rio

Grande do Sul, que há sete anos, na sua fábrica, os trabalhadores dão um dia de seu trabalho de graça; ele dá a máquina e a matéria prima, e roupas são produzidas para uma comunidade que os funcionários escolhem. Já o visitei, junto com o Olívio Dutra e com o Miguel Rossetto. É uma experiência. Quem sabe, um dia, tenhamos a indústria automobilística produzindo durante um dia, de graça, para dar carros para a comunidade. Como sonhar não é proibido, o exemplo desse empresário, Israel Tevah, é uma iniciativa que acho que é uma forma pela qual conseguiremos mobilizar os quase 6 mil municípios brasileiros a se interessarem por isso. As nossas organizações da sociedade precisam ajudar a fazer a boa pressão, como disse o Olívio Dutra, para que os prefeitos sintam-se motivados.

Tive uma boa notícia, na sexta-feira, no Rio de Janeiro: a Portela adotou como enredo para o seu carnaval as Metas do Milênio, e tive a oportunidade de ouvir a letra, que é simplesmente extraordinária. O Celso Amorim ficou com a responsabilidade de providenciar algo que a Portela está tendo dificuldade, que é arrumar 190 bandeiras de todos os países do mundo. Se ele não arrumar as 190 bandeiras, teremos então, Tubino, que falar com o Kofi Annan, para ele mandar essas bandeiras. Além do quê, a Portela quer que o Kofi Annan venha desfilar, o que seria uma extraordinária iniciativa.

Uma outra coisa importante é que já tivemos duas conversas com todos os ministros da área social, para que criemos uma espécie de pacote de cidadania. Um pacote de cidadania que, de forma preferencial, atenda os assentamentos, as terras indígenas e as terras de quilombolas, levando todas as políticas públicas do Governo, que vai da questão educacional à questão do Luz para Todos, à questão do Bolsa Família, e todas as outras questões que dizem respeito à dignidade humana. Por que começar por esses setores? Porque são os setores mais excluídos da sociedade. Isso é plenamente possível. Temos as condições de fazer isso, temos as políticas, temos os recursos, é preciso apenas harmonizá-los. Não basta

que tenhamos 11 bons jogadores para que o time seja o melhor. Às vezes, é preciso ter um certo entrosamento. Estabeleceremos, até o final do ano, essa harmonização, para implementar, com mais contundência e mais eficácia, a ação conjunta nesses setores da sociedade brasileira. Espero que já comecemos o ano tendo esse pacote, que já tem algumas experiências bem-sucedidas. É preciso fazer um pacote completo, porque acho que temos condições de começar, de baixo para cima, a atender as pessoas mais necessitadas, as pessoas que têm mais pressa.

Entrarei, agora, em um outro assunto: a questão do controle das nossas políticas públicas, para que elas possam dar certo e funcionar corretamente.

Vocês já sabem que temos tomado várias iniciativas para incorporar nossas crianças, nossos educadores, as mães e os produtores rurais em muitas de nossas ações. Tive o prazer, por exemplo, de lançar, nessa semana, aqui, o Projeto Cozinha Brasil, uma parceria entre o Governo e o SESI, que é um braço dessa estrutura. Trata-se de uma parceira do Ministério do Desenvolvimento Social com o SESI para formar multiplicadores que valorizem a culinária regional e ajudem a combater a desnutrição. Parece-me que foram sete ou oito caminhões-cozinha que o Ministério e o SESI doaram.

O Consea sabe o prejuízo que o Brasil tem por conta dessa situação. São quase 2 bilhões de dólares, devido ao baixo rendimento escolar causado por anemia ferropriva. Parte disso poderia ser evitado facilmente, com noções corretas de alimentação e melhor aproveitamento de recursos regionais.

Confesso a vocês que fiquei surpreso, porque, no dia em que o Patrus e o Jair Meneguelli vieram entregar os caminhões, as merendeiras fizeram uma quantidade enorme de pratos. Eu só tinha tido uma experiência assim na vida, com o cunhado do Olívio Dutra, o Edgar, que morou conosco quando éramos deputados, há muito tempo. Um belo dia, ele fez um negócio de casca de abacaxi para eu comer.

Jamais imaginei que pudéssemos comer casca de abacaxi. E, nesse encontro com as merendeiras, vi que elas prepararam uma quantidade enorme de comida com alimentos que sempre achei que eram para jogar fora, mas que são aproveitados, preparando-se alimento de boa qualidade que, por sinal, além de possuir nutrientes, é muito gostoso. Essa experiência dos caminhões foi extraordinária. Acho, Patrus, que é preciso fazer novas parcerias, para todo o território nacional.

Para introduzir esse tema da nutrição na sala de aula, o programa Criança Saudável distribuirá 54 milhões de cartilhas, além de 700 mil manuais aos professores. É uma história em quadrinhos feita pelo Maurício de Souza, que queremos distribuir nas escolas, para as crianças comecem a ter mais noção da sua própria nutrição. A Embrapa será responsável por levar esse esforço educativo para o campo. O Patrus acaba de assinar um convênio de 7 milhões de reais para a difusão de tecnologias em programas educativos destinados a agricultores familiares. Trezentos técnicos multiplicadores da Embrapa já estão trabalhando com as comunidades rurais.

Quero lembrar, ainda, que essa arquitetura educativa passa a contar com duas valiosas fontes de informação. A primeira é o Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional, lançado agora em outubro, que vai monitorar o estado nutricional da população brasileira para que possamos medir não apenas os níveis de subalimentação, mas também as taxas de obesidade – que é o meu caso – e as doenças provocadas por dietas inadequadas.

O Ministério da Saúde já capacitou 1.898 municípios e 2.016 profissionais das secretarias municipais de Saúde. O objetivo é colocar um técnico e um computador em postos de saúde de todas as cidades brasileiras para colher e armazenar estatísticas indispensáveis à formulação de políticas públicas cada vez mais consistentes. O sistema permitirá, ainda, fazer o acompanhamento das crianças beneficiárias do Bolsa Família, conforme previsto na regulamentação do Programa.

A mesma preocupação levou o Governo a encomendar nova tabela da composição nutricional dos alimentos brasileiros, que acaba de ser concluída pela Unicamp. Por incrível que pareça, até hoje, todas as análises de dieta e subnutrição feitas no Brasil estavam baseadas em indicadores de alimentos similares de outros países. O que é mais uma evidência do enorme descaso que durante muitos anos o Estado brasileiro teve para com o desafio da segurança alimentar.

Meus amigos e minhas amigas,

O que quero enfatizar aqui, de qualquer forma, não é apenas o conjunto de nossas ações, mas também a convicção deste governo de que a fome só será de fato erradicada com a mais ampla participação da sociedade civil.

Para superá-la é necessário, antes de mais nada, avançarmos nesse processo de participação. O Consea é um filho que vi nascer em 1993, vi desaparecer em 1994 e vi ressurgir, como se estivesse retornando das cinzas, mas com mais experiência, força e motivação. Quero que vocês saibam da fé e da esperança que deposito no trabalho que vocês podem fazer. Não o trabalho de elogio ao Governo, mas o trabalho de cobrança, de crítica, de fazer com que acertemos sempre ou acertemos mais do que erremos. É para isso que criamos o Consea. Não é para falar bem do Governo ou do ministro; é para ser sempre a luz de alerta do caminho que não podemos seguir e para alertar sobre as boas estradas que precisamos percorrer. E o Consea é um exemplo vivo de como isso é importante e dá resultados.

Vou citar apenas dois exemplos, entre tantos, de iniciativas nascidas aqui, nessa reunião de vocês. A primeira boa iniciativa é o PRONAF, o Plano de Safra da Agricultura Familiar. O novo plano, válido para 2004/2005, nos seus primeiros três meses – esse é um dado auspicioso, Rossetto, obviamente foi você que me deu – de julho a setembro, já atendeu 354.151 famílias de agricultores familiares, com créditos R\$ 1,213 milhão de reais. Ou seja, houve um crescimento de 24,7% no número de contratos e

de 39,1% no valor aplicado, em comparação com a base recorde de 2003. É importante lembrar que 2003 já havia sido recorde.

É importante que o Consea saiba: o seguro-agrícola, desta vez, não só cobrirá a totalidade do financiamento que o companheiro ou a companheira da agricultura fizer, mas, ao mesmo tempo, se o cidadão pegar 2 mil reais no banco e perder a sua safra, além de ter os 2 mil que tomou emprestado cobertos pelo seguro, poderá ter acesso a 65% daquilo que era a sua previsão de rentabilidade com a colheita, para que possa começar a sua vida e não ficar no zero. Isso é importante. É tão importante que acho que essa idéia saiu do Consea. Se não foi daqui, deve ter saído de alguém que assiste as reuniões do Consea e ouviu em algum lugar.

Esse é um dado importante porque é garantia absoluta para o pequeno produtor. Ele não tem possibilidade de perder, em hipótese alguma. Desempenho semelhante mostra o Programa de Aquisição de Alimentos. Este ano, a Conab já comprou a produção de milho, feijão e farinha de mandioca de 35.508 famílias, num total de R\$ 74,6 milhões. Convênios para aquisição de outros R\$ 22 milhões já foram assinados.

Fui a Ji-Paraná, em Rondônia, e na colheita do feijão, o preço da saca estava variando entre 25 e 28 reais, ou seja, o mercado estava jogando muito para baixo o preço do feijão dos nossos companheiros. A Conab entrou e começou a pagar 60 reais. O mercado foi pagando 50 e, quando o mercado pagou o preço ideal, a Conab saiu e deixou as pessoas venderem para o mercado, em uma demonstração de que esse é o grande papel do Governo, qual seja, tentar induzir o equilíbrio para que os pequenos não sejam prejudicados quando colhem os seus produtos.

Quero ressaltar um dos pontos que já foi falado aqui: a questão a merenda escolar. Quando foi criada a merenda escolar, o real era igual a 1 dólar, então, na verdade, a merenda escolar valia 13 cents de dólar. Acontece que, a partir de 1998, a partir de

1999, era preciso 4 reais para valer um dólar; então, o que aconteceu é que o valor da merenda escolar foi muito diluído. O que aconteceu, então? Desde 1994, não havia reajuste. Nós nos comprometemos, a pedido dos companheiros do Consea, a reajustar em cerca de 40% - 15% neste final de ano -, iniciando a partir do mês passado, e outros 20% a partir do ano que vem, para que comecemos, gradativamente, a recuperar o poder original do valor da merenda escolar.

Confesso que, quando pediram para aumentar de 13 para 18 centavos, não consegui entender como é que alguém conseguia comer com tão pouco. De qualquer forma, esse é o milagre da multiplicação. Tem gente que consegue fazer, com 13 centavos, uma comida com todas as calorias e as proteínas necessárias para as nossas crianças sobreviverem.

Acho que esse é um dado importante e fiquei mais emocionado com o valor que o Chico deu a isso. Eu até achei que era vergonhoso falar para ele: vamos aumentar 15% agora. Ele ficou felicíssimo. Não sabia que estava fazendo algo com a dimensão que o Consea entendeu.

O resultado da redução do valor da merenda escolar foi a progressiva redução da oferta e a queda na qualidade dos cardápios fornecidos nas escolas, enfraquecendo uma das ferramentas mais abrangentes e eficazes de luta contra a desnutrição infantil.

Querida dizer duas coisas para vocês, em função do que aconteceu nesses dias, pela imprensa. Todo mundo sabe que o Programa Fome Zero nasceu há pouco tempo e, toda vez que começamos uma política nova, há sempre dúvida, desconfiança se vai ou não dar certo. Tínhamos consciência de que, se fosse fácil, alguém já teria feito. Tínhamos consciência de que era um tema extremamente delicado, extremamente necessário e que alguém tinha que começar.

Foi essa a razão pela qual fui a Davos, no dia 25 de janeiro do ano passado. Fui convidado e fiquei imaginando o que faria em Davos. Falei, então: “vamos lá falar da fome exatamente para quem não

passa fome”. Falar de fome para quem está com fome é fácil. Agora, duro é falar de fome para quem não passa fome e nunca viu a fome de perto, nem nas fronteiras dos seus países.

Penso que foi a partir daquele encontro de Davos que conseguimos dar dimensão mundial a um tema que, até então, parecia ser apenas de países de Terceiro Mundo, de países da América Latina, ou de uma parte da população excluída.

Depois, tive outra sorte, na minha vida, que foi ser convidado para ir, em junho, a Evian, no encontro dos 20 maiores países do mundo. Em Evian, também me dei conta de que, se o Brasil não tivesse eleito um presidente que tivesse a minha origem, possivelmente o tema da fome nunca entraria ali, porque ali não caberia o tema da fome. Estavam ali todas as grandes personalidades que só vemos pela televisão, pelos jornais e, de repente, eu estava diante deles e podia falar de um tema que só eu poderia falar, e levantamos a questão da fome. Não é um tema em que há adesões muito rápidas, mas é um tema que tem que ser trabalhado. Tivemos, a partir daí, a idéia de fazer com que acontecesse um encontro na ONU. Quando começamos a trabalhar a possibilidade de fazer uma reunião na ONU, tivemos um encontro em Genebra, entre o Kofi Annan, o Chirac, o Lagos e eu, e aí já não era mais apenas o Brasil, já eram quatro países; já não eram apenas países pobres, havia um país rico; e já não eram apenas governantes, havia a ONU participando ativamente. Graças à ajuda que tivemos da ONU, do Kofi Annan, sobretudo do Chirac, do Lagos, conseguimos fazer uma reunião daquela magnitude, onde o tema era a fome.

Penso, companheiros, que o Fórum Social Mundial, que vai realizar-se em Porto Alegre, precisa definir um ou dois temas para transformar em bandeira, para trabalharem durante o ano inteiro. Porque, senão, o Fórum vai se transformando em uma feira de produtos ideológicos, onde cada um vem, compra o que quer, vende o que quer, e vamos embora sem ter firmado um compromisso para

cobrar dos governantes, dos partidos, dos parlamentares. O movimento sindical tem um papel muito importante nisso.

Estamos, então, em uma fase de convencer a sociedade civil de que essa luta é dela, não é do Governo do Brasil. Porque, amanhã, o Brasil pode ter um governo que não queira fazer isso. A sociedade tem que assumir essa bandeira, e esse é o trabalho que temos que fazer nesses próximos meses, até chegar o próximo encontro de setembro, das Nações Unidas, ou até criarmos outros exemplos internacionais. Por exemplo, muitos de vocês participam de eventos internacionais, conferências de saúde, todos aqui participam. Acho que em todas as oportunidades que tivermos, quando um cidadão estiver falando disso, poderemos entrar com essa questão, não há nada mais importante do que isso. Temos que persuadir as entidades da sociedade civil, a partir das ONGs, das igrejas, dos sindicatos ou partidos, para começar a colocar esse tema em questão, porque não é apenas a fome pela fome. A fome significa, sobretudo, mudança na ordem econômica internacional, significa que os países pobres precisam ter, definitivamente, ajuda mais substancial dos países ricos. Afinal de contas, muitos países pobres foram colonizados, e a razão de sua pobreza é, muitas vezes, 300, 400 anos de colonização.

Fomos ao Haiti. O Haiti não tem solução, não tem democracia e precisa ter um mínimo de política de desenvolvimento, e são os países ricos que têm que fazer isso. Temos cobrado, insistentemente; é preciso que haja uma soma definitiva, porque qualquer presidente eleito lá, com o empobrecimento daquele país, terá dificuldade de governá-lo. Acho que já estamos a meio caminho, não podemos voltar, não há como não colocar esse tema na ordem do dia, onde estivermos. Temos que ir criando uma consciência.. Como dizia no começo da minha vida política um companheiro meu, antigo: temos que dar centralidade às nossas políticas, temos que dar priorização a alguns temas para que possamos criar força.

Estou convencido de que hoje mesmo as pessoas que ainda não concordam já estão perguntando a si mesmas: “será que vale a pena não entrar nessa?”. Acho que vão entrar, porque, com o envolvimento de presidentes, ministros, ONG’s, do movimento sindical - pela sua representação maior que esteve lá, discutindo essa questão da fome -, e do segundo homem do Vaticano, isso significa que há um clima e uma efervescência na coletividade internacional sobre esse tema. Temos a responsabilidade de não permitir retrocessos. Para isso, temos que fazer a nossa lição de casa. Somente temos, efetivamente, autoridade para cobrar dos outros, se estivermos, aqui dentro, fazendo as nossas tarefas.

Achei que essa matéria que saiu na televisão, um dia desses, foi importante para nós. Tem gente que achou que a matéria era crítica. Acho que temos que aprender a aceitar as coisas como elas são. É verdade que todos nós, políticos, gostaríamos que, todos os dias, as manchetes dos jornais fossem favoráveis, os jornais fossem favoráveis, mas não é assim nem na vida da gente. Então, por que exigimos que os outros façam isso? Temos apenas que ter a consciência e a certeza de que estamos fazendo o melhor que podemos e que temos toda a sensibilidade para, na medida que descobramos erros, entendermos que são erros, e corrigirmos a trajetória.

Este ano, queremos chegar a 6 milhões e 500 mil famílias, até o dia 31 de dezembro. No ano que vem, queremos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias e, se Deus quiser, em 2006, iremos completar os dados que temos, que é de onze milhões de famílias. Espero que, com o crescimento econômico, diminua muito a pobreza. Aliás, já há números demonstrando que os níveis de pobreza têm caído, pouco ainda, mas em alguns lugares já caíram 6% e em outros 3,6%, depois da implantação do Bolsa Família, o que é importante. É muito pouco ainda, mas é um sinal muito importante. E vai depender muito de vocês.

Então, Patrus, acho que precisamos discutir, na nova regulamentação, nas mudanças, como é que

instituiremos o controle da sociedade e, mesmo, qual é o papel do Conselho Gestor, para que possamos ter certeza, sem querer punir ninguém. Queremos seriedade. A questão de exigir que a criança vá ao médico, vá à escola, não é castigo, é um benefício a mais. É um benefício que não tem valor. Não é possível medir em dinheiro o que significa uma criança ir à escola, o que significa uma mãe levar a criança para tomar vacina, o que significa a mãe fazer o pré-natal correto. Isso não tem valor financeiro, não conseguimos medir em moedas, em prazer, em perceber que a pessoa está vivendo mais e melhor. Esse é o nosso objetivo.

Todos sabem o papel que vocês podem desempenhar para nos ajudar a acertar cada vez mais e permitir que, ao terminar o nosso mandato, tenhamos a maior política social de combate à pobreza já feita na história deste país.

Eu queria que vocês soubessem que gostaria de comemorar os 6 milhões e meio neste final de ano. A cada dia que passa, quero que vocês saibam que o programa de combate à fome, o Programa Fome Zero, o Bolsa Família, essa transferência de renda, é, para mim, a coisa mais séria que um governante pode fazer.

Portanto, meu companheiro Patrus, temos muito trabalho. Quero que você saiba que serei seu parceiro, de navegar em mares revoltos ou não, mas estou convencido que esse Programa vai, cada vez mais, transformar-se em motivo de orgulho para nós, brasileiros, no exterior. A cada ano será mais, porque provaremos que é possível fazer as coisas.

Quero, Chico, dizer que não esperava que no fim do ano o Consea pudesse reunir tanta gente. Estou feliz, não só pela quantidade de membros do Consea, alguns com cabelos mais brancos do que quando os conheci, como é o caso do Maluf, mas também pela alegria de ver tantas mulheres participando tão ativamente. Isso é gratificante, e acho que vocês serão a mola propulsora do acerto da política.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da 5ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, no Palácio do Planalto, em 26 de outubro de 2004

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; meus colegas e minha colega Ministros de Estado; senhor Francisco Menezes, Presidente do CONSEA; senhor José Tubino, Representante da FAO; senhora Maria Emília Pacheco; senhora Sônia Lucena; senhora Ana Placidino, que falaram antes; conselheiros e conselheiras,

Queria, brevemente, tratar de dois assuntos, se o Presidente me permitir. Tratarei muito brevemente de um deles, porque já foi muito mencionado aqui, que é a campanha mundial de combate à fome, sobre a qual, de certa maneira, o Presidente do CONSEA já disse a principal coisa que eu queria dizer, que é o fato de que desde que o Presidente Lula iniciou – já como Presidente, quando depois de Porto Alegre, Davos, e mais tarde de Evian, de Genebra e agora nas Nações Unidas – esse apostolado em favor da eliminação da fome no mundo, o Presidente conseguiu algo, creio eu, que nos deixa orgulhosos, algo verdadeiramente extraordinário, que é mudar a agenda internacional.

É muito comum ouvir as perguntas: o que mudou na política externa do Brasil? A coisa não era igual? Não é a mesma coisa? Eu diria até que muitos conceitos são permanentes, porque o Estado brasileiro não muda, ou muda pouco. Mas acho que não é tanto nas posições em relação a um ou outro tema que se vê mudança na ação internacional do País, mas na capacidade de alterar a própria agenda internacional e, nesse sentido, acho que a ação do Presidente Lula deixou uma marca já indelével.

Evidentemente, estando a falar na presença do próprio Presidente, parece que tudo que estou dizendo é fruto de um natural pendor para a adulação, uma delicadeza de que normalmente são alcinhados os diplomatas, mas não é verdade. Eu, realmente, em muitos anos de experiência internacional, tenho

visto o Brasil tomar posições corajosas. Não vou dizer que tenham sido as únicas as que tomamos neste Governo, como, por exemplo, contra a guerra no Iraque e quando criamos o G-20, na OMC; outras terão sido tomadas antes. Mas mudar a agenda internacional como o Presidente Lula mudou, acho que isto não tinha ocorrido antes. Creio que não há símbolo maior deste fato do que a campanha internacional do combate à fome, até porque, além dos seus méritos intrínsecos – é claro, acabar com a fome no mundo é algo de grande importância –, essa colocação sobre o tema da fome, substituindo o tema da guerra como principal tema na agenda internacional, fazendo até entender o problema da guerra e da segurança através da ótica social, através da ótica da fome, não é somente em si extraordinária, mas se reflete em muitos outros campos.

A senhora Maria Emília mencionava, por exemplo, a questão da cooperação Sul-Sul nessa área da segurança alimentar. Temos hoje instrumentos de que não dispúnhamos antes, como, por exemplo, o Grupo dos Três países (Brasil, Índia e África do Sul). Não que tenhamos de ficar restritos a eles, mas isso é um começo para se ter um programa efetivamente conjunto de combate à fome, trocando experiências entre nós e ajudando aqueles que são mais pobres do que nós. Algo que já notei na minha vida pessoal, mas também na minha vida política, é que a solidariedade é um bem mais comum entre os pobres do que entre os ricos; lamento dizer isto, mas é verdade. Esses três países propuseram um programa de ajuda, mas não ajuda a si próprios, embora tenhamos nossas próprias carências, que ninguém ignora e que, certamente, o Ministro Patrus Ananias melhor do que ninguém conhece, além do próprio Presidente Lula. Mas é preciso que ajudemos aqueles que ainda estão em situações mais pobres, seja na Guiné-Bissau, seja no Haiti, seja em Angola. O fato de esses três países terem criado um programa com esse objetivo é algo extraordinário, é algo naturalmente novo. Mas isto também possibilitou outras ações importantes do Brasil na área

internacional.

Eu mencionaria o G-20. Não é que o G-20 tenha nascido exatamente disso, mas a credibilidade que o Brasil ganhou na sua luta pelo combate à fome e à pobreza nos permitiu demonstrar que a nossa luta contra os subsídios agrícolas, pelo fim dos subsídios agrícolas, era uma luta não só de liberalização comercial para beneficiar, digamos, o agronegócio, mas é também uma luta para beneficiar o pequeno produtor, que também é atingido por esses subsídios, seja no Brasil, seja na Índia, seja no Egito. Conseguimos, então, pela primeira vez na história da diplomacia comercial, juntar dois objetivos que pareciam antagônicos: a liberalização comercial e a justiça social. Isso só foi possível com este pano de fundo que o Presidente Lula, de certa maneira, criou com a sua verdadeira cruzada de combate à fome. Evidentemente que a reunião, em Nova Iorque, como já foi mencionado aqui, foi de grande importância, uma mobilização verdadeiramente única. Foram, efetivamente, sessenta Chefes de Estado e de Governo, mais de 110 países assinaram a Declaração, 115 já hoje, creio. Um número grande de ministros, a contar pelas dezenas, não pode sequer falar na reunião, porque não houve tempo para que todos falassem e aceitaram ficar assistindo e ouvindo, e juntaram-se a uma declaração cujos termos não puderam negociar, e tudo isso são fatos inéditos e que só se explicam por uma liderança efetivamente imbuída de princípios éticos. Esta tem sido uma marca da política internacional do Presidente Lula. Não é uma política só para obter vantagens ou só para ganhar posições melhores para o País, mas efetivamente para sermos solidários.

Não é o momento de entrar aqui em outras questões, mas esta é também a razão pela qual o Brasil se engajou no Haiti. Quer dizer, não é porque estejamos lá, como foi dito em um jornal, recentemente, por um intelectual, em uma “aventura sub-imperial”. Estamos lá porque achamos que o Haiti não pode ser o filho enjeitado da América Latina, não é justo que um povo que compartilha

conosco semelhanças culturais, étnicas, sociais seja abandonado, ou que seja considerado somente tarefa para o Estados Unidos ou para a França. Temos trabalhado. Ninguém pode ter certeza, previamente, de que será bem sucedido, mas temos que fazer todo o esforço, e acho que temos de trabalhar as coisas desta maneira.

Queria dizer que, com relação às tarefas futuras do combate à fome, o papel de um órgão como o CONSEA é fundamental, porque, agora que houve esta primeira grande mobilização política, em que uma Declaração foi subscrita por 115 países, em que uma Resolução provavelmente será aprovada pela Assembléia Geral da ONU, tomando nota deste esforço e dando as boas vindas a essa campanha, será preciso uma grande mobilização social para a obtenção de emendas específicas e nisso, digamos, as ações da sociedade civil são insubstituíveis. Os Governos podem criar um pouco de clima, agitar um pouco, criar condições, mas, evidentemente, o papel da sociedade civil é indispensável. Vocês deste Conselho, melhor do que ninguém, compreendem isto.

Gostaria de dizer, Presidente, só para terminar – e sem a pretensão de hoje tentar responder a todas as inquietações, que eu acho perfeitamente justas e relevantes, que foram expressas pela Conselheira Maria Emília –, dois ou três comentários sobre as negociações internacionais. Primeiro, compartilhamos as preocupações. Acho que é muito claro, este Governo foi o primeiro que, além de ouvir outros políticos, outros ministros, ou a classe empresarial, dedicou-se a ouvir também os sindicatos, a sociedade civil, de maneira intensa, ministérios que têm uma relação mais direta – meu amigo Ministro Rosseto sabe disto e não hesita em fazer-se ouvir a cada vez que considera que todos ficamos um pouco mais longe dos reclamos desta área. Incluímos, pela primeira vez, uma ONG como membro da nossa delegação, a Rebrip, em Cancún e em outras. Mas mais do que, digamos, uma questão de processo, de estar aberto a ouvir – e eu teria muito prazer em ouvir com maior detalhe algumas das preocupações –,

queria fazer dois ou três comentários que, creio, permitiriam ao menos tranquilizar um pouco algumas dessas inquietações.

Primeiro, acho que, por instrução clara do Presidente Lula, tanto em relação à ALCA quanto em relação às negociações com a União Européia, não estaríamos ali atendendo aos interesses de um setor específico, por mais respeitável que fosse; estaríamos vendo o conjunto da sociedade brasileira, e quando dizemos sociedade brasileira, é claro que temos presente, muito presente, a pequena agricultura familiar, as necessidades da reforma agrária, as necessidades da segurança alimentar. Por isso mesmo, depois de termos ouvido recentemente, com a maior atenção, o Ministro Rosseto e toda uma delegação que veio com ele, já havíamos tomado algumas cautelas. Não entrarei em detalhes práticos agora porque acho que isto tomaria muito tempo, mas penso que as ações que foram mencionadas em relação a direitos compensatórios e outros não precisam ir à OMC; a contestação do outro é que teria de ir à OMC. Não é tão caro assim. Mas, independentemente disso, acho que até por uma questão de justiça, decidimos, na negociação com a União Européia, que todos os produtos que sejam objeto de qualquer tipo de subsídio distorcivo estariam fora de qualquer tipo de desgravação, muito menos de chegar a zero. De modo que isto já dá uma tranquilidade, creio, muito grande. Desde o início, quando discutimos na parte de investimentos – e discutimos dentro do mesmo formato em que nos pusemos a discutir na ALCA, isto é, mudando os parâmetros iniciais –, sempre dissemos que as terras que pudessem ser dedicadas à reforma agrária estariam fora de qualquer possibilidade de concessão na área de investimento. Enfim, é possível que haja outras cautelas ainda a tomar. O fato de a negociação não ter sido concluída agora de certo modo até nos dá uma oportunidade para aprofundar essa discussão, coisa que, da minha parte, é extremamente bem-vinda.

Bem, creio que de fato já cobri os pontos

principais do que gostaria de falar. O que quero dizer aos Senhores é que, para mim, uma das razões que me dão alegria e satisfação de integrar a equipe do Presidente Lula é esta possibilidade de ter interlocução com toda a sociedade. A interlocução com os empresários sempre existiu, foi boa, é boa e deve ser mantida. Mas a interlocução com outros setores da sociedade, honestamente, não era tão comum. É uma chance especial que temos de, nas nossas relações externas, não estarmos refletindo

interesses deste ou daquele setor, desta ou daquela categoria, mas de estarmos procurando, efetivamente, refletir os interesses do Povo brasileiro como um todo. É dentro desse espírito que a diplomacia do Presidente Lula trabalha; e se nós algumas vezes podemos errar, acho que isso é humano. Sempre receberemos muito bem as palavras de críticas, as palavras de alerta e, sobretudo, o diálogo.

Muito obrigado.

Grupo do Rio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido aos Chefes de Estado, de Governo e Vice-Presidentes do Grupo do Rio e senhoras, no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2004

Senhores Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio; senhoras Primeiras-Damas; minha querida companheira Marisa; senhores Vice-Presidentes do Grupo do Rio e senhoras; senhores funcionários do Grupo do Rio; Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e sua senhora Ana Maria Amorim; senhores Ministros de Estado, Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciro Gomes, da Integração Nacional e sua senhora Patrícia Pillar; minha querida Nilcéa Freire, a nossa Secretária Especial de Políticas para as Mulheres no Brasil; senhores membros das delegações presentes da XVIII Reunião do Grupo do Rio; meus queridos companheiros Senadores; Deputados presentes a esta reunião; minhas amigas e meus amigos; senhores presidentes e caros amigos,

Gostaria de repetir que Marisa e eu temos enorme prazer em recebê-los no Rio de Janeiro para a XVIII Cúpula do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política do Grupo do Rio.

Como já disse na abertura dos nossos trabalhos, o formato dos encontros do Grupo do Rio presta-se ao diálogo franco, à aproximação das posições dos nossos governos e à construção conjunta de uma visão regional própria dos problemas e desafios que vivemos ou testemunhamos.

A participação de nossos convidados especiais e as contribuições recebidas do Parlatino e do Grupo de Especialistas de Alto Nível que havíamos

convocado enriquecem nossa agenda.

Coincido plenamente com as recomendações do trabalho coordenado pelo Parlatino sobre a importância do intercâmbio entre os Poderes Legislativos dos nossos países para o avanço dos ideais de integração que tanto perseguimos. No caso do Brasil, o propósito de integração latino-americana está inscrito na própria Constituição, como sabem, abrindo-se aqui uma oportunidade concreta de colaboração entre os parlamentos.

Subscrevo, com igual entusiasmo, a proposta do relatório do Grupo de Especialistas apresentado pelo doutor Antonio Ocampo, no sentido de dar-se um crescente conteúdo político e social ao nosso regionalismo, procurando criar ao mesmo tempo mecanismos efetivos de instrumentação para os acordos em que o pactuamos. Já estamos trabalhando nesse sentido, na América do Sul, com a idéia de constituir uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

A concretização das possibilidades que a integração oferece servirá para multiplicar nossos esforços nacionais, e nos permitirá crescer juntos. O desenvolvimento com inclusão social é o único caminho que nos permitirá resgatar dívidas históricas com nossos povos e seguir fortalecendo a democracia na região.

O diálogo constante e enriquecedor que mantemos no Grupo do Rio resulta particularmente útil para a consecução de nossos objetivos de

fortalecimento pela união. Celebro, portanto, este encontro de idéias e de amigos. E convido a todos a um brinde por dias sempre melhores para nossos povos e a intensificação permanente das produtivas e fraternais relações que nos unem.

Um brinde a todos os membros do Grupo do Rio.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2004

Senhores Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio; senhoras Primeiras-Damas; minha querida companheira Marisa; senhores Vice-Presidentes; senhores Chanceleres; senhores Membros das Delegações presentes à 18ª Reunião do Grupo do Rio; meus caros amigos e amigas; assessores, jornalistas,

É grande minha satisfação em reencontrar, aqui, meus colegas e amigos Chefes de Estado e de Governo dos países que formam o Grupo do Rio. Espero que o encontro que hoje se inicia possa comprovar nossa capacidade de atuar conjuntamente e de oferecer as respostas concretas reclamadas por nossos povos.

Teremos a oportunidade de conversar sobre os grandes desafios que enfrenta a nossa região. Mas teremos, também, de tomar decisões. A frequência com que nos encontramos, ao longo do último ano, demonstra a enorme necessidade e o forte desejo de trabalharmos em conjunto.

Por isso, agradeço a presença de nossos convidados, do Presidente da Corporação Andina de Fomento, Enrique Garcia; do Secretário-Executivo da Cepal, José Luis Machinea; do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Eduardo Duhalde; do Presidente do Parlatino, Ney Lopes; do Subsecretário para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, José Antonio Ocampo, e estendo a todos as boas-vindas, em nome do povo brasileiro.

Quero expressar meu reconhecimento – e creio interpretar o sentimento de todos – pelo trabalho do Presidente Toledo e da Secretaria Pro Tempore peruana na Coordenação do Grupo em 2003. Somos gratos pelo impulso inovador que souberam dar ao Grupo do Rio e pelas iniciativas a que procuramos dar continuidade este ano.

Há dezoito anos, nesta mesma cidade, formamos o Grupo do Rio para somar esforços na busca de soluções próprias para nossos problemas. A diplomacia e o diálogo político fortaleceram-se, desde então, como valiosos instrumentos para promover a paz e impulsionar o desenvolvimento sustentável de nossa região. Devemos aproveitar a oportunidade que nos oferece o notável amadurecimento político da América Latina e Caribe nos últimos anos.

Temos hoje a clara consciência de que os conflitos e os problemas que enfrentamos são maiores e mais complexos do que nossa capacidade de equacioná-los individualmente. Nenhum país pode prescindir do diálogo e da cooperação. Por isso queremos, cada vez mais, lançar mão da ação conjunta como ferramenta essencial para dar respostas ao desafio do desenvolvimento e da inclusão social.

Aceitamos nossas responsabilidades. Não abdicamos do direito de tomar o destino em nossas próprias mãos. Para atingir objetivos comuns, contamos com nossas convicções democráticas e com nosso espírito de conciliação e de tolerância. Temos o imperativo de construir uma região mais próspera e mais democrática.

O Grupo do Rio é, por isso, um importante instrumento. A família latino-americana e caribenha de nações precisa usá-lo como um espaço adequado de consulta e concertação política que nos permita enfrentar nossos desafios coletivos.

Caros amigos,

Nossa solidariedade regional está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. Com espírito de solidariedade, o Brasil e outros países de

nossa região têm oferecido apoio à missão da ONU nessa nação irmã. A estabilização e a reconciliação são tarefas complexas, como a própria história do Haiti tem nos ensinado.

A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. Isso já foi tentado anos atrás, sem êxito e sem benefício concreto para a população haitiana. É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano. Devemos contribuir para a paz e o fortalecimento da democracia, mas também colaborar com soluções eficazes para a reconstrução do país, com resultados palpáveis para a população. O restabelecimento da dignidade do povo haitiano só será possível se for centrado num genuíno esforço de cooperação que cabe a todos nós.

A ação internacional contra a fome e a pobreza representa apoio decisivo aos esforços que os mais pobres entre nós vêm fazendo para enfrentar esses desafios. Em setembro último, em Nova Iorque, lançamos um movimento para buscar soluções inovadoras e realistas a fim de ampliar o apoio da comunidade internacional a essas causas. Mais de 60 Chefes de Estado e de Governo presentes endossaram esse chamamento. Mais de 130 países o apoiaram.

Vamos continuar dialogando com o objetivo de elaborar propostas que se traduzam em novo patamar de cooperação internacional, mais vigoroso e solidário, para combater as mazelas da fome e da pobreza. Façamos do Haiti um exemplo de nossa disposição.

Mas também devemos seguir trabalhando por um acesso maior e mais previsível aos mercados internacionais. Devemos persistir em pôr fim a práticas discriminatórias ao comércio de nossos produtos. Estamos animados com os importantes resultados que conseguimos na OMC, em Genebra. Eles demonstram que nossa coesão nos permite avançar em áreas essenciais para o crescimento da economia e do emprego. Devem, portanto, servir de estímulo

para que sigamos unidos em defesa de um sistema multilateral de comércio equilibrado, que ofereça oportunidades de desenvolvimento para todos.

Em nossa região, avançamos na integração. Exemplo é a recente conclusão do acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Esse extraordinário resultado só aumenta minha confiança no potencial de aproximação dos nossos países. Estreita-se também a cooperação entre os vários processos de integração na América Latina e Caribe. Estamos dando claras demonstrações de vontade e maturidade políticas.

Senhores Presidentes,

O fortalecimento e a consolidação da democracia em nossos países devem ser complementados pela ampliação e aprofundamento da governança democrática no plano internacional. Este é um momento decisivo. A comunidade internacional é chamada a refletir sobre a atualização da estrutura política de preservação da paz e da segurança internacionais. Nossa região tem um histórico compromisso com a solução pacífica das controvérsias. Deve manter-se unida na defesa do sistema multilateral, o único capaz de oferecer as bases para o exercício da democracia no plano internacional.

O Brasil acredita na necessidade de renovação e fortalecimento do Conselho de Segurança da ONU. A presença de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes é fundamental para assegurar a legitimidade e representatividade dos órgãos dedicados à segurança coletiva.

Meus amigos,

Vejo o mundo com olhar múltiplo: brasileiro, sul-americano, latino-americano e caribenho.

Quero conhecer melhor as perspectivas de meus colegas neste encontro. Espero que esta Cúpula nos permita dialogar com informalidade, intercambiar pontos de vista e experiências, apontar caminhos para a atuação coletiva de latino-americanos e caribenhos.

Buscaremos ir além da retórica, com soluções

que ampliem nossa solidariedade regional. Necessitamos encontrar respostas aos desafios da democracia, do crescimento econômico com equidade, da promoção dos direitos humanos em nossa região. Por isso, em minhas palavras finais quero fazer um chamado para construirmos juntos uma visão própria de nossos problemas, buscando

em nossa própria comunidade as melhores soluções.

Convido-os a aproveitar esta oportunidade para que possamos aprofundar o diálogo, discutir as nossas convergências e divergências e, sobretudo, discutir os entendimentos que tanto necessitamos.

Com estas palavras eu declaro aberta a 18ª Cúpula do Grupo do Rio.

Metas do Milênio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de lançamento da proposta de Implementação dos Objetivos do Milênio nas Comunidades de Madureira, Oswaldo Cruz e Bairros Adjacentes, no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 2005

Meus queridos e queridas companheiras da Portela; meu querido companheiro Nilo Mendes, Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela; minha querida companheira Marisa; meu querido companheiro Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil e sua esposa, Ana Maria Amorim; meu querido companheiro Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; minha querida companheira Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; minha companheira Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; meus queridos deputados que estão presentes; minha querida companheira Benedita da Silva, e meu querido companheiro Pitanga; minha querida Valéria, Marisa Monte; meu querido Zeca Pagodinho, meus amigos e minhas amigas,

Quando fui ao RioCentro participar de um evento sobre agências de viagens, onde estavam realizando um seminário, marquei um encontro com o Nilo e com o Zeca Pagodinho. Foi com extraordinária alegria que recebi deles a notícia de que a Portela, no ano que vem, entraria para o desfile com um samba-enredo que trata de um assunto extremamente delicado, um assunto que, se quisermos resolver no curto e no médio prazo, precisará de muita solidariedade, precisará que muitos de nós não fiquemos esperando que o outro faça

aquilo que podemos fazer: combater a miséria, a fome e a mortalidade infantil.

As oito Metas do Milênio são coisas que, em algum momento da nossa vida, falamos a respeito. A primeira delas, é importante que todos saibam, é acabar com a fome e com a miséria, em um planeta extremamente rico em conhecimento, em tecnologia, que produz, per capita, alimento para saciar a fome de todo o mundo e onde, mesmo assim, quase 1 bilhão de seres humanos ainda passam fome.

A segunda meta é a questão da educação básica e de qualidade para todos. No Brasil, tivemos momentos de equívocos na política educacional. Houve um tempo em que se priorizava a quantidade de alunos que entrava na escola, mas não a qualidade do ensino que essas crianças recebiam. Daí porque detectamos, no primeiro ano de governo, que mais de 50% das crianças que terminavam a 4ª série não sabiam fazer uma das quatro operações e não conseguiam ler um texto e interpretá-lo. A educação brasileira foi se deteriorando, ora porque os professores brasileiros eram mal remunerados, ora porque eram maltratados, ora porque a preocupação fundamental não era saber se a criança que estava em uma sala de aula tinha aprendido algo.

O Brasil tem um potencial tão grande que toda vez que as crianças estão com saúde, que conseguem comer as calorias e proteínas necessárias e têm, por trás de si, um educador que está motivado em saber

se elas aprenderam o que ele ensinou, essas crianças se desenvolvem e competem com qualquer criança do mundo. Basta que vejamos o que acontece nas Olimpíadas da Matemática. No Brasil, há meninos de 13 anos de idade fazendo pós-graduação em matemática, tal é a capacidade de aprendizado que têm.

Quando criamos o Programa Bolsa Família, uma das condições que estabelecemos foi que, para que a pessoa possa receber o dinheiro – pretendemos chegar, aqui no estado do Rio de Janeiro, no final deste ano, a 280 mil famílias –, a mãe tenha a obrigatoriedade de colocar o filho na escola, pelo menos as crianças com até 14 anos de idade. Ao mesmo tempo, estabelecemos a obrigatoriedade de a mãe dar todas as vacinas que o filho necessita. Uma mulher grávida que receba o programa tem a obrigação de fazer todos os exames pré-natais, para que possa ter o seu filho de forma saudável.

Obviamente que temos falhas, porque é humanamente impossível o Governo federal fiscalizar uma por uma as pessoas. Graças a Deus, poucas pessoas se utilizaram do Programa para fazer comícios e cadastrar pessoas que sequer tinham direito a receber esse Plano. O que é importante é que a maioria do povo brasileiro, a grande maioria, a absoluta maioria, é de pessoas honestas e decentes.

Depois que a Rede Globo fez uma matéria, recebi duas cartas, que entreguei ao Ministro Patrus, de pessoas que não tinham o direito de receber e estavam recebendo e que entenderam que haviam sido cadastradas de forma equivocada, ou por honestidade, ou por medo de serem pegadas por uma fiscalização. A verdade é que as pessoas reavaliaram seu comportamento. Penso que muitos outros que entraram no Programa de forma equivocada ainda sairão, para que as pessoas mais necessitadas possam receber o dinheiro.

Uma terceira coisa que todos vocês, pelo menos as mulheres, também já falaram: igualdade entre sexos e valorização da mulher. A Nilcéa, a Benedita, a Matilde, a Ana Amorim, a Marisa e, acredito, a maioria das mulheres que estão aqui

presentes, saíram, em algum momento, à rua gritando por igualdade para as mulheres. Essa igualdade que está na Constituição brasileira, que está na Constituição de todos os países do mundo, mas que é uma igualdade que ainda não se completou, porque, ainda hoje, por mais valor que a mulher tenha, no mercado de trabalho ela ainda ganha, às vezes, a metade do que ganha um homem, cumprindo a mesma função que ele.

Fico lembrando que, quando era dirigente sindical e estava no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, brigávamos porque, quando as mulheres ficavam grávidas, as empresas tentavam dispensá-las antes que elas comunicassem a gravidez ou, muitas vezes, quando se casavam. Eles tentavam evitar que a mulher trabalhasse, porque não queriam mulher grávida dentro da empresa, como se filho fosse empecilho.

Muita gente pensa que isso mudou. Apesar da Constituição de 1988, ainda hoje no Brasil, na América Latina e em muitos países do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma cidadã de segunda classe. Muitas vezes, apesar da lei, nós, os homens, não agimos como companheiros; muitas vezes, tratamos nossas próprias mulheres como se fossem obrigadas a fazer coisas que muitos de nós deveríamos e poderíamos fazer, para ajudar no trabalho de casa de uma companheira.

A quarta Meta do Milênio: reduzir a mortalidade infantil. Vocês sabem que no Brasil e em vários países da América Latina, da Ásia e da África as crianças ainda morrem de subnutrição. Uma das grandes causas da mortalidade infantil no mundo ainda é a diarreia. No Brasil, entre 1995 e 2002, mais de 300 mil crianças morreram por doença adquirida pela inexistência de saneamento básico nas cidades brasileiras. É por isso que precisamos trabalhar para cumprir as Metas do Milênio que foram assumidas por todos os países do mundo em 2002, em Roma. Se não fizermos um esforço muito grande, certamente correremos o risco de chegar a 2015 sem alcançarmos o cumprimento das coisas

que nós mesmos prometemos.

Uma outra coisa muito importante nas Metas do Milênio é melhorar a saúde da gestante. Essa é uma tarefa em que o Brasil já evoluiu bastante, mas precisamos trabalhar porque outros países ainda não evoluíram, e o Brasil, hoje, tem conhecimento para ajudá-los a seguir a mesma política, fazendo com que as mulheres gestantes tenham um tratamento adequado e não morram por causa de parto.

Outra meta é combater a Aids, a malária e outras doenças. Estive no Acre, assumindo compromisso, junto com o Ministro da Saúde, para poder, até o ano de 2005 ou 2006, se não me falha a memória, acabar com a hanseníase no Brasil, que é uma doença que claramente é resultado da miséria da região em que as pessoas vivem, e o Acre ainda é um estado onde há muita gente com essa doença. Quando falamos em hanseníase, nem todo mundo sabe o que é, mas se falamos em lepra, todo mundo sabe o que é. É uma doença que desde o tempo da idade média assusta, praticamente, a humanidade; é uma doença que tem cura, que não é contagiosa e que é fácil de cuidar, basta que assumamos a responsabilidade.

A Aids é um outro mal sobre o qual o Brasil, ao longo desses últimos 10 anos, adquiriu conhecimento, maturidade e hoje, posso dizer a vocês, o Brasil é um país que exporta conhecimento e competência no tratamento da Aids, inclusive com convênios com a maioria dos países africanos de língua portuguesa, para que adotem a política que adotamos no nosso país, que começou em 1988, na cidade de Santos, quando a nossa companheira Telma de Souza era prefeita daquela cidade e o saudoso David Capristano era o nosso Secretário de Saúde.

A sétima meta é a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. Essa é uma questão cultural. Essa é uma questão que precisamos começar a repartir na nossa casa, com as nossas crianças, ou na escola, quando as crianças estão em idade de aprender muito e até de ensinar aos próprios pais.

Cuidar do meio ambiente não é apenas uma questão de responsabilidade do governo, é também uma questão de consciência política da sociedade, que começa por sabermos reciclar o lixo na nossa casa, por sabermos que ao jogar lixo em córregos ou em rios, esse lixo se volta contra nós e vai poluir a água, causar danos aos peixes e prejudicar a própria espécie humana; começa quando permitimos, de forma totalmente irresponsável, o desmatamento em um país gigante como o Brasil, à vezes de forma incontrolável, porque muitas vezes as queimadas acontecem e só se vai saber que aconteceram tempos depois. Graças a Deus, a companheira Marina, Ministra do Meio Ambiente, está hoje aparelhada para fiscalizar com muito mais rapidez a questão do controle ambiental no nosso país.

Venho ao Rio de Janeiro e vejo a Lagoa poluída do jeito que está; sobrevôo de avião a Baixada e vejo essa quantidade de rios que vão desembocar no mar totalmente poluídos; isso não é de hoje, é algo de que ouço falar há 20 anos. Em 1980, começou uma campanha para despoluir o rio Tietê em São Paulo e, passados 25 anos, o rio Tietê está tão ou mais poluído do que já estive em qualquer outro momento da nossa história.

Quando vamos para a Suécia, passamos no centro de Estocolmo de carro e vemos as pessoas pescando no rio, no centro da cidade, ficamos pensando: será que um dia, meu Deus do céu, o Brasil vai ter tanta responsabilidade, tanta consciência, que possamos chegar a esse ponto? Acredito que vamos chegar.

A última meta é trabalhar pelo desenvolvimento do país e de todos os países. Quando levantei a questão da luta contra a fome, no dia 10 de dezembro de 2003, eu tinha ganho as eleições, não tinha tomado posse, e fui aos Estados Unidos para uma reunião com o Presidente Bush. O Presidente Bush estava angustiado com a necessidade da guerra que ele tinha que fazer com o Iraque e tentava explicar-me, a todo modo, essa necessidade. Disse ao Presidente Bush: “Lamento não poder concordar com Vossa Excelência porque

a minha guerra, no Brasil, é contra a fome e não contra o Iraque ou qualquer outro país”.

Conseguimos, recentemente, fazer um feito inédito na história das Nações Unidas: reunimos 60 presidentes, de 60 países; reunimos, ao todo, entre ministros e autoridades, 130 países, além dos representantes do Vaticano, do Movimento Sindical, das ONGs, de todos os organismos internacionais, e colocamos na ordem do dia o combate à miséria e à fome no debate das Nações Unidas.

Sei que não é uma tarefa fácil porque, se fosse fácil, alguém já teria feito. É muito difícil. Mas assumimos a responsabilidade de que é possível combater, de que é apenas uma questão de amadurecer, convencer e motivar a sociedade, criar um clima de solidariedade como esse que estamos vendo aqui.

Este ano, chegaremos em dezembro com 6 milhões e meio de famílias recebendo o Bolsa Família. No final de dezembro do próximo ano, alcançaremos 8 milhões e 700 mil famílias recebendo o Bolsa Família. Se forem verdadeiros os números do IBGE, de que no Brasil há 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, estejam certos de que chegaremos em 2006 com 11 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família. Aprovamos, este ano, o Estatuto do Idoso.

O Ministro Tarso Genro me telefonou, ontem, dizendo que no próximo ano, por conta do acordo que fizemos com universidades privadas, mais de 79 mil novos jovens poderão estudar nas escolas privadas, quase 50 mil com bolsas de 100% e os outros 40 mil recebendo bolsa de 50%. É pouco, porque precisamos de muito mais jovens nas nossas escolas. Essa preocupação é prioridade, estamos construindo uma política para atender a um clamor da juventude brasileira, que é o de aprender uma profissão e poder trabalhar. Porque, se o Estado não oferecer uma oportunidade aos adolescentes deste país, estejamos certos de que o crime organizado e o narcotráfico oferecerão as oportunidades que o Estado não teve competência para oferecer, no Brasil

inteiro, durante muitos e muitos anos. Estamos vivendo com uma herança que é quase secular e precisamos, em pouco tempo, fazer com que o povo brasileiro conquiste a sua cidadania e possa viver condignamente.

Quero terminar dizendo, meu querido Nilo, que não poderia haver nada melhor do que um Presidente da República saber que uma escola de samba e o carnaval não podem ser tratados de forma pejorativa, como quando encontramos, às vezes, pelo mundo afora, alguém dizendo: “O Brasil é um país que só tem carnaval, que só sabe jogar bola e que só tem crianças de rua”. É verdade, nós temos carnaval, temos futebol, temos criança de rua. Mas este país conquistou o direito de andar de cabeça erguida no mundo e competir, do ponto de vista da tecnologia, com qualquer país do mundo.

Quando uma escola de samba, que é o retrato fiel da imagem mais pura do povo brasileiro – normalmente saída dos bairros mais pobres dos estados brasileiros – adota para si a responsabilidade de colocar um tema da magnitude política que é esse, das Metas do Milênio, como samba-enredo, sou obrigado a olhar para vocês e dizer: ninguém segura este país. Ninguém segura um país em que, enquanto no mundo inteiro e em muitos lugares do Brasil os nossos velhos são tratados como se fossem cidadãos de terceira categoria, a Portela abre espaço para os jovens de caras enrugadas, para os portelenses da Velha Guarda continuarem sendo artistas, mostrando a capacidade que têm, porque a arte não tem idade, não tem cor, não tem religião, está dentro de cada um.

Quero dizer que são gestos como este, Nilo, que me deixam cada vez mais otimista. Por isso é que discutimos muito aquela propaganda que está na televisão, que diz: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”. Muitas vezes, somos tratados como se fôssemos um país colonizado, em que aprendemos a gostar de tudo o que se produz lá fora e não valorizamos o que somos capazes de produzir aqui dentro. Não há país do mundo capaz de sair da via de país em desenvolvimento para país desenvolvido

se não tiver auto-estima na flor da pele, no coração, na cabeça e na alma.

Minha querida Valéria, você não seria a bailarina que você é se você não tivesse auto-estima. A Marisa Monte não seria a artista que é se não tivesse auto-estima. O Zeca Pagodinho não seria o gênio que é se não tivesse auto-estima e não acreditasse nele mesmo, e a Portela não seria o que é se os portelenses não tivessem amor e auto-estima.

Muito obrigado, companheiros.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da Diretoria da Fiesp, em São Paulo, em 8 de novembro de 2004

Meu caro Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; senhora Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro; senhor José Reinaldo Tavares, Governador do Estado do Maranhão; senhor Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; senhor Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; senhor Germano Rigotto, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; senhores Embaixadores; minha querida Marta Suplicy, Prefeita de São Paulo, e demais Prefeitos aqui presentes; meu caro Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo; meus companheiros e companheiras, Ministros e Ministras de Estado; Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias; senhores Senadores; senhores Deputados; Secretários de Estado aqui presentes; meu caro Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; senhores Presidentes das Confederações de Trabalhadores e dos Sindicatos; meus amigos, minhas amigas, empresários do Brasil, empresárias e empresários de São Paulo,

Primeiro, gostaria de dizer que é uma alegria, Paulo, estar aqui, porque não conheci o Paulo depois de ser Presidente da República. Conheci o Paulo

bem antes, em 1990, na casa do companheiro Tony Skaf, que está aqui, seu primo caçula, o mais novo, em um momento em que a disputa presidencial estava muito distante. Essa história tem muito a ver com outra figura da Fiesp que tive oportunidade de conhecer em um momento adverso.

Não sei se ofenderei alguém, mas acho, Vidigal, que você foi o começo da civilização da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelo menos no período em que fui dirigente sindical deste país. Por uma razão simples: eram muito tensas as relações entre o sindicato e os empresários, naquela época, nos anos 70, anos 80, e eis que fui eleito presidente do sindicato em 1975, reeleito em 78 e, de repente, recebo o telefonema de um cidadão se dizendo Presidente da Fiesp, querendo ir a São Bernardo do Campo conversar comigo. Foi, acho, a primeira vez que o Presidente de uma federação importante como a Fiesp foi até o sindicato conversar com os trabalhadores. Penso que, de lá para cá, houve uma evolução extraordinária nas relações capital e trabalho.

Queria, também, antes do meu pronunciamento, fazer um agradecimento. Eu, meu caro Paulo Skaf, passei parte da minha infância morando aqui, na Vila Carioca. A Vila Carioca é a parte pobre do bairro do Ipiranga. Tínhamos um único lugar para passear no fim de semana, era pegar um bondinho e vir ao Museu do Ipiranga, em um bondinho aberto. Naquele tempo, havia muito preconceito contra baiano, ou seja, nós vínhamos para cá com um “radinho”, às vezes com um “radião”. Éramos um pouco “achincalhados” pelas pessoas, que diziam que o Museu do Ipiranga não era lugar de baiano visitar.

Montei, depois, um escritório aqui do lado. Durante 13 anos, fiquei com um escritório, aqui, e quando a Marta ganhou as eleições, havia duas coisas que tinha vontade que fossem feitas na cidade de São Paulo. Primeiro, era dar uma certa beleza visual ao pátio do Ibirapuera. Eu andava pelo mundo e via tantas praças bonitas, tantas fontes luminosas, tanta

coisa que atraía, sabe, não era possível que São Paulo não tivesse. Pedi para a Marta, e ela falou com o Abílio Diniz. Ele, num estado de graça, resolveu fazer aquela fonte maravilhosa no parque do Ibirapuera. Em segundo lugar, o Museu do Ipiranga. Eu que trabalhava aqui perto, que vinha de vez em quando andar por aqui, nunca consegui entender porque isso não foi colocado como um lugar importante para o desenvolvimento do turismo da nossa cidade, e, ao mesmo tempo um lugar onde as crianças das escolas públicas deveriam ter a obrigatoriedade de visitar, afinal de contas, aqui está uma grande parte de nossa história.

Ouvi dizer pelos meus companheiros que agora, para entrar no Museu do Ipiranga no sábado, domingo e feriado, é um Deus nos acuda, porque todo mundo quer vir aqui, porque ficou bonito, porque não é mais “coisa de baiano”. É coisa de baiano, de pernambucano, de paulista, de sergipano, de carioca. É, na verdade, um dos centros da nossa história, e acho que foi extremamente importante isso que aconteceu.

Antes de você, Marta, o Jânio Quadros havia feito essas cercas todas, quase que proibindo o pobre de entrar, e o povo já achava bonito. Mas agora não, está aí para todo mundo ver até de longe. Até quem não puder entrar vai conseguir ver, e acho que o povo de São Paulo precisa disso. Falo do povo de São Paulo com certo orgulho, porque, muitas vezes, tenho andado pelo Brasil - alguns de vocês, deputados e ministros que têm andado comigo sabem disso - e chego a um estado em que São Paulo é “achincalhado”, porque São Paulo é tratado como se fosse o imperialismo brasileiro responsável pela miséria do restante do Brasil. Frequentemente ouço isso e eu, como pernambucano, sou obrigado a levantar e defender o Estado de São Paulo, porque devo a São Paulo o que sou.

Devo a minha formação profissional e outra coincidência, eu me formei no Senai, aqui, no Ipiranga. Eu me formei e vinha a pé da Vila Carioca para cá. Era muito longe. Eu vinha a pé porque não tinha uma moedinha para pagar o ônibus, mas, graças

a Deus, consegui me formar torneiro mecânico, o que, eu não sabia, era o passaporte para ganhar o diploma de Presidente da República. Por isso que quando era deputado constituinte e alguns companheiros nossos levantavam emendas e medidas para acabar com o Senai, com o Sesi, com o Sesc, eu dizia: que, se temos divergências, vamos consertar.

Acabar com uma instituição que pega um aluno pobre da periferia e dá a ele o conhecimento profissional para sair do salário mínimo, isso não pode acabar. Se há erros, vamos consertar, mas não vamos acabar nunca. Falo com muito orgulho, porque graças ao Senai, fui o primeiro filho de minha mãe a ganhar mais do que o salário mínimo, o primeiro a ter uma casa, o primeiro a ter uma televisão. Por conta disso, fui ser diretor do sindicato em São Bernardo, por conta disso conheci todos vocês e por conta disso estou aqui, hoje.

Acho que as crianças do Brasil, hoje, se ressentem do momento e da oportunidade que tive. Vamos criar, se Deus quiser, no próximo ano, por este Brasil afora, com a sua colaboração, Paulo Skaf, e a do Armando, 500 escolas de formação profissional dentro das fábricas, em parceria com os empresários brasileiros, para que essas crianças possam formar-se. Se não investirmos nisso, amanhã estaremos discutindo, aqui, que uma criança da Febem custa caro. É mais barato fazer investimento na coisa certa, na hora certa, e é por isso que acreditamos que esse processo de formação é necessário.

Este ano – há 15 anos o Brasil não conseguia recrutar mais que 70 mil recrutas –, recrutamos 30 mil recrutas a mais, dando preferência aos meninos da periferia das grandes regiões metropolitanas, junto às Forças Armadas, em parceria com a CNI e com o Sesi. Está aqui o Meneguelli. Quem esperava um dirigente sindical dos trabalhadores ser Presidente do Sesi? Isso demonstra a evolução que este país está tendo na consolidação do seu processo democrático. Esperamos que essa experiência de 30 mil alunos possa nos garantir, para o futuro, 50, 60

mil. Cada vez que formarmos um aluno, sabemos que o mercado de trabalho estará apto a receber alguém com boa formação e boa referência. Cada um que formarmos, está fora da rua, fora do crime organizado, fora do mundo que nós não queremos para os nossos filhos.

Mas meu querido Paulo Skaf, antes de mais nada, quero saudá-lo e a nova diretoria da Fiesp. Na sua pessoa, Paulo, quero saudar também os dirigentes anteriores, aqueles com quem convivemos nesses últimos 30 anos, pelo menos da minha parte, que sempre honraram esta instituição pelo trabalho e dedicação à indústria e ao desenvolvimento nacional.

Vejo na adversidade de idéias e na alternância das lideranças empresariais aqui reunidas um símbolo de maturidade política da sociedade brasileira. Mais do que isso, vejo nesse processo um sintoma do vigor democrático do nosso país. Um país que escolheu o debate livre, a transparência das idéias e a participação ativa da cidadania como principal fio condutor do seu futuro e do seu progresso. Esses valores valem para os setores sindical, rural e urbano, para as entidades empresariais, para as associações profissionais, ONGs, movimentos, partidos. Valem para o conjunto da nossa sociedade.

Minhas amigas e meus amigos,

Para que uma nação possa transformar-se em uma República de todos, é necessário que a democracia se traduza em uma busca constante de consenso entre os objetivos maiores da sociedade. Construir esses consensos, que não suprimem as diversidades nem negam as divergências, não é obra de um único partido ou de uma única corrente de pensamento, tampouco é tarefa exclusiva do Estado. É, sobretudo, um empenho que envolve todas as forças políticas e sociais do nosso país.

O debate, a negociação, o fortalecimento dos canais de expressão já existentes e a criação de outros novos constituem, portanto, uma arquitetura insubstituível de um governo democrático. É o que tenho orgulho de dizer que vem sendo feito pelo nosso governo, inclusive em relação ao setor

industrial. Eu, pessoalmente, já fiz duas grandes reuniões de trabalho com a Diretoria da Confederação Nacional das Indústrias e 27 presidentes de federações estaduais, o que faremos também com outras categorias profissionais pelo Brasil afora. Mas do que isso, criamos o Conselho de Política Industrial, com forte participação do empresariado nas definições das políticas para o setor.

O meu companheiro Furlan, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem mantido diálogo permanente com o setor, sem falar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dirigido pelo companheiro Jacques Wagner que tem forte participação junto às grandes lideranças do empresariado brasileiro.

Minhas senhoras e meus senhores,

Temos procurado trabalhar em parceria para implementar uma política industrial e tecnológica de comércio exterior pela qual o nosso país ansiava há décadas. Ela traduz a preocupação estratégica de consolidar e expandir segmentos de nossa economia que são essenciais para o desenvolvimento industrial do Brasil e para a nossa inserção soberana no mundo.

Abro um parêntese para chamar a atenção de Paulo Skaf, agora como presidente da principal federação dos empresários brasileiros, e do Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, para algo que considero importante. Há pouco tempo, quando falávamos de uma integração da América do Sul e de uma inserção maior do Brasil em outras partes do mundo, algumas pessoas duvidavam que era possível, porque estávamos habituados a negociar com duas fontes muito fortes da economia mundial: de um lado, os Estados Unidos e, de outro, a União Européia. Alguns chegavam a insinuar que brigáramos com os Estados Unidos e com a União Européia e iríamos negociar com os países pobres, o que não era nenhuma vantagem.

Nós, ao contrário de querermos brigar com os Estados Unidos, que é um parceiro extremamente importante nosso, ao invés de querermos brigar com a União Européia, que é outro parceiro extremamente

importante, resolvemos fazer algo que aprendemos quando jogamos futebol de várzea: os nossos adversários só nos respeitarão se mostrarmos alguma força, se mostrarmos altivez, se mostrarmos alternativas de táticas para o jogo que vai iniciar-se.

O que fizemos na verdade? Consolidamos a política de integração com o MERCOSUL, com um discurso muito claro de que era necessário integrar toda a América do Sul, não apenas no discurso verbal, mas do ponto de vista de construir as rodovias necessárias, as pontes necessárias, as hidrovias, as telecomunicações, as ferrovias, ou seja, o que estamos vendo acontecer agora, de forma definitiva, no nosso querido MERCOSUL.

Alguns empresários viajaram comigo para o Oriente Médio. A última autoridade brasileira a viajar para o Líbano havia sido D. Pedro II em 1876. Diziam para nós: “o que vocês vão fazer no Oriente Médio?”. Pois bem, o Furlan é testemunha, estamos correndo um sério risco de chegarmos nos próximos 12 meses com 94 bilhões de dólares de exportação. Por cada país onde passamos no Oriente Médio, constatamos: a relação comercial cresceu 50 %, 60%, 70%, em alguns cresceu 83%. Da mesma forma, resolvemos estabelecer uma parceria estratégica com a Índia e com a China, sobretudo, dizendo a estes países que era preciso estabelecer uma política de similaridade, para complementar aquilo que nós tínhamos, e que poderíamos ajudar os outros.

O dado concreto é que estamos colhendo aquilo que plantamos. Estamos com uma boa colheita porque plantamos acertadamente. Quero dizer o seguinte, Paulo: acho que muitas vezes é importante ficar olhando o que o governo faz, criticar o governo, exigir do governo. Essa é uma coisa normal, que é o seu papel na qualidade de representante de classe.

Outra coisa importante que temos que aprender a fazer é o seguinte: o empresariado brasileiro precisa perder o medo de virar empresa multinacional, de virar empresa grande e de ocupar espaço no mundo exterior. Isso só será feito com

ousadia. Não vamos ficar esperando que os chineses venham aqui – e vai estar aqui o Presidente Hu Jintao, no dia 12 – dar para nós o que precisamos. Nós é que temos que conquistar um espaço em cada país do mundo, dos Estados Unidos à Argentina. Eles tentarão defender os interesses deles, defenderemos os nossos, e, de repente, chegaremos a um acordo em que as duas partes fiquem satisfeitas, os nossos empresários crescem, vendem, produzem, geram empregos e eles fazem a mesma coisa. A economia tem um dinamismo extraordinário, não há por que ter medo de negociar com a China. A China exige, de cada empresário nosso que vai lá se instalar, uma *joint venture*. Ou seja, quer vir para cá? Quero. Vamos ser parceiros. Ora, temos que dizer o mesmo para os chineses. Querem vir para cá? Querem. Estamos de coração aberto para receber as empresas chinesas, os investimentos chineses, mas queremos igualdade, parceria, tratamento igual para que as nossas empresas possam crescer e se fortalecer ainda mais.

Muitos de vocês terão a oportunidade de participar, quinta-feira ou sexta-feira à noite, do jantar com o Presidente da China, para que possamos discutir abertamente essa parceria estratégica que nós entendemos necessária para o Brasil.

A política industrial lançada em março deste ano, com a participação da Confederação Nacional das Indústrias, tem 53 metas voltadas para ampliar a eficiência e a competitividade da indústria nacional. Esse conjunto de ações fortalece o planejamento democrático do futuro brasileiro. Vai estimular o investimento, elevar a poupança de longo prazo, contribuir para a superação de gargalos em infraestrutura, bem como acelerar a capacitação do parque industrial brasileiro em inovações e gestão. Inclui-se aí a desoneração do investimento em bens de capital com redução inicial de 5% da alíquota de IPI, até completar a sua eliminação em 2006. Paulo Skaf e Armando Monteiro, nós nos propusemos – faltam 2% – a zerar em 2006. Quem sabe com uma boa conversa, possamos zerar em 2005 e não ficar esperando 2006. Quem sabe isso seja ponto de pauta

de reivindicação, Paulo Skaf, da sua primeira visita oficial ao Presidente da República como Presidente da Fiesp, e quem sabe você possa conseguir um tempo.

Com esse mesmo objetivo, reduzimos o imposto de importação para máquina sem similar nacional, também com a participação dos companheiros da CNI. A depreciação acelerada para bens de capital também passou a ser descontada na contribuição social sobre lucro líquido. A ampliação do prazo de recolhimento do IPI é outra medida tomada para diminuir o custo operacional das empresas e melhorar seu fluxo de caixa, bem como baratear o capital de giro.

Com uma dotação orçamentária de 2 bilhões e 500 milhões de reais e prazo de vigência de 12 meses, criamos, em agosto, o Modernaq, o programa de modernização do parque industrial brasileiro. Vamos financiar máquinas e equipamentos nacionais novos para acelerar a reestruturação tecnológica das nossas empresas.

Criamos, ainda, um regime tributário especial de incentivo à modernização e ampliação do sistema portuário brasileiro. Isso também reivindicação dos empresários, levada para a mesa de negociação pelo companheiro Furlan. O Reporto vai desonerar do IPI, Cofins, PIS/Pasep e imposto de importação todo o investimento em máquinas e equipamentos destinado ao setor, sem similar nacional.

Tomamos medidas também para eliminar gargalos em curtíssimo prazo. Ao todo, são 46 ações a serem implementadas nos cinco principais portos do país: Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Paranaguá e Vitória do Espírito Santo. Paralelamente, cuidamos de incentivar a poupança de longo prazo, indispensável aos grandes projetos de expansão e infra-estrutura, inclusive estimulando aplicações de médio e longo prazos, com tratamento tributário diferenciado, que passa a vigorar em 1º de janeiro próximo para papéis de renda fixa e renda variável.

Não descuidamos também da competitividade tecnológica dos manufaturados brasileiros. O projeto de lei de inovação que

assinamos, em abril deste ano, encontra-se no Congresso em regime de urgência. Cada empresário aqui tem um amigo deputado. Não custa nada pegar o telefone e ligar pedindo para o deputado apressar a votação desse projeto de lei de inovação tecnológica. Trata-se de incentivo indispensável a uma cultura de inovação e parceria entre centros de pesquisas e empresas nacionais. Com ele, instituições públicas terão agilidade para contratar pesquisadores, e as empresas ganharão acesso a laboratórios e equipamentos disponíveis nas universidades. Com essa mesma preocupação, iniciamos a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Depois de quatro anos sem concurso público, o INPI ganhou, finalmente, mais 90 examinadores de marcas e patentes. O orçamento de custeio e investimentos do Instituto, este ano, foi 100% maior do que em 2003.

O Furlan vivia se queixando sobre isso. Vivia dizendo que os empresários se queixavam que mandavam uma patente, que demorava não sei quantos meses, que não havia funcionário. Pois bem, se é para funcionar, o Furlan está colocando para funcionar; se dependesse de mim, inclusive, saía do Rio de Janeiro e iria para Brasília para funcionar um pouco mais rápido.

As pequenas e médias empresas, responsáveis pela capilaridade do crescimento e principal esforço do emprego urbano, estão também incluídas nessa estratégia modernizadora. Simplificamos os processos de regularização do setor informal e promovemos arranjos produtivos locais para facilitar a entrada de pequenas e médias empresas no comércio internacional. Quero, nesse ponto, fazer justiça. Quando estava concorrendo às eleições, eu dizia que criaria uma câmara de comércio exterior, que colocaria lá alguém para fazer o papel de mascate, aquele mascate que batia palmas na nossa porta e nos convencia a comprar uma peça de roupa para pagar em 12 meses. Não precisei escolher o mascate, porque, quando resolvi chamar o empresário Luiz Furlan para ser Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, descobri que no próprio Furlan estava o mascate que eu tanto

precisava.

Quero, aliás, fazer justiça. Um governo que tem a felicidade de ter, de um lado o Furlan, de outro lado o Roberto Rodrigues, e de outro lado o Celso Amorim, não tem que ter medo, porque são três figuras – estou dizendo na área comercial, para os outros ministros não ficarem chateados – que não medem sacrifício. Em dia de sol, chuva, mesmo quando o Representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, fazia cara feia nas negociações, acreditávamos que era possível fazer um acordo.

Participamos do encontro de Cancun, e muitos escreveram: “acabou a negociação”, “o Brasil perdeu”, porque o que não falta são pessoas torcendo para dar errado, o que aconteceu? Aquela briga em Cancun resultou no sucesso do que está acontecendo hoje na OMC. Quem diria que ganharíamos a briga pelo açúcar? Quem diria que ganharíamos a briga pelo algodão na OMC? Por que ganhamos? Porque ninguém, e vocês, Paulo Skaf, Gama, Neto e Salim, aprendam esta lição, respeita negociador que anda de cabeça baixa. Muito menos no mundo comercial, nesse mundo globalizado. Não há ninguém, nesse mundo, que não seja esperto, Cada um quer levar vantagem para o seu país.

Esses três homens fazem a diferença. Podem ficar certos. Vocês estão lembrados do glorioso time do Santos; esse aqui é o trio de atacantes do time do Santos no seu melhor tempo. O Brasil pode ficar tranqüilo que esse trio, quando entra em campo, faz a diferença nas negociações. Nossa meta é aglutinar 100 mil empresas industriais até 2007 através desses arranjos.

Negócios com receita anual bruta, essa é outra proposta que saiu da Federação de Comércio de São Paulo. O nosso amigo Afif Domingos me levou essa proposta, e nós a juntamos com as de outras federações do comércio e fizemos. Negócios com receita anual bruta de até R\$ 36 mil reais passam a contar com tratamento tributário, previdenciário e trabalhista especial.

Minhas amigas e meus amigos,

O governo faz a sua parte. Recuperamos a estabilidade e a credibilidade interna e externa do nosso país. Voltamos a crescer, a gerar empregos e a melhorar a renda da população, apesar das dificuldades e restrições orçamentárias.

Em 2005, vamos investir pesado em infraestrutura para recuperar mais da metade da malha rodoviária nacional. Vamos providenciar a dragagem e ampliação dos principais portos; licitar sete trechos de rodovias federais; construir o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e a Perimetral do Porto de Santos.

A Petrobras, por sua vez, investirá US\$ 53 bilhões de dólares nos próximos seis anos, sendo 86% em encomendas à indústria brasileira, com geração de 280 mil novos empregos diretos e indiretos. Quem sabe, já no final de 2005, teremos alcançado a auto-suficiência brasileira em petróleo, com a produção de 1 milhão, 940 mil barris/dia, quase 12 meses antes do previsto.

Outra coisa importante, também idéia generosa e criativa da nossa Dilma Rousseff, do nosso Eduardo Campo, da Ciência e Tecnologia; do nosso Ministro da Agricultura, do nosso Ministro da Indústria e Comércio e de, quem sabe, muitos de vocês. Nós, agora em novembro, vamos escolher a data para ser lançado o grande programa de biodiesel, produzido neste país para criar uma matriz energética, de modo a que não fiquemos apenas dependentes do petróleo ao preço em que ele está. O biodiesel pode ser extraordinário, não apenas para caminhões, tratores e motores estacionários, mas, sobretudo, para carro, porque no mundo inteiro se usa carro a óleo diesel. No Brasil não, porque produzimos pouco óleo diesel, tiramos mais gasolina. Somos obrigados a usar carro a gasolina e utilizamos o diesel utilizamos apenas em carros pesados. Acredito no programa do biodiesel, e é importante dizer aqui, esse programa tem, na minha cabeça, o mesmo perfil que teve o modelo do desenvolvimento do Presidente Roosevelt no Vale do Tennessee. Esse programa será experimental e, sobretudo, será prioritário para partes

das regiões brasileiras que não tiveram, nesses cinco séculos, possibilidades de desenvolver-se, sobretudo o semi-árido nordestino e o Vale do Jequitinhonha. Começaremos, nessa região, com o biodiesel da mamona; em outra região, com o biodiesel do dendê e, quem sabe, quando o mercado todo estiver consumindo biodiesel, Roberto Rodrigues, incluíamos a soja, para nos tornarmos o maior produtor de biodiesel do mundo e limpamos o planeta terra que, hoje, dizem, está ficando mais quente, por causa do gás que os nossos carros jogam no ar.

Portanto, esse programa é fantástico para o Brasil. Eu dizia outro dia, na reunião com os ministros: vai ser um êxodo rural ao contrário. Se na década de 50 os nordestinos vinham para cá à procura de emprego, se acontecer com o biodiesel o que eu estou pensando, vamos ter muitos dos nossos irmãos nordestinos que moram aqui retornando para sua terra natal, não como mendigos, mas como cidadãos, porque haverá oportunidade de emprego e de desenvolvimento, e, quem sabe, aquela região pobre deste nosso querido país possa ser uma área rica neste século. Afinal de contas, este século XXI tem que ser o século do Brasil.

Se o século XIX foi da Europa, se o século XX foi dos Estados Unidos e, no finalzinho, da China, o século XXI tem que ser nosso de qualquer jeito. Não temos o direito de jogar fora esta oportunidade.

Vamos ainda reestruturar o sistema ferroviário Sudeste/Centro-Oeste, promovendo uma parceria modular entre as empresas, o BNDES e os fundos de pensão. Trata-se de recuperar o papel saudável e indispensável do Estado na nossa sociedade, resgatando a sua capacidade de coordenação entre o investimento público e o privado, por exemplo.

Para terminar, minhas amigas e meus amigos, graças a esses esforços, o Brasil torna-se cada vez mais competitivo no mercado mundial. Estamos, na verdade, iniciando um novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentável, e é este investimento produtivo que vai articular o forte dinamismo externo, que já conquistamos, com uma maior expansão da

renda, do emprego e da produtividade nacional.

Tenham certeza de que estamos tomando todas as medidas necessárias para criar o ambiente institucional favorável a esses investimentos, entre os quais se destaca o projeto das PPPs que está no Congresso.

Estou convencido de que a principal força propulsora de uma economia é a energia condensada do seu povo em um grande entendimento que sinalize o futuro e sustente a sua direção. Uma nação é, acima de tudo, uma comunidade de destino, que caminha unida e guiada pelo consenso renovado de suas forças democráticas. É o que, juntos, estamos procurando fazer.

Quero terminar dizendo a você, meu caro Paulo Skaf, ao Armando Monteiro e aos empresários aqui, que temos uma oportunidade histórica. O Brasil está vivendo um momento, eu diria, auspicioso, não ainda extraordinário. O mais cético, mesmo dentre nós mesmos no governo, dizia que a economia não cresceria acima de 3%. Hoje, já estão apostando no crescimento de até 5%.

Tenho dito que não quero que a economia brasileira cresça 10% em um ano e zero no outro. É melhor crescer de forma sustentável, para que todos possam se planejar, Estado e empresários, e para que possamos tirar proveito dessa economia e fazer com que isso seja um ciclo para os próximos 10, 15 ou 20 anos.

Quero fazer um desafio ao meu querido Paulo Skaf, que toma posse da presidência da Fiesp nesta festa extraordinária: que a gente aproveitasse este momento auspicioso. Nós, agora, entramos em 2005 e acho importante, Paulo Skaf, que nós aqui, Governadores, Presidente da República, Senadores, Prefeitos, Deputados, empresários, dedicássemos 2005 para definir os principais projetos deste país, seja na infra-estrutura, seja na construção de hidrovias, ferrovia ou rodovia, seja na reconstrução dos portos, seja nos investimentos em ciência e tecnologia, seja no agronegócio, na agricultura, no biodiesel, e vocês serão convidados a definir junto conosco. Que o ano

de 2005 fosse dedicado a tirar proveito do momento internacional e do bom momento que o Brasil está vivendo. Não podemos permitir que a mesquinhez tome conta de nós e coloque as eleições de 2006 acima dos interesses que este país tem e da sociedade

brasileira, que precisa, uma vez na vida, ter a oportunidade de crescer de forma definitiva.

Muito obrigado a todos vocês, e espero que você tenha uma gestão profícua à frente da Fiesp.

Visita ao Brasil do Presidente da China

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar com o Presidente da China, Hu Jintao, no Palácio Itamaraty, em 12 de novembro de 2004

Excelentíssimo senhor Hu Jintao, Presidente da República Popular da China e sua excelentíssima esposa; excelentíssimo senhor José Alencar, Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, e sua digníssima esposa; excelentíssimo senhor João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; excelentíssimo senhor Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhora Adriane Senna; senhora Marisa Letícia Lula da Silva; senhor José Reinaldo Tavares, Governador do Maranhão; senhor Wellington Dias, Governador do Piauí; senhor Roberto Requião, Governador do Paraná; senhoras e senhores integrantes das comitivas da China e do Brasil; meus caros amigos e amigas jornalistas; senhoras e senhores,

Bem-vindo ao Brasil, Presidente Hu Jintao.

Ao retribuir a inesquecível visita que fiz, maio passado, à China, Vossa Excelência confirma o que já sabemos: Brasil e China são hoje parceiros indispensáveis. Ao comemorarmos 30 anos de relações diplomáticas, celebramos também uma relação de amizade que chega à sua maturidade.

Foram muitos os que contribuíram para a consolidação do nosso relacionamento. Evoco, com emoção, o Chanceler Azeredo da Silveira e o Vice-Ministro do Comércio Exterior, arquitetos desta grande parceria.

Meu governo começou priorizando as relações com a China. Minha visita à China

materializou propósitos que havia anunciado em meu discurso de posse. Durante minha visita concluímos importantes acordos.

A visita de Vossa Excelência confirmará as grandes expectativas e possibilidades que identificamos em Beijing. A Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação que constituímos é o foro privilegiado para proporcionar sentido estratégico verdadeiro à parceria sino-brasileira.

As perspectivas que se abrem de investimentos chineses da ordem de US\$ 7 bilhões ajudarão o Brasil a reconquistar competitividade nos setores estratégicos de infra-estrutura ferroviária, portuária, energética, siderúrgica e de telecomunicações.

Nossa estreita coordenação nos foros multilaterais vem dando frutos. Ouvi, com satisfação, do Presidente Hu Jintao palavras de estímulo a que o Brasil desempenhe um papel maior no cenário internacional, particularmente no âmbito das Nações Unidas. Entendemos ser essa uma manifestação favorável a que o Brasil participe como membro permanente dos trabalhos de um Conselho de Segurança reformado.

No âmbito do G-20, asseguramos resultados que nos permitirão chegar a um comércio internacional mais justo e equilibrado, em especial nas negociações sobre agricultura.

Estamos construindo instrumentos de

cooperação em áreas como comércio, indústria, energia, turismo, combate ao crime organizado, ciência e tecnologia. Além dessas áreas, tenho a expectativa de que possamos também inaugurar uma cooperação financeira.

Nossa ambição não tem limites. É o que se vê na assinatura dos protocolos que prevêem o lançamento conjunto do satélite CBERS 2-B e a venda e cessão de imagens pelo Programa CBERS para países na América Latina, na Ásia e na África. Esse programa é o principal projeto de cooperação de alta tecnologia entre dois países em desenvolvimento. Ele nos tornou proprietários de um sistema de sensoriamento remoto com aplicações em setores decisivos para o desenvolvimento sustentável de nossas cidades e agricultura.

A aliança entre nossos países também deve aproximar nossos povos. Por meio do Mecanismo de Destino Aprovado, turistas chineses poderão conhecer de perto o Brasil e sua cultura. Esta curiosidade é recíproca, pois cada vez mais brasileiros estão visitando seu país.

Nossa cooperação também avança em áreas menos tradicionais, como combate à fome e à pobreza; prevenção à Aids; agricultura familiar e pesca artesanal; e o setor sucro-alcooleiro.

Senhoras e senhores,

O Brasil é o primeiro parceiro comercial da China na América Latina, e a China é o terceiro maior destino das exportações brasileiras. O dinamismo desse comércio nos dá confiança de que continuará a crescer exponencialmente. A decisão chinesa de assegurar maior abertura de mercado para importantes produtos brasileiros só vem confirmar essa expectativa.

Um dos grandes desafios é diversificar as exportações brasileiras. Desejamos incorporar à nossa pauta de exportação produtos com crescente valor agregado, em benefício da renda e qualificação dos trabalhadores brasileiros. Essa determinação de fortalecer ainda mais o comércio e os investimentos bilaterais levou o Brasil e a China a adotarem, hoje,

um Memorando de Entendimento que promoverá de maneira equilibrada e satisfatória para ambas as partes o comércio e o investimento entre os dois países. Nesse contexto de benefícios recíprocos e equilibrados, o Brasil decidiu conceder status de economia de mercado à China. A decisão brasileira expressa, sobretudo, disposição de buscar consensos necessários para o pleno desenvolvimento de nossas relações de amizade e de parceria estratégica. Também se baseia na convicção de que devemos favorecer um sistema internacional que contemple a participação plena dos países em desenvolvimento nos mecanismos multilaterais, de modo a proporcionar-lhes maior capacidade e legitimidade para enfrentar os desafios e complexidades da atualidade.

Senhoras e senhores,

Nesta tarde, Vossa Excelência pronunciou histórico discurso no Congresso Nacional brasileiro, lançando a nova política externa de seu governo para a América Latina. Vejo com viva satisfação o interesse da China em reforçar os laços com região que é prioritária para o Brasil.

A China poderá contar com nosso apoio na construção de uma parceria vigorosa com nossa região, que busca integrar-se de forma competitiva e solidária na economia globalizada. São muitas as oportunidades que se abrem para o intercâmbio comercial e de serviços, promoção de investimentos, transferência de tecnologias. Temos muito o que aprender um com o outro em matéria de estratégias de desenvolvimento social, político, econômico e humano. Contamos com o potencial de investimento da China no campo da infra-estrutura para acelerar a integração territorial e energética da América do Sul.

Esta é a primeira passagem de Vossa Excelência pela região após sua eleição como mandatário chinês. Não é coincidência que essa visita se inicie pelo Brasil. A parceria estratégica sino-brasileira é parte indispensável do relacionamento entre a América do Sul e a Ásia. A atuação conjunta

do Brasil e da China nos efetivos da ONU no Haiti reforça o grande potencial de nossa cooperação em favor da paz e da prosperidade da América Latina e Caribe.

Senhoras e senhores,

A parceria estratégica sino-brasileira está fundamentada na crença de que temos interesse comum na busca de um mundo multipolar e pluralista. Estamos convencidos de que somente através do diálogo e da cooperação poderemos responder ao desafio de promover a paz e combater o terrorismo, de preservar o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento e o bem-estar para todos.

Queremos construir uma arquitetura mundial que privilegie o entendimento, a justiça social e o respeito entre os povos. A China e o Brasil mantêm uma cooperação horizontal modelar em um sistema internacional marcado pela desigualdade. Essa relação nos dá legitimidade para, juntos, promovermos uma agenda internacional que favoreça a distribuição equitativa de poder e de recursos no cenário internacional. Somente assim estará assegurado o desenvolvimento social e econômico de nossos povos.

Nesse espírito de confiança na nossa parceria, proponho um brinde à saúde de Vossa Excelência, de sua esposa e da comitiva chinesa. Um brinde também à amizade entre o Brasil e a China, país por que reservo especial admiração.

Muito obrigado.

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente da China, Hu Jintao, no Palácio do Planalto, em 12 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Hu Jintao, Presidente da República Popular da China; senhoras e senhores integrantes das comitivas da China e do Brasil; senhoras e senhores jornalistas brasileiros e chineses; Ministros da China e do Brasil,

Acabo de ter uma longa e produtiva reunião com o Presidente da China, Hu Jintao. Fiquei muito contente porque o Presidente Hu aceitou o convite

que lhe fiz na China, em maio passado, para visitar o Brasil. Minha visita à China foi a primeira visita de um presidente brasileiro desde 1995.

Duas visitas de Estado em um único ano conferem o brilho merecido ao aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países. Desde o início de meu governo, determinei que fosse dada prioridade às relações sino-brasileiras. Nossa parceria estratégica, estabelecida há mais de 10 anos, consolida-se a cada dia, tanto pela intensidade crescente dos contatos quanto pelo aumento significativo no volume das transações econômico-comerciais.

Nossas relações também se fortalecem pelo propósito compartilhado de contribuir para o equilíbrio e a equidade do sistema internacional e para a estabilidade e a paz mundiais.

A visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil está sendo extremamente produtiva. Foram assinados diversos acordos bilaterais em áreas que vão do comércio e a indústria, ao combate ao crime organizado, passando por ciência e tecnologia, energia, turismo.

Destaco os protocolos que permitirão continuar com nosso bem sucedido programa de lançamento conjunto de satélites, modelo de cooperação em alta tecnologia entre dois países do Sul. Os protocolos permitirão o lançamento de um novo satélite – o CBERS 2-B – e a venda e cessão de imagens geradas pelo Programa, que continua sendo uma das principais frentes de cooperação entre o Brasil e a China.

Gostaria de mencionar, também, o Mecanismo de Destino Aprovado, que intensificará o fluxo de turistas chineses ao Brasil. A intensificação dos contatos entre nossas sociedades será um passo essencial na ampliação do conhecimento mútuo e no aprofundamento de nossas relações.

O Brasil é o primeiro parceiro comercial da China na América Latina. A China tornou-se o terceiro maior destino das exportações brasileiras no mundo. Em setembro de 2004, nossas exportações para a

China já haviam alcançado o volume total de todo o ano de 2003, cerca de 4,5 bilhões de dólares. Nosso comércio, que hoje chega a 8 bilhões de dólares, pode mais do que duplicar nos próximos cinco anos. Aliás, neste item, o Presidente Hu Jintao me disse para trabalharmos para que, nos próximos três anos, alcancemos uma relação comercial da ordem de 20 bilhões de dólares.

Para assegurar esse prognóstico, estamos promovendo amplo entendimento comercial que, esperamos, venha beneficiar o Brasil e a China, bem como nossos parceiros do MERCOSUL. Um dos objetivos do Brasil é a diversificação da pauta comercial bilateral. Pretendemos exportar para a China carne bovina, carne de frango, frutas e suco de laranja, além de produtos de maior valor agregado.

Também estamos avançando em relação aos investimentos chineses na infra-estrutura brasileira, em particular na recuperação da malha ferroviária,

na reforma de portos e em projetos siderúrgicos e de produção e transmissão de energia.

Considero de fundamental importância as parcerias e associações entre empresas dos dois países. Temos hoje, aqui, mais de 300 empresários chineses. Neste mesmo momento, está se realizando uma reunião do Conselho Empresarial Brasil-China, criado para promover a aproximação entre os investidores dos dois países.

Por fim, gostaria de reiterar que o Presidente Hu Jintao e sua comitiva são recebidos de forma muito cordial em nosso país. Nutrimos pela China uma amizade sólida, a qual cultivamos com muita atenção, entusiasmo e zelo. Por isso, desejo em nome do Governo brasileiro e em meu próprio, que o Presidente Hu Jintao e sua comitiva recebam do povo brasileiro a mesma acolhida calorosa que desfrutei quando da minha passagem pela China.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Coréia do Sul

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem ao Presidente da Coréia do Sul, Roh Moo-Hyun, no Palácio Itamaraty, em 16 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Roh Moo-Hyun, Presidente da República da Coréia, e sua digníssima esposa; minha companheira Marisa; excelentíssimo senhor Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Deputados; Senadores; Ministros da Coréia e do Brasil; empresários; meus amigos e minhas amigas,

Recebo o Presidente da República da Coréia, Roh Moo-Hyun, com um sentido muito especial de identidade. O Presidente Roh e eu temos um passado comum de luta. Ele como advogado da classe trabalhadora e eu como líder sindical. Essa experiência, Senhor Presidente, nós dois trouxemos para nossos programas de governo. Ambos temos como prioridade máxima a redução das desigualdades e a garantia do bem-estar e da dignidade para todos nossos concidadãos.

É essa determinação de promover um desenvolvimento mais solidário e cooperativo que sempre orientou o relacionamento entre o Brasil e a Coréia. A comunidade coreana que o Brasil acolheu aqui encontrou empregos, prosperidade e uma nova vida. Essa comunidade de 45 mil pessoas está retribuindo essa generosidade integrando-se à sociedade brasileira e ajudando a construir o Brasil do futuro.

Brasil e Coréia dispõem hoje de sólidas instituições democráticas e economias estáveis e

diversificadas. Queremos construir novos laços de amizade e colaboração sobre essas sólidas fundações. Por meio da “Parceria Especial para o Século XXI”, estamos levando nossa cooperação para o campo da tecnologia de ponta. A criação de um Centro de Tecnologia da Informação nos permitirá juntar esforços nos campos estratégicos de biotecnologia, tecnologia espacial, eletro-eletrônica, metalurgia e tecnologias limpas.

Empresas brasileiras e coreanas estão desenvolvendo associações também em matéria de mineração e energia, atestando a crescente amplitude de nossas relações comerciais e econômicas.

A maturidade que a parceria entre o Brasil e a Coréia vem ganhando nos estimula a olhar para o futuro com confiança e otimismo. O Brasil acolhe, portanto, a proposta coreana de constituirmos uma “Relação Abrangente de Cooperação.” Como na Coréia, estamos empenhados em promover a transparência administrativa, reforçar o papel da iniciativa privada e dinamizar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Hoje, já começamos a colher os frutos desses esforços. O Brasil está preparado para retomar um ciclo histórico de crescimento sustentado. Contamos com a Coréia e seus empresários nessa empreitada. O comércio bilateral este ano deverá alcançar cerca de 3 bilhões de dólares, fazendo da Coréia nosso

terceiro maior parceiro na Ásia. Mas sabemos que as complementaridades entre nossas economias oferecem ainda grande potencial de expansão.

Os investimentos coreanos no Brasil espalham-se por setores dinâmicos da economia brasileira como o automotivo, eletrônico, construção, telecomunicações e transporte. Hoje, marcas como Samsung, LG ou Hyundai fazem parte do cotidiano de milhões de brasileiros. Convidamos a Coréia e seus homens de negócio a continuar a apostar nessa parceria.

Temos recursos naturais abundantes e uma classe trabalhadora qualificada. Oferecemos acesso a uma economia dinâmica e diversificada que vai muito além das fronteiras do Brasil. Oferecemos acesso privilegiado ao MERCOSUL, um mercado de 220 milhões de habitantes e produto de mais de 1 trilhão de dólares, a quarta maior economia do mundo.

Caro Presidente Roh,

O MERCOSUL é a pedra de toque da Comunidade Sul-Americana de Nações que pretendemos construir, junto com os países andinos e amazônicos. Por meio da integração regional, estamos criando as condições para assegurar que o Brasil e seus vizinhos sul-americanos possam encontrar respostas democráticas e solidárias para o desafio de um mundo globalizado. Grandes obras de infra-estrutura estão eliminando gargalos de transporte e energia.

Creemos que o MERCOSUL também pode ser fator de aprofundamento das relações comerciais

entre nossas regiões. Propomos por isso iniciar um exercício negociador entre o MERCOSUL e a Coréia. É com o mesmo espírito que o Brasil apóia a entrada da Coréia no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil tem buscado contribuir para uma ordem internacional em que prevaleça a solução pacífica de controvérsias. Não nos furtamos a prestar ajuda sempre que cabível. O Brasil considera que uma solução negociada para a questão da Península Coreana não só tem um valor para o progresso da região, mas também é uma contribuição importante para a paz e a estabilidade mundiais.

Vivemos em um mundo marcado por turbulências políticas, a ameaça do armamentismo e uma globalização que acirra desigualdades sociais e econômicas. Compartilhamos a defesa de uma ordem mundial regida pelo direito internacional e exercida por meio de um sistema multilateral equilibrado e justo. Defendemos, por isso, uma reforma das Nações Unidas onde os países em desenvolvimento possam realizar plenamente seu potencial. Esse é um desafio que nos une, brasileiros e coreanos.

É com este espírito de confiante otimismo que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao promissor futuro das relações entre os nossos países, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e do povo coreano.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Rússia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita oficial do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, no Palácio do Planalto, em 22 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente Vladimir Putin, Presidente da Federação Russa; senhoras e senhores integrantes das comitivas da Rússia e do Brasil; meus amigos e minhas amigas,

É um prazer receber o Presidente Putin no Brasil. Sua visita é a primeira de um Chefe de Estado da Federação Russa a nosso país. Estamos abrindo novos horizontes nas nossas relações. Temos hoje a oportunidade de concretizar a decisão, anunciada em meu discurso de posse, de dar prioridade à aproximação entre o Brasil e a Rússia.

É esse o sentido dos importantes acordos que estamos subscrevendo. São compromissos e metas que reafirmam a determinação de trabalharmos para forjar uma parceria em benefício de nossos cidadãos.

Quero expressar meu reconhecimento pela atuação do Vice-Presidente José Alencar, juntamente com o Primeiro-Ministro Fradkóv, à frente da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. Foi fundamental o trabalho que eles realizaram nas discussões preliminares dos acordos bilaterais que estamos celebrando.

O Presidente Putin e eu mantivemos um encontro privado muito produtivo sobre aspectos de nossa agenda bilateral e de questões internacionais da atualidade. Em seguida, nos juntamos a uma reunião ampliada com nossos ministros e altos funcio-

nários responsáveis pelas diversas áreas de cooperação entre a Rússia e o Brasil. Concordamos em aprofundar nossas múltiplas complementaridades e explorar as potencialidades ilimitadas que o engenho científico e a capacitação técnica de nossos povos abrem no caminho do pleno desenvolvimento.

Nada melhor expressa essas possibilidades do que o programa de cooperação no campo espacial. Com a valiosa participação russa, o Brasil está retomando, com renovado otimismo e determinação, o programa de utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais. Essa é a melhor homenagem que podemos prestar àqueles brasileiros que deram sua vida por esse sonho.

Vamos desenvolver conhecimentos e tecnologias que nos colocam na vanguarda de atividade de grande relevância estratégica e benefícios econômicos. Se na área espacial o céu é literalmente o limite, são igualmente elevadas nossas ambições em outros setores.

O programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia que estamos aprovando favorecerá a pesquisa em campos fundamentais para o crescimento de nossas economias. Queremos cada vez mais que nossa competência e competitividade sejam a ponta de lança de nossa presença comercial internacional.

No campo energético, reiterarei ao Presidente Putin minhas felicitações pela recente ratificação russa do Protocolo de Quioto. Essa decisão é altamente significativa, pois permitirá, em 2005, a entrada em vigor de instrumento crucial para a preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo, oferece novas alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável, através da utilização de fontes de energia renováveis. Esse é caso do etanol, onde o Brasil detém reconhecida experiência e capacitação.

Na área comercial, as perspectivas são promissoras. Discutimos como aproveitar a retomada do crescimento brasileiro e o dinamismo da economia russa para criar ainda mais oportunidades de negócios.

Em 2004, o nosso intercâmbio comercial ultrapassará, pela primeira vez, 2 bilhões de dólares. Os memorandos que o BNDES assinará com o Banco do Comércio Exterior da Rússia e com o Eximbank nos permitirão fazer muito mais. O tamanho de nossos territórios, os recursos naturais de que dispomos, nossas populações, os avanços tecnológicos que já alcançamos em diferentes áreas, tudo isso contribui para que sejam formidáveis as possibilidades de aproximação. Com o acordo em matéria de promoção comercial, empresas brasileiras terão melhores condições de estabelecer parcerias com sócios russos em setores de forte complementaridade.

O programa executivo na área de cultura que aprovamos reforçará uma natural atração que a distância não diminui. Sei que são muito populares as telenovelas brasileiras na Rússia. Já a escola de Balé do Teatro Bolshói em Santa Catarina, a única fora da Rússia, faz de nós, brasileiros, co-herdeiros da extraordinária civilização russa.

Senhoras e Senhores,

O Presidente Putin e eu concordamos em usar o excelente entendimento entre o Brasil e a Rússia nos foros internacionais para promover regimes multilaterais políticos e econômicos mais representativos dos interesses da comunidade de

nações. Agradeço, por isso, mais uma vez, ao Presidente Putin, o apoio da Rússia à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse gesto adquire sentido todo especial no momento em que se aceleram as discussões sobre a necessidade de atualizar a estrutura das Nações Unidas. A constituição do G-4 – integrado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão – e a apresentação de candidaturas africanas, dão novo impulso aos esforços para reforçar a credibilidade e, com isso, a eficácia do órgão responsável pela nossa segurança coletiva.

O ingresso da Rússia na OMC, que conta com o pleno endosso do Brasil, também nos ajudará a forjar um sistema internacional de comércio mais equitativo, menos assimétrico, que seja uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

O mundo mais justo que almejamos deve ser também mais solidário. Apreciamos, portanto, que a Rússia tenha se juntado à ação internacional, que o Brasil e outros países vêm patrocinando, para mobilizar recursos em favor da luta de todos contra a fome e a pobreza de muitos.

Debatemos também o terrorismo e suas graves implicações para a segurança global. Reitero ao Presidente Putin a revolta e indignação que o atentado em Belsan causou no Brasil. A irracionalidade bárbara do terrorismo, que foi buscar nas escolas suas vítimas inocentes, exige uma ação internacional firme e coordenada, no pleno respeito ao direito internacional, sempre lembrando que atitudes extremadas podem ser fruto de situações de exclusão e injustiça.

Como podem ver, nossa reunião foi muito proveitosa. Os acordos que celebramos articulam de maneira concreta e específica a visão estratégica e, ao mesmo tempo, prática que damos a nossa parceria.

Talvez mais importante, o diálogo que mantive com o Presidente Putin foi oportunidade para reafirmarmos os valores e propósitos que nos unem, como a paz, a estabilidade democrática, o

desenvolvimento com equidade e a promoção dos direitos humanos.

Por tudo isso, aceitei o convite do Presidente Putin para visitar proxivamente a Rússia. Poderemos,

então, dar seguimento a nosso importante diálogo e continuar a estreitar as relações de amizade e cooperação entre a Rússia e o Brasil.

Muito obrigado.



Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, no Palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 2004

Tenho grande prazer de receber no Brasil o Primeiro Ministro do Canadá, Paul Martin. Desde nosso primeiro encontro, durante a Cúpula de Monterrey, convenci-me de que nossos países têm muito em comum e muito para realizar juntos. Naquela ocasião, a comunidade internacional discutia como assegurar recursos para financiar o desenvolvimento nos países pobres. Senti, então, que o Canadá, sob a liderança de Vossa Excelência, é um parceiro decisivo do Brasil na busca do desenvolvimento sustentável e do crescimento econômico equitativo.

Sua visita, hoje, é oportunidade para retomarmos esse diálogo. Somos dois grandes países do Hemisfério e compartilhamos interesses e valores. Estamos empenhados, sobretudo, em somar esforços na luta mundial contra a fome e a pobreza. Esta é uma responsabilidade de países em desenvolvimento e desenvolvidos. Foi esse o sentido da declaração que adotamos ao final da reunião de Nova York, em setembro passado, endossada por mais de cem países.

Estamos determinados a passar do discurso à ação. Por isso, vamos submeter às Nações Unidas, em 2005, um conjunto de propostas concretas para assegurar o financiamento da mais importante das Metas do Milênio – a redução maciça da fome e miséria extrema no mundo até 2015. Estou certo de

que o Canadá, país que sempre esteve na vanguarda dos movimentos por maior justiça social, se engajará plenamente. Como membro do G-8, poderá contribuir para que os países ricos apóiem o trabalho do Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores.

A nossa colaboração já começa a apresentar resultados no país onde a solidariedade internacional é mais urgente. Brasil e Canadá estão trabalhando juntos na Missão de Estabilização da ONU no Haiti. Estamos ajudando o Governo e o povo haitianos no restabelecimento da ordem, na reconciliação política e na reconstrução econômica de um país onde tudo está por fazer. Estamos também mobilizando a comunidade internacional para acelerar a liberação dos recursos prometidos. Esses recursos são fundamentais para os projetos que trarão melhoras imediatas para um povo que não pode esperar. Vamos enviar proximamente uma missão conjunta de cooperação técnica em matéria de saúde pública e examinaremos outras áreas de parceria conjunta com o Haiti. Nossa cooperação no Haiti é emblemática do empenho de nossos países em favor de uma governança mundial.

Almejamos um sistema multilateral sólido, efetivo e representativo. Procuraremos estreitar o diálogo e a cooperação na busca de consensos que melhor orientem o tratamento das questões

multilaterais. Por isso, o Brasil apóia a iniciativa canadense de estabelecimento do L-20, que estreitará o diálogo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Essa cooperação é também importante no campo comercial. Vemos no Canadá um parceiro estratégico para assegurar a conclusão rápida e exitosa das negociações da Rodada de Doha da OMC. Partilhamos o objetivo de eliminar os subsídios milionários que distorcem o comércio agrícola mundial e impedem os pequenos agricultores de países em desenvolvimento de viver dignamente de seu trabalho.

No âmbito do comércio bilateral, é preciso reconhecer que ainda estamos distantes do potencial de nossas economias. As inversões canadenses no Brasil não chegam a 2% do total que o Canadá investe no exterior. A missão empresarial que o Ministro Jim Peterson está trazendo ao Brasil certamente será oportunidade de começar a recuperar o tempo perdido. Convido os homens e mulheres de negócio canadenses a participarem desse empreitada. Estou certo de que contarão com a participação e o entusiasmo dos empresários brasileiros para formar parcerias imbatíveis.

Avançamos nas conversas bilaterais sobre a indústria aeronáutica. Estamos aprofundando a compreensão e ampliando a confiança para a conclusão de acordo no mais curto prazo possível.

Outro tema que une o Brasil e o Canadá é o compromisso firme com o meio ambiente. Prova

disso é o memorando que estamos assinando hoje para o desenvolvimento de projetos conjuntos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. A preocupação com o desenvolvimento sustentável se reflete na nossa busca por uma maior coordenação internacional no combate à pesca excessiva dos estoques globais. Esse esforço é crucial para garantir a segurança alimentar de grandes parcelas da população mundial.

Por todos esses motivos, o Primeiro Ministro Martin e eu concordamos na importância de fortalecer o diálogo bilateral e estreitar os laços entre nossos países. Decidimos estabelecer um Mecanismo de Consultas Políticas entre nossas Chancelarias. Teremos, assim, oportunidades regulares de trocar pontos de vista sobre os principais temas de interesse bilateral e da agenda internacional.

Senhor Primeiro Ministro,

Aceitei, com muita satisfação, o seu gentil convite para visitar o Canadá no próximo ano, quando daremos seguimento ao importante diálogo que tivemos hoje.

Há quarenta anos, na Segunda Conferência Anual sobre o Desenvolvimento Mundial, o então Chanceler canadense - Paul Martin Senior, pai de Vossa Excelência - defendeu a necessidade de dar à América Latina um lugar proeminente nas relações exteriores de seu país. A sua visita, hoje, é importante passo para cumprir com esse propósito.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Rei do Marrocos

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao Rei do Marrocos, Mohammed VI, no Palácio Itamaraty, em 26 de novembro de 2004

A presença do Rei do Marrocos no Brasil demonstra a renovação das relações entre nossos países. Vossa Majestade tem sido um defensor entusiasta dessa aproximação.

Temos um compromisso comum com a democratização e a transformação social de nossos países. Com base nesses valores, Brasil e Marrocos estão forjando uma parceria com olhos postos no futuro. Estou certo de que a visita de Vossa Majestade – a primeira de um monarca marroquino ao Brasil – abrirá grandes oportunidades de intercâmbio e cooperação entre nossos países.

A recente missão multidisciplinar que o Brasil enviou ao Marrocos já iniciou troca de experiências e conhecimentos em setores cruciais: formação profissional, recursos hídricos, agricultura e habitação popular.

Majestade,

A presença de numerosos empresários em sua comitiva demonstra a determinação de explorar as possibilidades de intercâmbio bilateral. Esteja certo de que encontrará, de nossa parte, igual empenho. Para isso, missão empresarial brasileira estará brevemente visitando o Marrocos. Vamos nos esforçar para que as próximas viagens de negócios – e de turismo – entre nossos países possam beneficiar-se de uma ligação aérea direta entre nossos países. Nosso intercâmbio comercial será mais

fortalecido quando contarmos com uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e seu país. Demos um primeiro passo nessa direção ao assinarmos o Acordo-Quadro sobre Comércio MERCOSUL-Marrocos.

Mas os laços que nos unem vão além das relações comerciais. A agenda de cooperação entre o Brasil e o Marrocos cobre temas centrais para superar os desafios que enfrentam os países do Sul. Continuaremos trabalhando juntos para que os foros multilaterais sejam mais representativos da nova geografia econômica e política internacional.

Estamos genuinamente empenhados em favor da paz, do reforço do multilateralismo e do direito internacional – pilares do mundo mais solidário que queremos construir. É justo que nossa voz seja mais ouvida nas decisões que nos afetam diretamente. Não se podem ignorar as transformações do mundo nos últimos 60 anos. Por isso, defendemos que países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina ocupem assentos permanentes em um Conselho de Segurança ampliado. Esta foi a posição que defendemos junto com Alemanha, Índia e Japão por ocasião da última Assembléia Geral da ONU.

O Brasil vê, além disso, com bons olhos a possibilidade de um país africano e um país árabe fazerem parte do Conselho como membros permanentes. Sabemos que o caminho para o

desenvolvimento passa pela inserção competitiva de nossos países na economia global. Na OMC, a parceria entre o G-20 e o Grupo Africano busca eliminar as distorções comerciais que penalizam os países mais pobres. Por isso, estamos empenhados em que as negociações lançadas em Doha mereçam o título de Rodada de Desenvolvimento.

A firme decisão de Vossa Majestade de privilegiar a vocação atlântica do Marrocos vem ao encontro da determinação de meu Governo de relançar as relações do Brasil com os povos irmãos da África e do mundo árabe.

A Reunião de Cúpula América do Sul - Países Árabes, em maio do próximo ano, em Brasília, é um marco na aproximação entre duas regiões que querem e precisam conhecer-se melhor. Expresso meu reconhecimento pelo decisivo apoio que seu país vem emprestando à concretização desse objetivo. A reunião ministerial que o Reino do Marrocos generosamente sediará em Marrakesh, em março de 2005, ajudará a assegurar o êxito desse histórico encontro.

Majestade,

Todos nós brasileiros nos entristecemos e condenamos o insano ato terrorista que vitimou a cidade de Rabat, no ano passado. Devemos juntar

forças e determinação na luta contra um flagelo que não reconhece fronteiras nem os mais elementares princípios da convivência humana. Mas se queremos, de fato, eliminar a violência, devemos atacar, com igual tenacidade, sua causa primeira: a exclusão social. O apoio maciço de líderes mundiais à parceria global que lançamos em Nova York, em setembro, contra a fome e a pobreza demonstra que a comunidade internacional compreendeu esse imperativo. Agradeço, de modo especial, o endosso de Vossa Majestade ao esforço de buscar fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento.

A visita de Vossa Majestade, que muito nos honra, lançou alicerces seguros para as relações entre nossos países. Estou certo de que a Reunião de Cúpula, com o apoio decidido do Brasil e do Marrocos, cimentará e ampliará esse diálogo, aproximando definitivamente regiões ligadas pela história e pela cultura.

É com essa expectativa que convido os presentes a erguerem um brinde à amizade entre nossos povos e à saúde de Rei Mohammed VI, a quem espero ter o prazer de reencontrar aqui, em maio próximo.

Muito obrigado.

II Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Abertura do II Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, no Palácio Itamaraty, em 28 de novembro de 2004

A política externa do Governo do Presidente Lula tem como compromisso fundamental aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, tem servido de base para incrementar o relacionamento com os países da região. Nesse sentido, o MERCOSUL constitui o pilar fundamental de todas as iniciativas do Brasil de avançar no projeto de construir uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera.

Além de reafirmar a importância dos temas de natureza econômico-comercial do MERCOSUL, tem sido necessário fortalecer a estrutura institucional do bloco, particularmente no que se refere aos seus contornos jurídicos. Nesse sentido, o II Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL é realizado em momento bastante oportuno, já que o tratamento da temática institucional requer a participação efetiva dos Poderes Judiciários e, em particular, das Cortes Supremas dos Estados-partes no processo de integração regional.

É fundamental reconhecer que os processos de integração de maior êxito existentes na atualidade tiveram como alicerce primordial o fortalecimento de seu arcabouço jurídico e de suas instituições. A experiência da União Européia é prova da

importância de se buscar harmonizar, em nível regional, o conjunto de normas dos Estados-membros relativas ao processo de integração.

Cabe sublinhar também que os aspectos comerciais, sociais e jurídicos do MERCOSUL têm vocação de regular direitos e obrigações com efeitos diretos na vida dos cidadãos e, que, portanto, podem ser passíveis de questionamento nos Tribunais internos. Por essa razão, é fundamental que os Poderes Judiciários dos Estados-partes estejam cada vez mais envolvidos com a temática do MERCOSUL.

No que tange aos avanços institucionais recentes que se relacionam com os Judiciários nacionais, cabe destacar, à guisa de exemplo, a importância da criação do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), no âmbito do Protocolo de Olivos, que - embora não seja efetivamente um Poder Judiciário do MERCOSUL e nem tenha sido concebido com esse objetivo - consiste em instância de disponibilidade permanente que se incumbirá de resolver de forma definitiva as controvérsias entre os Estados-partes.

Merece registro, como exemplo de atividade com impacto direto na esfera judicial, o Acordo Internacional sobre o Combate à Pirataria no MERCOSUL, assinado em Brasília no último dia 25. O instrumento contou ainda com a adesão de Bolívia, Chile e Peru e representará um marco na colaboração

entre estes países para reduzir certas atividades ilícitas.

Outro tema na ordem do dia do MERCOSUL e que tem reflexos importantes na atuação do judiciário dos Estados-membros é a implementação da Decisão CMC 22/04, aprovada em julho passado, na Cúpula de Iguazu, que versa sobre a vigência e a aplicação das normas emanadas dos órgãos com capacidade decisória do MERCOSUL.

Essa Decisão visa a aprovação de instrumentos normativos que possibilitarão acelerar a implementação nos ordenamentos jurídicos dos Estados-membros de atos do Poder Executivo, originados da normativa MERCOSUL, que não requeiram aprovação legislativa. Com isso, buscase aumentar o grau de vigência, nos Estados-membros, das normas que são aprovadas no âmbito do MERCOSUL.

Para implementar essa Decisão, foi constituído grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Itamaraty e pela Casa Civil da

Presidência da República, que está elaborando projeto de decreto sobre o tema.

Cabe destacar que esse procedimento apresenta solução parcial à questão da efetiva aplicação das normas MERCOSUL ao ordenamento jurídico dos Estados-membros. No caso brasileiro, seria interessante estudar de que forma se poderia conceder status diferenciado às normas emanadas do processo de integração do MERCOSUL, tomando como base o dispositivo programático presente no artigo 4º da Constituição Federal.

Com o intuito de tornar efetiva a participação institucional do Poder Judiciário no processo de integração regional, seria oportuno criar uma Reunião Especializada de Tribunais Superiores dos Estados Partes na estrutura institucional do MERCOSUL, de forma a estabelecer um *locus* privilegiado para que as questões jurídicas do Bloco possam ser discutidas entre representantes do Poder Judiciário dos quatro Estados Partes.

Visita ao Brasil do Presidente do Paquistão

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, no Palácio do Planalto, em 29 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Pervez Musharraf, Presidente da República Islâmica do Paquistão; excelentíssima senhora Sehba Musharraf; minha esposa, Marisa Letícia Lula da Silva; meu caro José Alencar, Vice-Presidente da República e sua senhora Marisa Campos Gomes da Silva; Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal e senhora Adriane Jobim; senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo; senhores Ministros de Estado; senhores integrantes das comitivas oficiais do Paquistão e do Brasil; senhores Deputados, Senadores, senhoras e senhores,

A primeira visita de um Presidente do Paquistão ao Brasil permite que países distantes geograficamente e diversos culturalmente descubram afinidades e explorem parcerias.

Dou as boas-vindas a Brasília ao Presidente Pervez Musharraf e sua esposa Sehba Musharraf. Sua visita oferece a oportunidade de nos conhecermos mais de perto. Vossa Excelência descobrirá aqui uma nação de grande variedade e contrastes, mas unida na vontade de avançar no caminho do desenvolvimento sustentável, da democracia e da justiça social. Essas aspirações, estou certo, aproximam nossos países.

Senhor Presidente,

O Brasil acompanha com grande interesse o empenho de Vossa Excelência em fazer prevalecer em

seu país e em seu entorno regional uma cultura de tolerância e entendimento na melhor tradição do Islã.

O processo de reconciliação com a Índia, que Vossa Excelência pôs em marcha, juntamente com os governantes indianos, tem as marcas de um homem de Estado. O impacto desse gesto para a estabilidade no coração da Ásia e para a segurança internacional tem sido extraordinário.

Na luta contra o terrorismo, o Paquistão combate aqueles que rejeitam as normas mínimas da convivência e do respeito mútuo, sob a liderança de Vossa Excelência. No Afeganistão, o Paquistão vem ajudando a reconstruir a sociedade, com admiráveis gestos de solidariedade.

O acordo bilateral que estamos subscrevendo contra o narcotráfico e crimes conexos é indispensável para a repressão de ilícitos que financiam atos terroristas. No Conselho de Segurança, Brasil e Paquistão trabalham juntos para coibir esse flagelo e fortalecer o multilateralismo e o respeito ao direito internacional.

A participação pessoal de Vossa Excelência no Encontro dos Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, em setembro último, expressou uma convicção que compartilhamos, a saber: as raízes do extremismo estão na injustiça política e nas disparidades sociais. Conto, por isso, com seu continuado apoio para a mobilização global,

indispensável para atingir as Metas do Milênio. O Memorando de Entendimento em matéria de segurança alimentar, que assinamos hoje, demonstra nosso empenho em levar essa solidariedade aos mais necessitados de nossos cidadãos.

Também estamos combatendo a fome e a pobreza na OMC. Por meio do G-20, nossos governos reafirmaram, na prática, o compromisso com a eliminação dos subsídios que os países ricos concedem aos seus produtos agrícolas. Juntos, os países do Sul têm tido êxito em fazer com que a Rodada de Doha seja efetivamente uma alavanca para o desenvolvimento. Não podemos esmorecer neste percurso. A liderança e a unidade de países como os nossos devem ser preservadas e mesmo fortalecidas.

Senhor Presidente,

Queremos que nossas aspirações comuns por um crescimento econômico inclusivo e uma cooperação solidária entre as nações marque também as relações bilaterais entre o Paquistão e o Brasil. Vamos impulsionar o nosso intercâmbio econômico. Ele deve refletir o peso de nossos países, o tamanho e o dinamismo de nossos mercados. A expansão do comércio bilateral – que duplicou neste ano – é indicativa das grandes potencialidades existentes.

O encontro entre empresários de nossos países, amanhã, em São Paulo, permitirá identificar oportunidades de negócios. A visita de Vossa Excelência à fábrica da Embraer ressalta o compromisso de nossos países com a excelência tecnológica e a competitividade industrial.

Senhor Presidente,

Sua visita ao Brasil reforça minha confiança no futuro de nosso relacionamento e na contribuição que podemos aportar para um ordenamento internacional menos assimétrico e para uma geografia comercial que melhor atenda aos nossos interesses. Por todos esses motivos, constitui um ponto de inflexão nos vínculos entre o Paquistão e o Brasil.

O mecanismo de consultas regulares que celebramos hoje é garantia de que continuaremos a encontrar formas inovadoras de cooperar em favor dos interesses de nossos países.

É com este espírito de otimismo e de solidariedade que convido todos os presentes a erguer um brinde ao aprofundamento das relações entre Paquistão e Brasil, à felicidade pessoal e à saúde de Vossa Excelência e de sua esposa Sehba Musharraf.

Muito obrigado.

Dia da Amizade entre Brasil e Argentina

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia Comemorativa do Dia da Amizade entre Brasil e Argentina, no Palácio Itamaraty, em 30 de novembro de 2004

Comemoramos hoje, 30 de novembro, pela primeira vez, o “Dia da Amizade entre Brasil e Argentina”. Nesta data, há 19 anos, reuniam-se, num encontro histórico, os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín.

Com singular visão de futuro, os Presidentes deram os passos efetivos rumo à integração bilateral, sem a qual o MERCOSUL não teria acontecido. Quem poderia imaginar que o comércio bilateral cresceria mais de doze vezes desde então? Inúmeras empresas brasileiras se estabeleceram na Argentina e vice-versa, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento comum.

Tive a satisfação de comprovar pessoalmente o enorme interesse dos empresários brasileiros no processo de integração. Em 14 de outubro último, a meu convite e na companhia do Chanceler Rafael Bielsa, foi realizada em São Paulo importante reunião com representantes argentinos e brasileiros dos setores agrícola, financeiro e industrial. Os empresários decidiram naquela oportunidade criar a Coalizão Empresarial Brasil-Argentina. Na semana passada, fui a Buenos Aires para a segunda reunião da Coalizão Empresarial, quando o Ministro Bielsa nos ofereceu um jantar no Palácio San Martín. Temos discutido com esse grupo empresarial os benefícios da integração bilateral e regional, com base em uma agenda para o futuro, que inclui formação de “joint ventures”, mecanismos para financiamento das

cadeias produtivas, desenvolvimento de pesquisas conjuntas, entre outros temas de comprovado interesse. É importante que os empresários discutam entre si e façam propostas ao Governo.

Em campos onde antes prevaleciam rivalidade e competição, hoje predomina a cooperação. Na área militar, vale a pena enfatizar a atuação das Forças Armadas pela manutenção da paz no Haiti. A cooperação na área energética avança a passos largos. A confiança mútua eliminou obstáculos para o uso pleno e pacífico da energia nuclear.

A crescente aproximação entre Brasil e Argentina, juntamente com o Uruguai e o Paraguai, permitiu, como já disse, fazer avançar o projeto do MERCOSUL, que tem atraído importantes Estados associados, como a Bolívia, o Chile, o Peru, o Equador, a Venezuela. A integração no MERCOSUL e na Comunidade Andina, perseguida com determinação, já atraiu os países que não são membros desses dois blocos: Chile, Guiana e Suriname. Conseguimos, no último ano, avançar no acordo comercial entre o MERCOSUL e a CAN. Se hoje nos encontramos, portanto, às vésperas da criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, não como uma figura de retórica, mas como algo embasado em acordos comerciais efetivos, como algo embasado também em projetos de infra-estrutura que se estão desenvolvendo, muito devemos aos

esforços pioneiros de entendimento entre Argentina e Brasil.

É certo que essa aproximação não eliminou todos os problemas, que são previsíveis e até corriqueiros num relacionamento tão denso. Não devemos dramatizá-los. Dizia eu aos empresários argentinos e brasileiros, há pouco nesse jantar tão agradável que tivemos no San Martín, que, da primeira vez que fui Embaixador no GATT - hoje a OMC é um pouco diferente, como sabe o Embaixador Seixas Corrêa -, por causa da estrutura, as soluções de controvérsias - como sabe também o Embaixador Hugueney - iam todas para o Conselho do GATT. Então, os embaixadores inevitavelmente estavam lá. Hoje em dia, eles só vão ao Conselho de Solução de Controvérsias se houver assunto do seu interesse direto. Mas, naquela época, essas controvérsias eram arroladas no Conselho do GATT. Já havia o acordo de livre comércio entre o Canadá e os Estados Unidos - aliás o maior comércio bilateral do mundo - e, no entanto, sempre se via presente no Conselho do GATT, como primeiro item, ou um dos itens, por exemplo, “bebidas alcóolicas – Estados Unidos contra Canadá”, e, logo abaixo, “bebidas alcoólicas – Canadá contra Estados Unidos”. Estou mencionando bebidas alcoólicas porque, por acaso, era o item que aparecia. Não há nenhum outro interesse de se fazer publicidade a respeito, mas é para dar a idéia às pessoas que só têm problemas comerciais países que têm comércio denso. Países que não têm comércio denso não têm problemas comerciais, ou têm pouquíssimos.

O que distingue um projeto de integração é a nossa capacidade de relativizar esses problemas no contexto de um esforço mais amplo. É isso que nos anima, que anima os Governos, que anima o Presidente Lula e o Presidente Kirchner, que anima os Ministros das mais variadas pastas e os Embaixadores. Creio que é o que temos conseguido. Sinto-me, sinceramente, extremamente estimulado pelo que fomos capazes de fazer nessas duas reuniões da Coalizão Empresarial. Não se pode dizer que são jornadas porque se realizaram à noite, então são

noitadas empresariais brasileiro-argentinas, mas com muita densidade de discussão. Com cobranças dos Governos, como é natural que vocês esperem dos empresários, mas também com capacidade de ouvir. Enquanto no início da discussão havia referências a um ou outro problema específico, já ao final estávamos discutindo questões como essas que mencionei, “joint ventures”, quais são os mecanismos financeiros que necessitamos conjuntamente para fazer com que se desenvolvam cadeias produtivas.

Cito a área empresarial porque, naturalmente, é a área onde tendem a surgir questões de eventual discordância, que são normais, repito, em um relacionamento que tenha essa densidade e que vai ser cada vez mais denso. Portanto, problemas pontuais vão continuar a ocorrer. Quem acompanhou o processo de integração da União Européia sabe como são essas questões. Agora, acho que a integração não se limita a isso.

Eu me felicito muito com a presença dos dois grandes professores conosco. Infelizmente, não poderei ouvir as palestras porque Ministro infelizmente não faz o que quer, faz só o que pode ou o que mandam. Mas vejo que, na área cultural, a nossa integração vai se aprofundando. Eu costumava dizer que na América do Sul em geral, e entre o Brasil e a Argentina, só era conhecido no outro país aquele que já era conhecido internacionalmente. Era necessário, de alguma maneira, do espelho europeu ou norte-americano para projetar a imagem de um artista brasileiro, de um cantor brasileiro ou argentino, no outro país. Isso está mudando. Conheço o exemplo que me é mais próximo, pela minha história de vida, que é o do cinema. Acho que, ultimamente, até não posso dizer isso alto, tenho visto mais filmes argentinos do que brasileiros, ou pelo menos tantos filmes argentinos quanto brasileiros, aqui no Brasil. E até um filme uruguaio também recentemente. Então, não é que eu queira fazer propaganda individual de cada filme, mas isso demonstra que há, digamos, um desejo de conhecer-nos reciprocamente. O cinema e outras manifestações de cultura são janelas para o

mundo, para a alma humana, para outras formas de ser. Esse desejo de conhecer, que está presente e é cada vez mais forte entre nós, é que vai ser o verdadeiro motor para a nossa integração.

Sei que serão homenageados dois cineastas - e por isso também me detive no cinema -, um brasileiro, Beto Brant, um argentino, Hector Oliveira. Até quando li Hector Oliveira fiquei na dúvida se era o brasileiro-argentino Hector Babenco, mas entendo que é argentino. É o mesmo? Não, é um outro, é um outro, mas temos o Hector Babenco que é brasileiro-argentino também. Ele próprio já realizou a integração. E aqui estarão os senhores ouvindo as palestras dos professores Hélio Jaguaribe e José Paradiso, que tiveram a gentileza de juntar-se a nós.

Creio que pouca coisa nas relações internacionais do Brasil, se é que alguma, seja mais importante do que a nossa aproximação com a Argentina. A nossa aproximação com a Argentina foi, indiscutivelmente, a base do MERCOSUL. Assim o MERCOSUL começou, com o desejo manifestado pelo Uruguai e pelo Paraguai de se unirem a nós. Assim está se realizando a integração sul-americana, com a colaboração naturalmente dos outros países, e é algo que não podemos dispensar. Acho que ela tem de estar presente no campo econômico, tem de estar presente no campo estratégico. Li, por exemplo, há algumas semanas, que se realizaria um seminário importante no Brasil de nanotecnologia. É uma tecnologia absolutamente nova. Então, por que, em vez de esperarmos que cada um desenvolva a sua parte, não trabalhamos juntos desde o início, desenvolvemos juntos? É o que temos que fazer. No campo da cultura, sentimos esse esforço se desenvolvendo de maneira notável. No campo

esportivo, as rivalidades ficam, porque alguma rivalidade é preciso manter também para estimular os sentimentos de competição, mas que nunca podem superar os de solidariedade e de cooperação. Mas mesmo nesse campo, sonho - não sei se viverei para ver, porque digo isso há dez anos e até hoje não consegui que ocorresse - que haja um jogo de futebol entre MERCOSUL e União Européia. O jogo poderia valer algumas tarifas ou algumas cotas, alguns serviços também para deixá-los com algum interesse na partida, mas, independentemente do que se possa ganhar no jogo, o que eu mais desejaria seria ver os cidadãos do MERCOSUL identificados com uma camiseta do MERCOSUL. Temos, hoje, uma bandeira do MERCOSUL permanentemente hasteada aqui fora no meu Gabinete, e fiquei muito feliz de ver recentemente também no Gabinete do Ministro Lavagna uma bandeira lá. Não sei se o povo já se identifica com essas bandeiras, então o jogo de futebol teria esse mérito, quer dizer, para trabalhar no imaginário das pessoas.

A nossa determinação em fortalecer todos os aspectos da cooperação e da amizade entre Brasil e Argentina é inabalável - e certamente este é o pensamento do Presidente Lula enviado ao Presidente Kirchner,. É o relacionamento mais importante que o Brasil tem e é a base de outros relacionamentos que são também importantes. Queria simplesmente dizer que me encontro muito feliz por poder participar desta cerimônia, que para muitos de nós tem um significado enormemente importante. Quero agradecer a todos o fato de comparecerem aqui em um dia que é meio feriado distrital, se não nacional, e dar por encerradas minhas palavras e oferecer agora a palavra ao Embaixador Lohlé.



Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, em 30 de novembro de 2004

Meu querido companheiro Ministro Eduardo Campos; minha querida companheira Marina; meu caro companheiro Pinguelli; companheiros e companheiras do Fórum; entidades convidadas, que estão aqui participando, meu caro Fábio Feldman, ex-Secretário Executivo,

Quero apenas, Pinguelli, com essa vocação da auto-estima que eu ando ultimamente, dizer que essa tarefa que você assume agora é, possivelmente, mais nobre do que aquela que você assumiu na Eletrobrás. Por que mais nobre? Porque essa é trabalho gratuito. Porque você não tem um chefe ou vários chefes diretos. Nessa, há um conjunto de pessoas representativas da sociedade, que discutirão e aprofundarão as divergências, porque em um Fórum como esse não pode haver temas proibidos.

As divergências, se forem discutidas de forma civilizada e democrática, obviamente terão resultados positivos. Se forem discutidas de forma desastrada, não trarão nenhum resultado. E você, como ninguém, está preparado para coordenar essa discussão. Digo coordenar porque, embora o Presidente da República seja o Presidente do Fórum, na maioria das vezes quem vai participar é o Pinguelli, falando em meu nome, porque nem sempre poderei participar.

O Proinfra foi um modelo e uma experiência que já fizemos e lançamos, no outro salão do Palácio do Planalto, como uma primeira experiência bem-

sucedida de energia eólica, de biomassa, para que possamos adquirir tecnologia e provar que é possível ter um outro tipo de energia que possa atender à necessidade de escala de produção do país sem precisar fazer, de forma desordenada, o que foi feito no século passado e nesse começo de século e que ainda continua sendo feito no Brasil e, possivelmente, ainda venha a ser feito por algum tempo.

Na medida em que a licitação e os contratos derem os resultados que esperamos, poderemos ter a certeza de que, definitivamente, encontramos um caminho para fazer novas licitações, novas propostas, novos contratos e, quem sabe, produzir muito mais energia limpa, como se diz.

Estou particularmente convencido, talvez os companheiros da Petrobras, não sei se o Ildo é simpático, não sei se o Tolmasquin de que o Brasil, pelas suas condições geográficas, tem possibilidade de fazer o que outros países não podem fazer.

Vamos lançar agora, parece-me que no dia 6 de dezembro, o programa de Biodiesel, que visa a atender a duas coisas importantes: primeiro, provar que o Brasil tem condições de ser um grande exportador de petróleo e não um consumidor do petróleo que ele próprio extrai; e que o Brasil pode utilizar biodiesel nas suas termoeletricas em vez de utilizar o óleo diesel; segundo, um programa que tenha uma função social muito grande, porque, no primeiro

momento, já se tem acordo com a indústria automobilística de 2% de utilização de biodiesel e, obviamente, caminhamos para, em um futuro muito próximo, ter carro totalmente a biodiesel, caminhão totalmente a biodiesel, sem precisar mais utilizar o óleo diesel. Acho que caminhamos para isso rapidamente. Tive oportunidade de visitar a indústria automobilística que está produzindo carros a biodiesel, e, no Brasil, não temos diesel. Somos importadores de petróleo por conta do diesel que precisamos.

Faremos essa experiência primeiro no Nordeste brasileiro, na chamada região do Semi-árido, tentando aproveitar a mamona. Faremos, em um segundo momento, concomitantemente, na região Norte do país, para aproveitar o dendê, para aproveitar aquelas coisas que podem dar resultados numa determinada região. Estamos preocupados, porque na discussão que fazemos há uma tendência natural de as pessoas já quererem produzir em grande escala e já quererem produzir da soja. Se isso for permitido, adeus aos pequenos produtores e à agricultura familiar que queremos privilegiar em um primeiro momento. Temos vários estudos, a Embrapa tem se dedicado a estudar para ver se é possível utilizarmos a massa da mamona como ração, e acho que daremos um passo importante não apenas para as necessidades do Brasil, mas também para as necessidades do mundo.

Vocês sabem que o álcool como combustível era uma coisa que estava ficando fora de moda no Brasil. Chegamos a ter, nos anos 90, quase 90% de carros a álcool; depois chegamos praticamente a zero e agora voltamos, e voltamos com novidades. Primeiro, porque a indústria automobilística brasileira está sendo motivada a produzir não apenas o carro a álcool, mas o carro que pode ser a álcool, a gasolina, a gás, a biodiesel, que é a nossa esperança. Mas, ao mesmo tempo, estamos de olho no Protocolo de Quioto e nessa coisa bonita chamada crédito de carbono. Parece-me que haverá uma experiência - Nova Iguaçu foi a cidade brasileira que teve o

primeiro projeto aprovado. Vamos ver quando é que sairá este primeiro projeto.

Estamos discutindo muito com os japoneses, que agora começam a utilizar 3% de etanol na gasolina – eles podem aumentar um pouco, ao invés de 3%, 5%; depois, ao invés de 5, 10. Estamos tentando convencer outros países, por exemplo, como a França, que já está utilizando, hoje, uns 5% de biodiesel; a Alemanha que já está usando bastante biodiesel; os Estados Unidos que produzem etanol de milho - para cada litro de etanol, três quilos de milho, quase o triplo do nosso etanol. Estamos tentando convencer essas pessoas nos fóruns internacionais de que os países em via de desenvolvimento, sobretudo na América Latina e países africanos, podem ter nessa nova matriz energética, nessa nova fonte renovável de produção de energia, possivelmente, a chance de atingir, no século XXI, um padrão de desenvolvimento que possa significar melhoria da qualidade de vida desta parte pobre do mundo.

Quando estiverem discutindo aqui, vocês não têm que ter veto às coisas que vocês têm que propor. Que vai haver divergência, vai. Quero aproveitar para fazer justiça à nossa querida companheira Marina, que termina sendo a vítima de todas as coisas que deixam de acontecer no Brasil, porque se uma estrada não sai no tempo certo, a culpa é do Ministério do Meio Ambiente ou do Ibama; se dá licença, a culpa é deles; se não dá licença, é culpa deles. Muitas vezes as pessoas fazem as críticas até sem saber de quem é a culpa verdadeira. Porque, quando democratizamos as instâncias de deliberação - temos acordo entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Ministério Público Federal - e lá no município o representante do Ministério Público embarga uma obra e ela não acontece de jeito nenhum, quem é publicamente xingada é a Ministra do Meio Ambiente ou o funcionário do Ibama quando, na verdade, falta um pouco de consciência de preservação ambiental no nosso país.

O Ministro Tarso Genro teve de ir embora,

mas temos de entender, de uma vez por todas, que o sucesso que precisamos ter está intimamente ligado ao processo educacional que dermos às nossas crianças na escola; ao processo que conseguirmos passar pelos meios de comunicação e que pode ser até gratuito, porque se fala tanta coisa na televisão ou no rádio, porque não se pode falar um pouco de coisas que interessam ao conjunto da sociedade, coisas que o Fórum pode propor? Acho que haverá sempre boa vontade das pessoas em fazer as coisas.

Não podemos achar que já temos inimigos antes de conversarmos com as pessoas. Se vocês conseguirem estabelecer um novo padrão, não apenas de produção das propostas, mas também de encaminhamento das soluções, penso que podemos avançar muito.

Vejo essa reunião como um recomeçar, como diz a música do Ivan Lins: “começar de novo”. Não adianta ficar chorando o tempo em que ficamos parados ou o tempo que funcionou antes de nós. Temos de fazer o seguinte: o que fazemos daqui para a frente? O que já temos de acúmulo e o que é preciso fazer? Sabendo que há momentos de muita discussão, momentos em que temos que negociar, que as coisas não acontecem do jeito que queremos. Vide o Projeto de Biossegurança que o Governo enviou para o Congresso Nacional, em outubro do ano passado, o tempo que demorou para ser votado. Ainda não foi votado e não sei quando será, e a polêmica que estava acontecendo anteriormente, em outubro, voltou agora para o Plenário da Câmara.

Tudo isso é muito difícil, mas, também, tem de ser entendido como um exercício de conscientização, de convencimento. Quando fomos à Amazônia inaugurar uma estrutura do Ministério do Meio Ambiente para termos, em tempo quase real, o controle das queimadas, na teoria parece que tudo funciona bem, mas, na prática, as coisas demoram mais, não conseguimos fazer.

Eu já vi o Roberto Rodrigues brigando com a Marina pelos jornais, um dizendo que o desmatamento era por conta do gado, outro dizendo

que o gado vai depois do desmatamento. Todas essas coisas só serão resolvidas se conseguirmos colocar em prática, na medida em que oito ministros participam do Fórum, o Presidente da República e todos vocês, aquilo que a Marina denominou, no Governo, como “transversalidade”; se conseguirmos fazer com que o Governo não continue, de um lado, dando com uma mão, e, de outro lado, tirando com a outra; o mesmo governo que autoriza é o que proíbe; o mesmo governo que dá licença prévia mas que faz uma lei tão rígida que condena. Isso vale para a Anvisa, na área da Saúde, vale para uma série de coisas em que o Estado permite com uma mão e diz não com a outra.

Isso vai mudar se vocês estabelecerem aqui, Pinguelli, uma discussão que possa ser vista assim: somos formuladores de políticas, não para o Governo Lula, somos formuladores de políticas para o Estado brasileiro. Como formuladores de políticas, apresentaremos não somente ao Poder Executivo, mas também à sociedade civil, ao Congresso Nacional, aos fóruns internacionais, porque, senão, as coisas demoram muito para evoluir.

Muitas coisas são deliberadas em fóruns internacionais e, depois da deliberação, há um processo de involução, porque não interessa economicamente a determinados grupos, não interessa a determinados países. Sempre se joga a culpa em cima dos países em vias de desenvolvimento. É uma briga política que temos que lutar sistemática e diariamente, em todos os fóruns dos quais participarmos.

Quero, Pinguelli, dizer para você o seguinte: quero que você tenha na Secretaria Executiva, primeiro, a determinação que é da sua formação, da sua origem. Quem o conhece sabe que você é um homem que gosta de muitas e boas brigas. Neste fórum, é importante que vocês se sintam bem. Este fórum não pode ser dócil com o secretário-executivo, dócil com o Presidente da República. Este fórum é da sociedade civil, que está aqui para dizer claramente o que pensa, com todas as letras, sabendo que as

divergências terão que ser apresentadas de um jeito que não sirvam para afastar ninguém. Acho que vocês têm de se sentir totalmente à vontade.

A única coisa que posso dizer é o seguinte, meus companheiros: temos uma chance ímpar, hoje, na nossa relação com outros países do mundo, e precisamos saber tirar proveito dessa chance. Há um momento político, nesse mundo globalizado, em que o Brasil se inseriu com uma certa força, e acho que se agirmos com muita simplicidade, com muita humildade para que ninguém diga que o Brasil quer ter uma relação hegemônica com outros países, poderemos avançar e conquistar muitas coisas. Hoje, quando o Brasil fala, já não é mais o Brasil sozinho. Toda vez, quando falamos, trazemos o G-20 conosco. Trouxemos vários outros países da América Central que, até então, pareciam países satélites dos Estados Unidos e que hoje estão procurando o Brasil para discutir conosco outro tipo de política, seja na OMC, seja na ONU. Precisamos tirar proveito disso. Quanto mais lúcidos formos e quanto melhores forem

as nossas propostas, mais teremos chances de emplacar as nossas políticas junto a outros países.

Pinguelli, você terá, da minha parte, todo o apoio. Espero que não lhe falte nada para exercitar a secretaria-executiva. E uma coisa, Pinguelli, para a qual é preciso ficar atento: todos os ministros, todos, sem distinção – o Presidente pode até, em algum momento, não comparecer, será compreensível –, mas todos os ministros que fazem parte do fórum têm obrigação de comparecer. Se não comparecerem, têm que ter um motivo altamente justificável, porque senão fica assim: você coloca oito ou dez ministros, e quando há reunião não aparecem ou, muitas vezes, mandam substitutos. Então, por que os colocamos? Têm que vir pessoalmente, porque se o ministro estiver presente, ele dará mais força, dará mais credibilidade ao fórum, dará mais ânimo às pessoas que estarão participando, e as decisões poderão ser mais bem discutidas no âmbito do governo.

Muito obrigado a vocês pela participação e boa sorte, companheiro Pinguelli.

Cerimônia de cumprimentos aos diplomatas promovidos

Palavras do Embaixador Guilherme Fausto da Cunha Bastos, por ocasião de cerimônia de cumprimentos aos diplomatas promovidos em dezembro de 2004, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 1 de dezembro de 2004

Em nome de meus colegas e em meu próprio, gostaria de agradecer a Vossa Excelência a recomendação de nossos nomes ao Senhor Presidente da República para a promoção, que constitui acontecimento decisivo na vida profissional do Diplomata.

Ao abraçar a Carreira, tínhamos todos uma idéia vaga do que seria o nosso trabalho e do que se exigiria de nós. Com o decorrer do tempo, tomamos consciência da complexidade das tarefas que incumbem ao Diplomata, que vão desde o trato de questões econômico-comerciais, políticas, consulares, a questões jurídicas e administrativo-financeiras, entre outras. Cada um de nós experimentou uma trajetória de vida e de carreira diferente, mas hoje estamos aqui reunidos para expressar nossos agradecimentos a Vossa Excelência.

No meu caso, é uma especial alegria que a ascensão à última classe da Carreira se dê em momento tão feliz da Diplomacia Brasileira, quando voltamos a ter uma política externa ativa em defesa do interesse nacional e o Brasil se coloca no lugar que lhe cabe no Concerto das Nações.

Ao fazer da questão social a pedra angular de sua política de Governo, no plano interno, e ao buscar ampliar nossa presença no mundo e expandir nosso intercâmbio comercial, no plano externo, o Presidente Lula chamou a atenção da Comunidade Internacional para o flagelo da fome em escala mundial e para o desequilíbrio e injustiça das trocas comerciais e do sistema de segurança coletiva.

Como executor de uma política externa que revitalizou o papel do Diplomata brasileiro, Vossa Excelência tem conquistado para o nosso país o respeito de nossos parceiros externos. Nossos interlocutores reconhecem que a Chancelaria brasileira tem sabido, sob a Chefia de Vossa Excelência, defender os interesses do Brasil, de forma destemida, quer bilateralmente, quer conjuntamente, em associação com outros parceiros.

Vivemos, no novo mundo que se está desenhando, uma nova diplomacia que sabe onde estão os interesses do País e não se intimida ao defendê-los.

Mais uma vez nosso muito obrigado Senhor Ministro.



Conferência Internacional sobre Democracia na América Latina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional sobre Democracia na América Latina, em Brasília, em 2 de dezembro de 2004

Minha cara Elena Martinez, Diretora Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; meu caro Carlos Lopes, Coordenador residente do sistema das Nações Unidas no Brasil; meu querido companheiro Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; meu querido companheiro Aldo Rebelo, Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República; senhores e senhoras participantes da Conferência Internacional Democracia, Participação Cidadã e Federalismo; minha querida Margareth Keck, que estou vendo aí depois de tantos anos, meus amigos e minhas amigas,

Democracia não é uma palavra solitária. Ela se fortaleceu na vida dos povos e na história das nações na companhia virtuosa de direitos civis e avanços sociais arduamente conquistados nas lutas por soberania, justiça e dignidade. Sua capacidade de inaugurar o futuro e legitimar a mudança adicionou atributos civilizatórios ao processo de desenvolvimento. Hoje, eles estão sintetizados na grande aspiração pelo crescimento que distribui riqueza, que fortalece a liberdade, promove a paz e eleva o espírito humano.

Na América Latina, mais que em qualquer outro lugar, a história ensinou que o regime da liberdade é incompatível com a lógica da opressão

política e da opressão econômica.

Há vinte e cinco anos, apenas três países deste continente desfrutavam a brisa renovadora da democracia. Nos demais, a asfixia das liberdades e a supressão dos direitos humanos eram acenados, não raro, como moeda de troca indispensável à aceleração da engrenagem econômica. Terrível engano. Aprendemos na carne que a supressão das urnas cega também as forças de mercado e conduz à uma riqueza que não reparte, oprime os pobres e persegue os justos.

Minhas amigas e meus amigos,

O desenvolvimento é uma forma especial de expansão da economia. Não é a sua expressão comum, natural. Não se confunde com o simples crescimento das estruturas existentes. Acima de tudo, o desenvolvimento é uma mudança da sociedade que liberta seu potencial econômico e permite superar os desequilíbrios sociais que a constroem.

Trata-se, portanto, de uma obra singular de arquitetura política, razão pela qual requer estruturas democráticas que o sustentem, e um projeto social que o conduza. Essa, infelizmente, não foi a lógica que prevaleceu na América Latina ao final do ciclo autoritário.

Encerrada a luta pela redemocratização, Estados nacionais e projetos legítimos de transformação foram submetidos a um enquadramento econômico e político dotado de

pressão máxima. Uma receita ortodoxa foi transplantada para nossos países como se fosse possível realizar, aqui, a mesma trajetória conduzida pelas facilidades existentes nos países ricos. A começar pela inexistente disponibilidade de moeda forte e, a partir dela, da permissão para negligenciar déficits na balança comercial e desequilíbrios nas contas correntes.

O implante desse corpo estranho exigiu o abandono incondicional de todo e qualquer planejamento público, bem como o veto a idéias, estruturas e valores que pudessem mediar as forças do mercado com a ação republicana e democrática da sociedade.

É preciso reavivar a memória desses fatos para que se possa avaliar exatamente o que entendem por eficiência aqueles que hoje se arvoram sabedores do que fazer, mas que, na verdade, são responsáveis por esses equívocos do passado. O infortúnio dos anos 90, em grande parte, não foi obra da fatalidade, mas um engessamento voluntário das instituições e do Estado, a tal ponto que a democracia perdeu sua credibilidade como poder regulador, e a política a sua prerrogativa transformadora da sociedade.

Para a América Latina esse processo significou um trágico empobrecimento. O PIB per capita ainda não recuperou os níveis de 1997, ou seja, são sete anos de estagnação e retrocesso na renda da população. A formação bruta de capital fixo permaneceu estagnada nos anos 90. Nossa participação no comércio mundial de manufaturas cresceu apenas 0,6% em dez anos.

A dívida externa atingiu US\$ 744 bilhões de dólares e as transferências líquidas de capitais devoraram 5% do PIB, em média. Duzentos e vinte milhões de pessoas – mais de 40 por cento da população – vivem abaixo da linha de pobreza definida pelas Nações Unidas. Mais de 90 milhões de pessoas foram empurradas para as faixas da pobreza e 23 milhões perderam espaço na classe média.

O desemprego atinge 18% dos jovens e uma,

em cada três crianças, passa fome. Todos aqui nos preocupamos com os resultados da recente pesquisa do PNUD em que mais da metade dos latino-americanos diz que trocaria a democracia por um regime autoritário se ele fosse capaz de resolver os problemas econômicos. Tenho certeza de que não é o regime democrático que está sendo rejeitado. O que o povo não mais tolera é esse êxodo de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, expulsos da terra, do emprego, da dignidade e da democracia. Para que essa diáspora não se cristalize em um verdadeiro apartheid, cabe-nos ousar. Homens deste continente, com visão de futuro e capacidade de realização, como Raul Prebisch e Celso Furtado, já ensinaram que o combate à pobreza na América Latina não pode ser a consequência do crescimento, mas sim a sua mola propulsora.

Não se trata, portanto, de uma tarefa que a sociedade possa adiar para um futuro melhor. Só haverá futuro melhor se o círculo de ferro que concentra o poder e a renda transitar para estruturas mais justas de repartição econômica e participação política. Significa dizer que superar o subdesenvolvimento não é missão que se possa delegar a forças avessas ao escrutínio democrático e ao consenso estratégico do continente. Ao contrário. O desafio que se impõe à democracia latino-americana somente será resolvido com o estreitamento cada vez maior dos laços econômicos, culturais e políticos que nos permitam redesenhar o novo espaço da soberania na era da globalização.

O relógio político da América Latina avançou velozmente nos últimos dois anos. Até algum tempo atrás, o medo, a desconfiança, a baixa auto-estima existentes nos países da América do Sul faziam com que vivêssemos isolados ou preferíssemos privilegiar relações com países do Norte.

A vontade política de integração dos atuais presidentes permitiu a descoberta de afinidades e convergências, e isso tem tornado os nossos países mais fortes. Integração também significa estradas, hidrovias, telecomunicações, pontes, ferrovias,

aeroportos – e ainda confiança mútua e complementaridade política. Hoje podemos dizer que o sonho de Simon Bolívar, no século XXI, chama-se Comunidade Sul-Americana das Nações. E não é mais o sonho de um herói, mas a realidade de uma era. Ela começa a nascer no próximo dia sete, em Cuzco, e será o primeiro passo de uma unificação histórica de todas as forças econômicas e democráticas deste continente.

Mais cedo do que tarde, assistimos a uma integração que desembarcou dos sonhos para atravessar pontes, cruzar rodovias, trocar produtos, compartilhar culturas e respaldar a liberdade democrática. A nova espada da integração é a cooperação e a identidade democrática. Dois fatores distinguem a atual convergência continental das tentativas de integração dos anos 50 e 60, inspiradas nos ideais terceiro-mundistas. Em primeiro lugar, temos consciência plena de que não existe desenvolvimento em um só país; portanto, nenhuma nação será auto-suficiente, nem sua economia autárquica. Na globalização, a fronteira da soberania chama-se justiça social, e ela requer grandes blocos de forças para ser defendida e ampliada. Em segundo lugar, é evidente que a integração comercial das nações em desenvolvimento desfruta agora de uma relevância econômica e política inexistente no passado. Nosso peso econômico é maior. As trocas comerciais Sul-Sul se expandem. O potencial do comércio, inclusive com os países da Ásia, criou novas dinâmicas para o desenvolvimento. Deixamos o campo da retórica. Juntos somos uma poderosa força de pressão e de mudança nas negociações internacionais.

Meus amigos e minhas amigas,

Nada mais falso do que enxergar nesse cenário um dilema entre democracia e desenvolvimento. Na verdade, o que existe é o oposto: uma interdependência em marcha forte. Ela conduz a uma espiral ascendente de participação econômica e política que não se restringe mais ao perímetro de cada Nação, mas deve mobilizar todo o continente em busca de formas inovadoras de

representação popular. Uma delas é o Parlamento do MERCOSUL, cujas bases serão lançadas até o final de 2006, constituindo-se por certo na semente de um parlamento latino-americano de todos os nossos povos.

Nossos problemas com a democracia, portanto, serão resolvidos com mais desenvolvimento sustentado. E os nossos problemas com o desenvolvimento, serão resolvidos com mais democracia econômica, ou seja, com distribuição de renda e poder. O crescimento feito de ciclos curtos, tal qual o conhecemos até hoje, fundado na perpetuação de privilégios, tornou-se incompatível com a nova realidade da política continental.

Um novo ciclo de prosperidade econômica da América Latina está começando – as evidências estão aí para todos verem – e crescerá juntamente com a prosperidade democrática de cada povo, de cada nação e de todo o continente.

Não podemos delegar o nosso futuro, as nossas responsabilidades e as nossas escolhas. Mas podemos, devemos e iremos caminhar juntos; porque juntos, somos mais fortes; mais fortes, somos mais livres, e, livres, somos mais justos.

Meus amigos e minhas amigas,

Não é possível discutir democracia na América Latina sem analisar o que aconteceu na nos últimos dois anos na região.

É importante lembrar que há 10 ou 15 anos, muitos dos grandes intelectuais na América Latina, possivelmente, não vislumbrassem o que aconteceu nos últimos dois anos. A nossa eleição, no Brasil; a eleição de Kirchner, na Argentina; de Lúcio Gutiérrez, no Equador; do prefeito de Bogotá e do próprio Presidente Uribe; o referendo e a eleição de Chávez, na Venezuela; de Lagos, no Chile; de Tabaré, eleito, agora, no Uruguai; de Nicanor Duarte, no Paraguai. Se formos analisar - talvez tenha esquecido algum país da América do Sul - os avanços que houve nesses dois anos, perceberemos que a América Latina deu um salto extraordinário para consolidar o processo democrático.

Fizemos, aqui no Brasil, um impeachment de um presidente e não aconteceu nada. A democracia continuou. Aqui, no Brasil, tivemos alguns exemplos de participação popular que acho muito importante. Há 20 anos, uma parte da elite brasileira tinha medo que ganhássemos as eleições imaginando que criaríamos no Brasil uma República sindicalista. Hoje, não só ganhamos as eleições, mas também o Presidente da República é sindicalista, o Ministro da Fazenda foi sindicalista, o Secretário-Geral da Presidência da República foi sindicalista, o Ministro de Comunicações foi sindicalista, o Ministro das Cidades foi sindicalista, ou seja, são nove sindicalistas que estão, hoje, ocupando cargos importantes. A República brasileira não ficou enfraquecida, e a democracia não perdeu, pelo contrário, ganhou.

Por conta dessa experiência, estamos completando, no dia 1º de dezembro, 23 meses de governo, e uma parte dos presidentes são até mais novos do que eu. Estabelecemos um critério político para a América Latina que foi um trabalho incansável. Quem é argentino, aqui, sabe que não é fácil diminuirmos as divergências históricas entre brasileiros e argentinos, que começa pelo futebol, vai para a política e a economia. Com muita perseverança e vontade do Presidente Kirchner e, antes, do Presidente Duhalde, conseguimos implementar uma relação entre Brasil e Argentina, não de dois países antagonicos.

Muitas vezes tivemos o antagonismo levado por parte da burocracia dos dois países que, historicamente, divergiam por qualquer coisa. Mas há o entendimento de que se acreditamos na integração da América Latina, da América do Sul, e se acreditamos no fortalecimento do MERCOSUL, Argentina e Brasil precisam levar muito a sério a sua relação, porque se Argentina e Brasil não estiverem bem, certamente não estarão bem os outros países, e os reflexos serão prejudiciais para todo mundo. Tenho convicção e certeza de que esse é o pensamento do Presidente Kirchner. Esse é o nosso pensamento e esse é o pensamento de outros

presidentes da América do Sul que há pouco tempo preferiam ter uma relação com a América do Norte, achando que, ao ter uma relação com o Brasil, com a Argentina, poderíamos ser os imperialistas com os países que têm fronteiras conosco.

Estabelecemos, então, uma relação de confiança. Em 1990, eu tinha perdido as eleições e nós, em junho de 90, criamos o Fórum de São Paulo. Foi a primeira tentativa de unificar a esquerda da América Latina que não conversava entre si. Eu lembro que na primeira reunião, em São Paulo, a República Dominicana chegou com 18 organizações de esquerda. Eu lembro que a única coisa que unificava a esquerda da Argentina era o Maradona, porque estávamos em época de Copa do Mundo. Eu me lembro das divergências, que pessoas não conversavam na sala.

Eu dizia hoje a meu companheiro Marco Aurélio, que foi, durante muitos anos, um coordenador do Fórum: muitos que participaram do Fórum de São Paulo ou ganharam as eleições ou participam diretamente do governo de muitos países na América do Sul. Isso para registrar o avanço extraordinário que conseguimos aqui; isso para registrar a consolidação do processo democrático que, na minha opinião, é irreversível. Todos sabemos, Kirchner, eu, Tabaré vai saber logo, logo; Nicanor Duarte, Uribe, Chávez, que ainda estamos longe de consolidar a combinação entre democracia política, democracia institucional, democracia social e democracia econômica, até porque todos os países são detentores de uma dívida secular com a parte mais pobre da população e recuperá-la exige perseverança, maturidade e determinação.

Para consolidar esse processo democrático, uma pequena experiência que acho importante é que, nesses 23 meses de governo, fizemos 12 conferências nacionais que foram resultado das conferências estaduais e das conferências municipais, para definirem a principal política que o governo iria adotar, seja no âmbito da política habitacional, seja no âmbito na política de saúde, da política cultural, da política das mulheres, da política da igualdade racial.

Na construção do Plano Plurianual, fizemos algo inédito na história do Brasil. 2.700 entidades participaram nos municípios, nos estados, e em uma conferência nacional, para que pudéssemos aprovar o projeto Plurianual. Criamos um Conselho de Desenvolvimento Social, que discute as principais políticas que o governo adota ou os principais projetos que o governo envia para o Congresso Nacional. Por conta disso, conseguimos aprovar algumas coisas que considero extremamente relevantes e, certamente, em outros países da América Latina, isso vai acontecer. Aprovamos, em dez meses, a reforma tributária, a reforma da Previdência Social e, mais recentemente, aprovamos a reforma do Poder Judiciário, que estava praticamente há 12 anos dentro do Congresso Nacional e não conseguia sair do papel.

Essas ações são uma demonstração do processo de participação da sociedade. É um aprendizado de tudo que militamos na nossa vida, nos movimentos sociais no Brasil. Certamente é o aprendizado da militância de todos vocês, ao longo da história. Quero dizer que, certamente, estamos longe de construir o processo de democratização perfeito que todos sonhamos. O dado concreto e objetivo é que os atuais presidentes deste continente, e falo por aqueles que conheço, não estão dispostos a repetir os erros dos governantes do passado.

Quero lembrar a vocês, e poderia pegar dois exemplos aqui, que houve um tempo em que se falava que o MERCOSUL estava em crise e que iria acabar. Não só o MERCOSUL não está em crise como está fortalecido, com todos os países da América do Sul participando, agora, do MERCOSUL.

No dia 7 em curso, como disse no discurso, vamos constituir a Comunidade Sul-Americana das Nações. É um passo extraordinário, e isso exige muita conversa. Visitei todos os países mais de uma vez; todos os presidentes da América do Sul vieram aqui, alguns mais de uma vez. Reconstruímos a nossa relação com outros continentes, porque estávamos muito voltados para a Europa e para os Estados

Unidos. Países como a Bolívia, por exemplo, acreditavam mais nos Estados Unidos do que no Brasil. Precisamos construir essa relação. Esse processo é longo, duro, mas que só dará certo se as pessoas que estão na mesa de negociação tiverem confiança uns nos outros. Penso que isso conquistamos. Conquistamos com todos os presidentes, com muita conversa, com muita lealdade.

Vocês estão lembrados quando fizemos aquele encontro em Cancún, que a imprensa da maioria dos países da América Latina vendeu como um fracasso. Hoje, o G-20 está consolidado, é uma referência para a discussão de qualquer processo da Organização Mundial do Comércio. Estamos consolidando isso cada dia mais. Países que haviam desistido e voltaram ao G-20.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, temos que ter orgulho do que fizemos até agora. Muito orgulho. Sempre estamos devendo alguma coisa para nós mesmos, e é normal que seja assim. É importante que nunca estejamos satisfeitos com aquilo que fizemos, é importante que sempre estejamos querendo fazer um pouco mais, que sempre acreditemos que é possível fazer um pouco mais, e que tenhamos toda a paciência do mundo para não darmos os passos errados, porque um passo errado pode significar alguns anos de atraso.

Vocês se lembram do tempo glorioso em que os argentinos comemoravam que 1 peso valia 1 dólar; do tempo glorioso em que, no Brasil, se comemorava que 1 real valia 1 dólar. Como mentira tem perna curta, nem 1 real valia 1 dólar, nem 1 peso valia 1 dólar. Quando a economia se ajustou, todos nós sofremos com isso e perdemos muito e, agora, temos a obrigação de, com muita responsabilidade, recuperar não só a consciência do povo na nossa economia, na nossa democracia, mas, concomitantemente, fazermos as políticas sociais que foram a razão pela qual todos nós chegamos ao poder.

Muito obrigado, e boa sorte.



III Reunião de Presidentes da América do Sul

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na III Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica, na cidade de Cuzco, Peru, em 8 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Alejandro Toledo, Presidente da República do Peru; senhores Presidentes da América do Sul; senhores Vice-Presidentes de países da América Latina; meus amigos; minhas amigas; Ministros, meus companheiros e minhas companheiras,

A obra da Rodovia Interoceânica que o Peru e o Brasil estão lançando, hoje, é muito mais do que um projeto bilateral. Estou convencido de que interessa a todos os países aqui representados. Mostra que a Comunidade Sul-Americana de Nações que estamos inaugurando não é mero exercício de retórica. É a expressão do empenho de nossos países em superar as distâncias que ainda nos separam.

Esta obra, há muito esperada, sintetiza nossa vontade de fazer da geografia nossa maior aliada. A integração da infra-estrutura física da América do Sul significa não apenas novas oportunidades de comércio e de acercamento entre nossos países.

É também requisito para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva em uma economia globalizada. Ao nos integrarmos para dentro, estamos também nos integrando com o mundo.

Este projeto ambicioso exige que mobilizemos fontes inovadoras de financiamento. O contrato entre o governo peruano e a CAF para a construção da Rodovia confirma o compromisso

desta instituição com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

De norte a sul, o Brasil está participando de projetos prioritários para nossa região nos campos do transporte, das comunicações e da energia:

A ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira com a Venezuela;

A Hidrelétrica San Francisco, no Equador;

A ponte Assis Brasil-Iñapari, na fronteira com o Peru;

As importações de energia do Paraguai, da Venezuela e da Bolívia;

O desenvolvimento da região do Rio Madeira;

A segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira com o Paraguai;

O corredor Bioceânico entre Santos e Antofagasta, no Chile;

A segunda ponte do rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai; e a duplicação da auto-estrada do MERCOSUL.

Todos esses projetos objetivam a aproximação entre nossos países e o bem-estar de nossos povos. Têm ainda o mérito de atender as populações marginalizadas e muitas vezes esquecidas. E é essa, a meu ver, a integração que buscamos. Um processo que nos una e nos aproxime, mas também distribua, de forma mais equilibrada,

seus benefícios.

Essa integração inclusiva e solidária, que supera as rivalidades e as desconfianças do passado, é parte de um processo de amadurecimento político de nosso continente. Por meio de um diálogo intenso, em que tem prevalecido a convergência de valores e ideais, seguiremos trabalhando em favor da criação de uma América do Sul mais próspera, mais justa e, sobretudo, mais confiante em suas próprias capacidades.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero reiterar, aqui, o que já disse, individualmente, a cada Presidente, em todas as

reuniões de que participamos. O Brasil não é um país rico. O Brasil tem seus problemas, como problemas tem todos os países que estão aqui. Mas o Brasil sabe a importância que tem a sua participação política no processo de integração. Estejam certos que continuaremos a fazer todo esforço que estiver ao nosso alcance, todas as conversas possíveis e necessárias, todas as viagens que forem necessárias, para que a integração sonhada por Bolívar, definitivamente, se concretize nos próximos anos, no nosso continente.

Muito obrigado e boa sorte.

Reunião Ministerial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião Ministerial, na Granja do Torto, em 10 de dezembro de 2004

Meus amigos e minhas amigas,

Mudança. Com essa palavra iniciei meu discurso de posse na Presidência da República. Não quis produzir um efeito retórico, busquei antes deixar claro qual seria o sentido do mandato presidencial que se iniciava.

Passados quase dois anos é chegado o momento de fazer um balanço. Mas é chegada, sobretudo, a ocasião de apontar os rumos para essa segunda metade do meu governo. Não perdi de vista, nunca, o sentido do mandato que recebi do povo brasileiro: mobilizar as energias da sociedade para retomar o caminho do crescimento sustentado, aquele que gera empregos, distribui renda e promove a inclusão social.

Não vou fazer um balanço detalhado, menos ainda autocomplacente e triunfalista. Tudo o que fizemos nestes quase 24 meses, o que não foi pouco, está muito aquém do que a sociedade brasileira reclama. São séculos de exclusão e desigualdade, agravadas nas últimas décadas. Não prometi corrigir todas as desigualdades, todas as injustiças. Comprometi-me, isto sim, a colocar o país no caminho certo, lançando as bases para um longo período de desenvolvimento econômico, justiça social e aprofundamento da democracia.

Nestes dois primeiros anos revertemos um processo que nos conduzia ao abismo. A catástrofe anunciada por alguns, aqui e lá fora, não se produziu. Fomos capazes, governo e sociedade, de impedi-la.

Não demos continuidade às políticas do governo anterior, fizemos o que deixou de ser feito, reconstruímos nossa economia, fortalecemos nossas instituições e, sobretudo, conquistamos credibilidade no país e no exterior. Tão importante quanto essa transformação objetiva, foi a mudança em um sentimento de prostração, quando não de desesperança, que se apossara do nosso povo. Hoje, tudo começa a mudar. Estamos recuperando a nossa auto-estima, voltamos a ter orgulho de ser brasileiro, começamos a enxergar que há um novo caminho a ser trilhado. Mesmo sabendo que esse caminho é cheio de obstáculos, passamos a ter confiança em nossa capacidade, não só de percorrê-lo, mas, sobretudo, de construí-lo. Os indicadores da economia brasileira são os melhores dos últimos 10 anos. O crescimento do Produto Interno Bruto foi além das expectativas mais otimistas. Não se trata de uma bolha, de um espasmo. Anuncia-se um processo consistente e duradouro, posto que o investimento cresce e a inflação vai sendo controlada.

O resultado principal dessa política é uma impressionante retomada do emprego, a maior desde 1992. Dois milhões de postos de trabalho com carteira assinada estão sendo criados; tratamos com responsabilidade as contas públicas; controlamos o crescimento de nossa dívida interna e avançamos muito em sua desdolarização; reduzimos nossa dívida externa e a tornamos administrável.

Os êxitos espetaculares do nosso comércio

exterior, que muito deve ao desempenho de nossa agroindústria, contribuíram para o crescimento econômico, expandiram o emprego, dinamizando o mercado interno; ajudaram a diminuir nossa vulnerabilidade externa. Em lugar de vultuosos déficits em nossas contas externas, hoje exibimos significativos superávits que nos protegem mais contra eventuais crises internacionais. As medidas de política econômica adotadas, algumas amargas, outras incompreendidas ou criticadas, nos permitiram pôr o país no rumo certo. Elas eram e são condições necessárias para enfrentar os grandes desafios que temos pela frente. Esses desafios foram entendidos pelos milhões de brasileiros e brasileiras que nos trouxeram ao Planalto em 2002. Compreendemos os que, movidos pelo desejo de mudança, se impacientam com o ritmo das transformações. Respeitamos os seus sentimentos e renovamos sempre nosso convite ao diálogo.

Este país tem que crescer muito para recuperar as décadas perdidas que sucatearam os setores de nosso parque produtivo e de nossa infraestrutura. Recessões ou crescimentos medíocres aprofundaram, sobretudo, a enorme brecha social que marca nosso país. Este país tem que distribuir renda, não só como consequência do crescimento, mas como alavanca fundamental deste. Este país necessita de um crescimento macro-economicamente sustentável, livre dos sobressaltos inflacionários ou dos ciclos de endividamento interno e externo. Este país necessita controlar soberanamente seu desenvolvimento, reduzindo a dependência às vulnerabilidades externas de sua economia, sem sucumbir às tentações de um caminho de isolamento do mundo. Este país precisa, finalmente, projetar seu desenvolvimento em articulação com a América do Sul, promovendo uma integração regional moderna, solidária, sem hegemonismo.

Buscamos, nestes dois anos, redefinir o lugar do Brasil no mundo. Para isso, impulsionamos um processo de reconstrução do MERCOSUL e de aproximação com o conjunto da região que

desembocou há dois dias na constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações. Voltamos a nos aproximar do continente africano, resgatando dívidas históricas para com aqueles que tiveram papel fundamental na construção da civilização brasileira. Perseguimos aproximações políticas, reatamos laços culturais, sem esquecer de construir parcerias econômicas e comerciais. Na mesma direção vai nossa política para o mundo árabe. Cumprimos nossa promessa de imprimir um sentido estratégico à nossa aproximação com grandes países como a China, Índia, Rússia e África do Sul, de inegáveis presenças em seus continentes, e fundamentais para uma nova relação Sul-Sul, que altera a geografia econômica e comercial do mundo. Tudo isso foi feito sem choques ou conflitos com os grandes países desenvolvidos: Estados Unidos, União Européia e Japão, com os quais o Brasil mantém relações intensas e sumamente amistosas.

Nossa política externa, ativa e altiva, perseguiu uma mudança das relações e forças internacionais. Sem confrontações, desenvolvemos iniciativas para lograr um mundo mais justo e equilibrado do ponto de vista econômico, social e político. Para mudar as relações comerciais, impulsionamos o G-20, que deu um novo conteúdo à Rodada de Doha, no âmbito da Organização Internacional do Comércio. Demos, junto com nossos parceiros do MERCOSUL, um novo curso às negociações sobre a criação da Alca.

Nas instituições financeiras internacionais, temos avançado na defesa de sistemas preventivos de apoio a países em desenvolvimento e de valorização dos investimentos essenciais em infraestrutura. Nossa luta em prol de uma mudança das Nações Unidas, particularmente de seu Conselho de Segurança, tem recebido apoio em todos os continentes. Apoio igualmente significativo foi aquele que teve o nosso apelo para a constituição de mecanismo de combate à fome e à pobreza. Sessenta e cinco chefes de Estado e de Governo compareceram à reunião que lançou a iniciativa em Nova Iorque, 130 países a apóiam. Essa última

iniciativa transpõe para o plano internacional aquela que tem sido a obsessão do meu governo: atacar a fome, a pobreza e a exclusão social.

Sabemos que esses objetivos só serão atingidos por intermédio de políticas consistentes e sustentáveis de desenvolvimento. Iniciativas como as do Programa Fome Zero, têm papel fundamental para atenuar a crise social que vivemos. Elas contribuem para a aceleração do crescimento econômico com distribuição de renda. Não podem ser assim confundidas com medidas compensatórias ou apenas filantrópicas.

O Bolsa Família beneficia, hoje, 6 milhões e meio de famílias com uma remuneração três vezes maior do que no passado. Centralizou o que estava disperso dando maior eficiência a esta política social e dinamizou a economia. Ao associar a remuneração às famílias à escolaridade de crianças e aos cuidados da saúde, este Programa incrementa a universalização de serviços públicos essenciais, que é outra forma de distribuir renda. Por esta razão, o próprio governo está zelando para que os problemas que o Bolsa Família teve em sua implementação, sejam corrigidos de forma exemplar, com transparência, competência administrativa e espírito republicano.

Mas são essenciais para o êxito do programa Fome Zero as iniciativas de apoio à agricultura familiar. Fizemos grandes progressos, duplicamos os recursos utilizados pelos governos precedentes. Isso tem forte impacto econômico, mas, sobretudo, social. O combate à desigualdade social está presente também nas principais iniciativas do Ministério da Saúde: médico de família, saúde bucal ou farmácias populares. E nos rigorosos programas de saneamento básico para enfrentar o abandono a que foram relegadas as grandes e médias cidades brasileiras.

É nessas cidades que se situa um dos principais desafios a serem enfrentados pelos governos e por toda a sociedade brasileira: a violência. Ainda que a competência fundamental para enfrentar esse problema que angustia milhões e milhões de brasileiros e brasileiras seja dos governos estaduais,

não queremos fugir às nossas responsabilidades. Firmamos convênios com governos de estado para qualificar a ação policial, reformar o sistema prisional e oferecer, em casos de emergência, força federal para enfrentar situações de gravidade. Mas ao lado dessas iniciativas que serão beneficiadas também por reforma no Poder Judiciário, é preciso ter claro que cabe a nós oferecer à sociedade, sobretudo aos jovens, alternativas consistentes. Elas passam essencialmente pela educação e pelo acesso aos bens culturais. Por isso, nossa ênfase na qualificação do ensino fundamental e médio e na formação profissional. Por essa razão, igualmente, a preocupação com o esforço da universidade brasileira, sobretudo, no que diz respeito ao ensino público. Ações afirmativas no curto prazo e os efeitos da melhoria do ensino fundamental e médio permitirão que nosso país realize a tão sonhada democratização da nossa universidade.

O Brasil tem que se preparar para o futuro, mas também para os desafios que estão colocados hoje. Precisamos construir uma sociedade fundada, cada vez mais, no conhecimento, preocupação constante de nossos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura. Essa tarefa ganha urgência em função da política industrial, recentemente anunciada por nós, a primeira depois de muitas décadas.

Ao lado de uma economia sofisticada, fundada em grandes investimentos e em recursos tecnológicos avançados, o Brasil assiste o renascimento de uma economia de pequenos e médios empreendedores, beneficiados por políticas específicas de crédito. Da mesma forma, milhões de assalariados, idosos e pobres, passaram a ter acesso a crédito barato para o consumo e puderam, pela primeira vez, abrir suas contas bancárias.

Há dois anos, era grande a percepção dos desafios que tínhamos pela frente. Nestes 24 meses pudemos viver intensamente a dramática situação de nosso país, principalmente o desaparecimento do Estado. Herdamos uma máquina administrativa

ineficiente, desprovida, em boa parte, do sentido republicano, sem vocação para realizar políticas em proveito da maioria. Mas mesmo nos momentos mais difíceis não nos deixamos abater.

Sei que os objetivos que perseguimos consumirão as energias de, provavelmente, mais de uma geração, mas não queremos apenas preparar o caminho para os que virão depois, estamos empenhados na construção deste caminho agora.

Disse que iríamos, primeiro, fazer o necessário; faríamos, depois, o possível, para enfrentar, mais tarde, o impossível. Penso que fizemos o necessário, parte do possível e, talvez, mesmo, algo do impossível. Digo isso quando penso na aprovação das reformas Tributária, da Previdência, do Poder Judiciário, do Estatuto do Idoso e em tantas outras iniciativas que se arrastavam por muitos anos no Congresso Nacional e que pareciam impossíveis de serem votadas. Nessas iniciativas, a Câmara e o Senado foram sensíveis, não só aos apelos do governo, mas, sobretudo, ao clamor da sociedade. Rendo, por isso, minha homenagem ao Poder Legislativo e a todos os partidos que o integram.

Quero agradecer igualmente ao Poder Judiciário pela forma independente com que pautou sua atuação.

Sou grato a prefeitos e governadores que, sem perder suas identidades partidárias, seus compromissos eleitorais, não hesitaram em pôr o interesse nacional em primeiro lugar quando necessário.

As Forças Armadas reiteraram sua missão constitucional. O governo se empenha não só na valorização política das suas Armas, mas também na melhoria das condições de vida de nossos soldados e oficiais e no necessário reequipamento de nossas três Armas. Os servidores civis foram importantes personagens de nossa transição, tiveram sua ação valorizada na medida dos recursos da União.

Este é o momento, também, para celebrar a plena vigência da democracia e das liberdades públicas

no país. A sociedade tem podido expressar-se da forma mais livre possível. Há, portanto, total liberdade de informação. Nunca a sociedade foi tão ouvida, não só por intermédio de suas representações no Conselho Econômico e Social, mas também nas milhares de consultas e debates que presidiram a formulação de políticas públicas do governo, incluindo o Orçamento da Nação.

Temos mais dois anos pela frente. Hora da colheita do muito que plantamos; hora de afirmar com mais ênfase nossa disposição de continuar persistindo criativamente em nossas políticas econômica e social. Este país necessita, depois de décadas de marasmo e desencanto, de desenvolvimento. Essa palavra, por tantos anos esquecida, ocupa hoje e ocupará sempre o centro de nossas preocupações. Que ninguém se iluda sobre as prioridades deste governo. Elas vão na direção de uma grande transformação econômica e social do país. Que ninguém se iluda sobre a minha fidelidade a minhas origens. As dificuldades que enfrentei em minha vida e os êxitos que nela alcancei me deram a convicção de que o melhor que possuímos é o nosso povo. Que não se confunda paciência e cordialidade com passividade. Que se entenda que somos um povo composto de homens e mulheres fortes que apenas necessitam de uma circunstância histórica que nos permita mostrar todo nosso potencial.

Este momento chegou. Cheguei à Presidência possuído desses sentimentos; vim acompanhado de gerações de lutadores sociais que não se deixaram fascinar pelas luzes do poder e que aqui reforçaram suas convicções democráticas. Este é um governo de homens e mulheres probos, capazes e dedicados. Todos estamos imbuídos do sentimento de que a hora do Brasil chegou. Esta hora é a hora do desenvolvimento, do crescimento econômico com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social. E vocês são peças fundamentais no cumprimento dessa diretriz.

Muito obrigado e boa reunião.

Palestra do Ministro das Relações Exteriores no CEBRI

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2004

Senhoras e senhores,

O Governo do Presidente Lula se iniciou a apenas 2 anos e os resultados de suas iniciativas já podem ser percebidos, avanços que somente foram possíveis pelo empenho pessoal, pela credibilidade e pela liderança internacional do Presidente Lula. Somente o Presidente da República realizou 56 viagens, tendo visitado 35 países. Recebeu, em contrapartida, 52 visitas de Chefes de Estado e de Governo, de 39 países.

Na América do Sul: a intensidade de visitas e viagens é incomparável. Buscamos a aproximação com nossos vizinhos, mediante gestões e contatos, meus e do Presidente da República, em um esforço, até mesmo físico, sem precedentes.

A aproximação com a África é um objetivo desde os anos 70, mas nenhum Presidente da República ou Ministro lá estiveram tantas vezes e em tão pouco tempo. Só em São Tomé e Príncipe já estive 4 vezes.

Não se trata de uma mera continuidade. A intensidade diplomática é consequência e fator gerador de mudança qualitativa na política externa.

Senhoras e senhores,

São concretos os resultados para o empresariado brasileiro. Em 2003, o comércio exterior somou US\$ 121 bilhões, sendo 73 bilhões em exportações. Em 2004, elevou-se, até novembro,

para US\$ 144 bilhões, sendo 87 bilhões em exportações, representando já 20% de aumento das exportações e 30% de aumento da corrente de comércio. Trata-se do melhor resultado da história. Nunca o Brasil vendeu tanto para o exterior.

Estamos fortalecendo com grande intensidade nosso comércio com os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, com os Estados Unidos e a União Européia: de 2003 para 2004, nossas exportações para os EUA cresceram 16%; e com a UE, 32%.

O Brasil tem um comércio diversificado e equilibrado com todas as regiões do mundo. Em 2004, os EUA receberam 21% das exportações, a UE 24%, a Argentina 7,6%, a China 6,2% e o México 4%. Em 2004, os países em desenvolvimento receberam 49% das exportações brasileiras e os países desenvolvidos 51%. Historicamente, os países desenvolvidos são recipiendários por excelência das exportações dos países em desenvolvimento, recebendo cerca de 2/3 das exportações.

Nos últimos 2 anos, verificou-se um aumento significativo das exportações tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento. É certo que as exportações para os países em desenvolvimento aumentaram mais significativamente, o que é positivo para o país, uma vez que esses países absorvem sobretudo produtos

industrializados.

Com a América do Sul, o comércio brasileiro aumentou 61% nos primeiros nove meses de 2004, em bases elevadas (passou de quase US\$ 7 para mais de US\$ 11 bilhões) e com alto valor agregado (os produtos manufaturados ocupam 91% da pauta exportadora).

Senhoras e senhores

Mudanças na geografia econômica mundial não são apenas um objetivo ou mesmo uma figura de retórica do Governo: são uma realidade. O G-20 não apenas organizou os interesses dos países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas. A ação do G-20 passou a ser vista positivamente por todos, inclusive os países desenvolvidos, como uma força aglutinadora dos diversos segmentos e, portanto, propiciadora de consensos.

Estamos conseguindo mudar a maneira em que, desde o GATT, se davam as negociações comerciais, e que não era propícia à defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. Em Cancún, ficou patente o caráter anacrônico e antidemocrático da dinâmica negociadora bipolar de rodadas anteriores, em que os EUA e a União Européia acertavam entre si os limites de acordos que eram depois vendidos aos demais países como “o consenso possível”.

O G-20 mostra que a coordenação Sul-Sul não é um objetivo hipotético ou irrealista, como às vezes se critica. Essa coordenação está acontecendo e não é movida por interesses ideológicos, mas sim motivações concretas, legítimas e por conhecimento técnico para encontrar soluções pragmáticas - e por isso o Brasil é cada vez mais respeitado. A experiência, aliás, mostra que só é respeitado quem defende seus interesses.

Nossa prioridade – que é, aliás, também a dos países desenvolvidos - são as negociações na OMC, porque essa negociação terá repercussão sobre todas as outras. A eliminação dos subsídios às exportações e as reduções no apoio interno terão efeitos extremamente significativos para produtores eficientes como o Brasil.

Senhoras e senhores,

Verifica-se em alguns círculos um imediatismo e um fatalismo, que geram uma percepção equivocada sobre as negociações internacionais e o papel do Brasil. É como se os acordos já estivessem “prontos”. Aos países “periféricos” caberia decidir se querem aderir ou não. Ao optar-se pela não adesão, haveria o risco de “marginalização” comercial em relação ao “centro”.

Isso pode ser até verdade para um país pequeno, com uma economia simples, baseada em poucos produtos, ou para um país com uma economia muito dependente de um só mercado. Não é certamente o caso do Brasil.

Segundo o IPEA, se o acordo MERCOSUL-União Européia tivesse sido fechado nas bases propostas pelos europeus, os ganhos para a Europa superariam em quase 50% os ganhos para o Brasil. Havia preocupações da Confederação Nacional da Indústria (“drawback”, regras de origem) e dificuldades de concessões na área de serviços financeiros. A proposta européia era ruim, mas as negociações continuarão, em busca de bases mais equilibradas, pois o entendimento é considerado estratégico pelos dois lados.

Com a ALCA, fizemos, em Miami, junto com Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, um esforço para a reestruturação das negociações. Mas o ano eleitoral nos EUA acabou sendo um grande impedimento a avanços nas negociações. Enfim, apesar de não termos concluído a ALCA ou o acordo com a UE, nosso comércio com os EUA e a Europa só tem aumentado, como já apontei, sem que tenhamos aceito acordos que possam comprometer a capacidade do Estado de ter políticas industriais, tecnológicas, ambientais que assegurem desenvolvimento de longo prazo.

Não há viés anti-americano ou anti-europeu na política externa. Não somos contra as negociações da ALCA ou com a UE. As negociações prosseguirão, mas não será aceito nada que possa contrariar nossos interesses globais.

Nossa participação nas negociações multilaterais não diminui nosso interesse em aprofundar relações comerciais com países individuais, como temos feito com a China, devendo nosso comércio alcançar os US\$ 10 bilhões anuais proximamente. Também a Rússia é um parceiro de grande potencial. Só neste ano exportamos 500 mil toneladas de carnes. O comércio é ainda modesto (2 bilhões), mas vem crescendo. A visita do Presidente Putin, a primeira de um Chefe de Estado russo, abriu campos promissores de colaboração nas áreas espacial, tecnológica e energética.

Senhoras e senhores,

Há pouco dias, em Cuzco, estabelecemos a Comunidade Sul-Americana de Nações - uma decisão histórica, mais do que simbólica (embora o simbólico seja intrínseco à política). É preciso ter uma visão de longo prazo. A reunião de Cuzco foi o marco zero, e não o ponto de chegada. Dificuldades são inerentes aos processos de integração. Os europeus levaram 50 anos para chegar à União Européia.

O que importa são os avanços, e foram muitos nestes 2 anos: conseguimos o acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, demos impulso aos projetos (já são 31) de integração de infra-estrutura. Vale a pena destacar a aprovação de financiamento brasileiro de cerca de US\$ 400 milhões para a ligação do Acre ao Pacífico via Peru: essa medida tem significado histórico e econômico sem precedentes para o Oeste brasileiro.

Promovemos a coordenação política com nossos vizinhos em iniciativas como a do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, que teve papel fundamental no encaminhamento da crise política naquele país.

Enviamos tropas para o Haiti, junto com a Argentina, o Chile, o Uruguai. Assim como no caso venezuelano, moveu-nos uma solidariedade ativa, o princípio da não-indiferença.

A participação inédita da América do Sul no Haiti não se dá apenas em termos de tropas, mas, sobretudo, de propósitos: uma operação de

estabilização diferente das anteriores, baseada no tripé estabilização, diálogo político e capacitação institucional, social e econômica do país. Estamos tentando algo novo, que possa contribuir para a autonomia do Haiti.

O mesmo enfoque tem sido adotado com relação a Guiné-Bissau. Temos, junto com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, procurado atuar de forma a prevenir a eclosão de conflitos. Temos feito gestões para a liberação de recursos internacionais e também cooperado em projetos, como o na área agrícola, a ser financiado pelo Fundo pioneiro que estabelecemos no contexto do IBAS.

O IBAS reúne três grandes democracias do Sul: Índia, Brasil e África do Sul. Nossas afinidades são muitas. Somos países que estamos crescendo e assumindo um papel cada vez mais ativo na cena internacional. Não há nada de “terceiro-mundista” no projeto do IBAS. Trata-se de um fenômeno que já vem sendo percebido por vários analistas. O Governo inglês, por exemplo, trabalha com a noção de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em seu planejamento político sobre os atores que devem assumir papel crescente nas próximas décadas.

Senhoras e senhores,

Há alguns anos parecia impensável que o Brasil estaria junto, não apenas com Índia, mas também com Alemanha e Japão (G-4), na questão da reforma do Conselho de Segurança. A criação do G-4 reflete não apenas a recente aceleração das discussões sobre a reforma, mas também importantes avanços políticos e conceituais, sobretudo a existência de uma maioria (como atestou o Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas) em favor da expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias, permanente e não permanente, para incorporar países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nas últimas semanas, com a divulgação do relatório do Painel convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, cresce um movimento favorável

a que a questão da reforma tenha um desfecho em setembro de 2005. Há uma percepção geral de que é preciso reformar as Nações Unidas e introduzir um maior grau de multipolaridade no cenário internacional.

A comunidade internacional não vai bater à nossa porta com um convite para ingressarmos como membros permanentes no Conselho de Segurança. Não há razão, como se fazia anteriormente, para postularmos nossa candidatura apenas quando a questão estiver “madura”. Aí será tarde, e se não procurarmos influenciar o debate, é sempre possível que se avance em um formato de reforma que não seja do nosso interesse.

Queremos um Conselho de Segurança ampliado não por uma questão de prestígio, e sim para defender uma visão da segurança internacional que tenha presente os vínculos intrínsecos entre paz, desenvolvimento e justiça social.

Senhoras e senhores

Quando falamos em comércio, falamos

também no problema da fome e da pobreza, outra prioridade do Governo. Análises do Banco Mundial estimam que uma efetiva liberalização do comércio agrícola pode gerar cerca de US\$ 200 bilhões de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

A reunião de líderes mundiais promovida pelo Presidente Lula em Nova York foi um sucesso no sentido de chamar a atenção internacional para o problema da fome. Estamos agora trabalhando pela mobilização não apenas das Nações Unidas, mas do Banco Mundial/FMI e do setor privado para a identificação de fontes inovadoras de financiamento. No ano que vem, contamos com a colaboração do Reino Unido, na presidência do G-8 e da União Européia, para que esse tema ganhe ainda maior impulso (aliás, é britânica uma das propostas de financiamento – o International Finance Facility, ou Mecanismo de Financiamento Internacional).

Muito obrigado.

Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de abertura do I Fórum Empresarial do MERCOSUL, em Belo Horizonte. Minas Gerais, em 15 de dezembro de 2004

Meu amigo Aécio Neves; senhor Prefeito de Belo Horizonte, companheiro Fernando Pimentel; senhor Deputado Júlio Redecker; membros da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL; senhor Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Dr. Robson Braga de Andrade, a quem cumprimento por tão importante iniciativa; meu colega Mário Vilalva; senhores Coordenadores dos demais países do MERCOSUL e da Secretaria,

Poucas palavras também para saudar a criação deste fórum empresarial que é e será certamente um instrumento a mais, um instrumento importante na nossa integração. É, aliás, até surpreendente, de certa maneira, que não existisse ainda esse fórum empresarial. Foi preciso que nós voltássemos a Minas, dez anos depois da Reunião de Ouro Preto, na qual tive o privilégio de estar presente acompanhando o Presidente Itamar Franco, a quem também quero homenagear, porque ele também participou de maneira importante nesse processo. Era preciso que voltássemos a Minas para que tivéssemos a ocasião de criar este fórum empresarial, que é um instrumento absolutamente indispensável para o desenvolvimento das relações entre os nossos países e para a própria integração.

Não vou contar uma longa história nem vou me deter em muitos temas que serão objeto das reuniões, não só desta aqui dos empresários, mas também dos representantes dos governos e dos próprios presidentes, hoje e amanhã. Queria apenas

dizer que, para mim, é uma grande alegria estar de novo em Minas, celebrando esses dez anos e, de certa maneira, uma coincidência de vida, ter participado de alguma forma do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, e agora desta celebração dos dez anos.

O que queria trazer aos empresários que hoje se reúnem e que, de certa maneira, dão carne e osso a esse esforço que os governos também vêm fazendo, é uma palavra de confiança, porque muitas vezes se escuta e se lê sobre as dificuldades do MERCOSUL. É verdade, elas são reais. Até porque isso faz parte das relações intensas. Costumo dizer que, possivelmente, entre pequenos países, ou até grandes países que estão distantes ou de costas uns para os outros, você não tem dificuldades, você tem apenas indiferença recíproca. No MERCOSUL não. Temos uma relação intensa. Não diria que é uma “relação carnal”, porque isso foi mal utilizado no passado, com o perdão de meus colegas, inclusive do meu saudoso colega, Guido Di Tella, por quem tenho também especial carinho e admiração, mesmo nos momentos em que discordamos. Mas são relações muito intensas.

Como foi dito aqui, a Argentina é o segundo parceiro comercial do Brasil. A nossa exportação para a Argentina neste ano será recorde, e as exportações da Argentina para o Brasil recuperam o dinamismo que tiveram no passado. O próprio comércio intra-MERCOSUL subiu de maneira estupenda. Não sei por que nunca fiz essa comparação em detalhes, mas

para os especialistas valeria a pena fazer, talvez para o Dr. Arcuri, aqui de Minas, e ao mesmo tempo Secretário do MERCOSUL. Não tenho notícia de um bloco de integração econômica que tenha avançado tão rapidamente quanto o MERCOSUL. Então, é natural que os problemas surjam, porque os problemas são até reflexo da velocidade do avanço. Avançamos com a velocidade de um Concorde e temos, naturalmente, - porque somos países em desenvolvimento -, as turbinas de um avião da Embraer, que são muito bons, mas que não estão preparados para viajar a duas vezes a velocidade do som, que foi o que efetivamente fizemos.

Quando olhamos para o comércio entre os nossos países e não só os números globais, mas também para a qualidade desse comércio, a presença da indústria no caso das nossas exportações para o MERCOSUL é de mais de 90%, é de 92%. Acho que tudo isso tem que ser visto, levado em conta. É natural que dentro desse processo, em termos de países que passaram por crises, muitas vezes de raízes externas, outras vezes também devido a políticas internas que recebiam o apoio, o endosso das instituições financeiras internacionais, é natural que, como os países passaram por essas crises, o comércio entre eles reflita, de alguma maneira, também essas dificuldades.

É muito importante termos presente que essas dificuldades se inserem em um contexto de avanço, de progresso, de uma relação cada vez mais intensa internamente e cada vez mais harmoniosa nas nossas relações com outros povos e países. Isso é muito importante. Vejam, senhores, estaremos aqui celebrando, como celebramos em Cuzco - porque de certa maneira uma reunião é continuação da outra -, a integração da América do Sul. Isso parecia um sonho quando o próprio Presidente Itamar Franco falou, dez anos atrás, em uma reunião do Grupo do Rio, da criação de uma área de livre comércio sul-americana. Mais tarde, fui encarregado de detalhar isso em uma reunião da ALADI. Isso foi recebido com um misto de indiferença e frieza. Um ou outro país, talvez até mesmo por simpatia ao Brasil,

apoiava, mas ninguém acreditava que isso fosse ocorrer. E, de fato, é o que ocorreu.

O que estará sendo celebrado agora é a adesão de todos os países do Grupo Andino - os que ainda não eram -, além do Chile, como membros associados do MERCOSUL. É isso, a integração da América do Sul, baseada em uma área de livre comércio, que abranja toda a América do Sul. Isso é algo notável, é algo, permitam-me dizer, que, se tivéssemos realizado três ou quatro anos antes - sei que as circunstâncias não permitiram -, teria nos ajudado muitíssimo até nas nossas negociações com a ALCA, com a União Européia, nas próprias negociações com a OMC, porque estaríamos unidos frente ao mundo.

Não tomarei mais tempo porque eu mesmo havia pedido aos nossos anfitriões e aos demais participantes da mesa que fôssemos breves, mas não podia deixar de trazer essa palavra de confiança. Essa palavra de confiança que não é só minha. Existe hoje em dia uma verdadeira fila para negociar com o MERCOSUL. Apenas nós é que às vezes padecemos um pouco desse instinto de auto-flagelação e vemos os problemas sem ver, digamos, os horizontes amplos que se abrem à nossa frente.

Ficamos, às vezes, um pouco como o poeta mineiro, Carlos Drummond de Andrade, preocupados com a pedra que há no meio do caminho. Mas como ele mesmo soube fazer, porque era um homem capaz de sonhar, temos que ver também os horizontes muito além dessa pedra, que, em determinado momento, atormentou o nosso grande poeta de Itabira. Eu diria apenas, como ele, que o que sentimos, o que sente o Presidente Lula e outros que estão, digamos, tendo que impulsionar esse projeto - e agradecemos muitíssimo a hospitalidade do Governador Aécio Neves, que marca essa presença de novo de Minas no processo do MERCOSUL -, é que temos duas mãos e o sentimento do mundo. Nós faremos o possível para corresponder.

Obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto, em 17 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Nicanor Duarte Frutos, Presidente da República do Paraguai; excelentíssimo senhor Jorge Batlle, Presidente da República Oriental do Uruguai; excelentíssimo senhor Néstor Kirchner, Presidente da República Argentina; excelentíssimo senhor Carlos Mesa, Presidente da República da Bolívia; excelentíssimo senhor Ricardo Lagos, Presidente da República do Chile; excelentíssimo senhor Alexandre Toledo, Presidente da República do Peru; excelentíssimo senhor Hugo Chávez, Presidente da República Bolivariana da Venezuela; excelentíssimo senhor Martín Torrijos, Presidente da República do Panamá; meu caro Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; senhoras e senhores, Ministros de Estado do MERCOSUL, países associados e convidados; senhores e senhoras integrantes das delegações; Deputados do MERCOSUL; Senadores dos países do MERCOSUL; meus amigos e minhas amigas,

São passados dez anos da assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Voltamos a esta cidade histórica para ratificar e aprofundar o compromisso de uma década atrás, quando demos novo ímpeto a nosso projeto de integração.

Ganha cada vez mais atualidade a afirmação de meu companheiro Celso Amorim que disse ser o MERCOSUL, mais do que opção, um destino.

Ao fazer o balanço desta última década, temos muito a comemorar, mas, sobretudo, temos de ter nossos olhos postos no futuro. O MERCOSUL avançou em todas as dimensões e em todas as direções. Superamos as grandes diferenças e rivalidades que afastaram por muitos anos nossos países.

Nosso comércio cresceu de forma exponencial, embalado pela superação de barreiras e entraves que freavam o potencial de nossas economias. Dez por cento das importações brasileiras provêm hoje do MERCOSUL. A Argentina é nosso

segundo provedor de importações, atrás apenas dos Estados Unidos, mas à frente da Alemanha. Essas tendências se reforçam. Vinculamos nossos setores produtivos e estimulamos investimentos recíprocos por parte de nossos empresários, que acreditaram e apostaram na nossa integração. É importante destacar que os investimentos brasileiros no MERCOSUL passaram de 3,8 bilhões de dólares em 2002 para 5,3 bilhões de dólares em 2003, enquanto mantinham-se estáveis no resto do mundo, no mesmo período.

Discutimos com seriedade a constituição de uma forte infra-estrutura regional, sobretudo em matéria de energia, transportes e comunicações.

Consolidamos a marca MERCOSUL, que passa a ser reconhecida internacionalmente e nos dá possibilidades novas de promoção de nossos produtos.

Aperfeiçoamos as instituições do bloco, ainda que nesse particular seja necessário acelerar o passo. Constituímos uma Secretaria Técnica com funções mais reflexivas e propositivas. Criamos uma Comissão Parlamentar Conjunta, que é hoje o embrião do Parlamento do MERCOSUL. Estabelecemos o Tribunal de Assunção, para dirimir controvérsias comerciais e garantir a aplicação das normas do MERCOSUL. Fortalecemos o Foro de Consulta e Concertação Política para ampliar nossa capacidade de resposta coordenada aos desafios complexos do mundo globalizado. Temas como o combate ao terrorismo, ilícitos transnacionais, direitos humanos e reforma das organizações multilaterais são hoje centrais em nosso diálogo. Estabelecemos ainda o Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL. Sob a coordenação do Presidente Duhalde, demos um salto qualitativo em nossa atuação externa.

Queridos amigos,

É inegável que o MERCOSUL adquiriu, neste período, um poder enorme de atração. Assim, é no mínimo estranho que vozes pessimistas magnifiquem dificuldades e percalços que são naturais em qualquer processo de integração. Enquanto isso, cresce lá fora o interesse em dialogar com o nosso

bloco e em associar-se a ele.

O Peru juntou-se a nós, seguindo o caminho que no passado trilharam Chile e Bolívia. Hoje acolhemos, com muita satisfação, a entrada da Colômbia, do Equador e da Venezuela, como membros associados. O México manifestou sua vontade de associar-se. Aqui, contamos com a presença do Presidente e amigo Martín Torrijos que, mais de uma vez, expressou o desejo do Panamá de aproximar-se do MERCOSUL.

O MERCOSUL avança como eixo dinâmico da integração da América do Sul. O acordo que assinamos com a CAN, após anos de espera, cria a espinha dorsal da Comunidade Sul-Americana de Nações, que lançamos, no último dia 7, na cidade de Cuzco, no Peru.

A consolidação interna do MERCOSUL dá força e fôlego para nos projetarmos como um ator cada vez mais ativo e respeitado nas negociações externas. Na OMC, a convergência das posições de nossos países só tende a aumentar. Com a voz unida, demos novo curso às negociações da ALCA. Com a União Européia, estamos decididos a avançar num amplo acordo de associação.

Acabamos de concluir negociações de acordos preferenciais com dois parceiros estratégicos para a conformação de uma nova geografia comercial internacional: a Índia e a União Aduaneira da África Austral. Alargamos cada vez mais nossos horizontes, em busca de mercados não-tradicionais. Com o Egito e o Marrocos, iniciaremos negociações comerciais já em 2005. Estamos em conversações preliminares com a China e a Coréia do Sul. Manteremos brevemente entendimentos com os países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Queridos amigos,

Os desafios que temos a vencer são fruto do nosso sucesso, da intensificação de nossas relações e da rede de interesses e possibilidades que construímos. O Objetivo 2006, que definimos no ano passado em Assunção, traça um roteiro seguro para

a reconstrução do MERCOSUL e, sobretudo, para o resgate de suas aspirações originais. Vamos consolidar a União Aduaneira, condição necessária para chegar ao Mercado Comum.

A Presidência Pro Tempore brasileira trabalhou arduamente para a implementação dessas metas. Estamos constituindo, a partir de 2005, um fundo estrutural para corrigir as assimetrias entre nossas economias e ajudar na integração de nossas cadeias produtivas. Estamos eliminando a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, para aperfeiçoar a livre circulação de mercadorias dentro do bloco. Asseguraremos que o progresso e o bem-estar sejam um bem coletivo de toda a região.

Acabamos de aprovar um Regime de Atividades Empresariais. Nossos homens de negócio terão mais facilidade e estímulo para residir e investir em nossos países.

Aprovamos a criação do Parlamento do MERCOSUL, que será instalado, de maneira progressiva, até dezembro de 2006. Ele dará garantia de maior transparência a nossas decisões e maior legitimidade para nossos projetos.

Contamos com as contribuições do Foro Consultivo Econômico e Social, canal privilegiado para a participação da sociedade civil nesse processo.

Senhores Presidentes,

Todas essas iniciativas apontam para a “integração solidária” que desejamos. Estamos avançando além dos aspectos econômicos e comerciais para forjar uma verdadeira “cidadania do MERCOSUL”.

Precisamos criar uma identidade regional genuína, um sentimento de que compartilhamos – em meio à riqueza de nossas diferenças - um destino comum. Estamos fazendo experiências inovadoras junto às comunidades de fronteira, criando os elementos básicos para a formação dessa cidadania alargada.

Vamos melhorar o diálogo com os poderes locais, onde as necessidades dos cidadãos se fazem sentir de maneira mais urgente.

As necessidades prementes de nossas populações exigem respostas urgentes e inovadoras. Estamos definindo uma estratégia integrada de geração de empregos, formação profissional e combate à informalidade. Para isso criamos um fórum consultivo de Estados e Províncias do MERCOSUL. O MERCOSUL voltou a ser instrumento de desenvolvimento econômico e social de nossos povos. Vamos constituir um fundo regional para financiar a educação.

Senhores Presidentes,

O MERCOSUL é uma construção que avançará junto com nossos países. Vejo, com otimismo, a retomada vigorosa do crescimento sustentado de nossas economias, o que reforça nosso projeto de desenvolvimento conjunto. Esse crescimento tem uma característica distintiva em relação a processos econômicos e sociais anteriores. Ele está marcado por uma preocupação permanente em criar empregos, distribuir renda para diminuir as desigualdades sociais e promover a inclusão dos milhões que vivem hoje à margem.

Esse processo se caracteriza também pela convicção de que nossa união garante um lugar mais soberano neste mundo marcado por profundas assimetrias econômicas, políticas e sociais. Nosso MERCOSUL afirma-se como um espaço de paz e de fortalecimento da democracia política.

É, portanto, com grande confiança que eu quero, ao terminar as minhas palavras, anunciar que passaremos a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL ao nosso querido amigo, Presidente Duarte Frutos. Será um prazer retornar, no próximo Encontro de Cúpula do MERCOSUL, à cidade de Assunção, onde nasceu há 13 anos nosso compromisso histórico com esse ambicioso projeto.

Antes de terminar o meu discurso, quero dizer, aqui, de forma muito carinhosa, que todos nós que temos mais alguns anos pela frente vamos, a partir do próximo ano, deixar de ter a presença de um companheiro do Uruguai, uruguaio meio Argentino, uruguaio meio gaúcho, uruguaio meio paraguaio. Ele

representa um pouco daquilo que nós estamos construindo na unidade do nosso continente, que é o nosso querido companheiro Jorge Battle, Presidente da República Oriental do Uruguai, a quem eu gostaria de pedir uma homenagem com uma salva de palmas, por tudo que ele representou para nós nesses anos.

Antes de passar a palavra ao meu querido Presidente do Paraguai, é preciso passar a palavra ao nosso querido coordenador do MERCOSUL, o nosso querido Presidente Duhalde.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto, Minas Gerais, em 17 de dezembro de 2004

Obrigado ao Evaristo Teixeira, da Bienal, que foi o último orador das entidades que participam do MERCOSUL.

Temos que aprovar dois Comunicados Conjuntos, um do MERCOSUL e um do MERCOSUL e os Estados associados. Penso que todos os nossos Chanceleres já leram, já discutiram. Penso que deveríamos considerar aprovados os dois documentos. Então, estão aprovados os dois comunicados.

Antes de falar palavras de encerramento, queria fazer um desafio a nós, Presidentes do MERCOSUL, sobre algo muito prático e que pode ser benéfico ou prejudicial a nós, que é o seguinte: é uma guerra que precisamos fazer contra a febre aftosa na região. A nossa região é grande exportadora de carne para várias partes do mundo. De vez em quando, somos surpreendidos com febre aftosa nas nossas fronteiras ou em alguns países e isso tem colocado, muitas vezes, os nossos países em situações adversas nos mercados europeu, americano e asiático.

Queria propor, já que temos o privilégio e a bênção de sermos uma região livre da doença da “vaca louca” e, portanto, temos uma vantagem comparativa em relação aos demais países, que cuidemos com muito carinho do nosso rebanho e façamos

uma guerra contra a febre aftosa. Precisamos assumir o compromisso de erradicar a febre aftosa na nossa região.

Quando digo fazer uma verdadeira guerra é que penso que logo no começo do próximo ano os nossos Ministros da Agricultura deveriam reunir-se e determinar uma ação conjunta para que o país que tem um pouco mais de condições possa ajudar aquele com menos, para que possamos cuidar do nosso gado como se fosse uma única região, um único país, e para que possamos, definitivamente, erradicar essa doença do nosso rebanho.

A minha sugestão é que façamos, no começo do ano, reunião dos Ministros da Agricultura, o pessoal ligado às instituições sanitárias de cada país, para resolver esse problema que, de vez em quando, parece crônico no nosso Continente.

Tivemos várias propostas feitas pelo companheiro Chávez, pelo Lagos, pelo companheiro Toledo, pelo companheiro Carlos Mesa e eu estava comentando com o companheiro Celso Amorim que é muito importante que, quando tivermos a próxima reunião, já tenhamos alguns desses acertos discutidos, para que possamos ir deliberando esses contenciosos, que muitas vezes vão se arrastando a cada reunião que participamos.

Então, a minha sugestão é que nosso próximo Presidente Pro Tempore possa articular, para que cheguemos na próxima reunião mais tranquilos.

Meus companheiros,
Senhores Presidentes,

Ao concluir, há pouco mais de um mês, a Reunião de Cúpula do Rio, eu recordava a nossa disposição de trabalhar com entusiasmo pela integração regional, começando pela realização do potencial do MERCOSUL e prosseguindo pela consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América Sul. Foi neste sentido que fiz questão de convidar para este encontro semestral do MERCOSUL todos os Presidentes sul-americanos.

Nossos países, tanto tempo voltados para

outros continentes, não têm tempo a perder no avanço do conhecimento mútuo e todas as oportunidades devem ser aproveitadas para reforçar o caminho decidido da integração.

Quero assinalar a importância do ingresso da Colômbia, do Equador e da Venezuela como Estados Associados ao MERCOSUL. Somos, agora, dez países no agrupamento. Em breve, com a negociação e assinatura do Acordo de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe, esperamos receber a Guiana e o Suriname, completando a presença integral da América do Sul no MERCOSUL.

Um processo de integração que projete uma inserção solidária no mundo, que reforce os processos democráticos e que se conforme como arcabouço do desenvolvimento com inclusão social.

Antes de declarar encerrada esta sessão, eu quero transmitir a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL ao meu amigo Nicanor Duarte Frutos, do Paraguai, que, estou seguro, conduzirá com energia, no próximo semestre, a implementação do nosso plano de vôo, o programa de trabalho 2004-2006. Passo ao Presidente Nicanor o martelo e quero agradecer de coração a presença de todos vocês.

Eu queria insistir em algo a mais: que o crescimento e o fortalecimento do MERCOSUL dependem muito da crença que nós, dirigentes, depositamos no MERCOSUL.

Sei que, às vezes, muitos ficam preocupados, porque, depois dos Presidentes, fala uma quantidade enorme de entidades. É porque o MERCOSUL, para se consolidar definitivamente, não pode ser algo apenas dos Presidentes. O MERCOSUL precisa envolver os nossos dirigentes sindicais. Os problemas sociais têm que ser discutidos com maior dimensão do que apenas um problema econômico. precisamos envolver os nossos artistas, os nossos intelectuais. Precisamos envolver, portanto, a sociedade organizada na nossa região para debater o MERCOSUL. Afinal de contas, não queremos o MERCOSUL para nós, Presidentes da República, queremos o MERCOSUL para os milhões e milhões de latino-americanos que

residem no nosso Continente.

Quero agradecer, de coração, a presença de todos vocês. Quero, agora, ao encerrar esta sessão, convidá-los para o almoço. Não sei se todos poderão ir, mas, se puderem, quero dizer que vocês terão o privilégio de experimentar o sabor da cozinha mineira, que é uma das cozinhas mais extraordinárias do Brasil. Possivelmente, é o Estado que tem uma culinária

muito mais forte. Espero que o Governador tenha preparado uma boa comida, porque, afinal de contas, todos estamos engajados no programa Fome Zero e, para combater a fome dos outros, temos que, pelo menos, estar de pé.

Muito obrigado, meus companheiros. Portanto, Presidente, conte com a nossa ajuda..



ATOS INTERNACIONAIS

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República da Bolívia (doravante denominados “Partes”),

Considerando os históricos laços de fraterna amizade existentes entre as duas Nações;

Reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração de suas populações;

Reafirmando o desejo de acordar soluções comuns com vistas ao fortalecimento do processo de integração entre as Partes;

Destacando a importância de contemplar tais soluções em instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum, como a circulação de pessoas e o controle migratório;

Resolvem celebrar um Acordo para permissão de ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteira a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças, nos termos que se seguem:

ARTIGO I

Permissão de Residência, Estudo e Trabalho

1. Aos Nacionais de uma das Partes, residentes nas localidades fronteiriças listadas no Anexo de Localidades Vinculadas, poderá ser concedida permissão para:

a) residência na localidade vizinha, situada no território da outra Parte, à qual fica vinculada na forma deste Acordo;

b) exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as conseqüentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes; e

c) freqüência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

2. Os direitos estabelecidos neste artigo estendem-se aos aposentados e pensionistas.

3. A qualidade de fronteira poderá ser inicialmente outorgada por 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, findo o qual poderá ser concedida por prazo indeterminado, e valerá, em qualquer caso, exclusivamente, nos limites da localidade para a qual foi concedida.

ARTIGO II

Documento Especial de Fronteira

1. Aos indivíduos referidos no Artigo anterior poderá ser fornecido documento especial de fronteira, caracterizando essa qualidade.

2. A posse do documento especial de fronteira não dispensa o uso dos documentos de identidade já estabelecidos em outros acordos vigentes entre as Partes.

ARTIGO III

Concessão

1. Compete ao Departamento de Polícia Federal do Brasil e ao Serviço Nacional de Migração da Bolívia conceder o documento especial de fronteira.

2. Do documento especial de fronteira constará a qualidade de fronteira e a localidade onde estará autorizado a exercer os direitos previstos neste Acordo e outros requisitos estabelecidos por ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Governo da Bolívia.

3. O documento especial de fronteiroço permite residência exclusivamente dentro dos limites territoriais da localidade fronteiroça a que se referir.

4. Para a concessão do documento especial de fronteiroço serão exigidos:

a) passaporte ou outro documento de identidade válido admitido pelas Partes em outros acordos vigentes;

b) comprovante de residência em alguma das localidades constantes do Anexo deste Acordo;

c) documento relativo a processos penais e antecedentes criminais nos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos;

d) duas fotografias tamanho 3x4, coloridas e recentes; e

e) comprovante de pagamento da taxa respectiva.

5. Não poderá beneficiar-se deste Acordo quem tiver sofrido condenação criminal ou esteja respondendo a processo penal nas Partes ou em terceiro Estado.

6. Mediante ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Governo da Bolívia poderá ser detalhada ou modificada a relação de documentos estabelecidos no parágrafo 4.

7. No caso de menores, o pedido será formalizado por meio dos tutores ou representante legal e com o conhecimento das autoridades competentes.

8. Para concessão do documento especial de fronteiroço serão aceitos, igualmente por ambas as Partes, documento redigidos em português ou espanhol.

ARTIGO IV

Cancelamento

1. A qualidade de fronteiroço será cancelada, a qualquer tempo, ocorrida uma das seguintes hipóteses:

a) perda da condição de nacional de uma das Partes;

b) condenação penal em qualquer das Partes ou em terceiro Estado;

c) fraude ou utilização de documentos falsos para sua concessão;

d) obtenção de outro status imigratório; ou

e) tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora dos limites territoriais estabelecidos no Anexo.

2. O cancelamento acarretará o recolhimento do documento especial de fronteiroço pela autoridade expedidora.

3. As Partes poderão estabelecer outras hipóteses de cancelamento da qualidade de fronteiroço.

ARTIGO V

Outros Acordos

1. Este Acordo não modifica direitos e obrigações estabelecidos por outros acordos e tratados vigentes.

2. O presente Acordo não obsta a aplicação nas localidades nele abrangidas de outros tratados ou acordos vigentes.

3. Este Acordo não se aplica a qualquer localidade que não conste expressamente do seu Anexo de Localidades Vinculadas.

ARTIGO VI

Anexo de Localidades Vinculadas

1. A lista de localidades fronteiroças vinculadas para aplicação do presente Acordo é a que consta em Anexo, podendo ser ampliada ou reduzida por troca de notas entre as Partes, com antecedência de 90 (noventa) dias.

2. A ampliação da lista estabelecida no Anexo somente poderá contemplar aquelas localidades situadas em uma faixa de até 20 (vinte) quilômetros da fronteira e dependerá da concordância de ambas as Partes. A ampliação poderá contemplar a totalidade ou parte dos direitos previstos no Artigo I.

3. Cada Parte poderá, a seu critério, suspender ou cancelar unilateralmente a aplicação do presente Acordo em quaisquer das localidades constantes do Anexo, por meio de nota diplomática

com antecedência de 30 (trinta) dias. O cancelamento ou suspensão poderá referir-se também a quaisquer dos incisos do Artigo I do presente Acordo.

4. A suspensão ou cancelamento da aplicação deste Acordo, previstos no inciso 3, não prejudica a validade dos documentos especiais de fronteira já expedidos, assim como o exercício dos direitos deles decorrentes.

ARTIGO VII

Extinção de Penalidades

Ficam extintas as penalidades administrativas aplicadas ou aplicáveis na data da entrada em vigor deste Acordo em razão da permanência irregular das pessoas que tenham ingressado até 08 de julho de 2004 nas localidades mencionadas no Anexo.

ARTIGO VIII

Estímulo à Integração

Cada uma das Partes deverá ser tolerante quanto ao uso do idioma da outra quando os beneficiários deste Acordo se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios dele decorrentes.

ARTIGO IX

Vigência

Este Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação pelas Partes.

ARTIGO X

Denúncia

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, com comunicação escrita, transmitida por via diplomática, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

ARTIGO XI

Solução de Controvérsias

Qualquer dúvida relacionada à aplicação deste Acordo será solucionada por meios diplomáticos, com respectiva troca de notas.

Feito em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República da Bolívia (doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que estimule e facilite o trânsito de pessoas, com fins oficiais, de turismo ou de negócios, entre os territórios de ambos os países,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

O trânsito de nacionais das Partes, que viajem entre seus territórios com fins oficiais, de turismo ou de negócios, será regido pelas normas que se estipulam no presente Acordo.

ARTIGO 2

1. Os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.

2. Os nacionais não estão isentos de cumprir com as normas sanitárias internas das Partes.

3. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam desconhecer e impedir o uso do passaporte como documento de viagem internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em trânsito para um terceiro país.

4. Os nacionais das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até 90 (noventa) dias prorrogáveis por outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

ARTIGO 3

1. Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão:

Para a República Federativa do Brasil:

– Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional; e

Para a República da Bolívia:

– Cédula de identidade (C.I.) vigente

2. As Partes se comprometem a intercambiar modelos dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação aos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

ARTIGO 4

O documento nacional de identificação com o qual tenha se realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades das Partes para os efeitos migratórios, civis e administrativos.

ARTIGO 5

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, excluindo-se o trânsito para terceiros países o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. As facilidades outorgadas no presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

ARTIGO 6

1. A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais das Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do Estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

2. As autoridades competentes das Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por

via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos Estados.

ARTIGO 7

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer qualquer atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

ARTIGO 8

As autoridades migratórias das Partes no momento de realizar o controle migratório de ingresso, indicarão o status migratório de turismo, de negócios ou oficial.

ARTIGO 9

A bagagem das pessoas que transitam ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos, estará sujeita à legislação interna das Partes.

ARTIGO 10

As autoridades competentes das Partes se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como de repatriar aqueles que não cumpram os requisitos de lei, ou que estejam impedidos de sair do território das Partes, conforme suas disposições legais vigentes.

ARTIGO 11

As autoridades competentes das Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a aplicação do presente Acordo, assim como para propor as alterações necessárias.

ARTIGO 12

As partes poderão suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 13

1. O presente Acordo entrará em vigor 30

(trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.

2. O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo entre as Partes.

3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

Feito em Santa Cruz da Serra, aos oito dias de julho de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Convênio de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a realização de um plano piloto de automatização do voto na República do Equador

O Governo da República Federativa do Brasil, doravante denominado “o Governo”, e A Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, doravante denominado “SG/OEA” e conjuntamente denominados “Partes”,

CONSIDERANDO:

Os princípios Carta da Organização dos Estados Americanos, reiterados na Carta Democrática Interamericana, de 11 de setembro de 2001, que consagram o direito de todos os povos americanos à paz, à estabilidade, ao desenvolvimento social e à livre expressão de suas vontades mediante a celebração de eleições periódicas, livres, justas, baseadas no sufrágio universal e secreto;

Que em 17 de julho de 2002, as Partes assinaram um convênio de cooperação (doravante denominado “Convênio”) a fim de atender aos pedidos de cooperação técnica recebidos pela SG/OEA de tribunais ou jurados eleitorais de outros Estados membros da OEA para a realização de

Projetos Pilotos de Automação do Voto;

Que o referido Convênio, em seu artigo 1.2, dispõe que para a implementação da cooperação técnica as Partes celebrarão convênios suplementares, sujeitos às diretrizes estabelecidas no Convênio, nos quais sejam especificados os detalhes pertinentes e os recursos financeiros envolvidos;

Que o Tribunal Supremo Eleitoral da República do Equador (doravante mencionado como TSEE) solicitou a cooperação da SG/OEA para a implementação de um plano piloto de voto eletrônico durante as eleições municipais a realizar-se em 17 de Outubro de 2004 nesse país (doravante mencionado como Projeto), para o qual se assinará o acordo respectivo;

Que o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil (doravante denominado TSE) concordou em prestar assistência técnica no planejamento e na execução do projeto de utilização parcial de urnas eletrônicas na República do Equador, nas mencionadas eleições municipais,

CONVIERAM o seguinte:

ARTIGO I

Objetivo

1. O presente Convênio Suplementar tem por objetivo estabelecer os termos e as condições em que as Partes prestarão assistência técnica para a execução do Projeto de utilização de urnas eletrônicas na República do Equador.

2. Para a execução do Projeto prevê-se a utilização de 700 urnas de votação (UE), distribuídas entre mesas receptoras de votos (junta receptora de voto - JRV), organizações políticas, escolas e universidades, malls de shopping, TSEE, Tribunais provinciais eleitorais (TPE) e a capacitação de pessoal das JRV. Mediante a execução do Projeto visa-se cobrir 259 mesas de votação, ou seja, mais de 2% do eleitorado.

ARTIGO II

Atividades do TSE

As atividades de cooperação técnica que realizará o TSE serão as seguintes:

a. Estabelecer e coordenar, juntamente com a SG/OEA e o TSEE, o cronograma de atividades;

b. Comunicar à SG/OEA de forma detalhada a relação das 700 máquinas de votação e de seus acessórios que serão utilizados para a execução do Projeto;

c. Comunicar à SG/OEA, de acordo com o cronograma de trabalho, os lugares de entrega, a quantidade de máquinas a entregar por local e o nome do responsável pela entrega das máquinas de votação e de seus acessórios;

d. De conformidade com o artigo 2.2 do Convênio, entregar à SG/OEA 700 máquinas de votação e seus acessórios, liberados, para a exportação e importação temporal, pela alfândega do Brasil;

e. Comunicar à SG/OEA, de acordo com o cronograma de trabalho, a relação dos técnicos do TSE que participarão do Projeto, por atividade, segundo o estabelecido nas reuniões prévias realizadas com a JRV e os técnicos da SG/OEA;

f. Participar das tarefas de desenvolvimento e/ou de adaptação do software de capacitação e do software final de votação;

g. Participar dos *workshops* de capacitação dirigidos a funcionários da JRV, monitores de capacitação e aos estudantes universitários selecionados para prestar apoio ao TSEE no dia da eleição; e

h. Prestar a assistência técnica requerida pela SG/OEA durante o processo eleitoral, incluindo o fim de semana da eleição.

ARTIGO III

Atividades da SG/OEA

As atividades de cooperação técnica que realizará a SG/OEA, serão as seguintes:

a. Obter a franquia para importação/exportação temporária das máquinas de votação e respectivos acessórios do Brasil e para o Brasil ou responder pelos impostos incidentes;

b. Contratar, previamente e sem nenhum

ônus para o TSE, seguro para os equipamentos em questão, respeitando o valor mínimo unitário de R\$ 1.092,87 (um mil noventa e dois reais e oitenta e sete centavos);

c. Receber as máquinas de votação e respectivos acessórios que forem entregues pelo TSE, no local acordado;

d. Cobrir todos os custos relativos ao transporte e armazenamento das máquinas de votação e seus acessórios;

e. Devolver, por sua conta, todos os equipamentos nas mesmas condições em que foram recebidos, na sede do TSE ou dos TPE dos quais tenham sido retirados;

f. Cobrir os custos de passagens e diárias dos funcionários e técnicos do TSE que participem das reuniões de trabalho e de assessoria que se realizem no Equador.

ARTIGO IV

Disposições Gerais

1. Os aspectos não previstos no presente Convênio Suplementar reger-se-ão pelo disposto no Convênio.

2. O presente Convênio Suplementar entrará em vigor na data de sua assinatura pelos representantes autorizados das Partes, e permanecerá em vigor durante a execução do Projeto, cuja duração não irá além de 15 de novembro de 2004.

3. Este Convênio Suplementar poderá ser terminado por mútuo consentimento ou poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação escrita à outra com antecedência não inferior a trinta (30) dias. Não obstante, as obrigações irrevogáveis contraídas pela SG/OEA, no tocante ao Projeto, com anterioridade ao recebimento da notificação deverão ser respeitadas e cumpridas.

EM FÉ DO QUE, os representantes das Partes, devidamente autorizados para este efeito, assinam este Convênio Suplementar em Washington, aos vinte dias do mês de julho de 2004, em duas vias originais igualmente válidas, no idiomas português.

Acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde

O Governo da República Federativa do Brasil o _ Governo da República de Cabo Verde - (daqui por diante referidos como "Partes Contratantes");

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Animados pelo elevado grau atingido nas relações de amizade, solidariedade e cooperação entre os dois povos e Governos;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um Acordo sobre Serviços Aéreos;;

Acordam o que se segue:

ARTIGO 1

Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposições em contrário:

a) "autoridades aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Comando da Aeronáutica e, no caso da República de Cabo Verde, o Ministério das Infraestruturas e Transportes, ou em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão autorizado a executar quaisquer funções no presente exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

b) "Acordo" significa este Acordo, o Anexo e quaisquer emendas ao Acordo ou ao Anexo;

c) "serviços acordados" significa serviços aéreos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;

d) "serviços aéreos", "serviços aéreos internacionais", "empresa aérea" e "escala sem fins comerciais" têm os significados a eles respectivamente atribuídos, no Artigo 96 da Convenção;

e) "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo

90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os seus Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes;

f) "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada conforme o Artigo 3 deste Acordo;

g) "rota especificada" significa uma das rotas especificadas no Anexo a este Acordo;

h) "tarifa" significa qualquer dos seguintes:

i) a tarifa de passageiros cobrada por uma empresa aérea para o transporte de passageiros e suas bagagens nos serviços aéreos e as taxas e condições aplicáveis aos serviços conexos a tal transporte;

ii) o frete cobrado por uma empresa aérea para o transporte de carga (exceto mala postal) nos serviços aéreos;

iii) as condições regendo a disponibilidade ou a aplicabilidade de tal tarifa de passageiros ou frete, incluindo quaisquer vantagens a ela vinculadas; e

iv) o valor da comissão paga por uma empresa aérea a um agente, relativa aos bilhetes vendidos ou aos conhecimentos aéreos preenchidos por aquele agente para o transporte nos serviços aéreos.

i) "território", em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção; e

j) "tarifa aeronáutica" significa um preço cobrado às empresas aéreas pelo fornecimento de facilidades e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação.

i. "território", em relação a um Estado, tem o significado a ele

atribuído no Artigo 2º da Convenção;

i.i. "tarifa aeronáutica" significa um preço cobrado às empresas aéreas pelo fornecimento de facilidades e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação.

ARTIGO 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte Contratante concede à outra

Parte Contratante os direitos a seguir especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais numa rota especificada. Enquanto estiver operando um serviço acordado numa rota especificada, a empresa aérea designada de cada Parte Contratante gozará:

a) do direito de sobrevoar o território da outra Parte Contratante;

b) do direito de pousar no referido território, para fins não comerciais;

c) do direito de embarcar e desembarcar no referido território, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante;

d) do direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante, sujeito às provisões contidas no Anexo.

2. Nenhum dispositivo do parágrafo (1) deste Artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagens, carga e mala postal, transportados mediante pagamento ou retribuição e destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante.

3. As empresas aéreas de cada Parte Contratante, outras que não as designadas com base no Artigo 3 (Designação) deste Acordo gozarão dos direitos especificados nos parágrafos 1 (a) e (b) deste Artigo.

ARTIGO 3

Designação e Autorização

1. Cada Parte Contratante terá o direito de designar, por nota diplomática endereçada à outra Parte Contratante, uma empresa aérea ou empresas aéreas para operar os serviços acordados.

2. Ao receber a notificação da designação, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, de conformidade com suas leis e regulamentos, concederão, sem demora, à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante as autorizações necessárias à exploração dos serviços acordados.

3. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar conceder as autorizações referidas no parágrafo (2) deste Artigo, ou de conceder estas autorizações sob condições consideradas necessárias para o exercício pela empresa aérea designada, dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo, no caso em que não esteja convencida de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo daquela empresa ou empresas pertençam à Parte Contratante que a designou ou a seus nacionais ou a ambos.

4. As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante podem exigir que a empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante demonstre(m) que está(ão) habilitada(s) para atender às condições determinadas segundo as leis e regulamentos normal e razoavelmente aplicados às operações de serviços aéreos internacionais por tais autoridades.

5. Quando tiver sido designada e autorizada, uma empresa aérea pode iniciar a operação dos serviços acordados, desde que cumpra os dispositivos aplicáveis deste Acordo.

6. Cada Parte Contratante tem o direito de, por nota diplomática, retirar a designação de uma empresa de transporte aéreo e de designar outra.

ARTIGO 4

Revogação ou Suspensão de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante terão o direito de revogar ou suspender as autorizações para o exercício dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo para empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, ou de impor condições, temporária ou definitivamente, que sejam consideradas necessárias

para o exercício desses direitos:

a) caso tal empresa ou empresas aéreas deixem de cumprir as leis e regulamentos daquela Parte Contratante;

b) caso aquelas autoridades não estejam convencidas de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa ou empresas aéreas pertençam à Parte Contratante que a(s) designou ou a seus nacionais ou a ambos; e

c) caso a empresa ou empresas aéreas deixem de operar conforme as condições estabelecidas segundo este Acordo.

2. A menos que seja essencial a imediata revogação ou suspensão das autorizações mencionadas no parágrafo (1) deste Artigo ou a imposição de condições, para prevenir violações posteriores de leis ou regulamentos, tal direito será exercido somente após consulta com a outra Parte Contratante.

ARTIGO 5

Aplicação de Leis e Regulamentos

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada, permanência ou saída de seu território de aeronaves engajadas nos serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante sem distinção quanto à nacionalidade, e serão cumpridos por tais aeronaves na entrada, saída, ou durante sua permanência no território da primeira Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada, permanência ou saída de seu território de passageiros, tripulações, carga ou mala postal, tais como regulamentos relativos à entrada, liberação, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, serão cumpridos por ou em nome de tais passageiros e tripulação, carga ou mala postal, transportados pela empresa aérea designada da outra Parte Contratante na entrada, saída ou durante a sua permanência no território da primeira

Parte Contratante.

3. Na aplicação das leis e regulamentos referidos neste Artigo à empresa ou empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, uma Parte Contratante não dará tratamento mais favorável à sua própria empresa ou empresas aéreas.

ARTIGO 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças
Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para os objetivos de operação dos serviços acordados nas rotas especificadas, desde que tais certificados ou licenças sejam emitidos ou convalidados, mediante e em conformidade com os padrões estabelecidos segundo a Convenção. Cada Parte Contratante, todavia, reserva-se o direito de recusar reconhecer, para sobrevôo de seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidos aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.

ARTIGO 7

Segurança

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação mútua, de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita, constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes Contratantes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão do Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e o Protocolo para Supressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos

Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988 ou qualquer outra convenção sobre segurança de aviação de que ambas as Partes Contratantes venham a ser membros.

2. As Partes Contratantes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária, para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes agirão em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional e contidas nos Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, na medida em que tais disposições sobre segurança sejam aplicáveis às Partes Contratantes; exigirão que os operadores de aeronaves por elas matriculadas, os operadores de aeronaves que tenham sua sede comercial principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante concorda em exigir que tais operadores de aeronaves observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo (3) acima e exigidas pela outra Parte Contratante para a entrada, saída, ou permanência no território dessa Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e inspecionar os passageiros, as tripulações, as bagagens de mão, as bagagens, a carga e as provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante examinará, também, de modo favorável toda solicitação da outra Parte Contratante, com vista a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando da ocorrência de um incidente,

ou de ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis, ou de outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a por termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

ARTIGO 8

Segurança Aeronáutica

1. Cada Parte Contratante poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança aplicadas pela outra Parte Contratante em aspectos relacionados com as instalações e serviços aeronáuticos, tripulações de vôo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro de trinta dias a contar da solicitação.

2. Se depois de realizadas tais consultas uma Parte Contratante chegar à conclusão de que a outra não mantém ou administra de modo efetivo os aspectos mencionados no parágrafo anterior, atinentes às normas de segurança em vigor, de acordo com a Convenção, informará à outra Parte Contratante tais conclusões e as medidas que considera necessárias para a adequação às normas da OACI. A outra Parte Contratante deverá então tomar as medidas corretivas dentro de um prazo acordado.

3. Em conformidade com o Artigo 16 da Convenção, fica acordado ainda que qualquer aeronave operada por, ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte Contratante, que preste serviços para ou desde o território da outra, poderá, quando se encontrar em território desta última, ser objeto de inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte Contratante, desde que isso não cause atrasos desnecessários à operação da aeronave. Apesar das obrigações referidas no Artigo 33 da Convenção, o propósito desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação, e que o equipamento da aeronave e a condição da mesma estejam de acordo com as

normas estabelecidas em virtude da Convenção.

4. Quando seja essencial adotar medidas urgentes para garantir a segurança das operações de uma empresa aérea, cada Parte Contratante se reserva o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou várias empresas aéreas da outra Parte Contratante.

ARTIGO 9

Direitos Alfandegários

1. Cada Parte Contratante, com base na reciprocidade, isentará, em conformidade com sua legislação nacional, a empresa aérea designada da outra Parte Contratante de direitos alfandegários sobre aeronaves, combustível, lubrificantes, suprimento técnico de consumo, partes sobressalentes, motores, o equipamento de uso normal e de segurança dessas aeronaves, provisões de bordo, inclusive bebidas, fumo e outros produtos destinados à venda a passageiros, em quantidade limitada durante o voo, bem como outros itens destinados a uso exclusivo na operação ou manutenção das aeronaves, bem como bilhetes, conhecimentos aéreos, material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente.

2. As isenções previstas neste Artigo serão concedidas aos itens referidos no parágrafo 1, quer sejam ou não usados ou consumidos totalmente no território da Parte Contratante que concedeu a isenção, quando:

a) introduzidos no território de uma Parte Contratante sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte Contratante;

b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante na chegada ou na saída do território da outra Parte Contratante; e

c) embarcados nas aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados.

3. Os itens mencionados no parágrafo 1, aos

quais foi concedida a isenção, não poderão ser alienados ou vendidos no território da mencionada Parte Contratante.

4. O equipamento de uso normal, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante, poderão ser descarregados no território da outra Parte Contratante somente com a autorização de suas autoridades alfandegárias. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades, até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

5. As Partes Contratantes permitirão o empréstimo, entre as empresas aéreas, de equipamento de aeronaves, de equipamento de segurança, bem como de peças sobressalentes, com isenção de direitos alfandegários, quando utilizados na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, ficando limitado o seu controle às formalidades necessárias para garantir que a devolução dos referidos equipamentos ou peças sobressalentes consista na sua restituição, qualitativa e tecnicamente idêntica e que, em nenhum caso, a transação tenha caráter lucrativo.

6. Os passageiros, a bagagem e a carga em trânsito direto pelo território de uma Parte Contratante, e que não deixem a área reservada do aeroporto para tal propósito, serão no máximo submetidos a um controle simplificado. A bagagem e a carga em trânsito estarão isentas de direitos alfandegários.

ARTIGO 10

Operação dos Serviços Acordados

1. Haverá oportunidade justa e igual, para as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes operarem os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. Na operação dos serviços acordados, a empresa aérea designada de cada Parte Contratante levará em conta os interesses da empresa aérea

designada da outra Parte Contratante, a fim de não afetar indevidamente os serviços proporcionados pela última em toda ou em parte das mesmas rotas.

3. Os serviços acordados proporcionados pelas empresas aéreas das Partes Contratantes terão como característica uma relação estrita com as necessidades do público para o transporte nas rotas especificadas e terão como objetivo primário a provisão, em níveis razoáveis de aproveitamento, de capacidade adequada para atender às necessidades atuais e às razoavelmente previsíveis para o transporte de passageiros e carga, incluindo mala postal, originados em ou destinados ao território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea. Provisão para o transporte de passageiros e carga, incluindo mala postal, embarcados e desembarcados em pontos outros nas rotas especificadas que não no território da Parte Contratante que designou a empresa aérea, será determinada de acordo com os princípios gerais de que a capacidade será relacionada com:

a) a demanda de tráfego de e para o território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea;

b) a demanda de tráfego da região através da qual passa o serviço acordado, levando em conta outros serviços estabelecidos pelas empresas aéreas dos Estados compreendidos naquela região; e

c) os requisitos de economia da operação da empresa aérea.

4. A capacidade a ser proporcionada nas rotas especificadas será a que for determinada, de tempos em tempos, conjuntamente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 11

Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas pela empresa aérea designada de uma Parte Contratante para serviços cobertos por este Acordo serão estabelecidas em níveis razoáveis, levando em conta todos os fatores relevantes, incluindo interesses dos usuários, custo da operação, características do

serviço, taxas de comissão, lucro razoável, tarifas de outras empresas aéreas, e outras considerações comerciais de mercado.

2. As autoridades aeronáuticas darão especial atenção às tarifas que sejam questionáveis por serem exageradamente discriminatórias, indevidamente altas ou restritivas devido ao abuso de uma posição dominante, artificialmente baixas por razões de subsídio ou apoio direto ou indireto, ou predatórias.

3. As tarifas serão registradas pelo menos 10 (dez) dias antes da data proposta de sua introdução. As autoridades aeronáuticas poderão aprovar ou desaprovar as tarifas registradas para o transporte de ida ou ida-e-volta entre os territórios das duas Partes Contratantes que se inicia em seus próprios territórios. Em caso de desaprovação elas informarão neste sentido as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante imediatamente ou pelo menos dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do registro.

4. Nenhuma das Partes Contratantes adotará uma ação unilateral para evitar o início de tarifas propostas ou a continuação de tarifas efetivas para o transporte entre os territórios das duas Partes Contratantes começando no território da outra Parte Contratante.

5. Não obstante o disposto no parágrafo 4 acima, em que as autoridades aeronáuticas de qualquer uma das Partes Contratantes entendem que uma tarifa para o transporte para seu território se insere nas categorias descritas no parágrafo 2 acima, elas informarão quanto à desaprovação às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante imediatamente ou pelo menos dentro de 20 dias a partir do recebimento do registro pelas mesmas.

6. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante poderão solicitar consultas relativas a qualquer tarifa que tenha sido sujeita à desaprovação. Tais consultas serão realizadas no máximo até 30 dias após o recebimento da solicitação. Se as Partes Contratantes chegarem a um acordo, cada Parte Contratante envidará os melhores esforços para

colocar tal acordo em vigor. Se não for alcançado nenhum acordo, prevalecerá a decisão da Parte Contratante em cujo território o transporte se origina.

7. Para o transporte entre os territórios das Partes Contratantes, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante permitirão à empresa aérea designada da outra Parte Contratante igualar qualquer tarifa no mesmo par de cidades presentemente autorizada para aplicação por uma empresa aérea de qualquer uma das Partes Contratantes ou de um terceiro Estado.

8. As autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes não exigirão o registro para sua aprovação de tarifas para o transporte de carga.

ARTIGO 12

Atividades Comerciais

1. A empresa aérea designada de uma Parte Contratante poderá, de acordo com as leis e regulamentos da outra Parte Contratante, relativas à entrada, residência e emprego, trazer e manter no território da outra Parte Contratante, pessoal executivo, de vendas, técnico, operacional e outros especialistas necessários à operação dos serviços acordados.

2. Em particular, cada Parte Contratante concederá à empresa aérea designada da outra Parte Contratante o direito à comercialização do transporte aéreo no seu território diretamente e, a critério da empresa aérea, através dos seus agentes. Cada empresa aérea terá o direito de comercializar tal transporte e qualquer pessoa estará livre para adquiri-lo na moeda daquele país ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países.

ARTIGO 13

Conversão e Remessa de Receitas

1. A empresa aérea designada de uma Parte Contratante terá o direito de converter e remeter para o exterior, a pedido, receitas locais excedentes às somas localmente desembolsadas.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação

vigente, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para a sua execução.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

ARTIGO 14

Tarifas Aeronáuticas

1. Uma Parte Contratante não cobrará ou permitirá que sejam cobradas da empresa aérea designada da outra Parte Contratante tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte Contratante encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que se utilizam dos serviços e das facilidades proporcionadas por aquelas autoridades, quando factível por intermédio das organizações representativas das empresas aéreas. Propostas de alteração nas tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, para permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Cada Parte Contratante, além disso, encorajará suas autoridades competentes e usuários a trocarem informações relativas às tarifas aeronáuticas.

ARTIGO 15

Consultas

1. Num espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes farão consultas entre si, periodicamente, com o objetivo de assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das provisões deste Acordo, ou para discutir qualquer problema relacionado com este.

2. Tais consultas começarão dentro de um período de sessenta (60) dias da data de recebimento de tal solicitação, exceto se acordado diferentemente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 16

Emendas

1. Qualquer emenda ou modificação deste Acordo estabelecida pelas Partes Contratantes entrará em vigor em data a ser determinada em troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram concluídos por ambas as Partes Contratantes.

2. Qualquer emenda ou modificação do Anexo a este Acordo será acertada entre as autoridades aeronáuticas, e entrará em vigor quando confirmada por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO 17

Convenção Multilateral

Se uma convenção geral multilateral sobre a aviação entrar em vigor em relação a ambas as Partes Contratantes, prevalecerão os dispositivos de tal convenção. Consultas, conforme o Artigo 14 deste Acordo, poderão ser mantidas com vista a determinar o grau em que este Acordo é afetado pelos dispositivos da convenção.

ARTIGO 18

Solução de Controvérsias

1. Qualquer divergência que surja com relação a este Acordo, que não seja resolvida através de consultas, pode ser submetida, por acordo entre as Partes Contratantes, à decisão de alguma pessoa ou organismo. Se as Partes Contratantes não concordarem com tal procedimento, a disputa será, por solicitação de qualquer das Partes Contratantes, submetida a arbitragem, em conformidade com os procedimentos abaixo.

2. A arbitragem será feita por um tribunal de três árbitros, a ser constituído como se segue:

a) dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da solicitação de arbitragem, cada Parte Contratante nomeará um árbitro. Dentro de 60 (sessenta) dias, após esses dois árbitros terem sido nomeados, eles deverão, mediante acordo, designar um terceiro árbitro, que deverá atuar como Presidente do tribunal arbitral; e

b) se uma das Partes Contratantes deixar de nomear um árbitro, ou se o terceiro árbitro não for designado de acordo com o subparágrafo (a) deste parágrafo, uma das Partes Contratantes poderá

solicitar ao Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional para nomear o árbitro ou árbitros necessários, dentro de 30 (trinta) dias. Se o Presidente for da mesma nacionalidade que uma das Partes Contratantes, o Vice Presidente, hierarquicamente mais antigo, que não esteja desqualificado pelo mesmo motivo, fará a indicação.

3. Exceto quando acordado em contrário, o tribunal arbitral determinará os limites de sua jurisdição em consonância com este Acordo, e estabelecerá seu próprio procedimento.

4. Cada Parte Contratante deverá, consistente com a sua legislação nacional, acatar integralmente qualquer decisão ou sentença do tribunal arbitral.

5. As despesas do tribunal arbitral, incluindo os encargos e despesas com os árbitros, serão compartilhados igualmente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 19

Denúncia

Cada Parte Contratante poderá, a qualquer momento após a entrada em vigor deste Acordo, notificar a outra Parte Contratante, por escrito, através dos canais diplomáticos, de sua decisão de denunciar este Acordo; tal notificação será feita simultaneamente à Organização de Aviação Civil Internacional. O Acordo deixará de vigor 1 (um) ano após a data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja retirada, de comum acordo, antes de expirar esse período. Se o recebimento da notificação não for acusado pela outra Parte Contratante, a notificação será considerada recebida 14 (quatorze) dias após seu recebimento pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 20

Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda a ele serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 21

Fornecimento de Estatísticas

Fornecimento de Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante fornecerão às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, quando por elas solicitado, estatísticas de um determinado período ou demonstrativo de estatísticas, que poderão ser razoavelmente solicitados com o propósito de rever-se a capacidade estabelecida para os serviços acordados pela empresa ou empresas aéreas das Partes Contratantes, mencionadas primeiramente neste Artigo. Tais demonstrativos estatísticos incluirão todas as informações solicitadas para determinar a quantidade de tráfego transportado pelas empresas aéreas nos serviços acordados e a origem e o destino de tais tráfegos.

ARTIGO 22

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a data da recepção da última notificação de que foram cumpridos os procedimentos constitucionais necessários.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito na Praia, República de Cabo Verde, aos vinte e nove dias do mês de julhoabril do ano de dois mil e quatrocentos, no idioma Português, em dois textos, sendo ambos igualmente autênticos.

A N E X O

QUADRO DE ROTAS

Seção 1

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas pelo Brasil:

Pontos aquém - Pontos no Brasil – Pontos em Cabo Verde – Pontos Além.

Seção 2

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas de Cabo Verde:

Pontos aquém - Pontos em Cabo Verde – Pontos Intermediários – Pontos no Brasil – Pontos além.

Notas:

1. Os pontos a serem servidos nas rotas

acima especificadas deverão ser determinados conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes.

2. As empresas aéreas designadas do Brasil podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos no Brasil.

3. As empresas aéreas designadas por Cabo Verde podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos em Cabo Verde.

Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Honduras sobre isenção parcial de vistos em passaportes comuns

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República de Honduras (doravante denominados "Partes"),

Animados pelo desejo de intensificar as relações de amizade existentes entre ambos os países;

Reconhecendo a conveniência de simplificar as viagens de nacionais de um Estado ao território do outro,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

Nacionais de ambas as Partes, portadores de passaportes comuns válidos, estão isentos da obrigação de visto para entrar, permanecer e sair do território da outra Parte, para fins de turismo, trânsito ou negócios.

ARTIGO 2

1. Os nacionais a que se refere o Artigo 1 deste Acordo poderão permanecer no território da outra Parte, sem a necessidade de visto, pelo período de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de entrada, renovável desde que a permanência total não exceda 180 (cento e oitenta) dias no período de um ano.

2. A isenção de visto referida neste Acordo

não permite aos nacionais de uma Parte o exercício de atividades remuneradas no território do outro Estado.

ARTIGO 3

Os nacionais de ambas as Partes poderão entrar e sair do território da outra Parte por qualquer dos pontos fronteiriços abertos ao trânsito internacional de passageiros.

ARTIGO 4

1. A dispensa de visto a que se refere o presente Acordo não exime os nacionais de ambas as Partes da obrigação de cumprir as leis e regulamentos aplicáveis à entrada, permanência e saída de estrangeiros no território do Estado receptor, em especial os relativos à matéria imigratória.

2. As autoridades competentes de ambas as Partes informar-se-ão mutuamente, por via diplomática, com a maior brevidade possível, sobre quaisquer mudanças nas respectivas leis e regulamentos relativos ao regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios dos seus respectivos Estados.

ARTIGO 5

As Partes reservam-se o direito de negar a entrada ou reduzir a permanência em seu território de nacionais da outra Parte considerados indesejáveis.

ARTIGO 6

1. As autoridades competentes de ambas as Partes intercambiarão, por via diplomática, 30 dias depois da assinatura do presente Acordo, espécimes dos documentos de viagem mencionados no Artigo 1, com informação pormenorizada sobre suas características e usos.

2. No caso de que os passaportes válidos sejam modificados, as Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus novos passaportes, com informação pormenorizada sobre suas características e usos, 30 (trinta) dias antes de sua entrada em circulação.

ARTIGO 7

Por motivos de segurança, ordem pública ou proteção à saúde, cada uma das Partes poderá

suspender, total ou parcialmente, a vigência do presente Acordo. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 8

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data em que o Governo da República Federativa do Brasil notificar o Governo da República de Honduras, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias para sua vigência.

2. O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor nos termos do parágrafo anterior.

3. O presente Acordo se celebra por tempo indefinido, durante o qual as Partes poderão denunciá-lo, por via diplomática. Nesse caso, o presente Acordo deixará de ser válido 90 (noventa) dias depois do recebimento da comunicação correspondente.

Feito em Tegucigalpa, em 12 de agosto de dois mil e quatro, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Tratado de Extradução entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (doravante denominados “Partes”),

Desejando tornar mais efetivos os esforços envidados pelas Partes no combate ao crime;

Observando os princípios do respeito pela soberania e não-ingerência nos assuntos internos de cada uma, assim como as normas do Direito Internacional; e

Conscientes da necessidade de empreenderem a mais ampla cooperação para a extradicação de criminosos foragidos no exterior.

Concluem o presente Tratado nos termos que se seguem

CAPÍTULO I

Da Obrigação de Extraditar

ARTIGO 1

Cada uma das Partes concorda em extraditar para a outra Parte, conforme as disposições deste Tratado e de acordo com o direito internacional e as normas internas de cada uma delas, qualquer pessoa que se encontre em seu território, e seja requerido pela outra Parte para ser processada, julgada ou para execução de uma pena por um delito que dê lugar a extradição.

CAPÍTULO II

Admissibilidade

ARTIGO 2

Dos Delitos que Dão Causa à Extradição

1. Darão causa à extradição os atos tipificados como delito segundo as leis da Parte requerente e da Parte requerida, independentemente da denominação dada ao crime, os quais sejam puníveis em ambas as Partes com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a dois anos.

2. Quando o pedido de extradição se referir a uma pessoa condenada a pena privativa de liberdade pela Justiça da Parte requerente relativo a qualquer delito passível de extradição, a extradição somente deverá ser concedida se o restante da pena ainda a cumprir for de pelo menos 1 (um) ano.

3. Para os fins deste Artigo, para determinar se um ato é tipificado como delito segundo as leis de ambas as Partes:

a) não importará se as leis das Partes considerem a conduta constitutiva do delito dentro da mesma categoria de delitos ou o denominam com a mesma terminologia,

b) a totalidade da suposta conduta delituosa da pessoa cuja extradição se solicita deverá ser levada em conta e não importará se, conforme as leis das Partes, os elementos constitutivos do delito forem distintos.

4. Quando a extradição for requerida por delitos contra leis relativas a impostos, aduana, controles de divisas ou outras matérias fiscais, a extradição não

poderá ser negada com fundamento de que a legislação da Parte requerida não impõe ao mesmo tipo de tributo ou não tem uma regulamentação tributária e de aduanas ou controle de divisas semelhante a estabelecida na legislação da Parte requerente.

5. Quando o delito tiver sido cometido fora do território da Parte requerente, a extradição será concedida quando o direito da Parte requerida prever sanções para um delito cometido fora de seu território em circunstâncias similares. Quando o direito da Parte requerida não prever tal circunstância,

a Parte requerida poderá, a seu juízo, conceder a extradição.

6. Se a solicitação de extradição se refere a vários delitos, cada um dos quais puníveis conforme o direito de ambas as Partes, sendo que alguns deles não cumprem os requisitos dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, a Parte requerida poderá conceder a extradição por tais delitos sempre que a pessoa seja extraditada por pelo menos um delito extraditável.

CAPÍTULO III

ARTIGO 3

Da Denegação Obrigatória da Extradição

Não se concederá a extradição:

1. Quando a Parte requerida determinar que o delito pelo qual se solicita a extradição é um delito político ou delito relacionado com um delito político. A referência a um delito político não incluirá os seguintes delitos:

a) atentar contra a vida ou causar a morte de um Chefe de Estado ou de Governo ou de outras autoridades nacionais ou locais ou de seus familiares;

b) genocídio, crimes de guerra ou delitos contra a humanidade, em violação às normas do Direito Internacional;

c) atos de natureza terrorista que, a título exemplificativo, impliquem algumas das seguintes condutas:

i) atentado contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoas que tenham direito à proteção internacional, aí incluídos os agentes diplomáticos;

ii) tomada de reféns ou seqüestro de pessoas;
iii) atentado contra pessoas ou bens envolvendo o uso de bombas, granadas, rojões, minas, armas de fogo, cartas ou pacotes contendo explosivos ou outros dispositivos capazes de causar perigo comum ou comoção pública;

iv) atos de captura ilícita de embarcações ou aeronaves;

v) em geral, qualquer ato não compreendido nos itens anteriores, cometido com o propósito de atemorizar uma população, classes ou setores da mesma, de atentar contra a economia de um país, seu patrimônio cultural ou ecológico, ou de realizar represálias de caráter político, racial ou religioso;

vi) a tentativa de qualquer dos delitos previstos neste Artigo.

2. Quando a pessoa reclamada estiver sendo processada ou tiver sido condenada ou absolvida no território da Parte requerida em razão de delito pelo qual se solicita a extradição.

3. Não se concederá a extradição quando a ação ou a pena estiverem prescritas conforme a legislação da Parte requerente ou da Parte requerida.

4. A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição se o fato constituir, principalmente, infração da lei comum. Neste caso, a concessão da extradição ficará condicionada ao compromisso formal da Parte requerente de que o fim ou motivo político não concorrerá para o agravamento da pena.

5. Quando a Parte requerida tiver fundadas razões para supor que o pedido de extradição foi apresentado com o objetivo de processar ou condenar a pessoa requerida por razões de raça, religião, nacionalidade, sexo ou opinião política, ou quando as condições possam ser prejudgadas por qualquer dessas razões.

6. Não se concederá a extradição da pessoa reclamada caso esta tenha sido condenada ou deva ser julgada na Parte requerente por um Tribunal de Exceção ou “ad hoc”.

7. Qualquer Parte tem o direito de recusar a

extradição de seus nacionais. A Parte que por essa razão não entregar seu nacional promoverá, a pedido da Parte requerente, seu julgamento, mantendo-a informada do andamento do processo e, finalizado, remeterá cópia da sentença.

CAPÍTULO IV

ARTIGO 4

Da Discricionariedade para Denegar a Extradição

A extradição poderá ser indeferida nos termos deste Tratado em qualquer das seguintes circunstâncias:

1. Quando o delito pelo qual se solicita a extradição for considerado, conforme a legislação da Parte requerida, como se tivesse sido cometido, em sua totalidade ou em parte, dentro de seu território.

2. Quando a pessoa reclamada tiver sido absolvida ou declarada culpada em um terceiro Estado pelo mesmo fato delituoso pelo qual se solicita a extradição e, se foi declarada culpada, a sentença imposta já tiver sido executada integralmente ou tornou-se inexecutável.

3. Quando, em casos excepcionais, a Parte requerida, ainda levando em conta a gravidade do delito e os interesses da Parte requerente, considerar que, devido a circunstâncias pessoais da pessoa requerida, a extradição seria incompatível por razões humanitárias.

4. Quando o delito pelo qual se solicita a extradição for um delito previsto na lei militar e não constituir delito conforme a lei penal ordinária.

5. Em nenhum caso se concederá a extradição quando a pessoa reclamada for menor de 18 (dezoito) anos ao tempo do cometimento do fato ou dos fatos delituosos que embasam o pedido. Nesse caso, a Parte requerida aplicará a essa pessoa as medidas corretivas que, de acordo com seu ordenamento jurídico, se aplicariam se o fato ou os fatos delituosos tivessem sido cometidos em seu território por um menor inimputável.

ARTIGO 5

Do Diferimento da Entrega

Quando a pessoa cuja extradição se requer estiver sujeita a processo ou cumprindo sentença na

Parte requerida por delito distinto daquele que motiva a extradição, a Parte requerida poderá diferir a entrega até a conclusão do processo ou o cumprimento total ou parcial da pena imposta. A Parte requerida deverá informar à Parte requerente a sua decisão.

CAPÍTULO V

Das Garantias à Pessoa do Extraditando

ARTIGO 6

1. A pessoa extraditada em virtude deste Tratado não poderá:

a) ser entregue a terceiro país que a reclamar, salvo mediante concordância da Parte requerida; e
b) ser processada e julgada por qualquer outra infração cometida anteriormente, podendo, contudo, a Parte requerente solicitar a extensão da extradição concedida.

2. À pessoa extraditada será garantida ampla defesa, assistência de um defensor e, se necessário, a de um intérprete, de acordo com a legislação da Parte requerida.

3. Quando a qualificação do fato imputado vier a modificar-se durante o processo, como consequência de modificações na Lei interna da Parte requerida, a pessoa reclamada somente será processada ou julgada na medida em que os elementos constitutivos do delito que correspondem à nova qualificação permitam a extradição.

ARTIGO 7

A extradição não será concedida sem que a Parte requerente dê garantia de que será computado o tempo de prisão que tiver sido imposto ao reclamado na Parte requerida, por força da extradição.

ARTIGO 8

A Parte requerente não aplicará ao extraditado, em nenhum caso, a pena de morte ou de pena perpétua privativa de liberdade.

ARTIGO 9

Quando a infração determinante de pedido de extradição for punível com pena de morte, prisão perpétua, penas atentatórias à integridade física e tratamentos desumanos ou degradantes, a Parte

requerida poderá condicionar a extradição à garantia prévia, dada pela Parte requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação, tais penas não serão aplicadas, convertendo-se as duas primeiras na pena máxima privativa de liberdade prevista na legislação da Parte requerida.

CAPÍTULO VI

Do Procedimento

ARTIGO 10

O pedido de extradição será feito por via diplomática, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) quando se tratar de indivíduo não condenado: original ou cópia autêntica do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, emanado da autoridade estrangeira competente;

b) quando se tratar de condenado: original ou cópia autêntica da sentença condenatória e certidão de que a mesma não foi totalmente cumprida e do tempo que faltou para seu cumprimento.

Em ambos os casos:

§ 1º As peças ou documentos apresentados deverão conter a indicação precisa do fato imputado, a data e o lugar em que foi praticado, bem como dados ou antecedentes necessários à comprovação da identidade da pessoa reclamada. Deverão ainda ser acompanhadas de cópias dos textos da lei aplicados à espécie na Parte requerente, dos que fundamentem a competência deste, bem como das disposições legais relativas à prescrição da ação penal ou da condenação.

§ 2º A Parte requerente apresentará, ainda, provas ou indícios de que a pessoa reclamada ingressou ou permanece no território da Parte requerida.

§ 3º Se o pedido de extradição não estiver devidamente instruído, a Parte requerida solicitará à Parte requerente que, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da data do recebimento da comunicação, supra as deficiências observadas. Decorrido esse prazo, o pedido de extradição será julgado à luz dos elementos disponíveis.

§4º Todos os documentos que forem apresentados pela Parte requerente, conforme as disposições deste Tratado, deverão ser autenticados e acompanhados de uma tradução juramentada no idioma da Parte requerida.

§ 5º Como todos os documentos tramitam via diplomática, não será exigida a legalização.

§ 6º Em caso de recusa da extradição, a decisão deverá ser fundamentada, não cabendo novo pedido com base nos mesmos documentos que fundamentaram o pedido anterior.

§7º A Parte requerente comunicará oportunamente à Parte requerida qualquer informação relacionada ao processo ou à execução da pena imposta contra a pessoa extraditada ou a sua reextradição a um terceiro Estado.

ARTIGO 11

Das Informações Complementares

1. Se a Parte requerida considerar que as informações apresentadas para fundamentar um pedido de extradição não forem suficientes em conformidade com este Tratado para conceder a extradição, essa Parte poderá solicitar informações complementares dentro do prazo que especifique.

2. Se a pessoa cuja extradição for solicitada se encontrar detida e a informação complementar recebida não for suficiente em conformidade com este Tratado, ou se não for recebida dentro do prazo especificado, a pessoa poderá ser colocada em liberdade. A liberação não precluirá o direito da Parte requerente de formular um novo pedido de extradição.

3. Quando a pessoa for colocada em liberdade conforme o parágrafo 2, a Parte requerida deverá notificar a Parte requerente o mais breve possível.

CAPÍTULO VII

ARTIGO 12

Da Prisão Preventiva

1. A Parte requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva do reclamado, assim como a apreensão dos objetos relativos ao delito. O pedido deverá conter a declaração da

existência de um dos documentos enumerados no Artigo 10.

2. O pedido poderá ser transmitido por meio de telégrafo, fax ou qualquer outro meio que proporcione um registro escrito, via diplomática.

3. A pessoa detida deverá ser colocada em liberdade se a Parte requerente não apresentar o pedido de extradição acompanhado dos documentos especificados no Artigo 10 dentro de sessenta (60) dias corridos após a notificação da prisão preventiva à Parte requerente, sem prejuízo de se iniciar um novo processo objetivando a extradição da pessoa requerida caso os documentos sejam recebidos após esse prazo.

CAPÍTULO VIII

ARTIGO 13

Da Extradição Simplificada ou Voluntária

A Parte requerida poderá conceder imediatamente a extradição se a pessoa reclamada, com a devida assistência jurídica e perante a autoridade judicial da Parte requerida, declarar sua expressa anuência em se entregar a Parte requerente, depois de haver sido informada de seu direito a um procedimento formal de extradição e da proteção que tal direito encerra.

CAPÍTULO IX

ARTIGO 14

Dos Pedidos Concorrentes

1. No caso de pedidos de extradição concorrentes, referentes a uma mesma pessoa, a Parte requerida determinará a qual dos referidos Estados se concederá a extradição, e notificará sua decisão aos Estados requerentes.

2. Quando os pedidos se referirem a um mesmo delito, a Parte requerida deverá dar preferência na seguinte ordem:

- a) ao Estado em cujo território se houver cometido o delito;
- b) ao Estado em cujo território tenha residência habitual a pessoa reclamada;
- c) ao Estado que primeiro apresentou o pedido.

3. Quando os pedidos se referirem a delitos distintos, a Parte requerida, segundo sua legislação, dará preferência ao Estado que tenha jurisdição relativamente ao delito mais grave. Havendo igual gravidade, dar-se-á preferência ao Estado que primeiro apresentou o pedido.

CAPÍTULO X

ARTIGO 15

Da Entrega do Extraditando

1. Tão logo seja proferida uma decisão sobre o pedido de extradição, a Parte requerida deverá comunicar à Parte requerente pela via diplomática.

2. A Parte requerida deverá entregar a pessoa reclamada às autoridades competentes da Parte requerente, em um local do território da Parte requerida acordado por ambas Partes.

3. A Parte requerente retirará a pessoa reclamada do território da Parte requerida no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da comunicação. Se a pessoa reclamada não tiver sido retirada no prazo aludido, a Parte requerida colocará a pessoa reclamada em liberdade. A Parte requerida recusará sua extradição pelo mesmo fato delituoso.

4. Em caso de força maior ou de enfermidade grave, devidamente comprovada, que impeça ou seja obstáculo à entrega ou à recepção da pessoa reclamada, tal circunstância será informada à outra Parte, antes do vencimento do prazo previsto no parágrafo anterior, podendo-se acordar uma nova data para a entrega e recepção.

ARTIGO 16

Da Entrega de Valores, Objetos e Documentos

1. Caso se conceda a extradição, os valores, objetos e documentos que se encontrem na Parte requerida e que sejam produto do delito ou que possam servir de prova serão entregues à Parte requerente, se este solicitar. A entrega dos referidos bens estará subordinada à lei da Parte requerida e aos direitos de terceiros porventura afetados.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 deste Artigo, tais valores, objetos ou documentos serão entregues à Parte requerente, se esta o solicitar, mesmo em caso de não se poder levar a efeito a extradição em consequência de morte ou fuga da pessoa reclamada.

3. Quando a lei da Parte requerida ou o direito de terceiros afetados assim o exigirem, os valores, objetos e documentos serão devolvidos sem qualquer ônus à Parte requerida, se esta solicitar.

4. Caso os valores, objetos e documentos se façam necessários à instrução de processo penal em andamento, a Parte requerida poderá conservá-los pelo tempo necessário.

CAPÍTULO XI

ARTIGO 17

Do Princípio da Especialidade

1. A pessoa entregue não será detida, julgada nem condenada, no território do Estado Parte requerente, por outros delitos cometidos previamente à data do pedido de extradição, e não contidos nesta, salvo nos seguintes casos:

a) quando a pessoa extraditada, podendo abandonar o território da Parte ao qual foi entregue, nele permanecer voluntariamente por mais de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após sua libertação definitiva ou a ele regressar depois de tê-lo abandonado;

b) quando as autoridades competentes da Parte requerida consentirem na extensão da extradição para fins de detenção, julgamento ou condenação da referida pessoa em função de qualquer outro delito.

2. Para tal efeito, a Parte requerente deverá encaminhar à Parte requerida pedido formal de extensão da extradição, cabendo à Parte requerida decidir se a concede. O referido pedido deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Artigo 10 deste Acordo, e de declaração judicial sobre os fatos que motivaram o pedido de extensão, prestada pelo extraditado com a devida assistência jurídica.

CAPÍTULO XII

ARTIGO 18

Do Trânsito

1. O trânsito, pelo território de qualquer das partes, de pessoa entregue por terceiro Estado a uma delas e que não seja nacional do país de trânsito, será permitido mediante simples solicitação feita por via diplomática, acompanhada da apresentação, em original ou cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

2. O trânsito poderá ser recusado por graves razões de ordem pública, ou quando o fato que determinou a extradição seja daqueles que, segundo este Tratado, não a justificariam.

3. Não será necessário solicitar o trânsito de extraditando quando se empreguem meios de transporte aéreo que não preveja pouso em território do Estado de Trânsito, ressalvado o caso de aeronaves estatais.

CAPÍTULO XIII

ARTIGO 19

Dos Gastos

1. A Parte requerida arcará com os gastos que se realizarem em sua jurisdição com os procedimentos originados de um pedido de extradição.

2. A Parte requerida arcará com os gastos incorridos em seu território decorrentes da detenção da pessoa cuja extradição se solicita ou o seqüestro e entrega de objetos, valores e documentos.

3. A Parte requerente arcará com os gastos do traslado da pessoa cuja extradição seja concedida, desde a entrega no território da Parte requerida e os gastos decorrentes do trânsito.

CAPÍTULO XIV

ARTIGO 20

Da Solução de Controvérsias

As controvérsias que surjam entre as Partes sobre as disposições contidas no presente Tratado serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

CAPÍTULO XV

ARTIGO 21

Das Disposições Finais

Excepcionalmente, e com a devida fundamentação, a Parte requerida poderá denegar o pedido de extradição quando o seu cumprimento for contrário à segurança, à ordem pública ou a outros interesses essenciais da Parte requerida.

ARTIGO 22

O presente Tratado é sujeito à ratificação e entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação.

ARTIGO 23

O presente Tratado vigorará por tempo indeterminado.

ARTIGO 24

Cada Parte pode, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data em que a outra Parte tenha recebido a respectiva notificação, exceto para os pedidos de extradição cuja tramitação já tenha iniciado naquela data, os quais deverão ser concluídos nos termos deste Tratado.

Firmado em Brasília, aos 20 dias do mês de agosto de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Plano de Ação Conjunta Brasil-Chile

Os Presidentes do Brasil e do Chile comprometem-se a impulsionar ações nos seguintes âmbitos:

I - COORDENAÇÃO POLÍTICA

1. Bilateral:

1.1 - Direitos Humanos:

a) Promover um processo de maior coordenação no que se refere às políticas públicas de direitos humanos;

b) Promover a criação de um mecanismo para considerar os assuntos de direitos humanos no âmbito do MERCOSUL, e

c) Realizar encontros periódicos entre os diversos encarregados governamentais da área de direitos humanos, com vistas a avançar no intercâmbio de experiências e no exame da viabilidade de articular posições em foros multilaterais.

1.2 - Reuniões de Cúpula:

a) Trabalhar para coordenar posições nos trabalhos preparativos da Cúpula das Américas que se realizará em 2005, em Buenos Aires, Argentina;

b) Trabalhar coordenadamente com vistas a lograr posições de consenso em torno dos temas que comporão a agenda da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio, a realizar-se no Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de novembro do presente ano;

c) Trabalhar conjuntamente para o fortalecimento da Cúpula Ibero-americana como instância de coordenação política e de cooperação e respaldar a pronta instalação da Secretaria-Geral Ibero-americana;

d) Estabelecer um canal de informação para intercambiar opiniões sobre a Comunidade das Democracias, e

e) Trabalhar na preparação e promoção da iniciativa brasileira “Cúpula América do Sul-Países Árabes”.

1.3 - Meio Ambiente:

Conscientes da importância da cooperação para a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais a fim de lograr o desenvolvimento sustentável, instruíram às respectivas Chancelarias examinar um projeto de acordo de cooperação ambiental no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 1990, existente entre ambos os países, que contenha, entre outros, os seguintes elementos: proteção da atmosfera; proteção do solo; gestão integrada dos recursos hídricos; proteção do meio ambiente marinho; proteção da diversidade biológica; catástrofes naturais e ecológicas; tratamento de esgotos e produtos nocivos; efeitos ambientalmente negativos das atividades energéticas, minerais e industriais; prevenção da contaminação urbana.

1.4 - Pesca:

a) estabelecer mecanismos de intercâmbio de informação sobre o desenvolvimento de normas e instituições ambientais, áreas marinhas protegidas e conservação de ecossistemas marinhos;

b) estabelecer missões públicas ou privadas orientadas a identificar ou examinar possíveis acordos comerciais para os produtos da aquicultura, e

c) visualizar alianças estratégicas no tema da conservação de ecossistemas marinhos.

1.5 - Planejamento:

Ativar um mecanismo de consulta nas áreas de planejamento das duas Chancelarias, cujo primeiro encontro realizar-se-á no decorrer de 2004.

1.6 - Mecanismo de Consultas entre Chefes de Missão:

Estabelecer mecanismo de consultas regulares entre Chefes de Missão no exterior com o fim de intercambiar opiniões e informações.

1.7 - Convênios:

a) Estudar, com a possível brevidade, soluções para as questões de seguridade social entre os dois países;

b) Prosseguir com as negociações tendentes à subscrição de um acordo sobre restituição de veículos automotores roubados ou furtados, e

c) Realizar gestões para a rápida ratificação interna do “Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores Terrestres e/ou Embarcações que Ultrapassem Ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Parte do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile”, assinado em Montevideu em 7 de dezembro de 1999.

2. Multilateral:

2.1 - Mercosul:

a) Destacar a importância de fortalecer o conjunto das relações entre os Estados Membros e Associados no âmbito do Mercosul, tanto no plano comercial quanto político, e o reconhecimento da valiosa contribuição dos Estados Associados em matérias de interesse comum no âmbito do Foro de Consulta e Concertação Política e de seus órgãos subsidiários, e

b) Desenvolver ações tendentes a reforçar a relação institucional entre MERCOSUL, CAN e Chile, como base para a construção progressiva de uma comunidade sul-americana de nações.

2.2 - Nações Unidas:

Efetuar uma maior coordenação, especificamente em:

i) Conselho de Segurança: promover uma melhor representatividade, legitimidade e eficácia.

ii) ECOSOC: favorecer um papel mais preponderante deste órgão na etapa pós-conflito, assim como uma melhor coordenação com o Conselho de Segurança.

iii) Assembléia-Geral: procurar uma racionalização de sua agenda e promover ações tendentes a recuperar sua liderança política.

2.3 - Organização dos Estados Americanos:

Reforçar a coordenação, particularmente nos seguintes temas:

i) Impulsionar o processo de modernização da Organização e reforçar seu caráter de principal foro institucionalizado no âmbito hemisférico.

ii) Desenvolver e implementar o programa de Governabilidade Democrática para as Américas.

2.4 - Terrorismo:

Coordenar posições no âmbito do Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo e do Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo (GTP – GTE), com vistas a realizar um acompanhamento permanente de eventuais atividades terroristas e avaliar, em forma constante, os efeitos e conseqüências da situação internacional dentro da área do MERCOSUL e países associados.

2.5 - Protocolo Adicional à Convenção sobre Proibições ou Restrições do Emprego de Certas Armas Convencionais:

Apoiar a idéia de elaborar um Protocolo Adicional à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, que se ocupe da eliminação,

proibição da produção e venda de minas anti-veículos, levando em conta as recomendações a que possam chegar o Grupo de Peritos que analisa a questão.

2.6 - Organismo Para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe – OPANAL:

Referendar o compromisso com o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco) e outorgar pleno apoio ao Secretário Geral do OPANAL, Embaixador Edmundo Vargas Carreño, para obter das potências nucleares a retirada das reservas feitas aos Protocolos de Tlatelolco.

2.7 - Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares:

Reiterar seu compromisso com o Tratado Para a Proibição Completa dos Testes Nucleares e fazer um apelo aos países da região que não o tenham assinado ou ratificado para que o façam com a possível brevidade. Coincidem na necessidade de somar seus esforços para a rápida entrada em vigor do CTBT.

2.8 - Desarmamento Químico:

Reiterar o pleno apoio à Convenção para a Proibição de Armas Químicas e sua Destruição – CPAQ – e fazer um apelo aos países da região que não a tenham assinado ou ratificado a fazê-lo prontamente. Da mesma forma, congratulam-se pela adoção da Resolução 4275/04, no âmbito da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, e do trabalho realizado por ambos os países na qualidade de Estados membros do recém-criado Grupo de Trabalho para a universalização da CPAQ e, nessa condição, reafirmam o compromisso assumido de promover o Tratado nos diversos foros internacionais.

2.9 - Convenção Interamericana contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos:

Promover ações de forma conjunta para fazer frente de maneira integral ao tráfico ilícito de armas pequenas e leves, e destacar o papel pioneiro que neste sentido teve a Convenção Interamericana

contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos. Neste sentido, ressaltam a necessidade de implementar e dar prosseguimento ao Plano de Ação das Nações Unidas sobre Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Leves em Todos seus Aspectos. Apóiam a imediata renegociação de um instrumento juridicamente vinculante sobre marcação e rastreamento de armas pequenas e leves e favorecem também o controle internacional das transferências destas armas para atores não-estatais.

2.10 - Sistemas de Defesa Aérea Portáteis:

Enfrentar de forma coordenada o risco que representa a possibilidade de que atores não-estatais, bem como outras manifestações do crime transnacional organizado, possam ter acesso e utilizar Sistemas de Defesa Aérea Portáteis (MANPADS).

2.11 - Conferência de Exame do TNP:

Reiterar o compromisso com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e propugnar sua universalização. Reiterar, na próxima Conferência de Exame, o apoio à indicação para a Presidência do Embaixador Sérgio Duarte e trabalhar conjuntamente para que o documento final da Conferência reafirme o compromisso inequívoco das cinco potências nucleares com o desarmamento.

II - COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

3. ALADI:

Intercambiar opiniões sobre o funcionamento da ALADI.

4. Comércio:

Fomentar o crescimento do fluxo bilateral de comércio, buscando a participação sistemática da visão empresarial nos contatos entre os países.

5. Cooperação e Propriedade Intelectual:

Promover a cooperação científico-tecnológica em biotecnologia, engenharia genética e propriedade intelectual relacionada com estas matérias.

6. Mercosul:

6.1 - Aprofundar o processo de integração econômica Brasil-Chile no âmbito do ACE 35, mediante a ampliação de sua cobertura para outras

matérias de interesse recíproco;

6.2 - Fomentar o crescimento do fluxo bilateral de comércio no âmbito do Programa Brasileiro de Substituição Competitiva de Importações, criando as condições que permitam maior equilíbrio e maior diversidade do intercâmbio bilateral, e

6.3 - Lograr pôr em vigência o Protocolo 21 de Solução de Controvérsias Chile-MERCOSUL.

III - COOPERAÇÃO

7. Ciência e Tecnologia:

7.1 - Fortalecer a relação bilateral científica e tecnológica, através das atividades do Grupo de Trabalho de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, estabelecido no Artigo VII do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica assinado em Brasília em 26 de julho de 1990. Este Grupo de Trabalho deverá avaliar programas de cooperação anteriores e definir os termos e áreas que compreenderão um Programa Trienal de Cooperação para o período 2004-2006;

7.2 - Prover, conforme as disponibilidades, os recursos financeiros necessários para a execução deste Programa Trienal, a fim de avançar de maneira substantiva para atingir os objetivos estabelecidos na Declaração Presidencial assinada em Brasília em julho de 2000, procurando reforçar esta cooperação, criar um espaço de livre circulação de talentos científicos e projetar seus resultados para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, e

7.3 - Realizar um encontro no âmbito da cooperação científico-tecnológica com o fim de aprofundar a cooperação existente, especialmente na área agropecuária.

8. Drogas:

Fortalecer a cooperação governamental para fazer frente ao problema mundial da droga, incluindo a realização da I Reunião da Comissão Mista de Drogas entre ambos os países, em data a ser estabelecida no segundo semestre do corrente ano, em Santiago.

9. Mineração e Energia:

Promover atividades de cooperação,

associação e ação comum nos campos da mineração, dos hidrocarbonetos e afins, assim como a participação de empresas dos dois países em atividades comerciais conjuntas.

10. Meio Ambiente:

10.1 - Fortalecer a cooperação técnica entre Brasil e Chile em matéria de desertificação mediante a colaboração mútua para dar cabal cumprimento às obrigações e compromissos assumidos pelo Brasil e Chile ao ratificar a Convenção sobre Desertificação (UNCCD) e fortalecer seus respectivos programas de ação nacional, assim como a cooperação técnica e científica e as medidas de apoio para cumprir com os objetivos da Convenção;

10.2 - Iniciar conversações com vistas à assinatura de um acordo para fortalecer o intercâmbio de cooperação técnica na área da desertificação entre as instituições coordenadoras - pontos focais de ambos os países, e

10.3 - Reforçar os laços de cooperação no âmbito do ordenamento florestal e manejo sustentável de florestas e plantações, assim como no manejo da silvicultura e controle biológico de pragas florestais, entre outras coisas, por meio da assistência técnica na implementação de programas, troca de informações e cooperação para o desenvolvimento de planos nestas áreas.

IV - INTEGRAÇÃO FÍSICA

11. Trabalhar em conjunto para tornar mais eficientes os trabalhos no âmbito da IIRSA;

12. Realizar ações com vistas ao desenvolvimento de eixos de conexão para o transporte terrestre bilateral e multilateral, assim como o fortalecimento dos enquadramentos normativos para a facilitação do transporte como bases fundamentais que favoreçam o comércio intra-regional, o fluxo de bens e serviços intra-zona, o desenvolvimento das localidades fronteiriças e o acesso aos terminais portuários como saída para os mercados externos;

13. Trabalhar para que se assegure a continuidade dos fluxos bilaterais por terceiros países

nas conexões existentes ou em desenvolvimento, considerando aspectos de infra-estrutura, assim como aspectos normativos do transporte internacional terrestre;

14. Intensificar o trabalho bilateral e multilateral no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 35, assim como do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre ATIT, para o cumprimento dos objetivos de facilitação dos serviços de transporte, a fim de oferecer condições adequadas para a melhor circulação de bens e pessoas;

15. Destacar a recente aprovação do novo Protocolo Adicional sobre Infrações e Sanções do ATIT, na VII Reunião da Comissão de Seguimento do Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre realizada entre os dias 10 e 14 de novembro de 2003, em Mar del Plata, e o apoio concertado de ambos os países para promover esta iniciativa;

16. Apoiar e dar continuidade e agilidade ao trabalho no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana, IIRSA, a fim de concretizar uma agenda de aplicação imediata que considere os projetos de desenvolvimento dos eixos de integração regional que ambos os países integram, e que foram concebidos no âmbito da Comissão Técnica Bilateral Brasil-Chile e do Grupo Multilateral de Corredores Bioceânicos;

17. Renovar seu propósito de continuar e dar maior impulso ao trabalho bilateral nos temas que despertam mútuo interesse, em harmonia com o ordenamento multilateral vigente, e reconhecer o valor das iniciativas empreendidas no âmbito da citada Comissão Bilateral, que aportaram uma visão regional do desenvolvimento da infra-estrutura para o transporte e identificaram as áreas geográficas que conformariam os eixos de integração ou corredores bioceânicos;

18. Destacar a vocação integradora dos Estados brasileiros do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a I Região do Chile para dar continuidade

às conexões Brasil-Chile e suas projeções no contexto da Ásia-Pacífico, assim como a conveniência de fortalecer as vinculações através dos eixos de integração que compreendem as áreas geográficas referidas, e de buscar esquemas de financiamento de acordo com a sua importância e projeção na macro-zona.

V - CULTURA

19. Convocar, com a brevidade possível, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural e Científica vigente, uma nova Comissão Mista Cultural que deverá realizar-se em Brasília;

20. Continuar impulsionando iniciativas no âmbito do Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no âmbito da Cooperação Cinematográfica, que permitiu, até o presente, a produção de três filmes.

VI - TURISMO

21 - Turismo:

Estabelecer um grupo de trabalho, integrado por igual número de representantes de ambas as Partes, com o objetivo de preparar um programa de atividades para implementar o Acordo de Cooperação Turística, subscrito entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em 26 de março de 1993. Para tanto, os organismos oficiais de turismo dos dois países encarregar-se-ão da organização do grupo de trabalho mencionado.

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República de Moçambique (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Cientes do fato de que a produção, o consumo e o tráfico ilícitos de drogas constituem uma séria ameaça às estruturas políticas, econômicas e sociais dos Estados bem como à saúde e à tranquilidade públicas;

Tendo em conta o papel que o uso indevido de drogas desempenha como uma das principais fontes de recursos financeiros do crime organizado;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional na luta contra o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas que causam dependência física ou psíquica;

Considerando a determinação das Partes Contratantes em coibir o tráfico de drogas e delitos conexos, inclusive a “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores provenientes do crime e em negar a organizações e indivíduos criminosos o acesso aos sistemas financeiros nacionais;

No espírito das Convenções das Nações Unidas sobre o combate às drogas designadamente a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 e o seu Protocolo Adicional de 1972, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 bem como outros instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria;

Inspirados pelas decisões e recomendações emanadas da Assembléia Geral das Nações Unidas em sua Sessão Especial sobre o problema das drogas realizada em 1998, especialmente os princípios acordados durante a referida sessão de entre os quais está a responsabilidade compartilhada entre todos os países na busca de soluções para o problema das drogas ilícitas,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Propósitos e Definição

1. Sem prejuízo das leis e dos regulamentos em vigor nos respectivos países bem como dos direitos e das obrigações decorrentes das convenções bilaterais e multilaterais assinadas pelas Partes Contratantes, ou às quais as mesmas tenham aderido,

as Partes Contratantes propõem-se a intensificar a cooperação tanto no combate à produção, ao tráfico e ao uso indevido de substâncias psicotrópicas ou drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica, quanto ao combate as atividades internacionais de lavagem de dinheiro e transações financeiras afins.

2. Por “entorpecentes” entende-se “estupeficientes”.

3. Por “lavagem de ativos” entende-se “branqueamento de capitais”.

ARTIGO 2

Princípios

As Partes Contratantes cumprirão as obrigações do presente Acordo respeitando os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito pela integridade territorial dos Estados.

ARTIGO 3

Âmbito da Cooperação

1. A assistência deve incluir qualquer forma não proibida pelas leis do Estado requerido, inclusive a tomada de depoimentos, fornecimento de documentos, apreensão de bens, localização ou identificação de pessoas físicas ou jurídicas ou bens.

2. A transferência de pessoas sob custódia para procedimentos criminais no âmbito da execução do presente Acordo será feita com base em acordos específicos sobre a matéria.

3. A fim de alcançar os objetivos previstos no Artigo 1 do presente Acordo, as autoridades designadas pelas Partes Contratantes participarão das seguintes atividades:

a) intercâmbio de inteligência sobre a identificação de locais de cultivo e processamento de drogas; regulamentação e monitoramento da produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição e venda de precursores, produtos químicos e solventes essenciais que possam ser empregados na produção ilícita de drogas;

b) intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtos e traficantes de drogas ilícitas;

c) intercâmbio de informações sobre novas rotas, métodos e meios empregados por traficantes de drogas, organizações e indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;

d) intercâmbio de informações sobre sentenças judiciais proferidas contra traficantes de drogas, organizações e indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;

e) fornecimento, mediante solicitação de uma das Partes Contratantes, de antecedentes criminais de traficantes de drogas e organizações de indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;

f) intercâmbio de informações sobre as respectivas legislações, programas e experiências na área de combate à droga;

g) elaboração de projetos conjuntos, especialmente nas áreas de pesquisa científica e intercâmbio tecnológico com vista ao combate coordenado do tráfico ilícito e do abuso de substâncias ou drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica, o desvio e emprego de precursores químicos, o tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos;

h) cooperação na implementação de políticas e medidas que reduzam a demanda de drogas por meio de atividades de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos;

i) cooperação na elaboração e implementação de programas públicos educativos adequados que visem aumentar a consciencialização pública da responsabilidade compartilhada de todos os segmentos do governo e da sociedade civil, em todos os níveis, no que se refere aos esforços para combater o abuso de drogas.

ARTIGO 4

Intercâmbio de Especialistas

1. Para fins de implementação dos objetivos do presente Acordo, qualquer das Partes Contratantes pode propor o intercâmbio de especialistas e estagiários com o propósito de permitir

que haja aprendizagem mútua e com vistas a incrementar a capacidade para combater os crimes financeiros, a produção e o tráfico ilícitos de drogas que causem dependência física ou psíquica bem como o desvio e o emprego ilícitos de precursores químicos.

2. As Partes Contratantes podem promover a realização de palestras ou conferências conjuntas com vista a intensificar a cooperação e troca de experiências e idéias.

3. As Partes Contratantes podem optar por cooperar de outras formas que julgarem apropriadas.

ARTIGO 5

Cooperação Jurídica Mútua

As Partes Contratantes comprometem-se a prestar cooperação jurídica mútua em matéria penal de conformidade com a respectiva legislação interna e de acordo com os instrumentos jurídicos internacionais de que são parte.

ARTIGO 6

Confisco de Bens

1. As Partes Contratantes podem adotar as medidas que forem necessárias para identificar, congelar ou confiscar ativos oriundos do tráfico de drogas e delitos conexos bem como da lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros afins.

2. O destino dos bens referidos no n. 1 do presente Artigo será determinado nos termos da legislação do país de apreensão.

ARTIGO 7

Sigilo

Nenhuma das Partes Contratantes pode transferir a terceiros quaisquer informações, dados, documentos ou meios técnicos recebidos em conformidade com o presente Acordo sem o consentimento prévio, por escrito, da Parte Contratante que os ofereceu.

ARTIGO 8

Acompanhamento do Acordo

Com vista à consecução dos objetivos do presente Acordo, os representantes de ambas as Partes Contratantes deverão reunir-se pelo menos uma vez por ano, alternadamente no território de cada

uma das Partes, mediante solicitação, por via diplomática para:

a) recomendar aos Governos programas de ação conjunta a serem elaborados pelos órgãos competentes de cada país em conformidade com o presente Acordo;

b) avaliar o cumprimento dos referidos programas de ação;

c) estabelecer canais eficientes de comunicação entre os órgãos competentes de ambos os países responsáveis pelo combate à produção, ao tráfico e ao uso indevido de drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica;

d) fazer as recomendações que julgarem pertinentes para a melhor aplicação do presente Acordo.

ARTIGO 9

Autoridades Competentes

As Partes Contratantes designam os seus respectivos Ministros das Relações Exteriores para coordenarem as atividades previstas no presente Acordo a serem executadas pelos órgãos governamentais de ambos os países.

ARTIGO 10

Resolução de Litígios

Os litígios que resultarem da interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidos por via amigável ou negocial.

ARTIGO 11

Disposições Finais

1. As despesas decorrentes da execução das atividades previstas no presente Acordo serão acordadas caso a caso por ambas as Partes Contratantes.

2. O presente Acordo entra em vigor na data do recebimento, por via diplomática, da segunda comunicação na qual se informa o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a sua aprovação.

3. O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes Contratantes mediante a troca de notas diplomáticas.

4. Qualquer uma das Partes Contratantes

poderá dar por terminado o presente Acordo, mediante denúncia formalizada por nota diplomática, que surtirá efeitos 6 (seis) meses após a data do seu recebimento pela outra Parte.

Em testemunho do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Firmado em Brasília, aos 31 dias do mês de agosto de 2004, em 2 (dois) exemplares originais, redigidos em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (doravante denominados “Partes”),

Convencidos de que o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, particularmente o contrabando de armas e munições e o narcotráfico, constitui um problema que afeta as comunidades de ambos os países;

Reconhecendo que a luta contra este problema deve realizar-se por meio de atividades concertadas e harmônicas,

Interessados em fomentar a colaboração mútua neste sentido,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes comprometem-se a envidar esforços conjuntos para coibir o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, adentrando ou evoluindo nos respectivos espaços aéreos nacionais. As Partes intercambiarão as informações relevantes para o objeto do presente Acordo, com a intenção de aumentar a eficácia e ampliar o escopo da cooperação

bilateral. Esta cooperação, que se regerá pelo presente Acordo, poderá compreender, entre outras, as seguintes atividades por parte de ambos os Governos signatários:

a) intercâmbio de informações de caráter estratégico-operacional;

b) treinamento técnico ou operacional especializado;

c) fornecimento de equipamentos e recursos humanos para serem empregados em programas específicos na área mencionada anteriormente;

d) mútua assistência técnica; e

e) exercícios e operações sujeitas à legislação de cada país.

2. Os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos decorrentes deste Acordo serão, quando for pertinente e em cada caso, definidos pelas Partes por intermédio de Ajustes Complementares.

ARTIGO II

1. De acordo com as respectivas legislações internas, as Partes tomarão as medidas cabíveis para:

a) controlar o tráfego de aeronaves que se desloquem nos respectivos espaços aéreos, com o fim de cumprir os objetivos deste Acordo; e

b) intensificar o intercâmbio de informações e experiências relacionadas com o combate a aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais.

2. As Partes intercambiarão outras informações de interesse relacionado com os objetivos acima, a fim de aumentar a eficácia da cooperação bilateral.

ARTIGO III

1. As Forças Aéreas das Partes, na implementação do presente Acordo, estabelecerão programas de trabalho cobrindo períodos de dois anos. Estes programas de trabalho contemplarão objetivos, metas mensuráveis específicas e um cronograma para execução do presente Acordo.

2. Os tributos de importação ou taxas, aos

quais possam estar sujeitos os materiais e equipamentos fornecidos no âmbito deste Acordo ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do governo recipiendário, que tomará as medidas apropriadas para sua liberação.

ARTIGO IV

O Governo da República Federativa do Brasil designa como responsável pela coordenação e execução do presente Acordo o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e o Governo da República Oriental do Uruguai designa como tal o Comandante-em-chefe da Força Aérea do Uruguai.

ARTIGO V

Com vistas a alcançar os objetivos do presente Acordo e a pedido de uma das Partes, representantes das Partes reunir-se-ão periodicamente para:

- 1) avaliar a eficácia dos programas de trabalho;
- 2) recomendar aos respectivos Governos programas anuais com objetivos específicos, a serem desenvolvidos no âmbito deste Acordo e a serem implementados mediante cooperação bilateral;
- 3) examinar quaisquer questões relativas à execução e cumprimento do presente Acordo; e
- 4) apresentar aos seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

ARTIGO VI

Todas as atividades decorrentes do presente Acordo serão desenvolvidas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada uma das Partes.

ARTIGO VII

1. Este Acordo entrará em vigor na data do recebimento da última notificação pelas quais as Partes comuniquem o cumprimento dos respectivos requisitos jurídicos nacionais relativos à celebração de Tratados.

2. A denúncia do presente Acordo não afetará a validade de quaisquer programas estabelecidos anteriormente à denúncia, os quais continuarão em

vigor até o seu término.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor por prazo ilimitado, a menos que uma das Partes o denuncie por via diplomática.

4. A denúncia a que se referem os parágrafos anteriores surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data do recebimento da notificação, por via diplomática, da intenção de terminá-lo.

Feito em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados (doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo que a cooperação educacional contribuirá significativamente para o entendimento mútuo entre as nações;

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global requer recursos humanos capazes de responder aos desafios criados pelas transformações produtivas, e

Almejando incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre si, fortalecendo a amizade que une o Brasil e Barbados, bem como contribuir para a consolidação da democracia,

Resolvem celebrar um Acordo no campo educacional, nos seguintes termos:

ARTIGO 1

As Partes comprometem-se a desenvolver as relações entre os dois países no âmbito da cooperação educacional, de modo a contribuir para o melhor conhecimento das atividades no setor, observadas as respectivas legislações nacionais.

ARTIGO 2

O presente Acordo, sem prejuízo de convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países,

no setor público ou privado, tem como objetivos:

- a) o fortalecimento da cooperação educacional, especialmente em educação superior e interuniversitária;
- b) a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- c) o intercâmbio de informações e experiências no campo educacional;
- d) o estabelecimento de mecanismos de cooperação e troca de experiências na área de ensino à distância;
- e) o estabelecimento de mecanismos de cooperação na área do ensino técnico-profissionalizante;
- f) o fortalecimento da cooperação entre equipes universitárias de pesquisa; e
- g) o incremento da produção científica.

ARTIGO 3

As Partes procurarão alcançar os objetivos previstos no Artigo 2, promovendo o desenvolvimento de atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

- a) intercâmbio de missões de docentes e de pesquisadores, de dirigentes e de estudantes, de curta ou longa duração, para desenvolvimento de atividades acordadas previamente entre instituições de ensino superior;
- b) intercâmbio de docentes e de pesquisadores para a realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior;
- c) intercâmbio de técnicos, especialistas e dirigentes com a finalidade de aprofundar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino fundamental, médio e profissional, programas e métodos didáticos;
- d) intercâmbio e/ou elaboração conjunta de materiais educativos e de informações, sobre metodologias, resultados e avaliações;
- e) intercâmbio de alunos e professores por meio de convênios entre instituições de ensino médio e profissional;
- f) intercâmbio de discentes de ensino

superior nas diferentes áreas do conhecimento;

- g) apoio técnico e assessoria em projetos de treinamento e especialização de professores;
- h) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente acordadas; e
- i) troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente.

ARTIGO 4

Cada Parte procurará incentivar iniciativas e projetos de interesse comum de instituições educacionais para o ensino e difusão de sua cultura e linguagem no território da outra Parte.

ARTIGO 5

As Partes procurarão estabelecer facilidades a estudantes e pesquisadores para o aperfeiçoamento acadêmico ou profissional.

ARTIGO 6

1. As Partes, por intermédio de suas instâncias governamentais competentes e, respeitando as legislações nacionais, deverão garantir o reconhecimento dos estudos de nível fundamental e médio, ou de seus equivalentes na área de educação formal, para que estudantes de uma Parte possam continuar seus estudos em instituições competentes da outra Parte.

2. Os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio deverão ser devidamente traduzidos e legalizados pela autoridade consular competente. Serão aceitos o "histórico escolar", no caso brasileiro, e o "School Record", no caso barbadiano.

ARTIGO 7

1. O reconhecimento e/ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior de cada uma das Partes estará sujeito à legislação do país em que for solicitado/a.

2. Para fins exclusivos de ingresso em cursos de pós-graduação, os diplomas de nível superior deverão ser expedidos por instituições de ensino superior oficialmente registradas e, para serem

efetivos, estes diplomas devem ser devidamente traduzidos e legalizados pela autoridade consular competente.

ARTIGO 8

As Partes definirão, por instrumentos adequados e conforme permitir sua legislação nacional, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

ARTIGO 9

1. O presente Acordo entrará em na data de recebimento da segunda Nota em que as Partes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo terá duração indeterminada, salvo se qualquer das Partes providenciar notificação escrita de sua intenção de denunciar o Acordo, o que terá efeito seis (6) meses após o recebimento de notificação de denúncia recebida por via diplomática.

3. A denúncia do presente Acordo não afetará os programas em execução, exceto se as Partes convierem de outro modo.

4. O presente Acordo poderá ser emendado ou modificado mediante entendimento entre as Partes. As Emendas ou modificações entrarão em vigor na data de recebimento da segunda Nota em que as Partes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia Sobre Isenção Parcial de Vistos

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da Romênia (doravante denominados “Partes”),

Considerando o interesse de intensificar as relações de amizade existentes entre ambos os países e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um

Estado no território do outro Estado,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Nacionais da República Federativa do Brasil e nacionais da Romênia, portadores de passaportes comuns válidos, ficarão isentos de visto para entrar, transitar e permanecer no território do Estado da outra Parte, para fins de turismo, férias ou negócios, pelo período de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de entrada, renovável desde que a permanência total não exceda a 180 (cento e oitenta) dias no período de um ano.

ARTIGO 2

Os nacionais mencionados no Artigo 1 poderão entrar, transitar e sair do território do Estado da outra Parte em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

ARTIGO 3

1. Nacionais de ambas as Partes beneficiários do presente Acordo não estarão isentos de cumprir as leis e regulamentos em vigor no território do Estado receptor relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros.

2. As Partes informar-se-ão mutuamente, por via diplomática, com a maior brevidade possível, sobre quaisquer mudanças nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros.

ARTIGO 4

Este Acordo não limita o direito de qualquer das Partes negar a entrada ou reduzir a permanência de nacionais da outra Parte considerados indesejáveis no território do Estado receptor.

ARTIGO 5

As Partes concordam em readmitir seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades nem despesas adicionais.

ARTIGO 6

1. As Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes dos seus passaportes válidos, acompanhados de informação detalhada sobre suas

características e usos, até 30 (trinta) dias depois da data de assinatura deste Acordo.

2. Em caso de qualquer modificação dos passaportes válidos, as Partes intercambiarão, por via diplomática, de seus novos espécimes, com informação detalhada sobre suas características e usos, pelo menos 30 (trinta) dias antes de sua introdução.

ARTIGO 7

Por motivos de segurança, ordem pública ou proteção à saúde, qualquer das Partes poderá suspender, total ou parcialmente, a aplicação deste Acordo. Tal suspensão deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a maior brevidade possível.

ARTIGO 8

1. Este Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da última das Notas diplomáticas nas quais as Partes se informam sobre o cumprimento das formalidades legais internas para sua entrada em vigor.

2. Este Acordo poderá ser emendado se ambas as Partes assim desejarem; as emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste Artigo.

3. Ambas as Partes poderão denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Os efeitos do Acordo cessarão 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de notificação da outra Parte.

Feito em Bucareste, em 16 de outubro de 2004, em dois exemplares, nos idiomas português, romeno e inglês. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em sua versão inglesa.

Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para Automatização do Voto na República Do Paraguai

CONVÊNIO SUPLEMENTAR No. 3

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado “o Governo”), e A Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos

(doravante denominado “SG/OEA” e conjuntamente denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

Os princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos, reiterados na Carta Democrática Interamericana, de 11 de setembro de 2001, que consagram o direito de todos os povos americanos à paz, à estabilidade, ao desenvolvimento social e à livre expressão de suas vontades mediante a celebração de eleições periódicas, livres, justas, baseadas no sufrágio universal e secreto;

Que em 17 de julho de 2002, as Partes assinaram um convênio de cooperação (doravante denominado “Convênio”) a fim de atender aos pedidos de cooperação técnica recebidos pela SG/OEA de tribunais ou jurados eleitorais de outros Estados membros da OEA para a realização de Projetos de Automação do Voto;

Que o referido Convênio, em seu Artigo 1.2, dispõe que para a implementação da cooperação técnica as Partes celebrarão convênios suplementares, sujeitos às diretrizes estabelecidos no Convênio, nos quais sejam especificados os detalhes pertinentes e os recursos financeiros envolvidos;

Que o Tribunal Supremo de Justiça Eleitoral da República do Paraguai (doravante mencionado como TSJE) solicitou a cooperação da SG/OEA para a implementação de um plano piloto de voto eletrônico durante as eleições internas de 24 de Outubro de 2004 e as municipais a realizar-se em 19 de Dezembro de 2004 nesse país (doravante mencionado como Projeto), para o qual se assinará o acordo respectivo;

Que o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil (doravante denominado TSE) concordou em prestar assistência técnica no planejamento e na execução do projeto de utilização parcial de urnas eletrônicas na República do Paraguai, nas mencionadas eleições,

CONVIERAM o seguinte:

ARTIGO I

Objetivo

1. O presente Convênio Suplementar tem por objetivo estabelecer os termos e as condições em que as Partes prestarão assistência técnica para a execução do Projeto de utilização de urnas eletrônicas na República do Paraguai.

2. Para a execução do Projeto prevê-se a utilização de 250 urnas de votação (UE) para as eleições internas de 24 de Outubro de 2004 y 15 urnas de votação para as municipais a realizar-se em 19 de Dezembro de 2004.

ARTIGO II

Atividades do TSE

As atividades de cooperação técnica que realizará o TSE serão as seguintes:

a. Estabelecer e coordenar, juntamente com a SG/OEA e o TSJE, o cronograma de atividades;

b. Comunicar à SG/OEA de forma detalhada a relação das 250 máquinas de votação e de seus acessórios que serão utilizados para a execução do Projeto;

c. Comunicar à SG/OEA, de acordo com o cronograma de trabalho, os lugares de entrega, a quantidade de máquinas a entregar por local e o nome do responsável pela entrega das máquinas de votação e de seus acessórios;

d. De conformidade com o Artigo 2.2 do Convênio, entregar à SG/OEA 50 máquinas de votação e seus acessórios, liberados, para a exportação e importação temporal, pela alfândega do Brasil;

e. Comunicar à SG/OEA, de acordo com o cronograma de trabalho, a relação dos técnicos do TSE que participarão do Projeto, por atividade, segundo o estabelecido nas reuniões prévias realizadas com pessoal Tribunais eleitorais (TE) e os técnicos da SG/OEA;

f. Participar das tarefas de desenvolvimento e/ou de adaptação do software de capacitação e do software final de votação;

g. Participar dos workshops de capacitação dirigidos a funcionários da Junta Cívica (JC), monitores de capacitação e aos estudantes

universitários selecionados para prestar apoio ao TSJE no dia da eleição;

h. Prestar a assistência técnica requerida pela SG/OEA durante o processo eleitoral, incluindo o fim de semana da eleição.

ARTIGO III

Atividades da SG/OEA

As atividades de cooperação técnica que realizará a SG/OEA, serão as seguintes:

a. Obter a franquias para importação/exportação temporária das máquinas de votação e respectivos acessórios do Brasil e para o Brasil ou responder pelos impostos incidentes;

b. Contratar, previamente e sem nenhum ônus para o TSE, seguro para os equipamentos em questão, respeitando o valor mínimo unitário de R\$ 1.092,87 (um mil noventa e dois reais e oitenta sete centavos);

c. Receber as máquinas de votação e respectivos acessórios que forem entregues pelo TSE, no local acordado;

d. Cobrir todos os custos relativos ao transporte e armazenamento das máquinas de votação e seus acessórios;

e. Devolver, por sua conta, todos os equipamentos nas mesmas condições em que foram recebidos, na sede do TSE ou dos TPE dos quais tenham sido retirados;

f. Cobrir os custos de passagens e diárias dos funcionários e técnicos do TSE que participem das reuniões de trabalho e de assessoria que se realizem no Paraguai.

ARTIGO IV

Disposições Gerais

1. Os aspectos não previstos no presente Convênio Suplementar reger-se-ão pelo disposto no Convênio.

2. O presente Convênio Suplementar entrará em vigor na data de sua assinatura pelos representantes autorizados das Partes, e permanecerá em vigor durante a execução do Projeto, cuja duração não irá além de 31 de Dezembro de 2004.

3. Este Convênio Suplementar poderá ser terminado por mútuo consentimento ou poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação escrita à outra com antecedência não inferior a trinta (30) dias. Não obstante, as obrigações irrevogáveis contraídas pela SG/OEA, no tocante ao Projeto, com anterioridade ao recebimento da notificação deverão ser respeitadas e cumpridas.

Em fé do que, os representantes das Partes, devidamente autorizados para este efeito, assinam este Convênio Suplementar em Washington, aos 18 dias do mês de outubro de 2004, em duas vias originais igualmente válidas, no idioma português.

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e Outras Modalidades Delituosas

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominados como “Partes”),

Conscientes da necessidade de consolidar e desenvolver relações amistosas entre os dois países e de fortalecer sua cooperação no combate à criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas,

Preocupados com a expansão da criminalidade, em particular, os ilícitos transnacionais, incluindo o tráfico ilícito de drogas e delitos conexos, bem como o terrorismo;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional na luta contra a criminalidade;

Reconhecendo a necessidade de adoção de medidas efetivas doravante mencionadas, com vistas a assegurar a integridade das instituições e dos cidadãos doravante;

Em consonância com as normas do Direito Internacional, as respectivas legislações nacionais e os princípios de igualdade, reciprocidade e benefício mútuo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Escopo da Cooperação

As Partes, de acordo com as leis de seus respectivos países e tratados internacionais pertinentes, sob a jurisdição das Autoridades Competentes responsáveis pela implementação do presente Acordo, cooperarão mutuamente para prevenir e combater, particularmente, os seguintes crimes:

- a) produção ilegal e tráfico de drogas entorpecentes e substâncias psicotrópicas, inclusive, precursores químicos;
- b) terrorismo internacional e seu financiamento;
- c) contrabando de imigrantes e tráfico de seres humanos, especialmente, mulheres e crianças;
- d) exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- e) lavagem de dinheiro;
- f) falsificação de dinheiro e apólices negociáveis;
- g) falsificação de passaportes, vistos e outros documentos;
- h) tráfico ilegal de armas de fogo, munições, explosivos e suas partes;
- i) tráfico ilegal de materiais nucleares e outros materiais radioativos;
- j) fraude;
- k) crime cibernético;
- l) falsificação e contrabando de mercadorias.

ARTIGO 2

Autoridades Competentes

1. As Autoridades Competentes referidas no presente Acordo serão:

- a) por Parte do Governo da República Popular da China, o Ministério da Segurança Pública, e
- b) por Parte do Governo da República Federativa do Brasil, os seguintes órgãos:
 - Ministério da Justiça;
 - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;
 - Secretaria Nacional de Segurança Pública;

- Departamento de Polícia Federal;
- Agência Brasileira de Inteligência;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

2. A fim de implementar o presente Acordo, e dentro de suas respectivas jurisdições legais, as Autoridades Competentes estabelecerão contato mútuo, diretamente, ou através de seus representantes autorizados.

3. As Autoridades Competentes podem permutar oficiais de ligação, como representantes, estabelecer mecanismos técnicos e determinar regras detalhadas, procedimentos e formas de cooperação.

4. As Partes informarão uma à outra, por via diplomática de quaisquer mudanças relativas à lista de Autoridades Competentes.

ARTIGO 3

Modo de Cooperação

1. Com vistas a combater o crime organizado transnacional e outras atividades criminosas, as Partes fomentarão a cooperação e o intercâmbio de informações entre as respectivas Autoridades Competentes, referentes a, inter alia:

- a) identificação de pessoas envolvidas nas atividades ilícitas mencionadas no Artigo 1;
- b) elementos fundamentais dos crimes, inclusive, datas, locais, modus operandi e objetos;
- c) organizações criminosas de todos os tipos, suas lideranças, membros, estruturas, atividades e relações com outros grupos envolvidos em atividades ilícitas;
- d) técnicas e métodos de combate ao crime organizado transnacional e lavagem de dinheiro;
- e) técnicas e métodos de comunicação usados pelas organizações criminosas;
- f) atividades levadas a cabo por grupos terroristas, suas estruturas organizacionais, membros, meios de financiamento e modus operandi;
- g) técnicas e métodos para a prevenção e erradicação do terrorismo;
- h) métodos usados na produção ilícita de narcóticos e substâncias psicotrópicas, rotas de

tráfico internacional, formas de ocultação e distribuição de tais substâncias, bem como métodos de combate contra essas atividades;

i) pessoas e organizações envolvidas na produção e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus modus operandi;

j) estatísticas e estudos relativos à produção, tráfico e uso de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

k) legislação e políticas relacionadas ao combate do uso e posse de entorpecentes e substâncias psicotrópicas para fins não-legítimos;

l) controle e fiscalização de precursores químicos;

m) prevenção e combate ao tráfico de pessoas e migrantes, especialmente, informações relacionadas com organizações criminosas e seus membros, amostras de documentos de viagens, selos e vistos.

2. As Partes providenciarão assistência recíproca nas seguintes áreas:

a) localização e identificação de pessoas suspeitas e pessoas que tenham sido processadas e/ou penalmente sentenciadas, bem como troca de informações sobre seus ativos (bens imóveis e outros);

b) localização de pessoas desaparecidas;

c) localização de instrumentos e produtos de crimes;

d) compartilhamento de informações incluídas em registros públicos oficiais.

3. Os pedidos de cooperação e intercâmbio de informações, bem como as informações relativas às atividades criminosas mencionadas no presente Artigo serão apresentadas por escrito, exceto, em casos urgentes.

4. A fim de assegurar a comunicação efetiva e em tempo oportuno, os dois lados concordaram em disponibilizar uma linha direta 24 horas. Por parte da China, a autoridade competente será o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério de Segurança Pública, Tel. 86 10

65203329, Fax 86 10 65241596, e-mail: gabzyx@sina.com. Por parte do Brasil, a autoridade competente será o Departamento de Polícia Federal, Tel. 55 61 311.8340 e 55 61 311.8452, Fax 55 61 311.8342, e-mail: dcor@dpf.gov.br.

5. As duas Partes concordaram que o Inglês será o idioma de trabalho usado na linha direta.

ARTIGO 4

Intercâmbio de Experiências

As Autoridades Competentes trocarão experiências nas seguintes áreas:

a) prevenção, repressão e investigação de crimes;

b) controle de armas de fogo, munições, explosivos, materiais químicos, biológicos e nucleares e outras substâncias radioativas e perigosas;

c) segurança das estradas, estradas de ferro, portos e aeroportos, bem como navegação e aviação civil;

d) medidas defensivas e métodos técnicos de investigação e prevenção de crimes cibernéticos;

e) estrutura da polícia e legislação;

d) capacitação da polícia e educação.

ARTIGO 5

Confidencialidade

1. Cada Parte protegerá toda informação confidencial recebida da outra Parte. O grau de confidencialidade da informação disponibilizada, no âmbito da implementação do presente Acordo, será definido pela Parte que a fornecer.

2. Informação, materiais e recursos técnicos recebidos por uma das Partes no âmbito da implementação do presente Acordo não serão transmitidos a terceiras Partes ou pessoas, sem aprovação prévia da Parte que os disponibilizar.

ARTIGO 6

Recusa de Solicitações

Solicitações de assistência poderão ser recusadas, integral ou parcialmente, se a Parte solicitada considerar que a execução da solicitação seja prejudicial à soberania do Estado, segurança nacional ou interesse público, ou incompatível com o

ordenamento jurídico nacional.

ARTIGO 7

Despesas

As despesas relativas à implementação do presente Acordo serão custeadas pela Parte em cujo território ocorrerem as atividades, exceto quando as Partes decidirem em contrário.

ARTIGO 8

Acompanhamento do Acordo

A fim de avaliar a implementação do presente Acordo, as Partes organizarão, uma vez a cada dois anos, ou sempre que considerado necessário, em cada capital alternadamente, reuniões entre os representantes das Autoridades Competentes. Tais reuniões serão propostas pelos canais diplomáticos, com os seguintes objetivos, dentre outros:

a) identificar estratégias de cooperação a serem desenvolvidas no combate aos crimes mencionados no presente Acordo;

b) avaliar atividades conjuntas;

c) facilitar a comunicação entre as Autoridades Competentes;

d) trocar informações e experiências.

ARTIGO 9

Referência a Outras Convenções Internacionais

O presente Acordo não afetará a implementação de obrigações internacionais emanadas de outras convenções internacionais celebradas pelas Partes ou às quais tenham aderido.

ARTIGO 10

Emenda ao Acordo

O presente Acordo pode ser modificado e suplementado por consentimento mútuo das Partes.

ARTIGO 11

Data da Validade e Idioma

1. As Partes informarão uma à outra, por via diplomática, do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo. A entrada em vigor do presente Acordo ocorrerá 30 dias após o recebimento da segunda comunicação referente à aprovação interna do

instrumento.

2. O presente Acordo permanecerá em vigor indefinidamente.

3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação. O presente Acordo expirará 90 dias após o recebimento do instrumento de denúncia.

O presente Acordo é assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004, em dois originais, em português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China

A República Federativa do Brasil e a República Popular da China (doravante denominadas “Partes”),

Desejando promover uma cooperação efetiva entre os dois países, para eliminar a criminalidade, com base no respeito mútuo pela soberania, igualdade e benefício mútuo,

Decidiram celebrar este Tratado nos seguintes termos:

ARTIGO 1

Da Obrigação de Extraditar

Cada uma das Partes se obriga, de acordo com as disposições do presente Tratado e a pedido da outra Parte, a entregar reciprocamente as pessoas que se encontrem em seus respectivos territórios e que sejam procuradas pela outra Parte, para serem processadas ou para a execução de uma pena imposta àquela pessoa.

ARTIGO 2

Dos Delitos que dão Causa à Extradução

1. A extradição não será concedida a não ser que o fato que embasar o pedido esteja tipificado como delito segundo as leis da Parte requerente e da Parte requerida e preencher uma das seguintes condições:

a) se o pedido de extradição objetivar um processo criminal, o delito for punível, segundo a legislação de ambas as Partes, com uma pena de prisão de 1 (um) ano ou superior;

b) se o pedido de extradição objetivar o cumprimento de uma pena, o período que restar para o seu cumprimento for de pelo menos 1 (um) ano de prisão no momento da apresentação do pedido.

2. Na determinação de se o fato pelo qual a extradição foi pedida constitui um delito de acordo com as leis de ambas as Partes, de acordo com o parágrafo 1º deste Artigo, não importa se as leis de ambas as Partes enquadrem o delito na mesma categoria ou lhe dão a mesma denominação.

3. Se o pedido de extradição referir-se a dois ou mais fatos, e cada um deles constituir um delito segundo as leis de ambas as Partes e, pelo menos um deles for punível com pena de duração mínima igual à mencionada no parágrafo 1º deste Artigo, a Parte Requerida poderá conceder a extradição.

ARTIGO 3

Da Recusa Obrigatória da Extradução

1. A extradição não será concedida se:

a) a Parte requerida considerar que o delito que embasou o pedido de extradição é político;

b) a Parte requerida tiver motivos substanciais para acreditar que a extradição tenha sido pedida com o propósito de processar ou punir a pessoa reclamada em razão da raça, sexo, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, ou ainda que a situação da pessoa reclamada em processo judicial possa ser prejudicada em função de uma dessas razões;

c) o delito pelo qual a extradição esteja sendo pedida seja de natureza exclusivamente militar, de acordo com as leis da Parte requerida;

d) a pessoa reclamada for nacional da Parte requerida, conforme sua legislação interna;

e) a pessoa reclamada tornar-se insuscetível de processo ou da execução da sentença por qualquer razão, inclusive prescrição ou anistia, segundo a legislação interna de qualquer das partes;

f) a sentença já tiver transitado em julgado,

ou o processo encerrado, na Parte requerida, em relação ao delito pelo qual a extradição esteja sendo pedida;

g) o pedido de extradição se referir a crime, cujo processo seja instaurado por iniciativa da vítima, de acordo com a legislação de qualquer das Partes; ou

h) a pessoa reclamada tenha sido condenada ou deva ser julgada na Parte requerente por um tribunal de exceção ou “ad hoc”.

i) a pena que possa ser imposta na Parte requerente à pessoa reclamada conflitar com os princípios fundamentais do direito da Parte requerida;

2. Para os fins da alínea a do parágrafo 1, não serão considerados delitos políticos, em nenhuma circunstância, aqueles que não são considerados como tais em Tratados internacionais dos quais as Partes são Estados-Partes.

ARTIGO 4

Da Recusa Facultativa da Extradição

A extradição poderá ser recusada se:

a) a Parte requerida tiver jurisdição, de acordo com sua lei interna, sobre o delito pelo qual a extradição está sendo pedida, e tenha iniciado ou contemple iniciar um processo contra a pessoa reclamada por esse delito;

b) a Parte requerida, ainda que levando em conta a gravidade do crime e os interesses da Parte requerente, considerar que a extradição seria incompatível por razões humanitárias, à vista da idade, da saúde ou de outras circunstâncias pessoais da pessoa reclamada.

ARTIGO 5

Da Obrigação de Instauração de Processo Criminal na Parte Requerida

Se a extradição não for concedida, de acordo com a alínea d do parágrafo 1 do Artigo 3 do presente Tratado, a Parte requerida deverá, a pedido da Parte requerente, submeter o caso as suas autoridades competentes, para a instauração de um processo criminal, conforme a sua lei interna. Para tal fim, a Parte requerente deverá entregar à Parte

requerida a documentação e as provas referentes ao caso.

ARTIGO 6

Dos Canais de Comunicação e Autoridades Centrais

1. Para os fins do presente Tratado, as Partes comunicar-se-ão pela via diplomática.

2. As Autoridades Centrais competentes para a aplicação do presente Tratado serão, para a República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça e, para a República Popular da China, o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ARTIGO 7

Do Pedido de Extradição e da Documentação Exigida

1. O pedido de extradição deverá ser formulado por escrito e incluirá ou será acompanhado por:

a) o nome da autoridade requerente;

b) o nome, a idade, o sexo, a nacionalidade, os documentos de identidade, a profissão, o domicílio ou a residência e qualquer outra informação que possa auxiliar a determinar a identidade e a localização da pessoa reclamada, bem como, se disponível, a descrição, a fotografia e as impressões digitais;

c) descrição do fato pelo qual se requer a extradição, inclusive sumário do ato criminal e de suas consequências;

d) texto das disposições legais relevantes que estabeleçam a jurisdição criminal, a determinação do delito e a indicação da pena que pode ser imposta; e

e) texto das disposições legais relevantes, descrevendo os prazos da prescrição do processo ou da execução da sentença.

2. Adicionalmente às disposições do parágrafo 1º deste Artigo:

a) se o pedido de extradição visar a um processo criminal contra a pessoa reclamada, deverá ser também acompanhado de uma cópia do mandado de prisão emitido pela autoridade competente da Parte requerente; ou

b) se o pedido de extradição objetivar o

cumprimento de uma sentença imposta à pessoa reclamada, deverá ser também acompanhado de uma cópia da sentença definitiva e de informação sobre o tempo de pena já cumprido.

3. O pedido de extradição, assim como os documentos que o instruírem, deverão ser traduzidos para o idioma da Parte requerida e estarão isentos de legalização ou formalidade semelhante. Caso forem apresentadas cópias de documentos, estas deverão estar autenticadas por autoridade competente.

ARTIGO 8

Da Informação Adicional

Se a Parte requerida considerar que a informação fornecida com o pedido de extradição não é suficiente, poderá solicitar que novas informações sejam fornecidas dentro de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, caso a Parte requerente justifique, por mais 15 (quinze) dias. Se a Parte requerida não conseguir apresentar as informações adicionais dentro desse prazo, considerar-se-á que renunciou voluntariamente ao pedido de extradição. No entanto, a Parte requerida não estará impedida de apresentar novo pedido de extradição pelo mesmo delito.

ARTIGO 9

Da Prisão Preventiva

1. Em caso de urgência, uma das Partes poderá pedir a prisão preventiva da pessoa reclamada pela outra Parte, à espera da apresentação do pedido de extradição. Tal pedido poderá ser apresentado, por escrito, por intermédio dos canais estipulados no artigo 6 do presente Tratado, da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) ou de outros canais mutuamente acordados pelas Partes.

2. O pedido de prisão preventiva deverá conter os documentos indicados no parágrafo 1º do artigo 7 do presente Tratado, uma declaração da existência dos documentos indicados no parágrafo 2 daquele artigo e uma declaração de que o pedido formal de extradição da pessoa reclamada será encaminhado. Todos esses documentos deverão ser

traduzidos para o idioma da Parte requerida.

3. A Parte requerida deverá informar prontamente à Parte requerente sobre o resultado do pedido.

4. A prisão preventiva será relaxada se, dentro de 60 (sessenta) dias contados da notificação à Embaixada da Parte requerente sobre a prisão preventiva da pessoa reclamada, a Parte requerida não tiver recebido o pedido formal de extradição. Por solicitação devidamente fundamentada pela Parte requerente, esse prazo poderá ser estendido por mais 15 (quinze) dias.

5. O relaxamento da prisão preventiva de acordo com o parágrafo 4º deste artigo não impedirá a extradição da pessoa reclamada se a Parte requerida receber posteriormente o pedido formal de extradição.

ARTIGO 10

Da Decisão sobre o Pedido de Extradição

1. A Parte requerida deverá tratar o pedido de extradição de acordo com os procedimentos estabelecidos por sua legislação interna e informar prontamente sua decisão à Parte requerente.

2. Se a Parte requerida recusar, no todo ou em parte, o pedido de extradição, deverá notificar à Parte requerente as razões dessa recusa.

ARTIGO 11

Da Entrega do Extraditando

1. Se a extradição for concedida pela Parte requerida, as Partes deverão acordar sobre a data, o lugar e outros aspectos relevantes relativos à execução da extradição. A Parte requerida informará à Parte requerente o período de tempo durante o qual o extraditando permaneceu detido para fins de extradição.

2. Se a Parte requerente não tiver retirado o extraditando dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da notificação à Embaixada da Parte requerente sobre o deferimento do pedido, a Parte requerida deverá libertá-lo e poderá recusar novo pedido de extradição da pessoa pelo mesmo delito, a não ser no caso do disposto no parágrafo 3 deste Artigo.

3. Se motivos de força maior impedirem que uma das Partes entregue ou receba a pessoa reclamada, deverá notificar a outra Parte. As duas Partes deverão acordar nova data para a entrega.

ARTIGO 12

Da Entrega Diferida e Temporária

1. Se a pessoa reclamada estiver sendo processada ou estiver cumprindo pena na Parte requerida por um crime diferente daquele pelo qual a extradição foi pedida, a Parte requerida poderá, depois de ter tomado a decisão de conceder a extradição, diferir a entrega até a conclusão do processo ou da execução da sentença. A Parte requerida informará à Parte requerente do diferimento da entrega.

2. Se o diferimento da entrega, segundo o parágrafo 1 deste Artigo resultar na prescrição na Parte requerente ou impedir investigações sobre os fatos que fundamentam o pedido de extradição, a Parte requerida poderá, na medida em que sua lei interna o permitir, extraditar temporariamente a pessoa reclamada para a Parte requerente. A Parte requerente, depois de ter concluído o processo penal, deverá devolver sem demora tal pessoa e conforme o acordado entre as duas Partes.

ARTIGO 13

Do Concurso de Pedidos

Se uma Parte e qualquer terceiro Estado formularem pedidos de extradição com relação à mesma pessoa, a Parte requerida decidirá a que pedido atender.

ARTIGO 14

Da Regra de Especialidade

A pessoa extraditada de acordo com o presente Tratado não poderá ser processada nem sujeita à execução de sentença, na Parte requerente, por um delito cometido previamente a sua entrega, a não ser por aqueles pelos quais a extradição foi concedida, nem reextraditada a um terceiro Estado, a não ser que:

a) a Parte requerida tenha dado seu consentimento prévio. Para o fim desse consentimento, a Parte requerida poderá solicitar a

apresentação dos documentos e das informações mencionadas no artigo 7 e uma declaração da pessoa extraditada com respeito ao crime mencionado; ou

b) que essa pessoa não tenha abandonado o território da Parte requerente dentro de 30 (trinta) dias depois de estar livre para fazê-lo. No entanto, esse período de tempo não incluirá o período de tempo durante o qual a pessoa não pôde deixar o território da Parte requerida por razões fora de seu controle; ou

c) essa pessoa retornou voluntariamente ao território da Parte requerente após tê-lo abandonado.

ARTIGO 15

Das Garantias do Extraditando

1. A pessoa reclamada gozará, na Parte requerida, de todos os direitos e garantias que conceda a legislação desse Estado. Deverá ser assistida por um defensor, e se necessário, por um intérprete.

2. O período de detenção cumprido pela pessoa extraditada na Parte requerida, em virtude da extradição, será computado na pena a ser cumprida na Parte requerente.

ARTIGO 16

Da Entrega de Bens, Objetos e Valores

1. Se a Parte requerente solicitar, a Parte requerida deverá, na medida em que sua legislação interna permita, apreender os bens, objetos e valores, que tenham sido encontrados em seu território, que sejam instrumentos ou produtos do crime ou que possam servir de prova e, quando a extradição for concedida, entregá-los à Parte requerente.

2. Quando a extradição for concedida, os bens, objetos e valores mencionados no parágrafo 1 deste artigo deverão ser entregues mesmo que a extradição não possa ser executada devido à morte, desaparecimento ou fuga da pessoa reclamada.

3. A Parte requerida poderá, em razão de qualquer outro processo penal em curso, adiar a entrega dos mencionados bens, objetos e valores até a conclusão do processo, ou entregá-los temporariamente à Parte requerente, sob condição

de sua restituição futura à Parte requerida.

4. A entrega dos bens, objetos e valores não prejudicarão os direitos legítimos da Parte requerida ou de terceiros. Se tais direitos existirem, a Parte requerente deverá, se solicitado pela Parte requerida, devolvê-los imediatamente logo que termine o processo, sem qualquer ônus para a Parte requerida.

ARTIGO 17

Do Trânsito

1. As Partes cooperarão entre si, conforme suas legislações internas, visando facilitar o trânsito, por seu território, de pessoas extraditadas. Para esse fim, o trânsito pelo território de uma das Partes exigirá a apresentação prévia de uma solicitação acompanhada de uma cópia da comunicação que autoriza a extradição.

2. Não será necessário solicitar o trânsito do extraditando quando forem utilizados meios civis de transporte aéreo, sem previsão de aterrissagem no território da Parte de trânsito.

3. Caberá às autoridades da Parte de trânsito, de acordo com sua legislação interna, a custódia do extraditando enquanto em seu território.

ARTIGO 18

Da Comunicação da Decisão

A Parte requerente deverá notificar imediatamente à Parte requerida a decisão final proferida no processo ou a execução da sentença que deu origem ao pedido de extradição ou, ainda, informação sobre a reextradição para um terceiro Estado.

ARTIGO 19

Dos Custos

A Parte requerida arcará com os custos do processo no seu território. As despesas de transporte e os custos de trânsito relacionados com a entrega ou o recebimento do extraditado correrão à conta da Parte requerente.

ARTIGO 20

Da Relação com Outros Tratados

O presente Tratado não afetará nenhum direito ou obrigação das Partes em virtude de outros

Tratados de que são signatários.

ARTIGO 21

Da Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia decorrente da aplicação ou da interpretação do presente Tratado será resolvida pela via diplomática.

ARTIGO 22

Da Entrada em Vigor e Denúncia

1. O presente Tratado está sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados em Pequim. O presente Tratado entrará em vigor no 30º (trigésimo) dia após a troca dos instrumentos de ratificação.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Tratado, por escrito e pela via diplomática. A denúncia produzirá efeito no 180º (centésimo octogésimo) dia após a data em que a denúncia tiver sido efetuada. A denúncia não afeta os pedidos de extradição formulados antes da denúncia.

3. O presente Tratado aplicar-se-á a quaisquer pedidos formulados depois de sua entrada em vigor, mesmo se os delitos pelos quais os pedidos forem apresentados tenham ocorrido antes de sua entrada em vigência.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Tratado.

Feito em Brasília, em doze de novembro de 2004, em dois originais, cada um deles nas línguas portuguesa, chinesa e inglesa, ambos igualmente autênticos. Em caso de divergência, as Partes se referirão ao texto em inglês.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Reconhecendo o interesse de fortalecer os laços de amizade existentes entre as Partes Contratantes;

Considerando o interesse mútuo de aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes de uma cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado “Acordo”, tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes, que serão oportunamente determinadas.

ARTIGO II

1. A implementação da cooperação técnica sob a égide deste Acordo será feita em conformidade com programas, projetos e atividades de cooperação técnica, objeto de ajustes complementares.

2. Igualmente, por meio de ajustes complementares, serão definidas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas, projetos e atividades.

3. As Partes Contratantes poderão considerar a participação de instituições dos setores público e privado, assim como de organizações não-governamentais de ambos os países nos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo.

4. As Partes Contratantes poderão, em conjunto ou separadamente, buscar o financiamento necessário à execução dos programas, projetos e atividades aprovados a fundos próprios de organismos internacionais, fundos, programas regionais e internacionais e outros doadores.

ARTIGO III

1. Serão convocadas reuniões entre

representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades de cooperação técnica, tais como:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias em que seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) definir mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Plano de Trabalho;

d) analisar, aprovar e implementar programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e data das reuniões mencionadas no parágrafo anterior serão definidos por via diplomática.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados, nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

ARTIGO V

Cada uma das Partes Contratantes assegurará ao pessoal enviado pela outra Parte Contratante, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário, bem como aquele relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação indispensável para o cumprimento de suas funções específicas.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte Contratante para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso:

a) visto oficial, solicitado por via diplomática;

b) isenção de impostos e demais gravames

incidentes sobre importação, nos seis primeiros meses a partir da data de chegada, de bens de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) idêntica isenção àquela prevista na alínea “b” deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos quanto a salários a cargo da instituição da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício práticos no âmbito deste;

f) as isenções objeto do presente artigo não se aplicam aos funcionários brasileiros ou aos funcionários estrangeiros com visto permanente.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o envie e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o recebe.

ARTIGO VII

O pessoal enviado de uma Parte Contratante à outra Parte Contratante no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VI do presente Acordo.

ARTIGO VIII

1. Serão isentos de todas as taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação os bens, equipamentos e materiais eventualmente fornecidos por uma das Partes Contratantes à outra Parte Contratante, para a execução de programas, projetos e atividades desenvolvidos no âmbito deste Acordo.

2. Ao término dos programas, projetos e

atividades, todos aqueles equipamentos e materiais que não tiverem sido doados pela Parte Contratante que os fornece à outra Parte Contratante, serão reexportados com igual isenção de taxas, impostos e demais gravames de exportação e de importação.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste à outra Parte Contratante, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data de recebimento da respectiva notificação.

2. Em caso de denúncia do presente Acordo, os programas, projetos e atividades em execução não serão afetados, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente, por escrito.

ARTIGO X

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra Parte Contratante, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Feito em Bridgewon, em 21 de novembro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa,

Desejosos de concluir uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

Pessoas Visadas

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2

Impostos Visados

1. Os impostos aos quais se aplica a Convenção são:

a) no caso do Brasil:

o imposto federal sobre a renda (doravante denominado “imposto brasileiro”);

b) no caso da Rússia:

i) o imposto sobre os lucros das organizações;

ii) o imposto sobre as pessoas físicas (doravante denominado “imposto russo”).

2. A Convenção se aplica também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente similares que forem introduzidos por qualquer dos Estados Contratantes após a data da assinatura da mesma, seja em adição aos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão quaisquer modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações fiscais.

ARTIGO 3

Definições Gerais

1. Para os fins da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) as expressões “um Estado Contratante” e “o outro Estado Contratante” significam a República Federativa do Brasil ou a Federação Russa, de acordo com o contexto;

b) o termo “a República Federativa do Brasil (Brasil)” significa o território da República Federativa do Brasil, inclusive seu mar territorial conforme definido na Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, e os correspondentes leito e subsolo, assim como qualquer área marítima além do mar territorial, inclusive o leito e o subsolo, na medida em

que o Brasil exerça direitos soberanos em tal área relativamente à exploração e utilização dos recursos naturais de acordo com o Direito Internacional;

c) o termo “a Federação Russa (Rússia)” significa o território da Federação Russa, assim como sua plataforma continental e zona econômica exclusiva, onde a Federação Russa possui direitos soberanos e exerce jurisdição de acordo com o Direito Internacional;

d) o termo “pessoa” inclui uma pessoa física, uma sociedade e qualquer outro grupo de pessoas;

e) as expressões “empresa de um Estado Contratante” e “empresa do outro Estado Contratante” significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

f) o termo “sociedade” significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;

g) a expressão “tráfego internacional” significa qualquer transporte efetuado por um navio ou uma aeronave operados por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando tal transporte se realize somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;

h) o termo “nacional” significa:

i) qualquer pessoa física que possua:

- no caso do Brasil, a nacionalidade do Brasil;

- no caso da Rússia, a cidadania da Rússia;

ii) qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;

i) a expressão “autoridade competente” significa:

i) no caso da República Federativa do Brasil: o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

ii) no caso da Federação Russa: o Ministério

das Finanças da Federação Russa ou seus representantes autorizados.

2. Para a aplicação da Convenção a qualquer tempo por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que a esse tempo lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objeto da Convenção, prevalecendo os efeitos atribuídos a esse termo ou expressão pelo direito tributário desse Estado sobre o significado que lhe atribuem outras leis desse Estado.

ARTIGO 4

Domicílio Fiscal

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão “residente de um Estado Contratante” significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está sujeita a imposto nesse Estado em razão de seu domicílio, residência, sede de direção, local de registro ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui esse Estado e qualquer uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) essa pessoa será considerada como residente apenas do Estado Contratante em que dispuser de uma habitação permanente; se ela dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente apenas do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas forem mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado em que essa pessoa tiver seu centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada como residente apenas do Estado em que permanecer habitualmente;

c) se essa pessoa permanecer habitualmente

em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente apenas do Estado de que for nacional;

d) se cada Estado considerar essa pessoa como nacional ou se ela não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente apenas do Estado em que estiver situada sua sede de direção efetiva.

ARTIGO 5

Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão “estabelecimento permanente” significa uma instalação fixa de negócios por meio da qual as atividades de uma empresa são exercidas, no todo ou em parte, no outro Estado Contratante.

2. A expressão “estabelecimento permanente” inclui especialmente:

a) uma sede de direção;

b) uma filial;

c) um escritório;

d) uma fábrica;

e) uma oficina; e

f) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais.

3. A expressão “estabelecimento permanente” compreende também um canteiro de obras, construção, montagem ou instalação, mas somente se tal local ou projeto continuarem por um período superior a nove meses.

4. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, considerar-se-á que a expressão “estabelecimento permanente” não inclui:

a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem ou exposição de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

b) a manutenção de um estoque de bens ou

mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem ou exposição;

c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de adquirir bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

f) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de qualquer combinação de atividades mencionadas nas alíneas (a) a (e).

5. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 6 - atue por conta de uma empresa e tenha e exerça habitualmente num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse Estado relativamente a qualquer atividade que essa pessoa desenvolva para a empresa, a menos que tais atividades se limitem às mencionadas no parágrafo 4, as quais não caracterizariam essa instalação fixa de negócios como um estabelecimento permanente segundo as disposições do referido parágrafo.

6. Não se considerará que uma empresa de um Estado Contratante tenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer a sua atividade por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um “status” independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades.

7. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva sua atividade nesse outro

Estado (quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo), não caracterizará, por si só, qualquer dessas sociedades como um estabelecimento permanente da outra.

ARTIGO 6

Rendimentos Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imóveis (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão “bens imóveis” terá o significado que lhe for atribuído pela legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados. Navios e aeronaves não serão considerados bens imóveis.

A expressão “bens imóveis” incluirá, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imóveis e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos pela exploração, ou concessão da exploração, de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais.

3. As disposições do parágrafo 1 aplicar-se-ão aos rendimentos provenientes do uso direto, locação ou uso, sob qualquer outra forma, de bens imóveis.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicar-se-ão, igualmente, aos rendimentos provenientes de bens imóveis de uma empresa e aos rendimentos provenientes de bens imóveis utilizados na prestação de serviços independentes.

ARTIGO 7

Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante serão tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros

poderão ser tributados no outro Estado, mas somente no tocante à parte dos lucros atribuível ao estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se fosse uma empresa distinta e separada, que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos fins desse estabelecimento permanente, inclusive as despesas de direção e as de administração em geral assim incorridas.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato da compra de bens ou mercadorias, por esse estabelecimento permanente, para a empresa.

5. Quando os lucros incluírem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

6. Para os fins dos parágrafos precedentes, os lucros a serem atribuídos ao estabelecimento permanente serão determinados pelo mesmo método ano após ano, a não ser que haja uma boa e suficiente razão para o contrário.

ARTIGO 8

Rendimentos do Transporte Marítimo e Aéreo Internacional

1. Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa. Todavia, se a sede de direção efetiva não estiver situada em nenhum dos Estados Contratantes, esses

lucros serão tributáveis apenas no Estado de que a empresa for residente.

2. Se a sede de direção efetiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio, ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que opere o navio.

3. As disposições do parágrafo 1 também se aplicarão aos lucros provenientes da participação em um “pool”, associação ou agência de operações internacionais, mas somente à parte dos lucros assim obtidos atribuível à referida participação.

ARTIGO 9

Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, da direção, do controle ou do capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, da direção, do controle ou do capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em qualquer dos casos, forem estabelecidas ou impostas condições entre as duas empresas em suas relações comerciais ou financeiras que difiram daquelas que seriam estabelecidas entre empresas independentes, então quaisquer lucros que teriam sido obtidos por uma das empresas, mas que, em virtude dessas condições, não o foram, poderão ser acrescidos aos lucros dessa empresa e como tal tributados.

ARTIGO 10

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que reside a sociedade que os paga e de acordo com a legislação

desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo detiver diretamente pelo menos 20 por cento do capital total da sociedade que pagar os dividendos;

b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

O presente parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que derem origem ao pagamento dos dividendos.

3. O termo “dividendos”, conforme usado no presente Artigo, significa os rendimentos provenientes de ações ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, assim como rendimentos de outras participações de capital sujeitos ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação do Estado de que a sociedade que os distribui seja residente.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer, ou tiver exercido, no outro Estado Contratante de que seja residente a sociedade que paga os dividendos, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou prestar serviços de caráter independente por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e os dividendos forem atribuíveis a tal estabelecimento permanente ou base fixa. Nesse caso, aplicar-se-ão as disposições dos Artigos 7 ou 14 da presente Convenção, conforme couber.

5. Quando um residente de um Estado Contratante mantiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, esse estabelecimento permanente poderá estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação desse outro Estado Contratante. Todavia, esse imposto não poderá exceder 10 por cento do montante bruto dos lucros desse estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto de renda

de sociedades referente a esses lucros.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem exigir nenhum imposto a título de tributação dos lucros não distribuídos da sociedade, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicarão se o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de qualquer pessoa envolvida com a criação ou transferência das ações ou outros direitos em relação aos quais os dividendos forem pagos for o de tirar proveito do presente Artigo mediante tal criação ou transferência.

ARTIGO 11

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Governo

ou subdivisão política, serão isentos de imposto no primeiro Estado mencionado, a menos que a eles se aplique a alínea (b);

b) os juros de obrigações, títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, por uma de suas subdivisões políticas ou qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Governo ou subdivisão política serão tributáveis apenas nesse Estado.

4. O termo “juros”, conforme usado no presente Artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, e, em particular, os rendimentos de obrigações governamentais e os rendimentos de títulos ou debêntures, bem como quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer, ou tiver exercido, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou prestar serviços de caráter independente por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito em relação ao qual os juros forem pagos estiver efetivamente ligado a tal estabelecimento permanente ou instalação fixa. Nesse caso, aplicar-se-ão as disposições dos Artigos 7 ou 14 da presente Convenção, conforme couber.

6. Os juros considerar-se-ão provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o governo desse Estado Contratante, uma subdivisão política desse Estado, uma autoridade local desse Estado ou um residente desse Estado Contratante. Quando, entretanto, a pessoa que pagar os juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou instalação fixa em relação ao qual haja sido contraída a obrigação que der origem ao pagamento dos juros e caiba a esse estabelecimento

permanente ou instalação fixa o pagamento desses juros, tais juros serão então considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou instalação fixa estiver situado.

7. Quando, em consequência de relações especiais entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e alguma outra pessoa, o montante dos juros, considerando o crédito em relação ao qual são pagos, exceder o que teria sido acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a Parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

8. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplicará aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

9. As disposições do presente Artigo não se aplicarão se o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de qualquer pessoa envolvida com a criação ou transferência do crédito em relação ao qual os juros forem pagos tiver sido o de tirar proveito do presente Artigo mediante tal criação ou transferência.

ARTIGO 12

“Royalties”

1. Os “royalties” provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses “royalties” podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos “royalties” for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos “royalties”.

3. O termo “royalties”, conforme empregado no presente Artigo, significa pagamentos de qualquer espécie recebidos como remuneração pelo uso, ou o direito de uso, de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação para transmissão por televisão ou rádio), de qualquer patente, marca de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processo secretos, ou pelo uso, ou direito do uso, equipamento industrial, comercial ou científico, ou por informações relativas a experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão se o beneficiário efetivo dos “royalties”, residente de um Estado Contratante, exercer, ou tiver exercido, no outro Estado Contratante de que provêm os “royalties”, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou prestar serviços de caráter independente por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem em relação ao qual os “royalties” forem pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Nesse caso, aplicar-se-ão as disposições dos Artigos 7 ou 14, conforme couber.

5. Os “royalties” serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o governo desse Estado Contratante, uma subdivisão política desse Estado, uma autoridade local desse Estado ou um residente desse Estado Contratante. Quando, entretanto, a pessoa que pagar os “royalties”, residente ou não de um Estado Contratante, tiver, num Estado Contratante, um estabelecimento permanente ou uma instalação fixa em relação ao qual houver sido contraída a obrigação de pagar os “royalties”, e caiba a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa o pagamento desses “royalties”, tais “royalties” serão então considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou instalação fixa estiver situado.

6. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e alguma outra pessoa, o montante dos “royalties”, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que teria sido acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicarão se o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de qualquer pessoa envolvida com a criação ou transferência de direitos em relação aos quais os “royalties” forem pagos tiver sido o de tirar proveito do presente Artigo mediante tal criação ou transferência.

ARTIGO 13

Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imóveis referidos no Artigo 6 e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos decorrentes da alienação de bens móveis que fazem parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possui no outro Estado Contratante, ou de bens móveis que fazem parte de uma instalação fixa de que disponha um residente de um Estado no outro Estado para o fim de prestar serviços de caráter independente, inclusive os ganhos decorrentes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3. Todavia, os ganhos decorrentes da alienação de navios ou aeronaves operados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante, ou de bens móveis alocados à

exploração de tais navios ou aeronaves, serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que a empresa estiver sujeita a imposto de acordo com o Artigo 8 da presente Convenção.

4. Os ganhos decorrentes da alienação de quaisquer bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1, 2 e 3 do presente Artigo e provenientes do outro Estado Contratante podem também ser tributados nesse outro Estado.

ARTIGO 14

Serviços Profissionais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtiver pela prestação de serviços profissionais, ou em decorrência de outras atividades independentes de natureza similar, serão tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que:

a) a remuneração por esses serviços ou atividades seja paga por um residente do outro Estado Contratante ou caiba a um estabelecimento permanente ou instalação fixa aí situado; nesse caso, os rendimentos poderão também ser tributados nesse outro Estado; ou

b) tal residente, seus empregados ou quaisquer pessoas em seu nome permaneçam, ou os serviços ou atividades continuem, no outro Estado Contratante por um período ou períodos que totalizem ou excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses que comece ou termine no ano fiscal em questão; nesse caso, somente a parte dos rendimentos decorrentes dos serviços prestados ou atividades desempenhadas por tal residente poderá ser tributada nesse outro Estado; ou

c) tais serviços ou atividades sejam prestados ou desempenhados no outro Estado Contratante e o beneficiário disponha habitualmente nesse outro Estado de uma instalação fixa para o desempenho de suas atividades; nesse caso, somente a parte dos rendimentos atribuível àquela instalação fixa poderá ser tributada nesse outro Estado.

2. A expressão “serviços profissionais” inclui, especialmente, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou

pedagógico, assim como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO 15

Rendimentos de Emprego

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18, 19 e 20, os salários, ordenados e outras remunerações similares percebidas por um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego serão tributáveis somente nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Nesse caso, as remunerações correspondentes poderão ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações percebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante serão tributáveis somente no primeiro Estado mencionado se:

a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses que comece ou termine no ano fiscal em questão;

b) as remunerações forem pagas por um empregador, ou em nome de um empregador, que não seja residente do outro Estado Contratante, e

c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou instalação fixa que o empregador possua no outro Estado Contratante.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, as remunerações percebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave operados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante serão tributáveis somente no Estado Contratante em que os lucros da empresa forem tributáveis de acordo com o Artigo 8 da presente Convenção.

ARTIGO 16

Remunerações de Direção

As remunerações de direção e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro da diretoria ou de qualquer outro conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17

Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou como músico, ou na qualidade de desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Quando os rendimentos de atividades pessoais exercidas por um profissional de espetáculos ou um desportista, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos poderão, não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, ser tributados no Estado Contratante em que forem exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão aos rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas se a visita a esse Estado for custeada, inteira ou substancialmente, pelo outro Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou uma autoridade local. Nesse caso, os rendimentos serão tributáveis somente no Estado do qual o profissional de espetáculos ou desportista for residente.

ARTIGO 18

Funções Públicas

a) Os salários, ordenados e outras remunerações similares, excluídas as pensões, pagas pelo governo de um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou uma autoridade local a uma pessoa física por serviços prestados a esse

Estado ou subdivisão ou autoridade serão tributáveis somente nesse Estado.

b) Todavia, esses salários, ordenados e outras remunerações similares serão tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse Estado e o beneficiário for um residente desse Estado que:

i) possua a nacionalidade desse Estado; ou
ii) não se tenha tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. Qualquer pensão paga por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou autoridade local, ou com fundos por eles constituídos, a uma pessoa física por serviços prestados a esse Estado ou subdivisão política ou autoridade local será tributável somente nesse Estado.

Todavia, essa pensão será tributável somente no outro Estado Contratante se a pessoa física for residente e nacional desse outro Estado.

3. As disposições dos Artigos 15, 16 e 19 aplicar-se-ão aos salários, ordenados e outras remunerações similares, assim como às pensões, pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou uma autoridade local.

ARTIGO 19

Pensões

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 18, as pensões e outras remunerações similares decorrentes de um emprego anterior, assim como as anuidades, pagas a um residente de um Estado Contratante podem ser tributadas nesse Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as pensões e outros pagamentos efetuados de acordo com a legislação de seguridade social de um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou autoridade local serão tributáveis somente nesse Estado.

3. No presente Artigo:

a) a expressão “pensões e outras remunerações similares” significa pagamentos

periódicos efetuados após a aposentadoria em razão de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de emprego anterior;

b) o termo “anuidade” significa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

ARTIGO 20

Professores e Pesquisadores

Uma pessoa física que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado mencionado ou de uma universidade, ou estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição científica ou cultural desse primeiro Estado mencionado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tal instituição, será isenta de imposto nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que o pagamento de tal remuneração provenha de fora desse Estado.

ARTIGO 21

Estudantes e Aprendizes

Os pagamentos recebidos por um estudante ou aprendiz que for, ou tenha sido imediatamente antes de visitar um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e estiver presente no primeiro Estado mencionado com o único fim de sua educação ou treinamento, e destinados à sua manutenção e educação não serão tributados no primeiro Estado mencionado, desde que tais pagamentos provenham de fontes no outro Estado.

ARTIGO 22

Outros Rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos Artigos anteriores da presente Convenção podem também ser tributados nesse outro Estado.

ARTIGO 23

Eliminação da Dupla Tributação

1. Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado admitirá, como dedução do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente, um montante igual ao imposto sobre a renda pago nesse outro Estado.

Tal dedução, em qualquer caso, não excederá, todavia, a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que possam ser tributados nesse outro Estado.

2. Quando, de acordo com qualquer disposição da presente Convenção, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, esse Estado poderá, todavia, ao calcular o montante do imposto incidente sobre os demais rendimentos de tal residente, levar em conta os rendimentos isentos.

ARTIGO 24

Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não estarão sujeitos, no outro Estado Contratante, a qualquer tributação, ou exigência com ela conexa, mais onerosa do que a tributação e as exigências com ela conexas às quais os nacionais desse outro Estado, nas mesmas circunstâncias, estiverem ou puderem estar sujeitos.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será determinada de modo menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro

Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções para efeitos fiscais em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. Salvo nos casos aos quais se aplicarem as disposições do Artigo 9, do parágrafo 7 do Artigo 11, ou do parágrafo 6 do Artigo 12, os juros, “royalties” e outras despesas pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão, para a determinação dos lucros tributáveis dessa empresa, dedutíveis nas mesmas condições como se tivessem sido pagos a um residente do primeiro Estado mencionado.

4. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não estarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a qualquer tributação, ou exigência com ela conexas, diversa ou mais onerosa do que a tributação, ou exigência com ela conexas, a que estiverem ou puderem estar sujeitas outras empresas similares do primeiro Estado mencionado.

5. No presente Artigo, o termo “tributação” designa os impostos visados pela presente Convenção.

ARTIGO 25

Procedimento Amigável

1. Quando uma pessoa considerar que as ações de um ou ambos os Estados Contratantes resultam, ou poderão resultar, em relação a si, em uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que for residente.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória,

esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão para resolver, mediante acordo amigável, quaisquer dificuldades ou dúvidas quanto à interpretação ou à aplicação da presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo no sentido dos parágrafos anteriores.

ARTIGO 26

Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou da legislação interna dos Estados Contratantes relativas aos impostos visados pela presente Convenção, na medida em que a tributação em questão não seja contrária à Convenção. A troca de informações não estará limitada pelo Artigo 1. Quaisquer informações recebidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas da mesma maneira que informações obtidas sob a legislação interna desse Estado e serão reveladas apenas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, da execução ou instauração de processos sobre infrações relativas a esses impostos, ou da apreciação de recursos a eles correspondentes. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações somente para esses fins. Elas poderão revelar as informações em procedimentos judiciais ou em decisões judiciais de acordo com a legislação interna dos Estados Contratantes.

2. Em nenhum caso as disposições do parágrafo 1 serão interpretadas no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

a) tomar medidas administrativas contrárias

às suas leis e práticas administrativas ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no curso normal da administração desse ou do outro Estado Contratante;

c) fornecer informações que revelariam qualquer segredo comercial, empresarial, industrial ou profissional, ou processo comercial, ou informações cuja revelação seria contrária à ordem pública (“ordre public”).

ARTIGO 27

Membros de Missões Diplomáticas e Postos Consulares

Nenhuma disposição da presente Convenção afetará os privilégios fiscais dos membros de missões diplomáticas ou postos consulares, seja em virtude das normas gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

ARTIGO 28

Limitação de Benefícios

1. As autoridades competentes de um Estado Contratante poderão negar os benefícios da presente Convenção a qualquer pessoa, ou com relação a qualquer transação, se, na sua opinião, a concessão desses benefícios constituir um abuso da Convenção em vista de seus fins.

2. Se, após a assinatura da presente Convenção, um Estado Contratante adotar uma legislação segundo a qual os rendimentos do exterior obtidos por uma sociedade:

a) da atividade de navegação;

b) da atividade bancária, financeira, seguradora, de investimento, ou de atividades similares; ou

c) em razão de ser a sede, o centro de coordenação ou uma entidade similar que preste serviços administrativos ou outro tipo de apoio a um grupo de sociedades que exerça atividade empresarial principalmente em outros Estados,

não forem tributados nesse Estado ou forem tributados a uma alíquota significativamente inferior à alíquota aplicada aos rendimentos obtidos de atividades similares no próprio território, o outro Estado

Contratante não estará obrigado a aplicar qualquer limitação imposta pela presente Convenção sobre seu direito de tributar os rendimentos obtidos pela sociedade dessas atividades no exterior ou sobre seu direito de tributar os dividendos pagos pela sociedade.

3. Uma entidade legal residente de um Estado Contratante e que obtenha rendimentos de fontes no outro Estado Contratante não terá direito nesse outro Estado Contratante aos benefícios da presente Convenção se mais de cinquenta por cento da participação efetiva nessa entidade (ou, no caso de uma sociedade, mais de cinquenta por cento do valor agregado das ações com direito a voto e das ações em geral da sociedade) for de propriedade, direta ou indiretamente, de qualquer combinação de uma ou mais pessoas que não sejam residentes do primeiro Estado Contratante mencionado. Todavia, esta disposição não se aplicará se essa entidade desenvolver, no Estado Contratante do qual for residente, uma atividade empresarial de substância que não seja a mera detenção de títulos ou quaisquer outros ativos, ou a mera prestação de atividades auxiliares, preparatórias ou quaisquer outras atividades similares com respeito a outras entidades associadas.

ARTIGO 29

Entrada em Vigor

1. Cada Estado Contratante notificará ao outro o cumprimento dos procedimentos exigidos por sua legislação para a entrada em vigor da presente Convenção.

2. A Convenção entrará em vigor na data de recebimento da última dessas notificações e produzirá efeitos:

a) no tocante aos impostos retidos na fonte, em relação às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor; e

b) no tocante aos demais impostos visados pela Convenção, em relação aos anos fiscais que comecem no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que

a Convenção entrar em vigor.

ARTIGO 30

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor indefinidamente, mas qualquer um dos Estados Contratantes poderá denunciar a Convenção por meio do canal diplomático, mediante a entrega ao outro Estado Contratante de uma aviso escrito de denúncia a qualquer tempo após cinco anos da data em que a Convenção tenha entrado em vigor, desde que esse aviso seja entregue no ou antes do trigésimo dia de junho de qualquer ano calendário. Nesse caso, a Convenção deixará de produzir efeitos no tocante aos rendimentos obtidos no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido entregue.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

Feito em Brasília, aos 22 dias do mês de novembro de 2004, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, russa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, acordaram as seguintes disposições, que constituem parte integrante da Convenção.

1. Com referência ao Artigo 10, parágrafo 3

Fica entendido que, no caso do Brasil, o termo “dividendos” incluirá também ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras e partes de fundador.

2. Com referência ao Artigo 11, parágrafos 3 e 4

Fica entendido que, no caso de uma agência, as disposições da alínea (a) do parágrafo 3 do Artigo 11 aplicar-se-ão apenas aos juros pagos a essa

agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva do Governo de um Estado Contratante ou de uma sua subdivisão política quando essa agência for a beneficiária efetiva dos juros.

Fica entendido que os juros pagos como “remuneração sobre o capital próprio” de acordo com a legislação tributária brasileira são também considerados juros para os fins do parágrafo 4 do Artigo 11.

Fica também entendido que o termo “juros”, conforme definido para os fins do parágrafo 4 do Artigo 11, inclui comissões e encargos similares pagos por um residente do Brasil por serviços relacionados com empréstimos em moeda e pagos a um banco ou outra instituição financeira.

3. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

Fica entendido que as disposições do parágrafo 3 do Artigo 12 aplicar-se-ão a pagamentos de qualquer espécie recebidos em razão da prestação de serviços técnicos e assistência técnica.

Fica também entendido que pagamentos de qualquer espécie concernentes a quaisquer transações relativas a programas de computador serão tributáveis por um Estado Contratante de acordo com sua legislação interna.

4. Com referência ao Artigo 14

Fica entendido que as disposições do Artigo 14 aplicar-se-ão mesmo que as atividades sejam exercidas por uma sociedade de capital ou de pessoas.

5. Com referência ao Artigo 24

Fica entendido que as disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 não conflitam com as disposições do parágrafo 2 do Artigo 24.

Fica entendido que as disposições da legislação tributária brasileira que não permitem que os “royalties”, conforme definidos no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por um estabelecimento permanente situado no Brasil a um residente da Rússia que exerça atividades empresariais no Brasil por intermédio desse estabelecimento permanente, sejam dedutíveis no momento da determinação dos rendimentos tributáveis do estabelecimento permanente acima mencionado, não

conflitam com as disposições do Artigo 24.

Fica entendido que, no tocante ao Artigo 24, as disposições da Convenção não impedem um Estado Contratante de aplicar as disposições de sua legislação tributária relativas tanto à subcapitalização quanto às sociedades controladas no exterior (“CFCs”).

Fica também entendido que, com relação ao parágrafo 4 do Artigo 24, as empresas brasileiras cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes da Rússia não estarão sujeitas no Brasil a qualquer tributação, ou a qualquer exigência com ela conexas, diversa ou mais onerosa do que a tributação e exigências com ela conexas a que outras empresas brasileiras similares cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes de um terceiro Estado estejam ou possam estar sujeitas.

6. Com referência ao Artigo 25

Fica entendido que, independentemente da participação dos Estados Contratantes no “Acordo Geral sobre Comércio de Serviços” (“GATS”), ou em quaisquer outros acordos internacionais, as questões tributárias relativas aos impostos visados pela Convenção que surjam entre os Estados Contratantes estarão sujeitas apenas às disposições da Convenção.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Brasília, aos 22 dias do mês de novembro de 2004, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, russa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo do Reino do Marrocos (doravante denominados “As Partes”),

Desejosos de reforçar as relações de amizade e o entendimento mútuo entre os dois países;

Reconhecendo a importância do turismo para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

Baseando-se nos princípios da igualdade e dos benefícios recíprocos,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes se comprometem, conforme respectivos ordenamentos jurídicos internos e disponibilidades orçamentárias, a promover a cooperação, o desenvolvimento e o intercâmbio turístico entre os dois países, assim como melhorar o conhecimento recíproco da cultura e da história dos mesmos.

ARTIGO 2

As Partes deverão encorajar o intercâmbio de profissionais do setor de turismo com o propósito de intensificar a atividade turística em seus respectivos países, bem como a comercialização de projetos turísticos e a prestação de serviços e operações voltadas a promoção do turismo.

ARTIGO 3

As Partes deverão explorar as possibilidades de cooperação visando a investimentos no setor turístico e, para tanto, deverão trocar informações referentes a suas legislações nacionais sobre turismo, à organização deste setor, às políticas nacionais e regionais de turismo.

ARTIGO 4

Tendo em vista o objetivo de incrementar o fluxo de turistas entre os dois países, as Partes buscarão simplificar ao máximo as formalidades de viagem exigidas por suas respectivas autoridades para a entrada, permanência e saída de turistas provenientes do outro país.

ARTIGO 5

Cada uma das Partes facilitará e estimulará a abertura de escritórios de representação turística do outro país em seu respectivo território, os quais deverão ser administrados, preferencialmente, por representantes diplomáticos do país de origem.

ARTIGO 6

1. As Partes concordam em estabelecer uma Comissão de Turismo Brasil-Marrocos, com vistas a promover o diálogo regular entre elas, coordenar atividades referentes a relações turísticas Brasil-Marrocos, fomentar a adoção de modelos e práticas conducentes à facilitação da atividade turística, bem como fixar um programa periódico de atividades de interesse de ambos os países.

2. A citada Comissão de Turismo Brasil-Marrocos será integrada por representantes governamentais das áreas de turismo e relações exteriores de cada país e devem se reunir a cada não, alternadamente no Brasil e no Marrocos.

ARTIGO 7

1. As Partes procurarão cooperar no âmbito da Organização Mundial do Turismo e de outras Organizações Internacionais que tratem, em seus programas de trabalho, do tema Turismo, atentando para o devido cumprimento do Código Mundial de Ética do Turismo/OMT.

2. As Partes se comprometerão a, obedecidas leis e regulamentos internos, envidar esforços a fim de coibir as atividades turísticas relacionadas com os abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana.

ARTIGO 8

Cada Parte notificará a outra do cumprimento das formalidades requeridas pelo seu ordenamento jurídico interno para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação.

ARTIGO 9

O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, sendo automaticamente renovável por períodos sucessivos de 5 (cinco) anos. Poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio, por escrito e via diplomática, de uma Parte à outra. No caso, a denúncia surtirá efeito 06 (seis) meses após a data de recebimento da notificação.

ARTIGO 10

O término do presente Acordo não afetará

os programas e projetos que estiverem sendo desenvolvidos no momento do ato, a menos que as Partes estipulem o contrário.

Firmado em Brasília, em 26 de novembro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Caso haja controvérsias quanto à interpretação dos mesmos, prevalecerá a versão inglesa.

Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação no Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão (doravante denominadas “Partes Contratantes”),

Expressando preocupação com a expansão do tráfico ilícito de drogas, substâncias psicotrópicas e substâncias precursoras (doravante “drogas”) e seu abuso;

Entendendo que o tráfico ilícito de drogas e substâncias precursoras constituem uma séria ameaça à saúde e bem estar dos seus povos;

Tomando em consideração o espírito da Convenção sobre Drogas Psicotrópicas de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, da Convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971 e da Convenção das Nações Unidas sobre Tráfico Ilegal de Drogas e Substâncias Psicotrópicas de 1988, bem como os demais instrumentos jurídicos internacionais que regem a matéria;

Cientes do interesse mútuo em adotar medidas eficientes contra o tráfico ilícito de drogas e substâncias precursoras;

Considerando o caráter transnacional do tráfico ilícito de drogas e sua produção;

Em conformidade com as legislações nacionais e normas de direito internacional;

Acordam o que segue:

ARTIGO 1

Objetivo e Definição

1. As Partes Contratantes, por meio do presente instrumento, acordam intensificar a cooperação não apenas no combate à produção, ao tráfico e ao abuso no uso de substâncias que podem causar dependência física ou neurológica, assim como das substâncias precursoras, mas também no controle de seu comércio legal, e tratamento e reabilitação social dos dependentes químicos.

2. Para os propósitos deste instrumento jurídico, o termo “droga” significará as substâncias listadas e descritas nas Convenções da Organização das Nações Unidas que regem o assunto.

ARTIGO 2

Autoridades Competentes

1. A cooperação advinda do presente instrumento será realizada por meio de contatos diretos entre as autoridades competentes das Partes Contratantes, seus representantes autorizados, ou por meio de canais diplomáticos.

2. Autoridades competentes da República Islâmica do Paquistão:

- a) Ministério do Controle de Entorpecentes (principal coordenador); e
- b) Força Anti-Narcótico.

3. Autoridades competentes da República Federativa do Brasil:

- a) Ministério das Relações Exteriores (principal coordenador);
- b) Departamento da Polícia Federal (redução da oferta, cooperação policial); e
- c) Secretaria Nacional da Secretaria Antidrogas – SENAD (redução da demanda).

ARTIGO 3

Escopo da Cooperação

Para atingir os objetivos mencionados no Artigo 1, as autoridades designadas pelas Partes Contratantes poderão agir em seu nome, conduzindo as seguintes atividades, inter alia:

- a) Troca de informações na área de inteligência para identificação do cultivo e processamento de plantas a partir da qual se

produzem drogas ilícitas; regulação e monitoramento da produção, importação, estocagem, distribuição e venda de precursores, produtos químicos e solventes essenciais que podem ser empregados na produção de drogas ilícitas;

- b) Troca de informações policiais e jurídicas sobre a produção e tráfico de drogas ilícitas, incluindo informações sobre crimes conexos com o tráfico ilícito de drogas cometidos ou organizados para serem cometidos no território da outra Parte Contratante; pessoas suspeitas de convivência com o tráfico ilícito de drogas; fatos concretos ou eventos conexos com o tráfico ilícito de drogas ou intenção relativa ao tráfico ilícito no território de uma das Partes Contratantes;

- c) Envio, após requisição da outra Parte Contratante, de informações policiais de traficantes de droga e de organizações ou indivíduos envolvidos no tráfico ilícito de drogas ou crimes associados;

- d) Troca de informações sobre sentenças judiciais prolatadas contra traficantes de drogas e organizações envolvidas no tráfico ilícito de drogas e atividades associadas;

- e) Troca de informações sobre rotas, métodos e meios empregados pelos traficantes de drogas;

- f) Troca de informações sobre estrutura, pessoal, campo de atividade, organização e contratos entre grupos criminais envolvidos em atividades transnacionais relacionadas ao tráfico internacional de drogas e precursores;

- g) Troca de informações sobre métodos de ocultação e dissimulação de drogas e precursores, empregados em todas as fases da produção e transporte;

- h) Troca de informações sobre os sistemas jurídicos, programas e experiências nos campos do combate às drogas e internamento;

- i) Elaboração de projetos conjuntos, especialmente na área de pesquisa científicas e tecnológicas, com ação coordenada contra o tráfico ilícito, abuso no uso de droga que conduz à dependência física ou psicológica, tráfico ou descaminho de precursores químicos, e o tratamento, reabilitação e reinserção social dos usuários de droga

e dependentes químicos;

j) Cooperação na implementação de políticas públicas e medidas para reduzir a demanda por drogas ilícitas por meio de ações preventivas, tratamento, reabilitação e reinserção social dos usuários e dependentes químicos;

k) Cooperação na elaboração e implementação de programas educacionais públicos adequados dirigidos à crescente consciência pública e ao senso de “responsabilidade compartilhada” por todos os segmentos da sociedade e governo, em todos os níveis, no que for relativo aos esforços ao combate do uso de drogas;

l) Cooperação em investigações policiais em matérias relativas ao tráfico ilícito de drogas e precursores por uma Parte Contratante quando requisitado pela outra Parte Contratante;

m) Cooperação no combate ao tráfico ilícito de drogas e seus precursores, incluindo a inspeção legal das cargas em consignação e o controle sobre o comércio;

n) Troca de documentos legislativos e material similar, dados estatísticos e recomendações concernentes tráfico ilícito de drogas e precursores, incluindo controle sobre o tráfico lícito;

o) Cooperação na capacitação mútua;

p) Assistência técnica na análise das estatísticas, dados, espécimens e outros materiais relativos ao tráfico de drogas;

q) Realização de pesquisas científicas conjuntas sobre todos os aspectos relacionados ao tráfico internacional de drogas e precursores;

r) Trocas de espécimens retirados do tráfico ilícito e dos resultados das análises.

ARTIGO 4

Confisco de Propriedade

1. As Partes Contratantes podem adotar medidas que julguem necessárias para identificar, apreender, reter ou confiscar bens derivados do tráfico de drogas.

2. Em casos nos quais o confisco de bens resulte de assistência mútua entre as Partes

Contratantes, seja de operações conjuntas, seja de assistência material efetivamente concedida, o material apreendido da atividade ilícita será dividido entre as Partes Contratantes, de acordo com os procedimentos previamente estabelecidos pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 5

Modos de Requisição e Prestação de Assistência

1. A prestação de assistência dentro do estipulado no presente instrumento será feito mediante requisição ou iniciativa de uma das Partes Contratantes.

2. Requisição para prestação de assistência será enviada por escrito ou por meios técnicos de transmissão de texto.

3. Em casos urgentes, uma requisição verbal por telefone poderá ser aceita. No entanto, deverá ser seguida por forma escrita ou por meios técnicos de transmissão de texto dentro de 3 dias.

4. Quando os meios técnicos de transmissão da informação tiver sido usados, e também em caso de dúvida relativa à autenticidade ou conteúdo da solicitação recebida, a Parte Contratante requerida poderá requisitar confirmação por escrito da Parte Contratante requerente.

5. A requisição de assistência deverá conter:

a) Nome da autoridade competente da Parte Contratante requerente;

b) Nome da autoridade competente da Parte Contratante requerida;

c) Breve declaração da essência da solicitação e sua base legal; e

d) Outras informações necessárias para sua execução.

6. A Parte Contratante requerida tomará todas as medidas para a pronta e completa resposta à requisição. Todas as requisições deverão ser respondidas o mais rápido possível, de preferência dentro de 30 dias da data de seu recebimento.

7. A Parte Contratante requerida poderá permitir representantes autorizados da Parte

requerente a estarem presentes em seu território enquanto a requisição estiver sendo atendida, uma vez que a legislação interna seja respeitada.

ARTIGO 6

Salvaguardas

1. Em casos excepcionais, quando a requisição for rejeitada ou não puder ser atendida pela Parte Contratante requerida, esta última deverá informar imediatamente a Parte Contratante requerente, por escrito, sobre a impossibilidade e sobre as razões que a impediram de atender a solicitação, bem como revolver imediatamente os documentos originais.

2. Caso a Parte Contratante requerida considere o atendimento da solicitação como atentatória à sua soberania, ou como ameaça à segurança ou a outro interesse essencial do país, ou ainda contrarie a legislação interna do país, ela poderá recusar-se a atender a solicitação completamente ou em parte.

3. Caso a Parte Contratante requerida considere que o imediato atendimento da solicitação pode impedir julgamento criminal ou outra ação jurídica levada em curso em seu território, ela poderá suspender o atendimento da solicitação ou condicioná-lo à observância de condições consideradas como necessárias para o atendimento da solicitação, depois de consultas com a Parte Contratante requerente. Se esta última concordar com as condições sugeridas, a requisição deverá ser atendida.

ARTIGO 7

Non-Disclosure

1. Nenhuma Parte Contratante poderá transferir a uma terceira parte informação, dados, documentos ou meios técnicos recebidos em virtude deste Acordo sem a prévia premissão, por escrito, da Parte Contratante de que tais informações forem originárias.

ARTIGO 8

Realização de Objetivos

1. Com vistas à realização dos objetivos aqui delineados, os representantes de ambas as Partes

Contratantes deverão encontrar-se periodicamente, assim que solicitados por qualquer uma das Partes, através dos canais diplomáticos, a fim de:

a) Fazer recomendações aos governos sobre programas de ação conjunta a serem elaborados pelas autoridades competentes de cada país, em conformidade com as disposições aqui mencionadas;

b) Avaliar o nível de execução dos programas de ação supra mencionados;

c) Estabelecer canais eficientes de comunicação entre as agências competentes de cada país que sejam diretamente responsáveis pelo combate à produção, tráfico e consumo das drogas ilícitas e substâncias causadoras de dependência física ou psicológica;

d) Discutir planos direcionados à prevenção ao uso de drogas, à luta contra o tráfico ilícito e ao tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de droga e dependentes químicos, e;

e) Fazer recomendações, quando necessário, sobre a implementação deste Acordo.

2. Para o propósito de implementação deste Acordo, qualquer Parte Contratante poderá propor o intercâmbio de especialistas, a fim de facultar o mútuo conhecimento de oportunidades e com vistas

Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República do Suriname, doravante denominados “Partes”,

DESEJANDO promover a integração sócio-econômica dos nacionais das duas Partes que se encontram em situação migratória irregular no território de seus respectivos países;

CONSCIENTES do interesse em fortalecer o relacionamento amigável existente;

TENDO em conta as discussões sobre o fenômeno migratório entre os dois países; e

CONSIDERANDO a necessidade de criar um sistema para o controle eficiente de migrantes,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Definições

Para fins do presente Acordo serão empregados os seguintes termos:

a) território: significa as áreas sob soberania e jurisdição das Partes;

b) nacional: pessoa detentora da nacionalidade de uma das Partes que deseja permanecer no território da outra Parte; e

c) registro: cadastramento de nacionais que ingressaram e se encontram no território da outra Parte até a data da assinatura deste Acordo.

ARTIGO 2

Abrangência do Acordo

Os nacionais de uma das Partes, que ingressaram no território do Estado da outra Parte até a data da assinatura deste Acordo e nele permanecem em situação migratória irregular, poderão requerer o registro e autorização de permanência nos termos dos Artigos seguintes.

ARTIGO 3

Registro e Permanência

1. O requerimento de registro será apresentado pelo interessado, instruído com o passaporte ou documento de identidade, acompanhado de cópia autenticada do mesmo, às autoridades competentes dentro de 6 (seis) meses após a data da assinatura deste Acordo, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa respectiva, mediante o qual será expedido certificado de registro com validade de 6 (seis) meses.

2. No momento do registro o interessado solicitará uma autorização de permanência, nos termos da legislação interna de cada Parte. Antes de expirado o prazo de 6 (seis) meses mencionado, o interessado deverá ter apresentado às autoridades competentes, para instrução de um pedido de permanência, cópias autenticadas dos seguintes documentos:

a) certidão de nascimento;

b) no caso de dependentes, certidão de

casamento ou nascimento;

c) atestado de antecedentes criminais expedido por autoridade competente;

d) relatório policial emitido nos termos da legislação de cada Parte;

e) duas fotografias para passaporte recentes; e

f) prova de meios de subsistência.

3. O registro, a partir da data de sua concessão, assegura ao portador uma estada de até 6 (seis) meses, com direitos e deveres nos termos das leis e regulamentos da Parte receptora.

ARTIGO 4

Sanções

O registro ou autorização de permanência serão declarados nulos se, a qualquer tempo, qualquer informação apresentada pelo requerente for verificada falsa, podendo o mesmo ser deportado sumariamente ou responder na forma da lei.

ARTIGO 5

Exceções ao Acordo

1. O presente Acordo não se aplica a nacionais de quaisquer das Partes expulsos ou passíveis de expulsão ou àqueles, que ofereçam periculosidade ou sejam considerados indesejáveis, conforme a legislação interna.

2. Este Acordo não poderá ser invocado quando o interessado apresentar risco à ordem pública, à saúde pública ou à segurança nacional.

ARTIGO 6

Cumprimento das Leis

1. Os nacionais de ambas as Partes, aos quais se aplica o presente Acordo, não estarão isentos de cumprir as leis e regulamentos do Estado receptor.

2. As Partes deverão, tão logo possível, informar-se mutuamente, por via diplomática, a respeito de qualquer mudança nas suas respectivas leis e regulamentos migratórios.

3. Este Acordo não limita o direito de qualquer das Partes de negar a entrada ou encurtar a estada de nacionais da outra Parte considerados indesejáveis.

ARTIGO 7

Difusão da Informação

Cada Parte adotará as medidas necessárias para difundir para os seus nacionais as informações e as implicações inerentes a este Acordo.

ARTIGO 8

Partida

1. Os nacionais de uma das Partes no território da outra Parte estão obrigados, uma vez expirado o prazo de permanência, a deixar aquele território dentro de 30 (trinta) dias.

2. Em caso de expirado o prazo de estada no território de uma das Partes, esta poderá deportar o(s) interessado(s), para o que sua representação diplomática providenciará documento de viagem.

3. As Partes concordam com o reingresso de seus nacionais nos seus respectivos Estados sem quaisquer formalidades.

ARTIGO 9

Suspensão Temporária

Por motivos de segurança nacional, ordem pública ou saúde pública qualquer das Partes poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acordo no todo ou em parte. A outra Parte deverá ser notificada da suspensão, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 10

Entrada em Vigor, Vigência e Denúncia

1. Este Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de recebimento da segunda Nota diplomática, pela qual uma das Partes comunica à outra o cumprimento das formalidades internas necessárias a sua aprovação.

2. Este Acordo terá vigência pelo período de 12 (doze) meses e poderá ser modificado, caso as Partes assim o desejem. As modificações entrarão em vigor conforme mencionado no parágrafo 1 deste Artigo.

3. Qualquer das Partes poderá denunciar este Acordo por via diplomática. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após o recebimento da Nota de denúncia, sem prejuízo dos processos em curso.

Feito em Paramaribo, em 21 de dezembro

de 2004, em dois exemplares originais nos idiomas português, holandês e inglês, todos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

Tratado sobre Extradução entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República do Suriname,

doravante denominados como “Partes”,

DESEJANDO tornar mais efetivos os esforços envidados pelas Partes no combate ao crime;

OBSERVANDO os princípios do respeito pela soberania e não-ingerência nos assuntos internos de cada uma das Partes, assim como as normas do Direito Internacional; e

CONSCIENTES da necessidade de empreenderem a mais ampla cooperação para a extradicação de criminosos foragidos da justiça no exterior,

CONCLUEM o presente Tratado nos termos que se seguem:

CAPÍTULO I

Da Obrigação de Extraditar

ARTIGO 1

As Partes obrigam-se reciprocamente à entrega, de acordo com as condições estabelecidas no presente Tratado, e de conformidade com as normas internas de cada uma delas, dos indivíduos que respondam a processo crime ou tenham sido condenados pelas autoridades legais de uma das Partes e se encontram no território da outra, para execução de uma pena que consista em privação de liberdade.

CAPÍTULO II

Admissibilidade

ARTIGO 2

1. Para que se proceda a extradicação, é necessário que:

a) a Parte requerente tenha jurisdição para julgar sobre os fatos nos quais se fundamenta o

pedido de extradição, cometidos ou não em seu território;

b) as leis de ambas as Partes imponham penas mínimas privativas de liberdade de um ano, independentemente das circunstâncias modificativas e da denominação do crime;

c) a parte da pena ainda não cumprida seja igual ou superior a um ano, no caso de extradição para execução de sentença.

2. Quando o pedido de extradição referir-se a mais de um crime, e alguns deles não cumprirem com os requisitos do parágrafo 1 deste Artigo, a extradição poderá ser concedida parcialmente se ao menos um dos crimes preencher as referidas exigências.

3. Autorizam igualmente a extradição os fatos previstos em acordos multilaterais, devidamente ratificados pelas Partes envolvidas no pedido.

4. A extradição será concedida nos termos deste Tratado e da legislação interna da Parte requerida pelos crimes relacionados à evasão fiscal e infrações penais fiscais contra a Fazenda Pública.

CAPÍTULO III

Inadmissibilidade

ARTIGO 3

1. Não será concedida a extradição:

a) quando, pelo mesmo fato, a pessoa reclamada já tenha sido julgada, anistiada ou indultada na Parte requerida;

b) quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, na Parte requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;

c) quando o crime pelo qual é pedida a extradição for de natureza estritamente militar;

d) quando a infração constituir delito político ou fato conexo;

e) quando a Parte requerida tiver fundados motivos para supor que o pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir a pessoa reclamada por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, bem como supor que a situação da mesma seja agravada por esses

motivos;

f) quando ocorrida a prescrição da ação ou da pena dos crimes pelos quais se solicita extradição, conforme previsto na legislação das Partes; e

g) quando o indivíduo reclamado estiver sendo julgado no território da Parte requerida, pelos fatos que fundamentam o pedido.

2. A apreciação do caráter do crime, como mencionado no parágrafo 1 deste Artigo, baseada nos princípios do Direito Internacional, será de responsabilidade das autoridades da Parte requerida.

3. Para os efeitos deste Tratado, não serão consideradas infrações de natureza política ou militar:

a) atentados contra a vida de um Chefe de Estado ou contra membro de sua família;

b) o genocídio, os crimes de guerra e os cometidos contra a paz e a segurança da humanidade;

c) os atos de terrorismo, tais como:

i) atentado contra a vida, a integridade física ou a liberdade de indivíduos que tenham direito a uma proteção internacional, incluídos os agentes diplomáticos;

ii) a tomada de reféns ou o seqüestro de pessoas;

iii) o atentado contra pessoas ou bens cometidos mediante o emprego de bombas, granadas, foguetes, minas, armas de fogo, explosivos ou dispositivos similares; e

iv) atos de captura ilícita de barcos ou aeronaves.

d) a tentativa da prática de delitos previstos neste parágrafo ou a participação como co-autor ou cúmplice de uma pessoa que cometa ou tente cometer ditos delitos; e

e) qualquer ato de violência não compreendido no parágrafo 3 e que esteja dirigido contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas ou visem a atingir instituições.

CAPÍTULO IV

Da Denegação Facultativa

ARTIGO 4

1. Quando a extradição for procedente

conforme o disposto no presente Tratado, a nacionalidade da pessoa reclamada não poderá ser invocada para denegar a extradição, salvo se uma disposição constitucional estabeleça o contrário. A Parte, que por esta razão não entregar seu nacional, promoverá, a pedido da Parte requerente, seu julgamento dentro de sua jurisdição, e a Parte requerente, a pedido da Parte requerida, fornecerá todos documentos e informações relevantes para o processo. A Parte requerida manterá a Parte requerente informada do andamento do processo e, finalizado, remeterá cópia da sentença final exarada.

2. Para os efeitos deste Artigo, a condição de nacional será determinada pela legislação da Parte requerida, apreciada no momento da decisão sobre a extradição, e sempre que a nacionalidade não tenha sido adquirida com o propósito fraudulento de impedi-la.

CAPÍTULO V

Das Garantias à Pessoa do Extraditando

ARTIGO 5

1. A pessoa extraditada em virtude deste Tratado não poderá:

- a) ser entregue a terceiro país que a reclamar, salvo mediante concordância do Estado requerido; e
- b) ser processada e julgada por qualquer outra infração cometida anteriormente, podendo, contudo, o Estado requerente solicitar a extensão da extradição concedida.

2. À pessoa extraditada será garantida ampla defesa, assistência de um defensor e, se necessário, a de um intérprete, de acordo com a legislação da Parte requerida.

3. Quando a qualificação do fato imputado vier a modificar-se durante o processo, a pessoa reclamada somente será processada ou julgada na medida em que os elementos constitutivos do crime, que correspondem à nova qualificação, permitam a extradição.

ARTIGO 6

A extradição não será concedida sem que a Parte requerente dê garantia de que será computado o tempo de prisão que tiver sido imposto ao

reclamado na Parte requerida, por força da extradição.

ARTIGO 7

Quando o crime determinante do pedido de extradição for punível com pena de morte, a Parte requerida poderá condicionar a extradição à garantia prévia, dada pela Parte requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação, tal pena não será aplicada.

CAPÍTULO VI

Do Procedimento

ARTIGO 8

1. O pedido de extradição será feito, por escrito, pelo Ministro de Justiça e dirigido ao Ministro de Justiça da Parte requerida, por via diplomática.

2. O pedido de extradição será instruído com os seguintes documentos:

- a) quando se tratar de indivíduo não condenado, original ou cópia autenticada do mandado de prisão ou documento equivalente, indicando os fundamentos da sua emissão; e
- b) quando se tratar de condenado, original ou cópia autenticada da sentença condenatória exarada pelo Tribunal.

3. Os documentos apresentados deverão conter a indicação precisa do fato imputado, a data e o lugar em que foi praticado, devendo ser acompanhados de cópias dos textos da lei aplicados à espécie na Parte requerente, de cópias dos que fundamentam a competência deste, e de cópias dos dispositivos legais relativos à prescrição da ação penal e da condenação, além de quaisquer outras informações que auxiliem na comprovação da identidade e nacionalidade da pessoa reclamada.

4. Caso as informações fornecidas pela Parte requerente não sejam suficientes para permitir a Parte requerida decidir nos termos deste Tratado, esta última poderá solicitar as informações suplementares necessárias, as quais deverão ser fornecidas dentro de sessenta dias contados do recebimento da comunicação. Decorrido este prazo, o pedido será julgado à luz dos documentos disponíveis.

ARTIGO 9

Os documentos que instruírem o pedido de extradição serão acompanhados de tradução no idioma da Parte requerida.

ARTIGO 10

1. Em caso de recusa da extradição, a decisão deverá ser fundamentada.

2. Uma vez negado o pedido de extradição, um novo pedido não poderá ser formulado com base nos mesmos crimes que deram origem ao pedido anterior.

ARTIGO 11

A Parte requerente informará à Parte requerida o resultado final proferido no processo crime que deu origem ao pedido de extradição.

CAPÍTULO VII

Da Prisão Preventiva

ARTIGO 12

1. A Parte requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva da pessoa reclamada. As autoridades competentes da Parte requerida decidirão nos termos da sua legislação. O pedido deverá conter declaração de existência de um dos documentos enumerados no Artigo 8 e o compromisso de que o pedido de extradição será formalizado.

2. Efetivada a prisão preventiva, a Parte requerente terá sessenta dias para formalizar o pedido de extradição. Se dentro deste prazo a Parte requerida não receber o pedido formal de extradição acompanhado dos documentos justificativos, mencionados no Artigo 8, a pessoa reclamada será colocada em liberdade a menos que a prisão deva ser mantida por outra razão. A possibilidade de liberdade provisória em qualquer momento não é excluída, mas a Parte requerida deverá tomar medidas que considerou necessárias para evitar a fuga da pessoa reclamada. A liberação não deverá impedir uma nova prisão e extradição, se o pedido for recebido subsequentemente.

ARTIGO 13

O pedido de prisão preventiva para

extradição poderá ser apresentado à Parte requerida por via diplomática ou por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL.

CAPÍTULO VIII

Da Entrega do Extraditando

ARTIGO 14

1. Concedida a extradição, a Parte requerida comunicará imediatamente à Parte requerente que o extraditando se encontra à sua disposição.

2. Se, no prazo de trinta dias contados da comunicação, o reclamado não tiver sido retirado pela Parte requerente, a Parte requerida dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pelo mesmo fato delituoso.

3. A entrega da pessoa reclamada poderá ser adiada, sob custódia da Parte requerida, sem prejuízo da efetivação da extradição, quando:

a) enfermidade grave impedir que, sem perigo de vida, seja ela transportada para a Parte requerente; e

b) se a pessoa reclamada se achar sujeita a ação penal na Parte requerida, por outro crime. Neste caso, se estiver sendo processada, sua extradição poderá ser adiada até o fim do processo, e, em caso de condenação, até o cumprimento da pena.

ARTIGO 15

A Parte requerente poderá enviar à Parte requerida, com prévia aquiescência desta, agentes devidamente autorizados, quer para auxiliarem na identificação da pessoa reclamada, quer para o conduzirem ao território da primeira. Tais agentes não poderão exercer atos de autoridade no território da Parte requerida e ficarão subordinados às autoridades desta. Os gastos que fizerem correrão por conta da Parte requerente.

CAPÍTULO IX

Extradição Simplificada

ARTIGO 16

A Parte requerida poderá conceder a extradição sem procedimentos formais, desde que:

a) sua legislação não o proíba expressamente; e

b) a pessoa reclamada consinta em caráter irrevogável e por escrito, após ser aconselhado por um juiz ou outra autoridade competente de seu direito a um procedimento formal de extradição e a proteção que tal medida lhe confere.

CAPÍTULO X

Do Trânsito do Extraditando

ARTIGO 17

1. O trânsito, pelo território de qualquer das Partes, de pessoa entregue por um terceiro Estado e que não seja nacional do país de trânsito, será permitido mediante simples solicitação feita por via diplomática. O pedido de autorização de trânsito deverá ser acompanhado de cópia autenticada do documento de concessão da extradição.

2. O trânsito poderá ser recusado por graves razões de ordem pública, ou quando o fato que determinou a extradição seja daqueles que, segundo este Tratado, não a justificariam.

3. Não será necessário solicitar o trânsito de extraditando quando se empreguem meios de transporte aéreo que não preveja pouso em território do Estado de trânsito, ressalvado o caso de aeronaves militares.

CAPÍTULO XI

Dos Custos

ARTIGO 18

Correrão por conta da Parte requerida os custos decorrentes do pedido de extradição até o momento da entrega do extraditando aos agentes devidamente habilitados da Parte requerente, correndo por conta desta os que se seguirem, inclusive as despesas de traslado.

CAPÍTULO XII

Dos Objetos, Valores e Documentos

ARTIGO 19

1. A pedido da Parte requerente, a Parte requerida apreenderá, na medida em que a lei o permita, e, entregará juntamente com a pessoa reclamada, os objetos, valores e documentos:

a) que possam ser necessários como provas; e

b) que tenham sido adquiridos com o resultado do crime e que tenham sido encontrados, quer antes quer depois, da entrega da pessoa reclamada.

2. Quando os objetos, valores e documentos forem passíveis de apreensão ou confisco no território da Parte requerida, por conexão com processos crimes pendentes, poderão ser retidos ou entregues à Parte requerente sob a condição de serem restituídos.

3. Quaisquer direitos que a Parte requerida ou terceiros possam ter adquirido sobre os objetos, valores e documentos serão preservados. Onde tais direitos existam, os objetos, valores e documentos serão devolvidos sem onus à Parte requerida, tão logo seja possível.

4. Os bens mencionados no parágrafo 1 deste Artigo serão entregues, ainda que a extradição, havendo sido concedida, não venha a ser efetivada, devido à morte ou à fuga da pessoa.

CAPÍTULO XIII

Da Recondição do Extraditando

ARTIGO 20

O indivíduo que, depois de entregue por uma Parte à outra, lograr subtrair-se à ação da justiça e retornar à Parte requerida, será detido mediante simples requisição feita por via diplomática, e entregue, novamente, sem outra formalidade, à Parte a qual já fora concedida a sua extradição.

CAPÍTULO XIV

Do Concurso de Pedidos

ARTIGO 21

Quando a extradição de uma mesma pessoa for pedida por mais de um Estado, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) quando se tratar de nacional de um dos Estados, será dada preferência ao Estado de nacionalidade da pessoa reclamada;

b) quando se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território o crime tiver sido cometido;

c) quando se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território tiver sido cometida o crime mais grave, a juízo da Parte requerida; e

d) quando se tratar de fatos distintos, mas que a Parte requerida repute de igual gravidade, será dada preferência ao pedido que for apresentado em primeiro lugar.

CAPÍTULO XV

Da Solução de Controvérsias

ARTIGO 22

As controvérsias que surjam entre as Partes sobre as disposições contidas no presente Tratado serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

CAPÍTULO XVI

Disposições Finais

ARTIGO 23

Razões especiais de soberania nacional, segurança ou ordem pública interna ou outros interesses fundamentais de Estado da Parte requerida permitem a denegação do pedido de extradição.

ARTIGO 24

O presente Tratado é sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados em Paramaribo.

ARTIGO 25

O presente Tratado entrará em vigor trinta dias após a troca dos instrumentos de ratificação.

ARTIGO 26

O presente Tratado vigorará por tempo indeterminado.

ARTIGO 27

Cada Parte poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data em que a outra Parte tenha recebido a respectiva notificação, sem prejuízo dos pedidos em curso.

Feito em Paramaribo, aos 21 dias do mês de dezembro de 2004, em dois originais nos idiomas português, holandês e inglês, sendo os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá a versão em inglês.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Visita de trabalho a Brasília do Senhor Vicente Fox Quesada, Presidente do México (7 de julho de 2004)

O Senhor Vicente Fox Quesada, Presidente do México, realizará visita de trabalho a Brasília, no próximo dia 7 de julho. Integrarão sua comitiva os Senhores Luis Ernesto Derbez, Secretário de Relações Exteriores; Eduardo Sojo Garza-Aldape, Chefe do Escritório da Presidência para Políticas Públicas; Fernando Canales Clariond, Secretário de Economia; Fernando Elizondo Barragán, Secretário de Energia; General José Armando Tamayo Casillas, Chefe do Estado Maior Presidencial; Jaime Parada Ávila, Diretor Geral do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CONACYT; e outras autoridades mexicanas.

O Presidente Fox manterá reunião, na manhã do dia 7, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No encontro, os dois mandatários deverão avaliar o atual estado das relações bilaterais e examinar questões políticas e econômicas de interesse de ambos os países. Dentre os temas que compõem a agenda de conversações presidencial, destacam-se: investimentos, comércio, meio ambiente, cooperação, ambiente político regional e internacional e processos de integração regional.

O encontro representa novo e importante passo no estreitamento das relações entre Brasil e México, dando seqüência ao diálogo de alto nível mantido pelos dois países, de que são exemplos a visita de trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Cidade do México, em setembro de 2003, e os encontros mantidos pelos Presidentes de ambos os países à margem da Cúpula Extraordinária das

Américas, em Monterrey, em janeiro passado, e da Cúpula América Latina e Caribe – União Européia, realizada em Guadalajara, no último mês de maio.

Na tarde do dia 7, o Presidente Fox manterá, em São Paulo, encontro com empresários brasileiros e mexicanos, após o qual seguirá para Puerto Iguazu, na Argentina, onde participará da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados.

Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos (7 de julho de 2004)

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Senhor Vicente Fox Quesada, realizou visita de trabalho ao Brasil em 7 de julho de 2004, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

1. A visita do Presidente mexicano a Brasília deu continuidade ao processo de diálogo e cooperação entre o Brasil e México, traduzido nos encontros mantidos pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vicente Fox Quesada - em Cuzco, em Evian, em Nova York, na Cidade do México, em Santa Cruz de la Sierra, em Monterrey e em Guadalajara.

2. A visita refletiu o interesse de ambas as partes em aprofundar as relações entre os dois países e promover a aproximação entre o México e o MERCOSUL, no contexto do projeto maior da integração latino-americana.

3. Nas conversações entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vicente Fox, registrou-se grande coincidência de posições sobre temas da agenda bilateral, regional e global.

4. Os Presidentes expressaram satisfação pela futura criação da Comissão Binacional, decidida por ocasião da visita do Secretário das Relações Exteriores do México a Brasília, em 13 de abril de 2004. A Comissão, que deverá reunir-se no Brasil, no segundo semestre de 2004, buscará fortalecer e ampliar o marco institucional das relações bilaterais, incorporando os grupos de trabalho temáticos já existentes.

5. Os Presidentes registraram satisfação com a intensificação do intercâmbio cultural e acadêmico entre o Brasil e o México e manifestaram o interesse de seus Governos em impulsionar a cooperação bilateral para fortalecer e promover as indústrias culturais nacionais, particularmente as de maior potencial de crescimento.

6. Os Presidentes reafirmaram o interesse em implementar medidas capazes de impulsionar a cooperação técnica, científica e tecnológica, mediante a identificação de áreas específicas. Os mandatários concordaram com a criação de mecanismos que facilitem a colaboração entre instituições brasileiras e mexicanas dos setores público e privado. Recordaram, a propósito, a experiência bem-sucedida das atividades desenvolvidas no Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe (CRECTEALC).

7. Reafirmaram a importância que os Governos do Brasil e do México atribuem ao propósito da integração latino-americana tal como expresso no Tratado de Montevideu de 1980 e trocaram impressões sobre os diversos processos de integração que vêm sendo implementados na região. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou a evolução recente do MERCOSUL, a conclusão dos Acordos de Livre Comércio do MERCOSUL com o Peru e com os demais Países Membros da Comunidade Andina e os demais aspectos do processo de integração sul-americana. O Presidente Vicente Fox, por seu lado, comentou a evolução do NAFTA e do processo de integração com os países da América Central representado pelo Mecanismo

de Diálogo e Concertação de Tuxtla e pelo Plano Puebla-Panamá.

8. O México reiterou sua disposição à negociação de um Acordo de Livre Comércio com os países do MERCOSUL em seu conjunto. O Brasil expressou seu apoio a esse processo de associação ao MERCOSUL.

9. Ambos os Presidentes conversaram sobre a evolução positiva das relações econômicas entre os dois países, ressaltando a ampliação do comércio e do incremento dos investimentos diretos recíprocos. Reafirmaram o objetivo de ampliar o intercâmbio bilateral e saudaram a aproximação entre os setores empresariais do Brasil e do México, por meio da realização de diversas missões empresariais.

10. Os Presidentes Lula da Silva e Fox ressaltaram a relevância que seus países atribuem ao multilateralismo e à observância das normas do direito internacional. Os Presidentes salientaram a importância dos organismos e mecanismos multilaterais, regionais e globais no encaminhamento de temas políticos, econômicos, sociais e de direitos humanos.

11. Os Presidentes Lula da Silva e Vicente Fox coincidiram quanto à necessidade de prestigiar, reformar e revitalizar as Nações Unidas, instituição central do sistema multilateral contemporâneo, de modo a tornar a Organização e seus órgãos mais aptos a exercer suas grandes responsabilidades. Assinalaram, nesse sentido, a importância de tornar o Conselho de Segurança mais eficaz, legítimo, representativo e democrático, com a participação mais equitativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Presidentes expressaram apoio ao trabalho desenvolvido pelo Secretário-Geral Kofi Annan e demonstraram interesse em relação às conclusões do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças por ele instituído. Comentaram, também, alguns dos principais temas debatidos pelo Conselho, à luz da recente experiência do México e da atual experiência do Brasil como membros não-permanentes do órgão.

12. Ambos os Presidentes comentaram os

resultados da última reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Quito, em junho de 2004, e coincidiram quanto à necessidade de modernizar e fortalecer a Organização no que respeita à sua estrutura e agenda temática. Manifestaram, também, seu apoio ao Secretário-Geral eleito da OEA, Senhor Miguel Angel Rodríguez, e concordaram em que o início do novo mandato constitui oportunidade para iniciar processo de reflexão acerca das mudanças que se requerem para que a OEA esteja em melhores condições de impulsionar a cooperação para o desenvolvimento econômico e social, a paz, a segurança e a democracia nos países membros.

13. Ambos os países reiteraram a importância de fortalecer a cooperação nos foros multilaterais em temas de interesse e preocupação comuns, tais como o combate à corrupção, ao narcotráfico e à delinquência organizada transnacional, o respeito aos direitos humanos, assim como a promoção da agenda ambiental, sobretudo como países de origem de grande diversidade biológica.

14. Coincidiram em apoiar o sistema multilateral de proteção aos direitos humanos e os diversos foros internacionais e regionais que abordam o tema. Os mandatários expressaram seu interesse em trabalhar na promoção da cooperação bilateral e internacional na matéria.

15. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou sobre os esforços que seu Governo vem desenvolvendo a fim de auspiciar uma maior cooperação internacional para a superação dos desafios econômicos e sociais atuais, em particular no que se refere à erradicação da fome e da pobreza, referindo-se, nesse contexto, à iniciativa de realização, em Nova York, em 20 de setembro próximo, de uma Reunião de Alto Nível. O Presidente Vicente Fox manifestou sua disposição de apoiar as iniciativas dirigidas a esses objetivos no âmbito da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de trabalhar de maneira conjunta para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio e de outros compromissos, tais como o Consenso de

Monterrey. Destacaram a urgência de fortalecer os mecanismos nacionais e regionais para promover a criação de novas e melhores oportunidades de emprego, que possam propiciar uma distribuição mais equitativa de crescimento econômico e elevar os níveis de vida da população.

16. Os Presidentes concordaram quanto à importância da cooperação internacional na luta contra o terrorismo, que deve ser desenvolvida em estrita conformidade com o direito internacional, particularmente o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos refugiados.

17. Os Presidentes coincidiram em que a questão da segurança no hemisfério deve ser tratada por meio da cooperação regional, tendo sempre em conta o caráter amplo, flexível e multidimensional do tema. Expressaram, nesse sentido, a necessidade de impulsionar o pleno cumprimento da Declaração sobre Segurança nas Américas, adotada no México, em outubro de 2003. Recordaram, a propósito, a necessidade de definir o vínculo jurídico da Junta Interamericana de Defesa com a Organização dos Estados Americanos de acordo com o estabelecido na Declaração.

18. Lembraram com satisfação a plena vigência do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco), contribuição de significação histórica aos esforços para evitar a proliferação das armas nucleares e para promover a paz e a segurança internacionais e os objetivos do desarmamento nuclear. Nesse contexto, referendaram seu respaldo às atividades realizadas pelo Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe.

19. Brasil e México, como países membros da Coalizão da Nova Agenda, sublinharam a importância da próxima Conferência de Exame do TNP para avaliar os progressos na implementação das obrigações do Tratado e considerar as ações necessárias para o desarmamento nuclear.

Congratularam-se pela indicação do nome do Embaixador Sérgio Duarte para a Presidência da Conferência em 2005.

20. Reafirmaram o equilíbrio dos compromissos essenciais do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) que compreende a adoção de medidas efetivas para o desarmamento nuclear, em todos os seus aspectos, assim como a garantia do direito inalienável de suas partes ao desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

21. Os mandatários manifestaram seu interesse em impulsionar projeto de declaração que reflita a importância de aumentar a cooperação entre os Estados-parte e signatários dos tratados que estabelecem Zonas Livres de Armas Nucleares, assim como lograr a plena aplicação de tais instrumentos.

22. Os Presidentes Lula da Silva e Vicente Fox trocaram opiniões sobre as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, e ressaltaram a necessidade de fazê-las avançar ainda em 2004. Comentaram nesse contexto a importância da atuação do Brasil e do México no G-20, com vistas à maior liberalização do comércio agrícola e à proscrição dos subsídios dos países desenvolvidos.

23. O Presidente do México reiterou seu reconhecimento ao Governo e ao povo do Brasil pela exitosa celebração da Décima Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), realizada em São Paulo, de 13 a 18 de junho de 2004. Ambos felicitaram-se pela adoção do Consenso de São Paulo e do Espírito de São Paulo, documentos estratégicos que reforçarão e melhorarão as atividades da UNCTAD, ao mesmo tempo em que contribuirão para o alcance das metas estabelecidas nas Conferências e Cúpulas mais importantes das Nações Unidas, bem como ao estabelecimento de maior coerência nas políticas instrumentadas nos planos nacional e internacional para fomentar o desenvolvimento econômico das nações por meio do comércio.

24. Reafirmaram o interesse em intensificar o diálogo e a coordenação entre as suas delegações

no processo negociador da ALCA, com vistas a alcançar acordo equilibrado, que possibilite o incremento do comércio hemisférico e seja satisfatório para todos os países envolvidos, e que contemple a faculdade de os participantes implementarem seus próprios modelos de desenvolvimento.

25. Dando prosseguimento ao diálogo sobre temas da atualidade latino-americana, os Presidentes do Brasil e do México comentaram a situação em diferentes países do hemisfério, com particular atenção ao Haiti. O Presidente Lula da Silva comentou as perspectivas para a atuação do contingente brasileiro na Força de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti – MINUSTAH e saudou a iniciativa mexicana de fornecer ajuda humanitária àquele país. O Presidente Fox considerou de grande relevância a iniciativa brasileira de cooperar para a normalização da situação interna no Haiti. Ambos manifestaram sua concordância com o entendimento de que somente o compromisso da comunidade internacional com a implementação de políticas de longo prazo, em estreita colaboração com os países da CARICOM, possibilitará alcançar solução duradoura para a crise haitiana, que abranja o fortalecimento das instituições e a consolidação de regime democrático estável, com rigoroso respeito à ordem constitucional.

26. Os Presidentes reconheceram a importância dos entendimentos alcançados na Cúpula Especial das Américas, realizada em janeiro de 2004, em Monterrey, e na Cúpula América Latina e Caribe – União Européia, ocorrida em Guadalajara, em maio de 2004. Reiteraram a intenção de seus Governos de buscar executar as disposições dos acordos alcançados em ambas as Cúpulas.

27. Brasil e México expressaram seu compromisso de garantir o êxito da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, tendo o Presidente Fox confirmado sua intenção de comparecer à mesma, a realizar-se em novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

28. O Presidente Vicente Fox agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a hospitalidade

recebida do Governo brasileiro e reiterou o convite para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realize visita de Estado ao México. O Presidente Lula confirmou sua intenção de efetuar a visita no primeiro trimestre de 2005.

Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia (8 de julho de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, nesta quinta-feira, 8 de julho. O encontro entre os dois Presidentes oferecerá oportunidade para reforçar os vínculos políticos bilaterais e identificar estratégias viáveis de continuidade dos negócios na área energética.

O Brasil confere prioridade às relações com a Bolívia, país com o qual mantém sua mais extensa fronteira. Revelam essa prioridade a frequência de encontros entre autoridades dos dois países.

Será formalizado, durante a visita, o cancelamento da dívida boliviana para com o Brasil. O Brasil cancelará US\$ 48,73 milhões devidos pela Bolívia, que deverá arcar com o pagamento de apenas US\$ 2,16 milhões. Pelos termos do acordo, a Bolívia manifesta a intenção de efetuar tal pagamento mediante a dação do imóvel onde atualmente está instalada a Chancelaria da Embaixada do Brasil em La Paz.

A agenda da visita inclui também, entre outros assuntos, o financiamento para obras de integração física, acesso recíproco a portos e aeroportos, melhoria das condições das populações das cidades fronteiriças e regularização de situação migratória.

O Governo brasileiro tem realizado esforços no sentido de aprofundar o relacionamento com a Bolívia na área energética. Pretende-se implementar projeto de construção de um pólo gás-químico na região fronteira, próximo às cidades de Corumbá e Puerto Suárez, e projeto de cooperação tecnológica na área de gás natural, que prevê a instalação de um Centro de Tecnologias do Gás na Bolívia. Esta última iniciativa tem especial importância, uma vez que a

instalação do Centro possibilitará que a exploração dessa riqueza natural gere benefícios diretos para a população boliviana, por meio da disseminação do uso do gás em residências e veículos. O Governo boliviano realizará, no próximo dia 18, referendo popular que definirá os rumos da política energética boliviana nos próximos anos, com impacto sobre o futuro dos investimentos externos nesse setor.

A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra reflete, assim, o interesse do Governo brasileiro em manter com a Bolívia uma relação de parceria privilegiada, fundada em sólido processo de integração física e energética.

Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia (8 de julho de 2004)

Atendendo a convite do Presidente da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma visita de trabalho a Santa Cruz de la Sierra, no dia 8 de julho de 2004.

Durante o encontro, os Presidentes reafirmaram os sólidos laços que unem a Bolívia e o Brasil, assim como o elevado nível de entendimento político e a relevância econômica e social que caracterizam o relacionamento bilateral. Os Presidentes comprometeram-se a trabalhar pelo fortalecimento da integração dos países sul-americanos e reiteraram o compromisso com a construção de uma comunidade sul-americana de nações.

Os Presidentes ressaltaram sua concordância com uma visão comum voltada para o impulso à cooperação e à integração bilateral, sublinhando, nesse contexto, a democracia, o desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade, a complementação das economias de ambos países, a integração física e energética, o incremento do comércio e dos investimentos e o combate aos ilícitos internacionais.

Ademais, os Presidentes enfatizaram a contribuição fundamental da associação estratégica na área energética para o desenvolvimento de ambos países. Salientaram o papel das exportações de gás

ao Brasil e dos investimentos brasileiros no setor de hidrocarbonetos para o crescimento da economia boliviana, o aumento da arrecadação de impostos e a geração de empregos.

Congratularam-se pelo aumento expressivo das vendas de gás durante o ano de 2004 e pelo avanço registrado em novos projetos, como o pólo gás-químico na região fronteira entre os dois países, que contribuirá para o progresso das áreas limítrofes e para a industrialização do recurso natural boliviano.

No decorrer da visita do Presidente brasileiro, autoridades de ambos Governos assinaram os seguintes instrumentos jurídicos:

1. Acordo sobre Facilidades para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios;
2. Acordo para a permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos;
3. Contrato de reestruturação da dívida bilateral e seus anexos; e
4. Acordo Quadro entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da República Federativa do Brasil e o Ministério da Fazenda da Bolívia.

Além disso, iniciaram-se negociações sobre os seguintes acordos:

1. Acordo para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão Fiscal; e
2. Acordo sobre Acesso Recíproco a Portos e Aeroportos.

Declaração Conjunta dos Presidentes da República da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, e da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (8 de julho de 2004)

1. Atendendo ao convite do Presidente da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, da Fazenda, Antonio Palocci, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luis

Fernando Furlan, dos Governadores dos Estados do Acre, Jorge Viana, Mato Grosso do Sul, José Orcírio M. dos Santos, e de Rondônia, Ivo Narciso Cassol, realizou visita de trabalho a Santa Cruz de la Sierra, no dia 8 de julho de 2004.

2. O encontro entre os dois Presidentes reafirmou os sólidos laços que unem Bolívia e Brasil, assim como o elevado nível de entendimento político e a relevância econômica e social que caracterizam a relação bilateral.

3. Os Presidentes discutiram temas da agenda internacional e concordaram com a necessidade do fortalecimento e reforma da Organização das Nações Unidas. Nesse contexto, o Presidente Mesa renovou o apoio da Bolívia para que o Brasil integre o Conselho de Segurança daquela Organização, na qualidade de membro permanente.

4. Os Presidentes reiteraram seu apoio ao processo democrático, como único instrumento adequado para a resolução pacífica dos conflitos.

5. Os Presidentes concordaram que instituições sólidas são uma condição essencial para a convivência democrática em sociedade. Nesse sentido, manifestaram seu apoio a medidas de fortalecimento institucional que proporcionem regras claras e justas de convivência à cidadania.

6. Manifestaram sua convicção de que a presença de diversas culturas e etnias em um país é uma riqueza que deve ser aproveitada para a formação de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, expressaram sua fé em que a rica herança originária de ambos os países, assim como sua força criativa, são fatores que contribuem para o desenvolvimento de suas nações. Expressaram, ademais, a certeza de que o respeito às minorias e a tolerância em relação à diversidade são condições essenciais para que as controvérsias em uma sociedade possam solucionar-se de maneira definitiva.

7. Os Presidentes reiteraram sua visão comum de cooperação e integração que sustenta as relações bilaterais, ressaltando, nesse contexto, o desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade,

a complementação das economias de ambos os países, a integração física e energética, o incremento do comércio e dos investimentos e o combate aos ilícitos internacionais. Salientaram a importância da crescente vinculação entre os países sul-americanos e reiteraram o compromisso com a construção de uma comunidade sul-americana de nações.

8. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu a importante conjuntura social que atravessa a Bolívia e elogiou a condução do processo de busca de consensos que leva a cabo o Presidente Carlos D. Mesa Gisbert, para atender aos anseios do povo boliviano e colocar a Bolívia na rota do desenvolvimento.

9. Os Presidentes enfatizaram a contribuição fundamental da associação estratégica na área energética para o desenvolvimento de ambos os países. Destacaram o papel das exportações de gás para o Brasil e dos investimentos brasileiros na Bolívia no setor de hidrocarbonetos para o crescimento da economia boliviana, a geração de empregos e a arrecadação de impostos.

10. Congratularam-se pelo aumento expressivo das vendas de gás durante o ano de 2004 e pela instalação da Comissão Executiva Binacional do Pólo Gás-Químico Brasil-Bolívia, em reunião no dia 6 de julho de 2004, realizada em Brasília. Expressaram confiança em que o pólo venha a contribuir para o progresso das áreas limítrofes, para a prosperidade das populações dos dois países e para a industrialização do gás boliviano.

11. Os Presidentes manifestaram a expectativa de que os resultados do referendo sobre a política energética da Bolívia e a futura nova lei para o setor de hidrocarbonetos do país permitam a continuação da cooperação bilateral já existente e o desenvolvimento de novos projetos de interesse mútuo, em um ambiente de estabilidade, previsibilidade e segurança jurídica.

12. Com vistas a contribuir para a democratização do consumo do gás natural na Bolívia, os Presidentes reiteraram seu compromisso de levar

adiante o projeto de cooperação para instalar na Bolívia um Centro de Tecnologia para uso do gás natural.

13. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com a assinatura de instrumentos relativos ao perdão da dívida pública boliviana para com o Brasil, o que constitui mais uma demonstração do inquestionável compromisso brasileiro com o bem-estar do povo boliviano.

14. Os Presidentes destacaram a alta prioridade atribuída pelos dois Governos à integração da infraestrutura física entre os dois países, com ênfase nos corredores vias que passam pelas regiões centro e sul do território boliviano. Saudaram, nesse sentido, a assinatura de um Acordo Quadro de financiamento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Fazenda boliviano para que a Bolívia possa dispor de linhas de crédito para impulsionar sua infra-estrutura. Os Presidentes manifestaram a expectativa de que, com esse financiamento, os dois países possam finalmente vincular-se por meio de uma estrada asfaltada entre Santa Cruz de la Sierra e Corumbá.

15. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com a perspectiva de estabelecimento da Subcomissão Binacional de Eletricidade e Energias Alternativas, instância de coordenação e intercâmbio de informação que permitirá avançar em projetos de interesse mútuo.

16. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com o avanço nos projetos conjuntos de aproveitamento do Rio Madeira, que dinamizará o sistema produtivo de importantes áreas dos territórios de ambos os países, assegurará o fornecimento adicional de energia e permitirá à Bolívia ter acesso permanente ao Oceano Atlântico.

17. Salientaram que o Brasil tem feito concessões comerciais à Bolívia no âmbito do Acordo de Complementação Econômica (ACE-36) entre esse país e o MERCOSUL e lembraram que em março passado, durante a reunião ordinária da Comissão Administradora do ACE-36 foi anunciada, entre outras medidas, a concessão de desgravação

total e imediata, para produtos de interesse exportador da Bolívia. Ressaltaram que essas concessões, que estão sendo incorporadas ao Acordo por via de um Protocolo Adicional, foram realizadas individualmente, havendo o Brasil atendido à totalidade do pleito boliviano (112 itens), com destaque para dois itens do setor açucareiro, aos quais o Brasil concedeu margens de preferência de 100% dentro de uma quota anual total de 15.000 toneladas.

18. Desta maneira, o Brasil deu cumprimento em sua totalidade aos compromissos comerciais do Comunicado Especial de Ajuda de Emergência para a Bolívia, emitido por ocasião da Cúpula Iberoamericana de Santa Cruz – Bolívia – em novembro de 2003. Os dois Presidentes registraram o interesse da Bolívia de que essa quota de açúcar possa ser renovada.

19. Ademais, os Mandatários expressaram sua satisfação tanto pelo início dos trabalhos para a eliminação das barreiras não-tarifárias, com vistas a aumentar a competitividade dos produtos bolivianos, como pelas ações que se possam realizar para conceder as facilidades necessárias para o trânsito de condutores e veículos bolivianos de carga nas zonas de fronteira.

20. Os Presidentes congratularam-se pela posição de vanguarda da Bolívia na participação no Programa de Substituição Competitiva de Importações para países da América do Sul, implementado pelo Brasil. Ambos países firmaram, ao abrigo do citado Programa, o Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e de Investimentos, instrumento que permitirá diversificar e aumentar as exportações bolivianas para o mercado brasileiro, estimular os investimentos e examinar mecanismos de financiamento. Um exemplo prático recente do êxito da iniciativa foi a significativa participação de empresários bolivianos na primeira macro-rodada de negócios, entre importadores brasileiros e exportadores sul-americanos, realizada em São Paulo, em 23 e 24 de junho de 2004.

21. Expressaram satisfação com os avanços alcançados nas reuniões bilaterais para facilitar a

navegação no canal Tamengo. Destacaram que o estudo para a solução da infra-estrutura de tomada de água já tem prazo estimado para sua conclusão.

22. Os Presidentes referiram-se às restrições e problemas administrativos que enfrentam o transporte de carga boliviana em trânsito para os portos de Corumbá e Ladário (Granel Química) e os caminhoneiros bolivianos na fronteira norte da Bolívia com o Brasil, reiterando o firme compromisso de ambos Governos de encaminhar os temas de maneira mutuamente satisfatória, com a brevidade possível, nas instâncias pertinentes.

23. Com o objetivo de facilitar o transporte, promover o comércio exterior e aumentar a competitividade da economia boliviana, os Presidentes acordaram acelerar as negociações para tornar possível o acesso franco a portos e aeroportos.

24. Ambos Presidentes determinaram que, em matéria de cooperação sanitária e fitossanitária, seja agilizada a execução das ações acordadas na Declaração Conjunta dos Ministros da Agricultura, assinada em Brasília, em 28 de abril de 2003.

25. Com o propósito de fomentar investimentos produtivos recíprocos, os Presidentes saudaram o início das negociações de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal.

26. Como medidas facilitadoras para os negócios bilaterais, os Presidentes também destacaram a importância das iniciativas para fortalecer a Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira na Bolívia.

27. Tomando em consideração a importância de levar adiante iniciativas de impacto social que tenham um efeito direto sobre o bem-estar das populações de ambos os países, os Presidentes congratularam-se pela assinatura de um Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos.

28. Ambos Presidentes instruíram seus Ministros de Relações Exteriores no sentido de tomar as medidas pertinentes, a fim de que as reuniões dos Comitês de Fronteira brasileiro-bolivianos tenham lugar no mais

tardar até o mês de novembro do corrente ano.

29. Ademais, os Mandatários expressaram satisfação com o início de negociações de Acordo para regularizar a situação migratória dos nacionais brasileiros e bolivianos que se encontrem no território do outro país, no marco das excelentes relações de cooperação e integração e dos laços de amizade que unem ambos os povos irmãos.

30. Os Presidentes congratularam-se pela assinatura do Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, o qual elimina o requisito de passaportes para viagens com fins oficiais, de turismo ou de negócios entre ambos países.

31. Os dois Presidentes reiteraram a importância de combater a fome e a pobreza. Destacaram, ademais, a intenção de desenvolver um projeto de cooperação para a implementação de um Programa Nacional de Alimentação escolar e pré-escolar, com a participação do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas e um Projeto de Cooperação Bilateral de Apoio à Agricultura Familiar, no âmbito do Diálogo Nacional Bolívia Produtiva.

32. O Presidente Carlos Mesa agradeceu a decisão do Governo brasileiro de doar aeronaves de treinamento T-25 à Força Aérea Boliviana no curso do segundo semestre de 2004.

33. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a atenção que lhe foi dispensada e à sua comitiva, durante sua visita à Bolívia.

A presente Declaração Conjunta foi subscrita na cidade de Santa Cruz de la Sierra, em 8 de julho de 2004, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum - Criação do Grupo Ad Hoc de Alto Nível sobre o Aquífero Guarani (Puerto Iguazú, Argentina, 7 de julho de 2004)

O Conselho do Mercado Comum (CMC) adotou no dia 7 de julho decisão ministerial pela qual

os quatro Estados partes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) decidiram criar um Grupo Ad Hoc de Alto Nível para tratar das questões relativas à proteção e o uso sustentável dos recursos do Aquífero Guarani.

O Grupo Ad Hoc será constituído por juristas dos quatro países e deverá elaborar um projeto de Acordo no qual se consagrarão os direitos dos Estados Partes sobre as águas subterrâneas transfronteiriças, bem como os princípios e critérios sobre sua utilização. O Grupo Ad Hoc deverá apresentar relatório à próxima reunião ordinária do CMC, a realizar-se em dezembro deste ano, durante a Presidência Pro tempore brasileira do MERCOSUL.

O representante brasileiro nos trabalhos do Grupo Ad Hoc será o Embaixador João Clemente Baena Soares.

O Aquífero Guarani integra o domínio territorial soberano do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. É talvez o maior manancial transfronteiriço de água doce subterrânea do mundo, com uma extensão total aproximada de 1,2 milhão de km², dos quais 840 mil km² no Brasil, 225,5 mil km² na Argentina, 71,7 mil km² no Paraguai e 58,5 mil km² no Uruguai. A porção brasileira inclui o território de oito Estados: MS (213.200 km²), RS (157.600 km²), SP (155.800 km²), PR (131.300 km²), GO (55.000 km²), MG (51.300 km²), SC (49.200 km²) e MT (26.400 km²).

As reservas permanentes do Aquífero Guarani são da ordem de 45 trilhões de metros cúbicos, o que representa, segundo cálculos da UNESCO, um volume de água capaz de sustentar uma população de 5,5 bilhões de pessoas durante 200 anos, com um consumo médio de 100 litros diários por pessoa. Em termos efetivos, a reserva explotável de forma sustentável é de 160 bilhões de metros cúbicos por ano, que representa a recarga natural estimada do Aquífero.

O fato de a qualidade da água ser, em geral, adequada para o consumo humano (sem necessidade de tratamento prévio), aliado à boa proteção de que

o Aquífero dispõe contra os agentes da poluição, torna-o recurso de valor social e econômico inestimável.

A questão do uso sustentável da água doce é uma das principais da agenda econômica, ambiental e social deste século.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (Puerto Iguazú, 8 de julho de 2004)

Por ocasião da XXVI Reunião do Conselho Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados, reunidos na cidade de Iguazú, no dia 8 de julho de 2004, reafirmam seu renovado compromisso estratégico com a integração regional e sua condição de membros da comunidade do MERCOSUL, baseada na defesa dos princípios democráticos de governo e em valores compartilhados que formam as liberdades individuais, a plena vigência das Instituições e do Estado de Direito. Nesse contexto:

1. Destacam a alta prioridade que atribuem à proteção, promoção e garantia dos direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas que habitam o MERCOSUL. Nesse sentido, reafirmam sua especial preocupação com os direitos da criança e demais setores vulneráveis da sociedade.

2. Enfatizam o valor da transparência nos processos decisórios, o fortalecimento da independência e a qualidade dos sistemas judiciários e a luta contra a impunidade.

3. Ratificam seu compromisso de alcançar sociedades mais justas, de lutar conjuntamente contra os flagelos da fome, do desemprego, da desproteção social, marginalização e desigualdade de oportunidades.

4. Afirmam a importância da inclusão social, entendida como a condição necessária para que a totalidade da população tenha acesso a uma vida digna, contribua ativamente para o crescimento econômico e alcance sua realização pessoal no marco do respeito de normas e valores comuns.

5. Salientam a necessidade de promover o crescimento econômico com equidade para fortalecer a governabilidade democrática e promover o desenvolvimento social, entendidos como os principais desafios do presente.

6. Manifestam que o desenvolvimento implica também dar prioridade à educação como ferramenta fundamental da inclusão social, garantindo a todos os cidadãos a aquisição de capacidade de aprendizagem que lhes permita ampliar e atualizar suas habilidades e destrezas num processo de crescimento pessoal que engrandeça o conjunto social.

7. Destacam a importância e urgência do aperfeiçoamento dos critérios de contabilidade dos organismos financeiros internacionais utilizados como parâmetro das metas de política social e defendem que os investimentos passem a ter um tratamento contábil adequado, que não iniba a tomada de decisões econômicas racionais.

8. Recebem com beneplácito o início das atividades da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL, e reconhecem a necessidade de adotar políticas e medidas que garantam o direito dos povos da região de produzir e ter acesso aos conteúdos cinematográficos e audiovisuais que expressem nossa identidade e diversidade cultural.

9. Ratificam sua firme decisão de erradicar a aftosa na região do MERCOSUL ampliado até o ano de 2007 e instruem seus Ministros de Agricultura a continuar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos com tal fim.

10. Reiteram a importância do desenvolvimento da infra-estrutura por meio dos eixos de conexão entre o MERCOSUL e os Estados Associados, de forma a aprofundar a conectividade entre eles, de contribuir para sua competitividade internacional e de gerar projetos com importantes impactos sociais. Nesse sentido, reafirmam a importância da promoção da integração física da América do Sul e ratificam sua determinação de

seguir impulsando as atividades da IIRSA e da Hidrovia Paraguai/Paraná.

11. Redobram seu férreo repúdio ao terrorismo e à necessidade de erradicá-lo em todas suas formas e manifestações e condenam aqueles que prestem ajuda ou refúgio, cometam, promovam, participem ou sejam cúmplices em atos terroristas e delitos conexos.

12. Destacam que a participação de países da região na operação de paz e reconstrução do Haiti, conforme o mandato do Conselho de Segurança, constitui uma clara expressão de solidariedade e do nosso compromisso real e efetivo com o multilateralismo e o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

13. Recebem com profunda satisfação o oferecimento peruano de ser sede e organizar, em 9 de dezembro de 2004, a III Cúpula Sul-americana, que estará destinada a consolidar o espaço sul-americano de paz, no marco do 180º aniversário da Batalha de Ayacucho, que selou a independência do continente.

14. Expressam seu decidido apoio ao lema central da Cúpula Hemisférica: “Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática” e manifestam seu compromisso de trabalhar em propostas concretas para um plano de ação efetivo que resulte na aplicação de políticas tendentes a gerar emprego produtivo.

15. Declaram sua vontade de seguir fortalecendo a concertação política no marco do MERCOSUL, como instrumento efetivo para o sucesso dos objetivos comuns.

16. Expressam a importância que atribuem à crescente vinculação entre os países sul-americanos e, nesse sentido, manifestam sua determinação de estreitar a relação institucional entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina das Nações e o Chile como base para a construção progressiva de uma comunidade sul-americana de nações, e portanto decidem instruir aos órgãos políticos correspondentes para que negociem a elaboração

de uma agenda com passos concretos. Em tal sentido, encomendam à Secretaria do MERCOSUL e à CAN para que, em coordenação com as Chancelarias, proponham programas e projetos específicos em matéria econômica, social e de fortalecimento institucional da inter-relação cultural entre ambos os blocos.

17. Manifestam seu mais firme apoio ao atual processo de fortalecimento da institucionalização democrática na irmã República da Bolívia e sua esperança de que os processos da consulta política em curso contribuam efetivamente a esse propósito.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL (Puerto Iguazú, 8 de julho de 2004)

Realizou-se em Puerto Iguazú, em 8 de julho de 2004, a XXVI Reunião do Conselho Mercado Comum, com a participação dos senhores Presidentes da República Argentina, Néstor Kirchner; da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da República do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos e da República Oriental do Uruguai, Jorge Batlle Ibáñez.

1. Os Presidentes expressaram sua satisfação pela participação dos Presidentes da Bolívia, Carlos Mesa, e do Chile, Ricardo Lagos, o que confirma a vontade do MERCOSUL de fortalecer os laços de associação com esses países.

2. Saudaram a presença do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, e do Vice-Presidente da República da Colômbia, Francisco Santos Calderón, com cujos países o MERCOSUL está culminando os trabalhos para a pronta entrada em vigência de Acordo de Livre Comércio.

3. Do mesmo modo, expressaram seu beneplácito pela presença do Presidente dos Estados Unidos do México, Vicente Fox Quesada, que permitirá intensificar as relações econômicas, comerciais e políticas com o MERCOSUL.

4. Destacaram a participação do Ministro de

Comércio Exterior e Turismo, Alfredo Ferrero, como representante do Governo da República do Peru.

5. Agradeceram a presença do Representante Especial do Governo do Japão, Embaixador Tatsuo Arima, e do Representante Plenipotenciário do Governo da República Árabe do Egito, Magdy Farahat, na XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum, o que confirma o interesse de ambos países em estreitar os laços com o MERCOSUL.

6. Manifestaram sua satisfação pelos avanços alcançados no cumprimento dos objetivos incluídos no “Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006”, aprovado em dezembro de 2003, o qual constitui instrumento estratégico para realizar as metas de progresso econômico e bem-estar dos povos da região. Além disso, reiteraram a necessidade de que os órgãos do MERCOSUL cumpram com os objetivos que lhes são indicados, dentro do prazo previsto, e ressaltaram que as decisões adotadas nesta oportunidade são uma forma de expressar seu compromisso com o desenvolvimento e o aprofundamento do processo de integração.

7. Destacaram, no contexto da XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum, os trabalhos realizados durante este semestre, com vistas a aperfeiçoar os mecanismos que garantam a livre circulação de bens no MERCOSUL, e comprometeram-se a implementar, até o final deste ano, ações que permitam alcançar este objetivo. Além disso, registraram com satisfação os avanços na conformação de um mecanismo tendente à integração de processos produtivos, levando em consideração que a implementação de cadeias de valor no âmbito regional dará maior competitividade aos produtos do MERCOSUL.

8. Congratularam-se pela entrada em vigor do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias no MERCOSUL e celebraram a constituição, com cinco membros titulares, do Tribunal Permanente de Revisão para a solução de controvérsias no MERCOSUL, que terá sede em Assunção.

9. Ademais, receberam com satisfação o anúncio feito pelo Presidente da República do Paraguai de que será inaugurada, no próximo dia 15 de agosto, a sede do mencionado Tribunal em Assunção.

10. Ressaltaram a criação do Centro MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito, com sede em Assunção, que funcionará como fonte geradora de idéias e propostas para fortalecer e consolidar a cultura democrática e as instituições do Estado de Direito no âmbito regional, inspirados nos princípios contidos no Compromisso Democrático de Ushuaia.

11. Reiteraram a importância de garantir a vigência e a aplicação das normas MERCOSUL. Nesse sentido, congratularam-se pela aprovação de uma série de diretrizes para implementar um procedimento especial para rápida vigência e aplicação da normativa comum que, de acordo com os ordenamentos jurídicos nacionais, não requeira tratamento legislativo.

12. Registraram a proposta, apresentada na XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum, referente à conveniência de identificar os aspectos do Protocolo de Ouro Preto que poderiam ser objeto de revisão à luz dos recentes avanços institucionais do MERCOSUL.

13. Receberam com satisfação a apresentação, por parte da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), do “Anteprojeto de Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL”. Nesse sentido, agradeceram a contribuição da CPC, que reputam fundamental para o fortalecimento institucional do processo de integração.

14. Reconheceram a importância da realização da Oficina de Reflexão “Diálogo Sub-regional de Vice-Ministros dos Estados Partes sobre Harmonização Tributária”, bem como do Seminário, aberto à participação da sociedade civil, ambos realizados em Buenos Aires e dos quais participaram acadêmicos de reconhecido prestígio internacional. A esse respeito, consideraram com interesse a organização de futuros encontros com o propósito

de dar continuidade ao estabelecido no Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006.

15. Reconheceram a grande interdependência gerada pelos significativos fluxos de bens, serviços e investimentos no âmbito regional, pelo que reafirmaram a importância de avançar na coordenação de políticas macroeconômicas, de acordo com os objetivos definidos no Tratado de Assunção, a fim de consolidar o MERCOSUL como uma área de estabilidade econômica. Nesse sentido, registraram a realização da Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL e Estados Associados, no último dia 7 de julho de 2004, e expressaram sua satisfação pelos avanços então obtidos.

16. Reiteraram a necessidade de uma pronta ratificação e entrada em vigor do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços, o qual permitirá outorgar maior segurança e previsibilidade aos provedores de serviços da região.

17. Confirmaram a disposição de avançar na liberalização do comércio de serviços na região e no processo de harmonização de marcos normativos. Ratificaram, além disso, a necessidade de identificar as medidas que não requerem tratamento legislativo e que restringem o acesso ou discriminam os provedores de serviços dos Estados Partes do MERCOSUL, a fim de proceder à sua eliminação. Comprometeram-se a dar impulso, nos Parlamentos, à incorporação da dimensão MERCOSUL em suas legislações sobre Serviços.

18. Destacaram a importância de simplificar e harmonizar os requisitos para a eliminação dos entraves ao estabelecimento de empresas dos Estados Partes na região e para o desenvolvimento das atividades empresariais, especialmente das pequenas e médias empresas.

19. Receberam com satisfação a realização da reunião, em maio passado, do Foro de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis, que contou com a participação do setor privado, e destacaram a necessidade de consolidar

e avançar na integração produtiva das economias dos Estados Partes, mediante resultados concretos nos Foros de Competitividade do MERCOSUL.

20. Ressaltaram os êxitos das atividades de promoção comercial conjunta desenvolvidas pelo MERCOSUL. Congratularam-se pela participação conjunta na Feira de Alimentos de Seul 2004 e pela realização da Mostra Institucional do MERCOSUL no Centro de Promoção Comercial Conjunta em Berlim. Em particular, destacaram a III Missão Comercial do MERCOSUL no contexto da Visita de Estado do Presidente argentino à China. Esta Missão, a primeira rumo à Ásia-Pacífico, contou com a mais significativa participação empresarial já verificada, até o presente, nas missões conjuntas do MERCOSUL, o que demonstra o grande interesse por ela despertado no setor privado.

21. Destacaram o significado da “Conferência Regional do Emprego do MERCOSUL”, organizada pela Comissão Sociolaboral e realizada em Buenos Aires nos últimos dias 15 e 16 de abril. A fim de dar seguimento a seus compromissos e contribuições, reconheceram a necessidade de difundir seus resultados mediante a realização de seminários nos Estados Partes. Destacaram, igualmente, a importância da Declaração de Ministros do Trabalho sobre Emprego de Qualidade, firmada no contexto da mencionada Conferência Regional, e apoiaram a iniciativa de elaborar uma Estratégia MERCOSUL para o Crescimento do Emprego.

22. Congratularam-se pelos resultados das tarefas desempenhadas pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), durante o primeiro semestre, em prol do fortalecimento dos vínculos com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC), o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) e as Reuniões de Ministros do MERCOSUL.

Ademais, destacaram os esforços da Presidência deste órgão, que contribuiu para avançar no desenvolvimento das relações com os países sul-americanos e de suas iniciativas relativas ao processo

de integração.

23. Enfatizaram a necessidade de fortalecer o Foro de Consulta e Concertação Política, em função de uma agenda política regional e internacional que requer maior esforço de coordenação, nos temas de interesse comum, entre os Estados Partes e os Estados Associados do MERCOSUL.

24. Destacaram que a Sociedade Civil deve ser a principal destinatária dos benefícios da integração regional e, nesse sentido, assinalaram a importância de sua participação ativa e plural nesse processo. Do mesmo modo, ressaltaram que as ações do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), e das organizações nele representadas, contribuem de maneira efetiva à construção do MERCOSUL.

25. Expressaram sua firme decisão e compromisso de avançar na erradicação da febre aftosa na região nos próximos 3 anos e instruíram seus Ministros da Agricultura a fortalecer as tarefas atuais no marco do “Conselho Agropecuário do Sul” (CAS), incluindo a solicitação de cooperação dos “Capacetes Brancos” para a execução do plano regional, em particular na região ecológica do Chaco, tendo instruído os Estados Partes a adotar medidas tendentes a fortalecer o Comitê Veterinário Permanente em matéria de auditoria de programas sanitários.

26. Manifestaram seu beneplácito pela aprovação do “Programa Regional de Controle do Bicudo do Algodão” e reafirmaram sua vontade de que os respectivos serviços fitossanitários cumpram os prazos previstos para lograr erradicar a praga nos próximos cinco anos e instruíram os Ministros da Agricultura a apresentar relatório dos avanços na próxima Cúpula.

27. Destacaram a importância do uso da biotecnologia agropecuária no desenvolvimento sustentável de nossos países e expressaram sua satisfação pela criação do Grupo Ad Hoc sobre Biotecnologia Agropecuária no MERCOSUL e pela atribuição de seus objetivos.

28. Coincidiram na importância de adotar

compromissos no âmbito do MERCOSUL com relação ao Aquífero Guarani e, nesse contexto, manifestaram seu apoio à criação de um Grupo Ad Hoc de Alto Nível, em que os Estados Partes debaterão os princípios básicos e diretrizes que garantam seus direitos sobre os recursos hídricos do Aquífero, assim como as políticas e medidas que promovam a proteção ambiental do Aquífero e o desenvolvimento sustentável com vistas à eventual subscrição de um acordo sobre a matéria.

29. Expressaram seu beneplácito pela criação das Reuniões Especializadas dos Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL e para a Agricultura Familiar, que permitirão canalizar as iniciativas de temas de grande importância para a sociedade em seu conjunto.

30. Destacaram com satisfação a ativa agenda de relacionamento externo desenvolvida pelo MERCOSUL.

31. Destacaram a realização da VI Reunião da Comissão Administradora do ACE 36 MERCOSUL- BOLÍVIA, evento em que se alcançaram avanços importantes com vistas a outorgar a esse país um tratamento preferencial adicional para o ingresso de seus produtos ao resto do MERCOSUL. Os Presidentes destacaram a importância de seguir fortalecendo os laços comerciais tendentes a favorecer o desenvolvimento e a consolidação democrática da irmã República da Bolívia.

32. Do mesmo modo, os Presidentes do MERCOSUL destacaram a importância de continuar avançando na consolidação do Acordo com o Chile. Notaram a importância que reveste a presença do Chile como país associado ao bloco e instaram seus funcionários a concluir os trabalhos pendentes entre ambas partes no marco do ACE 35.

33. Enfatizaram a necessidade da pronta protocolização do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o Peru e reiteraram os esforços realizados pelo MERCOSUL. Do mesmo modo, destacaram a importância de que se encontrem

soluções para as questões pendentes.

34. Reiteraram a transcendência política e econômica do Acordo de Complementação Econômica firmado entre Equador, Colômbia e Venezuela, países membros da CAN e os Estados Partes do MERCOSUL, que representa um passo fundamental rumo à consolidação da integração regional.

35. Tendo em conta que foram concluídas, para todos os efeitos práticos, as negociações para um acordo de livre comércio entre a Venezuela e o MERCOSUL, e tendo em vista, ainda, que o mencionado país solicitou formalmente sua incorporação como Estado Associado do bloco, acolheram com satisfação a Venezuela como o mais novo sócio do MERCOSUL. Tal associação se efetivará quando o acordo for protocolizado ante a ALADI.

36. No momento em que a Colômbia e o Equador manifestarem interesse idêntico, a presente decisão lhes será estendida.

37. Por outro lado, aceitaram a incorporação do México ao MERCOSUL, como Estado Associado, o que se efetivará uma vez concluído o respectivo acordo de livre comércio. Desde já, o México será convidado a participar das reuniões correspondentes.

38. Destacaram o compromisso do MERCOSUL de realizar todos os esforços no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) a efeitos de promover os investimentos, o desenvolvimento e a inclusão social para a recuperação institucional da República do Haiti.

39. Reiteraram seu compromisso de alcançar um Acordo de Associação Interregional com a União Européia e sublinharam a conveniência de que o mesmo seja assinado em outubro de 2004. Indicaram que o esforço conjunto de ambas as Partes nesta etapa da negociação dará como resultado um Acordo abrangente, equilibrado e benéfico para ambos os blocos. Neste sentido, reiteraram sua convicção de que o MERCOSUL fez seus esforços para alcançar

este objetivo.

40. Destacaram os avanços produzidos durante o semestre passado na negociação com a União Aduaneira da África Austral (SACU) e expressaram sua intenção de concluir o acordo comercial durante o ano em curso. Da mesma forma, apoiaram o projeto de brindar cooperação para o fortalecimento e desenvolvimento da Secretaria da mencionada associação, com sede na Namíbia.

41. Registraram os resultados da ronda de negociações com a Índia, realizada em Nova Délhi em junho passado, oportunidade em que se produziram importantes definições para concluir à brevidade o Acordo de Preferências Fixas.

42. Valoraram os resultados da V Reunião de Alto Nível e do Seminário MERCOSUL-Coréia, celebrados em Buenos Aires, em 4 de junho passado, oportunidades em que foram analisadas as relações comerciais e de investimento entre as partes e se coincidiu na importância de iniciar um estudo de viabilidade de um eventual acordo comercial.

43. Manifestaram seu beneplácito quanto à realização da VI Reunião de Alto Nível MERCOSUL-Japão, celebrada em Tóquio em 28 de junho, em cujo transcurso foi avaliada a criação de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento das relações comerciais e de investimento entre ambas partes.

44. Reafirmaram sua vontade de aprofundar as relações econômicas e comerciais entre o MERCOSUL e a República Popular da China. Nesse sentido, congratularam-se pela realização em Pequim do V Diálogo entre ambas partes, no qual se conformou o Grupo de Enlace MERCOSUL-China e se decidiu iniciar um estudo de viabilidade de um eventual acordo comercial.

45. Manifestaram sua grande satisfação pela assinatura, por ocasião da XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum, do Acordo Marco entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, tendente à constituição de uma zona de livre comércio, que contempla uma primeira etapa de preferências fixas e que permitirá incrementar o fluxo comercial

entre as partes.

46. Apoiaram com grande interesse a iniciativa de negociar um acordo marco entre o MERCOSUL e o Reino do Marrocos.

47. Com relação à ALCA, reafirmaram que o acordado na Reunião Ministerial de Miami deve ser cumprido para atender os interesses de todos os estados participantes.

48. Reafirmaram seu compromisso com o sistema multilateral de comércio e, especificamente, com o êxito da Rodada do Desenvolvimento lançada na Conferência Ministerial da OMC, celebrada em Doha. Lançaram um chamado a todos os Estados membros a dar um novo impulso às negociações, com um espírito construtivo e tendo particularmente em conta a situação dos países em desenvolvimento. Destacaram que, para que a Rodada do Desenvolvimento tenha êxito, é fundamental respeitar o nível de ambição original do mandato de Doha em agricultura, em seus três pilares, ou seja: melhorar substancialmente o acesso aos mercados, reduzir – com vistas a sua total eliminação - todas as formas de subvenções às exportações e diminuir substancialmente a ajuda interna que causa distorções no comércio internacional de produtos agrícolas.

49. Congratularam-se pela recente celebração da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (XI UNCTAD), assim como pela adoção dos documentos denominados o “Espírito de São Paulo” e o “Consenso de São Paulo”. Manifestaram ainda sua vontade de pôr em prática os consensos alcançados a efeitos de poder beneficiar-se do processo de globalização, favorecendo o desenvolvimento econômico e social dos povos.

50. Manifestaram seu compromisso com o êxito da próxima Terceira Rodada de Negociações Comerciais, no quadro do “Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento” (SGPC) e felicitaram-se pelo convite formulado aos países membros do Grupo dos 77 e à China para participar da mencionada rodada.

Expressaram o desejo de que todos os participantes se outorguem concessões significativas do ponto de vista comercial, que resultem em uma revitalização do comércio Sul-Sul.

51. Os Presidentes do Brasil, Paraguai e Uruguai agradeceram à República Argentina pela eficiência na coordenação dos trabalhos durante sua Presidência Pro Tempore e pela organização e hospitalidade recebida neste encontro.

Reunião de Cúpula do MERCOSUL - Comunidade Sul-Americana de Nações (Puerto Iguazú, Argentina, 8 de julho de 2004)

Em Puerto Iguazú, em 8 de julho corrente, os Presidentes dos Estados Partes e dos Estados Associados do MERCOSUL “expressaram a importância que atribuem à crescente vinculação entre os países sul-americanos e manifestaram a determinação de estreitar a relação institucional entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile como base para a construção progressiva de uma comunidade sul-americana de nações.” Os Presidentes decidiram também instruir aos órgãos políticos do MERCOSUL a elaborar de uma agenda com passos concretos naquela direção, e a condução de um diálogo político com a CAN.

Os Estados Partes do MERCOSUL são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. A Comunidade Andina está integrada pela Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O Chile, na condição de Estado Associado do MERCOSUL, foi convidado a participar de todas as instâncias deste processo de vinculação institucional entre o MERCOSUL e a CAN para a construção da comunidade sul-americana de nações.

Cerimônia de hasteamento da bandeira do MERCOSUL (Brasília, 9 de julho de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, presidirá amanhã, sexta-feira, 9 de julho, às 9:00 horas, cerimônia de hasteamento da bandeira do MERCOSUL, em frente ao Palácio Itamaraty.

A cerimônia, que será aberta à imprensa, inaugurará a Presidência Pro-tempore do Brasil no MERCOSUL.

Nota à imprensa divulgada pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires (16 de julho de 2004)

Em conversações com autoridades argentinas no dia de ontem, 15 de julho de 2004, a missão enviada pelo Governo brasileiro a Buenos Aires logrou entendimento bilateral de que não serão aplicadas pelo Governo argentino medidas restritivas às exportações brasileiras do setor de eletrodomésticos de linha branca, tendo em vista a conclusão de acordo entre os setores privados dos dois países. A negociação contou com os bons ofícios de ambos os Governos. A missão oficial brasileira foi integrada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Fortes de Almeida, pelo Embaixador do Brasil em Buenos Aires, Emb. Mauro Vieira, pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Luiz Pereira da Silva, e pelo Diretor de Integração do Ministério das Relações Exteriores, Emb. José Antônio Marcondes de Carvalho.

Os acordos concluídos nessa oportunidade dizem respeito aos setores de fogões e refrigeradores domésticos, representados pelo lado brasileiro por representantes da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS). Os empresários do setor de máquinas de lavar roupa comprometeram-se, com o respaldo de ambos os Governos, a seguir buscando a conclusão de um acordo para o setor.

Cabe destacar que os entendimentos privados entre empresários brasileiros e argentinos do setor de linha branca são orientados por objetivos de cooperação mútua que norteiam os processos de integração entre as cadeias produtivas dos dois países, e portanto, pela necessidade de assegurar o aumento da produtividade e a promoção recíproca de investimentos visando ao crescimento das duas economias.

Os entendimentos logrados possibilitarão maior compreensão acerca da dimensão e do crescimento do mercado argentino, em base à qual se espera concluir novos entendimentos com vistas a permitir que, em prazos mais largos, sejam promovidas parcerias, a integração de cadeias produtivas, a promoção recíproca de investimentos e a criação de joint-ventures, entre outras iniciativas.

Os acordos celebrados reforçam a confiança e viabilizam a superação de diferenças entre os respectivos parceiros privados dos dois países.

Instalação do Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL (16 de julho de 2004)

Realizou-se, em 16 de julho, no Palácio Itamaraty, reunião de instalação do Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL.

A reunião foi aberta pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e presidida pelo Subsecretário-Geral da América do Sul e Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares.

O evento contou com a presença de todos os Coordenadores Nacionais brasileiros das instâncias do MERCOSUL e marcou o início dos trabalhos da Presidência Pro Tempore brasileira, que se estenderá pelo segundo semestre do corrente ano.

O Núcleo de Apoio está localizado no Palácio Itamaraty (Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF - CEP 70170-900), dispendo dos seguintes números telefônicos, de fac-símile e endereço eletrônico:

Tel: 411- 6476/6581/6475/6637/6171/6253

Fax: 323-4730/ 411-6527

E-mail: pptb@mre.gov.br

Informações sobre o Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira (NAPPTB) encontram-se disponíveis na página do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br)

Doação do Brasil a São Tomé e Príncipe (16 de julho de 2004)

O Embaixador do Brasil em S. Tomé, Paulo Dyrceu Pinheiro, foi recebido, em 14 de julho corrente, pelo Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, ocasião em que entregou cópia de carta dirigida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chefe de Estado são-tomense.

Na carta, o Presidente Lula confirma a sua participação na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como assegura, na qualidade de presidente em exercício da CPLP, que o Brasil prestará todo o apoio solicitado por São Tomé e Príncipe na organização daquele evento.

O Embaixador brasileiro entregou ao Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes cheque no montante de US\$ 500 mil, para completar o orçamento da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos (Brasília, 22 e 23 de julho de 2004)

O Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, realizará visita de trabalho ao Brasil, no próximo dia 22, acompanhado de autoridades e parlamentares espanhóis.

A visita oferecerá oportunidade para o intercâmbio de posições sobre temas da agenda bilateral, regional e multilateral. Serão discutidas datas indicativas para a visita ao Brasil do Presidente de Governo José Luis Rodriguez Zapatero. Pretende-se, ainda, aprovar programa de trabalho bilateral, cujo objetivo será implementar mecanismos previstos no Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha. O programa de trabalho estabelecerá formato, local e datas para as primeiras reuniões, respectivamente, do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento, do Foro de Diálogo entre as Sociedades Cívicas e do Mecanismo

de Diálogo Permanente.

A visita servirá, igualmente, para redefinir prioridades em matéria de cooperação, com especial atenção à área social.

Comunicado Conjunto do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha (22 de julho de 2004)

O Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha, Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé, manteve reunião de trabalho no Itamaraty, na manhã do dia 22 de julho corrente, com o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Luiz Nunes Amorim. O Ministro Moratinos foi recebido à tarde pelo Senhor Presidente da República.

2. No encontro entre o Ministro Amorim e o Ministro Moratinos, confirmou-se mais uma vez o excelente estado das relações entre o Brasil e a Espanha, fundadas em tradicionais laços de amizade. Os Chanceleres expressaram satisfação com os resultados da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Espanha, em julho de 2003, e a do então Presidente de Governo José Maria Aznar ao Brasil, em outubro do mesmo ano. Salientaram que as afinidades existentes entre integrantes das atuais equipes de Governo de ambos os países reforçam ainda mais o potencial de avanços no diálogo e na concertação bilateral.

3. Ressaltaram, em seguida, a importância do Plano de Parceria Estratégica, firmado em novembro de 2003, à margem da Cúpula Iberoamericana, e sublinharam a necessidade de se implementar os mecanismos previstos nesse instrumento por intermédio de um programa de trabalho, com seu respectivo cronograma. Nesse particular, coincidiram sobre a conveniência de se convocar oportunamente a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento, possivelmente na segunda quinzena de outubro, bem como do foro de diálogo

entre sociedades civis dos dois países. Mencionaram a relevância das reuniões de consultas anuais em nível de Secretário-Geral e de Secretário de Estado de Assuntos Exteriores e para a Iberoamérica e decidiram organizar reunião de consulta no decorrer de outubro de 2004 para tratar de assuntos de interesse mútuo.

4. Trocaram impressões sobre o comércio e investimentos bilaterais e sobre a importância de se incentivar as principais empresas espanholas do setor bancário, instaladas no Brasil, conjuntamente com o Banco do Brasil, a criar canais de fomento para o financiamento de pequenas e médias empresas a fim de ampliar as exportações brasileiras e incrementar o fluxo comercial bilateral. Os Chanceleres concordaram em realizar todos os esforços necessários com o intuito de favorecer os investimentos diretos respectivos.

5. Manifestaram a disposição de dinamizar as relações de cooperação nas diversas áreas abordadas na Ata da III Reunião da Comissão Mista de Cooperação e no Plano de Parceria Estratégica, com especial atenção na área social, inclusive por meio de encontros de alto nível.

6. Os dois Chanceleres reafirmaram a relevância da cultura como fator de desenvolvimento e integração regional, reiterando também a importância de acertarem posições comuns no que se refere à preservação da diversidade cultural em seus respectivos países. Reafirmaram, nesse contexto, seu apoio aos esforços realizados pela UNESCO no sentido de elaborar uma Convenção Internacional sobre o tema.

7. Relembrou, igualmente, a necessidade de intensificarem os mecanismos bilaterais de cooperação cultural, através da realização de uma programação específica em diferentes campos da manifestação artística. Nesse sentido, acordaram em dar continuidade aos programas de cooperação na área da preservação e restauração do patrimônio.

8. Quanto à associação da Espanha à iniciativa internacional de programas e projetos de combate à fome e à pobreza lançada pelo Presidente

Lula, os dois Chanceleres coincidiram que a cooperação e a identidade de pontos de vista entre os dois países nesse campo constitui fator de adensamento da presença dos dois países no cenário internacional. Os Chanceleres comentaram sobre a importância da participação do Presidente Zapatero na cúpula de líderes mundiais em setembro vindouro.

9. Apoiaram a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas de convocar o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, o qual deverá propor reformas, inclusive mediante modificações na estrutura e no embasamento jurídico das Nações Unidas, a fim de melhor adequar a Organização e seus órgãos principais às novas realidades e necessidades no plano internacional.

10. Consideraram que a reforma do sistema das Nações Unidas deve contemplar a ampliação do Conselho de Segurança a fim de que esse órgão tenha acrescida sua legitimidade, representatividade e transparência. Nesse sentido, Brasil e Espanha reiteraram o desejo de manter estreita coordenação nos termos acordados no mecanismo de diálogo diplomático permanente previsto no Plano de Parceria Estratégica, a fim de corrigir os desequilíbrios da ordem internacional — tão evidentes na composição atual do Conselho de Segurança das Nações Unidas — por meio do fortalecimento do multilateralismo.

11. No que diz respeito ao relacionamento entre a União Européia e a América do Sul, os dois Chanceleres voltaram a destacar a importância do futuro Acordo de Associação entre a União Européia e o MERCOSUL, dando ênfase à percepção de que se trata de um instrumento de expressiva dimensão estratégica, que balizará não apenas o relacionamento econômico e as iniciativas de cooperação, como também o diálogo político entre as duas regiões. Recordaram, ainda, que a UE foi o primeiro parceiro comercial do Brasil em 2003 e que a conclusão do Acordo Inter-regional beneficiará ambas as regiões. Manifestaram, por outro lado, a expectativa de que as conversações em torno desse acordo se acelerem

nos próximos meses, de forma a que se visualize a possibilidade de conclusão das negociações, que seja satisfatória para ambas as partes, no mais breve prazo possível. Mencionaram a importância de iniciativas como as Cúpulas Ibero-americanas, cuja reformulação de modelo encontra-se em fase final de negociações diplomáticas.

12. Com referência ao Haiti, os Ministros Amorim e Moratinos ressaltaram a importância da decisão tomada no último dia 06.07 pelo Presidente José Luis Rodríguez Zapatero de formalizar, em sessão plenária do Congresso de Deputados, a intenção do Executivo espanhol de enviar contingente para integrar missão da ONU (MINUSTAH) naquele país. Ambos insistiram na importância do papel das Nações Unidas, com destaque para o equacionamento diplomático de situações de conflito. Foi também por eles salientada a contribuição essencial que a ONU tem dado no combate ao flagelo que representa o terrorismo internacional.

13. Sobre o Iraque, os Ministros concordaram sobre a necessidade da devolução da plena soberania para o povo iraquiano, no mais breve prazo, através da eleição de um governo legítimo e representativo, passo essencial para a pacificação, desenvolvimento e estabilidade do país.

Brasília, 22 de julho de 2004

Participação do Brasil em projetos ambientais no Sul do Líbano (22 de julho de 2004)

A pedido da Organização das Nações Unidas, o Governo brasileiro aceitou participar de duas iniciativas ambientais no Líbano. O projeto “A Tree for a Mine” prevê o reflorestamento em áreas desminadas no sul do país. O projeto “Seeing the South” institui concursos paisagísticos para aquela região. O objetivo dos projetos é a recuperação de áreas flageladas pelo conflito árabe-israelense.

A participação brasileira nos dois empreendimentos reflete a tradicional relação de amizade entre o Brasil e o Líbano, além do empenho do Governo brasileiro em ajudar o processo de

reconstrução do Líbano.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe por ocasião da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (26 e 27 de julho de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realizar-se em São Tomé e Príncipe nos dias 26 e 27 deste mês. Integrarão a comitiva presidencial os Ministros das Relações Exteriores, da Educação, da Saúde e da Ciência e Tecnologia, além da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Os deputados Vicentinho e Paes Landim também participarão da viagem.

O tema central da Conferência de São Tomé será a “Sociedade da Informação e sua contribuição para a boa governança e a transparência”. Além desse tema central, serão tomadas algumas decisões relevantes como, por exemplo, a possibilidade de que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre em vigor mediante o depósito das três primeiras ratificações (Brasil, Cabo Verde e Portugal).

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996. É integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O Brasil vem exercendo a Presidência da CPLP desde 2002, quando sediou a IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Na V Conferência, a Presidência será transmitida a São Tomé Príncipe, que a exercerá até 2006.

Durante sua estada em São Tomé e Príncipe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará a aprovação de crédito suplementar de US\$ 650 mil, em favor do Itamaraty, para a execução dos seguintes projetos de cooperação com o Governo de São Tomé e Príncipe: Projeto “Bolsa-Escola “; Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos; Cooperação

Técnica no Domínio do Setor Petrolífero em STP; Agricultura Familiar; Capacitação, transferência de tecnologias e assistência tecnológica para o desenvolvimento agrícola; Saúde (ênfase no HIV/AIDS e na malária); Cooperação educacional; e Cooperação esportiva.

V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Declaração de São Tomé (São Tomé, 26 e 27 de julho de 2004)

1. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste reuniram-se na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, nos dias 26 e 27 de julho de 2004.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

3. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adotadas e das ações desenvolvidas desde a IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, nos dias 31 de julho e 1 de agosto de 2002, para a consolidação da CPLP.

4. Destacaram, em primeiro plano, a gestão do Embaixador João Augusto de Médicis como Secretário Executivo da CPLP, que contribuiu ativamente para a renovação e o fortalecimento do Secretariado Executivo, e para o aumento da visibilidade internacional da Comunidade.

5. No plano da concertação político-diplomática, destacaram:

i) As missões de observação do recenseamento e das segundas eleições autárquicas em Moçambique (novembro de 2003), a missão de observação das eleições legislativas na Guiné-Bissau (março de 2004), e as missões de apoio dos seus Estados à organização

daquele pleito;

ii) O acompanhamento regular da situação interna dos Estados membros, em especial o apoio da CPLP à normalização político-institucional de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau;

iii) O empenho da CPLP e dos Estados membros na normalização da situação política e social da Guiné-Bissau através das missões de bons ofícios que culminaram com a realização das eleições legislativas, ocorridas em março de 2004, bem como as diligências em curso com vista a assegurar a continuidade de apoios financeiros por parte da Comunidade Internacional;

iv) Destacar o papel do Presidente da República de Moçambique, Dr. Joaquim Chissano, na sua qualidade de Presidente da União Africana (UA), bem como o papel de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste junto da daquela organização, do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, da Comunidade Econômica para o Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO), da União Europeia (UE) e de países amigos, em prol do estabelecimento da paz e da estabilidade na Guiné-Bissau;

v) O reforço da presença coordenada da CPLP nos diversos fora internacionais e, em especial, a participação da CPLP, representada por seu Secretário Executivo, Embaixador João Augusto de Médicis, na primeira fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação, realizada em Genebra, em dezembro de 2003, e no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), reunido a 20 de fevereiro de 2004, para examinar o Relatório Especial do Secretário Geral sobre a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNMISSET);

vi) O endosso da CPLP às candidaturas dos Estados membros no âmbito do Sistema das Nações Unidas, nomeadamente: a candidatura de Moçambique ao cargo de Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde; as candidaturas de Portugal e do Brasil ao Tribunal Penal Internacional;

as candidaturas de Portugal ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações, à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, ao Conselho da Organização Marítima Internacional (período de 2003 a 2005) e ao cargo de Diretor Geral da União Postal Universal; as candidaturas do Brasil à Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal (período de 2004 a 2006), à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (período de 2004 a 2007) e à Comissão de Entorpecentes (período de 2004 a 2007); as candidaturas de Cabo Verde ao Conselho de Administração do PNUD, à Comissão de Estatísticas do Comitê Econômico e Social, ao Conselho de Coordenação do Programa Conjunto de HIV/SIDA e à Vice-Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas; e as candidaturas do Brasil, Cabo Verde e de Portugal ao Comitê da Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW (agosto de 2004);

vii) O endosso à candidatura de Angola, ao cargo de Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), na pessoa do Dr. Luís Gomes Sambo, cujo ato eleitoral terá lugar na 2ª reunião do respectivo comitê, que se reunirá em Brazaville, no período de 30 de agosto a 3 de setembro de 2004.

6. No plano da cooperação, congratularam-se com:

i) A realização, já como órgãos da CPLP, das VI, VII, VIII e IX Reuniões dos Pontos Focais da Cooperação, encontros que permitiram avançar na identificação, lançamento e acompanhamento dos projetos da CPLP, consolidando a cooperação como uma importante vertente de promoção do desenvolvimento e de aprofundamento da solidariedade entre os Estados membros;

ii) A assinatura, a 31 de maio de 2004, em Lisboa, das Convenções do Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, a ser sediado em Luanda, e do Centro Regional de Excelência em Administração Pública, a ser sediado em Maputo, que muito deverão contribuir para o

fortalecimento da capacidade institucional dos Estados membros da CPLP;

iii) O desenvolvimento de importantes projetos, com repercussões positivas sobre o desenvolvimento econômico e social dos Estados membros, como o Projeto das Telecomunicações da CPLP, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Guiné-Bissau, o Projeto “Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde nos PALOP” e os Projetos “Cursos de Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento – CEProDe” e “Treinamento em Análise e Enquadramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional – ProCTI-MAE”; e

iv) A iniciativa portuguesa de realização entre os Estados membros da campanha de divulgação conjunta sobre o HIV/SIDA que se espera venha a complementar as campanhas já empreendidas pelos programas nacionais dos diversos Estados membros.

Concordaram com o potencial da CPLP no que diz respeito à cooperação em saúde. Nesse contexto, celebraram a assinatura, pela IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, do Acordo de Cooperação entre os Estados membros da CPLP sobre o Combate à Malária/Paludismo.

Manifestaram a intenção de cooperarem na abordagem da Anemia Falciforme através da troca de dados e de informações sobre as atividades desenvolvidas relativamente a esta doença.

7. Congratularam-se com a iniciativa de Portugal de solicitar a inclusão da CPLP na lista das organizações internacionais multilaterais elegíveis para a recepção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), estabelecida pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

8. No plano da cooperação econômica e empresarial, tomaram nota, com satisfação:

i) Da realização do II Fórum Empresarial da CPLP (Fortaleza, em junho de 2003), como ambiente promotor da troca de informações, da cooperação empresarial e da prospecção de novas oportunidades

de negócios e investimentos entre as comunidades empresariais dos Estados membros; e

ii) Da constituição do Conselho Empresarial da CPLP, no dia 4 de junho de 2004, em Lisboa, com o forte empenho da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Econômico e a Cooperação, reiterando a sua importância como instrumento que deverá contribuir para o reforço das vertentes econômica e empresarial dos Estados membros, tornando-os espaços econômicos mais atrativos.

9. Registaram importantes avanços na cooperação da CPLP com outras entidades e organismos internacionais, com destaque para os recentes entendimentos com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa Alimentar Mundial (PAM); o projeto de capacitação técnica, em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC); e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em temas e negociações comerciais internacionais; a assinatura de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUR) e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

Tomaram nota das intervenções feitas na IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Presidente da Direção do Conselho Empresarial da CPLP, do Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), do Comissário do Departamento do Desenvolvimento Social na União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) e da Representante do Fundo Global da Organização das Nações Unidas de Luta Contra a Sida, Tuberculose e Malária.

10. Ressaltaram a realização, já como órgãos da CPLP, das Reuniões Ministeriais, encontros que permitiram avançar na identificação e consolidação da cooperação como uma importante vertente de

promoção do desenvolvimento e de aprofundamento da solidariedade entre os Estados membros.

11. No plano da promoção e difusão da Língua Portuguesa, tomaram boa nota da realização da III Assembléia Geral do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em 28 e 29 de junho de 2004, na qual foram definidas as diretrizes para o funcionamento do Instituto nos próximos anos, estipulados mecanismos para uma melhor articulação entre o IILP e os órgãos da CPLP, e foi eleito o Dr. Manuel Brito-Semedo como Diretor Executivo dessa Instituição da CPLP e reconduzida a Presidente da Assembléia Geral do IILP, Dra. Ana Paula Serafim Henriques. Reiteraram a importância de que o IILP desenvolva o seu potencial, como principal instrumento da CPLP na promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Congratularam-se com a assinatura, no Conselho de Ministros, do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que permitirá a pronta entrada em vigor deste importante instrumento internacional, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

12. Tomaram boa nota do incremento dos contatos entre os organismos da sociedade civil e a CPLP, cuja dinâmica tem contribuído para uma maior divulgação e apoio às atividades da Comunidade, destacando a realização do XIII e XIV Encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), bem como a realização da II Assembléia Geral do Fórum da Juventude da CPLP.

Registaram, com satisfação, as medidas tomadas com vista a uma melhor articulação das iniciativas de organismos da sociedade civil realizadas no âmbito da CPLP.

13. Louvaram as iniciativas de coordenação entre os órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, com relevo para as diversas reuniões ocorridas entre 2002 e 2004 e aprovação do Estatuto do Fórum dos Parlamento de Língua Portuguesa.

Ressaltaram o papel fundamental de uma maior integração entre os órgãos do Poder

Legislativo e entre os Parlamentares dos Estados membros para que a CPLP possa cumprir os seus objetivos de fortalecimento da democracia, promoção do desenvolvimento e aprofundamento do espírito de fraternidade entre os países de Língua Portuguesa

Manifestaram o seu entusiasmo com a cooperação que vem sendo desenvolvida entre os Poderes Judiciários dos Estados membros, tendo em vista o seu contributo para os esforços de reconstrução nacional e de fortalecimento institucional dos Estados membros de menor desenvolvimento relativo.

Louvaram a maior aproximação entre os Tribunais Administrativos, Tribunais de Contas e Procuradorias-Gerais dos países da Comunidade, cujo incremento do intercâmbio de experiências proporcionará benefícios crescentes aos Estados membros, designadamente, no aumento da transparência e da boa governação.

14. Com o objetivo de reforçar a atuação da Comunidade, recomendaram aos órgãos competentes da CPLP:

a) O reforço das funções de cumprimento e observância pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações dos Estados membros, por meio do Comitê de Concertação Permanente (CCP);

b) A consolidação, no Secretariado Executivo, de um corpo de assessoria técnica e funcionários do Secretariado adequado ao cumprimento das respectivas competências;

c) O fortalecimento da capacidade de apoio político-diplomático e de cooperação com Estados membros em situações de crise;

d) A intensificação dos esforços de concertação político-diplomática nos mais diversos fóruns internacionais;

e) Uma melhor articulação do Secretariado Executivo da CPLP e dos Pontos Focais de Cooperação com as Reuniões Ministeriais, de forma a permitir a estas maior conhecimento dos

mecanismos de cooperação e financiamento de projetos da CPLP; e

f) Um apoio institucional decidido dos órgãos da CPLP à nova Direção Executiva do IILP, a fim de garantir que o Instituto desempenhe adequadamente a sua missão de principal instrumento da CPLP para a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

15. Tomaram nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções:

a) Resolução sobre a Guiné-Bissau;

b) Resolução sobre a Revisão do Estatuto do Observador;

c) Resolução sobre o Estabelecimento de Embaixadores de Boa Vontade da CPLP;

d) Resolução sobre os Acordos Assinados no Âmbito da CPLP;

e) Resolução sobre a Institucionalização das Reuniões de Órgãos Públicos dos Estados membros da CPLP;

f) Resolução sobre a Sociedade Civil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

g) Resolução sobre o Combate à Malária/ Paludismo;

h) Resolução sobre a Luta Contra o HIV/ SIDA;

i) Resolução sobre o Conselho Empresarial da CPLP;

j) Resolução sobre as Convenções dos Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e em Administração Pública;

k) Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa;

l) Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2004;

m) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2005;

n) Resolução sobre o Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP.

16. Tomaram nota da adoção e assinatura, pelo Conselho de Ministros:

a) Do Acordo de Cooperação entre os Estados membros da CPLP sobre o Combate à Malária; e

b) Do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

17. Tomaram nota das recomendações do Conselho de Ministros e aprovaram as seguintes declarações:

a) Homenagem ao Embaixador João Augusto de Médicis, Secretário Executivo da CPLP;

b) Declaração de Apreço ao Secretário Executivo Adjunto e Secretário Executivo em Exercício da CPLP, Dr. Zeferino Martins;

c) Declaração de Homenagem ao Vice-Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Francisco Romão e Silva;

d) Declaração sobre a Sociedade da Informação como contribuição para a Boa Governança e Transparência.

18. Tendo em conta que a FAO decretou 2004 como o Ano Internacional do Arroz e a Resolução sobre o Combate à Fome em Países da CPLP, de julho de 2003, instaram os Governos dos Estados membros da CPLP a celebrarem o Ano Internacional do Arroz, organizando atividades apropriadas; e exortaram a Comunidade, através dos seus órgãos, a tomar parte nas celebrações alusivas ao Ano Internacional do Arroz promovidas pela FAO.

19. Afirmaram que a implementação plena e dentro dos prazos acordados das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento.

20. Reafirmaram o seu entendimento sobre o papel do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos de seus países, sobretudo por permitir a geração de divisas, a criação de empregos, ganhos de competitividade e incrementos na capacidade produtiva. Nesse sentido, expressaram

o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito.

Manifestaram ainda o seu apoio a Cabo Verde no processo de adesão à OMC.

Manifestaram a sua satisfação pelo êxito da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), realizada em São Paulo, em junho último. Congratularam-se com o fato de a Conferência ter se realizado pela primeira vez num país de língua portuguesa.

Reforçaram seu compromisso com os termos acordados no “Consenso de São Paulo” e no “Espírito de São Paulo” para aprimoramento da coerência entre as estratégias de desenvolvimento, nos planos nacional e internacional, e os processos econômicos globais.

Saudaram o lançamento durante a XI UNCTAD, da terceira rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC), como uma iniciativa relevante para conferir maior dinamismo e diversidade para o comércio sul-sul.

21. Recordaram que, entre os objetivos da CPLP, incluem-se a promoção de ações de cooperação entre os seus membros e de coordenação, no âmbito multilateral, para assegurar o respeito pelos direitos humanos e promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia, conforme Resolução sobre Direitos Humanos e Abolição da Pena de Morte aprovada no Conselho de Ministros em Coimbra, 2003.

Destacaram que a cooperação entre os Estados membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, boa governança e respeito pelos direitos humanos é um dos princípios orientadores da CPLP e comprometeram-se a desenvolver esforços no sentido de promover iniciativas de concertação em políticas de combate a todas as formas de discriminação. Nesse contexto, reiteraram, ainda, a sua convicção quanto à

incompatibilidade entre a democracia e o racismo.

Reiteraram o compromisso expresso na Reunião de Coimbra (2003) de implementar a Declaração e Programa de Ação de Durban, adotada em setembro de 2001 pela Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras formas de Intolerância. Nesse contexto, felicitaram a realização do Seminário “América do Sul, África, Brasil – 2004: Acordos e Compromissos para a Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Discriminação” (Brasília, março de 2004) e louvaram os termos da Carta de Brasília, circulada entre os Estados membros na V Conferência da CPLP.

22. Endossaram a “Resolução sobre Direitos Humanos e Abolição da Pena de Morte”, aprovada na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Coimbra, a 17 e 18 de julho de 2003, pelo que encorajaram, mais uma vez, os Estados membros que ainda não o fizeram, a integrarem as normas internacionais de Direitos Humanos nas suas constituições nacionais e na sua legislação, bem como a ratificarem o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

23. Os mandatários examinaram os principais temas da conjuntura política internacional. Consideraram, em especial, a importância de assegurar a vigência do Direito Internacional, o fortalecimento da Organização das Nações Unidas e o respeito às resoluções do Conselho de Segurança, bem como de privilegiar a diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacional.

Reafirmaram a necessidade de assegurar a paz e a segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte os países da CPLP. Nesse sentido, manifestaram a sua determinação em aprofundar a cooperação de caráter preventivo entre os seus países, com vista ao contínuo intercâmbio de informações e experiências no combate ao crime internacional organizado e a

atividades potencialmente associadas ao terrorismo e ao seu financiamento.

24. Reiteraram a necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo diante das novas realidades mundiais. Recordando os termos do Comunicado Final da Segunda Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), reiteraram seu apoio a que o Brasil integre o Conselho de Segurança como membro permanente.

Ainda no âmbito do Conselho de Segurança da Nações Unidas, reafirmaram disposição constante no Plano de Ação para o Futuro da CPLP, adotado em Coimbra, em julho de 2003, no sentido de que os Estados membros tenham maior participação naquele Conselho, congratulando-se com as eleições de Angola (2003-2004) e Brasil (2004-2005), e reiterando o apoio da Comunidade à candidatura de Portugal para mandato de 2010 a 2011.

25. Saudaram a adoção na ordem interna de Angola, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe dos Acordos sobre a Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, o que possibilitou a entrada em vigor, a 1 de outubro de 2003, dos seguintes instrumentos:

a) Acordo Sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas;

b) Acordo Sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração;

c) Acordo Sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e

d) Acordo Sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

26. Saudaram ainda a adoção na ordem interna de Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe do Acordo de Cooperação entre os Estados

membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA, o que possibilitou a sua entrada em vigor a 1 de abril de 2004.

27. Saudaram o Governo da República de Angola, pela sua adesão ao Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARP), da União Africana, o que representa inequívoca manifestação de comprometimento com os princípios de transparência e boa governação, e um esforço adicional no sentido da consolidação de um Estado de Direito Democrático.

Saudaram o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, pelas consultas em curso junto das formações políticas e os diferentes segmentos da sociedade civil, na perspectiva da realização das próximas eleições no ano 2006, o que deverá permitir uma maior abrangência, legitimidade e consistência na materialização dos pressupostos democráticos do ato eleitoral.

28. Destacaram o compromisso do Governo brasileiro com a promoção de um ambiente internacional mais justo e equitativo, que permita a todos os países explorarem plenamente as suas potencialidades, garantindo o progresso e o bem-estar das suas populações. Reconheceram, com satisfação, a prioridade que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribui ao combate à pobreza e à fome, interna e internacionalmente. Nesse contexto, apoiaram a proposta brasileira de um Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, a realizar-se em Nova York, em 20 de setembro de 2004.

Congratularam-se pelo anúncio transmitido pelo Brasil, na qualidade de Presidente Pro Tempore do MERCOSUL, do início de entendimentos entre o MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP com vista a entabular negociações comerciais, cujos resultados certamente contribuirão para o incremento do comércio entre as partes.

29. Congratularam-se com os avanços registados no desenvolvimento económico e social de Cabo Verde que, designadamente, qualificam este

país a uma próxima saída do grupo dos países menos avançados (PMA).

Neste âmbito, manifestaram o seu firme apoio ao estabelecimento, no quadro das Nações Unidas, de uma estratégia de transição apoiada pela Comunidade Internacional que possibilite aos países que se qualificam à reclassificação no grupo dos PMA, uma transição sem sobressaltos e que não ponha em risco os progressos alcançados.

Apelaram à Comunidade Internacional para que na apreciação da situação particular de Cabo Verde, o período de transição tenha a duração necessária para permitir a adaptação do país às novas condições com que se terá de defrontar com a perda de benefícios e vantagens decorrentes do Estatuto de PMA e por outro lado para que sejam devidamente tidas em conta, a insularidade, a dispersão e as vulnerabilidades daí resultantes e, bem assim a elevada dependência da sua economia em relação a fatores exógenos e as condições climáticas desfavoráveis.

30. Felicitaram a República da Guiné-Bissau pelos progressos alcançados na normalização da situação político-institucional, que culminaram com a realização das eleições legislativas, livres, justas e transparentes de março último.

Saudaram igualmente a adoção na ordem interna da Guiné-Bissau do Estatuto do Fórum dos Parlamentares de Países de Língua Portuguesa.

Reiteram a sua total disponibilidade de apoiar este Estado membro, apelando para o efeito a Comunidade Internacional em geral, no sentido de redobrar os seus esforços, para a garantia de apoios financeiros e económicos concretos, com vista a sua estabilidade geral.

31. Felicitaram a República de Moçambique pela forma dinâmica com que presidiu a União Africana (UA), durante o período 2003-2004, reconhecendo que essa Presidência contribuiu para a pacificação do Continente e para a consolidação da NEPAD, fatos que concorrem para a projecção de uma imagem positiva do Continente Africano na

arena internacional.

Saudaram Moçambique pelos esforços conducentes ao reforço da Democracia que se consubstanciaram na realização, de forma ordeira e transparente, das segundas eleições autárquicas em novembro de 2003 e na preparação das terceiras eleições legislativas e presidenciais, previstas para o mês de dezembro do ano em curso.

32. Saudaram Portugal pela eleição do Dr. José Manuel Durão Barroso para a Presidência da Comissão da União Européia, salientando a contribuição que poderá trazer para o desenvolvimento do relacionamento entre a União Européia e as regiões e os continentes de que são provenientes os Estados Membros da CPLP.

Felicitaram Portugal pela organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, salientando o rigor que presidiu à sua concepção, o que constituiu um elemento essencial para o sucesso do evento.

Reconheceram o continuado empenho de Portugal no processo de Diálogo Europa-África, e salientaram a sua disponibilidade para acolher a IIª Cimeira Europa-África, logo que estejam reunidas as condições para o efeito.

33. Regozijaram-se com o restabelecimento da ordem constitucional em São Tomé e Príncipe e apreciaram o Relatório da Comissão de Garantia e de Acompanhamento da Implementação do Memorando de Entendimento, registando, com satisfação, o empenho das Autoridades santomenses na sua implementação efetiva, testemunhada pela realização bem sucedida do Fórum de Reconciliação Nacional.

34. Congratularam-se, no segundo ano da restauração da independência da República Democrática de Timor-Leste, com os passos decisivos do Governo no sentido da consolidação do regime democrático, das liberdades públicas e do respeito pelos direitos humanos e a cidadania, exortando a comunidade internacional a continuar a apoiar o esforço para a consolidação das instituições.

Saudaram o exemplar clima de relacionamento

internacional estabelecido com a República da Indonésia, boa vizinhança que avultou com êxito nas negociações bilaterais entre os dois Estados no sentido do estabelecimento da fronteira terrestre.

Manifestaram o seu desejo de que este mesmo espírito influencie favorável e frutuosamente a abordagem da delimitação das fronteiras marítimas, tanto com a República da Indonésia como com a Austrália.

Exprimiram o reconhecimento devido pela satisfação dos bons ofícios desenvolvidos pelo Dr. Ramos-Horta, como enviado especial da CPLP para a Guiné-Bissau no sentido da promoção da paz social e política.

35. Saudaram a Presidência cessante da CPLP, na pessoa de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. Luís Inácio Lula da Silva, pelo conjunto de medidas adotadas durante o seu exercício 2002-2004, para a consolidação da CPLP e cumprimento das decisões e recomendações da Conferência de Brasília.

36. Tomaram nota do Relatório do Secretário Executivo Adjunto, no exercício do cargo de Secretário Executivo, relativo ao mandato 2002-2004, registando, com apreço, o seu empenho no Secretariado Executivo para que fossem cumpridas as recomendações aprovadas por ocasião da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

37. Manifestaram o seu reconhecimento pela contribuição pessoal do Secretário Executivo e do Secretário Executivo Adjunto na consolidação e na projeção da CPLP nos Estados membros e no cenário internacional.

38. Manifestaram o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Excelência o Senhor Embaixador João Augusto de Medicis, Secretário Executivo da CPLP, no dia 14 de abril, em Roma, e decidiram aprovar uma Declaração de Homenagem Póstuma pela sua contribuição decisiva para o reforço da Organização.

39. Elegeram, por unanimidade, o Embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca, proposto pela República de Cabo Verde, para o cargo

de Secretário Executivo da CPLP e o Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, proposto pela República Portuguesa, para o cargo de Secretário Executivo Adjunto.

40. Acolheram, com satisfação, a disponibilidade da República da Guiné-Bissau para acolher a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano de 2006, e registaram, com satisfação, a oferta da República Portuguesa para receber a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em julho de 2005.

41. Expressaram à República Democrática de São Tomé e Príncipe o seu agradecimento pela hospitalidade fraterna e pelo acolhimento caloroso dispensado a todos os participantes na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em São Tomé, a 27 de julho de 2004.

Anexo a declaração final de São Tome

1. No plano das Reuniões Ministeriais e Setoriais, tomaram nota das decisões dos encontros ocorridos desde a IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e destacaram as seguintes:

i) III Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (Maputo, em novembro de 2002), com respeito à qual, tomaram nota da Declaração de Maputo que reflete os debates sobre os temas “A promoção do emprego e da formação profissional” e “A integração social no contexto da luta contra a pobreza”; e a necessidade de se proceder à realização de um estudo sobre o impacto da economia informal na redução do desemprego e da pobreza absoluta nos países da CPLP;

ii) IV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (Luanda, em outubro de 2003), relativamente à qual, destacaram:

(a) A determinação em continuar a dar especial atenção à formulação e aplicação de políticas de luta contra a pobreza, criando sinergias entre as políticas de proteção social, emprego e

desenvolvimento, uma vez que a segurança social é parte integrante do desenvolvimento; e

(b) A importância do estabelecimento de mecanismos de prevenção e combate ao HIV/SIDA no local de trabalho, adotando medidas legais de proteção dos trabalhadores infectados e afetados pelo vírus;

iii) VI Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP (São Tomé, em maio de 2003), com respeito à qual, destacaram:

(a) A necessidade de prosseguir a realização dos Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série Felino, Programa que promoverá o aproveitamento das capacidades de cada país no domínio da formação militar e potenciará a uniformização de doutrinas e procedimentos operacionais das Forças Armadas da Comunidade, assim reforçando o papel da CPLP na prevenção e gestão de crises regionais; e

(b) A oportunidade para estudar formas de cooperação no âmbito das questões internacionais de segurança e defesa, tendo acordado em trocar informação estratégica que permita fazer face aos riscos do terrorismo, e em sensibilizar as opiniões públicas nacionais para a importância das Forças Armadas no combate quer ao terrorismo e crime organizado, quer ao tráfico ilegal de pessoas e bens, migração clandestina, a par do seu papel no apoio às populações em situação de calamidade ou desastres naturais;

iv) VII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP (Bissau, em maio e junho de 2004), relativamente à qual, destacaram:

(a) O aprofundamento da troca de informação estratégica que permita fazer face aos novos riscos/ameaças decorrentes do terrorismo, contemplando o Projeto de Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa; e

(b) A disponibilidade de Portugal para acolher a realização de um Seminário, em Lisboa, ainda em 2004, para se debaterem e apresentarem as conclusões do estudo “O Papel da CPLP na Prevenção de Conflitos e Gestão de Crises

Regionais”, preparado pelo Centro de Análise Estratégico (CAE) e respectivos núcleos nacionais;

v) IX Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP (Brasília, em outubro de 2003), relativamente à qual destacaram a idéia de criação e implementação de uma Rede Judiciária dos Países da CPLP, à semelhança da Rede Judiciária Européia, tendo aceite a disponibilidade do Ministério da Justiça de Portugal para desenvolver o projeto;

vi) II Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP (Rio de Janeiro, em dezembro de 2003), com referência à qual, sublinharam:

(a) As iniciativas de cooperação científico-tecnológica anunciadas pela Declaração do Rio de Janeiro, destacando-se o projeto de utilização do satélite brasileiro de monitoramento ambiental por países africanos, tema considerado igualmente prioritário no quadro da cooperação CPLP-UNESCO;

(b) O esforço de aproximação entre as instituições científicas da CPLP para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos Estados membros de menor desenvolvimento relativo e a afirmação da cultura dos Estados membros e da Língua Portuguesa no quadro da Sociedade de Informação;

vii) II Conferência de Ministros de Turismo da CPLP (Lisboa, em março de 2004), relativamente à qual, destacaram a importância do Turismo como força impulsionadora da luta contra a pobreza e como fator de valorização e de recuperação do patrimônio cultural, tendo acentuado o interesse do desenvolvimento de um turismo sustentável, no respeito pelo meio ambiente e pela identidade cultural dos povos, e do seu papel no processo de desenvolvimento nacional, regional e local;

viii) III Reunião de Ministros da Cultura (Maputo, em abril de 2004), com respeito à qual, ressaltaram:

(a) A iniciativa dos Ministros de caminharem no sentido da plena operacionalização do Fundo Cultural da CPLP, reunindo fundos públicos e privados, nacionais e internacionais; e

(b) A importância do mapeamento das políticas

culturais dos Estados membros e da criação de estatísticas culturais confiáveis, que possam, inclusive, avaliar o impacto das atividades culturais na criação de empregos e ampliação da renda nacional;

ix) VIII Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desporto da CPLP (Porto, em maio de 2004), com referência à qual, sublinharam a importância do desporto na promoção de um estilo de vida saudável, na consolidação dos valores da paz e da harmonia social, especialmente no contexto das crianças, adolescentes e jovens, e como veículo para aprofundar os laços de amizade entre as sociedades dos Estados membros, assinalando, em particular, as iniciativas de cooperação desportiva e a realização dos Jogos Desportivos da CPLP;

x) V Conferência dos Ministros da Educação (Fortaleza, em maio de 2004), com respeito à qual, assinalaram:

(a) As iniciativas constantes da Declaração de Fortaleza, tendo em conta o papel estratégico da Educação para o desenvolvimento, o bem-estar e a justiça social nos Estados membros, que visam, entre outras, estimular a cooperação em matéria de ensino superior no âmbito da CPLP e propiciar, nos próximos dez anos, a construção de um Espaço de Ensino Superior da CPLP; e

(b) A sugestão apresentada para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa;

xi) VII Encontro Ministerial de Correios e Telecomunicações da CPLP (Viseu, em junho de 2004), com respeito à qual, ressaltaram:

(a) A importância do aprofundamento da cooperação nas áreas das telecomunicações e correios como elemento decisivo para o estabelecimento de uma rede global de sistemas de comunicações para os 8 Estados membros da CPLP, aproveitando a universalidade da língua, os conteúdos, as tecnologias e a integração de plataformas; e

(b) A disposição de promover condições para a criação e desenvolvimento de uma verdadeira

“Sociedade da Informação” nos países da CPLP, mediante o aumento de conteúdos de Língua Portuguesa nas redes e sistemas internacionais, regionais, nacionais e locais;

xii) Seminário “Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na CPLP” (Lisboa, 15 de março de 2004), tendo tomado boa nota da “Declaração de Lisboa”, assinada pelos Ministros e autoridades responsáveis pela área da Igualdade de Gênero dos Estados membros da CPLP, na qual se assumiu o compromisso de estreitar o diálogo e os laços de cooperação, promovendo a criação de um fórum comum, de caráter regular e permanente, sobre a igualdade de Gênero no quadro da Comunidade.

2. No plano da coordenação dos órgãos do Poder Legislativo, aplaudiram:

i) O incremento da cooperação entre os Parlamentos Nacionais dos Estados membros, conforme refletido na realização da III Reunião Ordinária do Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa (Praia, em novembro de 2002); do IV Encontro dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Lisboa, em maio de 2003); do I Encontro das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa (Brasília, em junho de 2003); do IV Fórum de Presidentes dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Brasília, em outubro de 2003); da II Conferência Parlamentar Iberoamérica – CPLP sobre o Tribunal Penal Internacional (Brasília, em março de 2004); e

ii) A aprovação do Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, ressaltando o papel fundamental de uma maior integração entre os órgãos do Poder Legislativo e entre os parlamentares dos Estados membros para que a CPLP possa cumprir os seus objetivos de fortalecimento da democracia, promoção do desenvolvimento e aprofundamento do espírito de fraternidade entre os países de língua portuguesa.

3. No plano da coordenação dos órgãos da Justiça e do Poder Judicial, manifestaram o seu entusiasmo com a cooperação que vem sendo

desenvolvida nessa área, tendo em vista o seu contributo para os esforços de reconstrução nacional e de fortalecimento institucional dos Estados membros de menor desenvolvimento relativo, em especial:

i) A realização da Reunião do Conselho de Diretores da Polícia Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP (Brasília, em dezembro de 2002); do IV Encontro de Juizes de Língua Portuguesa (São Tomé, em dezembro de 2002); do Seminário sobre Direitos Humanos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Maputo, em janeiro de 2003); da Reunião do Conselho de Diretores da Polícia Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP (Brasília, em novembro de 2003);

ii) A realização das IV e V Reuniões de Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, ocorridas na Praia (dezembro de 2002) e em Macau (outubro de 2003), e a aprovação, nesse último evento, do Estatuto do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.

V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Declaração sobre a sociedade da informação como contributo para a boa governação e transparência - (São Tomé, 26 e 27 de julho de 2004)

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste reunidos na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, nos dias 26 e 27 de Julho de 2004;

Evocando o compromisso de contribuir para a construção de uma Sociedade da Informação fundada nos valores da paz, dignidade humana, democracia, igualdade, solidariedade e desenvolvimento sustentável;

Destacando a importância das práticas de boa-governação e de transparência como elementos

fundamentais no processo de fortalecimento da cidadania e dos princípios e instituições democráticas;

Ressaltando que a diversidade cultural e linguística deve ser um princípio fundador da Sociedade da Informação;

Registando que a inclusão digital é um aspecto essencial da inclusão social e da participação política dos cidadãos, num mundo crescentemente influenciado pelas tecnologias da informação e das comunicações;

Reconhecendo o potencial das tecnologias da informação e das comunicações para a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar social nos seus países, e conscientes da necessidade de promover políticas públicas e programas voltados para a redução do hiato digital e para a universalização do acesso às tecnologias da informação e das comunicações, inclusive à Internet;

Tomando nota das iniciativas anteriores da CPLP, em especial a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre “Cooperação, Desenvolvimento, e Democracia na Era da Globalização”, assinada em Maputo, em julho de 2000; o “Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de Governo Eletrônico”, assinado em Brasília, em maio de 2001; a Declaração Final do IV Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares da CPLP, assinada em Luanda, em maio de 2002; a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre “Governo Eletrônico”, assinada em Brasília, em agosto de 2002; e a Resolução do Conselho de Ministros sobre a “Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação”, assinada em Coimbra, em julho de 2003;

Recordando os resultados da II Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, ocorrida no Rio de Janeiro, a 4 e 5 de dezembro de 2003;

Destacando a importância da área de Governo Eletrônico e as aplicações das novas tecnologias na promoção da boa-governança, transparência e cidadania;

Evocando a Solidariedade Digital e conscientes da necessidade de uma efetiva cooperação entre os

países da CPLP nas áreas da Sociedade da Informação e Governo Eletrônico, para a promoção do desenvolvimento dos países de língua Portuguesa, sobretudo naquelas áreas em que a aplicação das tecnologias da informação e das comunicações contribuem para a promoção da cidadania e das boas práticas de governo e têm alto significado social, como educação, saúde, emprego e microcrédito;

Reconhecendo a importância da Cimeira Mundial sobre Sociedade de Informação no processo de realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio e da consolidação de uma agenda internacional da Sociedade da Informação orientada para a promoção da democracia e do desenvolvimento social, econômico e cultural;

Louvando a ativa participação da CPLP na I Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, de que resultou inclusive a adoção da Língua Portuguesa como idioma de trabalho naquele encontro, e o compromisso dos países de Língua Portuguesa de contribuir para o êxito da II Fase da Cimeira, a celebrar-se em Túnis, de 16 a 18 de novembro de 2005;

DECLARAM:

O seu respeito ao direito de cada povo de se expressar na sua própria língua e o seu empenho na criação e disseminação de conteúdos em Língua Portuguesa, contribuindo para a construção de uma Sociedade da Informação que seja pluralista e, ao mesmo tempo, promova a língua, a cultura e os valores comuns de paz, democracia, Estado de Direito, direitos humanos e justiça social, que inspiram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

O seu interesse em promover um exercício renovado da cidadania por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado, e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via eletrônica;

A sua convicção de que os Governos dos países da CPLP podem e devem beneficiar-se amplamente de aplicações e soluções de tecnologias

de informação e das comunicações, voltadas para tornar mais moderna, eficiente e transparente a Administração Pública;

O seu compromisso em renovar e ampliar a cooperação entre os países de Língua Portuguesa na área de Governo Eletrônico, por meio de mecanismos de cooperação que facilitem a troca de experiências e a transferência de tecnologia e conhecimentos, a capacitação e a formação de técnicos, e o desenvolvimento de aplicações e soluções voltadas para a difusão das boas práticas em Administração Pública;

A sua satisfação com a oferta do Governo brasileiro de sediar, no mês de setembro de 2004, em Brasília, a reunião do Comitê Técnico Permanente da CPLP, com o objectivo de rever e dar novo impulso ao Projeto de Cooperação em Governo Eletrônico da CPLP, aprovado na V Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, em Brasília, em julho de 2002;

O seu interesse em assegurar o desenvolvimento da infra-estrutura de redes, indispensável à Sociedade da Informação, e a garantir a criação de aplicações das novas tecnologias orientadas para o atendimento das necessidades nacionais e locais;

O seu empenho em estender o alcance das redes e das novas tecnologias de informação e das comunicações às regiões rurais e remotas, inclusive por meio de telecentros de acesso público, promovendo a transparência e a boa-governança a nível comunitário, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para os esforços de superação da pobreza das comunidades localizadas em tais regiões;

O seu entendimento de que a capacitação digital deve permitir a cada cidadão e cidadã participar plenamente da Sociedade da Informação, não apenas como utilizador das novas tecnologias, mas também como agente de desenvolvimento e produtor de conteúdos;

A sua convicção de que o “Software aberto”,

em alguns Estados membros designado “Software livre”, é instrumento de alta relevância para a construção de uma Sociedade da Informação inclusiva e pluralista, pois apresenta custos reduzidos, facilitando, assim, a inclusão digital e a partilha de conhecimento.

A sua preocupação com a necessidade de uma Governação multilateral, transparente e democrática da Internet, que leve em conta os interesses dos Governos, da Sociedade Civil e demais atores interessados, e garanta o respeito pela diversidade geográfica, cultural e lingüística;

O seu interesse em que se acompanhe a presença da Língua Portuguesa na Internet;

A sua convicção de que a Solidariedade Digital, a materializar-se por meio de novas formas de parceria de cooperação internacional, sobretudo na área de Governo Eletrônico, do financiamento das tecnologias da informação e também pela implementação do Plano de Acção adoptado na I Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, são essenciais para a redução do fosso digital e para o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os Países de Língua Portuguesa;

O seu compromisso em ampliar a coordenação das posições, entre os Países de Língua Portuguesa na II Fase da Cimeira Mundial sobre Sociedade da Informação e no seu processo preparatório, inclusive no Grupo de Trabalho sobre Governação na Internet e na Força-Tarefa sobre o Fundo de Solidariedade Digital e Financiamento, a serem criados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

A sua determinação de que a Língua Portuguesa seja adoptada como língua de trabalho também na II Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação;

O seu interesse em realizar, na cidade de São Tomé, uma Conferência Preparatória dos Países de Língua Portuguesa para a II Fase da Cimeira Mundial sobre Sociedade de Informação, no ano de 2005.

Feita em São Tomé, em 27 de julho de 2004.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Gabão

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará o Gabão, nos dias 27 e 28 de julho, a convite do Presidente Omar Bongo e em retribuição à visita do Presidente gabonês ao Brasil, em 2002.

O Presidente Lula será recebido em Visita de Estado. Nos últimos dez anos o Presidente Jacques Chirac, o Presidente Hu Jintao e o Rei Hassan II foram recebidos no Gabão nesse nível protocolar.

O Gabão tem atuação destacada nas Nações Unidas, tendo sido membro não-permanente do Conselho de Segurança até janeiro de 2000. A partir de setembro de 2004, o Chanceler Jean Ping exercerá a presidência de turno da Assembléia Geral da ONU.

O país é membro pleno da União Africana e, neste ano, está na Presidência da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), organismo precursor – e hoje parte - do bloco CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central), que registra iniciativas relevantes nos principais temas da pauta sub-regional, como a prevenção e mediação de conflitos. A CEEAC desempenhou importante papel na solução da crise política que se sucedeu ao golpe de Estado em São Tomé e Príncipe, no ano passado. A sede da CEEAC é em Libreville.

Durante a visita do Presidente Lula, serão assinados memorando que estabelece consultas políticas entre os dois países; acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço; carta de intenções para o desenvolvimento de projeto de cooperação técnica para a prevenção e tratamento da malária no Gabão; e memorando de entendimento para ampliar a cooperação já iniciada entre os dois países, em matéria de melhoramento da produção da mandioca, com base na experiência da EMBRAPA.

O Presidente Lula fará a doação de 504.000 comprimidos de Indiravir, um dos componentes do coquetel anti-retroviral, fabricado por

FARManguinhos. A quantidade doada é suficiente para o atendimento de 500 pacientes aids, durante 5 meses.

No plano comercial, há perspectivas de ampliação do intercâmbio bilateral e, principalmente, do intercâmbio regional com a área formada pela CEEAC, o que representa um mercado de 118 milhões de habitantes. As perspectivas de ampliação do comércio com o Gabão situam-se, principalmente, no campo da mineração. O país tem importantes jazidas de manganês, minério de ferro e bauxita, entre outros.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cabo Verde

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará Cabo Verde, nos dias 28 e 29 de julho de 2004, atendendo a convite do Presidente Pedro Pires.

Está prevista a inauguração de um Telecentro doado pelo Brasil a Cabo Verde. O Telecentro viabilizará um programa de cooperação com Cabo Verde na área do Governo eletrônico. Serão também assinados acordos bilaterais nas áreas de serviços aéreos, capacitação de recursos humanos e cooperação técnica em tecnologia eletrônica.

A visita do Presidente Lula será uma oportunidade para ampliar o escopo das relações bilaterais nos planos político, cultural, e de cooperação, sobretudo na área da educação superior.

Situação em Darfur – Sudão (28 de julho de 2004)

O Brasil acompanha com grande preocupação a situação na região de Darfur, no Sudão, onde conflito civil iniciado no ano passado tem provocado uma das mais graves crises humanitárias do mundo. Há mais de 1 milhão de deslocados internos, 200 mil pessoas afetadas pelo conflito e 200 mil refugiados no vizinho Chade. O número de mortes ascende à casa dos milhares. A segurança na região continua precária, a despeito do cessar-fogo assinado em maio último, em Ndjamena, capital do Chade.

De acordo com o Escritório de Coordenação da Ajuda Humanitária das Nações Unidas, caso não haja aumento significativo, e imediato, da ajuda humanitária, há risco de morte para cerca de 300 mil pessoas nos próximos meses.

O Governo brasileiro reitera a urgência do cumprimento, por todas as partes envolvidas, do acordo de cessar-fogo e apela ao Governo sudanês para que cumpra todos os compromissos do Comunicado Conjunto assinado em 3 de julho com o Secretário-Geral das Nações Unidas, em particular aqueles relativos à extensão de ampla e segura proteção às populações de Darfur e à aplicação da lei contra os violadores de direitos humanos.

O Governo brasileiro reconhece a complexidade da crise em Darfur e a necessidade imperiosa de que se promova solução política, em paralelo aos esforços de aumento da assistência internacional para a superação da crise humanitária. Nesse sentido, espera que as partes resolvam suas disputas por meios pacíficos e negociados, e exorta os rebeldes de Darfur a retomarem as negociações com o Governo de Cartum.

O Brasil apóia os esforços do Secretário-Geral da ONU com vistas ao alívio da crise humanitária e à proteção das populações de Darfur. O Brasil estima que o Conselho de Segurança deve apoiar os esforços da União Africana, que assumiu a tarefa de monitorar o cessar-fogo, e, dessa forma, contribuir para a pacificação de Darfur. O Brasil está avaliando, em consulta com os demais membros do Conselho e com o Secretariado das Nações Unidas, qual a forma mais apropriada de promover melhores condições de segurança em Darfur.

Visita Oficial a Cabo Verde do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Comunicado Conjunto (28 e 29 de julho de 2004)

1. A convite do Presidente da República de Cabo Verde, Sua Excelência Pedro Verona Rodrigues Pires, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Luiz Inácio Lula

da Silva visitou Cabo Verde nos dias 28 e 29 de julho de 2004, à frente de uma importante delegação integrada pelo Ministro de Estado da Educação, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a Ministra Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, parlamentares, altos funcionários do Estado e dirigentes de empresas.

2. Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil manteve conversações com Suas Excelências o Presidente da República de Cabo Verde e o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Senhor José Maria Pereira Neves.

3. Avistou-se com o Presidente da Assembléia Nacional, Sua Excelência Aristides Raimundo Lima, e proferiu importante alocução perante os representantes da Nação Cabo-verdiana.

4. Foi recebido, na Câmara Municipal da capital cabo-verdiana, pelo seu Presidente, Senhor Felisberto Alves Vieira.

5. O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, foi condecorado pelo Presidente da República de Cabo Verde com a Ordem Amílcar Cabral, a mais alta condecoração cabo-verdiana.

6. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi homenageado com um jantar de gala pelo Presidente Pedro Verona Rodrigues Pires.

7. Durante a visita, teve lugar na Cidade da Praia um seminário empresarial Brasil-Cabo Verde, sob o lema “Comércio e Investimento”. A cerimônia de abertura foi presidida pelo Chefe de Estado brasileiro e pelo Chefe do Governo cabo-verdiano.

8. Em todos os encontros ficaram patentes a particularidade e a excelência dos tradicionais e fraternais laços de amizade que unem Cabo Verde e o Brasil, o especial interesse atribuído às relações bilaterais e a decidida vontade de fortalecê-las e ampliá-las.

9. As conversações decorreram num clima de amizade, de grande cordialidade e de entendimento mútuo. As relações entre os dois países foram objeto de uma atenção especial e esse exercício possibilitou identificar novas e amplas perspectivas nas relações entre

o Brasil e Cabo Verde.

10. Neste quadro, as duas Partes trocaram impressões sobre as possibilidades de estabelecer parcerias estratégicas, sobre o comércio e investimentos bilaterais, bem como relativamente à importância de se incentivar a criação de canais de fomento para o financiamento de pequenas e médias empresas, a fim de incrementar o fluxo comercial bilateral e possibilitar a Cabo Verde maximizar as suas vantagens comparativas, com o objetivo principal de favorecer a expansão de suas exportações, particularmente para o Brasil e para os demais mercados do MERCOSUL.

11. Os Presidentes congratularam-se com o bom funcionamento das ligações regulares aéreas entre a cidade de Fortaleza e Cabo Verde e reconheceram a necessidade de garantir a regularidade das ligações marítimas, atento ao interesse dessas conexões para o desenvolvimento do comércio, da cooperação empresarial e do intercâmbio cultural, bem como para um maior envolvimento da região Nordeste do Brasil em ações bilaterais com Cabo Verde e a costa ocidental africana.

12. Considerando a importância dessas ligações, as duas Partes comprometeram-se em tudo fazer para as desenvolver e garantir sua sustentabilidade e regularidade. Neste contexto, os Chefes de Estado manifestaram a sua satisfação pela conclusão do Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado durante a visita.

13. As duas Partes passaram em revista os programas de cooperação entre Cabo Verde e o Brasil, e comprometeram-se em mobilizar os órgãos governamentais e a sociedade civil com vista ao aumento e à diversificação dos programas e projetos, bem como à identificação de modalidades inovadoras de parceria existentes.

14. No espírito da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (S. Tomé, 26 e 27 de julho de 2004), cujo tema central foi a Sociedade da Informação, os dois Presidentes coincidiram quanto à importância

de estimular o imediato início de um programa de cooperação bilateral voltado à introdução e ao pleno aproveitamento de recursos tecnológicos de informação e de comunicação em Cabo Verde. Neste contexto, registraram a importância da assinatura de um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na área das Tecnologias de Informação e de Comunicação e saudaram a inauguração de um Telecentro, equipado pelo Brasil, visando à implementação de um programa de cooperação no domínio do governo eletrônico.

15. Enfatizaram a cooperação existente no setor educacional, com destaque para a formação de cabo-verdianos em instituições de ensino superior no Brasil e ampliar a oferta de programas de formação de recursos humanos. Nessa ótica, a Parte brasileira concordou em apoiar o projeto da criação da Universidade de Cabo Verde e favorecer programas de especialização e pós-graduação a favor de quadros cabo-verdianos. Nesse contexto ainda, e tendo em conta o interesse de Cabo Verde em desenvolver o ensino técnico e a formação profissional, felicitaram-se pela assinatura de um Ajuste Complementar ao Acordo Base de Cooperação Técnica e Científica, em cujo âmbito será implementado o projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde”, envolvendo recursos da Parte brasileira de 270 mil dólares norte-americanos, já disponíveis, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Tomaram nota, com satisfação, dos bons resultados alcançados pelo programa “Alfabetização Solidária em Cabo Verde” e da continuidade do “Projeto-Piloto de Dessalinização em Ribeira da Barca”, ambos também executados com o apoio da ABC.

16. Relembrou, igualmente, a necessidade de serem intensificados os mecanismos bilaterais de cooperação cultural, através da realização de uma programação específica em diferentes campos da manifestação artística.

17. O Chefe de Estado brasileiro anunciou o acolhimento favorável do Governo brasileiro à

proposta de perdão da dívida de Cabo Verde com o Brasil, que será objeto de um protocolo, oportunamente.

18. Consideraram de primordial importância a solução das questões atinentes à erradicação da pobreza, à segurança alimentar, aos serviços de saúde, emprego e educação, bem como daquelas relativas à proteção dos direitos humanos e democracia. O Presidente Pedro Pires tomou nota, com interesse, das observações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a estratégia de combate à pobreza em nível internacional, especificamente no contexto da Ação Contra a Fome e a Pobreza (Declaração de Genebra), lançada em 30 de janeiro último pelos Presidentes do Brasil, da França e do Chile, com o apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas. Nesse contexto, o Presidente brasileiro reiterou o convite ao seu homólogo para o Encontro de Líderes no próximo dia 20 de setembro, em Nova Iorque, cujo propósito é dar impulso político, no mais alto nível, aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

19. Os Presidentes comprometeram-se a cooperar na luta contra a discriminação e na promoção da igualdade racial.

20. O combate ao crime transnacional organizado e, em particular, ao narcotráfico e ao tráfico ilícito de estupefacientes foi objeto de atenção da parte dos dois estadistas.

21. No marco das comemorações do octogésimo aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, o Presidente Pedro Pires reiterou o convite ao Chefe de Estado brasileiro para integrar a Comissão de Honra do Simpósio Internacional Amílcar Cabral, a realizar-se na Cidade da Praia, de 9 a 12 de setembro de 2004.

22. Os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas. Neste contexto, Cabo Verde renovou o apoio ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança. As duas Partes consideraram que, na distribuição de novos assentos permanentes no

Conselho de Segurança, a África deve estar devidamente representada, bem como ocupar um maior número de assentos não permanentes.

23. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva referiu-se ao potencial do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) entre países em desenvolvimento como alavanca para o incremento tanto de comércio bilateral quanto das trocas comerciais entre o MERCOSUL e a África.

24. Os dois Chefes de Estado saudaram os resultados da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em S. Tomé, nos últimos dias 26 e 27, e manifestaram satisfação com o papel desempenhado pela CPLP na solução de problemas políticos que têm afetado alguns dos seus membros, cimentando assim a solidariedade e a amizade entre os povos de língua oficial portuguesa.

25. O Presidente do Brasil expressou o seu contentamento com a eleição, na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, do Embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca, como Secretário Executivo da Comunidade. Na oportunidade, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou que o Brasil prestará todo o apoio necessário à gestão do novo Secretário Executivo.

26. Os dois Chefes de Estado concordaram em unir esforços com vista à dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Manifestaram plena confiança naquela entidade, cuja direção foi recentemente confiada ao Doutor Manuel Brito Semedo.

27. Os Presidentes apoiaram os esforços empreendidos no continente africano em prol da sua recuperação política, econômica e social, no espírito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), instrumento de inegável importância na presente conjuntura africana.

28. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a disposição do Brasil de estreitar relações com a África. Ambos os Presidentes destacaram as afinidades culturais resultantes da contribuição africana para o desenvolvimento do Brasil e

reconheceram o êxito do primeiro Fórum Brasil-África, realizado em Fortaleza, em junho de 2003.

29. Ao fim de sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva externou o seu apreço sincero pela calorosa acolhida e generosa hospitalidade dispensada a ele e à sua delegação e aproveitou a oportunidade para convidar o Chefe de Estado caboverdiano, Pedro Verona Rodrigues Pires, para visitar o Brasil. O convite foi aceito com prazer e a data será fixada por via diplomática.

Feito na Cidade da Praia, em 29 de julho de 2004.

Comunicado Conjunto da Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Gabonesa

A convite de Sua Excelência El Hadj Omar Bongo Ondimba, Presidente da República Gabonesa, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou nos dias 27 e 28 de julho de 2004 visita de Estado à República Gabonesa, acompanhado por membros de seu Governo, do Congresso brasileiro e comitiva empresarial.

2. Na sua chegada ao aeroporto León Mba, o Presidente brasileiro e sua delegação foram recebidos pelo Presidente Bongo Ondimba, acompanhado por membros do Governo gabonês. Foram saudados por grupos sócio-culturais que acudiram ao aeroporto.

3. Essa visita, a primeira de um Presidente brasileiro a este país, atesta o interesse do Brasil em estabelecer relações mais estreitas com os países africanos, aos quais está vinculado pela história, pela etnia e pela cultura, tendo em conta as excelentes e tradicionais relações de amizade e de cooperação que existem entre os dois países.

4. Nesse contexto, a visita do Presidente Bongo Ondimba ao Brasil, em setembro de 2002, permitiu abrir novas perspectivas de diálogo e de colaboração. Assim, a visita do Presidente Lula a Libreville confirma a vontade política comum dos dois Chefes de Estado de dar

continuidade às iniciativas já identificadas e de criar novas oportunidades de cooperação.

5. No plano bilateral, os dois Chefes de Estado destacaram, com satisfação, a importância da cooperação já existente no campo do ensino superior, por meio da formação de quadros gaboneses nas universidades brasileiras e nos dois centros de ensino da Marinha de Guerra brasileira. Nesse particular, exprimiram sua disposição em intensificá-la, tendo em conta a satisfatória inserção desses quadros no mundo profissional.

6. As duas Partes manifestaram a intenção de promover o intercâmbio no domínio cultural, notadamente através do Centro Internacional de Civilização Bantu – CICIBA. O Gabão, na condição de país-sede do CICIBA, sublinhou sua disposição de examinar o assunto.

7. No que diz respeito à cooperação em matéria de ciência e tecnologia, particularmente no campo da pesquisa e do desenvolvimento de projetos específicos, as duas Partes concordaram em examinar meios para reativar o Acordo-Quadro de Ciência e Tecnologia, assinado em Brasília em 14 de outubro de 1995.

8. No que concerne à cooperação técnica em matéria de saúde, que foi objeto de Protocolo de Intenções assinado em 17 de setembro de 2002, as duas Partes decidiram dar-lhe continuidade por meio das ações previstas em Memorando de Entendimento sobre o combate ao Paludismo. O Gabão registrou seu interesse na cooperação com o Brasil para prevenção e combate ao HIV/AIDS e reiterou o desejo de que o Brasil possa estender-lhe programa de transferência de tecnologia, a fim de contribuir para a implantação, no Gabão, de uma unidade de produção de medicamentos genéricos. Nesta ocasião, o Presidente Bongo Ondimba agradeceu ao Presidente brasileiro a doação de medicamentos antirretrovirais.

9. Em matéria agrícola, os dois Presidentes lembraram a importância deste setor no desenvolvimento de seus respectivos países. Nesse sentido, decidiram

igualmente dar início a uma cooperação no campo da cultura da mandioca no Gabão, por meio da assinatura de um Protocolo. Os dois Presidentes notaram com satisfação os elementos científicos e técnicos de que o Brasil dispõe nesse campo, por intermédio da EMBRAPA. Todavia, não dispondo o Brasil de fundos para o financiamento de tais projetos, as duas Partes concordaram em buscar os recursos necessários junto a instituições e doadores de fundos.

10. Os Presidentes tomaram nota do estado do comércio bilateral, cujo potencial ainda está longe de ser alcançado. Por outra parte, as duas visitas presidenciais contribuíram para a melhor difusão das possibilidades existentes junto aos respectivos setores privados. Nesse sentido, recomendaram que se façam estudos com a finalidade de dinamizar este importante setor das relações bilaterais, favorecendo a criação de linhas diretas de transporte e estimulando os setores privados dos dois países a considerar a viabilidade de formar “joint-ventures”, assim como de participar em feiras e exposições que se realizem nos dois países.

11. Do mesmo modo, os dois Presidentes observaram que a intensificação dos contatos entre os respectivos setores privados poderia contribuir adicionalmente para a promoção do comércio do Brasil com todos os países-membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Central.

12. O Presidente brasileiro fez referência ao potencial do Sistema Global de Preferências Comerciais entre os países em desenvolvimento (SGPC) para incrementar tanto o comércio bilateral quanto as trocas comerciais entre o MERCOSUL e a África. O Presidente Bongo Ondimba tomou nota, com interesse, da sugestão e afirmou que o Gabão estudaria a possibilidade de aceder ao Sistema e participar das negociações da terceira rodada do SGPC, lançadas em São Paulo, por ocasião da XI UNCTAD.

13. Os dois Presidentes tomaram nota, com satisfação, do interesse das forças armadas dos dois países em desenvolver a cooperação nos setores de formação de quadros militares, em matéria de

treinamento para as operações de combate em meio tropical e para a luta contra a bio-pirataria. O Presidente brasileiro mencionou, igualmente, as atividades desenvolvidas por seu país, com a participação da Marinha, para levar a termo um inventário exaustivo dos recursos econômicos de sua plataforma continental. O Presidente gabonês manifestou seu interesse pela cooperação com o Brasil neste campo. Os dois Presidentes congratularam-se por essas perspectivas de cooperação, que poderiam ser definidas por ocasião da próxima visita do Ministro da Defesa do Gabão ao Brasil.

14. A cooperação em matéria de pesca, recursos marinhos e aquicultura foi evocada, bem como o interesse gabonês pela experiência brasileira de apoio a pequenas e médias empresas. Nesse contexto, com base no Protocolo de Intenções em vigor desde 2002 sobre PME, o Gabão poderá enviar ao Brasil funcionários e empresários para atividades de formação nos setores de produção e nas técnicas que considere mais adaptados às suas necessidades de desenvolvimento.

15. Os dois presidentes manifestaram sua grande satisfação pela decisão da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de aceitar o convite, transmitido por ocasião da visita do Presidente Bongo Ondimba ao Brasil, para explorar o manganês nas jazidas de Okondja e do Sul de Franceville, Província do Alto-Ogouê. A pesquisa geológica está em plena execução e numerosos empregos já foram criados. O Presidente Bongo Ondimba assegurou que o Governo gabonês tomará as medidas legais e administrativas necessárias para que a CVRD possa executar os trabalhos de infra-estrutura e outros nas melhores condições, notadamente no que se refere às vias e meios de transporte do mineral, às áreas de depósito, ao porto mineraleiro em Owendo e à produção de energia elétrica no Alto-Ogouê.

16. Os dois Presidentes congratularam-se pela disposição comum dos dois Governos de iniciar rapidamente as negociações com vistas ao reescalonamento da dívida gabonesa para com o Brasil,

conforme a regulamentação do Clube de Paris. O Presidente Bongo Ondimba agradeceu muito particularmente a decisão política do Presidente Lula da Silva de considerar oportunamente a conversão parcial da dívida bilateral em projetos de investimentos brasileiros no Gabão.

17. Em matéria de políticas regionais e de cooperação interregional, os Presidentes aventaram as possibilidades de aproximação e de intercâmbio de experiências entre os organismos encarregados da integração econômica dos quais fazem parte, a saber, a CEMAC, a CEEAC e o MERCOSUL. Declararam ademais seu interesse no fortalecimento da Zona de Cooperação e Paz no Atlântico Sul – ZOPACAS, enquanto instrumento para o relançamento da cooperação diplomática, econômica e ambiental entre países da América do Sul e da África Ocidental e Central. Outrossim, o Presidente Lula da Silva foi informado pelo seu homólogo e amigo gabonês sobre a evolução recente do NEPAD e as possibilidades de implementação de projetos de infraestrutura na África Central e no Gabão com financiamentos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, instituições a que pertencem ambos os países.

18. Os dois Presidentes exprimiram seus votos para que se instaure diálogo mais estreito entre o Brasil e a União Africana, principalmente no que diz respeito à difusão dos projetos de desenvolvimento do NEPAD junto aos meios econômicos brasileiros. O Presidente Lula sublinhou, ademais, sua satisfação pelos esforços desenvolvidos pela África para encontrar, ela mesma, soluções para os desafios com que se defronta e confirmou o apoio firme do Brasil ao NEPAD.

19. Os Presidentes tiveram ocasião de abordar as questões de meio ambiente, tendo em conta a importância dos ecossistemas da floresta tropical e do mar para o desenvolvimento a curto e longo prazos dos seus respectivos países e felicitaram-se pelos projetos desenvolvidos, no Brasil e no Gabão, visando a preservação do meio ambiente, especialmente a criação

de parques nacionais. Nesse sentido, exprimiram sua intenção de examinar alternativas de cooperação relacionadas com a conservação e a utilização racional da bio-diversidade, tal como previsto na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), assim como a proteção das baleias para a promoção do turismo ecológico. Sobre este último ponto, o Presidente Lula da Silva fez menção ao projeto submetido à Comissão Internacional da Baleia para a criação de um santuário para esses cetáceos no Atlântico Sul e manifestou a esperança de que o Gabão possa vir a emprestar apoio a tal projeto, a curto prazo.

20. Os dois Presidentes reconheceram a necessidade de reforçar o multilateralismo para enfrentar as ameaças à paz e à segurança internacional. Nesse contexto, reafirmaram a intenção de conjugar esforços para revitalizar o sistema da ONU, inclusive no que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança, como meio de incluir os países em desenvolvimento em suas duas categorias de membros. Nesse particular, o Presidente Bongo Ondimba manifestou sua simpatia pela aspiração brasileira a desempenhar papel mais relevante no Conselho de Segurança. O Presidente do Brasil transmitiu suas felicitações ao Presidente Bongo Ondimba pela eleição do Ministro de Estado Jean Ping à presidência da LIX Assembléia Geral da ONU, o que constituir reconhecimento internacional pelo dinamismo da política externa gabonesa.

21. Os Chefes de Estado exprimiram seus votos por uma paz justa e durável no Oriente Médio, pela instauração da democracia e da paz civil no Iraque, tendo destacado particularmente a importância que a comunidade internacional mantenha-se vigilante no que diz respeito à observância do direito internacional e ao respeito às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quanto a esta última, concordam em que seu papel na solução pacífica dos conflitos deve ser reforçado, assim como deve ser privilegiada a

diplomacia como meio de gestão da paz e da segurança internacionais.

22. Os dois Presidentes passaram em revista a situação política da África e partilharam a preocupação com a persistência de conflitos armados em diversas partes do Continente. Manifestaram a expectativa de que a ONU, a União Africana e as organizações regionais competentes possam contribuir para a rápida e definitiva solução de tais conflitos. Os dois Chefes de Estado reconheceram, com satisfação, os recentes avanços nos processos de paz em diversos países africanos, notadamente na África Central. Nesse contexto, os dois Presidentes fizeram votos de que os esforços muito meritórios de mediação em curso recebam apoio mais decidido da comunidade internacional. O Presidente brasileiro, referindo-se ao papel-chave desempenhado pelo Presidente Bongo Ondimba na solução da crise de São Tomé e Príncipe em 2003, cumprimentou-o pelo engajamento na busca de vias e meios para instaurar e manter a paz no Continente africano.

23. No que concerne à situação do Sudão, especialmente na província de Darfur, na Costa do Marfim e na Somália, os dois Presidentes saudaram o lançamento solene do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, cuja intervenção nessas questões pode contribuir favoravelmente à consecução da paz. Ao comentar a situação na República Democrática do Congo, os dois Chefes de Estado expressaram, ademais, sua preocupação com a retomada dos combates na província do Kivu e as tentativas de golpe de estado em Kinshasa, que fragilizaram o processo de paz e de transição iniciado em 2003, que deverá conduzir o país às eleições gerais previstas para junho de 2005.

24. No que diz respeito à situação do Haiti, o Presidente gabonês felicitou o Presidente brasileiro pela participação ativa do Brasil na solução do conflito naquele país, mediante o envio de contingente de 1200 militares para fazer parte da força internacional de paz da ONU, cujo comando lhe foi confiado.

25. Adicionalmente, os Presidentes Lula da

Silva e Bongo Ondimba evocaram as questões relativas à nova ordem econômica mundial, que apresenta oportunidades para os países que aplicam a boa governança. Notaram, em seguida, os desafios e dificuldades que os países em desenvolvimento não podem enfrentar sem reforço substancial da cooperação internacional em áreas como acesso a mercados, alívio da dívida, investimentos estrangeiros e transferência de tecnologia.

26. A Parte gabonesa fez referência à contribuição brasileira e dos outros membros do G-20, no âmbito da OMC, nas negociações multilaterais sobre a eliminação de subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e o acesso sem discriminação dos países em desenvolvimento aos mercados dos países ricos, condição fundamental para sua inserção mais justa na economia globalizada.

27. A esse respeito, o Presidente Bongo Ondimba felicitou o Presidente do Brasil pela realização, com êxito, da XI UNCTAD, em São Paulo, que aprofundou o diálogo internacional para a promoção do desenvolvimento e aprimoramento da governança econômica global, além de reforçar o papel da UNCTAD como ponto focal do sistema das Nações Unidas para o tratamento de questões econômicas, comerciais e financeiras. Reafirmaram o papel relevante do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento e, nesse sentido, sublinharam a importância da conclusão, com êxito, das negociações em curso na OMC, sobretudo no que diz respeito aos temas de maior interesse dos países em desenvolvimento.

28. O Presidente gabonês manifestou a necessidade de manter as disposições do Acordo de Cotonou (Acordo ACP-UE), relativas às facilidades comerciais concedidas aos países da África, do Caribe e do Pacífico, pelo tempo necessário para que os esforços de diversificação das suas economias possam dar frutos. Essas disposições constituem instrumento privilegiado de cooperação, que garante aos produtos daquelas zonas o acesso ao mercado europeu.

29. Os dois Presidentes ressaltaram a importância de que a comunidade internacional se engaje, de modo decisivo, em nova aliança para o combate à fome, à pobreza e à exclusão social que atingem grande parte da população mundial e, nesse contexto, o Presidente gabonês aceitou o convite do Presidente brasileiro para comparecer ao Encontro dos Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, que o Presidente Lula da Silva convocou para o dia 20 de setembro, em Nova Iorque.

30. Os dois Presidentes assistiram à assinatura dos seguintes atos:

a) Ato de Reconhecimento de Doação de Medicamentos Anti-retrovirais;

b) Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de Consultas Políticas;

c) Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço;

d) Memorandum de Entendimento na Área da Cultura da Mandioca;

e) Carta de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Malária.

31. Ao término de sua visita, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou seu reconhecimento e exprimiu seus agradecimentos pela acolhida calorosa de que foram objeto sua delegação e ele próprio por parte de Sua Excelência El Hadj Omar Bongo Ondimba, dos membros de seu Governo, assim como do Povo gabonês.

Libreville, 28 de julho de 2004

Grupo do Rio - Grupo de Reflexão de Alto Nível sobre os Efeitos da Globalização (30 de julho de 2004)

O Brasil está encarregado, no decorrer de 2004, da Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio – como é conhecido o Mecanismo Permanente de Diálogo e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro, em 1986. Integram o Grupo do Rio hoje o Brasil e mais dezoito países (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai,

Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e um representante da Comunidade do Caribe, atualmente a Guiana). O Mecanismo tem permitido coordenar posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais.

Em cumprimento à determinação emanada da última Cúpula do Grupo do Rio, a Secretaria Pro Tempore brasileira convocou Grupo de Reflexão de Alto Nível, encarregado de elaborar relatório sobre os efeitos da globalização nos Estados membros. O Grupo de Reflexão é integrado por oito peritos, selecionados a título pessoal: José Antonio Ocampo, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, de nacionalidade colombiana, que desempenha as funções de Coordenador do Grupo; Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República; Rosario Green, Embaixadora do México na Argentina; o senador chileno Carlos Ominami Pascual; o economista argentino Aldo Ferrer; o sociólogo peruano Aníbal Quijano; o economista guatemalteco Juan Alberto Fuentes Knight; e o economista jamaicano Norman Girvan. O Grupo de Reflexão estará reunido em Brasília de 2 a 4 de agosto próximo, em sessões fechadas de trabalho.

A reunião do Grupo de Reflexão será aberta pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Participarão também dos trabalhos o Senhor Juan M. F. Martín, Diretor do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), na qualidade de assessor especial do Coordenador do Grupo, e o Professor Gilberto Dupas, da Universidade de São Paulo (USP), que desempenhará as funções de Relator.

As conclusões do Grupo de Reflexão serão relatadas aos Coordenadores Nacionais do Grupo do Rio na reunião que se realizará em Brasília, nos dias 5 e 6 de agosto. Ainda na qualidade de Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, o Brasil sediará a XXIII Reunião de Chanceleres (Brasília, 19 e 20 de agosto) e a XVIII Cúpula Presidencial do Grupo,

que se realizará no Rio de Janeiro em 4 e 5 de novembro próximo.

Assistência às vítimas de incêndio em Assunção (2 de agosto de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, enviaram mensagens de solidariedade ao Presidente Nicanor Duarte e à Chanceler Leila Rachid, manifestando o pesar dos brasileiros pelo incêndio que vitimou centenas de pessoas na capital paraguaia na tarde de ontem, 1º de agosto.

O Governo brasileiro assegurou às autoridades paraguaias a inteira disposição de continuar prestando toda assistência às vítimas que se encontram hospitalizadas.

No dia de hoje, chegará a Assunção, em avião da FAB, o primeiro suprimento de respiradores e de material e equipamento médico-hospitalar oferecido pelo Brasil. Também foi feito ao Governo paraguaio oferecimento para que pacientes venham a ser atendidos nos centros brasileiros de referência no tratamento de queimaduras e de vítimas politraumatizadas.

Foram transmitidas mensagens de condolências às famílias das vítimas.

Decisão do Tribunal Administrativo da OIT sobre a legalidade da interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na OPAQ (2 de agosto de 2004)

O Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, foi Diretor-Geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) de 1997 a 2001 (1º mandato) e 2001 a 2002 (2º mandato, interrompido). A OPAQ foi criada em 1997 para implementar a Convenção para a Proibição das Armas Químicas (CPAQ).

Como é de conhecimento público, em 2002, por iniciativa dos EUA, convocou-se uma Conferência Especial dos Estados Partes, que resultou na demissão do Diretor-Geral, sem qualquer

processo legal. A interrupção do mandato do Diretor-Geral da OPAQ constituiu fato sem precedente na história dos organismos internacionais. Após deixar a OPAQ, o Embaixador Bustani buscou o parecer do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho sobre a legalidade de sua demissão sumária.

Em julho de 2003, o Tribunal considerou ilegal e anulou a decisão da Conferência Especial de afastar o Diretor-Geral. O Tribunal reafirmou o princípio da independência dos chefes de organismos internacionais e ordenou que o Embaixador Bustani fosse indenizado por danos morais e materiais. A OPAQ não cumpriu a sentença no prazo legal. Em outubro de 2003, o Embaixador Bustani informou o Tribunal da OIT do ocorrido e pediu ordem de execução da sentença. Em 14 de julho último, o Tribunal ordenou o cumprimento imediato da sentença, com juros sobre os montantes devidos ao Embaixador Bustani a título de indenização.

Ao submeter o processo ao Tribunal, o Embaixador Bustani anexara declaração afirmando sua determinação de doar a indenização por danos morais em benefício do fundo de cooperação para os países em desenvolvimento da OPAQ. Por sua vez, a indenização por danos materiais determinada pelo Tribunal obrigaria a OPAQ a pagar ao Embaixador Bustani elevado montante. Confirmada agora pelo Tribunal a sentença do ano passado, o Embaixador Bustani decidiu também abrir mão da totalidade da indenização por danos materiais, incluindo a parte relativa a gastos notariais. Esta decisão consta de carta por ele dirigida no dia 29 último à Presidente da Conferência da OPAQ, para ser circulada a pedido da delegação do Brasil à organização como documento oficial.

O objetivo que motivou o Embaixador Bustani a processar a OPAQ foi o de estabelecer jurisprudência internacional sobre a legalidade dos atos que ferem os princípios básicos das organizações internacionais (independência e neutralidade do Diretor-Geral, igualdade jurídica dos Estados

Membros etc). A recente decisão do Tribunal da OIT confirma também a obrigatoriedade do cumprimento de sentenças internacionais por parte dos organismos internacionais que reconhecem a jurisdição dos Tribunais correspondentes. O Embaixador Bustani, que nunca buscou sua reintegração ao cargo de Diretor-Geral nem ganhos financeiros dos processos contra a OPAQ, considera que o julgamento do Tribunal encerra positiva e definitivamente o assunto.

Embargo do comércio internacional de armas destinadas à região de Darfur, Sudão (3 de agosto de 2004)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, na última sexta-feira, dia 30, a Resolução 1556 (2004), que determina o embargo do comércio internacional de armas destinadas à região de Darfur, no Sudão.

O Brasil entende que a Resolução 1556 é uma medida, entre as várias que devem ser adotadas pela comunidade internacional, com vistas não apenas a garantir a paz e a segurança, mas também o alívio do sofrimento das populações afetadas pelo conflito em Darfur. É necessário que aumente substancialmente a ajuda humanitária para a região e que haja progressos visíveis nos aspectos políticos, de segurança e de direitos humanos.

Entre os pontos positivos incluídos no texto adotado estão a ênfase atribuída à União Africana como principal mediador no processo de paz em Darfur e a inclusão de apelo para que a comunidade doadora amplie o fluxo das doações.

O Brasil igualmente considerou apropriadas as medidas impostas pelo Conselho, entre as quais as sanções às milícias “janjaweed”. Durante o processo negociador, o Brasil atuou de modo a conciliar as posições diversas dentro do Conselho, a fim de lograr a adoção da resolução com ampla maioria.

A Resolução 1556 recebeu treze votos a favor, inclusive de todos os países africanos com assento no órgão (Argélia, Angola e Benin), e duas

abstenções.

O Governo brasileiro continuará seguindo com toda atenção a evolução da situação em Darfur e em todo o Sudão, onde outros conflitos internos comprometem o processo de paz e desenvolvimento não só no próprio país, mas na sub-região da África Oriental.

Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Gana, Senhor Nana Akufo-Addo, por ocasião da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana (Brasília, 4 e 5 de agosto de 2004)

Será celebrada, nos dias 4 e 5 de agosto, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana. A reunião de Brasília será presidida conjuntamente pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e pelo Ministro das Relações Exteriores de Gana, Nana Akufo-Addo, em visita oficial ao País.

O Brasil vem desenvolvendo com Gana um trabalho de intensificação das relações bilaterais, não apenas na dimensão política do diálogo diplomático, como no que diz respeito aos temas de cooperação e às trocas comerciais, o que é coerente com a determinação governamental de incluir as relações com o continente africano entre as prioridades de política externa brasileira.

Em cerca de um ano, Gana converteu-se no quarto maior importador de produtos brasileiros na África subsaariana, atrás apenas da África do Sul, da Nigéria e de Angola. A balança de comércio entre o Brasil e Gana passou de cerca de US\$ 30 milhões, em 2002, para aproximadamente US\$ 105 milhões, em 2003.

Estatísticas oficiais brasileiras indicam manutenção dessa tendência, no corrente ano.

No âmbito internacional, Gana tem desempenhado papel ativo em defesa do multilateralismo e das Nações Unidas, defendendo a reforma do Conselho de Segurança para conferir maior representatividade aos países em desenvolvimento.

No âmbito regional, tem papel importante na busca de soluções para os conflitos africanos e, pela segunda vez consecutiva, ocupa a presidência “pro tempore” da Comunidade de Estados da África Ocidental (ECOWAS), organização que conforma 14 países e cerca 200 milhões de habitantes.

O atual Presidente de Gana, John A. Kufuor governa inspirado em forte agenda social de combate à pobreza e de busca da inclusão social das minorias ganenses.

O Ministro Nana Akufo-Addo, em sua visita oficial ao Brasil, no dia 4, além de presidir a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana, (cobertura de imprensa da sessão de abertura, às 12:00 hs, Palácio Itamaraty, Sala de Conferências), manterá reunião bilateral com o Ministro Celso Amorim, que o homenageará, em seguida, com um almoço no Palácio Itamaraty. No dia 5, a autoridade ganense, um jurista com presença destacada nos processos de integração africanos, proferirá palestra, no auditório do Instituto Rio Branco, sobre as esferas de atuação da ECOWAS e sua importância no contexto regional.

Visita ao Brasil do Senhor Martín Torrijos Espino, Presidente eleito da República do Panamá (4 de agosto de 2004)

O Presidente eleito da República do Panamá, Martín Torrijos Espino, realizará visita ao Brasil no próximo dia 4 de agosto.

O Presidente Torrijos se encontrará com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde do dia 4, no Rio de Janeiro, quando serão abordadas as relações bilaterais e questões políticas e econômicas de interesse de ambos os países. Deverão constar da agenda de conversações: comércio, cooperação, panorama político regional e internacional, processos de integração regional e iniciativas relacionadas ao combate à fome e à pobreza e à redução das disparidades sociais.

O Presidente Torrijos foi eleito pelo Partido Revolucionário Democrático (PRD), com 47% dos votos, em pleito realizado no dia 2 de maio passado.

A visita constitui ocasião para que os Presidentes troquem impressões sobre o estreitamento das relações entre Brasil e Panamá ao longo do Governo do Presidente Martín Torrijos, que tomará posse no dia 1º de setembro próximo.

OMC: Contencioso Brasil-União Européia - Subsídios à Exportação de Açúcar Relatório Preliminar do Painel (4 de agosto de 2004)

As Missões do Brasil, Austrália e Tailândia em Genebra receberam hoje, 4 de agosto, em caráter confidencial, o relatório preliminar do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, a pedido desses países, examina a conformidade do regime açucareiro da União Européia com as disciplinas multilaterais de comércio. As partes do contencioso têm até o próximo dia 17 para encaminhar eventuais comentários sobre o documento. O relatório final do painel deverá ser enviado às partes em setembro. Será, em seguida, traduzido para as demais línguas oficiais da OMC (francês e espanhol) e divulgado sem restrições.

A decisão de solicitar o estabelecimento do painel foi tomada pelos Ministros de Estado integrantes da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) em 06 de fevereiro de 2003, primeira reunião do órgão naquele ano. O pedido de estabelecimento do painel foi aprovado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC em 29 de agosto de 2003. Em 23 de dezembro, foi definida a composição do painel com Warren Lavorel (EUA) na presidência, Gonzalo Biggs (Chile) e Naoshi Hirose (Japão).

Na condição de terceiras partes interessadas, também participaram dos procedimentos: Barbados, Belize, Canadá, China, Colômbia, Côte d'Ivoire, Cuba, Estados Unidos, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Nova Zelândia, Paraguai, Saint Kitts e Nevis, Suazilândia, Tanzânia e Trinidad e Tobago.

Neste contencioso, o Brasil questionou dois aspectos do regime açucareiro europeu:

1. A exportação subsidiada de excedentes de produção: Esses excedentes (“açúcar C”) não podem ser comercializados no território aduaneiro da União Européia e apenas existem graças ao efeito combinado dos diversos elementos do regime açucareiro europeu, tais como a elevada proteção tarifária, o sistema de apoio doméstico baseado em preços de intervenção e administração de quotas de produção e comercialização, subsídios diretos à exportação.

2. A exportação subsidiada de açúcar proveniente de alguns países ACP e da Índia: A UE importa, em condições preferenciais, cerca de 1,6 milhão de toneladas de açúcar bruto de alguns países ACP (África, Caribe e Pacífico) e da Índia. Quantidade equivalente de açúcar refinado é exportada com subsídios diretos.

Argumentou o Brasil que, em ambos os casos, ocorre violação das disciplinas do Acordo de Agricultura da OMC porque essas exportações subsidiadas não são computadas contra os compromissos de redução de subsídios à exportação da União Européia.

O Brasil não questionou o acesso preferencial ao mercado comunitário do açúcar importado dos países ACP e da Índia. As importações provenientes desses países poderiam ser acomodadas, sem necessidade de reexportação subsidiada, por exemplo com a simples redução da produção ineficiente de açúcar na UE.

Uma vez que o relatório preliminar foi entregue às partes do contencioso em caráter confidencial, o Governo brasileiro não se pronunciará sobre seu conteúdo. Não obstante, é possível indicar que o Governo recebeu com grande satisfação as determinações preliminares do painel sobre os dois pontos acima mencionados. O Brasil considera que essas determinações são acertadas e espera que o relatório final as mantenha.

As exportações subsidiadas de açúcar da União Européia em violação a seus compromissos reduzem o mercado internacional em cerca de quatro a cinco milhões de toneladas por ano e prejudicam o

Brasil e vários outros produtores competitivos. As estimativas iniciais do setor açucareiro são de prejuízo anual para o Brasil da ordem de US\$ 400 milhões.

Encontro dos Presidentes do Brasil, Bolívia e Peru, por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade Brasiléia Cobija (5 de agosto de 2004)

Em 11 de agosto de 2004, os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Bolívia, Carlos Mesa, e do Peru, Alejandro Toledo, visitarão a fronteira entre os três países, para a inauguração da Ponte da Amizade que ligará Brasiléia (Acre) a Cobija (Departamento de Pando/Bolívia) e para o lançamento da pedra fundamental da Ponte da Integração, unindo Assis Brasil (Acre) a Iñapari (Departamento de Madre de Diós/Peru). Trata-se de ações concretas em favor da efetiva da integração física da América do Sul, que constituem sólido compromisso do atual Governo. Trata-se de obras que terão impacto imediato para a economia da região central do continente, contribuindo para a ligação de parte da Amazônia e dos Estados do Centro-Oeste brasileiro com os países vizinhos. A interligação física terá também efeitos positivos para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, facilitando o intercâmbio econômico e cultural, bem como a circulação de pessoas e de bens.

Durante a visita, os Presidentes examinarão temas de interesse comum, particularmente aqueles relacionados à região de fronteira.

Prêmio Binacional das Artes e Cultura Brasil-Argentina (9 de agosto de 2004)

Em cumprimento à determinação dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, os Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, pelo Brasil, e o Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto e a Secretaria de Cultura da Nação, pela Argentina, estabeleceram o Regulamento do Prêmio Binacional das Artes e da Cultura.

O Prêmio visa a promover a integração cultural entre as duas nações e a estimular a produção

criativa de artistas de ambos os países, em suas diversas vertentes.

Nesta primeira edição do Prêmio, distinguirá diretores de filmes de longa-metragem – um brasileiro e um argentino. Nas próximas, serão contemplados escritores, artistas plásticos, músicos, dramaturgos e coreógrafos, entre outros.

O valor dos prêmios atribuídos aos vencedores será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e \$ 25.000,00 (vinte e cinco mil pesos).

Os prêmios serão entregues em cerimônia realizada no dia 30 de novembro de cada ano, data em que se celebra a Amizade Brasileiro-Argentina, em evento presidido conjuntamente pelos Presidentes do Brasil e da Argentina.

REGULAMENTO

Objetivos

O Prêmio Binacional das Artes e Cultura Brasil-Argentina visa a promover a integração cultural entre as duas nações e estimular a produção criativa de artistas de ambos os países, em suas diversas vertentes.

Modalidade

A cada ano o prêmio deverá ser concedido a um artista brasileiro e a um artista argentino; expressões artísticas diferentes serão contempladas anualmente, segundo entendimento entre as partes.

O prêmio será concedido, no primeiro ano, a diretores de filmes de longa-metragem e depois, sucessivamente, a alguma das seguintes disciplinas: Letras, Pintura, Música clássica, Música popular, Escultura, Fotografia, Cinema de curta-metragem, Dança (coreografia ou bailarino(a) ou companhias de dança)

Caberá ao Ministério da Cultura do Brasil e à Secretaria de Cultura da Argentina deliberar sobre novas formas de arte que mereçam ser contempladas à luz das inovações tecnológicas que se produzam nesse campo nos próximos anos.

Seleção e Julgamento

Cada Ministério ou Secretaria de Cultura designará as Comissões Julgadoras encarregadas da indicação do premiado, em cada oportunidade. Cada

Comissão será integrada por cinco membros, a serem escolhidos entre profissionais da área e professores, especialistas na forma de arte selecionada para aquele determinado ano. As Comissões selecionarão o vencedor em seus respectivos países. As Comissões serão co-presididas por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, no caso do Brasil, e do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto e da Secretaria de Cultura da Presidência da Nação, no caso da Argentina.

Nomeações das Comissões e Prazos

As comissões julgadoras deverão ser nomeadas antes do dia 31 de julho de cada ano e deverão concluir seus trabalhos até o dia 30 de outubro do ano em tela. O resultado apresentado por cada uma ficará consignado em Ata, que será remetida pelas Comissões a seus respectivos Ministério ou Secretaria de Cultura. Estes, por sua vez, comunicarão os resultados às Chancelarias de cada país, às quais caberá organizar as cerimônias de premiação.

Entrega dos Prêmios

A entrega dos Prêmios será realizada no dia 30 de novembro de cada ano, data em que se celebra a Amizade Argentino-Brasileira, alternando-se as capitais de ambos os países como sede das cerimônias. O evento será presidido conjuntamente pelos Presidentes da República Argentina e da República Federativa do Brasil.

Valor dos prêmios

Os prêmios consistirão em quantia em pesos e em reais, respectivamente, a ser fixada pelas partes, de comum acordo, antes do dia 31 de julho de cada ano.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES JULGADORAS

COMISSÃO O JULGADORA BRASILEIRA:

Co-presidentes:

- 1) Doutor Mario Diamante, representante do Ministério da Cultura;
- 2) Secretário André Maciel de Castro, representante do Ministério das Relações Exteriores;

Demais membros:

3) Senhora Ivana Bentes, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

4) Senhora Maria do Rosário Caetano, jornalista e crítica, e

5) Senhora Teresa Trautman, cineasta.

COMISSÃO JULGADORA ARGENTINA:

Co-presidentes: 1) Embaixadora Gloria Bender, Diretora de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto;

2) Arquiteto Francisco Bullrich, Diretor Nacional de Política Cultural e Cooperação Internacional da Secretaria de Cultura da Nação;

Demais membros:

3) Senhor Manuel Antin, Reitor da Universidade do Cinema;

4) Senhor Guillermo Rodriguez Jurado, Presidente da Cinemateca Argentina; e

5) Doutora Silvia Barales, Diretora da “Escuela Nacional de Experimentación y Realización Cinematográfica” (ENERC) e representante do “Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales” (INCAA).

Encontro do Chefe do Escritório de Representação do Brasil junto à Autoridade Nacional Palestina com o Chanceler palestino (Ramalá, 10 de agosto de 2004)

No dia 9 do corrente, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, Chefe do Escritório de Representação do Brasil, em Ramalá, foi recebido pelo Chanceler palestino, Senhor Nabil Shaath, a quem entregou carta de apresentação do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

O Ministro Nabil Shaath manifestou a grande satisfação da Autoridade Nacional Palestina pelo gesto do Governo brasileiro em abrir o Escritório de Representação em Ramalá, o que inaugurava uma nova fase no diálogo entre o Governo brasileiro e a ANP.

A autoridade palestina enfatizou a importância do papel reservado ao Brasil na temática do Oriente Médio e, em particular, na solução do conflito israelo-palestino. O representante brasileiro

sublinhou o empenho do seu Governo em contribuir para que a retomada do diálogo entre palestinos e israelenses resulte numa paz duradoura.

Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da República da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, e da República do Peru, Alejandro Toledo Manrique - Declaração Presidencial do Rio Acre (12 de agosto de 2004)

1. Atendendo ao convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, os Presidentes da República da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert, e da República do Peru, Alejandro Toledo Manrique, visitaram o Estado do Acre, em 11 de agosto de 2004, onde foram também recebidos pelo Governador do Estado, Jorge Viana.

2. Os três Presidentes participaram das cerimônias de inauguração da Ponte Wilson Pinheiro, que liga o Brasil à Bolívia, entre as cidades de Brasília e Cobija, e de lançamento da pedra fundamental da Ponte da Integração, ligando o Brasil ao Peru, entre as cidades de Assis Brasil e Iñapari.

3. Os Presidentes revisaram os principais assuntos de interesse comum. Reafirmaram os sólidos laços que unem os três países, o elevado nível de entendimento político entre seus Governos e o propósito comum de promover a cooperação, o desenvolvimento e a integração econômica, em benefício de suas populações. Compartindo idêntica visão de futuro, ressaltaram a crescente vinculação entre todos os países sul-americanos, em um ambiente de paz, amizade, solidariedade e justiça. Os Presidentes congratularam-se pela conclusão, em dezembro passado, do Acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, cuja implementação contribuirá para a conformação de uma Comunidade Sul-americana de Nações, baseada no desenvolvimento equitativo de suas economias.

4. Os Presidentes reiteraram seu apoio à democracia, como única forma legítima de Governo. Concordaram que instituições sólidas são uma

condição essencial para a convivência democrática. Nesse sentido, manifestaram seu apoio a medidas de fortalecimento institucional que proporcionem regras claras e justas de convivência e cidadania.

5. Os Presidentes ressaltaram a alta prioridade atribuída pelos seus Governos à integração da infra-estrutura física, com ênfase no fortalecimento da aproximação das regiões vizinhas dos três países. As duas pontes de ligação do Brasil à Bolívia e ao Peru constituem expressão concreta da confiança dos Presidentes no futuro desse processo de integração, assim como de sua vontade política de dinamizar os mercados intra-regionais fronteiriços, com a finalidade de incrementar a atividade empresarial nessas regiões. Reafirmaram que a ligação física nesse ponto de convergência das suas fronteiras é fundamental para a integração e o desenvolvimento dos três países e dos demais povos da América do Sul. No mesmo sentido, ressaltaram a importância de estabelecer, logo que possível, controles integrados de fronteira, com um quadro normativo que facilite o livre trânsito de pessoas e bens entre os três países.

6. Os Presidentes reiteraram seu interesse no estabelecimento de uma Autoridade Sul-americana de Infra-estrutura e, nesse sentido, destacaram a importância da reunião sul-americana de Vice-Ministros da Fazenda, Finanças e outros envolvidos, que ocorrerá em outubro próximo, em Lima, sob a presidência do Peru, conforme acordado na V Reunião do Comitê da Direção Executiva da IIRSA, em dezembro de 2003. A reunião deverá avaliar os avanços para a constituição deste mecanismo financeiro inovador, como elemento de apoio fundamental à implementação dos projetos de desenvolvimento em infra-estrutura da Iniciativa.

7. Os Presidentes reiteraram a importância de incrementar e fortalecer o comércio, assim como de promover os investimentos trilaterais, especialmente nos setores de infra-estrutura, indústria, comunicações e serviços de transporte regular de carga e passageiros, particularmente nas regiões fronteiriças. Nesse sentido, os Presidentes reafirmaram a vontade de seus governos

de criar uma base jurídica estável e previsível para o desenvolvimento dos negócios e dos investimentos, através de instrumentos como acordos para evitar a dupla tributação.

8. Concordaram com a necessidade de implementar a agenda de desenvolvimento e integração fronteiriços. Como consequência, ressaltaram o papel dos diferentes mecanismos de tratamento deste tema, como os Comitês de Fronteira, que envolvem as instâncias representativas das comunidades das regiões de fronteira. Nesse mesmo sentido, saudaram a convocação da V Reunião da Iniciativa MAP (Madre de Dios, Acre e Pando), que constitui importante esforço regional para concretizar uma zona de integração fronteiriça.

9. Os Presidentes ressaltaram a importância da realização, em Manaus, em 15 e 16 de setembro de 2004, da XII Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica e da VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Registraram seu decidido apoio ao processo de fortalecimento da interlocução política deste mecanismo de cooperação e concertação para o desenvolvimento sustentável e harmônico dos respectivos territórios amazônicos e, especialmente, sua firme vontade de pôr em marcha o plano estratégico da OTCA.

10. Os Presidentes expressaram o firme propósito de continuar cooperando para coibir o corte e o comércio ilegal de madeira nas regiões fronteiriças, em conformidade com o objetivo compartilhado de preservar o meio ambiente amazônico e promover o desenvolvimento sustentável da região.

11. Os Presidentes reafirmaram o pleno apoio às políticas de proteção e promoção dos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, com o propósito de defender e promover os valores históricos, étnicos, sociais e culturais daquelas comunidades, que constituem um componente fundamental das respectivas identidades nacionais e que são parte do processo de formação

de uma consciência política e social sul-americana.

12. Ressaltaram a importância do tratamento conjunto de políticas migratórias acordadas, que tendam a facilitar a plena inserção de imigrantes dos três países. Nesse marco, congratularam-se pela assinatura, nos últimos anos, de acordos entre os três países que facilitam o livre trânsito de seus nacionais e eliminam a exigência de passaporte. Manifestaram sua satisfação com o início das negociações para regularização dos imigrantes entre a Bolívia e o Brasil.

13. Os Presidentes expressaram sua intenção de fazer avançar a complementação e a integração energética na América do Sul, bem como a cooperação na área de hidrocarbonetos e outras formas de energia, aproveitando as importantes reservas de seus países. A respeito, o Presidente do Brasil saudou a recente assinatura da Carta de Intenções entre a República do Peru e a República da Bolívia para Complementação Energética, que permitirá a exportação ultramarina de gás boliviano.

14. Os mandatários expressaram sua expectativa de que os projetos de aproveitamento comum da Bacia do Rio Madeira avancem adequadamente, a fim de permitir, o mais breve possível, não só o fornecimento de energia adicional para a região, como também impulsionar o dinamismo econômico de áreas importantes nos três países, por meio da ligação fluvial da Bolívia e Peru ao Atlântico, e do Brasil ao Pacífico.

15. Manifestaram que as diferentes culturas e etnias que conformam as populações dos seus respectivos países constituem uma riqueza inestimável e uma força criativa na promoção de sociedades justas e pluralistas. Nesse sentido, reiteraram sua profunda convicção de que o respeito recíproco e o fortalecimento da irmandade entre culturas e etnias são condições essenciais para a construção de sociedades pacíficas.

16. Os Presidentes expressaram seu firme propósito de impulsionar o desenvolvimento fronteiriço e, dessa forma, acordaram prover de energia elétrica as populações de fronteira. Da mesma forma, concordaram com a alta conveniência de

iniciar campanhas conjuntas de vacinação que beneficiem essas populações.

17. Os Presidentes ressaltaram a importância da III Reunião de Presidentes da América do Sul, que se realizará na cidade de Lima, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2004, encontro que permitirá, a partir dos relevantes consensos adotados nas anteriores Reuniões de Brasília e Guayaquil, tais como os que se referem à ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional como fator essencial para a integração, que se possa avançar, mediante um novo exercício de concertação e reflexão conjuntas, na construção de novas convergências sobre outros temas de especial relevância para a região, com o objetivo de consolidar a visão de um Espaço Sul-americano de Integração.

18. Nesse sentido, os Presidentes coincidiram em que os temas do Emprego Produtivo e da Luta contra a Corrupção, entre outros assuntos de interesse regional, poderão ser abordados durante o encontro.

19. Os Presidentes repassaram temas da agenda internacional e concordaram com a necessidade de fortalecer e reformar a Organização das Nações Unidas. Nesse contexto, os Presidentes da Bolívia e do Peru renovaram o apoio de seus países para que o Brasil integre o Conselho de Segurança daquela Organização, na qualidade de membro permanente. Os Presidentes da Bolívia e do Brasil expressaram seu apoio à candidatura do Peru ao Conselho de Segurança, para o período 2006/2007.

20. Os Presidentes do Brasil e do Peru expressaram seu agradecimento ao Presidente da Bolívia e ao Governador do Departamento de Pando pela hospitalidade e atenções recebidas em Cobija. Igualmente, os Presidentes da Bolívia e do Peru expressaram ao Presidente do Brasil e ao Governador do Acre seu agradecimento pela hospitalidade e pelas atenções a eles estendidas e às suas comitivas, em Assis Brasil.

Estado do Acre, 11 de agosto de 2004

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana e ao Haiti (13 de agosto de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da cerimônia de posse do Presidente eleito da República Dominicana, Leonel Fernández Reyna, em 16 de agosto, atendendo a convite do Governo daquele país.

O Presidente eleito Leonel Fernández encontrou-se com o Presidente Lula em São Paulo, em 15 de junho passado, à margem da XI UNCTAD e se dispôs, na ocasião, a organizar reunião com os Primeiros Mandatários dos países centro-americanos e caribenhos que estiverem presentes à cerimônia de posse.

A reunião de Cúpula, no dia 17 de agosto, tratará do combate à fome e à pobreza, de promoção do desenvolvimento sustentável, do aperfeiçoamento dos mecanismos de integração e coordenação interregional, do fortalecimento do multilateralismo, de comércio e investimentos. Será examinada, ainda, a possibilidade de abertura de negociações para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e países centro-americanos e caribenhos.

Até o momento, foram confirmadas as presenças dos Chefes de Estado ou Governo da Costa Rica, Guatemala, Honduras, Belize, Panamá, Trinidad e Tobago, Nicarágua e Haiti.

A visita do Presidente Lula será uma oportunidade para aprofundar o diálogo do Brasil com os demais países latino-americanos, centro-americanos e caribenhos sobre temas regionais, em um momento em que o Brasil se faz presente na região, no comando das tropas de estabilização do Haiti.

No dia 18 de agosto, o Presidente Lula estará em Porto Príncipe, onde visitará as tropas brasileiras que servem às Nações Unidas, na missão de estabilização do Haiti, se entrevistará com o Presidente Boniface Alexandre e com o Primeiro-Ministro Gérard Latortue e assistirá ao “jogo de paz”, partida amistosa de futebol entre as seleções nacionais do Brasil e do Haiti, no estádio de Porto Príncipe.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (14 de agosto de 2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, continua a emprestar firme apoio à busca de uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral para a situação política na Venezuela.

O Grupo considera que a decisão a ser tomada pelo povo venezuelano, mediante o referendo revocatório convocado com base no Artigo 72 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, constitui etapa fundamental para a solução desse processo político.

O Grupo de Amigos apóia o importante papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Centro Carter como observadores do processo de referendo.

O Grupo de Amigos reconhece os progressos alcançados, na linha dos acordos de fevereiro e maio de 2003, para promover a reconciliação nacional e confia em que todos os venezuelanos seguirão trabalhando, com espírito construtivo, nessa direção.

Mensagem dirigida pelo Chanceler Celso Amorim ao Chanceler Li Zhaoxing, por ocasião da celebração dos 30 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China (15 de agosto de 2004)

No transcurso do trigésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, congratulo-me com Vossa Excelência por tão auspiciosa data. É particularmente significativo que o evento ocorra em ano em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a China, em maio, e o Presidente Hu Jintao deverá visitar o Brasil, em novembro, fatos que refletem o nível e a densidade do relacionamento bilateral.

Registro, com satisfação, o alto grau de

entendimento político alcançado nas relações entre o Brasil e a China, fundado no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial e não-ingêrência nos assuntos internos de cada parte, bem como no anseio comum de contribuir para promover a paz e a solidariedade entre as nações em um sistema multipolar e consoante com a Carta da ONU.

Como pude testemunhar nas duas últimas estadas em Pequim, em minha visita oficial, em março de 2004, e durante a visita de Estado do Presidente Lula, em maio último, evidencia-se o novo patamar de cooperação em nosso relacionamento bilateral, orientado pelos quatro princípios compartilhados de fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo de igualdade; aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

O envolvimento direto das mais altas autoridades de nossos países, em anos recentes, permitiu a formação e o aprofundamento de uma parceria estratégica de grande alcance para o adensamento cada vez maior dos laços de amizade existentes entre o povo brasileiro e o povo chinês.

A bem-sucedida visita do Presidente Lula, acompanhado por sete Ministros de Estado e seis Governadores estaduais e seguido por mais de quatrocentos empresários, bem como a programada visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em novembro deste ano, bem demonstram o nível especial que atingiram as relações bilaterais. Com efeito, nossos dois países contam hoje com a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e o Alto Conselho Empresarial, que contribuirão, respectivamente, para o impulsionamento da cooperação política e comercial dos laços bilaterais.

Formulo votos de continuado fortalecimento e diversificação das já excelentes relações de amizade e cooperação que existem entre nossos dois países.

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Mensagem dirigida pelo Presidente da República ao Presidente Hu Jintao, por ocasião da celebração dos 30 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China (15 de agosto de 2004)

É com a mais grata satisfação que me congratulo com Vossa Excelência pela passagem do trigésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre nossos países. Asseguro a Vossa Excelência que o Governo brasileiro concede a mais alta relevância ao harmonioso desenvolvimento dos laços de amizade que unem os Governos e os povos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China.

Ao longo desses trinta anos, Brasil e China lograram, com base no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos de cada parte, expressiva intensificação de seu relacionamento, seja em seu diálogo político exemplar, seja na fluida cooperação bilateral, o que tem ensejado entendimentos bilaterais cada vez maiores e posições comuns no cenário internacional.

A parceria estratégica que une nossos dois países alcançou, no ano em curso, patamar especialmente elevado. Com efeito, a visita de Estado que realizei à China, em maio passado, que muito me honrou, pode ser caracterizada de histórica. Fui acompanhado, na ocasião, por sete Ministros de Estado, seis Governadores estaduais e seguido por mais de quatrocentos empresários brasileiros. Como resultado de nossos entendimentos, Brasil e China contam hoje com a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e o Alto Conselho Empresarial, para maior impulsionamento dos laços bilaterais nos campos político e comercial, respectivamente. A programada visita de Vossa Excelência ao Brasil, ainda no ano em curso, dará ensejo ao aprofundamento do diálogo profícuo já existente entre nossos países em seus diversos campos.

Estou confiante de que o futuro nos reserva o fortalecimento cada vez maior da auspiciosa

parceria entre Brasil e China, fundamentada nos quatro princípios que têm orientado nosso relacionamento bilateral, quais sejam: fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo de igualdade; aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

Nesse sentido, formulo votos pelo constante incremento da amizade entre nossos povos e pela prosperidade de seu país, bem como pela felicidade do povo chinês.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela - Referendo na Venezuela (16 de agosto de 2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela acompanhou de perto a realização do Referendo de 15 de agosto, convocado com base no Artigo 72 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, e felicita as forças políticas venezuelanas pela maneira transparente e pacífica com que o processo foi conduzido.

Os resultados preliminares anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral venezuelano coincidem com as avaliações feitas pelos observadores da Organização dos Estados Americanos e do Centro Carter, cuja atuação competente e imparcial contribuiu para assegurar a credibilidade do Referendo.

O povo venezuelano, ao expressar livremente sua vontade dentro do pleno respeito às instituições democráticas, dá um importante passo na direção da reconciliação nacional.

O Grupo de Amigos, que, desde 2003, vem cumprindo seu papel de contribuir para o diálogo entre Governo e oposição, cumprimenta o povo da Venezuela por esta manifestação de democracia. O Grupo de Amigos expressa sua convicção de que o

povo venezuelano saberá resolver suas diferenças pela via do diálogo e olhará para o futuro, concentrando suas energias na promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Reunião de Chefes de Estado e/ou Governo Latino-Americanos e Caribenhos - Declaração de São Domingos (17 agosto de 2004)

Declaración de Santo Domingo 2004

Los Jefes de Estado y de Gobierno de diez países de América Latina y el Caribe, reunidos en la Ciudad de Santo Domingo de Guzmán con motivo de los actos de juramentación del Doctor Leonel Fernández como presidente de la República Dominicana, y tras analizar la coyuntura regional e internacional y la realidad de sus respectivos países, declaran que

Pobreza, Desarrollo y Gobernabilidad Democrática

1. Reiteran su respeto al Derecho Internacional, incluyendo los principio de no intervención y autodeterminación, el respeto a la soberanía, a la integridad territorial y a la igualdad entre los Estados. Reafirman su compromiso con la consolidación y el fortalecimiento de la democracia así como con el respeto a los derechos humanos. La consolidación del Estado de derecho y la gobernabilidad democrática orientan la acción de los gobiernos que representan.

2. Consideran la pobreza y la exclusión social como afrentas a la dignidad humana. La agudización de la pobreza se ha visto acompañada, en muchos casos, de incremento de violencia e intensificación de los conflictos sociales, afectando la gobernabilidad democrática en menoscabo de la estabilidad de las instituciones y de la paz social.

3. Consciente de que esta situación representa un obstáculo serio para alcanzar los objetivos de desarrollo económico y de justicia social, ratifican que la lucha contra la pobreza es esencial para la consolidación de la democracia. En tal sentido, se hace necesaria la formulación y aplicación de políticas

públicas destinadas a favorecer el crecimiento económico y una distribución equitativa de los ingresos y la riquezas nacionales.

4. Destacan que problemas tales como los altos niveles de endeudamiento externo, la dependencia energética, la corrupción y el narcotráfico también constituyen factores de inestabilidad social y política, que ponen igualmente en peligro la gobernabilidad democrática y la vigencia del Estado de derecho.

Lucha Contra el Hambre

5. Acogen con beneplácito la iniciativa de convocar al Encuentro de Líderes Mundiales para la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, a celebrarse en Nueva York el 20 de septiembre de este año. Aúnan esfuerzos para que este cónclave resulte exitoso, se comprometen a coordinar posiciones en este tema y hacen un llamado a todos los líderes del mundo a compartir sus experiencias en un esfuerzo solidario.

Multilateralismo X Cooperación Internacional

6. Reiteran que un sistema multilateral eficaz, basado en el Derecho Internacional, apoyado en instituciones internacionales fuertes y con la Organización de las Naciones Unidas (ONU) como centro, es esencial para lograr la paz internacional, el desarrollo sostenible y el progreso social. Reconocen que el fortalecimiento de las organizaciones regionales es un medio esencial para reforzar el multilateralismo.

7. Plantean el interés de fortalecer el sistema multilateral, a fin de hacerla más ágil y efectivo. En tal sentido, están comprometidos con la reforma y revitalización de las Naciones Unidas, incluyendo la Asamblea General y el Consejo de Seguridad, haciendo de este último un órgano más democrático mediante la incorporación de nuevos países desarrollados y en desarrollo como miembros permanentes.

8. Expresan el firme propósito de sus Estados y Gobiernos de combatir, con un espíritu de cooperación efectiva, el terrorismo y el crimen transnacional en sus múltiples dimensiones, haciendo énfasis en las causas que los genera.

Desafíos del Caribe

9. Manifiestan su preocupación por la vulnerabilidad de los países del Caribe y destacan el riesgo potencial que representa para la seguridad ambiental el transporte de desechos nucleares y radioactivos no procesados a través del Mar Caribe. Igualmente, reconocen los retos que enfrentan las pequeñas economías del Caribe en tanto Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, que merecen un enfoque adecuado para atender sus necesidades y problemas específicos,

Superación de la Crisis Haitiana

10. Reafirman su compromiso de apoyar el proceso de reconstrucción Política y económica de Haití. Reconocen y declaran que la superación de la crisis haitiana constituye una prioridad para sus naciones y para la comunidad regional en general, por lo que se comprometen a brindar un apoyo solidario y sostenido al proceso que se lleva a cabo en Haití en coordinación con sus autoridades provisionales y la Misión de Estabilización de las Naciones en Haití (MINUSTAH);

11. Hacen un llamado tanto a la comunidad internacional como a los organismos financieros internacionales para que mantengan una atención y un apoyo sostenidos al proceso haitiano en el marco de los mandatos del Consejo de la Seguridad de las Naciones Unidas y de los esfuerzos de cooperación de la comunidad hemisférica hacia Haití;

Comercio, Inversión y Concertación de Políticas

12. Subrayan la importancia que revisten para el desarrollo de sus economías los procesos de negociación de los tratados de libre comercio, los cuales deben implicar: el acceso justo de sus bienes y servicios a los mercados internacionales, sin subsidios ni prácticas desleales y en el pleno respecto a las asimetrías entre las economías nacionales; la posibilidad de que los Estados implementen sus propios modelos de desarrollo; la preservación de sus sistemas productivos y la elevación del nivel y calidad de vida de la población. Para defender los

puntos de vista comunes a sus países se comprometen a propiciar posiciones concertadas en los foros comerciales y financieros internacionales.

13. Acogen con beneplácito los progresos alcanzados en la Ronda Doha de la Organización Mundial del Comercio con el objetivo de eliminar distorsiones históricas del sistema internacional de comercio y de incorporar a los regímenes multilaterales los sectores en que los países en desarrollo son más competitivos. Manifiestan la intención de fortalecer la coordinación en temas de interés común, como los referidos al comercio de productos no agrícolas, la facilitación de comercio el tratamiento especial y diferenciado y cuestiones relativas a la implementación de acuerdos.

14. Favorecerán el mejoramiento del proceso de tomas de decisiones de los organismos financieros internacionales, con miras a prevenir y resolver satisfactoriamente las crisis financieras y a mejorar las condiciones de financiamiento de los bonos internacionales, procurando encontrar soluciones eficaces, justas y duraderas al problema de la deuda que afecta a los países de América Latina y el Caribe.

15. Se comprometen a realizar reuniones exploratorias para discutir la apertura de negociaciones de Acuerdos de Libre Comercio entre el MERCOSUR, el SICA y el CARICOM. Los instrumentos deben contemplar el principio de la asimetría, protegiendo los intereses de los países más pequeños. .

16. Acuerdan, igualmente, crear una Comisión Técnica que estudie los mecanismos que permitan definir las vías de una posible integración de los países de Centroamérica y del Caribe al MERCOSUR.

17. Expresan su satisfacción con la manera transparente y pacífica como se realizó el referendo revocatorio en Venezuela. Felicitan al pueblo, a las fuerzas políticas venezolanas y, en particular, al Presidente Chávez por esa victoria de la democracia venezolana. Manifiestan su confianza de que el Gobierno y la oposición sabrán trabajar juntos por el desarrollo y la estabilidad del país. Resaltan el papel positivo jugado por la OEA, el Grupo de Amigos de

Venezuela y el Centro Carter en la solución política obtenida a través del referéndum revocatorio recientemente realizada en el país.

En Santo Domingo, a los 17 días del mes de Agosto del 2004.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Haiti - Comunicado Conjunto (18 de agosto de 2004)

Em 18 de agosto de 2004, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, visitou o Haiti. A visita do Chefe de Estado brasileiro deu-se em contexto que testemunha a vontade de seu Governo de contribuir para os esforços no sentido do estabelecimento de um ambiente democrático, seguro e estável no Haiti.

O Presidente brasileiro foi recebido no aeroporto internacional de Porto Príncipe por seu homólogo haitiano. O Presidente Lula da Silva visitou o quartel-general da Brigada Brasil, contingente de base das forças militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), confraternizando-se com os oficiais e a tropa.

O Chefe de Estado brasileiro manteve encontro de trabalho construtivo com o Chefe de Governo, Senhor Gerard Latortue.

Além disso, o Presidente do Brasil assistiu a uma partida amistosa entre as seleções brasileira e haitiana de futebol no Estádio Sylvio Cator, de Porto Príncipe.

O Presidente Lula da Silva foi recebido em audiência privada no Palácio Nacional por Sua Excelência o Presidente Boniface Alexandre. Os dois mandatários passaram em revista a situação no Haiti, dedicando especial atenção às relações bilaterais e regionais.

Ao final do encontro, os Presidentes Lula da Silva e Boniface Alexandre adotaram o seguinte comunicado conjunto:

1) Inspirando-se nos princípios do respeito mútuo, da boa vizinhança e da solidariedade

hemisférica, os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Haiti reafirmaram sua determinação em envidar esforços no sentido do estabelecimento do clima de ordem e segurança necessário ao desenvolvimento do Haiti.

2) O Presidente Boniface Alexandre agradeceu ao Presidente Lula da Silva o esforço brasileiro no sentido de responder prontamente ao chamado das Nações Unidas mediante o envio ao Haiti das forças necessárias ao estabelecimento da MINUSTAH e a aceitação da responsabilidade de assumir seu comando militar.

Os dois Presidentes regozijaram-se com a colaboração firme e rápida prestada por países latino-americanos e outros países ao esforço de constituição e operacionalização da MINUSTAH.

3) Os dois Presidentes expressaram seu reconhecimento ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Secretário-Geral Kofi Annan por sua solidariedade com o povo haitiano e desejam que todo esforço seja realizado para que essa cooperação traga ao Haiti prosperidade e felicidade.

4) Os dois Chefes de Estado lançaram um apelo aos haitianos que se encontram de posse de armas ilegais para que as restituam às autoridades constituídas.

5) Sua Excelência o Senhor Boniface Alexandre reiterou seu compromisso para com a convocação de eleições livres, democráticas, transparentes e confiáveis no Haiti ao longo do ano de 2005, bem como para com a instauração de um ambiente propício ao desenvolvimento social da população haitiana. O Presidente Lula da Silva expressou sua convicção de que todas as forças políticas haitianas terão participação plena no processo eleitoral.

6) O Presidente Lula da Silva reiterou a oferta brasileira de provisão de meios eletrônicos para a realização das eleições, tendo em vista a capacitação brasileira neste domínio.

7) O Presidente Boniface Alexandre recebeu com satisfação a confirmação, por parte do Presidente Lula da Silva, da chegada a Porto Príncipe, no dia 23 de agosto, de missão brasileira de cooperação técnica, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação, tal como anunciado por ocasião da Conferência Internacional de Doadores realizada em Washington nos últimos dias 19 e 20 de julho.

Integrarão a referida missão mais de vinte especialistas das áreas do combate à fome e à pobreza, da saúde, da segurança alimentar, da agricultura, da agroindústria, da justiça, da defesa civil, dos transportes, da infra-estrutura e da administração aeroportuárias, da administração territorial e do meio ambiente. Nesse contexto, o Presidente Lula da Silva também confirmou a doação ao Haiti, pelo Brasil, de uma micro-usina para a industrialização da castanha de caju.

Os dois Presidentes reiteraram sua vontade comum no sentido de implementar imediatamente os projetos de cooperação resultantes dos trabalhos da missão de cooperação técnica.

8) O Chefe de Estado brasileiro comprometeu-se a ajudar o Haiti a atingir um nível de desempenho esportivo à altura das aspirações da juventude haitiana. Tal ajuda poderia compreender a formação de técnicos de futebol e a cooperação no planejamento e na gestão de infra-estruturas esportivas e na organização de eventos esportivos.

Os dois Presidentes manifestaram sua convicção de que a presente visita contribuirá para a aproximação dos povos do Brasil e do Haiti, na perspectiva de uma cooperação eficaz para a paz, a reconciliação e o bem-estar dos haitianos.

Porto Príncipe, em 18 de agosto de 2004.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Boniface Alexandre Presidente da República do Haiti

Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio (18 de agosto de 2004)

Será celebrada em Brasília, em 19 e 20 de agosto corrente, a XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio. O Grupo do Rio, ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, foi criado em 1986, no Rio de Janeiro. Dele fazem parte 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana (representando o CARICOM), Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai. O Brasil exerce, neste ano, a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio.

Mecanismo de consultas políticas no mais alto nível, o Grupo do Rio caracteriza-se pela simplicidade de procedimentos. O objetivo principal do Grupo do Rio desde sua criação, e que permanece válido, é o fortalecimento da democracia em seus países membros. Esse fundamento político é importante para o desenvolvimento econômico e social – outra finalidade do mecanismo.

A reunião em Brasília servirá à preparação da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, prevista para o Rio de Janeiro, em 4 e 5 de novembro próximo.

A reunião de Chanceleres terá início às 17 horas do dia 19 de agosto, quinta-feira, na Sala de Conferências do Palácio Itamaraty. O início da reunião será aberto à imprensa.

Cerimônia em homenagem a Sérgio Vieira de Mello (19 de agosto de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, presidirá amanhã, dia 19 de agosto, cerimônia em homenagem ao Representante Especial das Nações Unidas no Iraque, Sérgio Vieira de Mello, transcorrido um ano de sua morte. A cerimônia terá início às 15 horas, no Auditório do Palácio Itamaraty.

Mensagem do Secretário-Geral da ONU sobre Sergio Vieira de Mello

Reproduz-se, a seguir, mensagem do

Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para a cerimônia relativa ao transcurso do primeiro ano do falecimento de Sergio Vieira de Mello, realizada no Palácio Itamaraty, em 19 de agosto corrente:

(versão em português)

“O que aconteceu em Bagdá, no ano passado, foi uma tragédia pessoal – sobretudo para as famílias e os entes queridos das 22 pessoas que morreram e das que sofreram ferimentos sérios, quer fossem físicos, psicológicos ou emocionais. Foi também uma tragédia pessoal para a família das Nações Unidas, pela perda de amigos estimados e de colegas próximos e pelo ataque direto contra a bandeira azul. Todos nós lutamos e continuamos a lutar para absorver esse choque.

O povo do Brasil juntou-se a nós no luto por todos os que faleceram. Mas sei que os seus corações sofrem em particular pela perda cruel e sem sentido de seu filho querido, Sergio Vieira de Mello. Sergio foi um brilhante funcionário das Nações Unidas. Pelo mundo afora, as pessoas lembram-se dos seus esforços incansáveis para aliviar o sofrimento humano e para ajudar as vítimas de conflitos e desastres. Ele era também um querido amigo meu.

A família das Nações Unidas sabe bem o que é a violência e a intimidação e tem sofrido com a perda de centenas de colegas, ao longo dos anos. Mas o ataque ao Hotel Canal nos colocou frente a frente com o perigo, de uma forma nova e mais intimidadora – o perigo de que nós, funcionários das Nações Unidas, possamos ter-nos tornado um dos principais alvos da violência política. Vemo-nos confrontados agora com questões fundamentais e perturbadoras. Nosso trabalho é com pessoas. Temos de ser capazes de chegar até essas pessoas e elas têm de poder vir até nós. Como podemos equilibrar essa necessidade de abertura com os requisitos de segurança no mundo de hoje? Como podemos atuar em locais onde muitos desejam e esperam nossa ajuda – e isso inclui o Conselho de Segurança – mas outros estão determinados a obstruir nosso trabalho a qualquer preço? Estamos

testemunhando uma mudança de paradigma ou uma fase trágica que passará?

As famílias e os entes queridos dos nossos colegas que faleceram, bem como os sobreviventes e os que ficaram feridos naquele dia terrível, todos tiveram de reunir força e coragem extraordinárias para superar este último ano. A provação deles continua, e a família das Nações Unidas os acompanhará em seu sofrimento e pesar. Minha própria dor, meu desalento e o sentimento de perda têm sido profundos, não só como amigo, mas também como aquele que, em última instância, é responsável pelo bem-estar e segurança dos funcionários da ONU. Rezo, também, para que, por mais tempo que isso leve, os perpetradores sejam responsabilizados e não fiquem impunes por esse assassinato a sangue-frio.

Nesta triste ocasião, prestemos homenagem às vítimas e expressemos nossa simpatia e solidariedade a todos os que sofreram com essas perdas”.

(original em inglês)

“What happened in Baghdad a year ago today was a personal tragedy – above all for the families and loved ones of the 22 people who died and those who suffered severe injuries, be they physical, psychological or emotional. It was also a personal tragedy for the United Nations family, because of the dear friends and close colleagues we lost, and because of the direct attack against the blue flag. All of us have struggled, and are still struggling, to absorb that shock.

The people of Brazil have joined us in mourning all the fallen. But I know your hearts ache in particular from the cruel and senseless loss of your beloved son, Sergio Vieira de Mello. Sergio was a brilliant servant of the United

Nations. People throughout the world remember his tireless efforts to relieve human suffering and to help the victims of conflict and disaster. He was also a dear friend of mine.

The UN family is no stranger to violence and intimidation, and we have mourned the loss of hundreds of colleagues over the years. But the attack on the Canal

Hotel brought us face to face with danger in a new and more intimidating form – the danger that we, servants of the United Nations, may have become one of the main targets of political violence. We are now wrestling with wrenching, fundamental questions. Our work is with people. We must be able to get to them, and they must be able to get to us. How do we balance this need for openness with security in today’s world? How do we operate in places where many people want and expect us to help – and this includes the Security Council – but some are determined to block our work at any price? Are we witnessing a paradigm shift, or a tragic phase that will pass?

The families and loved ones of our fallen colleagues, as well as the survivors and those injured on that awful day, have all mustered extraordinary strength and courage to survive this past year. Their ordeal continues, and the United Nations family will stand by them in their grief and suffering. My own agony, discouragement and sense of loss have been profound, not only as a friend but also as the individual who is ultimately responsible for the welfare and security of United Nations staff. I pray, too, that however long it takes, the perpetrators are held to account, and do not get away with this cold-blooded murder.

On this sad anniversary, let us pay tribute to the victims, and let us express our sympathy and solidarity with all the bereaved.”

Visita do Chanceler da Guatemala (19 de agosto de 2004)

O Chanceler da Guatemala, Jorge Briz Abularach, realizará, no próximo dia 20 de agosto, visita oficial a Brasília. O Chanceler Briz será recebido pelo Ministro Celso Amorim, com quem examinará os principais aspectos do relacionamento bilateral e discutirá temas políticos e econômicos de interesse dos dois países. Dentre os assuntos constantes da agenda, destacam-se comércio bilateral, negociações comerciais, cooperação internacional no combate à pobreza, fortalecimento do multilateralismo e panorama político regional e internacional.

As exportações brasileiras para o mercado guatemalteco têm-se ampliado de maneira sustentada ao longo dos últimos anos, atingindo o valor de US\$ 163,5 milhões em 2003 e equivalendo a cerca de 30% das vendas brasileiras para o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). A cooperação técnica bilateral se desenvolve há vários anos.

Os contatos de alto nível entre os dois países também vêm experimentando renovado vigor, como atestam os encontros mantidos pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Oscar Berger, em maio passado, em Guadalajara, à margem da III Cúpula América Latina e Caribe – União Européia e, no corrente mês de agosto, em São Domingos, no contexto da Reunião de Chefes de Estado e/ou Governo do Brasil, Caribe e América Central.

A reunião entre os dois Chanceleres ocorre no contexto da política brasileira de aprofundamento dos laços que unem o Brasil aos países da América Central, dando seguimento à visita realizada pelo Ministro Celso Amorim à Guatemala no último mês de abril, ocasião em que participou, como convidado especial, da Reunião de Chanceleres do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guatemala (20 de agosto de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Embaixador Jorge Briz Abularach, realizou visita oficial ao Brasil em 20 de agosto de 2004, a convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim. O encontro ocorreu em seguimento à visita oficial que o Chanceler Amorim realizou, em abril passado, à Cidade da Guatemala.

2. O Chanceler Briz recordou o proveitoso encontro que mantiveram os Presidentes Oscar Berger e Luiz Inácio Lula da Silva em São Domingos, no dia 16 de agosto corrente, em que o Presidente Berger formulou votos pelo êxito das iniciativas que, no marco do combate à fome e à pobreza, promove

vigorosamente o Presidente Lula tanto no âmbito nacional como na esfera internacional.

3. Nas conversações entre os Chanceleres Celso Amorim e Jorge Briz, registrou-se ampla convergência de posições sobre os assuntos de interesse comum da agenda bilateral, regional e global, como comércio, integração econômica, combate à fome e à pobreza, cooperação e conjuntura política internacional.

4. Ambos os Chanceleres ressaltaram a relevância da convocação feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a todos os Chefes de Estado e de Governo para que participem da reunião a se realizar no próximo dia 20 de setembro, em Nova York, em esforço de mobilização política no mais alto nível em favor do desenvolvimento econômico e social voltado à erradicação da fome e da pobreza. Nesse sentido, o Ministro Briz anunciou que o Presidente Oscar Berger estará presente à reunião e pretende participar plenamente das iniciativas internacionais relativas ao combate à fome e à pobreza. Nesse contexto, salientou a disposição do Governo da Guatemala em participar de forma ativa do processo de planejamento e execução das atividades a se desenvolverem como consequência desse histórico encontro.

5. Os Ministros coincidiram acerca da relevância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países e enfatizaram a importância de aprimorar o Sistema Multilateral de Comércio, para torná-lo mais justo e equitativo, de modo a oferecer oportunidades que beneficiem todos os povos. Condenaram os desequilíbrios e assimetrias existentes nas regras comerciais vigentes, que permitem o emprego de barreiras e medidas distorcivas, sobretudo no intercâmbio daqueles bens em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

6. Sublinharam a importância do G-20 ao congregar países em desenvolvimento com interesses convergentes nas negociações agrícolas da Rodada

Doha de Desenvolvimento, bem como o papel central desempenhado pelo Grupo na etapa final de negociação do acordo-quadro agrícola, adotado em julho passado. O Chanceler Briz manifestou o entendimento de seu Governo de que o G-20 é peça-chave para a busca de tratamento especial e diferenciado para economias como a da Guatemala nas negociações comerciais multilaterais. O Chanceler Briz afirmou, também, que vê o G-20 como instrumento para a obtenção da liberalização para o comércio de produtos tropicais. O Chanceler Briz expressou a expectativa de que haja uma negociação adequada do tema da erosão de preferências.

Nesse contexto, ambos os Chanceleres se congratularam pelo reingresso da Guatemala no G-20, anunciado oficialmente pelo Chanceler Briz durante a visita.

7. Os Chanceleres reafirmaram a intenção manifestada na Guatemala, em abril de 2004, durante a visita do Chanceler Celso Amorim, de iniciar, tão logo seja possível, conversações para negociar um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a América Central.

8. O Chanceler Briz manifestou o interesse da Guatemala em ser beneficiada pelo Programa de Substituição Competitiva de Importações que está sendo desenvolvido pelo Brasil. O Chanceler Amorim tomou nota do interesse do Governo guatemalteco e esclareceu que o referido programa encontra-se em fase de implementação e teste na América do Sul e que uma resposta à solicitação da Guatemala será comunicada tão logo quanto possível.

9. Ambos os Chanceleres recordaram o compromisso comum da Guatemala e do Brasil com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo, reconhecendo competir ao Sistema das Nações Unidas papel protagônico na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

10. Coincidiram quanto à necessidade de reformar e revitalizar o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a

assegurar o ingresso de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, o que o tornará mais representativo. Nesse contexto, reconheceram a aspiração histórica e as credenciais do Brasil para ocupar assento permanente naquele órgão. Do mesmo modo, reconheceram a legítima aspiração do Governo da Guatemala de ocupar, no futuro próximo, pela primeira vez, assento de membro não-permanente do Conselho de Segurança.

11. Os Chanceleres comentaram a situação no Haiti e ressaltaram a importância do papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas. Nesse contexto, congratularam-se com a participação de contingentes de ambos os países na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. Ambos manifestaram sua concordância com o entendimento de que somente o compromisso da comunidade internacional com a implementação de políticas de longo prazo, em estreita colaboração com os países da CARICOM, possibilitará alcançar solução duradoura para a crise haitiana, que abranja o fortalecimento das instituições e a consolidação de regime democrático estável, com rigoroso respeito à ordem constitucional.

12. O Chanceler Briz comentou que, em conformidade com o estabelecido nos Acordos de Paz, o Exército da Guatemala encontra-se em processo de modernização e transformação, completando atualmente a fase de desativação de unidades militares, de acordo com o planejado. O Ministro Amorim felicitou a Guatemala pelo sucesso até aqui alcançado na implementação das disposições previstas nos Acordos de Paz.

13. Os Ministros expressaram sua satisfação pela assinatura do Acordo sobre Extradicação e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes. Ambos os instrumentos são os primeiros, em seu gênero, que o Brasil assina com um país da América Central. Refletem o interesse dos dois países em aprofundar suas relações na área jurídica e a cooperação para o combate ao crime organizado transnacional, com

ênfase na proteção de migrantes.

14. Ambos os Chanceleres congratularam-se pela prorrogação da vigência do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica bilateral.

15. O Chanceler Jorge Briz agradeceu ao Ministro Celso Amorim a hospitalidade recebida do Governo brasileiro, que atesta a sincera amizade existente entre os povos e governos do Brasil e da Guatemala.

Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio (20 de agosto de 2004)

Celebrou-se em Brasília, em 19 e 20 do corrente mês, a XXIII Reunião de Chanceleres do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio. Esta reunião em Brasília serviu à preparação da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, prevista para o Rio de Janeiro, em 4 e 5 de novembro próximo.

Os Ministros reafirmaram a importância do Mecanismo para a promoção da democracia e do desenvolvimento. Singularizaram o valor do diálogo e do entendimento políticos que o Grupo do Rio enseja e a importância dos contatos e reuniões com outros países e grupos de países.

Examinaram os preparativos da reunião de líderes mundiais em Nova York, em 20 de setembro próximo, à véspera da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse encontro, cujo anfitrião será o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, objetiva dar maior impulso político à erradicação da fome e à redução da pobreza, para o cumprimento das Metas do Milênio e a mobilização, para tanto, de recursos financeiros que facilitem sua consecução.

Os Chanceleres, ao examinar a situação no Haiti, coincidiram na importância de soluções duradouras que não somente recuperem as condições para a paz e a democracia naquele país latino-americano, como lhe ofereçam condições para o desenvolvimento. Nesse sentido, manifestaram o compromisso de prestar apoio, dentro das possibilidades de cada país, à atuação da Missão

das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em colaboração com o povo e as autoridades haitianas.

Os Chanceleres prosseguiram no desenvolvimento da iniciativa do Grupo do Rio para a promoção de mecanismos financeiros flexíveis e inovadores que permitam ampliar o investimento público e privado nos países da região, especialmente para a integração física. Para isto, ficou acordada a convocação, antes da Cúpula do Rio, em novembro, de Reunião de Altos Funcionários, que examinará propostas para sua implementação.

Os Ministros realçaram a prioridade atribuída pelo Grupo do Rio ao fortalecimento do multilateralismo, notadamente para a defesa da paz e a promoção do desenvolvimento, através da ação conjunta para enfrentar as ameaças à segurança mundial e a reforma da estrutura e do funcionamento das Nações Unidas.

Os Ministros receberam com satisfação relato das atividades do Parlamento Latino-Americano para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países da região, o qual será estudado e encaminhado à reunião presidencial.

Inauguração da página eletrônica do G-20 (20 de agosto de 2004)

Com vistas a marcar o primeiro aniversário de criação do G-20, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, presidirá solenidade de inauguração da página eletrônica do Grupo, hoje, 20/8, às 17 horas, na Assessoria de Imprensa do Gabinete (AIG).

A página poderá ser acessada no endereço www.g-20.mre.gov.br e conterá informações básicas sobre o Grupo, tais como relação de membros, histórico, dados estatísticos, discursos e intervenções, propostas e links para outras páginas de interesse.

O G-20 é um agrupamento de países em desenvolvimento de três continentes, constituído no período que antecedeu a V Reunião Ministerial da

OMC em Cancún, com o objetivo de unir países com especial interesse na eliminação das distorções e na liberalização do comércio agrícola. No período posterior à Reunião de Cancún, o Grupo consolidou-se como interlocutor essencial nas negociações agrícolas da OMC e teve atuação decisiva na fase final de negociação do acordo-quadro em agricultura, aprovado pelos Ministros em Genebra no dia 31 de julho de 2004.

Acordo Brasil-Peru na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente (20 de agosto de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Rodríguez Cuadros, assinaram hoje, 20 de agosto, no Palácio Itamaraty, em Brasília, o “Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil”. A cerimônia de assinatura contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Tendo como pano de fundo o interesse compartilhado em acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, o Acordo estabelece mecanismos institucionais de cooperação a fim de contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos naturais renováveis dos dois países. Entre os objetivos específicos do Acordo, está a capacitação de técnicos e especialistas para atuar nas áreas de reflorestamento, controle do tráfico de espécies da fauna e flora, gestão e manejo dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade e controle do comércio ilegal de madeiras.

Do lado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), se encarregará da coordenação política das ações resultantes do Acordo. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) será

responsável pela execução dos projetos decorrentes do Acordo. Do lado peruano, as mesmas funções ficarão sob a responsabilidade, respectivamente, da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e do Instituto Nacional de Recursos Naturais (INRENA).

A cooperação ambiental entre o Brasil e o Peru, que detêm uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, existe desde 1975, ao amparo do Acordo para a Conservação e Uso Sustentável da Fauna e Flora Silvestre dos Territórios Amazônicos. Ao longo dos anos, os dois países, cujas posições em relação ao tratamento dos temas relacionados ao meio ambiente são convergentes, têm tido cooperação frutífera nas questões afetas à área ambiental.

Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago, Chile (22 a 24 de agosto de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará Visita de Estado ao Chile no período de 22 a 24 de agosto.

A visita dará continuidade aos estreitos contatos entre os dois mandatários e retribui a visita que o Presidente Ricardo Lagos Escobar fez ao Brasil, em agosto de 2003.

Terá especial relevo a cooperação entre os dois países na área social, com a realização de um encontro de alto nível sobre as políticas sociais implementadas nos dois países com vistas a promover o crescimento econômico com equidade social e diminuição das desigualdades.

Os Presidentes Lula e Lagos lançaram no ano passado, juntamente com o Presidente da França e o Secretário-Geral das Nações Unidas, a “Ação Global contra a Fome e a Pobreza”, iniciativa que terá continuidade com a realização de um encontro de líderes mundiais no próximo dia 20 de setembro, às vésperas da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Os dois Presidentes tratarão também de temas relativos à situação regional e internacional, especialmente no que se refere à atuação dos dois países no âmbito do Conselho de Segurança das Nações

Unidas. Brasil e Chile têm emprestado contribuição fundamental ao processo de estabilização no Haiti sob a égide das Nações Unidas, inclusive como contribuidores de tropas à MINUSTAH.

Os dois Presidentes examinarão o fortalecimento das relações entre os dois países no âmbito do MERCOSUL, do qual o Chile faz parte como país associado. Nesse sentido, passarão em revista os principais pontos de interesse comercial bilateral.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se fará acompanhar de expressiva delegação empresarial, que participará, no dia 24, do Seminário “Como fazer Negócios com o Brasil”.

Será assinado Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimento. Terá também relevo a cooperação bilateral nas áreas de ciência e tecnologia e meio ambiente.

Os dois Presidentes tratarão do aprofundamento do processo de integração sul-americana, através do estreitamento das relações entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, com vistas à criação de uma Comunidade Sul-americana de Nações.

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Chile

A convite do Presidente da República do Chile, Senhor Ricardo Lagos Escobar, o Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de Estado ao Chile nos dias 23 e 24 de agosto de 2004.

2. Os Presidentes do Brasil e do Chile expressaram sua satisfação pelo alto nível alcançado nas relações bilaterais, baseadas nos valores compartilhados da paz, estabilidade democrática, desenvolvimento com equidade e no respeito e promoção dos direitos humanos.

3. Estas amplas coincidências refletem-se na colaboração tanto em temas regionais quanto globais, especialmente na participação em instituições de

integração regional e na coordenação e ação conjunta nos foros multilaterais.

4. Ambos os Presidentes reiteraram o compromisso do Brasil e do Chile de promover conjuntamente a integração regional e desenvolver iniciativas que favoreçam a paz, a estabilidade democrática, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

5. Reafirmaram a importância que atribuem à crescente vinculação entre os países da região e sua determinação de estreitar a relação institucional entre o MERCOSUL, a CAN e o Chile como base para a construção progressiva de uma comunidade sul-americana de nações.

6. Neste sentido, atribuíram especial importância à Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), cuja materialização permitirá uma adequada vinculação entre o Atlântico e o Pacífico, facilitando a participação de todos os países sul-americanos nos mercados globais. Os Presidentes manifestaram, igualmente, sua determinação em promover de forma coordenada iniciativas que estimulem a integração energética da região.

7. Expressaram satisfação com o processo de ampliação do MERCOSUL, comprometendo-se a trabalhar conjuntamente para o fortalecimento de sua dimensão política e de sua institucionalidade. O Presidente Lagos manifestou o interesse do Chile em ter acesso ao mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL em matéria de interesse comum e, inclusive, ao recém criado Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. O Presidente do Brasil expressou sua melhor disposição em considerar este pleito.

8. Reafirmaram o compromisso de promover a integração latino-americana mediante uma inserção mais ativa e participativa nos foros multilaterais e na economia mundial.

9. Reafirmaram a plena validade do Grupo do Rio como mecanismo permanente de consulta e concertação política e de interlocução com outros

Estados e grupos de países. Nesse sentido, recomendaram a abertura de um diálogo do Grupo do Rio com Cuba.

10. Manifestaram satisfação pelo crescente intercâmbio comercial entre os dois países e expressaram o desejo de fortalecê-lo através das negociações de bens e serviços no âmbito do ACE 35 Chile-MERCOSUL e mediante a assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos entre Chile e Brasil. Este instrumento permitirá não somente incrementar o comércio recíproco, como também avançar em outras áreas chaves para o desenvolvimento de suas economias.

11. Os Presidentes reafirmaram a convicção de que o respeito ao Direito Internacional e o fortalecimento do multilateralismo são fundamentais para a preservação da paz, a segurança internacional e o desenvolvimento econômico e social das nações.

12. Avaliaram positivamente os avanços conquistados na Rodada de Doha e comprometeram-se a continuar impulsionando a liberalização do sistema multilateral de comércio. Destacaram como êxitos obtidos na negociação o compromisso dos países desenvolvidos de eliminar qualquer forma de subsídio à exportação agrícola. Ressaltaram também o renovado compromisso dos membros da OMC com vistas a dar cumprimento ao Programa de Doha para o Desenvolvimento, com ênfase nas necessidades e interesses dos países em desenvolvimento. Sublinharam, igualmente, o destacado papel que tem exercido o G-20 na liberalização do comércio de produtos agrícolas. O Presidente do Chile salientou o ativo papel do Brasil neste processo.

13. Os Presidentes enfatizaram que as profundas transformações do cenário internacional nos últimos 60 anos tornam necessária uma ampla reforma do sistema das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança, de modo a imprimir maior representatividade e legitimidade às suas decisões e ações. Ambos os Presidentes

renovaram o firme compromisso do Chile e do Brasil em colaborar com esse objetivo para alcançar soluções duradouras de paz e prosperidade para todos os povos. O Presidente Lagos reiterou ao Presidente Lula que, caso se decida pela ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Chile reconhecerá o legítimo interesse histórico do Brasil de integrar essa categoria de membros. Os Presidentes manifestaram ainda a expectativa de que as recomendações que o “Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças” fará ao Secretário-Geral das Nações Unidas contribuirão significativamente à meta de alcançar a mencionada reforma.

14. Destacaram a colaboração entre o Chile e o Brasil como membros não permanentes do Conselho de Segurança durante o ano de 2004, assim como a ação conjunta que estão empreendendo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), unindo esforços com outros países na reconstrução dessa nação irmã.

15. Conscientes da responsabilidade que lhes cabe na construção de um mundo mais justo e equitativo e do papel que podem exercer ambos os países em nível regional e internacional na consecução das metas traçadas na Cúpula do Milênio, reiteraram seu compromisso com a iniciativa global “Ação contra a Fome e a Pobreza”, lançada pelos Presidentes do Brasil, Chile, França e o Secretário-Geral das Nações Unidas, em 31 de janeiro, em Genebra. Neste sentido, destacaram a importância da Reunião de Cúpula que se levará a cabo no próximo dia 20 de setembro, em Nova York.

16. Concordaram em promover um maior intercâmbio de experiências e informação na área social que inspire políticas que permitam um crescimento econômico com equidade social e, especialmente, a diminuição da desigualdade. Neste âmbito, ressaltaram o Primeiro Encontro de Alto Nível sobre Políticas Sociais Chile-Brasil, realizado durante a presente visita de Estado do Presidente do Brasil ao Chile.

17. Os Presidentes comprometeram-se a fomentar ações concretas que fortaleçam a relação bilateral nos âmbitos político, multilateral, de comércio e investimentos, cooperação, integração física, cultura e turismo, para cujos efeitos deram aprovação ao Plano de Ação Conjunta a ser executado nos próximos meses.

Feito na cidade de Santiago, em 23 de agosto de 2004

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República Federativa do Brasil

RICARDO LAGOS ESCOBAR

Presidente da República do Chile

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Quito, Equador (24 e 25 de agosto de 2004)

O Senhor Presidente da República fará visita oficial ao Equador, nos próximos dias 24 e 25 de agosto, com o objetivo de impulsionar as relações bilaterais, estreitar os laços de cooperação e promover a integração econômica e comercial.

O relacionamento Brasil-Ecuador tem sido pautado pela ênfase nas atividades de cooperação técnica e na área de políticas sociais. Projetos de cooperação em matéria de saúde, telecomunicações e energia são também promissores. Empresas construtoras brasileiras e a PETROBRAS desenvolveram sólidos interesses no Equador.

Como parte das ações do Governo brasileiro no sentido de fortalecer os laços com os países da América do Sul, a visita representa oportunidade para aprofundar o relacionamento bilateral e estimular maior dinamismo dos fluxos comerciais. Há interesse no crescimento de importações de produtos equatorianos e do aumento de investimentos brasileiros naquele país. O déficit comercial do Equador com o Brasil ainda é expressivo, apesar da retomada das compras de petróleo equatoriano no primeiro semestre deste ano.

Poderão ser assinados, por ocasião da visita, memorandos de entendimento sobre cooperação nas áreas de energia, saúde, e telecomunicações.

Visita Oficial ao Equador do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Declaração Conjunta (24 e 25 de agosto de 2004)

Atendendo a convite do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez Borbúa, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita oficial ao Equador, nos dias 24 e 25 de agosto de 2004.

Durante a visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido pelo Congresso Nacional em Sessão Solene e pelo Presidente do Congresso, Guillermo Landázuri, tendo sido agraciado com a condecoração da Ordem Nacional ao Mérito, no Grau de “Gran Collar”.

Os Presidentes do Brasil e do Equador examinaram os temas mais importantes da agenda bilateral e aqueles de interesse mútuo nos planos regional e mundial. Ao final da visita, emitiram a seguinte declaração:

Declaração Conjunta

Os Presidentes expressaram sua profunda satisfação com o excelente nível alcançado nas relações entre Brasil e Equador e reiteraram sua intenção de fortalecer ainda mais os vínculos entre as duas nações.

2. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a inclusão social, bases para a integração e o desenvolvimento da região.

3. Reafirmaram, igualmente, a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração da América do Sul, destacando que esta deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento que congregue crescimento econômico, justiça social e dignidade dos cidadãos.

4. Os Presidentes salientaram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações internacionais sobre temas econômicos e sociais. A propósito, concordaram em que as negociações, para alcançarem resultados equilibrados e equitativos, devem levar em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do

Hemisfério, as estratégias de desenvolvimento nacional e as carências sociais desses países, as quais se agravaram em anos recentes.

5. Ressaltaram a prioridade atribuída pelos dois Governos ao combate à fome e à pobreza e, nesse sentido, reconheceram a conveniência de implementar o Programa de Políticas Sociais entre o Brasil e o Equador, fixado no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Políticas Sociais, firmado em Brasília, em 27 de maio de 2003.

6. Identificaram na cooperação bilateral importante instrumento para alcançar o objetivo maior da integração, em especial quanto à promoção de parcerias no desenvolvimento da infra-estrutura e à modernização dos setores básicos na área social. Com esse fim, os dois Presidentes congratularam-se pela assinatura de Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto de Intercâmbio para o Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Saúde do Brasil e do Equador e do Memorando de Entendimento sobre Cooperação para a Implementação de Banco de Leite Humano.

7. Os dois Mandatários presidiram a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Energia, que visa a intensificar a cooperação técnica bilateral, conscientes da importância do setor energético para o crescimento econômico e de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável dos dois países.

8. Identificaram importante potencial de cooperação na área de telecomunicações, em especial no que diz respeito à modernização da gestão e da operação de empresas do setor. Nesse sentido, presidiram a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Telecomunicações.

9. Os Presidentes congratularam-se pela assinatura, em julho deste ano, do Convênio de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para a realização de um Plano Piloto de

Automatização do Voto na República do Equador.

10. Manifestaram sua satisfação pela vigência do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos e instruíram as autoridades competentes a que tomem as medidas necessárias para impulsionar a incorporação de companhias aéreas dos dois países, tanto para o transporte de pessoas como para o de carga, o que facilitará o intercâmbio turístico e comercial.

11. Determinaram que a reunião da Comissão Mista Brasileiro-Equatoriana de Cooperação Científica, Cultural e Técnica se realize em 2005, em data mutuamente conveniente, definida pela via diplomática.

12. Consideraram a crescente densidade das iniciativas culturais entre os dois países como importante instrumento de aproximação e conhecimento recíproco, particularmente no tocante a projetos realizados nas áreas das artes plásticas, cinema, arquitetura e música popular, além de seminários sobre temas econômicos e sociais relacionados ao Brasil e ao Equador.

13. Os dois Presidentes concordaram quanto à conveniência de esforços no sentido de promover intercâmbio de experiências na unificação de programas de transferências de renda com condicionalidades, voltadas para o combate à pobreza, em especial o Programa Bolsa Família.

14. Reafirmaram o interesse dos dois países em promover intercâmbio de docentes e pesquisadores em três áreas prioritárias: a) meio ambiente, com ênfase em pesquisas conjuntas em biodiversidade; b) propriedade intelectual, em particular quanto ao reconhecimento jurídico sobre direitos relativos a conhecimentos tradicionais; e c) saúde, em especial no que se refere às pesquisas destinadas a promover o intercâmbio de experiências sobre produção de genéricos.

15. O Presidente do Equador entregou ao seu homólogo brasileiro projeto de criação da Universidade Amazônica El Dorado na cidade de Tena, a fim de que seja analisado pelas autoridades pertinentes brasileiras, com o objetivo de identificar áreas nas quais o Brasil

poderia cooperar.

16. O Presidente do Brasil manifestou sua disposição de cooperar com o Governo equatoriano, no sentido de promover intercâmbio de experiências na área de Educação, em especial aquelas ligadas ao Programa Bolsa Escola e ao Sistema de Avaliação de Ensino.

17. Os Presidentes exortaram suas Chancelarias a que o Instituto Rio Branco, do Brasil, e a Academia Diplomática do Equador continuem cooperando no marco do Convênio vigente entre ambas as instituições.

18. Por outro lado, instruíram as respectivas Chancelarias a que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto Ecuatoriano de Cooperación Internacional (INECI) negociem a pronta celebração de Memorando de Entendimento pelo qual a ABC preste cooperação técnica para o fortalecimento e a consolidação institucional do INECI.

19. De modo que se implemente intercâmbio de experiências em matéria de direitos humanos, particularmente no que diz respeito à aplicação de seus respectivos Planos Nacionais de Direitos Humanos, aprovados em virtude do mandato da Declaração e Plano de Ação de Viena, em 1993, instruíram a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Equador a realizarem os contatos necessários para alcançar mútua colaboração na matéria.

20. Os dois Presidentes ratificaram sua vontade de combater o tráfico ilícito de pessoas e fortalecer os mecanismos necessários para o intercâmbio de experiências na matéria.

21. Consideraram também a necessidade de dar início à cooperação em matéria judiciária e instruíram as autoridades competentes a que intensifiquem gestões para a assinatura de Acordo sobre Transferência de Presos.

22. Reafirmaram a importância que seus governos atribuem ao tratamento do problema do tráfico

ilícito de drogas e seus delitos conexos, e instruíram suas Chancelarias a que realizem as gestões pertinentes, a fim de implementar os compromissos assumidos durante a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Ecuador sobre estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

23. Instruíram seus respectivos Ministros da Defesa no sentido de estabelecer entendimentos visando ao fortalecimento dos mecanismos de cooperação nas áreas de segurança e defesa, assim como de discutir as condições que levem o Equador a ter acesso progressivo às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

24. Reiteraram a importância da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nesse contexto, assinalaram que o Eixo Multimodal do Amazonas, assim como o Eixo Andino, permitirão acelerar a integração das regiões amazônica e andina e facilitarão a interconexão bioceânica. A respeito, concordaram em determinar que, por intermédio dos órgãos competentes, se dê impulso à concretização do financiamento e execução de projetos de interconexão, entre outros de cunho aeronáutico, no Eixo do Amazonas. Igualmente, o Presidente do Brasil expressou seu apoio a que se examine a conveniência de incluir a Hidrovia do Morona-Marañón-Amazonas na carteira de projetos da IIRSA, como um meio importante para conectar o Pacífico ao Atlântico.

25. Os Presidentes referiram-se à realização da próxima Reunião de Chanceleres dos Estados membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a celebrar-se em Manaus, no dia 16 de setembro de 2004, e manifestaram satisfação pelo fato de que este será o primeiro encontro ministerial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica depois de sua efetiva instalação em Brasília e da transformação do Tratado em uma instituição mais capacitada para a promoção de uma efetiva cooperação entre os países amazônicos, inclusive quanto à possibilidade de captação de recursos externos. Os Presidentes ressaltaram a importância de que, entre os temas a

serem tratados na Reunião de Chanceleres, figurem questões relacionadas com o fortalecimento da dimensão política do Tratado, segurança na região amazônica e cooperação nas áreas do uso sustentável dos recursos da biodiversidade e proteção dos conhecimentos tradicionais.

26. Destacaram ainda o início da gestão da primeira Secretária-Geral efetiva da OTCA, a Doutora Rosalía Arteaga Serrano, e reconheceram a importância para a Organização de poder contar com um Plano Estratégico 2004-2010.

27. O Presidente Lula transmitiu convite ao Presidente Gutiérrez para que, juntamente com os demais Mandatários dos países amazônicos, participem, no dia 15 de setembro, da cerimônia de abertura da II Feira Internacional da Amazônia (FIAM II), a realizar-se em Manaus, de 15 a 18 de setembro.

28. Reconheceram a importância da agricultura nos dois países para a geração de renda e emprego e se comprometeram a trabalhar coordenadamente para que, nas negociações comerciais internacionais, sejam eliminadas as causas de distorção do comércio de produtos agrícolas.

29. Nesse sentido, os Presidentes do Brasil e do Equador expressaram sua concordância com a decisão adotada pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, em 31 de julho de 2004, mediante a qual se relançaram as negociações de Doha, com a expectativa de que se realizem avanços significativos que permitam a eliminação dos subsídios à exportação e a redução das distorções do comércio, facilitando o êxito quanto aos objetivos de liberalização comercial e desenvolvimento, que constituem os pilares fundamentais do sistema multilateral de comércio.

30. Ambos os Chefes de Estado comprometeram-se a contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL e, nesse contexto, reiteraram o interesse em que se concretize, o mais breve possível, uma Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado dos dois blocos, com vistas à construção progressiva de uma Comunidade Sul-americana de Nações no âmbito

político, econômico, cultural e social.

31. Os dois Mandatários congratularam-se pela conclusão do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, o que deverá permitir o aumento dos fluxos comerciais e o acesso mais diversificado aos mercados, levando-se sempre em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento dos países dos dois blocos regionais.

32. Ao tomar nota dos trabalhos técnicos realizados para pôr em vigor o Acordo de Complementação Econômica número 59, entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, assinado em 16 de dezembro de 2003, o Presidente do Brasil manifestou que o Governo brasileiro se compromete a analisar os mecanismos tendentes a garantir que o Equador se beneficie do acordo conforme os critérios de assimetria e proteção de seus interesses como país de menor desenvolvimento relativo. Para esse efeito, acordou-se a realização de reunião técnica entre as duas partes, nos próximos trinta dias, para definir esse mecanismo de proteção.

33. Com o objetivo de impulsionar o intercâmbio comercial bilateral, os Presidentes instruíram os órgãos competentes de seus Governos a dar início a iniciativa que promova o equilíbrio comercial e as exportações do Equador para o Brasil. Nesse sentido, ressaltaram o lançamento, por parte do Governo brasileiro, do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que poderá ser utilizado pelo Equador como mecanismo eficiente para incrementar suas exportações para o Brasil.

34. Como parte dessa iniciativa, serão realizados seminários e rodadas de negócios sobre as oportunidades existentes para os exportadores equatorianos e investidores brasileiros, que contarão com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e a assistência técnica da Corporación de Promoción de Exportaciones e Inversiones del Ecuador (CORPEI).

35. Os Presidentes destacaram a importância de uma atmosfera pacífica, harmoniosa e de cooperação

entre os países da América do Sul e, conscientes de que a infra-estrutura física é essencial para essa integração, ressaltaram a importância da associação entre empresas dos dois países com esse fim.

36. Os Presidentes consideraram importante que prossigam os entendimentos entre os órgãos competentes dos dois países para identificar projetos e obras de infra-estrutura prioritários e garantir o financiamento de bens e serviços brasileiros a eles destinados.

37. Manifestaram satisfação pelo início das obras do importante projeto da hidrelétrica de San Francisco, em 12 de janeiro de 2004, no valor total de US\$ 302 milhões, que conta com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da ordem de US\$ 243 milhões.

38. Os Presidentes examinaram os principais temas da presente conjuntura internacional, em particular os assuntos referentes ao fortalecimento das normas do Direito Internacional e à necessidade de respeito à Carta das Nações Unidas, com vistas à manutenção da paz e da segurança internacional.

39. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, especialmente o Conselho de Segurança. Nesse contexto, o Presidente Gutiérrez reiterou o apoio do Equador a que o Brasil venha a integrar o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o apoio do Governo brasileiro à candidatura do Equador ao Conselho de Segurança, para o período 2007-2008.

40. Reafirmaram seu compromisso de procurar mobilizar a comunidade internacional para a necessidade de colocar o combate à fome e à pobreza no centro da agenda mundial. O Presidente Lula expressou seu reconhecimento pelo importante apoio do Presidente Gutiérrez à iniciativa brasileira de convocar encontro mundial sobre o tema, a realizar-se no dia 20 de setembro de 2004, na véspera da sessão de abertura da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Nesse sentido, o Presidente do Equador manifestou sua vontade de participar dessa reunião.

41. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação com a participação do Equador na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), chefiada pelo Brasil, e reiteraram a necessidade de que a comunidade internacional contribua para garantir um ambiente seguro e estável, no qual se possa desenvolver o processo político e constitucional daquele país, tendente a fortalecer as instituições democráticas e a garantir e proteger os direitos humanos.

42. Os dois Mandatários expressaram sua expectativa de que a Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, a realizar-se em São Paulo, em abril de 2005, por iniciativa brasileira, torne possível a criação de um novo quadro para a cooperação e para o diálogo entre as duas regiões.

43. Os Presidentes saudaram a realização, em Brasília, em 19 e 20 do corrente mês, da XXIII Reunião de Chanceleres do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio, a qual serviu à preparação da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se no Rio de Janeiro, nos dias 4 e 5 de novembro do corrente ano. Os Presidentes reafirmaram a importância do Mecanismo para a promoção da democracia e do desenvolvimento. Reafirmaram a plena validade do Grupo do Rio como mecanismo permanente de consulta e concertação política e de interlocução com outros Estados e grupos de países. Nesse sentido, recomendaram a abertura de um diálogo do Grupo do Rio com Cuba, com uma agenda que seja mutuamente acordada previamente.

44. Ao finalizar sua visita oficial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a utilidade do encontro presidencial e expressou ao Presidente Lucio Gutiérrez Borbúa e ao povo equatoriano seu agradecimento pela hospitalidade, amizade e fraternidade estendidas durante a permanência no Equador.

Quito, 25 de agosto de 2004.

Assinatura de acordo entre a OTCA e o CIC

Será realizada na próxima segunda-feira, 30 de

agosto, às 16h30, na Assessoria de Imprensa do Gabinete (térreo do Palácio Itamaraty), cerimônia de assinatura de acordo entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) sobre intercâmbio de informação e cooperação em atividades de interesse comum.

A cerimônia será seguida de entrevista coletiva à imprensa, a ser concedida pela Secretária-Geral da OTCA, Rosalía Arteaga, e pelo Secretário-Geral do CIC, Helio de Macedo-Soares.

O Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica têm o objetivo comum de promover o desenvolvimento harmônico de suas respectivas regiões e o uso racional dos recursos naturais, entre os quais os recursos hídricos. As duas organizações têm a função de preparar e executar projetos de cooperação técnica e financeira com apoio internacional.

Primeira Reunião da Agenda Comum Brasil-China sobre Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Mudança do Clima

No âmbito das comemorações dos 30 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, realizou-se, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de agosto do corrente, a Primeira Reunião da Agenda Comum sobre Desenvolvimento Sustentável entre os dois países. A temática central da agenda foi a Mudança do Clima e as perspectivas do Regime Internacional.

As delegações do Brasil e da China foram chefiadas respectivamente pelo Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Everton Vieira Vargas, e pelo Vice-Diretor Geral do Departamento de Tratados e Leis do Ministério das Relações Exteriores da China, Embaixador Gao Feng. Participaram também funcionários dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior envolvidos com a temática da mudança do clima.

Após a reunião em Brasília, a delegação chinesa cumprirá extenso programa de visitas às instituições brasileiras associadas ao tratamento da questão da mudança do clima, em Brasília e São Paulo.

O Brasil e a China têm dimensões geográficas e grau de desenvolvimento tecnológico e industrial semelhantes, características que os aproximam também em suas respectivas atuações e objetivos no contexto do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Essa convergência de interesses também se traduz em um diálogo cada vez mais estreito no contexto bilateral, como evidenciado pela reunião de Brasília, e na busca de ações conjuntas para a cooperação em áreas de interesse mútuo, especialmente em questões de particular interesse para os países em desenvolvimento, como adaptação à mudança do clima.

Os dois países estão entre os principais atores nas negociações para o desenvolvimento das energias renováveis e para o aproveitamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, assuntos que também foram objeto da pauta de discussões em Brasília.

O Brasil e a China aproveitaram a ocasião para manifestar seu apoio aos esforços do Governo argentino para a realização, em Buenos Aires, da Décima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 10, Buenos Aires, 6 a 17 de dezembro de 2004) e expressaram sua determinação em contribuir para o êxito da COP 10. Os dois países manifestaram sua preocupação com o futuro do Regime Internacional sobre Mudança do Clima, no atual contexto de incertezas sobre a entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

Os negociadores do Brasil e da China reiteraram sua disposição de prosseguir na coordenação de suas posições nacionais nas negociações para o Regime Internacional sobre Mudança do Clima.

Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (Brasília, 26 de agosto de 2004)

O Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 26 de agosto, acompanhado dos Ministros de Relações Exteriores, Fazenda, Indústria e Comércio e Agricultura.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Nicanor Duarte Frutos manterão conversações sobre temas bilaterais e de interesse regional. Entre os principais assuntos a serem tratados, incluem-se os relativos ao comércio bilateral, à infraestrutura, inclusive a segunda ponte sobre o Rio Paraná, a condições de financiamento e à cooperação técnica nas áreas de formação de pessoal, de projetos sociais e de saúde.

Constará da agenda da reunião, igualmente, a participação de ambos os países no tratamento de questões internacionais como a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, as negociações extra-regionais do MERCOSUL e a reforma das Nações Unidas.

Expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia

O Governo brasileiro lamenta a decisão de Israel de expandir os assentamentos na Cisjordânia. Tal atitude contraria as resoluções da ONU e coloca em risco os esforços para restabelecer o diálogo entre Israel e a Palestina.

O Governo brasileiro exorta a comunidade internacional e, em particular, os membros do Quarteto a tornar a influir sobre as partes envolvidas no sentido de se aterem aos princípios acordados no contexto do processo de paz.

Resolução da OEA sobre o Referendo na Venezuela

O Governo brasileiro recebeu, com particular satisfação, a adoção por consenso, em 26 de agosto corrente, da Resolução 869 do Conselho Permanente

da OEA, sobre o referendo revocatório presidencial na Venezuela.

O Conselho Permanente, composto por todos os países membros da OEA, manifestou “reconhecimento ao povo da Venezuela e a suas instituições políticas democráticas pela conduta cívica demonstrada no processo de referendo e ao Presidente Hugo Chávez Frias por haver logrado uma ratificação exitosa de seu mandato”.

O Conselho Permanente reconheceu a contribuição do Secretário-Geral da OEA e do Grupo de Países Amigos para a Venezuela, integrado por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, no processo que levou ao referendo. Reconheceu, em particular, “a maneira responsável e efetiva pela qual cumpriu seu mandato a Missão de Observação Eleitoral da OEA, presidida pelo Embaixador Valter Pecly Moreira, Representante Permanente da República Federativa do Brasil.”

Com a Resolução 869, o Conselho Permanente dá como cumprido o mandato estabelecido pela Resolução 833, de 22 de dezembro de 2002, que instava a alcançar “solução constitucional, democrática, pacífica e eleitoral” para a situação na Venezuela.

O Governo brasileiro confia em que, de forma soberana e independente, a Venezuela continuará trilhando o caminho do diálogo democrático. Considera, também, que estão dadas as bases para a reconciliação nacional na Venezuela.

Visita ao Brasil do Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano (31 de agosto a 3 de setembro de 2004)

O Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, fará visita oficial ao Brasil, de 31 de agosto a 3 de setembro de 2004. O Presidente Chissano será recebido em Brasília pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também manterá encontros com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha; com o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; e com o Presidente do

Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. O Presidente Chissano, a seguir, visitará Salvador e Porto Alegre. Será recebido pelo Governador da Bahia, Paulo Souto; pelo Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; e pelas Federações de indústrias e empresários locais.

A visita do Presidente de Moçambique permitirá passar em revista a agenda bilateral. Serão examinados os principais aspectos do relacionamento entre os dois países, inclusive questões internacionais e a situação política e econômica nas respectivas regiões. Destacam-se a cooperação internacional no combate à fome e à pobreza, os assuntos financeiros e comerciais, a cooperação técnica, além de temas da agenda multilateral.

Os contatos de alto nível entre os dois países vêm aumentando desde 1998, ano em que o Governo de Moçambique abriu Embaixada em Brasília. Em novembro de 2003, o Presidente Lula visitou Maputo. A cooperação técnica bilateral foi significativamente ampliada a partir dessa visita, quando foram assinados instrumentos em áreas como educação, saúde, ciência e tecnologia, agricultura e desenvolvimento agrário.

A reunião entre os dois Presidentes reflete a prioridade atribuída às relações do Brasil com a África e, em particular, com os países de língua portuguesa.

Visita Oficial ao Brasil do Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano - Comunicado Conjunto

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, visita oficialmente o Brasil, entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro de 2004, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, do Ministro dos Recursos Minerais e Energia, do Ministro para Assuntos de Defesa e Segurança na Presidência da República e Ministro do Interior, do Ministro da Educação, do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Ministro da Saúde, além

de outras autoridades.

2. A programação da visita inclui encontros do Presidente Chissano com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha; o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

3. O Presidente Joaquim Chissano visitará também, entre os dias 1o e 3 de setembro, as cidades de Salvador e Porto Alegre, onde será recebido, respectivamente, pelo Governador da Bahia, Paulo Souto, e pelo Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, além de outras personalidades.

4. Os Presidentes, durante o seu encontro em Brasília, passaram em revista a agenda bilateral. A ocasião permitiu também o intercâmbio de posições sobre várias questões internacionais, bem como sobre a situação política e econômica nas respectivas regiões. O Presidente brasileiro agradeceu ao Presidente Chissano pelo pronto atendimento ao convite para visitar o Brasil, feito em novembro de 2003.

5. O Presidente de Moçambique informou ao seu homólogo brasileiro sobre a realização das terceiras eleições gerais multipartidárias em Moçambique, de 1o a 2 de dezembro de 2004. O Presidente do Brasil considerou que o evento é etapa importante para a consolidação da democracia, da paz e da estabilidade de Moçambique, tendo saudado a participação, pela primeira vez, dos moçambicanos na diáspora.

6. Expressaram grande preocupação pela persistência da fome e da pobreza no mundo, flagelo que agrava a disseminação de doenças, reduz a capacidade de trabalho, desorganiza as sociedades e aumenta as dificuldades dos países em desenvolvimento em promover o crescimento econômico com justiça social. Reafirmaram que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Expressaram a firme determinação política de

trabalhar em conjunto para promover maior cooperação internacional e mobilizar o apoio em favor de esforços destinados a aumentar a disponibilidade de recursos para o financiamento do desenvolvimento.

7. O Presidente Lula agradeceu ao Presidente Chissano por haver confirmado sua presença no Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, a realizar-se em Nova York, no dia 20 de setembro. Expressaram o desejo de que a reunião demonstre o inequívoco compromisso político da comunidade internacional de identificar formas concretas e viáveis de obter recursos adicionais para o financiamento do desenvolvimento.

8. No exercício coletivo de criação de um novo paradigma internacional de desenvolvimento, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel propositivo e realizador, em autêntico esforço de promoção da solidariedade e da parceria Sul-Sul.

9. O Presidente de Moçambique reiterou seu apreço pela determinação do Governo brasileiro de, na sua política externa, privilegiar as relações com a África. O Presidente Lula expressou ao Presidente Chissano a permanente disposição do Governo brasileiro de colaborar para as iniciativas de desenvolvimento nacional e regional no continente africano, em especial nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

10. Os Presidentes destacaram, também, a necessidade de promover políticas públicas dirigidas à promoção social de grupos marginalizados. Reconhecendo a relevância da questão racial como fator de desigualdade no Brasil, ressaltaram a importância da assinatura do Protocolo de Intenções de Cooperação na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial. O Presidente brasileiro enfatizou, ademais, a importância para o Brasil de conhecer e valorizar a si próprio através do reforço das relações com a África. Nesse contexto, os Presidentes enfatizaram a importância do envolvimento das sociedades, brasileira e

moçambicana, no processo de construção de uma estreita relação não só entre Governos, mas também entre a sociedade civil de ambos os países.

11. Ressaltaram sua confiança no potencial gerador de crescimento econômico do comércio internacional. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento na economia global passa necessariamente pelo acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos. Reconhecem que existem grandes desequilíbrios nas regras comerciais multilaterais e ressaltaram, em particular, a importância das negociações em agricultura, setor em que os países em desenvolvimento têm maior competitividade e no qual persistem as maiores distorções de mercado. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, de forma a corrigir esses desequilíbrios, e congratularam-se pelo papel desempenhado pelo G-20 na defesa dos interesses comerciais dos países em desenvolvimento.

12. Manifestaram satisfação pelo êxito da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), realizada em São Paulo, em julho último, e reforçaram o compromisso com os termos acordados no “Consenso de São Paulo” e no “Espírito de São Paulo” para o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento de cada país, assim como da economia mundial. Saudaram o reforço do papel da UNCTAD como espaço privilegiado, no sistema das Nações Unidas, para tratamento integrado, sob a perspectiva do desenvolvimento, de temas econômicos, financeiros, comerciais e tecnológicos.

13. Congratularam-se pelo lançamento da terceira rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em Desenvolvimento (SGPC) durante a XI UNCTAD. Salientaram que a iniciativa conferirá maior dinamismo e diversidade ao comércio Sul-Sul, mas, para tanto, concordaram em que a nova rodada deverá exigir um compromisso firme dos participantes para que

se alcancem os resultados esperados. Reafirmaram seu entendimento sobre o papel do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social de todos os povos, assim como de seus países, sobretudo por permitir a geração de divisas, a criação de empregos, os ganhos de competitividade e o aumento da produção.

14. Os Presidentes congratularam-se pelos resultados da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (São Tomé, 26 e 27 de julho) e manifestam sua satisfação pela assunção da Presidência da Comunidade por São Tomé e Príncipe. Nesse contexto, reiteraram o apelo no sentido de que a comunidade internacional se envolva de maneira cada vez mais efetiva no apoio ao processo de normalização política e retomada do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Reafirmaram, ainda, a disposição de seus Governos de fortalecerem a concertação e a presença da CPLP na II Fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Túnis, 2005).

15. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, tornando-o mais democrático e representativo, mediante a incorporação de novos países em desenvolvimento como membros permanentes e fortalecendo a representação da América Latina e da África. Nesse contexto, o Presidente de Moçambique reiterou o apoio a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente brasileiro expressou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política das relações bilaterais. O Presidente brasileiro agradeceu, também, o apoio de Moçambique à candidatura do Brasil ao ECOSOC, para o mandato 2005-2007, nas eleições que se realizarão durante a 59ª sessão da AGNU, em 2004.

16. Congratularam-se pelo anúncio, transmitido pelo Brasil, na qualidade de Presidente Pró Tempore do MERCOSUL, do início de entendimentos entre o

MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP com vistas a entabular negociações comerciais, cujos resultados certamente contribuirão para o incremento do comércio entre as partes.

17. O mandatário brasileiro saudou seu homólogo pelo êxito da Presidência moçambicana da União Africana – UA, marcada por importantes progressos no sentido da consolidação institucional daquela Organização e da implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Sublinharam a importância do estabelecimento, no último dia 25 de maio, Dia da África, do Conselho de Paz e Segurança da UA, iniciativa que coroa os esforços do continente no tratamento das questões de paz e segurança que o têm afetado. Regozijaram-se igualmente pelos resultados da última Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC, realizada de 16 a 17 de agosto de 2004, nas ilhas Maurício, destacando especialmente o trabalho dos seus Estados membros na luta contra a pobreza através da integração regional.

18. Ao passarem em revista a agenda bilateral, saudaram, no domínio da saúde pública, o bom andamento do projeto PCI-Ntwanano, de amplo apoio ao fortalecimento da resposta nacional moçambicana ao HIV/SIDA, que inclui a capacitação de profissionais moçambicanos no tratamento de pacientes com anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil. Os dois Presidentes discutiram a possibilidade de ampliação do número de pacientes a serem tratados no âmbito desse programa, que atualmente abrange cem pessoas.

19. Ainda no que tange ao combate ao HIV/SIDA, reiteraram o compromisso com a transferência de tecnologia na área de produção de medicamentos, conforme o Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde, assinado em novembro de 2003, durante a visita do Presidente Lula a Maputo. Tendo em vista as necessidades de

saúde pública de Moçambique, ressaltaram que o programa de cooperação nessa área tem por finalidade fortalecer o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e o intercâmbio de conhecimentos e de meios necessários para a produção de medicamentos anti-retrovirais genéricos, em conformidade com a intenção do Governo moçambicano de criar capacidade nacional de produção de medicamentos de qualidade para tratamento de doenças no país e na região.

20. Os dois Presidentes felicitaram-se pelas visitas recíprocas de missões técnicas, que cuidaram dos aspectos operacionais para a instalação de laboratório para a fabricação de anti-retrovirais, no que diz respeito à localização e à infra-estrutura daquela unidade de produção. Foi reafirmado o compromisso brasileiro de oferecer e viabilizar cursos de capacitação e treinamento para o pessoal técnico que se responsabilizará pela produção e gestão do laboratório. Os dois Presidentes trocaram impressões sobre as possíveis fontes de financiamento do projeto, as quais poderão advir de parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como organizações não-governamentais.

21. O Presidente do Brasil anunciou o compromisso brasileiro de arcar com todos os custos relacionados aos estudos de viabilidade técnica e financeira, a terem início imediatamente, do laboratório de produção de medicamentos anti-retrovirais e outros.

22. Os Presidentes referiram-se, com satisfação, ao intercâmbio de missões técnicas que têm recolhido subsídios com vistas à avaliação da oportunidade e da conveniência de implementar ações de cooperação para a melhoria da capacidade do laboratório de controle de qualidade de medicamentos de Moçambique, incluindo treinamento de recursos humanos.

23. Em matéria de ciência e tecnologia, no contexto da cooperação Sul-Sul, os Presidentes reafirmaram o desejo de estimular a ação conjunta

entre Brasil e Moçambique, em áreas prioritárias identificadas de comum acordo e refletidas no Programa de Trabalho em Ciência e Tecnologia assinado em novembro passado. Congratularam-se pelo início do programa de cooperação na área de satélites para levantamento de dados hidrológicos com a utilização dos satélites SCD-2 (Sistema de Coleta de Dados) e CBERS-2 (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), este último no âmbito de cooperação triangular que reúne o Brasil, a China e Moçambique – exemplo de ação conjunta no âmbito Sul-Sul em termos de fronteira tecnológica, com a aplicação de benefícios significativos para a qualidade de vida do povo moçambicano. O programa prevê a instalação de quatro plataformas de coleta de dados e implantação de uma estação de recepção e coleta de dados em Moçambique. Trata-se de cooperação que, na visão dos Presidentes, é fundamental para apoiar o programa de segurança alimentar em Moçambique.

24. Os Presidentes congratularam-se pela decisão de assinar o Contrato de Reestruturação de Dívida, sobre o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, anunciada pelo Governo brasileiro em 2000.

25. Destacaram o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil à criação, em Maputo, da Escola Nacional de Protocolo, que reforçará a capacidade moçambicana nessa importante área.

26. Destacaram a cooperação existente no setor educacional, especialmente no que diz respeito aos programas Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária, que integram o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Coincidiram quanto à importância da formação de estudantes moçambicanos em instituições de ensino superior brasileiras.

27. Os Presidentes registraram com satisfação o interesse do Instituto Nacional do Petróleo de Moçambique e da Agência Nacional de Petróleo do Brasil em iniciar intercâmbio com vistas à definição de futuras ações de cooperação.

28. No âmbito da visita, autoridades dos dois países firmaram os seguintes documentos, a fim de intensificar a cooperação bilateral: Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial, Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Âmbito da Segurança Pública, Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação na Área da Comunicação Social, Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas, Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área de Formação de Pessoal Especializado em Prisões, e Contrato de Reestruturação de Dívida.

29. Ao fim de sua visita a Brasília, o Presidente Joaquim Chissano agradeceu o acolhimento fraterno e as atenções dispensadas pelo Governo brasileiro a ele e a sua delegação, e convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a visitar Moçambique, em datas a serem acordadas pela via diplomática.

Brasília, 31 de agosto de 2004.

Árbitros da OMC definem valor da “anulação e prejuízo” no contencioso sobre a “Emenda Byrd”

Hoje, 31 de agosto de 2004, painel de arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou o Brasil a “suspender concessões e outras obrigações” para com os EUA pelo fato de este país não estar cumprindo as recomendações do

Órgão de Solução de Controvérsias relativas ao contencioso da “Emenda Byrd”. Os outros sete demandantes nessa arbitragem – Canadá, Chile, Coréia do Sul, Índia, Japão, México e União Européia – receberam autorizações análogas.

A Emenda Byrd determina a distribuição dos fundos obtidos com a coleta de direitos antidumping e compensatórios aos produtores domésticos que solicitaram ou apoiaram a imposição dessas taxas. Desta forma, os produtores dos EUA beneficiam-se não apenas dos direitos impostos sobre os produtos de seus concorrentes estrangeiros, mas também de pagamentos diretos do Governo daquele país.

O painel que examinou a medida considerou que a distribuição desses recursos entre os produtores domésticos é inconsistente com as disciplinas da OMC. Posteriormente, foi determinado que os EUA deveriam adequar sua legislação até dezembro de 2003. Uma vez que os EUA não observaram o referido prazo, o Brasil e os demais demandantes solicitaram autorização para “retaliar”.

O laudo arbitral, que é irrecorrível, autorizou o Brasil a impor, a cada ano, tarifas adicionais sobre produtos importados dos EUA em valor equivalente ao total de recursos distribuídos às empresas americanas no ano anterior, provenientes da coleta de direitos antidumping e compensatórios incidentes sobre produtos brasileiros, multiplicado por coeficiente de 0,72. O coeficiente proposto pelo Brasil e demais demandantes foi de 1,00, enquanto os EUA propunham metodologia que, na prática, reduzia esse coeficiente a valores entre zero e 0,10.

Para efeitos ilustrativos, note-se que os fundos arrecadados com direitos antidumping e compensatórios incidentes sobre exportações brasileiras montou a US\$ 3.057.908,47 em 2002 e US\$ 2.086.983,04 (valor preliminar) em 2003. Em anos anteriores, as cifras de direitos antidumping e compensatórios já foram muito superiores e a existência de uma decisão na OMC, como a atual, contribui para desencorajar o uso de tais medidas.

As “retaliações” estão autorizadas apenas

enquanto os EUA não derem cumprimento às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias.

O Brasil está muito satisfeito com o desfecho deste contencioso pois: (a) foi confirmada que a chamada “Emenda Byrd” viola os Acordos de Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias; e (b) evita que outros Membros da OMC adotem medidas análogas à norte-americana.

O Ministério das Relações Exteriores reservará os direitos brasileiros na OMC e manterá consultas com os demais órgãos competentes do Governo, inclusive no âmbito da CAMEX, com vistas a determinar os próximos passos do país naquela Organização.

Informações adicionais

- Em outubro de 2000, o Presidente Bill Clinton sancionou o Continued Dumping and Subsidy Offset Act of 2000 (“Emenda Byrd”, do nome do Senador que a patrocinou).

- A Emenda Byrd permite que produtores dos EUA que peticionaram abertura de investigação contra concorrentes estrangeiros recebam parcela dos recursos auferidos com a imposição de direitos antidumping ou compensatórios.

- Em consequência, os produtores dos EUA beneficiam-se não apenas dos direitos impostos sobre os produtos de seus concorrentes estrangeiros, mas também de pagamentos diretos do Governo daquele país. Em 2002, os desembolsos para empresas norte-americanas sob a Emenda Byrd chegaram a US\$ 330 milhões.

- Os desembolsos provenientes de direitos sobre produtos importados do Brasil chegaram a US\$ 3 milhões em 2002. Pouco mais de 60% desse valor refere-se a produtos siderúrgicos. As estimativas para 2003 apontam para desembolsos de pouco mais de US\$ 2 milhões referentes a produtos brasileiros, em sua quase totalidade siderúrgicos.

- Em setembro de 2001, o Brasil e mais dez Membros da OMC questionaram a Emenda Byrd no Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC. Demais reclamantes: Austrália, Canadá, Chile,

Coréia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, México, Tailândia e União Européia.

- Em setembro do ano seguinte, o painel concluiu que a Emenda Byrd constituía medida contra dumping e subsídios não autorizada pelos acordos multilaterais que regem esses assuntos. Os EUA recorreram ao Órgão de Apelação, que sustentou a conclusão do painel em janeiro de 2003. Foi concedido aos EUA “prazo razoável” de onze meses para tornar a medida compatível com as disciplinas da OMC.

- prazo expirou em 27 de dezembro de 2003, sem que os EUA modificassem ou revogassem a medida. No mês seguinte, o Brasil e mais sete dos reclamantes solicitaram o direito de “suspender concessões e outras obrigações” para com os EUA, na forma de tarifas adicionais sobre produtos importados daquele país.

- Os EUA questionaram o nível de “retaliação” proposto pelos oito reclamantes. O assunto, como prevê o Entendimento sobre Solução de Controvérsias nessas situações, foi levado a arbitragem. É este processo que hoje chega a seu término.

Atentado suicida contra civis israelenses no sul de Israel

O Governo brasileiro condena o atentado perpetrado, em 31 de agosto último, contra dois ônibus israelenses na cidade de Beer Sheba, no sul de Israel, o qual, até o presente momento, vitimou 16 civis, além de ter ferido outros 100. O Governo brasileiro reitera seu repúdio a atos terroristas por quem quer que sejam realizados. O Brasil exorta as partes em conflito a evitar nova espiral de violência na região.

II Reunião Informal de Coordenadores do Grupo Mercado Comum

Realizou-se em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores, nos dias 30 e 31 de agosto, a II Reunião Informal de Coordenadores do Grupo Mercado Comum (GMC), convocada pela Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL

para examinar a implementação do Programa de Trabalho do MERCOSUL para o período 2004-2006 (Decisão CMC Nº 26/03), em especial os temas que requerem tratamento prévio à Cúpula de Ouro Preto, de dezembro. A Reunião Informal contou com a presença dos Coordenadores do GMC da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, além do Brasil, bem como de representantes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os seguintes temas foram abordados:

- Criação de Fundos Estruturais no MERCOSUL

- Revisão do Protocolo de Ouro Preto

- Eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC) no MERCOSUL e redistribuição da renda aduaneira

- Negociações externas do MERCOSUL, em especial MERCOSUL-CAN, MERCOSUL-Peru e MERCOSUL-União Européia.

A III Reunião Informal de Coordenadores sob a Presidência Pro Tempore brasileira será realizada no final do corrente mês, ocasião em que será feita avaliação do progresso no tratamento dos mencionados temas e de outros assuntos que os Estados Partes julgarem convenientes, no âmbito da Decisão Nº 26/03.

Ações terroristas na Rússia

O Governo brasileiro condena a recente escalada de ações terroristas verificada em território da Federação da Rússia, que já provocou a morte de dezenas de pessoas e agora ameaça centenas de civis inocentes, na maioria crianças.

O Governo brasileiro reafirma seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos autores e motivações.

XXXIII Reunião Ordinária do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e Estados Associados

Realizou-se em Brasília, nos dias 1º e 2 de setembro de 2004, a XXXIII Reunião Ordinária do

Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL (FCCP).

O Foro é integrado por representantes dos quatro Países Partes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e dos Países Associados (Bolívia, Chile e Peru).

Têm-se ampliado significativamente nos últimos anos as atividades do MERCOSUL no campo político e social, através de um número crescente de Reuniões de Ministros, reuniões especializadas e grupos de trabalho, que promovem o aprofundamento do processo de integração em diferentes áreas como a educação, cultura, justiça, direitos humanos, direitos da mulher, combate às drogas e ao crime organizado, e participação das cidades.

O FCCP examina as recomendações originadas dessas diferentes instâncias.

Dentre os projetos de normas que foram elevados pela XXXIII reunião do FCCP à consideração das instâncias decisórias do MERCOSUL cabe destacar o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional e o regulamento do Fundo de Financiamento para o Setor Educacional do MERCOSUL. Aprovou-se igualmente a criação de uma Reunião de Diretores de Migração.

A próxima reunião do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL deverá ser realizada em Brasília, no dia 26 de novembro.

Visita da Ministra de Emigrados da Síria

A Ministra de Emigrados da Síria, Boussayna Cha'aban, realiza visita oficial a Brasília, nos dias 3 e 4 de setembro. A Ministra Cha'aban encontra-se, no Itamaraty, com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, acompanhado pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira, e pela Subsecretária-Geral Política, Embaixadora Vera Pedrosa.

O Ministério de Emigrados da Síria é responsável pelo relacionamento do Estado sírio com

seus emigrantes e descendentes espalhados por diversos países do mundo. O Brasil e a Síria possuem elemento especial de aproximação na presença de grande contingente populacional de origem síria no Brasil, estimado entre 2 e 2,5 milhões de pessoas, com representantes nos mais diversos segmentos da vida nacional.

A Ministra Cha'aban também visitará as cidades de São Paulo e Curitiba.

Ações terroristas na Rússia

O Governo brasileiro manifesta sua condenação mais veemente às ações terroristas ocorridas na Ossétia do Norte, Federação da Rússia, que deixaram enlutada a comunidade internacional, e expressa sua consternada solidariedade para com os feridos e as famílias das vítimas inocentes.

Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Santana Lopes

O Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Santana Lopes, realiza visita oficial ao Brasil, de 6 a 9 de setembro, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas; da Ministra da Cultura; e do Ministro dos Assuntos Parlamentares. O Presidente Lula convidou o Primeiro-Ministro para as solenidades de 7 de Setembro.

Os dois mandatários manterão reunião de trabalho para abordar temas das agendas bilateral e multilateral, entre os quais o encontro de líderes mundiais sobre o combate à fome e à miséria, a realizar-se em Nova York, no próximo dia 20. O Primeiro-Ministro Santana Lopes segue, no dia 8, para o Rio de Janeiro, onde visitará o Real Gabinete Português de Leitura e oferecerá recepção à comunidade portuguesa. Ainda no Rio de Janeiro, o Primeiro-Ministro deverá inaugurar, no dia 9, a exposição "Artes Tradicionais de Portugal", além de participar da entrega do Prêmio Camões 2004 à escritora portuguesa Agustina Bessa-Luís.

Estados Unidos – Subsídios ao Algodão

O Brasil recebeu, com satisfação, o relatório final do painel sobre a compatibilidade de vários subsídios norte-americanos à produção, comercialização e exportação de algodão com as normas multilaterais de comércio (Acordo sobre Agricultura; Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; e Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT).

O relatório do painel, que circulou hoje para todos os membros da Organização Mundial do Comércio, deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC entre 20 e 60 dias contados da data de hoje, a menos que haja recurso ao Órgão de Apelação.

A condenação do painel à expressiva maioria dos subsídios questionados pelo Brasil é clara e substantiva. O painel recomendou aos Estados Unidos que:

(a) retirem os subsídios à produção condenados ou eliminem os efeitos adversos por eles causados, conforme o disposto no artigo 7.8 do Acordo de Subsídios; e

(b) eliminem "sem demora" os subsídios proibidos (STEP 2 e garantias de créditos à exportação), de acordo com o artigo 4.7 do mesmo Acordo. Determinou o painel que os Estados Unidos implementem essa recomendação no menor prazo entre as duas seguintes opções: (i) seis meses, a contar da adoção do relatório do painel pelo Órgão de Solução de Controvérsias, ou (ii) até 1º de julho de 2005.

Ao examinar, de forma inédita, subsídios agrícolas no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, o painel do algodão fornece elementos valiosos para melhor compreensão e reforço das atuais disciplinas multilaterais do comércio agrícola. A decisão do painel beneficia a cotonicultura brasileira e alguns dos países mais pobres da África produtores de algodão, severamente prejudicados pelos subsídios em questão. Impulsiona também o fim das distorções no comércio agrícola mundial, pelo qual o Brasil e os

países do G-20 se têm batido.

O Governo brasileiro confia em que, de forma coerente com o acordado em julho em Genebra, os Estados Unidos cumprirão a decisão do painel no menor prazo possível.

Informações de Apoio

Conclusões do Painel

O painel condenou os subsídios norte-americanos questionados (ver quadro descritivo abaixo) nos seguintes termos:

(A) “Cláusula de Paz”

- os principais subsídios questionados pelo Brasil não estão protegidos pela chamada “cláusula de paz” (artigo 13 do Acordo de Agricultura da OMC), pois o painel:

(a) em relação aos subsídios que, na visão dos Estados Unidos, seriam não-distorcivos (“caixa verde”), verificou que não poderiam ser assim classificados, em razão da proibição de que tais pagamentos sejam estendidos a produtores que cultivem, por exemplo, frutas e vegetais. O painel concordou com o argumento brasileiro de que tal proibição resulta na vinculação do subsídio ao “tipo de produção”, o que é proibido para medidas que aspirem ao status de subsídios de “caixa verde”;

(b) para os subsídios à produção que distorcem a produção e o comércio – medidas de “caixa amarela” -, constatou que o nível de apoio conferido por esses pagamentos a um produto específico ultrapassou o nível de apoio decidido em 1992. Para o painel, são os seguintes os montantes de subsídios ao algodão para efeitos da comparação: 1992 = US\$2,012 bilhões; 1999 = US\$3,404 bilhões; 2000 = US\$2,429 bilhões; 2001 = US\$4,144 bilhões; e 2002 = US\$3,140 bilhões.

(c) para os subsídios à exportação, julgou que não foram respeitadas as disciplinas do Acordo de Agricultura para a sua concessão. Pelas normas negociadas durante a Rodada Uruguai, os Estados Unidos não dispõem da faculdade de subsidiar a exportação de algodão.

(B) Subsídios Acionáveis

- os subsídios “Market Assistance Loan”, “STEP 2”, “Market Loss Payment” e “Counter-Cyclical Payment” causam prejuízo grave ao Brasil, pelo significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do algodão, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do Acordo de Subsídios. Tais programas, diretamente vinculados ao nível de preços, isolam o produtor norte-americano dos sinais de mercado e levam à produção artificial de excedentes, que, uma vez colocados no mercado mundial, provocam quedas nas cotações ou impedem que os preços subam tanto quanto deveriam. Esse tópico constitui o cerne do caso brasileiro: os subsídios em questão correspondem a cerca de 85% do montante de subsídios questionados pelo país (US\$12,5 bilhões entre 1999 e 2002). O valor da safra norte-americana de algodão produzida nesse mesmo período de 4 anos foi de \$13,9 bilhões de dólares, o que constitui taxa de subsídios de 89,5%. Para cada dólar recebido pelos produtores norte-americanos de algodão, portanto, o Governo dos Estados Unidos pagou-lhes outros 89,5 centavos de dólar. No período 2001-2002, quando o valor da safra alcançou \$3,080 bilhões, o Governo dos Estados Unidos pagou aos produtores de algodão quase \$4 bilhões de dólares, o que implica uma taxa de subsídios de 129,3% no período.

- o painel não considerou necessário pronunciar-se sobre a queixa brasileira de que os subsídios norte-americanos a serem concedidos no período 2003-2007 “ameaçam” causar prejuízo grave ao país. Tal conclusão decorre da avaliação do painel de que, para implementar a decisão final em relação ao prejuízo presente, os Estados Unidos deverão executar mudanças substanciais na legislação agrícola atacada pelo Brasil sob o argumento da “ameaça” de dano.

(C) Garantias de Crédito à Exportação (a demanda brasileira, neste tópico, não se restringe a algodão, abarcando, na verdade, todos os produtos agrícolas beneficiários de tais garantias)

- ao contrário da alegação dos Estados

Unidos, o artigo 10.2 do Acordo de Agricultura não isenta garantias de crédito à exportação de produtos agrícolas do cumprimento das disciplinas sobre subsídios à exportação. O texto do dispositivo determina apenas que os Membros negociem disciplinas específicas sobre a matéria, processo já ensaiado em vários foros, mas ainda não concluído.

- o painel julgou que as garantias de crédito à exportação oferecidas sob os programas General Sales Manager 102, General Sales Manager 103 e Supplier Credit Guarantee Program constituem subsídios à exportação que resultam, no sentido do artigo 10.1 do Acordo de Agricultura, em tentativa por parte dos Estados Unidos de evadir-se dos compromissos relativos a subsídios à exportação, o que os torna automaticamente incompatíveis também com o artigo 8 daquele Acordo. Essa decisão é aplicável a (i) algodão, (ii) outros produtos beneficiados pelas garantias, em relação aos quais os Estados Unidos não inscreveram, ao final da Rodada Uruguai, compromissos relativos ao valor e quantidade máximos que poderiam receber subsídios à exportação (como soja e milho), e (iii) arroz (produto em relação ao qual as autoridades norte-americanas concederam subsídios à exportação em valor superior ao qual se haviam comprometido).

- o painel condenou essas garantias de crédito à exportação também com base na alínea (j) do Anexo I ao Acordo de Subsídios e em seus artigos 3.1(a) e 3.2, uma vez que os prêmios cobrados pelo Governo norte-americano para concedê-las são inadequados para cobrir os custos e perdas dos programas no longo prazo.

(D) STEP 2

- na parte do programa que exige a exportação de algodão para o recebimento do subsídio, há subsídio à exportação nos termos do artigo 9.1(a) do Acordo de Agricultura. Como o algodão é produto em relação ao qual os Estados Unidos não inscreveram compromisso em matéria de subsídios à exportação, qualquer concessão de pagamento a esse título para a “commodity” resulta

em infração aos artigos 3.3 e 8 daquele Acordo. Além disso, o STEP 2 para exportadores viola os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados à exportação).

- quanto ao outro ramo do programa, que vincula o subsídio ao uso do algodão norte-americano pela indústria têxtil local, o painel julgou tratar-se de subsídio proibido à luz dos artigos 3.1(b) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados ao uso de bens domésticos em detrimento de bens importados).

Com base nessas conclusões, o painel recomendou aos Estados Unidos:

- no que tange ao apoio interno condenado, a retirada dos subsídios ou a eliminação dos efeitos adversos por eles causados, conforme o disposto no artigo 7.8 do Acordo de Subsídios; e

- em relação às garantias de crédito à exportação e ao STEP 2, a sua eliminação “sem demora”, de acordo com o artigo 4.7 do mesmo Acordo. Para o painel, os Estados Unidos deveriam implementar essa recomendação no menor prazo entre as duas seguintes opções: (i) seis meses, a contar da adoção do relatório do painel pelo Órgão de Solução de Controvérsias, ou (ii) até 1º de julho de 2005.

Versão eletrônica do relatório final do painel pode ser obtida no endereço eletrônico www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/267r_a_e.doc.

Cronograma do Contencioso

27 de Setembro de 2002 Solicitação de Consultas do Brasil aos Estados Unidos.

Outubro de 2002 a Janeiro de 2003 Reuniões (3) para consultas entre Brasil e Estados Unidos.

7 de Fevereiro de 2003 Primeiro pedido brasileiro de estabelecimento de Painel. Rejeitado pelos Estados Unidos.

18 de Março de 2003 Segundo pedido de estabelecimento de Painel. Painel automaticamente estabelecido.

19 de Maio de 2003 Indicação, pelo Diretor-Geral da OMC, dos nomes dos painelistas (Dariusz

Rosati, Polônia; Daniel Moulis, Austrália; e Mario Mattus, Chile).

22 a 24 de Julho de 2003 Primeira sessão da primeira audiência com o Painel.

7 a 9 de Outubro de 2003 Segunda sessão da primeira audiência com o Painel.

2 e 3 de Dezembro de 2003 Segunda audiência com o Painel.

26 de Abril de 2004 Emissão do Relatório Preliminar do Painel.

18 de Junho de 2004 Circulação do Relatório Final do Painel para Brasil e Estados Unidos.

8 de Setembro de 2004 Circulação do Relatório Final do Painel para demais Membros da OMC.

Descrição dos Subsídios Questionados*

- “Marketing Loan Program”: garante aos produtores renda de 52 centavos de dólar por libra-peso da produção de algodão. Se os preços ficarem abaixo desse nível, o Governo norte-americano completa a diferença. É o mais importante subsídio doméstico concedido pelo Governo norte-americano ao algodão (US\$898 milhões);

- “Counter-Cyclical Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Market Loss Payments” (leis orçamentárias de 1998 a 2001): realizados tendo como parâmetro o preço de 72,4 centavos de dólar por libra-peso. Tais recursos custeiam a diferença entre os 72,4 centavos de dólar por libra-peso (“target price”) e o preço praticado no mercado ou o valor de 52 centavos de dólar por libra-peso (“loan rate”), o que for mais alto (US\$869.5 milhões);

- “Direct Payment” (Lei agrícola de 2002)/ “Production Flexibility Contract” (Lei agrícola de 1996): garantem renda de 6,67 centavos de dólar por libra-peso para produtores com histórico de produção de algodão - produção histórica (US\$421.4 milhões);

- “Crop Insurance”: dá garantia aos produtores norte-americanos de algodão, com prêmios subsidiados, contra perdas resultantes de condições climáticas adversas, doenças e preços

baixos (US\$194,1 milhões);

- “Step 2”: pagamentos feitos a exportadores e a consumidores (indústria têxtil) norte-americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços do algodão norte-americano, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano - que de outra forma não seria competitivo (US\$415 milhões);

- “Export Credit Guarantees”: facilitam a obtenção de crédito por importadores não-americanos que, de outra maneira, não teriam como importar algodão (e também outras commodities) dos EUA (US\$349 milhões);

- “Cottonseed Payments”: recursos destinados a auxiliar a indústria do algodão norte-americana a cobrir os custos com o beneficiamento do algodão (US\$50 milhões).

*Os valores entre parênteses representam os dispêndios dos Estados Unidos em 2002/3, segundo o USDA.

Contencioso Brasil-União Européia Subsídios à Exportação de Açúcar

O Brasil recebeu hoje, 8 de setembro, o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examinou a conformidade do regime açucareiro da União Européia com as disciplinas multilaterais de comércio. Uma vez que o relatório foi entregue às partes do contencioso (Brasil, Austrália e Tailândia, como demandantes, e UE, como demandada) em caráter confidencial, o Governo brasileiro não se pronunciará sobre seu conteúdo. Não obstante, é possível indicar que o Brasil observou, com grande satisfação, que o relatório final manteve a essência das conclusões do relatório preliminar de 4 de agosto último.

O Brasil questionou, neste contencioso, dois aspectos do regime açucareiro europeu:

1. A exportação subsidiada de excedentes de produção: Esses excedentes (“açúcar C”) não podem ser comercializados no território aduaneiro da União Européia e apenas existem graças ao efeito combinado

dos diversos elementos do regime açucareiro europeu, tais como a elevada proteção tarifária, o sistema de apoio doméstico baseado em preços de intervenção e administração de quotas de produção e comercialização, e os subsídios diretos à exportação.

2. A exportação subsidiada de açúcar proveniente de alguns países ACP e da Índia: A UE importa, em condições preferenciais, cerca de 1,6 milhão de toneladas de açúcar bruto de alguns países ACP (África, Caribe e Pacífico) e da Índia. Quantidade equivalente de açúcar refinado é exportada com subsídios diretos.

Argumentou o Brasil que, em ambos os casos, ocorre violação das disciplinas do Acordo de Agricultura da OMC porque essas exportações subsidiadas não são computadas contra os compromissos de redução de subsídios à exportação da União Européia.

O Brasil não questionou o acesso preferencial ao mercado comunitário do açúcar importado dos países ACP e da Índia. As importações provenientes desses países poderiam ser acomodadas, sem necessidade de reexportação subsidiada, por exemplo com a simples redução da produção ineficiente de açúcar na UE.

O texto do relatório final só poderá ser divulgado após sua tradução para as outras línguas oficiais da OMC (espanhol e francês). Começará, então, a contar o prazo de 20 a 60 dias para que o documento seja adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias, caso não haja recurso ao Órgão de Apelação.

Da mesma forma que no caso do algodão, as conclusões do painel sobre açúcar fornecem elementos valiosos para consolidar e impulsionar os avanços obtidos no mês de julho em Genebra, para os quais a contribuição do G-20 foi fundamental. O Governo brasileiro confia em que, de forma coerente com o acordado naquela ocasião, a União Européia dará cumprimento às determinações do painel no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu compromisso com o fim das distorções do comércio

internacional e do respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

Apresentação de “Relatório sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento”, no âmbito da Ação contra a Fome e a Pobreza (Nova York, 8 de setembro de 2004)

Realizou-se hoje, 8 de setembro, em Nova York, reunião dos Representantes Permanentes do Brasil, da França, do Chile e da Espanha junto às Nações Unidas, com o objetivo de apresentar o “Relatório do Grupo Técnico sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento”, elaborado no contexto da Ação contra a Fome e a Pobreza. O Relatório servirá de base para a Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, que ocorrerá em Nova York, no dia 20 de setembro corrente, com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de mais de cinquenta Chefes de Estado e de Governo, além de dirigentes de organismos internacionais e representantes do empresariado e da sociedade civil.

Reproduz-se, a seguir, roteiro utilizado pelo Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Ronaldo Sardenberg, durante sua intervenção na reunião de hoje em Nova York:

“A luta contra a fome e a promoção do crescimento econômico sustentado tiveram papel de relevo em vários eventos internacionais de alto nível ao longo dos últimos anos. Em particular, o tema esteve presente nas discussões mantidas no Fórum Mundial de Alimentos em 1996, na Cúpula do Milênio em 2000 e em Monterrey e Joanesburgo em 2002.

Apesar do amplo consenso em torno da necessidade de libertar o mundo da pobreza e da fome, a maior parte dos países, até o presente momento, não colocou em prática os compromissos assumidos em ocasiões passadas. Como consequência, estimativas do Banco Mundial e das Nações Unidas indicam um déficit de financiamento no mundo de pelo menos US\$ 50 bilhões por ano. Mantido o atual ritmo, as Metas de Desenvolvimento

do Milênio não serão atingidas no prazo previsto em muitos países em desenvolvimento.

Essa foi precisamente a razão que motivou os Presidentes do Brasil, do Chile, da França e do Governo espanhol, juntamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas: a necessidade de diminuir o hiato entre os compromissos políticos e o financiamento ao desenvolvimento. A Declaração de Genebra deu origem a um Grupo Técnico com o mandato de explorar instrumentos de financiamento inovadores, capazes de proporcionar aos países em desenvolvimento fontes novas e estáveis de recursos.

O relatório do Grupo Técnico baseia-se nos trabalhos em andamento sobre o tema, inclusive nos esforços atuais no âmbito da ONU. O relatório também se baseia em estudos feitos por economistas e analistas renomados, os quais vêm trabalhando na questão dos mecanismos inovadores no curso dos últimos anos. Diferentemente da maior parte de estudos sobre o tema, contudo, o relatório não analisa os instrumentos do ponto de vista dos problemas regulatórios de mercado que poderiam resolver. O objetivo principal do relatório consiste em apresentar uma lista não-exaustiva de instrumentos viáveis que poderiam ser implementados no curto, médio ou longo prazo, com o único propósito de angariar recursos para a luta contra a fome e a pobreza.

Os mecanismos apresentados no relatório são divididos em três categorias principais: mecanismos vinculantes, contribuições voluntárias e instrumentos de coordenação política. Os instrumentos diferem em formato e escopo, variando desde esquemas simples de doações voluntárias até instrumentos complexos e obrigatórios que requereriam a participação de todos os países.

Todos os instrumentos compartilham, contudo, uma série de princípios básicos. Todos estão baseados na premissa da racionalidade econômica e são tecnicamente viáveis. Todos poderiam gerar recursos que se adicionariam – e não substituiriam – os fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) já existentes. Os recursos arrecadados seriam canalizados

por agências bilaterais e multilaterais existentes – o Grupo reconhece a conveniência de se evitar, o máximo possível, a criação de estruturas administrativas novas e custosas. Além disso, em razão das restrições fiscais enfrentadas por muitos países em desenvolvimento, os recursos deveriam ser canalizados preferencialmente sob a forma de doações.

Por fim, os mecanismos propostos gerariam recursos a serem desembolsados de forma transparente, estável e previsível no longo prazo. Os instrumentos não objetivam apenas satisfazer as necessidades urgentes e vitais dos países em desenvolvimento, mas, ao contrário, fazer com que os governos possam entrar em um processo de crescimento econômico sustentado com equidade social.

De fato, o Grupo reconhece que a fome e a pobreza não serão erradicadas a menos que suas causas estruturais sejam efetivamente enfrentadas. Isso requer influxos contínuos de recursos em educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura no longo prazo. É sabido que os fluxos de AOD hoje existentes, além de serem quantitativamente insuficientes, sofrem variações acentuadas em função das contingências orçamentárias internas dos países doadores. O fornecimento de recursos de maneira previsível e em montantes adicionais por intermédio de mecanismos inovadores representaria, dessa forma, um grande avanço nas políticas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

É importante enfatizar que os mecanismos discutidos no relatório não pretendem substituir a necessidade de um sistema multilateral de comércio livre e equitativo e de um sistema financeiro internacional, capazes de favorecer os esforços domésticos em busca do desenvolvimento econômico.

O relatório do Grupo não pretende ser exaustivo, e nem prescrever soluções específicas. Tampouco pretende apresentar respostas definitivas sobre quais instrumentos poderiam e deveriam ser implementados. Ao contrário, o relatório apresenta um conjunto de ações viáveis e enfatiza vantagens e potenciais obstáculos a serem superados. O Grupo

mantém-se aberto a mecanismos analisados em contextos distintos, assim como a contribuições de outros governos e da sociedade civil.

O Grupo atenta para o fato de que os instrumentos analisados têm prazos de maturação diferentes: enquanto uns poderiam ser adotados no curto prazo, outros requereriam ação política concertada e negociação internacional – o que, de resto, é parte do amplo trabalho que se tem pela frente.

Acreditamos que o encontro de líderes mundiais do dia 20 de setembro representará grande oportunidade para o lançamento da discussão sobre mecanismos inovadores de financiamento no mais alto nível. Espera-se que o encontro seja o primeiro passo de um processo que deverá envolver governos, organizações multilaterais, ONGs, empresas, sindicatos e a academia em um esforço conjunto para aprofundar a análise sobre novas fontes de recursos para a luta contra a pobreza e a fome.

Não se espera que os Chefes de Estado e de Governo e outras autoridades presentes ao encontro endossem o relatório do Grupo Técnico no dia 20 de setembro. A Declaração a ser aprovada no evento é um documento de natureza essencialmente política. O seu texto reflete as idéias e conceitos principais que foram incluídos no relatório e, acima de tudo, reafirma os compromissos que foram assumidos e os desafios que devem ser superados daqui em diante. Em particular, a Declaração chama a atenção para a necessidade de mobilizar a comunidade internacional em torno do imperativo de se encontrarem soluções concretas e urgentes para solucionar o atual déficit de financiamento ao desenvolvimento.

Tal mobilização requer, mais do que discussões puramente técnicas, ações políticas coordenadas em fóruns multilaterais, particularmente nas Nações Unidas. Quanto mais a comunidade internacional fizer progressos nesse domínio, maiores serão as chances de que o encontro de alto nível da ONU sobre o cumprimento das Metas do Milênio em 2005 dê ensejo a resultados concretos”.

Ata da VIII Reunião de Cooperação Consular e Jurídica Brasil-Estados Unidos (Brasília, 10 de setembro de 2004)

(versão em português)

A VIII Reunião de Cooperação Consular e Jurídica entre o Brasil e os Estados Unidos realizou-se em Brasília, no dia 10 de setembro de 2004. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC), Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira. A delegação norte-americana foi chefiada pela Embaixadora Maura Harty, Secretária Assistente para Assuntos Consulares do Departamento de Estado (DoS).

Ambas as partes concordaram que os resultados das conversações foram extremamente positivos e que contribuíram para o aprimoramento da cooperação bilateral em matéria consular. Embora persistam questões e problemas específicos, a intensificação dos níveis de cooperação e entendimento de parte a parte permitirá seu melhor equacionamento. Como um esforço para promover maior comunicação, a Embaixadora Harty e o Embaixador Nogueira concordaram em estabelecer linha direta de contato para o exame de questões graves e urgentes.

A delegação norte-americana concordou em considerar proposta brasileira de tornar disponível a cidadãos brasileiros, cuja entrada nos Estados Unidos seja negada, carta em português, informando-os de seus direitos e do número do telefone da repartição consular mais próxima. A Parte norte-americana expressou a importância de sua política de “fronteiras seguras” e “portas abertas”, que procura garantir a segurança dos Estados Unidos e tratar os visitantes de maneira cortês e eficiente. A Embaixadora Harty ressaltou que a grande maioria dos mais de um milhão de cidadãos estrangeiros que entram diariamente nos Estados Unidos o fazem sem dificuldade. Não obstante, solicitou à Parte brasileira que informe os EUA de casos problemáticos e comprometeu-se a dar continuidade aos esforços dos EUA para

assegurar viagens sem percalços. O Embaixador Ruy Nogueira agradeceu a Parte norte-americana por seus esforços e pelo compromisso de manter comunicação contínua entre ambos os Governos.

O Embaixador Nogueira anunciou a intenção do Brasil de estabelecer projeto-piloto de carteiras de matrícula consular a serem expedidas pelo Consulado-Geral em Chicago.

A Embaixadora Harty suscitou questões sobre reciprocidade relativas à concessão de vistos, inclusive atinentes à extensão do prazo de validade dos vistos de turismo e negócio e à eliminação da taxa de emissão, com vistas a facilitar as viagens para cidadãos dos dois países. A Parte brasileira esclareceu que se encontra em exame pelo Congresso nova Lei de Estrangeiros, a qual, se aprovada, habilitaria o Governo a adotar as propostas sugeridas pela Parte norte-americana.

Ambas as Partes expressaram o firme compromisso de continuar trabalhando para alcançar tratado bilateral sobre pensões alimentícias para menores. A Parte brasileira solicitou que se considere com brevidade a possibilidade da negociação de acordo na área da previdência social.

Cerimônia de apresentação de credenciais de Embaixadores não-residentes

No dia 13 de setembro, segunda-feira, às 12:30hs, será realizada no Palácio Itamaraty, Sala dos Tratados, cerimônia de apresentação de credenciais ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dos seguintes Embaixadores não-residentes:

Togo – Pascal Akoussoulélou Bodjona
Mongólia – Perenlei Urjinlhundev
Tanzânia – Andrew Mhando Daraja
Bangladesh – Syed Hasan Ahmad
Botsuana – Lapalogang Caesar Lekoa
Madagascar – Rajaonarivony Narisoa
Burundi – Antoine Ntambowa
Serra Leoa – Ibrahim Kamara
Burkina Faso – Tertius Zongo

Zâmbia – Inonge Mbikusita-Lewanika
Cingapura – Choo Chiau Beng
Bósnia-Herzegovina – Igor Davidovic
Mali – Abdoulaye Diop
Gâmbia – Dodou Bammy Jagne
Iêmen – Ahmed Amin Zaidan
Afeganistão – Said Tayeb Jawad
Eslovênia – Bojan Grobovsek

Após a cerimônia, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva oferecerá almoço em homenagem aos Embaixadores não-residentes na Sala Brasília do Palácio Itamaraty.

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar credenciamento por fax, em papel timbrado do meio, com nome e função do/da profissional, dirigido à AIG-MRE (321-2429). Portadores de credenciais do Planalto e do Itamaraty não necessitam solicitar credenciamento.

VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (Manaus, 14 de setembro de 2004)

Será realizada em Manaus, no Palácio Rio Negro, no dia 14 de setembro corrente, a VIII Reunião de Chanceleres dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará do evento.

Os Países Membros da OTCA são o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Esta será a primeira vez em que os Chanceleres se reunirão após a criação da Organização, que tem sede em Brasília. A OTCA é instrumento fundamental para a promoção de efetiva cooperação entre os países amazônicos nas diferentes áreas cobertas pelo Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978.

Os Chanceleres deverão aprovar, dentre outros documentos, a “Declaração de Manaus”, na

qual se reforçarão as áreas de interlocução política e a promoção de maior intercâmbio comercial entre os países amazônicos. Examinarão também o Plano Estratégico 2004-2012 para a Secretaria Permanente da OTCA, com ênfase nas atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, integração e competitividade regional, saúde, educação, infraestrutura de transportes, energia e comunicações.

Após a Reunião de Chanceleres da OTCA, será inaugurada, também em Manaus, a II Feira Internacional da Amazônia (II FIAM) e o I Seminário Internacional sobre Cooperação e Integração Econômica Regional na Amazônia.

Declaração de Manaus - VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Os Ministros das Relações Exteriores da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, reunidos na cidade de Manaus, em 14 de setembro de 2004, por ocasião da VIII Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica;

1. REAFIRMAM a relevância fundamental do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), como o principal instrumento para realizar políticas concertadas de desenvolvimento sustentável e integral na região Amazônica, em benefício de suas respectivas populações;

2. REAFIRMAM a responsabilidade soberana dos Estados Membros da OTCA com relação ao desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;

3. REITERAM a determinação dos Estados Membros da OTCA de reafirmar o exercício pleno de sua soberania sobre os recursos da Amazônia, com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e social da região e a proteção do seu patrimônio cultural e ambiental, em benefício de suas respectivas populações;

4. SAÚDAM o fato de que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA),

criada para assegurar o apoio institucional necessário às atividades de cooperação entre os Estados Membros, alcançou um nível operacional efetivo, capaz de dinamizar as atividades compreendidas nas suas diferentes áreas de atuação;

5. RESSALTAM que esta reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros do TCA é o primeiro encontro ministerial após a criação da OTCA e sua instalação em Brasília, que institucionalizou o Tratado como um mecanismo plenamente capacitado para promover uma efetiva cooperação entre os Países Amazônicos;

6. SAÚDAM a aprovação do Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica pela presente VIII Reunião dos Chanceleres da OTCA, onde são definidos os Eixos Estratégicos de Ação, as Áreas Programáticas e os Instrumentos Operacionais para orientar as atividades da Organização desde o ano de 2004 até 2012(*);

7. REAFIRMAM a disposição de articular posições conjuntas em temas de interesse comum conforme aos objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, com o propósito de promover uma maior harmonização política nos foros internacionais, em defesa do desenvolvimento sustentável e integral da Amazônia;

8. DECIDEM, nesse sentido, intensificar o diálogo político sobre questões de interesse dos Estados Membros, inclusive sobre a segurança e a defesa integral da região amazônica;

9. RESSALTAM, nesse contexto, o potencial de cooperação entre os Estados Membros com base em sistemas de sensoriamento remoto, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); e destacam, com satisfação, as ações bilaterais em curso entre o Brasil e os demais países amazônicos, para estabelecer as condições de acesso às informações geradas por aqueles sistemas;

10. DECIDEM promover reuniões ministeriais temáticas com o propósito de avançar a

interlocução política sobre questões específicas de interesse para os Estados Membros da OTCA. Nesse sentido, os Ministros indicaram como áreas de interesse comum aquelas relacionadas a Defesa e Segurança Integral da Amazônia, Desenvolvimento Social, Infra-estrutura e Integração Física, Comércio e Integração, Ciência e Tecnologia, Biodiversidade e Propriedade Intelectual;

11. ENFATIZAM sua convicção de que a cooperação e a integração dos países amazônicos contribuirão de maneira decisiva à conformação gradual de uma Comunidade Sul-Americana de Nações;

12. RESSALTAM que a formação de um espaço de integração política e econômica na América do Sul deve construir-se sobre a base dos mecanismos existentes de cooperação, e, nesse sentido, ENFATIZAM a importância de que se fortaleçam canais de contato entre a OTCA, o MERCOSUL, a Comunidade Andina, a ALADI, o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, e o CARICOM, dentre outros.

13. RESSALTAM a importância dos acordos de livre comércio celebrados na região, e MANIFESTAM a expectativa de que resultem em breve prazo na geração de fluxos adicionais de comércio entre os países da região, inclusive no que se refere à participação dos produtos amazônicos;

14. AFIRMAM a determinação de promover ações tendentes a obter condições mais justas de acesso ao mercado em terceiros países para os produtos de interesse exportador para a região amazônica;

15. DECIDEM promover mecanismos que estimulem maior fluxo de investimentos e de bens e serviços entre os países da região, especialmente no que se refere ao financiamento de obras de infraestrutura necessárias para a interconexão física, e RESSALTAM, nesse sentido, o importante papel que corresponde a instituições como a Corporação Andina de Fomento, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

16. COINCIDEM na necessidade de impulsionar a investigação científica, a geração de conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a formação de recursos humanos orientados à busca de soluções aos problemas econômicos, sociais, ecológicos, tecnológicos, educativos e culturais da Amazônia;

17. DECIDEM dar início às atividades de coordenação com vistas à convocação, no próximo ano, de um Congresso Científico da Amazônia;

18. RATIFICAM o compromisso de articular políticas para garantir a proteção da biodiversidade da região Amazônica. REAFIRMAM, igualmente, a necessidade de implementar as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica em relação à proteção do patrimônio genético das espécies Amazônicas, e participação nos benefícios derivados de seu uso;

19. DECIDEM, nesse marco, promover uma efetiva coordenação das entidades nacionais competentes para combater a biopirataria e assegurar o pleno exercício do direito soberano dos países amazônicos sobre os recursos da sua biodiversidade;

20. REAFIRMAM a importância dos conhecimentos tradicionais das populações amazônicas sobre os recursos da biodiversidade e a necessidade de promover mecanismos que assegurem, no âmbito nacional e internacional, a participação justa e equitativa nos benefícios econômicos que resultem, entre outros, da exploração comercial sustentável daqueles conhecimentos e dos seus recursos naturais;

21. EXPRESSAM a determinação de conduzir políticas apropriadas de proteção e promoção dos direitos das comunidades indígenas, cujos valores étnicos, sociais e culturais representam um componente fundamental da identidade nacional dos países amazônicos;

22. REITERAM o firme propósito de combater o desmatamento e o comércio ilegais da madeira, e promover, através de ativa cooperação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia;

23. COINCIDEM quanto à utilidade de se promoverem canais de comunicação e diálogo no Foro das Nações Unidas sobre Florestas para lograr uma participação efetiva dos Países Amazônicos;

24. INSTRUEM, nesse contexto, à Secretaria Permanente da OTCA que promova o diálogo e concertação entre os Estados Membros na sua participação no Foro das Nações Unidas sobre Florestas e fortaleça, da mesma forma, um espaço de trabalho em matéria florestal com a Comunidade Andina de Nações;

25. DECIDEM ampliar a cooperação regional e o intercâmbio de experiências relativas à gestão de áreas naturais protegidas e à conservação ambiental na região Amazônica;

26. MANIFESTAM sua decisão de intensificar a cooperação relativa à gestão adequada dos recursos hídricos da Amazônia, e DECIDEM, para esse fim, criar um grupo de trabalho especial que examine os diferentes aspectos do uso responsável e soberano dos recursos hídricos da Amazônia, considerando o caráter finito e econômico do recurso água;

27. ENFATIZAM a relevância da cooperação fronteiriça, em todas as áreas temáticas compreendidas no Tratado, e comprometem-se a aprofundar essa modalidade de cooperação nos programas e projetos desenvolvidos pela OTCA e, ainda, REGISTRAM nesse contexto o interesse comum de fortalecer a cooperação nas áreas de infraestrutura social, educação e saúde, infraestrutura de transporte, navegação fluvial, energia e comunicações, água, florestas, solos e áreas naturais protegidas, diversidade biológica, biotecnologia e biocomércio, ordenamento territorial, assentamentos humanos e assuntos indígenas, facilitação do comércio, exploração sustentável e integral dos ecossistemas amazônicos, recuperação de áreas degradadas e implementação de programas sociais;

28. RECONHECEM a importância da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, com vistas à

promoção da integração física do Continente nas áreas de transporte, energia e telecomunicações, e RESSALTAM a urgência de que evolua para uma etapa de implementação imediata de projetos prioritários, com base nos Eixos de Integração e Desenvolvimento e na carteira de projetos já estabelecida.

29. DECIDEM retomar as ações para formular um regulamento amazônico sobre navegação fluvial, como complemento fundamental para a consecução dos propósitos da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

30. RESOLVEM encomendar à Secretaria Permanente da OTCA o estudo e a aplicação de tecnologias alternativas de transporte, que permitam o intercâmbio de bens e serviços com as regiões interioranas da Amazônia e entre elas, em termos de segurança do transporte, preservação do meio ambiente e economia de recursos.

31. REAFIRMAM o compromisso assumido pela OTCA de apoiar a criação de um Programa Amazônico de Biocomércio.

32. REITERAM a necessidade de desenvolver mecanismos de incentivo aos investimentos regionais e externos na área de turismo e de ecoturismo e, concomitantemente, patrocinar atividades de divulgação, junto a outros países, das potencialidades desta atividade na região Amazônica;

33. DECIDEM que seja analisada a possível criação de um instrumento institucional de captação de recursos para financiar o desenvolvimento sustentável e integral na Amazônia, que inclua o estudo de mecanismos que possibilitem a adequada remuneração dos serviços ambientais gerados em toda a região Amazônica;

34. DECIDEM que seja estudada a possibilidade de criar um “Prêmio OTCA” destinado a estimular projetos e iniciativas para o desenvolvimento de uma melhor compreensão do valor e potencialidades da Amazônia, e organizar “expedições Amazônicas para a juventude”;

35. SAÚDAM a realização, em Manaus, de 15 a 18 de setembro deste ano, da II Feira Internacional da Amazônia - FIAM, e a participação dos Países Membros; trata-se de evento de incentivo comercial, cultural e acadêmico que permitirá fomentar o intercâmbio entre os países e difundir o trabalho que a organização realiza para a integração e o desenvolvimento dos Estados Membros; e RECONHECEM a importância da realização do Seminário sobre “Cooperação e Integração Econômica Regional na Amazônia”, a ser realizado no marco da II FIAM;

36. DECIDEM que sejam estudados mecanismos para efetivamente incorporar a sociedade civil dos países amazônicos no processo de formulação de políticas e implementação dos planos e programas estabelecidos no Plano Estratégico da organização; tal participação é tida como fundamental para o êxito do trabalho da OTCA, contemplando, assim, as reais expectativas das populações Amazônicas;

37. DÃO boas-vindas à Secretária-Geral da OTCA, Doutora Rosalía Arteaga, e expressam seu reconhecimento pela excelente gestão que realiza à frente da Organização;

38. TRANSMITEM sua profunda simpatia aos povos que estão sofrendo os efeitos catastróficos do furacão Ivan em sua passagem pelo Mar do Caribe e aos familiares das vítimas desse desastre natural. Também expressam sua solidariedade com os esforços de reconstrução dos países afetados;

39. DECIDEM instruir a Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR – para que, em coordenação com a Secretaria Permanente, elaborem propostas e critérios para a possível participação de Observadores em futuras reuniões da OTCA;

40. ACEITAM com satisfação o oferecimento da República do Peru para que a IX Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da OTCA se realize na cidade de Iquitos, Peru, em setembro de 2005;

41. DECIDEM levar à consideração dos

Senhores Presidentes dos Estados Membros da OTCCA a sugestão para a realização de uma Cúpula Presidencial da Organização no início de 2006, e registram a oferta da República do Equador para sediar essa reunião;

Em testemunho do que, os Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos na Cidade de Manaus aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e quatro, decidem assinar esta Declaração de Manaus.

* Ver na Ata da VIII Reunião de Chanceleres a aprovação com reserva da Delegação da República Bolivariana da Venezuela em razão de disposições constitucionais.

Visita Oficial ao Brasil do Primeiro- Ministro do Japão, Junichiro Koizumi

A convite do Governo brasileiro, o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, realizará visita oficial ao Brasil de 14 a 16 de setembro corrente. O Primeiro-Ministro Koizumi estará acompanhado do Vice-Ministro da Secretaria-Geral do Gabinete e de altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério das Finanças, do Ministério da Economia, Indústria e Comércio, do Ministério da Administração Pública, do Interior, Correios e Telecomunicações, e do Ministério da Agricultura, Reflorestamento e Pesca, bem como de representativa delegação empresarial.

No dia 14, o Primeiro-Ministro Koizumi visitará região agrícola paulista, próxima a Ribeirão Preto, para conhecer lavouras de café, laranja, cana-de-açúcar, e reflorestamento, em fazendas onde viveram cerca de 50 famílias japonesas pioneiras.

No dia 15, o Primeiro-Ministro japonês participará de solenidades com instituições representativas da comunidade nipo-brasileira em São Paulo. Em seguida, será homenageado com almoço no Palácio dos Bandeirantes.

No dia 16, o Primeiro-Ministro será recebido

pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, e será homenageado com almoço no Palácio do Itamaraty. Os dois altos mandatários deverão examinar o futuro das relações nipo-brasileiras à luz da comemoração, em 2008, do Centenário da imigração japonesa para o Brasil, bem como da presença de importante comunidade brasileira no Japão. Estarão igualmente na pauta a redinamização das relações econômicas, comerciais, financeiras, científico-tecnológicas e outras entre os dois países. O Primeiro-Ministro Koizumi e o Presidente Lula tratarão também de temas da agenda multilateral, com ênfase na reforma das Nações Unidas e na cooperação internacional para a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá expressar ao Primeiro-Ministro japonês sua intenção de visitar o Japão em 2005.

Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (Manaus, 15 de setembro de 2004)

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, visitará a cidade de Manaus amanhã, 15 de setembro, quando será homenageado com um almoço de trabalho pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela manhã, os dois mandatários encerrarão o encontro empresarial Brasil-Venezuela e à tarde inaugurarão a II Feira Internacional da Amazônia – II FIAM, atividade organizada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA - e pelo governo do estado do Amazonas.

Esta será a primeira visita do Presidente Hugo Chávez ao Brasil após a realização, em 15 de agosto último, do referendo revocatório que, por ampla margem de votos, confirmou sua permanência como Chefe de Estado da Venezuela, com mandato até agosto de 2006.

Os dois Presidentes terão oportunidade de analisar questões internacionais e regionais, além de tratar de intensa agenda bilateral, que inclui importantes projetos de desenvolvimento em infraestrutura.

Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías - Comunicado Conjunto

1. Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, reuniram-se em Manaus, em 15 de setembro de 2004, por ocasião da abertura da II Feira Internacional da Amazônia (II FIAM) e da realização do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, cujos excelentes resultados foram acolhidos com satisfação.

2. Os Presidentes celebraram o espírito de amizade que anima as relações bilaterais e que se traduz, entre outros aspectos, na coincidência de posições sobre a agenda internacional e regional e na vocação integracionista compartilhada por ambos países.

3. Da mesma forma, os Presidentes se congratularam com o fortalecimento do diálogo para a consolidação de uma cooperação integral nas áreas social, financeira, agrícola, comercial, energética, turística, e de construção de infra-estrutura entre os setores produtivos de ambos os países.

4. Os Presidentes coincidiram em que o referendo de 15 de agosto constituiu um marco na história democrática da Venezuela. Manifestaram sua satisfação com o fato de que o referendo tenha transcorrido em clima de absoluta normalidade, e tenha efetivamente representado, aos olhos da comunidade internacional e conforme expressamente reconhecido pela OEA, a solução pacífica, eleitoral e constitucional para a situação de crise antes vivida na Venezuela.

5. O Presidente Hugo Chávez ressaltou a ação construtiva e o papel moderador exercido pelo Brasil, na liderança do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, que contribuiu para o encaminhamento adequado das questões surgidas no processo e o desenlace final do referendo. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva congratulou o Governo venezuelano pela atitude firme

e serena na condução do referendo e pela disposição de promover o diálogo com os setores da oposição democrática em benefício dos interesses nacionais.

6. Os Presidentes assinalaram a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração regional nos aspectos político, econômico, social e no referente à infra-estrutura física. Consideraram, nesse contexto, que os interesses da região poderão ser alcançados mais rápida e seguramente na medida em que progredir a integração, aliando crescimento e justiça social. O Presidente da Venezuela enfatizou a proposta de criação de um Banco do Sul, de uma Televisão do Sul e de um Fundo Latino-americano de Garantias, como elementos de uma Alternativa Bolivariana para as Américas.

7. O Presidente Hugo Chávez Frías transmitiu convite ao Governo brasileiro para que considere incorporar-se à iniciativa conjunta da Venezuela e Argentina de criação da aliança Petrosul.

8. Os Presidentes ressaltaram o potencial que representa, para toda a América do Sul, a aproximação do MERCOSUL com a Comunidade Andina de Nações. Enfatizaram a necessidade de conclusão urgente e imediato registro na ALADI do Acordo MERCOSUL/CAN, o qual constitui peça fundamental para a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

9. Os dois Presidentes saudaram a realização, em Manaus, da VIII Reunião de Chanceleres dos Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual constitui valioso mecanismo de cooperação entre os Estados Membros na busca do desenvolvimento sustentável da região.

10. Destacaram a intensidade dos contatos na área comercial e empresarial. Manifestaram a disposição de incrementar e diversificar o comércio bilateral e citaram, como exemplo de iniciativas inovadoras, os Encontros Empresariais, as Macro-rodadas de Negócio e o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).

11 Registraram, com satisfação, o interesse

da Petrobras e da PDVSA em ampliar suas operações em ambos os países. Estimularam um maior nível de cooperação entre empresas públicas e privadas, câmaras e associações empresariais do ramo em ambos os países.

12. Decidiram reativar a Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (COBAN), que deverá reunir-se em data próxima a ser acordada entre as Chancelarias.

13. Concordaram com a necessidade de agilizar os mecanismos para a implementação do Acordo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES) e a República Bolivariana da Venezuela com vistas a permitir o total aproveitamento das linhas de crédito outorgadas pelo BNDES.

14. Os Presidentes salientaram a importância da coordenação de posições dos países da região nas negociações comerciais internacionais. Essas negociações, para alcançar resultados equilibrados e equitativos, têm de levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, as estratégias de desenvolvimento nacional e as enormes carências sociais.

15. Reafirmaram o compromisso com a luta contra a pobreza, acordando coordenar esforços bilaterais e internacionais para a implementação de políticas eficazes em matéria de saúde, emprego, educação e segurança alimentar. Mencionaram, a propósito, a iniciativa brasileira de organizar em Nova York, em 20 de setembro, a Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, que contará com a presença do Presidente Hugo Chávez.

16. Afirmaram a necessidade de um acordo de cooperação em matéria aduaneira e tributária e recomendaram às autoridades competentes que se reúnam com a possível brevidade para sua negociação.

17. Saudaram com satisfação a conclusão das negociações técnicas para a assinatura de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação, que deverá ser assinado com a brevidade possível.

18. O Presidente Hugo Chávez Frías mencionou as missões de alfabetização, educação média e superior, assim como as missões na área da saúde e reinserção do cidadão no setor produtivo. Ao destacar os bem sucedidos resultados daqueles programas no âmbito do cumprimento das Metas do Milênio, convidou o Governo do Brasil a participar da elaboração de uma agenda social bilateral, incluindo encontros entre os diferentes atores sociais, e alianças e associações estratégicas entre regiões dos dois países para promover uma economia solidária, inclusive no setor de cooperativas.

19. Os dois Presidentes consideraram os temas mais relevantes da atualidade internacional. Convieram na urgência da reafirmação do multilateralismo, mediante renovado compromisso com as Nações Unidas e com a necessidade de proceder a reformas na Organização, sobretudo no Conselho de Segurança, com o objetivo precípua de ampliar sua representatividade e legitimidade.

20. Destacaram como objetivos comuns o logro da estabilidade democrática e o respeito à institucionalidade na América Latina e no Caribe. Ressaltaram, nesse contexto, a importância da participação sul-americana na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH e demonstraram confiança em que essa participação contribuirá para o restabelecimento das instituições democráticas e para a promoção do desenvolvimento econômico e social do povo irmão haitiano.

21. Quanto à reforma do Conselho de Segurança, o Presidente Chávez recordou o apoio da Venezuela a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Lula expressou seu vivo agradecimento a esse importante apoio.

22. O Presidente Hugo Chávez Frías reiterou o convite ao Presidente Lula, aos empresários e autoridades brasileiras para participar na primeira Macro-rodada de Negócios Venezuela-Brasil, no mês de novembro de 2004.

Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi - Comunicado Conjunto (São Paulo e Brasília, 14 a 16 de setembro de 2004)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, efetuou visita oficial ao Brasil, de 14 a 16 de setembro de 2004.

2. O Primeiro-Ministro Koizumi visitou São Paulo nos dias 14 e 15 de setembro, tendo sido homenageado em almoço oferecido pelo Governador do Estado, Geraldo Alckmin. Encontrou-se também com representantes da Comunidade nipo-brasileira naquela cidade.

3. No dia 16 de setembro, o Primeiro-Ministro Koizumi foi recebido pelo Presidente Lula. No encontro privado, ambos os Mandatários mantiveram intenso e abrangente intercâmbio de idéias sobre o estado atual das relações bilaterais bem como sobre temas de âmbito global.

4. Lembrando mais de um século de amizade e cooperação, ambos os líderes expressaram forte determinação de fortalecer os laços bilaterais. Nesse sentido, ambos discutiram os laços políticos, econômicos e humanos que estão na base das relações Brasil-Japão e reafirmaram a disposição de envidar esforços para intensificar ainda mais esse relacionamento.

5. Ambos os Dignitários assinalaram a importância do intercâmbio de visitas de alto nível entre os dois países. O Presidente brasileiro sublinhou a alta relevância da visita do Primeiro-Ministro do Japão ao Brasil. O Mandatário japonês estendeu convite ao Presidente Lula para realizar visita ao Japão em data de mútua conveniência. O Presidente brasileiro aceitou de bom grado o convite.

6. Ambos os líderes saudaram a contribuição dos imigrantes japoneses ao Brasil desde 1908 e afirmaram a determinação de celebrar, em 2008, a data do Centenário da imigração como o “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”. Também concordaram em estabelecer um “Conselho Brasil-Japão para o

Século XXI”, voltado à elaboração de recomendações sobre oportunidades futuras para o adensamento das relações bilaterais.

7. O Primeiro-Ministro Koizumi agradeceu a acolhedora recepção aos imigrantes japoneses no Brasil ao longo de tantos anos. O Presidente Lula também expressou gratidão pela maneira amistosa pela qual a Comunidade brasileira tem tido a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da economia e da sociedade japonesas em décadas recentes. Ambos os líderes concordaram, nesse contexto, que os laços humanos desempenham papel crucial no aprofundamento da amizade e da compreensão mútuas. Ambos reconheceram que o trabalho, a educação, a previdência social e os transportes são elementos vitais neste contexto.

8. Ambos os líderes consideram que a interação política deveria ser intensificada e saudaram o progresso das consultas inter-governamentais sobre assuntos políticos e econômicos entre o Brasil e o Japão e entre o Japão e o MERCOSUL. Ambos também concordam que seria importante aperfeiçoar tais consultas, promover o aumento do intercâmbio de visitas de alto nível - incluídas as de nível ministerial -, e maior interação não apenas em nível governamental, mas também em nível parlamentar.

9. Ambos os líderes consideraram oportuna a revitalização das relações bilaterais na esfera econômica e comercial. Ambos decidiram trabalhar em parceria com os setores governamental e privado dos dois países de modo a explorar maneiras de revitalizar as relações econômicas entre o Brasil e o Japão, e também entre o Japão e o MERCOSUL. Nesse sentido, têm expectativa de resultados positivos no próximo encontro do Comitê Econômico bilateral, a ter lugar no Japão, em 2005.

10. Ambos os líderes compartilham a convicção de que aspectos complementares de ambas as economias criam oportunidades importantes que dão novo vigor às relações Brasil-Japão. Nesse contexto, reconheceram com satisfação a importante contribuição da cooperação financeira japonesa para

projetos estratégicos brasileiros nos campos da energia; dos recursos naturais; da infra-estrutura; do meio ambiente; e da segurança alimentar. Reconheceram também as importantes oportunidades criadas por ambos os países para futuros projetos de cooperação.

11. Ambos os líderes reafirmaram a importância do programa de cooperação técnica bilateral e aprovaram com satisfação o resultado positivo do décimo- sexto encontro sobre o assunto realizado em Tóquio, de 27 a 28 de maio último. Sublinharam a importância de projetos e de programas bilaterais, assim como daqueles relacionados a terceiros países. Expressaram satisfação com as atuais iniciativas de cooperação na América Latina e na África.

12. Reconhecendo que o intercâmbio cultural desempenha papel importante para a compreensão entre as populações do Japão e do Brasil, ambos os líderes decidiram intensificar a promoção deste intercâmbio. Nesse sentido, manifestaram a intenção de trabalhar em parceria na organização de eventos tais como a Exposição de Arte Japonesa, a ser realizada no Brasil, em 2008. Tendo em vista o papel crucial a ser desempenhado pelas novas gerações no futuro relacionamento bilateral, o Primeiro-Ministro japonês manifestou a intenção de convidar ao Japão mais de mil estudantes e jovens brasileiros, nos próximos cinco anos, em diversos programas de intercâmbio. O Presidente brasileiro saudou esta proposta.

13. Ambos os Mandatários consideraram ser de grande importância aperfeiçoar a eficácia e a credibilidade de instituições multilaterais, particularmente as Nações Unidas e o Conselho de Segurança, especialmente pelo aumento do número de seus membros tanto permanentes quanto não-permanentes. Baseados no firme reconhecimento de que ambos os países são candidatos legítimos a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e à luz da atual realidade do sistema internacional, o Brasil e o Japão prestarão apoio

mútuo às respectivas candidaturas durante a reforma da instituição, empreenderão esforços e trabalharão em parceria para atingir tal objetivo.

14. Ambos os líderes saudaram a decisão tomada pelo Conselho-Geral da OMC, dia 1º de agosto de 2004. Ao confirmarem que a manutenção e o fortalecimento do sistema de comércio multilateral são indispensáveis para a evolução dos países em desenvolvimento, e para o crescimento da economia mundial; e recordando a necessidade de demonstrar flexibilidade, espírito construtivo e vontade política nas negociações, ambos os Mandatários decidiram trabalhar conjuntamente para assegurar negociações produtivas rumo à sexta reunião ministerial a ter lugar em Hong Kong em dezembro de 2005; e reafirmaram o compromisso com a conclusão satisfatória da Rodada de Doha por meio da implementação de seu mandato, o que facilitará significativamente a integração dos países em desenvolvimento no sistema de comércio multilateral em todos os campos relevantes.

15. Ambos os líderes reiteraram interesse comum pelo meio ambiente global e seu compromisso para com a promoção do desenvolvimento sustentável. Assinalando que a mudança climática é um dos maiores desafios com que se depara a humanidade, reafirmaram a importância da entrada em vigor do Protocolo de Quioto e instaram todas as Partes na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que ainda não o fizeram a ratificar o Protocolo.

Ambos também enfatizaram sua satisfação com o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria ambiental, em particular com iniciativas como a Reunião Informal sobre Ações contra Mudança do Clima, co-presidida pela segunda vez por Brasil e Japão e realizada em Tóquio, nos dias 15 e 16 de setembro de 2004.

Ambos discutiram ainda a importância de Reduzir, Reutilizar e Reciclar (Iniciativa 3 R) e o Primeiro-Ministro do Japão convidou o Brasil a participar do Encontro Ministerial sobre a Iniciativa 3R, a ter lugar em abril de 2005, em Tóquio. O Presidente brasileiro examinará a proposta.

Ambos os líderes têm interesse nas fontes renováveis de energia, incluído o uso do etanol como uma das medidas de prevenção ao efeito estufa.

16. Ambos os Mandatários reafirmaram seu compromisso com os objetivos de desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa e dos meios de sua distribuição. Ambos confirmaram a intenção de trabalhar conjuntamente para esse fim, entre outras iniciativas, na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação, em 2005, que será presidida pelo Brasil, com vistas a atingir resultado que contribua para a implementação do Tratado.

17. Ambos os líderes discutiram questões sobre a redução da pobreza, contra-terrorismo e outros importantes temas internacionais, a fim de tratá-los de maneira democrática e equitativa.

18. Ambos os Dignitários concluíram o Encontro de Cúpula reafirmando o compromisso compartilhado com os princípios da Democracia, dos Direitos Humanos e da economia de mercado que norteiam os dois países.

Reunião de Vice-Ministros da área econômica e das Chancelarias dos países do Grupo do Rio para discutir o tema dos “mecanismos financeiros inovadores” (Brasília, 16 de setembro de 2004)

Por iniciativa da Secretaria Pro-Tempore Brasileira do Grupo do Rio, realizou-se em Brasília, no dia 16 de setembro de 2004, reunião de Vice-Ministros da área econômica e das Chancelarias dos países do Grupo do Rio para discutir o tema dos “mecanismos financeiros inovadores”, destinados a incrementar os investimentos produtivos e os investimentos em infra-estrutura na região, sem prejudicar suas políticas fiscais.

Foram examinadas as experiências nacionais em matéria de disciplina fiscal e investimentos em infra-estrutura e apresentadas as experiências dos países no aperfeiçoamento dos critérios de contabilidade fiscal dos organismos financeiros internacionais, com vistas a permitir a execução de investimentos produtivos, sem

comprometer a sustentabilidade fiscal dos países. Foram feitos relatos e trocadas percepções sobre os Bônus vinculados ao crescimento, de interesse de alguns países da região.

Reafirmou-se a importância de avançar com firmeza e rapidez nas análises técnicas que viabilizem a Autoridade Sul-Americana de Infra-estrutura (ASI), de modo a se poder desenvolver projetos de integração entre os países da região.

Os representantes dos países presentes à reunião agradeceram ao Governo do Peru pelos esforços de fazer avançar a ASI e solicitaram que lhes fosse enviado o informe de consultoria sobre a iniciativa. Os participantes da IIRSA se comprometeram a submeter ao Governo peruano seus comentários e sugestões a esse respeito no mais breve prazo. O Governo do Peru prontificou-se a fazer circular os comentários entre os países do Grupo do Rio. Oportunamente será marcada data de reunião técnica para examinar os comentários e avançar na constituição da ASI.

Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza

Por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, reunimo-nos em Nova York, no dia 20 de setembro de 2004, em um espírito de cooperação e de diálogo, visando a discutir uma renovada ação internacional para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento.

Recordamos que a pobreza extrema afeta mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, que sobrevivem com menos de um dólar por dia. Na África subsaariana, cerca de 300 milhões de indivíduos estão submetidos à mais absoluta pobreza. Milhões de crianças continuam a morrer todos os anos, por falta de assistência médica, água potável, habitação decente e adequada nutrição, enquanto 20 mil vidas se perdem a cada dia por doenças relacionadas à fome. Nas condições atuais de progresso tecnológico e de produção agrícola globais, a persistência de uma

situação como essa só pode ser descrita como economicamente irracional, politicamente inaceitável e moralmente vergonhosa.

Compartilhamos a visão de que enfrentar a pobreza e a injustiça social no mundo é vital para a segurança e a estabilidade de todos os países, tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento.

Reconhecemos que um sistema de comércio multilateral livre, equitativo e promotor do desenvolvimento pode desempenhar um papel importante na erradicação das causas profundas da pobreza e da fome mediante a criação de empregos, a geração e distribuição de riquezas. Precisamos de um ambiente internacional capaz de favorecer os esforços internos de cada país, inclusive os relacionados às políticas públicas consistentes e eficazes em todos os níveis e ao respeito à lei, de modo a promover o crescimento econômico sustentado com equidade e fazer progressos no combate à fome e à pobreza.

Enfatizamos a necessidade de assistir adequadamente às vítimas da extrema pobreza e da fome por meio de uma nova mobilização política, que coloque o desenvolvimento socioeconômico no topo das agendas nacional e internacional.

Cientes dessa responsabilidade compartilhada e premidos por um sentido de urgência, encontramos, na véspera da Assembléia Geral, no mais alto nível político, para reforçar nossa determinação de agir contra a fome e pobreza e para reafirmar o papel central das Nações Unidas e de suas agências, fundos e programas.

Na Cúpula Mundial da Alimentação e, posteriormente, na Cúpula do Milênio, a comunidade internacional estabeleceu prazos e metas mensuráveis de desenvolvimento. A implementação desses compromissos e o cumprimento desses objetivos são nossa responsabilidade.

Mesmo reconhecendo que alguns progressos foram feitos, o balanço geral em todo o mundo revela-se ainda desalentador. A implementação das metas acordadas não pode ser esquecida. Se ações firmes e urgentes não forem tomadas, tais objetivos não

serão alcançados em 2015, especialmente na África subsaariana.

Em 2002, a comunidade internacional deu um passo adiante e comprometeu-se a não fraquejar na implementação do Consenso de Monterrey. Alguns países doadores já atingiram, de fato, a meta de prover assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) na proporção de 0,7% de seu PIB. Outros países estabeleceram prazos para aumentar seus níveis de AOD. Por mais promissores que sejam tais sinais, muito resta a ser feito para não ficarmos aquém dos 50 bilhões de dólares anuais que, no mínimo, se fazem necessários para cumprir as Metas do Milênio até 2015. Recordamos que o Consenso de Monterrey baseia-se na noção de um compromisso mútuo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) constitui exemplo de uma frutífera parceria desse gênero.

Assinalamos a necessidade de aprimorar a AOD, de modo a ajudar os países em desenvolvimento a promover o desenvolvimento sustentável e assegurar condições humanamente dignas que só uma vida livre da fome e da miséria pode propiciar. Nesse sentido, deve-se ter como objetivos a coordenação e harmonização de políticas entre os países doadores, a previsibilidade da ajuda, o apoio orçamentário, compromissos que transcendam o curto prazo, e o respaldo a estratégias de redução da pobreza dirigidas pelo próprio país interessado.

Além de aumentar e aperfeiçoar os níveis de assistência, reconhecemos que é também apropriado e oportuno dar atenção a mecanismos inovadores de financiamento – públicos ou privados, obrigatórios ou voluntários, de participação universal ou limitada – com vistas a obter os recursos que se requerem com urgência para cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), bem como complementar e conferir estabilidade e previsibilidade no longo prazo à ajuda externa. Exortamos a comunidade internacional a considerar cuidadosamente o relatório preparado pelo Grupo Técnico que se criou a partir da Declaração de

Genebra, assinada em 30 de janeiro de 2004. Esse relatório explora modos de identificar novos recursos para o desenvolvimento, em volumes significativos e bases econômicas sólidas.

Saudamos os vários esforços internacionais em curso para identificar soluções concretas e conclamamos a uma maior coordenação entre os diferentes mecanismos. Instamos os governos, organizações, o setor privado e a sociedade civil a se juntarem a essa empreitada e a contribuir para promover o progresso sustentado. Nesse contexto, reiteramos o papel crucial das instituições multilaterais. Fazemos um apelo por esforços efetivos, de modo que, no evento de alto nível das Nações Unidas em 2005, voltado para a avaliação dos avanços feitos no cumprimento das MDM, possamos assegurar de que estamos no caminho certo.

Há capacidade e recursos suficientes no mundo para erradicar a fome e a pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável com justiça social.

O maior escândalo não é que a fome exista, mas que ela continue a existir quando temos os meios para erradicá-la. É chegada a hora de agir.

A fome não pode esperar.

Comunicado conjunto de Imprensa do G-4 (Nova York, 21 de setembro de 2004)

A convite do Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e o Vice Primeiro-Ministro da Alemanha, Joschka Fischer, reuniram-se hoje, 21 de setembro, em Nova York, para discutir e coordenar posições a respeito da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao final da reunião, os quatro países emitiram o seguinte comunicado conjunto de imprensa:

“Comunicado conjunto de imprensa:

Para que a comunidade internacional possa enfrentar de forma eficaz os vários desafios e ameaças com que presentemente se defronta, é importante

reformular as Nações Unidas como um todo.

A Assembleia Geral precisa ser revitalizada, uma vez que representa a vontade coletiva de todos os Estados Membros. É preciso também tornar mais eficientes as agências e órgãos das Nações Unidas nos campos econômico e social a fim de enfrentar de maneira eficaz desafios urgentes.

O Conselho de Segurança precisa refletir as realidades da comunidade internacional no século XXI. Ele precisa ser representativo, legítimo e eficaz. É essencial que o Conselho de Segurança inclua, de forma permanente, países que tenham a vontade e a capacidade de assumir responsabilidades mais significativas em relação à manutenção da paz e segurança internacionais. O número de membros das Nações Unidas quase quadruplicou desde 1945, com acentuado aumento no número de países em desenvolvimento. O Conselho de Segurança, portanto, precisa ser ampliado tanto em suas categorias de membros permanentes como não-permanentes, incluindo tanto países em desenvolvimento como desenvolvidos entre os novos membros permanentes.

Brasil, Alemanha, Índia e Japão, baseados no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado, apóiam suas candidaturas de forma recíproca. A África deverá estar representada entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Trabalharemos coletivamente para, junto com outros Estados Membros, realizar uma reforma significativa das Nações Unidas, incluindo a do Conselho de Segurança.”

(texto original em inglês)

“Joint Press Statement

1. In order for the international community to effectively address the various threats and challenges that it presently faces, it is important to reform the United Nations as a whole.

2. The General Assembly must be revitalized,

as it represents the general will of all Member States. We must also enhance the efficiency of the UN agencies and organs in the social and economic fields in order to effectively address urgent challenges.

3. The Security Council must reflect the realities of the international community in the 21st Century. It must be representative, legitimate and effective. It is essential that the Security Council include, on a permanent basis, countries that have the will and the capacity to take on major responsibilities with regard to the maintenance of international peace and security. There also has been a nearly four-fold increase in the membership of the United Nations since its inception in 1945, including a sharp increase in the number of developing countries. The Security Council, therefore, must be expanded in both the permanent and non-permanent categories, including developing and developed countries as new permanent members.

4. Brazil, Germany India and Japan, based on the firmly shared recognition that they are legitimate candidates for permanent membership in an expanded Security Council, support each other’s candidatures. Africa must be represented in the permanent membership in the Security Council. We will work collectively towards realizing a meaningful reform of the United Nations, including that of the Security Council, together with other Member States.”

Doação brasileira ao Haiti, após a passagem do furacão “Jeanne”

Na última semana, o Haiti foi duramente atingido pelo furacão “Jeanne”, que provocou, em grande escala, devastação, desabrigo e morte. As cidades de Gonaïves, Passereine, Portail, Mapou, Port-de-Paix e Cap Haïtien sofreram os piores efeitos da tormenta. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu ao Presidente haitiano, Boniface Alexandre, a seguinte mensagem de solidariedade:

“Tendo tomado conhecimento dos efeitos devastadores da passagem do furacão ‘Jeanne’ pelo

Haiti, venho transmitir a Vossa Excelência, neste momento de severas perdas humanas e materiais, as expressões da inabalável solidariedade e da amizade do Governo e do povo brasileiros para com o Governo e o povo haitianos.

Mais alta consideração

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

O Governo brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, está doando ao Haiti três “kits-enchente”, que contêm, além de medicamentos básicos, soro de reidratação e soro glicosado. A carga, de quase uma tonelada, partirá do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, às oito horas da manhã de amanhã, a bordo de aeronave da Força Aérea Brasileira.

Comunicado Conjunto do SICA e do MERCOSUL

Os Chanceleres do Sistema da Integração Centro-Americano (SICA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) se reuniram em 22 de setembro de 2004 na sede das Nações Unidas em Nova York por ocasião da 59ª Assembleia Geral com o objetivo de dialogar sobre temas de interesse mútuo. Felicitaram-se pela realização desta primeira reunião de aproximação para fortalecer o diálogo entre os dois grupos.

2. Nesta ocasião, os Chanceleres acordaram:

- o intercâmbio de missões técnicas exploratórias sobre a realidade econômica e comercial bem como as possíveis assimetrias entre seus países e as duas regiões;

- intercambiar experiências sobre as negociações comerciais em curso com terceiros países ou grupos de países;

- reunir-se por ocasião da próxima Cúpula do Grupo do Rio em novembro de 2004 no Rio de Janeiro para dar seguimento a este diálogo;

- que as Secretarias do SICA e do MERCOSUL iniciem contatos para intercambiar informações sobre as experiências de ambos os

processos de integração e explorar possibilidades de cooperação.

3. Os Chanceleres do MERCOSUL convidaram o Conselho de Ministros do SICA a participar, na qualidade de observadores, da próxima reunião do Conselho Mercado Comum em Belo Horizonte, Brasil, no próximo mês de dezembro de 2004.

(texto en español)

Comunicado Conjunto del SICA y del MERCOSUR

Los Cancilleres del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) y del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) se reunieron el 22 de septiembre de 2004 en la sede de las Naciones Unidas en Nueva York en ocasión de la 59ª Asamblea General con el objeto de dialogar sobre temas de interés mutuo. Expresaron su complacencia con la realización de esta primera reunión de acercamiento para fortalecer el diálogo entre los dos grupos.

2. En esta ocasión, los Cancilleres acordaron:

- el intercambio de misiones técnicas exploratorias sobre la realidad económica y comercial así como las posibles asimetrías entre sus países y las dos regiones;

- intercambiar experiencias sobre las negociaciones comerciales en curso con terceros países o grupos de países;

- reunirse en ocasión de la próxima Cumbre del Grupo de Río en noviembre de 2004 en Rio de Janeiro para dar seguimiento a dicho diálogo;

- que las Secretarías del SICA y del MERCOSUR inicien contactos para intercambiar informaciones sobre las experiencias de ambos procesos de integración y explorar posibilidades de cooperación.

3. Los Cancilleres del MERCOSUR extendieron una invitación al Consejo de Ministros del SICA para participar, en calidad de observadores, en la próxima reunión del Consejo Mercado Común en Belo Horizonte, Brasil, en el próximo mes de diciembre de 2004.

LIX Assembléia Geral das Nações Unidas - Programa de reuniões do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim

No contexto de sua participação na LIX Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, o Ministro Celso Amorim manteve ontem, dia 22, encontros para tratar de assuntos de interesse bilateral e de temas da agenda internacional com os Ministros das Relações Exteriores da Tunísia, Habib Ben Yahia; do Canadá, Pierre Pettigrew; da Turquia, Abdullah Gül; e de Cuba, Felipe Perez Roque. No mesmo dia, o Ministro Amorim presidiu reunião entre Chanceleres dos países do MERCOSUL e do SICA (Sistema de Integração Centro-Americano), participou de almoço de trabalho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Civis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz e de reunião do Painel de Alto Nível sobre Reforma das Nações Unidas.

A agenda do Ministro Amorim hoje, 23 de outubro, inclui café da manhã com Chanceleres do G-3 (IBAS), Reunião Ministerial América do Sul/ Países Árabes e encontros bilaterais com os Chanceleres da Índia, Natwar Singh; do Egito, Ahmed Abu Gheit; do Irã, Kamal Kharrazi; da Noruega, Jan Petersen; da Polônia, Włodzimierz Cimoszewicz; da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma; da Argélia, Abdelaziz Belkhadem; da Palestina, Nabil Shaath; e com o Secretário-Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN), Allan Wagner.

Amanhã, dia 24, estão previstas, entre outras, reunião da Troika (Brasil, Argentina e Peru) do Grupo do Rio com o Chanceler da Rússia, Sergei Lavrov; reunião com os Chanceleres do G-4 (Natwar Singh, da Índia; Joschka Fischer, da Alemanha; e Yuriko Kawaguchi, do Japão); e encontro bilateral com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Ban Ki-Moon.

Comunicado de imprensa do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) - (Nova York, 23 de setembro de 2004)

(tradução não oficial)

Os Ministros das Relações Exteriores da Índia, Brasil e África do Sul reuniram-se em Nova York, em 23 de setembro de 2004, por ocasião da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento do diálogo e da cooperação trilateral entre seus países.

2. Concordaram em intensificar consultas políticas entre si e em que os respectivos Representantes Permanentes em Nova York mantenham encontros regulares com esse propósito. Também acordaram manter diálogo com outros países conforme necessário.

3. Tomaram nota do progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Nova Delhi e concordaram adotar medidas para fortalecer ainda mais sua implementação. A esse respeito, aguardam a próxima reunião da Comissão Trilateral do IBAS, a ser realizada na África do Sul no primeiro trimestre de 2005. A Comissão Trilateral deverá ser precedida de Reunião Preparatória dos Pontos Focais do IBAS, que ocorrerá na Índia em novembro de 2004. Decidiram, também, intensificar a cooperação direcionada para o desenvolvimento de projetos concretos em áreas já identificadas incluindo, entre outras, Ciência e Tecnologia; Turismo e Transporte; e Tecnologias de Informação e Comunicação.

4. Reafirmaram sua determinação de desempenhar papel construtivo em temas internacionais e de trabalhar em conjunto para fortalecer o sistema multilateral e intensificar a cooperação em foros internacionais.

5. Reiteraram, ademais, que, para que a comunidade internacional possa fazer frente de forma eficiente aos diversos desafios e ameaças que se lhe apresentam, é importante reformar as Nações Unidas como um todo. A Assembléia Geral deve ser revitalizada. O papel do ECOSOC deve ser reforçado. O Conselho de Segurança deve ser

expandido para refletir as realidades da comunidade internacional no século XXI. Ele deve ser representativo, legítimo e eficaz e suas decisões devem servir aos interesses da comunidade global. Como houve um aumento de cerca de quatro vezes do número de membros das Nações Unidas desde sua criação em 1945, com sensível aumento no número de países em desenvolvimento, o Conselho de Segurança deve ser expandido nas categorias permanente e não-permanente, com a participação de países em desenvolvimento.

6. Aguardam a divulgação do relatório do “Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança”, ao qual foi confiada, pelo Secretário-Geral, a tarefa de recomendar formas de fortalecer as Nações Unidas, por meio da reforma de suas instituições e processos. Manifestaram a esperança de que esse relatório venha a oferecer importante contribuição à atual discussão sobre o assunto.

7. Eles igualmente repudiaram o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, tendo concordado que o mesmo constitui uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais. Reiteraram seu firme compromisso e solidariedade para conter o terrorismo por meio de uma cooperação internacional efetiva e coordenada, garantindo o respeito à soberania dos Estados, à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional.

8. Reiteraram que o foco primário no desenvolvimento humano, na luta contra a fome e a pobreza, e nas medidas destinadas a promover uma melhor qualidade de vida, deveria embasar e conferir maiores garantias à paz e à estabilidade internacionais. A esse respeito comprometeram-se a trabalhar juntos para o êxito da reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral, em 2005, que deverá proceder à revisão abrangente dos progressos na implementação da Declaração do Milênio.

9. Recordaram o Fundo de financiamento estabelecido pela Índia, Brasil e África do Sul à margem da 58ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, como iniciativa complementar a outros esforços

em curso sob consideração da comunidade internacional, com vistas ao combate à pobreza e à fome. A propósito, anunciaram, com satisfação, o lançamento do primeiro projeto a ser financiado pelo Fundo IBAS, em apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário na Guiné-Bissau. Sublinharam que a cooperação técnica a ser provida ao Governo da Guiné-Bissau compreende atividades que visam à erradicação da pobreza e da fome, como contribuição para a implementação das Metas do Milênio. Atribuíram ênfase à importância de se dar maior divulgação, junto à comunidade internacional, do Fundo IBAS e de seu papel na promoção da cooperação Sul-Sul.

10. Saudaram a Declaração de Nova York sobre “Ação contra a Fome e a Pobreza” instituída no encontro de líderes mundiais em 20 de setembro de 2004. Reafirmaram sua determinação de aproveitar adicionalmente a utilização de mecanismos financeiros inovadores para apoiar a luta contra a fome e a pobreza, tendo em mente a necessidade de essas iniciativas figurarem como esforço adicional à Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA). Nesse contexto, instaram os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a adotar esforços concretos, com vistas à consecução dos objetivos acordados no âmbito da ODA, tanto para países em desenvolvimento quanto para países de menor desenvolvimento relativo.

(texto original em inglês)

IBSA DIALOGUE FORUM

PRESS RELEASE

New York, 23 September 2004

The Foreign Ministers of India, Brazil and South Africa met in New York on 23 September 2004, on the occasion of the 59th Session of the United Nations General Assembly. They reaffirmed their commitment towards the strengthening of the dialogue and trilateral co-operation among their countries.

2. They agreed to have closer political consultations amongst themselves and that the Permanent Representatives in New York would have regular meetings in this regard. They also agreed to

have dialogue with other countries as necessary.

3. They took note of progress made in the implementation of the New Delhi Plan of Action and agreed to take measures to further enhance implementation. In this regard they looked forward to the next meeting of the IBSA Trilateral Commission, to be held in South Africa during the first quarter of 2005. The Trilateral Commission would be preceded by a preparatory Meeting of the IBSA Focal Points, which will be hosted by India in November 2004. They also decided to intensify co-operation geared towards the development of concrete projects in areas already identified including, inter alia, Science and Technology; Tourism and Transportation; and Information and Communication Technologies.

4. They reaffirmed their determination to play a constructive role in international affairs and to work together to strengthen the multilateral system and to enhance co-operation in international fora.

5. They further reiterated that, in order for the international community to effectively address the various threats and challenges that it faces, it is important to reform the United Nations as a whole. The General Assembly must be revitalized. The role of the ECOSOC must be strengthened. The Security Council must be expanded, to reflect the realities of the international community in the 21st Century. It must be representative, legitimate and effective and its decisions should serve the interests of the global community. As there has been a nearly four-fold increase in the membership of the United Nations since its inception in 1945, including a sharp increase in the number of developing countries, the Security Council must be expanded in both the permanent and non-permanent categories, with the participation of developing countries.

6. They looked forward to the release of the report of the "High-level Panel on Threats, Challenges and Change", which was entrusted by the Secretary-General with the task of recommending ways of strengthening the United Nations, through reform of its institutions and processes. They expressed the hope

that the report would provide an important contribution to the ongoing discussion on the matter"

7. They further repudiated terrorism in all its forms and manifestations, having agreed that it constitutes a serious threat to international peace and security. They reiterated their firm commitment and solidarity to counter terrorism by means of an effective and coordinated international co-operation, ensuring respect for the sovereignty of States, the United Nations Charter and international law.

8. They reiterated that primary focus on human development, fight against hunger and poverty, and measures to promote a better quality of life, should underpin and provide greater guarantees for international peace and stability. In this regard they committed themselves to work together for the success of the high-level plenary meeting of the General Assembly in 2005, which will undertake a comprehensive review of the progress in the implementation of the Millennium Declaration.

9. They recalled the funding Facility set up by India, Brazil and South Africa on the margins of the 58th Session of the United Nations General Assembly, as an initiative complementary to other ongoing efforts being considered by the international community with the aim of combating poverty and hunger. In this regard, they announced with satisfaction the launching of the first project to be financed by the IBSA Fund, in support of agriculture and livestock development in Guinea-Bissau. They underlined that the technical cooperation to be provided to the Government of Guinea-Bissau encompasses activities aimed at the eradication of poverty and hunger, as a contribution to the implementation of the Millennium Development Goals. They emphasized the importance of generating greater awareness within the international community about the IBSA Facility and its role in enhancing south-south co-operation.

10. They welcomed the New York Declaration on "Action on Hunger and Poverty" launched at the meeting of world leaders on 20 September 2004. They reaffirmed their determination

to explore further the utilization of innovative financing mechanisms to assist in the fight against hunger and poverty, bearing in mind the need for this being an additionality to Official Development Assistance (ODA). In this context, they urged developed countries that have not done so to make concrete efforts towards meeting the agreed targets of ODA for both developing and least developed countries.

Reunião entre a Tróica do Grupo do Rio e a Federação da Rússia à margem da 59^a Assembléia Geral da ONU (Nova York, 24 de setembro de 2004)

Realizou-se em Nova York, em 24 de setembro de 2004, Reunião Ministerial entre a Tróica do Grupo do Rio, integrada por Brasil, Peru e Argentina, e a Federação da Rússia. Na ocasião, foi adotado Comunicado Conjunto, cuja versão em português é transcrita a seguir.

“Em 24 de setembro de 2004, em Nova York, por ocasião da 59^a Assembléia Geral das Nações Unidas, realizou-se reunião entre o Senhor Serguei Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Federação da Rússia, e a Tróica do Grupo do Rio, representada pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pelo Embaixador Santiago Marcovitch, em nome do Ministro das Relações Exteriores do Peru, e pelo Embaixador Dario Alessandro, em nome do Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Também participaram da reunião os Ministros das Relações Exteriores do Chile, da Colômbia e do Uruguai.

Os participantes mantiveram frutífero intercâmbio de opiniões sobre o multilateralismo e a cooperação internacional; a MINUSTAH e a cooperação com o Haiti; as Metas do Milênio e as iniciativas de combate à fome e à pobreza; e os mecanismos financeiros inovadores.

O representante da Rússia expressou reconhecimento pelos esforços levados a cabo pelo Grupo do Rio com relação à situação no Haiti e compartilhou a visão manifestada pelo representante

do Brasil no sentido de que o processo de estabilização no Haiti depende da pronta e completa mobilização das forças da MINUSTAH e de compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, bem como do envolvimento e da cooperação de todos os órgãos das Nações Unidas, inclusive do ECOSOC.

Os participantes concordaram quanto ao aumento da importância do multilateralismo no atual contexto internacional e à necessidade de fortalecimento das Nações Unidas, por meio da transformação do Conselho de Segurança em um órgão mais eficiente e representativo, bem como da revitalização da Assembléia Geral e do ECOSOC.

Em nome do Grupo do Rio, o representante do Brasil manifestou a solidariedade do Grupo à Federação da Rússia, diante dos deploráveis atos de terrorismo praticados em Beslan. Ambas as Partes reconheceram que o combate ao terrorismo constitui desafio de mais alta prioridade para a comunidade internacional; o Grupo do Rio emprestou seu completo apoio aos esforços para combater o flagelo do terrorismo.

Ambas as Partes manifestaram seu compromisso em relação à manutenção de um alto nível de diálogo e ao aprofundamento da cooperação em questões internacionais. Para esse fim, os representantes concordaram ser desejável o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas a ser implementado por meio de encontros periódicos em nível de Vice-Ministros de Relações Exteriores.“

Reunião Ministerial de Países Árabes e Sul-Americanos

Realizou-se em 23 de setembro corrente, à margem da 59^a Assembléia Geral das Nações Unidas, Reunião Ministerial em preparação da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Árabes e da América do Sul. A reunião foi co-presidida pelos Chanceleres do Brasil e da Tunísia (no exercício da Presidência pro tempore da Liga Árabe) e pelo Secretário-Geral da Liga Árabe.

Na ocasião, foram analisadas questões relativas ao processo preparatório da Cúpula. Chegou-se a acordo sobre as datas do evento, que se realizará no Brasil em 10 e 11 de maio de 2005. Acolheu-se igualmente a oferta do Reino do Marrocos de sediar Reunião ministerial preparatória da Cúpula, em Marrakesh, nos dias 25 e 26 de março do próximo ano.

Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia

No quadro do processo das negociações do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia, o MERCOSUL fez entrega oficial, em 24 de setembro, de sua oferta completada de acesso a mercados nas áreas de bens agrícolas, bens industriais, serviços e investimentos, assim como de oferta no setor de compras governamentais. As ofertas foram aprovadas em reunião que os representantes do Governo brasileiro mantiveram, entre 22 e 24 de setembro, em Brasília, com os parceiros do MERCOSUL.

A entrega das ofertas completadas responde ao mandato emanado do encontro, no último dia 12 de setembro, do Ministro Celso Amorim com o Comissário Pascal Lamy, no sentido de viabilizar a conclusão do processo negociador dentro do prazo previsto de 31 de outubro próximo, contido no Programa de Trabalho de Bruxelas. Nesse sentido, as ofertas completadas serão válidas até essa data.

As ofertas encaminhadas ao lado europeu constituem importante avanço no processo negociador, na medida em que buscam atender aos pleitos da parte européia para a consecução de um acordo de livre comércio birregional. Dessa forma, a oferta de bens foi ampliada para incorporar a liberalização de mais de 90% das importações provenientes da União Européia, com aceleração do ritmo dessa liberalização, sobretudo nos setores agrícola e agroindustrial. Na área de serviços, foram consolidadas aberturas a prestadores europeus como os de telecomunicações e financeiro. A oferta de

investimentos proporcionará segurança jurídica adicional aos investidores europeus que desejem atuar no mercado do MERCOSUL em virtualmente todos os setores. Quanto às compras governamentais, sem prejuízo da necessidade do Governo brasileiro de preservar espaço para o fomento de políticas industriais e sociais, abriu-se a perspectiva de tratamento preferencial aos provedores de origem européia nas aquisições do Governo Federal.

O encaminhamento das ofertas ao lado europeu, mais do que um simples cumprimento de prazo acordado em nível ministerial, revela o pleno engajamento do MERCOSUL no processo negociador e o efetivo compromisso com a sua breve conclusão.

A expectativa do MERCOSUL é a de que a oferta completada a ser recebida da União Européia igualmente contemple os interesses prioritários do bloco sul-americano na parte comercial do Acordo de Associação Inter-regional, em particular naqueles setores de interesse exportador prioritário. Dessa forma, a oferta completada entregue em 24 de setembro se fez acompanhar – como é habitual em negociações comerciais – de um conjunto de condicionalidades, cujo atendimento seria essencial para a concretização da abertura oferecida pelo MERCOSUL. Entre estas condicionalidades, ressaltam-se os requisitos de que as quotas para produtos agrícolas propiciem efetivo acesso adicional ao mercado europeu de forma imediata, e com perspectiva de crescimento ao longo do tempo; de que não busque limitar no futuro o potencial exportador do MERCOSUL; de que os ganhos econômicos desse fluxo intensificado de comércio revertam aos exportadores do MERCOSUL; e de que se abram reais perspectivas de participação de prestadores de serviços do MERCOSUL no mercado europeu.

Adoção da Resolução 1564 (2004) do Conselho de Segurança, sobre a situação em Darfur, Sudão

O Conselho de Segurança das Nações

Unidas aprovou, no dia 18 de setembro corrente, por onze votos favoráveis e quatro abstenções, a Resolução 1564 (2004), que determina ao Governo do Sudão a adoção de medidas com vistas a dar proteção e segurança à população civil da região de Darfur, controlar as milícias atuantes na região e cessar o retorno forçado da população deslocada pelo conflito.

A Resolução 1564, que complementa a Resolução 1556, de 20 de julho último, prevê o estabelecimento de comissão internacional para investigar as violações dos direitos humanos e do direito humanitário verificadas em Darfur, bem como determina sanções contra o Governo sudanês, seus membros ou o setor petrolífero do país, em caso de descumprimento de suas obrigações.

O Brasil votou a favor da Resolução 1564 tendo em vista que seu objetivo principal é salvar vidas em Darfur, tarefa que se faz cada vez mais urgente. Entre os aspectos positivos da Resolução estão o reconhecimento dos esforços da União Africana na solução da crise em Darfur, solicitação de maior apoio da comunidade internacional a esses esforços, bem como a determinação de que os grupos rebeldes sudaneses cessem a violência e cooperem com as organizações humanitárias e de monitoramento da situação na região.

O Governo brasileiro continuará acompanhando com toda a atenção a evolução da situação em Darfur e em todo o Sudão, com vistas à retomada efetiva do processo de paz e ao fim da crise humanitária que afeta mais de um milhão de pessoas no país.

Seminário América do Sul – Países Árabes sobre Semi-Árido e Recursos Hídricos (Fortaleza, 29 de setembro a 1º de outubro de 2004)

Em preparação à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes (Brasil, 10 e 11 de maio de 2005), o Ministério das Relações Exteriores está organizando seminário sobre cooperação em ciência e tecnologia, com enfoque

no semi-árido e recursos hídricos, a realizar-se na cidade de Fortaleza, na sede do Banco do Nordeste, de 29 de setembro a 1º de outubro de 2004.

O seminário tem como objetivo propiciar a troca de informações entre especialistas dos países sul-americanos e árabes em questões relativas ao desenvolvimento sustentável de regiões semi-áridas, à utilização de recursos hídricos e ao processo de desertificação.

Como atividade preparatória à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o seminário buscará identificar áreas de cooperação científico-tecnológica em contexto que é comum às duas regiões - o semi-árido - de modo a permitir o desenvolvimento de projetos conjuntos.

O seminário será dividido em dez painéis, com a participação de especialistas-expositores de 14 países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai e Peru pelo lado sul-americano, e Arábia Saudita, Argélia, Egito, Jordânia, Marrocos, Síria e Tunísia, pelo lado árabe.

Além das palestras e debates, a programação do seminário incluirá visita técnica às instalações do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, da Embrapa, na cidade de Petrolina (PE), no dia 1º de outubro.

Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos EUA

O Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Colin Powell, realizará visita ao Brasil (São Paulo e Brasília) de 4 a 6 de outubro próximo.

Em Brasília, o Secretário de Estado será recebido pelo Presidente da República e manterá reuniões com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim. Deverá reunir-se também com outras autoridades.

A visita oferecerá oportunidade para o exame de questões regionais e temas internacionais de interesse mútuo. O Ministro Amorim e o Secretário Powell tratarão também da extensa agenda bilateral, que reflete a diversidade e a intensidade do relacionamento do Brasil com os EUA.

Abertura de novas repartições consulares brasileiras no exterior

O reforço da assistência às comunidades brasileiras no exterior constitui compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores decidiu criar, no mês de abril do corrente ano, a Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC), cuja principal atribuição consiste em conhecer a realidade das diversas comunidades que vivem e trabalham longe da pátria, a fim de atender, da melhor forma, às suas necessidades e reivindicações.

Ainda dentro desse espírito, o Ministério das Relações Exteriores decidiu promover a ampliação de sua rede consular no exterior, com a abertura de cinco novos consulados de carreira, o que permitirá melhorar imediatamente a qualidade da assistência aos nacionais, seja em situações de emergência, seja para a prestação dos serviços consulares essenciais, tais como emissão de passaportes, registros de nascimento, expedição e legalização de documentos oficiais.

Os novos consulados serão abertos em Atlanta, nos Estados Unidos, onde residem mais de 45.000 brasileiros; em Beirute, no Líbano, dada a relevância da imigração libanesa no Brasil; em Iquitos, no Peru, e em Puerto Ayacucho, na Venezuela, importantes regiões fronteiriças e áreas de grande concentração de brasileiros. No Japão, em localidade a ser brevemente definida, será também aberta nova repartição consular, uma vez que esse país abriga hoje a terceira maior comunidade brasileira no exterior: mais de 270 mil concidadãos, segundo estatísticas recentes do Governo japonês.

Reunião do Ministro Celso Amorim com Delegação da SACU

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, receberá no dia 30 de setembro, às 16 horas, delegação da União Aduaneira da África Austral (SACU – Southern African Customs Union), bloco formado por África

do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A delegação da SACU encontra-se em Brasília por ocasião da V Reunião Negociadora com o MERCOSUL, que teve início em 29 de setembro e se estenderá até o próximo dia 1 de outubro.

As negociações de acordo comercial, inicialmente entre o MERCOSUL e a África do Sul, foram ampliadas em junho de 2003 para incluir os demais países da SACU.

Como passo intermediário, os dois lados decidiram negociar acordo de preferências tarifárias fixas - ou acordo de comércio preferencial - que seria expandido, em uma segunda etapa, para um acordo de livre comércio. É intenção concluir o acordo de comércio preferencial até o final de 2004.

Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia - Avaliação preliminar

O Ministério das Relações Exteriores recebeu da Comissão Européia, em 29 de setembro corrente, a oferta completada de acesso a mercados, no contexto das negociações do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia. Uma reação definitiva por parte do MERCOSUL somente será possível após análise mais pormenorizada, a ser efetuada por todos os órgãos interessados do Governo brasileiro, assim como por nossos sócios no MERCOSUL. Numa reação inicial e preliminar, a oferta recebida, em termos gerais, situa-se em nível aquém do que já havia originalmente sido formalizado ao MERCOSUL na oferta apresentada em maio último, uma vez que repete valores de quota anteriormente oferecidos, mas introduz novas condicionalidades. Está, em consequência, abaixo dos níveis quantitativos que chegaram a ser indicados informalmente pelo lado europeu em reunião realizada neste mês de setembro em Bruxelas.

Em contraste, a oferta completada do MERCOSUL, encaminhada em 24 de setembro corrente, constituiu esforço significativo dos quatro países. Sua elaboração decorreu de permanente

processo de consultas internas do Governo brasileiro e da sociedade civil, além de ter sido amplamente discutida com os sócios do MERCOSUL. Tais concessões nunca foram feitas em nenhuma outra negociação externa do bloco. O objetivo sempre foi o de apresentar pacote de concessões comerciais que atendessem aos interesses prioritários da União Européia nos mercados dos quatro sócios, de modo a estimular a parte européia a fazer ofertas significativas com perspectiva de real crescimento de volume de comércio nos produtos de interesse do MERCOSUL.

Na área de bens, a cobertura foi ampliada para incluir mais de 90% das importações provenientes da UE, seja por desgravação completa, seja pela concessão de preferências tarifárias. Sublinha-se que a tarifa média relativamente mais elevada nos países do MERCOSUL, em comparação com a estrutura tarifária da UE, reveste tais concessões de significativo impacto na competitividade de empresas européias com relação a empresas de terceiros países, constituindo efetivo acesso preferencial aos mercados do MERCOSUL para os produtos europeus. Ademais, o MERCOSUL inicia sua redução a partir da tarifa aplicada que é, em média, 20% menor do que a tarifa consolidada na OMC.

Na área de serviços, a oferta do MERCOSUL foi objeto de sucessivas melhoras ao longo das negociações e contém virtualmente todos os setores de interesse prioritário para a UE. Destacam-se as ofertas apresentadas nos setores financeiro (seguros e bancário); de telecomunicações (acesso de operadoras européias não-instaladas no Brasil ao mercado brasileiro de ligações internacionais, desde que a empresa européia esteja interconectada com operadora instalada no Brasil); transporte marítimo internacional; serviços profissionais (cobrindo desde arquitetura e engenharia até serviços de computação); serviços ambientais (água e saneamento, controle de poluição ambiental etc.); serviços postais (com ampla possibilidade de atuação de empresas européias de correio expresso); construção civil; turismo; e distribuição.

A oferta do MERCOSUL em investimentos apresentou sucessivas melhoras, a ponto de cobrir hoje praticamente todo o universo de investimentos nos setores primário e secundário da economia. Foram mantidos na oferta poucos requisitos derivados da Constituição ou de instrumentos legais, como a necessidade de registro dos investimentos estrangeiros junto ao Banco Central e limitações à aquisição de terras na faixa de fronteira. O tratamento oferecido ao investidor europeu seria praticamente idêntico ao concedido às empresas brasileiras.

Em compras governamentais, setor no qual o Brasil vinha expressando sérias dúvidas quanto a sua incorporação ao escopo do Acordo, foi oferecido mecanismo de consulta e preferência a fornecedores e prestadores europeus. Tal mecanismo abriria a perspectiva de tratamento preferencial com relação a terceiros países em licitações do Governo Federal, desde que preservada a capacidade de compra do Governo como instrumento de políticas industriais e sociais.

Apesar destes significativos avanços da nossa parte, que exigiram longo e penoso processo de consultas internas e intraMERCOSUL, uma primeira avaliação da oferta completada da UE revela não se ter concretizado uma contrapartida equivalente ou mesmo próxima ao esforço de melhora realizado pelo MERCOSUL. Note-se que as tarifas européias já se situam em nível baixo, em média abaixo de 4%, e sua eliminação representaria ganho relativo pequeno para o MERCOSUL.

As quotas agora oferecidas pela UE mantêm as condicionalidades de vinculação aos resultados da Rodada de Doha para a chamada segunda etapa, de tal forma que cada 1% de acréscimo das quotas a ser acordado em Genebra reduziria em 5% a quota birregional da segunda etapa. Dessa forma, 20% de aumento da quota na OMC, que não depende do MERCOSUL, eliminará quaisquer ganhos na segunda etapa. Em termos concretos, no caso da carne bovina, a primeira etapa prevê quota de 60.000 toneladas para os quatro países do MERCOSUL, a ser implementada ao longo de dez anos. Ao Brasil,

caberia nesse formato, no primeiro ano, quota de 2.400 toneladas. A título de comparação, sublinha-se que o MERCOSUL já exporta, sem os benefícios de um acordo e pagando tarifa plena que chega a 176% ad valorem, cerca de 95.000 toneladas/ano ao mercado europeu. Registre-se que o valor econômico das quotas se vê ainda mais reduzido pelo fato da UE haver alocado, em sua oferta completada, a administração das quotas ao importador europeu.

Em serviços, a oferta européia nada acrescenta em relação à de maio. Não foi fornecida qualquer indicação quanto à abertura do mercado europeu para profissionais prestadores de serviços, um dos poucos pontos em que o MERCOSUL é demandante nessa área. Além disso, permanecem na oferta dois elementos “OMC minus”: restrições nos setores bancário e de transportes que foram eliminadas pela UE na OMC, mas mantidas nas negociações com o MERCOSUL.

O Brasil em conjunto com os parceiros do MERCOSUL continuará a buscar um acordo justo e equilibrado com a União Européia, objetivo estratégico da política comercial externa dos quatro países. Entretanto, tal acordo só será possível se propiciar ganhos para as duas partes. Tal como ora se apresenta, significa concessões muito grandes pelo MERCOSUL sem a contrapartida necessária em concessões equivalentes da UE. Uma vez efetuada a avaliação por parte dos órgãos do Governo brasileiro e dos sócios do MERCOSUL, continuaremos mantendo consultas com a parte européia para dar continuidade ao processo negociador.

Diálogo Índia – Paquistão: Encontro entre Chefes de Estado

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação do comunicado conjunto, divulgado pelos Governos indiano e paquistanês em 24 de setembro de 2004, sobre o primeiro encontro dos Chefes de Estado desses países após a assunção do Dr. Manmohan Singh ao cargo de Primeiro-Ministro da Índia.

O Governo brasileiro acredita que o

compromisso de se buscar a normalidade das relações bilaterais indo-paquistanesas, através de medidas de aumento de confiança mútua, trará resultados virtuosos não apenas para os dois países, mas para a região como um todo.

Como país amigo da Índia e do Paquistão, o Brasil regozija-se com os avanços na consolidação do diálogo entre os dois países.

Visita ao Brasil da Chanceler e Vice-Primeira Ministra de Barbados (Brasília, 5 de outubro de 2004)

A Ministra das Relações Exteriores e Comércio Exterior e Vice-Primeira Ministra de Barbados, Dame Billie Antoinette Miller, realizará visita de trabalho ao Brasil no dia 5 de outubro de 2004. A Chanceler estará acompanhada da Vice-Ministra das Relações Exteriores e Comércio Exterior, Embaixadora Teresa Ann Marshall.

Após reunião de trabalho com as áreas técnicas do Ministério das Relações Exteriores, a Chanceler será recebida pelo Ministro Celso Amorim para discutir temas da agenda bilateral, sobretudo na área de cooperação, e das agendas regional e internacional. Em seguida, a delegação será recebida para almoço de trabalho oferecido pelo Ministro Celso Amorim, no Palácio Itamaraty. Está prevista a assinatura de acordos na área de cooperação técnica e educação.

A visita tem especial significado neste momento em que o Brasil confere importância crescente a seu relacionamento com os países do Caribe.

Visita de Trabalho da Chanceler de Barbados, Billie Antoinette Miller - Comunicado Conjunto

A Ministra Billie Antoinette Miller, Chanceler de Barbados, acompanhada pela Secretária-Permanente do Ministério das Relações Exteriores e Comércio Exterior de Barbados, Embaixadora Teresa Ann Marshall, realizou visita de trabalho a Brasília em 5 de outubro de 2004, oportunidade na qual foi recebida em audiência pelo Senhor Presidente

da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Em reunião privada, o Ministro Celso Amorim e a Ministra Billie Miller tiveram oportunidade de examinar temas da agenda bilateral, regional e internacional. Em seguida, temas pontuais da agenda bilateral foram discutidos em reunião ampliada com a presença de altos funcionários da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

3. Tendo em conta a promissora cooperação entre os dois países no campo do combate e prevenção de HIV/AIDS, a Ministra Billie Antoinette Miller foi recebida em audiência pelo Ministro, interino, da Saúde, Doutor Gastão Wagner de Sousa Campos, quando discutiram o acompanhamento das iniciativas tomadas em relação a esse assunto.

4. A visita da Ministra Billie A. Miller vem ao encontro do interesse do Brasil em conferir especial atenção às suas relações com os países caribenhos. Este propósito se reflete na participação no contingente militar da MINUSTAH e na ampliação do diálogo político com os países do Caribe, seja por meio de alinhamento de posições em negociações comerciais internacionais, seja por troca de experiências e intercâmbio de cooperação técnica.

5. A visita também reflete a importância que Barbados empresta ao papel do Brasil como parceiro qualificado no hemisfério e importante aliado dos países da Comunidade do Caribe.

6. Os Chanceleres revisaram a situação política e humanitária no Haiti e sublinharam a importância de apoio integral, regional e internacional, aos esforços para a restauração da democracia naquele país. A esse respeito, a Ministra Miller expressou seu apreço pelo papel de liderança assumido pelo Brasil.

7. Os dois Chanceleres reafirmaram seu firme compromisso com a proteção e a promoção da democracia no Hemisfério. Lembraram o relevante papel da Organização dos Estados Americanos nessa matéria.

8. No plano bilateral, salientaram a importância do ato assinado durante a visita, a saber:

o Acordo sobre Cooperação Educacional, que permitirá a intensificação do intercâmbio de estudantes universitários entre os dois países. Também registraram com satisfação a conclusão das negociações que conduzirão à assinatura, no futuro próximo, de um Acordo Básico de Cooperação Técnica, ao abrigo do qual se pretende desenvolver com maior intensidade o potencial de cooperação entre o Brasil e Barbados. Registraram o interesse de ambos os países na cooperação no âmbito da cultura e reiteraram seu compromisso com a finalização do acordo bilateral para cooperação cultural em futuro próximo.

9. Os Chanceleres registraram o resultado positivo de recente reunião entre seus funcionários de finanças que deverá conduzir ao início das negociações para a possível conclusão de um Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação.

10. Os Chanceleres sublinharam a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos e caribenhos nas negociações comerciais internacionais e hemisféricas. Tais negociações, para alcançarem resultados equilibrados e equitativos, deverão levar em conta as assimetrias nas economias dos países do Hemisfério e as estratégias de desenvolvimento sustentado com justiça social.

11. Em relação à Organização Mundial do Comércio, os Chanceleres reiteraram a percepção de que o sistema multilateral de comércio deve basear-se em regras estáveis e reafirmaram o compromisso dos dois países com as atuais negociações multilaterais e com o completo e equilibrado cumprimento da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Nesse sentido, esclareceram suas posições quanto ao Protocolo do Açúcar e ao painel instaurado pelo Brasil contra o regime açucareiro europeu.

12. Os Chanceleres discutiram os esforços desenvolvidos por Barbados e outros países na Comunidade do Caribe para reestruturar suas indústrias açucareiras e a significativa experiência do

Brasil nesse campo, que pode servir como modelo útil. Com referência específica à transferência de tecnologia no campo da produção de etanol, com vistas à busca de formas alternativas de energia na região, concordou-se que o Brasil examinará a possibilidade de prestar assistência técnica a projeto de estabelecimento de um sistema de produção de etanol em Barbados. Com esse objetivo os Chanceleres concordaram quanto a necessidade de uma reunião bilateral de peritos técnicos para avaliar a condição da indústria açucareira em Barbados e das áreas nas quais a cooperação técnica poderia ser mais eficazmente desenvolvida.

13. Os Chanceleres reafirmaram o apoio de ambos os países às Organizações do Sistema das Nações Unidas e reiteraram a disposição de seus Governos de fortalecer a concertação política no âmbito daqueles organismos, em relação aos temas de interesse hemisférico.

14. Os Chanceleres concordaram em cooperar na promoção do combate ao narcotráfico e a violência internacional e ressaltaram a conveniência de agilizar os mecanismos existentes na área de combate às drogas. Concordaram, ademais, em examinar meios para fortalecer sua cooperação na área de segurança.

15. Os Chanceleres reconheceram a utilidade da assinatura de Acordo para Transferência de Prisioneiros e concordaram em dar início às negociações nesse sentido.

16. Os Chanceleres discutiram o combate à pobreza e a urgência de progresso nas políticas de inclusão social. A esse respeito, assinalaram a relevância da colaboração nas áreas de saúde e educação e na promoção de intercâmbio com vistas ao estabelecimento de programas de trabalho nas áreas sociais prioritárias.

17. Os Chanceleres destacaram a importância de mecanismos conjuntos para acompanhamento permanente da cooperação bilateral e concordaram em realizar proximamente a segunda reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, em Bridgetown.

18. Os Chanceleres concordaram quanto à

necessidade de reforma e revitalização do Sistema das Nações Unidas, tanto no que diz respeito ao Conselho de Segurança, como à Assembléia Geral e ao ECOSOC. Registraram com satisfação os esforços feitos no ano passado, sob a liderança do Presidente da Assembléia Geral, Ministro Julian Hunte, para racionalizar e aperfeiçoar o trabalho da Assembléia Geral. Reconheceram que o Conselho de Segurança deve ser ampliado nas categorias de membros permanentes e não permanentes, para incluir em ambas países em desenvolvimento a fim de torná-lo mais representativo, democrático e transparente. Nesse sentido, a Chanceler de Barbados expressou seu apoio à aspiração brasileira a vir a participar do Conselho de Segurança, na condição de membro permanente.

19. A Chanceler de Barbados expressou seu profundo apreço pela generosa hospitalidade brindada à sua delegação durante sua visita e convidou o Ministro Celso Amorim para reciprocamente a visita a Barbados em data a ser acordada em futuro próximo. Ela sublinhou que isto ofereceria oportunidade adicional para prosseguir no tratamento das importantes questões da agenda bilateral e regional tão amplamente discutidas durante a atual visita.

Recrudescimento da Violência na Faixa de Gaza

O Governo brasileiro deplora vivamente os atos de violência cometidos na fronteira norte da Faixa de Gaza, em particular a ofensiva das Forças de Defesa de Israel durante a Operação “Dias de Penitência”, iniciada dia 29 de setembro último, que já ocasionou mais de 70 mortes e ferimentos em cerca de 250 pessoas. É preocupante que o recrudescimento de atos violentos tenha atingido um grande número de civis, inclusive crianças.

Ao endossar os apelos feitos pelo Secretário-Geral da ONU em nota do dia 3 de outubro em favor de um cessar fogo, o Governo brasileiro espera que, com a ajuda da comunidade internacional, as partes envolvidas no conflito sustentem a espiral de violência de

modo a possibilitar, o mais breve possível, a retomada das negociações de paz, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo “Mapa do Caminho para a Paz”. Este prevê, inclusive, a criação, em 2005, de um Estado palestino soberano, independente, coeso e economicamente viável.

Como reiterado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso perante a 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, “a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático”.

Situação na Guiné-Bissau

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, de movimentos militares rebeldes que estão atuando contra o Governo democraticamente constituído na Guiné-Bissau.

O Governo brasileiro está, no momento, participando de articulações, no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a que a comunidade internacional preste o apoio necessário para a estabilização política na Guiné-Bissau, a consolidação da democracia e a retomada do crescimento sócio-econômico do país.

O Brasil, como parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estará igualmente atuando em coordenação com os demais membros, no sentido de apoiar as iniciativas da comunidade internacional em favor da Guiné-Bissau. De imediato, o Governo brasileiro confia em que a CPLP, organização que tem desempenhado papel fundamental em prol da estabilização política e econômica da Guiné-Bissau, possa contribuir para o pronto retorno da estabilidade político-institucional no país.

No mesmo sentido, o Governo brasileiro manifesta a expectativa de que a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) possam prontamente juntar-se a esse esforço.

Lançamento da candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor Geral da OMC

O Governo brasileiro iniciou consultas com seus parceiros da Organização Mundial do Comércio com vistas ao lançamento da candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor Geral da OMC.

O Governo brasileiro acredita que o Embaixador Seixas Corrêa poderá, caso eleito, contribuir substancialmente para o fortalecimento da OMC, do sistema multilateral de comércio e para a conclusão exitosa da Rodada de Doha.

O Embaixador Seixas Corrêa, cujo curriculum se encontra em anexo, ocupou duas vezes o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty, foi Embaixador no México, na Espanha e na Argentina, e atualmente está à frente de nossa representação em Genebra, onde vem exercendo papel relevante, por todos reconhecido, no contexto das negociações da Rodada de Doha, na coordenação do Grupo dos 20 em Genebra e em outras importantes negociações internacionais.

EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1945.

Formou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, em 1967. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco em 1966, sendo nomeado Terceiro Secretário em 1967. Foi sucessivamente promovido, por merecimento, a Segundo Secretário, em 1969; Primeiro Secretário, em 1975; Conselheiro, em 1979; Ministro de Segunda Classe, em 1983; e Embaixador, em 1987.

Na Secretaria de Estado, exerceu funções nos Departamentos das Américas (1967/69), de Organismos Internacionais (1977/78) e da Ásia, África e Oceania (1978).

No exterior, foi Secretário na Embaixada do

Brasil em Bonn (1970/71), na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York (1971/74) e na Embaixada do Brasil em Buenos Aires (1974/76), Conselheiro na Embaixada em Washington (1979/83) e Ministro-Conselheiro na Delegação do Brasil junto à UNESCO, em Paris (1985/87).

Na Presidência da República, ocupou o cargo de Assessor do Chefe do Gabinete Civil (1983/1985) e de Assessor Internacional do Presidente da República (1987/89).

Como Embaixador, chefiou a Embaixada do Brasil no México (1989/1992), a Embaixada do Brasil na Espanha (1993/1997) e a Embaixada do Brasil em Buenos Aires (1997/1998).

Em 1992, foi designado Secretário-Geral das Relações Exteriores, cargo que viria a ocupar novamente entre janeiro de 1999 e novembro de 2001.

Desde 4 de Janeiro de 2002, ocupa o cargo de Embaixador, Representante Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e junto às Nações Unidas em Genebra.

Ao longo de sua carreira, foi delegado em numerosas conferências do sistema das Nações Unidas e do MERCOSUL. Recentemente, foi membro da delegação do Brasil às Conferências Ministeriais da OMC de Doha (2001) e de Cancun (2003). Em Genebra, exerceu a presidência do Grupo de Trabalho da OMC sobre Investimento (2002/2003) e presidiu o Órgão Intergovernamental da OMS que negociou e aprovou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2002/2003).

Visita ao Brasil do Ministro das Finanças da Turquia, Kemal Unakitan

Realizou-se, hoje, 7 de outubro, em Brasília, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Turquia de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial. A Reunião foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pelo Ministro das Finanças da Turquia, Kemal Unakitan, que veio ao Brasil acompanhado de delegação governamental e missão empresarial. O Ministro da

Fazenda, Antonio Palocci Filho, foi o anfitrião de um almoço oferecido no Itamaraty em homenagem ao Ministro das Finanças da Turquia. Encontrou-se, ainda, com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

Pelo lado brasileiro, houve participação de diversos setores ministeriais, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Turismo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério de Minas e Energia, além do Itamaraty. A delegação turca, por sua vez, incluiu funcionários da Subsecretaria de Comércio Exterior e outras autoridades e personalidades, entre as quais o Presidente da Bolsa de Valores de Istambul e o Vice-Presidente da Turkish Airways.

A Comissão Mista Brasil-Turquia visa a estabelecer uma via de diálogo institucional mais intenso no âmbito econômico. O comércio entre os dois países revela-se ainda modesto (394 milhões de dólares em 2003), à luz das complementaridades e do potencial existente entre duas economias com perfis de desenvolvimento semelhantes.

Durante a Reunião, foram discutidos temas da pauta econômica multilateral e exploradas alternativas de adensamento das trocas comerciais e do fluxo de investimentos bilaterais, bem como processos de cooperação técnica e de facilitação de negócios, em áreas como energia (particularmente petróleo e etanol); agricultura; peças de automóveis; transporte marítimo; transporte aéreo; zonas francas; compras governamentais; turismo; e cooperação científica. Também foram examinados temas relativos à cooperação em questões culturais e educacionais. A substância das discussões e dos entendimentos alcançados encontra-se refletida no Comunicado Conjunto emitido ao final da reunião.

A visita do Ministro Unakitan e comitiva ao Brasil incluiu etapas em São Paulo, São José dos Campos e Rio de Janeiro. Em São Paulo, nos dias 3

e 4 de outubro, o Ministro manteve contatos com diversos representantes de entidades empresarias e financeiras, tais como a Associação Comercial de São Paulo, Bovespa, BM&F e FIESP. Acompanhou, igualmente, o processo eletrônico de votação e apuração nas eleições municipais. No dia 5, em São José dos Campos, o Ministro visitou as instalações da EMBRAER. No Rio de Janeiro, no dia 6, manteve encontros na Confederação Nacional do Comércio, ocasião em que foi anunciada a criação da Câmara de Comércio Brasil-Turquia.

A visita do Ministro Unakitan demonstra o interesse mútuo em dinamizar as relações bilaterais, do qual também foi prova a viagem do Ministro Amorim à Turquia em março passado – a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país. Na sequência da I Reunião Comissão Mista de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, deverá realizar-se, nos próximos meses, o I Encontro do Mecanismo de Alto Nível, que será presidido pelos respectivos Chanceleres e deverá passar em revista toda a pauta bilateral.

Visita do Vice-Presidente da República, José Alencar, à Rússia, Romênia e Portugal (9 a 20 de outubro)

O Vice-Presidente da República, José Alencar, realiza, de 9 a 20 de outubro, visita à Rússia, à Romênia e a Portugal. Em Moscou (11 e 12/10), chefiará a delegação brasileira à III Reunião da Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação; do lado russo, a Comissão é chefiada pelo Senhor Míkhaíl Fradkóv, Presidente do Governo da Federação da Rússia. Participará, ainda, de seminário sobre comércio bilateral. Em São Petersburgo (13 e 14), chefiará missão empresarial e realizará visita ao Governador da cidade.

O Vice-Presidente visitará a Romênia de 14 a 16 de outubro, a convite do Primeiro-Ministro Adrian Nastase. Realizar-se-á, no dia 15/10, Encontro Empresarial Brasil-Romênia. O Vice-Presidente manterá entrevistas com o Presidente Ion Iliescu e o Primeiro-Ministro Nastase, entre outras autoridades.

A viagem do Vice-Presidente a Portugal (de 16 a 20/10) decorre de convite do Presidente Jorge Sampaio. No contexto da visita, planeja-se a realização do Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Escritórios de Advocacia, no dia 18, além do seminário “Portugal: Uma Plataforma para Negócios Brasileiros na União Européia” (dia 19/10) e de encontro sobre captação de investimentos portugueses para o setor de turismo no Brasil. O Vice-Presidente será recebido pelo Presidente Jorge Sampaio e pelo Primeiro-Ministro Santana Lopes.

O Vice-Presidente José Alencar viaja acompanhado da Senhora Mariza Campos Gomes da Silva e de delegação com representantes do Governo, Congresso e setores empresariais.

Reunião do Ministro Celso Amorim com os Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum - MERCOSUL

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, recebeu no dia 7 de outubro, às 17 horas, os Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum – MERCOSUL – da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, reunidos em Brasília, por ocasião da LV Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum.

O Ministro Celso Amorim esteve acompanhado do Dr. Eduardo Duhalde, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes no MERCOSUL, que realizava visita de trabalho a Brasília.

O Ministro Celso Amorim reafirmou o compromisso do Governo brasileiro, no exercício da Presidência pro tempore do MERCOSUL, de contribuir para o aprofundamento da integração regional, em suas vertentes política, econômica e social.

Foram tratados temas de interesse comum, aos quais o Brasil atribui prioridade, no âmbito do MERCOSUL, tais como:

a) o fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL, que reflita o avanço do processo de integração desde a aprovação do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994;

b) a maior participação da sociedade no processo de integração e o papel fundamental que nesse sentido desempenha o Foro Consultivo Econômico-Social, integrado por representantes do setor empresarial e dos trabalhadores;

c) a necessidade de completar e agilizar a incorporação ao ordenamento jurídico interno de cada Estado Parte da normativa aprovada pelos órgãos decisórios do MERCOSUL; e

d) o possível estabelecimento de Fundos Estruturais no MERCOSUL, destinados a elevar a competitividade das economias dos sócios e regiões menos desenvolvidas.

O Ministro Celso Amorim também ressaltou que a pronta entrada em vigor do Acordo MERCOSUL-Peru e MERCOSUL-Comunidade Andina contribuirá decisivamente para a construção de uma Comunidade Sul-americana de Nações.

LV Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum – MERCOSUL

Realizou-se em Brasília, entre os dias 7 e 8 de outubro, no Palácio Itamaraty, a LV Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum, órgão executivo do MERCOSUL, com a participação das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A Reunião foi presidida pelo Coordenador Nacional brasileiro do Grupo Mercado Comum, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, no exercício da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL.

Com base no Programa de Trabalho 2004-2006, aprovado pelo Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2003, o Grupo Mercado Comum aprofundou o tratamento de uma série de questões fundamentais para o aperfeiçoamento do processo de integração regional, dentre as quais se destacam:

(a) Fortalecimento Institucional do MERCOSUL – Foi constituído Grupo de Alto Nível para discutir ajustes ao Protocolo de Ouro Preto, a fim de adequá-lo aos avanços institucionais do MERCOSUL ocorridos desde sua aprovação, nos

termos definidos pelos Presidentes dos quatro Estados Partes, na Reunião de Cúpula realizada em julho em Puerto Iguazú, Argentina. A primeira reunião do Grupo está prevista para realizar-se nos dias 19 a 22 de outubro, em Brasília.

(b) Fortalecimento do papel da Sociedade Civil no MERCOSUL - O Grupo Mercado Comum reuniu-se com representantes do Foro Consultivo Econômico e Social e da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL para analisar propostas tendentes a promover maior participação da sociedade civil no processo de integração.

(c) Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Livre Circulação de Mercadorias – O Grupo Mercado Comum reafirmou o compromisso com a adoção das medidas necessárias para facilitar o fluxo de comércio entre os países do MERCOSUL e consolidar a união aduaneira. Para tanto, deverão ser analisadas diferentes propostas apresentadas pelos Estados Partes até a próxima reunião do Conselho do Mercado Comum, que se realizará em Belo Horizonte em dezembro de 2004.

(d) Constituição de Fundos Estruturais – O Grupo Mercado Comum coincidiu em que seria importante que o Grupo de Alto Nível criado para analisar o estabelecimento de Fundos Estruturais do MERCOSUL intensificasse seus encontros, a fim de facilitar definição de propostas sobre o assunto, para consideração do Conselho de Belo Horizonte.

(e) Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias – O Grupo Mercado Comum acordou agilizar os trabalhos para a ultimação dos aspectos regulamentares do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL, de modo a permitir a plena implementação do mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL.

O Grupo Mercado Comum destacou, ainda, a importância atribuída à pronta entrada em vigência dos Acordos assinados entre o MERCOSUL e a Colômbia, Equador e Venezuela e entre o MERCOSUL e o Peru, com vistas ao aprofundamento da integração sul-americana.

ALVI Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum realizar-se-á em Belo Horizonte, nos dias 25 e 26 de novembro de 2004.

Reunião Ministerial do MERCOSUL (Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2004)

A convite do Ministro Celso Amorim, será realizada reunião ministerial do MERCOSUL no Rio de Janeiro, em 9 de outubro corrente. O encontro terá início às 12:00hs e será seguido de almoço de trabalho oferecido pelo Ministro Celso Amorim aos Chanceleres da Argentina, Paraguai e Uruguai.

O objetivo central da reunião será o de avaliar o estágio atual das negociações do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia, particularmente à luz do intercâmbio de ofertas completadas de acesso a mercados, que se realizou no final do último mês de setembro.

Atentados terroristas na Península do Sinai, Egito

O Governo brasileiro expressa sua consternação e condena os atos de terror perpetrados no dia 7 de outubro corrente contra o Hotel Hilton Plaza, de Taba, e os locais de acampamento de Ras al-Sultan e Nueiba, na Península do Sinai, Egito, que vitimaram dezenas de pessoas, entre israelenses e egípcios.

O Governo brasileiro repudia semelhantes manifestações de violência e volta a conclamar a comunidade internacional a unir esforços na busca de soluções que erradiquem as causas estruturais de tais atos. O Governo brasileiro, ao mesmo tempo, reitera seu compromisso de seguir encorajando as lideranças políticas regionais à pronta retomada das negociações entre árabes e israelenses.

Renúncia do Secretário-Geral da OEA

O Governo brasileiro tomou conhecimento da renúncia do Secretário-Geral da OEA, Miguel Angel Rodríguez.

O Governo brasileiro lamenta a situação que levou à renúncia.

O Brasil está mantendo consultas sobre a matéria com os demais membros da OEA, em particular seus parceiros do MERCOSUL, tendo presente a importância do bom funcionamento da Organização.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Rússia sobre o Protocolo de Quioto

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em 13 de outubro corrente, a seguinte mensagem ao Presidente da Rússia, Vladimir Putin:

“Senhor Presidente,

Tomei conhecimento da recente decisão do Governo de Vossa Excelência de aprovar a ratificação do Protocolo de Quioto, e de enviá-lo para exame do Parlamento russo. Desejo manifestar a Vossa Excelência minha satisfação pessoal, e a do povo brasileiro, com essa decisão, etapa importante no processo de ratificação do Protocolo pela Rússia.

Conforme tive ocasião de manifestar a Vossa Excelência, em nosso encontro em Nova York, em setembro de 2003, o Brasil está convencido de que o regime internacional constituído pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto é a moldura mais apropriada para orientar os esforços de reversão do aquecimento global.

O Brasil atribui especial importância à próxima entrada em vigor do Protocolo de Quioto uma vez que permitirá o funcionamento de seus mecanismos de flexibilização, entre os quais se encontra o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que abre oportunidades para aumentar investimentos, transferir tecnologias, gerar empregos e recuperar áreas degradadas em países em desenvolvimento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em 14 de outubro corrente, a seguinte mensagem à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz:

“Prezada Senhora Maathai,

Gostaria de felicitá-la, em nome do povo brasileiro, pelo recebimento do Prêmio Nobel da Paz de 2004.

Sua luta, iniciada como um movimento de base em defesa das mulheres em seu país, sempre levou em consideração a complexidade das questões ambientais, com ênfase em sua dimensão social, e serviu de inspiração para todo o povo africano e de exemplo para os países em desenvolvimento.

Estou certo de que o Prêmio Nobel contribuirá para promover ainda mais a causa do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – ambiental, social e econômica.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, enviou, em 14 de outubro corrente, a seguinte mensagem à Senhora Wangari Maathai, Vice-Ministra para o Meio Ambiente e Recursos Naturais do Quênia, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz:

“Prezada Senhora,

O Prêmio Nobel da Paz, que acaba de lhe ser concedido, é uma conquista extraordinária em um momento em que as causas ambientais necessitam de um novo ímpeto. Testemunhamos, durante a

Conferência do Rio, em 1992, o entusiasmo com que o mundo inteiro parecia pronto a dar passos concretos e ousados para tornar realidade uma nova visão do desenvolvimento: a do desenvolvimento sustentável.

Os países em desenvolvimento têm muito o que dizer sobre as questões ambientais e sociais. Alegra-nos que a voz da África, a voz das mulheres e a voz dos pobres tenham sido ouvidas.

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores”

OMC: Contencioso Brasil-União Européia – Subsídios à Exportação de Açúcar

O Brasil recebeu com grande satisfação o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examinou, a pedido de Brasil, Austrália e Tailândia, a conformidade do regime açucareiro da União Européia com as normas multilaterais de comércio.

O relatório do painel, que circulou hoje para todos os Membros da OMC, deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização entre 20 e 60 dias a contar da data de hoje, a menos que haja recurso ao Órgão de Apelação.

O painel condenou, de forma clara e substantiva, os dois elementos do regime açucareiro europeu que o Brasil havia questionado. São eles:

A exportação subsidiada de excedentes de produção (“açúcar C”): Esses excedentes (“açúcar C”) não podem ser comercializados no território aduaneiro da União Européia e apenas existem graças ao efeito combinado dos diversos elementos do regime açucareiro europeu, tais como:

- elevada proteção tarifária;

- sistema de apoio doméstico baseado em preços de intervenção e administração de quotas de produção e comercialização; e

- subsídios diretos à exportação.

A exportação subsidiada de açúcar proveniente de alguns países ACPe da Índia (“açúcar ACP/Índia”): A UE importa, em condições preferenciais, cerca de 1,6 milhão de toneladas de

açúcar bruto de alguns países ACP (ex-colônias europeias na África, Caribe e Pacífico) e da Índia. Quantidade supostamente equivalente de açúcar refinado é exportada com subsídios diretos.

Argumentou o Brasil que, em ambos os casos, ocorre violação das disciplinas do Acordo de Agricultura da OMC porque essas exportações subsidiadas excedem, tanto em quantidade como em valor, os compromissos de redução de subsídios à exportação que a União Européia assumiu ao final da Rodada Uruguai. Segundo esses compromissos, a UE só pode aplicar subsídios até os limites anuais de 1.273.500 toneladas e EUR 499,1 milhões (válidos desde 2000/2001).

As exportações totais de açúcar pela UE (4.097.000 toneladas em 2001/2002) superaram em muito os limites indicados em seus compromissos de redução. Em tais casos, diz o Acordo de Agricultura que cabe ao país exportador o ônus de provar que a quantidade exportada acima dos referidos limites não se beneficia de subsídios.

O Brasil não questionou o acesso preferencial ao mercado comunitário do açúcar importado dos países ACP e da Índia. As importações provenientes desses países poderiam ser acomodadas, sem necessidade de reexportação subsidiada, por exemplo com a simples redução da produção ineficiente de açúcar na UE.

Para grande satisfação do Brasil, o painel concluiu que:

1) há evidências suficientes de que a União Européia vem fornecendo subsídios à exportação a suas exportações de açúcar C e de açúcar ACP/Índia desde 1995;

2) a UE não demonstrou que as exportações de açúcar acima dos limites indicados em seus compromissos de redução ocorrem sem o auxílio de subsídios;

3) em conseqüência, o regime de açúcar da UE leva o Bloco a violar suas obrigações sob o Acordo de Agricultura.

O painel, por fim, recomendou que a União

Européia tome as medidas necessárias para tornar seu regime açucareiro compatível com suas obrigações a respeito de subsídios à exportação sob o Acordo de Agricultura.

Assim como no contencioso do algodão, as conclusões do painel sobre açúcar constituem passo importante rumo ao fim das distorções no comércio agrícola mundial, e ressaltam a importância de assegurar a plena integração da agricultura às disciplinas da OMC.

O Governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do painel no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

Coalizão de empresários brasileiros e argentinos - Ata da Reunião (São Paulo, 14 de outubro de 2004)

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e com a participação do Chanceler argentino, Rafael Bielsa, reuniram-se em São Paulo, em 14 de outubro de 2004, lideranças empresariais do Brasil e da Argentina.

No contexto atual de crescimento das economias dos dois países, a coordenação empresarial para o aprofundamento da integração dos respectivos setores industriais representa passo fundamental para fortalecer a competitividade dos produtos brasileiros e argentinos no mercado internacional.

Os empresários brasileiros e argentinos reconhecem os benefícios econômicos já obtidos com a integração entre seus países e consideram que o processo deve ser fortalecido. Em apoio ao impulso político dado pelos respectivos Governos à integração econômica bilateral, os setores privados brasileiro e argentino propuseram a criação de uma Coalizão Empresarial, a fim de promover a expansão da produção, do comércio, da tecnologia e, conseqüentemente, da geração de empregos.

Nesse sentido, a Coalizão Empresarial Brasileiro-Argentina terá por objetivo a promoção do diálogo entre os meios empresariais dos dois

países, o aprofundamento crescente da integração econômica, o estabelecimento ou fortalecimento de cadeias produtivas entre os dois países e o apoio aos respectivos Governos no desenho de estratégias comuns de desenvolvimento e de negociação nos foros econômico-comerciais internacionais.

A criação da Coalizão Empresarial Brasileiro-Argentina constitui aporte fundamental dos empresários de ambos os países para maximizar os benefícios e transformar os desafios da integração em oportunidades concretas de crescimento e prosperidade para nossos países.

A próxima reunião da Coalizão Empresarial Brasileiro-Argentina será realizada em Buenos Aires, em 24 e 25 de novembro de 2004.

A Ata foi assinada por todos os empresários presentes à reunião, a saber:

Pelo lado brasileiro:

Sr. Newton de Mello – Abimaq

Sr. Carlos Mariani Bitencourt – Petroquímica da Bahia

Sr. Paulo Setúbal Neto – Duratex

Sr. Paulo Skaf – Presidente da FIESP

Sr. Carlos Zignani – Marcopolo

Sr. Benjamin Steinbruch – CSN

Sr. João Guilherme Sabino Ometto – Grupo Iracema

Sr. Sérgio Haberfeld – AMCHAM

Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe – Iochpe-Maxion S.A.

Sr. Roberto Nicolau Jeha – São Roberto S.A.

Sr. Josué Gomes da Silva – Coteminas

Pelo lado argentino:

Sr. Alberto Alvares Gaiani – Presidente da União Industrial Argentina

Sr. Daniel Novegil – C.E.O. da SIDERAR

Sr. Juan Manuel Forn – Molinos Río de la Plata

Sr. Héctor Massuh – Indústria de Papel Massuh

Sr. Miguel Acevedo – Aceitaria General Deheza

Sr. Carlos Heller – Gerente Banco Credicoop

Sr. Guillermo Mattioli – Gerente Geral de Biogénesis

Sr. Frederico Nicholson – Diretor de Ledesma

Sr. Rodolfo Achille – Vice-Presidente da Dynamit Nobel

Sr. José Ignacio de Mendiguren – Vice-presidente da Câmara Argentina do Vestuário

Acordos MERCOSUL-CAN e MERCOSUL-Peru

No contexto da XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, realizada em Montevideu, em 18 de outubro corrente, foram assinados documentos de protocolização do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Peru (ACE-58) e do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL, a Colômbia, o Equador e a Venezuela, países membros da Comunidade Andina (ACE-59).

Formalizou-se, assim, o processo de protocolização dos mencionados acordos junto à ALADI, com vistas à sua inclusão no ordenamento jurídico dos países signatários.

A assinatura dos referidos atos constitui passo histórico e decisivo na conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações, prioridade da política externa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Comunicado Conjunto do Grupo do Rio sobre a Situação na Nicarágua

Os países do Grupo do Rio expressam sua preocupação com a situação política interna na Nicarágua, sobretudo com relação a eventuais medidas que possam interferir no processo constitucional daquele país.

A respeito, o Grupo do Rio se associa à Declaração do Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos Estados Membros do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), firmada no dia 14 de outubro corrente em São Salvador, bem como à Resolução da Reunião de Presidentes dos Estados Membros do SICA em Apoio à Democracia na Nicarágua, subscrita em 16 de outubro corrente em Manágua, no sentido de que seja mantida a ordem constitucional democrática na Nicarágua.

O Grupo do Rio destaca a importância dos esforços dos países membros no combate à corrupção e reafirma os princípios de respeito à institucionalidade democrática e ao Estado de direito que norteiam a Carta Democrática Interamericana.

Reunião Ministerial das Negociações Comerciais MERCOSUL-União Européia (Lisboa, 20 de Outubro de 2004)

(Tradução do original em inglês)

Os Ministros reiteraram a prioridade que conferem à relação estratégica entre o MERCOSUL e a União Européia e, nesse contexto, à negociação de um Acordo de Associação Inter-regional como importante elemento para o fortalecimento dos laços políticos, econômicos e comerciais entre as Partes.

Desde a reunião em Bruxelas, um ano atrás, os Ministros reconheceram que um trabalho intensivo conduziu a progresso significativo com vistas ao estabelecimento do Acordo de Associação, inclusive de uma área de livre comércio. Este trabalho englobou tanto a preparação de ofertas de acesso a mercados e a negociação de capítulos relativos a disciplinas de comércio quanto importante esclarecimento de conceitos e parâmetros das negociações. Uma compreensão recíproca mais profunda das respectivas posições e interesses foi igualmente alcançada.

Durante a reunião em Lisboa, em 20 de outubro, os Ministros mantiveram uma intensa troca de impressões sobre todos os aspectos do futuro acordo de livre comércio. Ambos os lados identificaram certo número de tópicos em relação aos quais estavam preparados para mostrar flexibilidade. Ao reconhecer o progresso alcançado durante a reunião, também concordaram que muito mais restava a fazer para alcançar o nível de ambição que reflita a importância estratégica deste Acordo para o MERCOSUL e a União Européia.

Com este fim, os Ministros estão convencidos da necessidade do prosseguimento das negociações, reconhecendo que o trabalho já realizado constitui

importante contribuição a esse respeito. Nesse contexto, convocaram reunião em nível de coordenadores, a ser realizada antes do final do ano, a fim de preparar Reunião Ministerial a ser realizada no primeiro trimestre de 2005.

Os Ministros expressaram seu sincero apreço ao Governo de Portugal por ter sediado esta sessão da Reunião de Negociadores do MERCOSUL e União Européia, em nível ministerial.

Mercosur-Eu Trade Negotiators Meeting at Ministerial Level (Lisbon - 20 October 2004)

Ministers reiterated the priority they attach to the strategic relationship between MERCOSUR and the European Union, and, in this context, to the negotiation of an Inter-regional Association Agreement between them as an important element in strengthening the political, economic and trade ties between the Parties.

Since they met in Brussels a year ago, Ministers recognized that intensive work has led to significant progress towards the establishment of the Association Agreement, including a free trade area, between them. This work has covered both the preparation of market access offers and the negotiation of chapters pertaining to trade disciplines, as well as important clarification of concepts and parameters of the negotiations. A deeper reciprocal understanding of each others' positions and interests has also been achieved.

During the meeting in Lisbon, on October 20th, they held intensive exchange of views covering all aspects of the future free trade agreement. Both sides identified a number of issues on which they were prepared to show flexibility. While progress was made during this meeting, they also agreed that much more needed to be done to reach the level of ambition that reflects the strategic importance of this Agreement to EU and MERCOSUR.

To this end, Ministers were convinced of the need to pursue the negotiations, recognizing that the work already undertaken constitutes an important

contribution in this respect. In this context, they called for a meeting at coordinators level, to be held before the end of the year, in order to prepare a Ministerial meeting in the first quarter of 2005.

They conveyed their sincere appreciation to the Government of Portugal for hosting this session of MERCOSUR-EU Trade Negotiators Meeting at the Ministerial Level.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Foram cumpridos, pelo Brasil, os requisitos constitucionais necessários para a entrada em vigor do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Governo português, depositário do referido Acordo, foi notificado oficialmente desse fato.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 16 de dezembro de 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Anterior à própria constituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, o Acordo não podia entrar em vigor por não ter sido ratificado por todas as partes contratantes. Apenas Brasil, Cabo Verde e Portugal o fizeram.

O Acordo é fruto de longas negociações conduzidas pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa ao longo da década de 1980, com a participação de filólogos e representantes dos países signatários. O documento tem por principal objetivo resolver questões relativas a divergências ortográficas. A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana/africana e a brasileira, é prejudicial à unidade do idioma, o que dificulta a capacidade de difusão internacional do português, apesar de ser a terceira língua ocidental mais falada no mundo.

A mobilização das instituições brasileiras envolvidas nesse esforço pode ser medida pela publicação, em 1998, da segunda edição, revista, do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, pela Academia Brasileira de Letras.

Com o objetivo de permitir a pronta entrada em vigor do Acordo Ortográfico, o Brasil propôs, por recomendação da V Reunião de Ministros da Educação da CPLP (Fortaleza, 26 de maio de 2004), o Segundo Protocolo Modificativo. Aprovado em 25 de julho de 2004, durante a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, o novo Protocolo alterou a cláusula de vigência do Acordo Ortográfico, de modo a permitir que sua entrada em vigor seja possível após três ratificações, sem a necessidade de aguardar que todos os países da Comunidade adotem o mesmo procedimento. Para que o Acordo entre finalmente em vigor, é necessário também que Cabo Verde e Portugal cumpram os requisitos para que o Segundo Protocolo Modificativo seja incorporado a suas respectivas legislações internas.

Adicionalmente, o Segundo Protocolo Modificativo facultou a Timor-Leste, mais recente país-membro da Comunidade, a possibilidade de aderir ao Acordo Ortográfico.

A entrada em vigor do Acordo é condição essencial para a definição de uma política de promoção e difusão da língua portuguesa, um dos pilares da CPLP. Por esse motivo, o Governo brasileiro procura incentivar os países que ainda não o ratificaram a que o façam, de forma a que se atinja o objetivo de criar normas ortográficas comuns para as diferentes variantes da língua portuguesa.

Estima-se que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico implicará importantes oportunidades de intercâmbio comercial e acadêmico e de cooperação entre os países de língua portuguesa. Poderá evitar o grande custo de produção de diferentes versões de dicionários e livros em geral. Livros didáticos, programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos adotados no Brasil, por exemplo, poderão ser mais facilmente utilizados em outros países. Será também mais fácil estabelecer critérios unificados para todos os países de língua portuguesa, com relação a exames e certificações comuns de proficiência de português para estrangeiros.

Visita do Chanceler da Venezuela a Brasília

O Chanceler da Venezuela, Jesús Arnaldo Pérez, visitará Brasília na próxima segunda-feira, 25 de outubro, e manterá reuniões com o Chanceler Celso Amorim e outras autoridades brasileiras.

Durante a visita, serão discutidos temas bilaterais e questões de interesse comum nos planos regional e internacional. Deverá ser assinado acordo para evitar a bitributação entre o Brasil e a Venezuela.

A reunião dos Ministros de Relações Exteriores atende à determinação dos Presidentes Lula e Chávez, durante seu último encontro em Manaus, no sentido de que se imprima renovado impulso e dinamismo aos temas da agenda bilateral, especialmente no que se refere ao incremento do comércio e dos investimentos entre os dois países. Ponto central da agenda será também a maior integração entre as economias da América do Sul a partir da assinatura, no dia 18 de outubro corrente, dos documentos relativos à protocolização na ALADI do Acordo MERCOSUL/Comunidade Andina. O Brasil e a Venezuela têm também interesses comuns no que se refere à defesa da soberania e a promoção do uso sustentável dos recursos da Amazônia, em benefício de suas populações.

O Brasil liderou o Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela e chefiou a Missão Observadora da OEA durante o processo do referendo que reafirmou o mandato do Presidente Chávez.

Doação Brasileira a Granada e Jamaica

Atendendo a solicitação dos Governos de Granada e Jamaica de ajuda humanitária, o Governo brasileiro ofereceu, por intermédio do Ministério da Saúde, quatro “kits de calamidade pública”, que contêm medicamentos de farmácia básica e soros especiais de reidratação, totalizando 108 volumes e 1461 kg.

O embarque de dois dos “kits” para Granada ocorrerá no domingo, dia 24 de outubro, em avião da Força Aérea Brasileira, que fará o trajeto até Boa

Vista. De lá, serão transportados em aeronave “Brasília”, também da FAB, para Saint Georges.

No dia 25, aeronave da FAB, em nova missão de suprimento das tropas brasileiras que integram a MINUSTAH, transportará dois “kits” idênticos para Kingston, capital da Jamaica.

Essa iniciativa decorre da solidariedade que rege as relações do Brasil com os demais países do hemisfério e se insere no quadro de fortalecimento dos laços com os países que integram a bacia do Caribe.

Adiamento da visita a Brasília do Chanceler da Venezuela

Em razão de compromissos inesperados, o Chanceler da Venezuela, Jesús Arnaldo Pérez, decidiu adiar, para data a ser oportunamente definida, a visita que realizaria a Brasília em 25 de outubro corrente.

Não obstante o adiamento, o Chanceler Pérez manteve a vinda ao Brasil de delegação de técnicos e representantes do Governo venezuelano, que, tendo à frente o Embaixador da Venezuela em Brasília, Julio García Montoya, cumprirá programa de reuniões em vários órgãos do Governo Federal.

Visita do Ministro das Relações Exteriores do Chile a Brasília (26 e 27 de outubro de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores do Chile, Ignacio Walker, que assumiu o cargo em 1º de outubro de 2004, fará visita a Brasília nos dias 26 e 27 do corrente.

A vinda do Chanceler chileno constituirá oportunidade para dar seguimento às decisões emanadas da visita que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ao Chile em agosto passado.

Os Ministros Celso Amorim e Ignacio Walker avaliarão os resultados da reunião de líderes mundiais sobre a “Ação contra a Fome e a Pobreza”, que culminou com a aprovação da Declaração de Nova York sobre mecanismos inovadores de financiamento de combate à fome e à pobreza.

No âmbito regional, tratarão do fortalecimento do processo de integração da América do Sul nos

âmbitos político, institucional e econômico-comercial.

Os Ministros deverão também analisar a reforma da ONU e os recentes desdobramentos no Haiti, onde o Chile e o Brasil detêm, respectivamente, os comandos civil e militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa João Paulo II

Transcreve-se, a seguir, teor de mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por motivo do 26º aniversário do Pontificado do Papa João Paulo II:

“Santíssimo Padre,

Tenho especial satisfação em cumprimentá-lo por ocasião da passagem do 26º aniversário de sua ascensão ao trono de São Pedro. Ao longo de mais de um quarto de século, sua liderança espiritual tem sido um poderoso instrumento de promoção da paz e da concórdia entre povos e nações. A firmeza dos princípios que, com coragem e convicção, defendeu ao longo de seu pontificado inspiraram milhões de fiéis e de pessoas de boa fé ao redor do mundo.

No Brasil, valorizamos de modo particular a mensagem de apoio e encorajamento que Vossa Santidade transmitiu por ocasião da apresentação das Cartas Credenciais da Embaixadora Vera Machado perante seu Governo. A presença do Senhor Cardeal Secretário de Estado na Conferência sobre a Eliminação da Fome e da Pobreza, em Nova York, em 20 de setembro passado, significou, de forma eloqüente, o compromisso incondicional da Igreja com a dignidade humana e com o imperativo ético de atender as necessidades dos mais desfavorecidos.

Esse gesto é motivo de viva esperança para todos aqueles atingidos pelo flagelo da fome e de pobreza. Do mesmo modo, suas generosas palavras com respeito à decisão de meu Governo de cancelar a dívida externa de alguns países estimulam-nos a continuar a mostrar espírito cristão e solidariedade para com os mais fracos e oprimidos.

Vossa Santidade bem afirma que os objetivos da Igreja e do Estado confluem no homem e no bem

da Pátria. Unem-nos a vontade de forjar um mundo que, nas suas palavras, serve a causa do “homem todo e de todos os homens”, em consonância com os ensinamentos de fraternidade e amor universal pregado pela Igreja.

Faço votos de que Vossa Santidade possa continuar a presidir por muitos anos os destinos da Igreja, no desempenho de sua elevada missão de trazer fé e dignidade a todos os povos.”

Visita Oficial ao Brasil da Assessora do Chanceler do Egito para América do Sul e América do Norte

A Embaixadora Shadia Hussein Fahmy Farrag, Assessora do Chanceler do Egito para América do Sul e América do Norte, esteve no dia 25 de outubro corrente em visita oficial ao Brasil para reunião de consultas políticas. A Embaixadora foi recebida em audiência pelo Chanceler Celso Amorim, a quem entregou carta do Chanceler egípcio, e manteve reunião com o Diretor do Departamento da África, na qualidade de Subsecretário-Geral Político, interino, acompanhado do Diretor do Departamento do Oriente Médio e Ásia Central.

Entre os temas de maior relevância, foram examinados os preparativos para a Cúpula América do Sul - Países Árabes e iniciativas de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, cultura, saúde, esportes, pesca e aquicultura, bem como as negociações em curso para o incremento das relações comerciais, incluindo a eventual assinatura de Acordo de Preferências Tarifárias Fixas entre o MERCOSUL e o Egito.

As conversações confirmaram o excelente estado das relações entre o Brasil e o Egito e a disposição conjunta de trabalhar em prol do seu continuado adensamento. Os encontros revelaram coincidência de posições entre os dois países no tocante às questões multilaterais, bem como perspectivas favoráveis ao desenvolvimento das relações bilaterais.

Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Nkozasana Dlamini Zuma, realizará visita oficial ao Brasil de 27 a 31 de outubro corrente, a fim de co-presidir, junto com o Ministro Celso Amorim, a III Sessão da Comissão Mista Brasil – África do Sul.

A Ministra Zuma chefeará delegação de mais de vinte técnicos de diversas áreas do Governo sul-africano.

A Comissão Mista bilateral, criada em dezembro de 2000, constitui foro de discussão de temas de interesse comum, no qual se examinam todas as possibilidades de cooperação entre os dois países. Os trabalhos da Comissão refletem o atual momento de densidade das relações entre o Brasil e a África do Sul, marcado pelo reconhecimento mútuo da importância de ambos os países e pela intensa coordenação por eles desenvolvida em diversos foros multilaterais.

As iniciativas no âmbito do foro de diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS – reforçam essa parceria, construída a partir de uma visão política de aproximação Sul-Sul.

Aprovação pelo Parlamento Israelense do Plano de Retirada da Faixa de Gaza

O Governo brasileiro considera a decisão adotada pelo Parlamento de Israel, em 26 de outubro corrente, sobre a retirada dos assentamentos de colonos na Faixa de Gaza, um passo importante para avançar no processo de paz do Oriente Médio.

O Brasil reitera o seu apoio à rápida implementação do “Mapa do Caminho”, de modo a possibilitar a criação de um Estado palestino e garantir a paz na região. Conclama as partes envolvidas a engajarem-se no diálogo com esses objetivos e reafirma sua disposição de contribuir para os esforços da comunidade internacional para uma solução justa e pacífica da situação no Oriente Médio.

Eleição do Brasil para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

O Brasil foi eleito, em 28 de outubro corrente, para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com mandato de três anos (2005-2007).

O ECOSOC, composto de 54 membros, é um dos órgãos principais da ONU. As eleições para o Conselho Econômico e Social ocorrem anualmente no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a participação de todos os Estados-membros. O Brasil está entre os países que mais vezes integraram o ECOSOC desde a criação da Organização.

Nos termos da Carta das Nações Unidas, o ECOSOC é responsável por temas econômicos, sociais, culturais, educacionais, de saúde e outros assuntos correlatos, bem como pela promoção do respeito e da observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Entre suas funções mais importantes, está o acompanhamento da implementação dos resultados das conferências das Nações Unidas sobre temas econômicos e sociais e, em coordenação com o Conselho de Segurança, a assistência das Nações Unidas a países em situação de pós-conflito.

Entre os órgãos subsidiários do ECOSOC que contam, no momento, com a presença do Brasil, incluem-se a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, a Comissão sobre a Situação da Mulher, a Convenção de Prevenção do Crime e Justiça Penal, a Comissão sobre Entorpecentes e a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, além do Grupo ad hoc de apoio à Guiné-Bissau.

O Governo brasileiro atribui grande importância ao fortalecimento do ECOSOC, no contexto de uma reforma ampla das Nações Unidas, que habilite a Organização a enfrentar os desafios do combate à fome e à pobreza, da promoção do desenvolvimento e da manutenção da paz e da segurança internacionais

Eleição da Ministra Nilcéa Freire para a presidência da CIM

A Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foi eleita no dia 28 de outubro, por ampla maioria, para presidir, por dois anos, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

É a primeira vez que uma brasileira assume esse posto, desde a criação da Comissão em 1928. A CIM é o primeiro organismo oficial de caráter intergovernamental para a promoção dos direitos civis e políticos das mulheres. Fazem parte dessa Comissão 34 Delegadas Titulares, uma por cada Estado-membro da OEA, designadas por seus respectivos Governos.

A escolha da Ministra Nilcéa Freire para a presidência da CIM reflete o reconhecimento internacional dos avanços da política brasileira em relação à defesa e à promoção dos direitos humanos e dos direitos da mulher, bem como reafirma o interesse do Brasil em contribuir de forma mais ativa para os debates sobre o assunto nos foros multilaterais.

A CIM tem contribuído para estabelecer normas sistemáticas em favor dos direitos da mulher, como as Convenções Interamericanas sobre Nacionalidade da Mulher (Uruguai, 1933), Concessão dos Direitos Políticos à Mulher (Colômbia, 1948) e Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1994).

Em 1994, a Assembléia de Delegadas da CIM aprovou o Plano Estratégico de Ação - 1995/2000, que definiu caminhos para fortalecer e assegurar políticas e programas que melhorem e ampliem a participação da mulher em todos os âmbitos da sociedade.

O Programa Interamericano tem entre seus objetivos integrar a perspectiva de gênero em todos os órgãos e organismos do sistema americano; estimular os Estados-membros da OEA a formular políticas públicas e estratégias para promover os direitos da

mulher e a igualdade de gênero em todas as esferas da vida pública e privada; e fortalecer relações e fomentar atividades de cooperação solidária com outros órgãos regionais e internacionais e organizações da sociedade civil que trabalham nas Américas.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Autoridade Nacional Palestina

Transcreve-se, a seguir, mensagem do Presidente da República, enviada hoje, 29 de outubro, à Autoridade Nacional Palestina:

“Transmito os votos de pronta recuperação do Presidente Yasser Arafat, líder histórico da causa palestina e incansável artífice dos anseios de autodeterminação de seu povo.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a situação na Guiné-Bissau (Lisboa, 1º de novembro de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará na próxima segunda-feira, 1º de novembro, de Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O encontro, do qual deverão participar os Chanceleres dos oito Estados-membros da Comunidade, foi convocado em regime de urgência pelo atual Presidente do Conselho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Embaixador Ovídio Pequeno. O tema da Reunião Extraordinária será a delicada situação na Guiné-Bissau, após a sublevação militar que resultou no assassinato de dois oficiais bissau-guineenses de alta patente, no último dia 6 de outubro.

A situação na Guiné-Bissau vem mobilizando intensamente a CPLP. Nos dias 10 a 13 de outubro, a Comunidade enviou missão de bons ofícios a Bissau, chefiada pelos Chanceleres Ovídio Pequeno, de São Tomé e Príncipe, e José Ramos-Horta, de

Timor-Leste, para contatos com altas autoridades daquele país e alguns dos militares revoltosos. Entre os dias 14 e 20 de outubro, esteve na Guiné-Bissau missão militar da CPLP, formada por dois oficiais, um de Cabo Verde e outro de Portugal – à qual se juntou, autorizado pela ONU, o oficial brasileiro que se encontra a serviço do Escritório das Nações Unidas de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS).

Na Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, serão avaliados os relatórios das duas missões e possíveis iniciativas de apoio à Guiné-Bissau, que permitam superar a atual crise e conduzir o país no rumo da paz e do desenvolvimento. Para o Brasil, a situação na Guiné-Bissau deve ser tratada com máxima prioridade pela comunidade internacional, inclusive no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o assunto já vem sendo examinado.

Declaração do Conselho de Ministros da CPLP sobre a Guiné-Bissau (Lisboa, 1 de novembro de 2004)

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniu-se em Lisboa, no dia 1 de novembro de 2004, na sua III Sessão Extraordinária, tendo como único ponto na agenda a situação na Guiné-Bissau.

O Conselho de Ministros manifestou o seu apoio às autoridades legítimas da Guiné-Bissau, nomeadamente aos seus esforços para a normalização da vida do país, exprimindo, de forma inequívoca, a sua condenação de todas as manifestações de força que tendam a constringer a ação do Governo democraticamente eleito, recordando que ações de tal natureza acarretarão o isolamento da Guiné-Bissau, com inevitáveis conseqüências na mobilização de recursos para o seu desenvolvimento.

O Conselho de Ministros decidiu enviar uma missão de sensibilização, com caráter de urgência, que, em colaboração com as autoridades da Guiné-Bissau, entidades militares, forças políticas e da sociedade civil,

procurará dar assistência à estabilização democrática da vida do país.

O Conselho de Ministros decidiu mobilizar e coordenar esforços para reforçar o auxílio internacional ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, com o sentido de urgência que a situação requer.

O Conselho decidiu, ainda, estabelecer uma representação temporária da CPLP na Guiné-Bissau.

O Conselho insta as Nações Unidas a reforçar a sua atuação na Guiné-Bissau, inclusive através da expansão das atividades da UNOGBIS.

O Conselho de Ministros decidiu que a CPLP continuará a atuar em coordenação com outros esforços internacionais, designadamente das Nações Unidas, da União Africana e da CEDEAO.

O Conselho de Ministros continuará a acompanhar atentamente a situação na Guiné-Bissau e tomará oportunamente outras medidas consoante a evolução naquele país.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente George W. Bush

Transcreve-se, a seguir, mensagem de felicitações enviada em 3 de novembro corrente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush:

“Transmito a Vossa Excelência as calorosas felicitações do Governo brasileiro por sua expressiva vitória eleitoral. A vitalidade de nossas democracias é um entre tantos outros fatores de convergência e aproximação entre o Brasil e os EUA.

Nossas relações vêm-se desenvolvendo de modo notável. O vívido e fluido diálogo entre nossos países tem produzido resultados benéficos não apenas no plano bilateral, mas também no positivo encaminhamento de numerosas questões internacionais de importância para nossos povos.

Estou convencido de que poderemos continuar a aprofundar os laços de amizade e as proíficas relações entre o Brasil e os EUA, bem como contribuir para o avanço de nossas aspirações comuns no plano mundial, de modo a superar a

pobreza, a insegurança e as outras causas de desequilíbrio e instabilidade, no quadro de uma ordem mundial mais justa e democrática.

Brasília, em 3 de novembro de 2004

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Conversa do Ministro Celso Amorim com o Secretário-Geral das Nações Unidas

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, telefonou hoje, dia 3 de novembro, para o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para expressar-lhe, em nome do Governo brasileiro e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apoio e solidariedade.

O Chanceler brasileiro enfatizou o papel desempenhado pelo Secretário-Geral Kofi Annan na defesa do multilateralismo e no fortalecimento das Nações Unidas, assim como seu papel na iniciativa internacional sobre o combate à fome e à pobreza. Salientou, também, a importância da decisão do Secretário-Geral de constituir grupo de alto nível para apresentar propostas para uma reforma abrangente da ONU, com o objetivo de tornar seus principais órgãos mais representativos e eficazes.

Comunicado Conjunto - Reunião de Chanceleres MERCOSUL-SICA (Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2004)

Os Chanceleres do Sistema da Integração Centro-Americano (SICA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 2004, por ocasião da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, com o objetivo de continuar aprofundando o diálogo político e econômico entre os dois grupos.

Na ocasião os Chanceleres se congratularam:

a) pelas iniciativas de aproximação já realizadas, em particular o envio pelo MERCOSUL de missão exploratória, durante a qual se examinou a possibilidade de se estabelecer um programa de trabalho entre os dois agrupamentos; e

b) pelo pronto início dos contatos entre os dirigentes das secretarias do SICA e do MERCOSUL, que deverá se realizar à margem do “Foro: Centroamerica y otras experiencias internacionales de Integración”, organizado pela Secretaria-Geral do SICA, nos dias 8 e 9 de novembro de 2004.

Nesta ocasião, tendo em vista o interesse em aprofundar os laços econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e o SICA, os Chanceleres decidiram aprovar um programa de trabalho (anexo a este comunicado) que prevê ações e reuniões, no primeiro semestre de 2005, orientadas a permitir o lançamento de um processo negociador de Acordo de Livre Comércio.

Os Chanceleres do SICA indicaram que participarão da próxima reunião do Conselho do Mercado Comum, que se realizará em Belo Horizonte, Brasil, em 16 de dezembro de 2004.

Programa de Trabalho MERCOSUL-SICA
1ª reunião (fevereiro de 2005)

Agenda:

Intercâmbio de informações sobre os seguintes temas:

1) Estrutura tarifária

2) Legislação sanitária e fitossanitária

3) Normas e regulamentos técnicos

4) Dados de comércio para o período de 2000-2004

5) Órgãos responsáveis pela condução das negociações comerciais

6) Acordos de livre comércio celebrados com terceiros países, esquemas de comércio preferencial e marco normativo aplicado ao comércio intra-regional

7) Análise da data para a apresentação e discussão preliminar de projeto tentativo de acordo de livre comércio.

2ª Reunião (abril de 2005)

Agenda:

1) Identificação dos objetivos negociadores de lado a lado

2) Avaliação conjunta sobre tipo de acordo a

ser negociado

3) Metodologia para a negociação de produtos

4) Definição do alcance do tratamento especial e diferenciado

5) Definição dos prazos para a negociação

6) Informações sobre o processo de internalização de acordos internacionais

7) Definição do cronograma para seguir o processo.

Declaração do Rio de Janeiro

1. Nesta cidade do Rio de Janeiro realizou-se, há dez anos, a VIII Cúpula Anual do Grupo do Rio. A prática do diálogo e da concertação a que nos propuséramos tem contribuído para reafirmar os princípios fundamentais comuns, como o fortalecimento da democracia, o respeito ao Estado de Direito, a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como o avanço das iniciativas para a integração em nossa região, a ampliação do comércio e a valorização das raízes culturais comuns. Nosso diálogo tem-se reforçado, ao mesmo tempo, mediante a identificação dos interesses compartilhados e a busca de soluções próprias para os desafios que enfrenta a nossa região, em especial no que se refere ao combate à pobreza e à corrupção.

2. Reafirmamos que somente o tratamento multilateral dos problemas globais e das ameaças à paz e à segurança internacionais e o pleno respeito ao Direito Internacional nos permitirão, dentro de um novo espírito de cooperação internacional, alcançar a paz e o desenvolvimento com inclusão social. Do mesmo modo, reconhecemos a necessidade urgente de fortalecer o multilateralismo para a solução e o tratamento efetivo dos temas da agenda global.

3. As novas realidades internacionais exigem com urgência o fortalecimento e a reforma integral das Nações Unidas, particularmente para que a Assembléia-Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), reestruturados, mais eficientes, democráticos, representativos e transparentes, possam prevenir o

surgimento de situações que afetem a paz e coordenar a cooperação internacional essencial para a consecução dos objetivos acima mencionados.

4. A consolidação da ordem institucional democrática e a governabilidade democrática requerem um crescimento com aumento dos investimentos para maior equidade e bem estar social. Aprofunda-se entre nós a convicção de que o esforço de cada um, para que possa ter êxito, requer a solidariedade de todos.

5. Com espírito de responsabilidade solidária ratificamos nosso compromisso com as Metas do Milênio, a Declaração de Monterrey para o Financiamento ao Desenvolvimento e o Plano de Implementação de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Foi com essa mesma resolução de promover o desenvolvimento e de estimular simultaneamente a cooperação internacional que, no dia 20 de setembro último, reunimo-nos à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas para juntarmos nossos melhores esforços na Ação contra a Fome e a Pobreza. Esse mesmo espírito nos guiará na IV Cúpula das Américas, na Argentina.

6. Para que os países da região possam enfrentar efetivamente o desafio de alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável, reiteramos a importância de que sejam levadas em conta as necessidades especiais das economias pequenas e vulneráveis.

7. Reiteramos que os países latino-americanos e do Caribe de renda média necessitam, de maneira complementar aos esforços nacionais, cooperação e Assistência Oficial ao Desenvolvimento para atingir melhores graus de governabilidade, diminuir as disparidades internas, alcançar as Metas do Milênio e superar a pobreza.

8. A paz e a reconstrução da economia e da sociedade no Haiti são um desafio para os haitianos e para nossos países. Com espírito de solidariedade, comprometemo-nos a contribuir decididamente, como vizinhos e irmãos, para a estabilização política e reconciliação da sociedade haitiana. Ademais, a

situação desse país irmão tem sido agravada por sucessivas catástrofes naturais. Esse esforço de cooperação é um compromisso de curto, médio e longo prazo.

9. Para lograr a solução duradoura para a crise que o Haiti uma vez mais atravessa, torna-se necessário criar as bases que permitam à sociedade haitiana construir instituições democráticas, sólidas e eficientes, bem como avançar no desenvolvimento econômico com justiça social.

10. A crise haitiana é de tal magnitude e complexidade que se tem convertido em preocupação prioritária para o Grupo do Rio. O processo de sua solução é responsabilidade compartilhada que exige: a) que se complete pronta e plenamente a mobilização de todos os efetivos da MINUSTAH, incluídos os contingentes militares e a missão civil; b) que se concretizem a tempo os generosos oferecimentos feitos na Conferência de Países Doadores em Washington; c) que os organismos internacionais, em particular as agências das Nações Unidas e a OEA, redobrem seus esforços para que a cooperação internacional com o Haiti possa materializar-se com urgência e eficiência; d) que o povo e todas as forças políticas do Haiti contribuam para construir a paz em um sistema democrático pleno e inclusivo.

11. O Grupo do Rio exercerá ação conjunta nas Nações Unidas, com o devido sentido de urgência, para que se completem os contingentes necessários à atuação eficiente da MINUSTAH, bem como para que a nova resolução sobre o Haiti, a ser adotada, defina claramente o mandato da Missão, de modo a contemplar adequadamente a necessidade de reconciliação política e reconstrução econômica. Nesse sentido, o Grupo do Rio reafirma sua convicção de que deve assegurar-se ao povo do Haiti a possibilidade de definir, por seus próprios meios, e de acordo com a sua própria vontade popular, o seu futuro político.

12. O Grupo do Rio empreenderá gestões junto ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário

Internacional, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e aos países doadores com vistas à pronta liberação dos recursos comprometidos para a estabilização do Haiti.

13. Nesse sentido, instruímos nossos Chanceleres a organizarem uma comissão composta, entre outros, pelos países da Tróica e pelos países da região que atualmente integram o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para convocar seminário que se deverá realizar antes do dia 20 de novembro corrente. O seminário deverá analisar em profundidade a situação no Haiti e assignar, aos países interessados, tarefas de cooperação com aquele país nos campos político, econômico e social.

14. Levando em conta a vacância do cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos os países do Grupo do Rio acordamos iniciar o processo de consultas para eleger, o quanto antes, o novo Secretário-Geral.

15. Aprofundamos no Rio de Janeiro o diálogo sobre a adoção de mecanismos financeiros inovadores compatíveis com as condições específicas de política econômica e fiscal de nossos países. Seu objetivo é o de ampliar e potencializar investimentos públicos que produzam rendimentos econômicos e sociais e dar maior racionalidade econômica à captação e emprego dos recursos, com previsíveis efeitos multiplicadores sobre nossas economias e as de nossos sócios extra-regionais, em termos de oportunidades de investimento e de comércio. Nesse sentido, acordamos continuar promovendo essas iniciativas por meio de nossas autoridades nacionais competentes.

16. Solicitamos ao Fundo Monetário Internacional dar um tratamento mais flexível à contabilização do investimento público, com o fim de ter mais espaço fiscal para o gasto social, projetos e programas no combate à fome. Para tanto, comprometemo-nos a definir e cumprir metas sociais de curto e médio prazo, no âmbito de uma adequada progressividade tributária, garantindo austeridade e transparência nos gastos. Convidamos os representantes da região no Fundo Monetário Internacional a reunir-

se na Colômbia antes do fim do ano para definir uma posição conjunta. Da mesma forma, acordamos que um grupo de Presidentes, a ser coordenado pela próxima Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, deverá buscar contato com as direções do Fundo, do Banco Mundial, do BID e da CAF com tais objetivos.

17. Reafirmamos nesta XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio a certeza de que as iniciativas de integração em nossa região fortalecem a perspectiva de crescermos juntos, de forma sustentada, e de nos beneficiarmos desse crescimento, ao mesmo tempo em que nos preparamos para participar da economia mundializada. Ressaltamos, a propósito, a conclusão dos Acordos de Livre Comércio entre o MERCOSUL e países da Comunidade Andina, entre o México e os países centro-americanos, e entre a República Dominicana e a América Central. Do mesmo modo, ressaltamos as conversações com vistas aos acordos bilaterais de livre comércio entre o Chile e o Equador, entre o Panamá e a América Central, entre o Chile e a América Central, entre o Chile e o Peru e ao acordo de associação entre o Chile e o México, bem como entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), entre o MERCOSUL e o México, entre a Comunidade Andina e o México e entre o Panamá e o G-3 (Colômbia, México e Venezuela).

18. Acolhemos com satisfação o trabalho do Parlamento Latino-Americano para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros. Agradecemos ao Parlatino o estudo intitulado “Democracia, Governabilidade e Partidos Políticos na América Latina”, o qual destaca, em suas conclusões, a necessidade de maior coordenação e aproximação dos Poderes Legislativos para a efetiva integração entre os países membros. Solicitamos ao Parlamento Latino-Americano que, em coordenação com a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, continue a desenvolver as recomendações formuladas.

19. Agradecemos o relatório do Grupo de

Especialistas de Alto Nível convocado pela Cúpula de Cusco para examinar os efeitos da globalização nos países membros. As propostas nele contidas constituíram aporte valioso para nosso diálogo.

20. Agradecemos ao Governo da Argentina o generoso oferecimento para sediar a XIX Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio em 2005.

21. Agradecemos e aceitamos o oferecimento do Governo da República Cooperativista da Guiana para sediar, em 2006, a XX Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Manifestamos especial satisfação em que, pela primeira vez, um país da Comunidade do Caribe assumia a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio.

22. Os Chefes de Estado e de Governo expressamos nossas felicitações ao Governo da República Federativa do Brasil pela excelente organização desta reunião de cúpula e ao povo brasileiro pela cálida hospitalidade recebida nesta cidade que sediou a primeira reunião do Grupo do Rio.

Versão em espanhol

Declaración de Río de Janeiro

1. En esta ciudad de Río de Janeiro se realizó, hace diez años, la VIII Cumbre Anual del Grupo de Río. La práctica del diálogo y de la concertación que nos propusiéramos ha contribuido a reafirmar los principios fundamentales comunes, como el fortalecimiento de la democracia, el respeto al Estado de Derecho, la promoción y protección de los derechos humanos, así como el avance de las iniciativas para la integración en nuestra región, la ampliación del comercio, y la valoración de las raíces culturales comunes. Nuestro diálogo se ha reforzado, al mismo tiempo, por medio de la identificación de los intereses compartidos y la búsqueda de soluciones propias para los desafíos que enfrenta nuestra región, en especial en lo que se refiere al combate a la pobreza y a la corrupción.

2. Reafirmamos que solamente el tratamiento multilateral de los problemas globales y de las amenazas a la paz y a la seguridad internacionales y

el pleno respeto al Derecho Internacional nos permitirán, dentro de un nuevo espíritu de cooperación internacional, alcanzar la paz y el desarrollo con inclusión social. De igual manera, reconocemos la urgente necesidad de fortalecer el multilateralismo para la solución y tratamiento efectivo de los temas de la agenda global.

3.Las nuevas realidades internacionales exigen con urgencia el fortalecimiento y la reforma integral de las Naciones Unidas, particularmente para que la Asamblea General, el Consejo de Seguridad y el Consejo Económico y Social, reestructurados, más eficientes, democráticos, representativos y transparentes, puedan prevenir el surgimiento de situaciones que afecten la paz y coordinar la cooperación internacional esencial para la consecución de los objetivos arriba mencionados.

4.La consolidación del orden institucional democrático y la gobernabilidad democrática requieren de un crecimiento con mayor equidad y bienestar social. Se profundiza entre nosotros la convicción de que el esfuerzo de cada uno, para que pueda tener éxito, requiere la solidaridad de todos.

5.Con espíritu de responsabilidad solidaria, ratificamos nuestro compromiso con las Metas del Milenio, la Declaración de Monterrey para el Financiamiento al Desarrollo y el Plan de Implementación de Johannesburgo sobre Desarrollo Sostenible. Fue con esa misma resolución de promover el desarrollo y de impulsar simultáneamente la cooperación internacional que, el día 20 de septiembre último, nos reunimos al margen de la Asamblea General de las Naciones Unidas para unir nuestros mejores esfuerzos en la Acción contra el Hambre y la Pobreza. Ese mismo espíritu nos guiará en la IV Cumbre de las Américas en Argentina.

6.Para que los países de la región puedan enfrentar efectivamente el desafío de alcanzar un desarrollo económico y social sostenido, reiteramos la importancia de que sean llevadas en cuenta las necesidades especiales de las economías pequeñas y vulnerables.

7.Reiteramos que los países latino-

americanos y del Caribe de renta media, de manera complementaria a los esfuerzos nacionales, requieren de la cooperación y la Asistencia Oficial al Desarrollo para alcanzar mejores grados de gobernabilidad, disminuir las disparidades internas, alcanzar las Metas del Milenio y superar la pobreza.

8.La paz y la reconstrucción de la economía y de la sociedad en Haití son un desafío para los haitianos y para nuestros países. Con espíritu de solidaridad, nos comprometemos a contribuir decididamente, como vecinos y hermanos, a la estabilización política y reconciliación de la sociedad haitiana. Además, la situación de ese país hermano ha sido agravada por sucesivas catástrofes naturales. Este esfuerzo de cooperación es un compromiso de corto, mediano y largo plazo.

9.Para lograr la solución duradera de la crisis que Haití una vez más atraviesa, se hace necesario crear las bases que le permitan a la sociedad haitiana construir instituciones democráticas, sólidas y eficientes, así como avanzar en el desarrollo económico con justicia social.

10. La crisis haitiana es de tal magnitud y complejidad que se ha convertido en una preocupación prioritaria para el Grupo de Río. Su proceso de solución es una responsabilidad compartida que demanda: a) se complete, pronta y plenamente, el despliegue de todos los elementos de MINUSTAH, incluidos los contingentes militares y la misión civil; b) se concreten a tiempo los generosos ofrecimientos hechos en la Conferencia de Países Donantes en Washington; c) los organismos internacionales, en particular las agencias de Naciones Unidas y la OEA, redoblen sus esfuerzos para que la cooperación internacional con Haití se pueda materializar con urgencia y eficiencia; y d) el pueblo y todas las fuerzas políticas de Haití contribuyan a construir la paz en un sistema democrático pleno e inclusivo.

11.El Grupo de Río ejercerá acción conjunta en Naciones Unidas, con el debido sentido de urgencia, para que se completen los contingentes necesarios a la actuación eficiente de MINUSTAH, así como para que la nueva resolución sobre Haití, a ser adoptada, defina

claramente el mandato de la Misión, de modo a contemplar adecuadamente la necesidad de reconciliación política y reconstrucción económica. En ese sentido, el Grupo de Río reafirma su convicción de que debe asegurarse al pueblo de Haití la posibilidad de definir, por sus propios medios, y de acuerdo a su propia voluntad popular, su futuro político.

12. El Grupo de Río gestionará ante el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, el Banco Interamericano de Desarrollo y los países donantes en pro de la pronta liberación de los recursos comprometidos para la estabilización de Haití.

13. En ese sentido, instruimos nuestros Cancilleres a organizar una comisión compuesta, entre otros, por los países de la Troica y por los países de la región que actualmente integran el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, para convocar seminario que deberá realizarse antes del día 20 de noviembre corriente. El seminario deberá analizar en profundidad la situación en Haití y asignar, a los países interesados, tareas de cooperación con aquel país en los campos político, económico y social.

14. Habida cuenta de la vacancia del cargo de Secretario-General de la OEA, los países del Grupo de Río acordamos iniciar el proceso de consultas para elegir, cuanto antes, al nuevo Secretario-General.

15. Profundizamos en Río de Janeiro el diálogo sobre la adopción de mecanismos financieros innovadores compatibles con las condiciones específicas de política económica y fiscal de nuestros países. Su objetivo es ampliar y potenciar inversiones públicas que produzcan rendimientos económicos y sociales y dar mayor racionalidad económica a la captación y empleo de los recursos, con previsible efectos multiplicadores sobre nuestras economías y las de nuestros socios extraregionales, en términos de oportunidades de inversión y de comercio. En ese sentido, acordamos continuar impulsando esta iniciativa a través de nuestras autoridades nacionales competentes.

16. Solicitamos al Fondo Monetario Internacional dar un tratamiento más flexible a la

contabilización del gasto en inversión con el fin de tener más espacio fiscal para el gasto social, proyectos y programas en la lucha contra el hambre. Para ello, nos comprometemos a definir y cumplir metas sociales de corto y mediano plazo, en el marco de una aceptable progresividad tributaria y garantizando austeridad y transparencia en los gastos. Invitamos a los representantes de la región ante el Fondo Monetario Internacional a reunirse en Colombia antes de finalizar el año para definir una posición conjunta. Asimismo, acordamos que un grupo de Presidentes, a ser coordinado por la próxima Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río, deberá buscar contacto con las direcciones del Fondo, del Banco Mundial, del BID y de la CAF con tales objetivos.

17. Reafirmamos en esta XVIII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río la seguridad de que las iniciativas de integración en nuestra región fortalecen la perspectiva de crecer juntos, de forma sostenida, y de beneficiarnos de ese crecimiento, al mismo tiempo en que nos preparamos para participar en la economía mundializada. Resaltamos, al respecto, la conclusión de los Acuerdos de Libre Comercio entre el Mercosur y los países de la Comunidad Andina, entre México y los países centroamericanos y entre República Dominicana y Centroamérica. Asimismo, resaltamos las conversaciones con vistas a los acuerdos bilaterales de libre comercio entre Chile y Ecuador, entre Panamá y Centroamérica, entre Chile y Centroamérica, entre Chile y Perú y al acuerdo de asociación entre Chile y México, así como entre el Mercosur y el Sistema de Integración Centroamericana (SICA), entre el Mercosur y México, entre la Comunidad Andina y México, y entre Panamá y el Grupo de los Tres (Colombia, México y Venezuela).

18. Acogemos con satisfacción el trabajo del Parlamento Latinoamericano para el desarrollo y consolidación de instancias de cooperación permanente entre los partidos políticos y organizaciones políticas de los países miembros. Agradecemos al Parlatino el estudio intitulado "La Democracia, la Gobernabilidad y los Partidos

Políticos en América Latina”, que destaca, entre sus conclusiones, la necesidad de una mayor coordinación y acercamiento de los Poderes Legislativos para la efectiva integración entre sus países miembros. Solicitamos al Parlamento Latinoamericano que, en coordinación con la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río, continúe desarrollando las recomendaciones formuladas.

19. Agradecemos el informe del Grupo de Especialistas de Alto Nivel, convocado por la Cumbre de Cusco para examinar los efectos de la globalización en los países miembros. Las propuestas contenidas en éste constituyeron un aporte valioso para nuestro diálogo

20. Agradecemos al Gobierno de Argentina por su generoso ofrecimiento para ser sede de la XIX Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río en el 2005.

21. Agradecemos y aceptamos el ofrecimiento del Gobierno de la República Cooperativista de Guiana para sediar, en el 2006, la XX Reunión de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río.

22. Los Jefes de Estado y de Gobierno expresamos nuestra felicitación al Gobierno de la República Federativa del Brasil por la excelente organización de esta reunión cumbre, y al pueblo brasileño por la cálida hospitalidad recibida en esta ciudad que fue sede de la primera reunión de Grupo de Río.

Comunicados Conjuntos dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação na Nicarágua

Com relação às ameaças ao desenvolvimento do processo político constitucional e ao legítimo exercício do poder na Nicarágua, reiteramos nosso respaldo aos princípios de respeito à institucionalidade democrática consagrados na Carta Democrática Interamericana. Unimo-nos à resolução da Reunião de Presidentes dos Estados Membros do SICA em apoio ao Governo constitucional do Presidente Enrique Bolaños e ao ordenamento

democrático nicaraguense, subscrita em 16 de outubro de 2004 em Manágua, e manifestamos nossa vontade de continuar trabalhando na Organização dos Estados Americanos para acompanhar os acontecimentos nesse país irmão e respaldar a vigência da institucionalidade democrática na Nicarágua, ao mesmo tempo em que fazemos um apelo urgente para que cesse qualquer tentativa de afetar a ordem democrática no País. O Grupo do Rio destaca a importância do combate à corrupção e, nesse sentido, respalda os esforços do Governo da República da Nicarágua para combater esse flagelo.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação na Costa Rica

Respaldamos os esforços das autoridades competentes do Governo da República da Costa Rica para investigar, até as últimas conseqüências, e reprimir vigorosamente todo ato de corrupção que tenha sido ou seja detectado no país, sem levar em conta quem possa havê-lo cometido, dando assim exemplo de transparência e do império da lei, base indiscutível da democracia e da preeminência do Estado de Direito.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre as Ilhas Malvinas

Reafirmamos nosso respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à questão das Ilhas Malvinas. Da mesma forma, recordamos o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre os referidos territórios alcance uma pronta solução, de conformidade com as resoluções e declarações das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre o Combate ao Terrorismo

Reiteramos os compromissos contidos na

Resolução S/RES/1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular o dever que têm os Estados de prevenir e reprimir todo tipo de apoio, ativo ou passivo, de seus nacionais ou quaisquer entidades ou pessoas que participem no cometimento de atos de terrorismo; recusar-se a homiziar aqueles que financiem, planejem, apóiem ou cometam tais atos; e a impedir que seus territórios sejam utilizados para estes fins.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio em Apoio ao Processo de Fortalecimento dos Mecanismos de Participação da Cidadania na Democracia na Bolívia

Expressamos nosso decidido apoio ao processo de fortalecimento dos mecanismos efetivos de participação da cidadania na democracia na Bolívia, iniciado por seu atual Governo, através da realização, pela primeira vez em sua história, de uma consulta popular, por meio de um referendo, um Diálogo Produtivo Nacional e, finalmente, a convocatória de uma Assembléia Constituinte no próximo ano.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre a Situação no Equador

Considerando a situação no Equador, reiteramos que o respeito aos Governos eleitos por vontade popular e ao Estado de Direito, princípios básicos da democracia e elementos condutores do Grupo do Rio, contribuirá a manter a estabilidade e a paz social no Equador. Com este fim, decidimos criar um mecanismo que contribua, de forma imediata, a facilitar o diálogo necessário para assegurar a preservação, no Equador, dos princípios que inspiram o Grupo do Rio e que se encontram consagrados na Carta Democrática Interamericana. Encarrega-se a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio da realização de consultas com esse objetivo, contando para tanto com o apoio de outras instâncias, como a Organização dos Estados Americanos.

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Nicaragua

En relación con las amenazas al desarrollo del proceso político constitucional y el legítimo ejercicio del poder en Nicaragua reiteramos nuestro respaldo a los principios del respeto a la institucionalidad democrática que consagra la Carta Democrática Interamericana. Nos unimos a la resolución de la Reunión de Presidentes de los Estados Miembros del SICA en apoyo al Gobierno constitucional del Presidente Enrique Bolaños y al ordenamiento democrático nicaragüense suscrita el 16 de octubre de 2004 en Managua, y manifestamos nuestra voluntad de continuar trabajando en la Organización de Estados Americanos para dar seguimiento a los acontecimientos en ese hermano país y respaldar la vigencia de la institucionalidad democrática en Nicaragua al propio tiempo que hacemos un llamado urgente para que cese cualquier intento de afectar el orden democrático en el país. El Grupo de Río destaca la importancia que tiene el combate a la corrupción y en ese sentido respalda los esfuerzos que realiza el Gobierno de la República de Nicaragua para combatir ese flagelo.

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Costa Rica

Respaldamos los esfuerzos que realizan las autoridades competentes del Gobierno de la República de Costa Rica para investigar, hasta sus últimas consecuencias, y reprimir vigorosamente todo acto de corrupción que haya sido o sea detectado en el país, sin importar quien lo pueda haber cometido, dando así un ejemplo de transparencia y del imperio de la ley, base indiscutible de la democracia y de la preeminencia del Estado de Derecho.

Comunicado Conjunto de Los Presidentes del Grupo de Río sobre las Islas Malvinas

Reafirmamos nuestro respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía relativa a la cuestión de las Islas Malvinas.

Asimismo, recordamos el interés regional en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre dichos territorios alcance una pronta solución de conformidad con las resoluciones y declaraciones de las Naciones Unidas y la Organización de los Estados Americanos.

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Lucha contra el Terrorismo

Reiteramos los compromisos contenidos en la Resolución S/RES/1373 (2001) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, en particular el deber que tienen los Estados de prevenir y reprimir todo tipo de apoyo, activo o pasivo, de sus nacionales o de todas las entidades o personas que participen en la comisión de actos de terrorismo; a denegar refugio a quienes financien, planifiquen, apoyen o cometan tales actos; y a impedir que sus territorios sean utilizados para estos fines.

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río en Apoyo al Proceso de Fortalecimiento de los Mecanismos de Participación Ciudadana en la Democracia en Bolivia

Expresamos nuestro decidido apoyo al proceso de fortalecimiento de los mecanismos efectivos de participación ciudadana en la Democracia en Bolivia, iniciado por su actual gobierno, a través de la realización, por primera vez en su historia, de una consulta popular, mediante un referéndum, un Diálogo Productivo Nacional y finalmente la convocatoria a una Asamblea Constituyente el próximo año.

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Grupo de Río sobre la Situación en Ecuador

Considerando la situación en el Ecuador, reiteramos que el respeto a los Gobiernos elegidos por voluntad popular y al estado de derecho,

principios básicos de la democracia y elementos rectores del Grupo de Río, contribuirá a mantener la estabilidad y paz social en el Ecuador. Con tal fin, decidimos crear un mecanismo que contribuya, de inmediato, a facilitar el diálogo necesario para asegurar la preservación en el Ecuador de los principios que inspiran al Grupo de Río y que se encuentran consagrados en la Carta Democrática Interamericana. Se encarga a la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río la realización de consultas con ese objetivo, contando para ello, con el apoyo de otras instancias, como la Organización de Estados Americanos.

Comunicado Conjunto Brasil-Peru

Os Presidentes do Brasil e do Peru reuniram-se, por ocasião da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, para tratar de assuntos relativos à relação estratégica entre os dois países, em especial a integração física de seus respectivos territórios. Nesse contexto acordaram:

1) o início da construção da rodovia inter-oceânica que integrará os territórios do Brasil e do Peru através da vinculação viária entre Assis Brasil, no Estado do Acre, e Iñapari, no Departamento de Madre de Dios, Peru. Esta estrada se estenderá, no Peru, até os portos de Ilo, Matarani e Marcona, e integrará os Estados fronteiriços do Brasil com os Departamentos peruanos de Madre de Dios, Cuzco, Puno, Arequipa, Apurímac, Ica, Moquegua e Tacna;

2) o custo dessa via inter-oceânica ascenderá a US\$ 700 milhões. O Governo brasileiro, através do PROEX, financiará exportações brasileiras de bens e serviços até um montante de US\$ 417 milhões. A Corporação Andina de Fomento e o Governo peruano aportarão o financiamento complementar;

3) o início de entendimentos para acordar, em breve prazo, um plano de desenvolvimento e integração na região de influência desse eixo de integração entre os dois países.

Os dois Presidentes encarregaram seus respectivos Ministros de Relações Exteriores do seguimento dessas decisões.

Mensagens enviadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da divulgação dos resultados oficiais das eleições no Uruguai

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em 8 de novembro corrente, as seguintes mensagens ao Presidente-eleito do Uruguai, Doutor Tabaré Vázquez, e ao Presidente do Uruguai, Doutor Jorge Batlle, por ocasião da divulgação pela Corte Eleitoral dos resultados oficiais das eleições nacionais uruguaias:

“Ao Doutor Tabaré Vázquez

Felicito, com sincera emoção, o companheiro e amigo Tabaré Vázquez pela expressiva vitória nas eleições presidenciais de 31 de outubro na vizinha e querida nação uruguaia, hoje anunciada pela Corte Eleitoral do Uruguai. Estou seguro de que, sob a sua liderança, inaugura-se um novo momento na história do Uruguai e inicia-se um período de ainda maior cooperação entre os nossos países.

Lado a lado, trabalharemos pelo desenvolvimento mais justo de nossas sociedades. Juntos, saberemos construir um MERCOSUL e uma América do Sul que correspondam às expectativas reais de nossos povos irmãos. Unidos, estaremos em melhores condições de responder aos desafios e às oportunidades de um mundo crescentemente integrado.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

“A Sua Excelência o Senhor Doutor Jorge Batlle, Presidente da República Oriental do Uruguai

Cumprimento Vossa Excelência pela realização das eleições nacionais de 31 de outubro, cujos resultados foram hoje anunciados pela Corte Eleitoral do Uruguai. O Estado e o povo uruguaios deram mostras, mais uma vez, da tradição democrática, da fortaleza institucional e do grande espírito cívico que distinguem a República Oriental do Uruguai.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Hu Jintao - Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (11 a 16 de novembro de 2004)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizará visita ao Brasil, de 11 a 16 de novembro corrente, o Presidente da República Popular da China, Hu Jintao. A visita constitui retribuição da viagem do Presidente Lula à China, em maio passado, e ocorre no marco da celebração de trinta anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

O programa da visita do Presidente Hu Jintao prevê eventos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Presidente Lula recepcionará o Presidente da China no dia 12 de novembro, em Brasília, oportunidade em que manterão encontro privado e reunião ampliada de trabalho. Os dois Presidentes participarão, igualmente, da cerimônia de encerramento, no Palácio Itamaraty, de seminário com a participação de centenas de empresários brasileiros e chineses. O Presidente Hu Jintao participará também de Sessão Solene Conjunta no Congresso Nacional e visitará o Supremo Tribunal Federal.

Além do crescimento expressivo já observado no intercâmbio comercial bilateral, há perspectiva de investimentos importantes nas áreas de infra-estrutura hidroferroviária, siderurgia e cooperação energética. Durante a visita deverão ser assinados acordos em áreas como turismo, cooperação científica e tecnológica, cooperação judiciária e segurança, bem como importantes contratos comerciais. Dentre as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas com particular êxito pelos dois países, notabiliza-se o projeto CBERS, maior programa de cooperação aeroespacial de alta tecnologia entre países em desenvolvimento, que prevê o lançamento do satélite CBERS 2B e a venda de imagens geradas pelo sistema para terceiros países.

A visita do Presidente Hu Jintao reveste-se de especial importância por se tratar da segunda visita de Estado entre os dois países em menos de um ano, o

que contribui para o fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e China, em consonância com a diretriz de aproximação e integração do Brasil com países em desenvolvimento – um dos pilares da política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Seminário “Brasil-China: Conquistas e Desafios na Construção de uma Parceria Estratégica” (Brasília, 12 de novembro de 2004)

Será realizado no Palácio Itamaraty, em 12 de novembro, o seminário “Brasil-China: Conquistas e Desafios na Construção de uma Parceria Estratégica”. A iniciativa direciona-se aos diversos setores interessados da Administração Federal, órgãos e agências de fomento, Universidades e centros de pesquisa, entidades de classe, escritórios de advocacia e consultoria, empresas importadoras e exportadoras (especialmente as que se relacionam com a China), além da imprensa especializada. Cerca de 160 empresários brasileiros e 200 chineses dos mais diferentes setores confirmaram presença no evento.

O fomento do comércio, a realização de investimentos recíprocos e a formação de joint ventures constituem atualmente elementos importantes no desenvolvimento das relações bilaterais. Dados de 2004 confirmam o fato de a China ter ascendido, nos últimos anos, à posição de terceiro maior mercado comprador do Brasil, após os EUA e a Argentina, e de ter-se tornado o quinto maior fornecedor para o mercado nacional. A recente formação de parcerias no setor aeronáutico, minerador e siderúrgico, bem como o anúncio da intenção chinesa de investir no setor de transporte ferroviário no Brasil reforçam os laços bilaterais. Nesse contexto, o seminário deverá examinar a experiência de empresas brasileiras bem-sucedidas no mercado chinês e apontar as dificuldades que ainda persistem no desenvolvimento de negócios com a China, ensejando reflexão sobre a estratégia de ação público e privada para os próximos anos.

Falecimento do Presidente Yasser Arafat

O Governo brasileiro expressa suas mais sinceras condolências pelo desaparecimento do Presidente Yasser Arafat, líder histórico da luta do povo palestino por sua auto-determinação e sua independência. Neste momento de dor e tristeza, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva associa-se ao pesar do povo palestino.

Certo de que as lideranças palestinas saberão manter vivos os ideais de seu incansável representante, o Governo brasileiro reafirma o apoio à criação de um Estado palestino livre e soberano e à construção de um futuro de paz e prosperidade para o Oriente Médio.

Participação do Brasil na cerimônia fúnebre do Presidente Yasser Arafat (Cairo, 12 de novembro de 2004)

Participação do Brasil na cerimônia fúnebre do Presidente Yasser Arafat

Cairo, 12 de novembro de 2004

O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, compareceu em 12 de novembro corrente à cerimônia fúnebre do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, no Cairo.

Integrada por parlamentares e diplomatas brasileiros, a delegação do Brasil acompanhou o cortejo realizado na Base Aérea do Cairo, onde apresentou condolências a autoridades egípcias e palestinas presentes.

Naquele mesmo dia, o Ministro José Dirceu e sua comitiva dirigiram-se à sede da Liga dos Estados Árabes para assinatura do Livro de Condolências. Foram recebidos pelo Secretário-Geral da Organização, Embaixador Amr Moussa. Em caloroso encontro, este agradeceu a presença do Brasil, sublinhou o reconhecimento pelos líderes árabes do relevo que o Governo brasileiro atribui às suas relações com o Mundo Árabe e elogiou a iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reunir no Brasil, em 2005, os mandatários dos países árabes e sul-americanos.

Acordo Brasil-Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas

O Acordo entre o Brasil e a Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (AST Brasil-Ucrânia) não contém as chamadas cláusulas “políticas”, incluídas no Acordo com os EUA de 2000 e consideradas inaceitáveis pelo Congresso Nacional. O Acordo com a Ucrânia é, portanto, distinto do Acordo com os EUA de 2000 e não inclui os seguintes dispositivos: proibição de usar dinheiro dos lançamentos no desenvolvimento de veículos lançadores; proibição de cooperar com países que não sejam membros do MTCR; possibilidade de veto político unilateral; e obrigatoriedade de assinar novos acordos de salvaguardas com outros países.

Além disso, o AST Brasil-Ucrânia promulgado pelo Presidente da República incorpora as cláusulas interpretativas consideradas necessárias pelo Congresso Nacional, quando da aprovação do Acordo, por meio do Decreto Legislativo 766, de 16 de outubro de 2003. Nesse sentido, os dois países procurarão assegurar que:

- a) “autoridades brasileiras participem também do controle das áreas restritas, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana”;
- b) “pessoas autorizadas pelo Governo da República Federativa do Brasil participem também, no que couber, do controle do acesso a Veículos de Lançamento, Espaçonaves e Equipamentos Afins, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana.”
- c) “os crachás de identificação a serem utilizados pelos indivíduos que controlarão as áreas restritas serão emitidos pelo Governo da Ucrânia ou pelo Licenciado Ucraniano, para o pessoal ucraniano, e pelo Governo da República Federativa do Brasil, para o pessoal brasileiro, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana”;
- d) “os containers lacrados poderão ser abertos para inspeção por autoridades brasileiras

devidamente autorizadas para tal pelo Governo da República Federativa do Brasil, na presença de autoridades ucranianas e em áreas apropriadas, sem que isto implique estudo técnico indevido do material ali contido e preservada inteiramente a proteção da tecnologia de origem ucraniana”.

Ademais, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo no entendimento de que o Governo da Ucrânia procurará “autorizar os seus licenciados a divulgar informações referentes à presença, nas Cargas Úteis ou nos Veículos Lançadores e Espaçonaves, de material radioativo ou de quaisquer substâncias que possam ser danosas ao meio ambiente ou à saúde humana, bem como dados relativos ao objetivo do lançamento e ao tipo e às órbitas dos satélites lançados, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana”.

Na execução da parceria Brasil-Ucrânia no campo espacial, o Poder Executivo vem seguindo à risca a interpretação emitida sobre o AST pelo Congresso Nacional.

Seminário Brasil-Rússia (São Paulo, 16 e 17 de novembro de 2004)

Em seguimento à visita que realizou o Vice-Presidente José Alencar à Rússia em outubro último e no contexto de preparação da visita de Estado que o Presidente Vladimir Putin fará ao Brasil nos dias 21 e 22 de novembro corrente, a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, com a colaboração dos Departamentos de Promoção Comercial e da Europa do Itamaraty, realizará em São Paulo o seminário Brasil-Rússia: fortalecimento de uma parceria. O evento ocorrerá nos dias 16 e 17 de novembro, no Hotel Intercontinental, e será aberto pelo Vice-Presidente da República.

No primeiro dia (Encontro Empresarial), o seminário terá o objetivo de fomentar a cooperação econômica e comercial bilateral, mediante a promoção do diálogo entre empresários dos dois países. Cerca de 60 importantes empresários e

representantes governamentais russos deverão comparecer ao evento. Está prevista a realização de reunião conjunta dos Conselhos Empresariais Brasil-Rússia e Rússia-Brasil, aberta à participação de todos os empresários inscritos no seminário. O Conselho Empresarial Brasil-Rússia é presidido pelo ex-Ministro da Agricultura e atual Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (ABEC), Marcus Vinicius Pratini de Moraes, e o Conselho Empresarial Rússia-Brasil, pelo Presidente da holding Soglasie S.A., Ara Abramian.

No dia 17 (A Rússia hoje – situação e perspectivas), o seminário será voltado ao público em geral, com o objetivo de analisar e divulgar a situação atual na Rússia. O evento será dividido em duas sessões, uma sobre a política russa e a outra sobre a economia, e terá, como palestrantes, o Sr. Igor Shuvalov, assessor especial do Presidente Putin, e os acadêmicos russos Drs. Alexei Salmin, Irina Starodubrovskaya e Vladimir Mau. Como debatedores, estarão quatro especialistas brasileiros: os Drs Lenina Pomeranz, Daniel Arão Reis e Ângelo Segrillo e o jornalista Jaime Spitzcovsky.

Os interessados em participar do seminário devem solicitar inscrição, que é gratuita, pelo endereço eletrônico

Vitória da CVRD em processo de seleção internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize, Moçambique

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação da escolha, anunciada hoje pelo Governo de Moçambique, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em processo de seleção internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize, na região do Vale do Zambeze.

Trata-se de empreendimento de grande envergadura, que envolverá investimentos vultosos da CVRD, em valor estimado de US\$ 1 bilhão. Paralelamente, implicará a execução de importantes projetos de desenvolvimento econômico e social na região.

O Governo brasileiro acompanhou de perto o processo de seleção, tendo em vista a perspectiva do estabelecimento de uma grande empresa do país em Moçambique, e apoiou a elaboração de projetos sociais que a CVRD apresentou no contexto da concorrência.

A marcante presença da CVRD em Moçambique constitui marco importante nessa nova fase das relações entre os dois países-irmãos e adquire significado especial no contexto das políticas que o Governo brasileiro vem desenvolvendo em função da prioridade atribuída pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao relacionamento com a África, em especial com os países de língua portuguesa.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República da Coreia, Roh Moo-Hyun

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Coreia, Roh Moo-Hyun, realizará visita de Estado ao Brasil de 16 a 18 de novembro de 2004. A vinda do Presidente coreano reflete o adensamento das relações entre o Brasil e a Ásia, e, em particular, entre os dois países.

Hoje, a Coreia do Sul é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e mantém importantes investimentos em nosso país. Durante a visita, os dois governos consolidarão o “Relacionamento Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no século XXI”, cobrindo áreas estratégicas como tecnologia da informação, energia, recursos naturais e ciência e tecnologia.

O Presidente Roh manterá reuniões com o Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e com outras autoridades. Manterá também contato com a comunidade coreana no Brasil.

Comunicado conjunto sobre os resultados da Reunião de Cúpula entre os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Coreia

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o

Presidente da República da Coreia, Roh Moo-hyun, realiza Visita de Estado ao Brasil entre os dias 16 e 18 de novembro de 2004. Os mandatários realizaram Reunião de Cúpula em Brasília, durante a qual conversaram sobre a relação entre os dois países, propostas para o fortalecimento da cooperação conjunta na área internacional e para maior aprofundamento das relações bilaterais.

2. O Presidente Roh agradeceu ao Presidente Lula o convite para a Visita de Estado ao Brasil e convidou-o a visitar a Coreia por ocasião do “6o Fórum Global sobre a Reinvenção do Governo”, que ocorrerá em Seul, entre os dias 24 a 27 de maio de 2005. O Presidente Lula agradeceu o convite e expressou considerar positivamente uma visita à Coreia.

3. Os dois Presidentes observaram com grande satisfação que a relação amigável e cooperativa entre os dois países tem sido expandida e aprofundada nos campos econômico, social e cultural. Observaram, particularmente, que o crescimento notável do comércio e dos investimentos, baseados na complementaridade das estruturas econômicas entre os dois países, tem contribuído para promover os laços bilaterais. Os dois Presidentes também compartilham a visão de que a relação entre os países tem-se expandido, de modo a permitir a cooperação bilateral em todas as áreas. Baseados em tais avanços, eles concordaram em transformar a “Parceria Especial para o Século XXI”, planejada durante a visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Coreia, em 2001, na “Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI”.

4. Os dois mandatários reconheceram que o comunidade coreana no Brasil tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico do país nas últimas décadas e compartilham a visão de que os laços pessoais tiveram papel vital na ampliação da amizade e da compreensão mútua entre os dois países.

5. Os dois Presidentes compartilham a visão de que os assuntos nucleares da Coreia do Norte devem ser resolvidos pacificamente pelo diálogo e, nesse contexto, as Negociações Hexapartites devem

ser retomadas tão logo seja possível.

6. Os dois Presidentes expressaram seu comprometimento em aprofundar a consolidação da cooperação bilateral em vários organismos internacionais e foros multilaterais. Pretendem, particularmente, manter cooperação mais estreita em assuntos relativos à proteção do meio ambiente. Além disso, concordam com a necessidade de esforços conjuntos para o sucesso da conclusão da Agenda de Desenvolvimento de Doha, dentro de um prazo razoável.

7. Os dois Presidentes compartilharam a necessidade de expansão das relações econômicas entre a Coreia e a América do Sul e entre o Brasil e região da Ásia-Pacífico para melhor proveito da estrutura complementar de suas economias. Nesse sentido, o Presidente Lula, em nome dos Estados membros do MERCOSUL, e o Presidente Roh anunciaram o lançamento de um estudo conjunto sobre a viabilidade de acordo comercial entre a Coreia e o MERCOSUL, que teria por objetivo a melhora do comércio entre essas economias. Os dois Presidentes atribuíram a seus Ministros a tarefa de elaborar estudos detalhados a esse respeito.

8. Considerando o interesse de ambos os países para aumentar o comércio e as relações econômicas, bem como o desejo de coordenar as posições em assuntos concernentes ao comércio e à economia internacional, os mandatários concordaram com a necessidade de manter consultas regulares em alto nível sobre questões comerciais. Ambos os países saudaram os resultados da XI UNCTAD como um instrumento valioso para o aumento e aprofundamento do comércio internacional.

9. O Presidente Lula e o Presidente Roh comprometeram-se com o estreitamento das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Coreia com base em seus sistemas econômicos abertos e nas estruturas complementares de suas economias, e concordaram em que ambos os Governos devem comprometer-se a unir esforços com essa finalidade. Além disso, os Presidentes discutiram com espírito construtivo modos mutuamente benéficos de permitir

que a Coréia ingresse no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como membro extra-regional pleno. Também encorajaram as companhias coreanas a participar ativamente dos projetos brasileiros de Parceria Público-Privada (PPPs) em áreas que incluem exploração de petróleo e energia e projetos de construção de rodovias, ferrovias e portos.

10. O Presidente Lula e o Presidente Roh expressaram satisfação com a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Energia e Recursos Naturais entre os dois países, que estabelece mecanismos de consulta e cooperação nessas áreas.

11. Os dois Presidentes reiteraram a importância da cooperação bilateral nas áreas de ciência e tecnologia, incluindo energia nuclear, biotecnologia e as tecnologias aeronáutica e espacial. Também observaram a importância do fortalecimento das relações de cooperação em assuntos marítimos e de aviação e concordaram em explorar modos de promover a cooperação bilateral nessas áreas.

12. O Presidente Lula e o Presidente Roh concordaram em estabelecer um Centro de Cooperação em Tecnologia da Informação tão logo possível, para o desenvolvimento da cooperação nessa área entre os dois países.

13. Reconhecendo que a ampliação da compreensão mútua e da amizade dos países e Governos tem papel crucial no efetivo desenvolvimento das relações bilaterais, os dois Presidentes concordaram na necessidade de expandir o intercâmbio cultural e o diálogo pessoal. Nesse contexto, compartilharam a visão de que tal medida permitirá aumento no intercâmbio na área dos esportes.

14. Os dois Presidentes compartilharam a visão de que o encontro em Brasília constituiu oportunidade para avançar na cooperação entre os dois países e concordaram em acelerar iniciativas de cooperação bilateral por meio da implementação dos itens acordados na Reunião de Cúpula. O Presidente Roh expressou seu agradecimento pela calorosa hospitalidade com que foi recebido pelo povo e

Governo brasileiros.

(versão em inglês)

Joint Statement on the Results of the Summit Meeting between Korea and Brazil
Brasília, 16 November, 2004

1. At the invitation of the President of the Federative Republic of Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, the President of the Republic of Korea, Roh Moo-hyun, paid a state visit to Brazil from 16-18 November, 2004. President Roh and President Lula held a summit meeting in Brasília, during which they reviewed the relationship between the two countries and discussed pending bilateral issues, ways to strengthen cooperation in the international arena and prospects for the further development of bilateral relations.

2. President Roh expressed his gratitude for President Lula's invitation to pay a state visit to Brazil and invited President Lula for a visit to Korea on the occasion of the 6th Global Forum on Reinventing Government, which is to be held in Seoul during 24-27 May, 2005. President Lula expressed his gratitude for the invitation and his willingness to positively consider a visit to Korea.

3. The two presidents noted with great satisfaction that in recent years, the friendly and cooperative relationship between the two countries has been expanded and deepened in the political, economic, social and cultural fields, and that, in particular, the remarkable growth in trade and investment based on the complementary economic structures of the two countries has contributed to the promotion of bilateral ties. The two presidents also shared the understanding that the relationship between the two countries has been expanded to enhance bilateral cooperation in all areas. Based on such achievements, they agreed to develop the existing "Special Partnership for the 21st Century", which had been planned during former President Cardoso's Visit to Korea in 2001, into the "Comprehensive Cooperative Relationship for the Common Prosperity

in the 21st Century”.

Both leaders acknowledged that the Korean community has contributed to the economic and social development of Brazil in recent decades, and shared the view that the people-to-people ties have played a vital role in enhancing the friendship and mutual understanding between the two countries.

5. The two Presidents shared the view that the North Korean nuclear issue should be resolved peacefully through dialogue, and that in this context the Six-Party Talks be resumed as soon as possible.

6. The two Presidents expressed their commitment to further consolidate bilateral cooperation in various international bodies and multilateral fora. In particular, they pledged to maintain closer cooperation in global environmental protection. Furthermore, they agreed to make joint efforts for the successful conclusion of the Doha Development Agenda negotiation in a timely manner.

7. The two leaders shared the need to further enhance the economic linkages between Korea and South America and between Brazil and Asia-Pacific to make the most of the complementary structures of their economies. In this regard, President Roh and President Lula, on behalf of the Member States of Mercosur, announced the launching of a joint study on the feasibility of a trade agreement between Korea and Mercosur which would aim at enhancing mutual trade between the two economies. The two leaders tasked their relevant ministers to work on the details of the study.

8. Considering the interest of both parties to increase their mutual trade and economic relations and the desirability of coordinating positions on issues pertaining to international trade and economy, the two Presidents agreed on the necessity to maintain at a higher level regular consultations on trade issues. Both countries welcomed the results of UNCTAD XI as a valuable tool to increase and deepen international trade.

9. President Roh and President Lula looked forward to the further enhancement of the trade and economic relations between Brazil and Korea on the

basis of their open economic systems and the complementary structures of their economies, and agreed that both governments should commit to making joint efforts to this end. In addition, the two leaders discussed in a constructive manner a mutually beneficial way to allow Korea to join the Inter-American Development Bank (IDB) as a full extra-regional member. They also encouraged Korean companies to actively participate in Brazil's Public and Private Projects (PPPs) which includes areas such as oil exploration, energy, highway, railway and port facility construction projects.

10. President Roh and President Lula expressed their satisfaction on the signing of the ministerial MOU on Energy and Mineral Resources between the two countries, which establishes a consultative mechanism of cooperation in these fields.

11. The two Presidents reiterated the importance of bilateral cooperation in the areas of science and technology, including nuclear energy, biotechnology, aeronautics and aerospace technology. They also noted the importance of further strengthening cooperative relations in aviation and maritime affairs, and agreed to explore ways to promote bilateral cooperation in these areas.

12. President Roh and President Lula agreed to establish an IT Cooperation Center in Brazil at an early date to develop cooperation in this area between two countries.

13. Recognizing that enhanced mutual understanding and friendship between the two countries as well as the two governments play a crucial role in the effective development of bilateral relations, the two Presidents agreed to expand cultural and people-to-people exchanges. In this context, they shared the view that it would be beneficial to increase exchanges in the area of sports.

14. The two Presidents shared the view that this summit in Brasilia provided an opportunity to further enhance substantial cooperation between the two countries and agreed to accelerate developments in bilateral cooperation through the implementation

of the agreed items of the summit. President Roh expressed his gratitude for the warm hospitality of the Brazilian people and government.

Visita Oficial ao Brasil do Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong

O Presidente Tran Duc Luong, da República Socialista do Vietnã, visitará oficialmente o Brasil, de 16 a 17 de novembro de 2004. Estará acompanhado de numerosa comitiva, que incluirá o Ministro-Chefe da Presidência e o Ministro da Pesca.

No dia 16 de novembro, o Presidente vietnamita visitará São Paulo, onde será recebido pelo Governador do Estado. Participará de Seminário com as comunidades empresariais dos dois países, organizado em conjunto pela Confederação Nacional da Indústria e pela Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã. Visitará também a sede da EMBRAER, em São José dos Campos.

No dia 17 de novembro, o Presidente Tran Duc Luong será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. O encontro bilateral entre os dois mandatários será seguido de reunião de Ministros e autoridades dos dois países.

Dentre os temas da agenda, destacam-se o diálogo sobre as possibilidades de cooperação na área da produção de etanol; o processo de acesso do Vietnã à OMC; a concessão bilateral recíproca de tratamento de nação mais favorecida; e a reforma das Nações Unidas.

Trata-se da segunda visita oficial de um Presidente vietnamita ao Brasil. Brasil e Vietnã comemoram, em 2004, 15 anos de relações diplomáticas. O comércio bilateral, que atingiu US\$ 47 milhões em 2003, tem mantido tendência crescente nos últimos quatro anos.

Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnã

1. A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República

Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Tran Duc Luong, Presidente da República Socialista do Vietnã, realizou visita oficial ao Brasil de 16 a 17 de novembro de 2004.

2. O Presidente Tran Duc Luong visitou São Paulo em 16 de novembro, ocasião em que foi saudado por Sua Excelência o Senhor Geraldo Alckmin, Governador do Estado. Discursou para representantes das comunidades empresariais dos dois países em seminário organizado em conjunto pela Confederação Nacional da Indústria e pela Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã. Visitou a sede da EMBRAER, em São José dos Campos.

3. Em 17 de novembro, o Presidente Lula recebeu o Presidente Tran Duc Luong em Brasília. Os dois dignitários mantiveram proveitosas conversações em atmosfera de entendimento e amizade mútuos. Trocaram visões sobre temas internacionais e regionais de interesse comum e examinaram o estado das relações bilaterais entre Brasil e Vietnã.

4. Celebrou-se um Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, com vistas a fortalecer a cooperação entre os dois países. O Acordo simplificará e facilitará viagens de nacionais de ambos os países portadores de passaportes diplomáticos.

5. Ambos os líderes notaram a importância do intercâmbio de visitas de alto nível entre os dois países para o aprofundamento das relações bilaterais. Nesse sentido, é recomendável que Ministérios, parlamentares, agências, autoridades locais, comunidades empresariais e organizações de massa de ambos os países incrementem trocas e contatos, com vistas a fortalecer sua parceria. Ressaltaram que a visita do Presidente Tran Duc Luong marca os 15 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Vietnã.

6. Os dois lados constataram com satisfação que o comércio bilateral entre os dois países tem crescido nos últimos quatro anos. Atribuíram grande importância a expandir ainda mais o comércio bilateral. Nesse sentido, saudaram a assinatura de Memorando de

Entendimento entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã.

7. Ambos os líderes reconheceram a importância do uso de fontes renováveis de energia para a sustentabilidade do meio ambiente global. Nesse contexto, realçaram os benefícios do uso de bio-combustíveis como o etanol. Expressaram a disposição de estimular o estabelecimento de cooperação estreita sobre etanol e tecnologias relacionadas.

8. Os dois Presidentes expressaram a disposição de desenvolver cooperação no campo da saúde, em particular na área de DST/AIDS. A esse respeito, salientaram a importância de coordenar medidas preventivas e de tratamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS, e de garantir acesso universal aos medicamentos antiretrovirais.

9. Ambos os líderes concordaram quanto à grande importância de se fortalecer a credibilidade das instituições multilaterais, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Expressaram apoio ao processo de reforma do sistema das Nações Unidas e manifestaram satisfação com o trabalho do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança nesse contexto. Manifestaram a convicção de que uma reforma efetiva do Conselho de Segurança deve compreender novos membros permanentes, incluindo países em desenvolvimento, além de novos assentos não-permanentes, para garantir ao órgão maior legitimidade e força. Convieram, ademais, em que as Nações Unidas devem enfrentar com maior firmeza as questões do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza. Uma reforma mais abrangente deve atingir não apenas o Conselho de Segurança mas também buscar o fortalecimento e maior eficácia da Assembléia Geral, do ECOSOC e do Secretariado.

10. Os dois Presidentes anunciaram com satisfação a conclusão das negociações bilaterais sobre concessões e compromissos no acesso a mercados de bens e serviços no âmbito do processo

de negociação da acessão do Vietnã à OMC. Os dois líderes saudaram igualmente o Acordo por Troca de Notas Relativo ao Tratamento Recíproco de Nação Mais Favorecida entre Brasil e Vietnã, que visa a reduzir substancialmente tarifas e barreiras não-tarifárias no comércio bilateral.

11. Ambos os líderes saudaram a consolidação do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste, FOCALAL, como um instrumento importante para o fortalecimento dos laços entre a América Latina e a Ásia do Leste.

12. Os dois Presidentes trocaram visões e experiências sobre o combate à fome, a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento. Concordaram em que a comunidade internacional tem um papel importante nesse contexto.

13. O Presidente Tran Duc Luong expressou seus sinceros agradecimentos ao Presidente Lula e ao Governo brasileiro pela calorosa acolhida e cordial hospitalidade recebidas durante sua visita ao Brasil.

14. O Presidente Tran Duc Luong convidou o Presidente Lula a visitar a República Socialista do Vietnã em período de sua conveniência. O Presidente Lula aceitou o convite com satisfação, e uma data será acordada pelos canais diplomáticos.

Feito em Brasília, em 17 de novembro de 2004.

Versão em inglês

Joint Communiqué Between the Federative Republic of Brazil and the Socialist Republic of Vietnam

1. At the invitation of H. E. Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Federative Republic of Brazil, H. E. Mr. Tran Duc Luong, President of the Socialist Republic of Vietnam, paid an official visit to Brazil from 16th to 17th November 2004.

2. President Tran Duc Luong visited São Paulo on November 16th, during which time he was greeted by H. E. Mr. Geraldo Alckmin, State Governor. He addressed representatives from the business communities of both countries at a seminar co-organized by the Confederação Nacional da

Indústria and the Vietnam Chamber of Commerce and Industry. He paid a visit to EMBRAER at São José dos Campos.

3. On November 17th President Lula welcomed President Tran Duc Luong in Brasilia. The two dignitaries held fruitful conversations in an atmosphere of mutual understanding and friendship. They exchanged views about international and regional issues of common interest and examined the state of the bilateral relations between Brazil and Vietnam.

4. An Agreement on Partial Abolition of Visa Requirements was celebrated, with a view to strengthen cooperation between the two countries. The Agreement will simplify and facilitate travels by nationals of both countries holders of diplomatic passports.

5. Both leaders considered the significance of the exchange of high level visits between the two countries for the deepening of bilateral relations. To this end, it is advisable that Ministries, Parliamentarians, agencies, local authorities, business communities and mass organizations of the two countries increase exchanges and contacts in order to further consolidate their partnership. They underscored that the visit of President Tran Duc Luong marks the fifteen years of the establishment of diplomatic relations between Brazil and Vietnam.

6. Both sides noted with satisfaction that bilateral trade between the two countries have increased in the last four years. They attached high importance to further expanding bilateral trade. In this sense, they welcomed the signature of a Memorandum of Understanding between the Confederação Nacional da Indústria and the Vietnam Chamber of Commerce and Industry.

7. Both leaders recognized the importance of the use of renewable energy sources for the sustainability of the global environment. In this regard, they underscored the benefits of the use of bio-fuels such as ethanol. They expressed their willingness to stimulate the establishment of a framework for close cooperation in ethanol and related technologies.

8. The two Presidents expressed their

willingness to develop cooperation in the health sector, particularly in the field of STD/AIDS. In this regard, they noted the importance of coordinating preventive and assistance measures towards people living with HIV/AIDS, and providing them universal access to antiretroviral drugs.

9. Both leaders agreed that it is of great importance to enhance the credibility of multilateral institutions, especially the United Nations and its Security Council. They expressed support for the reform process of the UN system and, in this task, valued the work of the High Level Panel on Threats, Challenges and Change. They manifested the confidence that an effective reform of the Security Council should comprise new permanent members, including developing countries, besides non-permanent seats, to grant it more legitimacy and strength. Furthermore, they shared the view that the United Nations should face more firmly the tasks of development and the fight against hunger and poverty. A more comprehensive reform should reach not only the Security Council, but also move towards the enhancement and greater efficacy of the General Assembly, the ECOSOC and the Secretariat.

10. Both Presidents announced with satisfaction the conclusion of the bilateral negotiations on concessions and commitments on market access for goods and services in the context of Vietnam's process of negotiation of its accession to the WTO. The two leaders also welcomed the Agreement by Exchange of Notes Regarding the Reciprocal Most-Favored-Nation Treatment between Brazil and Vietnam, which aims at substantially reducing tariff and non-tariff barriers in the bilateral trade.

11. Both leaders welcomed the consolidation of the Forum for East Asia and Latin America Cooperation, FEALAC, as a valuable instrument for deepening ties between Latin America and East Asia.

12. Both Presidents exchanged views and experiences about fighting hunger, reducing poverty and promoting development. They agreed that the international community has an important role to play

in facing this issue.

13. President Tran Duc Luong expressed his sincere appreciation to President Lula and his government for the warm welcome and friendly hospitality received during his visit to Brazil.

14. President Tran Duc Luong cordially invited President Lula to visit the Socialist Republic of Vietnam at a time of his convenience. President Lula accepted the invitation with pleasure and a date will be agreed through the diplomatic channels.

Done at Brasília, on 17th November 2004

Resgate de Brasileiros na Costa do Marfim

Em razão do aumento da tensão e da insegurança na Costa do Marfim nos últimos dias, cidadãos brasileiros residentes em Abidjan contactaram a Embaixada do Brasil para manifestar a vontade de retornar ao País.

Para efetuar o resgate desses cidadãos, o Governo brasileiro decidiu enviar à Costa do Marfim aeronave C-130 da FAB, que partirá do aeroporto de Recife nas próximas horas. Além dos brasileiros, a aeronave deverá igualmente resgatar cidadãos argentinos, a pedido do Governo da Argentina.

Na mesma missão, serão enviados para Abidjan 13 militares brasileiros de operações especiais, para garantir a segurança da Embaixada do Brasil.

Visita ao Brasil do Vice-Chanceler Federal e Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer

O Vice-Chanceler Federal e Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer, realizará visita ao Brasil no período de 17 a 19 de novembro de 2004.

Em Brasília, no dia 18, o Ministro Fischer manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministro do Exterior da Alemanha será homenageado pelo Ministro Amorim com almoço no Itamaraty.

As relações entre o Brasil e a Alemanha são marcadas por ampla convergência de percepções,

valores e interesses comuns, que, somada à elevada densidade do intercâmbio e da cooperação bilateral, confere sentido particularmente significativo a esta parceria. São intensas as relações tanto em nível governamental, como entre parlamentares e representantes dos diversos segmentos da sociedade dos dois países, abrangendo os mais variados campos: desde o político, econômico e comercial até o científico-tecnológico, educacional, cultural e ambiental.

A visita do Ministro Fischer constituirá oportunidade para o exame da extensa pauta bilateral e também para a discussão das posições dos dois países a respeito de temas multilaterais, entre os quais sobressai o da reforma das Nações Unidas. O Brasil e a Alemanha, juntamente com a Índia e o Japão, integram o G-4, grupo de coordenação e apoio recíproco sobre o tema da reforma, a partir de visões comuns, particularmente quanto à necessidade de ampliação do Conselho de Segurança em ambas as categorias de assentos, permanentes e não-permanentes, de modo a ajustar o órgão à realidade internacional contemporânea e dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia.

Na esfera das relações econômicas, a visita servirá para que as partes passem em revista o intercâmbio econômico-comercial. Em São Paulo, no dia 19, o Ministro Fischer cumprirá agenda de encontros voltada sobretudo para o setor empresarial. O próximo Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que reúne os setores governamental e empresarial dos dois países, terá lugar em Fortaleza, em julho de 2005.

O Brasil deverá registrar, em 2004, recorde histórico de exportações para a Alemanha. Nos oito primeiros meses do ano, o país exportou para o mercado alemão 2,7 bilhões de dólares, cerca de 36% a mais que o verificado no mesmo período de 2003. As importações procedentes da Alemanha também cresceram, a um ritmo de 15,5%, e totalizaram 3,2 bilhões de dólares de janeiro a agosto.

Viagem do Ministro Celso Amorim a São José, Costa Rica, por ocasião da XIV Cúpula Ibero-Americana (19 e 20 de novembro de 2004)

Em representação do Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, chefiará a Delegação do Brasil à XIV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará em São José, Costa Rica, em 19 e 20 de novembro de 2004.

A XIV Cúpula Ibero-Americana terá por tema central “Educar para Progredir”. No âmbito ibero-americano, a cooperação em matéria educacional tem longa tradição, remontando à criação, há mais de 50 anos, da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, primeira das instituições de cooperação entre os países que hoje integram o mecanismo. A Cúpula de São José deverá dar impulso ao Movimento Ibero-Americano em favor da Educação e a suas múltiplas projeções sobre a formação, o crescimento e o desenvolvimento das populações.

A Cúpula deverá permitir também o exame de temas de interesse multilateral, como a ação contra a fome e a pobreza no mundo e a situação no Haiti. Serão avaliados, ainda, os processos de assinatura e ratificação do Acordo de Santa Cruz de la Sierra, que criou a Secretaria-Geral Ibero-Americana, órgão permanente de apoio para o mecanismo. O Brasil e 19 dos outros 20 países da Cúpula são signatários do Acordo. A vigésima primeira assinatura deverá ocorrer por ocasião da reunião de São José. O instrumento entrará em vigor quando do depósito da sétima ratificação. No caso do Brasil, o tema encontra-se sob exame parlamentar.

Declaração de São José

“Educar para Progredir”

Os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países ibero-americanos, reunidos na XIV Cúpula Ibero-Americana, em São José da Costa Rica, nos dias 19 e 20 de novembro de 2004, comprometidos com os princípios e valores que identificam a comunidade ibero-americana,

acordamos a seguinte Declaração:

1. Renovamos nosso compromisso de continuar fortalecendo o mecanismo da Cúpula Ibero-Americana, como foro de concertação política e de cooperação econômica e social, através do diálogo e da solidariedade. Nesse contexto:

a) Congratulamo-nos pela criação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, mediante o Convênio de Santa Cruz de la Sierra;

b) Aprovamos o Estatuto da Secretaria-Geral Ibero-Americana;

c) Continuaremos a promover, perante nossas instâncias nacionais competentes, o procedimento de ratificação do Convênio de Santa Cruz de la Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana com vista a sua rápida entrada em vigor;

d) Saudamos a aplicação provisória do Convênio de Santa Cruz de la Sierra pelos países que assim o decidam, de acordo com as suas legislações nacionais;

e) Tendo examinado a questão da designação do Secretário-Geral aos Ibero-Americanos, os Chefes de Estado e de Governo facultamos aos nossos respectivos Ministros de Relações Exteriores que, na Reunião Plenária de Ministros de Relações Exteriores, a realizar-se durante o primeiro semestre do ano 2005, em Portugal, seguindo as instruções que lhes foram dadas e agindo em nossa representação, procedam, por consenso, à designação do Secretário-Geral Ibero-Americano;

Outrossim, solicitamos aos Ministros de Relações Exteriores que nessa Reunião, após as consultas pertinentes, de igual forma procedam à designação do Secretário Adjunto e do Secretário para a Cooperação;

f) Encomendamos ao Secretário-Geral que for designado atribuir prioridade às questões pendentes de definição, particularmente as relativas às propostas de Regulamento de Pessoal e de Regulamento Financeiro, a fim de garantir o normal funcionamento da Secretaria-Geral Ibero-americana quando entre em vigência o Convênio de Santa Cruz de la Sierra;

2. Tomamos nota com satisfação das declarações e dos resultados das Reuniões Setoriais Ibero-Americanas anteriores à Cúpula de São José (1) e valorizamos a contribuição de todas para o fortalecimento dos espaços ibero-americanos de diálogo e cooperação;

Reconhecemos, igualmente, a contribuição de outras reuniões de associações de profissionais, de congressos e de seminários ibero-americanos;

3. Na nossa perspectiva de mundo, com base na nossa história comum e acervo cultural, e inspirados pelos princípios e valores que conformam a nossa identidade, reiteramos que somente o tratamento multilateral efetivo dos problemas e desafios globais que enfrentamos permitir-nos-á formular e executar uma agenda para a promoção da paz, da democracia e do desenvolvimento com inclusão social.

4. Reiteramos o nosso respeito ao Direito Internacional, aos propósitos e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, o respeito à soberania e à igualdade jurídica dos Estados, o princípio de não intervenção, a proibição da ameaça ou o uso da força nas relações internacionais, o respeito à integridade territorial, à solução pacífica das controvérsias e à proteção e promoção de todos os direitos humanos.

5. Comprometemo-nos a fortalecer o multilateralismo através de uma reforma ampla e integral das Nações Unidas, em prol da eficiência, transparência, representatividade e democratização mediante o aperfeiçoamento e atualização do sistema das Nações Unidas que atribua aos seus diferentes órgãos, suas agências e organizações, a capacidade para cumprir com o papel que lhes compete na prevenção de ameaças, na salvaguarda da paz e na segurança internacional, bem como na promoção da cooperação para o desenvolvimento econômico e social.

6. Nesse contexto, reafirmamos também a nossa determinação em contribuir decididamente para a plena realização das metas aprovadas na Declaração do Milênio, no Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento e

outras conferências no domínio econômico e social, convocadas pelas Nações Unidas, e para alcançar um sistema multilateral de comércio com maior equidade e para o êxito da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

7. Manifestamos o nosso apoio à “Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza”, na qual se reitera a nossa convicção de lutar contra a pobreza e a injustiça social no mundo, mediante novas iniciativas que façam do desenvolvimento econômico e social uma das altas prioridades nacionais e internacionais.

8. Reiteramos a nossa enérgica rejeição à aplicação unilateral e extraterritorial de leis e medidas contrárias ao Direito Internacional, como a Lei Helms-Burton, e exortamos o Governo dos Estados Unidos de América a que ponha fim a sua aplicação.

Educar para Progredir

9. Acolhemos com interesse a Declaração adotada pela XIV Conferência Ibero-americana de Educação, realizada em São José da Costa Rica, nos dias 28 e 29 de outubro de 2004, e expressamos a determinação de realizar todos os esforços necessários para destinar mais recursos a fim de cumprir os compromissos assumidos. Nesse contexto, desejamos enfatizar os seguintes aspectos:

10. Reafirmamos que a educação é um direito humano fundamental e inalienável que tem por objetivo o pleno desenvolvimento das pessoas e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades individuais e que é instrumento fundamental para promover o desenvolvimento e a equidade. Uma educação democrática, acessível e de qualidade, é a base fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável, elevar a produtividade, aproveitar o progresso científico e tecnológico, reforçar as identidades culturais e consolidar os valores de convivência democrática, pacífica e solidária para reduzir a pobreza e a desigualdade social.

11. Para isto, é necessário atribuir à educação a natureza de política de Estado, que requer de uma visão multisetorial que permita situá-la no contexto

econômico, político, social e cultural de cada país, propiciando a tolerância e o respeito à diversidade cultural. Em conseqüência, reafirmamos a responsabilidade do Estado na formulação e aplicação de políticas e programas educacionais.

12. Reconhecemos, ainda, que a educação é uma responsabilidade de todos, e por essa razão convém prosseguir os esforços a fim de concretizar alianças entre o Estado, o magistério e a sociedade civil para consolidar políticas de Estado que permitam melhorar a qualidade da educação. Nesse contexto, valorizamos a contribuição que possam dar os meios de comunicação em apoio a esses esforços.

13. Destacamos que o investimento em educação, além de ser enormemente benéfico no médio e longo prazos, é prioritário, e assim comprometemo-nos a fazer esforços para aumentar o investimento em políticas sociais e a ampliar o financiamento da educação, incluindo a obtenção de novos recursos e a reorientação dos existentes para garantir uma educação de qualidade, acessível, eficiente e socialmente equitativa.

14. Reiteramos a necessidade de destinar recursos adequados à educação para a inclusão produtiva e social das pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, tais como indígenas, migrantes e deficientes, e, ao mesmo tempo, contribuir para a erradicação do trabalho infantil.

14bis. Reconhecemos com satisfação os progressos realizados nos últimos anos por vários dos países ibero-americanos no campo da educação inter-cultural bilingüe e comprometemo-nos a continuar promovendo políticas de Estado desse tipo que facilitem a articulação dos povos indígenas nos processos de desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, permitam-lhes preservar sua identidade cultural num ambiente de respeito e promoção da diversidade na unidade.

15. Comprometemo-nos a intensificar os nossos esforços para garantir a equidade de gênero no acesso à educação, bem como a formular estratégias multisetoriais para a educação das

mulheres, especialmente crianças e jovens, e a favorecer a sua permanência.

16. Renovamos o nosso compromisso para alcançar as metas educativas estabelecidas na Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien de 1990, na Declaração de Bariloche de 1995 e o Plano de Ação de Dacar adotado no Foro Mundial de Educação de 2000 e nos Objetivos do Milênio. Reafirmamos os compromissos assumidos pelas nossas nações ao subscrever os acordos de “Uma educação de qualidade para todos”.

17. Comprometemo-nos, portanto, a trabalhar por uma educação básica e secundária verdadeiramente universal, de qualidade, acessível, e que favoreça a permanência das crianças e adolescentes na escola até o seu final. Outrossim, promoveremos a adoção de mecanismos que ofereçam oportunidades educativas para jovens e adultos que, por diferentes circunstâncias, foram, em algum momento de suas vidas, excluídos do processo educativo.

18. Como estratégia central para a melhoria da qualidade da educação, comprometemo-nos a desenvolver sistemas de avaliação e a colaborar para que possam ser estabelecidos nos países da região que não os tenham. Igualmente, consideramos de interesse prover, para os países que assim o desejarem, sistemas internacionais de avaliação como mecanismo de referência do seus métodos/modelos educativos.

19. Reafirmamos que o investimento eficaz em educação determinará as possibilidades de encarar com êxito o desemprego que obstaculiza o crescimento e o desenvolvimento dos nossos países e ameaça de exclusão social amplos setores da população. A capacitação contínua e todas iniciativas que ofereçam uma melhor qualificação técnica e profissional são um instrumento essencial para a obtenção de um emprego decente.

20. Os nossos sistemas nacionais de educação devem prestar especial atenção aos jovens entre 15 e 18 anos de idade. O ciclo escolar intermédio entre a educação básica e a educação superior deve oferecer oportunidades variadas que satisfaçam a diversidade

de interesses e as necessidades dos jovens. Deve, igualmente, oferecer capacitação para o trabalho, proporcionar as habilidades acadêmicas para a educação superior e, ainda, criar nos jovens as atitudes e os valores indispensáveis para a sua incorporação harmônica na sociedade, ao alcançarem a idade legal para a cidadania.

21. Reconhecemos de fundamental importância que o investimento em educação superior se oriente para a articulação dos processos de formação nas universidades, bem como para a formação docente e técnica, visando a profissionalização e a dignificação da função docente, bem como a promoção da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com as necessidades do setor produtivo e do desenvolvimento nacional.

22. Reafirmamos o nosso compromisso com o fortalecimento das universidades públicas e demais instituições de educação superior, públicas e privadas, como instituições que devem promover a excelência acadêmica para o desenvolvimento integral dos povos ibero-americanos. Neste sentido, reconhecemos a importância de favorecer a criação e consolidação de mecanismos de cooperação que promovam a mobilidade de estudantes, pesquisadores docentes e técnicos, a revalidação e reconhecimento de estudos, bem como a realização conjunta de programas de pesquisa e inovação, tais como a Rede de Macro Universidades Públicas da América Latina e do Caribe.

23. Comprometemo-nos a fomentar a cooperação ibero-americana em matéria de educação e a trabalhar conjuntamente para fortalecer as distintas instâncias e mecanismos de cooperação internacional a fim de que nenhum país se veja frustrado pela falta de recursos no esforço de alcançar as metas de Educação para Todos.

24. Comprometemo-nos a promover, nos diversos foros multilaterais, o exame e a adoção de mecanismos financeiros inovadores, inclusive a conversão de uma percentagem dos serviços da dívida em investimento nos sistemas educativos dos

nossos países, ou outras iniciativas que permitam obter recursos financeiros que constituam fundos adicionais ao orçamento da educação.

25. Esses recursos devem ser investidos, de acordo com as necessidades concretas dos nossos países, em programas que fortaleçam sistemas educativos inclusivos, privilegiando a atenção à primeira infância, à população analfabeta ou com baixos níveis de escolaridade, aos deficientes, bem como projetos que fortaleçam o ensino secundário. A nutrição e a saúde das crianças, desde a etapa pré-natal, bem como sua educação inicial, devem constituir prioridade como essência da educação para promover o desenvolvimento e o combate à pobreza.

26. Estes fundos serão geridos de modo eficiente e transparente mediante mecanismos de controle efetivos, de prevenção e de prestação de contas, com base nas metas propostas e nos resultados obtidos.

27. Reiteramos o nosso apoio às atividades do Ano Ibero-Americano da Leitura, em 2005, como um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade da educação, bem como às ações previstas no Plano Ibero-Americano da Leitura - ILIMITA.

28. Sublinhamos a importância que tem para a comunidade Ibero-americana a educação para a integração.

Cooperação Ibero-americana

29. Reconhecemos que a cooperação ibero-americana, um dos eixos centrais da construção da nossa comunidade, ver-se-á fortalecida e consolidada mediante o atual processo de reestruturação institucional da Conferência Ibero-Americana.

30. Consideramos que, nesta nova etapa da cooperação ibero-americana, dever-se-á favorecer a obtenção de fontes de financiamento adicionais para apoiar a sua realização, bem como a participação dos diversos atores das nossas sociedades, promovendo a eficiência da gestão e da coordenação da cooperação. Outrossim, dever-se-ão aperfeiçoar as estratégias e mecanismos de articulação institucional dos programas de cooperação.

31. Sublinhamos que, com o objetivo de alcançar as Metas do Milênio, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) é um complemento fundamental dos esforços dos nossos países, na sua maioria de renda média, visando alcançar melhor distribuição da riqueza e uma maior coesão social. Nesse sentido, exortamos os países desenvolvidos a que cumpram o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto à AOD.

32. Insistimos em que, para aumentar o impacto da AOD, é necessário que a cooperação técnica internacional seja coordenada e articulada.

33. Comprometemo-nos a elaborar uma agenda ibero-americana de luta contra a fome e a pobreza extrema, destinada à inclusão social das populações mais desfavorecidas dos nossos países.

34. Reconhecemos a contribuição dos programas de cooperação ibero-americana em execução, enumerados no anexo 1, para o desenvolvimento econômico e social da região.

35. Valorizamos os esforços dos nossos países para ampliar a cobertura ibero-americana da Rede de Portais Educativos. Nesse contexto, instamos as instituições e organizações ibero-americanas pertinentes a integrarem ativamente na CIBERAMÉRICA, valiosa ferramenta de apoio às políticas nacionais, que contribuirá, de forma efetiva, para diminuir a brecha tecnológica entre as nossas nações e o resto do mundo, e para a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

36. Reconhecemos o impacto positivo dos programas ibero-americanos de cooperação e destacamos o trabalho realizado pela Secretaria de Cooperação Ibero-americana na coordenação com outras organizações. Consideramos que com a entrada em funcionamento da SEGIB dar-se-á novo impulso para alcançar maior coerência e articulação no sistema.

37. Reafirmamos o nosso compromisso em promover e proteger a diversidade cultural, que está na base da comunidade das nações ibero-americanas, para o qual promoveremos um debate

que estimule novos mecanismos de cooperação cultural ibero-americana, fortaleça as identidades e a riqueza de nossa diversidade cultural e fomenta o diálogo intercultural.

38. Saudamos com satisfação a incorporação, como projeto no âmbito da Cúpula Ibero-Americana, do Programa Virtual Educa, iniciativa que exemplifica a relevância de fortalecer a educação à distância e a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação na nossa região.

39. Finalmente, os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países ibero-americanos agradecem a hospitalidade e a amizade manifestadas pelo Povo e pelo Governo da Costa Rica no desenrolar desta Cúpula, e, ao mesmo tempo, expressaram sua gratidão ao Governo da Espanha por oferecer-se como sede da XV Cúpula Ibero-americana, que se realizará em 2005.

Assinada em São José da Costa Rica, no dia vinte de novembro de ano dois mil e quatro.

(1)

IV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo Ibero-americano, 11 e 12 de outubro de 2004.

VI Reunião Ibero-Americana de Ministras e Ministros de Saúde, 18 e 19 de outubro de 2004.

VI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência, 18 e 19 de outubro de 2004.

IV Encontro Ibero-Americano de Conselhos da Magistratura, 21 e 22 de junho de 2004.

VIII Cimeira Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Supremos de Justiça, 24 e 25 de junho de 2004.

XIII Assembléia Geral de Ministros e Autoridades Máximas da Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe - IX Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Sector de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 25 a 28 de outubro de 2004.

VII Reunião da Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos, 28 e 29 de outubro

de 2004.

XIV Conferência Ibero-Americana de Educação, 28 e 29 de outubro de 2004

Reunião de Directores de Academias Diplomáticas de Ibero-América, 11 e 12 de novembro de 2004

IV Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, 29 e 30 de outubro de 2004

Anexo 1

Programas Ibero-americanos de Cooperação em Execução

1. Programa de Alfabetização e Educação Básica de Adultos.

2. Programa de Bolsas Mutis.

3. Programa de Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB).

4. Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED).

5. Programa de Desenvolvimento Audiovisual de Apoio à Construção do Espaço Visual Ibero-Americano (IBERMEDIA).

6. Programa Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU).

7. Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Fundo Indígena).

8. Programa Ibero-Americano de Cooperação Inter-institucional para o Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa (IBERPME).

9. Programa da Fundação Ibero-Americana para a Gestão da Qualidade (FUNDIBEQ).

10. Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI).

11. Programa de Desenvolvimento de Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos (ABINIA).

12. Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos (ADAI).

13. Programa Ibero-Americano de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas (PICBP).

14. Programa Repertório Integrado de Livros à Venda em Ibero-América (RILVI).

15. Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP).

16. Aplicação em Rede para Casos de Emergência (ARCE).

17. CIBERAMERICA.

18. Plano Ibero-Americano de Leitura (ILIMITA).

XIV CÚPULA IBERO-AMERICANA - COMUNICADOS ESPECIAIS

Comunicado Especial sobre Haiti

Diante da situação do Haiti, agravada pela devastação causada por sucessivos desastres naturais, consideramos um dever iniludível contribuir para a reabilitação econômica e social e para a reconciliação política desse país irmão.

Neste sentido, reafirmamos a determinação de colaborar, no curto, médio e longo prazo, para a superação dos problemas de segurança e violência que ainda persistem no Haiti, e, simultaneamente, contribuir para a construção das bases para o seu desenvolvimento e para o estabelecimento de um diálogo político inclusivo que permita a sua normalização institucional.

Comprometidos com a soberania, independência, unidade e integridade territorial do Haiti, e animados pela solidariedade com o povo haitiano, exortamos a comunidade internacional a apoiar o cabal cumprimento dos mandados da MINUSTAH e o trabalho do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas no Haiti, e a concretizar, o mais rapidamente possível, as ofertas feitas na Conferência Internacional de Doadores, realizada em Washington.

Enfatizamos, além disso, a necessidade de que a comunidade internacional, as organizações e organismos internacionais, cujas contribuições reconhecemos e valorizamos, ampliem as suas contribuições e facilitem sua liberação, com vista à promoção do desenvolvimento econômico e social do Haiti, mediante, entre outros, a formação de

recursos humanos e infra-estrutura, condição essencial para uma solução pacífica e duradoura da recorrente crise haitiana. Reconhecemos, ao mesmo tempo, o esforço que já realizam nessa direção vários países da nossa comunidade.

Com estes objetivos e nesse espírito, incentivamos as forças políticas e o povo haitiano a duplicar os esforços para superar as tensões e a participar plenamente do diálogo que conduza à realização de eleições livres no ano 2005.

Da nossa parte, os povos ibero-americanos, que representamos, estão empenhados em contribuir para criar condições para que o povo haitiano tenha novamente a esperança de um futuro em paz, democracia e dignidade.

Comunicado Especial sobre a soberania nas Ilhas Malvinas

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em São José da Costa Rica, por ocasião da XIV Cimeira Ibero-Americana, reafirmam a necessidade de que os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte retomem, o mais rápido possível, as negociações tendentes a encontrar uma rápida solução para a disputa de soberania referente à questão das Ilhas Malvinas, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, bem como as disposições e objetivos da Carta das Nações Unidas, incluindo o princípio de integridade territorial.

Comunicado Especial de Apoio à Associação de Academias, Escolas e Institutos Diplomáticos

Os Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-Americanos, reunidos na cidade de São José da Costa Rica, por ocasião da XIV Cimeira Ibero-Americana, expressamos o nosso apoio às decisões tomadas na reunião de Diretores de Academias Diplomáticas ibero-americanas, realizada em 11 e 12 de novembro de 2004, na Costa Rica.

Saudamos igualmente a criação e o trabalho

da Associação Ibero-Americana de Academias Diplomáticas, criada em Madri, em 28 de novembro de 2003.

Reconhecemos, além disso, a importância do progresso na profissionalização dos serviços diplomáticos das nações ibero-americanas e dessa Associação como mecanismo institucional de colaboração necessário para o fortalecimento das Academias Diplomáticas e dos seus programas de formação de funcionários.

Comunicado Especial sobre a criação da Rede Ibero-americana de cooperação judicial

Os Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos, reunidos na XIV Cúpula de São José da Costa Rica, comemoramos o nascimento da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial, na Reunião de Responsáveis Ibero-Americanos de todos os Setores da Administração de Justiça, realizada em Cartagena das Índias, Colômbia, de 27 a 29 de outubro de 2004.

Tal Rede nasce de uma decidida vontade de construir, entre todos, um espaço ibero-americano de liberdade, justiça e segurança, e de cooperação com outras instâncias internacionais, em conformidade com as legislações nacionais de cada país.

Comunicado Especial sobre direitos das populações migrantes

Conscientes dos problemas sociais decorrentes da migração de grupos populacionais que afetam, de maneira singular, os trabalhadores migrantes e suas famílias, solicitamos aos países receptores de movimentos migratórios na região ibero-americana a duplicar os seus esforços para aplicar medidas nesta matéria previstas em instrumentos internacionais, mediante o desenvolvimento de programas de informação à população local, com a finalidade de melhorar a compreensão da identidade cultural dos migrantes e da sua vulnerabilidade social, de modo a contribuir para a garantia dos seus direitos, especialmente o de

acesso à educação em condições de igualdade com os nacionais do Estado receptor.

Comunicado especial sobre cooperação portuária Ibero-americana

Os Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-Americanos, conscientes da importância estratégica que os portos têm como elo essencial do comércio internacional e das suas cadeias de transporte, e como focos de desenvolvimento econômico a nível regional e nacional, consideram do máximo interesse que os nossos países se dotem de organizações portuárias eficientes, competitivas e seguras, que possam contribuir eficazmente para a realização do intercâmbio comercial no âmbito ibero-americano e deste com o resto do mundo. Outrossim, apoiam iniciativas complementares, como o Foro Portuário Ibero-americano.

Comunicado especial sobre a agricultura e vida rural

Reiteramos que a agricultura e a relação harmônica entre o rural e o urbano são primordiais para o desenvolvimento integral dos nossos países. Incentivamos a criação de oportunidades para melhorar as condições e as capacidades humanas, sociais e institucionais da vida no meio rural, promovendo a educação e a capacitação das comunidades rurais, incrementando os investimentos e criando postos de trabalho permanentes, dignos e institucionalizados, para o melhoramento sustentável da agricultura, para o fomento da agroindústria e sua contribuição ao desenvolvimento social, para a prosperidade rural e para a segurança alimentar.

Neste contexto, apoiamos a concepção de um programa ibero-americano de cooperação para o estabelecimento de centros rurais para a informação, capacitação e serviços, que potenciem as capacidades dos micro, pequenos e médios produtores rurais e agroalimentários, que facilitem a sua transição para empresários rurais, contemplando temas de gestão, administração, comercialização e mercados.

Comunicado especial dos chefes de Estados e de governo dos países ibero-americanos de apoio a Costa Rica na sua luta contra a corrupção

Reconhecemos e apoiamos as ações empreendidas pelo Governo da República da Costa Rica, através das autoridades judiciais competentes, na investigação e no processo judicial dos atos de corrupção cometidos nessa Nação, independentemente do cargo ou posição dos infratores, o que constitui um exemplo de transparência e efetividade do Estado de Direito, princípios que caracterizam as sociedades democráticas.

Comunicado especial sobre subsídios

As nações da América integrantes da Comunidade Ibero-Americana, reconhecendo o importante papel que desempenham a Espanha e Portugal na promoção das relações bi-regionais entre a União Europeia e a América Latina, reiteram aos Governos da Espanha e de Portugal a solicitação feita nas Cimeiras de Bávaro e de Santa Cruz de la Sierra de transmitirem às instâncias competentes da União Europeia a sua preocupação e oposição aos subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas e agro-industriais vigentes nos países importadores, para que as levem em consideração nas negociações da Ronda de Doha, por considerarem que afetam seriamente as economias dos países produtores da América Latina.

Comunicado especial sobre a cooperação para desenvolvimento com os países de renda média - América Latina

1. Reiteramos o nosso compromisso com a Declaração do Milênio, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2000. Temos reafirmado em diferentes foros o nosso compromisso de luta contra a pobreza, como nas Cimeiras Ibero-Americanas de Bávaro em 2002 e Santa Cruz de la Sierra em 2003, na Conferência Internacional de Brasília em 2003, bem como nas Cimeiras da União Europeia - América Latina e

Caribe de Guadalajara e do Grupo de Rio de 2004.

2. Reconhecemos que os países latino-americanos são heterogêneos e as suas realidades sociais não se vêem refletidas na classificação de renda média. A realidade socio-econômica dos países ibero-americanos, na sua maioria de renda média, esconde enormes desigualdades na distribuição da riqueza, o que gera índices altíssimos de exclusão social. De acordo com o Relatório da CEPAL Panorama Social da América Latina 2002-2003, 44% dos latino-americanos é pobre, dos quais 19,4% vive em extrema pobreza, com menos de um dólar diário.

3. Instamos os países desenvolvidos e os organismos internacionais a reforçarem a sua cooperação com os países de renda média, em complemento aos esforços nacionais para alcançar uma melhor distribuição da riqueza, com o objetivo de mobilizar recursos adicionais que apoiem as políticas públicas sociais, dirigidas aos setores mais necessitados, e reforçar a governabilidade, diminuir as disparidades internas, alcançar as Metas do Milênio e superar a pobreza.

Comunicado especial de solidariedade com com a Venezuela

Os Chefes de Estado e de Governo de Ibero-América, reunidos na XIV Cimeira em San José da Costa Rica, condenam energicamente o ato terrorista perpetrado ontem em Caracas, que custou a vida do Procurador Danilo Anderson.

Expressamos a nossa solidariedade ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Excelentíssimo Senhor Hugo Chávez Frías, e ao povo irmão venezuelano, diante da perda de um dos seus mais destacados servidores do Estado, e acalentamos a esperança de que os responsáveis deste ato cobarde sejam identificados e lhes seja aplicado o rigor da lei.

Comunicado especial sobre “Aliança de Civilizações”

Por proposta da delegação argentina, a XIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de

Governo exorta o Secretário-Geral das Nações Unidas a que, no uso das suas competências, estabeleça nessa organização um grupo de alto nível sobre a proposta do Presidente espanhol, efetuada na última sessão da Semana Ministerial da Assembléia-Geral das Nações Unidas, relativa à “Aliança de Civilizações”, como um instrumento idôneo na sua dupla dimensão cultural e política de aproximação das nações.

Comunicado especial sobre terrorismo

Reafirmamos a nossa vontade e firme compromisso de combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, com estrito apego ao Direito Internacional, às normas de proteção dos direitos humanos e ao Direito Internacional Humanitário. Estamos decididos a reforçar as nossas legislações nacionais e a fortalecer a cooperação internacional para prevenir, reprimir, combater e sancionar qualquer ato terrorista, onde quer que se produza e por quem quer que o cometa, e a não prestar ajuda nem abrigar os autores, promotores ou participantes em atividades terroristas, impedindo igualmente a ocultação das suas fontes de financiamento, de acordo com o direito internacional aplicável, incluindo as convenções internacionais pertinentes e as resoluções relevantes da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Neste contexto, reiteramos a obrigação de cada Estado e das instâncias jurisdicionais internacionais de impedir a impunidade dos que cometem atos de terrorismo em qualquer lugar do mundo, entre outros, mediante a apreensão, o julgamento ou a extradição dos autores deste tipo de atos, em conformidade com as disposições aplicáveis da sua legislação nacional e com as normas pertinentes do Direito Internacional, garantindo o estrito cumprimento das sanções penais que lhes sejam impostas pelos tribunais nacionais.

Mesmo reconhecendo que outorgar o indulto é competência exclusiva e soberana dos Estados, observamos com profunda preocupação a recente

libertação de quatro conhecidos terroristas de origem cubana responsáveis, entre outros crimes, pela tentativa de executar um ataque terrorista durante a X Cimeira Ibero-Americana. Os resultados de tal libertação são incompatíveis com os esforços que a comunidade internacional deve fazer para prevenir e combater eficazmente o terrorismo. Reafirmamos que conceder-lhes abrigo e/ou ajuda contradiz os princípios desta Comunidade Ibero-Americana e os instrumentos internacionais nessa matéria.

Comunicado Especial sobre meio ambiente

Os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, reunidos na cidade de São José da Costa Rica, por ocasião da XIV Cimeira Ibero-Americana, consideram de grande valor as ações desenvolvidas no plano multilateral contra a mudança do clima, bem como a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, coincidente com o X Aniversário da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e, neste contexto, a institucionalização da rede ibero-americana de Organismos de Mudança do Clima, criada por todos os nossos países.

Comunicado especial contra a corrupção no Equador

Apoiamos as ações empreendidas pelo Governo da República do Equador visando a plena aplicação da lei contra qualquer ato de corrupção cometido nessa Nação, bem como os propósitos de recuperação dos valores devidos ao povo equatoriano, sem distinção de nenhuma natureza, e no respeito pelo Estado de Direito e pelas normas constitucionais.

Projeto brasileiro é a primeira iniciativa aprovada no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto anunciou, em 18 de novembro, o registro do primeiro projeto baseado naquele Mecanismo em todo o

mundo: o Projeto NovaGerar, em Nova Iguaçu (RJ). O anúncio ocorreu no mesmo dia em que a Rússia entregou oficialmente às Nações Unidas o instrumento de ratificação do Protocolo de Quioto – o que possibilitará sua entrada em vigor em 16 de fevereiro próximo.

O projeto NovaGerar envolveu a desativação do antigo “lixão da Marambaia” e a construção de um moderno aterro sanitário, com significativos benefícios ambientais e sociais para a população local. Além disso, o projeto contribui duplamente para a mitigação do aquecimento global, visto que prevê a coleta do metano – poderoso gás de efeito estufa – proveniente do aterro e seu emprego para acionar uma pequena usina termelétrica, substituindo, assim, o uso de combustíveis fósseis.

Como resultado do projeto, serão emitidos Certificados de Redução de Emissões, que poderão ser utilizados pelos investidores – o Fundo Holandês para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, administrado pelo Banco Mundial – para o cumprimento de parte das metas de limitação e redução de emissões atribuídas aos países industrializados pelo Protocolo de Quioto.

O fato de ser este o primeiro projeto registrado em todo o mundo ressalta a ação pioneira do Brasil na área de mudança do clima, em âmbito internacional e doméstico. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) derivou de proposta brasileira apresentada em 1997, durante as negociações do Protocolo de Quioto. O Brasil foi, também, o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer uma Autoridade Nacional Designada para o MDL, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável pela aprovação no Brasil de projetos baseados naquele Mecanismo.

Assassinato do Procurador Danilo Anderson

O Governo brasileiro condena o atentado que vitimou brutalmente, na noite de ontem, 18 de novembro, o Procurador do Ministério Público Danilo

Anderson, e se associa ao sentimento de pesar que enluta, hoje, o Governo e a sociedade venezuelanos.

O Governo brasileiro enfatiza que ações extremistas dessa natureza contrariam, de modo frontal, o exercício democrático e os anseios do povo da Venezuela e em nada contribuem para o entendimento e o convívio social harmônico nesse país irmão, vizinho e amigo do Brasil.

Visita do Ministro Celso Amorim a Barbados (20 e 21 de novembro de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita de trabalho a Barbados nos dias 20 e 21 de novembro.

Será a primeira visita de um Chanceler brasileiro àquele país. Em outubro último, a Chanceler barbadiana, Dame Billie Miller, realizou visita oficial ao Brasil, oportunidade na qual foram discutidas questões bilaterais e hemisféricas, entre as quais a crise haitiana.

O Ministro das Relações Exteriores manterá, na manhã do dia 21, em Bridgetown, reunião bilateral com a Chanceler Billie Miller, que é Presidente do COFCOR (Conselho de Relações Exteriores e da Comunidade), órgão responsável pelas relações exteriores da CARICOM (Comunidade e Mercado Comum do Caribe). É previsto também encontro com Chanceleres de outros países do bloco, que deverão ir a Bridgetown especialmente para essa ocasião.

A visita se insere no esforço para aperfeiçoar e intensificar o diálogo político entre os dois Governos e estreitar o relacionamento do Brasil com os países da Bacia do Caribe.

Está prevista a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e Barbados, que permitirá a ampliação da pauta de cooperação em temas de agricultura, saúde e educação. Encontra-se em negociação acordo bilateral de cooperação na área cultural.

Visita do Ministro Celso Amorim a Barbados Comunicado Conjunto - Versão em português

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho a Barbados no período de 20 a 21 de novembro de 2004, para reunião sobre assuntos bilaterais a convite de Dame Billie Antoinette Miller, Ministra Sênior e Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior de Barbados. Durante a reunião, os dois Ministros trocaram idéias sobre temas de interesse bilateral e hemisférico, bem como sobre um amplo espectro de possibilidades para cooperação técnica e cultural entre os dois países.

2. Em preparação à visita do Ministro Amorim, o Governo da República Federativa do Brasil enviou escalão avançado integrado por funcionários diplomáticos das áreas cultural e de cooperação técnica para encontros com autoridades governamentais barbadianas dos setores de cultura, saúde (HIV/AIDS) e educação. Os encontros facilitaram a concordância, em princípio, sobre uma série de iniciativas bilaterais, particularmente nas áreas de cultura e educação, que servirão para aprofundar o entendimento mútuo entre os povos dos dois países.

3. No âmbito da cooperação cultural, os Ministros discutiram formas de implementar Programa Executivo Cultural para os anos de 2005/2006, que consistiria nas seguintes iniciativas: (a) concurso de piano organizado pela Embaixada do Brasil, em parceria com instituições culturais barbadianas; (b) exibição de obras de alguns dos maiores cartunistas brasileiros na Queen's Park Gallery; (c) ciclo de palestras sobre cultura e civilização brasileiras; (d) Semana de Cinema Brasileiro em Barbados; (e) convite a curador de arte de Barbados para visita a museus brasileiros; (f) doação de coleção de livros brasileiros à Biblioteca da Universidade de West Indies; (g) participação de grupo musical brasileiro no Festival Internacional de Música de Barbados.

4. Os Ministros apoiaram a proposta de que Barbados e o Brasil formalizem sua intenção de

colaborar estreitamente na área de cultura com base na negociação de Acordo de Cooperação Cultural. Para alcançar esse objetivo, instruíram seus funcionários a agilizar as negociações para a conclusão de Acordo o mais rápido possível. Ressaltaram o fato de que esse Acordo servirá para promover o intercâmbio de experiências nos campos de belas artes, teatro e música, bem como estimular contatos diretos entre museus dos dois países e encorajar a cooperação nas áreas de rádio, cinema e televisão.

5. No espírito do Acordo de Cooperação Educacional assinado no dia 5 de outubro de 2004 em Brasília, Dame Billie Miller e o Ministro Celso Amorim decidiram apoiar a criação de Cátedra de Estudos Brasileiros no Campus de Cave Hill da Universidade de West Indies, para promover a difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa em Barbados. Os Ministros receberam com satisfação o fato de que negociações preliminares foram realizadas junto à Universidade de West Indies de modo a permitir que a Cátedra seja inaugurada no início do próximo ano acadêmico.

6. A visita do Ministro Amorim reflete a importância que o Brasil atribui a suas relações com Barbados e o Caribe, bem como a determinação de ambos os lados de trabalhar para promover o desenvolvimento dos povos do hemisfério.

7. A visita também facilitou o seguimento do diálogo sobre uma série de temas bilaterais tratados durante a visita da Ministra Miller ao Brasil, a exemplo da cooperação para a diversificação da indústria de cana-de-açúcar em Barbados, por intermédio da formulação de projeto para produzir álcool etanol a partir de cana-de-açúcar. Nesse contexto, ficou acordado que missão técnica brasileira visitaria Barbados em março de 2005 para realizar estudos de viabilidade do projeto.

8. Ao final da reunião bilateral, os dois Ministros assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica, que estabelecerá o arcabouço para a implementação de programas, atividades e projetos específicos em áreas de mútuo interesse.

9. Os Ministros concordaram em realizar o II Encontro do Mecanismo de Consultas Barbados/Brasil sobre Assuntos de Interesse Comum em datas mutuamente convenientes em 2005.

10. O Ministro Amorim expressou seu profundo reconhecimento pela hospitalidade estendida a sua delegação pelo Governo de Barbados. Reiterou, ainda, sua aceitação do convite formulado pela Ministra Miller durante sua visita oficial ao Brasil, em outubro de 2004, para a realização de visita oficial a Barbados durante o primeiro trimestre de 2005.

Feito em Bridgetown, Barbados, no dia 21 de novembro de 2004.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin (21 a 23 de novembro de 2004)

O Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, realizará visita de Estado ao Brasil, no período de 21 a 23 de novembro de 2004. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil.

Em Brasília, o Presidente Lula receberá o Presidente Putin no dia 22 de novembro, oportunidade em que manterão encontro privado e reunião ampliada de trabalho. O Presidente russo será também recebido, no mesmo dia, pelo Presidente do Senado Federal.

A visita do mandatário russo ocorre em momento de crescente intensificação do relacionamento bilateral. Dentre as áreas mais promissoras de cooperação, destacam-se a espacial, energética, financeira, científico-tecnológica, de comunicações, cultural e esportiva.

Facilitado pela ampla convergência de interesses e de posições – com a defesa pelos dois países de uma ordem internacional multipolar, mais pacífica, justa e democrática —, o diálogo político estreitou-se no passado recente, sendo alçado a patamar qualitativamente novo. A Rússia foi o primeiro membro permanente do Conselho de

Segurança das Nações Unidas a manifestar apoio ao ingresso do Brasil como membro permanente, no quadro de uma reforma das Nações Unidas que visa a ajustar aquele órgão à realidade contemporânea e dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia. No plano comercial, vem-se observando tendência de aumento do intercâmbio, cujo volume atingiu, em 2003, a cifra de 2 bilhões de dólares — a maior na história do relacionamento bilateral.

O Presidente Putin virá ao Brasil na sequência da III Reunião da Comissão Brasil-Russa de Alto Nível de Cooperação, realizada em outubro último, em Moscou, e co-presidida pelo Vice-Presidente José Alencar e pelo Primeiro-Ministro Mikhail Fradkov.

Durante a visita do Presidente Putin, serão assinados diversos instrumentos bilaterais de cooperação.

Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin

Nas conversações mantidas em 22 de novembro de 2004, que transcorreram em ambiente franco e amistoso, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin, sublinharam o caráter histórico da primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil e sua especial importância para o desenvolvimento da relação de parceria estratégica entre os dois países.

As conversações confirmaram a convergência de visões entre os dois países sobre os principais problemas internacionais, em particular o interesse comum do Brasil e da Rússia na formação de uma ordem mundial democrática e justa, baseada na igualdade soberana e no respeito recíproco dos interesses legítimos de todos os Estados, na supremacia do direito internacional, na indissociabilidade entre paz, segurança e desenvolvimento com justiça social.

Os dois mandatários acordaram intensificar o diálogo bilateral, com vistas a fortalecer o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas. Destacaram a importância da unidade de ações no fortalecimento do sistema de segurança coletiva, no cumprimento dos acordos internacionais de desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa. Os Presidentes também se manifestaram em apoio dos esforços para aumentar a efetividade do sistema da Organização das Nações Unidas, de modo que a comunidade internacional possa enfrentar de forma eficaz os vários desafios e ameaças com que se defronta nos campos da manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os dois mandatários apreciaram o alto nível do diálogo político bilateral e da cooperação entre os dois países nas Nações Unidas e em outros foros multilaterais. Manifestaram-se a favor da coordenação das ações do Brasil e da Rússia na criação das condições indispensáveis para a solução pacífica das situações de conflito em diversos pontos do planeta, em conformidade com os princípios do direito internacional e a Carta das Nações Unidas. Em relação ao Oriente Médio, expressaram seu apoio à implementação do “Mapa do Caminho”, com vistas a uma solução justa e pacífica do conflito israelo-palestino. O mandatário brasileiro elogiou os esforços da Rússia no âmbito do Quarteto, e o Presidente russo saudou a designação pelo Brasil de um Enviado Especial para os temas do Oriente Médio e a abertura de um Escritório de Representação do Brasil em Ramalá.

Os dois Chefes de Estado reconheceram a importância da elaboração, sob a égide das Nações Unidas e em conformidade com o direito internacional, de uma estratégia global para combater novos desafios e ameaças, tais como o terrorismo, o crime organizado transnacional e o tráfico ilícito de narcóticos e armas.

Os Presidentes do Brasil e da Rússia sublinharam a importância do pleno cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações

Unidas por todos os países. No tocante ao combate ao terrorismo internacional, especial relevância foi atribuída ao cumprimento das resoluções 1540 e 1566, que tratam, respectivamente, da prevenção do acesso a armas de destruição em massa por agentes não-estatais, sobretudo terroristas, e das ameaças à paz e segurança internacionais causadas pelo terrorismo. Concordaram quanto à necessidade de garantir a responsabilização de indivíduos envolvidos na prática de atos terroristas.

Os mandatários confirmaram o firme propósito de promover a cooperação entre seus dois países e demais membros da comunidade internacional para que a luta contra o terrorismo seja conduzida de modo persistente e dentro da legitimidade, tendo como fundamento o Direito Internacional, os princípios e normas das Nações Unidas e os Direitos Humanos universalmente reconhecidos. Os dois Presidentes ressaltaram que o terrorismo não deve ser identificado com nenhuma nacionalidade, religião ou tradição cultural e que os esforços internacionais nessa área devem ser voltados para a defesa de valores universais conquistados por todos os povos do mundo, de todas as crenças e etnias, em sua aspiração por liberdade e justiça.

Os Presidentes manifestaram-se em favor da negociação, no mais curto prazo possível, no âmbito das Nações Unidas, dos projetos da Convenção Universal sobre Terrorismo Internacional e da Convenção Internacional de Combate aos Atos de Terrorismo Nuclear.

Os Chefes de Estado exprimiram sua preocupação com o surgimento de novos desafios e ameaças globais nas áreas civil e militar, relativos à possibilidade de uso de tecnologias da informação e comunicação para fins incompatíveis com os objetivos de manutenção da estabilidade e segurança internacionais, com a observância dos princípios da solução pacífica de controvérsias e da não-ingerência em assuntos internos dos Estados, bem como com o respeito dos direitos e das liberdades humanas.

Os dois mandatários manifestaram a

disposição de seus países de desenvolver o diálogo e envidar esforços com vistas ao fortalecimento da segurança da informação nos níveis nacional e internacional, inclusive para fins de combate a atividades criminosas e terroristas.

Os Presidentes consideraram ser essencial que a reforma dos órgãos das Nações Unidas e das formas de sua interação seja realizada com base no mais amplo acordo, se possível consenso, por meio da intensificação das negociações visando a resultados que correspondam aos interesses da comunidade internacional como um todo. Nesse sentido, o Presidente Vladimir V. Putin reiterou o apoio da Rússia à candidatura do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança, no contexto de um acordo amplo sobre a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas em ambas as suas categorias. O Presidente Lula reiterou o reconhecimento do Governo brasileiro diante de tão importante apoio.

Os dois mandatários enfatizaram a necessidade de que todos os países tenham assegurado seu acesso aos benefícios da globalização e compartilhem a responsabilidade de neutralizar seus efeitos perversos.

Ambos os mandatários manifestaram sua satisfação com o êxito do Encontro de Líderes Mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza, realizado em Nova York, em setembro passado, durante o qual se tornou patente a necessidade de uma renovada ação internacional de combate à fome, à pobreza e à injustiça social.

Os Presidentes manifestaram satisfação pelo êxito da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), realizada em São Paulo, em junho de 2004. Reforçaram seu compromisso com os termos acordados no “Consenso de São Paulo” e no “Espírito de São Paulo”. Saudaram o reforço do papel da UNCTAD como ponto focal no sistema das Nações Unidas para tratamento integrado de temas econômicos, financeiros, comerciais e

tecnológicos da perspectiva do desenvolvimento.

Os Presidentes reafirmaram, ainda, seu entendimento sobre o papel do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Expressaram o desejo de que as negociações multilaterais em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, com vistas a corrigir desequilíbrios e assimetrias existentes, além de assegurar o aprimoramento de um sistema de comércio multilateral justo, transparente e não-discriminatório.

O Presidente Lula reiterou o apoio brasileiro à acessão da Federação da Rússia à OMC, a qual contribuirá para o fortalecimento do sistema internacional do comércio. Os Presidentes acordaram que as negociações sobre o tema em Genebra deverão continuar a pautar-se por um espírito construtivo, na busca de resultados justos e equilibrados, levando em conta os interesses exportadores de ambos os países.

Os dois Chefes de Estado comprometeram-se a incentivar contatos entre organizações regionais de que fazem parte Brasil e Rússia, como o MERCOSUL, a Comunidade dos Estados Independentes e o Espaço Econômico Único entre a Rússia, Ucrânia, Belarus e Casaquistão.

Os Presidentes do Brasil e da Rússia expressaram sua satisfação com o elevado nível alcançado nas relações bilaterais, com base nos valores compartilhados da paz, da democracia e da estabilidade, do desenvolvimento com equidade e do respeito e promoção dos direitos humanos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Vladimir V. Putin avaliaram como muito positivos os resultados dos trabalhos da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação e da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica para o contínuo desenvolvimento das relações de parceria em diferentes áreas.

Ambos os Presidentes constataram, com satisfação, o crescimento do comércio bilateral e propuseram-se a incentivar os segmentos público e

privado de seus respectivos países a fortalecerem os mecanismos que possam incrementá-lo e diversificar a pauta bilateral de bens e serviços, em especial no tocante a produtos de maior valor agregado.

Os Presidentes estimaram serem alvissareiros os entendimentos em curso entre os dois países com vistas ao estabelecimento de modalidades de financiamento de ações conjuntas de desenvolvimento industrial e ao incremento da cooperação na área de créditos recíprocos à exportação.

Os Presidentes destacaram a importância da cooperação em áreas de alta tecnologia para o aprofundamento das relações bilaterais de parceria, em particular na cooperação para o uso pacífico do espaço exterior, objeto de declaração conjunta específica.

Ambos os mandatários confirmaram o elevado interesse das Partes em aprofundar a cooperação bilateral na área energética, em particular nos setores de gás natural e petróleo, com o objetivo de desenvolver, no futuro próximo, parcerias com a participação de empresas de ambos os países, nas esferas da exploração, do transporte e da produção de hidrocarbonetos.

Os Chefes de Estado brasileiro e russo frisaram a importância de dar continuidade ao desenvolvimento da cooperação bilateral na área do agronegócio. Instruíram os Ministérios e instituições competentes de seus respectivos países a intensificar esforços com vistas a encontrar soluções mutuamente aceitáveis para problemas relacionados ao fornecimento de produtos cárneos brasileiros ao mercado russo, à exportação de trigo russo ao Brasil e à compra, pela Rússia, de soja e farelo de soja brasileiros. Concordaram quanto à conveniência de celebrar um acordo de cooperação bilateral na área veterinária.

Ambos os mandatários reiteraram seu compromisso com a utilização racional dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Enfatizaram o potencial de incremento da cooperação bilateral nas áreas de tecnologias limpas e pesquisa ambiental.

O Presidente Lula congratulou o Presidente

Putin pela importante decisão da Rússia de ratificar o Protocolo de Kyoto, medida que possibilitará a entrada em vigor daquele instrumento. Este fato constitui avanço significativo no esforço de preservação de nosso planeta e, além disso, abre novos campos de cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável, particularmente das fontes de energia renovável, como o etanol.

Os Chefes de Estado elogiaram o projeto, da Agência Nacional do Petróleo e da Universidade de São Paulo, de cooperação para transferência de tecnologia da Rússia para o Brasil na área de levantamentos geofísicos aéreos visando ao mapeamento das estruturas geológicas e à identificação potencial da presença de recursos naturais em território brasileiro.

Os Presidentes congratularam-se pela assinatura, no decorrer da visita, de uma série de documentos bilaterais, que deverão dar impulso à cooperação concreta em várias áreas.

O Presidente Vladimir V. Putin reiterou convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a realizar visita à Rússia em data de sua conveniência. O convite foi aceito com satisfação. As datas da visita serão oportunamente definidas por via diplomática.

Brasília, em 22 de novembro de 2004

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA
RÚSSIA
VLADÍMIR V. PUTIN

Declaração Conjunta do MERCOSUL e da CER (Brasília, 22 de novembro de 2004)

A VI Reunião de Funcionários de Alto Nível do MERCOSUL e da CER (Acordo Austrália–Nova Zelândia para o Estreitamento das Relações Econômicas) foi realizada em Brasília, em 22 de novembro de 2004, com vistas a trocar pontos de

vista sobre temas econômicos e comerciais de interesse mútuo.

Ambos os lados apresentaram opiniões sobre temas multilaterais de comércio, em particular, a respeito da Agenda de Desenvolvimento de Doha e das negociações de Agricultura, bem como sobre formas em que o G-20 e o Grupo de Cairns poderão fortalecer a cooperação nas negociações. O MERCOSUL e a CER concordaram sobre a importância de se obterem resultados positivos na Reunião Ministerial de Hong Kong, em 2005.

As partes comentaram os desenvolvimentos econômicos internos recentes e consideraram a conjuntura atual particularmente propícia para avançar o diálogo bilateral.

O MERCOSUL apresentou relato sobre os desenvolvimentos recentes para o aprofundamento da União Aduaneira, bem como sobre o relacionamento externo do bloco. Em particular, mencionou a experiência recente de negociação da ALCA, do Acordo MERCOSUL–União Européia, assim como de outras negociações extra-regionais, incluindo aquelas com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU). O MERCOSUL sublinhou também a importância dos Acordos com os países andinos, o que virtualmente completa a área de livre comércio sul-americana.

Da mesma forma, Austrália e Nova Zelândia informaram o MERCOSUL sobre os respectivos acordos de livre comércio, inclusive aqueles recentemente concluídos, em negociação ou em processo de estudos com os Estados Unidos, Tailândia, Cingapura, China, Malásia e Chile.

Com relação a iniciativas de cooperação comercial e econômica, ambos os lados consideraram importante desenvolver propostas que possam ser consideradas na próxima Reunião de Altos Funcionários.

Sobre facilitação de negócios e promoção comercial, o MERCOSUL e a CER trocaram impressões sobre possíveis iniciativas para a promoção do comércio e de investimentos. A CER

acolheu positivamente a proposta do MERCOSUL de organizar missão comercial conjunta para os membros do grupamento durante o próximo ano.

A próxima Reunião de Altos Funcionários será realizada na Nova Zelândia, em 2005.

* * * * *

Informações complementares sobre a CER (Austrália e Nova Zelândia)

O Acordo Austrália–Nova Zelândia para o Estreitamento das Relações Econômicas (ANZCERTA ou CER) entrou em vigor em janeiro de 1983, estabelecendo área de livre comércio entre os dois países. Em 1988, o Protocolo sobre Serviços da CER entrou em vigor e eliminou as barreiras em janeiro do ano seguinte, exceto sobre os serviços incluídos nos anexos de exceções. Em 1990, o instrumento atingiu cobertura da totalidade do comércio em bens, tendo eliminado todas as tarifas e restrições bilaterais entre as partes.

Os contatos do MERCOSUL com a CER tiveram início formal em 30 de novembro de 1994, em Brasília, com a primeira reunião entre representantes de ambos os grupamentos. A reunião decorreu de iniciativa brasileira e teve inicialmente caráter apenas informativo. Ao longo do tempo, o mecanismo assumiu também novos temas na área de promoção de comércio e investimentos, facilitação de negócios e cooperação. Até o momento, foram realizados seis encontros de altos funcionários, bem como duas reuniões ministeriais MERCOSUL – CER.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, fará visita de trabalho ao Brasil em 22 e 23 de novembro corrente. No dia 22, em São Paulo, o Chefe de Governo canadense manterá contatos com empresários, proferirá palestra de abertura de Seminário organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá e pela FIESP e

manterá encontro com estudantes da Sociedade Cultural de Dombali que participam de programa de conscientização contra o racismo. A estada do Primeiro-Ministro em São Paulo coincidirá com a presença, naquela cidade, de importante missão comercial canadense, chefiada pelo Ministro do Comércio Internacional, James Peterson.

O Primeiro-Ministro chegará a Brasília na terça-feira, dia 23, e manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que deverão ser discutidas questões da agenda bilateral e temas relevantes da conjuntura internacional. O Primeiro-Ministro efetuará visita de cortesia aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Brasil e o Canadá são parceiros importantes. O comércio bilateral tem-se intensificado nos últimos anos e ultrapassou a marca de US\$ 2 bilhões em 2003. Os investimentos canadenses no Brasil são de aproximadamente US\$ 5 bilhões. Os investimentos brasileiros no Canadá são da ordem de US\$ 1 bilhão.

Visita do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, ao Brasil - Declaração Conjunta

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, realizou visita de trabalho a Brasília em 23 de novembro corrente. Nas conversações que mantiveram, ambos destacaram a importância do fortalecimento e do aprofundamento dos laços entre o Brasil e o Canadá. Registraram também a parceria dos dois países nos planos global e hemisférico, bem como na promoção de um mundo democrático, justo, seguro e próspero.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Paul Martin reafirmaram os compromissos de ambos os seus governos em relação ao desenvolvimento sustentável, ao crescimento econômico equitativo e à boa governança.

Recordando que milhões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza, reconheceram ser

responsabilidade, tanto dos países em desenvolvimento como dos desenvolvidos, envidar esforços para a superação da fome e da miséria. O Primeiro-Ministro Paul Martin felicitou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo êxito da iniciativa “Ação Contra a Fome e a Pobreza”, que visa a atrair a atenção internacional para a necessidade de erradicar a fome e reduzir a pobreza no mundo, bem como a identificar fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento.

O Presidente, por sua vez, felicitou o Primeiro-Ministro pela co-presidência do relatório da Comissão das Nações Unidas sobre Setor Privado e Desenvolvimento, “Expandindo a Iniciativa Empreendedora: Fazendo os Negócios Aplicarem-se aos Pobres”. Expressaram ambos a convicção de que todos os líderes mundiais deveriam somar esforços para que a população desfrute, em seu conjunto, de níveis adequados de vida e de bem-estar social.

O Presidente e o Primeiro-Ministro enfatizaram a importância da implementação dos compromissos assumidos na Cúpula do Milênio, na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento e na Cúpula Especial das Américas. Tendo presente a próxima Cúpula das Américas, a ser realizada na Argentina, em novembro de 2005, endossaram, para esse fim, os temas da criação de empregos, do combate à pobreza e do reforço da governança democrática.

Na perspectiva das responsabilidades da comunidade internacional com a construção da institucionalidade democrática no Haiti e com a reconciliação política daquele país, o Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em continuar cooperando para o restabelecimento da ordem e a promoção do diálogo como base necessária para a realização, em novembro de 2005, de eleições livres, transparentes e abertas a todas as correntes políticas haitianas. Exortaram ao desarmamento de todos os grupos e à sua participação no diálogo, com vistas ao término da confrontação. Nesse contexto, o

Presidente e o Primeiro-Ministro comprometeram-se a trabalhar juntos, e com os Amigos do Haiti, para cooperar com o governo de transição e com a população haitiana na revitalização das instituições.

Destacando que o restabelecimento da segurança no Haiti depende de um ambiente favorável à retomada das atividades econômicas e sociais, os mandatários sublinharam a urgência do apoio da comunidade internacional para o desarmamento, a reconciliação política e a reconstrução econômica, incluindo a liberação dos recursos anunciados na Conferência de Doadores, em Washington, em julho de 2004. Ambos frisaram os papéis estratégicos que o Brasil e o Canadá têm a desempenhar no Haiti e as responsabilidades que lhes são inerentes.

O Primeiro-Ministro reconheceu o importante papel desempenhado pelo Brasil na liderança da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O Presidente, por sua vez, cumprimentou o Primeiro-Ministro pela liderança canadense na Força de Estabilização no Haiti, antes da chegada da MINUSTAH, e expressou o apreço do Brasil pela participação da polícia civil canadense na Missão.

Dando continuidade à cooperação que o Brasil e o Canadá vêm prestando ao Haiti, os dois mandatários decidiram enviar àquele país, com urgência, uma missão conjunta de cooperação técnica na área de saúde pública e determinaram que fossem examinadas outras áreas de parceria conjunta com o Haiti.

Reconhecendo que os desafios nos campos da segurança internacional, do crescimento econômico equitativo e do meio ambiente global requerem cooperação multilateral eficaz e mecanismos de tomada de decisão que sejam mais efetivos e representativos, o Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em cooperar para aprimorar a arquitetura das instituições internacionais e para fortalecer os mecanismos multilaterais, em particular no que se refere à reforma das Nações Unidas. aguardam, para facilitar a deliberação da comunidade internacional sobre as decisões urgentes que deverão

ser tomadas ao longo do ano de 2005, as recomendações do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança.

O Presidente e o Primeiro-Ministro sublinharam o fato de que o papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento e na erradicação da pobreza e da fome deverá ser enriquecido pelas propostas do Secretário-Geral das Nações Unidas acerca do financiamento do desenvolvimento e das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Expressaram sua expectativa de que sejam concluídas com êxito e no mais breve prazo as negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

O Presidente e o Primeiro-Ministro reconheceram a utilidade de abordagens como a de uma reunião dos líderes do G20, que proporcionem novos foros para a discussão por países em desenvolvimento e desenvolvidos sobre questões de interesse global, como as de desenvolvimento, saúde pública e terrorismo, entre outras.

Manifestaram preocupação com os efeitos da atividade pesqueira excessiva no mundo sobre os estoques globais e se comprometeram a cooperar nessa matéria com outros países de visão coincidente.

Tomaram nota com satisfação da assinatura do Memorando de Entendimento para Desenvolvimento de Projetos Conjuntos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

No âmbito bilateral, congratularam-se pelo incremento dos fluxos de comércio e investimento entre o Brasil e o Canadá.

Com respeito às discussões relativas a apoio às respectivas indústrias aeronáuticas, registraram os progressos alcançados até o momento nas conversações bilaterais, em particular no que respeita ao aprofundamento da compreensão mútua, ao aprimoramento da transparência e à criação de confiança. Concordaram em cooperar com vistas a chegar a acordo no mais curto prazo que possa abrir caminho para novos avanços nessa área.

Concordaram em promover a ampliação das

relações de comércio entre o MERCOSUL e o Canadá, por meio da negociação de acesso aos respectivos mercados, nas áreas de bens, serviços e investimentos, no contexto da conformação de uma futura Área de Livre Comércio das Américas.

Ressaltaram a pluralidade de culturas que caracteriza ambos os países e comprometeram-se a cooperar para garantir a eficácia de uma Convenção da UNESCO sobre Diversidade Cultural.

O Presidente e o Primeiro-Ministro reafirmaram a importância do diálogo bilateral e a necessidade de se criarem oportunidades futuras para a troca de pontos de vista sobre questões regionais, hemisféricas e globais. Concordaram, nesse sentido, em estabelecer Mecanismo de Consultas Políticas de Alto Nível entre suas Chancelarias, com reuniões periódicas.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou com prazer o convite do Primeiro-Ministro Paul Martin para visitar o Canadá em 2005.

Brasil e Canadá assinam Memorando de Entendimento para cooperação em projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

Brasil e Canadá assinaram hoje, por ocasião da visita a Brasília do Primeiro-Ministro Paul Martin, Memorando de Entendimento destinado a incrementar a cooperação entre os dois países em temas relacionados à mudança do clima, particularmente à implementação, no Brasil, de projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto (MDL), a serem financiados por empresas canadenses.

O Memorando foi celebrado em momento particularmente oportuno. O Protocolo de Quioto entrará em vigor em 16 de fevereiro próximo, em razão de sua ratificação pela Rússia, em 18 de novembro. No mesmo dia, o Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo anunciou o registro do primeiro projeto baseado naquele mecanismo em todo o mundo: o Projeto NovaGerar, em Nova

Iguaçu (RJ).

O Brasil deverá assinar, em breve, Memorandos de Entendimento de teor semelhante com outros importantes parceiros.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, derivado de proposta brasileira apresentada durante as negociações do Protocolo de Quioto, em 1997, possibilita que os países industrializados cumpram parte de suas metas de limitação e redução de emissões, implementando projetos em países em desenvolvimento, que contribuam para a estabilização das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa. Esses projetos devem dar contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, envolvendo investimentos em áreas como energias renováveis, processos industriais, aterros sanitários e reflorestamento.

Entendimentos relativos à entrada em funcionamento da Usina de Resende - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Ciência e Tecnologia

Durante os dias 16, 17 e 18 de novembro, a fábrica de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (RJ), recebeu a visita de técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para verificação das informações fornecidas no Questionário de Informação de Desenho (“Design Information Questionary”), passo necessário ao início do comissionamento da planta, ou seja, entrada em operação da planta. A visita foi considerada plenamente bem-sucedida por ambas as partes e a ata do evento, de circulação restrita entre a AIEA, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a INB, cita que todos os procedimentos estabelecidos para a visita de verificação foram cumpridos, não tendo sido deixado nada por fazer.

Isso significa que, do ponto de vista das Salvaguardas Internacionais, a planta da fábrica da INB está em condição de iniciar a fase de comissionamento,

com a introdução do gás de urânio UF6 a ser enriquecido. Resta agora terminar o licenciamento de segurança por parte da CNEN, o que deverá estar concluído até a primeira quinzena de dezembro.

Ingresso do Brasil na OIM

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, dirigiu carta, no dia 24 de novembro corrente, ao Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), com sede em Genebra, para apresentar solicitação de ingresso do Brasil naquela organização internacional. O Brasil tem participado das reuniões da OIM na qualidade de observador.

A iniciativa do Governo brasileiro é fruto de ação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Trabalho e Emprego, bem como do Conselho Nacional de Imigração. Reflete a crescente importância do fenômeno migratório no mundo e, em especial, a atenção dispensada pelo Brasil a seus nacionais residentes no exterior.

A participação do Brasil na OIM permitirá aprimorar a assistência aos cidadãos brasileiros em todas as partes do mundo, bem como a elaboração de políticas públicas relacionadas com a migração e imigração.

Viagem do Ministro Celso Amorim a Buenos Aires (24 de novembro de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim viajou hoje, dia 24 de novembro, para Buenos Aires, com o objetivo de reunir-se com autoridades argentinas e participar do segundo encontro da Coalizão Empresarial Brasil-Argentina.

O encontro com a Coalizão Empresarial dará seguimento a evento semelhante realizado em São Paulo, em 14 de outubro último, quando os Chanceleres do Brasil e da Argentina participaram de reunião com importantes representantes dos setores agrícola, financeiro e industrial dos dois países. Naquela ocasião, foram discutidos pelos empresários os benefícios da integração bilateral e

regional, além de examinadas possibilidades concretas de investimentos e integração das cadeias produtivas do Brasil e da Argentina.

Visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI - (25 e 26 de novembro de 2004)

O Rei do Marrocos, Mohammed VI, fará visita de Estado ao Brasil nos dias 25 e 26 de novembro corrente. O Rei Mohammed VI virá acompanhado de quatro Ministros de Estado e dois Conselheiros Reais, além de outras autoridades e de comitiva de empresários. Durante a visita, deverão ser assinados Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos, Acordo de Cooperação em Matéria de Turismo e Acordo de Cooperação entre as Academias Diplomáticas.

A presença de empresários na comitiva do Rei Mohammed VI atesta a importância que o Marrocos atribui às possibilidades de aumento e diversificação do comércio bilateral. No mesmo sentido, a assinatura de Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos deverá contribuir para a abertura de novas oportunidades de negócios, ao estabelecer as bases para a negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas, como etapa intermediária para a negociação de futuro acordo de livre comércio entre as partes.

As relações bilaterais alcançaram nova dinâmica a partir da entronização, em 1999, de Mohammed VI, que manifestou disposição em diversificar a ação externa marroquina. Ao interesse do Marrocos soma-se a determinação do Governo brasileiro de intensificar o diálogo com os países africanos e árabes.

A partir de 2003, tornaram-se mais frequentes as visitas de altas autoridades marroquinas e de missões técnicas de cooperação, iniciadas com a vinda do Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em junho daquele ano, e com a visita do Ministro da Habitação e do Urbanismo, no mês seguinte. As possibilidades de cooperação identificadas em ambas as ocasiões foram aprofundadas em missões técnicas

posteriores, o que resultou em densa agenda de projetos. Nos dias 13 e 14 de abril de 2004, o Ministro das Relações Exteriores, Mohammed Benaïssa, visitou oficialmente o Brasil, já em preparação da visita do Rei Mohammed VI.

O Marrocos tem dado importante apoio às atividades preparatórias da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes, a realizar-se no próximo ano. O Governo marroquino ofereceu-se para organizar reunião ministerial preparatória da Cúpula, em Marrakesh, nos dias 25 e 26 de março de 2005. Além disso, comprometeu-se a sediar, por ocasião daquela reunião, seminário de divulgação da cultura sul-americana junto aos países árabes.

Visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI - Comunicado Conjunto (26 de novembro de 2004)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Rei do Marrocos, Mohammed VI, efetuou visita de Estado ao Brasil no dia 26 de novembro de 2004, acompanhado por delegação de alto nível.

Durante a visita, os dois Chefes de Estado mantiveram reunião privada, assim como reunião de trabalho ampliada. O Rei do Marrocos encontrou, igualmente, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Durante os encontros oficiais, o Presidente do Brasil e o Rei do Marrocos procederam a vasto exame da cooperação bilateral e das principais questões regionais e internacionais.

No plano bilateral, foi salientada a importância de encorajar os operadores econômicos brasileiros e marroquinos a explorar as oportunidades comerciais existentes entre os dois países, criando, assim, as condições necessárias ao aumento do volume de trocas bilaterais. A presença, na delegação marroquina, de diversos diretores de empresas traduz a vontade do Governo marroquino de intensificar o relacionamento comercial com o Brasil. A parte brasileira, por sua vez, manifestou a intenção de

encorajar a ida ao Marrocos, proximamente, de missão empresarial.

Os dois Chefes de Estado expressaram grande satisfação pela assinatura do Acordo-Quadro sobre Comércio entre o MERCOSUL e o Reino do Marrocos, que estabelece as bases para a negociação de um Acordo de Preferências Fixas, como etapa intermediária para a negociação de futuro Acordo de Livre Comércio.

Sublinharam, ainda, a oportunidade da assinatura do Acordo de Cooperação entre as Academias Diplomáticas e do Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo, tendo em conta a importância fundamental desse setor econômico para os dois países, possuidores de consideráveis recursos turísticos. A retomada das ligações aéreas entre o Brasil e o Marrocos constituiria, nesse quadro, medida incentivadora de grande significado.

O Rei Mohammed VI e o Presidente Lula tomaram nota, com satisfação, do programa de cooperação entre os dois países, que contempla as dificuldades com que se defrontam os países em desenvolvimento, no quadro de uma economia globalizada, para prover suas populações com alimentação e moradia adequadas e dotá-las de instrumentos profissionais que lhes permitam contribuir para a própria prosperidade.

Saudaram, especialmente, os resultados proveitosos da recente visita ao Marrocos de missão multidisciplinar brasileira nas áreas de formação profissional, recursos hídricos, agricultura e habitação popular, que incluiu representantes da Caixa Econômica Federal, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, da Agência Nacional de Águas e da Agência Brasileira de Cooperação, para elaboração de projetos de cooperação técnica. Notaram, com satisfação, a concordância de opiniões sobre as principais vertentes da cooperação bilateral, que será substancialmente consolidada com o programa de visitas de missões marroquinas nos setores de formação profissional,

agricultura e habitação popular ao Brasil, ainda no corrente ano de 2004.

O Presidente Lula e o Rei Mohammed VI convieram em atribuir prioridade à cooperação no campo da pesquisa técnica e científica, por meio do intercâmbio de informações e de formação, notadamente no campo das novas tecnologias.

Ambos os Chefes de Estado reconheceram a importância da promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no combate à desertificação e na conservação dos recursos hídricos, de modo a gerar melhores condições para o desenvolvimento econômico e social de suas populações, sobretudo nas zonas áridas. Nesse sentido, sublinharam a necessidade de desenvolver a cooperação bilateral nesse campo.

No campo da cultura, as Partes exprimiram seu interesse em que seja elaborado, em momento oportuno, Programa Executivo ao Acordo Cultural vigente entre o Brasil e o Marrocos. Convieram, ademais, em envidar todos os esforços para o reforço da cooperação entre os dois países e para o aprofundamento do diálogo em áreas de interesse comum, por meio da dinamização, entre outros, da Comissão Mista Brasil-Marrocos, prevista no Acordo Quadro de Cooperação de 13 de julho de 1990.

No plano internacional, os Chefes de Estado congratularam-se pelas ações que empreendem em favor da manutenção da paz no mundo e por seus esforços visando a reconciliação e a solução pacífica de controvérsias. Nesse particular, o Presidente Lula agradeceu ao Rei Mohammed VI pelo oportuno envio de tropas para apoiar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH.

Os dois Chefes de Estado reafirmaram sua vontade de trabalhar para que seja alcançada uma solução justa, global e durável para o conflito do Oriente Próximo, no quadro da legalidade internacional e de modo a garantir o estabelecimento de um Estado palestino independente e viável, convivendo lado a lado com o Estado de Israel.

Deploraram, ademais, a persistência da

insegurança no Iraque e reiteraram sua esperança de que a segurança e a estabilidade sejam instauradas naquele país, de modo a criar um clima propício à organização de eleições que permitam ao povo iraquiano escolher suas instituições em plena liberdade, respeitando-se a unidade territorial e a soberania iraquianas.

O Presidente Lula e o Rei Mohammed VI enfatizaram o papel do comércio internacional como instrumento do desenvolvimento econômico e social. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC cheguem a bom termo, com vistas a instaurar um sistema multilateral justo e transparente. Saudaram, em particular, a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha. Destacaram o diálogo fluido entre o G-20 e o Grupo Africano, grupos em que o Brasil e o Marrocos têm, respectivamente, atuação destacada.

O Presidente Lula e o Rei Mohammed VI sublinharam sua convergência de pontos de vista sobre a necessária reforma do sistema das Nações Unidas, especialmente o Conselho de Segurança, para que o mundo em desenvolvimento, em particular a África e a América Latina possam nele beneficiar-se de uma maior representatividade. Nesse contexto, o Reino do Marrocos reitera sua compreensão da aspiração legítima do Brasil de integrar o Conselho de Segurança, na qualidade de membro permanente.

Sobre a situação no Saara Ocidental, o Presidente Lula reiterou o apoio brasileiro às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas para alcançar uma solução política negociada, por meio do diálogo entre as partes envolvidas na controvérsia.

O Rei Mohammed VI reiterou o apoio do Marrocos aos esforços desenvolvidos pelo Brasil para a instauração de uma parceria global para a erradicação da fome e da pobreza, assim como à iniciativa brasileira de organizar a Cúpula América do Sul - Países Árabes, em maio de 2005. A esse respeito, o Presidente Lula saudou o engajamento do Marrocos em contribuir para o êxito dessa reunião, coordenando o processo preparatório do

importante encontro por meio da organização, em Marrakesh, de reunião ministerial, em março de 2005.

O Presidente Lula saudou o papel do Rei Mohammed VI na edificação de uma sociedade marroquina democrática e moderna, e a contribuição positiva do Marrocos para a paz e a estabilidade mundiais.

O Rei Mohammed VI reiterou convite ao Presidente Lula para efetuar visita oficial ao Marrocos, convite que o Presidente da República aceitou e cuja data será fixada pelo canal diplomático.

Ao término da visita, o Rei Mohammed VI agradeceu ao Presidente Lula a calorosa acolhida e a hospitalidade dispensada a ele e à sua delegação durante a estada no Brasil.

Decisão da OMC favorável ao Brasil sobre a Emenda Byrd

Hoje, 26 de novembro de 2004, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC autorizou o Brasil a suspender concessões e outras obrigações para com os EUA pelo não cumprimento, por este país, das recomendações relativas ao contencioso da Emenda Byrd.

Histórico

Em setembro de 2001, o Brasil e mais dez Membros da OMC questionaram a Emenda Byrd no Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC. Foram os reclamantes: Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, México, Tailândia e União Européia.

A Emenda Byrd, em vigor desde 2000, permite que produtores dos EUA recebam recursos auferidos com a imposição de direitos antidumping ou compensatórios sobre produtos de concorrentes estrangeiros, dando, assim, um incentivo indevido para que as indústrias norte-americanas solicitem investigações antidumping e anti-subsídios.

Em setembro de 2002, o painel concluiu que a Emenda Byrd constitui medida não autorizada pelos acordos multilaterais. Os EUA recorreram ao Órgão de Apelação, que sustentou a conclusão do painel

em janeiro de 2003. Concedeu-se aos EUA prazo razoável para tornar a medida compatível com as disciplinas da OMC.

Esse prazo expirou em 27 de dezembro de 2003, sem que os EUA modificassem ou revogassem a medida. No mês seguinte, o Brasil e mais sete dos reclamantes solicitaram, ao Órgão de Solução de Controvérsias, o direito de suspender concessões e outras obrigações para com os EUA. Essa medida tomaria a forma de tarifas adicionais sobre produtos importados daquele país.

Os EUA questionaram o nível de “retaliação” proposto pelos oito reclamantes. O assunto, como prevê o Entendimento sobre Solução de Controvérsias, foi então levado a arbitragem.

O laudo arbitral, emitido em 31 de agosto de 2004, autorizou o Brasil a impor, a cada ano em que a Emenda Byrd estiver em vigor, tarifas adicionais de importação sobre produtos dos EUA até o limite de 72% dos desembolsos efetuados no ano anterior, originários dos direitos antidumping e compensatórios incidentes sobre produtos brasileiros.

Reserva de direito

Após processo de arbitragem, o Membro que deseje reservar seu direito para “retaliar” deve reapresentar o pedido de autorização para tanto, em conformidade com o disposto no laudo arbitral. Foram esses os termos do pedido brasileiro aprovado hoje pelo Órgão de Solução de Controvérsias.

Na ocasião, foram também aprovados pedidos similares de Canadá, Coréia do Sul, Índia, Japão, México e União Européia.

A autorização para “retaliar” não implica a obrigação do exercício desse direito, que continuará valendo enquanto a Emenda Byrd permanecer em vigor.

Informações adicionais

- Normalmente, direitos antidumping e compensatórios são recolhidos e contabilizados pelo Tesouro dos países que os impõem. Esses direitos devem equivaler à margem de dumping ou de subsídio calculada e sua imposição deve ser suficiente, portanto, para contrabalançar a vantagem de produtos importados

que se beneficiem dessas práticas.

- A Emenda Byrd vai além: permite que produtores dos EUA que peticionaram abertura de investigação contra concorrentes estrangeiros recebam parcela dos recursos auferidos com a imposição de direitos antidumping ou compensatórios.

- Em consequência, os produtores dos EUA beneficiam-se não apenas da proteção decorrente da imposição de direitos sobre os produtos de seus concorrentes estrangeiros, mas também de pagamentos diretos do Governo daquele país. Em 2002, os desembolsos para empresas norte-americanas sob a Emenda Byrd chegaram a US\$ 330 milhões.

- Os desembolsos provenientes de direitos sobre produtos importados do Brasil chegaram a US\$ 3.057.908,47 em 2002. Mais de 60% desse valor referem-se a produtos siderúrgicos. Os dados preliminares para 2003 apontam para desembolsos de US\$ 1.431.844,82 referentes a produtos brasileiros, em sua quase totalidade siderúrgicos.

Visita oficial ao Brasil do Presidente do Paquistão, Pervez Musharraf Comunicado Conjunto

A convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Islâmica do Paquistão, Pervez Musharraf, realiza visita oficial ao Brasil de 27 a 30 de novembro de 2004.

2. Os Presidentes Pervez Musharraf e Luiz Inácio Lula da Silva assinalaram a importância política da visita, que é a primeira de um Chefe de Estado ou de Governo do Paquistão ao Brasil, o que a transforma em um evento histórico. Os dignitários mantiveram discussões proveitosas, numa atmosfera cordial, sobre assuntos de interesse mútuo bilaterais, regionais e multilaterais, incluindo acontecimentos recentes na região da Ásia Meridional. Os Presidentes concordaram na avaliação de que esta visita será um marco na nova fase das relações bilaterais, tendo em vista a determinação de ambos

os lados de desenvolver plenamente o potencial de cooperação existente, em especial nas áreas de comércio e investimento, etanol, luta contra a fome e a pobreza e combate ao tráfico ilegal de drogas.

3. Os mandatários reconheceram que há grande potencial para aumentar o comércio bilateral e os investimentos recíprocos, de modo a melhor refletir a atual relevância econômica e comercial dos dois países nas suas respectivas regiões e no mundo, bem como a importância de seus mercados internos. Desse modo, os Presidentes reiteraram o compromisso de implementar o Acordo Bilateral de Comércio de 1982, especialmente no que diz respeito à criação de um comitê para aumentar a integração comercial dos dois países por meio de um conselho empresarial.

4. O Presidente Musharraf manifestou interesse em um Acordo de Livre Comércio entre o Paquistão e o MERCOSUL. O Presidente Lula acolheu favoravelmente a iniciativa e disse que consultaria os demais parceiros do MERCOSUL sobre o assunto.

5. Em relação aos fóruns econômicos internacionais, os Governos reiteraram seu comprometimento com o multilateralismo e a confiança no sucesso da Rodada Doha de Negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Reafirmaram, nesse contexto, a determinação de trabalhar para assegurar o êxito da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Sublinharam, ainda, o importante papel do G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha e na busca por um sistema de comércio internacional justo e equilibrado.

6. Os dois Presidentes reafirmaram o direito ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias para fins pacíficos e reafirmaram o comprometimento com a não-proliferação de armas de destruição em massa, em particular as nucleares. Consideraram, nesse aspecto, que a não-proliferação não pode ser dissociada do desarmamento nuclear, o qual permanece como prioridade da comunidade internacional.

7. Os dois Presidentes concordaram em não poupar esforços para transformar as Nações Unidas

em um instrumento mais efetivo para alcançar as prioridades do desenvolvimento para todos os povos; da luta contra a pobreza, ignorância e doenças; da luta contra a injustiça; da luta contra a violência, terror e crimes; e da luta contra a degradação e a destruição do meio ambiente. Os mandatários também reafirmaram seu compromisso de trabalhar no sentido de um acordo geral sobre reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança.

8. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou ao Presidente Musharraf profundo reconhecimento por seu comparecimento à Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, realizada em Nova Iorque no último dia 20 de setembro, bem como pelo apoio à Declaração de Nova Iorque, expedida na ocasião. Os Presidentes reafirmaram a crença compartilhada de que a paz, o desenvolvimento econômico e a justiça social são temas inter-relacionados e reiteraram a determinação conjunta de buscar mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento, em particular na luta contra a fome e a pobreza, dentro do espírito do Consenso de Monterrey e das Metas do Milênio, expressos na Declaração de Nova Iorque. Nesta área, os Presidentes manifestaram satisfação com a assinatura do “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Alimentar e Nutricional”.

9. Os Presidentes também reconheceram que os crimes relacionados ao tráfico internacional de drogas e substâncias psicotrópicas constituem um grande problema para vários países no mundo. Dessa forma, reconheceram a importância da assinatura do “Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação no Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas”, que trata de vários aspectos do problema das drogas, incluindo cooperação entre as polícias e agências de inteligência

dos dois países, desenvolvimento de projetos comuns nas áreas de pesquisas científicas e programas que visem a diminuir a demanda e estabelecer tratamentos de reabilitação para usuários de drogas.

10. Os dois Presidentes mostraram satisfação com a assinatura do “Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e República Islâmica do Paquistão para Isenção de Vistos em Portadores de Passaporte Diplomático”, bem como do “Memorando de Entendimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão para a Realização de Consultas em Matéria de Interesse Comum”.

11. O Presidente da República Islâmica do Paquistão, Pervez Musharraf, formulou convite ao Presidente do Brasil para visitar o Paquistão em data próxima. O convite foi aceito com prazer. As datas para a visita serão determinadas por meio dos canais diplomáticos.

12. Em nome do Governo e do Povo do Paquistão, o Presidente Pervez Musharraf expressou seus agradecimentos sinceros ao Governo da República Federativa do Brasil pela hospitalidade com que ele e sua delegação foram recebidos, bem como pela sua excelente visita ao Brasil.

Brasília, 29 de novembro de 2004.

Revisão da política comercial brasileira pela OMC

Realizou-se, de 29 de novembro a 1 de dezembro, a Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais da Organização Mundial de Comércio (TPRB/OMC), dedicada à quarta revisão da política comercial brasileira.

Esse exercício, realizado periodicamente com todos os Membros no âmbito do Mecanismo de Revisão das Políticas Comerciais (TPRM), tem por objetivo contribuir para o melhor cumprimento das regras, disciplinas e compromissos assumidos no âmbito dos acordos da OMC, mediante a promoção de maior transparência e compreensão das práticas comerciais recíprocas.

Na Reunião, foram elogiados os esforços realizados pelo Governo brasileiro, nos últimos quatro anos, com vistas ao fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos, como em matéria de disciplina fiscal, à consolidação das reformas econômicas e ao desenvolvimento de regime de comércio cada vez mais aberto e transparente. Foi igualmente ressaltado o papel de liderança do Brasil na Rodada de Doha, sobretudo sua atuação à frente do G-20. Pôde igualmente a delegação do Brasil durante a Reunião prestar esclarecimentos e responder a perguntas apresentadas pelos membros da OMC sobre distintos aspectos da política comercial brasileira.

A delegação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Piragibe Tarragô, Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, foi integrada por representantes de vários órgãos governamentais, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Receita Federal, Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

O Brasil já havia sido submetido à revisão de sua política comercial em 1992, 1996 e 2000.

Dia da amizade Argentino-Brasileira

Na terça-feira, 30 de novembro de 2004, será celebrado, pela primeira vez, o Dia da Amizade Argentino-Brasileira. A data foi incluída nos calendários oficiais dos dois países por decisão dos Presidentes Lula e Kirchner, reunidos no Rio de Janeiro em 16 de março de 2004.

O dia 30 de novembro foi escolhido em comemoração do encontro que nessa data mantiveram, em 1985, os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em Foz do Iguaçu, dando início ao processo de integração que levou à criação do MERCOSUL.

No Brasil, a data foi criada por Decreto presidencial de 16 de novembro de 2004, que determinou que os estabelecimentos de ensino

brasileiros dediquem esse dia a atividades orientadas a difundir a história e a cultura da Argentina. Providência semelhante foi adotada pelo Governo argentino, que instituiu a data por meio do Decreto nº 688, de 31 de maio de 2004.

As comemorações do Dia da Amizade terão início em cerimônia presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no auditório do Palácio Itamaraty, às 11h00. Na ocasião, os Professores Hélio Jaguaribe e José Paradiso, da Argentina, farão palestras sobre o processo histórico de aproximação entre os dois países.

Às 17h00 do mesmo dia, o Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, e o Secretário de Cultura da Argentina, José Nun, presidirão a cerimônia de entrega do Prêmio Binacional das Artes e da Cultura, no Hotel Lake Side, em Brasília.

O Prêmio, que visa a promover a integração cultural entre as duas nações e a estimular a produção criativa de artistas dos dois países, também foi criado na reunião presidencial de 16 de março de 2004.

Em sua primeira edição, distinguirá dois cineastas: o brasileiro Beto Brant (autor de *Os Matadores*, de 1997, *Ação entre Amigos*, de 1998, e *O Invasor*, de 2001) e o argentino Héctor Oliveira (autor, entre outros, de *Patagonia Rebelde*, de 1974, *Una Sombra ya pronto Serás*, de 1994, e *Ay Juancito*, de 2004). Os diretores serão agraciados com vinte e cinco mil reais e vinte e cinco mil pesos argentinos, respectivamente.

Seminário “Brasil e a Energia do Século XXI: Açúcar e Etanol” (Brasília, 2 de dezembro de 2004)

O Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e o jornal *Valor Econômico*, com o apoio da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – ÚNICA, realizarão, no dia 2 de dezembro de 2004, no auditório do Palácio Itamaraty em Brasília, o seminário “Brasil e a Energia do Século XXI: Açúcar e Etanol”.

A cerimônia de abertura do seminário será realizada às 9hs do dia 2 de dezembro, no auditório do Palácio Itamaraty. O encerramento, no mesmo local, que contará com a participação do Ministro Celso Amorim, será realizado às 18hs, conforme indicado no programa em anexo.

A iniciativa tem como objetivo apresentar ao Governo Federal, ao Congresso Nacional, às Missões Estrangeiras em Brasília e aos setores empresarial e acadêmico, nacionais e estrangeiros, os benefícios desse importante setor da economia nacional, no que diz respeito à geração de emprego e divisas, bem como à contribuição para a melhoria do meio ambiente, tanto em escala local como global.

Três aspectos básicos deverão ser enfocados no seminário: histórico, que mostrará as transformações e ganhos de competitividade do setor; energético, que tratará do novo cenário energético mundial e suas relações com a questão ambiental; e de negociações internacionais, que enfatizará as diversas facetas do trabalho desenvolvido em prol da liberalização do comércio de produtos agrícolas.

O Brasil é hoje o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. Cerca de 50% da cana é destinada à produção de etanol (anidro, usado na mistura com a gasolina, e hidratado, usado diretamente nos carros a álcool ou nos veículos flexíveis) e 50% à produção de açúcar (refinado, cristal e demerara).

Na safra 2003/2004, o Brasil processou 357,5 milhões de toneladas de cana, obtendo 24,8 milhões de toneladas de açúcar e 14,72 bilhões de litros de álcool. Esta produção foi obtida em 320 unidades, das quais 226 estão localizadas na região Centro-Sul do Brasil e o restante na região Nordeste.

A indústria da cana-de-açúcar é responsável por gerar aproximadamente 1 milhão de empregos diretos e abriga 60 mil produtores rurais que fornecem a matéria-prima, os quais estão espalhados em mais de 960 municípios (cerca de 17% do total de municípios brasileiros). Produzindo açúcar e álcool, o Brasil tem um ganho na balança comercial de US\$ 4,2 bilhões/ano: US\$ 2 bilhões com exportação de

açúcar e US\$ 2,2 bilhões com o petróleo que deixa de ser importado para a produção de gasolina.

No plano exportador, o setor brasileiro detém 40% do mercado internacional e, graças a sua competitividade, poderá ampliar esta participação na medida em que novos mercados forem abertos, consolidando ainda mais sua posição de líder mundial nas exportações de açúcar. Quanto ao álcool combustível, o Brasil exporta 2 bilhões de litros e tem condições de ser grande fornecedor de um mercado que poderá alcançar, nos próximos 10 anos, um total de 10 bilhões de litros.

Além das vantagens econômicas, a indústria é “ecologicamente correta”. O setor sucroalcooleiro do Brasil tem decisiva e comprovada responsabilidade na redução de dióxido de carbono (CO₂) lançado na atmosfera terrestre, que é um dos mais importantes gases causadores do efeito estufa.

Trata-se, portanto, de atividade econômica que tem trazido grandes benefícios para o Brasil: é exemplo de desenvolvimento sustentável, com a combinação de atuação ambiental responsável, segurança energética, exploração de vocações econômicas locais e geração descentralizada de emprego e de renda.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cusco

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará a Cusco no dia 8 de dezembro para participar da III Reunião de Presidentes da América do Sul. A reunião terá como principal objetivo a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações. Na ocasião, deverão ser firmados três documentos: a “Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-americana de Nações”, a “Declaração de Ayacucho” relativa à celebração dos 180 anos das batalhas de Ayacucho e Junín e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá; e “Declaração sobre as Malvinas”.

A Comunidade Sul-americana de Nações deverá desenvolver-se a partir de três pilares: i) diálogo político; ii) integração econômica e

comercial; e iii) integração da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações. A primeira reunião de cúpula da Comunidade Sul-americana de Nações será no Brasil, no primeiro semestre de 2005.

A reunião de Cusco deverá também acolher a proposta brasileira de realizar Conferência sobre Segurança na América do Sul, em Fortaleza, em julho de 2005, para tratar de questões relacionadas com o combate ao crime organizado, tráfico de armas e drogas, e violência urbana.

A visita a Cusco será também oportunidade para que os Presidentes Lula e Toledo dêem seguimento à ampla agenda de entendimentos bilaterais, no contexto do importante relacionamento entre o Brasil e o Peru. O compromisso dos dois países com a integração física regional se expressa, dentre outros projetos, no financiamento brasileiro para a Rodovia Interoceânica, que ligará Inãpari, na fronteira com o Estado do Acre, aos portos peruanos de Ilo e Matarani, no Pacífico. A rodovia está orçada em US\$ 700 milhões. Por meio do PROEX, serão financiados US\$ 417 milhões para a exportação de serviços e bens brasileiros. O Brasil está também financiando a construção da ponte entre Inãpari e Assis Brasil, na fronteira entre os dois países. Ainda no plano bilateral, poderão ser assinados dois Memorandos de Entendimento na área de Comunicações, sobre cooperação em matéria de serviços de roaming e sobre remessas postais.

Comunicado Conjunto do Grupo dos 4

Em 2 de dezembro corrente, o Grupo dos 4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) emitiu o seguinte Comunicado Conjunto, em reação preliminar à divulgação do relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan:

“Alemanha, Brasil, Índia e Japão saúdam a divulgação do relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, e agradecem ao Secretário-Geral, bem como aos membros do Painel, pelo estímulo dado ao debate sobre as reformas

necessárias para fazer frente às ameaças que pesam sobre o futuro da comunidade internacional. Louvamos o elevado senso de oportunidade que demonstrou o Secretário-Geral ao iniciar uma ampla discussão sobre o assunto, tendo em vista o alcance e a natureza sem precedentes das ameaças com que nos defrontamos.

Apoiamos o apelo em favor de uma abordagem abrangente do tema. São mais evidentes do que nunca os vínculos intrínsecos entre as ameaças à paz e à segurança internacionais. Concordamos, em particular, com a visão de que o desenvolvimento e a segurança globais estão intimamente relacionados.

Para lidar com os desafios do mundo de hoje, é essencial um sistema multilateral eficaz. Nenhum Estado pode proteger-se das ameaças globais de maneira isolada, tampouco encontrar por si próprio soluções sustentáveis. Faz-se necessário, portanto, um entendimento comum sobre o futuro da segurança coletiva e das reformas institucionais requeridas.

Participaremos ativamente, nesse contexto, dos esforços destinados à implementação de políticas mais eficazes e à adaptação do sistema das Nações Unidas à realidade do mundo atual.

A fim de comentar as propostas do Painel em detalhe, será preciso, em primeiro lugar, examinar o relatório extensivamente. Restringimo-nos, por ora, a algumas observações preliminares:

Acreditamos que o Painel concentrou-se nas questões apropriadas: ameaças econômicas e sociais, inclusive pobreza, doenças infecto-contagiosas e degradação ambiental; conflitos interestatais; conflitos internos, entre os quais guerras civis, genocídios e outras atrocidades perpetradas em larga escala; armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo e crime organizado transnacional.

Concordamos, também, com a importância atribuída às reformas institucionais como instrumento essencial para o tratamento de muitos desses temas.

As questões do desenvolvimento estão diretamente vinculadas à segurança global. Sentimentos de injustiça, suscitados pela extrema

pobreza e pela ausência de oportunidades de melhores condições de vida, geram, freqüentemente, condições propícias ao terrorismo, às perturbações da ordem e aos conflitos intra e interestatais. Devemos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, unir esforços para promover o progresso de todas as nações de forma efetiva.

O tema da legalidade e da legitimidade do uso da força tem, com razão, atraído grande atenção há alguns anos. Analisaremos, cuidadosamente, os critérios elaborados pelo Painel para o emprego da força.

As reformas institucionais revelam-se cruciais, se queremos que as Nações Unidas atuem de modo a angariar confiança e apoio de seus membros. Isto se aplica a diversos de seus órgãos, mas sobretudo ao Conselho de Segurança.

A expansão em ambas as categorias de membros do Conselho de Segurança, permanente e não permanente, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas essas categorias suprirão as deficiências estruturais do Conselho. Tal proposta figura entre as formuladas no relatório do Painel de Alto Nível e fará com que o Conselho de Segurança melhor reflita a realidade contemporânea.

A comunidade internacional precisa aproveitar esta oportunidade com determinação e levar adiante as mudanças necessárias. Este é um momento histórico, “uma encruzilhada decisiva”, como declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas ao anunciar a criação do Painel.

Muitos dos temas tratados pelo Painel vêm sendo discutidos ao longo dos anos. As soluções possíveis, as opções, os interesses, as vantagens e as desvantagens são bem conhecidos.

Acreditamos, portanto, que é preciso agir, com a devida atenção e sem precipitações ou dilações artificiais. O tempo disponível até a realização da Cúpula das Nações Unidas, prevista para setembro de 2005, em Nova York, deve ser plenamente utilizado de maneira a evitar que se perca o impulso do momento.

Será preciso organizar os trabalhos visando à obtenção de resultados. Todos os principais grupos

de temas devem ser discutidos simultaneamente. Precisamos garantir a consecução de resultados que possam ser alcançados nesse lapso — caso necessário, por votação. Nenhum tema deve tornar-se refém dos demais. Só mediante a consolidação de um amplo conjunto de resultados até a realização da Cúpula de setembro é que atingiremos o almejado êxito para esse evento.

Acolhemos, portanto, com satisfação a intenção do Presidente da Assembléia Geral, Jean Ping, de iniciar em breve os trabalhos a esse respeito naquele foro e de nomear, tão logo possível, um Grupo de Amigos para auxiliá-lo nessa complexa tarefa.”

(Texto original em espanhol)

Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Peru

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo, se reuniram em Cusco, no âmbito da III Reunião de Presidentes da América do Sul, com o objetivo de reafirmar o acordo, alcançado em 5 de novembro último na XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio, relativo ao início da construção da via interoceânica que liga Assis (estado do Acre) e Iñapari (departamento de Madre de Dios). Tal acordo foi concretizado por meio de financiamento do PROEX, concedido pelo Brasil, no valor de US\$ 417 milhões, com período de carência de 3 anos, com prazo de pagamento de 16 anos, e com uma taxa fixa de 3,75%, mais “spread” de 0,5% ao ano. Os dois mandatários saudaram, ademais, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo do Peru e a Comunidade Andina de Fomento para o financiamento complementar da construção da mencionada obra.

O acordo se realiza como parte dos esforços que os Governos do Brasil e do Peru levam a cabo atualmente para promover a integração física de seus respectivos territórios, no contexto da associação estratégica que existe entre ambos os países.

Os dois mandatários decidiram formar um

Grupo de Trabalho Ad Hoc, presidido pelos Ministros das Relações Exteriores, encarregado de elaborar um plano de desenvolvimento econômico e social, de caráter integral, para a zona que se encontra sob a influência da mencionada via interoceânica Assis-Iñapari, que promoverá a criação de projetos de investimentos regionais e fronteiriços, nacionais e/ou binacionais, e o desenvolvimento de cadeias produtivas que incrementem o comércio bilateral e extraregional.

Por outro lado, os Presidentes Lula da Silva e Toledo manifestaram sua satisfação pela decisão do Governo do Peru de executar o trecho da rodovia Tarapoto-Yurimaguas, no eixo viário do Amazonas, com o qual ficará em operação o segundo eixo de conexão interoceânica, que dará vigor à aliança estratégica entre ambos os países e impulsionará o desenvolvimento das populações envolvidas.

Os mandatários do Brasil e do Peru encarregaram seus respectivos Ministros das Relações Exteriores pelo cumprimento destas decisões.

Cusco, 8 de dezembro de 2004

(Texto original em espanhol)

Comunicado de Prensa Conjunto Peru-Brasil

El Presidente de la República del Perú, Dr. Alejandro Toledo, y el Presidente de la República Federativa del Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, se reunieron en el Cusco en el marco de la III Reunión de Presidentes de América del Sur, con el objeto de reafirmar el acuerdo, alcanzado el pasado 5 de noviembre en la XVIII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río, relativo al inicio de la construcción de la vía interoceánica que vincula Assis (estado de Acre) e Iñapari (departamento de Madre de Dios). Dicho acuerdo se ha concretado a través del financiamiento PROEX, concedido por el Brasil, por un monto de US \$ 417 millones con un período de gracia de tres años, con un plazo de pago de 16 años y medio, y con una tasa fija de 3.75 % más spread del 0.5 % al año. Asimismo, ambos mandatarios saludan la suscripción del Memorando

de Entendimiento entre el Gobierno de Perú y la Comunidad Andina de Fomento para la financiación complementaria de la construcción de dicha obra.

El acuerdo se realiza como parte de los esfuerzos que llevan actualmente a cabo los Gobiernos del Perú y del Brasil para promover la integración física de sus respectivos territorios en el contexto de la asociación estratégica que existe entre ambos países.

Los mandatarios decidieron conformar un Grupo de Trabajo Ad Hoc, presidido por los Ministros de Relaciones Exteriores encargado de elaborar un plan de desarrollo económico y social, de carácter integral, para la zona que se encuentra bajo influencia de la mencionada vía interoceánica Assis-Iñapari, que promoverá la creación de proyectos de inversión regionales y fronterizos, nacionales y /o binacionales, y el desarrollo de cadenas productivas que incrementen el comercio bilateral y extrarregional.

De otro lado, los presidentes Toledo y Da Silva expresaron su satisfacción por la decisión del Gobierno del Perú de ejecutar el tramo de la carretera Tarapoto-Yurimaguas, en el eje vial del Amazonas, con lo cual quedará en operación un segundo eje de interconexión interoceánica que vigorizará la alianza estratégica entre ambos países e impulsará el desarrollo de las poblaciones involucradas.

Los mandatarios del Perú y del Brasil encargaron a sus respectivos Ministros de Relaciones Exteriores el cumplimiento de estas decisiones.

Cusco, 8 de diciembre de 2004

Textos aprovados por ocasião da III Cúpula de Presidentes da América do Sul (Cusco, 8 de dezembro de 2004)

(Tradução para o português dos originais em espanhol)

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da

celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações.

I. A Comunidade Sul-americana de Nações se forma, tomando em conta:

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;

O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias;

A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional;

A convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e à promoção do desenvolvimento econômico não pode reduzir-se somente a políticas de crescimento sustentável da economia, mas compreender também estratégias que,

juntamente com uma consciência ambiental responsável e o reconhecimento das assimetrias no desenvolvimento de seus países, assegurem uma distribuição de receita mais justa e equitativa, o acesso à educação, a coesão e a inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário, bem como para melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo.

Seu compromisso essencial com a luta contra a pobreza, a eliminação da fome, a geração de emprego decente e o acesso de todos à saúde e à educação, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de seus povos;

Sua identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional;

A participação comum em sistemas democráticos de governo e a uma concepção da governabilidade, sustentada na participação do cidadão, que incremente a transparência na condução dos assuntos públicos e privados e exerça o poder com estrito apego ao estado de direito, conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana, em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos;

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Nossa convicção é no sentido de que a

efetivação dos valores e interesses compartilhados que nos unem, além de comprometer nossos Governos, somente encontrará viabilidade na medida em que os povos assumam o papel protagonista que lhes corresponde nesse processo. A integração sul-americana é e deve ser uma integração dos povos.

II. O espaço sul-americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos:

A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.

O aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, através do aprimoramento da zona de livre comércio, apoiando-se, no que for pertinente, na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI, de 18 de outubro de 2004, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os Governos do Suriname e Guiana se associarão a este processo, sem prejuízo de suas obrigações sob o Tratado revisado de Chaguaramas.

A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agroalimentar.

A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.

A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

III. A Ação da Comunidade Sul-Americana de Nações:

A Comunidade Sul-americana de Nações

estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros.

Os Ministros das Relações Exteriores elaborarão uma proposta concreta de ação que considere, entre outros aspectos, as reuniões de Chefes de Estado como instância máxima de condução política e as de Chanceleres como âmbito de decisão executiva do processo. Os Ministros contarão com a cooperação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como de outros esquemas de cooperação e integração subregional. As reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres substituirão as denominadas Cúpulas Sul-americanas.

O Governo do Peru exercerá a Presidência Pro Tempore até a realização da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará no Brasil em 2005. A Segunda reunião se realizará na Bolívia.

Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004.

Declaração de Ayacucho 2004

Convidados pelo Presidente do Peru, os Chefes de Estado da República da Bolívia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Panamá, da República do Suriname, da República Bolivariana da Venezuela, e altos representantes da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai participaram dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junín e de Ayacucho, que selaram a independência da

América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Anfitiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simon Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre.

Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, os Presidentes reiteram os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela independência de nossos povos.

Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos, dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos especiais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul.

Hoje, no que foi um dos cenários mais importantes da independência da América Hispânica, saudamos a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações que materializa a vontade que os Chefes de Estado manifestaram nas declarações de Brasília, em 2000 e de Guaiacuil, em 2002.

Nesse sentido, destacam a importância do compromisso assumido para tornar efetiva a Zona de Paz Sul-Americana e se comprometem a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

Reafirmam seu compromisso com a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima em 11 de setembro de 2001, e reiteram sua vontade de envidar esforços para fortalecer os mecanismos de sua promoção e defesa.

Reiteram a necessidade de concluir os trabalhos, no marco da OEA, para a adoção da Carta Social das Américas, a qual favorecerá a plena

vigência dos direitos sociais, econômicos e culturais em benefício de nossos povos.

Reafirmam seu pleno respaldo à Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e aos avanços registrados nessa iniciativa, em especial no que se refere à “Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010” e à lista de projetos da IIRSA. Nesse sentido, acolhendo proposta formulada na Sexta Reunião do Comitê Executivo, rubricam o mapa que contém os projetos incluídos inicialmente na mencionada Agenda.

Reiteram o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos e ações a esse respeito, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com a plena observância do direito internacional e das Cartas da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, reafirmam que as condições de segurança cidadã e a necessidade de enfrentar as novas ameaças são indissociáveis do direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Por essa razão, decidem a realização de reunião sobre segurança cidadã e temas afins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, em julho de 2005.

Nesse sentido, com vistas a abordar outros aspectos importantes vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região, convocam as seguintes conferências :

Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais (segundo trimestre de 2005), com vistas a estabelecer um Plano de Ação Sul-Americano para o Trabalho Digno, e Conferência Internacional Especial, em nível ministerial, de países em desenvolvimento com fluxos internacionais substanciais de migrantes (primeiro semestre de 2005, Lima, Peru), com vistas a articular linhas de ação que permitam atender às múltiplas dimensões do fenômeno migratório, tomando em consideração os avanços, iniciativas e recomendações da V Conferência Sul-Americana sobre Migrações, realizada na cidade de La Paz, Bolívia, nos dias 25 e

26 de novembro de 2004.

Reconhecem o aporte significativo dos Parlamentos regionais na construção do processo de integração e expressam sua satisfação e beneplácito pela constituição da União Parlamentar Sul-Americana, conformada pelas reuniões conjuntas da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, do Parlamento Andino e de representantes do Congresso do Chile.

Os Presidentes e os Chefes de Estado presentes expressam seu mais vivo agradecimento ao Presidente do Peru por suscitar a discussão de temas cruciais para a região, em tão significativo encontro, assim como pela organização da III Cúpula Sul-Americana e pelas atenções recebidas.

Assinada em Ayacucho, no dia 9 de dezembro de 2004.

Declaração sobre as Malvinas

Reafirmamos nosso respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania a respeito das questões das Ilhas Malvinas. Do mesmo modo, recordamos o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre tais territórios alcance uma pronta solução, de conformidade com as resoluções e declarações das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004

Reunião Brasil – Argentina - Comunicado Conjunto (Buenos Aires, 10 de dezembro de 2004)

(Tradução para o português do original em espanhol)

As Delegações de Brasil e Argentina se reuniram para analisar o andamento do processo de integração e a situação do comércio bilateral, em contexto positivo de forte crescimento econômico em ambos os países, o que proporciona marco oportuno para concretizar avanços na relação entre

as duas economias.

Nesse sentido, as Delegações voltarão a reunir-se dentro de um mês para continuar a examinar os projetos apresentados e outras eventuais iniciativas destinadas a aprofundar o desenvolvimento conjunto dos dois países, no âmbito do MERCOSUL, e a concretização de políticas comuns nas áreas de investimento, comércio, indústria e agricultura, de forma a superar assimetrias e promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado das partes.

Os Governos comprometeram-se a manter consultas a fim de alcançar soluções para os problemas específicos nas áreas de comércio e investimentos e limitar possíveis efeitos econômicos negativos em ambas as economias, sem prejuízo da manutenção das medidas vigentes.

No marco dos esforços para avançar na integração física e produtiva e na complementação industrial, a Delegação brasileira manifestou a plena disposição de seu Governo para facilitar o acesso da Argentina ao financiamento de projetos de infraestrutura.

(texto original em espanhol)

Las Delegaciones de Argentina y Brasil se reunieron a efectos de analizar la marcha del proceso de integración y la situación del comercio bilateral en un positivo contexto de fuerte crecimiento económico en ambos países, lo que brinda un marco propicio para concretar avances en la relación entre las dos economías.

En tal sentido, las Delegaciones volverán a reunirse dentro de un mes para continuar el examen de los proyectos presentados y otras eventuales iniciativas destinadas a profundizar el desarrollo conjunto de los dos países, en el ámbito del MERCOSUR y la concreción de políticas comunes en las áreas de inversiones, comercio, industria y agricultura, de forma de superar asimetrías y promover el desarrollo armónico y equilibrado de las partes.

Los gobiernos se comprometieron a mantener

consultas a fin de alcanzar soluciones para los problemas específicos en las áreas de comercio e inversiones y limitar posibles efectos económicos negativos para ambas economías, sin perjuicio del mantenimiento de las medidas vigentes.

En el marco de los esfuerzos por avanzar en la integración física y productiva y la complementación industrial, la delegación brasileña manifestó la plena disposición de su gobierno a facilitar el acceso de Argentina al financiamiento de proyectos de infraestructura.

Doação de vacinas à República Dominicana

O Governo brasileiro, em atendimento à solicitação do Governo dominicano, está fazendo doação à República Dominicana de lote substancial da vacina dT, que previne o tétano e a difteria.

O lote de vacinas, doado pelo Ministério da Saúde, é composto de um milhão de unidades. O transporte da carga, no total de 2.500 kg, será feito em vôo da Força Aérea Brasileira, que deverá chegar a São Domingos no dia 15 de dezembro corrente.

Essa manifestação de solidariedade insere-se no quadro da assistência humanitária que o Brasil vem prestando aos países que foram duramente afetados pelas tempestades tropicais que assolaram o Caribe no corrente ano.

XXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e Reunião de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL (Belo Horizonte e Ouro Preto, 15-17 de dezembro de 2004)

Serão realizadas, respectivamente, nos dias 15 e 16 de dezembro, em Belo Horizonte, e 17 de dezembro, em Ouro Preto, a XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum e a Cúpula de Presidentes do MERCOSUL. Os encontros serão precedidos de reunião extraordinária do Grupo Mercado Comum, no dia 13 de dezembro, em Belo Horizonte.

As reuniões encerram o período de Presidência Pro Tempore brasileira do

MERCOSUL, iniciado em julho deste ano. A partir de 01/01/2005, o Paraguai assumirá a presidência rotativa do bloco.

Durante a reunião de Cúpula de Presidentes, será celebrado o décimo aniversário do Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17 de dezembro de 1994. O Protocolo é o marco institucional que deu ao MERCOSUL sua configuração atual. O instrumento reconheceu a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.

Entre as autoridades que deverão participar das reuniões estarão Presidentes e Ministros de Relações Exteriores, Economia e Indústria e Comércio dos países da , México, Panamá, África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Durante as reuniões, serão tratados as seguintes questões principais:

- Criação do Parlamento do MERCOSUL; criação de um Fundo MERCOSUL para o financiamento de projetos de convergência estrutural; elaboração de estratégias de crescimento do emprego no MERCOSUL; despacho aduaneiro de mercadorias no MERCOSUL; eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum; regulamentação do Protocolo de Compras Governamentais; facilitação de atividades empresariais.

Além desses temas, o Conselho deverá aprovar acordos dos Estados associados sobre Tráfico ilícito de migrantes; cooperação em matéria de segurança regional; estratégias comuns na área da saúde (HIV-AIDS, Dengue, Tabaco e outros temas).

Na área externa, o MERCOSUL deverá celebrar acordos comerciais com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia). A adesão do Equador e da Venezuela como Estados Associados ao MERCOSUL deverá igualmente ser formalizada.

I Fórum Empresarial do MERCOSUL (Belo Horizonte, 15 e 16 de dezembro de 2004)

O Fórum Empresarial do MERCOSUL será realizado em Belo Horizonte, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2004, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). O evento está sendo organizado pelo Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, com o apoio do Governo do Estado de Minas Gerais e com o patrocínio da FIEMG.

Participarão do Fórum empresários dos Estados Membros e dos Estados Associados do MERCOSUL. As inscrições para o evento são gratuitas e estão disponíveis na página no site BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br).

O evento debaterá temas relevantes para o Bloco, como “Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL”; “Acordos comerciais no âmbito regional”; “A Negociação dos Acordos Extra-regionais”; “O Programa de Substituição Competitiva de Importações: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul”; “A Integração das Cadeias Produtivas do MERCOSUL: Vantagens na Produção e na Exportação”; “A Estrutura Institucional do MERCOSUL”. A segunda parte do programa será dedicada a rodadas de contatos comerciais entre os empresários inscritos no evento, com ênfase para os setores de madeira e móveis, couroalçadista e de alimentação.

O Fórum Empresarial do MERCOSUL servirá como elemento catalisador de interesses empresariais, dando novo impulso ao comércio na América do Sul, com reflexos diretos no fortalecimento de toda a região. De outra perspectiva, poderá contribuir para o estreitamento das relações econômico-comerciais entre empresários do MERCOSUL e prepará-los para futuros encontros em fora empresariais de outros blocos.

Informações adicionais, inclusive programa e inscrições para o evento estão disponíveis na página no site BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br) ou pelo email forumempresarial@braziltradenet.gov.br

Lançamento de nova revista sobre a América do Sul

“Diplomacia, Estratégia e Política - DEP”, primeira revista dedicada exclusivamente a temas da América do Sul, será lançada no dia 15 de dezembro, quarta-feira, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, durante a Cúpula do MERCOSUL.

A revista terá periodicidade trimestral, será editada em português, espanhol e inglês, e publicada no âmbito do Projeto Raúl Prebisch, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e de outros órgãos. Tratará de assuntos como eleições, energia, meio ambiente, política industrial, relações exteriores, questão indígena, cultura e história, por meio de artigos de acadêmicos, políticos, governantes, empresários, sindicalistas, artistas e militares dos diferentes países da América do Sul. Em cada número, a revista trará em sua capa um quadro de pintor da região, acompanhado de artigo de crítico de arte.

O primeiro número de “Diplomacia, Estratégia e Política - DEP” publica artigos de todos os Chanceleres da América do Sul, e tem como capa o quadro “Primeros Pasos”, do pintor argentino Antonio Berni. Para o segundo número, estão previstos, entre outros, artigos do Presidente eleito do Uruguai, Tabaré Vazques, e do sociólogo brasileiro Hélio Jaguaribe.

Para maiores informações e solicitação de exemplares, os interessados podem entrar em contato pelo e-mail revistadep@yahoo.com.br

I Reunião do Grupo Executivo de Trabalho sobre Promoção Comercial Brasil-Chile (Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2004)

Será realizada, em 14 de dezembro corrente, no “Trade Center” da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a I Reunião do Grupo Executivo de Trabalho (GET) sobre Promoção Comercial Brasil-Chile.

O GET foi estabelecido pelo Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e

dos Investimentos entre Brasil e Chile, assinado em Santiago, em 23 de agosto de 2004, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile.

O GET visa a coordenar as ações dispostas no Memorandum para estimular o comércio bilateral, levando em conta, entre outros, o Programa de Substituições Competitivas de Importações (PSCI).

O PSCI é uma nova política de estímulo ao comércio na América do Sul. Foi lançado em maio de 2003, no contexto da prioridade concedida ao relacionamento com a região. O Programa compreende conjunto de medidas pontuais destinadas a prover Governos e empresários dos países da América do Sul com informações qualificadas sobre as potencialidades e oportunidades objetivas de negócios com o Brasil e a promover e facilitar contatos entre importadores brasileiros e exportadores dos países sul-americanos, de modo a reavivar o fluxo de comércio na região e reduzir o desequilíbrio nas balanças comerciais bilaterais.

Participarão da Reunião em Belo Horizonte representantes dos Governos brasileiro e chileno.

XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum (Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2004)

Realizou-se, no dia 15 de dezembro, a XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum, com a presença de Ministros e autoridades dos Estados Partes do MERCOSUL. Na ocasião, foram assinados importantes acordos que aprofundam e ampliam o processo de integração regional.

Os trabalhos do MERCOSUL deste semestre culminam com a comemoração dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto, instrumento que estabeleceu a União Aduaneira, determinou a estrutura institucional do bloco e definiu sua personalidade jurídica de direito internacional. Coincidem, por outro lado, com período em que o Brasil exerceu a Presidência Pro Tempore do bloco, responsabilidade que será transmitida, em 1º de janeiro de 2005, ao Paraguai.

Durante o semestre, o MERCOSUL deu

continuidade ao fortalecimento de suas dimensões institucional, econômico-social e externa, atento à necessidade de promoção do desenvolvimento com justiça social e à importância de estabelecer instrumentos passíveis de ampliar a participação da sociedade no processo de integração, e capazes reduzir os desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes resultados, alcançados durante o XXVII CMC:

Criação do Parlamento do MERCOSUL, a ser instalado até 31 de dezembro de 2006; estabelecimento de um Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL; elaboração de Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego; eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum; criação da Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL; criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL; estabelecimento de um Fundo para o Setor Educacional do MERCOSUL; aprovação da quinta rodada de negociações em matéria de liberalização do comércio de serviços; aprovação do Regulamento do Protocolo de Compras Governamentais do MERCOSUL; aprovação de acordo para facilitação de atividades empresariais; conclusão de acordo sobre Despacho Aduaneiro do MERCOSUL, e; aprovação do Documento de Viagem do MERCOSUL.

Foram igualmente aprovados acordos e entendimentos em matéria de segurança regional, transferência de pessoas condenadas e tráfico ilícito de migrantes, entre o MERCOSUL, a Bolívia e o Chile.

No plano externo, foi formalizada a adesão, na condição de Estados Associados ao MERCOSUL, de Colômbia, Equador e Venezuela. Assinou-se, por outro lado, importante Acordo de Comércio Preferencial com a União Aduaneira da África Austral (SACU – África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), e concluíram-se as negociações para acordo de mesma natureza com a Índia.

(ANEXO)

- Parlamento do MERCOSUL: A Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL será investida da função de Comissão Preparatória do Parlamento do MERCOSUL, para sua instalação até dezembro de 2006.

- Fundo MERCOSUL de convergência estrutural: o Fundo, destinado à redução dos desequilíbrios regionais, ao fortalecimento do processo de integração e à melhoria da competitividade regional dos Estados Partes, deverá estar plenamente conformado, em seus objetivos e sua estrutura de financiamento, em 2005.

- Eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum: a decisão atende ao objetivo de aperfeiçoar a livre circulação de mercadorias dentro do MERCOSUL. Ela incluirá a definição de um mecanismo que permita a distribuição da renda aduaneira entre países do MERCOSUL e a interconexão eletrônica de alfândegas.

- Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego: será estabelecido um Grupo de Alto Nível para a elaboração da estratégia. Será realizado seminário, em 2005, para análise do tema.

- Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL: possibilitará o intercâmbio de experiências e a coordenação de políticas conjuntas nessa matéria, entre Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

- Fundo para o Setor Educacional do MERCOSUL: terá como objetivo financiar iniciativas da Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL.

- Acordo para Facilitação de Atividades Empresariais: simplificará e harmonizará trâmites jurídicos nos quatro Estados Partes do MERCOSUL para ingresso e permanência de empresários.

- Despacho Aduaneiro de Mercadorias do MERCOSUL: regulamenta, de forma harmonizada, a introdução e o controle de mercadorias no território aduaneiro do MERCOSUL.

- Aprovação da Quinta Rodada Negociadora

em matéria de liberalização do comércio de serviços, e lançamento da Sexta Rodada.

- Regulamento do Protocolo de Compras Governamentais do MERCOSUL: harmoniza os requisitos jurídicos, técnicos, fiscais e econômico-financeiros para a habilitação de empresas do MERCOSUL em processos licitatórios promovidos ao amparo do referido Protocolo.

- Documento de Viagem do MERCOSUL: permitirá o regresso ao país de origem de nacional de país do MERCOSUL a partir de país em que não haja representação consular capaz de emitir documento de viagem do país de origem.

Reunião do Conselho do Mercado Comum com Estados Associados e Países Convidados (Belo Horizonte, 15 e 16 de dezembro de 2004)

Realizaram-se, nos dias 15 e 16 de dezembro, no contexto do XXVII Conselho do Mercado Comum, encontros dos países membros do MERCOSUL com Estados associados e países convidados.

Participaram das reuniões representantes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Panamá, México, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Guiana, Nicarágua, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Índia, África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, além da União Aduaneira da África Austral (SACU), do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), da Comunidade Andina de Nações e da Corporação Andina de Fomento. Compareceram, igualmente, diplomatas de Austrália, Canadá, China, Egito, Israel, Japão, Nova Zelândia, Paquistão e Suíça.

No dia 15 de dezembro, Ministros e representantes do MERCOSUL e dos Estados associados reuniram-se para tratar de temas afetos à região.

Na ocasião, saudaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, iniciativa

fundamental para aprofundar a integração regional mediante, não apenas o incremento dos fluxos comerciais, mas também a coordenação de ações para desenvolver a infra-estrutura física, estimular a participação dos cidadãos e fortalecer a democracia e as instituições no subcontinente. Nesse sentido, decidiram encomendar estudo à ALADI sobre potencialidades das relações econômicas na América do Sul, em particular no que se refere ao comércio e à integração da infra-estrutura física de transportes, energia e comunicações.

Ressaltaram, ainda, a importância de reforçar o diálogo político entre os diversos agrupamentos de países já constituídos na região, de modo que permita uma fluida interação com a estrutura institucional da Comunidade Sul-Americana de Nações. Nesse sentido, os Ministros decidiram dar início às discussões para a elaboração do Plano de Ação da Comunidade, o qual deverá ser analisado já na próxima reunião do Foro de Consulta e Concertação Política.

No dia 16, Ministros e representantes do MERCOSUL, Estados Associados e países convidados reuniram-se para considerar temas da agenda política, econômica e comercial da região e do mundo.

Na ocasião, as delegações foram unânimes em frisar a importância da reunião, no momento em que o MERCOSUL celebra o décimo aniversário do Protocolo de Ouro Preto, instrumento que definiu a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, dando-lhe a possibilidade de negociar acordos comerciais com outros países ou agrupamentos regionais. A presença de representantes de 35 países, de diferentes regiões, atesta o interesse que o MERCOSUL desperta em todo o mundo, como parceiro comercial e pólo de investimentos.

Assim, o representante da Índia congratulou-se pela conclusão das negociações de um Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e seu país. A representante do México garantiu que negociar com o MERCOSUL é um bom negócio,

sublinhando o interesse de seu país em firmar Acordo de Livre Comércio com o bloco. O Ministro de Indústria e Comércio do Suriname manifestou o interesse de que seu país venha a constituir uma ponte entre o MERCOSUL e seus associados e o Caribe. O Ministro da Indústria e Comércio da África do Sul destacou a importância do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, o primeiro firmado por aquela agremiação com terceiros mercados. O Ministro da Indústria e Comércio de Trinidad e Tobago expressou sua expectativa de que o MERCOSUL assumira papel relevante no desenvolvimento da cooperação regional, em especial no que se refere à construção de complementaridades e ao financiamento do desenvolvimento.

Em suas palavras de boas vindas, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, salientou que a presença de tantas delegações é a maior prova de que o MERCOSUL constitui, acima de tudo, projeto de integração marcado pelo compromisso com o regionalismo aberto. Os recentes acordos concluídos com a Índia e a SACU, a entrada de Colômbia, Equador e Venezuela, como Estados Associados ao MERCOSUL, bem como a evolução positiva dos entendimentos com a Comunidade Andina de Nações e o CARICOM são fatos que reforçam a convicção de que o Brasil e seus sócios do MERCOSUL devem prosseguir em sua busca de maior inserção no mercado global através da intensificação das relações comerciais com países em desenvolvimento.

Comunicado Conjunto MERCOSUL-CARICOM (Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2004)

Os Chanceleres do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Ministro do Comércio e Indústria de Trinidad e Tobago, Kenneth Valley, em representação da CARICOM, reuniram-se na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, por ocasião da XXVII Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum, com o objetivo de

continuar aprofundando o diálogo político e econômico entre os dois grupos.

Os Ministros se congratularam pelas iniciativas de aproximação já realizadas, em particular o envio pelo MERCOSUL de missão exploratória a Port-of-Spain, em novembro de 2004, durante a qual se examinou a possibilidade de se estabelecer um programa de trabalho entre os dois agrupamentos.

Tendo em vista o interesse em aprofundar os laços econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e a CARICOM, os Ministros propuseram o seguinte programa de trabalho (anexo a este comunicado) que prevê ações e reuniões, no primeiro semestre de 2005, orientadas a permitir o lançamento de um processo negociador de Acordo de Livre Comércio.

Programa de Trabalho MERCOSUL-CARICOM

Primeira Reunião

Data: fevereiro de 2005

Local: País da CARICOM

Agenda:

Intercâmbio de informações sobre os seguintes temas:

1. Estrutura tarifária;
2. Legislação sanitária e fitossanitária;
3. Normas e regulamentos técnicos;
4. Dados de comércio para o período de 2000-2004;
5. Acordos de livre comércio celebrados com terceiros países, esquemas de comércio preferencial e marco normativo aplicado ao comércio intra-regional; e
6. Identificação dos objetivos negociadores de lado a lado.

Segunda Reunião

Data: abril de 2005

Local: País do MERCOSUL

Agenda:

1. Avaliação conjunta sobre tipo de acordo a ser negociado;

2. Metodologia para a negociação de produtos;
3. Definição do alcance do tratamento especial e diferenciado;
4. Definição dos prazos para a negociação;
5. Informações sobre o processo de internalização de acordos internacionais;
6. Análise e discussão preliminar de projeto tentativo de acordo de livre comércio, incluindo novos temas como investimentos; e
7. Definição do cronograma para seguir o processo.

(versão em inglês)

**Joint Statement MERCOSUR – CARICOM
(Belo Horizonte, December 16th 2004)**

The Ministers of Foreign Affairs of MERCOSUR and the Minister of Trade and Industry of Trinidad and Tobago, Mr. Kenneth Valley, on behalf of CARICOM, gathered in the city of Belo Horizonte, on December 16th 2004, during the meeting of the XXVII Ordinary Summit of the MERCOSUR Council, aiming at continuing political and economic talks between the two groups .

The Ministers acknowledged the initiatives taken, especially the exploratory mission of MERCOSUR to Port of Spain in November 2004, when the establishment of a working group between the two blocs was discussed.

Considering the interest in enhancing the economic and commercial relations between MERCOSUR and CARICOM, the Ministers proposed the following work program (enclosed to this communication) comprising actions and meetings on the first semester of 2005, with a view to launch a negotiating process of a Free Trade Agreement.

MERCOSUR – CARICOM Working Program

First Meeting

Date: February 2005

Country: CARICOM Member State

Agenda:

Exchange of information on the following items:

1. Tariff structure;
2. Legislation on sanitary and phytosanitary measures;
3. Technical rules and regulations;
4. Trade data concerning the period 2000-2004
5. Free Trade and Preferential Trade Agreements with third Parties as well as rules applied to intra-regional trade ;
6. Identification of the objectives of each Party.

Second Meeting

Date: April 2005

Country : MERCOSUR Member State

Agenda:

1. Joint evaluation of the agreement to be negotiated;
2. Method of product negotiations;
3. Scope of special and differential treatment;
4. Definition of the negotiation schedule;
5. Information about the internalization process of international agreements;
6. Analysis and preliminary discussions on a draft free trade agreement, including the new issues such as investment; and
7. Definition of a follow-up schedule.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados - Declaração de Ouro Preto

Os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados, reunidos na cidade de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 2004, por ocasião da XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum, e ao celebrar-se o décimo aniversário da assinatura do Protocolo de Ouro Preto:

1. Congratulam-se pela admissão da

Colômbia, do Equador e da Venezuela como Estados Associados do MERCOSUL, que vem ampliar a dimensão política e as possibilidades de concertação e cooperação no âmbito da integração da América do Sul.

2. Manifestam o seu reconhecimento e satisfação pela participação dos convidados especiais.

3. Ratificam seu compromisso com as liberdades individuais, os princípios democráticos e os direitos humanos, valores fundamentais para a construção de sociedades justas e para a busca do desenvolvimento econômico e social.

4. Enfatizam a importância da proteção e da promoção dos direitos dos cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados. Comprometem-se com o fortalecimento das instituições democráticas e do estado de direito, que são elementos centrais da cláusula democrática do MERCOSUL.

5. Reafirmam a necessidade de que a ordem internacional seja baseada no direito internacional e no multilateralismo, que constituem os meios adequados de assegurar a paz e o desenvolvimento duradouros e se comprometem a estimular seu fortalecimento.

6. Reiteram o entendimento de que somente as Nações Unidas podem garantir ao mundo convergência em torno de objetivos comuns, a partir do exercício do diálogo, da solidariedade e da cooperação entre diferentes culturas e visões do mundo.

7. Recordam que, para cumprir seu papel, a ONU precisa de uma reforma ampla, integral e urgente, especialmente na Assembleia Geral, no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico e Social, que os tornem mais eficientes, democráticos, representativos e transparentes.

8. Frisam a importância de que o processo de globalização permita maior nível de inclusão social em todos os povos e afirmam a necessidade de que, com base nas Metas do Milênio e no Consenso de

Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento, se alcancem soluções inovadoras e um novo padrão de solidariedade internacional, para combater os flagelos da fome e da pobreza.

9. Expressam seu mais decidido apoio à iniciativa “Ação contra a Fome e a Pobreza”, apresentada em 20 de setembro último, em Nova York, que conta com o apoio de mais de 130 Chefes de Estado e de Governo e se comprometem com a sua continuidade.

10. Exortam os organismos financeiros internacionais a apoiar o estabelecimento de mecanismos flexíveis e inovadores para implementação de políticas que impulsionem o crescimento econômico sustentável, tendo em vista as demandas sociais insatisfeitas e o fortalecimento da governança democrática. Tais mecanismos deverão favorecer a disponibilidade de recursos públicos e privados para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento social.

11. Reiteram a relevância de que os países em desenvolvimento tenham maior participação na tomada de decisões em instituições financeiras internacionais, como forma de fortalecer o multilateralismo e permitir que os interesses de todos os países sejam devidamente considerados.

12. Reafirmam seu compromisso com um sistema multilateral equilibrado de comércio que, tomando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento, propicie oportunidades equitativas para todos os países. Neste sentido, acolhem com satisfação o compromisso alcançado de eliminar todos os subsídios à exportação agrícola, em data certa, que seja fixada em breve e permita alcançar este compromisso o mais rapidamente possível. Além disso, instam, em especial aos países desenvolvidos, a continuar com a eliminação de outras políticas protecionistas. Do mesmo modo, reafirmam energicamente seu compromisso com a conclusão exitosa das negociações da Rodada de Desenvolvimento da OMC (Doha).

13. Celebram a realização em Cusco, no dia

8 de dezembro, da III Reunião de Presidentes da América do Sul, oportunidade em que se decidiu a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações, fundamentada na intensificação do diálogo político e fortalecimento da democracia, na integração da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, e na convergência dos processos de integração econômica e comercial na região.

14. Destacam nesse sentido a importância fundamental da recente protocolização no âmbito da ALADI do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Colômbia, o Equador, a Venezuela e o celebrado com o Peru, Países Membros da Comunidade Andina, que deverão fomentar os fluxos comerciais que se geraram e se gerarão entre ambos os sistemas de integração.

15. Reconhecem uma vez mais a crescente dimensão política e social do processo de integração no âmbito do MERCOSUL e a importância de aprofundar a cooperação alcançada em áreas como direitos humanos, promoção dos direitos das mulheres, papel da juventude, desenvolvimento social, educação, cultura, justiça, segurança pública, migração, combate às drogas e ao terrorismo.

16. Decidem instituir uma Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos, que sessionará com a participação dos órgãos competentes dos Estados Partes e dos Estados Associados, inclusive as Chancelarias.

17. Reafirmam seu apoio à convocação pela Declaração de Ayacucho, assinada durante a Reunião de Presidentes da América do Sul, de uma Reunião sobre Segurança Cidadã e Temas Afins na América do Sul, a realizar-se na cidade de Fortaleza, em 2005.

18. Decidem que os Estados Partes e Estados Associados coordenarão suas posições para participar na IV Cúpula das Américas - Geração de Emprego para Enfrentar a Pobreza, Fortalecer a Governança Democrática - a realizar-se na cidade de Mar del Plata, em 2005.

19. Ratificam seu compromisso de lutar contra o terrorismo e seu financiamento, que constituem uma

das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. Reiteram que para combater o terrorismo é indispensável uma ativa participação e colaboração da Comunidade Internacional, bem como uma cooperação orgânica e permanente, juridicamente legítima, baseada no respeito ao Direito Internacional, ao Direito Internacional Humanitário, ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e nas liberdades individuais.

20. Destacam o papel fundamental que a luta contra a corrupção e a impunidade tem na consolidação e fortalecimento de nossas democracias.

21. Reiteram a importância e o avanço que significou para o Direito Internacional a entrada em vigor do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; destacam, do mesmo modo, em sua condição de Estados signatários do Estatuto de Roma, a firme vontade de seus respectivos Governos de preservar, no âmbito de suas competências, a observância e aplicação das normas do referido Estatuto, princípio sobre o qual basearão qualquer tipo de negociação futura.

22. Reiteram sua solidariedade ao povo haitiano e se comprometem a seguir contribuindo para a estabilização política, a reconciliação nacional, a construção de instituições democráticas e o desenvolvimento econômico e social do Haiti. Ao mesmo tempo, destacam a participação dos Estados Partes e Estados Associados na MINUSTAH e nos esforços de reconstrução do Haiti. Fazem um chamamento a toda a comunidade internacional para que se assegure com urgência o nível do contingente policial e militar aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e a efetivação das contribuições anunciadas pelos países doadores em favor do pronto atendimento das necessidades econômicas e sociais da população do Haiti. Expressam, do mesmo modo, seu apoio aos esforços conjuntos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos para a assistência eleitoral, no

âmbito do Memorando de Entendimento assinado em 3 de novembro de 2004 e da Resolução 1542 do Conselho de Segurança.

23. Manifestam sua satisfação com a celebração da X Conferência das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança Climática em Buenos Aires e com a recente ratificação do Protocolo de Kyoto pela Federação Russa, expressando a esperança de que a iminente entrada em vigor deste instrumento internacional modifique a tendência de crescimento de emissões de gases de efeito estufa.

24. Consideram que promover uma educação básica de boa qualidade para todos é uma tarefa urgente, que requer o compromisso efetivo do Estado e de todos os atores sociais. Para isso, é necessário impulsionar um verdadeiro pacto educacional em cada nação, que se traduza em planos de ação, com metas claras e recursos adequados.

25. Declaram estar conscientes da importância dos docentes nas estratégias destinadas a garantir uma educação de qualidade para todos e manifestam sua firme vontade de impulsionar políticas integrais que dignifiquem a tarefa dos educadores.

26. Apóiam firmemente os esforços da UNESCO em prol da elaboração de uma Convenção sobre a proteção da diversidade cultural que assegure o respeito pela singularidade dos bens e serviços culturais.

27. Apóiam o Itinerário Cultural Andino / Qhapaq Ñan, que envolve quatro países do bloco, por tratar-se de projeto de integração que supõe um alto impacto sobre o desenvolvimento regional, tendo a cultura como eixo articulador.

28. Expressam satisfação pela iniciativa do Governo da Bolívia de convidar os Países Membros do Tratado da Bacia do Prata a uma Reunião de Altas Autoridades dos principais organismos desse Tratado, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, durante o ano de 2005, com o propósito de examinar os programas e projetos da Bacia do Prata, inclusive o Plano Quinquenal do Tratado.

29. Manifestam sua satisfação pelo fato de que, ao cumprir-se o 174º aniversário da morte do

Libertador Simon Bolívar, se estejam dando passos importantes no auspicioso processo de integração da América do Sul, para cuja construção progressiva contribuíram decisivamente os heróis fundadores de cada uma de nossas nações, a quem rendem homenagem na figura de Tiradentes, protomártir da independência do Brasil. Expressam sua convicção de que essa integração permitirá avançar na realização do sonho de liberdade e justiça social para todos os povos da região.

(versão em espanhol)

Comunicado Conjunto de Los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur y de Estados Asociados Declaración de Ouro Preto

Los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y de los Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Ouro Preto, el 17 de diciembre de 2004, en ocasión de la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común, y al celebrar el décimo aniversario de la firma del Protocolo de Ouro Preto:

1. Se felicitan por la admisión de Colombia, Ecuador y Venezuela como Estados Asociados del MERCOSUR, lo que viene ampliar la dimensión política y las posibilidades de concertación y cooperación en el ámbito de la integración de la América del Sur.

2. Manifiestan su reconocimiento y satisfacción por la participación de los invitados especiales.

3. Ratifican su compromiso con las libertades individuales, los principios democráticos y los derechos humanos, valores fundamentales para la construcción de sociedades justas y para la búsqueda del desarrollo económico y social.

4. Enfatizan la importancia de la protección y de la promoción de los derechos de los ciudadanos de los Estados Partes del MERCOSUR y de los Estados Asociados. Se comprometen con el fortalecimiento de las instituciones democráticas y del Estado de Derecho, que son elementos centrales de la cláusula democrática del MERCOSUR.

5. Reafirman la necesidad de que el orden internacional esté basado en el derecho internacional y en el multilateralismo, que constituyen los medios idóneos para asegurar la paz y el desarrollo duraderos y se comprometen a impulsar su fortalecimiento.

6. Reiteran el entendimiento de que solamente las Naciones Unidas pueden garantizar al mundo la convergencia en torno a objetivos comunes, en base al ejercicio del diálogo, de la solidaridad y de la cooperación entre diferentes culturas y visiones del mundo.

7. Recuerdan que, para cumplir su papel, la ONU necesita de una reforma amplia, integral y urgente, especialmente en la Asamblea General, el Consejo de Seguridad y el Consejo Económico y Social, que los hagan más eficientes, democráticos, representativos y transparentes.

8. Enfatizan la importancia de que el proceso de globalización permita un mayor nivel de inclusión social en todos los pueblos y afirman la necesidad de que, en base a las Metas del Milenio y al Consenso de Monterrey sobre Financiación para el Desarrollo, se alcancen soluciones innovadoras y un nuevo padrón de solidaridad internacional para combatir los flagelos del hambre y la pobreza.

9. Expresan su más decidido apoyo a la iniciativa "Acción contra el Hambre y la Pobreza", presentada el 20 de septiembre último, en Nueva York, que cuenta con el apoyo de más de 130 Jefes de Estado y de Gobierno, y se comprometen con su proceso de seguimiento.

10. Exhortan a los organismos financieros internacionales a apoyar el establecimiento de mecanismos flexibles e innovadores para la implementación de políticas que impulsen el crecimiento económico sostenido, a atención de las demandas sociales insatisfechas y el fortalecimiento de la gobernabilidad democrática. Dichos mecanismos deberán favorecer la disponibilidad de recursos públicos y privados para las inversiones en infraestructura y desarrollo social.

11. Reiteran la relevancia de que los países

en desarrollo tengan mayor participación en la toma de decisiones en las instituciones financieras internacionales, como forma de fortalecer el multilateralismo y permitir que los intereses de todos los países sean debidamente considerados.

12. Reafirman su compromiso con un sistema multilateral equilibrado de comercio que, tomando en consideración los diferentes niveles de desarrollo, propicie oportunidades equitativas para todos los países. Por ello, reciben con satisfacción el compromiso alcanzado de eliminar todos los subsidios a la exportación agrícola, en una fecha cierta, la que debe ser fijada a la brevedad y permita alcanzar este compromiso lo antes posible. Asimismo, instan a continuar con la eliminación de otras políticas proteccionistas, en especial a los países desarrollados. Del mismo modo, reafirman enérgicamente su compromiso con la conclusión exitosa de las negociaciones de la Ronda de Desarrollo de Doha de la OMC.

13. Celebran la realización en Cuzco, el 8 de diciembre, de la III Cumbre de Presidentes de América del Sur, oportunidad en que se decidió la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones sustentada en la intensificación del diálogo político y el fortalecimiento de la democracia, en la integración de infraestructura de transportes, energía y comunicaciones, y en la convergencia de los procesos de integración económica y comercial en la región.

14. Destacan en este sentido la importancia fundamental de la reciente protocolización en el ámbito de la ALADI del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Colombia, Ecuador, Venezuela y el celebrado con Perú, Países Miembros de la Comunidad Andina, que deberán fomentar los flujos comerciales que se generaron y se generarán entre ambos sistemas de integración.

15. Reconocen una vez más la creciente dimensión política y social del proceso de integración en el ámbito del MERCOSUR y la importancia de profundizar la cooperación alcanzada en áreas como

derechos humanos, promoción de los derechos de las mujeres, el rol de la juventud, desarrollo social, educación, cultura, justicia, seguridad pública, migración, combate a las drogas y al terrorismo.

16. Deciden instituir una Reunión de Altas Autoridades en el área de los Derechos Humanos, que sesionará con la participación de los órganos competentes de los Estados Partes y los Estados Asociados, incluyendo las Cancillerías.

17. Reafirman su apoyo a la convocatoria por la Declaración de Ayacucho, firmada durante la Cumbre de Presidentes de la América del Sur, de una Reunión sobre Seguridad Ciudadana y Temas Afines en América del Sur, a realizarse en la ciudad de Fortaleza, en 2005.

18. Deciden que los Estados Partes y los Estados Asociados coordinarán sus posiciones con el objeto de participar en la IV Cumbre de las Américas – Generación de Empleo para Enfrentar la Pobreza y Fortalecer la Gobernabilidad Democrática, a realizarse en la ciudad de Mar del Plata, en 2005.

19. Ratifican su compromiso de luchar contra el terrorismo y su financiamiento, que constituyen una de las principales amenazas a la paz y seguridad internacionales. Reiteran que para combatir el terrorismo resulta indispensable una activa participación y colaboración de la Comunidad Internacional, así como una cooperación orgánica y permanente, jurídicamente legítima y basada en el respeto del Derecho Internacional, el Derecho Internacional Humanitario, el Derecho Internacional de los Derechos Humanos, los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas y las libertades individuales.

20. Destacan el papel fundamental que la lucha contra la corrupción y la impunidad tienen en la consolidación y el fortalecimiento de nuestras democracias.

21. Reiteran la importancia y el avance que ha significado para el Derecho Internacional la entrada en vigor del Estatuto de Roma de la Tribunal Penal Internacional; destacan, asimismo, en su

condición de Estados signatarios del Estatuto de Roma, la firme voluntad de sus respectivos Gobiernos de preservar, en el marco de sus competencias, la observación y aplicación de las normas de dicho Estatuto, principio sobre el cual basarán cualquier tipo de negociación futura.

22. Reiteran su solidaridad al pueblo haitiano y se comprometen a seguir contribuyendo para lograr la estabilización política, la reconciliación nacional, la construcción de instituciones democráticas y el desarrollo económico y social de Haití. Al mismo tiempo, destacan la participación de los Estados Partes y de los Estados Asociados en la MINUSTAH y en los esfuerzos de reconstrucción de Haití. Hacen un llamado a toda la comunidad internacional para que asegure con urgencia el nivel del contingente policial y militar aprobado por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y la materialización de las contribuciones anunciadas por los países donantes en favor de la pronta atención a las necesidades económicas y sociales de la población de Haití. Expresan, asimismo, su apoyo a los esfuerzos conjuntos de las Naciones Unidas y de la Organización de los Estados Americanos para la asistencia electoral, en el marco del Memorándum de Entendimiento suscripto el 3 de noviembre de 2004 y de la Resolución 1542 del Consejo de Seguridad.

23. Manifiestan su satisfacción por la celebración de la X Conferencia de las Partes del Convenio Marco sobre Cambio Climático en Buenos Aires y por la reciente ratificación del Protocolo de Kyoto por la Federación de Rusia, expresando la esperanza de que la próxima entrada en vigor de este instrumento internacional modifique la tendencia de crecimiento de emisiones de gases de efecto invernadero.

24. Consideran que promover una educación básica de buena calidad para todos es una tarea urgente que requiere el compromiso efectivo del Estado y de todos los actores sociales. Para ello, es necesario impulsar un verdadero pacto educativo en cada nación, que se traduzca en planes de acción, con metas claras y recursos adecuados.

25. Declaran estar concientes de la importancia de los docentes en las estrategias destinadas a garantizar una educación de calidad para todos y manifiestan su firme voluntad de impulsar políticas integrales que dignifiquen la tarea de los educadores.

26. Apoyan firmemente los esfuerzos de UNESCO en favor de la elaboración de una Convención sobre la protección de la diversidad cultural que asegure el respeto a la singularidad de los bienes y servicios culturales.

27. Apoyan el Itinerario Cultural Andino / Qhapaq Ñan, que involucra cuatro países del bloque, por tratarse de proyecto de integración que supone un alto impacto sobre el desarrollo regional, teniendo la cultura como eje articulador.

28. Expresan su complacencia por la iniciativa del Gobierno de Bolivia de invitar a los Países Miembros del Tratado de la Cuenca del Plata, a una reunión de Altas Autoridades de los principales organismos de ese Tratado, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, durante el año 2005, con el propósito de examinar los programas y proyectos de la Cuenca del Plata, incluyendo el Plan Quinquenal del Tratado.

29. Manifiestan su satisfacción porque, al cumplirse el 174 aniversario de la muerte de el Libertador Simón Bolívar, se estén dando pasos importantes en el auspicioso proceso de integración de América del Sur, a cuya construcción progresiva contribuyeron decisivamente los héroes fundadores de la independencia de cada una de nuestras naciones, a quienes rinden homenaje en la figura de Tiradentes, protomártir de la independencia del Brasil. Expresan su convicción de que esa integración permitirá seguir avanzando en la realización del sueño de libertad y justicia social para todos los pueblos de la región.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL

Realizou-se em Ouro Preto, no dia 17 de dezembro de 2004, a Reunião de Cúpula do

MERCOSUL, com a presença dos Presidentes da Argentina, Néstor Kirchner; do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos; e do Uruguai, Jorge Batlle Ibáñez;

1. Os Presidentes reiteraram os compromissos de seus países com a consolidação do MERCOSUL. Reafirmaram o papel central do bloco na busca do desenvolvimento sustentável de seus países e na inserção na economia global, ressaltando sua contribuição para o fortalecimento da democracia em seus países;

2. Saudaram a participação dos Presidentes da Bolívia, Carlos Mesa Gisbert; do Chile, Ricardo Lagos Escobar; do Peru, Alejandro Toledo Manrique; da Venezuela, Hugo Chávez Frias; e da Chanceler Carolina Barco, na qualidade de representante do Presidente da Colômbia, que demonstra o interesse e a vontade política do MERCOSUL e dos Estados Associados em aprofundar os laços de integração econômica, comercial e política;

3. Saudaram, igualmente, a presença do Vice-Presidente eleito do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa;

4. Expressaram igualmente sua satisfação pela presença do Presidente do Panamá, Martín Torrijos, e dos representantes dos Presidentes do México, Chanceler Luis Ernesto Derbez Bautista, e do Suriname, Ministro de Indústria e Comércio Michael Pierre Jong Tjien Fa, na qualidade de convidados especiais;

5. Ressaltaram ainda o comparecimento à XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum de representantes do Sistema de Integração Centro Americana (SICA), da Comunidade do Caribe (CARICOM), da União Aduaneira da África Austral (SACU), da Índia, do Egito e do Marrocos;

6. Saudaram os avanços até aqui alcançados na implementação do Programa de Trabalho 2004-2006 do MERCOSUL, que reflète o empenho dos Estados Partes para o aprofundamento da união aduaneira e para o contínuo fortalecimento do projeto de integração política, econômica, comercial, institucional, social, cultural e física do MERCOSUL;

7. Manifestaram seu apreço pela aprovação de importantes instrumentos de fortalecimento da união aduaneira. A esse respeito, expressaram satisfação com os esforços empreendidos pelos seus Governos para o aperfeiçoamento da circulação de mercadorias no MERCOSUL, que inclui a adoção de Decisão do Conselho do Mercado Comum que estabelece um programa para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, contemplando a redistribuição da renda aduaneira e a interconexão de sistemas de controle aduaneiro entre os Estados Partes;

8. Destacaram, também, a aprovação de normas sobre despacho aduaneiro de mercadorias, que regulamentam, de forma harmonizada, a introdução e o controle de mercadorias no território aduaneiro do MERCOSUL, e a simplificação de procedimentos aduaneiros intrazona, que facilitará os procedimentos de despacho aduaneiro para os operadores tradicionalmente atuantes no MERCOSUL;

9. Enfatizaram que a integração entre os Estados Partes deve fomentar o desenvolvimento equilibrado das suas economias, o aumento do investimento e a complementaridade dos processos produtivos com um enfoque regional, mediante atividades que gerem maior valor agregado e emprego, dotando, assim, nossos países de uma maior competitividade internacional e garantindo maior acesso a terceiros mercados;

10. Congratularam-se pela conclusão da V Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, que permitirá avanços na liberalização do comércio de serviços no MERCOSUL e pelo lançamento da VI Rodada Negociadora.

11. Nesse contexto, recordaram a importância de sempre fazer avançar o processo e a conveniência de se estudarem mecanismos paralelos às rodadas anuais de negociação, de modo a dar seguimento ao processo de eliminação de restrições e, também, de harmonização de marcos normativos mediante a identificação de novas áreas para este

exercício, como instrumento para uma efetiva integração dos mercados de prestação de serviços dos quatro países;

12. Ressaltaram, ainda, para a liberalização do comércio de serviços, a necessidade de ratificar o Protocolo de Montevidéu, o Visto MERCOSUL e o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário;

13. Congratularam-se pela assinatura do “Acordo para Facilitação de Atividades Empresariais no MERCOSUL”, que simplifica e harmoniza os trâmites jurídicos nos quatro Estados Partes, para o ingresso e permanência dos empresários, com vistas a fomentar as atividades empresariais na região;

14. Salientaram a importância do turismo como uma ferramenta do processo de integração e de fomento do desenvolvimento econômico. Ressaltaram a necessidade de implementação de ações visando ao incremento do turismo e à facilitação do fluxo de pessoas através das fronteiras entre os países do MERCOSUL;

15. Destacaram o grande potencial energético do MERCOSUL e ratificaram a necessidade de estruturar projetos e realizar atividades conjuntas de interconexão que permitam sua plena utilização. Em especial, e de acordo com o Programa de Trabalho do MERCOSUL, solicitaram que se avance na definição de uma matriz energética de demanda futura dos Estados Partes e das disponibilidades de oferta, estabelecendo programas de infra-estrutura física que potencializem a distribuição do referido recurso;

16. Da mesma forma, felicitaram-se pela conclusão das negociações do Regulamento do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, permitindo a efetiva implementação do Protocolo que harmoniza as regras para habilitação das empresas dos Estados Partes nas licitações públicas intrazona, constituindo-se no primeiro acordo de reconhecimento mútuo do MERCOSUL;

17. Registraram, com grande satisfação, a Decisão do Conselho do Mercado Comum que cria o Fundo para Convergência Estrutural do

MERCOSUL. Estão convencidos da importância desse passo para assegurar o financiamento de projetos que reduzam as assimetrias existentes na região, aumentem a competitividade das economias dos Estados Partes e reforcem sua coesão social, fortalecendo assim o processo de integração. Manifestaram seu firme propósito de tornar o Fundo operacional no prazo mais breve possível;

18. Reiteraram a necessidade de aprofundar os entendimentos em torno da coordenação macroeconômica no MERCOSUL, condição essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro aos negócios e ao comércio intrazona. A esse respeito, tomaram nota dos auspiciosos resultados da Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL, que se realizou no dia 16 de dezembro, e expressaram o desejo de que os trabalhos do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) avancem no sentido do aprofundamento da coordenação macroeconômica;

19. Saudaram, a esse respeito, a realização do segundo Seminário sobre “Harmonização Tributária” no MERCOSUL, em 14 de dezembro, em Belo Horizonte, que reuniu especialistas dos Estados Partes em um diálogo franco sobre os sistemas tributários de cada país;

20. Salientaram os bons resultados alcançados pela Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL na promoção dos bens e serviços da região em terceiros mercados. A propósito, saudaram a organização e a realização de missões comerciais conjuntas; a participação comum em feiras internacionais; a iniciativa de formação do primeiro consórcio de exportação do MERCOSUL (madeira e móveis); e a criação do Fórum Empresarial do MERCOSUL, cujo primeiro encontro foi realizado, com sucesso, na cidade de Belo Horizonte, nos dias 15 e 16 do corrente mês de dezembro. Nesse contexto, congratularam-se pelos preparativos para um grande encontro empresarial entre os países do MERCOSUL e do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), a realizar-se no Panamá, em

março de 2005;

21. Destacaram a importância do pleno funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, que contribuirá em grande medida para o fortalecimento do Sistema de Solução de Controvérsias e para a segurança jurídica nas relações entre os Estados Partes. Felicitaram o Governo do Paraguai pela instalação da sede do Tribunal em Assunção, cuja inauguração se deu no dia 13 de agosto de 2004;

22. Manifestaram sua satisfação pelos avanços realizados em cada país para aperfeiçoar o sistema de incorporação de normas do MERCOSUL aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes;

23. Felicitaram-se pela Decisão do Conselho do Mercado Comum relativa ao “Parlamento do MERCOSUL”, que deverá estar instalado em 2006. O Parlamento do MERCOSUL contribuirá decisivamente para o fortalecimento da estrutura institucional e para a maior representatividade democrática dos povos do MERCOSUL;

24. Congratularam-se pelo relevante papel desempenhado pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) como órgão de assessoria direta do Conselho, em prol do fortalecimento do processo de integração. Ressaltaram, a propósito, o importante trabalho desenvolvido pelo Presidente da Comissão, Dr. Eduardo Duhalde, no primeiro ano de seu mandato;

25. Assinalam a crescente dimensão política e social do MERCOSUL e a necessidade de levar os benefícios da integração de forma direta aos cidadãos dos Estados Partes, mediante a intensificação da coordenação e formulação de políticas comuns nas áreas de direitos humanos, promoção dos direitos das mulheres, desenvolvimento social, saúde, educação, cultura, justiça, segurança pública, migração e combate às drogas e ao terrorismo;

26. Reiteram seu compromisso com o fortalecimento do MERCOSUL Político e destacam nesse sentido o papel do Foro de Consulta e

Concertação Política (FCCP) como órgão de coordenação da agenda política do MERCOSUL, com a participação dos Estados Partes e Associados, no que respeita às questões internacionais de interesse comum. Expressaram sua satisfação com o intenso trabalho do Foro na consideração e aprovação de uma série de acordos entre os Estados Partes do MERCOSUL e entre estes e os Estados Associados;

27. Sublinharam que, para o fortalecimento da dimensão social do MERCOSUL, é de fundamental importância a atuação do Foro Consultivo Econômico e Social que, com sua composição plural, envolvendo entidades empresariais e laborais, tem contribuído para ampliar a base democrática das decisões tomadas no MERCOSUL. Salientaram a contribuição substantiva e o apoio político do Foro ao MERCOSUL, enquanto projeto de desenvolvimento e de inserção internacional de seus Estados Partes;

28. Reiteraram que a vigência do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL”, instrumento jurídico que estabelece regras facilitadas para a obtenção de residência permanente para os nacionais do MERCOSUL no território dos demais Estados Partes, se constituirá numa efetiva e importante contribuição no caminho da livre circulação e estabelecimento dos cidadãos do MERCOSUL;

29. Reafirmaram sua determinação de inserir o tratamento de medidas de combate ao desemprego e de geração de emprego de qualidade de forma prioritária na agenda de trabalho do MERCOSUL. Recordaram, nesse sentido, que, na Conferência Regional de Emprego do MERCOSUL, realizada em abril de 2004, em Buenos Aires, os Ministros do Trabalho dos Estados Partes concordaram com a elaboração de uma estratégia de crescimento do emprego no MERCOSUL;

30. Felicitaram-se, a esse respeito, pela aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum que cria um Grupo de Alto Nível para a Elaboração da Estratégia MERCOSUL de

Crescimento do Emprego, a ser integrado pelos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de geração de emprego, bem como pelas entidades que compõem o Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL;

31. Reafirmaram que os recursos hídricos do Aquífero Guarani integram o domínio territorial soberano da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e decidem convocar uma Conferência dos Estados Partes para concluir a negociação de um acordo sobre o Aquífero Guarani, com base no projeto elaborado pelo Grupo Ad hoc de Alto Nível, que se reuniu no segundo semestre de 2004;

32. Expressaram grande satisfação pelas decisões tomadas durante a III Reunião de Presidentes Sul Americanos, ocorrida em Cusco, Peru, ocasião em que se conformou a Comunidade Sul-Americana de Nações;

33. Felicitaram-se pelos resultados positivos da XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, realizada em Montevideu, em outubro passado, e os avanços alcançados no sentido da consolidação e aprofundamento de um Espaço de Livre Comércio, cujos objetivos visam a maior prosperidade, estabilidade e desenvolvimento regional;

34. Congratularam-se pela protocolização do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela, cuja entrada em vigor contribuirá para a criação de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, importante passo para conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Expressaram sua confiança na pronta protocolização do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Peru;

35. Expressaram sua enorme satisfação com a efetiva incorporação da Venezuela, do Equador e da Colômbia como novos Estados Associados ao MERCOSUL;

36. Saudaram os esforços em curso para o aprofundamento e ampliação dos compromissos de integração econômica e comercial no âmbito dos

acordos de livre comércio do MERCOSUL com a Bolívia e com o Chile e expressaram a determinação política de dar impulso a essas negociações;

37. Manifestaram seu contentamento pela adoção de um programa de trabalho conjunto entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro Americana (SICA), durante a XVIII Reunião do Grupo do Rio, que prevê reuniões no primeiro semestre de 2005, para o lançamento de negociações de um acordo de livre comércio;

38. Registraram, com agrado, o interesse de estreitamento dos vínculos políticos, econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade do Caribe (CARICOM) e manifestaram sua satisfação pela adoção de um programa de trabalho conjunto com vistas à negociação de uma área de livre comércio;

39. Expressaram satisfação pela conclusão das negociações do Acordo de Comércio Preferencial com a Índia na XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum, com o que se conclui a primeira etapa das tratativas com aquele país para a formação de uma área de livre comércio;

40. Congratularam-se, também, pela assinatura do Acordo de Comércio Preferencial com a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A propósito, reafirmaram o compromisso das partes de ampliar e aprofundar o acordo, com vistas a estabelecer uma área de livre comércio MERCOSUL-SACU;

41. Recordaram com satisfação a assinatura do Acordo-Quadro sobre Comércio entre o MERCOSUL e o Reino do Marrocos, no dia 26 de novembro, durante a visita do Rei Mohammed VI ao Brasil. Nesse sentido, reiteraram o compromisso de concluir um acordo de livre comércio com o Marrocos, tendo como primeira etapa a negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas com aquele país;

42. Assinalaram que o Acordo-Quadro com o Egito, firmado na XXVI Reunião do Conselho do

Mercado Comum, realizada em Puerto Iguazú, deve ter pronto seguimento com a negociação de acordo sobre preferências tarifárias;

43. Reafirmaram o compromisso do MERCOSUL com o processo negociador do Acordo de Associação Inter-regional com a União Européia e reiteraram o interesse em dar prosseguimento às negociações, no primeiro trimestre de 2005, em Reunião Ministerial. Reiteraram que para o MERCOSUL o objetivo principal na negociação é concluir um acordo que leve à ampliação efetiva do comércio com a União Européia;

44. Tomaram nota dos resultados positivos da reunião do diálogo MERCOSUL-EFTA, realizada em Genebra no dia 11 de novembro deste ano e confirmaram o interesse de promover novo encontro, em 2005;

45. Destacaram a retomada do diálogo institucional entre o MERCOSUL e a CER (Austrália e Nova Zelândia), com a realização da VI Reunião de Altos Funcionários dos dois blocos em novembro, em Brasília. Nessa linha, sublinharam a importância de enviar delegação de alto nível à Nova Zelândia para a próxima sessão do mecanismo;

46. Apoiaram os contatos mantidos com os países de menor desenvolvimento relativo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com vistas à conclusão de um Acordo-Quadro de Comércio, cujo projeto já foi aprovado pelos países do MERCOSUL. Apoiaram, também, a iniciativa de prestação de assessoria técnica e capacitação àqueles países, com pedidos de participação, inclusive, da UNCTAD e do secretariado da CPLP;

47. Expressaram sua satisfação pela realização plena de êxito da Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, realizada em Nova York, em setembro último, e saudaram os vários esforços internacionais em curso com vistas a

identificar soluções concretas para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento;

48. Tendo em vista a mudança de Governo que ocorrerá na República Oriental do Uruguai, os Presidentes saudaram o Presidente Jorge Batlle Ibáñez e apreciaram sua contribuição ao processo de integração regional durante seu mandato;

49. Reafirmaram, por fim, sua convicção de que, ao cabo desta segunda década de MERCOSUL, seus 220 milhões de cidadãos estarão vivendo e trabalhando num mercado comum próspero, estável e seguro;

50. Manifestaram seu agradecimento à cidade de Ouro Preto e ao Estado de Minas Gerais, suas autoridades e populações, pela generosa e simpática acolhida neste local histórico da integração.

(versão em espanhol)

Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur

Se realizó en Ouro Preto, el 17 de diciembre de 2004, la Cumbre de Presidentes del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner, de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, de Paraguay, Nicanor Duarte Frutos, y de Uruguay, Jorge Batlle Ibáñez;

1. Los Presidentes reiteraron los compromisos de sus países con la consolidación del MERCOSUR. Reafirmaron el papel central del bloque en la búsqueda del desarrollo sustentable de sus países y en la inserción de la economía global, resaltando su contribución para el fortalecimiento de la democracia en sus países;

2. Saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Carlos Mesa Gisbert, de Chile, Ricardo Lagos Escobar, de Perú, Alejandro Toledo Manrique, de Venezuela, Hugo Chávez Frías, y de la Canciller Carolina Barco, en calidad de representante del Presidente de Colombia, que demuestra el interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en

profundizar los lazos de integración económica, comercial y política;

3. Saludaron, igualmente, la presencia del Vice Presidente electo del Uruguay, Rodolfo Nin Novoa;

4. Expresaron igualmente su satisfacción por la presencia del Presidente de Panamá, Martín Torrijos, y de los representantes de los Presidentes de México, Canciller Luis Ernesto Derbez Bautista, y de Surinam, Ministro de Industria y Comercio, Michael Pierre Jong Tjien Fa, en calidad de invitados especiales;

5. Resaltaron asimismo la asistencia a la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común de los representantes del Sistema de Integración Centro Americana (SICA), de la Comunidad del Caribe (CARICOM), de la Unión Aduanera de África Austral (SACU), de la India, de Egipto y de Marruecos;

6. Saludaron los avances alcanzados en la implementación del “Programa de Trabajo 2004-2006” del MERCOSUR, que refleja el empeño de los Estados Partes para la profundización de la unión aduanera y para el continuo fortalecimiento del proyecto de integración política, económica, comercial, institucional, social, cultural y física del MERCOSUR;

7. Manifestaron su aprecio por la aprobación de importantes instrumentos para el fortalecimiento de la Unión Aduanera. Al respecto, expresaron su satisfacción por los esfuerzos emprendidos por sus Gobiernos para el perfeccionamiento de la circulación de mercaderías en el MERCOSUR, que incluye la adopción de la Decisión del Consejo del Mercado Común que establece un programa para la eliminación del doble cobro del Arancel Externo Común, contemplando la redistribución de la renta aduanera y la interconexión de los sistemas de control aduanero de los Estados Partes;

8. Destacaron, también, la aprobación de normas sobre despacho aduanero de mercaderías, que reglamentan, en forma armonizada, la introducción y el control de mercaderías en el

territorio aduanero del MERCOSUR, y la simplificación de procedimientos aduaneros intrazona, que facilitará los procedimientos de despacho aduanero para los operadores que tradicionalmente actúan en el MERCOSUR;

9. Enfatizaron que la integración entre los Estados Partes debe fomentar el desarrollo equilibrado de sus economías, el aumento de la inversión y la complementariedad de los procesos productivos, con un enfoque regional, mediante actividades que generen mayor valor agregado y empleo, dotando así a nuestros países de una mayor competitividad internacional y garantizando mayor acceso a terceros mercados;

10. Se congratularon por la conclusión de la V Ronda Negociadora de Compromisos Específicos en Materia de Servicios, que permitirá avances en la liberalización del comercio de servicios en el MERCOSUR y por el lanzamiento de la VI Ronda Negociadora;

11. En ese contexto, recordaron la importancia de un avance continuo en el proceso y la conveniencia de estudiar mecanismos paralelos a las rondas anuales de negociación, con el propósito de dar seguimiento al proceso de eliminación de restricciones y, también, de armonización de marcos normativos mediante la identificación de nuevas áreas para este ejercicio, como instrumento para una efectiva integración de los mercados de prestación de servicios de los cuatro países;

12. Resaltaron, asimismo, para la liberalización del comercio de servicios, la necesidad de ratificar el Protocolo de Montevideo, la Visa MERCOSUR y el Mecanismo para el Ejercicio Profesional Temporario;

13. Se congratularon por la firma del “Acuerdo para la Facilitación de Actividades Empresariales en el MERCOSUR”, que simplifica y armoniza los trámites jurídicos en los cuatro Estados Partes, para el ingreso y la permanencia de los empresarios, con vistas a fomentar las actividades empresariales en la región;

14. Subrayaron la importancia del turismo como una herramienta del proceso de integración y de fomento del desarrollo económico. Resaltaron la necesidad de implementar acciones con el objetivo de incrementar el turismo y la facilitación del flujo de personas a través de las fronteras entre los países del MERCOSUR;

15. Destacaron el gran potencial energético del MERCOSUR y ratificaron la necesidad de diseñar proyectos y realizar actividades conjuntas de interconexión que permitan su plena utilización. En particular, y tal como lo especifica el Programa de Trabajo del MERCOSUR, solicitaron que se avance en la definición de una matriz energética de demanda futura de los Estados Partes y de las disponibilidades de oferta, estableciendo los programas de infraestructura física que potencien la distribución de dicho recurso.

16. De la misma forma, se felicitaron por la conclusión de las negociaciones del Reglamento del Protocolo de Contrataciones Públicas del MERCOSUR, permitiendo así la efectiva implementación del Protocolo que armoniza las reglas para la habilitación de las empresas de los Estados Partes en las licitaciones públicas intrazona, constituyéndose en el primer acuerdo de reconocimiento mutuo del MERCOSUR;

17. Registraron, con gran satisfacción, la Decisión del Consejo del Mercado Común que crea el Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR. Expresaron su convencimiento sobre la importancia de ese paso para asegurar el financiamiento de los proyectos que reduzcan las asimetrías existentes en la región, aumenten la competitividad de las economías de los Estados Partes y refuercen su cohesión social, fortaleciendo así el proceso de integración. Manifestaron su firme propósito de hacer operativo el Fondo en el plazo más breve posible;

18. Reiteraron la necesidad de profundizar los entendimientos en torno de la coordinación macroeconómica en el MERCOSUR, condición

esencial para el establecimiento de un ambiente seguro para los negocios y el comercio intrazona. Al respecto, tomaron nota de los resultados auspiciosos de la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales del MERCOSUR, que se realizó el 16 de diciembre, y expresaron el deseo que los trabajos del Grupo de Monitoreo Macroeconómico (GMM) avancen en el sentido de la profundización de la coordinación macroeconómica;

19. Saludaron al respecto la realización del segundo Seminario sobre “Armonización Tributaria” en el MERCOSUR, el 14 de diciembre, en Belo Horizonte, que reunió a especialistas de los Estados Partes en un diálogo franco sobre los sistemas tributarios de cada país;

20. Resaltaron los buenos resultados alcanzados por la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR en la promoción de los bienes y servicios de la región en terceros mercados. Al respecto, saludaron la organización y la realización de misiones comerciales conjuntas, la participación común en ferias internacionales, la iniciativa de formación del primer consorcio de exportación del MERCOSUR (madera y muebles) y la creación del Foro Empresarial del MERCOSUR, cuyo primer encuentro se realizó, con éxito, en Belo Horizonte los días 15 y 16 del mes de diciembre. En ese contexto, se congratularon por los preparativos para un gran encuentro empresarial entre los países del MERCOSUR y del Sistema de Integración Centroamericana (SICA), a realizarse en Panamá en marzo de 2005;

21. Destacaron la importancia del pleno funcionamiento del Tribunal Permanente de Revisión del MERCOSUR, que contribuirá en gran medida al fortalecimiento del Sistema de Solución de Controversias y a la seguridad jurídica en las relaciones entre los Estados Partes. Felicitaron al Gobierno de Paraguay por la instalación de la sede del Tribunal en Asunción, cuya inauguración se llevó a cabo el 13 de agosto de 2004.

22. Manifestaron su satisfacción por los avances realizados en cada país para perfeccionar el sistema de incorporación de normas del MERCOSUR a los ordenamientos jurídicos de los Estados Partes.

23. Se felicitaron por la Decisión del Consejo del Mercado Común referida al “Parlamento del MERCOSUR” que deberá estar instalado en el 2006. El

Parlamento del MERCOSUR contribuirá decisivamente al fortalecimiento de la estructura institucional y a la mayor representatividad democrática de los pueblos del MERCOSUR;

24. Se congratularon por el relevante papel desempeñado por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR (CRPM) como órgano de asesoría directa del Consejo en pro del fortalecimiento del proceso de integración. Resaltaron al respecto, el importante trabajo desarrollado por el Presidente de la Comisión, Dr. Eduardo Duhalde, en el primer año de su mandato.

25. Destacaron la creciente dimensión política y social del MERCOSUR y la necesidad de llevar los beneficios de la integración en forma directa a los ciudadanos de los Estados Partes mediante la intensificación de la coordinación y formulación de políticas comunes en las áreas de derechos humanos, promoción de los derechos de la mujer, desarrollo social, salud, educación, cultura, justicia, seguridad pública, migraciones y lucha contra las drogas y el terrorismo.

26. Reiteraron su compromiso con el fortalecimiento del MERCOSUR Político y destacaron en ese sentido el papel del Foro de Consulta y Concertación Política (FCCP) como órgano de coordinación de la agenda política del MERCOSUR, con la participación de los Estados Partes y Asociados, en lo que respecta a las cuestiones internacionales de interés común. Expresaron su satisfacción con el intenso trabajo del Foro en la consideración y aprobación de una serie de acuerdos entre los Estados Partes del

MERCOSUR y entre éstos y los Estados Asociados.

27. Subrayaron que, para el fortalecimiento de la dimensión social del MERCOSUR, es de fundamental importancia la actuación del Foro Consultivo Económico y Social que, con su composición plural, abarcando entidades empresariales y laborales, han contribuido para ampliar la base democrática de las decisiones adoptadas en el MERCOSUR. Destacaron la contribución sustantiva y el apoyo político del Foro al MERCOSUR, como proyecto de desarrollo y de inserción internacional de sus Estados Partes.

28. Reiteraron que la vigencia del “Acuerdo sobre Residencia para Nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR”, instrumento jurídico que establece reglas de facilitación para la obtención de residencia permanente para los nacionales del MERCOSUR en el territorio de los demás Estados Partes, se constituirá en una efectiva e importante contribución en el camino a la libre circulación y la radicación de los ciudadanos del MERCOSUR;

29. Reafirmaron su determinación de incorporar el tratamiento de medidas de combate al desempleo y de generación de empleo de calidad en forma prioritaria en la agenda de trabajo del MERCOSUR. Recordaron en ese sentido que en la Conferencia Regional de Empleo del MERCOSUR, realizada en abril de 2004 en Buenos Aires, los Ministros de Trabajo de los Estados Partes concordaron en la elaboración de una estrategia de crecimiento del empleo en el MERCOSUR.

30. Se felicitaron, al respecto, por la aprobación de la Decisión del Consejo del Mercado Común que crea un Grupo de Alto Nivel para la Elaboración de la Estrategia MERCOSUR del Crecimiento del Empleo, a ser integrado por los órganos gubernamentales responsables por las políticas de generación de empleo, así como por las entidades que componen el Foro Consultivo Económico y Social del MERCOSUR.

31. Reafirmaron que los recursos hídricos del Acuífero Guaraní integran el dominio territorial

soberano de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y decidieron convocar a una Conferencia de los Estados Partes para concluir la negociación de un acuerdo sobre el Acuífero Guaraní, con base en el proyecto elaborado por el Grupo Ad Hoc de Alto Nivel, que se reunió en el segundo semestre de 2004.

32. Expresaron su gran satisfacción por las decisiones adoptadas durante la III Reunión del Consejo de Presidentes Sudamericanos, llevada a cabo en Cuzco, Perú, ocasión en la que se conformó la Comunidad Sudamericana de Naciones;

33. Se felicitaron por los resultados positivos de la XIII Reunión del Consejo de Ministros de la ALADI, realizada en Montevideo en octubre pasado, y los avances alcanzados en el sentido de la consolidación y la profundización de un Área de Libre Comercio, cuyos objetivos son la mayor prosperidad, estabilidad y desarrollo regional;

34. Se congratularon por la protocolización del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Colombia, Ecuador y Venezuela, cuya entrada en vigencia contribuirá a la creación de un área de libre comercio entre el MERCOSUR y la Comunidad Andina, importante paso para la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones. Expresaron su confianza en la pronta protocolización del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y el Perú;

35. Expresaron su enorme satisfacción por la efectiva incorporación de Venezuela, Ecuador y Colombia como nuevos Estados Asociados al MERCOSUR;

36. Saludaron los esfuerzos en curso para la profundización y ampliación de los compromisos de integración económica y comercial en el ámbito de los acuerdos de libre comercio del MERCOSUR con Bolivia y con Chile, y expresaron la determinación política de dar impulso a esas negociaciones;

37. Manifestaron su satisfacción por la adopción de un programa de trabajo conjunto entre MERCOSUR y el Sistema de Integración Centroamericana (SICA) durante la XVIII Reunión

del Grupo de Río, que prevé reuniones en el primer semestre del 2005, para el lanzamiento de las negociaciones de un acuerdo de libre comercio;

38. Registraron con beneplácito el interés de estrechar los vínculos políticos, económicos y comerciales entre el MERCOSUR y la Comunidad del Caribe (CARICOM) y expresaron su satisfacción por la adopción de un programa de trabajo conjunto con vistas a la negociación de un área de libre comercio.

39. Expresaron satisfacción por la conclusión de las negociaciones del Acuerdo de Comercio Preferencial con la India en la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común, con lo que se concluyó la primera etapa de las tratativas con dicho país para la formación de un área de libre comercio;

40. Se congratularon, también, por la firma del Acuerdo de Comercio Preferencial con la Unión Aduanera del África Austral (SACU) integrada por Sudáfrica, Botswana, Lesotho, Namibia y Swazilandia. Al respecto, reafirmaron el compromiso de las partes de ampliar y profundizar el acuerdo con el objetivo de establecer un área de libre comercio MERCOSUR- SACU.

41. Recordaron con satisfacción la firma del Acuerdo Marco sobre Comercio entre el MERCOSUR y el Reino de Marruecos, el día 26 de noviembre pasado, durante la visita del Rey Mohammed VI al Brasil. En ese sentido, reiteraron el compromiso de concluir un Acuerdo de Libre Comercio con Marruecos, teniendo como primera etapa la negociación de un acuerdo de preferencias arancelarias fijas con ese país.

42. Destacaron que el Acuerdo-Marco con Egipto, firmado en la XXVI Reunión del Consejo del Mercado Común, realizada en Puerto Iguazú, debe tener un rápido seguimiento mediante la negociación de un acuerdo de preferencias arancelarias;

43. Reafirmaron el compromiso del MERCOSUR con el proceso negociador del Acuerdo de Asociación Interregional con la Unión Europea y reiteraron el interés en continuar con las negociaciones en el primer trimestre de 2005, en una Reunión

Ministerial. Reiteraron que para el MERCOSUR el objetivo principal en la negociación es concluir un acuerdo que conduzca a la ampliación efectiva del comercio con la Unión Europea;

44. Tomaron nota de los resultados positivos de la reunión del Diálogo MERCOSUR-EFTA, realizada en Ginebra el 11 de noviembre de este año, y confirmaron su interés de promover un nuevo encuentro en 2005;

45. Destacaron el reinicio del diálogo institucional entre el MERCOSUR y el CER (Australia y Nueva Zelandia), con la realización de la VI Reunión de Altos Funcionarios de los dos bloques en noviembre pasado, en Brasilia. En ese sentido, subrayaron la importancia de enviar una delegación de alto nivel a Nueva Zelandia para la próxima sesión del mecanismo;

46. Apoyaron los contactos mantenidos con los países de menor desarrollo relativo de la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), a saber: Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Santo Tomé y Príncipe y Timor Oriental, con vistas a la conclusión de un Acuerdo Marco de Comercio, cuyo proyecto fue aprobado por los países del MERCOSUR. Apoyaron también la iniciativa de prestar asesoría técnica y capacitación a aquéllos países, con pedidos de participación, inclusive, a la UNCTAD y a la Secretaría de la CPLP.

47. Expresaron su satisfacción por la realización con éxito de la Reunión de Líderes Mundiales contra el Hambre y la Pobreza, realizada en Nueva York en septiembre último, y saludaron los esfuerzos internacionales en curso con vistas a identificar soluciones concretas para combatir el hambre, superar la pobreza y aumentar el volumen de recursos destinados al financiamiento del desarrollo.

48. Teniendo en cuenta el cambio de Gobierno que ocurrirá en la República Oriental del Uruguay, los Presidentes saludaron al Presidente Jorge Batlle Ibáñez, y apreciaron su contribución al proceso de integración regional durante su mandato,

49. Reafirmaron, finalmente, su convicción de que, al cabo de esta segunda década del MERCOSUR, sus doscientos veinte millones de ciudadanos estarán viviendo y trabajando en un mercado común próspero, estable y seguro.

50. Manifestaron su agradecimiento a la Ciudad de Ouro Preto y al Estado de Minas Gerais, sus autoridades y población, por la generosa y simpática acogida en este lugar histórico de la integración.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (20 de dezembro de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita ao Haiti no dia 20 de dezembro corrente. O Chanceler manterá encontros com o Presidente Boniface Alexandre, o Primeiro-Ministro Gérard Latortue e outras autoridades haitianas. Visitará também os militares brasileiros e estrangeiros que integram a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Durante a permanência do Ministro Celso Amorim em Porto Príncipe, estão previstas a celebração de acordo com o Banco Mundial, para o co-financiamento de projeto na área da merenda escolar no Haiti, e a assinatura de dois atos bilaterais, para a implementação de projetos de cooperação técnica Brasil-Haiti, destinados à produção e beneficiamento de mandioca e caju.

O projeto com o Banco Mundial visa a apoiar o Programa Nacional de Merenda Escolar do Governo haitiano para estudantes de primeiro grau, mediante a distribuição diária de refeições balanceadas, ricas em micronutrientes (iodo, ferro, vitamina A), para 35.000 crianças de escolas localizadas em áreas pobres. O Banco Mundial contribuirá com US\$ 789.540 para a execução do projeto durante o ano de 2005. A participação do Brasil, com o montante de US\$ 300.000, dará maior abrangência à iniciativa, além de prever eventual colaboração da Brigada Brasileira no Haiti para a

distribuição da merenda escolar.

Os dois projetos bilaterais, totalmente financiados pelo Brasil, serão implementados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Itamaraty, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O primeiro, de desenvolvimento da cultura da mandioca, terá início em janeiro de 2005. Com custo estimado de US\$ 119.400 e duração prevista de dez meses, o projeto terá como objetivo melhorar o desempenho da mandiocultura haitiana, por meio do aperfeiçoamento das práticas de cultivo, introdução de novas variedades, capacitação de agricultores e implantação de técnicas de processamento mais eficientes.

O segundo projeto prevê a transferência de tecnologias de produção e beneficiamento, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cultura do caju no Haiti, como meio de melhorar a renda de pequenos agricultores, aumentar o nível de emprego no setor, racionalizar a produção e contribuir para a proteção do meio ambiente. Esse projeto, que também deverá começar em janeiro de 2005, terá duração prevista de dois anos e três meses e custo estimado de US\$ 121.680.

Ademais, com o objetivo de intensificar a participação da Brigada Brasileira no Haiti em atividades de caráter humanitário, o Governo brasileiro distribuirá 15.000 conjuntos de material escolar a alunos da rede pública da periferia de Porto Príncipe. O Chanceler Celso Amorim fará a entrega dos primeiros 200 conjuntos – compostos por bolsa, caneta, lápis, borracha, apontador, estojo e cadernos – a estudantes da Escola Duque de Caxias, recentemente reformada com o auxílio da Brigada Brasileira. As bolsas e os cadernos trarão os mapas e as bandeiras dos dois países, juntamente com a logomarca e a divisa da Brigada – “Unidos pela Paz”.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Suriname

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, fará visita oficial ao

Suriname em 21 de dezembro corrente. O Ministro Amorim manterá reunião de trabalho com a Chanceler do Suriname, Maria Levens, e deverá ser recebido pelo Presidente da República, Runald Ronald Venetiaan, e pelo Presidente da Assembléia Nacional, Ramdien Sardjoe.

A visita oferecerá oportunidade para fortalecer a cooperação bilateral e reafirmar o interesse brasileiro em estreitar laços com o país vizinho, com o qual compartilhamos extensa fronteira na região amazônica. Servirá, também, para preparar a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Suriname, prevista para fevereiro de 2005, por ocasião da XVI Reunião de Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Paramaribo. O Brasil espera que o Suriname possa participar crescentemente dos esforços voltados para a integração da América do Sul.

Durante a visita do Ministro Celso Amorim, serão assinados dois instrumentos bilaterais: Tratado sobre Extradicação e Acordo de Regularização Migratória. O primeiro permitirá maior cooperação no combate ao crime. O segundo proporcionará a regularização da situação migratória dos brasileiros que hoje vivem e trabalham no Suriname. O Acordo sobre Regularização Migratória será o primeiro do gênero a entrar em vigor entre o Brasil e um país da América do Sul fora do âmbito do MERCOSUL.

Mensagens enviadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião dos resultados da eleição em Moçambique (20 de dezembro de 2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em 23 de dezembro corrente, as seguintes mensagens ao Presidente eleito de Moçambique, Armando Guebuza, e ao Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, por ocasião da divulgação dos resultados das eleições nacionais moçambicanas:

“A Sua Excelência o Senhor
Armando Guebuza
Presidente eleito da República de

Moçambique

Acompanhei, nas últimas semanas, as eleições nacionais em Moçambique, que resultaram na expressiva vitória de Vossa Excelência, indicativa da confiança depositada pelo povo moçambicano em sua liderança.

Nesse contexto, é com grande satisfação que cumprimento Vossa Excelência pela eleição e faço votos de sucesso para seu governo. Estendo os cumprimentos também, em nome do Governo e do povo brasileiros, à sociedade moçambicana, que, guiada pelo Presidente Joaquim Chissano e, agora, por Vossa Excelência, tem dado clara demonstração de saber manter-se no caminho da paz e do desenvolvimento.

Estou certo de que os próximos anos nos permitirão dar continuidade ao esforço, intensificado a partir de 2003, de estabelecer em novas bases as relações entre nossos países, dando-lhes maior impulso e promovendo a aproximação em áreas antes não exploradas.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

“A Sua Excelência o Senhor
Joaquim Alberto Chissano
Presidente da República de Moçambique

Acompanhei, nas últimas semanas, as eleições nacionais em Moçambique, que resultaram na vitória da FRELIMO, nos pleitos presidencial e parlamentar.

Nesse contexto, é com grande satisfação que cumprimento o Estado moçambicano, na pessoa de Vossa Excelência, pela condução do processo eleitoral. Estendo os cumprimentos também, em nome do Governo e do povo brasileiros, à sociedade moçambicana, que, guiada por Vossa Excelência, soube, a partir de 1992, estabelecer e consolidar a paz e enveredar pelo caminho do desenvolvimento.

Recordo as visitas que trocamos,

respectivamente, em 2003 e 2004, como marcos nas relações entre nossos países. Esteja certo Vossa Excelência de que Moçambique tem no Brasil um irmão, que dará continuidade, nos próximos anos, ao esforço de estabelecer em novas bases nossas relações, dando-lhes maior impulso e promovendo a aproximação em áreas antes não exploradas.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

Maremoto no sul da Ásia

O Governo brasileiro se solidariza com os familiares das vítimas da tragédia que se abateu no dia de ontem sobre o sudeste asiático e o subcontinente indiano, atingindo também a costa leste da África.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagens aos Chefes de Estado e de Governo dos países atingidos pela catástrofe.

O Governo brasileiro está examinando a possibilidade de estender assistência para ajudar a mitigar os efeitos desse trágico evento.

Conselheira Lys Amayo de Benedek D’Avola

No decorrer da madrugada de hoje, 28 de dezembro, o Embaixador do Brasil na Tailândia informou terem sido encontrados os corpos da Conselheira Lys Amayo de Benedek e de seu filho menor Gianluca, resgatados na ilha de Phi Phi, naquele país.

O Embaixador solicitou fosse enviada à Embaixada do Brasil em Bangcoc a ficha datiloscópica da Diplomata, o que já foi feito, para a pronta liberação dos corpos.

Durante os mais de vinte anos em que serviu ao Ministério das Relações Exteriores, a Conselheira Lys Amayo de Benedek D’Avola se distinguiu por sua integridade, seriedade e competência, além da afabilidade, que lhe permitiu granjear largo círculo de amizades entre os seus colegas brasileiros e estrangeiros.

O Ministério das Relações Exteriores lamenta profundamente as perdas da funcionária e de seu filho e se associa à dor dos familiares e amigos da Conselheira Lys Amayo de Benedek D’Avola.

Mensagem de solidariedade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Néstor Kirchner

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, do incêndio ocorrido em clube noturno na cidade de Buenos Aires, na noite de ontem (30/12), que resultou na trágica perda de dezenas de vidas e em ferimentos em número ainda maior. Segundo as informações obtidas pelo Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires até o momento, não há brasileiros atingidos.

O Presidente da República transmitiu a seguinte mensagem de solidariedade e condolências ao Presidente Néstor Kirchner:

“Excelentíssimo Senhor Néstor Kirchner,
Presidente da República Argentina

Em nome de todos os brasileiros e de meu Governo, transmito a Vossa Excelência, com profundo pesar, as mais sentidas condolências pelo trágico incêndio, com tantas perdas humanas, que enlutou a Nação argentina na noite de ontem, 30 de dezembro. Ao manifestar nossa solidariedade com as famílias que perderam entes queridos e com as centenas de feridos, ofereço a Vossa Excelência toda a assistência que o Brasil puder prestar para colaborar no atendimento dos atingidos.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro das Relações Exteriores enviou mensagem no mesmo sentido ao seu homólogo argentino.

O Embaixador do Brasil em Buenos Aires já está em contato com as autoridades argentinas com vistas às medidas específicas de assistência que se façam necessárias.

“Além da crise do MERCOSUL”

Professor Marcos Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República (O Globo, 14 de julho de 2004)

A reunião de Chefes de Estado latino-americanos em Foz do Iguaçu, semana passada, quando o Brasil assumiu a presidência do MERCOSUL, marcou uma inflexão nessa aliança regional. Registrou avanços evidentes nos acordos com a Comunidade Andina de Nações, aprovou o ingresso da Venezuela como membro associado e autorizou negociações para que o México venha a se incorporar nessa mesma condição.

Tanto no balanço de Néstor Kirchner, que deixava a presidência pro-tempore, como na fala de Lula, que passou a exercê-la, assim como nos discursos de todos os presidentes, dominaram os grandes temas da aliança regional. O MERCOSUL tem de cumprir sua agenda: aperfeiçoar a zona de livre-comércio e constituir plenamente a união aduaneira. Mas tem também de avançar na integração das economias de seus membros, através de políticas agrícolas, industriais e sociais comuns. Deve reforçar suas instituições político-administrativas e os instrumentos de solução de controvérsias, que serão formalmente lançados em poucos dias em Assunção. Tem de revisar instrumentos financeiros, como o Fonplata, para enfrentar os desafios de constituir, junto com o resto da América do Sul, uma grande infra-estrutura física, capaz de eliminar gargalos de nosso desenvolvimento.

As conversações mantidas à margem da reunião de Iguaçu pelos Ministros Palocci e Lavagna, além de tratarem de contenciosos comerciais, apontaram também para a retomada da ambiciosa

agenda que Lula, Duhalde e, mais tarde, Kirchner haviam anteriormente construído: a coordenação macroeconômica da região, na qual se inscrevem objetivos mais distantes como os de possuir uma moeda única.

A emergência de atritos comerciais entre Brasil e Argentina antes, durante e depois da reunião, envolvendo a linha branca, televisores e, eventualmente, a indústria automotriz, suscitou ruído, quando não emoção. Não faltaram os que anunciaram — alguns celebraram! — a “morte do MERCOSUL”.

Calma, senhores. A crise evidentemente reflete problemas objetivos. O primeiro deles, como apontou o Ministro Celso Amorim, é a retomada do crescimento no Brasil e na Argentina. O segundo são as dificuldades concretas por que passam os produtores agrícolas e industriais nos dois países, conseqüência dos terremotos econômicos que se abateram aqui e lá nos últimos anos. Os efeitos do *laissez-faire* que as “mentes brilhantes” impuseram nos dois países — na Argentina há bem mais tempo — se fazem sentir até hoje.

As soluções são mais crescimento e políticas ativas que permitam não só corrigir atrasos e distorções, mas que possam fazê-lo conjuntamente.

É compreensível que interesses particulares de setores produtivos ganhem espaço nos dois países. É fundamental, no entanto, que seja preservada a aliança estratégica entre Brasil e Argentina.

Movidos por indisfarçável viés ideológico, trêfegos analistas propõem abandonar o MERCOSUL e empreender uma fuga para a frente. A panacéia tem nome — Área de Livre Comércio para as Américas, a ALCA.

O Brasil esteve e está ativo na negociação sobre a ALCA. Compartilha com os Estados Unidos sua copresidência. Os impasses na negociação não advêm de nossas posições, ou de qualquer “terceiro-mundismo” do Itamaraty. Decorrem apenas de nossa disposição de defender o interesse nacional (e regional): o de nossos produtores agrícolas e industriais, os empregos de nossos trabalhadores, nossa capacidade de formular políticas ativas de desenvolvimento, em suma esse “arcaísmo” chamado soberania.

A “ALCA possível” que o MERCOSUL definiu em Miami garante níveis de integração continental, sem comprometer nossa capacidade de integração regional. Essa última dará mais peso, densidade e equilíbrio em nossas relações com os Estados Unidos e com a Europa.

Quando o Presidente Lula aponta para a necessidade de construir uma nova geografia econômica e comercial, ele não está expressando apenas uma crença. Seu propósito decorre de uma análise objetiva da evolução do comércio mundial que, como apontou a UNCTAD, cresce mais fortemente nas relações Sul-Sul do que nas Norte-Sul. Decorre principalmente de uma avaliação sobre a necessidade de construir novas alianças para mudar o equilíbrio de forças hoje existentes no mundo que condicionam profundas assimetrias nas relações econômicas e políticas.

O Brasil quer expandir seu intercâmbio com Estados Unidos, Europa e Japão, mas quer equilibrar essas relações.

Isso não é difícil de entender, salvo para aqueles que, por razões ideológicas, presos a velhos dogmas econômicos do século XIX, pregam e praticam o servilismo e a genuflexão diante dos poderosos.

“The new dynamic in world trade is multipolar”
Embaixador Celso Amorim. Ministro das Relações Exteriores (Financial Times, 4 de agosto de 2004)

The elimination of billions of dollars in farm subsidies and the entry of agriculture into the

mainstream of the multilateral trading system constituted the centrepiece of the Doha round of trade negotiations. Last weekend, members of the World Trade Organisation took a decisive step forward with their breakthrough agreement to slash trade-distorting farm subsidies. The agreement, reached after intense negotiations in Geneva, reflects the growing perception that rich nations’ agricultural subsidies are deeply harmful. Their deleterious effects on consumers, rural workers and exporters from the developing world are now widely acknowledged - even in developed countries. The agreement last weekend offers the precision required at this stage, while providing a solid basis for a true “development round” as decided by the Doha ministerial conference in 2001. It also highlights the emergence of a new dynamic within the WTO.

The central lesson of the recent talks stems from the negotiating process itself. This breakthrough would not have been possible without a certain degree of multipolarity now taking root in the WTO. This new multipolarity is important because without it the notion of a “multilateral” trade system, represented by the WTO, would be a fiction.

Attempts were made at the unsuccessful ministerial trade meeting in Cancun last year to convince the WTO membership in general - and developing countries in particular - that a pre-cooked deal between the two leading trading partners would be the only possible basis for agreement. But the politics of trade were undergoing a transformation. The Doha mandate had provided developing countries with a platform for associating trade liberalisation with social justice. The banner of free and fair trade was now being waved by the poor. Reform-minded sectors in the developed world rallied behind this ambitious agenda. As one leading US newspaper noted, subsidies had for some time been considered immoral; the time had come to also make them illegal.

The appearance of the Group of 20 developing countries - representing 22 per cent of world agricultural production and 70 per cent of rural

workers - made a big difference. At first unfairly depicted as a spoiler, the G-20 gradually established itself as an indispensable player in the search for a balanced solution to the agricultural conundrum. As broadly recognised, the framework agreed last weekend would not have seen daylight without the active participation of the G-20. By setting out concrete proposals in Geneva, the G-20 helped introduce the very balance and credibility that had been lacking in the decision-making process.

With the framework agreed, the Doha round seems to be on track to become a real “development agenda”. Obviously, developing nations did not get everything they asked for in Geneva. But the overall direction is clear: This is the beginning of the end to export subsidies; the stage is set for a substantial reduction in all types of trade-distorting domestic support; market access negotiations will open up new opportunities for trade, without prejudice to the needs of developing countries. Recent dispute-settlement cases will fuel the general trend toward more equitable disciplines for world trade in agriculture.

Some observers say that even before the guidelines established are translated into actual measures, the convergence achieved will produce positive spinoffs for economic development and growth. Competitive agricultural exporters from the south, including members of the Mercosur group, can legitimately expect an acceleration of reforms in the north (developing countries being the south, industrialised being the north). More equitable trading conditions may emerge even as negotiations proceed. According to some initial estimates, a successful conclusion to the Doha negotiations could lift more than 500m people out of poverty and add Dollars 200bn annually to developing country economies.

But we should not underestimate the challenges posed by other items, such as non-agricultural products, trade facilitation, special trade treatment for developing countries and implementation-related issues. These are areas of crucial importance for developing countries, in which

we should apply the lessons learned in the agriculture negotiations. Perhaps we will need new “G20s” for dealing more effectively with these issues. The approach followed with respect to agriculture has helped rescue the WTO from paralysis. I am convinced this is the only way to translate into reality the promise of the Doha development agenda and to forge a new WTO.

“La nueva dinámica del comercio”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (El Comercio, Ecuador, 23 de agosto de 2004)

La eliminación de miles de millones de dólares en subsidios agrícolas y la plena incorporación de la agricultura al sistema multilateral de comercio constituyen el tema central de la Ronda Doha de negociaciones comerciales.

El 1 de agosto, los países miembros de la Organización Mundial del Comercio (OMC) dieron un decisivo paso para recortar los subsidios agrícolas que distorcionan el comercio.

Este acontecimiento no habría sido posible sin cierto grado de multipolaridad que se viene enraizando en la OMC. La nueva multipolaridad es importante porque, sin ella, la noción de un sistema “multilateral” de comercio sería una ficción. El acuerdo, alcanzado después de intensas negociaciones en Ginebra, refleja la percepción creciente de que los subsidios agrícolas de las naciones más ricas son profundamente dañinos. Sus efectos nocivos a los consumidores, los trabajadores rurales y los exportadores del mundo en desarrollo son ahora ampliamente reconocidos, incluso en los países desarrollados.

Con el acuerdo-marco, la Ronda de Doha parece apuntar a una genuina “agenda para el desarrollo”. Obviamente, los países en desarrollo no lograron todo lo que habían reivindicado en Ginebra. Pero el sentido general ya está claro: éste es el comienzo del fin para los subsidios a la exportación; el escenario está montado para una reducción

sustantiva de todos los tipos de apoyo interno que distorsionan el comercio; las negociaciones de acceso a mercados abrirán nuevas oportunidades comerciales, sin perjuicio a las necesidades de los países en desarrollo.

Los recientes casos de solución de controversias alimentarán la tendencia general hacia disciplinas más equitativas para el comercio mundial en el sector agrícola.

Algunos observadores dicen que, aun antes de que los lineamientos acordados se traduzcan en medidas concretas, la convergencia producirá resultados positivos para el crecimiento y el desarrollo económico. Los exportadores agrícolas competitivos del sur, incluso los estados miembros del Mercosur, poseen razones legítimas para esperar una aceleración de las reformas en el norte (entendiéndose los países en desarrollo como el Sur y los industrializados como el Norte). Pueden surgir condiciones comerciales equitativas incluso durante la continuación de las negociaciones. Pero no debemos subestimar los desafíos que se presentan en otros temas, como los productos no agrícolas, la facilitación de comercio, el tratamiento especial y diferenciados a los países más pobres.

“Mitos e desafios na política externa”

***Embaixador José Maurício Bustani –
Embaixador do Brasil em Londres (Folha de S.
Paulo, 9 de setembro de 2004)***

A sociedade brasileira, cada vez mais, discute política externa: as negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio), a prioridade da África, o jogo da seleção no Haiti ou a recusa a apoiar a invasão do Iraque são vividos e debatidos nas famílias e rodas de amigos. O momento é próprio para refletir sobre certos mitos a respeito das transformações do sistema internacional e do papel dos países em desenvolvimento. Se empregarmos uma visão distorcida por interesses que não são os brasileiros, o resultado será a incapacidade de compreender o porquê de algumas escolhas e a prevalência, em nossos esquemas mentais, do

anedótico sobre o essencial.

Um primeiro mito sustenta que o crescimento dos diferenciais de poder entre as nações tornaria o sistema mais hierárquico e mesmo imperial. Seria por meio do exercício da hegemonia que se superariam os desafios atuais. Caberia aos países em desenvolvimento adaptar-se a uma realidade que não podem modificar. No entanto, a própria realidade revela a insustentabilidade do mito. A desigualdade de poder não tem evitado a erupção de ameaças novas ou persistentes à paz e de catástrofes humanitárias e ambientais. São negadas, assim, as promessas, implícitas no sistema, de progresso e prosperidade e surgem fatores de perturbação e violência.

A necessidade de as nações atuarem, de maneira harmônica, para a superação dos problemas mais graves requer a recuperação e o fortalecimento do multilateralismo como elemento ordenador das relações internacionais. Tal processo exige a renovação do compromisso de todos com as regras do direito internacional e com a integridade das instituições multilaterais, como as Nações Unidas e a OMC.

A transição entre a afirmação do poder bruto e dos particularismos, que é a marca de um passado anárquico, e a via superior da negociação e do direito, que é o fundamento do futuro, só pode ocorrer no contexto de um espaço internacional mais democrático e sensível aos interesses dos países em desenvolvimento. A construção de tal espaço prosperará, por sua vez, com a negação da segunda parte do mito, que recomenda timidez no cenário internacional e aceitação das supostas realidades de poder.

É possível uma atuação corajosa e ao mesmo tempo pragmática. A determinação de afirmar “a presença soberana e criativa do Brasil no mundo”, anunciada pelo Presidente Lula, tem levado à busca de novas parcerias, amparadas em interesses e percepções comuns.

Essa estratégia revela-se, em primeiro lugar, na prioridade conferida à América do Sul, por meio de um ambicioso projeto de integração, com epicentro no MERCOSUL e voltado para a criação

de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. A partir do nosso continente, já estamos ampliando a rede de diálogo para a América Central e o Caribe, como se comprova com a participação na operação de paz da ONU no Haiti e na visita do Presidente Lula à República Dominicana.

Em segundo lugar, estamos formando alianças com grandes países em desenvolvimento, com a criação, em 2003, do IBAS (foro que une Índia, Brasil e África do Sul); a visita, em maio de 2004, do Presidente Lula à China; e a intensidade inédita de nosso diálogo político com a Rússia.

Em terceiro lugar, a política externa passou a refletir a natureza especial de nossos vínculos com a África, continente para o qual já houve três visitas presidenciais no atual governo. E temos aproveitado oportunidades de cooperação, de diálogo e de negócios com os países árabes, reforçando a presença brasileira em região considerada estratégica por todas as potências do mundo.

Em quarto lugar, o estreitamento de relações com o mundo em desenvolvimento não se dá em detrimento dos países desenvolvidos. Como Embaixador no Reino Unido, tenho constatado a relevância do diálogo político e a dimensão das oportunidades que esses países oferecem para nosso projeto de desenvolvimento, em matéria de acesso a mercados, investimentos e cooperação tecnológica.

Essas quatro linhas de atuação reforçam-se mutuamente e lançam as bases para um relacionamento menos assimétrico com as grandes potências. Exemplo disso é o sucesso do G20, foro que congrega países em desenvolvimento na OMC e que já permitiu redirecionar a negociação da Rodada de Doha em sentido mais compatível com os interesses brasileiros e dos demais países em desenvolvimento.

No campo político, o tema central é a reforma das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança, com a inclusão de membros permanentes oriundos do mundo em desenvolvimento. Neste momento, em que se observa a ampliação das atribuições do conselho para o combate ao terrorismo

e às armas de destruição em massa, é indispensável que sua composição se torne mais próxima da configuração atual do sistema internacional, em que os países em desenvolvimento já não podem ser ignorados.

A política externa brasileira, beneficiando-se do empenho do Presidente Lula e da execução magistral do Chanceler Celso Amorim, combina a superação de mitos negativos com o enfrentamento decidido de desafios. Atende, assim, aos interesses de nossa sociedade e constitui instrumento efetivo para o desenvolvimento nacional.

“Nonproliferation and disarmament go hand in hand”

Artigo escrito pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim; do Egito, Ahmed Ali Aboul Gheit; da Irlanda, Brian Cowen; do México, Luis Ernesto Derbez Bautista; da Nova Zelândia, Phil Goff; da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, e da Suécia, Laila Freivalds (International Herald Tribune, 22 de setembro de 2004)

Nuclear weapons, a legacy of the cold war, today give rise to dangerous new perspectives. Old and new threats converge, putting at risk the security of us all.

Seven foreign ministers speak out Nuclear weapons, a legacy of the cold war, today give rise to dangerous new perspectives. Old and new threats converge, putting at risk the security of us all.

Seven years ago the foreign ministers of our countries - Brazil, Egypt, Ireland, Mexico, New Zealand, South Africa and Sweden - joined together in a New Agenda Coalition to work toward a security order where nuclear weapons would no longer be given a role. Today, we are more convinced than ever that nuclear disarmament is imperative for international peace and security.

We are faced with the perils of nuclear weapons finding their way into more military arsenals and the risk that these old tools of deterrence might become new tools of terrorists.

Nonproliferation is vital. But it is not sufficient. Nuclear nonproliferation and nuclear disarmament are two sides of the same coin and both must be energetically pursued. Otherwise we might soon enter a new nuclear arms race with new types, uses and rationales for such weapons and eventually also more warheads. And the primary tool for controlling nuclear weapons, the Nuclear Nonproliferation Treaty, risks falling apart, with further proliferation as a consequence.

The nonproliferation treaty cannot be complied with *à la carte*. It is a legally binding agreement, which relies on a fine balance between the commitments of the five nuclear-weapon states - China, France, Russia, Britain and the United States - and those of the nonnuclear-weapon states. The heart of the treaty is that the latter will not develop nuclear weapons in return for which the nuclear powers will reduce and eventually eliminate their nuclear weapons.

In 1995 and 2000 this bargain was further refined. In 1995, the nonnuclear-weapon states agreed to the indefinite extension of the nonproliferation treaty, provided that the nuclear powers pursued nuclear disarmament and that all worked toward the entry into force of the comprehensive nuclear test-ban treaty.

In 2000, the nuclear powers made an unequivocal undertaking to eliminate their nuclear arsenals, and all parties adopted a practical plan for the pursuit of nuclear disarmament. Since then, however, very little progress has been made.

There are deeply disturbing signs pointing in the opposite direction. Instead of working toward the entry into force of the nuclear test-ban treaty, the United States, which was the first country to sign the treaty, has withdrawn its support. And China delays its ratification process year after year. Instead of eliminating nuclear weapons, some nuclear powers have plans to modernize or develop new kinds of nuclear weapons or new rationales for them.

Some even entertain the notion that nuclear

weapons may be used pre-emptively against nonnuclear-weapon states. In Russia, nuclear weapons are increasingly seen as a possible defense against conventional weapons. Instead of destroying their nuclear warheads, the United States and Russia store them.

The Strategic Arms Reduction Treaty is an important step in the right direction, but it does not require the destruction of these weapons, does not include tactical nuclear weapons and does not have any verification provisions. The process is neither irreversible, nor transparent. If the nuclear-weapon states continue to treat nuclear weapons as a security enhancer, there is a real danger that other states will start pondering they should do the same. Recent developments show that this has already happened.

What, then, can be done?

First, all parties must comply with their commitments under the nonproliferation treaty, and the treaty should be made universal. All states should raise the guard against the further spread of nuclear weapons. And the nuclear-weapon states must comply with their commitments and pursue nuclear disarmament in good faith. Any plans to develop new nuclear weapons, new uses, roles or rationalizations for their use, must be shelved immediately.

Second, the entry into force of the nuclear test-ban treaty should be pursued as a matter of urgency.

Third, talks on a verifiable fissile material cutoff treaty should start immediately. The treaty would ban the production of key components of nuclear weapons, enriched uranium and plutonium, and form a cornerstone in the nuclear disarmament process. It would impose restraints on India, Israel and Pakistan, the three states still outside the nonproliferation treaty. Together with the test-ban treaty, it would go a long way to uphold the nonproliferation treaty and strengthen the norm on nuclear nonproliferation and nuclear disarmament.

The future depends on our actions.

“Em defesa do programa nuclear brasileiro”
Embaixador José Maurício Bustani,
Embaixador do Brasil em Londres (Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2004)

Desagrada-me o fato de ver o Brasil mencionado recentemente nos grandes jornais internacionais como um país cujas atividades nucleares seriam preocupantes. Na semana passada, o “Times”, de Londres, recomendou que os Estados Unidos “tomassem cuidado com o Brasil” (a propósito, o jornal não aceitou publicar a íntegra de carta que em resposta lhe dirigi). Coincidentemente, no mesmo dia um “ex-funcionário” do Pentágono declarou que a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) andaria suspeitando que o Brasil tivesse realizado operações de “compra” do cientista paquistanês A. Q. Khan.

Estranhamente, essas imprecisas acusações contra o Brasil nunca são oficiais, mas deixam no ar a séria sugestão de que o país está fazendo algo de errado.

Minha experiência como Diretor-Geral da OPAQ faz-me acreditar que esteja em curso uma campanha de desinformação destinada a constranger o Governo brasileiro para dele obter “concessões” na área nuclear. O que estamos fazendo que tanto preocupa certos países e a AIEA?

O Governo brasileiro não tem nada a esconder: somos uma democracia, em que todas as iniciativas do Estado estão sujeitas a controles com base na norma constitucional, que proíbe atividades nucleares para fins bélicos. O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais. Sujeita-se às inspeções rotineiras da AIEA. A nossa ultracentrífuga, a ser usada em Resende, não deveria suscitar tanta preocupação. Trata-se de equipamento desenvolvido endogenamente, que já está em operação há vários anos em instalações inspecionadas pela agência.

Por que, então, em Resende, tem a AIEA exigido “mais acesso”? Por que se pede com tanta veemência que o Brasil assine já o Protocolo Adicional de Salvaguardas, que daria ainda maior poder de acesso à AIEA?

No fundo, importantes interesses parecem incomodados com o fato de o Brasil, ao passar a enriquecer urânio em escala comercial, estar se tornando um país cada vez mais capacitado na área nuclear. Não é bem visto, ademais, que o Brasil se torne autônomo na produção de combustível nuclear (é isso que a fábrica de Resende representa), podendo até mesmo exportar o produto e quebrar o oligopólio internacional na área. Preocupa que o Brasil avance em seu projeto de propulsão naval, tornando-se o sétimo ou oitavo país do mundo a se dotar de um submarino nuclear, alcançando proeminência estratégica no Atlântico Sul.

Parto do princípio de que, em razão de nossas credenciais únicas, a ninguém pode ocorrer a absurda possibilidade de fabricarmos a bomba. Nossas aspirações são legítimas e pacíficas e visam a atender às necessidades de nosso extenso litoral, bem como às demandas de uma nação sedenta de desenvolvimento. Cabe lembrar, por exemplo, a última crise energética sofrida pelo país -o que exige que exploremos as fontes de energia disponíveis para atender ao sustentado crescimento da economia.

A proteção da tecnologia não é pretexto do governo para transgredir acordos internacionais. Não sejamos ingênuos: se patente resolvesse, as potências nucleares teriam patenteado a bomba atômica! A tecnologia da ultracentrífuga é 100% nacional e tem diferenciais importantes em relação às de outros países (quem não acredita que o Brasil é capaz de desenvolver tecnologia, que se lembre da nossa urna eletrônica, da declaração de Imposto de Renda pela internet, dos programas que tanta agilidade conferiram ao nosso sistema bancário...).

Se nossa tecnologia autóctone vazar, não apenas perderemos competitividade científica, técnica, comercial e industrial, mas também nossos intensos esforços de capacitação nuclear podem vir a ser mais facilmente retardados, como o vêm sendo há décadas.

Lembro que, apesar de ter assinado o Tratado de Não-Proliferação em 1998, além de todos os

demais instrumentos internacionais pertinentes, o Brasil continua sofrendo restrições à aquisição de materiais nucleares no exterior. Não podemos permitir que se possam “mapear” aspectos de nossa tecnologia em que ainda não alcançamos capacitação plena: aí está nossa vulnerabilidade. Novamente, não sejamos ingênuos. Quando eu era Diretor-Geral da OPAQ, nunca pude estar seguro, apesar de meu rigoroso envolvimento pessoal, de que o sofisticado regime de confidencialidade de “última geração” lá adotado fosse suficientemente confiável.

O Governo brasileiro demonstra muito boa vontade e, porque nada de ilícito tem a esconder, vai seguramente encontrar a solução técnica que permita à AIEA a verificar criteriosamente a inexistência de atividades nucleares não-declaradas em Resende, até mesmo -quem sabe?- por meio da eventual aplicação do protocolo adicional, sem prejuízo de nossos interesses legítimos.

Parece-me imperativo que a sociedade brasileira -em especial nosso Congresso Nacional e nossa imprensa- não se deixe iludir por certo “botabaixismo” doméstico e por insinuações alienígenas despropositadas sobre as atividades nucleares do Brasil. Devemos rechaçar a idéia de que somos um país “periférico”. O governo do Presidente Lula está cuidando dos interesses estratégicos do país. É preciso que a sociedade brasileira se mantenha unida diante dessa questão essencial para o futuro do Brasil.

“Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Diplomacia, Estratégia e Política, 1 de outubro de 2004)

A eleição do Presidente Lula ocorreu em um momento de busca de novas respostas políticas e econômicas para os problemas com que se defrontam os países da América do Sul. A deterioração de indicadores sociais na região expunha as limitações do modelo neoliberal, centrado na fé cega na abertura

de mercados – unilateral, em alguns casos – e na retração do papel do Estado. A natureza ilusória da crença de que tais modelos produziram desenvolvimento sustentável ficou patente com as crises sociopolíticas na região. Por seu compromisso com a democracia, por sua preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, o Presidente Lula passou a simbolizar não apenas a aspiração de brasileiros por desenvolvimento com justiça social, mas a de muitos outros em nossa região e além dela.

A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País. Mas ela possui, também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacionalista.

Fundamenta-se em uma aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos. Ante as amplas afinidades que nos aproximam e as dificuldades que desejamos superar, a integração da América do Sul apresenta-se como um imperativo. A questão, na verdade, é saber que tipo de integração queremos. Ausente uma agenda de crescente cooperação, com ênfase nos interesses compartilhados e nas oportunidades de benefícios mútuos, corremos o risco de assistir a uma integração perversa, promovida pela contaminação recíproca de situações de crise, quando não pelo crime organizado, pelo contrabando e pelo narcotráfico.

O aprofundamento dos laços entre nossas economias, a convergência política e o aumento do contato entre as sociedades e os cidadãos da América do Sul passam por acordos comerciais como os que firmamos entre o MERCOSUL e os países da Comunidade Andina. Exigem atenção especial para questões de infra-estrutura, como transportes, comunicações, energia. Mas requerem, também, uma aproximação entre os povos e

sociedades, por meio da arte, da cultura, da multiplicação de oportunidades de contato. Aspiramos a conformar uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Esse projeto de integração deve ser visto, também, como uma mobilização capaz de potencializar nossas relações com outras nações e grupos de nações. Acreditamos que um ordenamento global multipolar propicia um ambiente mais estável e seguro, proporcionando melhores condições de desenvolvimento para todos. A evolução do cenário internacional parece conduzir a um mundo formado por grandes blocos, como a União Européia, ou países com peso e tamanho equivalentes ao de um bloco, como os EUA e a China. Em uma estrutura com essas características, o poder de influência de países em desenvolvimento, tomados individualmente – até mesmo dos maiores, como o Brasil – permanece limitado. O fortalecimento de nossa coesão regional permite que nos façamos melhor ouvir nas negociações comerciais multilaterais, e que tenhamos maior impacto sobre o ordenamento internacional, com vistas a torná-lo mais democrático e equitativo. Nosso crescente entendimento com os parceiros do MERCOSUL e, em particular, com a Argentina – sócio estratégico privilegiado – tem tornado possível avançar nessa direção.

Se o conjunto sul-americano aproximar-se de outros países em desenvolvimento, seu peso e sua capacidade de negociação serão potencializados. Na esfera comercial multilateral, já estamos nos articulando com outros países em desenvolvimento, em torno de plataformas que aliam – de forma, talvez, inédita – a promoção da liberalização comercial e da justiça social. O G-20, criado durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, situa-se na vanguarda de um movimento internacional – que conta com o apoio da sociedade civil no próprio mundo desenvolvido – pela redução das barreiras protecionistas e a eliminação dos subsídios bilionários, que penalizam exportadores competitivos de produtos agrícolas do

mundo em desenvolvimento.

Ao alterar a tradicional dinâmica das negociações na OMC – onde as duas principais potências comerciais costumavam estabelecer entre si a direção e o nível de ambição das negociações – o G-20 contribuiu para “alterar a geografia do comércio internacional”, conforme a expressão do Presidente Lula. O G-20 afirma-se como ator indispensável para o progresso das negociações da Rodada de Doha. Sustentamos que a Rodada só será bem sucedida à medida que o processo for transparente e capaz de contemplar os interesses e demandas dos principais atores.

A consolidação do G-20 demonstra que existe um espaço diplomático que merece ser melhor explorado na interação com outros grandes países e regiões em desenvolvimento. Por vários séculos, dependemos de percepções colhidas por observadores europeus e norte-americanos sobre sociedades geograficamente distantes das nossas, como as da Ásia e do Oriente Médio, e até mesmo em relação a outras mais próximas, na vizinha África. A intensificação do diálogo e do intercâmbio direto com essas e outras regiões, para além da retórica já esgotada do terceiro-mundismo, exige, sobretudo, vontade política de parte a parte.

O Governo Lula tem procurado demonstrar que os objetivos da diplomacia brasileira podem ser, a um só tempo, universalistas e firmemente ancorados em nossa prioridade sul-americana. É este o espírito com que iniciativas inovadoras têm sido lançadas, como o foro trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), também chamado de G-3, e a proposta de Cúpula entre os países da América do Sul e os países-membros da Liga Árabe.

A África, de onde descende quase a metade dos brasileiros, desperta no Brasil um crescente interesse político, econômico e cultural. Queremos abrir um novo capítulo nas relações com nossos irmãos africanos. Com a intensificação de visitas presidenciais e ministeriais nos dois sentidos, estamos estabelecendo novas pontes para uma cooperação

mais estreita, em sintonia com as afinidades históricas e geográficas, e em consonância com nossos esforços internos de promoção da igualdade racial.

Privilegiados os contatos com nosso entorno geográfico, o Governo Lula distingue-se pela vocação para o diálogo com atores de todos os quadrantes e níveis de desenvolvimento. A participação do Presidente da República nos Foros de Porto Alegre e de Davos, em seu primeiro mês de governo, refletiu, a um só tempo, as convicções democráticas do Governo e o desejo de influir nos grandes debates internacionais em defesa de uma globalização não-excludente.

A preocupação com a justiça social e com os direitos humanos também está na origem da proposta do Presidente Lula de uma ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza. Enraizados em valores éticos e humanistas, esses esforços visam chamar atenção para os limites de enfoques que privilegiam a dimensão militar da segurança internacional, sem levar em conta os vínculos entre desenvolvimento econômico e social, por um lado, e paz e segurança internacional, por outro.

Como afirmou o Presidente Lula, durante encontro em Genebra, do qual participaram o Secretário-Geral da ONU e os Presidentes do Chile e da França, a fome pode ser considerada a mais mortífera das armas de destruição em massa.

O estreitamento de nossas relações com o mundo desenvolvido prossegue com a elevação do diálogo político, tendo presente o interesse na ampliação dos intercâmbios comerciais, na atração de investimentos e na cooperação científica e tecnológica. As negociações para a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representam um desafio do ponto de vista do equacionamento equilibrado de uma pauta complexa, que envolve não somente a liberalização do comércio de bens e serviços – em que gostaríamos de nos concentrar – mas também disciplinas relacionadas a investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais, entre outras. Com a União Européia,

está em fase adiantada de negociação um acordo birregional com o MERCOSUL, que abre perspectivas promissoras de ganhos comerciais, e pode ser visto como saudável fator de “multipolaridade” para nossas relações econômico-comerciais com o Norte.

O Brasil tem uma sólida tradição de busca da paz por meios pacíficos, baseados no diálogo e nos princípios do direito internacional. Acreditamos que as instâncias multilaterais, por oferecerem um espaço de diálogo para Estados soberanos, devem ser valorizadas e representam fator de progresso para o ordenamento internacional.

O consenso internacional que favoreceu ações coletivas de combate ao terrorismo, após os atentados de 11 de setembro de 2001, fraturou-se com a intervenção militar contra o Iraque. Os trágicos desdobramentos da crise iraquiana, entre eles o ataque contra o Escritório da ONU em Bagdá, em que perdeu a vida o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, continuam a desafiar a sabedoria política da comunidade internacional. A perspectiva de erosão do sistema de segurança coletiva, consubstanciado na Carta da ONU, levou o Secretário-Geral Kofi Annan a propor uma reflexão sobre as ameaças contemporâneas, os modos de enfrentá-las e sobre a correspondente instrumentalização dos órgãos do sistema onusiano, em particular do Conselho de Segurança.

Como aponta Kofi Annan, encontramos-nos em uma encruzilhada histórica. O risco de um retrocesso em direção a ações unilaterais sem respaldo no direito internacional requer coragem política que permita realizar os ajustes cabíveis no sistema de segurança coletiva, preservando o papel central do Conselho de Segurança na legitimação do uso da força. Convencidos de que o multilateralismo representa, para as relações internacionais, o mesmo avanço político representado pela democracia, nacionalmente, consideramos indispensável que o processo de reforma das Nações Unidas contribua para fortalecer a voz dos países em desenvolvimento – e da América do Sul em particular – na promoção da paz.

À medida que a situação no Iraque, e mais amplamente no Oriente Médio, constitui as mais sérias ameaças à estabilidade mundial, não podemos deixar de assumir nossa parcela de responsabilidade pelo seu encaminhamento. É certamente este o sentimento do Presidente Lula, cuja atuação, antes da Guerra do Iraque, preconizava meios diplomáticos para a solução pacífica do impasse. Hoje, o Governo brasileiro procura manter uma interlocução ativa com os países de nossa região e outros atores internacionais, com vistas a reverter o atual quadro de ceticismo e violência no Golfo e no Oriente Médio. A indicação de um Emissário Especial para o Oriente Médio e as providências já tomadas para a instalação de uma representação diplomática do Brasil em Ramalá inscrevem-se nesse contexto.

Nossa região registra um histórico de paz e estabilidade que temos sabido preservar. A ausência de grandes conflitos e a prevalência de formas democráticas de governo são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso não significa que não possamos ou não devamos nos interessar pela promoção da paz globalmente; a instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos os participantes do sistema internacional.

Mais próximo de nós, o Haiti exige um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, em apoio a sua reconstrução econômica e institucional. Na condição de membro do Conselho de Segurança, o Brasil vem trabalhando para que as percepções e inquietações dos países do Caribe sejam levadas em conta nas decisões da ONU sobre o Haiti, e para que os haitianos voltem a se beneficiar no mais breve prazo, de um ambiente propício à consolidação de sua democracia. No caso do Haiti, é gratificante ver que estão dadas as condições para uma operação da ONU, que conta com o consenso político da comunidade internacional. Esse raciocínio embasou nossa decisão de aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança.

Nossa participação na Missão da ONU no Haiti, ademais, parte do princípio de que a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço. Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões, ou, pior, a dependência em relação a outros países ou regiões.

★ ★ ★

Passados quinze meses, a diplomacia do Governo Lula tem um saldo significativo de realizações a apresentar. O Consenso de Buenos Aires e a Ata de Copacabana expressam o nível de entendimento sem precedentes alcançados por Argentina e Brasil. O MERCOSUL recupera sua coesão interna, associa-se ao Peru e conclui negociações com os demais membros da CAN. Emergem, aos poucos, os contornos de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Consolidamos importantes alianças na luta por um comércio internacional mais livre e menos distorcido. O G-20, nascido dos embates que precederam a Conferência de Cancún, afirma-se como um interlocutor indispensável na retomada das negociações agrícolas na OMC. A Declaração Ministerial de Miami contribuiu para reequilibrar as negociações da Alca. Abrem-se perspectivas promissoras de conquista de novos mercados para o MERCOSUL, mediante acordos já negociados, ou em vias de negociação, como o birregional, com a União Européia, e os que estabelecem preferências fixas no comércio com a União Aduaneira do Sul da África (SACU) e com a Índia. Em breve, serão iniciados entendimentos para acordos entre o MERCOSUL e o Mercado Comum e a Comunidade do Caribe (Caricom), a China, o México, o Marrocos e outros países árabes.

Firmam-se os laços de amizade e cooperação com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. A China afirma-se como um parceiro estratégico. As relações com a Rússia

ganham novo dinamismo. Começam a frutificar os novos projetos de estreitamento de relações como os do Foro do IBAS, cuja primeira Comissão Trilateral, em Nova Delhi, em fevereiro último, estabeleceu um ambicioso programa de cooperação. Brasil, Índia e África do Sul trabalham juntos, também, em ações que buscam colocar a questão da fome no topo da agenda internacional; estão criadas as condições para o início de projetos financiados pelo Fundo do IBAS contra a fome e a pobreza.

Esses esforços serão levados adiante ao longo de 2004, ano em que o Brasil voltará a assumir a presidência do MERCOSUL (no segundo semestre) e deter a presidência do Grupo do Rio. Em junho, a cidade de São Paulo foi anfitriã da XI Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio (UNCTAD), ocasião em que foram examinadas a possibilidade de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC) e outras formas mais ousadas de aproximação entre os mesmos, consolidando vários esforços já em curso. Em setembro, o Presidente Lula organizará um encontro, à margem da Assembleia Geral da ONU, destinado a examinar formas de levantar recursos para o combate à fome e à pobreza.

Se os progressos alcançados nos permitem encarar o cenário internacional com confiança em nossa capacidade de abrir novas trilhas e influir sobre processos em curso, não devemos subestimar os obstáculos que continuaremos enfrentando – na promoção de processos decisórios mais equânimes, na defesa de maior justiça social de forma global, na retomada de uma efetiva cooperação internacional para a paz e o desenvolvimento. Em parceria com os países sul-americanos, o Brasil continuará trabalhando por melhores condições de vida para seus cidadãos, certo de que contamos com crescente respeito, simpatia e apoio, aqui e no resto do mundo.

“On ne construit pas la paix par l’imposition unilatérale de la force “

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Monde, 11 de outubro de 2004)

Dans le climat d’optimisme qui marqua le début des années 1990, beaucoup crurent, non sans une certaine naïveté, que la capacité de coopération multilatérale se développerait automatiquement, en particulier au Conseil de sécurité des Nations unies. Avec la disparition des obstacles liés à la guerre froide, les pays pourraient enfin concentrer leurs efforts sur le maintien collectif de la paix et de la sécurité et encourager de manière solidaire le développement.

Les années ont passé, nous sommes entrés dans un autre siècle, et la réalité s’est révélée bien plus complexe. La multiplication de nouveaux défis a discrédité l’idée naguère en vogue et assez imprudente de «fin de l’histoire». Les questions restent les mêmes à la veille du nouveau scrutin présidentiel américain.

Comment construire un avenir de paix et de développement dans un contexte marqué par une tendance à l’unipolarité ? Comment favoriser le multilatéralisme, démocratiser les procédures de décision et aider à l’émergence d’un monde multipolaire ? Pour un pays comme le Brésil, la réponse à ces questions est essentielle.

Voilà quelques années, Madeleine Albright, mon ancienne collègue à l’ONU, qui deviendra secrétaire d’Etat de Bill Clinton, parla, en évoquant son pays, de la «puissance indispensable». Je me souviens qu’à l’époque certains observateurs critiquèrent cette expression, y voyant un signe de la volonté d’imposer une vision américaine du monde, attitude dont on trouverait sans peine l’origine dans la doctrine de Monroe et la politique du «gros bâton». D’autres, cependant, n’y virent qu’un reflet du pouvoir politique, économique et militaire des Etats-Unis dans cette période d’après-guerre froide à l’issue de laquelle ils devenaient de fait l’unique superpuissance.

L’Amérique latine, et en particulier le Brésil,

entretiennent des relations très fortes avec les Etats-Unis, qui remontent aux débuts de nos processus d'indépendance respectifs. Les valeurs de liberté, d'égalité, de représentativité et de souveraineté qui inspirèrent la révolution de 1776 ont fortement influencé l'histoire du continent. Encore au XVIIIe siècle, un des précurseurs de l'indépendance brésilienne - Joaquim José da Silva Xavier, plus connu sous le nom de Tiradentes - figure de proue de l'Inconfidência mineira (1789), conjuration d'inspiration républicaine, exécuté en 1792 (note du traducteur) -, avait l'habitude de porter sur lui un exemplaire de la Constitution américaine.

La proclamation de la République à la fin du siècle suivant, succédant à près de soixante-dix ans de régime monarchique, doit beaucoup aux voies empruntées par les Etats-Unis. Au long du XXe siècle, le Brésil et les Etats-Unis se sont retrouvés sur bien des fronts et dans bien des initiatives communes, par exemple pour libérer l'Europe du nazisme. Les valeurs et les idéaux qui présidèrent à la formation de nos pays restent une référence pour les constants progrès de la démocratie, sur les plans national et international. Ils inspirent la quête d'un monde plus juste et plus équilibré par le biais du perfectionnement et de la démocratisation des procédures de décision internationales, notamment dans les instances multilatérales comme le Conseil de sécurité, unique organe doté d'une capacité légale pour autoriser un recours à la force.

Ce dernier point soulève la question suivante : étant donné son pouvoir militaire et économique, l'unique superpuissance a-t-elle intérêt à favoriser le multilatéralisme ? Je le pense. Car, malgré toutes ses imperfections, ce système demeure le seul capable d'offrir les bases à un dialogue constructif entre diverses visions du monde, débouchant sur une coopération n'excluant personne et bénéfique pour tous. La défense du multilatéralisme se justifie du point de vue politique autant que pragmatique.

Comme des événements récents l'ont montré, l'imposition unilatérale d'une volonté ne contribue

pas à la stabilité internationale. Personne n'a à gagner à un monde imprévisible et instable. La possibilité d'exprimer un désaccord ou une divergence de vues ne doit pas être perçue comme une entrave ni une importunité. Au contraire, la manifestation de différences enrichit et renforce toute prise de décision et offre une plus grande légitimité et de meilleures chances de succès aux initiatives adoptées.

La récente guerre en Irak et ses conséquences montrent clairement les limites de toute gestion unilatérale des problèmes, mais aussi la nécessité d'une consultation de la communauté internationale dans toute tentative de résolution des crises qu'elle traverse.

C'est dans ce but que l'ONU a été fondée. Et c'est pour cela qu'elle reste irremplaçable. Presque soixante ans après sa création, elle traduit encore la réalité de l'immédiate après-guerre. Les menaces et les défis ont toutefois changé et sont devenus plus complexes. Le manque de représentativité dont souffrait le Conseil de sécurité s'est aggravé du fait des responsabilités croissantes qu'il a dû et devra inévitablement continuer d'assumer. Ce paradoxe a amené son secrétaire général à prendre l'initiative de redéfinir les mécanismes dont dispose l'Organisation pour assurer la paix et la sécurité, plaçant le Conseil au cœur du débat.

La modernisation de l'organe suprême de l'ONU doit non seulement tenir compte de la gravité des menaces auxquelles nous faisons face, mais aussi de la nature de la communauté internationale. L'émergence de pays en développement jouissant d'une capacité de médiation diplomatique est devenue une réalité que l'on ne peut négliger dans les efforts de réforme visant à donner à l'ONU une plus grande efficacité pour œuvrer pour la paix, la sécurité et le développement.

Le gouvernement du président Lula est convaincu que le dialogue et la diplomatie constituent des instruments privilégiés pour tenter de répondre à ces défis. L'unilatéralisme ne fait que renforcer l'isolement, aggrave les inégalités et alimente les

frustrations et le fanatisme. Aussi ne manquons-nous jamais de faire entendre notre voix sur les questions internationales, jugeant pouvoir contribuer à des convergences d'opinions et à la conclusion d'accords véritables.

Je me souviens d'un propos de Bill Richardson à propos d'une résolution sur l'Irak alors qu'il était représentant américain à New York. Il s'agissait de l'accord sur l'inspection des palais présidentiels obtenu non sans mal par Kofi Annan, en mission à Bagdad. Comme toujours, il était question de l'autorisation du recours à la force, à laquelle le Brésil et d'autres pays étaient opposés. Finalement, et pour une bonne part grâce à notre intervention, une formule qui permit d'aboutir à un accord fut trouvée. Richardson me confia alors : "Vous nous avez donné du fil à retordre, mais je dois reconnaître que, sans le Brésil, nous ne serions pas arrivés à un texte consensuel." Je lui avais répondu que le meilleur ami n'était pas celui qui était toujours d'accord, mais celui qui n'hésitait pas à exprimer son désaccord pour défendre ce qu'il jugeait juste et sage.

Le débat sur le terrorisme a pris une grande place dans l'agenda international, devenant l'un des principaux thèmes de la campagne américaine. Le Brésil condamne avec la dernière énergie tout acte terroriste, sous toutes ses formes et en tout lieu, et, dans la mesure de ses moyens, a cherché à collaborer avec les Etats-Unis et d'autres pays pour lutter contre ce fléau.

Il nous semble toutefois impensable de prétendre le combattre efficacement en couvrant la surface du globe de troupes en armes. On ne construit pas la paix par l'imposition unilatérale de la force ; l'intimidation est impuissante à établir une sécurité véritable et durable. Les racines du terrorisme sont profondes et se nourrissent le plus souvent de l'exclusion sociale et de la pauvreté. Vaincre le terrorisme - comme la faim et les inégalités sociales - exige avant tout la solidarité et la coopération. Mais aussi le respect du droit international ainsi que la compréhension des différences culturelles et la défense de la dignité humaine, valeurs qui séparent la

civilisation de la barbarie et qui trouvent leurs meilleurs garants dans des institutions comme l'ONU.

C'est une telle attitude que l'on attend de chaque pays, par-delà l'orientation politique de ses dirigeants. Si l'on applique aux relations internationales la notion de responsabilités partagées mais différenciées, il n'est pas faux de penser qu'une part significative - mais pas exclusive - de la responsabilité collective pour promouvoir la paix sur des bases solides revient aux Etats-Unis. La «puissance indispensable» ne saurait faire fi du consentement de la communauté internationale. Or l'ONU - surtout une ONU réformée, démocratique et représentative - serait le lieu indiqué pour chercher à obtenir ce consentement.

“EUA e o mundo, uma perspectiva brasileira”
Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de S. Paulo, 12 de outubro de 2004)

O clima de otimismo que marcou o início dos anos 90 levou muitos a acreditarem, ainda que com certa dose de ingenuidade, que a capacidade de cooperação multilateral aumentaria automaticamente, sobretudo no Conselho de Segurança da ONU. Com a superação dos entraves que haviam caracterizado a Guerra Fria, os países poderiam concentrar esforços na manutenção coletiva da paz e da segurança e na promoção solidária do desenvolvimento.

Os anos passaram, e a realidade revelou-se bem mais complexa. A multiplicação de novos desafios descreditou o então popular, e um tanto precipitado, conceito do “fim da história”. Atualmente, às vésperas de mais uma eleição nos EUA, as perguntas permanecem as mesmas: como construir um futuro de paz e desenvolvimento, em um cenário caracterizado por uma tendência à unipolaridade? Como fortalecer o multilateralismo, democratizar os processos decisórios e estimular a emergência de um mundo multipolar? Para um país como o Brasil, as respostas têm real importância.

Anos atrás, Madeleine Albright, minha ex-

colega na ONU em Nova York e, posteriormente, Secretária de Estado dos EUA no governo Clinton, referiu-se a seu país como “a potência indispensável” (“the indispensable power”). Lembro-me de que, na época, a frase foi criticada por alguns como manifestação da vontade de impor uma visão norte-americana ao mundo -postura cujas raízes poderiam ser encontradas na Doutrina Monroe e na política do “Big Stick”. Outros, contudo, associaram tal definição a um mero reflexo do poder político, econômico e militar norte-americano no período pós-Guerra Fria, da qual os EUA teriam saído como a única superpotência.

A América Latina e o Brasil, em particular, têm um relacionamento intenso com os EUA, que data do início de nossos respectivos processos de independência. Os valores de liberdade, igualdade, representatividade e soberania, que inspiraram a revolução de 1776, muito influenciaram a história do continente. Um dos mais importantes precursores da independência brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, costumava carregar no bolso um exemplar da Constituição norte-americana. A proclamação da República, após quase 70 anos de sistema monárquico independente, foi muito influenciada pelo caminho seguido pelos EUA. Ao longo do século 20, o Brasil e os EUA estiveram juntos em muitas frentes e iniciativas, colaborando, por exemplo, para que a Europa se libertasse do nazi-fascismo.

Os valores e ideais presentes na formação de nossos países continuam a ser uma das referências para o aperfeiçoamento da democracia. Servem de inspiração para a busca de um mundo mais justo e equilibrado, por meio do aprimoramento e da democratização dos processos decisórios internacionais, sobretudo em foros multilaterais como o Conselho de Segurança da ONU, único órgão dotado de capacidade legal para autorizar o uso da força. Nesse ponto, uma questão parece inevitável: diante de seu poder atual, seria também do interesse da única superpotência promover o multilateralismo? Creio que sim.

Com todas as suas imperfeições, o sistema multilateral ainda é o único meio capaz de oferecer as bases para um diálogo construtivo entre diferentes visões de mundo, que conduza a uma cooperação abrangente e benéfica para todos. A defesa do multilateralismo faz sentido não apenas do ponto de vista político, mas também sob uma ótica puramente pragmática: conforme demonstram fatos recentes, a imposição unilateral de vontades não contribui para a estabilidade internacional. Um mundo imprevisível e instável não é bom para ninguém.

A possibilidade de discordar e a manifestação de visões distintas não devem ser vistas como empecilhos inoportunos ou incômodos. Ao contrário, a manifestação de diferenças enriquece e dá sustentação a qualquer processo de tomada de decisão, conferindo maior legitimidade e probabilidade de sucesso às iniciativas adotadas. A recente Guerra do Iraque e suas conseqüências até o presente momento demonstraram claramente os limites de enfoques unilaterais e recolocaram em evidência a necessidade de que a comunidade internacional seja sempre ouvida no equacionamento de crises que a afetam. Para isso a ONU foi criada. Por isso, continua a ser insubstituível.

Quase 60 anos depois de sua criação, a ONU ainda reflete a realidade do imediato pós-guerra. As ameaças e os desafios, contudo, são mais complexos. O déficit de representatividade de que já sofria o Conselho de Segurança tornou-se ainda mais grave à luz das responsabilidades que tem assumido e inevitavelmente terá de continuar assumindo. Esse paradoxo levou o s

Secretário-Geral a liderar um processo de ampla discussão dos mecanismos à disposição da organização para assegurar a paz e a segurança, com foco no Conselho de Segurança. A atualização do órgão máximo da ONU deve ser coerente com a gravidade das ameaças com que nos defrontamos, mas também com a natureza da comunidade internacional. A emergência de países em desenvolvimento com capacidade de articulação

diplomática é uma circunstância que não pode deixar de ser levada em consideração nos esforços de reforma que visam tornar a ONU mais eficaz na promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento.

O governo do Presidente Lula está convencido de que o diálogo e a diplomacia são instrumentos privilegiados para a busca de soluções para os desafios contemporâneos. O unilateralismo apenas reforça o isolamento, agrava desigualdades e alimenta frustrações e fanatismo. Assim, não nos furtamos a expressar nossas opiniões sobre os temas da agenda internacional, pois julgamos que, dessa forma, podemos contribuir para a aproximação de posições e formação de consensos genuínos. Lembro-me de um comentário que me fez o então representante norte-americano na ONU, Bill Richardson, a propósito de uma resolução sobre o Iraque. Tratava-se do acordo sobre inspeção nos palácios presidenciais que Kofi Annan extraíra quando de sua missão a Bagdá. Como sempre, o problema era a questão da autorização do uso da força, à qual o Brasil e outros países se opunham. Ao final, em boa parte graças à nossa atuação, logramos uma fórmula que permitiu chegar-se a um consenso. Disse Richardson: “Vocês nos amolaram muito, mas devo reconhecer que, sem o Brasil, não teríamos chegado a um texto consensual”. Respondi-lhe que o melhor amigo não é aquele sempre disposto a concordar, mas sim o que não hesita em discordar em defesa do que considera justo e sábio.

O debate sobre o terror vem ocupando grande espaço na agenda internacional e tornou-se um dos principais temas da campanha eleitoral dos EUA. O Brasil condena com veemência os atos terroristas, sob todas as formas e onde quer que se manifestem, e, dentro de sua capacidade, tem procurado colaborar com os EUA e outros países para enfrentar esse flagelo. No entanto, acredita ser impensável combater eficazmente o terrorismo apenas cobrindo o mundo de Exércitos: a paz internacional não se constrói pela imposição unilateral da força; a

verdadeira e permanente segurança não se obtém pela intimidação.

As raízes do terror são profundas e na maioria das vezes se alimentam da exclusão social e da pobreza. Vencê-lo - como vencer a fome e as desigualdades - exige solidariedade e cooperação. Exige, também, respeito ao direito internacional, bem como compreensão das diferenças culturais e proteção da dignidade humana - valores que separam a civilização da barbárie e que encontram sua melhor proteção em instituições como a ONU.

É essa atitude que se espera de todos os países, independentemente da orientação política de seus dirigentes. Se aplicarmos ao campo das relações internacionais o conceito de responsabilidades compartilhadas mas diferenciadas, emanado das discussões sobre meio ambiente, não seria impróprio sustentar que aos EUA corresponde uma parcela significativa -mas de modo algum exclusiva- da responsabilidade coletiva de promoção da paz sobre bases sólidas. A “potência indispensável” tampouco pode desprezar o consenso da comunidade internacional. E a ONU, sobretudo uma ONU reformada, democrática e representativa, é o lugar correto para obter este apoio.

“Brasil e EUA: refletir, dialogar e avançar”

Embaixador Roberto Abdenur, Embaixador do Brasil em Washington (Folha de S. Paulo, 21 de novembro de 2004)

Em sociedades democráticas, como o são Brasil e Estados Unidos, eleições constituem momentos de reflexão e renovação - momentos em que se avalia o passado e, ao mesmo tempo, projeta-se uma agenda para o futuro. Nestes dias que se seguem à reeleição do presidente George W. Bush, somos convidados a refletir sobre o sentido das relações entre as duas maiores democracias das Américas.

Ao longo da história recente, as diferenças de interesse, posicionamento e abordagem em diversos temas bilaterais e internacionais foram muitas vezes o elemento mais visível do relacionamento entre

os dois países. Tal fenômeno é perfeitamente compreensível, sobretudo no que se refere à repercussão junto à opinião pública, pois a curiosidade pelos aspectos de divergência no convívio entre as nações tende a superar a atenção aos pontos de concordância.

Não tenciono eu negar a existência de tais diferenças, que são concretas e absolutamente normais entre países ligados por claras afinidades, mas também separados por realidades nacionais tão distintas. Tais diferenças, porém, não constituem a marca mais importante do relacionamento entre Brasil e EUA.

O presidente Bush demonstrou desde o início de seu mandato a disposição de manter com o Brasil uma relação aberta, respeitosa e de densidade crescente. Desde o primeiro momento em que assumi a embaixada do Brasil, em abril deste ano, tenho verificado que as diretrizes emanadas da Casa Branca nesse sentido são claras e diretas - e orientam de modo coerente a ação dos diferentes ministérios e agências governamentais nos Estados Unidos. Tenho podido, assim, testemunhar em meus interlocutores no governo americano o propósito de construir conosco uma agenda cada vez mais positiva.

Além disso, como tem assinalado o Ministro Celso Amorim, em nosso continente e também quanto a questões globais, inclusive em temas comerciais, o diálogo e a cooperação entre os dois governos têm sido exemplares.

Em junho de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - que já viera a Washington, em dezembro de 2002, como presidente eleito - foi recebido na Casa Branca para uma histórica reunião de Cúpula, com equipes ampliadas de integrantes dos dois governos, 17 ministros ao todo. A relação de trabalho entre os dois presidentes, assim como entre suas equipes, é sólida e produtiva.

Os grupos de trabalho criados pelos Presidentes Lula e Bush em junho de 2003 - em áreas cruciais como agricultura, energia e políticas econômicas - ajudaram a intensificar ainda mais o diálogo entre Brasília e Washington e vêm agora

reforçada sua missão de resolver divergências, encaminhar parcerias e buscar novas oportunidades.

Os EUA continuam a ser, de longe, o mais importante parceiro econômico-comercial do Brasil. Quase 30% de nosso saldo comercial em 2003 foi gerado com os EUA, e mais de três quartos de nossos produtos para lá exportados são industrializados. Os Estados Unidos são a principal fonte de investimentos diretos no Brasil, com estoque de cerca de US\$ 34 bilhões, que geram empregos, arrecadam impostos e contribuem para nosso esforço exportador (empresas de capital norte-americano têm presença de destaque entre as principais firmas exportadoras no Brasil).

É do interesse de ambos os países aperfeiçoar ainda mais esse relacionamento. Durante seu primeiro mandato, o Presidente Bush adotou, por vezes, medidas prejudiciais aos interesses brasileiros no plano comercial, tais como a elevação de subsídios com a Lei Agrícola e as salvaguardas injustificadas para produtos siderúrgicos, em 2002. Confiamos, entretanto, em que, no segundo período de governo, terá ele maior espaço político para trabalhar em conjunto com o Brasil em favor de relações econômico-comerciais mais equilibradas, entre os dois países e no plano global.

Os EUA e o Brasil foram parceiros-chave no acordo sobre a moldura das negociações da Rodada Doha, e continuaremos a trabalhar juntos para uma reforma efetiva dos mercados agrícolas internacionais, em especial com vistas ao corte dos inaceitáveis subsídios bilionários concedidos pelos países ricos. Retomaremos os contatos para a negociação de uma ALCA justa e equilibrada, que resulte em efetivo acesso a mercado, não prejudique os esforços de desenvolvimento de países como o Brasil e contribua para o progresso econômico e social das Américas como um todo.

Termino com as palavras da mensagem com a qual o Presidente Lula felicitou o Presidente Bush pela reeleição: “Estou convencido de que poderemos continuar a aprofundar os laços de amizade e as

profícuas relações entre o Brasil e os EUA, bem como contribuir para o avanço de nossas aspirações comuns no plano mundial, de modo a superar a pobreza, a insegurança e as outras causas de desequilíbrio e instabilidade, no quadro de uma ordem mundial mais justa e democrática”.

Roberto Abdenur, 62, diplomata, é o Embaixador do Brasil nos EUA. Foi Embaixador no Equador (1985-88), na China (1989-93), na Alemanha (1995-2002) e na Áustria (2002-04).

“O MERCOSUL e o futuro”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de S. Paulo, em 15 de novembro de 2004)

Estamos comemorando dez anos da Cúpula de Ouro Preto, que marcou momento de particular afirmação para o MERCOSUL: a aprovação da Tarifa Externa Comum; a constituição da União Aduaneira e a definição da estrutura institucional. O MERCOSUL ganhava voz única para negociar acordos com terceiros países.

Dez anos depois, seus integrantes voltam a Ouro Preto, acompanhados dos membros associados Bolívia, Chile e Peru. Nessa ocasião será oficializado o ingresso de Venezuela, Equador e Colômbia como Estados associados.

Nos últimos anos, a União Aduaneira tem participado em bloco de negociações importantes, como as da ALCA e as com a União Européia. Estão sendo finalizados os acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU), que inclui a República da África do Sul. Estão em curso negociações com parceiros tão diversos quanto o México, o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), o Egito e a Comunidade Caribenha (CARICOM), passando por Marrocos e por membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A unidade de nossos países potencializa nosso poder de barganha e maximiza as possibilidades de ganho.

A despeito das dificuldades macroeconômicas

enfrentadas pelos Estados-partes em anos recentes, a evolução do comércio apresenta hoje resultados amplamente positivos. As exportações brasileiras para os países do bloco, que somavam US\$ 1,3 bilhão em 1990, deverão superar US\$ 8 bilhões em 2004, em um crescimento de mais de 500%. Mais importante: as exportações de produtos industrializados representam 93% do total exportado para o MERCOSUL. Para a indústria química brasileira, o MERCOSUL é o principal destino de suas exportações, com US\$ 1,35 bilhão neste ano, 27% do total exportado. A indústria de máquinas e equipamentos exportou, até outubro de 2004, US\$ 800 milhões.

O MERCOSUL tem contribuído decisivamente para a consolidação da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina. As exportações para o nosso vizinho alcançarão em 2004 recorde histórico, podendo chegar a US\$ 7,3 bilhões. Vendemos à Argentina, no ano em curso, cerca de 28% do total de nossas exportações de veículos e 34% do total de celulares. Empresas brasileiras têm realizado investimentos importantes naquele país. A Petrobras é, hoje, a segunda maior empresa da Argentina em total de ativos, que se elevam a mais de US\$ 5 bilhões.

Celebraremos o aniversário da Cúpula de Ouro Preto com os olhos postos no futuro. Desde a posse do Presidente Lula, temos dado saltos qualitativos no processo de integração regional. Em Ouro Preto, os presidentes do MERCOSUL tratarão de temas como a criação do Parlamento do MERCOSUL e o estabelecimento de um fundo para o financiamento de projetos de convergência estrutural.

Estamos avançando na negociação de serviços -inclusive em setores, como o financeiro e o audiovisual, que permaneciam à margem dos esforços de integração. Em compras governamentais, estaremos regulamentando o protocolo que confere tratamento nacional às empresas do MERCOSUL em muitos setores.

Como em todo processo de integração, há questões que precisam ser equacionadas. Os

próprios avanços geram situações que devem ser administradas dentro da ótica de que a solução para nossos problemas é “mais MERCOSUL”. Por isso incentivamos, junto ao setor privado, a formação de joint ventures e a integração das cadeias produtivas, de modo a aumentar nosso grau de competitividade para conquistar mercados em terceiros países. Buscamos encontrar mecanismos de financiamento que criem condições para o estabelecimento de políticas industriais comuns. Um esforço especial tem sido feito para acomodar as economias menores da União Aduaneira dentro de horizontes temporais claramente definidos.

O MERCOSUL é obra em construção. É o projeto de integração mais ambicioso entre países em desenvolvimento. Não é e não poderia ser um processo linear.

O que chama a atenção nesta caminhada não é tanto a existência de dificuldades, mas a criatividade demonstrada para enfrentá-las. Na realidade, o MERCOSUL demonstrou ter flexibilidade para se adaptar e superar crises -muitas delas geradas de fora- que afetaram as vulneráveis economias da região e, ainda assim, seguir avançando.

Chegar a Ouro Preto dez anos depois, com os quatro integrantes originais acrescidos de seis Estados associados, dá-nos confiança de que estamos reforçando o MERCOSUL e delineando a Comunidade Sul-Americana de Nações. São ações que podem e devem, concretamente, contribuir para a melhoria do nível de vida de nossos povos, objetivo central da integração que almejamos.

Celso Luiz Nunes Amorim, 62, diplomata, é o Ministro das Relações Exteriores. Ocupou a mesma pasta no Governo Itamar Franco.

“Brasil, política externa e comércio internacional”
Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Brasil International Gazeta, 21 de dezembro de 2004)

No próximo dia 1º, completaremos os dois primeiros anos da administração do Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. Já no discurso de posse, o Presidente anunciava que a ação diplomática de seu Governo seria, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Assumíamos as metas de ampliação das oportunidades comerciais, de busca de investimentos produtivos e de captação de tecnologias avançadas como prioridades de nossa atuação externa, a fim de contribuir para melhorar as condições de vida da população, mediante a elevação da renda e a geração de empregos dignos.

O esforço diplomático do Governo na busca desses objetivos tem sido de uma intensidade sem paralelo na história do país. Nesses dois anos, o Presidente Lula visitou 35 países, de todos os continentes; em vários deles, realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro. De maneira ainda mais relevante, recebemos em Brasília durante esse mesmo período a visita de Chefes de Estado e de Governo de 38 países.

Acumulamos um importante patrimônio negociador nesses anos. Celebramos acordos de livre comércio do MERCOSUL com o Peru e, meses após, com os outros membros da Comunidade Andina de Nações.

Demos um passo decisivo para a integração econômica do continente, nas suas dimensões tanto comercial como de infra-estrutura, por meio da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações na III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada no último dia 9 em Cusco.

Revitalizamos o MERCOSUL internamente, com o reconhecimento das assimetrias entre as economias de seus Estados-partes. Reforçamos sua unidade ao atuar em bloco, com uma única voz, nas negociações para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para a celebração de acordo bi-regional de livre comércio com a União Européia. Fortalecemos a sua coesão interna, impulsionando a integração das cadeias produtivas do Brasil e da Argentina, de modo a privilegiar a realização de investimentos em ambos os países e a capacitação de seus setores privados para exportar para

terceiros mercados. A renovada capacidade de atração do MERCOSUL atesta sua solidez: neste mês, quando estaremos oficializando o ingresso da Venezuela, do Equador e da Colômbia como membros associados ao bloco, juntando-se a Chile, Bolívia e Peru.

Estreitamos nossas relações econômicas com os principais países em desenvolvimento. A viagem do Presidente Lula a Pequim em maio de 2004 e a visita do Presidente Hu Jintao a Brasília em novembro geraram um impulso de grande importância ao fortalecimento dos laços empresariais com a China. Trocamos missões empresariais e mantivemos contatos no mais alto nível com o Governo da Rússia. Foi assinado um acordo do MERCOSUL com a Índia; por ocasião da Cúpula do MERCOSUL que se realizou em na cidade brasileira de Ouro Preto neste mês, concluímos as negociações de acordo semelhante com a União Aduaneira da África Meridional (SACU), liderada pela África do Sul. Daremos início nos próximos meses às negociações para a celebração de acordos de livre comércio com o México e com os países centro-americanos; Coréia e Canadá já expressaram igual interesse; o mesmo ocorre com o Japão; iniciaremos também tratativas para acordo de preferências tarifárias fixas com Egito e Marrocos; estão em curso entendimentos com os países membros da Comunidade Caribenha (CARICOM) para a abertura de negociações comerciais. Já manifestamos o interesse do MERCOSUL de celebrar acordo de livre comércio com os países em desenvolvimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Organizaremos uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Países Árabes e da América do Sul em maio de 2005, com vistas a intensificar a cooperação e o intercâmbio entre as regiões.

No âmbito multilateral, apoiamos a abertura, por ocasião da XI UNCTAD em São Paulo, em junho passado, da terceira rodada de negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais, que favorecerá a ampliação do comércio entre os países do Sul. Por outro lado, vimos como o G-20, sob a

coordenação brasileira, foi capaz de valorizar o papel do mundo em desenvolvimento nas negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC). A contribuição do G-20 foi decisiva para o desbloqueio da Rodada de Doha, quando da aprovação em Genebra, no passado mês de julho, das diretrizes para o seguimento das negociações, mantendo-se firme o objetivo de eliminar os subsídios a fim de incorporar a agricultura, de forma plena, ao sistema comercial internacional.

Os acordos que alcançamos, ainda que não estejam todos em vigor, estabelecem bases políticas e jurídicas seguras para a expansão das relações comerciais e vão ao encontro dos interesses dos agentes privados brasileiros. Os resultados alcançados até o momento atestam o êxito da estratégia do Governo em todas as frentes.

Expandimos nossos fluxos de comércio tanto com os países desenvolvidos como em desenvolvimento. Diversificamos o destino de nossas exportações. De janeiro a setembro deste ano, o total das exportações brasileiras a países em desenvolvimento alcançou US\$ 34,3 bilhões, praticamente igualando-se aos US\$ 35,9 bilhões exportados para países desenvolvidos. A participação da África, do Oriente Médio e da América do Sul no total das exportações brasileiras aumentou de 20,57% para 24,52% na comparação do período de janeiro a setembro de 2003 e de 2004. Registramos índices notáveis de incremento das exportações para mercados não tradicionais: 506% para a Síria, 342% para a Polônia e 186% para a Venezuela, entre outros. Ampliamos nossas exportações para os EUA em US\$ 2 bilhões e para a União Européia em US\$ 4,2 bilhões, com aumentos de 15,9 e 31,6%, respectivamente.

Uma das regiões mais dinâmicas foi a América do Sul. As exportações para o continente aumentaram de US\$ 6,93 bilhões para US\$ 11,18 bilhões na comparação de janeiro a agosto de 2003 e de 2004 — um incremento de 61%. A recuperação do MERCOSUL permitiu ampliar as exportações a

taxas de 31,9% para o Paraguai, 82,4% para o Uruguai e 78,4% para a Argentina. O valor absoluto do aumento de nossas exportações para a Argentina iguala o do incremento com os EUA. Com os países andinos, a Guiana e o Suriname, o aumento foi de 54%.

Um parceiro comercial da maior importância é a China. As exportações brasileiras saltaram de US\$ 2,5 bilhões em 2002 para US\$ 4,5 bilhões em 2003 (um aumento de 79%). Em agosto de 2004, as exportações já haviam chegado a US\$ 3,8 bilhões. Segundo estimativas chinesas, o comércio bilateral poderá alcançar a cifra de US\$ 20 bilhões nos próximos cinco anos.

Todos esses resultados dão razão para otimismo. Prosseguiremos empenhados nas três frentes negociadoras, ainda inconclusas, com maior potencial de ampliação de nossas oportunidades comerciais: a Rodada de Doha da OMC, as conversações entre o MERCOSUL e a União Européia e os trabalhos para a conformação da ALCA, de forma equilibrada, buscando abrir mercados sem perda de autonomia decisória.

“De Ouro Preto a Ouro Preto”

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 28 de dezembro de 2004)

Nas vésperas da recente reunião de cúpula do MERCOSUL em Ouro Preto, havia por parte de vários setores um tom de forte ceticismo. Em 1994, o clima não era diferente. Poucos acreditavam que uma iniciativa de integração entre países em desenvolvimento pudesse trazer resultados profundos e significativos. Hoje, contudo, passados dez anos, todos são unânimes em afirmar que aquela reunião foi fundamental para abrir o período de maior prosperidade do MERCOSUL.

Com a partida dos convidados - 9 presidentes, 13 chanceleres e representantes de 9 países e grupos regionais -, é chegado o momento de fazer um balanço desapassionado. Contabilizados os avanços, pode-se afirmar, com tranqüilidade, que

a recente reunião de Ouro Preto marcou um importante momento para a consolidação do MERCOSUL. Houve progressos significativos nas áreas econômico-comercial e político-social, no campo institucional e no relacionamento externo.

A decisão de trabalhar ativamente para a progressiva eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum permitirá a consolidação do território aduaneiro único. Essa medida facilitará a circulação de insumos produtivos e diminuirá os custos de produção nos Estados partes. Tornará, assim, o MERCOSUL mais atraente para investidores estrangeiros e melhorará as condições para a negociação com outros blocos. Acima de tudo, a decisão representou a reafirmação, em termos práticos, do compromisso de todos os membros com a União Aduaneira.

A iniciativa de criar o Fundo para a Convergência Estrutural permitirá, por sua vez, o financiamento de projetos, o desenvolvimento da competitividade e a promoção da coesão social, em particular nas regiões mais deprimidas do bloco. O fundo poderá ser também empregado para apoiar o fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL e do processo de integração em geral.

Em Ouro Preto, o MERCOSUL passou à dianteira nos chamados “novos temas” do comércio internacional, com a regulamentação do Protocolo de Compras Governamentais. As empresas da União Aduaneira agora poderão participar, de forma facilitada, das licitações públicas nos quatro países. Garante-se, na prática, a implementação do chamado “tratamento nacional” a tais empresas, em muitos setores. Em matéria de serviços, foi concluída a Quinta Rodada de Negociação, com progressos significativos na área financeira e no campo audiovisual. Ao mesmo tempo, foram lançadas novas negociações, de forma a seguir trabalhando na liberalização de um dos setores mais dinâmicos do comércio. A consolidação de regras comuns nesses novos temas proporcionará aumento significativo de comércio e negócios entre os Estados partes. Na

realidade, corrigiu-se uma situação absurda: já estarmos negociando alguns desses temas com parceiros muito mais poderosos, enquanto deixávamos o MERCOSUL para trás.

Os resultados de Ouro Preto não se restringiram, todavia, a questões econômico-comerciais. Foi acordado o documento de viagem do MERCOSUL, um verdadeiro passaporte único dos quatro países, que poderá em breve ser utilizado por seus cidadãos. Também se estabeleceram dois outros fundos: o primeiro, para financiar projetos de cooperação educacional e o segundo, para promover atividades de expressão artística. Instituiu-se a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL e foi aprovado projeto de Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional com Estados Associados.

No campo institucional, avançaram as discussões para a criação do Parlamento do MERCOSUL, órgão representativo dos povos dos Estados partes, que deverá efetivar-se até dezembro de 2006. Criou-se também o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, iniciativa voltada para a integração dos diferentes níveis de administração.

Os resultados alcançados na área do relacionamento externo foram particularmente significativos. Em Ouro Preto se concluíram as negociações dos acordos de preferências com a Índia

e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), o que consolida a diversificação de nossas parcerias externas e reforça os laços de cooperação Sul-Sul. Em momento histórico do processo de integração regional, Colômbia, Equador e Venezuela se uniram ao MERCOSUL na condição de Estados associados, como já o haviam feito Bolívia, Chile e Peru, o que reforça os contornos da recém-lançada Comunidade Sul-Americana de Nações.

Ouro Preto é lugar altamente simbólico para o Brasil. Foi o berço de idéias e ações centrais para o nascimento e consolidação da Nação brasileira. Para o MERCOSUL, Ouro Preto representou, em 1994, o ponto de partida para o período de sua maior prosperidade. Dez anos depois, num cenário de retomada sustentada do crescimento econômico e de recorde de nossas exportações para o maior parceiro do bloco, pudemos aprofundar o processo de integração e lançar novas bases que permitirão aos quatro sócios originais e aos seis associados continuar a trilhar os caminhos do desenvolvimento e da prosperidade. Eventuais diferenças, decorrentes de assimetrias entre suas economias, continuarão a ser tratadas dentro do mesmo espírito que nos tem inspirado até aqui e que pode ser resumido na seguinte frase: a solução para os problemas do MERCOSUL deve ser buscada em mais MERCOSUL.

Celso Amorim é Ministro das Relações Exteriores

ENTREVISTAS

Entrevista do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência de imprensa dos Chefes de Estado do MERCOSUL, (Puerto Iguazú, Argentina, 8 de julho de 2004)

Jornalista: Minha pergunta para o Presidente Lula. Presidente, o senhor está assumindo a Presidência rotativa do MERCOSUL, e eu pergunto: como é que o senhor pretende enfrentar os desafios que até agora não foram realizados no bloco econômico? E como que o senhor pretende lidar com questões de disputas comerciais de medidas de restrições às exportações, como as que a Argentina anunciou? O senhor ficou preocupado com essas notícias da Argentina, Presidente?

Presidente Lula: Em primeiro lugar, o MERCOSUL nunca esteve tão bem como está agora. Eu diria que estamos vivendo em um momento auspicioso pelo crescimento do MERCOSUL, pela recuperação das economias dos países que compõem o MERCOSUL e pela compreensão de que, cada vez mais, países, não apenas da própria América do Sul, da América Latina, mas países de outros continentes querem se associar ao MERCOSUL. Penso que estamos vivendo um momento extraordinário de fortalecimento do MERCOSUL, como bloco econômico, político, comercial e cultural.

Em segundo lugar, penso que os problemas existem para que possamos resolvê-los. O que acontece entre Brasil e Argentina, eu diria, não é um problema, é um resultado do crescimento da economia dos dois países, é o resultado do crescimento da relação comercial entre os dois países. Em alguns momentos, são os empresários argentinos que se queixam, em outros momentos, serão os empresários brasileiros, mas já estamos

tomando todas as iniciativas para que, no menor tempo possível, possamos resolver isso. Deus queira que outros problemas aconteçam, por conta do nosso crescimento, por conta do aumento das exportações, por conta do crescimento da produção industrial dos nossos países.

O importante é que a Argentina e o Brasil tenham consciência de que a indústria brasileira precisa crescer, a indústria argentina precisa crescer, de que o comércio precisa crescer em mão dupla, para que os dois países possam tirar proveito desse crescimento econômico.

Com o maior gosto, meu ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, meu ministro da Economia mantêm relações extraordinárias com os ministros argentinos, e os empresários brasileiros com os empresários argentinos. Iremos encontrar solução que possa satisfazer tanto à Argentina quanto ao Brasil. Estou tranquilo com relação a isso.

“A Argentina é o nosso maior aliado” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 17 de julho de 2004)

Chanceler rebateu críticas à atuação do Brasil no caso das barreiras. O Chanceler Celso Amorim rebateu, na sexta-feira, os comentários de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Itamaraty reagiram de maneira complacente à decisão da Argentina de impor barreiras à importação de eletrodomésticos brasileiros, às vésperas da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Puerto Iguazú, na Argentina.

“Tem gente que quer ver uma guerra entre os dois países, mas, na verdade, a Argentina é o nosso maior aliado político e econômico, e é ainda o nosso

segundo parceiro comercial. Se não houvesse crescimento do comércio bilateral e do próprio MERCOSUL, não haveria eventuais contenciosos comerciais. Todos têm de defender, em determinados momentos, seus interesses, e aqui mesmo no Brasil é comum a chamada guerra fiscal entre os Estados”, afirmou Amorim.

O Chanceler disse ter esperança de um entendimento entre as duas partes, na reunião marcada para quarta-feira, em Buenos Aires, com a participação de empresários, autoridades e técnicos dos governos brasileiro e argentino. E lembrou que nos anos em que representou o Brasil no antigo GATT (General Agreement of Tariffs and Trade) e na Organização Mundial do Comércio (OMC) cansou de ver disputas (painéis) entre os Estados Unidos e o Canadá, “exatamente em face da intensidade de suas relações comerciais”.

“Em casos como esse, temos de ter maturidade e a noção da necessidade de acomodar certos interesses. O Brasil já adotou, anteriormente, medidas semelhantes, com relação a produtos agrícolas do Sul do país. Todos nós temos nossos públicos internos”, comentou ainda Amorim, ao responder a uma pergunta sobre se o Presidente Nestor Kirchner não estaria adotando a medida protecionista em função do “público interno”.

Para o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, o MERCOSUL “nunca esteve tão unido”, não só nas negociações para fechar o acordo com a União Européia, até outubro, mas também nas negociações com os Estados Unidos para a criação da futura Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e na luta contra os subsídios às exportações, no foro da OMC.

Para dar um exemplo “simbólico, mas importante”, da união e do desenvolvimento do MERCOSUL, Celso Amorim presidiu ontem de manhã a cerimônia de hasteamento da bandeira do MERCOSUL, ao lado da do Brasil, em frente ao Palácio do Itamaraty. O Brasil assumiu a presidência pró-tempore do MERCOSUL, por seis meses, e

durante todo esse tempo a bandeira do MERCOSUL vai tremular ao lado da do Brasil na Esplanada dos Ministérios.

O Chanceler refutou também insinuações de que o Brasil teria sido o principal promotor da decisão de se aceitar a Venezuela como país associado ao MERCOSUL, na reunião encerrada ante ontem, em Puerto Iguazú, para dar de forma indireta apoio ao Presidente Hugo Chávez, que pode ser afastado do cargo no plebiscito a ser realizado em 15 de agosto.

“Para efeitos práticos, a Venezuela já era membro associado do MERCOSUL. Falta apenas protocolizar o acordo de livre comércio, dentro de um mês. Temos certeza de que a Colômbia e o Equador vão logo ser admitidos, e agora o México já mostrou interesse em se associar ao MERCOSUL”, disse o Chanceler.

O Ministro Amorim viajou sexta-feira à noite para Paris, onde participou sábado, na embaixada do Brasil, de uma reunião com o Comissário da União Européia, Pascal Lamy, e seus colegas dos Estados Unidos, da Índia e da Austrália, que formam o grupo conhecido como NG 5, que está discutindo “avanços” na pauta agrícola em discussão na Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Não acho que tenha havido guerra” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Zero Hora, 20 de julho de 2004)

O Chanceler Celso Amorim fez ontem uma autocrítica em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Diante dos recentes entraves do governo argentino a produtos brasileiros, Amorim reconhece a necessidade da elaboração de políticas comuns na áreas industrial, agrícola e de desenvolvimento, eliminando o risco de conflitos.

- É preciso fazer o dever de casa - prega o Ministro. Amorim, porém, não acredita que o MERCOSUL está em xeque. Em plena negociação com a União Européia (UE), Amorim afirma que os problemas com o país vizinho não enfraquecem o bloco.

- Não podemos matar a galinha dos ovos de ouro - disse, se referindo ao MERCOSUL.

No seu gabinete, que impressiona por obras de arte como quadros de Portinari, Amorim, 62 anos, conversou com a Agência RBS durante uma hora. Pouco antes, esteve reunido com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para relatar as últimas negociações junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) - ele chegou no final de semana de Genebra, na Suíça - e discutir a próxima viagem presidencial à África do Sul, de 25 a 29 de julho. À vontade, lembrou até mesmo os tempos de cineasta do Cinema Novo. Amorim foi assistente de direção de Ruy Guerra no clássico *Os Cafajestes*. O Chanceler também presidiu de 1979 a 1982 a Embrafilme, época em que teve problemas com o governo militar ao liberar o filme "Prá Frente, Brasil", de Roberto Farias.

- Cinema para mim é uma doença cíclica - diz Amorim, que tem três filhos cineastas (Vicente, João e Pedro) e é fanático por cinema.

A seguir, os principais trechos:

Agência RBS - Até que ponto essas restrições da Argentina, a chamada guerra das geladeiras, prejudicam o MERCOSUL?

Celso Amorim - Não acho que tenha havido guerra. É um problema que está sendo superado e não coloca em xeque o MERCOSUL. É um desafio enfrentar essas disparidades, esses desequilíbrios, e temos de encontrar soluções. Acho positivo, por exemplo, que os governadores dos Estados do Sul se encontrem com alguns governadores argentinos. A Argentina é o nosso segundo maior parceiro comercial individual.

Agência RBS - No momento em que o MERCOSUL negocia com a União Européia (UE), um impasse entre Brasil e Argentina não enfraquece o bloco?

Celso Amorim - Não é um impasse. São problemas que têm de ser resolvidos. A UE levou 40 anos para se consolidar. Um processo de integração é positivo no seu resultado final, mas não é totalmente

indolor. Temos que fazer isso de maneira a diminuir ao máximo os pontos de atrito, levando em conta questões como a necessidade de emprego. Se o Brasil é mais competitivo, é uma realidade que tem que se colocar, mas dentro de um quadro de entendimento: temos de pensar em termos de cadeias produtivas, que envolvam todos os países do MERCOSUL. Quando pensamos em política industrial, agrícola ou de desenvolvimento, o MERCOSUL não pode ser uma nota de pé de página. Você tem que levar em conta a realidade do MERCOSUL nessas políticas.

Agência RBS - Qual é a estratégia do Governo brasileiro nesse momento? Empresários cobram que o Brasil deveria ser mais duro, bater na mesa.

Celso Amorim - Todo mundo gosta de bater na mesa quando é com Argentina, Uruguai ou Paraguai. Quando chega na hora de bater na mesa com a UE e os Estados Unidos, todo mundo morre de medo. A Argentina é um sócio, um parceiro estratégico. Claro que tem de se comportar de acordo com as regras. A Argentina tinha adotado uma medida que levaria a restrições e também preferiu negociar. Cada um tem as suas necessidades políticas. Temos sido firmes.

Agência RBS - Então, a saída é mesmo negociar cotas?

Celso Amorim - Aliás, os empresários do setor privado negociaram muito entre eles, como têm negociado em têxteis. O governo pode ajudar a monitorar, encaminhar. Acho que o fato de termos reclamado do anúncio das medidas é correto. Mas temos de levar em conta a necessidade de flexibilidade.

Agência RBS - Daqui para frente, como evitar esses contenciosos?

Celso Amorim - Isso é de fato um desafio. Não podemos ficar apagando incêndio. Isso não dá mais. Talvez, se quiser fazer uma autocrítica, tenhamos dado um pouco menos de atenção à parte interna do MERCOSUL. Temos de ter uma visão integrada, que privilegie quem é mais competitivo, porque senão todos saem perdendo. Há a necessidade de transição

para certos setores. Isso requer mais esforço concentrado das áreas econômicas do governo. Não é um problema diplomático. Se não houvesse o MERCOSUL, se não tivesse tarifa zero, esse aumento nas exportações não teria ocorrido. A gente não pode matar a galinha dos ovos de ouro.

Agência RBS - Esses entraves com o MERCOSUL não prejudicam o lado vistoso da diplomacia brasileira de criar um bloco alternativo, a chamada união do Sul?

Celso Amorim - Temos que nos acostumar a ter problemas. O Brasil está crescendo, e o MERCOSUL também. Estamos tendo mais espaço internacional. Mas não podemos fazer de cada problema um drama nacional.

Agência RBS - Como o MERCOSUL pode negociar com a União Européia - como está ocorrendo agora - se não há essa estratégia de políticas comuns?

Celso Amorim - Está perto do final. Tudo terá que passar pela Camex (Câmara de Comércio Exterior). Amanhã (hoje), há reunião da Camex. Negociação é como jogo de futebol: só termina quando o juiz apita. Agora, tentamos obter uma melhora da oferta européia e estamos perto de um acordo. Quanto ao MERCOSUL, preferia que não existissem essas questões, mas elas não afetam a nossa unidade no campo externo. Nossas negociações com a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foram conjuntas. Isso é bom. Mas há um dever de casa que deve ser feito internamente, reconheço. Até como autocrítica. Essa questão está se tornando urgente.

Agência RBS - Até que ponto a tentativa de abertura de novos mercados não pode ficar só na retórica?

Celso Amorim - Que não é retórica, não é. Temos estatísticas que demonstram o quanto cresceu nesse ano o nosso comércio com esses países.

Agência RBS - Sim, mas no caso da soja, o governo chinês não hesitou em restringir.

Celso Amorim - A China é um país grande,

complexo, assim como o Brasil. De repente, estou negociando com um país e um órgão daqui toma uma medida de restrição por um problema sanitário ou de saúde. Não estamos falando de coisas pequenas. Esse fato (a soja) foi corrigido. Eu vejo de forma contrária. Se não ocorresse uma aproximação política, estaríamos até agora lutando com isso e talvez tivéssemos que levar à Organização Mundial do Comércio (OMC). E questões sanitárias são muito difíceis na OMC.

Agência RBS - O Brasil pensa em sepultar a ALCA?

Celso Amorim - Houve e há um grande esforço de avançar, de procurar soluções para os problemas, que são reais, como a questão agrícola, onde os Estados Unidos se revelaram mais restritivos. Mas, ao mesmo tempo, não renunciaram a alguns objetivos ofensivos em áreas delicadas para nós. Quando retomarmos as negociações, vamos nos concentrar no que mais interessa.

Agência RBS - Na Alca light?

Celso Amorim - Não é light. Não podíamos era discutir todos os temas, digamos, sensíveis aos Estados Unidos na OMC e todos os sensíveis para nós na ALCA, onde o poder de pressão deles era maior. Isso não dá.

Agência RBS - AALCA começa em janeiro de 2005?

Celso Amorim - Honestamente, acho difícil. Estamos cada vez mais perto das eleições norte-americanas e isso cria um complicador. Acho mais provável, se fizermos uma análise fria - veja bem, não é um desejo - é possível avançarmos mais após as eleições. Hoje, avançar na negociação na OMC é mais fundamental para o Brasil.

Agência RBS - Não há uma torcida do Governo brasileiro por uma vitória do democrata John Kerry?

Celso Amorim - Não há torcida. Gostamos muito que respeitem a nossa soberania e respeitamos a dos outros também.

Agência RBS - Mas se as pesquisas

confirmarem, a tendência de vitória dos democratas pode favorecer o Brasil?

Celso Amorim - Nessas questões de interesse de Estado, a continuidade pesa, mas é um pouco prematuro julgar. Não vou querer entrar nessa análise.

Agência RBS - Mas o governo do Presidente George W. Bush favoreceu o setor agrícola e isso não é bom para o Brasil. Uma mudança não seria bem-vinda?

Celso Amorim - Isso é vocês que estão dizendo. Nós soubemos como agir e fomos à OMC contra os EUA na questão dos subsídios ao algodão. O Brasil causou uma revolução. Foi o primeiro caso de subsídio doméstico questionado na OMC.

Agência RBS - Em que a missão no Haiti favorece o objetivo do Brasil de obter uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU)?

Celso Amorim - A missão do Haiti não foi feita com esse objetivo. Ela faz parte de uma preocupação brasileira. A situação de total insegurança de um país da América Latina é algo preocupante. Não podemos ficar dizendo que somos contra uma ação porque não tem o aval da ONU (se referindo ao Iraque) e quando tem o endosso (no caso do Haiti) lavar as mãos. Se isso vai contribuir para o Brasil ser membro permanente no Conselho ou não, não sei. A paz tem um preço. Ou você vai e atua, ou você vai pagar sob a forma de dependência, de menor influência política. O Brasil é um país importante no cenário internacional e temos que dar uma contribuição.

Agência RBS - Como o senhor vê as críticas de que a intenção da diplomacia brasileira é marcar posição antiamericana? A visita à Líbia, do ditador Muamar Kadafi.

Celso Amorim - Não dá nem para levar a sério essas críticas. Duas semanas depois de o Presidente Lula ter visitado a Líbia, o Presidente Bush elogiou o Kadafi pela cooperação que ele estava dando em armas de destruição em massa.

Declarações

“Todo mundo gosta de bater na mesa quando é com Argentina, Uruguai ou Paraguai. Quando é com os EUA, todo mundo morre de medo.”

“A paz tem um preço. Ou você vai e atua, ou você vai pagar sob a forma e menor influência política. Temos (o Brasil) que dar uma contribuição.”

Entrevista concedida pelo Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Ministro Everton Vieira Vargas (Folha do Meio Ambiente, 22 de julho de 2004)

Da mesma forma que Copa do Mundo sem o Brasil não tem graça, também não tem agenda ambiental sem o Brasil, pois 25% da biodiversidade do mundo está aqui.

Se há um tema que requer da diplomacia muito mais atenção, muito mais preparo e muito mais compreensão é justamente o meio ambiente. Por quê? Simples, porque esse é um tema que não tem fronteiras. Se o tema é importante por si só, imagina para o Brasil que tem o maior potencial de água doce do mundo, a maior floresta tropical e 25% da biodiversidade mundial. Muito bem preparado profissionalmente, o Itamaraty não brincou em serviço. Foi buscar um de seus melhores quadros para dirigir o Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais: o gaúcho Everton Vargas. Diplomata de carreira, o Ministro Vargas trabalha há mais de uma década com a agenda ambiental brasileira e é considerado pelos profissionais do setor como um dos principais negociadores quando o assunto é meio ambiente. Impressiona pela capacidade técnica e política. O Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty é um dos três Departamentos da Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos do MRE. Essa Subsecretaria tem a responsabilidade de coordenar, acompanhar e instruir a participação das delegações do Brasil nos foros multilaterais mais diversos, como em direitos humanos, em desarmamento ou em meio ambiente. No caso de meio ambiente, o Departamento coordena a

participação do Brasil nas diferentes conferências internacionais. Tem três divisões: de Meio Ambiente, de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e do Mar, da Antártida e do Espaço. Nessa entrevista, o Ministro Everton Vargas fala da agenda ambiental brasileira para o segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005.

Folha do Meio Ambiente - Quais os eventos mais significativos da agenda internacional de meio ambiente que o Brasil cumprirá nos próximos doze meses?

Everton Vargas - Essa agenda é muito ampla. Existem não apenas as conferências das partes, das convenções e dos instrumentos em que o Brasil é parte, mas existem também reuniões técnicas que muitas vezes são extremamente importantes politicamente, porque elas preparam as decisões que vão acontecer nas conferências das partes. Por exemplo, realizou-se, em junho, em Bonn, na Alemanha, a reunião dos órgãos subsidiários da Convenção do Clima. A partir dela será delineada toda a negociação da 10ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, que vai acontecer em Buenos Aires, de 6 a 17 de dezembro deste ano.

Essa vai ser uma conferência extremamente importante. Se a Rússia efetivamente ratificar o Protocolo de Quioto a tempo, pode acontecer que, na Argentina, se possa realizar também a 1ª Reunião das Partes do Protocolo. Esta é uma reunião que poderá ser crucial.

FMA - E se a Rússia não ratificar Quioto?

Everton Vargas - Se a Rússia não ratificar o Protocolo de Quioto, poderemos estar também frente ao desafio de saber como é que vamos tratar a questão do clima. Em setembro próximo, teremos uma reunião informal que é co-presidida pelo Brasil e pelo Japão - será a segunda reunião que vai realizar-se em Tóquio, nos dias 15 e 16 de setembro - sobre o futuro do regime internacional de mudanças do clima. Pelo artigo 3.9 do Protocolo de Quioto, as negociações para o chamado Segundo Período de Cumprimento do Protocolo, que seria após 2012,

teriam que se iniciar em 2005.

FMA - Como o protocolo não está em vigor, como é que se vai fazer?

Everton Vargas - Verdade, como vamos fazer? Negociar um outro Protocolo? Vamos buscar uma outra alternativa? Isso é uma coisa que temos que discutir, porque os países industrializados ainda não cumpriram com as suas metas. A própria União Européia está com dificuldades para cumprir as suas metas de redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa, tal como estabelecido no Protocolo de Quioto. E como se sabe, o Protocolo de Quioto responde apenas por 5,2% da redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Ele não resolve o problema da estabilização da concentração dos gases. Ele é apenas um primeiro passo que a comunidade internacional deu sobre isso.

FMA - A questão climática é a mais importante nas relações internacionais?

Everton Vargas - Não. Ela é muito importante, mas não é a mais importante. Igualmente importante, como ela, é a questão da biodiversidade. Na verdade, a questão do clima está intimamente ligada à biodiversidade. Há nessa discussão várias incógnitas, como a vontade política dos países ricos de cooperar no processo de transferência de tecnologia em matéria de mudança do clima, a questão do cumprimento das metas pelos países industrializados até 2012, a não participação americana no Protocolo de Quioto etc.

FMA - E como vai se negociar o futuro do regime?

Everton Vargas - Os países membros da Convenção sobre Mudança do Clima sentaram à mesa e chegaram a um acordo para a negociação. Houve o chamado Mandato de Berlim, que foi adotado em 1994 pela Conferência das Partes e que estabeleceu o que seria negociado. Nele foi demarcado o território de negociação. A Convenção do Clima, por tratar de temas como energia, meio ambiente, padrões de produção e consumo é, na verdade, uma convenção sobre o desenvolvimento.

É que ela é tão importante que chamou a atenção tanto da comunidade científica quanto da comunidade empresarial e das ONGs quando foi negociada.

Ela poderia vir a ser - se não houvesse atenção para aqueles aspectos - uma espécie de camisa de força, especialmente para os países em desenvolvimento. Foi exatamente por isso que, no artigo 4.7 da Convenção, foi estabelecido que, para os países em desenvolvimento, a primeira prioridade é o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza. Por isso, os países em desenvolvimento nunca aceitaram metas de redução de emissões.

Essa aceitação significaria que eles teriam que fazer uma contribuição para um problema que não geraram e, ao mesmo tempo, teriam que pagar muito mais caro pelo processo de desenvolvimento.

FMA - E como se encaixa nesse quadro a questão da biodiversidade?

Everton Vargas - A Convenção da Biodiversidade está centrada na idéia de utilização dos recursos naturais. A questão aí é o seguinte: para um país como o Brasil, que tem 25% da biodiversidade do mundo, a utilização dos recursos biológicos e genéticos existentes em seu território significa um novo padrão de industrialização. Poderemos dar um salto tecnológico.

Hoje, qualquer revista científica mostra onde estão sendo feitas as grandes descobertas: em cima da genética, do DNA, das propriedades das plantas. Para o Brasil, isso é uma riqueza estratégica. Não é uma riqueza que vai permanecer intocada. Não vamos ser uma espécie de jardim botânico do mundo. Trata-se de um bem econômico que tem que ser conservado para ser usado de forma sustentável, criando renda, emprego, melhoria das condições econômicas e sociais, em particular para as comunidades onde os recursos estão localizados, e protegendo o meio ambiente. A grande discussão que se tem hoje em torno da biodiversidade é o reconhecimento dos direitos dos países de origem pela pesquisa e pelo beneficiamento de seus recursos

genéticos e biológicos. Os países industrializados obviamente não desejam reconhecer isso, pois, até a negociação da Convenção sobre Diversidade Biológica, entendiam que esses recursos eram um bem comum da humanidade.

FMA - Qual a relação entre essa discussão e o patenteamento?

Vargas - Essa discussão sobre os direitos dos países de origem está intimamente ligada à questão do patenteamento. Quão adequados são os direitos de propriedade intelectual para proteção dos recursos biológicos, genéticos e do conhecimento tradicional? Trata-se de questão ligada ao patenteamento da vida. Entramos em uma discussão muito grande sobre se é possível ou não patentear. Outro problema está relacionado aos conhecimentos tradicionais. Como vamos patentear o conhecimento de uma comunidade, se ele vem se estratificando através das gerações? Estamos, no campo do direito, numa disjuntiva e numa fronteira.

FMA - Aí se trata de um direito coletivo...

Vargas - Justamente. O direito de propriedade intelectual foi criado para preservar o inventor frente à sociedade, para fazer com que, se alguém inventou uma determinada tecnologia, tenha o seu conhecimento preservado e receba a retribuição adequada pelo esforço que desempenhou.

Diferente é quando se trata dos conhecimentos tradicionais, pois não estamos diante de um direito individual, mas de um direito coletivo. Infelizmente, a ciência jurídica, hoje, ainda não tem uma doutrina adequada para a proteção dos direitos coletivos.

Não existe nos acórdãos dos tribunais superiores dos diferentes países uma decisão sobre a proteção do conhecimento tradicional. Então, isso está gerando uma grande discussão, iniciada com a decisão adotada pela Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, a respeito da negociação de um regime internacional sobre repartição de benefícios.

Essa negociação já teve um primeiro passo

na recente Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que aconteceu em Kuala Lumpur, na Malásia, em fevereiro. A primeira reunião do grupo de trabalho aberto sobre acesso e repartição de benefícios em relação a recursos genéticos, após a reunião de Kuala Lumpur, acontecerá em fevereiro do próximo ano, na Tailândia.

FMA - Esse é o coração da agenda?

Everton Vargas - Sim, esse é o coração da nossa agenda, porque ela envolve tecnologia, investimento, emprego, renda, propriedade intelectual, conservação, política nacional de meio ambiente e, simultaneamente, política de desenvolvimento sustentável. Isso vale tanto para a Convenção sobre Mudança do Clima como para a Convenção sobre Biodiversidade. As duas, depois, vão estar presentes em diferentes áreas onde os dois temas serão discutidos.

Quando discutimos a questão do comércio internacional de espécies ameaçadas na CITES - vamos ter uma Conferência das Partes que vai acontecer em outubro próximo -, estamos falando de uma questão intrínseca à biodiversidade. Quando, no próximo ano, tivermos uma reunião do Comitê de Florestas da FAO, em março, e a 5ª Reunião do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, prevista para maio ou junho, estaremos também tratando de biodiversidade e de clima.

Quando conversamos sobre áreas úmidas, de especial interesse ecológico, protegidas pela Convenção Ramsar, também está envolvida a questão da biodiversidade. Entra aí também um aspecto comercial extremamente importante que normalmente nessa discussão sobre meio ambiente passa um pouco despercebido. Refiro-me à questão dos subsídios agrícolas que são pagos pelos países industrializados aos seus agricultores.

FMA - Há uma relação entre subsídios agrícolas e meio ambiente?

Everton Vargas - Ao lidar com a questão da conservação da biodiversidade, sobretudo nos países europeus, onde a biodiversidade foi praticamente toda

devastada, verificamos que esses países tentam, nas negociações, passar uma justificativa nova para seus subsídios agrícolas, com base na conservação da biodiversidade.

Isso é um perigo, porque no momento em que permitirmos que os países industrializados paguem aos seus agricultores, a pretexto de garantir a conservação da biodiversidade, estamos, de fato, concordando em que eles continuem subsidiando a sua agricultura. Ao mesmo tempo, tentam impedir que países como o Brasil, que têm grande biodiversidade e que precisam desenvolver processos e produtos a partir da utilização sustentável dessa biodiversidade, com a aplicação de biotecnologia, tenham acesso aos grandes mercados consumidores, por causa justamente dos subsídios.

De fato, processos e produtos desenvolvidos nos países industrializados vão, com base na conservação, ainda que pequena, de sua biodiversidade, estabelecer barreiras ao acesso dos produtos dos países em desenvolvimento. Há, aí, uma ligação com toda essa questão de negociações comerciais internacionais.

O que eu quero mostrar é que há uma enorme inter-relação entre a questão ambiental e todas as outras questões que estão aí, e que, muitas vezes, quando se lê na imprensa, aparece como uma coisa dissociada. Temos que ter muito cuidado, sobretudo em se tratando de um país como o Brasil, que tem extensão territorial, os maiores recursos hídricos do mundo, os maiores recursos da biodiversidade, a maior floresta tropical do mundo, um parque industrial altamente desenvolvido, que é o sexto maior produtor de sementes do mundo, que é o país que tem recursos minerais riquíssimos, muitos deles inexplorados. Para o Brasil, essas questões todas são estratégicas.

O debate sobre meio ambiente, para o Brasil, é tão importante quanto discutir questões comerciais e de acesso aos mercados. Tudo está interligado.

As convenções internacionais, para o Brasil, não serão um obstáculo à nossa autonomia decisória para a utilização dos nossos recursos naturais. O

beneficiamento desses recursos é a grande discussão da humanidade. Se recorrermos aos romanos, verificamos que, quando eles conquistaram a Europa e a África, estavam atrás dos recursos naturais também.

FMA - Se não há Copa do Mundo sem o Brasil, pode-se dizer que também não há discussão sobre o meio ambiente sem o Brasil?

Everton Vargas - Sem dúvida. Não há tema ambiental no qual o Brasil não tenha participação relevante. O Brasil tem enorme influência por várias razões. Temos uma comunidade científica respeitada, temos uma tradicional capacidade de negociação diplomática, temos uma indústria relevante e temos também áreas deprimidas. Então, ao mesmo tempo em que defendemos a necessidade de criar emprego e renda para as pessoas que moram nas áreas menos favorecidas da Federação, também temos que pensar na participação da indústria brasileira, ao implementar nossa obrigação internacional. Temos que buscar fórmulas para manter a indústria brasileira funcionando e evitar que ela se veja impedida de penetrar nos mercados.

FMA - Como o senhor vê a questão dos transgênicos?

Everton Vargas - O Brasil é parte do Protocolo de Cartagena. Estivemos na 1ª Reunião das Partes do Protocolo, realizada em fevereiro passado. Trata-se de questão importante, na qual existe também enorme debate dentro da sociedade. Em política externa, não podemos nos apresentar com posições cindidas.

Temos que buscar sempre um mínimo denominador comum entre os diferentes órgãos interessados, pois o governo, obviamente, é o mandatário da sociedade. É necessário que haja uma discussão, que neste momento está ocorrendo no Congresso Nacional, onde tramita uma lei sobre biossegurança. É um tema que tem diferentes facetas. É uma tecnologia de enorme relevância hoje em dia no mundo, mas temos que saber exatamente qual é o seu verdadeiro impacto.

É preciso que tenhamos cuidado, porque o Brasil, ao mesmo tempo em que tem uma enorme biodiversidade, é também um grande exportador de grãos. Não podemos fazer uma coisa em prejuízo da outra. É preciso procurar um meio termo. Daí a necessidade de que haja negociação interna, de que haja diálogo. As questões que temos hoje em dia na mesa não são daquelas que as sociedades têm opiniões unânimes.

FMA - Na verdade a questão ambiental é bem controversa...

Everton Vargas - Sim, a questão ambiental é controversa por natureza, porque todos estamos conscientes do impacto que teremos se ocorrer uma enorme devastação, ou se forem introduzidos organismos exóticos em um determinado ecossistema, por exemplo. Este é, aliás, um dos temas mais discutidos na área de biodiversidade, pois a invasão de espécies exóticas pode gerar enorme impacto sobre a agricultura, em função de pragas, ou para a biodiversidade marinha, em decorrência do despejo da água de lastro dos navios.

Verificamos que impactos desse tipo podem acarretar não só danos à fauna e à flora, mas também enormes prejuízos econômicos. Há vinte anos, quem falasse de espécies exóticas invasoras era considerado um exótico.

FMA - E por falar em espécies invasoras, há discussão internacional sobre o tema?

Everton Vargas - Teremos ainda este ano reunião do Acordo Internacional sobre Albatrozes e Petréis. Aparentemente, trata-se apenas de passarinhos. Mas não é assim. A captura dessas aves aquáticas ocorre de maneira não intencional, em decorrência do tipo de rede usada por grandes pescadores, de maneira geral. O que se procura é modificar os métodos de pesca para torná-los mais sustentáveis e com isso evitar a captura indiscriminada de albatrozes e petréis, cuja importância para o equilíbrio ecológico é enorme, por serem aves migratórias.

O Brasil recebe, no sul, albatrozes vindos de

longas distâncias. Estamos falando de coisas que formam uma agenda nova e até agora pouco compreendida, cujas ramificações ainda não foram completamente definidas, e que têm um significado econômico relevante.

FMA - E em relação ao semi-árido e à desertificação?

Everton Vargas - Agora em agosto vai haver evento em Fortaleza chamado CCD+10, destinado a celebrar os dez anos da Convenção de Combate à Desertificação e Seca. Para isso, estamos convidando representantes dos pontos focais da Convenção na América do Sul para um diálogo destinado a definir medidas de colaboração para implementar no continente.

Isso é um tema extremamente importante, pois em certos Estados brasileiros, inclusive no Rio Grande do Sul, temos indícios de processos de desertificação. É inacreditável que um Estado que há 40 anos era considerado celeiro do Brasil tenha, hoje, problema de desertificação. Isso é o resultado notório da degradação ambiental e do mau gerenciamento ambiental. Em relação ao semi-árido, que domina a maior parte do território de vários Estados do Nordeste, entendemos que ele poderá tornar-se o grande celeiro do Brasil na área de agricultura energética. Temos hoje em dia um programa importante de desenvolvimento de biocombustíveis.

FMA - E temos agora o biodiesel...

Everton Vargas - Realmente, agora estamos entrando na área do biodiesel. O óleo de mamona é a grande fonte de recursos para o biodiesel, e o semi-árido brasileiro poderá transformar-se no grande produtor de mamona. Em junho último, a Ministra Dilma Rousseff, das Minas e Energia, participou de reunião em Bonn, na Alemanha, sobre energia renovável. Ela fez pronunciamento sobre a importância dos biocombustíveis, destacando o óleo de mamona para a produção de biodiesel. Há todo um programa do Ministério de Minas e Energia nessa direção. Da mesma forma que a região de Petrolina,

em Pernambuco, é hoje reconhecida no mundo como um dos grandes celeiros de frutas tropicais, o semi-árido nordestino poderá amanhã transformar-se na grande fonte de energia alternativa. Isso é extremamente importante, pois, em matéria de energia, uma das grandes questões é como assegurar o seu fornecimento constante.

Na medida em que os países em desenvolvimento vão precisar crescer mais e o Brasil, em especial, vai precisar dar um salto para erradicar a pobreza, haverá indiscutivelmente maior demanda por energia. A questão que se coloca para nós é: qual o caminho que vamos seguir? Vamos percorrer o mesmo caminho dos países industrializados e, portanto, emitir gases causadores do efeito estufa, ou vamos seguir caminho alternativo que utilize, de um lado, a tecnologia mais limpa, em matéria de combustíveis fósseis, e, de outro, maior ênfase nas energias alternativas que poluem menos?

FMA - E o Programa Nacional do Álcool?

Everton Vargas - É verdade. Produzimos etanol sem nenhum subsídio, atendendo plenamente o consumo interno e abrindo espaço para a exportação. A China decidiu introduzir 13% de álcool na gasolina. No Japão, já existe decisão, ainda que em bases voluntárias, da adição de 3% de álcool à gasolina. Há interesse de negociação com o Brasil.

No ano passado, estive no Japão discutindo o assunto com autoridades japonesas, para promover a importação de etanol produzido no Brasil. Nossa produção atual é de 10 bilhões de litros de etanol por ano. A nossa capacidade de produção está estimada em 16 bilhões de litros anuais. O Japão consome 60 bilhões de litros de gasolina por ano. Se o Japão adotasse, de maneira obrigatória, para todos os automóveis, 3% de etanol na gasolina, isso significaria 1,8 bilhão de litros, que poderiam ser vendidos pelo Brasil ao Japão. Trata-se de uma alternativa econômica, somada à questão ambiental e de desenvolvimento. Isso vai se refletir na Convenção do Clima, porque o maior volume de energia alternativa corresponde a diminuição das

emissões de gases de efeito estufa. E também na Convenção da Biodiversidade, porque, quando forem montados os programas de biocombustíveis, terá de se considerar o respectivo impacto no ecossistema.

O que temos sempre mostrado em relação ao etanol é que, em primeiro lugar, ele é produzido sem subsídio; em segundo lugar, não há nenhuma agressão à floresta, pois a área ocupada é típica de região agrícola já consolidada.

FMA - Como a legislação ambiental brasileira vai se adequar às legislações do MERCOSUL e dos países da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia?

Everton Vargas - São coisas diferentes. O MERCOSUL é um mercado comum. Existe a perspectiva de que progressivamente iremos ter leis mais harmonizadas. Em junho último, entrou em vigor o Acordo Marco de Cooperação Ambiental do MERCOSUL, que foi assinado e ratificado pelos quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No âmbito do MERCOSUL, a legislação brasileira é a mais avançada.

Estamos trabalhando conjuntamente em várias áreas, inclusive através de um sub-grupo de trabalho específico sobre meio ambiente. Houve, também no mês passado, em Buenos Aires, a primeira reunião ordinária de Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL, sucedendo a uma reunião extraordinária, ocorrida em outubro do ano passado em Montevideu. Agora, o diálogo entre esses ministros foi institucionalizado. Isso é muito importante, porque vai permitir que haja políticas e medidas concertadas a esse propósito.

Em novembro próximo, será a vez do Brasil sediar a segunda reunião ordinária de Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL. A Ministra Marina Silva vai assumir a presidência dessa reunião porque o Brasil será, no segundo semestre deste ano, o presidente pró-tempore do MERCOSUL.

FMA - E no caso da OTCA?

Everton Vargas - No caso da OTCA é diferente, porque não temos uma obrigação, um

acordo que obrigue a busca de uma legislação comum. Mas existe interesse de harmonizar a legislação, porque o acesso aos recursos genéticos e a proteção dos conhecimentos tradicionais são temas que têm relevância tanto para o Brasil, quanto para a Colômbia, a Venezuela, o Peru e, muitas vezes, as comunidades tradicionais estão localizadas nas regiões de fronteira e elas atravessam.

O conhecimento, portanto, não conhece fronteiras. É relevante que tenhamos uma legislação harmonizada, o que não significa ter a mesma legislação, necessariamente, porque cada país tem as suas instituições, a sua cultura, as suas especificidades. Mas é preciso lembrar que legislação implica ter instituições fortes, recursos humanos adequadamente treinados, investimentos em infraestrutura, capacidade de fazer avaliação de impacto.

Não podemos simplesmente fazer um acordo com todos os países da OTCA, dizendo que eles terão avaliação de impacto ambiental. Isso depende de cada um, embora seja normal buscar uma aproximação das legislações e fazer com que esse patrimônio que é comum aos países amazônicos seja igualmente protegido nos diversos domínios territoriais dos Estados que compõem o Tratado.

FMA - Em que medida a agenda ambiental de 2005 dependerá do resultado das eleições nos Estados Unidos?

Everton Vargas - A eleição norte-americana é sempre um fato político muito importante em qualquer agenda internacional que se tenha. A agenda comercial, a agenda ambiental, a agenda tecnológica, a agenda de segurança. Agora, o mundo não é refém das eleições americanas. O mundo não vota para presidente dos Estados Unidos. Só os cidadãos dos Estados Unidos.

FMA - E a decisão do governo norte-americano de não ratificar o Protocolo de Quioto?

Vargas - Sabemos que existe nos Estados Unidos uma fortíssima atuação tanto da sociedade civil quanto das próprias empresas americanas e também de alguns estados no sentido de reduzir as

emissões. Na Califórnia e em Nova York, por exemplo, que também são governados pelo Partido Republicano, isso está acontecendo. Sim, a eleição norte-americana é um fator político importante, mas o mundo também continua.

Quando o Brasil elege como prioridade de política externa a América do Sul e uma concertação com a África do Sul e a Índia, quando o Brasil tem um diálogo mais intenso com a China, isso também tem impacto. A visita do Presidente Lula à China não passou despercebida pelos grandes órgãos de imprensa. Um país como o Brasil também tem o que dizer, e as viagens e a atuação do Ministro Celso Amorim nos foros internacionais testemunham isso. Uma China, uma Índia têm o que dizer. O Brasil tem capacidade de influência que não pode ser negligenciada, o que nem sempre é percebido pela sociedade, quando ela discute nosso papel no mundo. E essa capacidade de influência tem que ser exercida de dentro para fora.

Não podemos tratar os temas ambientais, ou os outros temas, a partir da agenda ou da perspectiva fixada de fora. Esse, no fundo, é o grande problema que enfrentamos na discussão ambiental, justamente porque essa agenda nasceu nos países industrializados.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, derivou da preocupação que os países industrializados tinham com o problema da poluição. Foi essa iniciativa que gerou todo o movimento ambientalista na sociedade.

Naquela época, para o Brasil, a coisa mais importante que tivemos de negociar em Estocolmo foi o problema do uso dos recursos naturais compartilhados, especialmente os recursos hídricos.

FMA - O senhor defende, então, uma nova visão do mundo pelo Brasil?

Everton Vargas - Sim. Nas discussões multilaterais, especialmente sobre os chamados temas globais, não podemos ficar a reboque da visão externa. Temos que dar uma visão brasileira, uma

visão a partir da perspectiva dos países que já alcançaram um determinado patamar de desenvolvimento, mas que ainda enfrentam desafios como a fome e a pobreza. Temos tecnologia, indústria, uma sociedade conscientizada. Mas também temos desafios, como as matas ciliares, o desmatamento e problemas de saneamento.

Também temos soluções, inclusive, no tocante a saneamento, o chamado esgoto comunitário, que pode ser multiplicado.

Este ano, a questão do saneamento foi o tema central da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, junto com a água e assentamentos humanos. E vamos ter, em 2005, uma negociação sobre esse mesmo tema, no âmbito da Comissão para definir políticas de cooperação internacional nessa área.

Essa cooperação internacional tem que deixar de ser vista como uma cooperação assistencialista. A cooperação internacional nasceu como um bônus, por assim dizer, que as superpotências procuravam dar aos países que apoiavam as suas respectivas políticas internacionais durante a Guerra Fria. Hoje não temos mais a Guerra Fria. Hoje, a geopolítica no mundo mudou muito. Um país como o Brasil tem condições de trabalhar a cooperação de outra maneira. Da mesma forma que a cooperação prestada ao Brasil também mudou de foco.

O Brasil pode atuar em conjunto com os países doadores e com os organismos internacionais, seja em projetos no país, seja em terceiros países que apresentem condições econômicas, sociais e ambientais semelhantes às nossas.

O Brasil está aberto a fazer trabalhos conjuntos com outros países em diferentes áreas. Temos sempre que definir quais são as nossas prioridades políticas, quais as medidas que vamos tomar para implementá-las e, a partir daí, executar projetos que efetivamente se reflitam em uma melhoria das condições econômicas, sociais, ecológicas e que, em última análise, vão significar melhoria da qualidade de vida da população.

“Não tem bonzinho” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Época, 26 de julho de 2004)

Não adianta chiar. O Governo brasileiro continuará mantendo uma atitude compreensiva em relação à Argentina, apesar das seguidas puxadas de tapete que o “parceiro” vem aplicando na área comercial. Nem mesmo os limites impostos pelo país vizinho à entrada de eletrodomésticos fabricados do lado de cá da fronteira tiram do sério o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na opinião dele, os interesses dos empresários brasileiros estão sendo preservados e a parceria com a Argentina continua a ser uma prioridade, pois vai render dividendos para o Brasil no longo prazo. “Não defendemos a integração porque somos bonzinhos”, diz. “É do nosso interesse.” Sem laços fortes dentro da América do Sul, crê o ministro, o Brasil ficará em posição desfavorável num cenário mundial dominado por grandes blocos econômicos. Como remédio para os problemas do MERCOSUL, ele receita mais MERCOSUL. Nesta entrevista, Amorim recomenda que os brasileiros se acostumem com a idéia de que é preciso buscar soluções conjuntas para a economia da região.

Dados pessoais:

Nasceu em Santos, tem 62 anos e quatro filhos.

Alguns cargos que ocupou:

Foi Diretor-Geral da Embrafilme entre 1979 e 1982 e Ministro das Relações Exteriores no Governo Itamar (1999-2001).

Formação acadêmica:

Estudou Relações Internacionais na Academia Diplomática de Viena e Ciências Políticas na London School of Economics and Political Science.

ÉPOCA - Até quando o Brasil vai ceder às pressões argentinas?

Celso Amorim - Não é ceder. Antes do MERCOSUL, o comércio com a Argentina era quase inexistente, representava só 3% das exportações brasileiras. Depois do MERCOSUL, chegou a quase 15%. Esse movimento caiu um pouco

por causa das crises econômicas, mas continua alto. Nesse período, ocorreram fatos que debilitaram o parque industrial argentino. Isso é culpa do Brasil? Claro que não. Mas precisamos decidir se encaramos a Argentina como um país com o qual temos uma relação de sociedade ou uma relação comercial qualquer. Se encaramos como uma sociedade, precisamos buscar soluções de longo prazo. Até quando o Brasil vai nessa trilha? Até encontrar soluções de longo prazo.

ÉPOCA - Às vezes parece que só o Brasil está disposto a ceder.

Celso Amorim - Já houve fases em que o Brasil tomava decisões unilaterais que afetavam o comércio com a Argentina. Não vejo leniência do Brasil. A economia argentina está em uma situação difícil e precisamos ter compreensão.

ÉPOCA - O senhor acha que compreensão leva em conta os interesses da indústria brasileira?

Celso Amorim - Claro. Se determinado setor da economia brasileira é mais competitivo que o da economia argentina, isso não pode ser ignorado nas negociações. Mas essa vantagem precisa ser aplicada de tal maneira que não produza uma terra arrasada do lado de lá, até porque isso não interessa ao Brasil. Temos de começar a pensar no MERCOSUL, e até na América do Sul, com o objetivo de chegar a uma política industrial comum, uma política agrícola comum e uma política tecnológica comum.

ÉPOCA - Podemos imaginar então um calçado do MERCOSUL lutando por espaço no mercado mundial? Um sapato de couro argentino, industrializado no Brasil, com solado uruguaio e cadarço paraguaio?

Celso Amorim - Não sei se funcionaria exatamente assim, mas a idéia é essa: unir forças para brigar no mercado mundial. A economia mundial conta com grandes blocos, como a União Européia e o Nafta, que reúne Estados Unidos, Canadá e México. Sozinho, mesmo o maior país da América do Sul é frágil diante desses gigantes. Já o MERCOSUL, ou a América do Sul, tem peso maior.

Não defendemos a integração porque somos bonzinhos. É do nosso interesse.

ÉPOCA - Alguns empresários brasileiros acham que os argentinos agem de forma traiçoeira...

Celso Amorim - Negociações comerciais são sempre complicadas. No Brasil, costumamos mesmo implicar com os argentinos. Há uma rivalidade natural entre países vizinhos que às vezes se manifesta na economia e às vezes se manifesta no futebol. Outro dia, estava vendo um jogo na televisão, Brasil contra México. O técnico dos mexicanos era argentino e foi objeto de pelo menos dez comentários durante a transmissão por ter dito que a seleção brasileira não tirava seu apetite. Se fosse um treinador de outra nacionalidade, a declaração não teria provocado tamanha reação. A economia mundial conta com grandes blocos, como a União Européia e o Nafta.

Sozinho, mesmo o maior país da América do Sul é frágil diante desses gigantes. Já o MERCOSUL tem um peso maior.

ÉPOCA - As negociações entre o MERCOSUL e a União Européia para a abertura dos dois mercados sofreram revés na semana passada.

Celso Amorim - O MERCOSUL fez enorme esforço, abrindo negociações em áreas estratégicas como a financeira e a de compras governamentais. O que nos interessava era que a Europa promovesse uma abertura substancial da área agrícola. Pela reação inicial dos negociadores europeus, fiquei com a impressão de que isso era possível. Mas eles fizeram uma proposta muito restritiva, sugerindo um prazo de dez anos para estabelecer cotas a alguns produtos nossos, como a carne. Vamos falar claro: cota é uma droga. Em dez anos, então, nem se fala. Resolvemos por isso interromper as negociações, embora tenhamos muito interesse em retomar as conversas mais adiante.

ÉPOCA - Em outra frente importante, os americanos aparentemente se desinteressaram em avançar nas negociações para a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Celso Amorim - Os americanos esperavam

negociações mais fáceis. Não estavam dispostos a fazer concessões na área agrícola e queriam que fizéssemos concessões em várias áreas. Queremos mais equilíbrio. Há também uma questão de prioridade deles. Não podemos esquecer que os Estados Unidos vivem período pré-eleitoral.

ÉPOCA - Todos os países querem aumentar suas exportações, e nenhum deles quer aumentar suas compras...

Celso Amorim - É isso. Um país pode até chegar ao livre comércio, mas pelo esforço de ganhar mais em cima de outro país. Só os ingênuos acreditam que um país, ao praticar o livre comércio sozinho, levará os demais países a fazer o mesmo em relação a ele.

ÉPOCA - O Itamaraty ficou decepcionado com a China, que vetou a soja brasileira logo depois da visita do Presidente Lula?

Celso Amorim - Quando dois países como o Brasil e a China decidem formar uma parceria estratégica, não quer dizer que será um caso de amor permanente. Na verdade, se não tivéssemos uma relação especial, o episódio da soja teria sido bem mais complicado. Foi justamente essa relação que permitiu uma solução rápida da controvérsia. Quando soube que o Presidente Lula queria falar sobre o caso da soja, o Presidente Hu Jintao se apressou em mandar a mensagem dizendo que queria uma solução. Em dois dias, chegou-se a acordo.

ÉPOCA - Ao aproximar-se dos países em desenvolvimento, o Brasil tenta se distanciar dos Estados Unidos?

Celso Amorim - Isso seria uma bobagem. Os EUA, é claro, representam um mercado extraordinário no qual queremos manter nossa participação e, se possível, ampliar. Só que é um mercado maduro, em que é mais difícil crescer. Isso às vezes ocorre, como no caso dos aviões, cuja produção brasileira deu um salto tecnológico e se tornou mais competitiva. Essa, porém, não costuma ser a regra. Na relação com outros países, o potencial de crescimento é muito maior, pois são mercados

que não foram explorados. Notemos que isso não é abstrato, trata-se de algo muito concreto. Nosso comércio com a China há dez anos era de US\$ 1 bilhão. Hoje está em US\$ 8 bilhões. Outro dia, me surpreendi ao constatar que o comércio entre o Brasil e a Tailândia já chega a US\$ 1 bilhão. Eu nem imaginava isso. Na fase de preparação da visita do primeiro-ministro deles ao Brasil, fui olhar as estatísticas e levei um susto.

ÉPOCA - Não há um forte componente ideológico na política externa brasileira? Para alguns, a busca de novos parceiros soa como uma tentativa de construir um eixo capaz de se opor ao chamado imperialismo americano.

Celso Amorim - O Brasil não age com viés ideológico. O próprio Presidente Lula tem dito que, no comércio exterior, precisamos ser pragmáticos como os americanos. Não há intenção de se opor a nenhum império. É claro que esse esforço de conquistar novos parceiros nos ajuda nas negociações multilaterais. Hoje, a principal negociação comercial em curso no planeta é a da área agrícola, e o Brasil está no centro dessa discussão, o que não ocorria havia alguns anos. Isso é resultado de pragmatismo. Certa multipolaridade é mais saudável para o mundo e é melhor para o Brasil.

ÉPOCA - Na semana que está começando, o Presidente Lula visitará mais uma vez a África. Qual é o interesse nos países africanos?

Celso Amorim - O Brasil deve grande parte do que é hoje ao trabalho de escravos africanos que vieram para cá. Não podemos ignorar isso. Somos o país com a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. Temos raízes culturais e religiosas africanas. Isso não é poesia, é realidade. Além disso, há países como a África do Sul, com nível de desenvolvimento muito parecido com o do Brasil e com os quais podemos firmar parcerias. A África é um continente com muitos recursos minerais. Nesse campo, o Brasil pode contribuir para o desenvolvimento dos africanos e se beneficiar também. O Presidente Lula vai à África

agora participar de reunião dos países de língua portuguesa. Será em São Tomé e Príncipe. Trata-se de uma ilha situada no Golfo da Guiné, uma das regiões mais ricas em petróleo do mundo. O país nos pediu cooperação, e técnicos da Agência Nacional do Petróleo vão ajudar. Também queremos mandar gente da Petrobras para lá.

ÉPOCA - Há bons negócios na África?

Celso Amorim - Há quem ache que devemos ignorar países desse porte porque eles têm um mercado pequeno. Os americanos não agem assim. Eles não consideram nenhum mercado pequeno demais e por isso não deixam passar nenhuma oportunidade.

ÉPOCA - Os empresários brasileiros estão dispostos a entrar nessa competição internacional?

Celso Amorim - Creio que sim. Prova maior foi o tamanho da missão empresarial que acompanhou a visita do Presidente Lula à China, com mais de 400 integrantes. Ninguém foi lá para passear, mas para fazer negócios.

ÉPOCA - O Embaixador do Brasil em Roma, Itamar Franco, passa mais tempo no Brasil do que na Itália. Isso não constrange o Itamaraty?

Celso Amorim - Itamar é um ex-Presidente da República, uma pessoa importante no cenário político brasileiro. Qualquer país deve se sentir honrado de receber Itamar como embaixador.

ÉPOCA - Só que Itamar parece nunca estar lá.

Amorim - A última vez em que ele veio ao Brasil foi durante o verão europeu, quando está quase tudo parado por lá.

“Chanceler brasileiro revela os bastidores do fim dos subsídios em Genebra” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (revista Isto É Dinheiro, 9 de agosto de 2004)

O Chanceler Celso Amorim tem bons motivos para estar feliz. Na semana passada, em Genebra, ele costurou um acordo que parecia impossível na reunião plenária da Organização Mundial do Comércio. Seu texto, que estabelece a redução

gradual até o completo fim dos subsídios que os países ricos concedem aos seus produtos agrícolas, foi saudado no mundo inteiro como um marco histórico na derrubada das barreiras comerciais. Logo depois, na quarta-feira 4, o Itamaraty anunciou que conseguira condenar, na mesma OMC, os subsídios que a União Européia concede aos produtores de açúcar. Esta vitória veio na esteira de outra, anunciada em abril, contra os subsídios americanos aos produtores de algodão. A seqüência de triunfos faz com que Amorim seja reconhecido mundialmente como um expoente entre os diplomatas. À DINHEIRO, balançando-se em sua poltrona no gabinete ministerial no Itamaraty, o Chanceler brasileiro contou em detalhes os bastidores de sua maior vitória, o acordo contra os subsídios.

“Dobrei a dose de Omeprazol para segurar a gastrite”

À base de sanduíches, reunião com os ricos durou mais de onze horas: “Cheguei em Genebra às 6 da manhã da terça-feira 27 e pouco depois estava reunido com o pessoal técnico do Itamaraty”, inicia o Chanceler. Seu próximo passo foi juntar os representantes do G-20 para definir estratégia para enfrentar os ricos. A primeira batalha começou às 4h30 da tarde. “No chamado não-grupo dos cinco – União Européia, Estados Unidos, Índia, Austrália e Brasil –, ficamos discutindo até às 11 horas da noite e pouco avançamos. Por precaução, dobrei minhas doses de Omeprazol para segurar a gastrite. Foi a minha sorte. Na quarta-feira, a reunião com os ricos começou a uma da tarde e só terminou depois da meia-noite, direto, sem parada para almoço ou jantar, só à base de sanduíches. Dali ou sairia um acordo, ou toda a reunião seria um fracasso”.

“Percebi que as coisas iam mal e liguei para o Zoellick”

Chanceler cobrou acordo de cavalheiros e ameaçou romper

Amorim conta que a longa reunião valeu a pena. “Fizemos um acordo de cavalheiros, mas ainda não havia nada no papel. Tudo podia dar errado”,

temia o Chanceler. Ele foi chamado pelo Presidente do Conselho-Geral da OMC, o japonês Shotaro Oshima, para explicar a negociação. Também foram convocados o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, e o Comissário da União Européia, Pascal Lamy. “À tarde, repassei os termos do acordo aos nossos aliados”, conta. Mais tarde, fez sua única pausa. “Jantei com a minha filha, que mora em Genebra, mas no dia seguinte a pauleira recomeçou.” No papel, o acordo fora modificado. Para pior. “Houve um peso excessivo às posições japonesas, suíças e de outros países. Aquilo não era nada bom para nós”, definiu. Preocupado, foi ao telefone: “Liguei para o Zoellick, lembrei a ele nosso acordo de cavalheiros e disse que, daquele jeito, tudo estava acabado. Foi um momento crucial”. Fiel à palavra empenhada, Zoellick fechou com Amorim. “Daí, começamos uma corrida contra o tempo”, define. Passava das 11 da manhã da sexta-feira 30. A plenária dos 147 países membros da OMC começaria às cinco da tarde com as delegações discutindo um documento inaceitável para o Brasil e os demais integrantes do G-20.

“Dobrei meu paletó, fiz de travesseiro e tirei um cochilo”

Conserto no documento final fez plenária ir até as sete da manhã

Com Zoellick como aliado, Amorim procurou o neozelandês Tim Grosser, Presidente do Comitê de Negociações Agrícolas da OMC. “Queria mexer no texto, mas Grosser disse que o assunto fugia da sua alçada. O documento já estava circulando entre as delegações”, lembra. Tentou-se convencer o Presidente do Conselho-Geral Oshima, mas o caso teria mesmo de ir a plenário. “Começamos a reunião plenária às cinco da tarde e fomos diretos até as 7h30 da manhã do sábado”, cronometrou o Chanceler. “Gastamos mais de três horas apenas para desfazer os pontos que não estavam no acordo de cavalheiros original”. Impossível dormir. “Pela primeira vez na minha vida, dobrei meu paletó para servir de travesseiro, deitei num sofá do terceiro andar da

OMC e tirei um cochilo.”

“Redigi ali mesmo, na hora, pontos inteiros do novo acordo”

Triangulação entre Brasil, UE e EUA saiu vitoriosa

Não foi fácil consertar o texto. Prevaleceu, no entanto, o primeiro acordo fechado pelo Brasil com a União Européia e os Estados Unidos. “A UE queria que os americanos diminuíssem seus créditos internos aos produtores agrícolas, a chamada Caixa Azul, e os americanos exigiam reciprocidade dos europeus”, explica o Chanceler. O Brasil, para ver atendido seu pleito, teve de dar garantias de que não fará mais mudanças de regras para as empresas estrangeiras que tentam acessar o mercado nacional. “Foi uma triangulação complexa, mas que deu certo”, diz ele. “Zoellick, Lamy e os outros fizeram um esforço sem precedentes para fecharmos um acordo sem meias palavras. Nós também iremos cumprir a nossa parte”, garante. “Nenhum país fez pressões indevidas. Eu mesmo redigi ali, na hora, durante a plenária, o texto sobre produtos especiais”, afirmou. Suas contas, agora, são otimistas. “Calculo que, nos termos em que foi aprovado, o acordo resultará em ganhos de uns US\$ 10 bilhões anuais aos países em desenvolvimento que têm base agrícola”, arrisca o chanceler. “Outras previsões falam em até US\$ 22 bilhões.”

“Avançamos em tudo o que era possível avançar”

Redução de subsídios começa agora e se acentua em 2005

Num balanço da reunião, o Chanceler classifica como “vitória absoluta” a derrubada dos subsídios às exportações nos países ricos. O programa americano Caixa Azul, que garante créditos fiscais para exportadores, terá de ser controlado e não poderá ter alíquotas maiores que as atuais. No primeiro ano de vigência, sofrerá cortes de 20% nos créditos. Os europeus, enquanto isso, terão de reduzir em um ano após o final da rodada de Doha, em 2005, de atuais 22 bilhões de euros para 12 bilhões de euros o volume total dos subsídios. “É

como se, no meio do tiroteio, nós tivéssemos diminuído o total das balas que eles têm para nos acertar”, compara Amorim. Ele também soboreia a vitória brasileira no painel solicitado pelo Brasil para discutir subsídios da UE sobre o açúcar. O Itamaraty divulgou na quarta 4 que o País foi vitorioso e conseguiu derrubar subsídios que, só este ano, representaram 1,2 bilhão de euros. A UE deve recorrer. Antes, em abril, os brasileiros já haviam cravado uma vitória sobre os subsídios americanos ao algodão. Entre 1999 e 2003, os EUA gastaram US\$ 12,5 bilhões em subsídios aos cotonicultores e foram condenados pela OMC a suspender essa política. Por todas estas, Amorim está sendo elevado à condição de um dos diplomatas mais competentes do mundo em assuntos comerciais. Ele faz que não faz conta. “Tudo isso cansa, mas recompensa”, admite.

“Amorim quer mais dos EUA na ALCA” – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (revista Isto É, 9 de agosto de 2004)

Sob o comando de Celso Amorim, países em desenvolvimento vencem batalha histórica na guerra da globalização. O Brasil ganha força nas exportações.

“Presidente, ganhamos tudo.” Eram dez e meia da noite do sábado 31 em Genebra, na Suíça – cinco e meia da tarde no Brasil. De um lado da linha, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Do outro, no Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entusiasmado, Amorim relatava o resultado de cinco dias de duras e cansativas negociações na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), que haviam terminado com uma vitória do Brasil e dos demais países em desenvolvimento. Estados Unidos e União Européia, pressionados por um grupo liderado pelo Brasil e que incluía a Índia e a Austrália, grandes produtores agrícolas, tinham aceitado a redução progressiva, até a extinção, a médio prazo, dos subsídios agrícolas.

A decisão é histórica e dará novos contornos à economia mundial. Subsídios extintos, grandes produtores e exportadores rurais, caso do Brasil e de seus parceiros do MERCOSUL e da Austrália, países produtores com elevado consumo interno, como a Índia e a grande massa de países pobres que dependem da exportação agrícola para sobreviver, terão acesso a mercados e a um volume de recursos gigantesco. “Espera-se que mais de US\$ 200 bilhões poderão chegar aos países em desenvolvimento. O Brasil deve ficar com 5% do total, o que representará um aumento em US\$ 10 bilhões nas nossas exportações”, afirmou Amorim.

Aliados – O sucesso da negociação se deveu principalmente ao papel do Brasil, admitido pelos EUA e pela UE como um interlocutor do mesmo nível e importância. Para reforçar sua posição, o Brasil se cercou de aliados poderosos. Primeiro, garantiu o apoio do G-20, o grupo de países em desenvolvimento que também é produtor e exportador agrícola. Escolhido líder do grupo e também do G-90, o clube dos países pobres, o Brasil chamou a Índia, um de seus novos parceiros preferenciais, e a Austrália, para sentarem à mesa com os americanos e os europeus. Como o rito diplomático não funciona sem siglas, estava formado o NG-5 (o Não-Grupo dos Cinco), com a função de discutir com a presidência da OMC o futuro dos subsídios.

A maratona de reuniões começou na terça-feira 27. Amorim ouviu a Índia e o G-20 e, no começo da tarde, fez a primeira reunião do NG-5, que terminou tarde da noite. No dia seguinte, ele destinou a manhã à troca de idéias com a turma do G-20 (o mesmo bloco que melou a reunião da OMC em Cancún, ano passado), partindo para nova rodada do NG-5 na embaixada americana. “As conversas começaram a uma hora da tarde e terminaram depois da meia-noite, movidas a sanduíches”, conta. O dia mais tranquilo foi a quinta-feira 29. “Consegui ir para a casa de minha filha Anita, que é casada com um diplomata turco e mora em Genebra, às sete e meia da noite. Jantei e brinquei

com os netos”, recorda o Chanceler.

Foi a calma que precede a tempestade. A sexta-feira começou com a Europa e os EUA, derrotados na véspera, aceitando mudanças no texto do acordo, que mantinha alguns de seus benefícios por causa de “erros de interpretação”.

Segundo Amorim, prevaleceu o acordo de cavalheiros e os dois gigantes cederam. O trabalho tomou praticamente todo o dia. Finalmente, às 17 horas, no Plenário da OMC, começou o grande debate sobre o fim dos subsídios. “As discussões foram até as sete e meia da manhã do sábado. Com muita água e café.” Levou tempo, mas tudo ficou resolvido. Depois de um sábado destinado ao ajuste fino do acordo que revolucionará a agricultura e o comércio mundiais, Amorim finalmente deu a boa-nova a Lula.

Na volta ao Brasil, esse santista de 61 anos que fala com forte sotaque carioca, obtido nos longos anos de serviço no Itamaraty no Rio de Janeiro, teve mais alegrias para comemorar. Primeiro, foi elogiado publicamente por Lula durante uma solenidade em São Paulo, com a presença da presidente mundial da HP, Carly Fiorina. Depois, colecionou elogios a seu papel de liderança na OMC pela imprensa mundial, incluindo The New York Times. Finalmente, na quarta-feira 4, recebeu um relatório confidencial da OMC informando que Brasil, Austrália e Tailândia tinham vencido a disputa contra a União Européia no caso dos subsídios europeus ao açúcar de beterraba. A OMC reconheceu que o Brasil consegue preços e custos mais baratos para seu açúcar graças à tecnologia de produção. Os europeus só oferecem os mesmos preços para o açúcar de beterraba à custa de gordos subsídios. “Essa nova vitória confirma o que foi conseguido em Genebra”, festeja Amorim.

Embrafilme – O próximo embate será em Brasília mesmo, com nova rodada de negociações entre o MERCOSUL e os europeus, rumo à criação de uma área de livre comércio a partir de outubro deste ano. A expectativa no Itamaraty é que o Velho Mundo finalmente abra o seu mercado aos produtos

agrícolas. “A regra já mudou na Primeira Divisão, a OMC. Os outros acordos terão que seguir o mesmo rumo”, comenta. Para quem dedicou toda a sua vida ao Itamaraty, o sucesso de hoje é uma boa recompensa. Amorim só trabalhou fora da diplomacia uma vez, quando foi presidente da Embrafilme, durante o regime militar. Saiu de lá corrido pelos generais, mesmo depois de ter financiado um sucesso de bilheteria. O filme era “Pra frente Brasil”, de Roberto Faria, um libelo contra a ditadura. O diplomata barbudo e baixinho já começava a mostrar suas garras.

Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, (o jornal A Classe Operária, 25 de agosto de 2004)

O Ministro das Relações Exteriores fala para A Classe Operária sobre nossas posições soberanas em vários fóruns mundiais.

A Classe Operária: Ministro, como o senhor vê a inserção do Brasil no cenário internacional desde a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República?

Celso Amorim: A diplomacia brasileira vive um momento de grande dinamismo, graças à liderança pessoal do Presidente Lula. A firmeza com que temos defendido a democratização das instâncias decisórias internacionais e a promoção do desenvolvimento com justiça social tem contribuído para a crescente credibilidade internacional do país. Nesse contexto, inserem-se o aprofundamento de nossas relações com a América do Sul, a renovação de nossas ações na África, nossos contatos com países do Oriente Médio, inclusive a iniciativa de uma Cúpula América do Sul - Países Árabes, ou, ainda, a atuação do Brasil como coordenador do G-20, essencial para o desbloqueio das negociações da Rodada de Doha, na Organização Mundial de Comércio. É também nesse contexto que temos trabalhado para colocar o combate à fome e à miséria como prioridade da agenda internacional. Como se sabe, o Brasil está organizando uma reunião de líderes mundiais sobre

o tema, em Nova York, em 20 de setembro.

A Classe Operária: Qual foi, em sua opinião, o resultado econômico e político da última viagem presidencial à China?

Celso Amorim: A visita do Presidente Lula à China reuniu, além de expressiva delegação ministerial, a maior missão empresarial já enviada pelo Brasil ao exterior (460 empresários, representando 315 empresas nacionais). A avaliação preliminar que fazemos, dois meses depois da visita, é de que foi alcançado o objetivo de reforçar nossa relação com a China. Os resultados são promissores tanto do ponto de vista político, com o estabelecimento de uma Comissão de Alto Nível para aprofundar o diálogo bilateral, como no âmbito econômico, no qual devemos observar um aumento do intercâmbio comercial bilateral já nos próximos meses. A China já é o terceiro parceiro comercial do Brasil. Também foram estabelecidas importantes parcerias empresariais, como a da Vale do Rio Doce com a chinesa Baosteel, e ampliada nossa cooperação científico-tecnológica no desenvolvimento de satélites de sensoriamento terrestre (os CBERS), considerada modelo entre países em desenvolvimento.

A Classe Operária: O eixo Brasil/China/África do Sul e Índia, que importância estratégica tem para nossa política externa e para um novo mapa geopolítico mundial?

Celso Amorim: O estabelecimento do Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul, também conhecido como IBAS ou G-3, derivou da convicção de que será muito positiva a aproximação política e a cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Os três países têm influência regional e atuação global; grandes territórios ricos em recursos naturais e biodiversidade; populações culturalmente diversificadas; e níveis de desenvolvimento e industrialização similares. Ao mesmo tempo, enfrentam o desafio de promover o desenvolvimento com justiça social. A constituição do bloco é recente (ele foi estabelecido há pouco

mais de um ano, em junho de 2003), mas a coordenação política entre os três países já se tem materializado em foros multilaterais, com sucesso. Por seu caráter extra-regional, a articulação entre Brasil, Índia e África do Sul traz em si grande expectativa de irradiação junto a países do Sul. Juntos, os três países verão reforçadas suas posições comuns em negociações multilaterais, ao mesmo tempo em que poderão oferecer contribuição significativa para a incorporação dos pontos de vista dos países em desenvolvimento na agenda internacional. A confiança e a facilidade do diálogo entre o Brasil, a Índia e a África do Sul foram decisivas, por exemplo, no processo de estabelecimento do G-20. Embora não participe do IBAS, temos com a China uma relação estratégica, aprofundada durante a recente visita do Presidente Lula ao país. O mesmo acontece com a Rússia, com quem partilhamos interesses comerciais e políticos. Tem havido contatos frequentes entre os Presidentes Lula e Putin, que visitará o Brasil em novembro.

A Classe Operária: Como o senhor vê a situação atual da América Latina?

Celso Amorim: A América Latina permanece uma região marcada pela cooperação e pela democracia, o que lhe assegura relativa imunidade a situações de conflito. Episódios de instabilidade, como os acontecimentos na Bolívia, no ano passado, ou a situação da Venezuela, têm sido resolvidos por canais democráticos, com pleno respeito às instituições. Obviamente há situações que nos preocupam, como é o caso da Colômbia. O Brasil tem procurado atuar, sempre que solicitado, com base na convicção de que a adesão ao princípio da não-interferência nos assuntos internos de outros países não deve implicar postura de indiferença perante países próximos a nós. Em todos os casos, a participação e o apoio de países latino-americanos reforçam o compromisso da região com a solução pacífica e negociada de situações de conflito. A única situação recente a merecer a atenção do Conselho de Segurança do ONU é a do Haiti. Também nesse caso, a força de paz, liderada pelo Brasil, conta com

substantiva participação de países da área, como o Chile, a Argentina e o Uruguai.

A Classe Operária: O Cone Sul, mais a Venezuela, poderão se integrar mais e fortalecer uma democracia social mais efetiva na região?

Celso Amorim: A integração da América do Sul é uma prioridade do Governo do Presidente Lula. Acreditamos que a aproximação entre os países do continente é o melhor caminho para a construção de uma América do Sul democrática, próspera e justa. Precisamos de mais integração. Mais integração comercial, como a que estamos construindo com a rede de acordos do MERCOSUL com os parceiros da região. Mais integração física, com obras de infraestrutura que eliminem os obstáculos que ainda existem à circulação de bens e pessoas entre nossos países. Mais integração política, com o aumento dos contatos entre nossos governos e nossas sociedades. E mais integração social e humana, com a troca de experiências no combate à pobreza e a fome e à promoção da justiça social. A iniciativa de aproximar a Venezuela do MERCOSUL, aliada a outros movimentos de integração, como a conclusão do acordo comercial entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, são passos que já nos permitem vislumbrar o surgimento de uma Comunidade Sul-americana de Nações.

A Classe Operária: E como deve ficar nossa relação com Cuba?

Celso Amorim: O Brasil mantém firme posição em defesa do levantamento do embargo econômico unilateral imposto pelos Estados Unidos a Cuba e rejeita a tentativa de aplicação extraterritorial de normas legais nacionais para fins de enrijecimento do bloqueio. A política de isolamento não é construtiva. Ao invés de propiciar soluções duráveis e aceitáveis, o embargo econômico alimenta ressentimentos e submete a população cubana a graves e injustificadas privações materiais. A essência da posição brasileira é a convicção de que se deve encorajar uma inserção crescente de Cuba no contexto regional. Com esse objetivo em mente,

estamos explorando caminhos, como o de estabelecimento de um diálogo com Cuba, que propus à reunião ministerial do Grupo do Rio em Brasília, no último dia 19.

A Classe Operária: Qual sua opinião sobre o papel hegemônico (militar, político e econômico) dos EUA e seu principal aliado, a Grã-Bretanha, em todo o mundo?

Celso Amorim: O Brasil acredita que uma ordem internacional baseada no multilateralismo tem melhores condições de promover a paz e o desenvolvimento das nações. Essa é uma das razões pelas quais defendemos uma reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que contemple a admissão de países em desenvolvimento como membros permanentes. No entanto, para funcionar adequadamente, o multilateralismo deve assentar-se sobre uma dinâmica multipolar. O fato de um país possuir indiscutível preeminência militar, como é o caso dos EUA, não significa que deva prescindir de outras visões de mundo. O caso do Iraque é ilustrativo dos limites das ações unilaterais. O Conselho de Segurança detém a prerrogativa de zelar pela paz e segurança internacionais. As ações militares que não contam com o aval do Conselho carecem da legitimidade necessária para alcançar os objetivos de promoção da paz e da segurança que todos desejamos.

A Classe Operária: O senhor poderia enumerar algumas das conquistas da política externa brasileira sob o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

Celso Amorim: A política externa brasileira traduz, no plano das relações internacionais, as preocupações do Governo Lula com o fortalecimento da democracia e a promoção do desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos buscando melhores condições de competição e novos mercados para nossas exportações; queremos atrair investimentos produtivos; e defendemos um espaço regulatório multilateral justo e equilibrado. Embora qualquer lista

de resultados seja, necessariamente, incompleta, gostaria de destacar alguns dos movimentos mais importantes nos últimos 19 meses: o aprofundamento de nossas relações com os países da América do Sul, e a concretização de projetos de infra-estrutura na região; a revitalização do MERCOSUL, em particular na face de sua atuação externa; o equacionamento de situações de crise, como as da Bolívia e da Venezuela; a renovação de nossa política para a África; a constituição do G-20, que está mudando a dinâmica das relações multilaterais de comércio, e o consequente desbloqueio das negociações da Rodada de Doha; e, mais recentemente, o comando, pelo Brasil, da Força de Paz da ONU no Haiti.

“Kartell der Privilegierten” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal alemão *Handelsblatt*, 10 de setembro de 2004)

Uno-Generalsekretär Kofi Annan packt ein heißes Eisen an: die Reform des Sicherheitsrats. Während Deutschland seit Monaten um Unterstützung für einen ständigen Sitz im Gremium wirbt, mauern die fünf Großmächte: Sie wollen ihre Vorrechte nicht verlieren.”

“Brasilien unterstützt Berlin”

Wie notwendig ist eine Reform der Uno?

Celso Amorim: Das ganze System der Vereinten Nationen muss gestärkt werden. Zweck der Uno ist es ja, gemeinsame Antworten auf Bedrohungen zu finden. Da wäre einmal die Bedrohung im traditionellen Sinn – das Aufgabengebiet des Sicherheitsrates. Hinzu kommen Bedrohungen der Menschen durch Armut und Umweltkatastrophen, die andere Uno-Organisationen vielleicht besser bekämpfen können. Ohne eine weltweite Anstrengung gegen Hunger und Armut ist die Sicherung von Frieden nicht erreichbar. Das Uno-System muss in diesen Bereichen gestärkt werden.

Brasilien, Indien, Japan und Deutschland haben ihre eigenen Reformvorschläge gemacht. Haben Sie mehr

Unterstützung oder mehr Ablehnung erfahren?

Celso Amorim: Brasilien favorisiert eine Ausweitung des Sicherheitsrates in den beiden Bereichen der ständigen und nichtständigen Mitglieder mit Industriestaaten und Entwicklungsländern. Vorschläge wie eine permanente Rotation oder eine "halb ständige" Mitgliedschaft – oder neue Sitze für gewählte Mitglieder – werden das bestehende Ungleichgewicht nicht ändern.

Von welcher Seite erwarten Sie die größten Widerstände?

Celso Amorim: Von der mangelnden Einsicht, wie dringend es für die internationale Gemeinschaft ist, die multinationalen Institutionen zu stärken. Wir wissen, dass die Reform des Sicherheitsrates keine leichte Aufgabe ist. Aber historisch betrachtet ist es noch schwieriger, die Reform nicht anzugehen.

Unterstützt Brasilien die Wünsche Berlins nach einem ständigen Sitz im Sicherheitsrat?

Celso Amorim: Brasilien und Deutschland unterstützen sich gegenseitig in ihren Anstrengungen, einen ständigen Sitz im Sicherheitsrat zu erlangen. Das ist mehr als eine taktische Allianz. Beide teilen die Vision des Multilateralismus und der gemeinsamen Sicherheit. Jedes Mitglied des Sicherheitsrates ist der internationalen Staatengemeinschaft als Ganzes verantwortlich. Das bedeutet gleichzeitig, dass man sich als einzelnes Mitglied auch auf regionaler Ebene um Verständigung bemüht. Wir glauben, dass in einem um Brasilien, Deutschland und andere Staaten erweiterten Sicherheitsrat Raum für eine bessere regionale Zusammenarbeit sein wird.

(tradução livre para o português)

CARTEL DOS PRIVILEGIADOS

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, tem uma batata quente nas mãos: a reforma do Conselho de Segurança. Enquanto a Alemanha se empenha para conseguir apoio a um assento permanente, as cinco grandes potências mostram-se renitentes: elas não querem perder seus privilégios.

“O Brasil apóia Berlim”

Quão necessária é uma reforma da ONU?

Celso Amorim: O sistema inteiro das Nações Unidas precisa ser fortalecido. O objetivo da ONU é encontrar respostas conjuntas para ameaças. Em primeiro lugar, a ameaça no sentido tradicional – a área de jurisdição do Conselho de Segurança. Além disso, existem ameaças à humanidade sob a forma de pobreza e de catástrofes ambientais, que talvez possam ser melhor enfrentadas por outras organizações da ONU. Sem um empenho global contra a fome e a pobreza, não é possível assegurar a paz. É nesse âmbito que o sistema da ONU precisa ser reforçado.

Brasil, Índia, Japão e Alemanha apresentaram suas próprias propostas. O senhor experimentou mais apoio ou mais recusas?

Celso Amorim: O Brasil defende uma ampliação do Conselho de Segurança, tanto no âmbito dos membros permanentes quanto no dos não-permanentes, para países industrializados e em desenvolvimento. Propostas como a de uma rotatividade permanente ou de “assentos semi-permanentes” – ou novos assentos para membros eleitos – não alterarão o desequilíbrio existente.

De que lado o senhor espera encontrar as maiores resistências?

Celso Amorim: Da falta de percepção sobre como é urgente, para a comunidade internacional, reforçar as instituições multinacionais. Sabemos que a reforma do Conselho de Segurança não é nenhuma tarefa fácil. Mas do ponto de vista histórico, é ainda mais difícil não levar a cabo as reformas.

O Brasil apóia a pretensão de Berlim a um assento permanente no Conselho de Segurança?

Celso Amorim: Brasil e Alemanha se apóiam mutuamente em seus esforços para obter um assento permanente no Conselho de Segurança. Isto é mais do que uma aliança tática. Ambos compartilham a mesma visão sobre multilateralismo e segurança comum. Cada membro do Conselho de Segurança é responsável pela comunidade internacional como um todo. Isso significa que cada membro deve, ao

mesmo tempo, esforçar-se para o entendimento também no âmbito regional. Acreditamos que, com um Conselho de Segurança ampliado, abrangendo Brasil, Alemanha e outros países, haverá espaço para uma maior cooperação regional.

Celso Amorim é Ministro das Relações Exteriores do Brasil e é considerado um dos mais experientes políticos do país.

Entrevista coletiva à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Secretário de Estado norte-americano, Colin L. Powell (Brasília, 5 de outubro de 2004)

Ministro Celso Amorim: Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que estamos muito contentes com a visita do Secretário de Estado ao Brasil. Como sabe a imprensa brasileira, ele cumpriu longo programa em São Paulo, inclusive com empresários e jovens. Houve hoje em Brasília encontro com o Presidente da República. O encontro, que teoricamente seria de cortesia, durou uma hora e quinze minutos, se não me engano, tal o interesse na conversa. Foram tratados nesse encontro assuntos de interesse comum - também sobre a economia e a política dos dois países -, mas foi dada especial atenção às questões regionais, como a do Haiti e também da Venezuela. Foram tratadas, ainda, outras situações no continente e a cooperação que Estados Unidos e Brasil podem desenvolver e devem continuar desenvolvendo.

No encontro que tivemos aqui, posterior a esse, pudemos detalhar alguns dos aspectos que haviam sido já tratados com o Presidente, de uma maneira mais específica, sobretudo em relação ao Haiti, onde nos detivemos de maneira especial. O Brasil envolveu-se de maneira especial porque tem expectativa de poder realmente contribuir para a solução da questão. É necessário, naturalmente, o apoio da comunidade internacional. Algumas outras questões regionais também foram discutidas, como inclusive a questão da ajuda a países que sofreram problemas recentes, como por

exemplo com os desastres naturais. Também tratamos de outras questões, como a Reforma das Nações Unidas, de maneira ampla. Trocamos idéias também, de uma maneira, eu diria, bastante geral, mas importante, sobre questões relativas ao Oriente Médio, inclusive o Iraque. Essa foi a essência das nossas conversas. Haverá provavelmente algum outro ponto que não lembro agora.

Quero dizer que o Secretário de Estado foi muito positivo nas manifestações que fez ao Presidente Lula sobre várias das nossas iniciativas, não apenas no campo externo, mas também no campo econômico e no campo social, inclusive no que diz respeito ao combate mundial à fome. Naturalmente, trouxe também os cumprimentos do Presidente Bush.

Secretário Powell: Thank you very much, Mr. Minister. Thank you for making this a very interesting and informative day for me. I am very pleased to be back in Brazil, and as the minister noted I had good meetings in São Paulo and here in Brasília. And I thank President Lula especially for giving me so much time; we did have a fascinating discussion on economics, politics, regional matters, matters of hunger, matters of poverty. I'm pleased to be here to convey the best wishes of President Bush, but also through my speech at the American Chamber of Commerce this morning in São Paulo, to touch on a number of issues of mutual importance to our two countries, the fact that we are two great democracies in this hemisphere. We have so much in common, and our relationship has become so improved in recent years, and we want to do everything we can to make sure that we stay in this steady upward path.

As the minister noted we talked about hunger, we talked about poverty, we talked about the situation in Haiti and I expressed my thanks to the government of Brazil for the leadership roll they are playing with the UN in providing the military leadership for the UN peacekeeping force in Haiti. It's a challenging mission, and Brazil certainly stepped up to the challenge. We also talked about things having to do with the IAEA, the nuclear issue that has come up in

the course of the day. And I reaffirmed to the President and to the Minister that the United States has absolutely no concerns about Brazil doing anything with its nuclear program except developing power in a most controlled, responsible manner. And, of course, that is a requirement of the Brazilian constitution, and I am confident that Brazil will be able to work out any problems that might exist with the IAEA, hopefully when the IAEA team visits later in the month. We also talked about possibilities with respect to an Additional Protocol.

I guess part of my day was enlivened by being able to talk to young people; young people in São Paulo, young people here in Brasília – Brazilian Youth Ambassadors -, young people who have gone and spent time in the United States. Some of them spent time with me last year, and the other group spent time with my deputy, Mr. Armitage, this year: wonderful young people who are the future generation of Brazilian leaders. And I'm pleased that we have such an exchange program, which is further indication of the strength of the relationship that exists between the United States and Brazil.

And so, Mr. Minister, I thank you for your hospitality today, and I thank the Brazilian people for the hospitality and friendliness they have shown to me during the course of the day. Thank you.

Pergunta: Tenho uma pergunta para o Secretário Powell e o Ministro Amorim. Ministro Amorim, o senhor poderia nos dizer como planeja lidar com a visita dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica, que devem chegar aqui no fim do mês? O que o levará a permitir que eles inspecionem as instalações das centrífugas em Resende? O que o senhor acha de o Brasil aderir ao Protocolo Adicional?

Secretário Powell, alguns especialistas em controle de armas têm demonstrado a preocupação de que as divergências entre Brasil e AIEA possam dar ao Irã e à Coreia do Norte mais força para brincar com a questão crucial das inspeções das usinas de enriquecimento de urânio. Gostaria de comentários

a respeito.

Secretary Powell: I'd be delighted to go first. I don't have those concerns. I don't think Brazil could be talked about in the same vein or put in the same category as Iran or North Korea. North Korea threw out the IAEA inspectors and it is violating its obligations. We believe it has some nuclear weapons already and has had them in some small number for a period of time. We can't be sure but that is our best judgment. And they are saying that they are reprocessing plutonium for the purpose of having the material to make nuclear weapons, and as we all know, they violated the agreements they had made previously under what is known as the agreed framework by moving in the direction of enriching uranium as another way to get to weapons material.

In the case of Iran, Iran has been not forthcoming with respect to what it has been doing and we have seen the IAEA prying information out of Iran and our judgment is that Iran's program is not just for power, but is also designed to move in the direction of a nuclear weapon.

In the case of Brazil, this is simply not the case. And the issues between Brazil and the IAEA, I'll let the Minister speak to, but I think they are issues that are resolvable. They're not unlike similar problems that have arisen with other countries in the past that the IAEA has dealt with. And I do not believe that whatever arrangement that the IAEA and Brazil will come to would in any way give either North Korea or Iran any additional bargaining power with the IAEA.

Ministro Amorim: Responderei em português, com a permissão do jornalista, porque há também uma larga audiência aqui brasileira. Se sobrar alguma dúvida tentarei esclarecer.

Gostaria de dizer que, obviamente – não vou entrar em detalhes técnicos, porque inclusive não sou perito nisso, mas é muito simples –, o Brasil não tem nada a esconder no que diz respeito ao seu processo de enriquecimento de urânio, salvo no que diz respeito à tecnologia que o Brasil adquiriu e que tem o natural desejo de

proteger. Acho que é perfeitamente possível. Isso foi objeto de discussões muito produtivas em Viena. Eu próprio estive ao telefone com o Diretor da Agência Atômica, o senhor El Baradei, que estava muito satisfeito com os contatos que haviam sido feitos no nível técnico. Acho, portanto, perfeitamente possível conciliar os objetivos da Agência Atômica - ter a certeza de que todo o processo de enriquecimento é apenas para fins pacíficos, sem nenhum desvio do urânio - com a proteção, ao mesmo tempo, da tecnologia brasileira.

Especificamente como isso será feito, é uma questão que terá de ser discutida entre os técnicos da Agência Atômica e as autoridades brasileiras do setor, particularmente na Planta de Resende que será inspecionada. Quero dizer que temos todo o interesse em resolver essa questão, até porque queremos colocar a Planta de Resende em operação. É para nós uma necessidade econômica. O Brasil é um país de dimensões continentais, não podemos dispensar nenhuma fonte de energia. O Brasil tem grandes reservas de urânio e é natural que não queiramos ter de mandá-lo ao exterior para ser enriquecido e depois ter de voltar ao Brasil. Seria um contra-senso.

Além disso, sem entrar no mérito de outras situações específicas, o que eu posso dizer, como disse outro dia para a imprensa brasileira, é que há duas maneiras de a Receita Federal lidar com o cidadão: se o cidadão é alguém sob suspeita, a Receita quebra o sigilo bancário, o sigilo telefônico, toma uma porção de providências; se o cidadão é, como creio ser o nosso caso, acima de qualquer suspeita, ele é tratado normalmente. Verificam-se os seus estratos para ver se está tudo certo. É o que queremos fazer e estamos certos de que seguiremos por esse caminho. Quanto ao Protocolo Adicional, repetirei aqui algo que tenho dito: o Brasil nunca disse que não assinaria. É um processo em negociação, evidentemente, e creio que chegaremos a um acordo rapidamente sobre a Planta de Resende.

Quero também reiterar, como disse o Secretário Powell, que quando o Brasil aderiu ao

Tratado de Não-Proliferação Nuclear, aderimos, na realidade, a um pacote. O pacote tem três elementos básicos: a não-proliferação, propriamente dita; a possibilidade do uso pacífico da energia nuclear, sem nenhuma restrição, a não ser que haja suspeita específica sobre o país, que neste caso, como o próprio Secretário Powell nos está dizendo, não há; terceiro, passos concretos também para o desarmamento. Dentro desse espírito, continuaremos a trabalhar sobre esse tema. O Brasil sempre deu mostras de que quer cooperar com os objetivos globais de não-proliferação e desarmamento, e trabalharemos nesse sentido.

Pergunta: Boa Noite. A pergunta é para os dois chanceleres. Há diversos temas em que Estados Unidos e Brasil não compartilham exatamente da mesma posição. Gostaria que comentassem os quatro pontos que apresentarei aqui: 1) reforma das Nações Unidas: queria que ficasse claro se os Estados Unidos apoiam ou não o Brasil como candidato a uma cadeira no Conselho de Segurança. Hoje pela manhã o Secretário Powell disse que o Brasil é um forte candidato, com alguns diferenciais; 2) há divergências sobre o Iraque. Gostaria de saber se o Brasil aceitaria participar de um esforço internacional para ajudar o Iraque; se isso foi conversado e quais são as posições dos dois países; 3) Mais precisamente sobre as inspeções no Brasil, se o Secretário Powell insistiu para o Brasil assinar o Protocolo Adicional da Agência Internacional sobre Energia Atômica; 4) a questão da fome: há algumas críticas dos Estados Unidos sobre a posição brasileira. Isso foi discutido? Existem propostas na mesa? Como esse assunto será encaminhado daqui para a frente?

Ministro Amorim: Creio que a questão três já foi respondida amplamente. Se o Secretário Powell quiser dizer alguma coisa, ele pode acrescentar. Acho que o que conversamos está espelhado também na minha resposta. Sobre o primeiro tema, você está presumindo o que nós divergimos, porque não chegamos a aprofundar de forma suficiente para saber se divergimos ou não.

Creio que, digamos, os Estados Unidos tem interesse em apoiar as Nações Unidas e o multilateralismo. Tenho ouvido expressões favoráveis à reforma. Quero dizer que o Brasil não pediu o apoio explícito e formal dos Estados Unidos nesse momento, porque nós temos ouvidos capazes de ouvir e de entender e sabemos que o momento é de aguardar o relatório que será apresentado ao Secretário-Geral. Tomamos de maneira muito positiva as expressões que o Secretário de Estado utilizou essa manhã com relação ao nosso país. Entendemos que isso não é nenhum compromisso formal de apoio, mas uma manifestação interessante da qual tomamos boa nota.

Conversamos sobre a questão do Iraque. Perguntei concretamente como estava sendo organizada essa possível conferência, e o Secretário Powell me deu algumas explicações. O Brasil sempre terá interesse em dar uma contribuição positiva ao encaminhamento dos problemas. Vocês conhecem tradicionalmente a nossa posição; quanto mais participação das Nações Unidas, maior a possibilidade de haver uma participação de várias naturezas. Não contemplamos nenhum tipo de participação militar, por motivos diversos, entre outros, porque estamos concentrados em outras áreas, mas, evidentemente, o que for no futuro uma ação humanitária, uma ação de cooperação, por todos os motivos: sim. Mas achamos que quanto mais ampla a participação da comunidade internacional, quanto mais ampla a participação das Nações Unidas no próprio encaminhamento do futuro político do Iraque, melhores serão as chances de haver essa cooperação no maior número de países. Mencionei também a nossa disposição, se for o caso, de contribuirmos de alguma maneira na questão do Oriente Médio. Não temos ilusões sobre o nosso poder, mas às vezes países que tem menos poder podem coisas que um país de maior poder não pode. Na questão do Oriente Médio, para a qual nomeamos um Embaixador e temos agora também um escritório em Ramalá, além da nossa Embaixada em Tel Aviv, temos relações produtivas dos dois lados.

Quanto à quarta pergunta, a fome está crescendo a cada momento. Quanto mais longas as perguntas, mais cresce. Mas eu diria que o Secretário de Estado teve palavras muito positivas em relação às iniciativas do Presidente Lula. O próprio Presidente Lula, em Nova York, agradeceu a presença da Secretária de Agricultura, Ann Veneman, na reunião. Nós antes já havíamos conversado sobre o tema e também com um enviado americano. Não precisamos concordar em tudo. Aliás, é bom que não haja concordância em tudo, pois é através dessas nuances que nasce o diálogo. Talvez se tivéssemos tido uma concordância absoluta sobre a questão da Venezuela há dois anos não teríamos encontrado ou mesmo contribuído para uma solução, que quem encontrou foi o próprio povo da Venezuela. E é nesse espírito que o nosso diálogo continuará.

Secretary Powell: The minister has talked to these four points rather thoroughly, so I'll be very brief. One, on the first point with respect to the UN, you accurately quoted my statement this morning, and that's our position. We all have to wait and see what the panel recommends, and then make judgments as to how to move forward on the panel recommendations. And Brazil certainly would be a solid candidate for membership if that's what the panel so recommends. On the IAEA, I think we've answered that one rather thoroughly. And the minister noted that we did talk about Iraq, and the minister expressed an interest in Brazil participating in any dialogue that might be held, any conferences that might be held. The contribution of troops to support the UN or anything else is a sovereign matter for Brazil to decide, but as the Minister noted, it's unlikely they would do that. But they are doing so many other things, and I once again thank Brazil for what it's doing in Haiti.

And then with respect to hunger and poverty, we fully share, as I have said in the course of the day, President Lula's concern about these issues, and his desire to do something about them. We have had a 100% increase in our development assistance money in the four years of President Bush's administration,

and on top of that we're putting in place the Millennium Challenge fund, with a major contributor to alleviation of hunger through our food programs around the world. And so, we have commonality of interests and a commonality viewpoint with President Lula on this issue.

Where there may be a disagreement and there is a disagreement frankly it's how one goes about putting more resources into it and funding it; some sort of global tax or the creation of a new international facility of some type. We have reservations about those ideas because we don't think they are workable. But, we will continue to discuss these issues because we have the same concern. There are people on this earth who are in need of food every day, every single day. And there are people so trapped in abject poverty that they will never see success in their lives, nor will their children, and we all have an obligation to do something about that.

Pergunta: O Oriente Médio acabou de ser mencionado. Gostaria, assim, de perguntar o que pensa sobre a Faixa de Gaza e a atual ofensiva israelense. O senhor teme que a violência continue a aumentar? E, sendo um grande aliado de Israel, que pressão os Estados Unidos farão, se é que farão alguma, sobre esse país para realmente pôr fim à ofensiva?

Secretário Powel: Israel has been under assault from rockets coming out of Gaza. These are rockets that are fired by terrorists who are not committed to the Road Map; they are doing everything they can to keep the Palestinian people from achieving the state they richly deserve, and which President Bush wants to use the Road Map to acquire for them. Prime Minister Sharon has responded to these attacks in acts of self-defense. We have said to the Israelis that they have to be measured responses and they have to be proportionate, and we hope that whatever they are doing will be brought to an end quickly. We would not like to see an expansion; we would like to see the action brought to a conclusion, we all would, because what we really want to focus on is Prime Minister Sharon's plan to disengage from Gaza and to disengage from, initially, four West Bank

settlements as a way of getting the process moving forward. And we would hope that the Palestinians would direct their energies toward reform of their government and empowering a Prime Minister who can be a responsible interlocutor with the international community, especially with Israel, so we can go about the process of getting in place a political organization and a security organization prepared to take over Gaza and run Gaza upon Israeli disengagement in a way that nobody has to worry about rockets coming out of Gaza directed towards civilian population in other parts of the area, which just keeps this conflict going on and on and on. And I hope that the Israeli operation will end soon and that we will see the end of these rockets coming out of Gaza and destroying the hopes of the Palestinian people and all of us for peace and for moving forward on the Road Map.

Ministro Amorim: Sei que, neste caso, a pergunta foi dirigida apenas ao Secretário de Estado, mas penso que é relevante lembrar que o Governo brasileiro emitiu nota oficial expressando o ponto de vista do Brasil sobre o assunto ora em tela. Condenamos, em particular, todos os atos de violência e, acima de tudo, quando diz respeito a operações militares exageradas que têm levado à morte de civis e crianças. De um ponto de vista mais amplo, apoiamos o Mapa do Caminho para a paz, incluindo o Quarteto, e acreditamos que essa é praticamente a rota a ser trilhada, porque enquanto um dos lados esperar pelo fim de todos os atos violentos do outro nada acontecerá. Algum grau de coragem será demandado de ambos os lados para garantir que o processo de paz está avançando.

Pergunta: Minha pergunta é sobre o Iraque e é dirigida ao Secretário de Estado dos Estados Unidos. Por trás da ação concertada atualmente em curso, há alguma idéia de estabelecer algum tipo de grupo de amigos do Iraque?

Algo que não está muito claro para mim é com relação ao Haiti. Mais precisamente, Ministro Amorim, os Estados Unidos pediram para o Brasil alguma ajuda concreta para o Haiti? E, Secretário

Powel, quando o senhor se refere à possibilidade de oferecer ou ampliar a ajuda militar, o senhor poderia ser mais específico? Isso inclui ajuda financeira de qualquer natureza?

Ministro Amorim: Deixe-me falar do Haiti inicialmente. É óbvio que nós discutimos sobre o Haiti. Isso continua sendo um assunto de muito interesse. O Presidente Lula da Silva comentou sobre o Haiti, e eu me referi à necessidade da imediata preparação de todas as tropas para o combate no Haiti, como prometido à missão da MINUSTAH. E, o Secretário de Estado dos Estados Unidos - acredito não estar rompendo nenhum sigilo aqui - indicou que eles se ofereceram muito prontamente para ajudar.

Com relação à assistência econômica, essa não é tanto uma questão de alocação de fundos, porque, afinal, os fundos já estão alocados, e muito generosamente. A propósito, quantias consideráveis de dinheiro foram alocadas por países como os Estados Unidos e alguns dos membros da União Européia. O que precisa ser resolvido agora, e acredito que os Estados Unidos talvez possam nos ajudar nisso - mas o Brasil também pode desempenhar um papel importante, como também podem o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas e o representante especial das Nações Unidas para o Haiti -, é encontrar maneiras de reduzir a burocracia e o processo que a envolve, de modo a garantir que os recursos cheguem ao Haiti, concretamente, por meio de trabalhos e ações que sejam benéficos ao Haiti. Na realidade, estamos compartilhando um exemplo muito concreto. Frequentemente as diferentes instituições ou órgãos, em razão da prudência natural e da natureza criteriosa do trato com fundos públicos, cercam-se de procedimentos muito detalhados e processos. Ambos estivemos no Haiti e sabemos que temos de começar o trabalho por limpar as ruas e tapar os buracos nas vias públicas e assim por diante. Isso não exigiria realmente muita burocracia. Talvez pudéssemos empregar pessoas, e se isso não funcionar

efetivamente para resolver os problemas, ao menos aliviaremos parte dos problemas que as pessoas enfrentam de modo mais imediato.

Gostaria de acrescentar um breve comentário, que não tem muito a ver com sua questão, mas que está de alguma forma relacionada. Também conversamos - apesar de não ser um tema específico da agenda do Secretário Powell - sobre a OMC. Acredito ter recebido manifestações muito positivas de apoio ao modo pelo qual Brasil e Estados Unidos têm trabalhado juntos, em coordenação e em paralelo, sem qualquer exagero, o que acabou por levar ao acordo que alcançamos em Genebra, que permitirá, a seu turno, que continuemos a trabalhar em um espírito construtivo.

Secretary Powell: Last year there was serious disagreement in the United Nations Security Council about Iraq and what to do about the problem of Saddam Hussein and his regime. The United States, with like-minded allies, undertook military action. After the regime was removed from power, the international community came back together again in a series of resolutions over the past year, culminating in UN resolution 1546, which put the whole Security Council and the international community on the side of the Iraqi people. On the side of the Iraqi people, to allow them to create a government of their own, to have elections that will legitimize their government, and encouraging the international community to provide support to the multinational force and economic support to Iraq.

So, Iraq has friends. The international community wants to help the Iraqi people. The international community has spoken out against the type of terrorism and violence that we see on our screens every day, committed by former members of the old regime. Committed by terrorists who do not want to see Iraq have free elections, who do not want to see the Iraqi people choose their own leaders, who want to go back to the past. We cannot allow that to happen. And so, the multinational force will continue to work with the Interim Iraqi Government as they

build up their security forces to go after these remnants of the old regime and these terrorists. And we will do everything we can to work with the Iraqi Interim Government, our coalition partners and the United Nations to get ready for elections at the end of January 2005.

Iraq is reaching out to its neighbors, so it will be having a conference at the end of November - towards the end of November -, where its neighbors will come together and share thoughts and views as to how the neighbors can help the Iraqi people through this difficult time. The G-8 will also be represented at that conference and we're looking for others who might be included in such a conference to show support of the international community. I think there are many ways in which the international community is showing its friendship to Iraq and we are satisfied that we are capturing that expression of friendship in a suitable way now without creating another new body. Thank you.

Excertos de entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Paris, 22 de outubro de 2004)

Contexto da visita

Esta não é uma visita oficial programada. Na realidade, tratou-se de uma oportunidade, uma vez que eu tinha de vir para a Europa para a reunião União Européia-MERCOSUL, em Lisboa, e queria ir também a Genebra para a reunião do G-20, a primeira desde os resultados de julho. Como tínhamos muitos assuntos bilaterais e multilaterais para conversar, era então uma ocasião de continuar o nosso diálogo político e de discutir outros temas, como a visita do Presidente à França no ano que vem, que já está programada. Houve um convite que o Presidente Lula aceitou para estar aqui no 14 de julho e será um convidado especial, o que será algo muito importante e simbólico nas nossas relações. O ano que vem é também o ano do Brasil na França. Haverá uma série de eventos que, apesar de estarem

sendo conduzidos, em sua maioria, pelo Ministério da Cultura, também nos dizem respeito.

Ainda no plano bilateral, vamos rever como andam as conversações sobre a ponte sobre o Rio Oiapoque, que é extremamente importante. Também vou reiterar o convite para que a França participe de alguma maneira do Tratado de Cooperação Amazônica. Isto surgiu de uma reunião que tivemos há um mês e meio. Vamos explorar o assunto, já que não posso decidir sozinho. O TCA envolve vários países, mas como já houve receptividade muito grande em ter algum tipo de participação da França lá, este é um assunto a explorar.

Certamente, há também assuntos internacionais. Entendo que o Ministro Michel Barnier acaba de vir do Oriente Médio e seria importante ouvir um pouco sobre isso. Sempre que venho aqui, conversamos sobre Iraque, como fazia com o seu antecessor, Dominique de Villepin. Naturalmente, há também o Haiti, que eu diria ser um dos principais, talvez o principal tema da agenda. Além disso, há também a questão da continuidade da cooperação entre o Presidente Chirac e o Presidente Lula sobre a questão da fome. É uma pauta ampla de temas.

MERCOSUL-UE

Não houve fracasso na reunião de Lisboa. O fracasso está na cabeça das pessoas e não corresponde à realidade.

Esta é uma negociação muito complexa. O Brasil nunca teve uma negociação deste tipo. Nunca chegamos ao ponto a que chegamos agora com a União Européia. Estamos em pleno acordo sobre o arcabouço conceitual, que deve continuar prevalecendo nas negociações. Ninguém pôs em dúvida esse arcabouço - ao contrário, de certa maneira, do que aconteceu na ALCA, em que se achou que havia um arcabouço definido em Miami e depois surgiram dúvidas. Sem pôr culpa em quem quer que seja, mas surgiram dúvidas sobre a interpretação de Miami. Neste caso, não. Sabemos o que estamos negociando, sabemos como se poderá

chegar a acordo, mas há diferenças sobre números, sobre o que fazer em relação a cada setor específico, o que é normal em uma negociação. Se você considerar que esta negociação só começou para valer em novembro do ano passado, acho que esta negociação avançou muito, até em termos de conhecimento interno, ao testar setor por setor, para saber até que ponto se pode ir, em especial quando há algum sacrifício. Isto é verdade para eles também. Acho que não houve fracasso; houve avanço importante, foi uma reunião muito produtiva. Quanto aos prazos, eles são apenas metas indicativas. Continuo com o mesmo otimismo; e também com confiança, que é mais do que otimismo.

Candidatura à OMC

É normal países terem candidaturas diferentes. Isto é uma questão política. Não fiz críticas ao candidato uruguaio. Já disse isso várias vezes. A questão é a seguinte: há o homem e há as circunstâncias. As circunstâncias não são favoráveis a essa candidatura. O Brasil teve papel importante nos acordos de Genebra. Ninguém nega isso. Por circunstâncias diversas, achamos que seria bom, embora o G-20 não tenha de ter um candidato dele, que alguém que tivesse tido essa participação – poderia ser um outro país – pudesse ser um bom candidato. Por isso, lançamos o nome do Embaixador Seixas Corrêa. O nome do Embaixador Seixas está associado a um êxito coletivo. Achamos o Uruguai ótimo e teríamos escolhido um candidato uruguaio para ser Secretário-Geral da OEA, há um ano. Teríamos evitado vários problemas.

Haiti

Acho que a França é um país influente, membro do Conselho de Segurança da ONU, tem laços históricos, se interessa pela situação no Haiti e poderá nos ajudar. Fomos para o Haiti com algumas expectativas. Uma, poder influenciar o tipo de engajamento da comunidade internacional com aquele

país, engajamento de longo prazo. Dois, fomos para lá porque o Conselho de Segurança aprovou. Não só aprovou uma força, mas constituiu uma força sob a égide das Nações Unidas. Três, fomos para lá porque achamos que, com a nossa presença, poderemos ter um engajamento de longo prazo para a reconstrução e o desenvolvimento do Haiti. Nossa ação não se está limitando a ter 1200 homens lá – o que é muito importante –, mas temos agido junto ao BID, aos organismos financeiros internacionais, junto aos grandes países doadores, para que não só tenham uma disposição favorável, mas para que acelerem o envio de recursos ao Haiti. O Brasil só tem autoridade moral para fazer este tipo de cobrança porque estamos lá, com riscos. Temos conversado com a França, com o Canadá, com o Presidente do BID, no sentido de ter certeza desses recursos, mas também para desburocratizar o envio dos recursos para o Haiti. Queremos que não haja burocracia excessiva, por exemplo, no Departamento de Operações de Paz quanto aos reembolsos, para que haja um reembolso rápido. O Ministro delegado da Cooperação da França vai visitar o Brasil. Eu vou recebê-lo. Queremos restabelecer a ordem no Haiti; isto é fundamental. Mas queremos também que haja entendimento político. Sabemos que as coisas têm de caminhar juntas e estamos trabalhando nesse sentido. Nós não podemos considerar o Haiti um caso perdido. Acho que o Brasil tem de recusar-se a encarar um país latino-americano como um caso perdido. Temos a responsabilidade de ajudar. Mas em toda operação deste tipo há certa dose de risco. Ninguém ignora essas coisas, mas as tarefas não podem deixar de ser cumpridas. É um país próximo de nós, com semelhanças étnicas, culturais. Temos uma chance de fazer diferença, de fazer algo que nunca sequer foi tentado no Haiti, que é contribuir para que este povo tenha esperança, encontre um caminho de desenvolvimento. Fácil não é. A questão do Haiti é uma questão de solidariedade com um país latino-americano, para o qual a América Latina sempre fez muito pouco. O Brasil tem condições de contribuir e

deve contribuir. A paz tem um preço. A paz não é de graça e se você se omite na defesa da paz você vai pagar um preço também, nem que seja perdendo influência nos assuntos internacionais. Às vezes, sinto no Brasil um sentimento de isolacionismo. Mas, ninguém existe fora do mundo. (...) É fundamental completar as tropas. É fundamental ajudar a que isto ocorra de maneira rápida e desburocratizada. É fundamental que o calendário político seja mantido. É importante que as autoridades haitianas compreendam que elas têm de dialogar com a oposição. O Haiti não pode ser o filho enjeitado da América Latina.

“Os filhos que não fogem a pátria amada” - Entrevista concedida pelo Ministro Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, ao jornal da comunidade brasileira em Massachussets, EUA, A Notícia (26 de outubro de 2004)

Desde que assumiu a presidência em 2003, Luis Inácio Lula da Silva vem tentando “organizar a casa”. Suas viagens têm produzido bons frutos para o Brasil. Hoje, Lula é conhecido mundialmente e já foi citado pelo Papa João Paulo II como um homem capaz de olhar as necessidades dos diversos povos do mundo. A taxa de desemprego também vem caindo no Brasil e o povo brasileiro começa a ver uma pequena luz no fim do túnel. Mas, e os cerca de 1 milhão de brasileiros que migraram para os EUA? Como esse povo que se afastou de casa é visto pelo atual Governo brasileiro? Em entrevista exclusiva para o jornal A Notícia, o Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Manoel Gomes Pereira, fala sobre os projetos do governo federal para ajudar os cidadãos que estão fora do Brasil e dos desafios futuros dessa comunidade imigrante.

A Notícia: Como o Governo Lula está vendo a comunidade brasileira que vive no exterior?

Manoel Gomes Pereira: O Governo brasileiro tem mostrado crescente preocupação com as comunidades brasileiras no exterior. O Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva é o primeiro Presidente da República a manifestar ostensivamente essa preocupação. Um dos documentos de sua campanha eleitoral é a chamada “Carta aos brasileiros longe de casa”, dirigida à parcela da população brasileira que vive no exterior.

A Notícia: Se o Presidente Lula tem mostrado crescente preocupação para com esses brasileiros, de que forma então o governo federal está agindo para garantir melhores condições de vida para esses cidadãos?

Manoel Gomes Pereira: Em abril deste ano, a estrutura do Ministério das Relações Exteriores para atender as comunidades brasileiras foi ampliada. Criou-se a Subsecretaria-Geral de Cooperação das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEN, que tem como uma de suas atribuições o apoio e a proteção aos brasileiros que vivem no exterior. Trata-se de uma unidade de nível hierárquico elevado dentro da Administração Federal. É ponto focal para o trabalho do Governo e de organizações da sociedade civil com relação as comunidades. A SGEN orienta o Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior e os Consulados do Brasil na prestação da assistência consular aos brasileiros.

A Notícia: Como ficam os brasileiros que estão vivendo em condição migratória irregular?

Manoel Gomes Pereira: Do ponto de vista da atenção às comunidades, sublinho que a única condição para a prestação de qualquer tipo de assistência consular é o fato de o interessado ser cidadão brasileiro. Não nos importa o fato de ele estar em situação migratória regular ou não. Com relação àqueles que se encontram em situação migratória irregular, a preocupação é ainda mais intensa, porque, pela sua própria condição, eles estão a mercê de bandos de criminosos que, tanto no Brasil quanto nos EUA, valem-se da sua necessidade ou desejo de emigrar para explorá-los.

A Notícia: Visto que esse problema já foi detectado pelo Governo brasileiro, o que o senhor tem a dizer sobre a atuação do Brasil nesse tipo de caso?

Manoel Gomes Pereira: Nesses casos, o Governo atua de duas maneiras. Preventivamente, divulga em pronunciamentos oficiais (na página do Ministério das Relações Exteriores) ou através da imprensa os riscos que corre quem pretende chegar a outro país de forma irregular, de acordo com as leis desse país. Não se esqueça que não se pode impedir que um cidadão brasileiro possa sair do Brasil, já que ele tem o direito constitucional de ir e vir. Mas o alerta com relação aos perigos, inclusive de morte, é sempre cabível, necessário e praticado. Ainda preventivamente, o Brasil e os EUA cooperam, a nível policial, para combater nos dois países as redes de criminosos de tráfico de migrantes, inclusive para a prostituição. Na repressão, combatemos essas redes, por meio da polícia e da justiça, mas não os migrantes, que não cometem crime pelo fato de migrarem. Aqueles migrantes detidos para deportação são também alvos da assistência consular, que se interessa por seu bem-estar nos centros de detenção e busca fazer com que, caso condenados a deportação, o sejam o mais rapidamente possível.

A Notícia: Qual a importância dos Consulados e da Embaixada Brasileira nos Estados Unidos da América?

Manoel Gomes Pereira: Primeiramente, os consulados itinerantes, que levam o Consulado a cidades onde há comunidade brasileira. Na área do Consulado-Geral em Boston, temos esse trabalho em Framingham, Somerville, Cape Cod, entre outros lugares. Isso é importante para levarmos nossos serviços a esses cidadãos. Outra iniciativa é a dos Conselhos de Cidadãos, que representou a criação de canal de comunicação entre a comunidade e o Consulado, na discussão e solução de problemas.

A Notícia: O senhor acha possível que o governo norte-americano faça uma nova anistia?

Manoel Gomes Pereira.: Creio que a última anistia concedida nos Estados Unidos foi durante o governo Reagan, em 1986. Não vejo, ainda que a médio prazo, sinais de que essa forma de

regularização de imigrantes venha a ser novamente adotada. O que vejo são formas seletivas, de quotas, como a loteria do green card ou a regularização de imigrantes que tenham eventualmente profissões que interessem ao desenvolvimento do país.

A Notícia: O Senhor acredita que, depois dos atentados de 11 de setembro, a situação dos brasileiros mudou?

Manoel Gomes Pereira: A Lei Patriota (*Patriot Act*, que dá maiores poderes ao governo de investigar a sociedade civil) diz tudo, mas não apenas para os brasileiros. Hoje, creio que as condições de entrada e de orientação de residência são muito mais difíceis do que antes da Lei.

A Notícia: No Brasil, também existe uma grande taxa de imigrantes que estão em situação irregular. Como o governo vem agindo com relação a essa situação?

Manoel Gomes Pereira: Temos regularizado por diferentes formas. A última anistia foi concedida em 1998. Temos, ainda, em tramitação no Congresso, acordo de regularização de residência do MERCOSUL que, sob determinadas condições mais vantajosas que as habituais, permite que nacionais dos países desse bloco possam ter sua permanência regularizada em outro país do MERCOSUL. Fora isso, está em execução um acordo de regularização com Portugal, assinado em 11 de julho de 2003, que permite a regularização dos brasileiros lá e dos portugueses aqui e é válido para aqueles que vivam no outro país na data da assinatura do acordo.

A Notícia: Com o crescimento de empregos no Brasil, o país está pronto para receber esses brasileiros que migraram por motivos financeiros?

Manoel Gomes Pereira: É uma possibilidade, desde que a geração de empregos seja atrativa para quem, mesmo com trabalhos pouco remunerados nos EUA, ainda recebe mais do que no Brasil. Por outro lado, as histórias de sucesso, ainda que às vezes exageradas, são um atrativo potente para a emigração.

A Notícia: Como o governo federal vê o envio

de remessas de dinheiro para o Brasil?

Manoel Gomes Pereira: Como você sabe, uma grande parcela de nossos emigrantes provém de regiões do Brasil economicamente deprimidas, onde as oportunidades de crescimento e de trabalho são reduzidas. Essa falta de oportunidade é o motor da emigração. Mesmo instalado no novo país e já com emprego, o emigrante começa a economizar e a enviar esses recursos para sua terra, para melhorar a situação da família, para comprar uma casa ou terras ou ainda abrir um negócio. Evidentemente, quando essas remessas entram no Brasil, passam a circular pela economia, gerando emprego e renda naquelas áreas deprimidas e, assim, beneficiam o país como um todo. As estatísticas oficiais indicam que, em 2003, o Brasil recebeu US\$ 3 bilhões de remessas, mas as estimativas são de que o total delas alcançaram o dobro.

A Notícia: Então essas remessas de dinheiro são de extrema importância para o desenvolvimento do país?

Manoel Gomes Pereira: Você pode imaginar como esses recursos são importantes para um país carente de capitais como o Brasil. Há hoje um movimento internacional para que os bancos reduzam suas taxas em cada remessa e passem a ganhar mais pelo conjunto delas, estimulando assim a transferência de recursos para os países em desenvolvimento. Esse movimento tem adeptos, mesmo em nível governamental, nos Estados Unidos. Ben Bernanke, diretor do Fed, fez uma interessante palestra em Chicago sobre o tema, defendendo a redução das tarifas bancárias.

A Notícia: Muitos imigrantes brasileiros gostariam de contribuir com algum tipo de assistência a pessoas carentes no Brasil. O governo já tem algum projeto nessa área?

Manoel Gomes Pereira: Gostaria de obter maiores detalhes sobre essa possibilidade, que desconhecia. Parece-me uma excelente idéia. Passe-me toda a informação que puder, para ver como podemos nos articular com esses brasileiros.

“Não estamos perdendo oportunidades” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 8 de novembro de 2004)

Brasília - Para Chanceler, Rodada de Doha é prioridade para 2005 e MERCOSUL precisa encontrar o rumo. Ao contrário do que pensam alguns especialistas, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, diz que a troca dos comissários da União Européia pode ser positiva para o MERCOSUL e para as negociações com vistas à criação de uma área de livre comércio entre os blocos. “Esse tempo pode ser extremamente útil para nós. Uma certa pausa não é de todo má, salvo para aqueles que pensam no curto prazo”, disse Amorim. Ao fazer um balanço das ações do Itamaraty este ano, e das metas para 2005, o Chanceler disse que as discussões da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), serão uma prioridade. E que o MERCOSUL precisa encontrar o rumo, o que exige uma visão mais estratégica.

As negociações entre UE e MERCOSUL estão em um ritmo mais lento nesse final de ano, após reunião entre as partes, em Lisboa, que prorrogou as negociações por prazo indeterminado. O próximo encontro acontecerá no primeiro trimestre de 2005. A lacuna não está sendo vista como um problema para o Itamaraty, principalmente pelo fato de o Brasil estar em fase de negociações inéditas. “Nós estamos em terra incógnita e para muitas coisas ainda não temos respostas. Em várias áreas que eles (os europeus) estão interessados, como serviços, precisamos ir testando, porque é tudo muito novo.”

Amorim disse confiar no avanço das conversas em 2005 e destacou que, tanto em relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) quanto à UE, os atrasos “não são uma perda de oportunidade”. “Se tivéssemos fechado esses acordos apressadamente, teríamos comprometido o desenvolvimento em bases autônomas.”

O governo sofre pressões dos empresários, que estão divididos entre os que colocam a política

comercial no centro das conquistas dos mercados e os que querem preservar políticas industriais e tecnológicas mais protecionistas.

Amorim disse compreender que muitos empresários, sobretudo os que têm maior competitividade, olhem as coisas pelo ângulo do ganho imediato, mas que o governo tem que olhar o Brasil como um todo e que há setores industriais mais sensíveis. “O agronegócio é muito importante, é responsável por boa parte do superávit brasileiro, mas a indústria também é importante”, disse o chanceler.

Para Amorim, não há contradição entre indústria e agricultura, mas ele defende que o ganho tem que ser suficientemente grande para compensar os sacrifícios. Ele disse confiar na percepção da Europa. “Ter a possibilidade de fechar um acordo importante, para valer, com um mercado como é o MERCOSUL, que pode até vir a se expandir, é algo importante. O valor político, estratégico e econômico é talvez até maior para eles do que para a gente”, disse.

Na avaliação de Amorim, este ano logrou alguns avanços. Um deles foi a possibilidade de começar a ver onde estavam realmente os pontos sensíveis. “Isso nunca tinha sido feito. Tudo era falado de maneira muito abstrata. Vamos abrir o setor de serviços, vamos abrir o setor bancário. Mas na hora de ver o que se pode fazer na prática, é mais complicado”, disse. “Começamos a discutir números, mesmo que até agora o que tenha sido acenado pelos europeus ainda seja insuficiente.”

Na OMC, há motivos para comemorar. O Brasil ganhou dois contenciosos, contra os subsídios americanos ao algodão e europeus ao açúcar. Além disso, o país chegou ao centro das decisões da Rodada de Doha, ao lado dos Estados Unidos, UE, Austrália e Índia – na qualidade de coordenador do G-20. Esse movimento tem ajudado para o avanço das negociações agrícolas em Genebra. Para Amorim, o Brasil foi fundamental neste processo porque conseguiu que as negociações deixassem de ser feitas por meio de papéis “que vinham da presidência e eram rejeitados pelos grupos”, e começassem a incluir

os principais interlocutores na mesa.

Em 2005, os trabalhos na OMC serão prioritários segundo o Chanceler. Ele disse que irá levar todas as negociações em paralelo, “mas que se algo vier pelo conjunto, não há porque pagar na bilateral”. Ele lembrou que a OMC é um bom exemplo. O documento aprovado em Genebra é bem mais equilibrado do que o texto que pautou a reunião de Cancún. “Na época, disseram que havíamos perdido uma oportunidade. Um ano depois fechamos um acordo muito melhor. Nas outras negociações, também é preciso olhar dessa forma”, disse.

Enquanto ALCA e OMC estão em compasso de espera, Amorim diz não ver problema no fechamento de acordos bilaterais e plurilaterais. De acordo com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), são 67 acordos de diferentes alcances somente nas Américas. “Não vemos que isso seja um grande problema. Sempre preferimos o multilateralismo, mas o fato é que o multilateralismo no continente sul-americano não é verdadeiro, porque existe um desequilíbrio muito grande.”

O Chanceler disse que o Brasil não irá abrir mão, por exemplo, de ter uma licença compulsória para produzir medicamentos genéricos, ou renunciar da capacidade de regulamentação ambiental ou financeira no país, ou de utilizar compras governamentais como instrumento de política industrial ou social.

Segundo ele, acordos bilaterais não começaram agora e não estão prejudicando o comércio externo brasileiro. Ele deu como exemplo positivo o acordo fechado recentemente entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, integrada pela Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia.

Comunidade Sul Americana de Nações será formalizada

Para o Ministro da Relações Exteriores, Celso Amorim, mesmo com todos os problemas, o MERCOSUL também avançou em 2004. “Não vou dizer que não haja percalços. São coisas reais, que

não podemos ignorar e que não derivam de nenhuma má negociação ou de falta de esforço diplomático, mas sim de situações assimétricas dos países, ou em nível de desenvolvimento, como é o caso do Paraguai, ou em função de crises, como foi o caso da Argentina.”

Amorim destacou que os dois principais parceiros do bloco, Brasil e Argentina, hoje se conhecem melhor e precisam encontrar soluções para suas divergências. “Não podemos mais brigar por 10% do mercado um do outro. E sim nos capacitar para estarmos presentes no mercado, nosso e mundial, de forma competitiva, o que exigirá uma visão muito mais estratégica do que se teve até hoje”, disse.

O Chanceler afirmou que nas últimas reuniões, “o MERCOSUL, que estava virando um grande queijo suíço, sem ordem nenhuma, conseguiu se enquadrar melhor”. A mudança parte de um reconhecimento das diferentes realidades. Segundo ele, o Paraguai e o Uruguai, por exemplo, não possuem condições de aplicarem a Tarifa Externa Comum (TEC) a curto prazo. “Vamos reconhecer as assimetrias, mas também dar um prazo.”

Amorim lembrou outros avanços, como o acordo CAN-MERCOSUL e Peru-MERCOSUL que, segundo ele, criam na prática uma área de livre comércio sul-americana. E que se isso tivesse sido feito há cinco ou seis anos, o Brasil teria conversado e negociado na ALCA com outra capacidade de barganha. No próximo dia 9, será anunciada formalmente a criação da Comunidade Sul Americana de Nações, que reforçará a capacidade de negociação dos países da região. “São avanços dentro da integração sul-americana e latino-americana que, ao nosso ver, melhorariam a nossa posição de barganha na negociação com os grandes blocos econômicos.”

Solidariedade ativa

Na área externa, o Brasil vem desempenhando uma função que foi classificada por Amorim como “solidariedade ativa”. É o caso da liderança da missão militar no Haiti, da ajuda na área

de energia em Cuba e de auxílio a países de língua portuguesa na África, como Moçambique, Angola e Guiné Bissau. “Sabemos que nossos recursos são limitados, mas dá para avançar em alguns casos.” Em casos em que o dinheiro não é suficiente, o governo está fazendo um trabalho de “pregação”. “É o caso da postura do Presidente Lula na campanha de combate à fome.”

O Brasil também se envolveu com a crise na Venezuela e ofereceu ajuda a Colômbia e Bolívia. “O Brasil é fiel à sua posição de não-intervenção. Agora, isso não é sinônimo de indiferença. Temos interesse e queremos ajudar sempre que formos solicitados e achamos que temos um papel a desempenhar”.

Conferência de Imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joschka Fischer (Brasília, 18 de novembro de 2004)

Porta-Voz do Itamaraty: Boa tarde. Passarei a palavra ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joschka Fischer, para que façam declarações introdutórias à imprensa. Em seguida, o Ministro Amorim e o Ministro Fischer responderão a cinco perguntas dentre os jornalistas presentes.

Ministro Celso Amorim: Em primeiro lugar, gostaria de expressar a nossa alegria em receber o Ministro Joschka Fischer. É um bom amigo, com quem já tenho tido contato praticamente desde o início do Governo do Presidente Lula, quando fui visitá-lo em momentos difíceis da situação internacional. Além disso, eu diria que o Ministro Fischer é uma figura emblemática da política, não só alemã, mas da política europeia, e é uma referência importante para todos nós. Portanto, é uma grande alegria recebê-lo no Brasil.

Queria assinalar, nesta breve introdução, que, além do aspecto afetivo e de amizade, se trata de uma visita essencialmente política. O Ministro Fischer

veio acompanhado de alguns parlamentares e de assessores. Não é uma visita para tratar de acordos técnicos, embora tenhamos falado deles como possibilidades para o futuro. Por isso, tivemos ocasião de trocar idéias sobre temas da realidade política contemporânea, do Oriente Médio e da própria América Latina. Falamos dos nossos processos de integração, falamos da importância da Organização Mundial de Comércio e também do Acordo entre MERCOSUL e União Européia, que deve continuar a ocupar um alto lugar nas nossas prioridades. E, naturalmente, falamos do reforço ao multilateralismo e das nossas posições comuns em defesa do primado das Nações Unidas e da necessidade de se reformar o Conselho de Segurança e outros órgãos das Nações Unidas, dentro desse contexto geral de reforço do sistema multilateral. Eu diria que foi uma troca de idéias muito produtiva, em que pudemos, mais uma vez, confirmar as nossas afinidades, mas, também, pudemos dar informações importantes sobre assuntos que cada um conhece melhor. Por exemplo, ouvi do Ministro Joschka Fischer uma importante explicação sobre como estão andando as conversações entre os países da União Européia, sobretudo Reino Unido, França, Alemanha e o Irã. Por outro lado, pude falar um pouco também de questões como a do Haiti. Repito que foi uma conversa não só amistosa, mas o fato de termos grandes afinidades nos permitiu aprofundar a análise de várias situações que são de importância para o mundo, como a do Oriente Médio e tantas outras. Mais uma vez, é um grande prazer ter entre nós o Ministro Fischer, que visitará também o Presidente da República, logo mais.

Ministro Joschka Fischer: Muito obrigado, de coração. Quero agradecer pela amável acolhida que foi dispensada à nossa delegação. Estou acompanhado por membros do Parlamento Federal Alemão, de todas as Bancadas dos Partidos Majoritários, bem como da Oposição. Isso reflete não apenas o interesse da opinião pública, mas também a excelência das relações bilaterais que, há décadas, são muito boas e que evoluíram muito positivamente. Mencione, também, nesse contexto, as

relações econômicas, as relações culturais e a história mais que centenária da imigração alemã no Brasil. Tudo isso desempenha aqui um papel de relevância, bem como uma multiplicidade de formas de cooperação e experiência acumulada pela sociedade civil.

O senhor está certo, Ministro Amorim, nós tivemos boas conversações, tivemos uma pauta longa. Falamos sobre questões bilaterais e sobre questões regionais que dizem respeito à América Latina, bem como ao Oriente Médio, ao Irã, ao Iraque. Conversamos intensamente sobre questões multilaterais e a reforma das Nações Unidas que, sem dúvida, têm muita importância. No plano bilateral, o que podemos fazer para intensificar a nossa cooperação? Nós temos uma visão prospectiva. Estamos pensando nas negociações que queremos deslanchar para fomentar uma maior discussão no setor energético. Estamos também pensando nas questões econômicas que dizem respeito ao relacionamento entre União Européia e MERCOSUL. Também estamos pensando na OMC. Todos esses tópicos foram conversados e discutidos em um clima de amizade. Isso mostra o elevado grau de qualidade da cooperação entre Brasil e Alemanha. Esta reunião, bem como a reunião com o Presidente Lula, deverá servir para aumentar ainda mais o elevado nível de cooperação.

Evidentemente, também falamos sobre o combate à fome e sobre a iniciativa do Presidente Lula. Posteriormente, esse tema deverá adquirir uma importância ainda maior na conversa com o Presidente. Nós vemos essa iniciativa do Presidente Lula como sendo uma iniciativa muito importante que, no contexto das nossas reduzidas capacidades, vamos fomentar.

O senhor falou de vários temas, mas, há um tema importante que não foi mencionado. O senhor omitiu o futebol. O futebol é a coisa mais bonita do mundo, é também algo que diz respeito ao coração de cada país. Nesse sentido, ambos estamos olhando com muita curiosidade para a próxima Copa do Mundo. Muito obrigado, de coração.

Porta-Voz do Itamaraty: O Ministro Amorim e o Ministro Fischer responderão agora a cinco perguntas dos jornalistas presentes. Duas perguntas serão reservadas a jornalistas alemães, duas a brasileiros e uma a agência internacional de notícias. A indicação dos nomes partiu dos próprios representantes da imprensa. Eu pediria a cada jornalista que se limitasse a uma pergunta e que se dirigisse ao microfone ao lado para formular a pergunta. Passo a palavra ao jornalista Andrew Hay, da Agência Reuters, para a primeira pergunta.

Andrew Hay: Boa tarde. A pergunta é para o Ministro Amorim e o Ministro Fischer. O Brasil e a Alemanha querem que o novo acordo sobre cooperação em energia inclua a cooperação na área de energia nuclear?

Ministro Joschka Fischer: A nossa política nacional foi importante para a nossa coalizão quando, em 1999, recebemos a maioria no Parlamento, maioria que foi confirmada em 2002 e nós queremos uma política de saída no campo da energia nuclear. Vamos introduzir isso também nas relações internacionais. Creio que dispomos de uma ampla gama de possibilidades de cooperação. O Brasil é um dos países líderes no que diz respeito a combustíveis naturais renováveis, como o etanol. Isso é importante. Acho que também podemos cooperar na questão do transporte de energia. Também é muito importante a cooperação em energias renováveis, seja a energia eólica ou outras. Aho que também no setor de serviços se abre um amplo campo para a cooperação. Estamos dispostos e abertos para entrar em um futuro comum com o nosso parceiro brasileiro.

Ministro Celso Amorim: Não tenho nada a acrescentar. Estamos abertos à cooperação nos mais variados campos e creio que há uma visão comum de que o Acordo que foi assinado há 30 anos cumpriu o seu papel e temos que agora olhar para frente e procurar novas formas de cooperação, inclusive em algumas das que foram mencionadas pelo Ministro Fischer. A ênfase no etanol se torna mais evidente, inclusive, à luz do fato de que o Protocolo de Quioto,

entrando em vigor, cria mais oportunidades para o uso desse combustível que, como todos sabem, emite menos gás carbônico.

Porta-Voz do Itamaraty: Para a segunda pergunta, passo a palavra ao jornalista Wolfgang Proissl do “Financial Times Deutschland”.

Wolfgang Proissl: Gostaria de fazer uma pergunta aos dois Ministros sobre a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Na sua opinião, quais são as chances de ambos países conseguirem uma cadeira no Conselho de Segurança e quais seriam os candidatos da África que deveriam entrar e representar o mundo islâmico, como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Ministro Celso Amorim: As chances são boas. Creio que as chances nunca estiveram em um nível tão elevado. Evidentemente que todas essas negociações internacionais são complexas e é muito difícil fazer previsões sobre quando essas reformas ocorrerão. Costumo dizer que é difícil reformar o Conselho de Segurança, mas é mais difícil ainda não o reformar. Creio que foi dado um grande passo, até para visualização por parte do mundo, quando os quatro países – Brasil, Japão, Alemanha e Índia – se juntaram e apresentaram-se como possíveis candidatos em um Conselho de Segurança ampliado. Naquele momento, todos nós dissemos que teria que haver pelo menos um africano. E é importante que se entenda “pelo menos um africano”. A realidade africana é muito diversificada, e creio que não seria absurdo se houvesse mais do que um. Mas, evidentemente, essa não é uma decisão que nós vamos tomar. Quem tem que tomar essa decisão é a comunidade internacional como um todo. O importante é que o resultado final tenha um certo equilíbrio. Sabemos que são questões polêmicas em todos os continentes, mas é importante levar essa reforma adiante porque ela é fundamental para a própria credibilidade das Nações Unidas, para que as decisões das Nações Unidas tenham a legitimidade, que é condição fundamental para que elas sejam cumpridas eficazmente.

Ministro Joschka Fischer: Só posso concordar com isto.

Porta-Voz do Itamaraty: Para a terceira pergunta, passo a palavra ao jornalista Cláudio Dantas, do jornal Correio Braziliense.

Cláudio Dantas: Boa tarde. A pergunta é para os dois Ministros. Em relação às conversações sobre o Oriente Médio, em função dos cenários de Iraque, Irã e agora da Autoridade Nacional Palestina, é possível esperar alguma novidade em termos de ajuda concreta de ambos os governos em relação a essas situações específicas no Oriente Médio?

Ministro Joschka Fischer: Penso que nós estamos engajados e empenhados na estabilização da comunidade internacional no Iraque. Estamos instruindo policiais e estamos ajudando na dotação de policiais militares iraquianos. Além disso, coloca-se a questão do perdão da dívida do Iraque. Aqui, acho que temos uma contribuição importante a prestar. Mas o senhor, com razão, falou do nexo entre Iraque, Irã, o conflito de Israel e Palestina. Acho que, nesse caso, a comunidade internacional deve cooperar e mobilizar todas as forças disponíveis na região. De essencial importância será o engajamento do novo governo americano. Isso se reveste de grande importância na solução do conflito entre Israel e Palestina. Nesse sentido, só posso falar em nome da e da União Européia, que estamos nos engajando no Quarteto – União Européia e Estados membros. Esperamos que o Acordo com o Irã leve efetivamente a um processo de tratativas que evitem, em caráter permanente, o risco de nuclearização do Irã. Apostamos no êxito das medidas de estabilização do Iraque e da realização de eleições livres no fim do ano. Mas, como já disse, a cooperação da comunidade internacional será de essencial importância. Estamos muito contentes por ter aproveitado este dia para constatar que existe um elevado grau de idéias comuns e, no futuro, queremos levar isso em conta.

Ministro Celso Amorim: Bem, acho que a maior parte dos pontos já foi coberta. Diria que as

três questões, naturalmente, têm uma interligação, embora cada uma tenha a sua especificidade. No caso do Irã, obviamente, ouvi primeiramente um relato dos avanços feitos nas negociações em relação ao aspecto nuclear. São avanços que nós felicitamos porque creio que é importante evitar que essa questão se transforme também num pomo de discórdia permanente no Conselho de Segurança. É claro que isso exige boa vontade de todos os lados, mas estamos contentes em constatar que isso ocorreu entre esses três países europeus – Alemanha, Reino Unido e França – e o próprio Irã.

No caso do Iraque, trocamos impressões sobre a situação atual e concordamos que ela é muito complexa. Creio que compartilhamos a visão de que, no longo prazo, a estabilização do Iraque exigirá maior participação das Nações Unidas, mas vivemos um paradoxo porque, devido à falta de segurança, as Nações Unidas não podem ainda se fazer presentes de maneira imediata. Então, essas questões terão que ir se resolvendo aos poucos e, talvez, de maneira um pouco imperfeita até que cheguemos a um ponto em que possa haver um envolvimento maior da comunidade internacional e dos países da região.

Com relação ao Oriente Médio, especificamente à questão palestina, trocamos impressões sobre a importância e a utilidade não só de que haja um diálogo entre as partes, mas que estejam envolvidos todos os membros da comunidade internacional. Apoiamos muito os esforços da Europa junto com o Quarteto e repetimos aquilo que os jornalistas brasileiros já sabem que o Brasil estaria disposto a juntar-se a esses esforços, creio que com outros países em desenvolvimento. Esse é um tema que já foi levantado em outros contatos que temos feito. Inclusive, além da presença do Ministro José Dirceu nos funerais propriamente, mandamos o nosso Enviado Especial para Ramalá, onde ele teve conversas com Nabil Shat'ath e outras autoridades. Nós veríamos com agrado a idéia de algum tipo de conferência internacional que ajudasse a resolver essa questão. Mas, evidentemente,

sabemos que isso depende de muitas coisas, depende também de um diálogo entre as partes e de um diálogo entre as sociedades civis das duas partes, que, no passado, já deu resultado.

Porta-Voz do Itamaraty: Para a quarta pergunta, passo a palavra ao jornalista Andreas Rinke do Handelsblatt:

Andreas Rinke: Gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Gostaria de complementar a pergunta que foi feita pelo colega da Reuters sobre o Acordo de Energia. Gostaria de saber se o Governo Brasileiro planeja construir Angra III.

Ministro Celso Amorim: Esse é um tema que ainda está em discussão dentro do Governo. Não posso responder pelos outros Ministérios, e isso depende de questões orçamentárias e de decisões sobre a matriz energética que escapam ao Ministério das Relações Exteriores. Evidentemente, também já foi feito um investimento importante em Angra III que terá que ser levado em conta. Essa é uma decisão da qual o meu Ministério talvez venha a participar de alguma maneira. Mas é uma decisão, centralmente, de outras áreas do governo, sobretudo das áreas que têm a ver diretamente com a questão energética. Eu diria até que isso não foi um tema das nossas conversações diretamente.

Andreas Rinke: O senhor também responderia à primeira parte da pergunta? O senhor poderia dizer se o Governo Brasileiro deseja que a utilização civil da energia nuclear seja parte do novo Acordo de Energia Nuclear a ser celebrado?

Ministro Celso Amorim: Acho que o Brasil tem planos concretos de continuar utilizando energia nuclear para fins pacíficos. Temos a quarta ou quinta maior reserva mundial de urânio. O urânio é um combustível importante e não faz sentido, para o Brasil, extrair esse urânio, enviar para um outro país desenvolvido e depois trazer de volta o urânio enriquecido para cá. Não há razão para crer que o Brasil seja menos confiável do que esses outros países onde se processa o enriquecimento. Então,

temos esses planos. Agora, a questão de a Alemanha estar envolvida ou não em acordos com o Brasil tem a ver, como já foi explicado, com a própria legislação alemã. Respeitamos isso. Acho que o Acordo Brasil-Alemanha foi importante porque permitiu um desenvolvimento tecnológico e até mesmo de indústrias de bens de capital e de engenharia em geral, ligadas à construção de Angra II. Mas, hoje, o nosso programa de enriquecimento é totalmente autônomo, não depende dessa cooperação externa. Então, vamos cooperar com a Alemanha nas áreas em que a Alemanha puder cooperar e quiser cooperar conosco. Falamos, por exemplo, da área da biodiversidade. Creio que há um grande campo para cooperarmos, por exemplo, em relação ao manejo sustentável das florestas. Conversávamos sobre os seringueiros, sobre a borracha natural. Sabemos que já há cooperação alemã nesse campo, mas ela pode aumentar muito, em benefício nosso e de toda a humanidade.

Porta-Voz do Itamaraty: Para a última pergunta, passo a palavra à jornalista Eliane Oliveira, do jornal “O Globo”.

Eliane Oliveira: Boa tarde. Primeiro, vou dirigir a pergunta ao Ministro da Alemanha. Não sei se o senhor tem conhecimento, mas o nosso Parlamento vai examinar projeto de Parcerias Público-Privadas. Com base nisso, queria de saber quanto a Alemanha estaria investindo no Brasil em termos de infra-estrutura, se existissem projetos na área de ferrovias, por exemplo, e no caso do acordo de energia, quanto poderia vir de empresas ou do Governo alemão, num âmbito mais global.

Do Ministro do Brasil, queria saber se ele, que tem sempre contato com autoridades estrangeiras, acha realmente fundamental que o Congresso aprove as PPPs ou se os investimentos diretos chegariam de qualquer forma.

Ministro Joschka Fischer: Penso que a cooperação no setor de infra-estrutura pode abranger toda a gama da indústria alemã. Os prestadores de serviços têm experiências extraordinárias no que diz respeito à infra-estrutura de transportes, sobretudo

no que diz respeito ao transporte ferroviário. Na Alemanha, desenvolvemos uma rede ferroviária de alta velocidade. Essa é uma tecnologia de futuro. Aqui, especialmente a empresa Siemens participou do processo. Pensamos que nessa área podemos oferecer muito. Isso vale também para outros projetos como os que dizem respeito ao saneamento básico. Nós também acumulamos experiências em PPP. Se as condições forem corretas, e os governos deverão empenhar-se nesse sentido, a indústria alemã certamente deverá engajar-se porque ela já está bem representada no Brasil. Temos investimentos alemães diretos aqui no Brasil. Amanhã, deverei falar na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha sobre esse tema. Lá em São Paulo, algumas indústrias líderes podem oferecer muita coisa no que diz respeito às Parcerias Público-Privadas. No setor energético, deveremos nos concentrar nos pontos comuns. Há muitos pontos em comum. Certamente, teremos muitos desafios a enfrentar.

Foi mencionada a questão do Oriente Médio. Há umnexo direto entre a crise política e a dependência de petróleo em áreas significativas de transporte. Eu me refiro ao setor automotivo no Brasil. Acho que aqui há muitas chances para energias renováveis. O Brasil tem uma posição de liderança, sobretudo em relação aos combustíveis de origem biológica. Aqui, certamente, temos grandes perspectivas para o setor privado no futuro. Mas isso é apenas uma perspectiva. Temos excelentes conhecimentos sobre como aumentar a eficiência do uso de energia no transporte de energia elétrica à distância. Penso que, na questão das perdas que ocorrem no transporte de energia elétrica a grandes distâncias, poderíamos otimizar a capacidade de utilizá-las em outras áreas. Então, existe uma ampla gama de potenciais. Na Europa, hoje, temos muita experiência em Parcerias Público-Privadas. Se a parte brasileira der uma abertura para a participação dos estrangeiros, isso nos alegraria muito.

Ministro Celso Amorim: Creio que a resposta da parte da pergunta que me foi feita, Eliane, é mais

ou menos evidente. É claro que o Governo considera muito importante a aprovação das Parcerias Público-Privadas. Todos sabemos que essa condição tem que ser completada por outras, mas cremos que as outras estão aí. Há uma estabilidade macroeconômica, há um clima de crescimento na economia brasileira, e tudo isso favorece o investimento estrangeiro. No caso da Alemanha, temos uma parceria antiga que pode se estender a vários setores. No caso específico da energia, além de outras atividades que possam ocorrer, a questão do uso do etanol pode oferecer algo de muito concreto com resultados econômicos imediatos em benefício também do nosso desejo de evitar a poluição da atmosfera.

Gostaria de voltar a um ponto que sublinhei no início. Ressaltamos a prioridade que devemos continuar a atribuir ao Acordo entre MERCOSUL e União Européia. Acho que isso é importante porque, sem o impulso político, as negociações técnicas não chegarão nunca a bom termo. Nesse ponto, o envolvimento de pessoas como o Ministro Fischer é fundamental, ainda que as discussões técnicas tenham que se passar em outros níveis e com outras pessoas. Isso é algo muito importante. Para ilustrar essa realidade, foi servido ontem no hotel um filé de excelente qualidade. Tive a oportunidade de sublinhar ao Ministro Fischer que o bife, além de tudo, vem de vacas vegetarianas, que são as ideais para um Ministro da Agricultura que também é do Partido Verde, como o Ministro Fischer. Mas eles têm que começar a comprar rápido porque, senão, os chineses vão comprar quase tudo. Obrigado.

Porta-Voz do Itamaraty: Muito obrigado a todos. Está encerrada a entrevista.

**“Escolha do Brasil será boa para a paz” –
*Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 2 de dezembro de 2004)***

No momento em que nova ONU começa a se concretizar, Chanceler defende a capacidade brasileira de influir nas questões políticas

BRASÍLIA - Um assento permanente para

o Brasil no Conselho de Segurança da ONU seria bom não só para o próprio País, mas para a paz e a liberdade no mundo. O Governo brasileiro preferiria que isso se concretizasse sem a “discriminação” entre membros permanentes com e sem poder de veto. Mas sabe que entre o ideal e o real há um longo caminho a se trilhar. É o que explica o Chanceler Celso Amorim, em entrevista ao Estado.

Para Amorim, não há custo político no pleito brasileiro, até porque ele não é de hoje. “O Presidente Lula, que tem no reconhecimento da capacidade de ação do Brasil no exterior um dos pilares da sua política externa, deu mais ênfase ao tema.”

O Chanceler defende a capacidade brasileira de influir nas questões políticas e comerciais do mundo e diz que Brasil e Argentina devem permanecer coesos no MERCOSUL em nome de sua relevância. “Tem muita gente que não se importa de ser irrelevante”, diz Amorim. “Queremos ser relevantes, junto com nossos parceiros da América do Sul.”

Pergunta: A proposta de ampliação do Conselho de Segurança com novos membros permanentes ou rotativos, mas sem poder de veto, atende ao anseio do Governo brasileiro?

Celso Amorim: É evidente que eu acho que qualquer discriminação não é desejável. Acho que isso ainda vai ser objeto de muita negociação. Entre o que é realista e o que é ideal, há uma linha grande a ser percorrida.

Pergunta: Por que é importante para o Brasil ser membro permanente?

Celso Amorim: Acho que isso contribui para uma maior influência nossa nas decisões internacionais. A atitude do Brasil tem sido sempre em favor da paz, de soluções negociadas, de compreensão de que alguns problemas de segurança estão ligados a problemas econômico-sociais. E o Brasil é um país grande, tem um peso, pode influir. O Brasil estar presente nessas decisões é importante não só para o Brasil, egoisticamente, mas, para falar a verdade, para o mundo. Isso pode ser pretensioso. Por que o Brasil vai se meter nisso? Paz e liberdade

- aliás, como o seu jornal sabe - são coisas cuja importância a gente só sente quando não tem. O Brasil deseja que o mundo seja pacífico, que seu comércio se desenvolva, que os turistas possam viajar. Acho que podemos contribuir para a paz estando no Conselho de Segurança de maneira mais efetiva.

Pergunta: O poder de veto não é essencial para isso?

Celso Amorim: Essa proposta feita pela comissão não é a palavra final. Isso terá que ser objeto de negociação. O ideal era aos poucos reduzir o poder de veto dos que o têm atualmente. Sabemos que no curto prazo isso não é realista. Agora, haver algum incentivo para que eles sejam mais restritivos no próprio poder de veto é positivo. O fato de os novos membros terem ou não poder de veto tem de ser visto à luz disso. Se já está estabelecido que eles não têm nenhum, talvez os atuais não tenham incentivo para diminuir o deles. O ideal seria que caminássemos para uma convergência entre os novos e os atuais.

Pergunta: O acordo entre EUA e Colômbia permite, no caso de um colapso na Colômbia, os EUA intervirem. Se uma intervenção militar americana, com ou sem consentimento do governo colombiano, passasse pelo Conselho de Segurança, o Brasil, tendo poder de veto, vetaria?

Celso Amorim: É muita hipótese, não é? É pouco provável, no período em que nós estamos, os Estados Unidos virem a intervir militarmente na Colômbia. Acho que as opções do governo colombiano são da alçada dele. Temos procurado ajudar a Colômbia na questão de segurança, na medida de nossas possibilidades, naturalmente mais limitadas. Uma intervenção militar num país da América do Sul não é desejável. E o que a gente puder fazer para contribuir com que isso não ocorra...

Pergunta: Mas o veto deve ser respaldado por uma...

Celso Amorim: O veto é uma coisa muito séria. Na minha opinião, uma maneira de restringi-lo seria evitar-se o veto fútil. Há muitas resoluções que

não afetam a segurança do país em questão, são resoluções muitas vezes declaratórias, e são vetadas. Outras são vetadas por outras motivações políticas que não têm a ver com a questão em si. Hoje em dia, um membro permanente só pode votar a favor, abster-se ou vetar. Podia-se dar a ele uma faculdade que os outros membros têm de votar “não” que não seja veto, porque muitas vezes o que se quer é apenas marcar posição. O veto foi criado no contexto da Guerra Fria. Se você tomasse uma decisão que fosse frontalmente contra a União Soviética, contra os Estados Unidos, contra o Reino Unido, que na época era visto como uma grande potência, causaria guerra mundial. A médio prazo, temos de trabalhar para que o poder de veto seja exercido com maior autocontenção. E no futuro, até, quem sabe, terminá-lo.

Pergunta: Com relação a nossos vizinhos, como a Argentina, e ao México, qual tem sido o custo político desse nosso pleito? Os argentinos têm ficado melindrados?

Celso Amorim: Não acho que haja custo político. Eles entendem que isso é uma coisa antiga, não foi inventada pelo Presidente Lula. Até porque estamos mais próximos de uma possível decisão, como você vê por esse relatório. No próprio governo do Presidente Fernando Henrique foi, talvez, levada com graus variáveis de intensidade. O Presidente Lula, que tem, no reconhecimento da capacidade de ação do Brasil no exterior, um dos pilares da sua política externa, deu mais ênfase ao tema. Mas é uma coisa vista internacionalmente com essa legitimidade. Por que a Alemanha e o Japão quiseram ter o Brasil e a Índia como, digamos, companheiros dessa chapa? Porque reforça a posição deles próprios. Essa “candidatura” brasileira dá legitimidade à reforma. É natural. Na América do Sul e América Latina, atuamos em muita coordenação com os outros países. Consultamos em assuntos importantes e evidentemente se o Brasil vier a ser membro permanente vai consultar mais ainda.

Pergunta: Quatro dos cinco membros permanentes apoiam o pleito brasileiro. Faltam só

os Estados Unidos?

Celso Amorim: Os graus de engajamento desse apoio são diferentes de país para país. Às vezes, não tem nem a ver com o Brasil. Mas, de uma maneira ou de outra, obtivemos manifestações ou de claro apoio ou de grande simpatia. Os Estados Unidos nunca falaram nada contra o Brasil. Pelo contrário. O Secretário de Estado Colin Powell esteve aqui e vocês ouviram. Grande parte da mídia achou que foi apoio. Eu também. Não deixa de ser apoio, ainda que seja mental ou uma preparação. Obviamente os Estados Unidos detêm um grande poder em dizer o que vai e o que não vai acontecer. Acho que eles não vão querer se engajar claramente numa posição até verem como a situação vai evoluir. Acho que quem escreveu esse relatório provavelmente deixou o veto dos antigos e não botou para os novos para facilitar a aprovação. Temos cooperado com os Estados Unidos em áreas importantes. Comentei com o Powell que em 1998, no final de uma negociação sobre o Iraque, em que demos uma fórmula que permitiu resolver a questão, ouvi do então embaixador deles na ONU, Bill Richardson: “Celso, o Brasil nos deu enorme trabalho, mas a gente tem que reconhecer que, se não fosse o Brasil, não haveria resolução.” Temos credibilidade, como temos na área comercial. Depois de Cancún (reunião da OMC em setembro de 2003), meu amigo (Robert) Zoellick (Representante de Comércio dos EUA) escreveu um artigo em que citou cinco vezes o nome do Brasil criticamente, como se tivesse sido um desastre e fôssemos os responsáveis. Chegamos a Genebra, e - digo sem falsa modéstia - o Brasil foi fundamental para o acordo. O grau de credibilidade que o Brasil tinha nos permitia fazer sugestões até para resolver problemas de outros. O próprio Zoellick reconheceu isso.

Pergunta: O Brasil não poderia ter sido mais bem-sucedido em colocar a culpa nos Estados Unidos pelo fracasso até agora da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)?

Celso Amorim: No Brasil, isso é impossível. Primeiro, não interessa. Nosso jogo não é colocar a culpa em ninguém. Estou para responder uma carta

do Bob Zoellick. Vamos relançar as discussões - e ele mesmo diz na carta dele, como eu sempre disse - baseados nos princípios que acordamos em Miami. Depois de Miami, acertadamente, tanto os Estados Unidos quanto nós nos concentramos mais na OMC. Nós achamos que teria sido mais simples um acordo MERCOSUL-Estados Unidos direto, como estão fazendo com outros. Conosco, eles preferem colocar num âmbito mais coletivo. Algumas vezes surgem complicadores desnecessários numa negociação de 34 países.

Pergunta: Por que eles não quiseram?

Celso Amorim: Vários países já assinaram acordos de livre comércio com eles. Tem países que por suas dimensões não têm as preocupações que o Brasil tem. Temos uma indústria importante, cujos interesses têm que ser vistos; uma política social de fármacos importante; de desenvolvimento tecnológico. Um país pequeno que obtém uma cota de dois ou três produtos, para ele aquilo é o que interessa. E estaria mais disposto a fazer concessões. Dizer que o MERCOSUL está isolado numa negociação com a ALCA é o mesmo que dizer que a Índia e a China estão isoladas numa negociação na Ásia. Não tem cabimento.

“Amorim: acordos saem até 2006” – *Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de S. Paulo, 3 de dezembro de 2004)*

Para o Chanceler, discussões sobre Rodada Doha, ALCA e MERCOSUL-UE acabam em um ano e meio.

Os acordos para as três frentes de negociações comerciais em que o Brasil está engajado simultaneamente - a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e MERCOSUL - União Européia (UE) - devem sair no prazo de um ano e meio. A estimativa foi feita pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista ao Estado.

“Essas três negociações inevitavelmente têm influência recíproca”, disse o chanceler. “A principal é a da OMC, porque é a que pode eliminar as maiores distorções ao comércio. As outras duas vão ter que correr em paralelo.” Até porque, ressaltou Amorim, “seria meio arriscado comprometer certos interesses sem saber direito o que vai sair na OMC”.

Como exemplo desse risco, ele citou a quebra da patente de remédios obtida pelo governo anterior na OMC. “Se já tivesse fechado acordo da ALCA, como os americanos queriam, “babau”, não teria essa política”, lembrou. “Eles não querem tornar mais flexível a patente para ter políticas sociais, como conseguimos na OMC. Só conseguimos porque é OMC, porque tem equilíbrio de forças. Na ALCA, não conseguiríamos, porque outros países já deram o que os EUA queriam nesse campo.”

Com relação à OMC, Amorim disse que a “estratégia política é não permitir que se volte ao esquema de antes de Cancún”, a reunião ministerial de setembro de 2003. “Aquela coisa com pouca transparência em que os presidentes dos conselhos iam fazendo textos, sempre ouvindo mais as opiniões dos mais poderosos. As soluções têm que vir da negociação, não de cima para baixo.”

O Chanceler diz que interessa ao Brasil manter a participação de grupos como a do G-20 na área agrícola. “Os EUA são um bloco, União Européia é outro bloco, o G-20 é um bloco para negociação”, explicou ele. “Se ele vai ser exatamente igual para outros temas, não sei, mas você tem que ter uma coisa desse tipo.”

Segundo Amorim, os europeus chegaram a pedir a formação de blocos como o G-20 em outras áreas, para facilitar as negociações, já que, na OMC, as decisões são tomadas por consenso e, se um país se coloca contra, o acordo cai por terra. Entretanto, Amorim diz que prefere “preservar o G-20”, restringindo-o à área agrícola, com receio de que haja posições diferentes entre seus membros sobre temas industriais, por exemplo.

O Chanceler enfatizou que o Brasil não tem

propostas apenas na área agrícola - o motivo principal da rodada -, em que defende a redução de subsídios e abertura de mercados. “Também na área industrial, o Brasil tem várias propostas que dizem respeito a algumas regras da Rodada Uruguai que achamos um pouco injustas, que podem ser modificadas”, afirmou ele, citando as regras do crédito para exportação, que “foram feitas para países desenvolvidos”. O País quer também garantir “liberdade para política de investimentos estrangeiros que contribuem para exportação”.

Amorim telefonou ontem para o Comissário da UE para Comércio Exterior, Peter Mandelson, para discutir a retomada das negociações entre o bloco e o MERCOSUL, depois do fracasso da reunião de Lisboa, em que os negociadores não conseguiram chegar a um acordo dentro do prazo estipulado, de 31 de outubro.

“As negociações com a União Européia vão ser retomadas” disse. “A expectativa da reunião de Lisboa não era concluir um acordo. Não era realista. Claro que não se pode dizer de antemão que não se vai concluir. O que fizemos foi deixar o terreno arrumado para continuar.” Os coordenadores das negociações dos dois lados - o brasileiro Régis Arslanian e o austríaco Karl Falkenberg - reúnem-se hoje no Rio para “mapear o terreno”.

O Estado perguntou a Amorim se os conflitos comerciais com a Argentina não convertem o MERCOSUL num estorvo para o Brasil, enfraquecendo sua posição com a União Européia. “Nós podemos ou apostar em ficar brigando pelo velho - e isso eu digo também para os argentinos - ou apostar em construir o novo”, respondeu ele. “Estamos apostando em construir o novo.”

O Chanceler demonstrou depositar grande esperança nos resultados dos encontros empresariais realizados em São Paulo e em Buenos Aires. “Foi um diálogo que eu nunca vi”, disse ele. “Em vez de falarem em proteger ou eliminar a proteção de tal setor, a conversa era muito mais sobre como fazer joint ventures, como encontrar instrumentos de financiamento que facilitem investimentos no outro país.”

“Brazil’s top diplomat fills out the plot line” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (The International Herald Tribune, 4 de dezembro de 2004)

His strategy wins nation clout on the global stage

BRASÍLIA - Foreign Minister Celso Amorim, a cinema buff and former movie producer, likes to go over a script in his mind of Brazil’s future.

In it, Brazil shakes its postcolonial insecurity and takes the helm of South America to the United Nations, where it lands a full-time seat on an enlarged Security Council, along with its “kindred spirit,” India. Latin America’s largest country also helps rewrite rules about access to global agriculture markets. Finally, it shrinks poverty for its 184 million residents through stronger trade ties with Asia.

It is certainly a utopian vision - and one that many would shrug off as yet another overly rosy scenario for the historically crisis-wracked country. But these days, Amorim’s vision is more than just an imaginary script.

Since 2003, developing countries have come together to form a powerful new bloc, the Group of 20-plus or the Group of 21, to fight for their interests against wealthy nations at the World Trade Organization. Together, they scored major new global accords to end agricultural subsidies in August, about the same time that poor countries also won courtroom victories against subsidies for sugar in Europe and cotton in the United States.

Brazil has also signed billions of dollars’ worth of investment deals with China and other Asian countries, a move that officials hope will bring a stream of jobs and production to help offset the country’s lingering problems of poverty and development. And it has steered the South American trading bloc, MERCOSUR, toward freer trade within Latin America.

The soft-spoken Amorim, 62, with his salt-and-pepper beard, can claim a great deal of credit

for these victories. He maneuvered himself into a position of influence during WTO talks this summer, taking on the role of a spokesman for the Group of 20-plus, whose members joined forces to strengthen their bargaining position in global trade. And, under President Luiz Inácio Lula da Silva's stewardship, Amorim has helped set a cooperative tone that has big countries cozying up to Brazil.

"It's been an exciting year," Amorim said in a recent interview, sitting in front of an enormous world map in his office. "We accomplished many things largely due to Lula's image and leadership."

Da Silva is credited with tackling tough reforms while Brazil's economy rebounded on booming commodity sales and a strengthening currency. Those forces are helping to bring unemployment, inflation and interest rates down.

Amorim's star - and Brazil's - has been rising along with that of da Silva, a former union leader and metal worker who initially worried investors with his leftist roots but won them over for his business-friendly stance.

Wall Street is also enamored of Finance Minister Antonio Palocci because of his fiscal prudence. But it is Amorim who has maneuvered skillfully to forge alliances with other countries that are turning Brazil into a trade force to be reckoned with.

"Amorim is a talented man, with extraordinary command of the issues, and a tough negotiator," said Peter Hakim, president of Inter-American Dialogue, a research group based in Washington.

"Brazil has been extremely effective at shaping the trade agenda and giving leadership" to the Group of 20-plus, Hakim added.

Things were not always so successful for Amorim, an amiable, self-made man. In the 1960s, he was swept up in Rio's heady student movement at the same time that he began his lifelong love of film. He saw a role in his country's government as the ideal way to enact change.

Stories of racism, violence and poverty in his

favorite films of that era, like "Barren Lives" and "The Grapes of Wrath," inspired him at a time when social movements like one for land reform also sparked his streak of activism. He joined the External Relations Ministry in 1965, but his activities were initially confined to paper-pushing and postgraduate study at the London School of Economics, where his thesis focused on social change in Brazil. Amorim's first ministerial postings coincided with a new 20-year military dictatorship.

Under a more relaxed but still military regime in 1979, Amorim joined his love of film with civil service in a role heading up the Brazilian Film Corp., a government-run entity.

But driven by a desire to reveal the truth, Amorim said, he approved financing for a film on torture in the early years of Brazil's military dictatorship, a move that ultimately cost him that post.

After languishing in what he calls a "period of obscurity," he was ultimately able to shift within government to dealing with social issues. Over time, his dossier widened to include issues ranging from tobacco control, labor reform, sustainable development, disarmament and peace. His big break came in 1993, when a boss's illness created an opening for him as External Relations Minister. There, Amorim cut his teeth as Brazil's global representative.

Amorim is most proud of his recent achievements: helping to create MERCOSUR, the agricultural victory this year for poor nations at the WTO, and helping poorer countries win the right to buy cheaper life-saving medicines without violating patents.

He has pushed a number of issues until they made their way into the public eye, where global sympathy was likely. And he has ruffled feathers for his hard-line tactics; critics accuse him of empire building.

Hakim, the president of Inter-American Dialogue, added: "Amorim has sometimes pushed Brazil's aspirations too far. He's frank, but can sometimes be abrasive."

But that style ultimately clinched the WTO deal, Amorim said.

“The G20-plus changed the dynamic,” Amorim said. “We were firm, honest and decisive and had real leaders. Together we changed things.”

The ministry cited some estimates that said that successful implementation of those new rules could lift 500 million people out of poverty in poorer nations, and add \$200 billion to developing economies.

Brokering such deals is not easy. Recently, talks about a U.S.-driven hemisphere-wide free trade deal, known as Free Trade of the Americas, have stalled, largely on issues over agricultural subsidies and intellectual property. So have efforts for a similar deal with Europe. Now the focus is on enlarging MERCOSUR, first with Andean and Central American nations, and clinching trade deals with India and South Africa.

But forging stronger ties with South Africa and India, with which Brazil formed the G-3 grouping last year, may be the apex of Amorim’s career. He points to a three-way century-old chair in his office, originally meant for courting couples and their chaperones, where foreign ministers from the three nations first came together in 2003.

That new alliance is already exploring ways to harmonize efforts in their quest for more prosperity and peace. As the largest democracies in their regions, the three nations hold sway in global negotiations, Amorim said, and could be a stepping stone to more trade between those regions from which to expand globally.

“We have affinity and influence,” he said.

Despite these achievements, Brazil is still navigating its way through painful adjustments. A budding economic recovery is still unfolding far too slowly for the ranks of the unemployed. The jobless rate has fallen from nearly 13 percent a year earlier - but at 10.5 percent, it is still achingly high. For the ranks of the impoverished still scrabbling for a living in Brazil’s honeycomb of shanty towns, economic change is not a tangible reality.

Taxes and regulations continue to stifle

investment and economic growth in Brazil, the world’s fifth-largest country when measured by size and population.

“Further steps appear to be required to accelerate and ensure the sustainability of growth,” the World Bank said in a report issued in November.

Yet Brazil’s economy is unmistakably stirring after a deep sleep.

Growth reached 6.1 percent in the third quarter from the year earlier. Some analysts have raised their growth estimates for the year to over 4 percent from 3.5 percent earlier. In 2003, the economy shrank by 0.2 percent. Exports this year have also started to boom, and the country’s November trade surplus was \$2.08 billion. Tax receipts have been rising steadily throughout the year, allowing the government to whittle down the national debt at a slightly quicker pace.

The decline in unemployment has helped fuel household purchases of big-ticket items like appliances and autos, which jumped 20 percent in September from a year earlier. New cellphone subscribers in October shot up 42 percent from October 2003, while retail sales in August rose for the ninth straight month. The economy is expected to grow at a better-than-5.3 percent clip this year, the fastest pace since 1994, according to government projections, and inflation has stabilized at around 7 percent.

In a gauge of investor optimism, Brazil’s stock market posted its biggest monthly gain in November.

The rebound in Brazil is being fueled largely by the global economic recovery, which lifted Latin American performance across the board. But the government also used the favorable trade winds from booming commodity prices to pare state costs like pensions and shutter ministries as part of market-friendly reform efforts many of its neighbors eschew today.

The upshot? In November the International Monetary Fund assessed the country’s performance as “very good.”

One of the most profitable strategies of da Silva and Amorim to enhance growth has been their

careful cultivation of ties with China. Trade between the countries reached about \$8 billion last year, propelling China to rank as Brazil's third-largest trade partner after the United States and Argentina.

China has gone on a veritable spending spree in Latin America, buying up vast quantities of raw materials and shipping finished products back to the region for sale. And da Silva has rolled out the red carpet.

"Annual trade with China could double to \$20 billion a year," Amorim said. "Brazil is becoming more competitive, not just for prestige, but for practical reasons."

Amorim's skills could come in handy if Brazil, like Chile, pursues free trade with China later.

"There's a global shortage of commodities and MERCOSUR has them," said John Price, president of InfoAmericas, a market intelligence firm in Miami. "If Brazil is smart, it will realize China needs it more than Brazil needs China."

"Não queremos agir de maneira imperialista" – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Zero Hora, 9 de dezembro de 2004)

No último dia da série sobre o imperialismo brasileiro no Hemisfério Sul, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, conta a Zero Hora como o Brasil vem construindo sua liderança na região

Ele é o principal artífice da política externa do Governo Lula e um ferrenho defensor da integração latino-americana. Amigo pessoal do presidente, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rejeita as críticas de que o Brasil possa ter custos políticos ao assumir um maior protagonismo nas relações com os países do Hemisfério Sul e defende uma "diplomacia de generosidade".

- Liderança você exerce com uma certa dose de generosidade. Não adianta a gente brigar para ganhar tudo, em cada detalhe. A gente vai ganhar no conjunto - disse, em entrevista exclusiva à Agência RBS, na sexta-feira passada.

Durante uma hora e 30 minutos de conversa,

o Ministro falou sobre as relações com a Argentina, sobre a projeção do Brasil no mundo e sobre a cobiçada cadeira como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Agência RBS - O Brasil quer mesmo ser líder da América do Sul?

Celso Amorim - Liderança é, sobretudo, decorrência de atitudes. O Brasil, por exemplo, nunca pretendeu ser líder do G-20. Mas partiu dos próprios integrantes do G-20 a idéia de que o Brasil deveria ficar à frente do grupo. Eu não acho que o Brasil precisa pleitear a liderança da América Latina. O Brasil deseja que a América do Sul atue unida no cenário internacional. Claro que sabemos que vão haver nuances, mas isso existe até na Europa.

Agência RBS - Mas é inegável que o Brasil tem mostrado um certo protagonismo. Há custos políticos para isso?

Celso Amorim - Eu primeiro olharia os benefícios, não só para nós, mas para toda a América do Sul. Por exemplo: conseguimos concluir, em poucos meses, uma coisa que parecia um sonho: uma área de livre comércio na América do Sul. Fizemos isso com uma certa dose de visão de futuro, sem procurar obter todas as vantagens a curto prazo, e reconhecendo as assimetrias. Isso foi fundamental. Liderança você exerce dessa maneira, com uma certa dose de generosidade. Sabendo que, pelo seu próprio tamanho, pelas próprias características de sua indústria, de sua agricultura, você vai acabar se beneficiando mais. Ou seja, não adianta a gente brigar para ganhar tudo, em cada detalhe. A gente vai ganhar no conjunto.

Agência RBS - O governo argentino não se mostra confortável com o protagonismo brasileiro na região. O principal exemplo ocorre em relação ao Conselho de Segurança da ONU. A Argentina diz claramente que não apóia a candidatura brasileira. Isso não pode gerar algum tipo de atrito?

Celso Amorim - Eu não diria atrito, nem creio que o fato de a Argentina não apoiar a candidatura brasileira ao Conselho seja um custo. Lamentamos

que a Argentina divirja do Brasil em relação a esse assunto. Preferiríamos que a Argentina visse que uma presença do Brasil no Conselho nunca fará mal a ela. Pelo contrário, será benéfico. Não consigo vislumbrar um assunto em que o Brasil possa votar contrariando um interesse argentino. Mas eles é que devem julgar.

Agência RBS - Por que é tão importante o Brasil ganhar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança?

Celso Amorim - Por que as pessoas querem fazer parte da diretoria da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)? Elas não poderiam estar cuidando somente de suas empresas? Elas querem porque, fazendo parte da Fiesp, você tem uma influência maior na política econômica do país, e isso se reflete na sua própria atividade. Costumo dizer que a paz tem custos. E a gente não percebe o custo da paz enquanto se tem paz. O Brasil é um país grande, vai ter cada vez mais participação no comércio internacional. É preciso haver um ambiente pacífico. Se pudermos contribuir para este ambiente, contribuiremos.

Agência RBS - O Brasil pode ser a porta de entrada para outros países na América do Sul?

Celso Amorim - Essa coisa de porta de entrada e de saída são imagens que a gente faz. O Brasil tem um poder de atração muito grande. Então, tomamos uma iniciativa que pode resultar em uma relação mais intensa entre a América do Sul e os países árabes, por exemplo. Agora, se eles vão fazer negócios através do Brasil ou direto com a Argentina, ou com a Colômbia, isso para nós não é problema. O Brasil também tem de entender que não queremos agir de maneira imperialista, mas de maneira solidária, atendendo aos interesses dos outros países.

Agência RBS - O senhor tem repetido, quando fala sobre a política externa, a expressão “isso pode parecer pretensioso”. Até onde vai a pretensão brasileira?

Celso Amorim - Acho que o Brasil é um país que tem peso. Eu diria que, hoje em dia, o Brasil não

está tendo uma atuação que exceda a expectativa que existe em relação ao país. Ao contrário. Agora o Brasil está chegando perto da expectativa que os outros países têm em relação ao Brasil. Infelizmente, muitas pessoas aqui dentro têm uma visão questionadora. Perguntam sobre o Haiti, e o que temos a ver com isso. Mas o Haiti é um país latino-americano, negro como nós, com raízes culturais como as nossas. E é de nosso interesse, porque se amanhã o Haiti virar um narcoestado, isso vai ser ruim para nós também. Mas claro que sabemos que há limitações para a nossa política externa. Por exemplo: Oriente Médio. Seria pretensioso o Brasil pensar que poderia resolver o problema do Oriente Médio.

“Política alto-astral” – entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Correio Braziliense, 10 de dezembro de 2004)

Chanceler diz que principal mérito da diplomacia de Lula foi aumentar auto-estima dos brasileiros

Dos seus 40 anos de vida diplomática, os últimos dois parecem marcar de maneira profunda a carreira do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele ocupa pela segunda vez o amplo e imponente gabinete no segundo andar do Palácio do Itamaraty. E comemora os resultados dos primeiros dois anos do Governo Lula, em especial na afirmação de uma liderança no cenário mundial: “Nunca vi um programa de política externa cumprir tanta coisa anunciada no discurso de posse. Parece que se passou uma década”.

A tarefa é árdua, mas o pequeno homem de 62 anos é incansável em seu objetivo de dar ao Brasil a estatura de país grande. O tempo é curto, os almoços são de trabalho. Durante a entrevista exclusiva ao Correio, o Ministro devorou um pequeno pacote de biscoito tipo cream-cracker - sem sal. A inspiração ele busca, como sempre, no cinema. Dos últimos filmes a que assistiu, gostou mais do italiano *Io non ho paura* (Eu não tenho medo), do argentino O

abraço partido e de O caminho das nuvens - este dirigido por seu filho Vicente.

Para Amorim, o Brasil é hoje porta-voz dos países em desenvolvimento, e seu governo exporta exemplos morais, como na missão de estabilização do Haiti e no empenho em colocar na agenda internacional o tema do combate à fome. Mas a liderança tem seu preço: nos próximos anos, estarão em jogo a capacidade de articulação e a credibilidade do Brasil.

Correio: Quais as maiores conquistas da política externa do Governo Lula?

Celso Amorim: A integração da América do Sul, por exemplo. Desde o Governo de Itamar Franco se fala em área de livre comércio sul-americana. Depois, Fernando Henrique deixou cair e retomou. Mas concretamente havia muito pouco a respeito da unidade andina-MERCOSUL. Hoje, a determinação é muito maior. O Presidente Lula esteve duas vezes na Colômbia, duas no Peru, duas no Equador. A área de livre comércio enfrentava resistência há dez anos e hoje há grande entusiasmo sobre a questão. O Brasil trouxe ajuda fundamental à estabilidade regional com a criação do Grupo de Amigos da Venezuela. No início havia muitas críticas, mas tanto Colin Powell (Secretário de Estado dos EUA) como Hugo Chávez (Presidente da Venezuela) ficaram contentes com a iniciativa. Isso prova que alguma coisa boa a gente fez! E o grupo acabou criando um clima favorável à organização do referendo revogatório. Na Bolívia, tentamos ajudar econômica e politicamente. E estamos fazendo um trabalho importantíssimo no Haiti.

Correio: O Brasil foi o único país até agora que colocou a mão no bolso para ajudar na reconstrução do Haiti. Como fazer para mobilizar países e organismos a liberarem o US\$ 1,08 bilhão que prometeram?

Celso Amorim: Não podemos fazer uma ameaça, dizer que vamos sair do BID ou do Banco Mundial. O Brasil não tem os meios que outros países talvez tivessem para isso. Nós fazemos pressão moral. E temos feito não só diretamente nos organismos.

No fim de semana, falei com Colin Powell. Voltei a falar sobre a importância de liberar os fundos e vencer as barreiras burocráticas. Se demorar demais, quando a ajuda chegar ao Haiti não haverá muito o que salvar. A solução para o Haiti está no tripé: estabilização e segurança, diálogo político dentro e fora do país, e recuperar a economia e o aspecto social. Não haverá reconciliação e paz se não houver essa perspectiva. O Bird tem US\$ 62 milhões disponíveis, e a idéia foi dar um empréstimo-ponte de US\$ 30 milhões. Assim, o Haiti sai da inadimplência, mas o primeiro pagamento teria que ser feito ao Brasil. Estamos tentando viabilizar isso, pois não é simples. Independentemente desse empréstimo-ponte, estamos fazendo várias operações de cooperação técnica, algumas individualmente, outras com organismos como o Banco Mundial. São os exemplos morais do Brasil para o mundo.

Correio: O país conquistou espaço no cenário mundial?

Celso Amorim: Na área comercial, o papel que o Brasil vem tendo na OMC, tanto nos contenciosos quanto nas negociações, é inédito. Há também a criação do G-20. Foi difícil conseguir congregar um número importante de países, e o Brasil acabou sendo porta-voz de um grupo que tinha China, Índia, Argentina. E essa liderança foi consentida. Isso requer muita credibilidade e capacidade de articulação. No que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU, acredito que possa ocorrer algo razoavelmente bom. Antigamente, era dado como certo que entrariam países desenvolvidos e havia apenas cogitações sobre a possibilidade de integrar países em desenvolvimento. Hoje, ninguém mais faz essa discriminação. Boa parte da mudança se deve à ação do Brasil. Há também os mercados novos que conseguimos para os produtos brasileiros. O comércio aumentou muito mais com países em desenvolvimento e continuou crescendo com as nações ricas. Também conseguimos fazer com que a

discussão sobre a fome entrasse no centro do debate internacional. Usar a palavra “fome” era quase proibido: as pessoas usavam eufemismos como *poverty alleviation* (alívio da pobreza). Paralelamente à última Assembléia-Geral da ONU, houve uma reunião só para tratar do assunto. Sessenta chefes de Estado compareceram e 110 países assinaram uma declaração. No mês passado, tivemos sete chefes de Estado e um vice-primeiro-ministro em visita ao Brasil! Nunca vi algo parecido. A campanha contra a fome não tem preço. Atitudes corajosas de auto-estima, independência e defesa da paz, como no ataque ao Iraque, não têm preço. O fato de o Brasil ser um dos finalistas para entrar no Conselho de Segurança não tem preço. Para tudo mais... (citando um famoso cartão).

Correio: O Itamaraty é a vitrine do Governo Lula, mas o orçamento continua apertado?

Celso Amorim: Nossa atividade é diferente da de outros ministérios, pois não fazemos estradas ou hospitais. Nosso maior ativo é humano, e grande parte da nossa despesa é com salários. Precisamos aumentar o quadro de diplomatas em cerca de 400, mas isso é coisa para três ou quatro anos. Onde vamos precisar de dinheiro adicional mais urgente é para pagar nossa conta com a ONU. Esperamos poder quitar ainda este ano (a dívida com a ONU), se não totalmente, muito perto disso (R\$ 322 milhões). Fora isso, estamos aumentando muito nossas atividades de cooperação técnica e atividades correlatas.

Correio: O Brasil busca uma aproximação comercial e política com o mundo árabe. Qual o interesse em criar parcerias com países empobrecidos, autoritários e pouco democráticos?

Celso Amorim — É uma grande região do mundo, embora seu crescimento seja pequeno no momento atual. Nosso comércio tem aumentado bastante com muitos desses países (61%). O Egito, por exemplo, tem 70 milhões de habitantes e um potencial muito grande. Outros países podem investir no Brasil. Além disso, na arena internacional, não se dialoga apenas com quem é igual a nós. Você pode

ter mais relação com quem se tem mais afinidade, mas se for se relacionar só com quem é perfeito, então não sairá de casa.

Correio: Mas Israel, que é um país próspero e democrático, demonstra clara preocupação com a parceria entre árabes e brasileiros. Isso pode impedir que sejam levantadas as barreiras tarifárias à entrada de produtos brasileiros em Israel?

Celso Amorim: Temos relações muito boas com Israel. Recebi recentemente a nova embaixadora israelense e estou disposto a receber o chanceler israelense a qualquer momento. Eu também, quando tiver oportunidade de ir à região, tenho a intenção de visitar Israel. Uma coisa não contradiz a outra. O Brasil é um exemplo de bom convívio entre as comunidades árabe e judaica. E, nas relações internacionais, não se pode ter um padrão de purismo absoluto. Você pode ter a sua preferência e às vezes deve até manifestá-la. Mas não é através de declarações altissonantes ou de atitudes rígidas, de isolamento, que você contribui para a democracia. Pelo contrário, essas atitudes têm levado ao agravamento de situações não-democráticas. Além disso, não temos problema nenhum em conversar com os israelenses sobre uma área de livre comércio.

Correio: O Presidente Lula resolveu restabelecer os prazos de classificação de documentos sigilosos, ao revogar o decreto de FHC. Agora, uma comissão especial fará análise, mas certas informações podem permanecer secretas para sempre. Isso vale para os arquivos diplomáticos?

Celso Amorim: De modo geral, sou a favor da abertura. Mas, do ponto de vista diplomático, tem que haver um equilíbrio. Quanto mais transparente puder ser, melhor. Mas os documentos que temos aqui, não posso abrir todos. Tomem o exemplo de outros países. Os EUA, por exemplo, liberam alguns documentos depois de 30 anos, mas liberam com tarja preta em determinados trechos. As negociações diplomáticas são complexas, e em alguns casos você tem que proteger pessoas que participaram dessas negociações. Às vezes, as pessoas podem estar no

poder ainda. Por isso, tem que haver uma comissão para avaliar. A ditadura militar é uma época da história, mas nem tudo que ocorreu tem a ver com o fato de ser uma ditadura.

“Seixas quer OMC com mais voz para emergentes” – Entrevista concedida pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra (jornal Valor Econômico, 10 de dezembro de 2004)

Regra do consenso deve ser mantida, efende embaixador

Brasil e União Européia entram na corrida pela direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) com contrastes em suas candidaturas. O Governo brasileiro oficializa hoje, em Genebra, o nome do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para a disputa. Um dos diplomatas mais experientes e bem-sucedidos do Itamaraty, ele define como sua prioridade máxima a busca pelo consenso para concluir a rodada de negociações multilaterais para liberalização do comércio, lançada em Doha, em novembro de 2001.

Seixas quer ampliar a participação dos países em desenvolvimento na busca por entendimentos e diz que a experiência brasileira em articular a criação do G-20 mostra como isso é possível. “O que oferecemos é uma contribuição para que os países em desenvolvimento participem de forma mais ampla nas decisões. É uma pretensão legítima”, afirmou Seixas, nesta entrevista ao Valor.

Para isso, ele defende uma tese oposta à do recém-lançado candidato da UE, o ex-Comissário de comércio Pascal Lamy. Logo após o fracasso da conferência ministerial de Cancún, em novembro de 2003, Lamy sugeriu a adoção de mudanças institucionais na organização, com o fim das decisões por consenso e a instituição de um sistema por votação.

Para o Embaixador, manter a regra do consenso é fundamental. “É preciso buscar maneiras de construção do consenso que sejam transparentes

e inclusivas, não por imposição ou por cooptações”.

Seixas é visto como um forte candidato pelo Itamaraty. Seu currículo inclui passagens por alguns dos postos mais importantes da diplomacia brasileira. Foi assessor internacional do então Presidente José Sarney, de 1987 a 1989, Secretário-Geral das Relações Exteriores por alguns meses no Governo Collor, Embaixador em Buenos Aires entre 1997 e 1999, novamente Secretário-Geral durante a maior parte do segundo mandato de FHC e, agora, Embaixador da Delegação brasileira em Genebra. Ele concedeu esta entrevista por telefone, na quarta-feira:

Valor: Como funciona o processo de sucessão na OMC?

Seixas Corrêa: Termina no dia 31 de dezembro o prazo para a apresentação formal das candidaturas. De janeiro a março, os candidatos poderão fazer campanha. Isso inclui viagens pelos países-membros e uma apresentação dos candidatos perante o Conselho-Geral da organização, que acontecerá no dia 26 de janeiro. Entre abril e maio, um trio formado pelos presidentes do Conselho-Geral, do órgão de solução de controvérsias e do mecanismo de revisão de políticas comerciais farão consultas junto aos sócios para tentar obter um consenso. Na ausência de consenso, está prevista a hipótese de uma eleição. Mas isso é algo que, a princípio, deve ser evitado.

Valor: Por que é importante para o Brasil ter um Diretor-Geral da OMC?

Seixas Corrêa: O fortalecimento da OMC é um objetivo de primeira grandeza para o Brasil. Somos um grande país em desenvolvimento, com o comércio exterior equilibrado entre todas as regiões do mundo e uma pauta variada, que vai desde produtos primários até bens de alta tecnologia. Isso nos confere uma sensibilidade especial para o sistema multilateral de comércio. Além disso, temos muito interesse no aperfeiçoamento do mecanismo de solução de controvérsias. Neste momento, o futuro da OMC está ligado ao êxito da Rodada Doha. O grande desafio que ainda temos pela frente é a

incorporação dos países em desenvolvimento no processo decisório, na gestação do consenso. A nossa experiência com a articulação do G-20 mostra que isso, além de desejável, é possível. O que oferecemos é uma contribuição para que os países em desenvolvimento participem de forma mais ampla nas decisões. É uma pretensão legítima.

Valor: A liderança que o Brasil exerceu no G-20 despertou controvérsias entre os países ricos...

Seixas Corrêa: As posições distorcidas sobre esse grupo foram ultrapassadas. Hoje, o papel do G-20 é louvado por todos os participantes e só ouço menções elogiosas. E o Brasil e o G-20 estão empenhados no sucesso das negociações. Precisamos ter em mente que, quando se elege, o representante nacional se transforma em um funcionário internacional, com a missão de buscar aproximações e gerar consensos, sem defender objetivos de países específicos.

Valor: Como será possível aparar arestas e levar a Rodada Doha a um final bem-sucedido?

Seixas Corrêa: Buscando preservar o nível de ambição do mandado de Doha. Esse é o princípio que deve nortear toda a negociação.

Valor: O nível de ambição corre riscos?

Seixas Corrêa: A rodada tem que terminar em 2006. Para isso, o ano que vem é crucial. O objetivo é fazer com que, na conferência ministerial de Hong Kong, prevista para o fim de 2005, se aprove as modalidades das duas principais áreas de negociação, bens agrícolas e não-agrícolas, o que deveria ter acontecido em Cancún.

Valor: O principal obstáculo ainda é agricultura?

Seixas Corrêa: Esse é o principal tema, onde os maiores progressos precisam ser feitos. Os países negociam a abertura de produtos industriais há 50 anos, enquanto a liberalização da agricultura começou na Rodada Uruguai. Não identifico obstáculos. Temos um "framework" que dá uma diretriz clara para cada negociação. A chave está em criar equilíbrios entre todas as áreas. É como um comboio em que todos os vagões

têm de avançar na mesma velocidade.

Valor: A OMC precisa de mudanças institucionais?

Seixas Corrêa: A organização fará dez anos em janeiro. Se a rodada for bem-sucedida, ela se tornará ainda mais central. Mas a OMC se transformou muito, tem hoje 148 sócios, a maioria países em desenvolvimento. O atual Diretor-Geral encomendou a um grupo de sumidades internacionais um estudo, que será divulgado em janeiro, sobre a organização e com recomendações sobre seu futuro.

Valor: Mais de 90% do comércio mundial é feito pelos países da OCDE e mais um reduzido grupo de grandes países em desenvolvimento, como Brasil e China. No entanto, os pequenos países mais pobres têm a mesma capacidade de criar obstáculos e paralisar a agenda. O sistema de acordo por consenso deveria ser substituído pela votação?

Seixas Corrêa: Não. A regra do consenso é fundamental, o Governo brasileiro e eu, pessoalmente, acredito que deva ser preservada. É preciso buscar maneiras de construir o consenso que sejam transparentes e inclusivas, não por imposição ou cooptações. Isso é complicado e árduo, mas não impossível. Nossa experiência mostra isso.

Valor: E os acordos bilaterais?

Seixas Corrêa: Não vejo oposição entre as duas coisas. No entanto, para que acordos bilaterais e regionais funcionem direito, eles precisam estar emoldurados numa ordem multilateral aceita por todos. O essencial é manter um sistema multilateral forte.

Valor: Se as negociações da Rodada Doha não forem concluídas no prazo, a proliferação de acordos bilaterais pode acabar prejudicando os países que os assinam?

Seixas Corrêa: É um risco. Todos estão buscando liberalização e ampliação do comércio, mas essa proliferação de acordos pode levar a segmentações, que não necessariamente abrem oportunidades em bases equitativas.

Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, ao programa “Bom Dia Brasil”, da rede Globo (16 de dezembro de 2004)

Na semana em que o MERCOSUL completa dez anos, as relações entre os dois maiores sócios do bloco se complicam. A Argentina quer proteger a sua indústria, o que é incompatível com o princípio de livre comércio.

Em represália, os empresários brasileiros querem que o Brasil adote salvaguardas - ou seja, barreiras, encarecendo o produto de lá. O clima é tão tenso que o Ministro da economia da Argentina, Roberto Lavagna, não participa hoje do encontro com os colegas do bloco, em Minas Gerais. O Bom Dia Brasil conversou com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Bom Dia Brasil: Não dá mais para esconder as graves diferenças no MERCOSUL. O que o governo vai fazer? Vai adotar salvaguardas contra os argentinos?

Celso Amorim: Veja bem, salvaguarda é, evidentemente, um instrumento de limitação de comércio. Temos procurado resolver os problemas com a Argentina de outra forma. Aliás, o comércio tem crescido. Este ano, as exportações brasileiras para a Argentina baterão um recorde. Foi um dado que faltou, talvez, na exposição da Miriam Leitão - tão completa, sempre, em matéria de dados econômicos. Agora, evidentemente, se o instrumento da salvaguarda for adotado contra os produtos brasileiros, ele terá que ser utilizado também quando houver problema em relação a produtos argentinos. Nós achamos que há maneiras melhores de resolver essas questões.

Bom Dia Brasil: Ministro, o Presidente Kirchner em si é problema?

Celso Amorim: Não, aliás, o Presidente Kirchner não só não é problema, como acho que ele aparecerá hoje em Belo Horizonte e amanhã estará em Ouro Preto, demonstrando que não há nenhuma tensão na relação. Se houvesse tensão na relação,

não faria sentido o Ministro Lavagna ficar e o Presidente Kirchner vir. Seria o contrário, provavelmente. Creio que as relações vão bem. Há dificuldades - que são naturais em um período de retomada da economia argentina, depois de um período de grande crise industrial - que não ignoramos, mas que estão sendo enfrentadas com criatividade, com o espírito de solidariedade - que foi o que marcou o início desse processo, desde os governos Sarney e Alfonsín - como parte de algo mais amplo, que é a paz e a solidariedade na região da América do Sul. Hoje temos uma Comunidade Sul-Americana, hoje o MERCOSUL ampliado tem mais seis países, além dos quatro originais, e isso é um progresso extraordinário. Há dez anos, não se sonhava que pudessemos alcançar isso.

Bom Dia Brasil: Esse ano, parecia que seria o grande ano das negociações comerciais regionais, porque era o ano de terminar a negociação da ALCA, era o ano de terminar a negociação com a Europa e de relançar o MERCOSUL. E acontece que o resultado é esse: emperrou a ALCA - que agora está sendo retomada -, emperrou também a Europa - não terminou no prazo certo -, e com a Argentina, passamos o ano inteiro brigando...

Celso Amorim: Bem, em primeiro lugar, nada foi emperrado. Evidentemente que quando você está negociando, você tem que ter um bom acordo, um acordo que satisfaça. No caso apenas da União Européia, para dar um exemplo, recebi inúmeras correspondências de diversas associações empresariais, inclusive dizendo que o acordo tal como estava - coisa que nós concordamos - não era um bom acordo. Então, era preciso continuar negociando, continuar conversando. Não nego que haja problemas também do nosso lado - terra incógnita em muitos aspectos, em serviços financeiros, etc. No MERCOSUL, estamos avançando muito. Inclusive a negociação com a União Européia nos permitiu fazer coisas que não tínhamos feito até agora, porque, paradoxalmente, nós estaríamos prontos a oferecer à União Européia áreas

de serviços financeiros, por exemplo, que não estavam abertas no MERCOSUL. O que eu vejo, em termos concretos de comércio, é que as exportações brasileiras para a Argentina estão no seu pico. O comércio com o MERCOSUL como um todo não, porque aí envolve importações também e não está no pico, mas recuperou os níveis anteriores à crise. E o comércio com a América do Sul como um todo cresceu mais de 60%, ao passo que com a União Européia cresceu 32%, mas o crescimento em termos absolutos foi maior para a América do Sul do que para a União Européia. Tudo isso em um contexto de crescimento das exportações brasileiras. Não vejo esse clima de crise. Pelo contrário, vejo o setor externo ajudando o esforço de retomada do desenvolvimento do país.

Bom Dia Brasil: Então, se é tão bom assim, a que o senhor atribui a percepção errada do que é o MERCOSUL? Porque o MERCOSUL foi objeto de artigos, foi objeto de conversas e de críticas, porque simplesmente não anda ou não andou o que se esperava...

Celso Amorim: O MERCOSUL sofreu os embates que todos sofremos com as crises que ocorreram por motivos endógenos e exógenos. Você não pode imaginar que o MERCOSUL fosse ficar imune a eles. Sofreu, e, em parte, é isso que está gerando as tensões que existem. Não estou negando que existam as tensões hoje. Agora, estou dizendo que nós temos procurado resolver essas tensões criativamente. E a prova é que as pessoas, a percepção interna do MERCOSUL - até por uma tendência à auto-flagelação - é muito pior do que a percepção externa. O fato é que temos uma verdadeira fila de países que querem negociar com o MERCOSUL. São países em desenvolvimento, mas também países como o Canadá, a Coréia, o próprio Japão, além da União Européia e dos Estados Unidos, no contexto da ALCA. Não vejo, absolutamente, motivo para pânico ou para atitudes intempestivas, que seriam negativas a esse projeto, que é um dos mais importantes da política externa

brasileira. E não é só desse governo, não. Esse governo tem dado muita atenção, mas isso começou no período Sarney/Alfonsín, continuou nos vários governos. É um pilar importante da política externa brasileira, para a paz e a para a segurança do continente.

Bom Dia Brasil: Ministro, o Brasil vai aceitar salvaguardas pedidas pela Argentina?

Celso Amorim: Não vou dizer aquilo que eu ainda não disse - ou que os nossos negociadores ainda não disseram - ao Lavagna e aos negociadores argentinos. Mas reconhecemos que existe um problema e ele tem que ser enfrentado. Agora, não achamos que salvaguarda seja a melhor maneira de resolver, pelo elemento de automatismo. Mas não vamos, digamos, ficar em um não categórico, porque, pelo lado brasileiro, também tem muita gente - até por um certo oportunismo - querendo que haja salvaguardas também para eles aplicarem nos produtos argentinos. Então, comércio é uma coisa em que tem muita gente - e é natural que seja assim - envolvida com os interesses imediatos. Mas quem está no governo não pode só pensar no curtíssimo prazo. Curto prazo é importante, porque senão não chegaremos no longo prazo, mas temos que ter uma visão estratégica e o MERCOSUL é um projeto estratégico.

“País vai manter complacência no MERCOSUL” – Entrevista concedida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Valor Econômico, em 16 de dezembro de 2004)

No século 21, na América do Sul, só haverá um bloco com a união de todos países, diz o Chanceler.

Entre as prioridades da política externa para 2005, destaca-se o MERCOSUL e, para que este bom propósito se realize, o restabelecimento das relações com a Argentina é fundamental. Nesta equação, que pode ser formulada a partir das palavras do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim,

nesta entrevista ao Valor, o Brasil tem que continuar a ter a atitude compreensiva e temporizadora que vem adotando diante da agressividade argentina. E concentrar esforços na busca de soluções.

“Isto não vai ser feito por meio de salvaguardas automáticas, de gatilhos, mas por outras iniciativas, como processos de financiamento conjunto, estímulos a joint-ventures, políticas de compras governamentais, um conjunto que leve a uma política industrial do MERCOSUL”, propõe Amorim.

No momento em que o bloco comemora 10 anos, Amorim acredita firmemente no seu fortalecimento. “O MERCOSUL é uma realidade política e cultural que vai além dos interesses empresariais”. Para ele, o mundo do século 21 será o mundo dos grandes blocos, e na América do Sul só haverá um grande bloco com a união de todos os países.

O Chanceler do Governo Lula já definiu, para 2005, que manterá a prioridade também à integração da América do Sul, a levar adiante os acordos feitos na Organização Mundial de Comércio (OMC), às negociações comerciais com a União Européia e com os Estados Unidos. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais são as prioridades da política externa em 2005?

Celso Amorim: Temos que aprofundar várias coisas que iniciamos. O MERCOSUL é sempre uma prioridade e continuará a ser. Esse governo tem dado muita importância política ao MERCOSUL. Não só aos aspectos comerciais, também aos aspectos políticos e institucionais. Continuaremos a ter como prioridade a integração da América do Sul, demos um passo importante com todos os fatos - que levaram à reunião de Cusco. Levar adiante os acordos da OMC em relação à Rodada Doha é outra prioridade. E as nossas negociações com a União Européia e Estados Unidos, também. Diz-se que quem tem muitas prioridades não tem nenhuma. Na realidade, o mundo é muito amplo, é vasto. A prioridade é continuar em todas essas negociações, continuar lutando pela diversificação da nossa pauta.

Valor: O MERCOSUL não está ficando para trás no quadro de relações comerciais?

Celso Amorim: O MERCOSUL caiu em termos relativos, embora em termos absolutos nossas exportações para a Argentina devam bater recorde esse ano. Caiu porque o Brasil diversificou. Ampliamos para a China, por exemplo. O total de comércio com países em desenvolvimento é praticamente igual ao comércio com países desenvolvidos.

Valor: Essa quase inversão é recente?

Celso Amorim: Ela acelerou muito nos últimos dois anos e sobretudo no último ano. Há a China, com um comércio com um padrão até curioso, semelhante ao da Europa, distribuição entre matéria prima e produtos manufaturados e semi-manufaturados. Um comércio com países da América do Sul, como a Venezuela, que subiu 170%. E não é 170% de nada. A exportação vai chegar perto de US\$ 1 bilhão. É natural que o MERCOSUL perca espaço.

Valor: A opção pela diversificação não prejudica as relações no MERCOSUL?

Celso Amorim: Se olharmos a participação relativa dos Estados Unidos no mercado brasileiro, ela também caiu. Era de 26% em 2002, e hoje é 20%. Perdeu importância para nós? Não. Nossas exportações para a União Européia cresceram 32%. Agora, o crescimento com a América do Sul, em termos percentuais, foi o dobro, mais de 60%. E creio eu, pela primeira vez em termos absolutos, o comércio com a América do Sul cresceu mais do que com a União Européia.

Valor: A integração com a América do Sul não tem apenas um objetivo geopolítico? Os acordos nem entraram em vigor...

Celso Amorim: Se fosse político não teria problema, porque os objetivos políticos também são importantes. Mas não é verdade. Em países como os nossos, a mera sinalização do Estado de que há uma nova prioridade já altera os fluxos comerciais. O comércio do Brasil com a Argentina quadruplicou em quatro ou cinco anos. Também com os outros

países do MERCOSUL. Isso não foi só pelas tarifas. Foi um sinal de prioridade. Isso criou entusiasmo dos empresários. Acho que é isso que nós temos que recriar, e estamos recriando, dentro do MERCOSUL. Eu nunca vi uma reunião empresarial com tanta densidade quanto as duas últimas dessa coalizão empresarial Brasil-Argentina.

Valor: Qual é a questão central do impasse comercial entre Brasil e Argentina? O que leva a Argentina a, de dois em dois meses, ter uma atitude agressiva e impulsiva com relação ao Brasil?

Celso Amorim: Nós também criamos. Quando eu leio hoje, no jornal, um alto funcionário brasileiro ameaçando de retaliações (Mário Mugnaini), acho sinceramente que isso cria também um constrangimento. Não é o espírito com que o Presidente Lula tem trabalhado nas relações com a Argentina.

Valor: Mas qual a questão central da dificuldade das relações?

Celso Amorim: Do lado argentino, eles cometeram muitos erros, não necessariamente este governo, mas é algo que se acumulou. Fizeram uma aposta que deu errado e que resultou em desindustrialização, resultou na crise que todo mundo assistiu. Hoje há um esforço de retomar o crescimento de uma maneira diferente da que ocorreu nos anos, digamos, dessa ilusão de o peso valer um dólar. Isso passa por um certo nível de reindustrialização da Argentina. Se os instrumentos que eles estão escolhendo são os melhores ou não, não me cabe julgar, mas eu acho compreensível que o país passe por isso. Não estou defendendo a maneira deles de agir. Quando fomos a Buenos Aires, reconhecemos que há um problema, mas vamos procurar uma solução juntos.

Valor: As salvaguardas são uma boa solução?

Celso Amorim: Eu pessoalmente não creio que salvaguarda seja a melhor solução. É tentadora, tem um certo automatismo, deve ter gente no Brasil querendo também. Na realidade, vêm nessa atitude da Argentina um pretexto para fazer coisas semelhantes, em detrimento da integração. Agora, temos que admitir

que existe um problema. Eu não posso imaginar, e ninguém no Brasil vai imaginar, que a Argentina vá renunciar a ter um certo grau de industrialização. Não é psicologicamente possível, não é politicamente possível, e não é economicamente viável.

Valor: No momento em que o MERCOSUL completa 10 anos de institucionalização, quais são os caminhos para a recuperação do bloco?

Celso Amorim: No início das negociações do MERCOSUL, claramente qual era o desejo dos empresários e no próprio setor público argentino? Eles percebiam no Brasil um dinamismo que a Argentina não tinha, especialmente no setor industrial. E queriam atrelar a Argentina a esse dinamismo, contaminar positivamente a indústria argentina. Por motivos variados, caminharam em outra direção. É preciso voltar a criar esse dinamismo.

Valor: Como?

Celso Amorim: Isso não vai ser feito por meio de salvaguardas automáticas, gatilhos que têm problemas, embora esteja disposto a discutir idéias. Isso vai ser criado por processos de financiamento conjunto, por estímulos a joint-ventures, por políticas de compras governamentais, que façam com que o conjunto pense numa política industrial do MERCOSUL. O Brasil é o país maior, vai continuar tendo um peso maior nisso tudo.

Valor: O senhor está confiante na sobrevivência e refortalecimento do MERCOSUL?

Celso Amorim: Não tenho a menor dúvida sobre isso. Eu acho que o MERCOSUL é uma realidade política e cultural que vai além dos interesses empresariais. Mesmo que se coloque que a importância relativa do MERCOSUL caiu para o Brasil, a verdade é que em termos absolutos continua a crescer, e é preciso ver a qualidade do comércio. Nosso comércio com a Argentina é 91% de manufaturas.

Valor: Foi significativo o salto nas relações comerciais e integração com a Argentina nesses 10 anos?

Celso Amorim: No início, as empresas

estabelecidas lá eram aquelas de sempre: Banco do Brasil, Varig, o que tinha de Brasil no exterior. Hoje há 190 empresas. Agora, é natural que em uma relação tão próxima de países que seguiram políticas macroeconômicas tão díspares haja atritos, haja dificuldades.

Valor: Qual é a saída?

Celso Amorim: Hoje em dia, o que existe próximo para a Argentina, o que eles vêem? Eles estão tendo uma tentativa de reindustrialização. Onde eles vêem a dificuldade? Eles não a vêem nos americanos ou europeus que não entram no mercado deles, ou entram menos. Eles vêem no Brasil. Então tomam essas medidas que nos irritam. Não estou defendendo as medidas deles não, mas nós temos que procurar uma solução para esta questão, que provavelmente não é a que eles querem.

Valor: Não é a salvaguarda?

Celso Amorim: Esta foi uma das propostas. Mas vamos pensar juntos e encontrar soluções. Se a gente resolver ficar batendo um no outro o tempo todo, pode, só vai ser em prejuízo dos dois.

Valor: O senhor concorda com a avaliação que há na diplomacia brasileira muita tolerância e compreensão com a Argentina?

Celso Amorim: Eu tenho uma convicção desses anos de experiência de negociações comerciais. O mundo do século 21 vai ser o mundo dos grandes blocos. Os Estados Unidos já é um grande bloco em si mesmo; a União Européia, além de ser um grande bloco, é um bloco em expansão. A China já é um grande bloco; mesmo sendo o maior país da América Latina, o Brasil não é um grande bloco, comparado com eles. Então, temos que nos unir.

Valor: Que dimensão teria esse bloco?

Celso Amorim: Quando se criou a Comunidade Sul-Americana de Nações, as estatísticas mostraram que os números são o dobro do Brasil. O PIB, população, território, tudo é o dobro. Dívida é o dobro. É um outro Brasil, e não se pode considerar que um outro Brasil é pouca coisa.

Valor: Declarações recentes suas jogando a

conclusão das negociações com a União Européia para 2006 causaram rebuliço na Europa. A prioridade é a OMC?

Celso Amorim: Quando o Peter Mandelson disse que o MERCOSUL era a quarta prioridade não causou rebuliço, a minha causa rebuliço. Tenho conversado com ele, mais de uma vez, o Brasil atribui alta prioridade à negociação com a União Européia. O que eu acho é que as negociações multilaterais são a âncora dessas outras negociações, na ALCA, na União Européia. Há hoje uma grande rodada na OMC e os temas mais importantes para o Brasil, temas que alteram a estrutura do comércio internacional, estão na OMC. Então, digo que a nova rodada da OMC é a âncora. Não é que cronologicamente se tenha que subordinar uma à outra. A mãe das negociações, a âncora, é a negociação global.

Valor: Integrar o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente é prioridade política do Brasil?

Celso Amorim: Hoje nós temos uma situação que nunca tivemos, estamos mais perto do que nunca estivemos. Se houver uma reforma, o Brasil está mais perto de ser parte dessa reforma. Isso é muito importante.

Valor: Tem-se falado que a consolidação da ação do Brasil no Haiti, ano que vem, será modelo de um tipo de atuação diplomática para se repetir, ficar na história. Por quê? Levar o Brasil a uma guerra não envolve risco desnecessário?

Celso Amorim: Risco existe em tudo na vida. Não é um passeio, não é uma missão fácil. Mas o Haiti é um Estado latino-americano, tem uma composição étnica e até cultural muito parecida até com a cultura brasileira. É um Estado que sempre foi filho enfeitado da América Latina. As reações iniciais que vi, mandando deixar isso para os Estados Unidos, deixar isso para a França, para o Canadá... Por quê? É um país latino-americano, parte da nossa comunidade, e hoje em dia as distâncias estão cada vez menores. No Haiti, creio eu, podemos fazer uma diferença.

Valor: Mas os países desenvolvidos e a ONU não largaram o Brasil lá e caíram fora?

Celso Amorim: Não caíram não. Vou assinar um memorando entendimento com o BID, vamos ter com o Banco Mundial projetos em conjunto, e há um interesse enorme. Acho que a presença brasileira, porque é diferente, está conseguindo uma mobilização positiva como nunca houve. Tem que ajudar a manter a ordem, porque se não tiver o mínimo de estabilidade não pode ter reconciliação política. Se não houver reconciliação, não pode haver estabilidade. E se não houver ajuda humanitária importante entrando no Haiti, não se tem nenhuma das duas.

Valor: Por que o Governo levou brasileiros a uma guerra, porque assumiu o Haiti?

Celso Amorim: O Brasil tem responsabilidades, o Brasil é um país grande. O Haiti é parte da nossa região, a América Latina não nos pode ser estranha. O Brasil teve mil homens em Angola, tem 1200 no Haiti, não é uma diferença assim significativa. O que há de novo é que pela primeira vez o Brasil tem, ao mesmo tempo, o comando militar e o maior número de tropas.

Valor: A candidatura do embaixador Seixas Corrêa à direção da OMC contra a candidatura Pascal Lamy, da Europa, não pode criar uma disputa de ricos e pobres? E o Brasil fará alguma gestão para o Uruguai retirar seu candidato?

Celso Amorim: Era melhor que houvesse uma candidatura única no MERCOSUL, na América do Sul e na América Latina. Na pressão não vamos fazer. A colocação da candidatura Lamy, inclusive, reforça a idéia de que seja um candidato que tenha as características que o Seixas tem. Por que a candidatura do Seixas foi lançada? Para nós, a OMC é muito importante. Sempre digo que vitórias como a do algodão e a do açúcar, nunca, jamais, em tempo algum, existiriam numa negociação de ALCA, ou numa negociação de MERCOSUL-União Européia. Só poderia existir no contexto da OMC. Olhando o

panorama dos candidatos, chegamos à conclusão de que o G-20 tinha responsabilidade especial de levar a bom termo essas negociações. E, portanto, era um dever nosso apresentar candidatura.

Valor: Não é muito o Brasil pleitear ao mesmo tempo OMC e Conselho de Segurança da ONU?

Celso Amorim: Foram motivos diferentes. A questão da OMC é transitória, o mandato é de quatro anos, renovável ou não. O Brasil, há três anos, estava com a UNCTAD, a Conferência de Armas Químicas e o Sérgio Vieira de Mello como alto comissário de direitos humanos. Hoje não temos nenhum cargo equivalente.

Valor: Como a diplomacia brasileira se coloca diante dos modernos temas que a desafiam, como a questão nuclear? Os EUA têm pressionado o Brasil para não avançar muito no seu programa de enriquecimento de urânio?

Celso Amorim: Os EUA, não. Há ONGs, segundo escalão de governo, dando declarações. Eu ouço a voz dos porta-vozes autorizados. Colin Powell (Secretário de Estado) esteve aqui e disse que tem confiança que o enriquecimento de urânio no Brasil é só para fins pacíficos.

Valor: Outra questão nova é a contaminação das relações políticas pelas injunções do comércio. A Rússia se sentiu atingida pela protelação da licitação dos caças da FAB a ponto de prejudicar as negociações na recente visita do Putin?

Celso Amorim: O Brasil tem lutado pelo aumento das exportações de carne, na China, na Rússia, inclusive. Obviamente que uma decisão dessas, como a dos caças, não pode ser tomada em relação apenas a um produto, ou um grupo de produtos. É uma decisão estratégica, que envolve o desenvolvimento tecnológico nacional, que não está no meu poder, como ministro das Relações Exteriores. O Presidente tomará a decisão no momento adequado ouvindo o Conselho de Defesa. Mas eu acho que ela vai muito além de uma questão comercial.

Índice remissivo

A

África

44, 45, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 76, 87, 88, 89, 99, 101, 103, 112, 120, 121, 141, 143, 144, 160, 172, 183, 184, 318, 329, 330, 332, 333, 334, 336, 338, 364, 365, 366, 372, 375, 386, 387, 388, 389, 404, 415, 430, 460, 496, 501, 506, 508, 516, 517, 529, 535, 539, 541, 555, 557

África do Sul

36, 44, 50, 60, 78, 101, 152, 208, 336, 391, 392, 397, 415, 472, 477, 478, 479, 488, 501, 502, 508, 515, 516, 523, 532, 535, 539, 540

Agricultura

75, 148, 168, 300, 301, 303, 306, 313, 338, 358, 364, 370, 371, 372, 373, 375, 378, 404, 409, 429, 454, 464, 546, 560

Alemanha

116, 178, 183, 194, 389, 391, 431, 432, 466, 514, 526, 530, 542, 543, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 562

América do Sul

30, 31, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 57, 63, 64, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 86, 89, 101, 102, 128, 131, 135, 137, 144, 155, 165, 166, 172, 184, 185, 190, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 300, 303, 309, 311, 318, 332, 338, 341, 342, 351, 356, 359, 362, 380, 383, 391, 394, 396, 413, 414, 415, 427, 433, 458, 460, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 474, 475, 479, 480, 482, 495, 496, 498, 501, 505, 506, 507, 516, 517, 521, 530, 532, 533, 534, 539, 540, 541, 561, 562, 567, 568,

569, 573, 574, 575, 576, 578

Angola

49, 50, 76, 152, 312, 313, 314, 315, 318, 319, 324, 336, 412, 489, 494, 555, 578

Área de Livre Comércio das Américas

42, 105, 456, 507, 516, 522, 524, 534, 553, 563

Argentina

33, 37, 39, 75, 101, 166, 189, 190, 191, 201, 458, 464, 470, 472, 474, 478, 485, 488, 489, 493, 497, 498, 506, 508, 515, 516, 517, 521, 522, 523, 525, 526, 531, 533, 540, 555, 561, 562, 564, 567, 568, 570, 573, 574, 575, 576, 577

Ásia

45, 82, 101, 112, 160, 172, 173, 175, 183, 187, 201, 404, 415, 430, 433, 436, 462, 496, 506, 563

Associação Latino-americana de Integração

478

Autoridade Nacional Palestina

340, 417, 431, 558

B

Bolívia

29, 37, 38, 39, 40, 41, 470, 472, 477, 478, 481, 485, 488, 515, 516, 519, 540, 541, 554, 555, 569

Burkina Faso 377

C

Canadá

109, 110, 181, 182, 190, 338, 368, 369, 391, 443, 455, 456, 457, 461, 478, 517, 522, 533, 550, 574, 578

Caribe

72, 84, 110, 156, 157, 173, 199, 293, 294, 295, 296, 330, 334, 338, 345, 346, 347, 349, 375, 382, 384, 399, 401, 402, 409, 413, 420, 421, 422, 443, 444, 448, 449, 452, 469, 475, 479, 485, 488, 490, 493, 495, 501, 508

Chile

69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 94, 95, 96, 103, 135, 186, 189, 201, 205, 303, 307, 308, 329, 330, 337, 343, 347, 353, 354, 355, 363, 368, 369, 370, 374, 375, 376, 396, 399, 414, 421, 424, 454, 461, 470, 472, 474, 477, 478, 485, 488, 490, 493, 507, 515, 516, 519, 540, 567

China

36, 78, 121, 166, 169, 171, 172, 173, 174, 208, 305, 307, 308, 338, 343, 344, 345, 356, 367, 427, 428, 454, 478, 501, 502, 503, 505, 508, 514, 516, 517, 524, 530, 532, 534, 535, 539, 540, 563, 565, 567, 570, 572, 575, 577, 579

Colômbia

135, 304, 307, 308, 330, 338, 347, 378, 379, 399, 407, 410, 416, 421, 451, 470, 477, 478, 479, 480, 485, 488, 515, 516, 519, 522, 531, 540, 554, 555, 561, 562, 568, 569

Combate à Fome

50, 54, 72, 94, 95, 96, 97, 151, 152, 153, 159, 172, 208, 311, 318, 320, 329, 334, 337, 343, 349, 350, 359, 362, 364, 365, 371, 388, 399, 414, 416, 418, 421, 436, 441, 506, 509, 539, 555, 556, 569

Comissão de Direitos Humanos das Nações**Unidas** 314**Comunidade Andina**

31, 36, 42, 57, 60, 135, 157, 189, 294, 303, 308, 341, 353, 361, 380, 381, 383, 391, 406, 410, 413, 421, 467, 470, 478, 479, 480, 488, 497, 505, 516, 540, 554

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

49, 88, 310, 312, 313, 314, 317, 319, 322, 324, 325, 328, 365, 366, 391, 403, 416, 417, 517

Conselho de Segurança das Nações Unidas

102, 314, 336, 348, 391, 395, 439, 440, 441, 460, 481

Consenso de Buenos Aires 508**Cooperação Científica e Tecnológica**

34, 428, 367, 507

Cooperação Educacional

128, 313, 402, 444, 518

Cooperação Sul-Sul

54, 152, 367, 392, 519

Cooperação Técnica

181, 294, 312, 313, 315, 328, 331, 335, 349, 351, 352, 355, 359, 358, 360, 363, 364, 368, 385, 392, 399, 401, 402, 405, 443, 448, 456, 459, 463, 495, 569, 570

Coréia

175, 176, 307, 368, 369, 430, 432, 433, 461, 517, 574

Corporação Andina de Fomento

156, 380, 427, 478

Cuba

120, 121, 136, 137, 338, 354, 363, 391, 478, 540, 541, 555

Cúpula Ibero-Americana

40, 438, 445, 449, 450

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da**Informação** 366**D****Defesa e Segurança** 364, 380**Desarmamento e não-proliferação** 386, 440**Direitos Humanos**

69, 74, 83, 95, 142, 158, 179, 199, 294, 295, 302, 314, 316, 318, 321, 324, 325, 327, 329, 336, 354, 360, 362, 370, 387, 395, 415, 416, 419, 440, 442, 445, 446, 453, 469, 471, 479, 480, 487, 506, 518, 526, 578

E**Egito**

36, 152, 304, 308, 391, 396, 406, 414, 415, 478, 485, 489, 502, 515, 517, 570

Energia renováveis

86, 102, 178, 356, 457, 557, 560

Espanha

70, 94, 96, 102, 116, 139, 310, 311, 343, 363, 375, 403, 404, 449, 452

Estados Unidos

40, 45, 57, 58, 76, 77, 78, 100, 107, 108, 110, 113, 120, 121, 144, 153, 161, 165, 166, 168, 169, 190, 196, 203, 208, 293, 304, 338, 343, 363, 371, 372, 373, 374, 396, 400, 418, 446, 454, 470, 498, 503, 513, 514, 522, 523, 524, 531, 532, 533, 534, 536, 537, 540, 543, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 561, 562, 563, 574, 575, 576, 577, 578

Extradicação 351, 453, 495

F**Finlândia 93****G****G-20**

34,42, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 69, 73, 101, 114, 152, 171, 184, 188, 196, 203, 208, 296, 334, 350, 351, 355, 365, 372, 375, 454, 460, 462, 464, 499, 506, 508, 517, 536, 538, 539, 540, 541, 549, 550, 554, 563, 564, 567, 569, 571, 572, 578

Grupo do Rio

33, 82, 155, 156, 158, 296, 330, 347, 352, 354, 363, 387, 390, 399, 400, 411, 418, 419, 420, 421, 424, 425, 541

Guiana

31, 43, 189, 330, 338, 347, 378, 379, 421, 424, 470, 478, 517

Guiné-Bissau

49, 50, 56, 60, 101, 103, 152, 312, 313, 314, 315, 317, 320, 321, 324, 366, 392, 403, 412, 416, 417, 489

H**Haiti**

61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 85, 101, 103, 150, 152, 156, 157, 173, 181, 189, 296, 303,

307, 312, 334, 343, 348, 349, 351, 352, 353, 355, 362, 384, 390, 399, 401, 414, 420, 438, 450, 455, 456, 460, 481, 494, 501, 508, 541, 543, 546, 547, 548, 550, 556, 568, 569, 578

I**IBAS**

101, 391, 392, 501, 506, 508, 539, 540

Índia

36, 50, 60, 78, 89, 101, 152, 166, 178, 183, 187, 208, 307, 338, 368, 369, 375, 389, 391, 392, 399, 409, 432, 454, 461, 466, 472, 477, 478, 479, 485, 488, 501, 506, 508, 515, 516, 519, 522, 532, 536, 537, 538, 539, 540, 542, 554, 557, 562, 563, 570

Infra-Estrutura

38, 41, 53, 65, 71, 76, 81, 82, 83, 100, 106, 129, 132, 135, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 176, 185, 189, 205, 208, 299, 300, 303, 326, 332, 333, 341, 342, 349, 354, 359, 362, 367, 376, 378, 379, 380, 381, 383, 385, 387, 428, 450, 465, 471, 478, 480, 486, 498, 505, 516, 531, 540, 541, 559, 560

Instituto Rio Branco 337, 360, 404

Integração regional

71, 83, 84, 135, 136, 176, 185, 186, 208, 293, 302, 306, 307, 311, 337, 354, 366, 383, 406, 407, 469, 476, 478, 489, 498, 515, 519

Iraque

73, 152, 161, 162, 312, 333, 348, 460, 501, 507, 512, 525, 541, 543, 545, 546, 547, 549, 556, 558, 562, 570

J**Japão**

36, 91, 92, 178, 183, 208, 304, 307, 337, 368, 369, 378, 384, 385, 386, 389, 391, 396, 432, 461, 466, 478, 498, 517, 526, 530, 542, 557, 562, 574

L

Leste Europeu 121

Líbano 166, 312, 396

Líbia 525

Liga dos Estados Árabes 431

M

Meio Ambiente

29, 88, 135, 141, 161, 173, 178, 182, 195, 293, 323, 333, 341, 349, 353, 356, 360, 381, 385, 386, 408, 433, 436, 449, 453, 458, 456, 463, 465, 469, 471, 473, 495, 513, 525, 526, 527, 528, 531

Mercado Comum

35, 135, 301, 302, 303, 304, 308, 309, 349, 370, 390, 405, 406, 407, 418, 443, 472, 475, 476, 478, 479, 485, 486, 487, 488, 508, 522, 531

MERCOSUL

31, 33, 454, 456, 458, 459, 464, 470, 472, 473, 475, 476, 477, 478, 479, 485, 487, 497, 505, 507, 508, 514, 516, 518, 521, 549, 554, 555, 561, 563, 574, 575, 576, 577

MERCOSUL-União Européia

370, 394, 397, 406, 578

Metas do Milênio

94, 95, 96, 101, 146, 159, 160, 162, 181, 188, 352, 377, 384, 388, 392, 399, 419, 420, 448, 452, 463, 480

México

33, 34, 36, 77, 136, 137, 293, 294, 295, 296, 307, 330, 343, 347, 363, 368, 404, 421, 424, 461, 472, 479, 485, 497, 502, 508, 515, 517, 522, 534, 562

Moçambique

49, 50, 87, 88, 89, 90, 312, 313, 314, 320, 324, 364, 365, 366, 367, 368, 430, 489, 496, 555

N

Namíbia 307, 397, 472, 473, 477, 478, 488

Noruega 391

Nova Agenda 295

O

Organização das Nações Unidas

99, 295, 298, 301, 307, 312, 316, 319, 329, 330, 342, 351, 362, 366, 440, 471

Organização dos Estados Americanos

295, 343, 345, 359, 401, 416, 420, 424, 425, 451, 471, 472, 481

Organização Mundial do Comércio

30, 34, 42, 58, 71, 82, 101, 203, 296, 316, 337, 358, 361, 368, 371, 374, 402, 403, 408, 456, 462, 501, 506, 517, 522, 523, 524, 536, 537, 553, 563, 571

Oriente Médio

100, 101, 103, 166, 333, 340, 415, 428, 440, 506, 507, 517, 539, 543, 546, 547, 549, 556, 558, 560, 568

P

Paquistão

187, 188, 399, 462, 463, 478

Paraguai

84, 189, 191, 201, 205, 301, 303, 304, 308, 330, 338, 347, 358, 370, 396, 405, 406, 407, 470, 472, 477, 478, 485, 487, 488, 517, 523, 525, 531, 555

Patentes 113, 167, 327

Peru

38, 63, 64, 76, 82, 135, 137, 186, 205, 294, 304, 307, 308, 330, 338, 340, 341, 342, 347, 352, 353, 370, 378, 379, 382, 387, 391, 396, 399, 406, 407, 410, 421, 426, 467, 468, 470, 471, 488, 516, 555, 569

Portugal

50, 56, 116, 121, 129, 130, 131, 312, 343, 363, 371, 405, 411, 412, 417, 445, 452, 552

Processo de paz

334, 336, 363, 395, 415, 547

Promoção Comercial

74, 178, 305, 429, 454, 473, 474, 486

Propriedade Intelectual

30, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114,

115, 116, 360, 380, 507, 527, 528
Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias 35, 304

R

Reforma das Nações Unidas
54, 176, 358, 378, 391, 431, 432, 439, 456, 502, 507, 543, 545, 556, 557

República Democrática do Congo 61

República Dominicana
65, 202, 330, 343, 345, 347, 421, 424, 475, 478, 501

Rodada de Doha
34, 43, 46, 60, 101, 182, 188, 208, 354, 358, 386, 398, 403, 456, 460, 464, 502, 506, 517, 537, 539, 541, 553, 554

Rússia
120, 125, 126, 127, 177, 178, 179, 208, 370, 371, 399, 405, 407, 429, 438, 439, 501, 508, 516, 526, 540, 579

S

São Tomé e Príncipe
49, 50, 51, 76, 87, 309, 310, 312, 313, 314, 319, 321, 322, 324, 333, 366, 412, 416, 535

Saúde
35, 51, 52, 65, 75, 81, 83, 85, 86, 92, 106, 109, 113

Serviços 35, 44

Síria 58, 371, 396, 517

Solução de Controvérsias
35, 46, 84, 190, 304, 337, 354, 368, 369, 371, 372, 373, 375, 407, 408, 461, 487, 498, 571

Suécia 161, 502, 532

Suriname

31, 189, 378, 379, 470, 478, 479, 485, 495, 517

T

Terrorismo

59, 66, 72, 88, 93, 101, 173, 178, 187, 295, 303, 312, 319, 322, 346, 387, 392, 400, 440, 425, 453, 456, 480, 483, 487, 507

Turquia 391, 404, 405

U

Ucrânia 428, 429, 441

União Aduaneira da África Austral
60, 307, 397, 454, 472, 477, 478, 485, 488, 515, 519

União Européia
40, 45, 58, 77, 116, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 153, 165, 185, 190, 191, 208, 293, 296, 307, 311, 314, 320, 337, 338, 349, 368, 369, 370, 374, 375, 394, 397, 405, 408, 409, 411, 452, 454, 461, 489, 505, 507, 508, 515, 516, 517, 522, 523, 524, 526, 533, 534, 536, 537, 538, 548, 549, 553, 556, 558, 560, 563, 564, 571, 574, 575, 576, 577, 578

Uruguai
44, 65, 109, 136, 189, 191, 201, 205, 301, 303, 308, 330, 347, 370, 372, 373, 399, 405, 406, 407, 409, 416, 427, 470, 473, 478, 485, 488, 489, 517, 523, 525, 531, 540, 550, 555, 564, 572, 578

V

Venezuela
110, 189, 201, 205, 303, 307, 308, 330, 343, 345, 363, 378, 379, 382, 396, 407, 410, 413, 421, 424, 453, 477, 478, 479, 480, 483, 488, 490, 493, 515, 516, 517, 519, 522, 543, 554, 555, 569

Vietnã 430, 435, 436

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 95, 2º semestre de 2004

Ano 31

Capa

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão

Acabamento

Cidade Gráfica e Editora Ltda

Hilton Ferreira da Silva

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

582

1.000 exemplares

Gráfica do MRE

Gráfica do MRE